



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2391

Quarta-feira - 22 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	4	Fraiburgo	403	Monte Carlo	721
Água Doce	5	Garopaba	432	Monte Castelo	722
Alfredo Wagner	7	Garuva	437	Morro Grande	724
Anchieta	8	Gaspar	441	Navegantes	726
Anita Garibaldi	11	Governador Celso Ramos	444	Nova Erechim	728
Antônio Carlos	12	Grão Pará	448	Nova Itaberaba	729
Apiuna	13	Guaraciaba	469	Nova Trento	761
Arabutã	29	Guaramirim	475	Nova Veneza	788
Arroio Trinta	43	Guarujá do Sul	479	Novo Horizonte	789
Ascurra	47	Guatambú	480	Orleans	790
Balneário Piçarras	52	Herval d'Oeste	487	Ouro	791
Balneário Rincão	54	Ibiam	488	Palhoça	792
Bandeirante	55	Ibirama	489	Paraíso	795
Barra Bonita	58	Ilhota	491	Passo de Torres	802
Barra Velha	62	Imbituba	581	Paulo Lopes	808
Benedito Novo	64	Indaial	586	Penha	811
Biguaçu	65	Iomerê	587	Peritiba	815
Blumenau	68	Iporã do Oeste	595	Pescaria Brava	819
Bom Jardim da Serra	74	Ipuacú	597	Petrolândia	821
Bom Jesus do Oeste	76	Ipumirim	601	Pinhalzinho	824
Bom Retiro	85	Iraceminha	603	Pinheiro Preto	825
Botuvera	175	Irani	604	Pomerode	838
Braço do Trombudo	178	Iratí	605	Ponte Alta do Norte	843
Brusque	224	Irineópolis	606	Ponte Serrada	844
Caçador	239	Itá	608	Porto Belo	846
Caibi	242	Itapema	609	Porto União	849
Camboriú	245	Itapiranga	611	Pouso Redondo	850
Campo Alegre	246	Itapoá	620	Praia Grande	851
Campos Novos	257	Jaborá	623	Presidente Nereu	852
Canoinhas	278	Jaraguá do Sul	624	Princesa	858
Capinzal	280	Joaçaba	657	Rio do Campo	860
Catanduvas	288	José Boiteux	661	Rio dos Cedros	896
Caxambu do Sul	313	Lages	662	Rio do Sul	873
Cerro Negro	314	Laguna	663	Romelândia	898
Chapadão do Lageado	315	Lajeado Grande	665	Salto Veloso	899
Chapecó	324	Lauro Muller	667	Santa Rosa de Lima	905
Concórdia	360	Lebon Regis	677	Santa Terezinha do Progresso	906
Cordilheira Alta	367	Leoberto Leal	678	Santiago do Sul	908
Correia Pinto	371	Luis Alves	682	São Bento do Sul	909
Corupá	374	Luzerna	684	São Bonifácio	943
Cunha Porã	387	Macieira	691	São Cristóvão do Sul	944
Cunhataí	390	Mafrá	692	São Domingos	946
Curitibanos	391	Maracajá	693	São Francisco do Sul	947
Dionísio Cerqueira	392	Maravilha	694	São João Batista	964
Dona Emma	393	Massaranduba	702	São João do Oeste	966
Ermo	395	Matos Costa	712	São João do Sul	967
Flor do Sertão	396	Meleiro	713	São Joaquim	983
Formosa do Sul	399	Modelo	716	São José	984
Forquilha	401	Mondaí	718	São José do Cedro	991

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2391

Quarta-feira - 22 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

São Lourenço do Oeste.....	995	Tigrinhos.....	1029	Urussanga.....	1100
São Miguel do Oeste.....	998	Tijucas.....	1032	Vargeão.....	1101
São Pedro de Alcântara.....	1000	Timbó.....	1036	Vargem.....	1102
Schroeder.....	1001	Três Barras.....	1050	Vargem Bonita.....	1103
Seara.....	1017	Treze Tílias.....	1066	Videira.....	1110
Serra Alta.....	1018	Trombudo Central.....	1067	Vitor Meireles.....	1114
Sombrio.....	1021	Tunápolis.....	1069	Xanxerê.....	1115
Tangará.....	1028	União do Oeste.....	1085	Xaxim.....	1119

Associações

EGEM.....	1122
-----------	------

Consórcios

AGIR.....	1123	CIS/AMFRI.....	1128	CIS/AMUREL.....	1131
ARIS.....	1124	CIS/AMMVI.....	1129	CIS/AMURES.....	1131
CIMCATARINA.....	1125	CIS/AMOSOC.....	1129	Consórcio Lambari.....	1139
CIS/AMARP.....	1126	CIS/AMREC.....	1130		
CIS/AMAUC.....	1126	CIS/AMURC.....	1130		

Editais de Notificação

Agronômica.....	1140	Canoinhas.....	1235	Guarujá do Sul.....	1374
Água Doce.....	1141	Capinzal.....	1239	Herval d'Oeste.....	1374
Alfredo Wagner.....	1146	Catanduvas.....	1242	Ibiam.....	1377
Alto Bela Vista.....	1148	Celso Ramos.....	1243	Ibicaré.....	1378
Anchieta.....	1149	Chapadão do Lageado.....	1244	Ibirama.....	1379
Anita Garibaldi.....	1150	Chapecó.....	1245	Ilhota.....	1382
Antônio Carlos.....	1152	Cocal do Sul.....	1315	Imbituba.....	1383
Apiuna.....	1153	Concórdia.....	1318	Imbuia.....	1387
Ascurra.....	1154	Cordilheira Alta.....	1326	Indaial.....	1388
Atalanta.....	1155	Correia Pinto.....	1327	Iomerê.....	1392
Aurora.....	1157	Corupá.....	1329	Ipira.....	1393
Balneário Gaivota.....	1157	Cunha Porã.....	1330	Ipumirim.....	1394
Balneário Rincão.....	1159	Curitibanos.....	1332	Irani.....	1395
Barra Velha.....	1163	Descanso.....	1336	Irineópolis.....	1397
Bela Vista do Toldo.....	1166	Dionísio Cerqueira.....	1337	Itá.....	1397
Benedito Novo.....	1167	Doutor Pedrinho.....	1338	Itaiópolis.....	1399
Biguaçu.....	1168	Ermo.....	1339	Itapiranga.....	1400
Blumenau.....	1171	Erval Velho.....	1340	Itapoá.....	1401
Bom Jardim da Serra.....	1205	Faxinal dos Guedes.....	1341	Ituporanga.....	1403
Bom Jesus do Oeste.....	1207	Formosa do Sul.....	1343	Jaborá.....	1410
Bom Retiro.....	1208	Forquilha.....	1343	Jacinto Machado.....	1411
Botuverá.....	1209	Fraiburgo.....	1346	Jaraguá do Sul.....	1413
Braço do Trombudo.....	1211	Garopaba.....	1350	Joaçaba.....	1433
Brusque.....	1211	Garuva.....	1353	José Boiteux.....	1436
Caçador.....	1220	Gaspar.....	1354	Lages.....	1437
Camboriú.....	1224	Governador Celso Ramos.....	1365	Laguna.....	1455
Campo Alegre.....	1227	Grão Pará.....	1366	Lajeado Grande.....	1458
Campo Erê.....	1229	Gravatal.....	1367	Lauro Muller.....	1459
Campos Novos.....	1230	Guaraciaba.....	1368	Lebon Regis.....	1460
Canelinha.....	1234	Guaramirim.....	1370	Leoberto Leal.....	1462

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2391

Quarta-feira - 22 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Lindóia do Sul	1462	São João Batista.....	1570
Luis Alves	1463	São João do Oeste	1574
Luzerna	1464	São João do Sul	1575
Mafra	1466	São Joaquim	1576
Maracajá	1469	São José.....	1579
Maravilha.....	1470	São José do Cedro.....	1592
Marema.....	1473	São Lourenço do Oeste.....	1594
Massaranduba.....	1474	São Miguel do Oeste.....	1597
Matos Costa.....	1476	Schroeder	1602
Meleiro	1477	Seara	1604
Monte Carlo	1479	Serra Alta	1607
Monte Castelo	1481	Siderópolis.....	1607
Morro da Fumaça	1482	Sombrio.....	1609
Morro Grande.....	1484	Sul Brasil	1611
Navegantes.....	1485	Tangará	1612
Nova Trento	1488	Tigrinhos	1614
Nova Veneza	1489	Tijucas	1615
Orleans	1491	Timbé do Sul	1620
Ouro	1494	Timbó	1620
Ouro Verde	1497	Timbó Grande.....	1627
Palhoça	1497	Três Barras	1629
Palmitos	1505	Treze Tílias	1630
Papanduva.....	1507	Tunápolis.....	1635
Passo de Torres.....	1510	Turvo	1637
Passos Maia	1512	União do Oeste	1639
Paulo Lopes	1513	Urussanga	1639
Penha.....	1514	Vargeão.....	1642
Petrolândia	1517	Vargem Bonita	1642
Pinhalzinho	1518	Vidal Ramos.....	1643
Pinheiro Preto	1520	Videira.....	1644
Piratuba.....	1521	Vitor Meireles.....	1649
Pomerode	1522	Xanxerê.....	1649
Ponte Serrada	1529	Xaxim.....	1655
Porto Belo.....	1530	Zortéa	1658
Porto União.....	1535		
Pouso Redondo	1538		
Praia Grande.....	1539		
Presidente Castello Branco	1541		
Rio do Sul.....	1541		
Rio dos Cedros.....	1551		
Rio Fortuna.....	1553		
Salto Veloso	1554		
Santa Helena	1554		
Santa Rosa do Sul	1556		
Santa Terezinha do Progresso	1558		
São Bento do Sul.....	1559		
São Carlos	1563		
São Cristóvão do Sul.....	1565		
São Domingos.....	1566		
São Francisco do Sul.....	1566		



Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DE CONTRATO 2/2017 FMAS

Publicação Nº 1433214

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGRONÔMICA – SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº2/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO E INSTALAÇÃO DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL).

Amparo Legal: O Inciso X, do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Locadores: JOSÉ DIRCEU BOMBILIO

Valor: R\$ 1.268,00 mensalmente, perfazendo o valor global de R\$ 15.216,00 pelo período de 12 (doze) meses.

Data assinatura: 21/11/2017

Vigência: 21/11/2018.

Maiores informações: (47) 3542 0166

Agrônômica, em 21 de novembro de 2017.

Cesar Luiz Cunha - Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 54/2017

Publicação Nº 1432987

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 54/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE - CAUQ E MEIO FIO EXTRUSADO, ATRAVÉS DE EMPRESAS DO RAMO PERTINENTE, NO ATENDIMENTO A REABILITAÇÃO, CAPEAMENTO E MANUTENÇÃO EM RUAS DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA /SC.

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 05/12/2017 as 08:30h.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal, ou por e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br, ou no site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542 0166.

Agrônômica, em 21 de novembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 158/2017

Publicação Nº 1433588

DECRETO Nº 158/2017 - DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.871,20 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte centavos).

Parágrafo Único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo será para manutenção dos Departamentos.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas a seguir relacionados com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.306.0010.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.0060/47 Aplicações Diretas R\$ 5.174,00

12.306.0013.2.016 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0060/49 Aplicações Diretas R\$ 5.736,00

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.3.90.00.00.00679/83 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

12 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.00.00679/114 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

06.181.0017.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA

3.3.90.00.00.00679/125 Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

15.452.0017.2.041 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.00.00.0017/133 Aplicações Diretas R\$ 29.361,20

TOTALR\$ 55.871,20

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios, na rubrica de Transferências do FNDE – PNAE e na rubrica de Contribuição/Custeio do serviço p/iluminação pública – COSIP.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 159/2017

Publicação Nº 1433589

DECRETO Nº 159/2017 - DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017
"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00679/183 Aplicações Diretas R\$ 18.500,00

TOTAL R\$ 18.500,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0086/74 Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

3.3.90.00.00.0086/77 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 18.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 160/2017

Publicação Nº 1433590

DECRETO Nº 160/2017 - DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº

2.453 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Meio Ambiente

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.93.00.00.0679/20 Aplicações Direta Decorrentes de Op. entre Órgãos, com a seguinte classificação

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES 3.3.90.00.00.0679/20 Aplicações Direta decorrentes de Op.entre Órgãos...R\$ 45.000,00

TOTALR\$ 45.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de novembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 161/2017

Publicação Nº 1433591

DECRETO Nº 161/2017 - DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017
"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente:

16 DEFESA CIVIL

01 DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL

4.4.90.00.00.0110/158 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

16 DEFESA CIVIL

01 DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL

3.3.90.00.00.0110/159 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 162/2017

Publicação Nº 1433592

DECRETO Nº 162/2017 - DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 20 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.453 de 06 de dezembro de 2016, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 39.750,00 (trinta e nove mil e setecentos e cinquenta reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção dos Departamentos.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0110/166 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0007.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

4.4.90.00.00.0110/166 Aplicações Diretas R\$ 39.750,00

TOTAL R\$ 39.750,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit exercício de 2016 verificado na rubrica de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de novembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Alfredo Wagner

PREFEITURA

4231/2017

Publicação N° 1432374

DECRETO N° 4231/2017

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela seção II, Art. 93, Item VIII da Lei Orgânica do município n° 170/90 de 05/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMPDEC do Município de Alfredo Wagner, com os seguintes membros:

Membro – Rubia Schweitzer Mariotti da Silva - Representante da Câmara de Vereadores;
Membro – Sergio Adones da Cruz- Representante da Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e EPAGRI;
Membro – Pedro Jayme dos Santos - Representante da Secretaria Municipal da Educação e Desporto;
Membro – João Anésio Cechetto - Representante da Infra-Estrutura;
Membro – João Constante da Cruz - Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento;
Membro – Fabiano de Andrade – Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Promoção e Assistência Social;
Membro – Izabel Cristina Andersen Kretzer - Representante da Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Gestão;
Membro – Ivan Dorneles Andersen - Representante do Lions Club;
Membro – Otavio Silva Neto - Representante da Igreja Católica;
Membro – Edelberto Schaffer - Representante da Igreja Evangélica Luterana;
Membro – Eduardo Silveira - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
Membro – Willian Bom Gonçalves - Representante da CELESC;
Membro – Lederson Albino - Representante da CASAN.

Art. 2º - Fica nomeado como Presidente da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Alfredo Wagner o senhor Pedro Jayme dos Santos, Representante da Secretaria Municipal da Educação e Desporto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 20 de novembro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO ADITIVO Nº 003 PM C/ 0135/2014

Publicação Nº 1432271

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0135/2014

OBJETO: O prazo de vigência prevista na Cláusula Décima Terceira do contrato nº 135/2014 será prorrogada até 09 de dezembro de 2018.

CONTRATADO: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA. ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo

CONTRATADO: Paulo Sérgio Scaff de Napoli e Ricardo Zani Santoro. Anchieta, 09 de novembro de 2017.

ERRATA 001/2017 PM AO PREGÃO PRESENCIAL 040/2017

Publicação Nº 1432408

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 040/2017

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados a Errata ao Pregão Presencial 040/2017, onde para o ITEM 041 a DESCRIÇÃO CORRETA passa a ser: Luva para resgate veicular. Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, revestimento em látex nitrílico foam com acabamento antiderrapante na palma e face palmar dos dedos, forro em tecido flanelado na face palmar, reforço em borracha termoplástica no dorso e face dorsal dos dedos, reforço entre o polegar e indicador, punho com ajuste em velcro. Aprovado para: PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES. Observação: Os níveis de desempenho variam de 0 (zero) a 4 (quatro) para abrasão, rasgamento e perfuração e 0 (zero) a 5 (cinco) para corte, sendo 0 (zero) o pior resultado. A luva de segurança obteve resultado de níveis de desempenho em que: 2 - Resistência à abrasão; 3 - Resistência ao corte por lâmina; 4 - Resistência ao rasgamento; 1 - Resistência à perfuração por punção. Permanecendo inalterada a data do presente certame.

Anchieta, 21 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372/2017

Publicação Nº 1433454

PORTARIA Nº 372/2017

De, 20 de Novembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Claudete Teresinha Junges, ocupante

do cargo de Orientadora Escolar, lotada na Secretaria Municipal da Educação, por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 19/11/2017 ou até a data definida pela Perícia Médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 20 de Novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra. Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 373/2017

Publicação Nº 1433457

PORTARIA Nº 373/2017

De, 20 de Novembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Rosângela Donoerfer Teixeira, ocupante do cargo de Técnica em Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 20/11/2017 à 04/12/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 20 de Novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 374/2017

Publicação Nº 1433459

PORTARIA nº 374/2017
De, 20 de Novembro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;
Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;
Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:

Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizado a servidora pública municipal Kaline Carla Marcon, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal da Saúde – FMS, Programa NASF, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade do servidor e o mesmo não poderá: Ceder à direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 20 de Novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 375/2017

Publicação Nº 1433463

PORTARIA N. 375/2017
De, 20 de Novembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Daniane do Amaral dos Santos de Lara, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, por um período de 15 (quinze) dias, a partir de 20/11/2017 a 04/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 20 de Novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 376/2017

Publicação Nº 1433464

PORTARIA nº. 376/2017
De, 20 de Novembro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº. 001/2017;

Considerando o Atestado Médico da servidora titular Daniane do Amaral dos Santos de Lara,

RESOLVE:

Nomear Auxiliar de Serviços Gerais ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Franciane Aparecida Freitas Pinotti, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 20/11/2017 à 04/12/2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 20 de Novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 377/2017

Publicação Nº 1433493

PORTARIA nº. 377/2017
De 21 de Novembro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Ivete Stobbe Canalle, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 21 de Novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 378/2017

Publicação Nº 1433469

PORTARIA Nº. 378/2017
De, 21 de Novembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 01 (um) mês para a servidora Pública Municipal Carmem Justina Gorcveski, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, matrícula 741, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 21/11/2017 à 20/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 21 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017 FMS

Publicação Nº 1432177

Fundo Municipal de Saúde de Anita Garibaldi

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017 FMS

Objeto: - A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos em farmácia, regulamentados conforme normas da ANVISA, mediante necessidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 09:30 do dia 28/11/2017.

Abertura: às 10h do dia 28/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 14 de novembro de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2017

Publicação Nº 1432180

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de Bombas Submersas destinadas para atender a demanda de manutenção dos poços artesianos localizados no Município, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 13:40 do dia 05/12/2017.

Abertura: às 14h do dia 05/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 20 de NOVEMBRO de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 096/2017**

Publicação Nº 1433188

DECRETO Nº 096/17 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0002.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE 0

8.01.27.812.0002.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00 08.01.27.812.0002.2.024-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 5B

Publicação Nº 1432093



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49,154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			Setembro a Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	39.913.500,00	39.913.500,00	6.002.500,18	15,04	31.306.576,07	78,44	8.606.923,93
RECEITAS CORRENTES	33.843.500,00	33.843.500,00	5.849.946,30	17,29	30.151.672,87	89,09	3.691.827,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.594.000,00	2.594.000,00	375.303,59	14,47	2.277.785,03	87,81	316.214,97
Impostos	2.340.000,00	2.340.000,00	362.358,57	15,49	1.990.807,14	85,08	349.192,86
Taxas	254.000,00	254.000,00	12.945,02	5,10	286.977,89	112,98	(32.977,89)
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	93.470,46	15,58	500.702,25	83,45	99.297,75
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para Cust. do Serv. Ilum. Publ.	600.000,00	600.000,00	93.470,46	15,58	500.702,25	83,45	99.297,75
RECEITA PATRIMONIAL	81.000,00	81.000,00	40.469,77	49,96	294.304,52	363,34	(213.304,52)
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	81.000,00	81.000,00	40.469,77	49,96	294.304,52	363,34	(213.304,52)
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	65.937,54	82,42	369.008,27	461,26	(289.008,27)
TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	30.350.500,00	30.350.500,00	5.259.338,80	17,33	26.564.899,24	87,53	3.785.600,76
Transferências Intergovernamentais	29.705.500,00	29.705.500,00	5.156.921,48	17,36	25.917.973,42	87,25	3.787.526,58
Transferências de Instituições Privadas	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Convênios	560.000,00	560.000,00	102.417,32	18,29	646.925,82	115,52	(86.925,82)
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	138.000,00	138.000,00	15.426,14	11,18	144.973,56	105,05	(6.973,56)
Multas e Juros de Mora	25.000,00	25.000,00	4.778,65	19,11	25.211,76	100,85	(211,76)
Indenizações e Restituições	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	8.723,58	436,18	(6.723,58)

Identificador: WPR1981101-264-REFMN-248945170 - Emitido por: ALEXANDRE PEITERS

Pag 1 / 5



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

Receita da Dívida Ativa	57.000,00	57.000,00	10.323,11	18,11	40.382,59	70,85	16.617,41
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Anortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	54.000,00	54.000,00	324,38	0,60	70.655,63	130,84	(16.655,63)
RECEITAS DE CAPITAL	6.070.000,00	6.070.000,00	152.553,88	2,51	1.154.903,20	19,03	4.915.096,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	376.709,77	25,11	1.123.290,23
Operações de Crédito Internas	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	376.709,77	25,11	1.123.290,23
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.570.000,00	4.570.000,00	152.553,88	3,34	522.293,43	11,43	4.047.706,57
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.570.000,00	4.570.000,00	152.553,88	3,34	522.293,43	11,43	4.047.706,57
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	39.913.500,00	39.913.500,00	6.002.500,18	15,04	31.306.576,07	78,44	8.606.923,93
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.913.500,00	39.913.500,00	6.002.500,18	15,04	31.306.576,07	78,44	8.606.923,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	39.913.500,00	39.913.500,00	6.002.500,18	15,04	31.306.576,07	78,44	8.606.923,93
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	39.913.500,00	39.913.500,00	6.002.500,18	15,04	31.306.576,07	78,44	8.606.923,93
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.925.876,92	0,00	0,00	2.479.452,49	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	2.925.876,92	0,00	0,00	2.479.452,49	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR1981101-264-REFMN-248945170 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 2 / 5



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ OUTUBRO (j)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (f)		Setembro a Outubro	Até Outubro (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.823.500,00	44.156.332,75	5.234.958,15	30.822.772,72	13.333.560,03	6.597.798,20	29.562.061,73	14.594.271,02	28.947.480,29
DESPESAS CORRENTES	31.312.225,91	34.316.859,64	4.917.542,03	27.630.150,28	6.686.709,36	5.852.714,62	26.917.643,84	7.399.215,80	26.394.646,75
Pessoal e Encargos Sociais	17.251.847,77	17.513.544,63	2.862.314,23	14.566.640,32	2.946.904,31	2.928.158,67	14.566.640,32	2.946.904,31	14.340.497,16
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00	168.000,00	27.379,15	133.494,65	34.505,35	27.379,15	133.494,65	34.505,35	133.494,65
Outras Despesas Correntes	13.760.378,14	16.635.315,01	2.027.848,65	12.930.015,31	3.705.299,70	2.897.176,80	12.217.508,87	4.417.806,14	11.920.654,94
DESPESAS DE CAPITAL	7.411.274,09	9.739.473,11	317.416,12	3.192.622,44	6.546.850,67	745.083,58	2.644.417,89	7.095.055,22	2.552.833,54
Investimentos	6.636.274,09	8.817.473,11	152.169,94	2.405.496,60	6.411.976,51	579.837,40	1.857.292,05	6.960.181,06	1.765.707,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	775.000,00	922.000,00	165.246,18	787.125,84	134.874,16	165.246,18	787.125,84	134.874,16	787.125,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.823.500,00	44.156.332,75	5.234.958,15	30.822.772,72	13.333.560,03	6.597.798,20	29.562.061,73	14.594.271,02	28.947.480,29
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	38.823.500,00	44.156.332,75	5.234.958,15	30.822.772,72	13.333.560,03	6.597.798,20	29.562.061,73	14.594.271,02	28.947.480,29
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	483.803,35	-	-	1.744.514,34	-	2.359.095,78
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.823.500,00	44.156.332,75	5.234.958,15	31.306.576,07	-	6.597.798,20	31.306.576,07	-	31.306.576,07
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR1981101264-REFMN-248945170 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 3 / 5



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-e)
			Setembro a Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR1981101264-REFMN-248945170 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pag 4 / 5



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ OUTUBRO (f)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (f)		Setembro a Outubro	Até Outubro (h)		
Operações de Crédito Internas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA, Emissão: 21/11/2017, às 07:26:44.

* As linhas "Transferências a Municípios" e "Demais Despesas Correntes" serão apresentadas somente no Demonstrativo aplicado aos Estados.

* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS
Contador
CRC: 023581/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI
Controlador Interno
CPF: 045.121.929-56

Identificador: WPR1981101-284-REFIN-248945170 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 5 / 5

CONVÊNIO Nº02/2017 - ADITIVO 01/2017

Publicação Nº 1432287

ADITIVO 01/2017
TERMO DE CONVÊNIO Nº02/2017

TERMO DE CONVÊNIO Nº 02 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS.

Aditivo do Termo de Convênio nº 02/2017 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede administrativa à rua Quintino Bocaiuva, 204, neste ato representado pelo Sr. José Gerson Gonçalves, Prefeito, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, inscrita no CNPJ sob nº 21.568.943/0001-95, com sede à rua Quintino Bocaiúva n.542, doravante denominada CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, representada por seu Presidente Sr. Paulo Roberto Weiss, resolvem de comum acordo alterar o Termo de Convênio nº 02/2017 mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA

1.1 O presente Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo ao convênio que tem por objeto a o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, dos Municípios de Apiúna, Ascurra e Rodeio.

1.2 Fica aditivado o prazo de execução do convênio nº02/2017 até 31/08/2018.

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 Justifica-se a celebração do presente aditivo, tendo em vista o atraso dos repasses do Governo do Estado de Santa Catarina.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Apiúna, 13 de Novembro de 2017.

José Gerson Gonçalves
Prefeito

Paulo Roberto Weiss
Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (6)

Publicação Nº 1432097



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49, 154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			Setembro a Outubro	Até Outubro (b)	% (b/total b)	Setembro a Outubro	Até Outubro (d)	% (d/total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	38.823.500,00	44.136.332,75	5.234.958,15	30.822.772,72	100,00	6.597.798,20	29.562.061,73	100,00
JUDICIÁRIA	80.000,00	67.418,39	19.418,39	67.418,39	0,22	19.418,39	67.418,39	0,23
Ação Judiciária	80.000,00	67.418,39	19.418,39	67.418,39	0,22	19.418,39	67.418,39	0,23
ADMINISTRAÇÃO	2.990.000,00	3.053.900,00	387.822,59	2.573.457,26	8,35	501.861,11	2.452.866,67	8,36
Planejamento e Orçamento	125.000,00	14.189,00	14.189,00	91.246,00	0,30	15.569,00	33.754,00	0,30
Administração Geral	2.865.000,00	2.928.900,00	373.633,59	2.482.211,26	8,05	486.292,11	2.363.696,67	8,06
SEGURANÇA PÚBLICA	165.000,00	216.953,04	28.877,96	109.863,19	0,36	25.163,75	93.784,56	0,32
Policimento	145.000,00	196.953,04	23.441,48	93.738,63	0,30	22.468,62	81.737,36	0,28
Informação e Inteligência	20.000,00	20.000,00	5.436,48	16.124,56	0,05	2.695,13	12.047,20	0,04
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.323.000,00	1.546.673,64	187.574,90	930.764,38	3,02	198.426,58	889.804,25	3,01
Assistência ao Idoso	40.000,00	41.000,00	8.283,72	34.833,87	0,11	8.216,02	34.766,17	0,12
Assistência ao Portador de Deficiência	26.000,00	16.000,00	0,00	2.557,78	0,01	0,00	2.557,78	0,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	528.000,00	602.213,27	68.004,40	345.327,75	1,12	71.540,05	324.549,47	1,10
Assistência Comunitária	729.000,00	887.460,37	111.286,78	548.044,98	1,78	118.670,51	527.930,83	1,79
SAÚDE	8.684.980,00	9.578.230,48	1.165.738,15	7.020.131,28	22,78	1.313.633,24	6.675.925,43	22,58
Atenção Básica	8.549.980,00	9.401.817,99	1.159.373,98	6.938.167,80	22,51	1.301.767,76	6.597.986,97	22,32
Vigilância Sanitária	70.000,00	66.981,28	837,75	10.066,94	0,03	3.439,70	8.573,17	0,03
Vigilância Epidemiológica	65.000,00	109.431,21	5.526,42	71.896,54	0,23	8.425,78	69.365,29	0,23
TRABALHO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	11.966.450,00	13.485.359,44	1.921.655,26	10.083.099,90	33,71	2.359.869,37	9.843.119,03	33,36
Ensino Fundamental	7.433.450,00	8.117.502,82	1.182.855,55	6.358.356,29	20,63	1.607.188,29	6.187.086,35	20,93
Ensino Médio	395.000,00	70.434,10	70.434,10	307.121,33	1,00	70.434,10	307.121,33	1,04
Ensino Superior	300.000,00	300.000,00	74.608,90	299.410,23	0,97	74.608,90	299.410,23	1,01
Educação Infantil	3.838.000,00	4.672.856,62	593.756,71	3.118.212,05	10,12	607.638,08	3.049.501,12	10,32
CULTURA	62.000,00	57.000,00	8.974,77	47.422,39	0,15	13.855,77	44.037,39	0,15
Difusão Cultural	62.000,00	57.000,00	8.974,77	47.422,39	0,15	13.855,77	44.037,39	0,15
HABITAÇÃO	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	165.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	165.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	214.392,00	214.392,00	5.665,00	210.196,75	0,68	19.861,00	190.981,65	0,65
Preservação e Conservação Ambiental	84.100,00	105.198,00	5.665,00	101.002,75	0,33	19.861,00	81.787,65	0,28
Controle Ambiental	130.292,00	109.194,00	0,00	109.194,00	0,35	0,00	109.194,00	0,37
AGRICULTURA	1.712.000,00	1.692.760,60	195.109,51	1.103.092,70	3,58	225.739,63	1.091.467,18	3,69
Extensão Rural	1.712.000,00	1.692.760,60	195.109,51	1.103.092,70	3,58	225.739,63	1.091.467,18	3,69
COMÉRCIO E SERVIÇOS	718.000,00	974.370,95	128.681,31	728.738,81	2,36	139.803,58	703.663,87	2,38
Turismo	718.000,00	974.370,95	128.681,31	728.738,81	2,36	139.803,58	703.663,87	2,38
COMUNICAÇÕES	3.000,00	34.153,70	6.451,18	33.206,10	0,11	16.633,38	33.206,10	0,11
Telecomunicações	3.000,00	34.153,70	6.451,18	33.206,10	0,11	16.633,38	33.206,10	0,11
ENERGIA	652.500,00	616.346,80	107.291,14	458.905,55	1,49	117.602,72	456.138,80	1,54
Energia Elétrica	652.500,00	616.346,80	107.291,14	458.905,55	1,49	117.602,72	456.138,80	1,54

Identificador: WPR1991101-264-XKGPJ248945257 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pag 1 / 3



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

TRANSPORTE	6.956.428,00	8.774.150,29	610.504,56	4.862.837,81	15,78	3.911.312,48	1.014.644,82	4.588.129,76	15,52	4.186.020,53
Transporte Rodoviário	5.176.428,00	6.610.930,40	598.516,83	4.482.538,64	14,54	2.128.391,76	835.017,09	4.400.766,09	14,89	2.210.164,31
Transportes Especiais	1.780.000,00	2.163.219,89	11.987,73	380.299,17	1,23	1.782.920,72	179.627,73	187.363,67	0,63	1.975.856,22
DESPORTO E LAZER	867.400,00	1.337.973,42	75.638,39	754.185,74	2,45	583.787,68	245.729,82	592.066,18	2,00	745.907,24
Desporto Comunitário	867.400,00	1.337.973,42	75.638,39	754.185,74	2,45	583.787,68	245.729,82	592.066,18	2,00	745.907,24
ENCARGOS ESPECIAIS	2.088.350,00	2.203.650,00	385.555,04	1.839.452,47	5,97	364.197,53	385.555,04	1.839.452,47	6,22	364.197,53
Serviço da Dívida Interna	1.075.000,00	1.090.000,00	192.625,33	920.620,49	2,99	169.379,51	192.625,33	920.620,49	3,11	169.379,51
Outros Encargos Especiais	1.013.350,00	1.113.650,00	192.929,71	918.831,98	2,98	194.818,02	192.929,71	918.831,98	3,11	194.818,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.823.500,00	44.156.332,75	5.234.958,15	30.822.772,72	100,00	13.333.560,03	6.597.798,20	29.562.061,73	100,00	14.594.271,02

Identificador: WPR1891101-264-XKGPJ-248945257 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 2 / 3



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2017 / Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			DESPESAS EMPENHADAS		% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)		% (d/III d)	

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA. Emissão: 21/11/2017, às 07:28:43.
* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 633.345.699-34

MAICON RODRIGO BERNARDI
Controlador Interno
CPF: 045.121.929-56

ALEXANDRE PETTERS
Controlador
CRC: 023581/0-4/SC

Identificador: WPR1991101-264-XKGPJ-248945257 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 3 / 3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 5B

Publicação Nº 1432100

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R\$ 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro	%
			(b)	(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	2.413.000,00	2.413.000,00	2.049.111,57	84,92
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	600.000,00	600.000,00	648.651,84	108,11
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	220.000,00	220.000,00	138.487,60	62,95
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	773.026,67	70,28
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	430.641,03	102,53
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	7.000,00	7.000,00	4.261,08	60,87
Dívida Ativa dos Impostos	51.500,00	51.500,00	37.880,45	73,55
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	14.500,00	14.500,00	16.162,90	111,47
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.125.000,00	24.125.000,00	21.206.317,61	87,90
Cota-Parte FPM	8.550.000,00	8.550.000,00	7.003.353,30	81,91
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	19.657,08	131,05
Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	684.075,68	85,51
Cota-Parte ICMS	14.500.000,00	14.500.000,00	13.265.122,57	91,48
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	186.500,18	93,25
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	47.608,80	79,35
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	47.608,80	79,35
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	26.538.000,00	26.538.000,00	23.255.429,18	87,63

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro	%
			(d)	(d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.772.000,00	2.772.000,00	1.660.935,36	59,92
Provenientes da União	2.508.600,00	2.508.600,00	1.379.564,66	54,99
Provenientes dos Estados	263.400,00	263.400,00	250.588,00	95,14
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	30.782,70	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	50.000,00	50.000,00	142.792,10	285,58
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.822.000,00	2.822.000,00	1.803.727,46	63,92

DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro	%	Até Outubro	%
			(f)	(f/e) x 100	(g)	(g/e) x 100
(Por Grupo de Natureza da Despesa)		(e)				
DESPESAS CORRENTES	7.754.601,91	8.392.354,73	6.759.698,15	80,55	6.421.251,30	76,51
Pessoal e Encargos Sociais	4.797.561,77	4.996.107,49	4.141.590,17	82,90	4.141.590,17	82,90
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.957.040,14	3.396.247,24	2.618.107,98	77,09	2.279.661,13	67,12
DESPESAS DE CAPITAL	930.378,09	1.185.875,75	260.433,13	21,96	254.674,13	21,48
Investimentos	930.378,09	1.185.875,75	260.433,13	21,96	254.674,13	21,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.684.980,00	9.578.230,48	7.020.131,28	73,29	6.675.925,43	69,70

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro	%	Até Outubro	%
			(h)	(h/IVf) x 100	(i)	(i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	5.911,34	0,08	5.911,34	0,09
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.112.000,00	3.707.345,47	1.821.330,29	25,94	1.706.880,63	25,57
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	3.112.000,00	3.683.062,24	1.797.047,40	25,60	1.682.597,74	25,20
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro	%	Até Outubro	%
			(h)	(h/IVf) x 100	(i)	(i/IVg) x 100
Outros Recursos	0,00	24.283,23	24.282,89	0,35	24.282,89	0,36
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
--	--	--	------	------	--	--

DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------	------

TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	3.112.000,00	3.707.345,47	1.827.241,63	26,03	1.712.791,97	25,66
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕ E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.572.980,00	5.870.885,01	5.192.889,65	73,97	4.963.133,46	74,34

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	21,34
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100]	1.474.819,08
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	875,00	0,00	875,00	0,00	875,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2013	875,00	0,00	875,00	0,00	875,00
TOTAL	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00	1.750,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2013	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro	%	Até Outubro	%
			(l)	(l/total l) x 100	(m)	(m/total m) x 100
(Por Subfunção)						
Atenção Básica	8.549.980,00	9.401.817,99	6.938.167,80	98,83	6.597.986,97	98,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	70.000,00	66.981,28	10.066,94	0,14	8.573,17	0,13

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATU-ALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (l)	% (l/total l) x 100	Até Outubro (m)	% (m/total m) x 100
Vigilância Epidemiológica	65.000,00	109.431,21	71.896,54	1,02	69.365,29	1,04
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.684.980,00	9.578.230,48	7.020.131,28	100,00	6.675.925,43	100,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 21/11/2017, às 07:42:03.

* A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

* Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

* Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

* O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

* O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

* O valor (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100), nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE 5B

Publicação Nº 1432103

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				R\$ 1,00
RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.413.000,00	2.413.000,00	2.049.111,57	84,92
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	650.500,00	650.500,00	689.629,95	106,02
1.1.1- IPTU	600.000,00	600.000,00	648.651,84	108,11
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	50.500,00	50.500,00	40.978,11	81,14
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	220.000,00	220.000,00	138.487,60	62,95
1.2.1- ITBI	220.000,00	220.000,00	138.487,60	62,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.122.500,00	1.122.500,00	790.352,99	70,41
1.3.1- ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	773.026,67	70,28
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	22.500,00	22.500,00	17.326,32	77,01
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	430.641,03	102,53
1.4.1- IRRF	420.000,00	420.000,00	430.641,03	102,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.125.000,00	24.125.000,00	21.596.696,09	89,52
2.1- Cota-Parte FPM	8.550.000,00	8.550.000,00	7.393.731,78	86,48
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.550.000,00	8.550.000,00	7.003.353,30	81,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	390.378,48	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.500.000,00	14.500.000,00	13.265.122,57	91,48
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	60.000,00	60.000,00	47.608,80	79,35
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	186.500,18	93,25

2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	19.657,08	131,05
2.6- Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	684.075,68	85,51
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.538.000,00	26.538.000,00	23.645.807,66	89,10

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro	%
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	947.500,00	947.500,00	804.216,25	84,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	656.500,00	656.500,00	567.675,18	86,47
5.2- Transferência Diretas do PDDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	159.500,00	159.500,00	135.049,60	84,67
5.4- Transferência Diretas do PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	120.000,00	120.000,00	83.358,28	69,47
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.500,00	1.500,00	18.133,19	1.208,88
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	540.000,00	540.000,00	575.852,04	106,64
6.1- Transferências de Convênios	540.000,00	540.000,00	570.470,68	105,64
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	5.381,36	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.450.000,00	1.450.000,00	239.000,00	16,48
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.937.500,00	2.937.500,00	1.619.068,29	55,12

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro	%
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.825.000,00	4.825.000,00	4.241.295,65	87,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.710.000,00	1.710.000,00	1.400.670,37	81,91
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.900.000,00	2.900.000,00	2.653.023,61	91,48
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	9.521,70	79,35
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	37.300,15	93,25
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	3.000,00	3.000,00	3.931,36	131,05
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	160.000,00	160.000,00	136.848,46	85,53
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.520.000,00	5.520.000,00	5.571.622,21	100,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.500.000,00	5.500.000,00	5.528.630,33	100,52
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	42.991,88	214,96
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	675.000,00	675.000,00	1.287.334,68	190,72
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	675.000,00	675.000,00	1.287.334,68	190,72
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro	%	Até Outubro	%
		(d)	(e)	(f) = (e/d) x100	(g)	(h) = (g/d) x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.624.000,00	4.259.419,14	3.650.734,03	85,71	3.650.734,03	85,71
13.1- Com Educação Infantil	800.000,00	988.419,14	980.824,69	99,23	980.824,69	99,23
13.2- Com Ensino Fundamental	3.824.000,00	3.271.000,00	2.669.909,34	81,62	2.669.909,34	81,62
14- OUTRAS DESPESAS	896.000,00	2.109.181,53	2.070.188,96	98,15	1.923.356,00	91,19
14.1- Com Educação Infantil	708.000,00	1.159.860,03	1.142.726,66	98,52	1.142.726,66	98,52
14.2- Com Ensino Fundamental	188.000,00	949.321,50	927.462,30	97,70	780.629,34	82,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.520.000,00	6.368.600,67	5.720.922,99	89,83	5.574.090,03	87,52

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00

16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	243.600,67
17.1- FUNDEB 60%	95.419,14
17.2- FUNDEB 40%	148.181,53
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	243.600,67

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	5.330.489,36
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 $((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) \times 100)\%$	63,81
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) \times 100)\%$	31,86
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2)) \%$	4,33

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	243.600,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017	243.600,67

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
		(d)	Até Outubro (e)	% (f) = (e/d) x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d) x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.388.000,00	2.884.604,15	2.545.342,53	88,24	2.488.810,59	86,28
22.1- Creche	2.388.000,00	2.884.604,15	2.545.342,53	88,24	2.488.810,59	86,28
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.508.000,00	2.148.279,17	2.123.551,35	98,85	2.123.551,35	98,85
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	880.000,00	736.324,98	421.791,18	57,28	365.259,24	49,61
22.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	5.865.950,00	6.287.122,33	5.288.440,95	84,12	5.124.165,83	81,50
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.012.000,00	4.220.321,50	3.597.371,64	85,24	3.450.538,68	81,76
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.853.950,00	2.066.800,83	1.691.069,31	81,82	1.673.627,15	80,98
24- ENSINO MÉDIO	200.000,00	200.000,00	162.634,34	81,32	162.634,34	81,32
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	575.000,00	785.000,00	703.671,31	89,64	694.007,14	88,41
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	9.028.950,00	10.156.726,48	8.700.089,13	85,66	8.469.617,90	83,39

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.287.334,68
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49 h)	42.991,88
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	243.600,67
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	43.337,83
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	1.617.265,06
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))	5.995.711,36
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	25,36

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
		(d)	Até Outubro (e)	% (f) = (e/d) x100	Até Outubro (g)	% (h) = (g/d) x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	658.000,00	726.969,37	394.073,83	54,21	390.013,14	53,65
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.279.500,00	2.601.663,59	988.936,94	38,01	983.487,99	37,80
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	2.937.500,00	3.328.632,96	1.383.010,77	41,55	1.373.501,13	41,26
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	11.966.450,00	13.485.359,44	10.083.099,90	74,77	9.843.119,03	72,99

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	
	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
	(h)	
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	243.600,67	68.969,37
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.528.630,33	567.675,18
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.211.325,16	390.048,56
48.1- Orçamento do Exercício	6.211.325,16	390.048,56
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	42.991,88	8.871,52
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	(396.102,28)	255.467,51
51- (+) Ajustes	802.606,84	35,42
51.1- Retenções	802.606,84	35,42
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	406.504,56	255.502,93

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 21/11/2017, às 07:34:52.

* A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

* A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

* Caput do artigo 212 da CF/1988.

* A linha "34" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

* A linha "38" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

* Nas linhas "36" e "37", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 1433182

JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Trata-se da Justificativa da ausência de chamamento público para a realização da parceria entre a Administração Municipal e a ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES SEMPRE VIVA CNPJ 00.547.038/0001-89, conforme preconiza a Lei nº 13.019 em seu artigo 32 conforme segue:

Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Ressalto a emissão do Parecer Jurídico 91/2017 que versa sobre a existência de Lei municipal Nº 846/2017 que autoriza o repasse à

entidade mencionada, sendo assim, inexigível o chamamento público conforme preconiza o inciso II do artigo 31 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015.

Ante o exposto e diante das justificativas apontadas, remeto a fim de providenciar a publicação prevista no §1º do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Apiúna, 21 de Novembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito

PORTARIA Nº0491/2017

Publicação Nº 1432949

PORTARIA Nº 0491/2017

De 21 de novembro de 2017

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE
DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 64, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de 03 de abril de 1990,

CONSIDERANDO, a edição do Decreto nº 2.852/2017, que declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado, terreno neste município de Apiúna;

CONSIDERANDO, que a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação é apenas o ato inicial do procedimento expropriatório;

CONSIDERANDO, que devem ser cumpridos os requisitos constitucionais para o aperfeiçoamento das desapropriações desejadas;

CONSIDERANDO, que a fase executória da desapropriação se dá através do processo administrativo com a sucessão de fases que compreende a avaliação, citação e possível composição de interesses entre o município de Apiúna e o proprietário do imóvel desapropriado;

RESOLVE

Art. 1º. Promover a abertura de Processo Administrativo para fins de formalizar a desapropriação do imóvel descrito no Decreto nº 2.852 de 17 de Novembro de 2017.

Art. 2º. Nomear os Servidores Aldo José Koth, Luiz Conrado Schmidt e Carlos Alberto Peixer Vinci para que façam parte da Comissão para os fins previstos no artigo anterior.

Art. 3º. Designar o servidor Carlos Alberto Peixer Vinci para presidir a dita Comissão, fixando prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período para a conclusão dos trabalhos.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 21 de novembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

TERMO DE COLABORAÇÃO 07/2017

Publicação Nº 1433084

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2017
Processo nº 07/2017

Termo de Colaboração que celebram entre si estabelecem o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ para execução do Programa Urgência e Emergência Hospitalar em Saúde Pública.

Aos 20 dias do mês de novembro de 2017, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela sua Prefeita, senhora LEANI KAPP SCHMITT doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, inscrita no CNPJ sob nº 83.574.616/0001-01, com sede na Rua João Gossensheimer - Centro, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor LAURI CASSEL, inscrito no CPF sob nº 310.918.309-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado PARTÍCIPE, ajustam celebrar o presente Termo de Colaboração, com fundamento na Lei nº 13019, de 31 de julho de 2014 e alterações e Lei Municipal Nº 764, de 13 de dezembro de 2013, conforme procedimentos documentados no processo administrativo n.º 05/2017, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações, 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e alterações, e alterações e Lei Municipal Nº 764, de 13 de dezembro de 2013, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO PACTUADO

A presente parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento à população de Arabutã, nos serviços de atendimento hospitalar em urgência em saúde pública entre outros através do repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e nos termos do Art. 6º, § 2º, Anexo II e III, da Lei Municipal nº 764/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O Município obriga-se:

- efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo Único deste Termo.
- supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;
- examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTÍCIPE;
- monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados, avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;
- orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;
- encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município;
- assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

II – O PARTÍCIPE obriga-se:

- responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;
- ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;
- responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;
- submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;
- encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos em período hábil;
- manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;
- aplicar os recursos provenientes desta parceria enquanto não utilizados, em caderneta de poupança caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos ocorrer em prazo menor que 1 (um) mês;
- computar, obrigatoriamente, a crédito do termo as receitas financeiras auferidas na forma do inciso anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
- devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras realizadas, no

prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;

k) prestar os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;

l) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;

m) manter em arquivo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;

n) em caso de rescisão de contrato de trabalho de pessoa vinculada ao projeto/programa/plano de ação, arcar com o pagamento da multa prevista no art. 16, §1º da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações;

o) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho direta ou indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Concórdia para responder à ação;

p) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

q) prestar atendimento à população do Município de Arbutã com os serviços de atendimento hospital de urgência e emergência em saúde pública, entre outros.

r) auxiliar na preservação da vida, em casos fortuitos ou de força maior;

s) comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizados junto ao MUNICÍPIO;

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;

b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;

c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e

d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será de R\$ 120.000,00, da seguinte forma:

– Primeira Parcela: R\$ 60.000,00, prevista para 30/11/2017;

– Segunda Parcela: R\$ 60.000,00, prevista para 20/12/2017.

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Terceira equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária:

Órgão: 09 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto/Atividades: 2.077 Concessão de Subvenções Sociais

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.121.00000 (17)Transf a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta corrente nº 26491-1, agência 3067-8, do Banco SICOB/CREDIAUC em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e à medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e Lei Municipal nº 764/2013;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;

§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A vigência do presente termo será de 20 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

§ 1º O presente termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo PARTÍCIPE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, considerando, para tanto, Relatório de Atendimento das Metas Pactuadas, Relatório de Execução do Objeto e documentos estabelecidos nos termos do Capítulo X, Seção I e II, Anexo V, da Lei Municipal 764/2013 e ainda, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores.

§ 1º Somente serão aceitos como comprovante de despesa referente a impostos e contribuições, guias quitadas de pagamento, não sendo considerados documentos hábeis na prestação de contas as certidões negativas de débito.

§ 2º Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

§ 3º O gestor do termo de colaboração deverá considerar, ainda em sua análise:

I – o relatório da comissão de monitoramento e avaliação acerca do cumprimento do objeto da parceria nos termos do art. 58, Lei 13.019/14 e da Cláusula Sétima do presente Termo;

II – os valores efetivamente transferidos pela administração pública;

III – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PARTÍCIPE na prestação de contas.

§ 4º A prestação de contas, quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, deverá ser apresentada a administração no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência da parceria, e para o caso de liberação mensal ou parcela, deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, ficando a liberação de cada parcela vinculada a prestação de contas da parcela anterior.

§ 5º Os documentos de despesa (faturas, notas fiscais, etc), que integram a prestação de contas, apresentados ao Município, em via original, devem ser mantidos pela OSC em arquivo próprio à disposição dos órgãos de fiscalização pelo período de 10 (dez) anos a contar da entrega da prestação de contas.

§ 6º A prestação de contas parcial deverá ser apresentada como condição para o recebimento da parcela seguinte, observando os mesmos procedimentos supra relacionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, in loco, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

§ 1º A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará após verificar:

I – a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – a análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – as adequações oriundas da análise de auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de direitos e/ou políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.

§ 3º Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014e alterações, da Lei Municipal nº 764/2013e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

§ 5º O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficial o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso I desta Cláusula; (ou utilizar os § 5º ao § 11º da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e Lei Municipal nº764/2013);

§ 6º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso II desta Cláusula;

§ 7º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso III desta Cláusula;

§ 8º Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

§ 9º O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 30 (trinta) dias, a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

§ 10º As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado no parágrafo 4º do mesmo, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;

II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;

III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;

IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;

V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.

VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;

II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu o Termo, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º, da Lei Municipal nº 764/2013 e demais dispositivos aplicáveis.

Parágrafo único. Havendo relevância e interesse público e mediante aprovação pela administração pública da alteração no plano de trabalho, os rendimentos das aplicações financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pelo PARTÍCIPE na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E/OU REMANESCENTES

Cabe ao administrador público a titularidade dos bens e direitos permanentes e/ou remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.

§ 1º Caso o PARTÍCIPE adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 2º A responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Arabutã, observando o disposto na Constituição Federal nos arts. 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

O Presidente do PARTÍCIPE, senhor Lauri Cassel, casado, agricultor, inscrito no CPF sob nº 310.918.309-91e no RG sob nº 861.123 SSP/SC, domiciliado no município de Arabutã, assume neste ato responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

Parágrafo único. O dirigente indicado no caput deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Arabutã, SC, 20 de novembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT Prefeita	LAURI CASSEL Presidente da Associação Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz
--------------------------------	--

Testemunhas:

1. 2.

Nome: Glaucia Pottratz
CPF:053.825.249-98

Nome:Maila Kreibin
CPF: 093.293.199-55

ANEXO ÚNICO
PLANO DE TRABALHO
DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente Associação de Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz		CNPJ 83.574.616/0001-01	
Endereço do Órgão/Entidade Rua João Gossenheimer, 308 –Centro			
Cidade Arabutã	UF SC	CEP 89740-000	Telefone (49) 3448-0000
Conta Corrente 26491-1	Banco Siccob/Crediauc	Agência 3067-8	Praça de Pagamento Arabuta - SC
Objetivos Sociais da Entidade Prestar assistência à saúde a todos que buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra situação.			
Informações relativas à Capacidade Técnica e Operacional do Proponente A Associação de Assistência Hospitalar Osvaldo Cruz têm capacidade técnica e operacional para prestar atendimentos hospitalares de urgência e emergência em saúde pública. Conta com um quadro de pessoal qualificado, composto de administrador, médicos, enfermeiro, técnicos de enfermagem e agentes de serviços gerais. Dispõe ainda da estrutura física para o desempenho das atividades a que se propõe.			

REPRESENTANTES LEGAIS

Presidente Lauri Cassel	CPF 310.918.309-91	CI/Órgão expedidor 861.123 SSP/SC
Tesoureiro Fernanda Beatriz Laux	CPF 095.897.529-93	CI/Órgão expedidor 5.831.314 SSP/SC

Objetivos: Realizar atendimento hospitalar de urgência e emergência e emergência em saúde pública para preservar a saúde e a vida das pessoas, mediante procedimentos como internações, administração de medicamentos, aferição de pressão arterial, curativos, suturas, atendimentos de urgência, debridamentos, sondagens vesicais, drenagens, cantoplastias, lavados otológicos, procedimentos cirúrgicos, eletrocardiogramas em atendimentos de urgências e consultas médicas

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Atendimento Hospital de Urgência e Emergência em Saúde Pública	Cronograma financeiro de desembolso 1ª Parcela – R\$ 60.000,00 – 30/11/2017
Cronograma Físico de Execução Período de 11/2017 a 12/2017	2ª Parcela – R\$ 60.000,00 – 20/12/2017
Realidade do Projeto e metas: Prestar atendimento hospitalar de urgência e emergência em saúde pública à população do Município de Arabutã, através da prestação de serviço correlatos, onde no ano de 2016 foram realizadas: internações, administração de medicamentos, aferição de pressão arterial, curativos, suturas, atendimentos de urgência, debridamentos, sondagens vesicais, drenagens, cantoplastias, lavados otológicos, procedimentos cirúrgicos, eletrocardiogramas em atendimentos de urgências e consultas médicas.	
Metas: realizar atendimentos hospitalares de urgência e emergência em saúde pública, dos mais variados solicitados pela população do município, com agilidade e qualidade para preservar a saúde e a vida das pessoas.	

Metas a serem atingidas e executadas:

Realizar atendimentos hospitalares de urgência e emergência em saúde pública, dos mais variados solicitados pela população do município, com agilidade e qualidade para preservar a saúde e a vida das pessoas, mediante:

Internações: 15

Administração de medicamentos: 100

Aferição de pressão arterial: 20

Curativos: 15

Suturas: 10

Atendimentos de urgência: 100

Debridamentos: 01

Sondagens vesicais: 01

Drenagens: 03

Cantoplastias: 02

Lavados otológicos: 02

Procedimentos cirúrgicos: 05

Eletrcardiogramas em atendimentos de urgências: 04

Consultas médicas: 100

Receitas para execução do Projeto:

- Contribuição dos Sócios

- Repasses financeiros do Município de Arabutã

Despesas para Execução do Projeto:

- Despesas com assistência médica hospitalar e horário normal de trabalho em regime de plantão: Aproximadamente R\$ 90.000,00.

- Despesas com Pagamento de Pessoal – contratados em regime permanente: Aproximadamente R\$ 4.000,00.

- Despesas com a aquisição de materiais de uso hospitalar e manutenção de equipamentos hospitalares: Aproximadamente R\$ 26.000,00.

Forma de execução das atividades ou cumprimento das metas:

Em nosso projeto a prioridade é ser ágil, prestativo, atencioso e conhecedor do que se está fazendo. As metas deverão ser cumpridas fazendo um atendimento excelente e dentro do tempo limite para que a saúde e a vida das pessoas seja preservada.

Definição dos parâmetros usados para aferição do cumprimento das metas:

Média dos atendimentos realizados nos últimos três anos. Por se tratar de procedimentos hospitalares de urgência e emergência, a quantificação ocorreu por estimativa, podendo gerar atendimentos a maior em alguns tipos de serviços e a menor em outros, bem como, poderão surgir novos atendimentos correlatos e que não foram apresentados.

Plano de aplicação dos recursos com orçamento detalhado do objeto/serviço a ser adquirido

R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): Pagamento de salários e encargos trabalhistas com assistência médica em horário normal e em regime de plantão e pessoal contratado em regime permanente;

R\$ 4.000,00 (quatro mil reais): Pagamento de salários e encargos trabalhistas com assistência médica em horário normal - pessoal contratado em regime permanente;

R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais): Pagamento de Despesas com a aquisição de materiais de uso hospitalar e manutenção de equipamentos hospitalares

Especificação completa dos bens a serem adquiridos e/ou serviços contratados com custo de mercado

R\$ 90.000,00 (quatrocentos e trintamila reais): Pagamento de salários e encargos trabalhistas com assistência médica em horário normal e em regime de plantão e pessoal contratado em regime permanente;

R\$ 4.000,00 (quatro mil reais): Pagamento de salários e encargos trabalhistas com assistência médica em horário normal - pessoal contratado em regime permanente;

R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais): Pagamento de Despesas com a aquisição de materiais de uso hospitalar e manutenção de equipamentos hospitalares

Plano de Aplicação

NATUREZA DA DESPESA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR SOLICITADO (R\$)
Despesas de Custeio		
Pagamento de Pessoal	Pagamento de salários e encargos trabalhistas com assistência médica em horário normal com pessoal contratado em regime permanente	4.000,00
Pagamento de Pessoal	Pagamento de salários e encargos trabalhistas com assistência médica em horário normal e em regime de plantão	90.000,00
Pagamento Aquisição de Materiais e Equipamentos	Pagamento de Despesas com a aquisição de materiais de uso hospitalar e manutenção de equipamentos hospitalares	26.000,00
Total R\$		120.000,00 60.000- mensal

Arabutã, SC, 20 de novembro de 2017.

LAURI CASSEL

Presidente da Associação de Assistência
Hospitalar Osvaldo Cruz

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

TERMO DE COLABORAÇÃO 08/2017

Publicação Nº 1433086

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08/2017

Processo nº 08/2017

Termo de Colaboração que celebram entre si estabelecem o MUNICÍPIO DE ARABUTA e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ para execução do Programa Prevenção à vida, saúde e defesa civil.

Aos 20 dias do mês de novembro de 2017, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela sua Prefeita, senhora LEANI KAPP SCHMITT doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, inscrita no CNPJ sob nº 80.623077/0001-57, com sede na Travessa Waldomiro Pottratz, SN - Centro, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor GERSON GILMAR HEIN inscrito no CPF sob nº 008.109.969-01, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado PARTÍCIPE, ajustam celebrar o presente Termo de Colaboração, com fundamento na Lei nº 13019, de 31 de julho de 2014 e alterações e Lei Municipal Nº 764, de 13 de dezembro de 2013, conforme procedimentos documentados no processo administrativo n.º 06/2017, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações, 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e alterações, e alterações e Lei Municipal Nº 764, de 13 de dezembro de 2013, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO PACTUADO

A presente parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento à população de Arabutã, nos serviços de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros e auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior entre outros através do repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e nos termos do Art. 6º, § 2º, Anexo II e III, da Lei Municipal nº 764/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O Município obriga-se:

- a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo Único deste Termo.
- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;
- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTÍCIPE;
- e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- f) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados, avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;
- g) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;
- h) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município;
- i) assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

II – O PARTÍCIPE obriga-se:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;
- b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;
- c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;
- e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;
- f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos em período hábil;
- g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;
- h) aplicar os recursos provenientes desta parceria enquanto não utilizados, em caderneta de poupança caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos ocorrer em prazo menor que 1 (um) mês;
- i) computar, obrigatoriamente, a crédito do termo as receitas financeiras auferidas na forma do inciso anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
- j) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;
- k) prestar os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;

- l) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;
- m) manter em arquivo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
- n) em caso de rescisão de contrato de trabalho de pessoa vinculada ao projeto/programa/plano de ação, arcar com o pagamento da multa prevista no art. 16, §1º da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações;
- o) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho direta ou indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Concórdia para responder à ação;
- p) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.
- q) prestar atendimento à população do Município de Arbutã com os serviços de atendimento hospital de urgência e emergência em saúde pública, entre outros.
- r) auxiliar na preservação da vida, em casos fortuitos ou de força maior;
- s) comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizados junto ao MUNICÍPIO;

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

- a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e
- d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será de R\$ 20.000,00, em 02 parcelas, da seguinte forma:

- Primeira Parcela: R\$ 10.000,00, prevista para 30/11/2017;
- Segunda Parcela: R\$ 10.000,00, prevista para 20/12/2017;

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Terceira equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária:

Órgão: 11 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Unidade: 01Assessoria Operacional

Projeto/Atividade: 2.008 Atividades de Defesa Civil

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 (6) Transf a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta corrente nº, agência 3067-8, do Banco SICOB/CREDIAUC em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e à medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e Lei Municipal nº 764/2013;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;

§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

- I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;
- IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A vigência do presente termo será de 20 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

§ 1º O presente termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo PARTÍCIPE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, considerando, para tanto, Relatório de Atendimento das Metas Pactuadas, Relatório de Execução do Objeto e documentos estabelecidos nos termos do Capítulo X, Seção I e II, Anexo V, da Lei Municipal 764/2013 e ainda, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores.

§ 1º Somente serão aceitos como comprovante de despesa referente a impostos e contribuições, guias quitadas de pagamento, não sendo considerados documentos hábeis na prestação de contas as certidões negativas de débito.

§ 2º Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

§ 3º O gestor do termo de colaboração deverá considerar, ainda em sua análise:

- I – o relatório da comissão de monitoramento e avaliação acerca do cumprimento do objeto da parceria nos termos do art. 58, Lei 13.019/14 e da Cláusula Sétima do presente Termo;
- II – os valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- III – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PARTÍCIPE na prestação de contas.

§ 4º A prestação de contas, quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, deverá ser apresentada a administração no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência da parceria, e para o caso de liberação mensal ou parcela, deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, ficando a liberação de cada parcela vinculada a prestação de contas da parcela anterior.

§ 5º Os documentos de despesa (faturas, notas fiscais, etc), que integram a prestação de contas, apresentados ao Município, em via original, devem ser mantidos pela OSC em arquivo próprio à disposição dos órgãos de fiscalização pelo período de 10 (dez) anos a contar da entrega da prestação de contas.

§ 6º A prestação de contas parcial deverá ser apresentada como condição para o recebimento da parcela seguinte, observando os mesmos procedimentos supra relacionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, in loco, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

§ 1º A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento

e avaliação designada, que o homologará após verificar:

I – a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – a análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – as adequações oriundas da análise de auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de direitos e/ou políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.

§ 3º Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, da Lei Municipal nº 764/2013 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

§ 5º O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficial o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso I desta Cláusula; (ou utilizar os § 5º ao § 11º da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e Lei Municipal nº 764/2013);

§ 6º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso II desta Cláusula;

§ 7º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso III desta Cláusula;

§ 8º Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

§ 9º O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 30 (trinta) dias, a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificado e aceitos pelo Gestor da parceria.

§ 10º As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado no parágrafo 4º do mesmo, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;

II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;

III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;

IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;

V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.

VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;

II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu

o Termo, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º, da Lei Municipal nº 764/2013 e demais dispositivos aplicáveis.

Parágrafo único. Havendo relevância e interesse público e mediante aprovação pela administração pública da alteração no plano de trabalho, os rendimentos das aplicações financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pelo PARTÍCIPE na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E/OU REMANESCENTES

Cabe ao administrador público a titularidade dos bens e direitos permanentes e/ou remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.

§ 1º Caso o PARTÍCIPE adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 2º A responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Arabutã, observando o disposto na Constituição Federal nos arts. 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

O Presidente do PARTÍCIPE, senhor Gerson Gilmar Hein, casado agricultor, inscrito no CPF sob nº 008.109.969-01 e no RG sob nº 3.572.727-SSP-SC, domiciliado no município de Arabutã, assume neste ato responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

Parágrafo único. O dirigente indicado no caput deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas

abaixo relacionadas.

Arabutã, SC, 20 de novembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT Prefeita	GERSON GILMAR HEIN Presidente da Associação de Serviços Sociais de Arabutã
--------------------------------	---

Testemunhas:

1. 2.

Nome: Glaucia Pottratz Nome: Maila Kreibin

CPF: 053.825.249-98 CPF: 093.293.199-55

ANEXO ÚNICO
PLANO DE TRABALHO
DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente Associação de Serviços Sociais Voluntários de Arabutã		CNPJ 80.623.077/0001-57	
Endereço do Órgão/Entidade Travessa Waldomiro Pottratz, SN– Centro			
Cidade Arabutã	UF SC	CEP 89740-000	Telefone (49) 3448-0007
Conta Corrente 33188-0	Banco Sicoob/Crediauc	Agência 3067-8	Praça de Pagamento Arabutã - SC
Objetivos Sociais da Entidade Prestar atendimentos de natureza social voluntária, na área de Segurança, Saúde e Defesa Civil, fundamentalmente em serviços de combate a incêndios; busca e salvamento; prestações de socorros em caso de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas			
Informações relativas à Capacidade Técnica e Operacional do Proponente A Associação de Serviços Sociais Voluntários de Arabutã têm capacidade técnica e operacional para prestar serviços de combate a incêndios; busca e salvamento; prestações de socorros em caso de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas atendimentos hospitalares de urgência e emergência em saúde pública. Conta com um quadro de trinta e três bombeiros voluntários, três servidores lotados e dispõe ainda da estrutura física para o desempenho das atividades a que se propõe.			

REPRESENTANTES LEGAIS

Presidente Gerson Gilmar Hein	CPF 008.109.969-01	CI/Órgão expedidor 3.572.727SSP/SC
Tesoureiro Odete Meyring	CPF 044.507.719-07	CI/Órgão expedidor 4.134.912SSP/SC

Objetivos: Realizar a prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros e auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Ações de prevenção à vida, saúde e defesa civil	Cronograma financeiro de desembolso 1ª Parcela – R\$ 10.000,00 – 30/11/2017 2ª Parcela – R\$ 10.000,00 – 20/12/2017
Cronograma Físico de Execução Período de 11/2017 a 12/2017	

Realidade do Projeto e metas:

Prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros e auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior, onde no ano de 2016 foram realizados: abastecimento de água, busca e salvamento, captura de animais, extermínio de insetos, atendimentos a acidentes e emergências médicas, atendimento a suicídio e homicídio, atendimento a destelhamento e incêndios.

Metas: realizar atendimentos dos mais variados solicitados pela população de nosso município e região, vindo disponibilizar e proporcionar aos mesmos, agilidade e conhecimentos adquiridos para amenizar as diversas ocorrências por nós solicitadas, avaliar os pedidos e direcionar para o destino ideal sempre com agilidade e qualidade para preservar a saúde e a vida das pessoas.

Metas a serem atingidas e executadas:

realizar atendimentos dos mais variados solicitados pela população de nosso município e região, vindo disponibilizar e proporcionar aos mesmos, agilidade e conhecimentos adquiridos para amenizar as diversas ocorrências por nós solicitadas, avaliar os pedidos e direcionar para o destino ideal sempre com agilidade e qualidade para preservar a saúde e a vida das pessoas, mediante:

abastecimento de água, busca e salvamento, captura de animais, extermínio de insetos, atendimentos a acidentes e emergências médicas, atendimento a suicídio e homicídio, atendimento a destelhamento, inundações, deslizamentos e incêndios.

Não há como quantificar os atendimentos pois não há previsibilidade, pois os mesmos decorrem de eventos adversos.

Receitas para execução do Projeto:

- Contribuição dos Sócios
- Repasses financeiros do Município de Arabutã

Despesas para Execução do Projeto:

- Despesas com Pagamento de Pessoal – contratados em regime permanente: Aproximadamente R\$ 16.600,00.
- Despesas com a manutenção de viaturas, combustível, energia elétrica, telefone, serviços contábeis, matérias de limpeza e higiene pessoal e outras despesas correntes necessárias para a manutenção das atividades da entidade.: Aproximadamente R\$ 3.400,00.

Forma de execução das atividades ou cumprimento das metas:

Em nosso projeto a prioridade é ser ágil, prestativo, atencioso e conhecedor do que se está fazendo. As metas deverão ser cumpridas fazendo um atendimento excelente e dentro do tempo limite para que a saúde e a vida das pessoas sejam preservadas.

Definição dos parâmetros usados para aferição do cumprimento das metas:

Média dos atendimentos realizados nos últimos três anos. Por se tratar de procedimentos hospitalares de urgência e emergência, a quantificação ocorreu por estimativa, podendo gerar atendimentos a maior em alguns tipos de serviços e a menor em outros, bem como, poderão surgir novos atendimentos correlatos e que não foram apresentados.

Plano de aplicação dos recursos com orçamento detalhado do objeto/serviço a ser adquirido

R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais): Pagamento de salários, vantagens salariais e encargos trabalhistas do pessoal contratado em regime permanente;

R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais): Pagamento de despesas com manutenção de viaturas, combustível, energia elétrica, telefone, serviços contábeis, matérias de limpeza e higiene pessoal e outras despesas correntes necessárias para a manutenção das atividades da entidade.

Especificação completa dos bens a serem adquiridos e/ou serviços contratados com custo de mercado

R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais): Pagamento de salários, vantagens salariais e encargos trabalhistas do pessoal contratado em regime permanente;

R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais): Pagamento de despesas com manutenção de viaturas, combustível, energia elétrica, telefone, serviços contábeis, matérias de limpeza e higiene pessoal e outras despesas correntes necessárias para a manutenção das atividades da entidade.

NATUREZA DA DESPESA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR SOLICITADO (R\$)
Despesas de Custeio		
Despesas de consumo	Despesas com manutenção de viaturas, combustível, energia elétrica, telefone, serviços contábeis, matérias de limpeza e higiene pessoal e outras despesas correntes necessárias para a manutenção das atividades da entidade.	Manutenção de viaturas: 400,00 Combustível: 1.600,00 Energia elétrica, telefone e outros serviços: 800,00 Materiais de limpeza, higiene pessoal e outras despesas correntes: 600,00 Total: R\$ 16.600,00
Pagamento de Pessoal	Pagamento de salários, vantagens salariais e encargos trabalhistas do pessoal contratado em regime permanente;	Três servidores lotados: salário, horas extras, sobreaviso, férias, 13º salário, encargos trabalhistas Total: R\$ 16.600,00
Total R\$		20.000,00 10.000,00- mensal

Aprovado em 20 de novembro de 2017.

GERSON GILMAR HEIN
Presidente da Associação de Serviços Sociais
Voluntários de Arabutã

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0087/2017 - RECAUCHUTADORA RODA LTDA

Publicação Nº 1432242

CONTRATO Nº 0087/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00119/2017, PREGÃO Nº 0037/2017, CONTRATAÇÃO DE RECAUCHUTAGEM E RECAPAGENS DE PNEUS PARA MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA RECAUCHUTADORA RODA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e a empresa RECAUCHUTADORA RODA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.512.624/0001-15, com sede na Rodovia SC 135, TREVO SUL cx. postal 190 Município de Joaçaba – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor MARCOS NEUHAUSER, portador do CPF nº 461.469.899-91 e RG sob nº 1.309.817 e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 00119/2017, Pregão nº. 0037/2017, doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é prestação de serviços pela contratada de SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM E CONSERTOS DE PNEUS PARA MÁQUINAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, conforme Pregão n.º 0037/2017, nos itens vencidos pela empresa, que com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais e conforme segue:

Lote	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
1	1	28109 - Recauchutagem de pneu 17.5-25 G-2, conforme a largura do pneu original. (Retroescavadeira JCB – traseiro) VIPAL	Un	4	1.748,39019	6.993,56
1	2	28110 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 17.5-25 G-2) quando necessário. (Retroescavadeira JCB – traseiro) VIPAL	Un	6	101,07327	606,44
2	3	28140 - Recauchutagem de pneu 12.5/80-18, conforme a largura do pneu original. (Retroescavadeira JCB – dianteiro) VIPAL	Un	4	735,20054	2.940,80
2	4	28141 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 12.5/80-18) quando necessário. (Retroescavadeira JCB – dianteiro) VIPAL	Un	6	84,86631	509,20
3	5	28142 - Recauchutagem de pneu 12.5/80-18, conforme a largura do pneu original. (Retroescavadeira CAT – dianteiro) VIPAL	Un	4	730,9385	2.923,75
3	6	28143 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 12.5/80-18) quando necessário. (Retroescavadeira CAT – dianteiro) VIPAL	Un	6	84,37433	506,25
4	7	28144 - Recauchutagem de pneu 19.5 – 24. (Retroescavadeira CAT – traseiro) VIPAL	Un	4	1.827,85756	7.311,43
4	8	28145 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 19.5 - 24) quando necessário. (Retroescavadeira CAT – traseiro) VIPAL	Un	6	114,76169	688,57
9	17	28156 - Recapagem a frio, pneu 10.16.5, desenho original. (Mini Carregadeira New Holland) VIPAL	Un	8	634,30736	5.074,46
9	18	28157 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 10.16.5) quando necessário. (Mini Carregadeira New Holland) VIPAL	Un	8	76,94261	615,54
10	19	28154 - Recapagem de pneu 14-09-24, borrachudo, comum, profundidade mínima 18mm. (Trator New Holland - dianteiro) VIPAL	Un	2	1.149,80041	2.299,60
10	20	28155 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 14-09-24) quando necessário. (Trator New Holland – dianteiro) VIPAL	Un	6	113,39988	680,40

11	21	28158 - Recapagem de pneu 215/75 R17.5, borrachudo, comum, profundidade mínima 15mm. (Ônibus VW 9.150/ Mascarelo Granmini, ano 2005, utilizado para o transporte escolar, ensino médio, fundamental e infantil) VIPAL	Un	8	342,5532	2.740,43
11	22	28160 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 215/75 R17.5) quando necessário. (Ônibus VW 9.150/ Mascarelo Granmini, ano 2005, utilizado para o transporte escolar, ensino médio, fundamental e infantil) VIPAL	Un	8	51,19681	409,57
13	25	28163 - Recapagem de pneu 750/16, borrachudo, comum, com profundidade mínima de 15mm. (Ônibus Marcopolo/Volare V8L 4X4 EO Ano 2014/2015, utilizado para o transporte escolar, ensino médio, fundamental e infantil) VIPAL	Un	16	317,51862	5.080,30
13	26	28164 - Conserto interno denominado RAC (para pneu 750/16) quando necessário. (Ônibus Marcopolo/Volare V8L 4X4 EO Ano 2014/2015, utilizado para o transporte escolar, ensino médio, fundamental e infantil) VIPAL	Un	10	46,97021	469,70
Total						39.850,00

CLÁUSULA SEGUNDA - As recapagens de que trata este Contrato, deverão ser realizadas conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem, emitida pela Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – SC, conferência do Setor de Controle interno quando da retirada e por ocasião da entrega, conforme itens vencidos:

CLÁUSULA TERCEIRA - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$39.850,00 (TRINTA E NOVE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste, durante o período de execução do Contrato.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo para a prestação dos serviços será da assinatura do presente contrato, pelo período de um ano ou até que durar a quantidade licitada. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos seguintes elementos de despesas da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2017:

88 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 28 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 47 - 1 . 2004 . 12 . 362 . 12 . 2.28 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 45 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 51 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.31 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 49 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – A nota fiscal deverá ser emitida conforme a Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

§ 1º – Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá citar no corpo da nota (complemento) o número da Autorização de Fornecimento o qual foi fornecido à empresa.

§ 2º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2.1, deste Edital).

§ 3º - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega dos serviços de recauchutagem, recapagem e se necessários os consertos internos dos pneus, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

§ 4º - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

§ 5º - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

§ 6º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora.

CLÁUSULA SÉTIMA – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos materiais a serem adquiridos, e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas, ou seja, materiais de ótima qualidade.

CLÁUSULA OITAVA - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA NONA – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 10% (dez por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes com a entrega dos materiais, assim como, os aparelhos e equipamentos necessários ao bom e perfeito resultado dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos deverão ser ressarcidos à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e outras despesas que se fizerem necessárias decorrentes da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão Presencial nº 0037/2017, obrigando-se à Contratada em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Quinta - O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e consolidadas, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

Cláusula Décima Sexta - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 1º de novembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Contratante

RECAUCHUTADORA RODA LTDA

CNPJ: 83.512.624/0001-15

MARCOS NEUHAUSER

Contratado

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02
CONTRATO Nº 0087/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00119/2017
PREGÃO Nº 0037/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS
CONTRATADA: EMPRESA RECAUCHUTADORA RODA LTDA.
VALOR: R\$39.850,00

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0066/2017 - DL

Publicação Nº 1433127

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0126/2017 - DL
Dispensa de Licitação Nº 0066/2017 - DL
Setor(es) Solicitante(s): SEC. DA CULTURA E ESPORTES

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA AS FASES FINAIS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL E DA OLEAT nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0066/2017 - DL
Fornecedor: ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE (07.591.924/0001-59)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	3628 - ARBITRAGEM	Un	48	160,00	7.680,00
Total					7.680,00

Valor Total: R\$ R\$ 7.680,00 (sete mil e seiscentos e oitenta reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se,

Arroio Trinta - SC, 21/11/2017.
Claudio Spricigo.
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N. 3/2017

Publicação Nº 1432410

MUNICÍPIO DE ASCURRA

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 3/2017

ESPÉCIE: Termo de Fomento celebrado MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.772/0001-61, com sede na Rua Benjamin Constant, n. 222, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina, e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA-APIÚNA-RODEIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.754.806/0001-26, com sede junto à BR 470, KM 90,5, n. 2.080, bairro Estação, Ascurra, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Repasse de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), destinados ao desenvolvimento do seguinte projeto: "Auxílio ao Corpo de Bombeiros Voluntário", sendo que o projeto tem como objeto a transformação de um veículo furgão em ambulância de unidade de suporte básico de vida e atendimento médico emergencial.

VALOR: R\$ R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

PRAZO: Até 31.12.2017, a partir da data da assinatura.

Lairton Antônio Possamai
Prefeito

LEI Nº 1492, DE 10/11/2017

Publicação Nº 1432345

LEI Nº 1492, de 10 de Novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais

e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II AS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2018 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2018-2021.

Parágrafo único - As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2018, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º - Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, com seus Fundos Especiais, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Administração.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência

de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos.

Parágrafo Único - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 7º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 8º - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará (1) a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento de Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, com identificação de cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e (2) a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, na forma dos seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III – Resumo Geral da Despesa;

IV – Programa de Trabalho;

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos;

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária;

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções;

X – Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2018;

XI – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

XII – Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;

XIII – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Administração Direta, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 9º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I – Quadro demonstrativo geral da evolução da Receita dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 acrescidos da previsão para 2018, além de justificativa da estimativa para 2019 e 2020, acompanhados de metodologia e memória de cálculo;

II – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, dos três últimos exercícios e da estimada para o exercício corrente.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 10º - Os orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - A lei orçamentária conterá autorização ao Poder Executivo para, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios de Convênios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Art. 12 - Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartado da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a Servidor Municipal.

Art. 13 - As previsões de receita para o exercício de 2018 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, a variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, e serão acompanhados de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º, IV, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - redução de despesas com manutenção;

IV - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

V - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2018, a 25% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2017.

Art. 16 - O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2018 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a até 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo II desta lei.

§ 1º - Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas, diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçada ou orçada a menor, e, neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries e passivos contingentes, conforme disposto no Anexo II desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constante idêntica previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2019.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme Art. 5º, § 5º, da LRF.

Art. 18- O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação.

Art. 19 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado.

§ 1º - Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 20 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural ou esportivo, sem fins lucrativos, e aquelas de cooperação técnica, de saúde ou voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 21 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado na Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 23 - Fica autorizado o custeio de despesas ou serviços de

competência de outros Entes da Federação pela Administração Municipal quando houver convênios, acordos ou ajustes e a respectiva autorização e os recursos na lei orçamentária.

Art. 24 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 25 - A lei orçamentária para 2018 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou modalidade que o compõem.

Art. 26 - As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 27 - No Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, da execução orçamentária de 2018, poder-se-á fazer a inclusão de elementos de despesa ou a alteração de seus valores, sempre limitados aos valores fixados pela lei orçamentária anual para cada modalidade de aplicação, dentro do projeto, atividade ou operações especiais, por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo.

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018, constantes no Anexo II desta lei e alterações posteriores.

Art. 29 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 30 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Seção II

Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 31 - As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2018 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2018.

§ 2º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 32 - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2018 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser feitas através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

Art. 33 - Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 34 - Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 35 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, de acordo com a legislação vigente.

Art. 36 - A transferência de recursos em favor das organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, observará o disposto na Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como ao disposto no Decreto n. 2.948, de 6 de fevereiro de 2017.

Art. 37 - O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º - O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta-corrente, em banco oficial.

§ 2º - Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 38 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018.

Art. 39 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e ser autorizadas por lei específica.

Art. 40 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único - O montante da dívida pública no exercício de 2018 não excederá o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida apurada ao final de cada semestre.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 41 - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei

autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 42 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - a eliminação das despesas com horas extras, salvo nos casos justificados em que prevalecer o excepcional interesse público disposto no art. 41 da presente lei;

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 44 - Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 45 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 46 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, decorrente da aplicação do inciso II do art. 14 da Lei Complementar

federal nº 101, de 2000, somente entrará em vigor após adoção efetiva das medidas de compensação, se for o caso.

Art. 48 - O Executivo Municipal autorizado por Lei poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 49 - O Executivo Municipal autorizado por Lei poderá conceder benefício fiscal, através de programas de Refinanciamento de Débitos Fiscais (Refis) a ser considerado nos cálculos do orçamento da receita anual de 2018, desde que apresentado os estudos do seu impacto e o atendimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 50 - A Dívida Ativa de valor inferior a 50 (UFM's), por contribuinte, poderá não ser imediatamente encaminhada à cobrança judicial, sendo que permanecerá como estoque de dívida ativa do município para possível cobrança até o exercício imediatamente anterior a sua prescrição, onde será procedido o seu cancelamento mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal n.101/00).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido no Art. 1º dos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de Ascurra.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados, em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não

comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais imprevistos.

Art. 52 – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 53 – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 54 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 55 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e/ou Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para captação de recursos e/ou realização de obras ou serviços de interesse do Município.

Art. 56 – O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 57 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 10 de Novembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 10 de Novembro de 2017.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Piçarras

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2017

Publicação Nº 1433250

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO: CONCURSO PÚBLICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO PIÇARRAS E O INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM, PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, 299, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.551.523/0001-53, neste ato representado por seu Presidente Sr. João Bento Moraes, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 384.054.079-87, portador da carteira de identidade (RG) 4.366.863 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua João de Deus Carvalho, 198, Santo Antônio, Balneário Piçarras/SC, doravante denominado de CONTRATANTE e o INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, doravante denominado simplesmente IBAM, pessoa jurídica de direito privado, associação civil de caráter educativo, científico e cultural, sem fins lucrativos, conforme estabelece seu Estatuto, registro no CNPJ (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas) sob no 33645482/0001-96, sediado na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Rosário, no. 72 com entrada pela Rua Buenos Aires, no. 19, Centro, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representado pelo seu Superintendente Geral, Sr. Paulo Timm, portador da carteira de identidade no 2028439-0 CRA/RJ e inscrito no CPF sob o no 457.512.429-04, resolvem firmar o presente Contrato com dispensa de licitação, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, conforme Processo Administrativo no 105/2017, regendo-se pela referida Lei e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o assessoramento técnico, em desenvolvimento institucional, por parte do IBAM, na elaboração e execução de Concurso Público visando selecionar candidatos para as vagas do quadro permanente da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços de responsabilidade do IBAM, mencionados na Cláusula Primeira deste Contrato, serão desenvolvidos de acordo com as orientações técnica e metodológica descritas na proposta enviada à CONTRATANTE, datada de 07 de agosto de 2017, que passa a integrar o presente Contrato.

Parágrafo Único. O IBAM poderá, para a execução do trabalho ou de suas etapas, utilizar especialistas individuais ou pessoas jurídicas de renomada reputação técnica, caso em que se responsabilizará por seu resultado final.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do IBAM:

1. elaborar os instrumentos normativos do Concurso Público - Edital e anexos - que serão preparados pelo IBAM baseados nas informações e dados definidos com a Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pelo Presidente do Poder Legislativo Municipal conforme Portaria 074/2017, de 24/10/2017;
2. divulgar o Concurso, conforme orientações legais, de modo a garantir o amplo conhecimento público do certame, através do site do IBAM;

3. efetuar inscrição de candidatos, que será realizada pela Internet.
4. proceder o cadastramento geral dos candidatos inscritos;
5. recrutar, remunerar e treinar equipe local para o desenvolvimento das atividades de coordenação e fiscalização da aplicação das provas;
6. imprimir, aplicar e corrigir as provas objetivas;
7. corrigir os cartões-resposta das provas objetivas por meio eletrônico;
8. fornecer todo material necessário para aplicação das provas, folhas de assinatura, folhas de respostas e material de sinalização para cada um dos locais de prova;
9. acondicionar os cadernos de provas em envelopes de segurança, organizados por local e sala, de acordo com o previsto no Edital em quantidade suficiente para atender todos os candidatos inscritos - além de percentual reserva de 10% (dez por cento) para suprir necessidades adicionais;
10. confeccionar e fornecer os manuais e formulários de registro de ocorrências para uso dos coordenadores e fiscais;
11. processar e entregar as listagens de resultados, sendo que a listagem dos aprovados será emitida por cargo, por ordem de classificação e por número de inscrição, inclusive em meio digital, em formato editável para publicação pela Câmara de Vereadores;
12. fornecer dados, instrumentos legais e sugestões de respostas para subsidiar a análise e julgamento de eventuais recursos interpostos pelos candidatos nas diversas etapas de realização do Concurso Público;
13. apoiar a Comissão Organizadora do Concurso Público com argumentos para a resposta a eventuais ações judiciais;
14. emitir relatório final e listagem dos resultados para homologação;
15. apresentar relatório final, contendo, em meio digital todos os dados de cadastro dos candidatos, inclusive com endereço e o resultado final do Concurso Público listado por classificação;
16. elaborar relatório final, em planilha eletrônica, com os dados relativo ao certame, para fornecimento de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC
17. disponibilizar condições especiais para os candidatos com deficiência, gestantes, lactantes e de outros candidatos que necessitem de outras condições especiais, desde que seja solicitado pelos interessados em formulário próprio;
18. arcar com as despesas de transporte, hospedagem e alimentação da equipe técnica do IBAM, envolvida com o Projeto.

II - São obrigações da CONTRATANTE:

1. nomear, através de ato do Presidente da Câmara Municipal, a Comissão de Concurso Público;
2. informar sobre vagas que serão objeto do Concurso Público;
3. facilitar os contatos do IBAM com autoridades e instituições locais com vistas à perfeita organização do certame;
4. divulgar o Concurso Público, conforme orientações legais, pelos meios de comunicação que julgar conveniente, de modo a garantir o amplo conhecimento público do certame;
5. providenciar a publicação, na imprensa oficial, dos atos que, por determinação legal, devam ser divulgados.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

Estão previstos 90 (noventa) dias úteis para o desenvolvimento de todo o projeto. Esse prazo terá início a partir da data de recebimento, pelo IBAM, da legislação local necessária à realização do Concurso Público e Processo Seletivo e Processo Seletivo e do contrato assinado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE

PAGAMENTOS

Os custos para a realização do concurso, tendo por base até 1.500 (mil e quinhentos) candidatos inscritos, serão cobertos com o resultado da arrecadação obtida com o pagamento das inscrições dos candidatos, conforme valores indicados abaixo:

Nível superior = R\$ 100,00 (cem reais);

Nível médio = R\$ 80,00 (oitenta reais);

Nível fundamental = R\$ 60,00 (sessenta reais).

§1º. Caso o número de inscritos para o concurso ultrapasse a previsão de 1.500 (mil e quinhentas) inscrições, reverter-se-á à Câmara de Vereadores 15% (quinze por cento) do valor excedente, isto é, a partir da inscrição 1.501 (mil quinhentos e um).

§ 2º. Caso o número de inscritos ultrapasse esta previsão o IBAM reverterá à Câmara 15% (quinze por cento) do valor excedente em até 10 (dez) dias úteis após a entrega das listagens para a homologação.

§ 3º. Caberá ao IBAM arcar com os valores das inscrições dos candidatos isentos por qualquer motivo.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO

Os recursos necessários às despesas geradas por este Contrato correrão à conta da dotação:

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Projeto/Atividade: 2.001

Código Reduzido: 7

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das disposições previstas neste Contrato, ficam as partes sujeitas às penalidades estabelecidas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do resumo deste Contrato na imprensa oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo a publicação efetivar-se no prazo de 20 (vinte) dias contados do encaminhamento para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INTERRUPTÃO OU DA RESCISÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser interrompido ou rescindido nas hipóteses constantes dos arts. 57, 58, 77, 78 e 79 da Lei no 8.666/93, acarretando as sanções administrativas descritas no art. 81 e seguintes de referido Diploma de Licitações, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Piçarras (SC) para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Contrato que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Balneário Piçarras, 06 de novembro de 2017

CONTRATADA CONTRATANTE

Superintendente Geral, Sr. Paulo Timm Presidente, João Bento Moraes

TESTEMUNHA 01 TESTEMUNHA 02

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/PMBR/2017

Publicação Nº 1433107

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/PMBR/2017.

Tipo: MENOR VALOR GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 04/12/2017 às 11h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de Análise e Gestão de Contas Contábeis exclusivamente em ambiente web, do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 21 de Novembro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/PMBR/2017

Publicação Nº 1433525

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/PMBR/2017.

Tipo: MENOR VALOR GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 05/12/2017 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação dos serviços de Conexão à Internet Fibra Óptica (Serviço de Comunicação de Multimídia (S.C.M.)), a fim de atender as necessidades das Secretarias do município de Balneário Rincão/SC, por um período de 12 (doze) meses.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 21 de Novembro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/PMBR/2017

Publicação Nº 1433254

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/PMBR/2017

Considerando a imperiosa necessidade pelo Município para futuras aquisições de EPI'S para uso dos servidores da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, Fundo Municipal de Saúde e SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;
Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/PMBR/2017, cujo objeto é o contratação de empresas do ramo pertinente, para futuras aquisições de EPI'S para uso dos servidores da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, Fundo Municipal de Saúde e SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 21/11/2017, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 06/12/2017, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.
2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 21 de Novembro de 2017.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 66/2017 PMB

Publicação Nº 1433199

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 66/2017
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO DAS VIAS ASFÁLTICAS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO FAIXAS DE ESTACIONAMENTO, DE PEDESTRE, DE RETENÇÃO DE EIXO DE PISTA E MARCAÇÃO DE LOMBADAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 04/12/2017 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 21 de novembro de 2017.
Celso Biegelmeier- Prefeito Municipal.

DF Nº 33/2017

Publicação Nº 1432343

Decreto Financeiro nº 033, de 17 de novembro de 2017.
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.203/2016, Lei Municipal nº 1.204/2016, Lei Municipal nº 1.205/2016, Lei Municipal nº 1.248/2017 e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a seguir:
R\$

09.01.06.181.0013.1.005 Equipar a Polícia Militar	
4.4.90.00.00.00.00.1054 Aplicações Diretas Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	500,00
4.4.90.00.00.00.00.2054 Aplicações Diretas Superávit Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	4.500,00
Total da Suplementação	5.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito autorizado neste ato, de conformidade com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, fica autorizado a utilização da seguinte fonte de recurso:
R\$

09.01.06.181.0013.2.030 Gestão dos Serviços da Polícia Militar	
(96)3.3.90.00.00.00.00.1054 Aplicações Diretas Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	500,00
(129)3.3.90.00.00.00.00.2054 Aplicações Diretas Superávit Recursos Multas Trânsito Militar (cc=273.834-1)	4.500,00
Total da Suplementação	5.000,00

Art. 3º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 17 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

DF Nº 34/2017

Publicação Nº 1432338

Decreto Financeiro nº 034, de 22 de novembro de 2017.
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.203/2016, Lei Municipal nº 1.204/2016, Lei Municipal nº 1.205/2016 e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.250,67 (dois mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos), a seguir:
R\$

10.01.08.243.0008.2.067 Gestão da Assistência Social com SCFV Estadual	
(26)3.3.90.00.00.00.00.2050 Aplicações Diretas Superávit de Recursos do SCFV Estadual Investimento cc=108.604-9	2.250,67
Total da Suplementação	2.250,67

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2016, na importância de R\$ 2.250,67 (dois mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos), oriundos do Superávit de Recursos do SCFV Estadual Investimento cc=108.604-9, depositados na conta corrente bancária nº 108.604-9, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC).

Art. 3º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 22 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

DF Nº 35/2017

Publicação Nº 1432342

Decreto Financeiro nº 035, de 22 de novembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2017, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.320, de 17/03/1964, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.203/2016, Lei Municipal nº 1.204/2016, Lei Municipal nº 1.205/2016 e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais), a seguir:

R\$

10.01.08.244.0008.1.026 Equipar os Serviços de Assistência Social	
(31)4.4.90.00.00.00.1050 Aplicações Diretas	
Provável Excesso dos Recursos do SCFV Estadual Investimentos cc=108.604-9	2.730,00
Total da Suplementação	2.730,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito permitido neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a utilizar como fonte de recursos os provenientes do provável excesso de arrecadação na importância de R\$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais), oriundos do Recurso nº 1050 – Recursos do SCFV Estadual Investimentos, depositados na conta corrente bancária nº 108.604-9, da Agência do Banco do Brasil S/A, da Praça São Miguel do Oeste (SC).

Art. 3º Este Decreto Financeiro entra em vigor na sua data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 22 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

LEI Nº 1249/2017

Publicação Nº 1432332

LEI Nº 1.249, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Promove o desmembramento da Chácara Urbana nº 111-E, com área de 3.507,92m², sem construções, no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Gregori Cristian Lamb, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica promovido o desmembramento da Chácara Urbana nº 111-E, com área de 3.507,90m², sem construções, sito na Rua Getúlio Vargas, no Município de Bandeirante/SC, objeto da matrícula nº 46.551, no Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, de propriedade de Gregori Cristian Lamb, residente e domiciliado no Município de Bandeirante/SC, em conformidade com as seguintes denominações e confrontações:

DESMEMBRAMENTOS:

- LOTE URBANO Nº 111-E-1, da subdivisão da Chácara Urbana Nº 111-E, com área de 842,10m² (sendo 600,00m² de área edificável e 242,10m² de área não edificável - localizada no limite da confrontação Oeste, medindo 30,00m x 8,07m, área esta reservada a um possível prolongamento da Avenida Santo Antônio), sem construções, sito em Rua Getúlio Vargas, na cidade de Bandeirante, SC, e Comarca de São Miguel do Oeste, SC, confrontando:

Ao NORTE, com a Rua Getúlio Vargas, por linha seca de 28,07 metros;

Ao LESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-2, por linha seca de 30,00 metros;

Ao SUL, com parte da Chácara Urbana Nº 111-F, por linha seca de 28,07 metros;

Ao OESTE, com parte da Chácara Urbana Nº 111-A, por linha seca de 30,00 metros.

- LOTE URBANO Nº 111-E-2, da subdivisão da Chácara Urbana Nº 111-E, com área de 600,00m², sem construções, sito em Rua Getúlio Vargas, na cidade de Bandeirante, SC, e Comarca de São Miguel do Oeste, SC, confrontando:

Ao NORTE, com a Rua Getúlio Vargas, por linha seca de 20,00 metros;

Ao LESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-3, por linha seca de 30,00 metros;

Ao SUL, com parte da Chácara Urbana Nº 111-F, por linha seca de 20,00 metros;

Ao OESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-1, por linha seca de 30,00 metros.

- LOTE URBANO Nº 111-E-3, da subdivisão da Chácara Urbana Nº 111-E, com área de 600,00m², sem construções, sito em Rua Getúlio Vargas, na cidade de Bandeirante, SC, e Comarca de São Miguel do Oeste, SC, confrontando:

Ao NORTE, com a Rua Getúlio Vargas, por linha seca de 20,00 metros;

Ao LESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-4, por linha seca de 30,00 metros;

Ao SUL, com parte da Chácara Urbana Nº 111-F, por linha seca de 20,00 metros;

Ao OESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-2, por linha seca de 30,00 metros.

- LOTE URBANO Nº 111-E-4, da subdivisão da Chácara Urbana Nº 111-E, com área de 600,00m², sem construções, sito em Rua Getúlio Vargas, na cidade de Bandeirante, SC, e Comarca de São Miguel do Oeste, SC, confrontando:

Ao NORTE, com a Rua Getúlio Vargas, por linha seca de 20,00 metros;

Ao LESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-5, por linha seca de 30,00 metros;

Ao SUL, com parte da Chácara Urbana Nº 111-F, por linha seca de 20,00 metros;

Ao OESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-3, por linha seca de 30,00 metros.

- LOTE URBANO Nº 111-E-5, da subdivisão da Chácara Urbana Nº 111-E, com área de 865,80m² (sendo 600,00m² de área edificável e 265,80m² de área não edificável - localizada no limite da confrontação Leste, medindo 30,00m x 8,86m, área esta reservada a um possível prolongamento da Rua João B. Bataglim), sem construções, sito em Rua Getúlio Vargas, na cidade de Bandeirante, SC, e Comarca de São Miguel do Oeste, SC, confrontando:

Ao NORTE, com a Rua Getúlio Vargas, por linha seca de 28,86 metros;

Ao LESTE, com parte da Chácara Urbana Nº 111-C, por linha seca de 30,00 metros

Ao SUL, com parte da Chácara Urbana Nº 111-F, por linha seca de

28,86 metros;
Ao OESTE, com o Lote Urbano Nº 111-E-4, por linha seca de 30,00 metros.

Art. 2º Os Lotes Urbanos desmembrados por esta Lei não poderão ser objeto de desdobramentos futuros e serão objeto de uso predominantemente residencial.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 22 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 986, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433329

DECRETO Nº 986, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES RESPOSTA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 003/2017

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado após a correção dos cartões resposta, relativo ao Processo Seletivo Edital nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de Barra Bonita- SC, conforme segue:

AUXILIAR DE CRECHE								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
67	Michele Fontana Neto Zaccaron	07/04/1982	6,00	1,40	0,35	7,75	1º	
134	Juliana Turmina Da Silveira	09/09/1988	5,40	1,40	0,70	7,50	2º	
129	Marcia Pinheiro	19/12/1989	5,40	1,05	1,05	7,50	3º	
138	CloeSpada	28/03/1986	4,80	1,05	0,35	6,20	4º	
57	Danieli Pereira	16/09/1995	4,80	0,70	0,35	5,85	5º	
112	PatriciaZwirtes	26/06/1997	4,20	0,35	1,05	5,60	6º	
73	Eliane Salete De Morais Gwozdz	04/07/1978	5,40	0,00	0,00	5,40	7º	
62	Daniela Stella	06/09/1998	2,40	1,05	0,70	4,15	8º	
39	Tatiane De Jesus Campos	Faltante					Desc.	
125	Tatiane BergmannKozerski	Faltante					Desc.	
SERVIÇOS GERAIS								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
132	Adriana Carla Ferreira Christofoli	22/01/1991	4,80	0,70	0,00	5,50	1º	
136	Nilvânia Márcia Wismann	04/06/1995	4,80	0,70	0,00	5,50	2º	
108	Joice Adriana Da Silva De Campos	Faltante					Desc.	
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
116	Felipe De Andrade Alves	16/09/1986	5,40	1,40	0,00	6,80	1º	
95	Junior Jose Mix Gonçalves	27/05/1991	4,20	1,40	0,70	6,30	2º	
130	Paulo Cesar Merigo	29/07/1979	3,00	1,40	0,70	5,10	3º	
16	Agatha Bertolini	16/10/1995	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.	
103	Antonio Marcos Roth	Faltante					Desc.	
105	Bruno Henrique Costa	Faltante					Desc.	
141	Rafael Moretto Mezalira	Faltante					Desc.	
50	Alexandre Vinicius Giongo	Faltante					Desc.	
INSTRUTOR DE MUSICA								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
101	Carlos Augusto Schneider	24/01/1995	4,20	0,00	0,00	4,20	1º	
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
97	Luciana Maria ZantedeschiBernat	12/05/1980	5,00	0,84	0,60	0,70	7,14	1º
109	Rosane Marlene TonelloDresch	22/11/1971	3,50	0,84	0,60	0,80	5,74	2º

78	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	12/10/1981	3,50	0,84	0,40	0,70	5,44	3º
49	Cátia Fronza	06/07/1994	3,50	0,56	0,40	0,80	5,26	4º
10	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	3,50	0,84	0,20	0,00	4,54	5º
60	Disiane Ferronato	06/09/1985	3,00	0,84	0,40	0,20	4,44	6º
63	Josiane Da Silva	27/09/1983	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
124	MarcianeFrare	05/05/1985	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
69	Delisiane Da Rosa Schallenger	30/12/1980	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
85	Marta Cristina Dos Santos	06/06/1992	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
55	Marcia Bogus	17/02/1990	1,50	0,56	0,60	-	2,66	Desc.
22	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	1,00	0,56	0,60	-	2,16	Desc.
79	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
137	Adriana TurminaSchmitz	03/02/1981	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	1º
29	Bárbara Feltes	17/05/1996	1,50	0,84	0,40	-	2,74	Desc.

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
115	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	3,50	1,12	0,60	0,10	5,32	1º
25	Cleusa F. Nunes de ArnoteKlgenberg	19/02/1973	3,00	0,84	0,40	0,50	4,74	2º
8	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	3,50	0,56	0,40	0,00	4,46	3º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
28	Viviane Do Carmo KinselJuver	27/04/1977	3,50	0,84	0,60	0,80	5,74	1º
44	Marcos Alberto Ahlf	27/04/1984	4,00	0,84	0,60	0,00	5,44	2º
118	GelavirPicinin	05/06/1976	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
128	Diego Alencar Chechi	17/10/1986	4,50	0,84	0,60	0,10	6,04	1º
31	Carolina Brustolin	20/10/1995	3,50	1,12	0,60	0,00	5,22	2º
32	Jeane Muller	31/03/1996	3,00	0,28	0,60	-	3,88	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
107	Deisi Isabel Filippin	19/07/1995	4,50	0,56	0,40	0,00	5,46	1º
76	Gabriel Feldkircher	23/08/1996	4,00	0,84	0,60	0,00	5,44	2º
131	Everson Silvan Flores	17/06/1996	3,50	0,84	0,60	0,00	4,94	3º
121	Luiz Felipe Pinheiro De Barros	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
110	Rosane Marlene TonelloDresch	22/11/1971	4,50	0,84	0,60	0,80	6,74	1º
77	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	12/10/1981	4,50	1,12	0,40	0,70	6,72	2º
90	Gabriela Paludo	13/06/1995	5,00	0,84	0,60	0,00	6,44	3º
64	Josiane Da Silva	27/09/1983	4,50	0,56	0,40	0,70	6,16	4º
71	Simone Martinazzo Spinelli	12/12/1986	4,50	1,12	0,40	0,10	6,12	5º
82	Jeanice Muller	17/04/1986	4,00	1,12	0,20	0,70	6,02	6º

48	Cátia Fronza	06/07/1994	4,50	0,28	0,40	0,80	5,98	7º
15	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	4,50	0,84	0,20	0,00	5,54	8º
127	MarcianeFrare	05/05/1985	4,00	0,84	0,40	0,30	5,54	9º
34	Prescila Elena Moreira	08/06/1992	4,00	0,84	0,20	0,20	5,24	10º
102	Silvia Rebonatto	23/02/1980	3,00	1,12	0,60	0,30	5,02	11º
122	Neura Maria Schonardie Deres	10/08/1970	3,00	0,56	0,60	0,60	4,76	12º
68	Delisiane Da Rosa Schallenger	30/12/1980	3,00	0,56	0,60	0,00	4,16	13º
21	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	2,50	0,28	0,60	-	3,38	Desc.
56	Marcia Bogus	17/02/1990	2,00	0,56	0,60	-	3,16	Desc.
106	Joice Franzosi	01/09/1982	1,50	0,56	0,60	-	2,66	Desc.
80	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
33	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	4,00	1,12	0,40	0,00	5,52	1º
37	AndrieliMuskopfAlt	06/10/1997	3,50	0,28	0,60	0,00	4,38	2º
59	Neuza Darif	14/07/1975	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
111	Glauca GracieleBremm	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
35	Nádia Roberta SturmerZacaron	20/08/1979	5,50	0,84	0,60	2,00	8,94	1º
86	Marister Fontana	10/05/1969	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
120	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	4,00	0,84	0,60	0,50	5,94	1º
117	Patricia Maria VaniZanotti	12/02/1989	4,00	0,28	0,60	0,20	5,08	2º
5	Lucilda Alves De Oliveira	03/10/1984	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
30	Dinorá Merigo	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
139	Isabel Miezmowski	10/03/1982	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
75	Raquel Meurer	15/06/1982	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
119	GelavirPicinin	05/06/1976	5,50	0,56	0,60	0,60	7,26	1º
100	LorianeSmanniotto	25/01/1981	4,00	1,12	0,40	0,50	6,02	2º
18	Ana Balensiefer	24/07/1964	3,50	0,84	0,40	0,60	5,34	3º
123	Neura Maria Schonardie Deres	10/08/1970	3,00	0,84	0,60	0,60	5,04	4º
92	Adriana BalestroFritzen	10/03/1985	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
133	Reginaldo Paiva Da Silva	Faltante						Desc.

Art. 2º São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova Objetiva.

Art. 4º Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 5º Os candidatos terão os dias 22 e 23/11/2017 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 21 de novembro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 93/2017

Publicação Nº 1433430

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 93/2017

OBJETO: Contratação de serviços para regularização de contas no SIOPE de 4 bimestres e SICONFI de 2015, 2016 e 2017.

FORNECEDOR: GOVERNA PUBLICA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME

Endereço: Rua Doutor Getúlio Vargas, 2678, sala 31, CEP: 89140-000, Bairro Bela Vista, Ibirama/SC.

CNPJ: 25.402.768/0001-12

Valor Contratado: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

Os fornecedores escolhidos deu-se em razão de terem o menor preço, o qual orçaram em R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 004/2017/COMED

Publicação Nº 1433099

RESOLUÇÃO Nº 004/2017/COMED

Dispõe sobre normas complementares para a Disciplina de Ensino religioso nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Barra Velha.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XIII do artigo 13, do Regimento Interno deste Conselho, a decisão da Comissão do Ensino Fundamental de Educação Básica, conforme ata da Reunião do dia 30 de junho de 2017 e o deliberado na Sessão Plenária do dia, 31 de agosto de 2017.

RESOLVE;

Art.1º A disciplina de Ensino Religioso, a ser ministrada nas Escolas dos Anos Iniciais de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Barra Velha, obedecerá ao disposto na presente Resolução.

Art. 2º O Ensino Religioso integra a Base Nacional Comum dos anos iniciais do Ensino Fundamental e sua oferta é obrigatória por parte do estabelecimento de ensino, mas a sua matrícula é facultativa por parte do aluno, e atenderá o seguinte :

I- as aulas de Ensino Religioso serão ofertadas no horário regular de aulas do estabelecimento de ensino, com uma hora-aula semanal para cada ano/classe;

II- o trabalho deve ser dinâmico e atender os conteúdos propostos para o respectivo ano ou turma;

III- os conteúdos ministrados devem ser registrados no Diário de Classe ou similar;

IV- a disciplina terá avaliação para fins de promoção e de registro de nota e terá anotação de frequência seguindo os critérios da Lei em relação ao percentual geral de frequência escolar para fins de aprovação ou não no respectivo ano escolar;

§ 1º Cada escola, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação, deverá ter na sua Proposta Pedagógica, a descrição de como será ofertado o Ensino Religioso, seus conteúdos e atividades, bem como se dará a organização das turmas, e de como se fará a ocupação dos alunos que não tiverem optado pela disciplina.

§ 2º É vedada qualquer forma de doutrinação ou de proselitismo religioso durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso, ou ainda, de celebrações ritualísticas com fins de doutrinação.

§ 3º Conforme o número de alunos que tiverem optado pela matrícula ao Ensino Religioso, a escola poderá optar por agrupar turmas, mediante adequação da Proposta Pedagógica, e de acordo com as orientações administrativas e pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso seguem os pressupostos teórico-metodológicos no contexto de sua organização em sala de aula de:

I- ver, analisar, agir, rever e celebrar o contínuo da prática e do agir humanos, para se constituir numa nova forma de ver, interpretar e agir na realidade do aluno como cidadão;

II- concepção interdisciplinar do conhecimento e de diálogo com as

demais disciplinas do currículo;

III como área de conhecimento, deve contextualizar e articular-se com os demais aspectos da cidadania, superando o olhar puramente religioso;

IV- estimular e promover a convivência solidária, o respeito às diferenças, a promoção da tolerância, o convívio com o diferente e o compromisso ético e moral;

Art. 4º As aulas de Ensino Religioso para os anos iniciais do Ensino Fundamental, serão ministradas pelo(a) próprio(a) docente da classe da qual é regente.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação deverá promover cursos de formação continuada de Ensino Religioso aos docentes da Rede Municipal de Ensino, da mesma forma como é feito para as demais disciplinas da Base Nacional Comum dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. A Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação, será responsável pela orientação e acompanhamento da disciplina de Ensino Religioso às escolas, à semelhança das demais disciplinas.

Art. 6º Os conteúdos a serem trabalhados, em cada ano/série na disciplina de Ensino Religioso, para os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme proposta da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Qualquer alteração em relação aos conteúdos a serem ofertados, a Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar proposta para manifestação e aprovação do Conselho Municipal de Educação e cumpridas as formalidades legais previstas na LDB.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Conselho Municipal de Educação, conforme o caso.

Art.8º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Barra Velha, 31 de agosto de 2017.

Ruth Neusa Bernardes

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL**LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1433514

LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Altera a Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, que Regulamenta a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, disciplina os parâmetros a serem considerados na apuração do tributo, bem como os critérios de rateio, a forma de atualização, prazos e condições de pagamentos e dá outras providências".

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei Complementar nº 215/2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Contribuinte da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública é o usuário de energia elétrica, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel localizado no território do Município em áreas atendidas pelo serviço de iluminação pública".

Art. 2º Fica alterado o inciso II, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - apurado pela autoridade administrativa e cobrado, em parcela única, juntamente com o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, ou qualquer outro documento de arrecadação de receitas municipais. "

Art. 3º Fica alterado o inciso II, do artigo 5º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Na hipótese do inciso II, do Art. 4º, o valor devido lançado pela Administração Pública no documento de arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano ou qualquer outro documento de arrecadação de receitas municipais, conforme a Tabela II em anexo."

Art. 4º Ficam alterados o caput e os incisos I e II, do artigo 6º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O pagamento da contribuição poderá ser efetuado através:

I - da fatura de iluminação pública;

II -do documento de arrecadação do IPTU;"

Art. 5º Fica incluído o inciso III, no artigo 6º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, com a seguinte redação:

"III –de qualquer outro documento de arrecadação de receitas municipais. "

Art. 6º Fica alterado o inciso II, do artigo 7º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - quando sujeita ao pagamento através do documento de arrecadação do IPTU ou qualquer outro documento de arrecadação municipal, em parcela única, vencerá na mesma data de pagamento da cota única ou primeira parcela do IPTU."

Art. 7º Fica revogado o parágrafo único, do artigo 7º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017.

Art. 8º Fica alterado o artigo 9º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O lançamento de ofício será efetuado com base nos dados constantes dos Cadastros Municipais. "

Art. 9º Fica alterado o caput do artigo 10º, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Ficam obrigados a se inscrever no Cadastro Municipal os contribuintes da COSIP."

Art. 10 Ficam revogados os incisos I e II, do artigo 10, da Lei Complementar nº 215, de 01 de agosto de 2017.

Art. 11 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

BARRA VELHA, 20 de novembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TP 95/2017

Publicação Nº 1433197

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

DATA: 21/11/2017 - HORA DE INÍCIO: 14 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2017.

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 95/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO, MUROS SIMPLES E ESCADA PARA A CRECHE DA AVENIDA BRASIL, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº 002/2017, para julgamento das propostas das empresas participantes do processo licitatório tipo Tomada de Preços nº 95/2017, tendo em vista o parecer técnico emitido pelo Engenheiro Civil da Secretaria de Planejamento e Trânsito.

Conforme consta da Ata de Abertura das Propostas, o certame foi suspenso e as propostas encaminhadas ao Engenheiro Civil da Secretaria de Planejamento e Trânsito, Senhor Marco Antônio Mai para análise dos valores das planilhas, do cronograma físico financeiro e do BDI apresentados pelas empresas.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Marco Antônio Mai, o mesmo relatou que as planilhas, cronograma e bdi apresentados por todas as empresas estão corretos e em conformidade.

Sendo assim, chegou-se ao resultado classificatório final conforme a seguir:

Classificação	Empresa licitante	Valor R\$
1º	TERRAPLENAGEM POFFO LTDA ME	133.026,67
2º	JJR CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME	150.542,26
3º	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME	155.524,34

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento das propostas de preços para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alínea "b" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão de licitações.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

EXTRATO DE CONTRATO 132/2017

Publicação Nº 1432278

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 99/2017

EXTRATO DE CONTRATO 132/2017

Contratada: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA UTILIZAÇÃO NO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES.

Valor: R\$ 3.828,00

Vigência: 07/11/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 07/11/2017

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício



Biguaçu**PREFEITURA****DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCESSO Nº 01/2014**

Publicação Nº 1433243

PUBLICAÇÃO LEGAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI

Através do presente ato e em atenção ao disposto no art. 126 e 127, do Decreto 6.514/2008, esta Fundação dá CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCESSO DE N.º 01/2014.

Autuado: Alvino Costa

Local da infração: Rua Julio Teodoro Martins.

Bairro: Fundos, Município de Biguaçu/SC.

Descrição Sumária da Infração: Transformar madeira de Floresta ou vegetação nativa em carvão.

Penalidade: Multa Simples no valor de R\$ 1.200,00(mil e duzentos).

A partir da presente publicação o autuado possuiu o prazo de 20(vinte) dias para apresentação de recurso administrativo.

Devidamente cientificado, o Processo Administrativo nº 001/2014 possuiu seu trâmite regular e válido.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 3285-4525.

Biguaçu, 13 de setembro de 2017.

Gabriel Arthur Loeff

SUPERINTENDENTE

ERRATA 01 PP 225/2017 - PMB

Publicação Nº 1433284

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

Errata do edital de licitação – Pregão Presencial nº 2252017

Comunicamos às empresas interessadas no PP 225/2017-PMB, que tem como objeto a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR", altera-se o Objeto e o Anexo 01 do edital:

Onde se lê no Anexo 01

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quant.	Valor Referência Unit.	Valor Referência Total
2	FOGÃO INDUSTRIAL 5 BOCAS COM FORNO - INSTALADO FOGÃO COM FORNO REVESTIDO COM LÃ DE VIDRO (INTERNO), GRELHAS E QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, BANDEJA DE RESÍDUOS, 02 QUEIMADORES SIMPLES E 03 QUEIMADORES DUPLOS, REGISTRO CROMADO, ALTA PRESSÃO, PINTURA ELETROSTÁTICA, TINTA A PÓ NÃO INFLAMÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: FORNO: 30X48X47 CM, FOGÃO: 82X107X83 CM (AXLXP), PESO APROXIMADO 61 KG, COM GARANTIA.	UNIDADE	4	2.156,7000	8.626,8000

Leia-se no Anexo 01:

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quant.	Valor Referência Unit.	Valor Referência Total
2	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS - INSTALADO FOGÃO COM FORNO REVESTIDO COM LÃ DE VIDRO (INTERNO), GRELHAS E QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, BANDEJA DE RESÍDUOS, 03 QUEIMADORES SIMPLES E 03 QUEIMADORES DUPLOS, REGISTRO CROMADO, PINTURA ELETROSTÁTICA, TINTA A PÓ NÃO INFLAMÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: MEDIDAS INTERNAS DO FORNO: 30X52X49 CM, FOGÃO: 82X114X88 CM (AXLXP), PESO APROXIMADO 70 KG, COM GARANTIA DE 6 MESES.	UNIDADE	4	2.156,7000	8.626,8000

As demais informações constantes no edital de licitação permanecem inalteradas.

Diante do exposto, a data de realização da sessão de licitação será conforme segue:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 05 de dezembro de 2017;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 05 de dezembro de 2017;

Biguaçu, 21 de novembro de 2017.

Mirella da Conceição

Pregoeira

PORTARIA Nº 3549/2017

Publicação Nº 1433408

PORTARIA nº 3549 de 21 de novembro de 2017

Nomeia servidores para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011, alterado pela Lei Complementar nº 79/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011, alterado pela Lei Complementar nº 79/2015.

Parágrafo único. Os servidores efetivos e estáveis nomeados para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar são:

Servidor	Cargo
Ana Lúcia Lima da Costa Pimenta Monteiro	Especialista em Assuntos Educacionais
André Schweitzer	Escriturário
Jaqueline Santos de Ávila	Escriturário
Leandro de Souza Cunha	Escriturário
Marina Petri Corrêa	Escriturário
Marisete da Silva Rocha	Procurador do Município

Art. 2º Designar os seguintes servidores como membros suplentes da comissão:

Servidor	Cargo
ADRIANO MEDEIROS FERREIRA	ESCRITURÁRIO
GERSON DA SILVA	MOTORISTA I
MARIA FERNANDA CAMINHA DE SOUZA	ESCRITURÁRIO

Art. 3º O pagamento da Gratificação pela Participação como Membro Titular em Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar é fixado nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 2693/2017.

Biguaçu, 21 de novembro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3550/2017

Publicação Nº 1433409

PORTARIA Nº 3550 de 21 de novembro de 2017

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Adriana Oliveira Fraga, ocupante do cargo comissionado de Diretor Escolar II; por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico nº 13.725/2017, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ana Lúcia Lima da Costa Pimenta Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 3549/2017, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 22/11/2017 a 20/01/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PP228-2017-PMB

Publicação Nº 1433571

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 228/2017 PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada na confecção de uniformes esportivos para os atletas que representam o município nas competições esportivas.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 6 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 6 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 22 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PP239-2017-PMB

Publicação N° 1433568

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 239/2017 PMB

OBJETO: Aquisição de recarga de água mineral para bombonas de 20 litros.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 5 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 5 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 22 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.506/2017

Publicação Nº 1433142

LEI Nº 8.506, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

DENOMINA DE "RUA CAMILLE EMILE CHARTOUNI", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO GARCIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Camille Emile Chartouni, a via pública localizada no lado ímpar da Rua Jaborá, ao lado da casa nº 149, cadastrada sob nº 2.962, com 27,00m (vinte e sete metros) de extensão, no Bairro Garcia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.325/2017

Publicação Nº 1433144

PORTARIA Nº 21.325, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 1º de novembro de 2017:

KARINE DOS PRASERES CORREA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Iluminação Pública, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB;

MARCIA CORREIA DOS SANTOS KIRSTEN, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Assistência ao Servidor, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

CRISTIANO CARLOS BAIFUS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Pessoal, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

FELIPE ALEXANDER VARGAS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Regulação, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicada por incorreção

PORTARIA Nº 21.376/2017

Publicação Nº 1433145

PORTARIA Nº 21.376, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA ANALISAR, MEDIANTE LAUDO PERICIAL, RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE ATO MÉDICO QUE CONCEDEU ALTA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUCIMARA MODOLON E A DESVINCULOU DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo a solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal, por meio do Memorando nº 59, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para analisar, mediante laudo pericial, recurso administrativo em face de ato médico que concedeu alta e desvinculou do Programa de Reabilitação Profissional a servidora pública municipal Jucimara Modolon (Processo Administrativo ERP nº 7967/2017), ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 192228, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará a avaliação pericial no SESOSP no dia 04 de dezembro de 2017, às 08h:30min, será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dra. Adriana Vieira Antunes Wiethorn, CRM 7959, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;
II – Dr. Winnetou Michel Krambeck, Clínico Geral, CRM 17323, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;
III – Dra. Nadja Lissara Tiellet, Neurologista, CRM 17696, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;
II – a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Parágrafo único. Deverá constar do ato convocatório que a ausência injustificada à perícia médica implicará o indeferimento do recurso, nos termos do art. 292, §3º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.377/2017

Publicação Nº 1433147

PORTARIA Nº 21.377, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CMT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo único do art. 3º, da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998 e alterações posteriores, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998, e alterações posteriores, e no Decreto nº 6.343, de 18 de março de 1999, os cidadãos abaixo, para constituírem o Conselho Municipal de Turismo:

LIGIA FERNANDES DE OLIVEIRA, representante suplente da Fundação Cultural de Blumenau - FCB, em substituição a MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA, nomeada pela Portaria nº 21.220, de 08 de setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 de novembro de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2017

Publicação Nº 1433151

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2017
Objeto: Registro de preços para materiais/instrumentais médico hospitalares para atender as unidades de saúde do município e 3º BBM, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS - SEDECI/BOMBEIROS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 04 de dezembro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 04 de dezembro de 2017, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio do site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 21/11/2017 – Neuza Pasta Felizetti – Secretária Municipal de Administração Interina.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2017

Publicação Nº 1433154

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2017
Objeto: Registro de preços para materiais de sinalização semaforica, pelo período de 01 (um) ano - SESUR. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 04 de dezembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 04 de dezembro de 2017, às 09:30 horas. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 16/11/2017 – Neuza Pasta Felizetti Secretária Interina de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017

Publicação Nº 1433156

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017
Objeto: Aquisição de pedestal organizador de fila para ser utilizado na pista Educativa da Escola Pública De Trânsito - SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 06 de dezembro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 06 de dezembro de 2017, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio do site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 21/11/2017 – Neuza Pasta Felizetti – Secretária Municipal de Administração Interina.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2017

Publicação Nº 1433157

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2017
Objeto: Registro de Preços - materiais de sinalização viária (vertical e horizontal), pelo período de 01(um) ano - SEURB. Participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, nos lotes que contemplam o Art. 48 da Lei Complementar Nº 123/06 e alteração. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 05 de dezembro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 05 de dezembro de 2017, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio do site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 21/11/2017 – Neuza Pasta Felizetti – Secretária Municipal de Administração Interina.

PORTARIA Nº 727/2017 - FAEMA

Publicação Nº 1433159

PORTARIA Nº 727
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JOSÉ CONSTANTINO SOMMER.

ALEXANDRE BAUMGRATZ, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

a JOSÉ CONSTANTINO SOMMER, ocupante do cargo provimento efetivo de Educador Ambiental, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, referente ao decênio compreendido entre 14.11.2007 a 14.11.2017, conforme Processo administrativo nº. 2017/11/08211, e nos termos do artigo 146 da Lei Complementar nº. 660 de 28 de novembro de 2007.

Blumenau(SC), 17 de novembro de 2017.
ALEXANDRE BAUMGRATZ
Presidente da FAEMA.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 36/2017

Publicação Nº 1433166

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 36/2017

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2017 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016 DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 25 de outubro de 2017.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº. 015/2012 que aprova a Inscrição da Entidade Associação Beneficente Bom Samaritano no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS;
- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2017 e Relatório de Atividades 2016 da Entidade Associação Beneficente Bom Samaritano pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2017, conforme consta no relatório CPPAS nº. 12/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2017 e Relatório de Atividades 2016 da Entidade Associação Beneficente Bom Samaritano para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 17 de novembro de 2017.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 37/2017

Publicação Nº 1433169

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 37/2017

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2017 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016 DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE BLUMENAU - SC PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS – SEPREDI.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 25 de outubro de 2017,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 19/2012 que aprova a inscrição da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Blumenau – SC, no Conselho Municipal de Assistência Social;

- a Resolução CMAS nº. 073/2014 que aprova o Plano de Providências para adequação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias – SEPREDI executado pela Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS;

a Resolução CMAS nº. 075/2014 que altera o comprovante de inscrição da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE para adequação dos serviços executados pela Entidade;

- a Resolução CMAS nº. 74/2016 que aprova a inscrição do serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias – SEPREDI executado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Blumenau – SC, no Conselho Municipal de Assistência Social

- o Parecer Favorável à aprovação do Plano de Ação 2017 e do Relatório de Atividades 2016 da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Blumenau – SC, pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2017, conforme consta no relatório nº.012/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2017 e Relatório de Atividades 2016 da Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Blumenau – SC para a execução Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias – SEPREDI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 17 de novembro de 2017.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 38/2017

Publicação Nº 1433172

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 38/2017

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2017 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016 DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS FISSURADOS DO VALE DO ITAJAÍ – AFISVALE PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ASSESSORAMENTO E DE DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 25 de outubro de 2017,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 29/2015 que aprova a inscrição das ações de assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social executadas pela da Associação dos Fissurados Vale do Itajaí – AFISVALE, no Conselho Municipal de Assistência Social;

- a Resolução CMAS nº. 39/2015 que aprova a inscrição da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - AFISVALE no Conselho Municipal de Assistência Social;

- o Parecer Favorável à aprovação do Plano de Ação 2017 e do

Relatório de Atividades 2016 da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - AFISVALE, pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2017, conforme consta no relatório nº.012/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2017 e Relatório de Atividades 2016 da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - AFISVALE para a execução das ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 17 de novembro de 2017.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO Nº 580/2017 - FURB

Publicação Nº 1433175

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 580/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

CEK INFORMÁTICA EIRELI EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos de informática para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 477/2017 e Ata de Registro de Preços nº 295/2017 firmado em 21 de novembro de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)
1	20499	40	Peça	Switch de acesso contendo 48 (quarenta e oito) portas, com as seguintes características:	HPE	10.856,63
2	36570	6	Peça	Módulo Mini-GBIC de 10Gbps 10Km, com as seguintes características:	HPE	4.342,50
3	36571	10	Peça	Módulo Mini-GBIC de 1Gbps 10Km, com as seguintes características:	HPE	2.171,29
4	38614	8	Peça	Módulo Mini-GBIC de 10Gbps 300m, com as seguintes características:	HPE	2.171,25
5	38615	10	Peça	Cabo DAC – Direct Attach Copper Cable de 1.2m, com as seguintes características:	HPE	2.822,69
6	38616	8	Peça	Cabo Multi-mode OM4 com 2 Fibras Ópticas LC/LC de 5m, com as seguintes características:	HPE	2.171,25
Fabricante				Hewlett Packard Enterprise (HPE)		
Modelo/Versões e Códigos do Fabricante				ITEM 1: Switch HPE FlexNetwork 5130 48G 4 SFP+EI Brasil JG976A ITEM 2: HPE X130 10G SFP+LC LR Transceiver (JD094B) ITEM 3: HPE X120 1G SFP LC LX Transceiver (JD119B) ITEM 4: HPE X130 10G SFP+LC SR Transceiver (JD092B) ITEM 5: HPE X240 10G SFP+ SFP+ 1.2m DAC Campus-Cable (JH694A) ITEM 6: HPE Premier Flex LC/LC Multi-mode OM4 2 fiber 5m Cable (QK73A4)		
Preço Global (em R\$)				545.000,00		
Preço Global (em reais, por extenso)				Quinhentos e quarenta e cinco mil reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamentos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 21/11/2017

EXTRATO Nº 601/2017 - FURB

Publicação Nº 1433177

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 601/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

NOVOCLIENTE TECNOLOGIA LTDA - ME

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 015/2017 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: Aquisição de concessão de uso do software MercadoEdu, para uso da COPLAN na apropriação de informações para qualificação e tomada de decisões na implementação de novos Cursos para uso da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº. 002/2017 e Contrato nº. 015/2017, firmado em 14 de fevereiro de 2017.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Retifica-se o valor total constante no Item 1.2, bem como em sua respectiva tabela, contida na Cláusula Primeira do Termo de Contrato nº. 015/2017, além de retificar a Unidade citada no Instrumento Contratual em questão, que passa a ter a seguinte redação:

“1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 002/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 07 dos autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo estes os preços unitários e as descrições básicas dos itens:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	32100	10	Mês	Aquisição de Concessão de uso do Software MercadoEdu.	618,00	6.180,00
Preço Total (em reais, por extenso)				Seis mil cento e oitenta reais		

[...].

CLÁUSULA SEGUNDA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 015/2017 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 14 de dezembro de 2017 até 13 de dezembro de 2018, o que resultará em um período total de contratação de 22 (vinte e dois) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A Cláusula Terceira do Contrato nº. 015/2017 passa a ter a seguinte redação, a partir da assinatura do presente Termo Aditivo:

A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pelas servidoras Ana Lucia Anacleto Reis e Flávia Keller Alves, as quais serão denominadas neste instrumento, respectivamente, como Gestora e Gestora Substituta, tendo poderes para:

[...]

CLÁUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 015/2017, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 13 de novembro de 2017.

EXTRATO Nº 603/2017 - FURB

Publicação Nº 1433180

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 603/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de água mineral e vasilhames para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 463/2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	38088	3000	Peça	MINI CADERNO "CALOUROS FURB 2018" • Tamanho fechado 10,5 x 15,5 cm • Capa e contracapa em papel tríplex 300g/m2, impressão 4x4 cores, laminação fosca • Miolo: 100 páginas (50 folhas) em papel sulfite 75g/m2, impressão 1x1 cor, padrão da gráfica com inserção da logo FURB • Páginas especiais: 24 páginas (12 folhas) personalizadas, em papel sulfite 75g/m2, impressão 1x1 cor • Acabamento: wire-o na cor branca ou preta (a definir) • Artes da capa e páginas especiais produzidas pela FURB • Quantidade: 1 lote de 3.000 unidades	1,82	5.460,00
Valor Total (em reais, por extenso)				Cinco mil, quatrocentos e sessenta reais		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 21/11/2017

EXTRATO Nº 604/2017 - FURB

Publicação Nº 1433181

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 604/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 568/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para o PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO DE ACADÊMICAS PARA O XXIV ENCONTRO DE QUÍMICA DA REGIÃO SUL - SBQ - SUL. Contratada: ENGINEERING SIMULATION AND SCIENTIFIC SOFTWARE LTDA (00.796.437/0001-83). Forma de Pagamento: Até 16/12/2017 para confirmação da inscrição. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.340,00 (dois mil, trezentos e quarenta reais) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais) 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.48 (Serviço de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 21 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 552/2017

Publicação Nº 1433052

PORTARIA Nº 552/2017
De 03 de novembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade à Sra. Mayara Rodrigues de Souza, Enfermeira Padrão, portadora do RG 1971702 e do CPF 071.992.249-66, no período de 01/11/2017 à 29/04/2018 totalizando 180 (cento e oitenta) dias, conforme certidão de nascimento recebida na data de hoje.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 03 de novembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 553/2017

Publicação Nº 1433054

PORTARIA Nº 553/2017
De 13 de novembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

EXONERAR do cargo de Diretor Adjunto de Compras na Secretaria Municipal de Administração, Nível Salarial – DCA-4, o Sr. CRISTIANO BATISTA DE ASSUNÇÃO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município, portador do RG 4.300.933 e do CPF 061.909.399-45, nascido em 11/06/1986, filho de Ney Batista de Assunção e de Maria Benta Batista de Assunção, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 13 de novembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 554/2017

Publicação Nº 1433056

PORTARIA Nº 554/2017
De 17 de novembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

EXONERAR POR APOSENTADORIA o Sr. VALTAIR PAIM VELHO, Secretário da Junta de Serviço Militar, portador do RG 4472841 e do CPF 377.390.509-20, filho de Cecílio Velho e de Vanilda Alves Paim, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 17 de novembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 555/2017

Publicação Nº 1433058

PORTARIA Nº 555/2017
De 17 de novembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Alterar membro nomeado para constituir a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo Disciplinar conforme Portaria 512/2017.

Art. 2º A Comissão de Inquérito passa a ser composta pelos servidores: Aline Gasperin Velho Monitara de Planejamento Portaria 045/2004 que a presidirá, Nelson Schmoeller, Auditor Contábil Portaria de nomeação 103/2001, e, Guilhermina Ribeiro Enfermeira Padrão Portaria 136/2005, todos servidores efetivos e estáveis.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 17 de novembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 556/2017

Publicação Nº 1433060

PORTARIA Nº 556/2017
De 20 de novembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Prorrogar Licença até o dia 16/12/2017 da Servidora Maria de Lourdes Pereira Velho Borges "Licença por Motivo de Saúde em Pessoa da Família", conforme Lei 737/99 em seu art. 97 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 20 de novembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 557/2017

Publicação Nº 1433130

PORTARIA Nº 557/2017
De 20 de novembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

DESIGNAR por tempo indeterminado o servidor AUREO RIBEIRO CASSETARI, para exercer a função de Secretário da Junta de Serviço Militar (JSM), em substituição ao Sr. Valtair Paim Velho exonerado por aposentadoria.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 20 de novembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2548/2017

Publicação Nº 1433512

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES DIÁRIAS NOS DIVERSOS SETORES DA MUNICIPALIDADE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 2548/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 001/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2548/2017

As 8:00 horas do dia 21 de novembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 033/2017, Ata de julgamento de Preços, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES DIÁRIAS NOS DIVERSOS SETORES DA MUNICIPALIDADE conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa GLOBAL INDUSTRIA & COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EPP, com sede na Rua Carolina nº 147, centro, no Município de Bom Jesus do Oeste (SC), inscrita no CGC/MF sob o nº 08.902.971/0001-39, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor ELTON HENRIQUE DA SILVA, portador (a) do CPF nº 548.276.630-68, para eventual e parcelada aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES DIÁRIAS NOS DIVERSOS SETORES DA MUNICIPALIDADE, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE, PRAZO E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.
- 5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., poderão ser interpostos no prazo máximo

de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1), alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 033/2017.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 2548/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 033/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, preferencialmente junto ao pátio de máquinas da prefeitura municipal e, quando autorizado, retirado junto a empresa licitante, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta, em até 02 dias após a solicitação por escrito da secretaria responsável e/ou departamento de compras.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento dos produtos, conforme previsto no item "13", do Edital de Licitação 2548/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos materiais cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos bens, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Substituir o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos ou não estejam nas especificações solicitadas, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.

4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 033/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:

• GLOBAL INDUSTRIA & COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EPP, com sede a Rua Carolina nº 147, Centro, no Município de Bom Jesus do Oeste (SC), inscrita no CGC/MF sob o nº 08.902.971/0001-39, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor ELTON HENRIQUE DA SILVA, portador (a) do CPF nº 548.276.630-68.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 21 de Novembro de 2017.

Jeferson Persch
Pregoeiro

ELTON HENRIQUE DA SILVA
CNPJ: 08.902.971/0001-39

Testemunhas:

Marília Cecon Maggi
CPF: 023.802.459-83

Fábio Gerhardt
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luis Majolo
OAB/SC 32.022

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2548/2017

EMPRESA VENCEDORA:

GLOBAL INDUSTRIA & COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EPP, com sede a Rua Carolina nº 147, Centro, no Município de Bom Jesus do Oeste (SC), inscrita no CGC/MF sob o nº 08.902.971/0001-39, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor ELTON HENRIQUE DA SILVA, portador (a) do CPF nº 548.276.630-68.

Item	Descrição	Marca	Quant	R\$ Unit	R\$ Total
2	Areia Média	Hobi	30,00	157,00	4.710,00
3	Argamassa - sacos de 20 Kg AC1	Votorantin	45,00	10,90	490,50
5	Telha 06 mm - 2,13 metros - sem amianto	Isadralit	40,00	40,00	1.600,00
7	Cumeira 06 mm - 25° - sem amianto	Isadralit	100,00	24,75	2.475,00
9	Cal Hidraulica com 20 Kg	Hidra	90,00	12,90	1.161,00
10	Cal para pintura com 20 Kg	Hidra	180,00	10,50	1.890,00
12	Tubo soldavel 25mm x 06 mts	Plastilit	35,00	14,80	518,00
14	Joelho de esgoto 100 mm - 90°	Plastilit	35,00	4,78	167,30
16	Registro de Pressão soldavel 25mm	Krona	20,00	15,60	312,00
18	Torneira Boia rosca 1/2	Herc	15,00	18,30	274,50
19	Torneira para lavatório bica alta branca	Higiban	15,00	25,10	376,50
21	Fio Rígido 10 mm - normatizado	Normatizado	180,00	4,87	876,60
23	Fio Rígido 2,5 mm - normatizado	Normatizado	350,00	1,49	521,50
24	Fio Rígido 1,5 mm - normatizado	Normatizado	80,00	1,00	80,00
26	Lampada Bublo bocal E27 - 9 W	Manplex	40,00	15,28	611,20
28	Prego 18x30	Gerdau	20,00	8,88	177,60
30	Prego 17x27	Gerdau	20,00	8,95	179,00
32	Rejunte para Cerâmica com 01 kg	Dutra cola	80,00	4,88	390,40
34	Veda Concreto - 01 litro	Rebbocal	5,00	15,30	76,50
36	Barra de Ferro vergalhão 10mm x 12 metros	Giassi	25,00	34,70	867,50
38	Barra de Ferro vergalhão 4,2 mm x 12 metros	Giassi	45,00	7,22	324,90
40	Interruptor externo	Ilumi	20,00	4,60	92,00
42	Caixa sinfonada 100x100x50	Krona	5,00	19,00	95,00
44	Caixa de Descarga 09 litros	Cipla	10,00	28,49	284,90
46	Anel de Cera com guia	Usaff	10,00	11,40	114,00
48	Engate flexível 50 cm	Tramontina	20,00	5,40	108,00
50	Fita Veda rosca 19 x 10 mm	Polyfita	30,00	3,10	93,00
53	Valvula para lavatório	Lekat	15,00	13,40	201,00
54	Adesivo cola 175 gramas	Krona	10,00	12,40	124,00
57	Janela para Banheiro basculante 60x40	Portal	8,00	48,00	384,00

58	Forro em PVC 200 x 08mm na cor branca	Incofima	200,00	14,88	2.976,00
59	Moldura de Teto - 06 metros	Incofima	300,00	4,45	1.335,00
61	Luva soldavel 20mm x 25 mm	Plastilit	45,00	2,00	90,00
63	Joelho Soldavel 45° de 20 mm x 25mm	Plastilit	45,00	1,85	83,25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2548/2017

Publicação Nº 1433513

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES DIÁRIAS NOS DIVERSOS SETORES DA MUNICIPALIDADE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 2548/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 002/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2548/2017

As 8:00 horas do dia 21 de novembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 033/2017, Ata de julgamento de Preços, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES DIÁRIAS NOS DIVERSOS SETORES DA MUNICIPALIDADE conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa FABRICIO KIPPER ME, com sede na Rua Carolina nº 338, centro, no Município de Bom Jesus do Oeste (SC), inscrita no CGC/MF sob o nº 11.568.251/0001-93, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor FABRICIO KIPPER, portador (a) do CPF nº 040.171.469-10, para eventual e parcelada aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES DIÁRIAS NOS DIVERSOS SETORES DA MUNICIPALIDADE, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE, PRAZO E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa

da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1), poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1), alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 033/2017.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 2548/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 033/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, preferencialmente junto ao pátio de máquinas da prefeitura municipal e, quando autorizado, retirado junto a empresa licitante, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta, em até 02 dias após a solicitação por escrito da secretaria responsável e/ou departamento de compras.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento dos produtos, conforme previsto no item "13", do Edital de Licitação 2548/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos materiais cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos bens, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Substituir o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos ou não estejam nas especificações solicitadas, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.

4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 033/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:

• FABRICIO KIPPER ME, com sede a Rua Carolina nº 338, Centro, no Município de Bom Jesus do Oeste (SC), inscrita no CGC/MF sob o nº 11.568.251/0001-93, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor FABRICIO KIPPER, portador (a) do CPF nº 040.171.469-10.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 21 de Novembro de 2017.

Jeferson Persch
Pregoeiro

FABRICIO KIPPER
CNPJ: 11.568.251/0001-93

Testemunhas:

Marília Cecon Maggi
CPF: 023.802.459-83

Fábio Gerhardt
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luis Majolo
OAB/SC 32.022

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2548/2017

EMPRESA VENCEDORA:

FABRICIO KIPPER ME, com sede a Rua Carolina nº 338, Centro, no Município de Bom Jesus do Oeste (SC), inscrita no CGC/MF sob o nº 11.568.251/0001-93, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor FABRICIO KIPPER, portador (a) do CPF nº 040.171.469-10.

Item	Descrição	Marca	Quant	R\$ Unit	R\$ Total
1	Cimento - C12, saco de 50 kg	Votoran	80,00	34,00	2.720,00
4	Telha 06 mm - 2,44 metros - sem amianto	Isdralit	40,00	47,90	1.916,00
6	Telha 06 mm - 1,83 metros - sem amianto	Isdralit	40,00	37,50	1.500,00
8	Parafuso telheiro 5/16	Cicer	500,00	0,65	325,00
11	Tinta Acrilica 3,6 litros na cor branca - semi-brilho	Telhacor	35,00	67,90	2.376,50
13	Tubo soldavel 20 mm x 06 mts	Plastilic	35,00	12,40	434,00
15	TEE simples esgoto 100mm x 100 mm	Plastilic	20,00	8,80	176,00
17	Registro esfera soldavel 25mm	Krona	12,00	10,40	124,80
20	Tubo de esgoto 100 mm x 06 mts	Plastilic	20,00	40,70	814,00
22	Fio Rígido 06 mm - normatizado	Corfio	180,00	3,10	558,00
25	Lampada tubular em Led 20 W	Taschibra	50,00	44,40	2.220,00
27	Madeira em Eucalipto	Eucalipto	8,00	789,00	6.312,00
29	Prego 19x29	Gerdau	20,00	8,90	178,00
31	Prego 23x60	Gerdau	20,00	11,49	229,80
33	Veda Reboco - 01 Litro	Queveks	5,00	14,70	73,50
35	Impermeabilizante de piso 3,6 Litros	Vedacit	10,00	29,70	297,00
37	Barra de Ferro vergalhão 08mm x 12 metros	Giassi	25,00	24,70	617,50
39	Ferro Trelça TG12 x 12 metros	Giassi	25,00	75,49	1.887,25
41	Reservatório de fibra com 500 Litros	Bakoftec	5,00	224,00	1.120,00
43	Vaso Sanitário convencional na cor branca	Logasa	10,00	119,50	1.195,00
45	Bacia Coluna de Louça para lavatório	Logasa	5,00	131,00	655,00
47	Parafuso Sanitário bucha 10mm		50,00	3,39	169,50
49	Fita Isolante 19x10mm	Tigre	50,00	4,20	210,00
51	Sifão simples 1,50 metros	Blukit	20,00	10,49	209,80
52	Tijolo 06 furos 9x14x24cm	Cerâmica passarinhos	10.000	0,64	6.400,00
55	Tubo de Silicone 600 ml	Afix	15,00	16,90	253,50
56	Portas Semi Ocas - 0,70 x 2,10 x 0,13	Rio jordão	8,00	244,00	1.952,00
60	Piso Cerâmico 45x45 - cor branca	Incefra	150,00	16,00	2.400,00
62	Joelho Solavel 90 ° de 20mm x 25mm	Plastubos	45,00	1,70	76,50
64	Poste Padrão Polifásico 7 x 100 - Novo Padrão (Mono-fásico)	Poste leve	2,00	1.930,00	3.860,00

65	Poste Padrão Polifásico 7 x 100 - Novo Padrão (Bifásico)	Poste leve	3,00	2.090,00	6.270,00
66	Poste Padrão Polifásico 7 x 100 - Novo padrão (Trifásico)	Poste leve	3,00	2.230,00	6.690,00

DECRETO Nº 5103/2017 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433025

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5103/2017 de 21 de Novembro de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02548/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 02548/2017, que tem por objeto Aquisição de Materiais de Construção, Elétricos e Hidráulicos para Manutenções diárias nos diversos setores da Municipalidade.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
2	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Areia Média	30,00	4.710,00
3	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Argamassa - sacos de 20 Kg AC1	45,00	490,50
5	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Telha 06 mm - 2,13 metros - sem amianto	40,00	1.600,00
7	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Cumeira 06 mm - 25° - sem amianto	100,00	2.475,00
9	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Cal Hidraulica com 20 Kg	90,00	1.161,00
10	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Cal para pintura com 20 Kg	180,00	1.890,00
12	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Tubo soldavel 25mm x 06 mts	35,00	518,00
14	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Joelho de esgoto 100 mm - 90°	35,00	167,30
16	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Registro de Pressão soldavel 25mm	20,00	312,00
18	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Torneira Boia rosca 1/2	15,00	274,50
19	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Torneira para lavatório bica alta branca	15,00	376,50
21	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Fio Rígido 10 mm - normatizado	180,00	876,60
23	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Fio Rígido 2,5 mm - normatizado	350,00	521,50
24	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Fio Rígido 1,5 mm - normatizado	80,00	80,00
26	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Lampada Bulo bocal E27 - 9 W	40,00	611,20
28	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Prego 18x30	20,00	177,60
30	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Prego 17x27	20,00	179,00
32	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Rejunte para Cerâmica com 01 kg	80,00	390,40
34	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Veda Concreto - 01 litro	5,00	76,50
36	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Barra de Ferro vergalhão 10mm x 12 metros	25,00	867,50
38	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Barra de Ferro vergalhão 4,2 mm x 12 metros	45,00	324,90

40	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Interruptor externo	20,00	92,00
42	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Caixa sinfonada 100x100x50	5,00	95,00
44	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Caixa de Descarga 09 litros	10,00	284,90
46	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Anel de Cera com guia	10,00	114,00
48	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Engate flexível 50 cm	20,00	108,00
50	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Fita Veda rosca 19 x 10 mm	30,00	93,00
53	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Valvula para lavatório	15,00	201,00
54	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Adesivo cola 175 gramas	10,00	124,00
57	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Janela para Banheiro basculante 60x40	8,00	384,00
58	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Forro em PVC 200 x 08mm na cor branca	200,00	2.976,00
59	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Moldura de Teto - 06 metros	300,00	1.335,00
61	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Luva soldavel 20mm x 25 mm	45,00	90,00
63	Global Industria & Comercio de Artefatos de Cimento Ltda	Joelho Soldavel 45° de 20 mm x 25mm	45,00	83,25
1	Fabricio Kipper ME	Cimento - C12, saco de 50 kg	80,00	2.720,00
4	Fabricio Kipper ME	Telha 06 mm - 2,44 metros - sem amianto	40,00	1.916,00
6	Fabricio Kipper ME	Telha 06 mm - 1,83 metros - sem amianto	40,00	1.500,00
8	Fabricio Kipper ME	Parafuso telheiro 5/16	500,00	325,00
11	Fabricio Kipper ME	Tinta Acrilica 3,6 litros na cor branca - semi-brilho	35,00	2.376,50
13	Fabricio Kipper ME	Tubo soldavel 20 mm x 06 mts	35,00	434,00
15	Fabricio Kipper ME	TEE simples esgoto 100mm x 100 mm	20,00	176,00
17	Fabricio Kipper ME	Registro esfera soldavel 25mm	12,00	124,80
20	Fabricio Kipper ME	Tubo de esgoto 100 mm x 06 mts	20,00	814,00
22	Fabricio Kipper ME	Fio Rigido 06 mm - normatizado	180,00	558,00
25	Fabricio Kipper ME	Lampada tubular em Led 20 W	50,00	2.220,00
27	Fabricio Kipper ME	Madeira em Eucalipto	8,00	6.312,00
29	Fabricio Kipper ME	Prego 19x29	20,00	178,00
31	Fabricio Kipper ME	Prego 23x60	20,00	229,80
33	Fabricio Kipper ME	Veda Reboco - 01 Litro	5,00	73,50
35	Fabricio Kipper ME	Impermeabilizante de piso 3,6 Litros	10,00	297,00
37	Fabricio Kipper ME	Barra de Ferro vergalhão 08mm x 12 metros	25,00	617,50
39	Fabricio Kipper ME	Ferro Trelça TG12 x 12 metros	25,00	1.887,25
41	Fabricio Kipper ME	Reservatório de fibra com 500 Litros	5,00	1.120,00
43	Fabricio Kipper ME	Vaso Sanitário convencional na cor branca	10,00	1.195,00
45	Fabricio Kipper ME	Bacia Coluna de Louça para lavatório	5,00	655,00
47	Fabricio Kipper ME	Parafuso Sanitário bucha 10mm	50,00	169,50
49	Fabricio Kipper ME	Fita Isolante 19x10mm	50,00	210,00

51	Fabricio Kipper ME	Sifão simples 1,50 metros	20,00	209,80
52	Fabricio Kipper ME	Tijolo 06 furos 9x14x24cm	10.000,00	6.400,00
55	Fabricio Kipper ME	Tubo de Silicone 600 ml	15,00	253,50
56	Fabricio Kipper ME	Portas Semi Ocas - 0,70 x 2,10 x 0,13	8,00	1.952,00
60	Fabricio Kipper ME	Piso Cerâmico 45x45 - cor branca	150,00	2.400,00
62	Fabricio Kipper ME	Joelho Solavel 90 ° de 20mm x 25mm	45,00	76,50
64	Fabricio Kipper ME	Poste Padrão Polifásico 7 x 100 - Novo Padrão (Monofásico)	2,00	3.860,00
65	Fabricio Kipper ME	Poste Padrão Polifásico 7 x 100 - Novo Padrão (Bifásico)	3,00	6.270,00
66	Fabricio Kipper ME	Poste Padrão Polifásico 7 x 100 - Novo padrão (Trifásico)	3,00	6.690,00

vingte e quatro mil e sessenta reais e quinze centavos	24.060,15
cinquenta e quatro mil duzentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos	54.220,65

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 21/11/2017.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2017, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433638

PORTARIA Nº 232/2017, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Vilmar Adriano Bortolozo, inscrito no CPF sob nº 964.761.840-91, com matrícula sob nº 382-4, ocupante do cargo de Mestre de Obras, para acompanhamento e fiscalização da execução das Ata de Registro de Preço nº 01 e nº 02, referente ao Processo Licitatório nº 2548/2017, sendo objeto a eventual e parcelada aquisição de Materiais de construção, elétricos e hidráulico para manutenções nos diversos setores da municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de novembro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2017.

Bom Retiro

PREFEITURA

1093.11.17 - PORTARIA COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1433548

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº 1093/17 de 20.11.17.

Institui e Nomeia os Membros para organização e avaliação do Processos Seletivos nº 01/2017, 02/2017 e 03/2017.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC., no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Processo Seletivo, com fins específicos de conduzirem os trabalhos dos seguintes Processos Seletivos:
- EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017, PARA ADMISSÃO DE AGENTE DE SAÚDE, ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, MOTORISTA SOCORRISTA, TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA, MÉDICO E PARA CADASTRO DE RESERVA A SEREM ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATUAR NO POSTO DE SAÚDE E SAMU, ENQUANTO DURAR O PROGRAMA, CONFORME EDITAL Nº 01/2017.

- EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017 PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES, MONITOR DE CRECHE E SERVENTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E CADASTRO DE RESERVA NO ANO LETIVO 2018.

- EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2017 PARA ADMISSÃO DE AGENTE MUNICIPAL DE DEFESA E SALVAMENTO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ENQUANTO DURAR O CONVÊNIO E PARA CADASTRO DE RESERVA PARA TRABALHAREM JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO.

Art. 2º Ficará ao encargo da comissão, por ordem do Chefe do Poder Executivo as quais terão as atribuições de preparar e/ou contratar a elaboração de provas, bem como aplicar e julgar, podendo designar subcomissões examinadoras auxiliares para o bom e fiel cumprimento dos processos Seletivos, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º A comissão ora instituída será integrada por: Presidente: Ercleia Faustino da Mota – Assistente Administrativo, Matrícula 109-0, Membros: Joelma Menegaz – Professora, Matrícula 646-7 e Marilu de Almeida – Assistente Administrativo, Matrícula 5385-6 e Verlani Possenti – Assistente Administrativo, Matrícula 5504-2.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de novembro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na data supra

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. de Adm. E Fazenda

EDITAL PROCESSO SELETIVO 01.2017

Publicação Nº 1433549

1

EDITAL Nº 01/2017**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017**

VILMAR JOSÉ NECKEL, Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, juntamente com a Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Hiede Maria Carbonera, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, conferidas no art. 21 da Lei Orgânica Municipal, no decreto nº. 107/13 de 15 de outubro de 2013, que regulamenta o Processo Seletivo no município de Bom Retiro, e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, que estão abertas, no período de **27 de novembro de /2017 a 05 de janeiro de 2018**, as inscrições para o provimento dos cargos e respectivas vagas constantes deste Edital e para cadastro de reserva e de acordo com as disposições deste Edital.

1 – DOS CARGOS, DA CARGA HORÁRIA E DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS:

1.1 O presente Processo Seletivo será regido por este edital e suas alterações e destina-se a prover vagas para o quadro de servidores públicos do **Município de Bom Retiro**, vagas a serem oferecidas e as que vierem a ser autorizadas durante a validade do Processo Seletivo, para os cargos ora oferecidos, respeitadas as demandas e são as descritas neste edital.

1.2. As vagas serão preenchidas de acordo com a **necessidade e interesse** do Município, e serão distribuídas obedecendo-se a ordem de classificação.

1.3 O prazo de validade do Processo Seletivo será de um ano, contados a partir da data da homologação do resultado final, podendo, a critério do Município, ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra a prorrogação antes do término da validade do mesmo.

1.4 As vagas, o cadastro de reserva, a carga horária semanal, são os estabelecidos nas TABELAS a seguir:

TABELA I

Cargos	Carga Horária Semanal	Requisitos/Escolaridade	Taxa de Inscrição
Agente de Saúde	40 horas semanais	Ensino Fundamental e Comprovante de residência na área de atuação desde a data da inscrição no Processo Seletivo Público.	R\$ 40,00
Atendente de Consultório Dentário	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 40,00

Auxiliar de Enfermagem	40 horas semanais	Portador de certificado de conclusão de Ensino médio. E registro no órgão de classe profissional.	R\$ 40,00
Técnico de Enfermagem Socorrista	12 horas ininterruptas por 36 de descanso	Ensino Médio completo e curso regular de Técnico em Enfermagem, Certificado ou Diploma Técnico em Enfermagem, devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem (COREN)	R\$ 40,00
Motorista Socorrista	12 horas ininterruptas por 36 de descanso	Ensino Médio completo, Carteira Nacional de Habilitação “D” ou “E”.	R\$ 40,00
Médico	40 horas semanais	Ensino Superior Completo – Diploma de conclusão da graduação em Medicina e registro no CRM.	R\$ 60,00

TABELA II

Cargos	Unidade de Atuação	Local da Vaga	Vagas	Salário Base (R\$)
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Canoas	01 Vaga + Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Bairro Centro	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Bairro Capistrano	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Bairro Bela Vista	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Bairro São José	01 Vaga + Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Barbaquá	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Costão do Frade	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Rio Frederico	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Três Pontas	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Barreiros	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Campo Novo/Santa Clara/Caneleira	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08

Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Cambará/Figueiredo	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Entrada/Guarda Velha/Costãozinho	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Agente de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	Paraíso da Serra	Cadastro de reserva	R\$ 1.150,08
Atendente de Consultório Dentário	Fundo Municipal de Saúde	Posto de Saúde	01 vagas + Cadastro de reserva	R\$ 937,00
Auxiliar de Enfermagem	Fundo Municipal de Saúde	Posto de Saúde	01 vagas + Cadastro de reserva	R\$ 937,00
Técnico de Enfermagem Socorrista	Fundo Municipal de Saúde	SAMU	01 vagas + Cadastro de reserva	R\$ 937,00
Motorista Socorrista	Fundo Municipal de Saúde	SAMU	Cadastro de reserva	R\$ 937,00
Médico	Fundo Municipal de Saúde	Equipe Bairro São José	01 vagas + Cadastro de reserva	R\$ 11.670,58

1.5 Além do vencimento mensal descrito para o cargo, será oferecido ao **Auxiliar de Enfermagem** uma Gratificação de 20% sobre o valor de seus vencimentos, conforme determina a Lei Complementar Nº 62/17 de 22.02.17 e mais 20%, de insalubridade sobre o salário mínimo vigente. Ao **Técnico de Enfermagem Socorrista, Atendente de Consultório Dentário, Motorista Socorrista e Médico** será pago além do vencimento plantão/sobrevisto, conforme Lei Nº. 2307/16 de 18.04.2016 e 20%, de insalubridade sobre o salário mínimo vigente conforme Lei Complementar Nº 62/17 de 22.02.17.

1.6 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
20/11/2017	Ofício requerendo abertura do Processo Seletivo pelo Prefeito
20/11/2017	Portaria do Prefeito nomeando a comissão
21/11/2017	Publicação do Edital
22/11/2017 e 23/11/2017	Prazo para contestação do Edital (até as 17 horas do último dia)
24/11/2017	Publicação do Edital revisado se for o caso.
27/11/2017 a 05/01/2018	Período das inscrições (até as 17 horas do último dia).

18/01/2017	Último dia de inscrição com pedido de isenção da taxa de inscrição.
19/01/2017	Editais de Deferimento das Isenções (após as 17 horas).
20/12/2017	Prazo de Recurso Edital de Deferimento das Isenções (até as 17 horas do último dia).
21/12/2017	Republicação de Deferimento das Isenções se for o caso
08/01/2018	Homologação provisória das inscrições, indicação local e horário das provas.
09/01/2018 a 10/12/2018	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição (até as 17 horas).
11/01/2018	Homologação final das inscrições
21/01/2018	Provas escritas período da manhã
21/01/2018	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas após as 16:00h.
22/01/2018 a 23/01/2018	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório. (Até as 17 horas do último dia)
25/01/2018	Sessão Pública e abertura dos envelopes dos gabaritos das provas
26/01/2018	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória, após as 18:00 horas.
29/01/2018 a 30/01/2018	Prazo para recurso contra a classificação provisória (Até as 17 horas do último dia).
31/01/2018	Homologação do resultado final do Processo Seletivo N.º 01/2017

1.7 O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

2 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo N° 01/2017 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1 O Edital na íntegra:

2.1.1 No mural de publicações da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, sito à Av. Major Generoso, 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina e na Câmara de Vereadores sito à Avenida 24 de outubro, 145, centro, Bom Retiro, Santa Catarina.

2.1.2 No site oficial do município: www.bomretiro.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município – DOM.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Avenida Major Generoso nº 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, do dia **27 de novembro a 05 de janeiro de 2018. (Considerar o horário bancário para efetuar o pagamento da taxa de inscrição).**

3.2 Ao preencher e assinar a ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo correspondente, que deverá ser apresentado no ato da prova.

3.3 O candidato, cuja documentação não estiver completa, terá sua inscrição indeferida;

3.4 Após a data e horário fixados no item 3.1 não serão mais aceitas inscrições, sob qualquer condição.

3.5 Serão cobrados a título de taxa de inscrição o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), a R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos conforme tabela acima, em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

3.5.1 O candidato deverá efetuar o **depósito identificado** em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), a R\$ 60,00 (sessenta reais) dependendo da tabela acima, na conta corrente nº 202-X Agência 0901-6 do Banco do Brasil.

3.5.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências, devendo o candidato estar atento ao prazo final da inscrição e considerar o horário bancário, bem como a compensação do depósito pelo banco, ou seja, o depósito deverá ser feito até as 15:00 horas do último dia, podendo a inscrição ser efetivada até as 17:00 horas do último dia.

3.5.3 Terá a inscrição cancelada o candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem provisão de fundos ou com outra irregularidade que impossibilite sua compensação.

3.5.4. O valor da taxa de inscrição, uma vez paga não será restituído, por destinar-se a cobrir custos com todo o **Processo Seletivo 01/2017**. O valor será restituído somente em caso de anulação do Processo Seletivo.

3.5.5 O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar a sua homologação, mediante a publicação da “homologação das inscrições”, prevista neste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol dos “homologados”.

3.5.6 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, **que não o “depósito identificado”**, nem mesmo pagamentos efetuados após data de encerramento das inscrições, conforme data final constante do cronograma do edital.

3.5.7 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o depósito identificado deverá ser feito antecipadamente.

3.6 - DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

3.6.1 O candidato amparado pela Lei nº. 10.567/97 (doadores de sangue) e pela Lei Nº 11.289/99 (hipossuficiente) interessados na isenção de pagamento da inscrição deverão entregar documento que comprovem: no caso de doador de sangue, documento expedido por

órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de **18 de dezembro de 2017**. Para comprovação da condição de hipossuficiente deverá ser através da fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou pela declaração escrita de que se encontra desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho. (Anexo VI deste Edital)

3.6.2 A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente Processo Seletivo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

3.7 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.7.1 São condições para a inscrição:

- I. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas legais;
- II. Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, (na data da posse);
- III. Estar compatível para o exercício da função a que concorre;

3.7.2 Apresentar, no ato da inscrição, fotocópia dos seguintes documentos:

3.7.2.1 Carteira de identidade (cópia);

3.7.2.2 CPF (cópia);

3.7.2.3 Título de Eleitor (cópia);

3.7.2.4 Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia e originais para conferência);

3.7.2.5 Comprovante de residência para os cargos de agente de saúde;

3.7.3 O candidato não poderá se inscrever neste Processo Seletivo quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, em decorrência de processo disciplinar.

3.7.4 Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos do presente Processo Seletivo.

3.8 - São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 Serão reservados cinco por cento (5%) das vagas oferecidas neste Processo Seletivo, aos portadores de necessidades especiais, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.1.1 O candidato portador de necessidades especiais deverá estar ciente de que sua deficiência é compatível com as atribuições inerentes ao cargo que pretende ocupar;

4.2 Para se inscrever para vaga de Pessoas com Deficiência será necessário apresentação de Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

4.2.1 O Candidato portador de necessidade especial deverá protocolar e entregar no ato da inscrição à Comissão do Processo Seletivo, além do laudo médico, requerimento solicitando o enquadramento no item 4.1, indicando as condições especiais para realizar a prova escrita, cabendo à decisão de seu deferimento à referida Comissão. (Anexo I).

4.3 Os portadores de deficiência integrarão a lista normal e a lista de chamada especial e será convocado para nomeação no mínimo 1 (um) candidato classificado na referida lista, a cada 20 (vinte) candidatos chamados pela classificação geral.

4.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal n. 3.298/99, na Lei Estadual n. 12.870/04 e suas alterações.

4.5 O candidato portador de deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.6 O primeiro candidato portador de necessidades especiais classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a vigésima vaga aberta, obedecida sua ordem de classificação na listagem especial, respeitando os demais classificados. Os demais, da listagem especial, serão nomeados a cada intervalo de vinte cargos providos.

4.7 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

4.8 O candidato cuja deficiência seja considerada incompatível com as atribuições do cargo pela perícia médica será eliminado do Processo Seletivo.

4.9 O resultado final do Processo Seletivo será publicado em editais, contendo, o primeiro, a nota de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e, o segundo, somente a nota destes últimos, os quais serão chamados na ordem das vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.

4.10 O candidato que, no ato do preenchimento da Ficha de Inscrição, não indicar sua condição de pessoa com deficiência e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

5 – DA FUNÇÃO

5.1 A Função (atribuição do cargo) de cada vaga está especificada no anexo V, deste edital.

6 – DO PROCESSO SELETIVO

6.1 O Processo Simplificado de Seleção será constituído de prova escrita, elaborada pela empresa Atena Assessoria Educacional e será composta por 25 (vinte e cinco) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e atualidades, 10 (dez) de Conhecimentos Específicos, de múltipla escolha (A, B, C e D) para todos os cargos, sendo de caráter classificatório e eliminatório.

6.1.1 As provas escritas para todos os cargos serão compostas de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Matemática	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
TOTAL	25	---	10,00

6.2 Os conteúdos programáticos das provas escritas objetivas de múltipla escolha encontram-se no Anexo III deste Edital.

7. DAS PROVAS

7.1 As provas escritas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão, sito na Rua Anita Garibaldi - Bom Retiro, Santa Catarina, no dia **21 de janeiro de 2018, (domingo)**, conforme horário abaixo:

08h 30min: Acesso dos candidatos aos locais de prova.

08h 55min: Fechamento dos portões.

09h 00min: Abertura dos envelopes e distribuição das provas.

09h 10min: Início da resolução da prova.

12h 00min: Término do horário para o candidato realizar a prova

7.2 O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade, cartão de inscrição e caneta esferográfica com material transparente com tinta azul ou preta. **O ingresso na sala de prova só será permitido ao Candidato que apresentar OBRIGATORIAMENTE o documento original de identificação com o qual se inscreveu no Processo Seletivo, e portar também o Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI, sob pena de eliminação do Processo Seletivo. No caso de roubo ou perda do referido documento, só poderá realizar a prova o Candidato que apresentar Boletim de**

Ocorrência, com validade de, no máximo, 30 (trinta) dias que antecedam a realização da prova.

7.2.1 O documento de que trata o subitem 7.2 deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do Candidato e sua assinatura. Portanto, será exigida a apresentação do documento original, não sendo aceitos protocolos, cópias de documentos (mesmo que autenticadas), sem valor de identidade, bem como quaisquer outros documentos, tais como Crachás, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Estudante ou Carteira Funcional.

7.2.2 O candidato só poderá ter consigo na sala de prova a ele determinada:

- a) Caderno de provas e cartão resposta;
- b) Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Documento de identificação e comprovante de inscrição.
- d) Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

7.2.3 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento à prova, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência e resultará na eliminação do Processo Seletivo. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado quando da realização da prova escrita.

7.3 Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início tanto na prova escrita.

7.4 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.5 Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo. (Anexo I).

7.6 Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, *Pager*, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.7 O candidato deverá assinalar suas respostas na grade de respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta, deverá cobrir totalmente a letra e o espaço interno do quadrado.

7.8 Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na grade de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 7.7 deste Edital.

7.8.1 O candidato será orientado pelo fiscal a preencher no campo observações no gabarito as questões que por ventura contenham rasuras e assinar ao lado juntamente com o fiscal, ficando ciente que as mesmas não serão computadas.

7.9 Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da grade de respostas.

7.10 Serão excluídos do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova:

- 7.10.1** Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Seletivo.
- 7.10.2** Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- 7.10.3** Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Seletivo.
- 7.10.4** Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.
- 7.10.5** Não assinar a Lista de Presença e o Gabarito.
- 7.11** O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 01 (uma) hora do seu início.
- 7.12** O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas devidamente assinada.
- 7.13** Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências dos locais de aplicação da prova.
- 7.14** A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. No momento da amamentação a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.
- 7.15** A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do envelope devidamente assinados pela comissão na presença dos candidatos.
- 7.15.1** As grades de respostas serão personalizadas, contendo duas partes, numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas aleatoriamente aos candidatos de cada cargo no início da prova.
- 7.15.1.1** Ao receber a grade de resposta o candidato assinará na parte superior ao lado onde consta o número que será a identificação do candidato, será este destacado logo abaixo conforme orientação dos fiscais e colocado em envelope separado e lacrado na presença dos três últimos candidatos. A abertura do envelope contendo a assinatura do candidato ocorrerá somente após a conferência de todos os gabaritos.
- 7.15.2** O número do caderno de provas deverá obrigatoriamente ser colocado na grade de resposta, e esta deverá ser conferida pelo fiscal no momento da entrega do mesmo pelo candidato.
- 7.15.3** Na folha que contém a grade de respostas constará a indicação do Processo Seletivo a que se refere, bem como o cargo, número da prova a ser incluída pelo candidato no recebimento da prova e na parte superior local para a assinatura do candidato, sendo que esta parte será destacada e colocada em envelope separado.
- 7.15.4** A lista de presença após iniciada a realização da prova será envelopada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes e de imediato ser entregue a Comissão Coordenadora do **Processo Seletivo nº 01/2017**.

7.15.5 A sessão pública para abertura do envelope contendo a grade de resposta será no dia **25/01/2018** às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, mediante a presença da comissão de avaliação e dos interessados presentes. Somente após a conferência de todos os gabaritos será aberto o envelope que contém a lista de presença e o documento de identificação do candidato com o respectivo número o qual identifica a quem pertence o gabarito anteriormente conferido. Em caso de recursos a data poderá sofrer alteração.

7.16 Os 3 (três) últimos Candidatos de cada sala de realização de prova deverão permanecer na sala até que o último deles entregue a prova ou até que o tempo tenha se esgotado. O que acontecer primeiro liberará os Candidatos. Estes Candidatos somente poderão retirar-se do local, simultaneamente, assinando em local próprio na ata de prova e nos envelopes após seu fechamento pelo fiscal para fins de comprovação.

7.17 A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizar as provas ou parte delas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.18 Em ocorrendo, a situação prevista no item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da mesma nos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

7.19 O candidato será obrigado à apresentação do cartão de inscrição e documento com foto para identificação. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

7.20 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo que se candidatou conferir o número da prova, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.

7.21 O candidato deverá transcrever para o cartão resposta, utilizando caneta com material transparente com tinta das cores azul ou preta, a alternativa correta de cada uma das questões.

7.22 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

7.23 O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.

7.24 Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão respostas devidamente assinado e o caderno de provas sem necessidade de assinatura, tendo em vista que a correção ocorrerá somente pelo cartão resposta.

7.24.1 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Prefeitura não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet no site: (<http://www.bomretiro.sc.gov.br>), até a data da divulgação do gabarito provisório.

7.24.1.1 Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos, ou seja, o mesmo deverá ser devolvido aos fiscais juntamente com o gabarito oficial devidamente assinado.

7.24.2 Será fornecido ao final do caderno de provas **gabarito rascunho** para que o candidato possa copiar seu gabarito para futura conferência.

7.24.3 A Prefeitura de Bom Retiro reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo. Após este período o material será destruído.

7.25 Os Candidatos deverão observar, atentamente, todas as instruções constantes no Caderno de Questões e no Cartão de Respostas, bem como nos Avisos fixados em sala de prova, não cabendo quaisquer reclamações posteriores, caso haja o descumprimento das mesmas.

7.26 Em hipótese alguma haverá substituição do Caderno de Questões ou do Cartão de Respostas para o Candidato que cometer erros ou rasuras durante a realização da prova.

7.27 Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

- a) O cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- b) O cartão-resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;
- c) A questão não estiver assinalada no cartão-resposta;
- d) O cartão-resposta for preenchido fora das especificações.

8. DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

8.1 Para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos sob a orientação da empresa contratada para elaborar a prova, será nomeada uma Comissão de Processo Seletivo composta de até 4 (quatro) membros efetivos indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

8.2 A Comissão de Processo Seletivo poderá contratar empresa especializada para preparar e julgar as provas.

8.3 A fim de manter a necessária unidade de orientação, o Prefeito Municipal designará um funcionário ou contratará uma pessoa para coordenar e executar o Processo Seletivo, ao qual incumbe fiscalizar a multiplicação das provas, tomando as medidas necessárias a manutenção do sigilo.

Parágrafo Único – A juízo do Prefeito Municipal, poderá o Processo ser realizado e/ou assessorado por pessoa ou órgão estranho a Prefeitura mediante contrato.

9 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

9.1 A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de até 2 (dois) dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

9.2 As provas e o gabarito provisório serão divulgados até um dia após a realização das provas e o resultado da classificação final do Processo Seletivo publicado no diário oficial do município, no mural oficial da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara de Vereadores e na internet, no site www.bomretiro.sc.gov.br

9.3 O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado ou datilografado, não sendo aceitos recursos “à mão livre”, e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo, entregue e protocolado no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, conforme o formulário do **Anexo IV**, contra:

9.3.1 A inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao Ato de publicação provisória da lista de inscritos, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

9.3.2 A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório que deverá ser formulado e protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

9.3.3 Os pontos obtidos na prova escrita e classificação, para revisão na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação final, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

9.4 A Comissão julgará o recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sendo que o julgamento dos recursos das questões das provas será de responsabilidade da empresa Atena Assessoria Educacional.

9.4.1 Se da análise do recurso resultar:

a) na alteração de resposta de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente de acordo com o gabarito definitivo;

b) na anulação de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.

9.5 Poderá a critério da administração divulgar antecipadamente lista provisória contendo as notas atribuídas aos candidatos, no caso de não apresentação de recursos quanto as provas, abrindo para estes prazo de dois dias para recurso, caso haja ampla divulgação, caso contrário valerá o prazo estabelecido da publicação da lista provisória de classificação.

9.6 SERÃO ADMITIDOS OS SEGUINTE RECURSOS:

9.6.1. Do presente Edital;

9.6.2. Do não deferimento das Isenções;

9.6.3. Do não deferimento do pedido de inscrição;

9.6.4. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

9.6.5. Da nota da prova escrita;

9.6.6. Da classificação provisória.

10 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

10.1 A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos

10.2 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) pontos.

10.3 A classificação dos candidatos aprovados será realizada, depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente.

10.4 A classificação no Processo Seletivo gera para o candidato apenas expectativas de direito à nomeação para a função, de acordo com as necessidades do município.

10.5 Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

10.6 A convocação dos Candidatos dar-se-á por meio de correspondência, com Aviso de Recebimento (AR) em caso de não morar no Município, por telefone e correio eletrônico para moradores do município, conforme os dados informados no Requerimento de Inscrição, os quais deverão ser mantidos atualizados pelo Candidato junto à Prefeitura, cujo endereço encontra-se disposto no presente Edital.

10.6.1 Para atualização dos dados cadastrais, de que trata o subitem 10.6, o Candidato deverá encaminhar solicitação por escrito, com firma reconhecida por autenticidade, pessoalmente ou por meio dos Correios, à Prefeitura, cujo endereço encontra-se disposto no subitem 3.1 do presente Edital.

10.7 O Candidato que não atender à convocação, de que trata o subitem 13.2, será excluído do Processo Seletivo, por ato da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

11 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

- a) o mais idoso (Lei 10.741/2003, art.27, parágrafo único), para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais). Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:
- b) maior número de acertos na prova específica do cargo.
- c) maior número de acertos na prova de português.
- d) maior número de acertos na prova de matemática.
- e) maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais ou atualidades. Permanecendo o empate será realizado sorteio público.

12 – DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

12.1 A divulgação da listagem de inscrição provisória dar-se-á no dia **08 de janeiro de 2018** no mural da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara Municipal de Vereadores bem como no site da Prefeitura: www.bomretiro.sc.gov.br.

12.2 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da divulgação da lista de inscritos.

12.3 A divulgação das listagens de Classificação Provisória dar-se-á no dia **26/01/2018**.

12.4 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da publicação da classificação.

12.5 A divulgação da Classificação definitiva dar-se-á no dia **31/01/2018**.

13 - DA CONTRATAÇÃO

13.1 O candidato aprovado e classificado de acordo com os critérios deste Edital e dentro dos limites previstos e definidos neste Processo Seletivo, será convocado, pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde, segundo sua conveniência e oportunidade, através do endereço eletrônico da Prefeitura <http://www.bomretiro.sc.gov.br> e por correspondência direta, por meio de Carta ou Telegrama com Aviso de Recebimento (AR) encaminhado para endereço informado no ato da inscrição. A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 9.3 deste Edital.

13.1.1 O candidato deve manter seu endereço atualizado, responsabilizando-se pelo não recebimento da correspondência de convocação, caso o endereço esteja incompleto ou não localizado.

13.2 Por ocasião da posse, serão exigidos dos candidatos nomeados os seguintes documentos, entre outros:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento “se solteiro” ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo e estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional, quando for o caso.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista “se do sexo masculino” (cópia).

- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.
- o) certidão negativa de antecedentes criminais.

13.3 Os documentos solicitados nos incisos “k”, “l”, e “m” do item anterior (13.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

13.4 Na hipótese de desistência do candidato, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga, sendo que caso o mesmo não se apresentar em 5 (cinco) dias, duas testemunhas assinarão pelo mesmo.

13.5 A posse no cargo/área para o qual o Candidato foi nomeado ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do ato de nomeação, permitida a prorrogação por igual prazo a requerimento do nomeado.

13.6 O candidato aprovado que por hora for convocado, terá seu contrato enquanto durar o programa, para execução dos serviços de atendimento móvel e condicionado ao repasse de recursos do Governo Federal.

13.7 Será demitido do Programa a qualquer momento após a contratação, o profissional que, dentre outras hipóteses previstas em lei:

- a) Não tiver disponibilidade para cumprir a carga horária semanal do cargo;
- b) Não apresentar bom desempenho nas atividades profissionais, conforme as metas estabelecidas pelo Programa.

14 – DA VALIDADE DO PROCESSO

14.1 O Processo Seletivo será válido por 01 (um) ano a contar da data da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial dos Municípios, podendo a critério da administração ser prorrogado por igual período, desde que ocorra a prorrogação em tempo hábil.

15. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS POR PRAZO DETERMINADO

15.1 O candidato poderá ser chamado para o preenchimento de vagas por prazo determinado (substituição de empregados em licença saúde e licença maternidade), quando não aceitar essa contratação, deverá assinar Termo de Desistência específico para esse fim, mantendo-se na mesma ordem de classificação do respectivo Processo Seletivo.

15.2 Durante a vigência do prazo determinado, o candidato que vier a ser chamado para uma vaga definitiva deixará a vaga por prazo determinado e assumirá a vaga definitiva, respeitando a ordem de classificação geral e as cotas para pessoas com deficiência.

15.3 O candidato que aceitar o preenchimento da vaga por prazo determinado, ao término do contrato, retornará ao respectivo cadastro de candidatos, preservada a ordem de classificação.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A inscrição neste Processo implicará o conhecimento e a aceitação tácita das condições e regras estabelecidas neste Edital, expediente do qual o Candidato não poderá alegar desconhecimento como justificativa para a inobservância de qualquer dos procedimentos nele previstos, sendo o Candidato inteiramente responsável pelo acompanhamento das datas e eventos a serem divulgados por meio da internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Bom Retiro através do site oficial do município: www.bomretiro.sc.gov.br, independentemente de quaisquer motivos de força maior ou de casos fortuitos que impossibilitem o seu acesso ao mencionado endereço eletrônico, casos em que deverá comparecer, pessoalmente, ou fazer-se representar por procurador, devidamente constituído, à Prefeitura Municipal de Bom Retiro, cujo endereço encontra-se no subitem 2.1.1.

16.2 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

16.2.1 Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

16.3 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pela Comissão Especial do Processo Seletivo e procuradoria do Município.

16.4 Será excluído também e perderá o direito à vaga, em qualquer época, o Candidato que houver realizado o Processo Seletivo com uso de documentos ou informações falsas ou de outros meios ilícitos.

16.5 A Comissão Organizadora divulgará, sempre que necessário, Editais, Normas Complementares, Comunicados ou Avisos Oficiais sobre o Processo Seletivo, que passarão a integrar este Edital.

16.6 O candidato é inteiramente responsável pelo acompanhamento dos comunicados informados no ato da inscrição no Processo Seletivo, independentemente de quaisquer motivos de força maior ou de casos fortuitos que impossibilitem o seu acesso ao site do Município.

16.7 A Prefeitura Municipal de Bom Retiro se reserva o direito de promover as alterações que se fizerem necessárias, em qualquer fase do Processo Seletivo, ou posterior a este, em razão de atos não previstos ou imprevisíveis.

16.8 O presente Edital poderá ser cancelado ou alterado, em parte ou no todo, a qualquer tempo, desde que motivos supervenientes assim o determinem, sem que isso venha a gerar, direitos ou obrigações em relação aos interessados, excetuando-se a devolução da taxa de inscrição aos Candidatos no caso de cancelamento do Processo Seletivo.

16.9 Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

16.10 São partes integrantes deste Edital os ANEXOS:

ANEXO I – REQUERIMENTO PARA VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS;

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ANEXO IV – REQUERIMENTO RECURSOS

ANEXO V - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.

ANEXO VI – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO.

ANEXO VII - TERMO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

17 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

17.1 O Regime Jurídico para contratação temporária será o estabelecido pela Lei Complementar Nº. 01/03 de 02 de dezembro de 2003 e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

17.2 O candidato aprovado que for convocado ao trabalho, terá seu contrato com duração enquanto durar o programa, conforme Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14 e Lei 1979/09 de 28.05.09.

Bom Retiro, 21 de novembro de 2017.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Hiede Maria Carbonera
Responsável Sec. Mun. Saúde

ANEXO I**REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

_____, portador do documento de identidade n.º _____, inscrito no PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO - SC residente e domiciliado a Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme item 4.2 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) (☐) **Prova Ampliada**

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) (☐) **Sala Especial**

Especificar: _____

3) (☐) **Leitura de Prova:**

4) (☐) **Outra Necessidade:**

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

O laudo médico e a solicitação de prova especial ou condição especial (se for o caso) deverão ser entregues até o dia 21 de dezembro de 2017.

_____, _____ de _____ de 2017.
(local e data)

Assinatura do Requerente.....

20

MUNICIPIO DE BOM RETIRO	
CARTÃO DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 01/2017	
Nome do (a) candidato (a):	N° de Inscrição:
Cargo:	N° da Prova:
Esta Ficha de Inscrição deverá ser obrigatoriamente apresentada nos local da realização da prova, juntamente com documento de identificação com foto. Conforme Edital.	
Declaro que li todo o Edital e que concordo, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital, com as orientações disponíveis que regerão o presente Processo Seletivo, e com as decisões que possam ser tomadas nos casos omissos e não previstos neste Edital.	

VIA DO CANDIDATO

BOM RETIRO, de de

.....
Assinatura do (a) Candidato (a).....
Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO II

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO				Nº DE INSCRIÇÃO:	
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017					
CARGO:					
NOME DO (A) CANDIDATO (A):					
NOME DO PAI:					
NOME DA MÃE:					
DATA DE NASCIMENTO: / /	SEXO:	() MASC () FEM		NATURAL DE:	U.F.
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:		FONE:	
END. RESIDENCIAL:					
BAIRRO:		CIDADE:			U.F.
RG.:		DATA DE EMISSÃO:		CPF:	
TÍTULO ELEITORAL:			ZONA:	SEÇÃO:	
DEFICIENTE:	() SIM () NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:			
ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:					
E-mail:					

Instruções

Imprima ou copie o requerimento de inscrição; Preencha com atenção. Para entregar organize em uma pasta ou grampeie todos os documentos, na seguinte ordem:

1) Requerimento de inscrição; 2) Comprovação do pagamento da taxa de inscrição; 3) Requerimento para isenção de taxa de inscrição e 4) Documentação exigida no edital.

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no **Edital Processo Seletivo Nº 01/2017** e todas as disposições nele contidas.

BOM RETIRO, de de

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO III**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS****OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA****CARGOS:** Agente Comunitário de Saúde e Atendente de Consultório Dentário**LÍNGUA PORTUGUESA**

Ler interpretar textos; Identificar os tipos de frase; Pontuação: reticências, dois pontos, vírgula; Classificação das palavras quanto a tonicidade; Reconhecer no texto classes e estruturas gramaticais; (Substantivo, Artigo, Adjetivo – locução adjetiva, Preposição, Pronomes Verbos, Advérbio,...); Identificar a aplicação em textos e palavras da Acentuação gráfica vigente.

MATEMÁTICA

Sistema de numeração decimal; Números naturais: ordenação e operações; Números inteiros: ordenação e operações; Números racionais: representação fracionária e representação decimal; Razões e proporções: grandezas proporcionais, porcentagem e juros simples; Sistema decimal e medidas de comprimento, superfície e volume; Situações problemas; Sistema monetário.

CONHECIMENTOS GERAIS (CULTURA GERAL E CIDADANIA) E ATUALIDADES

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Bom Retiro. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

ÁREA ESPECÍFICA: AGENTE DE SAÚDE

Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Estratégias e ações de educação e promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde, em especial o Programa de Saúde da Família; Atenção primária à saúde. Conceitos de territorialização, micro área e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde. Conhecimentos básicos sobre doenças. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes. Ética no trabalho em saúde. Sistema Municipal de Saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. Estratégia de saúde da família na Atenção Básica à saúde. Estratégias de abordagem a grupos sociais e famílias. Direitos humanos. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos: conceitos, aplicação. Imunologia e Calendários de Vacinação. Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. Coleta de dados: e-SUS Atenção Básica.

ÁREA ESPECÍFICA: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Preparo e manutenção das salas de atendimento com suprimento do material necessário; Isolamento no campo operatório; Manipulação e classificação de materiais odontológicos; Revelação e montagem de radiografias intra-orais; Preparo do paciente para o atendimento; Auxílio no atendimento: instrumentação do cirurgião-dentista e/ou técnico de higiene bucal junto a cadeira operatória; Aplicação de métodos preventivos para controle de cárie dental e doenças periodontais; Orientação ao paciente sobre higiene bucal. Esterilização de Material; Conhecimentos Básicos de funcionamento de uma clínica odontológica e dos equipamentos, instrumentais e materiais nela utilizados; Instrumentação de Materiais.

CARGOS: Auxiliar de Enfermagem, Motorista Socorrista e Técnico em Enfermagem Socorrista.**LÍNGUA PORTUGUESA**

Ler interpretar textos; Identificar os tipos de frase; Pontuação: reticências, dois pontos, vírgula; Classificação das palavras quanto a tonicidade; Reconhecer no texto classes e estruturas gramaticais; (Substantivo, Artigo, Adjetivo – locução adjetiva, Preposição, Pronomes Verbos, Advérbio); Identificar a aplicação em textos e palavras da Acentuação gráfica vigente; A literatura brasileira: das origens aos nossos dias; Concordância nominal e verbal; Ortografia, acentuação e pontuação.

MATEMÁTICA

Sistema de numeração decimal; Números naturais: ordenação e operações; Números inteiros: ordenação e operações; Números racionais: representação fracionária e representação decimal; Razões e proporções: grandezas proporcionais, porcentagem e juros simples; Sistema decimal e medidas de comprimento, superfície e volume; Situações problemas; Sistema monetário; Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; Progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; Geometrias.

CONHECIMENTOS GERAIS (CULTURA GERAL E CIDADANIA) E ATUALIDADES

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Bom Retiro. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

ÁREA ESPECÍFICA – AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Normas de biossegurança: descarte de material biológico; lavagem das mãos; uso de equipamento de proteção individual; Ações básicas no cuidado de enfermagem; Administração de medicamentos: vias de administração (via oral, via sublingual, via retal, via endovenosa, via intramuscular), diluições, técnicas de administração e de fracionamento, cuidados específicos na administração; Assistência de enfermagem a pacientes portadores de feridas; Sinais vitais: técnicas de verificação de temperatura, pressão arterial, pulso, movimentos respiratórios; anotações de enfermagem; Processo Saúde-doença; Promoção de Saúde: conceitos e estratégias; Princípios fundamentais do preparo, diluição e administração de medicamentos; Educação em Saúde: conceitos e técnicas; Doenças transmissíveis e não transmissíveis: conceitos e prevenção; Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; Código de Ética do Conselho Federal de Enfermagem; Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/86; Decreto nº 94.406/87 – Regulamenta a Lei nº 7.498/86; Humanização; Central de Material e Esterilização: princípios e métodos de assepsia, antisepsia, desinfecção e esterilização; Identificação de sinais e sintomas nas afecções: Cardiopulmonares, Vasculares, Gastrointestinais, Neurológicas, Urogenitais, Músculo esqueléticas, Endocrinológicas, Dermatológicas e Hematológicas; Necessidades humanas básicas: alimentação, hidratação, eliminação; Registro de Enfermagem no prontuário do paciente; Segurança do paciente; Procedimentos técnicos de enfermagem de higiene e conforto, sinais vitais identificação do paciente, medidas antropométricas e controles, posições para exames; Noções de Primeiros socorros, atendimentos de urgência e emergência; Aplicações quentes e frias: indicações, contraindicações, técnicas e cuidados e Assistência de enfermagem ao exame físico: tipos de exame (material e posições).

ÁREA ESPECIFICA – TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

Lei do exercício profissional; Código de Ética do Conselho Federal de Enfermagem; Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/86; Decreto nº 94.406/87 – Regulamenta a Lei nº 7.498/86; Técnicas básicas de enfermagem; Terminologias; Biossegurança; Preparo e administração de medicamentos em emergências; Assistência de enfermagem nas urgências obstétricas; Assistência de enfermagem em afecções clínicas de urgência nos sistemas cardiovascular (choque hipovolêmico, síncope, isquemia, infarto do miocárdio, insuficiência cardíaca congestiva, hipertensão e arritmias), respiratório (insuficiência respiratória aguda, obstrução das vias aéreas superiores, pneumotórax, embolia pulmonar, asma e doença pulmonar obstrutiva crônica), endócrino, nervoso, osteomuscular; Assistência de Enfermagem em emergências metabólicas, emergências diabéticas, desequilíbrios acidobásicos, insolação e hipotermia; Assistência de Enfermagem em emergências psiquiátricas; Assistência de Enfermagem em emergências pediátricas; Assistência de Enfermagem no trauma, traumatismo múltiplo, traumatismo craniano, lesão na coluna espinhal, traumatismo torácico, traumatismo intra – abdominal, queimaduras, ferimentos e afogamento; Assistência de enfermagem nas hemorragias, poli traumatismos, traumatismos crânio-encefálicos, traumatismos torácicos, traumatismos abdominais, traumatismos musculoesqueléticos, choque, parada cardiorrespiratória, distúrbios causados pelo calor, desmaios, convulsão, coma, corpos estranhos no organismo, intoxicações e envenenamentos, mordidas e picadas de animais, fraturas, entorses, luxações, afogamento, ferimentos; Transporte e movimentação de pacientes; Biossegurança : conhecimentos sobre equipamentos de proteção individual e coletivo; Política Nacional de Humanização. Sinais Vitais. Lei 8.080/90 de 19/9/1990 e suas alterações; Portaria nº 2048/GM/MS, de 05 de novembro de 2002, que regulamenta tecnicamente as urgências e emergências; Portaria nº 1600 de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às urgências e institui a rede de atenção às urgências no Sistema Único de Saúde; Portaria nº 1863/GM, do Ministério da Saúde, de 29/9/2003: Institui a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

ÁREA ESPECIFICA – MOTORISTA SOCORRISTA

Legislação de Trânsito – Código Nacional de Transito; Direção Defensiva; Sinalização de Trânsito; Regras de Circulação e Conduta em veículos; Mecânica e manutenção preventiva de veículos; Procedimentos de atendimento de vítimas em pista de rolamento; Movimentação de vítimas; Primeiros Socorros. Noções sobre segurança do trabalho; Conhecimentos de mecânica: manutenção e reparos no veículo, avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade; Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes; Conservação e limpeza do veículo; Instrumentos e Controle; Procedimento de operações; Verificações diárias; Manutenção periódica; Diagnóstico de falhas; Simbologia.

CARGO: Médico.

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico–Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

MATEMÁTICA

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

CONHECIMENTOS GERAIS (CULTURA GERAL E CIDADANIA) E ATUALIDADES

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Bom Retiro. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

ÁREA ESPECÍFICA: MÉDICO

Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde; Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso; DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública; Imunizações, imunologia e vacinas; Epidemiologia; Prevenção e Combate a Doenças; Direitos dos usuários da saúde; Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde; Ética Profissional; Medicina Geral: Anatomia; Embriologia; Fisiologia; Genética; Patologia; Semiologia; Farmacologia; Toxicologia; Epidemiologia Clínica; Cuidados em Ambiente Hospitalar; Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos; Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos; Doenças Alérgicas; Doenças Dermatológicas; Doenças do Aparelho Cardiovascular; Doenças do Aparelho Digestivo; Doenças do Aparelho Respiratório; Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas; Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta; Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas; Doenças Endócrinas e do Metabolismo; Doenças Hematológicas e Oncológicas; Doenças Infecciosas e Parasitárias; Doenças Neurológicas; Doenças Nutricionais; Doenças Oculares; Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho; Doenças Ósseas; Doenças Psiquiátricas; Doenças Renais e do Trato Urinário; Doenças Reumatológicas; Ginecologia e Obstetrícia; Pediatria Clínica; Geriatria Clínica; Medicina Ambulatorial; Medicina Preventiva; Epidemiologia Clínica.

ANEXO IV

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

NOME CANDIDATO: _____

Nº. DE INSCRIÇÃO: _____ CARGO: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ☐ () CONTRA o Edital
☐ () CONTRA a formulação das questões e quesitos.
☐ () CONTRA a opção considerada como certa na prova.
☐ () CONTRA o indeferimento da inscrição.
☐ () CONTRA o resultado provisório.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão: _____

Gabarito Oficial: _____

Resposta do Candidato: _____

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na Prefeitura Municipal de Bom Retiro. Uma via será devolvida com protocolo.

BOM RETIRO (SC), _____ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO V - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

AGENTE DE SAÚDE

Atividade de nível auxiliar, envolvendo serviços referentes a trabalhos nos domicílios da área de abrangência sendo atribuições: realizar o mapeamento da área; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostas a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Atividade de nível auxiliar, com no mínimo ensino médio, sendo as seguintes atribuições: proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) Necessário para o trabalho; instrumentalizar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

- Executar atividades relacionadas com a elaboração e prestação de serviços e cuidados de enfermagem, identificação de problemas de saúde em geral, recolhimento e apreciação de dados sobre cada situação que se apresenta e formulação de diagnósticos de enfermagem.
- Executar tarefas relacionadas com as ações de saúde desenvolvidas pelo Município, visando ao atendimento da população;
- Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

- conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos;

- realizar check-list diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da Unidade Móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e Mochilas de Atendimento em perfeito estado de conservação e assepsia;
- estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
- conhecer a estrutura de saúde local;
- conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
- auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
- auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
- realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica;
- identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
- comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
- a) a substituição do plantão deverá se fazer na base, em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, poderá solicitar a substituição no local de atendimento;
- b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao Superior Hierárquico ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;
- c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente;
- cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
- tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas socorristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
- utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
- manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
- acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
- participar das reuniões convocadas pelos Superiores Hierárquicos;
- participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado por Superior Hierárquico;
- ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- manter-se atualizado, frequentando os cursos e educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
- acatar e respeitar as rotinas estabelecidas; - participar das reuniões convocadas pelos Superiores Hierárquicos;
- participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado por Superior Hierárquico;
- ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- acatar as deliberações dos Superiores Hierárquicos, em atendimento ao interesse público, esteja ou não prevista neste anexo;

- estar ciente que o não-individual e ou coletiva, de acordo com a política do município, tais como: realizar consultas médicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adultos e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondente às áreas prioritárias na intervenção na atenção básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001; aliar a atuação clínica da saúde coletiva; fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc. ; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências, encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento profissional.

MÉDICO

Atividade de nível superior, de natureza especializada, envolvendo serviços referentes a atividades de supervisão, planejamento, coordenação, programação execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde e contra referência; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais. Indicar internação hospitalar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito. Portador de diploma de nível superior na área de medicina, devidamente registrado no órgão competente.

MOTORISTA SOCORRISTA

- conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
- conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;
- estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
- conhecer a malha viária local;
- conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
- auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
- auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
- realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica;
- identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
- comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
 - a) a substituição do plantão deverá se fazer na base, e em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o Motorista socorrista poderá solicitar a substituição no local de atendimento;
 - b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao Superior Hierárquico ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;
 - c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente;

- cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
- tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas socorristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
- utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
- manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
- acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
- participar das reuniões convocadas pelos Superiores Hierárquicos;
- participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado por Superior Hierárquico;
- ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- acatar as deliberações dos Superiores Hierárquicos, em atendimento ao interesse público, esteja ou não prevista neste anexo;
- estar ciente que o não-cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento profissional.

ANEXO VI**REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo – Edital 001/2017 da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho **REQUERER** a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Desempregado

Sendo que:

- Declaro para os devidos fins que não sou detentor de cargo público
- Declaro que não possuo outra fonte de renda.

[] Doador de Sangue

- Em anexo apresento documento expedido por órgão oficial comprovando as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período dos últimos 12 meses.

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento do requerimento

Bom Retiro, _____ de _____ de 2017

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VII**TERMO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

**À COMISSÃO GERAL DO PROCESSO SELETIVO/PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM RETIRO-SC,**

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA DEVIDOS FINS QUE
EU, _____,
DESISTO DA VAGA PARA O CARGO DE _____
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____,
PARA A QUAL FUI CONVOCADO(A), NO DIA ____/____/_____.
BOM RETIRO/SC, ____ de _____ de 201 ____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

EDITAL PROCESSO SELETIVO 02.2017

Publicação Nº 1433550

1

EDITAL Nº 02/2017**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017 PARA ADMISSÃO DE
PROFESSORES, MONITOR DE CRECHE E SERVENTES EM CARÁTER
TEMPORÁRIO ANO LETIVO 2018**

Vilmar José Neckel, Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, juntamente com a Responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Sra. Marilene dos Santos Neckel, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica Municipal, na Lei nº. 2019/10 de 04 de março de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, no decreto nº. 107/13 de 15 de outubro de 2013, que regulamenta o processo seletivo simplificado no município de Bom Retiro, e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, que estão abertas, no período de **27 de novembro a 05 de janeiro de 2018**, as inscrições para o provimento de vagas de Professores, monitores de creche e serventes a serem admitidos em caráter temporário para cadastro de reserva para atuar nas áreas educação infantil, ensino fundamental, artes, e educação física, no ano de 2018.

Cadastro Reserva (Ano Letivo 2018)**1 – DAS VAGAS**

1.1 As vagas a serem oferecidas para o presente Processo Seletivo serão para substituição de férias, licenças e para Cadastro Reserva no ano letivo de 2018.

1.2 O presente processo seletivo será regido por este edital e destina-se ao provimento de vagas de Professores a serem admitidos em caráter temporário e para cadastro de reserva para atuar nas áreas educação infantil, ensino fundamental, artes e educação física, no Ano Letivo de 2018.

1.3 As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade, obedecendo-se a ordem de classificação.

1.4 As vagas de professor oferecidas serão de 20, 30 e 40 horas, no período matutino ou vespertino, monitores de creche e servente serão de 40 horas, conforme disponibilidade e interesse do Município.

1.5 As vagas, o cadastro de reserva, a carga horária semanal, são os estabelecidos nas TABELAS a seguir:

QUADRO DE VAGAS PARA PROFESSORES - EDUCAÇÃO INFANTIL/2018

EDUCAÇÃO INFANTIL = CRECHES E PRÉ ESCOLA	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti	CR *	30 horas	Matutino/Vespertino
Creche M. Irmã Paula	CR *	30 horas	Matutino/Vespertino
Creche M. Patrícia Deucher	CR *	30 horas	Matutino/Vespertino
Pré Escolar Capistrano	CR *	20 horas	Matutino/Vespertino
Núcleo Mun. São José	CR *	20 horas	Matutino/Vespertino
Escola do Campo Paraíso da Serra/ Ver. Oldemar Philippi	CR*	20 horas	Vespertino
Escola do Campo Canoas	CR *	20 horas	Matutino
Escola do Campo Cambará Prof. Margarida Bugler Wiggers	CR *	20 horas	Vespertino
Escola do Campo Barbaquá	CR *	20 horas	Vespertino

*CR – Cadastro de Reserva

QUADRO DE VAGAS PARA PROFESSORES ENSINO FUNDAMENTAL/2018

ENSINO FUNDAMENTAL	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	PERÍODO
Escola do Campo Canoas	CR* e Arte	20 horas	Matutino
Escola do Campo Barbaquá	CR*, Ed. Física e Arte	20 horas	Vespertino
Escola do Campo Cambará Prof. Margarida Bugler Wiggers	CR* e Arte	20 horas	Vespertino
Escola do Campo Costão do Frade Ver. Anísio G. de Lins	CR*, Ed. Física e Arte	20 horas	Vespertino
Escola do Campo Paraíso da Serra Ver. Oldemar Philippi	CR*, Ed. Física e Arte	20 horas	Vespertino
Núcleo Mun. São José	CR* e Arte	20 horas	Matutino/Vespertino
Núcleo M. Henrique Hemkmaier	CR*, Arte e Ed. Física	20 horas	Matutino/Vespertino
Escola do Campo Três Pontas	CR*	20 horas	Vespertino
Educação de Jovens e Adultos	CR*	20 horas	Depende da demanda

*CR – Cadastro de Reserva

MONITOR DE CRECHE - ENSINO INFANTIL/2018

Cargo	Carga Horária	Nº Vagas	Turno	Local
Monitor de Creche	40 hs	04	Matutino e Vespertino	Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti
Monitor de Creche	40 hs	04	Matutino e Vespertino	Creche Irmã Paula
Monitor de Creche	40 hs	01	Matutino e Vespertino	Creche Municipal Patrícia Deucher

SERVENTE/2018

Cargo	Carga Horária	Nº Vagas	Escolaridade	Turno	Local de Trabalho
Servente	40 hs	CR*	Alfabetizada	Matutino e Vespertino	Diversos

*CR – Cadastro de Reserva

2 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo Nº **02/2017** será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1 O Edital na íntegra:

2.1.1 No mural de publicações da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, sito à Av. Major Generoso, 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina e na Câmara de Vereadores sito à Avenida 24 de outubro, 145, centro, Bom Retiro, Santa Catarina.

2.1.2 No site oficial do município: www.bomretiro.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município – DOM.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Avenida Major Generoso nº 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, do dia **27 de novembro a 05 de janeiro de 2018. (Considerar o horário bancário para efetuar o pagamento da taxa de inscrição).**

3.2 Ao preencher e assinar a ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo correspondente, que deverá ser apresentado no ato da prova.

3.3 O candidato, cuja documentação não estiver completa, terá sua inscrição indeferida;

3.4 Após a data e horário fixados no item 3.1 não serão mais aceitas inscrições, sob qualquer condição.

3.5 Serão cobrados a título de taxa de inscrição o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

3.5.1 O candidato deverá efetuar o **depósito identificado** em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) na conta corrente nº 202-X Agência 0901-6 do Banco do Brasil.

3.5.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

3.5.3. O valor da taxa de inscrição, uma vez paga não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo ACT 2017.

3.6 - DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

3.6.1 O candidato amparado pela Lei nº. 10.567/97 (doadores de sangue) e pela Lei Nº 11.289/99 (hipossuficiente) interessados na isenção de pagamento da inscrição deverão entregar documento que comprovem: no caso de doador de sangue, documento expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes

datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de **18 de dezembro de 2017**. Para comprovação da condição de hipossuficiente deverá ser através da fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou pela declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho. (Anexo VIII deste Edital)

3.6.2 A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo seletivo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

3.7 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.7.1 São condições para a inscrição:

- I. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas legais;
- II. Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, (na data da posse);
- III. Ter no mínimo Ensino médio e estar curando o ultimo ano do magistério ou estar cursando ensino Superior na área para o cargo de professor, ensino médio para o cargo de monitor de creche e alfabetizado para o cargo de servente;
- IV. Estar compatível para o exercício da função a que concorre;

3.7.2 Apresentar, no ato da inscrição, fotocópia dos seguintes documentos:

3.7.2.1 Carteira de identidade (cópia);

3.7.2.2 CPF (cópia);

3.7.2.3 Título de Eleitor (cópia);

3.7.2.4 Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia e originais para conferência);

3.7.2.5 Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em **2016 e 2017** (cópia e originais para certificação)

3.7.2.6 Atestado de tempo de serviço no magistério para os cargos de professor expresso por períodos de contratação, em **ANOS, MESES E DIAS**, expedido por órgão competente, (considerados até **05/01/2018**) (**original ou cópia autenticada**); **Não sendo admitido em hipótese alguma tempo de serviço fora do especificado acima. (MESES, ANOS E DIAS)**. Ex. o candidato que apresentar seu tempo de serviço única e exclusivamente em dias ou meses, terá seu tempo de serviço desconsiderado.

3.7.2.7 Os cargos de servente e monitor de creche terão pontuação exclusiva da nota da prova, não sendo portanto considerado tempo de serviço.

3.7.3 O professor não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, em decorrência de processo disciplinar.

3.8 - Os cargos, objeto do presente processo seletivo, e as exigências de escolaridade são descritas na tabela abaixo:

CARGO		ÁREA/DISCIPLINA	REQUISITOS E ESCOLARIDADE
PROFESSOR	DE	EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitado: Diploma de conclusão de Graduação

EDUCAÇÃO INFANTIL		em Curso Pedagogia Educação Infantil, Licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ANOS INICIAIS	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior ou Certificado de Conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura de Pedagogia ou certidão de frequência no último ano de magistério, desde que tenha concluído o Ensino Médio.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso de graduação em licenciatura plena em Educação Física. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em Educação Física.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	ARTES	Habilitado: Diploma de conclusão de graduação em licenciatura plena em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso de graduação em licenciatura em Artes ou Educação Artística ou Artes Visuais.
MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO INFANTIL	2º grau completo
SERVENTE	SETORES DIVERSOS PREFEITURA	Alfabetizado

3.8.1 Os candidatos que não possuem a escolaridade/ requisitos exigidos para habilitados, poderão inscrever-se no Processo Seletivo, na qualidade de não habilitados, de acordo com o item 3.7 deste edital.

3.8.2 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 Serão reservados cinco por cento (5%) das vagas oferecidas neste processo seletivo, aos portadores de necessidades especiais, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.2 O Candidato portador de necessidade especial deverá protocolar e entregar no ato da inscrição à Comissão do Processo Seletivo, requerimento de solicitação de enquadramento no item 4.1, indicando as condições especiais para realizar a prova escrita, cabendo à decisão de seu deferimento à referida Comissão. (Anexo I).

4.3 Os portadores de deficiência integrarão lista de chamada especial e será convocado para nomeação no mínimo 1 (um) candidato classificado na referida lista, a cada 20 (vinte) candidatos chamados pela classificação geral.

4.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal n. 3.298/99, na Lei Estadual n. 12.870/04 e suas alterações.

4.5 O candidato portador de deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.6 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

5 – DA FUNÇÃO

5.1 O PROFESSOR será admitido em caráter temporário com atuação no ensino fundamental, educação física, artes e/ou educação infantil, durante o ano Letivo de 2018. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade, obedecendo-se a ordem de classificação em cada segmento.

5.2 Dentro de sua área/disciplina: planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

5.3 O MONITOR DE CRECHE será admitido em caráter temporário e deverá atender crianças enquanto na creche e nos equipamentos, dispensando-lhes cuidados, sob orientação e supervisão do responsável, para proporcionar-lhes o bem estar físico e emocional,

desenvolvendo trabalho pedagógico a nível pré-escolar, durante o horário de hora atividade dos professores. Tendo como **Exemplos de Atribuições**: prestar cuidado direto e simples às crianças, auxiliando-as em sua higiene pessoal, em sua movimentação e atividades e na alimentação, para proporcionar-lhes conforto e bem estar; seguir instruções para execução de outras atividades de apoio, como a arrumação e manutenção da ordem e limpeza no ambiente de trabalho, seguindo processos rotineiros, para facilitar as tarefas dos demais membros da equipe; executar atividades extras classe e atividades recreativas, conforme plano de estudo realizado pelo professor durante a hora atividade; desempenhar outras atividades correlatas.

5.4 O trabalho do **SERVENTE** é efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações a que for Requerido, solicitando o material e os produtos necessários para o bom andamento do seu Trabalho; Manter asseio pessoal, através do uso de uniforme completo, compatível com a função desenvolvida, conforme normas sanitárias; Efetuar tarefas correlatas à sua função; Zelar pelo máximo rendimento dos materiais de limpeza e relacionar o seu consumo; Participar de cursos de aperfeiçoamento profissional, oferecidos pela chefia; Realizar seu trabalho tomando os devidos cuidados com a higiene pessoal; Zelar pela segurança no setor, atentando para a prevenção de acidentes de trabalho; Usar os equipamentos de segurança para o desenvolvimento das atividades pertinentes a função; Cumprir as orientações de sua chefia imediata. Participar quando forem escalados, a outras tarefas a reuniões, joguinhos escolares entre outros.

Substituir colegas de trabalho quando solicitado pela chefia imediata. Aos que trabalharem diretamente com alimentação dos alunos deverão utilizar cardápios previamente elaborados pela nutricionista do município, mantendo a qualidade e segurança.

6 – DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO

6.1 O Processo Simplificado de Seleção será constituído de prova escrita, elaborada pela empresa Atena Assessoria Educacional e será composta por 25 (vinte e cinco) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e atualidades, 10 (dez) de Conhecimentos Específicos, de múltipla escolha (A, B, C e D) para todos os cargos, sendo de caráter classificatório e eliminatório.

6.1.1 As provas escritas para os cargos de professores serão compostas de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Matemática	5	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	10	0,25	2,50
TOTAL	25	---	7,00

6.1.2 As provas escritas para os cargos de monitor de creche e servente serão compostas de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Matemática	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
TOTAL	25	---	10,00

6.2 A prova terá duração de 03(três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

6.3 Os conteúdos programáticos das provas escritas objetivas de múltipla escolha encontram-se no Anexo III deste Edital.

7. DAS PROVAS

7.1 As provas escritas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão, sito na Rua Anita Garibaldi - Bom Retiro, Santa Catarina, no dia **21 de janeiro de 2018, (domingo)**, com início às 09h00min e término às 12h00min.

7.2 O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade, cartão de inscrição e caneta esferográfica com material transparente com tinta azul ou preta.

7.2.1 O candidato só poderá ter consigo na sala de prova a ele determinada:

- a) Caderno de provas e cartão resposta;
- b) Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Documento de identificação e comprovante de inscrição.
- d) Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

7.3 Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.4 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.5 Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção. (Anexo I).

7.6 Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, *Pager*, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.7 O candidato deverá assinalar suas respostas na grade de respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta, deverá cobrir totalmente a letra e o espaço interno do quadrado.

7.8 Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na grade de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 7.7 deste Edital.

7.8.1 O candidato será orientado pelo fiscal a preencher no campo observações no gabarito as questões que por ventura contenham rasuras e assinar ao lado juntamente com o fiscal, ficando ciente que as mesmas não serão computadas.

7.9 Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da grade de respostas.

7.10 Serão excluídos do Processo Simplificado de Seleção o candidato que durante a realização da prova:

7.10.1 Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Simplificado de Seleção.

7.10.2 Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

7.10.3 Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Simplificado de Seleção.

7.10.4 Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

7.10.5 Não assinar a Lista de Presença.

7.11 O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 01 (uma) hora do seu início.

7.12 O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

7.13 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Simplificado de Seleção nas dependências dos locais de aplicação da prova.

7.14 A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. No momento da amamentação a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.15 A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

7.15.1 As grades de respostas serão personalizadas, contendo duas partes, numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas aleatoriamente aos candidatos de cada cargo no início da prova.

7.15.1.1 Ao receber a grade de resposta o candidato assinará na parte superior ao lado onde consta o número que será a identificação do candidato, será este destacado logo abaixo conforme orientação dos fiscais e colocado em envelope separado e lacrado na presença dos candidatos. A abertura do envelope contendo a assinatura do candidato ocorrerá somente após a conferência de todos os gabaritos.

7.15.2 O número do caderno de provas deverá obrigatoriamente ser colocado na grade de resposta, e esta deverá ser conferida pelo fiscal no momento da entrega do mesmo pelo candidato.

7.15.3 Na folha que contém a grade de respostas constará a indicação do Processo Simplificado de Seleção a que se refere, bem como o cargo, número da prova a ser incluída pelo candidato no recebimento da prova e na parte superior local para a assinatura do candidato, sendo que esta parte será destacada e colocada em envelope separado.

7.15.4 A lista de presença após iniciada a realização da prova será envelopada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes e de imediato ser entregue a Comissão Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção nº **02/2017**.

7.15.5 A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura manual, em **SESSÃO PÚBLICA** a ser realizada na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Retiro 09 horas do dia **25/01/2018**, mediante a presença da comissão de avaliação e dos interessados presentes, para que todos os presentes na sessão possam acompanhar e fiscalizar a correção, bem como a identificação dos candidatos. Somente após a conferência de todos os gabaritos será aberto o envelope que contém a lista de presença e o documento de identificação do candidato com o respectivo número o qual identifica a quem pertence o gabarito anteriormente conferido. Em caso de recursos a data poderá sofrer alteração.

7.16 Ao findar o tempo de duração para realização da prova será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

7.17 A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizar as provas ou parte delas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.18 Em ocorrendo, a situação prevista no item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da mesma nos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

7.19 O candidato será obrigado à apresentação do cartão de inscrição e documento com foto para identificação. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

7.20 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo que se candidatou conferir o número da prova, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.

7.21 O candidato deverá transcrever para o cartão resposta, utilizando caneta com material transparente com tinta das cores azul ou preta, a alternativa correta de cada uma das questões.

7.22 A PROVA SERÁ CORRIGIDA UNICAMENTE PELA MARCAÇÃO FEITA NO CARTÃO RESPOSTA E NÃO TERÃO VALIDADE, QUAISQUER ANOTAÇÕES FEITAS NO CADERNO DE QUESTÕES.

7.23 O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.

7.24 Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão respostas devidamente assinado e o caderno de provas.

7.24.1 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Prefeitura não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet no site: (<http://www.bomretiro.sc.gov.br>), até a data da divulgação do gabarito provisório.

7.24.1.1 Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos, ou seja, o mesmo deverá ser devolvido aos fiscais juntamente com o gabarito oficial.

7.24.2 Será fornecido ao final do caderno de provas **gabarito rascunho** para que o candidato possa copiar seu gabarito para futura conferência.

7.24.3 A Prefeitura de Bom Retiro reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo. Após este período o material será destruído.

8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de até 3 (três) dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 O gabarito provisório será divulgado até um dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Processo Simplificado de Seleção publicada no diário oficial do município, no mural oficial da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara de Vereadores e na internet, no site www.bomretiro.sc.gov.br

8.3 O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado ou datilografado, não sendo aceitos recursos “à mão livre”, e encaminhado ao Presidente da

Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção, entregue e protocolado no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, conforme o formulário do Anexo IV, contra:

8.3.1 A inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao Ato de publicação provisória da lista de inscritos, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

8.3.2 A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório que deverá ser formulado e protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

8.3.3 Os pontos obtidos na prova escrita e classificação, para revisão na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação final, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

8.4 A Comissão julgará o recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sendo que o julgamento dos recursos das questões das provas será de responsabilidade da empresa Atena Assessoria Educacional.

8.4.1 Se da análise do recurso resultar:

- a) na alteração de resposta de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente;
- b) na anulação de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.

8.5 Poderá a critério da administração divulgar antecipadamente lista provisória contendo as notas atribuídas ao tempo de serviço, horas de curso e habilitação/títulos dos candidatos, abrindo para estes prazo de dois dias para recurso, caso haja ampla divulgação, caso contrário valerá o prazo estabelecido da publicação da lista provisória de classificação.

8.6 Serão admitidos recursos quanto ao Edital, deferimento das Isenções, Inscrições Indeferidas, pontuação do tempo de serviço e horas de aperfeiçoamento e títulos, formulação das questões e da discordância com o gabarito e Nota da Prova, da classificação provisória, desde que obedecido os prazos estabelecidos por este edital.

9 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 7,00 (sete) pontos para os cargos de professor e de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) para os cargos de monitor de creche e servente.

9.2 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 3,50 (três virgula cinco) pontos para os cargos de professor e 4,00 (quatro) para os cargos de monitor de creche e servente.

9.3 A classificação dos candidatos aprovados será realizada, depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente e resultará do somatório da nota da prova escrita e o somatório dos pontos decorrentes de Títulos, Pontuação por Tempo de Serviço e Horas de

Aperfeiçoamento para os cargos de professor e para os cargos de monitor de creche e servente será considerado apenas a nota da prova.

9.4 A classificação no Processo Simplificado de Seleção gera para o candidato apenas expectativas de direito à nomeação para a função, de acordo com as necessidades.

9.5 Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.5.1 O candidato devidamente classificado, se por motivo justo esteja impossibilitado de aceitar a convocação poderá, mediante requerimento devidamente justificado solicitar que seu nome seja incluído ao final da lista, para uma nova oportunidade de convocação, desde que tal requerimento seja aprovado pelo jurídico do município.

9.5.2 Poderá o Município ao convocar todos da lista, fazer uma segunda ou terceira chamada, sempre garantindo o direito de cada candidato.

9.5.3 Caso o candidato não tenha interesse que seu nome faça parte do final da lista, em caso de não aceitação da vaga, poderá assinar termo definitivo de desistência.

9.5.4 Terá prioridade na escolha das vagas tanto na primeira chamada, quanto para a ampliação de carga horária, o candidato graduado e melhor classificado. Não havendo a possibilidade de ter mais candidatos graduados para ocuparem as vagas oferecidas, iniciar-se-á a chamada dos candidatos não habilitados.

9.5.5 O candidato classificado poderá assumir a vaga e ser novamente convocado dentro do período de validade do processo seletivo, porém, a nova convocação só poderá ocorrer depois de que todos os demais candidatos já forem chamados.

10 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

- a) o mais idoso (Lei 10.741/2003, art.27, parágrafo único), para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais). Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência.
- b) maior número de acertos na prova específica do cargo.
- c) maior número de acertos na prova de português.
- d) maior número de acertos na prova de matemática.
- e) maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais e atualidades. Permanecendo o empate será realizado sorteio público.

11 – DOS TÍTULOS - TEMPO DE SERVIÇO E HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

11.1 Pontuação Decorrente da Contagem de Títulos:

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	
Pós-Graduação na área da Educação	1,50 pontos
Diploma de Licenciatura Plena com Habilitação na Educação	1,20 pontos
Diploma de Habilitação para Magistério (Ensino Médio) e Atestado de	1,00 pontos

Frequência Cursando Licenciatura Específica a partir da 5ª fase	
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação a partir da 5ª fase	0,70 pontos
Diploma de Habilitação Magistério	0,30 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação até a 5ª fase	0,20 pontos

11.1.1 Os títulos de cursos não serão avaliados cumulativamente, sendo computado caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

11.2 Pontuação decorrente da contagem de **Tempo de serviço** obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo, computados para esta finalidade o tempo máximo de 09 anos e 01 dia:

TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,10
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,20
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,30
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,40
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	0,50
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	0,60
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	0,70
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	0,80
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	0,90
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	1,00

11.3 Horas de aperfeiçoamento. A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
81 A 120 HORAS	0,50
41 A 80 HORAS	0,30
40 HORAS	0,10

11.3.1 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de **2016 e 2017**. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

11.3.2 Os candidatos à vaga de monitor de creche e servente terão a pontuação exclusiva da nota da prova, não sendo portanto considerado pontos de tempo de serviço, horas de curso e títulos.

12 – DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

12.1 A divulgação das listagens de inscrição provisória dar-se-á no dia **01 de janeiro de 2018** no mural da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara Municipal de Vereadores bem como no site da Prefeitura: www.bomretiro.sc.gov.br.

12.2 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da divulgação da lista de inscritos.

12.3 A divulgação das listagens de Classificação Provisória dar-se-á no dia **26/01/2018**.

12.4 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da publicação da classificação.

12.5 A divulgação da Classificação definitiva dar-se-á no dia **31/01/2018**.

13 – DA ESCOLHA DE VAGAS

13.1 As vagas serão preenchidas, observando a ordem de classificação;

13.2 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

13.3 A escolha de vagas para Professor e monitor de creche admitido em caráter temporário será para atuação no ano letivo 2018 e conforme a necessidade da Secretaria de Educação.

13.4 A chamada, a escolha de vagas será efetuada em data a ser comunicada por edital, publicada no site www.bomretiro.sc.gov.br ou por telefone pela Secretaria de Educação, conforme a necessidade e surgimento de vagas.

13.5 O candidato que não puder se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vagas deverá comunicar através de documento devidamente assinado com os motivos da sua não apresentação para que não seja considerado desistente e eliminado deste Processo Seletivo.

13.6 O candidato, após escolher vaga deverá apresentar-se ao Diretor ou Coordenador da Escola onde irá atuar em data combinada no ato.

13.7 Para admissão, os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados no Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Bom Retiro, na Av. Major Generoso, 19, Centro Bom Retiro - SC.

13.8 Em não havendo vaga, quando da primeira chamada, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte procederão à chamada, na medida da existência da vaga.

13.9 A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro Temporário da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

13.10 A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, dentro do interesse e conveniência da Administração, observada a ordem de classificação dos candidatos, para área afim, sem prejuízo de classificação, caso não aceite.

13.11 O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

13.12 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, se devidamente justificado, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.13 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma poderá ter seu nome incluído no final da listagem de classificação de escolha de vaga, caso manifeste interesse no momento da desistência. Ficando ciente o candidato no momento da desistência que sua classificação mudará passando para o final da lista. Bem como os candidatos que assumirem a vaga, poderão requerer que seu nome volte ao final da lista para uma nova contratação dentro da validade do processo seletivo.

13.14 A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer somente depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.15 As vagas para a 1ª chamada serão publicadas no site da Prefeitura www.bomretiro.sc.gov.br, no mural Público da Prefeitura, Câmara de Vereadores e Secretaria de Educação com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do dia de escolha. Devendo os candidatos estarem atentos as publicações realizadas no site da Prefeitura.

14 - DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 9.3 deste Edital.

14.2 Requisitos para a contratação: o candidato deverá entregar, para a contratação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento “se solteiro” ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista “se do sexo masculino” (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.

14.3 Os documentos solicitados nos incisos “k”, “l”, e “m” do item anterior (14.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

14.4 Na hipótese de desistência do candidato, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga e interesse em continuar no final da lista, sendo que caso o mesmo não se apresentar em 5 (cinco) dias, duas testemunhas assinarão pelo mesmo.

14.5 Aos candidatos aprovados, quando da escolha de vagas e na existência das mesmas, desde que haja compatibilidade de horário, e de acesso à Unidade Escolar, pela carga horária assim especificada: carga horária de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

14.6 A remuneração da área Educação Infantil, Educação física, artes e/ou Séries Iniciais terá como referência os níveis da Carreira do Magistério, Lei Complementar Nº 04/04 de 31 de Março de 2004, e alterações posteriores, proporcional à carga horária trabalhada, sendo para os habilitados na respectiva área equivalente ao piso Nacional do Magistério, tais como: O piso do Professor com carga horária semanal de 20 horas será de R\$ 965,77 (novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos); O piso do Professor com carga horária semanal de 30 horas será de R\$ 1.385,80 (hum mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos); O piso do Professor com carga horária semanal de 40 horas será de R\$ 1.931,54 (hum mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos). O Salário do Monitor de Creche será de R\$ 1.148,59 para carga horária de 40 horas semanais e o Servente terá a remuneração de R\$ 937,00 para 40 horas semanais.

15 – DA VALIDADE DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO

15.1 O prazo de validade do Processo Simplificado de Seleção ao qual se refere este Edital para o Ano Letivo de 2018.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Os efeitos legais deste Processo de Seleção entrarão em vigência o ano **2018**.

16.2 O candidato que apresentar incompatibilidade de horários, por ter escolhido mais de uma vaga ou ter outro vínculo empregatício, não terá direito à posse.

16.3 Será de responsabilidade do candidato o seu transporte, ao optar por vaga que exigirá a locomoção para a Escola que foi escolhida.

16.4 O candidato que venha a não corresponder ao proposto pela Escola onde atua terá seu contrato de prestação de serviços (Portaria) cancelado, mediante parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho, ou mediante procedimento administrativo específico instituído pela Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

16.5 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

16.5.1 Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

16.6 Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

16.7 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, pela Comissão Especial do Processo Seletivo e procuradoria do Município.

16.8 São partes integrantes deste Edital os ANEXOS:

ANEXO I – REQUERIMENTO PARA VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS;

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ANEXO IV – REQUERIMENTO RECURSOS

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO.

ANEXO VII – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO.

ANEXO VIII - TERMO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

17 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

17.1 O Regime Jurídico para contratação temporária será o estabelecido pela Lei Complementar Nº. 01/03 de 02 de dezembro de 2003 e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

Bom Retiro, 21 de novembro de 2017.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Marilene dos Santos Neckel
Responsável Sec. Mun. Educação

ANEXO I**REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

_____, portador do documento de identidade n.º _____, inscrito no PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 02/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO - SC residente e domiciliado a Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme item 4.2 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () **Prova Ampliada**

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () **Sala Especial**

Especificar: _____

3) () **Leitura de Prova:**

4) () **Outra Necessidade:**

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2017.

(local e data)

Assinatura do Requerente.....

O laudo médico e a solicitação de prova especial ou condição especial (se for o caso) deverão ser entregues até o dia 21 de dezembro de 2017.

_____, _____ de _____ de 2017.

(local e data)

Assinatura do Requerente.....

MUNICIPIO DE BOM RETIRO	
FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 02/2017	
Nome do (a) candidato (a):	Nº de Inscrição:
Cargo:	Nº da Prova:
Esta Ficha de Inscrição deverá ser obrigatoriamente apresentada nos local da realização da prova, juntamente com documento de identificação com foto. Conforme Edital.	
Declaro que li todo o Edital e que concordo, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital, com as orientações disponíveis que regerão o presente Processo Seletivo, e com as decisões que possam ser tomadas nos casos omissos e não previstos neste Edital.	

VIA DO CANDIDATO

BOM RETIRO, de de

.....
Assinatura do (a) Candidato (a).....
Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO II – EXCLUSIVO PARA MONITOR DE CRECHE E SERVENTE

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO			Nº DE INSCRIÇÃO:	
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 02/2017				
CARGO:				
NOME DO (A) CANDIDATO (A):				
NOME DO PAI:				
NOME DA MÃE:				
DATA DE NASCIMENTO: / /	SEXO:	<input type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM	NATURAL DE:	U.F.
ESTADO CIVIL:	Nº DE FILHOS:		FONE:	
END. RESIDENCIAL:				
BAIRRO:		CIDADE:		U.F.
RG.:		DATA DE EMISSÃO:	CPF:	
TÍTULO ELEITORAL:			ZONA:	SEÇÃO:
DEFICIENTE:	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:		
ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:				
E-mail:				

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 02/2017 e todas as disposições nele contidas.

BOM RETIRO, de de

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO II – EXCLUSIVO PARA PROFESSOR

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO				Nº DE INSCRIÇÃO:	
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 02/2017					
CARGO: PROFESSOR			<input type="checkbox"/> Educação Física <input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Séries Iniciais <input type="checkbox"/> Artes		
NOME DO (A) CANDIDATO (A):					
NOME DO PAI:					
NOME DA MÃE:					
DATA DE NASCIMENTO: / /	SEXO:	<input type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM	NATURAL DE:	U.F.	
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:	FONE:		
END. RESIDENCIAL:					
BAIRRO:		CIDADE:			U.F.
RG.:		DATA DE EMISSÃO:	CPF:		
TÍTULO ELEITORAL:			ZONA:	SEÇÃO:	
DEFICIENTE:	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:			
ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:					
E-mail:					

Instruções

Imprima ou copie o requerimento de inscrição; Preencha com atenção. Para entregar organize em uma pasta ou grampeie todos os documentos, na seguinte ordem:

- 1) Requerimento de inscrição;
- 2) Certificado (é aceito um único) de curso de pós-graduação.
- 3) Certidões e documentos comprobatórios do tempo de serviço e horas de aperfeiçoamento.
- 4) Declaração do candidato informando a existência ou não de vínculos com a administração pública direta e indireta.
- 5) Declaração de interesse trabalhar período especial janeiro/2018 – professor educação infantil – creche.
- 6) Comprovação do pagamento da taxa de inscrição.
- 7) Requerimento para isenção de taxa de inscrição e 8) Certidão de Tempo de Serviço.

REQUERIMENTO

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, requerer o recebimento dos documentos abaixo relacionado que declaro ser **cópia autêntica e de igual teor** do documento original, do qual sou legítimo portador.

Estou ciente de que só será pontuado o título ou documento que atender às disposições das normas deste edital e que a constatação de qualquer divergência entre o original do documento e cópia apresentada implicará na exclusão do Processo Seletivo sem prejuízo das sanções legais.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO OU MESTRADO OU DOUTORADO
AVALIAÇÃO NÃO CUMULATIVA - SERÁ AVALIADA UM ÚNICO DIPLOMA**

INSTITUIÇÃO MINISTRANTE	DATA DE CONCLUSÃO	GRAU OBTIDO

DOCUMENTOS APRESENTADOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2016 e 2017)

CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2016 a 2017)	PONTUAÇÃO
40 HORAS (0,10 pontos)	
41 A 80 HORAS (0,30 pontos)	
81 A 120 HORAS (0,50 pontos)	
Total provisório de pontos	

CERTIDÃO, DECLARAÇÃO OU CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO ATESTANDO TEMPO DE SERVIÇO.

1.TIPO DE DOCUMENTO: () CERTIDÃO () DECLARAÇÃO () CARTEIRA DE TRABALHO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	
	ANOS	
	MESES	
	DIAS	

- Na eventualidade de mais de 1 documento, copiar tantas folhas quanto necessárias e anexar.

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 02/2017 e todas as disposições nele contidas.

BOM RETIRO, de de

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO III**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS****OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA****CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS PROFESSORES****Língua Portuguesa**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico–Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

Matemática

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania) e Atualidades

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Bom Retiro. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Notícias publicadas na mídia escrita ou falada. Lei Orgânica do Município.

ÁREA ESPECÍFICA: Séries Iniciais

Ensino fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. O professor de ensino fundamental. Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira

e Africana. Plano Nacional de Educação.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Infantil

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Plano Nacional de Educação.

ÁREA ESPECÍFICA: Educação Física

Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor. Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Plano Nacional de Educação.

ÁREA ESPECÍFICA: Artes

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos,

Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Plano Nacional de Educação.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS

OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

CONTEÚDOS PROVA MONITOR DE CRECHE

Língua Portuguesa

Ler interpretar textos; Identificar os tipos de frase; Pontuação: reticências, dois pontos, vírgula; Classificação das palavras quanto a tonicidade; Reconhecer no texto classes e estruturas gramaticais; (Substantivo, Artigo, Adjetivo – locução adjetiva, Preposição, Pronomes Verbos, Advérbio); Identificar a aplicação em textos e palavras da Acentuação gráfica vigente; A literatura brasileira: das origens aos nossos dias; Concordância nominal e verbal; Ortografia, acentuação e pontuação.

Matemática

Sistema de numeração decimal; Números naturais: ordenação e operações; Números inteiros: ordenação e operações; Números racionais: representação fracionária e representação decimal; Razões e proporções: grandezas proporcionais, porcentagem e juros simples; Sistema decimal e medidas de comprimento, superfície e volume; Situações problemas; Sistema monetário; Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; Progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; Geometrias.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania) e Atualidades

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Bom Retiro. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

ÁREA ESPECÍFICA:

Hábitos alimentares e de higiene; Materiais pedagógicos (jogos, materiais de sucata, e outros); Noções de segurança do trabalho; Processo do desenvolvimento infantil; Relacionamento interpessoal; Rotinas e atividades escolares; Organização dos Espaços e atividades educacionais; Teoria e prática das atividades educacionais; Cuidar e Educar; Higiene pessoal em ambientes escolares; Componentes curriculares; adaptação a ambientes educacionais; Primeiros Socorros em ambientes escolares.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS

OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

CONTEÚDOS PROVA SERVENTE

Língua Portuguesa

Ler interpretar textos; Identificar os tipos de frase; Pontuação: reticências, dois pontos, vírgula; Classificação das palavras quanto a tonicidade; Reconhecer no texto classes e estruturas gramaticais; (Substantivo, Artigo, Adjetivo – locução adjetiva, Preposição,

Pronomes Verbos, Advérbio,...); Identificar a aplicação em textos e palavras da Acentuação gráfica vigente.

Matemática

Sistema de numeração decimal; Números naturais: ordenação e operações; Números inteiros: ordenação e operações; Números racionais: representação fracionária e representação decimal; Razões e proporções: grandezas proporcionais, porcentagem e juros simples; Sistema decimal e medidas de comprimento, superfície e volume; Situações problemas; Sistema monetário.

Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania) e Atualidades

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Bom Retiro. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

ÁREA ESPECÍFICA:

Noções básicas de conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção de utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Conhecimentos sobre quantidades, porções e medidas caseiras. Etapas da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Noções básicas de conservação, manutenção, cozimento, armazenamento e reposição dos alimentos. Adequação da alimentação do escolar e do adolescente. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros alimentícios. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios. Higiene dos alimentos, ambiental, dos utensílios e equipamentos. Prevenção de acidentes. Noções básicas de relações humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional.

ANEXO IV

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº02/2017 DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

NOME CANDIDATO: _____

Nº. DE INSCRIÇÃO: _____ CARGO: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- () CONTRA o Edital
() CONTRA a formulação das questões e quesitos.
() CONTRA a opção considerada como certa na prova.
() CONTRA o indeferimento da inscrição.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão: _____

Gabarito Oficial: _____

Resposta do Candidato: _____

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na Prefeitura Municipal de Bom Retiro. Uma via será devolvida com protocolo.

BOM RETIRO (SC), _____ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO V**DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO PARA CARGO DE PROFESSOR**

Declaro para os devidos fins que exerço o cargo de professor na _____ (nome da instituição de ensino) no horário de _____ às _____ e de _____ às _____, totalizando a carga horária semanal de _____ horas.

(Local) _____, _____ de _____ de 2017.

(Nome/CPF)

Conforme a Constituição Federal é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto**, quando houver compatibilidade de horários, observado o limite do subsídio mensal, nos seguintes casos:

- a) dois cargos de professor;
- b) um cargo de professor com outro técnico ou científico; e
- c) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Fundamento Legal: Inciso XVI, Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS**

Eu, _____, portador (a) da
carteira de identidade nº _____, CPF nº
_____, declaro sob pena de responsabilidade, que **não exerço**
cargo, emprego ou função atividade no âmbito do Serviço Público Federal, Estadual ou
Municipal, ou ainda em Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia
Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público,
bem como não percebo proventos decorrentes de aposentadoria em cargo ou função pública.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Bom Retiro, _____ de _____ de 2017.

ANEXO VII**REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo – Edital 002/2017 da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho **REQUERER** a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Desempregado

Sendo que:

- Declaro para os devidos fins que não sou detentor de cargo público
- Declaro que não possuo outra fonte de renda.

[] Doador de Sangue

- Em anexo apresento documento expedido por órgão oficial comprovando as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período dos últimos 12 meses.

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento do requerimento

Bom Retiro, _____ de _____ de 2017

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VIII**TERMO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

**À COMISSÃO GERAL DO PROCESSO SELETIVO/PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM RETIRO-SC,**

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA DEVIDOS FINS QUE
EU, _____,
DESISTO DA VAGA PARA O CARGO DE _____
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____,
PARA A QUAL FUI CONVOCADO(A), NO DIA ____/____/_____.
BOM RETIRO/SC, ____ de _____ de 201__

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

PROCEDIMENTOS PARA O EDITAL PROCESSO SELETIVO

DATA PREVISTA	ATO
20/11/2017	Ofício requerendo abertura do Processo Seletivo pelo Prefeito
20/11/2017	Portaria do Prefeito nomeando a comissão
21/11/2017	Publicação do Edital
22/11/2017 a 23/11/2017	Prazo para contestação do Edital (até as 17 horas do último dia)
24/11/2017	Publicação do Edital revisado se for o caso.
27/11/2017 a 05/01/2018	Período das inscrições (até as 17 horas do último dia).
19/01/2018	Edital de Deferimento das Isenções.
20/12/2017	Recurso Edital de Deferimento das Isenções.
21/12/2017	Republicação de Deferimento das Isenções se for o caso
08/01/2018	Homologação provisória das inscrições, indicação local e horário das provas.
09/01/2018 a 10/01/2018	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição (até as 17 horas do último dia).
11/01/2018	Homologação final das inscrições.
21/01/2018	Data das provas escritas.
21/01/2018	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
22/01/2018 a 23/01/2018	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório. (Até as 17 horas do último dia)
25/01/2018	Sessão Pública e abertura dos envelopes dos gabaritos das provas
26/01/2018	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória. (Após as 17 horas)
29/01/2018 a 30/01/2018	Prazo para recurso contra a classificação provisória (Até as 17 horas do último dia).
31/01/2018	Homologação do resultado final do Processo Seletivo N.º 02/2017.

Bom Retiro, 21 de novembro de 2017.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Marilene dos Santos Neckel
Responsável Sec. Mun. Educação

EDITAL PROCESSO SELETIVO 03.2017

Publicação Nº 1433551

1

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2017

VILMAR JOSÉ NECKEL, Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, juntamente com a Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Sra. Maria Madalena Silveira, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, conferidas no art. 21 da Lei Orgânica Municipal, no decreto nº. 107/13 de 15 de outubro de 2013, que regulamenta o Processo Seletivo no município de Bom Retiro, e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, que estão abertas, no período de **27 de novembro de 2017 a 05 de janeiro de 2018**, as inscrições para o provimento dos cargos e respectivas vagas constantes deste Edital e para cadastro de reserva e de acordo com as disposições deste Edital.

1 – DOS CARGOS, DA CARGA HORÁRIA E DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS:

1.1 O presente Processo Seletivo será regido por este edital e suas alterações e destina-se a prover vagas para o quadro de servidores públicos do **Município de Bom Retiro**, vagas a serem oferecidas e as que vierem a ser autorizadas durante a validade do Processo Seletivo, para os cargos ora oferecidos, respeitadas as demandas e são as descritas neste edital.

1.2. As vagas serão preenchidas de acordo com a **necessidade e interesse** do Município, e serão distribuídas obedecendo-se a ordem de classificação.

1.3 O prazo de validade do Processo Seletivo será de um ano, contados a partir da data da homologação do resultado final, podendo, a critério do Município, ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra a prorrogação antes do término da validade do mesmo.

1.4 As vagas, o cadastro de reserva, a carga horária semanal, são os estabelecidos nas TABELAS a seguir:

TABELA I

Cargos	Carga Horária Semanal	Requisitos/Escolaridade	Taxa de Inscrição
Agente Municipal de Defesa e Salvamento	24 horas ininterruptas por 48 de descanso.	Alfabetizado, Curso de Formação de Bombeiros Comunitários.	R\$ 40,00

TABELA II

Cargos	Unidade de Atuação	Vagas	Salário Base (R\$)
Agente Municipal de Defesa e Salvamento	Corpo de Bombeiros de Bom Retiro Municipal	Cadastro de reserva	R\$ 937,00

1.5 Em caso de insuficiência de candidatos habilitados com o Curso de Formação de Bombeiros Comunitários, poderão ser contratados civis, desde façam o mencionado curso na primeira oportunidade oferecida pela Corporação.

1.6 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
20/11/2017	Ofício requerendo abertura do Processo Seletivo pelo Prefeito
20/11/2017	Portaria do Prefeito nomeando a comissão
21/11/2017	Publicação do Edital
22/11/2017 e 23/11/2017	Prazo para contestação do Edital (até as 17 horas do último dia)
24/11/2017	Publicação do Edital revisado se for o caso.
27/11/2017 a 05/01/2018	Período das inscrições (até as 17 horas do último dia).
18/01/2017	Último dia de inscrição com pedido de isenção da taxa de inscrição.
19/01/2017	Edital de Deferimento das Isenções (após as 17 horas).
20/12/2017	Prazo de Recurso Edital de Deferimento das Isenções (até as 17 horas do último dia).
21/12/2017	Republicação de Deferimento das Isenções se for o caso
08/01/2018	Homologação provisória das inscrições, indicação local e horário das provas.
09/01/2018 a 10/12/2018	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição (até as 17 horas).
11/01/2018	Homologação final das inscrições
21/01/2018	Provas escritas período da manhã
21/01/2018	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas após as 16:00h.

22/01/2018 a 23/01/2018	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório. (Até as 17 horas do último dia)
25/01/2018	Sessão Pública e abertura dos envelopes dos gabaritos das provas
26/01/2018	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
29/01/2018 a 30/01/2018	Prazo para recurso contra a classificação provisória (Até as 17 horas do último dia).
31/01/2018	Homologação do resultado final do Processo Seletivo N.º 03/2017

1.7 O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

2 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo N° 03/2017 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1 O Edital na íntegra:

2.1.1 No mural de publicações da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, sito à Av. Major Generoso, 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina e na Câmara de Vereadores sito à Avenida 24 de outubro, 145, centro, Bom Retiro, Santa Catarina.

2.1.2 No site oficial do município: www.bomretiro.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município – DOM.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Avenida Major Generoso nº 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, do dia **27 de novembro a 05 de janeiro de 2018. (Considerar o horário bancário para efetuar o pagamento da taxa de inscrição).**

3.2 Ao preencher e assinar a ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo correspondente, que deverá ser apresentado no ato da prova.

3.3 O candidato, cuja documentação não estiver completa, terá sua inscrição indeferida;

3.4 Após a data e horário fixados no item 3.1 não serão mais aceitas inscrições, sob qualquer condição.

3.5 Serão cobrados a título de taxa de inscrição o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), para o cargo conforme tabela acima, em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

3.5.1 O candidato deverá efetuar o **depósito identificado** em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), conforme tabela acima, na conta corrente nº 202-X Agencia 0901-6 do Banco do Brasil.

3.5.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências,

devendo o candidato estar atento ao prazo final da inscrição e considerar o horário bancário, bem como a compensação do depósito pelo banco, ou seja, o depósito deverá ser feito até as 15:00 horas do último dia, podendo a inscrição ser efetivada até as 17:00 horas do último dia.

3.5.3 Terá a inscrição cancelada o candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem provisão de fundos ou com outra irregularidade que impossibilite sua compensação.

3.5.4. O valor da taxa de inscrição, uma vez paga não será restituído, por destinar-se a cobrir custos com todo o **Processo Seletivo 03/2017**. O valor será restituído somente em caso de anulação do Processo Seletivo.

3.5.5 O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar a sua homologação, mediante a publicação da “homologação das inscrições”, prevista neste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol dos “homologados”.

3.5.6 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, **que não o “depósito identificado”**, nem mesmo pagamentos efetuados após data de encerramento das inscrições, conforme data final constante do cronograma do edital.

3.5.7 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o depósito identificado deverá ser feito antecipadamente.

3.6 - DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

3.6.1 O candidato amparado pela Lei nº. 10.567/97 (doadores de sangue) e pela Lei Nº 11.289/99 (hipossuficiente) interessados na isenção de pagamento da inscrição deverão entregar documento que comprovem: no caso de doador de sangue, documento expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de **18 de dezembro de 2017**. Para comprovação da condição de hipossuficiente deverá ser através da fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou pela declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho. (Anexo VI deste Edital)

3.6.2 A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente Processo Seletivo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

3.7 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.7.1 São condições para a inscrição:

- I. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas legais;
- II. Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, (na data da posse);
- III. Estar compatível para o exercício da função a que concorre;

3.7.2 Apresentar, no ato da inscrição, fotocópia dos seguintes documentos:

3.7.2.1 Carteira de identidade (cópia);

3.7.2.2 CPF (cópia);

3.7.2.3 Título de Eleitor (cópia);

3.7.2.4 Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia e originais para conferência);

3.7.3 O candidato não poderá se inscrever neste Processo Seletivo quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, em decorrência de processo disciplinar.

3.7.4 Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos do presente Processo Seletivo.

3.8 - São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 Serão reservados cinco por cento (5%) das vagas oferecidas neste Processo Seletivo, aos portadores de necessidades especiais, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.1.1 O candidato portador de necessidades especiais deverá estar ciente de que sua deficiência é compatível com as atribuições inerentes ao cargo que pretende ocupar;

4.2 Para se inscrever para vaga de Pessoas com Deficiência será necessário apresentação de Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

4.2.1 O Candidato portador de necessidade especial deverá protocolar e entregar no ato da inscrição à Comissão do Processo Seletivo, além do laudo médico, requerimento solicitando o enquadramento no item 4.1, indicando as condições especiais para realizar a prova escrita, cabendo à decisão de seu deferimento à referida Comissão. (Anexo I).

4.3 Os portadores de deficiência integrarão a lista normal e a lista de chamada especial e será convocado para nomeação no mínimo 1 (um) candidato classificado na referida lista, a cada 20 (vinte) candidatos chamados pela classificação geral.

4.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal n. 3.298/99, na Lei Estadual n. 12.870/04 e suas alterações.

4.5 O candidato portador de deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.6 O primeiro candidato portador de necessidades especiais classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a vigésima vaga aberta, obedecida sua ordem de classificação na listagem especial, respeitando os demais classificados. Os demais, da listagem especial, serão nomeados a cada intervalo de vinte cargos providos.

4.7 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

4.8 O candidato cuja deficiência seja considerada incompatível com as atribuições do cargo pela perícia médica será eliminado do Processo Seletivo.

4.9 O resultado final do Processo Seletivo será publicado em editais, contendo, o primeiro, a nota de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e, o segundo, somente a nota destes últimos, os quais serão chamados na ordem das vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.

4.10 O candidato que, no ato do preenchimento da Ficha de Inscrição, não indicar sua condição de pessoa com deficiência e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

5 – DA FUNÇÃO

5.1 A Função (atribuição do cargo) de cada vaga está especificada no anexo V, deste edital.

6 – DO PROCESSO SELETIVO

6.1 O Processo Simplificado de Seleção será constituído de prova escrita, elaborada pela empresa Atena Assessoria Educacional e será composta por 25 (vinte e cinco) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e atualidades, 10 (dez) de Conhecimentos Específicos, de múltipla escolha (A, B, C e D) para todos os cargos, sendo de caráter classificatório e eliminatório.

6.1.1 As provas escritas para todos os cargos serão compostas de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Matemática	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
TOTAL	25	---	10,00

6.2 Os conteúdos programáticos das provas escritas objetivas de múltipla escolha encontram-se no Anexo III deste Edital.

7. DAS PROVAS

7.1 As provas escritas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão, sito na Rua Anita Garibaldi - Bom Retiro, Santa Catarina, no dia **21 de janeiro de 2018, (domingo)**, conforme horário abaixo:

08h 30min: Acesso dos candidatos aos locais de prova.

08h 55min: Fechamento dos portões.

09h 00min: Abertura dos envelopes e distribuição das provas.

09h 10min: Início da resolução da prova.

12h 00min: Término do horário para o candidato realizar a prova

7.2 O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade, cartão de inscrição e caneta esferográfica com material transparente com tinta azul ou preta. **O ingresso na sala de prova só será permitido ao Candidato que apresentar OBRIGATORIAMENTE o documento original de identificação com o qual se inscreveu no Processo Seletivo, e portar também o Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI, sob pena de eliminação do Processo Seletivo. No caso de roubo ou perda do referido documento, só poderá realizar a prova o Candidato que apresentar Boletim de Ocorrência, com validade de, no máximo, 30 (trinta) dias que antecedam a realização da prova.**

7.2.1 O documento de que trata o subitem 7.2 deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do Candidato e sua assinatura. Portanto, será exigida a apresentação do documento original, não sendo aceitos protocolos, cópias de documentos (mesmo que autenticadas), sem valor de identidade, bem como quaisquer outros documentos, tais como Crachás, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Estudante ou Carteira Funcional.

7.2.2 O candidato só poderá ter consigo na sala de prova a ele determinada:

- a) Caderno de provas e cartão resposta;
- b) Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Documento de identificação e comprovante de inscrição.
- d) Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

7.2.3 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento à prova, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência e resultará na eliminação do Processo Seletivo. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado quando da realização da prova escrita.

7.3 Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início tanto na prova escrita.

7.4 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.5 Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo. (Anexo I).

7.6 Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, *Pager*, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.7 O candidato deverá assinalar suas respostas na grade de respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta, deverá cobrir totalmente a letra e o espaço interno do quadrado.

7.8 Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na grade de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 7.7 deste Edital.

7.8.1 O candidato será orientado pelo fiscal a preencher no campo observações no gabarito as questões que por ventura contenham rasuras e assinar ao lado juntamente com o fiscal, ficando ciente que as mesmas não serão computadas.

7.9 Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da grade de respostas.

7.10 Serão excluídos do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova:

7.10.1 Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Seletivo.

7.10.2 Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

7.10.3 Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Seletivo.

7.10.4 Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

7.10.5 Não assinar a Lista de Presença e o Gabarito.

7.11 O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 01 (uma) hora do seu início.

7.12 O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas devidamente assinada.

7.13 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências dos locais de aplicação da prova.

7.14 A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. No momento da amamentação a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.15 A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do envelope devidamente assinados pela comissão na presença dos candidatos.

7.15.1 As grades de respostas serão personalizadas, contendo duas partes, numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas aleatoriamente aos candidatos de cada cargo no início da prova.

7.15.1.1 Ao receber a grade de resposta o candidato assinará na parte superior ao lado onde consta o número que será a identificação do candidato, será este destacado logo abaixo conforme orientação dos fiscais e colocado em envelope separado e lacrado na presença dos três últimos candidatos. A abertura do envelope contendo a assinatura do candidato ocorrerá somente após a conferência de todos os gabaritos.

7.15.2 O número do caderno de provas deverá obrigatoriamente ser colocado na grade de resposta, e esta deverá ser conferida pelo fiscal no momento da entrega do mesmo pelo candidato.

7.15.3 Na folha que contém a grade de respostas constará a indicação do Processo Seletivo a que se refere, bem como o cargo, número da prova a ser incluída pelo candidato no recebimento da prova e na parte superior local para a assinatura do candidato, sendo que esta parte será destacada e colocada em envelope separado.

7.15.4 A lista de presença após iniciada a realização da prova será envelopada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes e de imediato ser entregue a Comissão Coordenadora do **Processo Seletivo nº 03/2017**.

7.15.5 A sessão pública para abertura do envelope contendo a grade de resposta será no dia **25/01/2018** às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, mediante a presença da comissão de avaliação e dos interessados presentes. Somente após a conferência de todos os gabaritos será aberto o envelope que contém a lista de presença e o documento de identificação do candidato com o respectivo número o qual identifica a quem pertence o gabarito anteriormente conferido. Em caso de recursos a data poderá sofrer alteração.

7.16 Os 3 (três) últimos Candidatos de cada sala de realização de prova deverão permanecer na sala até que o último deles entregue a prova ou até que o tempo tenha se esgotado. O que acontecer primeiro liberará os Candidatos. Estes Candidatos somente poderão retirar-se do local, simultaneamente, assinando em local próprio na ata de prova e nos envelopes após seu fechamento pelo fiscal para fins de comprovação.

7.17 A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizar as provas ou parte delas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.18 Em ocorrendo, a situação prevista no item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da mesma nos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

7.19 O candidato será obrigado à apresentação do cartão de inscrição e documento com foto para identificação. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

7.20 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo que se candidatou conferir o número da prova, se contém

todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.

7.21 O candidato deverá transcrever para o cartão resposta, utilizando caneta com material transparente com tinta das cores azul ou preta, a alternativa correta de cada uma das questões.

7.22 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

7.23 O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.

7.24 Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão respostas devidamente assinado e o caderno de provas sem necessidade de assinatura, tendo em vista que a correção ocorrerá somente pelo cartão resposta.

7.24.1 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Prefeitura não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet no site: (<http://www.bomretiro.sc.gov.br>), até a data da divulgação do gabarito provisório.

7.24.1.1 Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos, ou seja, o mesmo deverá ser devolvido aos fiscais juntamente com o gabarito oficial devidamente assinado.

7.24.2 Será fornecido ao final do caderno de provas **gabarito rascunho** para que o candidato possa copiar seu gabarito para futura conferência.

7.24.3 A Prefeitura de Bom Retiro reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo. Após este período o material será destruído.

7.25 Os Candidatos deverão observar, atentamente, todas as instruções constantes no Caderno de Questões e no Cartão de Respostas, bem como nos Avisos fixados em sala de prova, não cabendo quaisquer reclamações posteriores, caso haja o descumprimento das mesmas.

7.26 Em hipótese alguma haverá substituição do Caderno de Questões ou do Cartão de Respostas para o Candidato que cometer erros ou rasuras durante a realização da prova.

7.27 Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

- a) O cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- b) O cartão-resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;
- c) A questão não estiver assinalada no cartão-resposta;
- d) O cartão-resposta for preenchido fora das especificações.

8. DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

8.1 Para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos sob a orientação da empresa contratada para elaborar a prova, será nomeada uma Comissão de Processo Seletivo composta de até 4 (quatro) membros efetivos indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

8.2 A Comissão de Processo Seletivo poderá contratar empresa especializada para preparar e julgar as provas.

8.3 A fim de manter a necessária unidade de orientação, o Prefeito Municipal designará um funcionário ou contratará uma pessoa para coordenar e executar o Processo Seletivo, ao qual incumbe fiscalizar a multiplicação das provas, tomando as medidas necessárias a manutenção do sigilo.

Parágrafo Único – A juízo do Prefeito Municipal, poderão os Processos serem realizados e/ou assessorados por pessoa ou órgão estranho a Prefeitura mediante contrato.

9 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

9.1 A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de até 2 (dois) dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

9.2 As provas e o gabarito provisório serão divulgados até um dia após a realização das provas e o resultado da classificação final do Processo Seletivo publicado no diário oficial do município, no mural oficial da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara de Vereadores e na internet, no site www.bomretiro.sc.gov.br

9.3 O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado ou datilografado, não sendo aceitos recursos “à mão livre”, e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo, entregue e protocolado no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, conforme o formulário do **Anexo IV**, contra:

9.3.1 A inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao Ato de publicação provisória da lista de inscritos, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

9.3.2 A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório que deverá ser formulado e protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

9.3.3 Os pontos obtidos na prova escrita e classificação, para revisão na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação final, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

9.4 A Comissão julgará o recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sendo que o julgamento dos recursos das questões das provas será de responsabilidade da empresa Atena Assessoria Educacional.

9.4.1 Se da análise do recurso resultar:

a) na alteração de resposta de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente de acordo com o gabarito definitivo;

b) na anulação de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.

9.5 Poderá a critério da administração divulgar antecipadamente lista provisória contendo as notas atribuídas aos candidatos, no caso de não apresentação de recursos quanto as provas, abrindo para estes prazo de dois dias para recurso, caso haja ampla divulgação, caso contrário valerá o prazo estabelecido da publicação da lista provisória de classificação.

9.6 SERÃO ADMITIDOS OS SEGUINTE RECURSOS:

9.6.1. Do presente Edital;

9.6.2. Do não deferimento das Isenções;

9.6.3. Do não deferimento do pedido de inscrição;

9.6.4. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

9.6.5. Da nota da prova escrita;

9.6.6. Da classificação provisória.

10 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

10.1 A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos

10.2 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) pontos.

10.3 A classificação dos candidatos aprovados será realizada, depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente.

10.4 A classificação no Processo Seletivo gera para o candidato apenas expectativas de direito à nomeação para a função, de acordo com as necessidades do município.

10.5 Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

10.6 A convocação dos Candidatos dar-se-á por meio de correspondência, com Aviso de Recebimento (AR) em caso de não morar no Município, por telefone e correio eletrônico para moradores do município, conforme os dados informados no Requerimento de Inscrição, os quais deverão ser mantidos atualizados pelo Candidato junto à Prefeitura, cujo endereço encontra-se disposto no presente Edital.

10.6.1 Para atualização dos dados cadastrais, de que trata o subitem 10.6, o Candidato deverá encaminhar solicitação por escrito, com firma reconhecida por autenticidade, pessoalmente ou por meio dos Correios, à Prefeitura, cujo endereço encontra-se disposto no subitem 3.1 do presente Edital.

10.7 O Candidato que não atender à convocação, de que trata o subitem 13.2, será excluído do Processo Seletivo, por ato da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

11 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

- a) o mais idoso (Lei 10.741/2003, art.27, parágrafo único), para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais). Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:
- b) maior número de acertos na prova específica do cargo.
- c) maior número de acertos na prova de português.
- d) maior número de acertos na prova de matemática.
- e) maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais ou atualidades. Permanecendo o empate será realizado sorteio público.

12 – DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

12.1 A divulgação da listagem de inscrição provisória dar-se-á no dia **08 de janeiro de 2018** no mural da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara Municipal de Vereadores bem como no site da Prefeitura: www.bomretiro.sc.gov.br.

12.2 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da divulgação da lista de inscritos.

12.3 A divulgação das listagens de Classificação Provisória dar-se-á no dia **26/01/2018**.

12.4 O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da publicação da classificação.

12.5 A divulgação da Classificação definitiva dar-se-á no dia **31/01/2018**.

13 - DA CONTRATAÇÃO

13.1 O candidato aprovado e classificado de acordo com os critérios deste Edital e dentro dos limites previstos e definidos neste Processo Seletivo, será convocado, pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, segundo sua conveniência e oportunidade, através do endereço eletrônico da Prefeitura <http://www.bomretiro.sc.gov.br> e por correspondência direta, por meio de Carta ou Telegrama com Aviso de Recebimento (AR) encaminhado para endereço informado no ato da inscrição. A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 9.3 deste Edital.

13.1.1 O candidato deve manter seu endereço atualizado, responsabilizando-se pelo não recebimento da correspondência de convocação, caso o endereço esteja incompleto ou não localizado.

13.2 Por ocasião da posse, serão exigidos dos candidatos nomeados os seguintes documentos, entre outros:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).

- b) Certidão de nascimento “se solteiro” ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo e estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional, quando for o caso.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista “se do sexo masculino” (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.
- o) certidão negativa de antecedentes criminais.

13.3 Os documentos solicitados nos incisos “k”, “l”, e “m” do item anterior (13.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

13.4 Na hipótese de desistência do candidato, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga, sendo que caso o mesmo não se apresentar em 5 (cinco) dias, duas testemunhas assinarão pelo mesmo.

13.5 A posse no cargo/área para o qual o Candidato foi nomeado ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do ato de nomeação, permitida a prorrogação por igual prazo a requerimento do nomeado.

13.6 O candidato aprovado que por hora for convocado, terá seu contrato enquanto durar o programa, para execução dos serviços de atendimento móvel e condicionado ao repasse de recursos do Governo Federal.

13.7 Será demitido do Programa a qualquer momento após a contratação, o profissional que, dentre outras hipóteses previstas em lei:

- a) Não tiver disponibilidade para cumprir a carga horária semanal do cargo;
- b) Não apresentar bom desempenho nas atividades profissionais, conforme as metas estabelecidas pelo Programa.

14 – DA VALIDADE DO PROCESSO

14.1 O Processo Seletivo será válido por 01 (um) ano a contar da data da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial dos Municípios, podendo a critério da

administração ser prorrogado por igual período, desde que ocorra a prorrogação em tempo hábil.

15. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS POR PRAZO DETERMINADO

15.1 O candidato poderá ser chamado para o preenchimento de vagas por prazo determinado (substituição de empregados em licenças), quando não aceitar essa contratação, deverá assinar Termo de Desistência específico para esse fim, mantendo-se na mesma ordem de classificação do respectivo Processo Seletivo.

15.2 Durante a vigência do prazo determinado, o candidato que vier a ser chamado para uma vaga definitiva (enquanto durar o programa) deixará a vaga por prazo determinado e assumirá a vaga definitiva, respeitando a ordem de classificação geral e as cotas para pessoas com deficiência.

15.3 O candidato que aceitar o preenchimento da vaga por prazo determinado, ao término do contrato, retornará ao respectivo cadastro de candidatos, preservada a ordem de classificação.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A inscrição neste Processo implicará o conhecimento e a aceitação tácita das condições e regras estabelecidas neste Edital, expediente do qual o Candidato não poderá alegar desconhecimento como justificativa para a inobservância de qualquer dos procedimentos nele previstos, sendo o Candidato inteiramente responsável pelo acompanhamento das datas e eventos a serem divulgados por meio da internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Bom Retiro através do site oficial do município: www.bomretiro.sc.gov.br, independentemente de quaisquer motivos de força maior ou de casos fortuitos que impossibilitem o seu acesso ao mencionado endereço eletrônico, casos em que deverá comparecer, pessoalmente, ou fazer-se representar por procurador, devidamente constituído, à Prefeitura Municipal de Bom Retiro, cujo endereço encontra-se no subitem 2.1.1.

16.2 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

16.2.1 Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

16.3 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pela Comissão Especial do Processo Seletivo e procuradoria do Município.

16.4 Será excluído também e perderá o direito à vaga, em qualquer época, o Candidato que houver realizado o Processo Seletivo com uso de documentos ou informações falsas ou de outros meios ilícitos.

16.5 A Comissão Organizadora divulgará, sempre que necessário, Editais, Normas Complementares, Comunicados ou Avisos Oficiais sobre o Processo Seletivo, que passarão a integrar este Edital.

16.6 O candidato é inteiramente responsável pelo acompanhamento dos comunicados informados no ato da inscrição no Processo Seletivo, independentemente de quaisquer motivos de força maior ou de casos fortuitos que impossibilitem o seu acesso ao site do Município.

16.7 A Prefeitura Municipal de Bom Retiro se reserva o direito de promover as alterações que se fizerem necessárias, em qualquer fase do Processo Seletivo, ou posterior a este, em razão de atos não previstos ou imprevisíveis.

16.8 O presente Edital poderá ser cancelado ou alterado, em parte ou no todo, a qualquer tempo, desde que motivos supervenientes assim o determinem, sem que isso venha a gerar, direitos ou obrigações em relação aos interessados, excetuando-se a devolução da taxa de inscrição aos Candidatos no caso de cancelamento do Processo Seletivo.

16.9 Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

16.10 São partes integrantes deste Edital os ANEXOS:

ANEXO I – REQUERIMENTO PARA VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS;

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ANEXO IV – REQUERIMENTO RECURSOS

ANEXO V - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.

ANEXO VI – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO.

ANEXO VII - TERMO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

17 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

17.1 O Regime Jurídico para contratação temporária será o estabelecido pela Lei Complementar Nº. 01/03 de 02 de dezembro de 2003 e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

17.2 O candidato aprovado que for convocado ao trabalho, terá seu contrato com duração enquanto durar o programa, ou em caso de substituição pelo prazo que durar a portaria, conforme Lei Complementar N.47/14 de 18.02.14 e Lei 1979/09 de 28.05.09.

Bom Retiro, 21 de novembro de 2017.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Maria Madalena Silveira
Responsável Sec. Mun. Administração

ANEXO I**REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

_____, portador do documento de identidade n.º _____, inscrito no PROCESSO SELETIVO Nº 03/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO - SC residente e domiciliado a Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme item 4.2 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () **Prova Ampliada**

Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () **Sala Especial**

Especificar: _____

3) () **Leitura de Prova:**

4) () **Outra Necessidade:**

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

O laudo médico e a solicitação de prova especial ou condição especial (se for o caso) deverão ser entregues até o dia 21 de dezembro de 2017.

_____, _____ de _____ de 2017.
(local e data)

Assinatura do Requerente.....

18

MUNICIPIO DE BOM RETIRO	
CARTÃO DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 03/2017	
Nome do (a) candidato (a):	N° de Inscrição:
Cargo:	N° da Prova:
Esta Ficha de Inscrição deverá ser obrigatoriamente apresentada nos local da realização da prova, juntamente com documento de identificação com foto. Conforme Edital.	
Declaro que li todo o Edital e que concordo, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital, com as orientações disponíveis que regerão o presente Processo Seletivo, e com as decisões que possam ser tomadas nos casos omissos e não previstos neste Edital.	

VIA DO CANDIDATO

BOM RETIRO, de de

.....
Assinatura do (a) Candidato (a).....
Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO II

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO				Nº DE INSCRIÇÃO:	
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2017					
CARGO:					
NOME DO (A) CANDIDATO (A):					
NOME DO PAI:					
NOME DA MÃE:					
DATA DE NASCIMENTO: / /	SEXO:	() MASC () FEM		NATURAL DE:	U.F.
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:		FONE:	
END. RESIDENCIAL:					
BAIRRO:		CIDADE:			U.F.
RG.:		DATA DE EMISSÃO:		CPF:	
TÍTULO ELEITORAL:			ZONA:	SEÇÃO:	
DEFICIENTE:	() SIM () NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:			
ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:					
E-mail:					

Instruções

Imprima ou copie o requerimento de inscrição; Preencha com atenção. Para entregar organize em uma pasta ou grampeie todos os documentos, na seguinte ordem:

1) Requerimento de inscrição; 2) Comprovação do pagamento da taxa de inscrição; 3) Requerimento para isenção de taxa de inscrição e 4) Documentação exigida no edital.

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no **Edital Processo Seletivo Nº 03/2017** e todas as disposições nele contidas.

BOM RETIRO, de de

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO III**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS****OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA****LÍNGUA PORTUGUESA**

Ler interpretar textos; Identificar os tipos de frase; Pontuação: reticências, dois pontos, vírgula; Classificação das palavras quanto a tonicidade; Reconhecer no texto classes e estruturas gramaticais; (Substantivo, Artigo, Adjetivo – locução adjetiva, Preposição, Pronomes Verbos, Advérbio,...); Identificar a aplicação em textos e palavras da Acentuação gráfica vigente.

MATEMÁTICA

Sistema de numeração decimal; Números naturais: ordenação e operações; Números inteiros: ordenação e operações; Números racionais: representação fracionária e representação decimal; Razões e proporções: grandezas proporcionais, porcentagem e juros simples; Sistema decimal e medidas de comprimento, superfície e volume; Situações problemas; Sistema monetário.

CONHECIMENTOS GERAIS (CULTURA GERAL E CIDADANIA) E ATUALIDADES

Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Bom Retiro. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

ÁREA ESPECÍFICA: AGENTE MUNICIPAL DE DEFESA E SALVAMENTO

Atribuições e responsabilidades do Corpo de Bombeiros; Condução, equipamentos, operacionalização e manutenção de veículo terrestre do corpo de bombeiros destinado ao atendimento dos sinistros; Primeiros Socorros; Ética profissional; Conceito de Segurança; Equipamentos; Direção defensiva; Noções de segurança individual, coletiva e de instalações; Legislação de trânsito: Código Nacional de Trânsito.

ANEXO IV

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO
PROCESSO SELETIVO N°03/2017 DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

NOME CANDIDATO: _____

N°. DE INSCRIÇÃO: _____ CARGO: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- () CONTRA o Edital
() CONTRA a formulação das questões e quesitos.
() CONTRA a opção considerada como certa na prova.
() CONTRA o indeferimento da inscrição.
() CONTRA o resultado provisório.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão: _____

Gabarito Oficial: _____

Resposta do Candidato: _____

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na Prefeitura Municipal de Bom Retiro. Uma via será devolvida com protocolo.

BOM RETIRO (SC), _____ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO V - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

AGENTE MUNICIPAL DE DEFESA E SALVAMENTO

- conduzir veículo terrestre do corpo de bombeiros destinado ao atendimento dos sinistros;
- conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;
- estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central do corpo de bombeiros e seguir suas orientações;
- conhecer a malha viária local;
- auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
- auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
- realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica;
- identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe;
- comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
 - a) a substituição do plantão deverá se fazer na base, e em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o Agente Municipal de Defesa e Salvamento poderá solicitar a substituição no local de atendimento;
 - b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao Superior Hierárquico ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;
 - c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente;
- cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
- tratar com respeito os colegas de trabalho, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
- utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
- manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos do Corpo de Bombeiros;
- acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
- participar das reuniões convocadas pelos Superiores Hierárquicos;
- participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado por Superior Hierárquico;
- ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- acatar as deliberações dos Superiores Hierárquicos, em atendimento ao interesse público, esteja ou não prevista neste anexo;
- estar ciente que o não-cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento profissional;
- demais normas utilizadas pela corporação do corpo de bombeiros do Estado de Santa Catarina.

ANEXO VI**REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo – Edital 003/2017 da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho **REQUERER** a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Desempregado

Sendo que:

- Declaro para os devidos fins que não sou detentor de cargo público
- Declaro que não possuo outra fonte de renda.

[] Doador de Sangue

- Em anexo apresento documento expedido por órgão oficial comprovando as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período dos últimos 12 meses.

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento do requerimento

Bom Retiro, _____ de _____ de 2017

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VII**TERMO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

À COMISSÃO GERAL DO PROCESSO SELETIVO/PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO-SC,

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA DEVIDOS FINS QUE
EU, _____,
DESISTO DA VAGA PARA O CARGO DE _____
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____,
PARA A QUAL FUI CONVOCADO(A), NO DIA ____/____/_____.
BOM RETIRO/SC, ____ de _____ de 201 ____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Botuvera

PREFEITURA

CTR33/2017-CDS PROMOÇÕES DE EVENTOS MÚSICAIS LTDA ME

Publicação Nº 1433332

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2017
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÚSICAIS E ARTÍSTICO: BANDA GT80, NAS CLAUSULAS SEGUINTE:

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado, o MUNICIPIO DE BOTUVERÁ/SC, inscrito no CNPJ: 83.102.350/0001-96, com sede administrativa no prédio da prefeitura, situada na Rua João Morelli, 66, centro, CEP-88.295-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOSÉ LUIZ COLOMBI, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 1600.538SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº455.167.669-15, domiciliado e residente nesta cidade, na Rua 09 de junho, bairro Rib. Porto Franco, s/n, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado: CDS PROMOÇÃO DE EVENTOS MÚSICAIS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 17.989.539/0001-18, Rua Lídia Puel Peixer, 506, bairro Murta, Cidade de Itajaí/SC, fone: (47)99627-5588, e-mail: contato@cdsproducoes.com.br, neste ato representada pelo Senhor Alexsandro Polibio Mafra da Silva, CPF: 029.595.379-98, têm justo e contratado nos seguintes termos:

1.A contratada assume o comparecimento Da banda "GT 80", no dia 25/11/2017, com início previsto às 13:30 e com término programado para as 16:30 horas, na praça do Imigrante, sito à Rua João Morelli, 66, centro, Botuverá-SC

1.1. Os serviços de Sonorização deverá ser das 10:30 horas, com término previsto até as 17:00 horas do dia 25/11/2017.

2. Pela apresentação da atração supra, na cláusula anterior, a contratante obriga-se a pagar a contratada à importância combinada de: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais), em cheque nominal após a realização da apresentação.

3. No valor estão incluídas todas as despesas de transporte até o local e retorno, sonorização, iluminação, hospedagem, alimentação, bebida em geral e etc.

4. O pagamento estará sujeito a dedução dos encargos da Legislação Municipal, Previdenciária e Trabalhista, etc conforme legislação.

5. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, do Município de Botuverá, para o exercício de 2017:

Despesa 463

Unidade Gestora:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Órgão Orçamentário:10000 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE

Unidade Orçamentária:10004 - DIVISÃO JUVENTUDE

Função:27 - Desporto e Lazer

Subfunção:813 - Lazer

Programa:170 - PROMOÇÃO E DESENV. DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE

Ação:2.69 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES PARA JUVENTUDE

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

6. A contratante obriga-se a providenciar por sua inteira e exclusiva responsabilidade, os alvarás e licenças necessárias expedidas pelas repartições públicas competentes, bem como aquelas exigidas

pelas associações de Direitos Autorais.

7. A contratante fica responsável, no caso de descontrolar emocional da plateia, por danos causados ao equipamento, músicos e equipe técnica. Comprometendo-se a contratar equipe de segurança e manter policiamento adequado até o término da apresentação e saída dos músicos.

8. Após a lavratura do presente contrato, cessam todos os poderes dos representantes credenciados da contratada e no caso de qualquer modificação, quando solicitada pelo contratante, deverá ser feita de forma expressa endereçada única e exclusivamente a contratada.

9. Em caso de infração de qualquer uma das cláusulas deste contrato, a parte infratora responderá na forma do previsto no Código Civil, pelas perdas e danos que sofrer a outra parte, obrigando-se a ressarcir-las das mesmas.

9.1- De comum acordo as partes contratantes desde já, fixam essas perdas e danos para efeito desta cláusula, na importância de 100% (cem por cento) do valor do contrato, ficando a parte prejudicada autorizada a fazer um saque à vista a fim de efetuar o recebimento.

10. A parte contratante que assina este instrumento como representante da entidade acima, o faz também por si, fiador do presente contrato, ficando solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais dele decorrentes.

11. A vigência do contrato, mesmo após cumpridas as obrigações, será até 31/12/2017.

12. Para constar, lavrou-se em duas vias este instrumento particular, que as partes contratantes, assim como as testemunhas abaixo, assinam tendo estado a tudo presente.

13. O FORO competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Brusque/SC.

BOTUVERA-SC, 21 de Novembro de 2017.

Prefeitura Municipal
José Luiz Colombi
Contratante

CNPJ Nº 83.102.350/0001-96
CPF Nº 455.167.669-15

CDS PROMOÇÃO DE EVENTOS MÚSICAIS LTDA ME
CNPJ: 17.989.539/0001-18
ALEXSANDRO POLIBIO MAFRA DA SILVA, CPF: 029.595.379-98
Contratada

JEFERSON ANDRÉ MARIANI
Secretário De Turismo, Cultura, Esporte e Juventude
GESTOR DO CONTRATO

ELIZANDRO DA CRUZ
Diretor de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude
FISCAL DO CONTRATO

**ATA CLASSIFICACAO JULGAMENTO
PROCESSO SELETIVO 052017****EDITAL**

Publicação Nº 1433064

ATA DA COMISSÃO PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELOS CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO 05/2017

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2017, reuniram-se os membros da Comissão Organizadora do Processo seletivo 05/2017, nomeada pelo Decreto 2092/2017, com a finalidade de analisar e julgar a documentação apresentada pelos candidatos, bem como proceder a classificação. Ato seguinte foram abertos os envelopes onde constatou-se o seguinte: para o cargo de nutricionista tivemos dois candidatos inscritos, sendo: Mônica Rosa Machado e Ivete Carneiro. A candidata Mônica Rosa Machado foi classificada em primeiro lugar, por apresentar o melhor currículo conforme disposto no edital e a candidata Ivete Carneiro em segundo lugar. Para o cargo de educador físico tivemos apenas um candidato inscrito, que apresentou a documentação requerida para o edital, sendo classificada em primeiro a Sra. Andréia Bósio. Para o cargo de Operador de Máquina e Equipamentos (para escavadeira hidráulica), tivemos dois inscritos: Rubens Alan Molinari e Vanderlei Dionizio, sendo que ambos foram desclassificados por não atenderem o item 5.4 do edital. Para o cargo de engenheiro agrônomo não houve inscrições. Após finalizada a análise da documentação a comissão encerrou a reunião, determinando que o resultado seja publicado em data conforme disposto no edital.

ROGÉRIO COMANDOLLI

ROSANE AGUIAR TACHINI

ANGELO LUIZ VENZON

**CLASSIFICACAO FINAL EDITAL PROCESSO SELETIVO
052017**

Publicação Nº 1433070

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Botuverá/SC

**CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO 05/2017
NUTRICIONISTA**

Nome	Insc.
1. Mônica Rosa Machado	02
2. Ivete Carneiro	04

**CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO 05/2017
EDUCADOR FÍSICO**

Nome	Insc.
1. Andréia Bósio	01

OPERADOR DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA)

Nenhum dos inscritos apresentou a documentação conforme disposto no edital

Engenheiro Agrônomo:
Sem Inscrições

DECRETO Nº 2.101-2017 - PROVÁVEL EXCESSO

Publicação Nº 1433074

=====

D E C R E T O Nº 2.101/2017

=====

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
04-122-005-2.2	Manut. E Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Assessoria Geral
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(359)	Recursos Ordinários R\$ 3.500,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 20 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 20 de novembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.102-2017 - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1433075

=====

D E C R E T O Nº 2.102/2017

=====

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2017"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 14.776,00(quatorze mil setecentos e setenta e seis reais), conforme abaixo especificado:

5000	Secretaria de Assistência Social e Habitação
5001	Fundo Municipal de Assistência Social
14-422-100-2.55	Manutenção e da Casa da Cidadania
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(595)	Recursos Ordinários R\$ 8.500,00
6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.34	Conservação e Restauração de Pontes e Pontilhões
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(566)	Recursos Ordinários R\$ 4.276,00

10000	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude
10001	Divisão de Cultura
04-122-170-2.54	- Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(593)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 20 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 20 de novembro de 2017.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito

PL60/2017-LEILÃO Nº02/2017-LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Publicação Nº 1433083

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO Nº 60/2017 - LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2017

O Município de Botuverá-SC, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, inscrito(a) no CNPJ sob CNPJ: 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, 66 – Centro– BOTUVERÁ – SC, CEP 88295-000, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Decreto nº 21.981/32, bem como no presente Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, registrado na JUCESC, sob nº AARC- 309 e FAESC-041, CPF nº 102.471.938-36, estabelecido em Balneário Camboriú/SC, à Rua Nepal, 910 Pavimento Térreo - Nações - CEP 88.338-215, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR LANÇE, nas MODALIDADES PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, para alienação de bens móveis inservíveis ao município, distribuídos em lotes conforme ANEXO I do edital. O Leilão realizar-se-á: DATA: 15 de Dezembro de 2017. HORÁRIO: 10:00Hrs LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Botuverá - Rua João Morelli, 66 – Centro– BOTUVERÁ – SC, CEP 88295-000. Botuverá – SC,

Botuverá 22 de Novembro de 2017.
José Luiz Colombi
Prefeito

PL61/2017-PP50/2017-SRP-MEDICAMENTO DE A-Z

Publicação Nº 1433105

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº50/2017 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição parcelada de MEDICAMENTOS DIVERSOS, divulgados nas listas de preços emitidos pela CMED/ANVISA. Recebimento da documentação e propostas: 05/12/2017, Até as 14:30 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local: Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 22 de Novembro de 2017.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PL62/2017-PP51/2017-LINK DE INTERNET E OUTROS

Publicação Nº 1433225

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2017

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para contratação de empresa para fornecimento de serviço de LINK DE INTERNET, TRANSPORTE DE DADOS DIGITALIZADOS ENTRE PONTOS (ENDEREÇOS), E SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE VOZ POR MEIO DE PROTOCOLO (IP), FORMA PÓS PAGA, EM FORMA DE PACOTE DE DADOS, MODALIDADE TELEFONIA FIXA, nos termos constantes no edital. Recebimento da documentação e propostas até 07/12/2017, as 14:30 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local: Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 22 de Novembro de 2017.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 101 2017

Publicação Nº 1432159

DECRETO Nº. 0101/2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais

(105) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0007.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 do recurso 1.0007 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 16 de novembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

ATA COMISSÃO 50 2017 PREGÃO 33 2017

Publicação Nº 1433306

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2017 - PR Processo Administrativo: 45/2017 Processo de Licitação: 45/2017 Data do Processo: 06/11/2017
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 50/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de uma carreta agrícola hidráulica e uma colhedora de forragens para a Secretaria Municipal de Agricultura de Braço do Trombudo.

Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricada pelos membros da comissão e representantes. Também estava presente o responsável pelo setor da Agricultura. Devido algumas propostas terem gerado dúvidas com relação ao modelo cotado e o prospecto/catálogo apresentado, a comissão decidiu suspender a sessão para melhor análise das mesmas e reabrir a sessão no dia 23 de novembro de 2017 as quatorze horas.

Braço do Trombudo, 20 de Novembro de 2017

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Pregoeiro(a)
Jean Carlos Correa da Costa Sharf	- - membro
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz	- - membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ELTON ROQUE PONTIN	- - REP. METALÚRGICA FREITAS LTDA
CELSO INACIO LUDWIG	- - REP. DAIANA VOGEL ZIMMERMANN E
DARCY INACIO REINEHER	- - REP. MAQUIPLAN COMÉRCIO DE MÁQ
JACKSON PEREIRA	- - REP. COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI
EMURY PIZZAMIGLIO CIMADON	- - REP. NILO MEURER EPP

ATA COMISSÃO 51 2017 PREGÃO 33 2017

Publicação Nº 1433307

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2017 - PR
	Processo Administrativo: 45/2017 Processo de Licitação: 45/2017 Data do Processo: 06/11/2017

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 51/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de uma carreta agrícola hidráulica e uma colhedora de forragens para a Secretaria Municipal de Agricultura de Braço do Trombudo.

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, as quatorze horas, reuniram-se no departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, os membros integrantes da Comissão de licitação para analisar as propostas apresentadas pelas empresas referente ao pregão 33/2017. A empresa Nilo Meurer EPP foi desclassificada do item 1 por não atender as especificações do anexo I do Edital. Em razão de interesse público a comissão decidiu cancelar o item 2 do pregão supra mencionado, devido inconsistência na especificação do objeto.

Braço do Trombudo, 21 de Novembro de 2017

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Pregoeiro(a)
Jean Carlos Correa da Costa Sharf	- - membro
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz	- - membro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2017 PMBT

Publicação Nº 1416152

Página: 1/40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017			Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cordão paralelo 2x4mm (8981)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,7749	1
2	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	3,5284	2
3	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,6849	1
4	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	1,2735	2
5	conector para cabo de rede (14633)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFO	0	2,6760	1
6	Emenda para cabo de rede (12432)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	2,0474	2
7	Plafon com soquete de porcelana (14652)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ULTRA CABOS	0	2,7256	1
8			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	NEXANS	0	1,7633	2
9			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,5591	1
10			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	NEXANS	0	1,4695	2
11			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,9556	1
12			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	NEXANS	0	4,7023	2
13			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NAMPLEX	0	5,9467	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ENERBIU	0	4,1145	2
8	Lâmpada econômica 15 wts (19192)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	11,6951	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	10,9719	2
9	Lâmpada econômica 20 wts (14640)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	12,8845	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	12,1475	2
10	LÂMPADA ECONOMICA 25 W (11351)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	13,8756	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	13,6660	2
11	Lâmpada econ. espiral 30 wts (19193)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	27,2556	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	18,5152	2
12	Lâmpada econ. espiral 45 wts (19194)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	51,5378	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	43,3000	2
13	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	7,7307	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OSRAM	0	7,3473	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 3/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
14	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	7,7307	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OSRAM	0	7,3473	2		
15	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	9,2173	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OSRAM	0	14,0088	2		
16	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	11,4969	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OSRAM	0	24,9808	2		
17	Lâmpada vapor mercúrio 400 wts (6790)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	48,8618	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	48,3256	2		
18	Lâmpada vapor metálica 400 wts (19195)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	64,4223	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	83,9256	2		
19	Lâmpada econômica cores 26 wts (19196)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	11,8933	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	27,1066	2		
20	Lâmpada tubo led 9 wts (19197)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	34,6889	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2017

Página: 4/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Lâmpada tubo led 18 wts (19198)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G- LIGHT	0	28,8014	2
22	Lâmpada bulbo led E 27 10 wts (19199)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	37,6623	1
23	Lâmpada bulbo led E 27 15 wts (19200)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G- LIGHT	0	33,8955	2
24	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19201)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	17,8400	1
25	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19202)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G- LIGHT	0	14,8905	2
26	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19203)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	18,8311	1
27	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19204)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G- LIGHT	0	31,3484	2
28	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19205)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	13,8756	1
29	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19206)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G- LIGHT	0	23,5113	2
30	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19207)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	57,7819	1
31	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19208)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G- LIGHT	0	49,9616	2
32	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19209)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G- LIGHT	0	70,3890	1
33	Lâmpada bulb led E 27 15 wts (19210)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G- LIGHT	0	69,8776	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

<div> Número do Registro de Preços: 5/2017 Data do Registro: 21/02/2017 Válido até: 21/02/2018 </div> <div> Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo. </div>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Tomada Sobrepor x 20 apm (14642)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	8,9200	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	6,7595	2
28	Tomada Sobrepor x 10 apm (19204)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,2351	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	6,3676	2
29	Tomada embutir 10 apm (14643)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,4333	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	6,4656	2
30	Tomada embutir 20 amp (14644)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	9,2173	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	7,0534	2
31	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,4333	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	6,7595	2
32	Interruptor + tomada sobrepor x 10 amp (14645)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	12,3889	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	11,4618	2
33	Interruptor + tomada embutir 10 amp (14646)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	12,3889	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017 Data do Registro: 21/02/2017 Válido até: 21/02/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROLF MULLER & CIA LTDA -ME (6017)	PEZZI	0	12,4120	2
34	Tomada dupla sobrepor x 10 amp (14647)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	12,3889	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA -ME (6017)	PEZZI	0	12,2455	2
35	Tomada dupla embutir 10 amp (14648)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	12,8845	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA -ME (6017)	FAME	0	10,3842	2
36	Interruptor duplo sobrepor x (14649)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	12,8845	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA -ME (6017)	PEZZI	0	12,7353	2
37	Interruptor duplo embutir (14650)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	12,1907	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA -ME (6017)	FAME	0	12,0789	2
38	Placa modular 4x2 (14691)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	3,4689	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA -ME (6017)	FAME	0	3,4287	2
39	Tomada modular 10 amp (14692)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,9467	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA -ME (6017)	FAME	0	4,8492	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
40	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,4333	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	5,8288	2		
41	Interruptor modular (14694)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,4511	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	5,5545	2		
42	Canalata 20x10 com fita adesiva (14651)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	6,4422	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SCHNEIDER	0	6,5342	2		
43	Conexão para canalata (11793)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,2796	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SCHNEIDER	0	1,9593	2		
44	Canalata ventilada 30x30 (14670)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	20,8134	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SCHNEIDER	0	20,8663	2		
45	Canalata 20x40 2,20mts (6799)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	20,8134	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SCHNEIDER	0	20,8663	2		
46	Pino para extensão 2p + t 20 amp (14654)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,9289	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 8/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
47	Pino adaptador (T) (7939)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	7,8371	2	
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,9378	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	6,8575	2	
48	Pino para extensão 2p+t 10 amp (14655)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,5413	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	6,3676	2	
49	Pino fêmea para extensão 2p + t 20amp (14656)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,5325	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	7,3473	2	
50	Pino fêmea para extensão 2p + t 10 amp (14657)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,4422	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	6,3676	2	
51	Pino para extensão 2p (19205)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,2529	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	4,8982	2	
52	Pino fêmea para extensão 2p (19206)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,2529	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	4,8982	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 9/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Mangueira corrugada 1 (8988)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANPLEX	0	0,9911	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	KRONA	0	1,3715	2
54	Mangueira corrugada ¾ reforçada (14659)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANPLEX	0	0,9217	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	KRONA	0	0,9111	2
55	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTEC	0	2,0813	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MANPLEX	0	4,0165	2
56	Conector de porcelana 2 polos 10 mm (14660)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	5,7485	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ENERBLU	0	4,5063	2
57	Rodiana de porcelana (14661)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	2,9733	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MANPLEX	0	3,9186	2
58	ISOLADOR OLHAL (428)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	5,2529	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MANPLEX	0	5,0941	2
59	Abraçadeira tipo U ¾ (14662)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,9911	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
60	Abraçadeira tipo cunha 3/4 (14663)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ALIANÇA	0	0,5878	2	
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,9911	1	
61	Abraçadeira de nylon 200x2,5mm (14658)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ALIANÇA	0	0,9796	2	
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	13,3800	1	
62	Soquete de porcelana (14664)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	12,7353	2	
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	5,2529	1	
63	Cx montada c/ tomada e disjuntor (14665)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ENERBLU	0	4,4084	2	
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	38,1578	1	
64	Cx provisória padrão (14666)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	33,5036	2	
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	24,7778	1	
65	Campainha cigarra embutir (14667)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	34,0914	2	
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAME	0	15,8578	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	15,6742	2	

Página: 11/40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Campainha digarra sobrepor (14668)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAME	0	15,8578	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	15,6742	2
67	Interruptor de campainha (17200)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAME	0	4,2618	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	4,2124	2
68	Placa oega 4x2 (14675)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	2,7751	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	2,7430	2
69	Exaustor residencial 25 cm (14676)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	98,1201	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	VENTISOL	0	147,9254	2
70	Exaustor industrial 30 cm (14677)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	186,5069	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	VENTISOL	0	161,6403	2
71	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	188,3113	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	VENTISOL	0	186,1313	2
72	Resistência para chuveiro 7.700 ws (14695)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HIDRA	0	18,8311	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
73	Tomeira elétrica de bancada (14678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HIDRA	0	191,2847	1	
74	Ventilador de teto c/ lâmpada (14679)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	156,5958	1	
75	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	126,8624	1	
76	Ventilador de parede 60cm (14680)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	247,7781	1	
77	Chave para ventilador embutir 3 velocidades (19207)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	31,7156	1	
78	Chave para ventilador embutir deslizante (14672)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	31,7156	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
79	Spot aleitado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	14,8667	1		
80	Spot aleitado nylon c/ 02 lâmpada (14682)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	VILELA	0	14,6946	2		
81	Cantoneira 6x8 (14683)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	24,0840	1		
82	Cantoneira 8x10 (14684)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	VILELA	0	23,5113	2		
83	Luminária de emergência 2x6wts (7942)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	4,9556	1		
84	Placa de saída luminosa (14685)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	CEC	0	6,8575	2		
85	Luminária de emergência 2x55 (14686)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	6,9378	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	CEC	0	8,8167	2		
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SEGURIMAX	0	346,8893	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SATTE	0	375,2015	2		
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SEGURIMAX	0	89,2001	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SATTE	0	89,7349	2		
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SEGURIMAX	0	38,6534	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Caixa de luz universal 4x2 (14687)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SATTE	0	38,2059	2
87	Parafuso chip 4,0 x50 (14688)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	0,9911	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	KRONA	0	1,1266	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	REX	0	0,1487	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	REX	0	0,1469	2
88	Parafuso chip 3,0 x30 (14689)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	REX	0	0,1982	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	REX	0	0,1959	2
89	Parafuso chip 5,0 x 70 (16779)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	REX	0	0,2478	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	REX	0	0,2449	2
90	Silicone 280 gramas (7231)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AFIX	0	13,3800	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	HAUSER	0	13,2251	2
91	Caixinha de luz 4x2 (8989)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	0,9911	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	KRONA	0	0,9796	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
92	Eléctrodo 3/4 (14698)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	5,2529	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TIGRE	0	5,1921	2		
93	Eléctrodo 1 (14699)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	8,9200	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TIGRE	0	8,8167	2		
94	Curva eléctrodo 3/4 180 graus (14700)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,3876	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TIGRE	0	1,3715	2		
95	Curva eléctrodo 1 - 180 graus (14701)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	1,6849	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TIGRE	0	1,6948	2		
96	Cordão de led 200 leds (14702)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	74,3334	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	76,4118	2		
97	Cordão de led 100 leds (14703)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	41,6267	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	41,1448	2		
98	Cordão de micro lâmpada 100 lâmpada (14704)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	24,7778	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Paraf+ameaçao plástica (14705)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	28,4095	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	9,5147	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TAF	0	9,3066	2
100	Ducha eletrônica 7.700 wts (14708)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HIDRA	0	104,0668	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	HYDRA	0	99,9231	2
101	Chuveiro 4 temperaturas (11678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LORENZETTI	0	48,5645	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	44,0837	2
102	Haste para chuveiro (14709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	4,9556	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	12,2455	2
103	Fita veda rosca 10x18 (14710)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTITIT	0	3,4689	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TIGRE	0	3,4287	2
104	Fita isolante 10 metros branca (14711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	3,4689	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ENERMIRAS	0	3,4287	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
105	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,6760	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	BRASCOPPEF	0	2,6450	2		
106	Cabo multiplexado quadripex 10mm (14696)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	4,4600	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	BRASCOPPEF	0	5,4860	2		
107	Cabo multiplexado quadripex 16mm (14697)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	5,9467	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	BRASCOPPEF	0	11,5597	2		
108	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	4,9556	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	5,8778	2		
109	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	4,9556	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	5,8778	2		
110	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,9822	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	1,9593	2		
111	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,8742	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017			Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	2,8410	2
		M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	3,3698	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	4,3104	2
113	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,7731	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	0,7347	2
114	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,1100	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	1,0776	2
115	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,7642	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	1,7144	2
116	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,5571	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	2,5275	2
117	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	4,3609	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	4,3594	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 19/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
118	Fio sólido 1,5mm (8976)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,5947	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	0,7641	2	
119	Fio sólido 2,5mm (8977)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,8920	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	1,0972	2	
120	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,2884	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	1,7438	2	
121	Fio sólido 6mm (8979)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,9822	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	2,5275	2	
122	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	3,4689	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	4,4064	2	
123	Starter 20 wts (6784)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	0,9911	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FOX	0	1,4695	2	
124	Starter 40 wts (6785)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	0,9911	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2017

Página: 20/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FOX	0	1,4695	2	
125	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ECP	0	25,7689	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ECP	0	23,5113	2	
126	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ECP	0	26,7600	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ECP	0	26,4502	2	
127	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ECP	0	30,7245	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ECP	0	30,3688	2	
128	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ECP	0	35,9774	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ECP	0	35,2670	2	
129	Disjuntor Trifásico 40 amp (19208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	61,4490	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	60,7376	2	
130	Disjuntor Trifásico 50 amp (19209)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	94,1557	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	93,0656	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
131	Disjuntor Din tripolar 32 amp (14673)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	42,6178	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	42,6143	2		
132	Disjuntor Din tripolar 25 amp (14674)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	42,6178	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	42,6143	2		
133	Disjuntor nema 15/2030 amp (6800)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	12,1907	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	12,0496	2		
134	Disjuntor din 10/16/32 amp (14712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	8,9200	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	8,8167	2		
135	Disjuntor nema 35/4050 amp (6802)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	19,1285	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	18,6131	2		
136	Soquete fixo (6803)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	3,4689	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FOX	0	3,4287	2		
137	Soquete pendente (6804)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX FUX	0	3,4689	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 22/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
138	Tomeira elétrica articulada (6811)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HIDRA	0	151,6402	1	
139	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1,1398	1	
140	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,2440	1	
141	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	33,6978	1	
142	FITA ISOLANTE 10 M (2020)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,9733	1	
143	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	54,5112	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	19,4948	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	5,7799	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	2,9389	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME				

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 23/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
144	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	37,6623	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LUMEPETRO	0	49,9616	2		
145	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	40,6356	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LUMEPETRO	0	49,9616	2		
146	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	20,8134	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LUMEPETRO	0	40,1652	2		
147	Pino para extensão (6821)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,4511	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	5,3880	2		
148	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,4511	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	5,3880	2		
149	Tomada fêmea sobrepor (6823)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	4,9556	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	4,8982	2		
150	Luminária para poste com braço (6825)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	34,6889	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 24/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
151	Refletor 250 wts (6826)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OLIVO	0	55,8394	2		
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	30,7245	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OLIVO	0	40,1652	2		
152	Refletor 10 amp led verde (19210)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	77,3068	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	89,1471	2		
153	Refletor 10 amp led branco (19211)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	77,3068	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	87,1878	2		
154	Filtro de linha 5 saídas (6827)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VILA	0	30,7245	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	DANEVA	0	36,2466	2		
155	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PR	0	282,4670	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PR	0	273,3191	2		
156	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HIDRA	0	18,8311	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	18,6131	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 25/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LORENZETTI	0	16,3534	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	16,1640	2
158	Base para rele (14707)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EXATRON	0	11,8933	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ILUMATIC	0	11,7557	2
159	Foto célula (11108)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EXATRON	0	53,5201	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ILUMATIC	0	50,9412	2
160	Rele fotoelétrico com base (6832)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EXATRON	0	65,4134	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ILUMATIC	0	62,6969	2
161	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	13,8756	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OLIVO	0	13,7149	2
162	Presilha p/ haste terra (7941)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	8,4245	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MS	0	8,3269	2
163	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HIDRA	0	106,0490	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017 Data do Registro: 21/02/2017 Válido até: 21/02/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	HYDRA	0	99,9231	2
164	Roldana PVC 36x36 (7944)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VILA	0	0,4262	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	RIBEIRO	0	0,3919	2
165	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VILA	0	10,9022	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	10,7760	2
166	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VILA	0	8,7218	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	3M	0	8,6208	2
167	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,1596	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	1,1462	2
168	Caixa luz PVC 2x4 (7948)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	1,1596	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	KRONA	0	1,1266	2
169	Cabo Coaxial (7949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,3876	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ELDTEC	0	1,3715	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 27/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
170	Sensor de presença (7951)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EXATRON	0	37,6623	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	EXATRON	0	40,1652	2		
171	Reator vapor mercúrio 400mts (7952)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	74,3334	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	INTRAL	0	84,2489	2		
172	Eléto-bola 15 amperes (7953)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KITS BRASIL	0	37,6623	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	37,2263	2		
173	Temporizador digital (7954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	67,6930	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	66,6154	2		
174	Grampo fixa fio (7955)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RIBERO	0	1,9822	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	RIBERO	0	1,9593	2		
175	Mangueira luminosa led (7957)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	10,4067	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	10,3942	2		
176	Cabo de força para mangueira luminosa led. (14713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G-LIGHT	0	17,8400	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2017

Página: 28/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIL	0	17,6335	2			
177	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AFX	0	18,8311	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FISHER	0	22,5317	2			
178	ELETRODUTO PVC 3/4 (419)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	3,9644	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TIGRE	0	4,8982	2			
179	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBOS	0	5,9467	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TIGRE	0	8,8167	2			
180	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OLUPE	0	84,2446	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TAF	0	130,2919	2			
181	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	5,4511	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ENERBLU	0	5,4860	2			
182	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VILA	0	25,7689	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	35,2670	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 29/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017 Data do Registro: 21/02/2017 Válido até: 21/02/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	3,4689	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MANPLEX	0	3,4287	2
184	Cinta inox 1mt (14714)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	3,2707	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FM	0	4,2124	2
185	Presilha para cinta inox (7974)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	0,8920	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FM	0	0,8817	2
186	Tubo galvanizado NBR 55986mt (14715)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	USMINAS	0	99,1112	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	APOLO	0	269,4005	2
187	Fita auto fusão 10 mts (7478)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ENERBRAS	0	21,1107	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FOX LUX	0	19,4948	2
188	Abraçadeira de nylon 200x3,6 (19247)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	13,8756	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	13,7149	2
189	Lâmpada par 20 colorida 50 wts (8959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	15,8578	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 30/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
190	Alça pré-formada (8961)		ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	25,4706	2			
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OLUPE	0	4,9556	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	4,8982	2			
191	Bucha plástica 6mm (8963)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NY LUX	0	0,0991	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FISHER	0	0,0980	2			
192	Bucha plástica 8mm (8964)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NY LUX	0	0,1189	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FISHER	0	0,1176	2			
193	Bucha plástica 10mm (8965)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	NY LUX	0	0,1487	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FISHER	0	0,1469	2			
194	Extensão cabo pp 3 metros (8968)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VILA	0	18,1374	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	17,6335	2			
195	Extensão cabo pp 5 metros (8969)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	WILA	0	24,7778	1			
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FAME	0	83,2693	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
196	Isolador olhal de porcelana (8971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	3,9644	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MANPLEX	0	3,9186	2
197	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	4,9556	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MANPLEX	0	5,8778	2
198	Caixa de aterramento pequena (8973)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OLIFE	0	4,9556	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FOX LUX	0	7,6412	2
199	Haste terra padrão celest (8974)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCESA	0	61,4490	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	OLIVO	0	67,1052	2
200	Conector para haste padrão celest (8975)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INTELI	0	12,8845	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	INCESA	0	12,7353	2
201	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	148,6669	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	156,7421	2
202	Disjuntor motor 6-10 amp (19212)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	148,6669	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 32/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	147,9254	2		
203	Contador de potencia 1-12A (19213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	153,6224	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	145,9661	2		
204	Chave estrela triângula 40 amp (19214)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	138,7557	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PARTNER	0	145,6428	2		
205	Chave de reversão (19215)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	138,7557	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LOMBARD	0	145,6428	2		
206	Chave de reversão rotativa 40 amp (19216)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	198,2225	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LOMBARD	0	208,9862	2		
207	Chave Interruptora 30aamp (19217)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	118,9335	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LOMBARD	0	146,2894	2		
208	Chave estrela triângula 30 amp (19218)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	138,7557	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LOMBARD	0	157,7218	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 33/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
209	Chave magnética 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	148,6669	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SIBRATEC	0	150,8643	2		
210	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	49,5556	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	MARGIRUS	0	82,2886	2		
211	Capacitor para ventilador 2 fios (8987)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRASILTEC	0	7,9289	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	KONDA	0	12,2455	2		
212	Poste padronizado 6 metros (14653)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	227,9558	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FRONZA	0	352,6698	2		
213	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	297,3337	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FRONZA	0	386,9571	2		
214	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	346,8893	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FRONZA	0	509,4119	2		
215	Poste com 1 caixa, monofásica 7m/100DAN, (17194)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	1.139,7792	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017 Data do Registro: 21/02/2017 Válido até: 21/02/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ROMA	0	1.626,1996	2
216	Poste com 1cabe. polifásica 8m/150DAN. (17195)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	1.189,3348	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ROMA	0	1.822,1273	2
217	Serviço de mão-de-obra elétrica para manutenção de edificações (19219)	HORA	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	37,6623	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	44,0837	2
218	Instalação ar cond. Split 9000 btus (19220)	Serv	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	307,2448	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	303,6879	2
219	Instalação ar cond. Split 12000 btus (19221)	Serv	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	361,7560	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	357,5680	2
220	Instalação ar cond. Split 18000 btus (19222)	Serv	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	376,6227	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	372,2626	2
221	Instalação ar cond. Split 24000 btus (19223)	Serv	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILO INST.E	0	431,1339	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	382,0589	2

Página: 35/40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
222	Recarga de gás para ar cond Split 9000 btus (19224)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	188,3113	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	181,2331	2		
223	Recarga de gás para ar cond Split 12000 btus (19225)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	188,3113	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	181,2331	2		
224	Recarga de gás para ar cond Split 18000 btus (19226)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	237,8670	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	225,3168	2		
225	Recarga de gás para ar cond Split 24000 btus (19227)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	287,4226	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	244,9086	2		
226	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 9000 btus no mesmo local (19228)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	287,4226	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	186,5385	2		
227	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 12000 btus no mesmo local (19229)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	287,4226	1		
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	186,5385	2		
228	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 18000 btus no mesmo local (19230)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	376,6227	1		

Página: 36/40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	186,1313	2
229	Retirada limpeza e reinstalação ar cond Split 24000 btus no mesmo local (19231)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	386,4449	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)		0	195,9277	2
230	Suporte para ar cond Split 9000 btus (19232)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITC	0	39,6445	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ACEA	0	38,2059	2
231	Suporte para ar cond Split 12000 btus (19233)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITC	0	41,6267	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ACEA	0	41,1448	2
232	Suporte para ar cond Split 18000 btus (19234)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITC	0	47,5734	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ACEA	0	53,8801	2
233	Suporte para ar cond Split 24000 btus (19235)	Serv	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ITC	0	47,5734	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	ACEA	0	53,8801	2
234	Tubo esponjoso 1/2 (19236)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	3,7662	1
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TUBEX	0	5,7113	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 37/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
235	Tubo esponjoso 3/8 (19237)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROCA	0	3,7662	1		
236	Tubo esponjoso 1/4 (19238)	UND	ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	TUBEX	0	5,2705	2		
237	Tubo de cobre 1/2 (19239)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROCA	0	3,7662	1		
238	Tubo de cobre 3/8 (19240)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROCA	0	11,8933	1		
239	Tubo de cobre 1/4 (19241)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROCA	0	9,9111	1		
240	Mangueria Transparente 1/2 (8837)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,9733	1		
241	Fita pvc branca 10 mx0,10mm (19242)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	4,9556	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 38/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Brago do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
242	Soquete para fluorescente (par) (14639)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAIMPLEX	0	4,9556	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	FOX LUX	0	5,2215	2	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	LORENZETTI	0	4,8982	2	
243	Lâmpada econômica 55 Wts. (16777)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALUMBRA	0	47,5734	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	49,9616	2	
244	Conexão para canaleta (19243)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,5769	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	SCHNEIDER	0	1,9593	2	
245	Caixa montada c/ tomada e disjuntor (19244)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	39,6445	1	
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	PEZZI	0	33,5036	2	
246	Luminária de emergência (11699)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAIMPLEX	0	37,6623	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 39/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROLF MULLER & CIA LTDA - ME (6017)	G LIGHT	0	33,3077	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 40/40

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 21/02/2017		Válido até: 21/02/2018				
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção de edificações das Secretarias do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2017

PROCESSO Nº 4/2017

(6017) - ROLF MULLER & CIA LTDA - ME
(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

Braço do Trombudo, 21 de Fevereiro de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°24/2016 PMBT

Publicação N° 1416144

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 21/11/2016		Válido até: 21/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de lavação completa de veículos linha leve (automóveis) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor. (Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, Spacefox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema), (16956)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	35,4136	1
2	Serviço de lavação completa de veículos linha leve (automóveis) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor. (Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, Spacefox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema), (16957)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	59,5687	1
3	Serviço de lavação completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor. (16958)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	46,3345	1
4	Serviço de lavação completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor. (17039)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	69,4968	1
5	Serviço de lavação completa de veículos (Sprinter e master): limpeza completa interna e externa do veículo sem motor. (17040)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	71,1548	1
6	Serviço de lavação completa de veículos (Sprinter e master): limpeza completa interna e externa do veículo com motor. (17041)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	91,0111	1
7	Serviço de lavação completa de veículos (micro ônibus e caçamba too): limpeza completa interna e externa. (17042)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	119,1374	1
8	Serviço de lavação completa para caminhão caçamba truck: limpeza completa interna e externa. (17043)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	152,2278	1
9	Serviço de lavação completa para caminhão pipa: limpeza completa interna e externa. (17044)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	143,9577	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 24/2016 Data do Registro: 21/11/2016 Válido até: 21/11/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Serviço de lavação completa para máquinas pesadas: limpeza completa interna e externa. (17045)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	225,0407	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2016

Número do Registro de Preços: 24/2016		Data do Registro: 21/11/2016		Válido até: 21/11/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016
PROCESSO Nº 45/2016
(8918) - LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA

Braço do Trombudo, 21 de Novembro de 2016.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 011-2017

Publicação Nº 1433477

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 011/2017

LISTA DE INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 011/2017

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA Lista de Inscritos em ordem alfabética do Processo Seletivo para o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, conforme segue:

	Adelaide da Silva
	Adelia Rosena Antunes Rosa
	Adelino Pinheiro de Souza
	Adielton Carlos Santos Silva
	Adinete Bernardes Lana
	Adorli Luiz Ledra
	Adriana Aparecida Carvalho
	Adriana Corrêa Suem
	Adriana Elza Torales Benitez
	Adriana Rech
	Adriana Veber
	Adriano de Melo Fernandes
	Adriano dos Santos Silva
	Agenor Cristiano Da Silva
	Agna Mota De Oliveira
	Aidê Marques de Paiva Teotero
	Airton Lourenço
	Alair Conhaque
	Alceu Klabunde
	Alcione Domingues da Silva
	Alcir de Souza Junior
	Aldo Flores
	Aleandra Weber
	Alessandra Alves dos Santos
	Alessandra Aparecida Oliveira
	Alessandra Avelino
	Alessandra Ferreira Fagundes
	Alexia Nobre Costa
	Altair Florentino Furtado.
	Altair Rocha
	Alzira Laurindo
	Amarildo Braz Paiao
	Ambrosio Hilleshein
	Amelia De Souza Vieira
	Amilton Horner
	Amilton Tadeu de Oliveira
	Ana Carla Costa
	Ana Laura da Silva E Silva
	Ana Maria Andrade da Silva
	Ana Paula da Silva
	Ana Paula Pires De Moraes
	Ana Paula Soares de Melo
	Ana Rosa Preti
	Ana Rosa Rodrigues
	Anderson Luis Willamoski

	Anderson Rocha de Alcantara
	Anderson Sergio dos Santos
	Andre Aviz dos Reis
	Andre Cosme
	Andrea Aparecida Ceccato
	Andreia de Vargas Cavalheiro
	Andreia Diangeles Sales dos Santos
	Andréia Goterra da Silva
	Angela Ferreira da Silva
	Ângela Rosane Saldanha Fontela
	Angelita Hoefelmann Pilar
	Angelita Torresani
	Anita Divina dos Santos
	Antonia de Fatima Bertolini
	Antonia Valmira Taveira
	Antonio Carlos de Quadros
	Antonio Dinoel Santos Lara
	Antonio dos Reis Teixeira
	Antonio Edson Muniz dos Santos
	Antonio Jair da Silva
	Antonio Lourentino Cardoso
	Aparecida Cesari
	Aparecida Maria Dos Reis Vieira
	Aparecida Rizoni Civa DE Abreu
	Aparecido Bueno
	Argelia Winter
	Ariane Silva Souza
	Arlete Anacleto
	Arlete de Souza
	Arlindo Amaral de Souza
	Bárbara Regina do Sacramento
	Beatriz de Lima
	Beatriz Gonçalves
	Benedita Aparecida Da Conceição
	Benjamin Angelo Mary Alvez
	Bernadete da Silva
	Bernadete Fontes
	Bernadete Pfleger Hilleshein
	Bruna Aparecida Lopes Sant Ana
	Bruna de Almeida Gomes Torres
	Bruno Alves
	Bruno Montibeller
	Bruno Ricardo de Aguiar
	Camila de Kassia de Oliveira Borges
	Camila de Oliveira dos Santos
	Carina Carvalho
	Carlos Alberto da Silva
	Carlos Eduardo Cervi
	Carlos Eduardo Correa do Nascimento
	Carlos Eduardo Ferreira Bonifacio
	Carlos Fernandes da Silva
	Carmem Lucia DE Souza Andrade
	Carmen Passos
	Casar Alberto Anhalt
	Cássia Maria Pachêco da Silva
	Casturina de Lima Garcia
	Catia Elenise Sklar Soares
	Celi dos Santos

	Celia Lopes Ferrante
	Celia Maria Barao Correa
	Celia Regina dos Santos Sousa
	Celina Maria dos Santos Macedo
	Celso de Matos
	Cezar Silva De Andrade
	Christiane Corrêa
	Cibele Fagundes
	Cintia Moreira dos Santos
	Clarice Aparecida Cordeiro dos Santos
	Clarice Bomfante Pontes
	Clarice da Fatima Bonfim Fagundes
	Claudete Batista
	Claudete da Aparecida de Arruda
	Claudete Freitas de Souza
	Claudete Lopes
	Claudia Adriana Melos
	Claudia Barbosa
	Claudia Morsch Frena
	Claudia Oliveira Machado
	Claudia Regina Gonçalves Moraes da Luz
	Claudiane Furtado de Souza da Silva
	Claudinei Alves de Andrade dos Santos
	Claudio Da Silva Brito
	Claudio Roberto Borges Da Silva
	Claudiomiro Chaves
	Claudir Jose de Moraes
	Claudir Moraes
	Cleci Goncalves
	Cledeunice de Oliveira Miranda
	Cleide da Silva Pantoja Miranda
	Cleide Kuhmem Rieg
	Cleidi Mára de Oliveira
	Clemilda da Cruz Felix
	Clenir Souza da Costa
	Cleociane Batista de Oliveira
	Cleonice Aparecida da Silva
	Cleosimar Flores Rodrigues
	Cleudiane Pantoja da Silva
	Conceição Aparecida Pereira Andrade
	Cosme de Macedo
	Cristiane Coelho
	Cristiane Eckel Koszanski
	Cristiane Sacramento da Silva
	Cristiane Santos de Paula
	Cristiano Cavichioli
	Cristiano Francisco da Costa
	Cristina Batista do Nascimento
	Cristina de Brito Medina
	Cristine Beatris Hagge
	Daiane Da Silva Luz
	Daiane Garcia da Cunha
	Daisy Cristina Paulino
	Dalcimar Coimbra da Cunha
	Dalvana Odete Cardoso Martins
	Dalvarina Pinheiro Silva
	Daniel Jose Pavesi
	Daniel Lino Martins
	Daniel Schwartz Chavier
	Daniela Brandão
	Daniela França
	Daniela Vanessa de Faria
	Daniele Aparecida de Souza
	Daniele Dobener Antunes das Neves

	Daniele Matias Oliveira Souza
	Danielle de Souza Campos
	Danielle Samarra Leite
	Danilo da Cruz Pereira
	Danubia Cavichioni Ceratti
	Danúbia de Oliveira
	Darci Soares
	David Daniel Santos Lourenço
	Débora Alessandra Rescarolli
	Decio Izar Bastos
	Denise Machado Duarte
	Denise Martins Ferreira
	Denivalda Barboza dos Santos de Jesus
	Derivaldo Carmo de Souza
	Deuzenir dos Santos Silva
	Dienifer Rangel Miranda Kamchen
	Dieniffer Luana de Oliveira
	Dienis de Jesus Moraes Silva
	Dina Mara Pereira Caetano
	Dionei de Jesus
	Dirceo Roque Primon
	Disleide Izidio Dos Santos
	Diva Rosendo Dos Santos
	Dolores Kohler de Oliveira
	Domingos Ribeiro da Silva
	Douglas Veber de Souza
	Dulce Muniz de Melo Silva
	Eberton Amaral de Oliveira
	Ederson Felipe de Oliveira Isaac
	Ediclea Silva Mattos
	Ediel Mendes dos Santos
	Edilene Nogueira dos Santos
	Edmilson Marques da Silva
	Edna da Costa Amante Balduino
	Edson Arboski
	Edson Braga Menezes
	Elena Cavalcante Ferreira
	Eli da Silva Oliveira
	Eliana da Rocha
	Eliana de Fátima P. S. Nascimento
	Eliana Lacerda
	Eliana Lopes Graciano
	Eliane Aparecida da Rosa
	Eliane da Silva Antonio
	Eliane De Sau Canutes
	Eliane Delagnoli
	Eliane Kobinski
	Eliane Maia Da Silva
	Eliane Minella Gomes
	Eliane Regina dos Santos Schork
	Eliete Batista Oliveira
	Elisabete da Veiga
	Elisemar Jacob Pering
	Eliseo Torresani
	Elizabeth dos Santos Borba
	Elizabeth Goulart Vicentino Comandolli
	Elizabeth Varriento dos Santos
	Elizabeth Perotto Walter da Silva
	Elizangela Marques
	Elizângela Roberta Eleutério Alexandre
	Elizete Gorges
	Ellen Silveira dos Santos
	Eloizabete Aparecida Soares
	Elsa Pavlak

Emanuella Somensi
Enedina De Fatima Romeo Nunes
Enir Broslavetz
Ercídio Simões de Oliveira
Ercilia Correia de Lima
Érika Maximiliano da Costa
Erwin Carminatti Furbringer
Estanislau Montibeller
Ester Miranda de Freitas
Eva das Dores Maciel dos Santos E Silva
Everton Firmino Carlos
Everton Renan Alves
Ewerton Newton Rodrigues Gois
Fabiana Cristina Monteiro da Costa
Fabiana Cristina Pena
Fabiana da Silva
Fabiana de Aro Cardoso
Fabiana Santos De Souza
Fabício de Oliveira
Fabricio Lofy
Fatima Teresinha Pereira Goulart
Fernanda Dos Santos Matias Eremita
Fernanda Vequi
Fernando dos Santos
Flavia Lopes Magalhaes
Florentino João Ventura
Francidalva Ribeiro da Silva
Franciele Aparecida DE Souza
Franciele de Carvalho
Francinete Dos Santos E Santos
Francinete Santiago Maia
Francisca Francineide da Silva
Francisco Romeu Rodrigues
Fredson Cley da Silva Pantoja
Gabriel Fernandes de Souza da Silva
Gabriela de Souza
Gabriela Jungklaus Ribeiro
Gedilson Gleidson Moura de Paiva
Geni Maria DE Pinho Beppler
Genivalda Silva
Geraldo Martins de Lima
Geraldo Mendes
Gerci dos Santos Salsi
Gercina Severo da Silva
Gerson Braga Dos Santos Junior
Gessica Mariana Goncalves
Giane Cristina Robles
Gilberto Poepper
Gilmar Hoefelmann
Gilmara Vania Podiatzsky Bittencourt
Gilson Marcelo Alexandre
Gilson Roberto Bonrruque
Gilson Silva Dos Santos
Gilvanci Oliveira Batista
Gilvane Aparecida Carvalho
Gisele Alves
Gisele Borges de Chaves
Gisele da Silva Nunes
Giselle Maria Golçalves Grippa
Glalcimara Malakowsky Gonçalves
Gleyson Braga E Silva
Graciele de Fatima Jendick
Grasiela Severino
Guionaria Souza Santos

Hanna de Assis Aragão
Heber Moraes Araujo
Helena Jacinta da Silva
Helenice Luiza Zaleski
Hellen Cristina Lima Martins
Hiroshi Ozawa
Iara Aparecida Batista Possidonio
Ide Nelson Pereira Arijú
Idete de Medeiros Bonatto
Igor Romulo da Silva Nascimento
Iliana Rodrigues de Carvalho Santos
Ilma Beatriz Almeida
Iloir Cardoso
Ilza dos Santos Correia
Inori Fernandes Medeiros
Iraci de Oliveira
Iracy de Jesus Ribeiro
Iracy Ferreira Salomão
Iradima Zacarias de Borba Oliveira
Iraneide Ferreira da Silva
Irena Staloch
Irene Lofy
Ironi Ferraz Ferreira
Isaias Antonio Barbosa
Isolene DE Fatima Kuster Maciel
Ivania Regina Rubik Roos
Ivanor Borges de Chaves
Ivoir Gonsalino de Paula
Ivonete Alves
Ivonete Lapa da Silva
Jaci de Lima
Jaciara Bertolini Heck
Jaciel de Jesus Almeida
Jacilene Soares Pereira
Jacqueline Corrêa
Jacy dos Santos
Jailda Maria de Jesus
Jailson Santana dos Santos
Jaison Apolinario
Jamile Silva Cordeiro Hodecker
Janaina dos Santos Matias
Jandira Borges
Jandira Teresinha Dillenburg De Araújo
Jane Fernanda Pantoja Santos
Janete Aparecida de Borba
Janete da Silva Dias Homem
Janete Plotegcker
Jaqueline Cristina Prado Matias
Jeam de Oliveira Gabriel
Jeferson de Boeno
Jefferson Crepas
Jeovane Moreira Dos Santos
Jerson Ricardo de Oliveira
Jessica Daiana dos Santos Amaral
Jessica Maria da Silva
Jilvan Matos Dos Santos
Joao Baron
João Batista Caceles
Joao Marquezini
João Osmar Martins Aparecido
João Paulo Da Luz
Joaquina Boing Hellmann
Jocelita Gomes Supriano
Joeci de Fátima Castro

	Joel Silveira
	Joeline Miranda de Freitas Oliveira
	Jorge Ivan Mezzeta
	Jorge Luis Foppa
	Jose Augusto Comandolli
	Jose Carlos de Toledo
	Jose Carlos Kahl
	José Cícero dos Santos
	Jose Correia
	Jose da Conceição Santos
	José Goedert
	José Johns Moraes
	José Luiz Simas
	José Reinaldo dos Santos Junior
	José Válber Firmiano Meneses
	Jose Wenderlei Gaiguer
	Joseilma Santos do Nascimento Silva
	Joselia Rodrigues Ferrari
	Josenade Lucas de Jesus
	Josiane Pinto Marinho
	Josiani Brogni
	Josiel Soares Moreira
	Josilaine Cristin Ribeiro
	Jovelina Moraes Voss
	Juarez De Oliveira
	Jucéli Marques
	Jucelia Aparecida Antonio Semcheschen
	Juciane Silveiro Hellmann
	Jucineia Ribeiro
	Judite Silveira Romero
	Juliana Bodenmuller
	Juliana DA Silva Correia
	Juliana Rodrigues de Chaves
	Julio Cesar Vicentini
	Jusineide Viana Felisberto
	Jussara Aparecida Pereira de Oliveira
	Karla Cristina Pereira da Silva
	Karla Geovana Rodrigues
	Katherine Pereira
	Kelly Braga do Couto
	Larissa de Jesus dos Reis
	Laudicéia Aparecida de Oliveira
	Laudiceia de Oliveira Lima Pinheiro
	Leandro de Jesus Santos
	Leandro Schaefer de Farias
	Leandro Silva dos Santos
	Leoci Maria Cantarelli Pereira
	Leodoro de Vargas
	Leonel Melo
	Leonidas Melo
	Leonilda Dutra
	Leonir Teresinha Penasol dos Santos
	Leopoldo Rodrigues
	Leopoldo Wiedermann
	Lesiane Veiga de Melo
	Leticia da Cruz Pereira
	Leyviane Gisleide Gomes da Silva Filho
	Lidiane Almeida Coelho
	Ligia Oliveira Nascimento
	Lilian Regina Schierici
	Liliane Conceição Maneses
	Liliane Oliveira dos Santos
	Lindolfo Kohler
	Liziane Cássia de Souza Silva

	Lorival dos Santos
	Lorizete Pinheiro de Souza
	Lourdes da Luz
	Luana Soares do Nascimento Favacho
	Lucas Taciano Oliveira da Costa
	Lucia Maria Imhof
	Lucia Regina Winter
	Lucia Vanda Moreira Viana
	Luciana Aparecida Estegue
	Luciana Denise Grims
	Luciana Maria Ribeiro Moço Wiedermann
	Luciana Pinheiro
	Luciane Paz
	Luciano Carlos da Silva
	Luciete Maria dos Santos de Assis
	Lucileia Demertine de Souza
	Lucileni Roberta Firmo
	Lucimar Costa de Oliveira
	Lucineide Regis
	Lucinelia Oliveira Souza
	Lucivaldo Jose dos Santos
	Ludemila Bagatim Tavares
	Ludmila Santos Oliveira Tavares
	Luis Isvaldo Altino de França
	Luiz Alberto Kohler
	Luiz Carlos Brehm
	Luiz Carlos de Souza
	Luiz Rusathz
	Luiza Pagno Padilha dos Santos
	Luiza Souza Schaedler
	Lurdete Raiser
	Madalena Maria dos Santos
	Magayver Henrique Costa dos Santos
	Maiara Ferreira Costa
	Maiara Vacellai
	Maicon Mauri Tormena
	Maize dos Santos Reis
	Manoel Fernandes da Silva
	Manoel Silva Santos
	Mara Antonia da Silva
	Mara Lucia Correia Miguel
	Marcela Maria Barbosa
	Marceli de Souza Guedes
	Marcelo Alves Leite
	Marcelo Demarche
	Marcelo Gonçalves
	Marcia Aparecida Angioletti
	Marcia Azevedo Andrade
	Marcia Betania da Silva
	Marcia Correia Miguel Sales
	Marcia Denise Da Costa Baron
	Marcia Elisabete da Silva
	Márcia Passinho Moraes
	Marcia Pereira Cardoso
	Marciane Dalazen dos Santos
	Marcio Witkowsky
	Margarete Laurindo
	Margarete Zaleski
	Maria Anunciada Garcia Costa
	Maria Aparecida de Jesus
	Maria Aparecida Foss Bertoldi
	Maria Aparecida Nunes
	Maria Aparecida Schutell
	Maria Aparecida Vicente

Maria Benrs Ventura
Maria Beserra da Silva
Maria Cristina Strebe
Maria Critina Alves Indio do Brasil
Maria da Gloria da Costa
Maria da Luz Candido dos Santos
Maria das Dores Magalhães
Maria Das Neves Sobral Dos Santos
Maria de Fatima Alves dos Santos
Maria de Fátima de Oliveira
Maria de Fatima Dos Santos Sousa
Maria de Fatima Kolody
Maria de Lourdes Lauer
Maria Dinalva Campos dos Santos
Maria do Amparo Ferreira
Maria do Carmo Alves dos Santos Kohler
Maria do Socorro da Silva Filha
Maria dos Remedios da Silva Gonçalves
Maria dos Santos Luiz
Maria Elecir Bertolini Cesari
Maria Glecia Severo da Silva
Maria Gloria Pereira Santos
Maria Helena Paza Oliveira
Maria Hosanete Silva de Oliveira
Maria Inês Soares Baleeiro
Maria Iracélia Firmiano Menezes
Maria Irene Hormino dos Santos Bastos
Maria Isabel Elias De Souza
Maria Ivone Regina Gerardi
Maria Ivonete Soares da Silva
Maria Izabel Maciel
Maria Jaudilea Costa Leite
Maria José Longinho Santana dos Santos
Maria José Oliveira de Menezes
Maria Jose Pereira da Silva
Maria Leonice Vicente Pinheiro
Maria Lourdes Gelatti
Maria Lourenço Gomes Candido
Maria Lucia DA Silva
Maria Luiz Brito
Maria Luiza de Araujo Roela
Maria Margarete Graf
Maria Nanci Pereira
Maria Natalia Rodrigues da Silva
Maria Neudes Fernandes da Silva
Maria Onelia de Souza
Maria Regina Brito da Silva
Maria Rita de Cássia Alves dos Santos
Maria Rosemery Censi Costa
Maria Rosilda Dalcastagne
Maria Salete da Silva
Maria Vanelli
Maria Verismar Ribeiro Alves
Maria Zenir Antunes Camargo
Mariela Do Nascimento Barros
Marilda Motta Pezzini
Marileidi Simoni Farias Da Silva
Marilete Generoso De Souza Silva
Marileusa Satiro Mafra
Marilucia Raulino
Marinalva dos Santos Oliveira
Marinalva Gonçalves da Silva
Marinalva Rodrigues Neves De Souza
Marineia de Souza Martins

Marines Paz
Marinilde Santiago Maia
Marisa Colombo
Marisa Fernandes de Souza
Maristela França
Maristela Sant Ana
Maristela Trindade
Marivani Colombo
Marli Aparecida Souza Pelentier
Marli de Oliveira Cerenz
Marli Jovita dos Santos
Marli Rosa
Marlise Reis dos Santos
Marlise Zanon
Marta Alves de Oliveira
Mateus de Lima
Maura Zeverino Batista
Maurilio Madeira da Silva
Maurina Rosa de Oliveira Stegemann
Max Oliveira de Jesus
Michele Bella Cruz
Michele Ferreira da Silva
Michelli Teresinha Da Silva
Milton Cardoso
Miqueia dos Santos Dias de Carvalho
Miriam de Lima Martins
Mirian de Oliveira
Mirian Gonçalves Medina
Mirne Simone Gomes Rosa
Moacir Gonçalves
Morel Martens
Morgana Amorim
Mougla Hellen Nardes Eloi
Nadir Antonio Alves
Nair Bertoldi da Silva
Nanci Batista Santos
Natal Abelino
Neiva Regina Fernandes
Nelsonir Trindade
Neuraci Terezinha Alves da Silva
Neusa Milmersted Bottamedi
Neuza da Costa Brito
Neuza Oliveira Pereira
Nilda Aparecida Ribeiro do Nascimento
Nildete Pires
Nilson Pereira
Nilza Maria da Silva
Nilza Maria de Oliveira
Nilzeti Aparecida Zen Preti
Nirêdes Rodrigues Dos Santos
Nivaldo Burg
Noeli Borges de Oliveira Hasckel
Noeli dos Santos Zorrer
Noina de Oliveira
Norma Meurer Pering
Nubia Oliveira de Jesus
Odila Merisio
Olivio Kressin
Orlandina Vanelli Betinelli
Osmar Lofy
Pâmela Notas de Cerqueira Sabino
Patrícia Cruz Rodrigues dos Santos
Patrícia Denise da Silva
Patricia Dos Santos Conceição

Patricia Laumann Rodrigues
Patricia Silva dos Santos
Paula Aparecida Machado Patrocinio
Paulo Cesar Guedes
Paulo Sergio de Freitas Reis
Pedro Manoel Marques dos Santos
Pedro Mathias
Pedro Pflieger
Priscila Bahia de Carvalho Silva
Rafael Mateus dos Santos
Rafael Trevisani Tavares
Rafaela Pereira
Railane Santos de Jesus
Reginaldo Ferreira
Reinaldo Castro Araujo
Rejane Bispo de Sousa
Renata Ferreira da Silva
Renilson de Oliveira Lima
Rian Barbosa de Oliveira
Ricardo Cruz Goldiman
Rita Alves Bezerra da Silva
Rita de Cassia de Souza de Moura
Rita de Cassia dos Santos de Oliveira
Rita Mocceli Araújo
Robert Gomes Alves
Roberto Luiz Quindota
Roberto Rivelino Alves
Roberto Santos Reis
Rogeria Pereira
Romulo Moreira da Costa
Ronaldi da Silva
Ronaldo dos Santos
Roque do Nascimento
Roque Robaldo dos Santos
Rosa Cristina Marinho da Gama Gomes
Rosa Maria Machado Bernardi
Rosana Anacleto Demate
Rosana de Nazare Marinho da Gama
Rosana Pereira Dias
Rosana Pereira Silva Flor
Rosane Demoura Pinotti
Rosane Huth Gonçalves
Rosangela Fernandes Raimondi
Rosangela Nazare da Gama Parreira
Rosangela Silva Novais
Rosangela Werner
Rose Manzke
Roselene Kuhn dos Santos
Roselene da Silva Oliveira
Roselene de Souza
Roseli Hoefelmann
Roseli Machado
Roseli Maria Quintino
Roselia de Fatima Campos de Ramos
Roselis Lang
Roselite Avi
Rosemeire Costa dos Santos
Rosemeire Silva Novais
Rosenilda Martins Neris
Rosileia Viera da Silva
Rosilene Machado Tarter
Rosimere Dos Santos Reis
Rosineide Bispo dos Santos
Rosineide Raimondi

Rosival Alves do Nascimento
Rosmali Marinho da Gama Prado
Rosmari Bento
Rozalia Ribeiro dos Santos
Rozeli Dos Santos Camargo
Rozilene Fatima Franco da Silva
Ruan Keven Santos Costa
Rudvan Quinto DE Souza Santos
Rute Inacio Fraga
Ruth Fontes Muniz
Salete de Fatima Ribeiro
Salete de Fatima Severo
Salete Folchini
Salete Geni Coito
Salvelina da Silva
Samara Mani
Samyra Rayanne Coutinho Tavares
Sandra de Fatima Nunes Machado
Sandra Mara de Vargas Corrêa
Sandra Martins de Araujo Pereira
Sandra Regina da Silva
Sandra Regina de Lima
Sandy Ariel Silva Rodrigues
Santina de Oliveira
Sanzia Maria Da Cunha
Sara Jane Dias Fernandes dos Santos
Sebastiana Janalina da Silva
Sebastião Alberto de Lima
Serli Pires da Rosa
Shauane Ayade Santos
Sheila da Luz
Sheila Trindade
Shirley Andrade Barbosa
Sidnei de Oliveira
Silvana de Oliveira Menezes
Silvia Aparecida Da Silva Dutra
Silvia Helena Amorim Silva
Silvio Tathiany Marinho Gomes
Simone Aparecida Lopes
Simone Das Graças Kuster
Sirlei Aparecida Matias dos Santos
Sirlei DE Fátima Gonçalves Maia
Sirlei Rodrigues Biscaia
Sirlei Vroniuk
Soeli Alves
Solange Krautczuk
Solange Franzen Kammer
Sonia Garcia de Melo
Sonia Regina Florencio
Sueli Aparecida Kolody
Sueli de Oliveira
Sueli Moreira dos Santos
Sueli Stocco Pereira
Suzana Daniel
Suzana Maria Pucci
Suzana Pereira
Suzana Teixeira
Swelling Alexssandra de Ramos
Tailane dos Santos Lessa
Taina da Veiga Machado
Tais Potura
Taise da Silva
Taize Zorner
Tania Aparecida Goetzinger

	Tania Aperecida Pereira
	Tania Costa de Chaves
	Tania Mara Voitená
	Tatiana de Sena Silva
	Tatiana Pedrotti
	Tatiana Trancoso de Brito
	Tatiane Nunes DE Brito
	Tatiane de Paula Conceição
	Tatiane Rodrigues
	Tatieleira Pereira
	Telma Cristina Lira da Costa
	Telma Ribeiro Cordeiro
	Teresa Cristina DA Silva
	Teresa Freire da Silva
	Teresinha Goretti Zimmermann
	Teresinha Machado Karvat
	Tereza da Luz Fraça dos Santos
	Tereza Marques Caetano
	Tereza Souza Carneiro
	Terezinha Aparecida da Silva
	Terezinha Daniana Barbosa Luz Sena
	Terezinha de Fátima da Rocha Rodrigues
	Terezinha DE Fatima Pedroso
	Terezinha Lino Rocha de Oliveira
	Terezinha Nadir Cardoso da Silva
	Terezinha Urbano de Souza
	Thais DE Lima
	Thais Gulhak
	Thamires Duarte
	Thiago Santos Jardim
	Tiago da Silva Bahia
	Valcir Bore
	Valdeci Batista das Neves
	Valdecir Falk
	Valdemir Carvalho de Souza
	Valdir Bussolo
	Valdir Jose de Oliveira
	Valdir Machado
	Valdivino Pacheco
	Valentim Luiz Dada
	Valmir Rohrig
	Valquiria Cordeiro da Silva
	Vanderlei Lana
	Vanderleia Emilia Azevedo Minatti
	Vandoir Vilson Hoppen
	Vania Marisa dos Santos
	Vanilda Cesari
	Vanio Podiatzky
	Vanusa Aguiar do Nascimento
	Vanusa Aparecida de Oliveira
	Vanusa Maria Sampaio de Moraes dos Santos
	Verenice de Fatima Ferreira
	Veronica Dzioba
	Veronica Santos Souza
	Victor Lopes Rosa
	Vilma Silva dos Santos
	Vilmar Pacheco
	Vilson Balbinot
	Vilson Freitas
	Viviane Todt
	Viviani Maria Schlindwein Turassi
	Wendel Camargo da Silva
	Werno Lanoer
	Wilson Donizetti Pereira

	Zelir Fatima Cordeiro dos Santos
	Zenair Fatima Barbosa
	Zeni Teresinha Trindade Venancio
	Zenir Kniss Linhares
	Zenite Pinheiro de Souza
	Zilda Maria Lopes Dearth

Brusque, 22 de NOVEMBRO de 2017.
 ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
 Diretora

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012-2013 (FMS)

Publicação Nº 1433461

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2013 (FMS).

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2013, entre o Município de Brusque e a LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARIA SALOMÉ ARCHER WANDERLEY LTDA-ME, em 16/11/2017. Objeto prorrogação do prazo de vigência contratual de 17/11/17 a 01/01/18, cujo objeto consiste na execução de serviços de média e alta complexidade (MAC), desenvolvendo procedimentos com finalidade diagnóstica de diagnóstico em laboratório clínico Realização de procedimentos ao SINTRAFITE até o teto de R\$ 5.934,00; Realização de procedimentos as UBS próprias até o teto de R\$ 9.894,60 - - Valor Global: R\$ 94.971,60 Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: HUMBERTO MARTINS FORNARI e MARIA SALOMÉ ARCHER WANDERLEY

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013-2014-FMS

Publicação Nº 1433465

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013-2014-FMS
 ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2014, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 10/11/2017. OBJETO: SUPRESSÃO, -Valor R\$12.363,80 cujo objeto execução das obras de construção da unidade de Saúde do Bairro Rio Branco, localizada na rua Marcio Hass, Município de Brusque. 65, § 1º, §2º II e art. 58, I todos da Lei 8.666/93 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Humberto Martins Fornari e Wilson José de Franceschi.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014-2013-FMS

Publicação Nº 1433466

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014-2013-FMS
 ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2013, entre o Município de Brusque e a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. GERMANO HOFFMANN FILHO LTDA-EPP, em 16/11/2017. OBJETO: PRAZO, 17/11/2017 A 16/05/2018 -Valor R\$24.180,00. cujo objeto execução de serviços de média e alta complexidade (MAC), desenvolvendo procedimentos com finalidade diagnóstica de diagnóstico em laboratório clínico. Art. 57 II DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Humberto Martins Fornari e Sonia Maria Rieg Fischer.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015-2013 (FMS).

Publicação Nº 1433468

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015/2013 (FMS).

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 015/2013, entre o Município de Brusque e KARLA PATRICIA CASEMIRO EIRELI-EPP (ESPAÇO VITALE – CENTRO MÉDICO) em 16/11/2017. Objeto prorrogação do prazo de vigência contratual de 17/11/2017 a 01/10/2018, cujo objeto consiste na execução de serviços de média e alta complexidade (MAC), desenvolvendo procedimentos de coleta de material e procedimentos com finalidade diagnóstica por anatomia e citopatologia, pertencentes ao GRUPO 02/SUB-GRUPO 01, e GRUPO 02/ SUB-GRUPO 03, de acordo com a Tabela SUS, para atender a população do Município de Brusque e Municípios satélites, com prévia autorização, usuária do Sistema Único de Saúde - SUS. O número de procedimentos a serem contratados obedecem aos valores fixados em Programação Pactuada Integrada – PPI. A prestação de contas deverá obedecer ao teto financeiro determinado pela contratante, de acordo com os valores determinados por participante do convênio: Realização de procedimentos ao Município de Botuverá até o teto financeiro R\$ 777,36 ou ao correspondente a 99 lâminas de citopatologia (657,36) e a 05 lâminas de amátomo patologia (120,00). Realização de procedimentos ao Município de Guabiruba até o teto financeiro de R\$ 576,00 ou ao correspondente a 24 lâminas de anátomo patologia (576,00). Realização de procedimentos ao Município de Brusque até o teto financeiro de R\$ 14.597,36 ou ao correspondente a 221 lâminas de citopatológicas (1.467,44), a 371 lâminas de anátomo patologia (8.904,00), a 24 imuno-histoquímicas (2.208,00), a 12 biópsias percutâneas (1.164,00) e a 36 biópsias de tireóide (853,92) - Valor Global R\$ 95.704,32 - Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 - Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: HUMBERTO MARTINS FORNARI e KARLA PATRICIA CASEMIRO.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016-2013-FMS

Publicação Nº 1433471

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016-2013-FMS
ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2013, entre o Município de Brusque e a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS T.W.A. LTDA-EPP, em 16/11/2017. OBJETO: PRAZO, 28/11/2017 A 27/05/2018 –Valor R\$156.354,00. cujo objeto execução de serviços de média e alta complexidade (MAC), desenvolvendo procedimentos com finalidade diagnóstica de diagnóstico em laboratório clínico. Art. 57 II DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS:Humberto Martins Fornari e Werner Gustavo Vieira Willrich

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010-2013-FMS

Publicação Nº 1433472

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010-2013-FMS
ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2013, entre o Município de Brusque e a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS WILLRICH LTDA-EPP, em 01/11/2017. OBJETO: PRAZO, 06/11/17 – 05/05/2018 –Valor R\$156.354,00. cujo objeto execução de serviços de média e alta complexidade (MAC), desenvolvendo procedimentos com finalidade diagnóstica de diagnóstico em laboratório clínico. Art. 57 II DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS:Humberto Martins Fornari e Willmara Eliane Willrich Ferreira

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011-2013-FMS

Publicação Nº 1433473

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011-2013-FMS
ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2013, entre o Município de Brusque e a empresa ROSINI ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, em 16/11/2017. OBJETO: PRAZO, 17/11/2017 A 16/05/2018 –Valor R\$47.968,80. cujo objeto execução de serviços de média e alta complexidade (MAC), desenvolvendo procedimentos com finalidade diagnóstica de diagnóstico em laboratório clínico. Art. 57 II DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS:Humberto Martins Fornari e Germano Hoffmann Filho

EXTRATO CONTRATO Nº 025-2017 -FMS

Publicação Nº 1433474

EXTRATO CONTRATO Nº 025-2017 -FMS

Espécie: Contrato nº 025/2017, entre o Município de Brusque e a empresa AUTO POSTO R & R LTDA, em 22/09/2017. Objeto: aquisição de combustível óleo diesel s-10 para abastecimento dos veículos da secretaria de saúde. –Valor: R\$ 24.160,00 - Origem: Dispensa nº 015/2017 - Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 dias Signatários: Humberto Martins Fornari e Rodrigo Costa Alvarez.

EXTRATO CONTRATO Nº 029-2017 -FMS

Publicação Nº 1433476

EXTRATO CONTRATO Nº 029-2017 -FMS

Espécie: Contrato nº 029/2017, entre o Município de Brusque e a empresa DALCENTER MATERIAL HOSPITALAR LTDA ME, em 31/10/2017. Objeto: aquisição de 200 unidades de equipo de nutrição enteral para atender a demanda da secretaria municipal de saúde –Valor: R\$ 398,00 - Origem: Dispensa nº 018/2017 - Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 06 meses Signatários: Humberto Martins Fornari e Elaine Venturini.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008-2017-FMS

Publicação Nº 1433458

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008-2017-FMS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 008/2017, em 09/11/2017 - OBJETO: a aquisição de insumos odontológicos para atender a demanda da Secretaria de Saúde - VALOR: R\$ 536.307,41 - ORIGEM: Pregão nº 008/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Humberto Martins Fornari.

PORTARIA Nº 4073- 2017

Publicação Nº 1433479

PORTARIA Nº 4073/2017, de 21 de novembro de 2017.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor Fabio Martins Vidal, ocupante do cargo de Mecânico, inscrito no CPF sob nº 118.086.718-13 (matrícula nº 1034057-00), lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes junto ao Memorando nº 371/2017, de 08/05/2017, encaminhado pela Diretoria de Recursos Humanos desta Municipalidade, e Memorando nº 289/2017 e anexos, de 03/05/2017, encaminhado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos desta Municipalidade bem como para apuração dos fatos envolvendo o servidor supramencionado, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se as condutas praticadas, se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos artigos 174 (São deveres do servidor:); II (assiduidade); III (pontualidade); e 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); e 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:), II (abandono de cargo), III (inassiduidade habitual); observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 587-8); Morgana Vicentini Pereira (matrícula nº 490636-1) e Cleiton Trindade – representante sindical (matrícula nº 725315-00);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) indiciado(s) poderá(ão) ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação,

revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 12244-2017

Publicação Nº 1433491

PORTARIA Nº 12.244, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Instaura procedimento investigatório para apurar possível existência de nepotismo nos cargos de Agentes Políticos, provimento em comissão ou função de confiança do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.

O PREFEITO DE BRUSQUE E O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Ordinária Municipal nº 4.095, de 01 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC – Edição nº 2377, página 129, do dia 06 de novembro de 2017, RESOLVEM INSTAURAR o presente procedimento investigatório, para apurar possível existência de nepotismo nos cargos de Agentes Políticos, provimento em comissão ou função de confiança do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.

Determina-se as seguintes diligências iniciais:

1 – Junte-se a lista de cargos de Agentes Políticos, provimento em comissão ou função de confiança do Poder Executivo, suas autarquias e fundações;

2 – Juntem-se as declarações de grau de parentesco de todos os ocupantes de cargos de Agentes Políticos, provimento em comissão ou função de confiança do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.

Publique-se a presente Portaria no DOM/SC e encaminhe-se cópia para o Gabinete do Prefeito e Controladoria-Geral do Município.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de novembro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito de Brusque Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 2709-2017

Publicação Nº 1433495

PORTARIA Nº 2709/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 07/08/2017, Considerando o Ofício nº 29/2017, emitido em 07/08/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional, A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ionara Marques de Oliveira Ceron Riciatti	889229-00	Assistente Social	Horizontal	B II	C II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2017.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Mariana Martins Resende da Silva
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA N° 2711-2017

Publicação N° 1433497

PORTARIA N° 2711/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 07/08/2017,
Considerando o Ofício n° 29/2017, emitido em 07/08/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Pedro Dittrich	1635-00	Fiscal de Obras,Postura	Horizontal	J I	K I

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2017.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Ronaldo Santos
Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN
Diretor – Presidente

PORTARIA N° 2713-2017

Publicação N° 1433490

PORTARIA N° 2713/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 07/08/2017,
Considerando o Ofício n° 29/2017, emitido em 07/08/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Karin Cristina Schwarz	5860-00	Assistente de Administração	Horizontal	I II	J II

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2017.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

PORTARIA Nº 3133-2017

Publicação Nº 1433498

PORTARIA Nº 3133/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/09/2017,
Considerando o Ofício nº 33/2017, emitido em 11/09/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Cristiano Titto Correa	1042440-01	Educador Social	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

Mariana Martins Resende da Silva

Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 3134-2017

Publicação Nº 1433500

PORTARIA Nº 3134/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/09/2017,
Considerando o Ofício nº 33/2017, emitido em 11/09/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Leonce de Oliveira Braz Reisner	732524-00	Assistente Social	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

Mariana Martins Resende da Silva

Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 3135-2017

Publicação Nº 1433501

PORTARIA Nº 3135/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/09/2017,
Considerando o Ofício nº 33/2017, emitido em 11/09/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Carlos Eduardo Dietrich	945935-01	Agente Serviços Especiais	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

João Roberto Beuting
Secretário de Desenvolvimento Econômico

PORTARIA N° 3192-2017

Publicação N° 1433502

PORTARIA N° 3192/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 15/09/2017,
Considerando o Ofício n° 35/2017, emitido em 15/09/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Evelin Glienke Nobre	4116640-01	Educador Social	Horizontal	A I	B I
Janaina Xudre da Luz Zen	604550-01	Educador Social	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de setembro de 2017.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Mariana Martins Resende da Silva
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA N° 3621-2017

Publicação N° 1433503

PORTARIA N° 3621/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 16/10/2017,
Considerando o Ofício n° 37/2017, emitido em 16/10/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Flávia Domingues	924067-00	Assistente Social	Horizontal	B II	C II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de outubro de 2017.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Mariana Martins Resende da Silva
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 3863 2017

Publicação Nº 1433492

PORTARIA Nº 3.863/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CARLINE FERNANDA SCHEEREN, matrícula nº 744050, nomeada pela Portaria nº 9288/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Julho de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL
Diretora

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 4014/2017

Publicação Nº 1433489

PORTARIA Nº 4014/2017, de 14 de novembro de 2017.

“Prorroga prazo para apresentação do relatório final referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 005/2017 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

Considerando o decurso de tempo junto às diligências, verificações,

análises e vistorias, inerentes ao feito em questão;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

RESOLVE:

Art.1º – Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante no Processo Administrativo de Sindicância nº 005/2017, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado pela Controladoria Geral do Município, consoante Memorando nº CGM – 148 - 2017, de 17/07/2017, para apuração das situações descritas no Memorando nº 052/2017 -GP, de 07/06/2017, bem como junto aos Relatórios do Setor de Patrimônio da Secretaria de Orçamento e Gestão desta Municipalidade, de 06/03/2017 e 22/03/2017, instruídos com cópia da Ata de Registro de Preço nº 064/2012 – Pregão Presencial nº 089/2012, e 63 (sessenta e três) anexos; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, em virtude de necessidade de apuração dos casos relatados em anexo, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos da Lei Complementar 147/09: 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido:); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); e 263 (O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má fé, aplicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 4072-2017

Publicação Nº 1433486

PORTARIA Nº 4072/2017, de 21 de novembro de 2017.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.

111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor da servidora Scheila Jaine Berwing, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, inscrita no CPF sob nº 033.440.770-23 (matrícula nº 4309693-01), lotada na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes junto ao Memorando nº 251/2016 e anexos, de 07/11/2016, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade, bem como para apuração dos fatos envolvendo a servidora supra-mencionada, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se as condutas praticadas, se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos artigos 174 (São deveres do servidor:); II (assiduidade); III (pontualidade); e 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); e 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); II (abandono de cargo), III (inassiduidade habitual); observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 587-8); Carmen Sylvia Schnaider Pedrini (matrícula nº 451665-02) e Claudinei Benvenuti – representante sindical (matrícula nº 11835-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) indiciado(s) poderá(ão) ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 4074/2017

Publicação Nº 1433488

PORTARIA Nº 4074/2017, de 21 de novembro de 2017.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor Rafael Abreu de Souza, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, inscrito no CPF sob nº 801.489.210-00 (matrícula nº 4316169-01), lotado na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes junto ao Termo de Posse de 20/05/2016, Requerimento de 20/05/2016, Registro Ponto e ficha-financeira em anexo, bem como para apuração dos fatos envolvendo a servidora supra-mencionada, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se as condutas praticadas, se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos artigos 174 (São deveres do servidor:); II (assiduidade) e III (pontualidade); e 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato), e 188, I (crime contra a Administração Pública); II (abandono de cargo); III (inassiduidade habitual); IV (improbidade administrativa); e 263 (O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má fé, aplicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível); da Lei Complementar 147/2009; observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 587-8); Carmen Sylvia Schnaider Pedrini (matrícula nº 451665-02) e Helena Gross – representante sindical (matrícula nº 677175-5);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) indiciado(s) poderá(ão) ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

PROCESSO LICITATÓRIO N° 030-2017 SAMAE

Publicação N° 1433478

ATO DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS PL 030/2017

Considerando o decurso do prazo recursal do encerramento da fase de habilitação.

Torno público que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC, fará realizar no dia 24 de novembro de 2017, às 14:00 horas, na Rua Doutor Penido, 297, neste Município, sessão pública para abertura dos envelopes "propostas" relativas ao Processo Licitatório 030/2017, modalidade Tomada de Preços.

Brusque, 22 de novembro de 2017.

Publique-se

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.325

Publicação Nº 1433522

DECRETO Nº 7.325, de 17 de novembro de 2017.

Designa Comissão de Avaliação de amostras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de avaliação de amostras e emissão de certificado de aprovação, a que se refere o Processo Licitatório nº 04/2017 – FME, cujo objeto é o registro de preços para compra de materiais esportivos destinados à FMEC- Fundação Municipal de Esportes:

I - Agnaldo Pelegrini – CPF : 046.535.239-16;

II - Daniele Carlos da Silva – CPF : 088.999.136-76;

III - Juliano Graciano Vaz – CPF : 005.946.759-28;

IV - Lais Souza de Moraes – CPF : 066.087.089-47

Art. 2º Fica, ainda, designada a Servidora Pública Municipal Mara Célis I. A. Pagnussatt, CPF : 048.457.389-61, como fiscal das atas do referido processo licitatório.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.326

Publicação Nº 1433524

DECRETO Nº 7.326, de 17 de novembro de 2017.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal Walmir Rigo, CPF 817.552.010-87, para exercer a fiscalização do contrato administrativo nº 73/2017, a que se refere o Processo Licitatório nº 129/2017 – Tomada de Preços nº 10/2017, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para reforma e ampliação da edificação para abrigar o Quintal Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.327

Publicação Nº 1433523

DECRETO Nº 7.327, de 17 de novembro de 2017.

Designa Gestor de termo de colaboração, firmado com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador - Bombeiros Voluntários.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal ADEMAR SCHMITZ, Secretário Municipal de Saúde, como Gestor do termo de colaboração nº 16/2017 - Prefeitura, firmado com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador - Bombeiros Voluntários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.332

Publicação Nº 1433326

DECRETO Nº 7.332, de 21 de novembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme segue:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.37 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

3.3.93.00.00 – 0.1.67 (398) – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe.....R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação apurado na fonte de recursos 0.1.67 – Transferências do SUS – Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017 - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1433532

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005, de 17 de novembro de 2017.
Convoca aprovado em Processo Seletivo para o preenchimento de vaga temporária na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme o Edital 01/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 203, 23 fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 003, de 08 de novembro de 2017,

CONSIDERANDO os protocolos de reposicionamento para o final da lista de classificação,

CONVOCA:

O candidato aprovado no Processo Seletivo Público nº 01/2017 para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO de acordo com a listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017:

CARGO: MÉDICO 40 HORAS

Classificação	Nome
14	Julio Cesar de Oliveira Turkot

a) O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito à vaga;

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.610

Publicação Nº 1433533

PORTARIA Nº 28.610, de 16 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor ADALBERTO GOMES RIBEIRO, matrícula 468, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental II, com carga horária de 18 (dezoito) horas semanais e lotado na Secretaria Municipal da Educação, 02 (dois) anos de licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de novembro de 2017 a 1º de novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de novembro de 2017.

Saula Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.611

Publicação Nº 1433534

PORTARIA Nº 28.611, de 16 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, em exercício na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
9484	Filomena Lazaris	Auxiliar de Serviços Gerais	08	03/11/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 28.612

Publicação Nº 1433535

PORTARIA Nº 28.612, de 16 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.067, de 1º de junho de 2017, que coloca a Servidora Larissa Fleck Savaris à disposição do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, a contar de 1º de junho de 2017,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.243, de 24 de julho de 2017, que designa diversos Servidores para exercerem Funções Gratificadas - constantes nos Anexos II e III da Lei Complementar 284, de 19/12/2014 – por desempenharem atividades de maior responsabilidade além das previstas nos seus cargos efetivos,

CONSIDERANDO a análise das fichas financeiras no que se refere ao pagamento da Função Gratificada à Servidora Larissa Fleck Savaris a contar de 1º de julho de 2017, efetuado através do órgão para o qual foi remanejada,

CONSIDERANDO o Memorando 12.256/2017 contendo o pedido de elaboração do ato e o manifesto equívoco na digitação da designação, bem como a necessidade de regularizar a situação funcional da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 28.243, de 24 de julho de 2017, no que se refere ao local da designação da Servidora abaixo relacionada, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Nome	Cargo efetivo	FG %	Local da designação
1086	Larissa Fleck Savaris	Técnica em Processamento de Dados	30%	Secretaria da Fazenda

Leia-se:

Código	Nome	Cargo efetivo	FG %	Local da designação
1086	Larissa Fleck Savaris	Técnica em Processamento de Dados	30%	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 284-2017 - APROVA A NOMEAÇÃO DO DIRETOR-PRESIDENTE DO IPASC**

Publicação Nº 1433092

DECRETO LEGISLATIVO Nº 284, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aprova a nomeação do Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos arts. 61 da Lei Orgânica do Município e 123 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 20 de novembro de 2017, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica aprovada a nomeação do Servidor Público Municipal Fábio Deniz Casagrande, para o cargo em Comissão de Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz,
Presidente.

Caibi

PREFEITURA

DECRETO Nº 195/2017

Publicação Nº 1433063

DECRETO Nº. 195/2017 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o desmembramento de Lote Urbano, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2285/2011, de 23 de setembro de 2011. DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto autorizado o DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO, conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descrito, Mapa e ART., anexo. Ficando a área conforme descrição abaixo:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: MAPA PARA DESMEMBRAMENTO DA PARTE OESTE DO LOTE URBANO N 288 DA SEDE DE CAIBI SEM BENFEITURIAS

Proprietário: ANGELO JOÃO DE SORDI

Município: CAIBI

Comarca: PALMITOS

UF: SANTA CATARINA

Matrícula: 6.844

Área Total (m2): 580,00m2

Área Desmembrada (m2): 260,00m2

Área Remanescente (m2): 320,00m2

ÁREA A SER DESMEMBRADA

PARTE OESTE DO LOTE RURAL N 288 COM A ÁREA DE 260,00m2 SEM BENFEITORIA

CONFRONTAÇÕES

AO NORTE

Segue com azimute de 102°09'15" e distância de 36,71 m., confrontando neste trecho com a RUA ALMIRANTE SALDANHA com a área de 928,55.

AO SUDESTE

Segue com azimute de 189°50'37" e distância de 4,92 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 288 de ANGELO JOÃO DE SORDI, com a área de 320,00 m2, segue com azimute de 214°35'54" e distância de 9,44 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 288 de ANGELO JOÃO

DE SORDI com a área de 320,00 m2.

AO SUDOESTE

Segue com azimute de 304°25'45" e distância de 36,00 m., confrontando neste trecho com a AVENIDA PROGRESSO com a área de 1.080,00m2.

ÁREA REMANESCENTE

PARTE LESTE DO LOTE RURAL N 288 COM ÁREA DE 320,00M2 COM BENFEITURIAS.

CONFRONTAÇÕES

AO NORTE

Segue com azimute de 102°09'15" e distância de 21,32 m., confrontando neste trecho com a RUA ALMIRANTE SALDANHA com a área de 928,55.

AO SUDESTE

Segue com azimute de 213°39'17" e distância de 22,00 m., confrontando neste trecho com a RUA INDEPENDENCIA com a área de 396,00m2

AO SUDOESTE

Segue com azimute de 304°25'45" e distância de 18,01 m., confrontando neste trecho com a AVENIDA PROGRESSO com a área de 1.080,00m2

AO NOROESTE

Segue com azimute de 34°35'54" e distância de 9,44 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 288 de ANGELO JOÃO DE SORDI, com a área de 260,00 m2, segue com azimute de 9°50'37" e distância de 4,92 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 288 de ANGELO JOÃO DE SORDI, com a área de 260,00 m2,

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, SC, em 21 de Novembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016

Publicação Nº 1433595

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016

Processo Licitatório nº 085/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 045/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador. MUNICÍPIO DE CAIBI. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
POSTO CENTRAL CAIBIENSE LTDA EPP	03.637.707/0001-00	Rua Marechal Floriano nº 591	Caibi -SC	89.888-00

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.



§1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis alterando o preço de R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos) por litro de Óleo Diesel tipo S 500 para R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) por litro, e o óleo diesel S-10 adquirido por R\$ 3,46(três reais e quarenta e seis centavos) por litro para R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente a partir de 20 de Novembro de 2017

Caibi –SC 17 de Novembro de 2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

Publicação Nº 1433599

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

Processo Licitatório nº 086/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 046/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
POSTO CENTRAL CAI-BIENSE LTDA	03.637.707/0001-00	Rua Marechal Floriano nº 590	Caibi -SC	89.888-000

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.

§1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis alterando o preço de R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos) por litro de Óleo Diesel tipo S 500 para R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) por litro, e o óleo diesel S-10 adquirido por R\$ 3,46(três reais e quarenta e seis centavos) por litro para R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente a partir de 20 de Novembro de 2017

Caibi –SC 17 de Novembro de 2017

PORTARIA 339/17

Publicação Nº 1433085

PORTARIA Nº 339/17

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE , a Servidora CLAUDIA REGINA DE MORAES FURLANETTO ,matriculas nº 8363-1 e 421-9, ocupante do cargo de PROFESSORA DE 1ª A 5ª SÉRIE , com lotação junto ao Departamento de Educação , com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos , com inicio dia 16/11/2017 à 14/05/2018, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de novembro de 2017 .

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 340/17

Publicação Nº 1433087

PORTARIA nº 340/17, de 21 de Novembro de 2017.

Concede Complementação de aposentadoria a servidora aposentada Dominga Ana Demarchi Rizzi, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município e demais legislação vigente,

CONSIDERANDO o Requerimento da Sra. Dominga Ana Demarhi Rizzi, datado de 09 de outubro de 2017, que requereu complementação de sua aposentadora concedida pelo INSS em 17de fevereiro de 2017;

CONSIDERANDO, que a Sra. Dominga Ana Demarhi Rizzi, foi exonerada do cargo público em função de sua aposentadoria em 01de setembro de 2017;

CONSIDERANDO, que para a complementação deve ser considerado como parâmetro a última remuneração de referência que deu-se em 31de agosto de 2017;

CONSIDERANDO, o que determina o Art. 40 da Constituição Federal e Art. 163, da Lei Complementar nº 027/2013, de 26 de Julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a complementação de aposentadoria à Sra. Dominga Ana Demarhi Rizzi, servidora pública municipal aposentada, no valor mensal de R\$ 1.313,06 (mil trezentos e treze reais e seis centavos) a contar da data do requerimento, 09 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Será concedida revisão da referida complementação da aposentadoria conforme determina o art. 18, da Lei Complementar nº 031/2013, de 22 de outubro de 2013.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, serão consignadas no Orçamento Municipal, em rubrica apropriada para tal fim.

Art. 4º - Comunique-se o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma da legislação vigente, para fins de registro e conhecimento.

Art. 5º - Esta portaria tem efeito retroativo à 09 de outubro de 2017.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário

ELOI JOSÉ LIBANO

Prefeito Municipal de Caibi

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017 - FMS

Publicação Nº 1433195

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 037/2017 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 098 A 107/2017 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS E CONTROLADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 21/11/2017
1ª Publicação.

DECRETO N.º 3297/2017

Publicação Nº 1433187

DECRETO N.º 3.297/2017

Altera dispositivos do Decreto Municipal n.º 3.290/2017, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de gastos públicos relativos às despesas com pessoal do Município de Camboriú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do artigo 5º do Decreto Municipal n.º 3.290/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

(...)

II - redução das funções gratificadas, cuja meta fica definida no percentual global de 30% (trinta por cento);”

Art. 2º O artigo 7º do Decreto Municipal n.º 3.290/2017, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como §1º.

“Art. 7º (...)

§ 1º (...)

§ 2º No caso do substituído ser Secretário Municipal, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Presidente ou Dirigente dos órgãos da Administração Municipal Indireta, respeitada a legislação de regência, a substituição poderá ser definida a servidor que detenha cargo de chefia, direção ou assessoramento, desde que não implique em aumento da remuneração do substituto e que este preencha os requisitos legais para o exercício do cargo.”

Art. 3º Ficam revogados os incisos VIII e IX do artigo 5º, bem como o inciso IV do artigo 8º do Decreto Municipal n.º 3.290/2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 16 de novembro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

RESULTADO PR 091/2017 - PMC

Publicação Nº 1433338

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 091/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
“FRACASSADA PARA O ITEM 09”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú

SC, 21 de Novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO PR 112/2017 - PMC

Publicação Nº 1433350

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“FRACASSADA”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 21 de Novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 81/2017

Publicação Nº 1433176

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 81/2017)

Às 09h do dia 21/11/2017, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de equipamentos e mobiliário para educação infantil do Programa do Plano de Ações Articuladas, Processo Nº 23400015964201378. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 84/2017

Publicação Nº 1433125

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 84/2017)

Às 14h do dia 21/11/2017, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de peças de fardamento para os policiais do quartel da Polícia Militar do Município de Campo Alegre - SC. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 10.902 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432405

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.902 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA COORDENADORA DO PROGRAMA DE CONTROLE DA DENGUE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob o nº 954286, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de "COORDENADORA DO PROGRAMA DE CONTROLE DA DENGUE".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.903 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432906

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.903 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 10.602 DE 17 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 10.602 de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Nomear a Srª. PRISCILA ESPINDOLA BEPLER, Matrícula Funcional nº 000911, Registro no Sistema sob o nº 955722, ao Cargo Público e na Função de Psicóloga, Categoria Funcional de Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, cujas atribuições responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou a sua criação".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de julho de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.904 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433289

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.904 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 10.882 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Revogar todas as disposições do Decreto Municipal nº 10.882 de 10 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 21 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCIALINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.905 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433552

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.905 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.694 de 22 de novembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no seguinte Elemento de Despesa na Dotação Orçamentária do Orçamento vigente Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde			
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde			
300000.00.0119 -	Despesas Correntes			
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas			
339032.00.0119 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 3.000,00		

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica			
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos			
300000.00.0119 -	Despesas Correntes			
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas			
339032.00.0119 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 3.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

22 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.906 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433553

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.906 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 22; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. AUGUSTO SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000925, Registro no Sistema sob nº 955746, ao Cargo Público de Motorista na Função de Motorista da Saúde, a partir de 22 de novembro de 2017, Categoria Funcional – ANB Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou a sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.236,25 (um mil duzentos e trinta e seis reais, vinte e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. AUGUSTO SCHROEDER, aprovado em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de novembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.692 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433423

LEI Nº 4.692 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

altera o anexo único da lei nº 3.761, de 01 de novembro de 2011, que ATUALIZA O SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as Rodovias Municipais RM 050 e 400, que passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO	
RODOVIA Nº	DESCRIÇÃO DAS RODOVIAS MUNICIPAIS (RM)
050 – INÁCIO PRUCHNESKY.	Início na Rodovia Estadual SC-418 na divisa intermunicipal com o Município de São Bento do Sul, sentido Sul-Norte, trecho da RM – 449 (050), passando pela interseção da RM – S/D (070) até o ponto final na RM – 447 (080) com a extensão 5,05 km. Trecho = Início na Rodovia Estadual SC – 418 e final na Rodovia Municipal RM – 447 (080).
400 – JOÃO FRIEDRICH.	Início na RM – 333 (130), sentido Oeste-Leste, seguindo pela RM – S/D (400), finalizando na RM – 447 (080), com extensão de 2,47 km. Trecho = Início na RM – 333 (130) e final na RM – 447 (080).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de novembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: JOÃO FRIEDRICH

Profissão: AGRICULTOR

Data de Nascimento: 20 DE MARÇO DE 1955

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 08 DE FEVEREIRO DE 2014

Filiação: (Pai): HUGO FRIEDRICH

(Mãe): ELLI FRIEDRICH

CONJUGE: LEONI DREVECK

NOME DOS FILHOS: ELOIR FRIEDRICH; RODRIGO FRIEDRICH E MATEUS FRIEDRICH.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO: 58 ANOS, 10 MESES E 19 DIAS.

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE O SENHOR JOÃO FRIEDRICH SEMPRE ATUOU JUNTO À COMUNIDADE DE AVENQUINHA TENDO PARTICIPADO INTENSAMENTE PELO DESENVOLVIMENTO DA MESMA. POR VOLTA DO ANO DE 1992, DEVIDO AS INÚMERAS CHUVAS QUE CAÍAM NA REGIÃO, A ESTRADA DE AVENQUINHA QUE DÁ ACESSO À LOCALIDADE DE RIO REPRESO, TORNOU-SE PRATICAMENTE INTRASITÁVEL, ENTÃO JOÃO FRIEDRICH COM O SEU AMIGO DARCI SOUZA, PUXARAM DE CARROÇA VÁRIAS CARGAS DE SAIBRO POR TODA A ESTRADA, O QUE MELHOROU CONSIDERAVELMENTE O TRÂNSITO DA MESMA.

POR QUATRO ANOS O SENHOR JOÃO FRIEDRICH FOI PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE AVENQUINHA E POR MAIS QUATRO ANOS ATUOU COMO VICE-PRESIDENTE PRESTANDO SERVIÇOS RELEVANTES PARA O BOM DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE ESCOLAR.

PARTICIPU TAMBÉM DE DIVERSAS DIRETORIAS DA CAPELA DE SANTO ANTÔNIO EM AVENQUINHA, EXERCEU OS CARGOS DE TESOUREIRO, SECRETÁRIO E PRESIDENTE.

QUANDO EXERCEU O CARGO DE PRESIDENTE DA CAPELA SANTO ANTÔNIO, REALIZOU INÚMEROS BENEFÍCIOS COMO A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA AVENQUINHA, ONDE NO ANO DE 1995 FOI CONSTRUÍDO UM POÇO ARTESIANO, LEVANDO ÁGUA ENCANADA PARA A CAPELA SANTO ANTÔNIO E PARA DIVERSOS MORADORES DA COMUNIDADE QUE PUDEAM USUFRUIR DESTES BENEFÍCIO COM UMA ÁGUA DE QUALIDADE.

SEMPRE EMPENHADO EM AJUDAR A COMUNIDADE, TRABALHOU MUITO PELA CAPELA SANTO ANTÔNIO, CUIDANDO E ZELANDO POR SUA MANUTENÇÃO NO DECORRER DE TODA SUA VIDA.

TINHA AINDA COMO OBJETIVO UTILIZAR A ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA DE AVENQUINHA, DESATIVADA POR CONTA DA NUCLEAÇÃO ESCOLAR, EM UMA CAPELA MORTUÁRIA, A QUAL A COMUNIDADE NÃO DISPÕE ATÉ HOJE E QUE SERIA DE IMENSO BENEFÍCIO A TODOS OS MORADORES, NUMA HORA TÃO DIFÍCIL PARA AS FAMÍLIAS. COMEÇOU ESSE TRABALHO COM MUITO EMPENHO, PORÉM, NÃO PODE DAR CONTINUIDADE AO MESMO, POR JÁ ESTAR COM GRAVES PROBLEMAS DE SAÚDE.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAR NECESSÁRIAS: O SENHOR JOÃO FRIEDRICH TEVE UM LEGADO DE BOAS OBRAS E DEDICAÇÃO EM PROL DA COMUNIDADE DE AVENQUINHA SÃO E SEMPRE SERÃO LEMBRADAS POR TODOS OS MORADORES, SENDO ESTE UM DOS MOTIVOS QUE IMPULSIONA A DAR-LHE O NOME À RM-400, DE JOÃO FRIEDRICH, UMA FORMA DE HOMENAGEÁ-LO E DE AGRADECÊ-LO POR TANTO EMPENHO E DEDICAÇÃO EM BENEFÍCIO DA COMUNIDADE.

INFORMAÇÕES REPASSADAS PELO OFÍCIO Nº 01/2017 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017, ASSINADO PELO SENHOR ELOIR FRIEDRICH REPRESENTANTE DA FAMÍLIA DO HOMENAGEADO E PROTOCOLADO PELO SERVIÇO DE PROTOCOLO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM DATA DE 29 DE SETEMBRO DE 2017 SOB O Nº 13256..

LEI Nº 4.693 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433424

LEI Nº 4.693 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº 11.788/08, faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar o Termo de Convênio de Estágio de Estudantes, com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Professor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, CEP: 88040-900, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O presente Termo de Convênio tem por objeto viabilizar o Estágio Curricular Supervisionado aos alunos regularmente matriculados nos cursos de: Licenciatura em Educação do Campo, da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., “Poder Executivo” pela realização, exclusivamente de Estágios Supervisionados Obrigatórios nos Termos da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Art. 3º O Termo do Convênio a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, é parte integrante da mesma.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
22 de novembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Integração Acadêmica e Profissional

Prédio da Reitoria - 2º andar - sala 01 | Campus Professor João David Ferreira Lima | CEP: 88040-900
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil | <http://portal.estagios.ufsc.br/>
Fones: +55 (48) 3721-9446 - (48) 3721-9296 | dip.prograd@contato.ufsc.br

TERMO DE CONVÊNIO UFSC Nº 06/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E DE OUTRO LADO, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, VISANDO À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO.

Aos dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado

a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, doravante denominada simplesmente UFSC, autarquia federal de ensino, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Professor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, em Florianópolis (SC), neste ato representada pelo Pró-Reitor de Graduação, ALEXANDRE MARINO COSTA, RG nº 19825626 – SSP/SP, CPF/MF nº 796.510.389-34, e o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, situada à rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, RG nº 918.450 – SSP/SC, CPF/MF nº 379.515.489-87, resolvem celebrar o presente convênio, que será regido pela Lei nº 11.788, de 25/09/08, pela Orientação Normativa do MPOG nº 02, de 24/06/16 e pela Resolução Normativa da UFSC nº 73/2016/CUn, de 07/06/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA CLASSIFICAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE ESTÁGIO

0.1. O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Ensino Médio e de Graduação da UFSC, nas dependências da CONCEDENTE.

0.2. Para os fins deste convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao aluno de ensino médio e de graduação com matrícula e frequência regulares pela participação em situações reais de vida e de trabalho ligadas a sua área de formação na UFSC, devendo estar previsto no projeto pedagógico do curso.

0.3. O estágio, tanto obrigatório quanto não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA UFSC
Compete à UFSC:

1.1. Celebrar, através da Coordenadoria de Estágios/Coordenadoria de Graduação dos Cursos, termo de compromisso de estágio com a parte CONCEDENTE e o aluno.

1.2. Avaliar as instalações da parte CONCEDENTE e a sua adequação à formação cultural e profissional do aluno.

1.3. Indicar um professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

1.4. Exigir do estagiário, em prazo não superior a um semestre acadêmico, relatório de atividades conforme estabelecido no termo de compromisso e nas normas do curso. O relatório deve ser entregue pelo aluno ao coordenador de estágios do curso devidamente assinado pelas partes envolvidas.

1.5. Disponibilizar à CONCEDENTE, no início de cada período letivo, através do site da UFSC, o calendário acadêmico.

1.6. Informar, através de declaração subscrita pelo professor da disciplina, mediante solicitação do aluno, as datas de avaliações escolares ou acadêmicas para fins de redução da carga horária de estágio no período.

1.7. Incluir no Sistema para Informação, Acompanhamento e Registro de Estágios (SIARE) as solicitações de estágios.

1.8. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso de estágio, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas cláusulas.

1.9. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra

acidentes pessoais para o aluno em estágio obrigatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Compete à CONCEDENTE:

3.1. Conceder estágios ao corpo discente da UFSC, observadas a legislação vigente e as disposições deste convênio.

2.2. Comunicar a UFSC o número de vagas de estágio disponíveis por curso/área de formação, para a devida divulgação e encaminhamento de alunos.

2.3. Selecionar os estagiários dentre os alunos encaminhados pela UFSC.

2.4. Celebrar termo de compromisso de estágio com a UFSC e com o aluno, zelando pelo seu cumprimento.

2.5. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao aluno atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

2.6. Indicar um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

2.7. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para o aluno em estágio não obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

2.8. Conceder bolsa e auxílio-transporte para o aluno em estágio não obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

2.9. Assegurar ao estagiário, sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente no período de férias escolares.

2.10. Conceder ao estagiário, no caso de estágio remunerado, durante o recesso escolar a que se refere o item 3.9, o valor correspondente à bolsa de maneira integral.

2.11. Assegurar que o estagiário encaminhe o relatório de atividades definido no item 2.4, devidamente assinado, ao coordenador de estágios do curso, ao final de cada semestre letivo.

2.12. Encaminhar, por ocasião do desligamento do estagiário, o termo de realização de estágio ao coordenador de estágio/de graduação do curso, com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

2.13. Informar à UFSC sobre a frequência e o desempenho dos estagiários, observadas as exigências de cada curso, quando for o caso.

2.14. Indicar à UFSC, para ser substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os dias de recesso a que se refere o item 3.10 serão concedidos e remunerados de maneira proporcional, no caso de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A eventual concessão de benefícios relacionados ao transporte, à alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza qualquer vínculo empregatício do estagiário com a CONCEDENTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo a sua

implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CLÁUSULA QUARTA - DO TERMO DE COMPROMISSO E DO PROGRAMA DE ATIVIDADES

4.1. Em decorrência do presente Convênio, firmar-se-á para cada estagiário os seguintes documentos:

4.1.1. Termo de Compromisso de Estágio (TCE), entre o aluno, a CONCEDENTE e a UFSC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação;

4.1.2. Programa de Atividades de Estágio (PAE), elaborado em comum acordo com a UFSC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação, a CONCEDENTE e o aluno.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O TCE deverá contemplar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar/acadêmica do aluno e ao horário e calendário escolar/acadêmico.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As atividades a serem desenvolvidas devem permitir a aprendizagem profissional, social e cultural do estagiário e serem compatíveis com as disciplinas cursadas ou que vierem a ser cursadas pelo aluno.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - À medida que o desempenho do aluno for avaliado progressivamente, o PAE será incorporado ao TCE por meio de aditivos.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O TCE e o PAE são os documentos que comprovam a inexistência de vínculo empregatício, mediante o atendimento das condições básicas para a realização de estágio.

CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO E DA JORNADA DE ATIVIDADE

4.1. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder a 2 (dois) anos, contados a partir da data de início da vigência do termo de compromisso de estágio.

4.2. Os estágios terão a carga horária semanal de atividades e a duração explicitadas no TCE e no Plano de Atividades de Estágio (PAE), observado o disposto nos Regulamentos dos Cursos/Áreas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo de convênio poderá ser alterado mediante formalização de termos aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste Instrumento.

Por assim estarem de acordo, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Florianópolis/SC., de novembro de 2017.

ALEXANDRE MARINO COSTA
Pró-Reitor de Graduação da UFSC

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Testemunha:

Nome:
CPF/MF nº

Testemunha:

Nome: LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

CPF/MF nº 022.922.969-77

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

ENDEREÇO DO CONCEDENTE:

Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292

Bairro: Centro Cidade: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina CEP: 89294-000 Fone: 47 3632-22666 Fax: 47 3632-2266

Site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> E-mail: assessordegabine-te@campoalegre.sc.gov.br

LEI Nº 4.694 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433427

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.694 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Saúde, autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no seguinte Elemento de Despesa na Dotação Orçamentária do Orçamento vigente do respectivo Fundo.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde			
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde			
300000.00.0119 -	Despesas Correntes			
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas			
339032.00.0119 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 3.000,00		

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica			
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos			
300000.00.0119 -	Despesas Correntes			
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas			
339032.00.0119 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 3.000,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.695 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433428

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.695 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NO BAIRRO CASCATAS NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua HARRY CHRISTIANO BUCHMANN, situada no Bairro Cascatas, neste Município, Rua esta com extensão de 56,75 (cincoenta e seis vírgula setenta e cinco centímetros lineares), conforme croqui parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. Memorial Descritivo de que trata o caput deste artigo: A Rua denominada faz frente com a Rua Das Palmeiras, situada, no Bairro Cascatas, neste Município, com extensão de 56,75 (cincoenta e seis vírgula setenta e cinco) centímetros lineares, com largura de 12,00 (doze) metros, totalizando uma área de 681,94m² (seiscentos e oitenta e um metros vírgula noventa e quatro decímetros quadrados), sentido Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 22 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO**BIOGRAFIA**

Nome: HARRY CHRISTIANO BUCHMANN

Profissão: ELETRICISTA, FUNCIONÁRIO DA CELESC S/A.

Data de Nascimento: 24 DE JULHO DE 1907

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 04 DE ABRIL DE 1986

Filiação: (Pai): LOUIS BUCHMANN

(Mãe): MARIE HENRIETTE LOUISE WILHELMVINE REINHARDT

CONJUGE: ANNA GORNIACK BUCHMANN

NOME DOS FILHOS: ARY ADÃO BUCHMANN; NERY JOSÉ BUCHMANN; DARCY LUIZ BUCHMANN; DEYSI MARIA BUCHMANN; ANA BARBARA BUCHMANN; MARLISE TEREZINHA BUCHMANN E MIGUEL DARTAGNAN BUCHMANN.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO: 30 ANOS.

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE O SENHOR HARRY COOPEROU REALIZANDO SERVIÇO VOLUNTÁRIO NA INSTALAÇÃO ELÉTRICA NA IGREJA MATRIZ SANTÍSSIMA TRINDADE E TAMBÉM NO HOSPITAL SÃO LUIZ.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAR NECESSÁRIAS: O SENHOR HARRY TAMBÉM EXERCEU A FUNÇÃO DE DELEGAÇÃO DE POLÍCIA CIVIL NESTE MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

INFORMAÇÕES REPASSADAS POR SEUS FAMILIARES EM DATA DE: 16 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 14.801 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433310

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.801 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Municipal nº 4.575 de 10 de fevereiro de 2017; Resolve:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, Municipal ANDRIÉLE MAINARA FRANÇA, Matrícula Funcional nº 000893, Registro no Sistema sob nº 955670, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Operacional I, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.342 de 13 de fevereiro de 2017, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.802 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433330

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.802 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal FABIO LUIS

KOBUS, Matrícula Funcional nº 000778, Registro no Sistema sob nº 955400, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 28 de agosto de 2017, sob nº 12553.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de novembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.803 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433403

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.803 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, ao Cargo Público Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 20 de novembro de 2017, sob nº 14338.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de novembro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO UFSC Nº 06/2017

Publicação Nº 1433554

Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Integração Acadêmica e Profissional

Prédio da Reitoria - 2º andar - sala 01 | Campus Professor João David Ferreira Lima | CEP 88.040-900
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil | <http://portal.estagios.ufsc.br/>
Fones: +55 (48) 3721-9446 - (48) 3721-9296 | dip.prograd@contato.ufsc.br

TERMO DE CONVÊNIO UFSC Nº 06/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E DE OUTRO LADO, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, VISANDO À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO.

Aos dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, doravante denominada simplesmente UFSC, autarquia federal de ensino, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Professor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, em Florianópolis(SC), neste ato representada pelo Pró-Reitor de Graduação, ALEXANDRE MARINO COSTA, RG nº 19825626 – SSP/SP, CPF/MF nº 796.510.389-34, e o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, situada à rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, RG nº 918.450 – SSP/SC, CPF/MF nº 379.515.489-87, resolvem celebrar o presente convênio, que será regido pela Lei nº 11.788, de 25/09/08, pela Orientação Normativa do MPOG nº 02, de 24/06/16 e pela Resolução Normativa da UFSC nº 73/2016/CUn, de 07/06/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA CLASSIFICAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE ESTÁGIO

1.1. O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Ensino Médio e de Graduação da UFSC, nas dependências da CONCEDENTE.

1.2. Para os fins deste convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao aluno de ensino médio e de graduação com matrícula e frequência regulares pela participação em situações reais de vida e de trabalho ligadas a sua área de formação na UFSC, devendo estar previsto no projeto pedagógico do curso.

1.3. O estágio, tanto obrigatório quanto não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA UFSC Compete à UFSC:

2.1. Celebrar, através da Coordenadoria de Estágios/Coordenadoria de Graduação dos Cursos, termo de compromisso de estágio com a

parte CONCEDENTE e o aluno.

2.2. Avaliar as instalações da parte CONCEDENTE e a sua adequação à formação cultural e profissional do aluno.

2.3. Indicar um professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

2.4. Exigir do estagiário, em prazo não superior a um semestre acadêmico, relatório de atividades conforme estabelecido no termo de compromisso e nas normas do curso. O relatório deve ser entregue pelo aluno ao coordenador de estágios do curso devidamente assinado pelas partes envolvidas.

2.5. Disponibilizar à CONCEDENTE, no início de cada período letivo, através do site da UFSC, o calendário acadêmico.

2.6. Informar, através de declaração subscrita pelo professor da disciplina, mediante solicitação do aluno, as datas de avaliações escolares ou acadêmicas para fins de redução da carga horária de estágio no período.

2.7. Incluir no Sistema para Informação, Acompanhamento e Registro de Estágios (SIARE) as solicitações de estágios.

2.8. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso de estágio, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas cláusulas.

2.9. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para o aluno em estágio obrigatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE
Compete à CONCEDENTE:

3.1. Conceder estágios ao corpo discente da UFSC, observadas a legislação vigente e as disposições deste convênio.

3.2. Comunicar a UFSC o número de vagas de estágio disponíveis por curso/área de formação, para a devida divulgação e encaminhamento de alunos.

3.3. Selecionar os estagiários dentre os alunos encaminhados pela UFSC.

3.4. Celebrar termo de compromisso de estágio com a UFSC e com o aluno, zelando pelo seu cumprimento.

3.5. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao aluno atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

3.6. Indicar um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

3.7. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para o aluno em estágio não obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

3.8. Conceder bolsa e auxílio-transporte para o aluno em estágio não obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

3.9. Assegurar ao estagiário, sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente no período de férias escolares.

3.10. Conceder ao estagiário, no caso de estágio remunerado,

durante o recesso escolar a que se refere o item 3.9, o valor correspondente à bolsa de maneira integral.

3.11. Assegurar que o estagiário encaminhe o relatório de atividades definido no item 2.4, devidamente assinado, ao coordenador de estágios do curso, ao final de cada semestre letivo.

3.12. Encaminhar, por ocasião do desligamento do estagiário, o termo de realização de estágio ao coordenador de estágio/de graduação do curso, com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

3.13. Informar à UFSC sobre a frequência e o desempenho dos estagiários, observadas as exigências de cada curso, quando for o caso.

3.14. Indicar à UFSC, para ser substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os dias de recesso a que se refere o item 3.10 serão concedidos e remunerados de maneira proporcional, no caso de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A eventual concessão de benefícios relacionados ao transporte, à alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza qualquer vínculo empregatício do estagiário com a CONCEDENTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo a sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CLÁUSULA QUARTA - DO TERMO DE COMPROMISSO E DO PROGRAMA DE ATIVIDADES

4.1. Em decorrência do presente Convênio, firmar-se-á para cada estagiário os seguintes documentos:

4.1.1. Termo de Compromisso de Estágio (TCE), entre o aluno, a CONCEDENTE e a UFSC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação;

4.1.2. Programa de Atividades de Estágio (PAE), elaborado em comum acordo com a UFSC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação, a CONCEDENTE e o aluno.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O TCE deverá contemplar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar/acadêmica do aluno e ao horário e calendário escolar/acadêmico.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As atividades a serem desenvolvidas devem permitir a aprendizagem profissional, social e cultural do estagiário e serem compatíveis com as disciplinas cursadas ou que vierem a ser cursadas pelo aluno.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - À medida que o desempenho do aluno for avaliado progressivamente, o PAE será incorporado ao TCE por meio de aditivos.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O TCE e o PAE são os documentos que comprovam a inexistência de vínculo empregatício, mediante o atendimento das condições básicas para a realização de estágio.

CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO E DA JORNADA DE ATIVIDADE

5.1. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não

poderá exceder a 2 (dois) anos, contados a partir da data de início da vigência do termo de compromisso de estágio.

5.2. Os estágios terão a carga horária semanal de atividades e a duração explicitadas no TCE e no Plano de Atividades de Estágio (PAE), observado o disposto nos Regulamentos dos Cursos/Áreas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo de convênio poderá ser alterado mediante formalização de termos aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste Instrumento.

Por assim estarem de acordo, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Florianópolis/SC., de novembro de 2017.

ALEXANDRE MARINO COSTA
Pró-Reitor de Graduação da UFSC

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

Testemunha:
Nome:
CPF/MF nº

Testemunha:
Nome: LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
CPF/MF nº 022.922.969-77

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

ENDEREÇO DO CONCEDENTE:

Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292

Bairro: Centro Cidade: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina CEP: 89294-000 Fone: 47 3632-22666 Fax: 47 3632-2266

Site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> E-mail: assessordegabinete@campoalegre.sc.gov.br

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 20/2017 - FHJA

Publicação Nº 1433112

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 06/12/2017 às 09 horas na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial, do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:30 às 17:30 diariamente.

Campos Novos, 21 de novembro de 2017.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
Atilano Junk Laffin
Administrador Geral

AVISO PP 41/2017 - MEDICAMENTOS - SAÚDE

Publicação Nº 1432904

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07/12/2017 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, SAMU, E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-SC O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 22 de novembro de 2017.
SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA
Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO Nº7879/17

Publicação Nº 1432362

DECRETO Nº 7879/17 DE 20/11/17
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e

considerando a Portaria nº 1856/17 de 22/09/17,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por IDADE do titular, PEDRO ALDORI MIGUEL, retroagindo seus efeitos a 25 de Setembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de Novembro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº7880/17

Publicação Nº 1432359

DECRETO Nº 7880/17 DE 20/11/17
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 202H/17 de 14/09/17,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por IDADE da titular, TEREZINHA MANFRON PRUHNIAK, retroagindo seus efeitos a 12 de Setembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de Novembro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº7881/17

Publicação Nº 1432357

DECRETO Nº 7881/17 DE 20/11/17
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1955/17 de 01/11/17,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria ESPECIAL DOS PROFESSORES da titular, NARDINA DE OLIVEIRA, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº7882/17

Publicação Nº 1432366

DECRETO Nº 7882/17 DE 20/11/17
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1967/17 de 10/11/17,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO da titular, RITA DE CASSIA STEFANES SILVESTRIN ZOLDAN, retroagindo seus efeitos a 13 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº7883/17

Publicação Nº 1432355

DECRETO Nº 7883/17 DE 20/11/17
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 219H/17 de 02/10/17,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO da titular, JANETE TEREZINHA FRANA, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº7884/17

Publicação Nº 1432349

DECRETO Nº 7884/17 DE 20/11/17
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 237H/17 de 10/11/17,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO da titular, ZELINDA CALLEGARI, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.877/17 DE 17 NOVEMBRO DE 2017 NOMEIA MEMBROS DO ORGANOGRAMA OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL E PROTEÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Publicação Nº 1433222

DECRETO Nº 7877/17 de 17 Novembro de 2017
NOMEIA MEMBROS DO ORGANOGRAMA OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL E PROTEÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem o Organograma Operacional do Departamento de Defesa Civil e Proteção do Município de Campos Novos:

Diretor do Departamento: Ricardo Damásio

Diretor Operacional: Antônio Vilmar Vieira

Secretário: Ronei Jacomel

GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS - GRAC

Comissão Técnica do GRAC:

I – Vilmar Antônio Ferrão Junior - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral;

II – Dari Oreste Scarabotto - Secretaria Municipal da Fazenda e Administração;

III -João Batista Ramos de Almeida - Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente;

IV – Ideval Betioli - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo;

V – Jacó Rafael Stefanos da Silva - Gabinete do Executivo.

VI – Cristina Bilck - Fundação do Meio Ambiente;

VII – Juliano Bagança - Departamento de Engenharia;

VIII – Luiz Paulo Ramos - Procuradoria do Município;

IX – Alexandre Kunen - Serviço Autônomo Municipal de Água e

Esgoto – SAMAE;
X - Sady Jacomel - Representante dos Engenheiros Civis de Campos Novos;
XI – Marcelo Capelari - Representante dos Engenheiros Agrônomos de Campos Novos.
XII - Sérgio Nei Jurek - Corpo de Bombeiros Militar de Campos Novos;
XIII - Rodrigo Stadlober Pedroso - Polícia Militar de Campos Novos.

Comissão Municipal do GRAC:

I – Marciano Dalmolin - Câmara Municipal de Vereadores;
II – Sandra Maria Bresola - Secretaria Municipal de Saúde;
III – Juilide Padilha - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV – Celina M^a. M Cassiano de Barros - Secretaria Municipal de Assistência Social;
V – João Nilson de Oliveira - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
VI – Ademir Bebber - Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo;
VII – Maria Lidia Moraes - Fundação Hospitalar Dr José Athanázio;
VIII – Marli Aparecida Machado Becker - Fundação Cultural Camponovense;
IX – Douglas Rayser - Departamento de Finanças

GRUPO DE ORGÃOS GOVERNAMENTAIS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS - GROGENG

Comissão Comunitária do GROGENG:

I – Maikel Betin - CELESC;
II - Claudemir Durli - EPAGRI;
III – Edilse Vieira Branco - CIDASC;
IV – Lucas Cesa - Câmara de Dirigentes Lojistas;
V – André Vinicius Krutzmann- Associação Comercial, Industrial e Rural de Campos Novos;
VI – Herno Marcio Godel; - Grupo de Escoteiros Araucária;
VII – Vilmar Matos - Associação de Bairros de Campos Novos – UNICAMPO;
VIII – Jurandir Sarmiento - Lions Clube Campos Novos;
IX – Luciano Nascimento - Lions Clube Campos Novos Centenário;
X – Itamar Toscan - Lions Clube Campos Novos Aliança;
XI – João Carlos Becker - Rotary Club Campos Novos;
XII – José Dirceu Bevilacqua - Rotary Club Centro Campos Novos;
XIII – Carlos Alberto Basco Junior – OAB Seccional de Campos Novos.

Art. 2º. O mandato dos membros acima citados será até 17/11/2019.
Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrado e publicado o presente
Decreto em 17 de Novembro 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1980/17

Publicação Nº 1433004

PORTARIA Nº 1980/17 de 17/11/17
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) LILIANE ALMEIDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) LILIANE ALMEIDA, do cargo de PROFESSOR. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1981/17

Publicação Nº 1432999

PORTARIA Nº 1981/17 de 17/11/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) MARCELO HERMINIO LISTON

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) MARCELO HERMINIO LISTON, do cargo de PROFESSOR. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1982/17

Publicação Nº 1432998

PORTARIA Nº 1982/17 de 17/11/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) CESAR AUGUSTO VEZARO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) CESAR AUGUSTO VEZARO, do cargo de PROFESSOR. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1983/17

Publicação Nº 1432996

PORTARIA Nº 1983/17 de 17/11/17
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) JOSEMAR MACIEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) JOSEMAR MACIEL, do cargo de GERENTE EXECUTIVO. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de Novembro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1984/17

Publicação Nº 1432995

PORTARIA Nº 1984/17 de 17/11/17
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) VALQUIRIA TEREZINHA BOEIRA DA ROSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) VALQUIRIA TEREZINHA BOEIRA DA ROSA, do cargo de PROFESSOR. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº236H/17

Publicação Nº 1433006

PORTARIA Nº 236/17 de 06/11/17
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E/OU CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES EFETIVOS QUE MENCIONA

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 35 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Progressão por Curso de Aperfeiçoamento e/ou Capacitação aos servidores efetivos que menciona:

ANGELICA A. P. MARQUES
ELZA AP. BESEN
FABIANA LUCIA DELAVY SILVA
GILMARA CORDEIRO DOS SANTOS
GILVANIA MARCON
INES MAI
JACIARA T. R. DA S. KOFFERMAN
LUANNA CONINCK SOUZA DALLA COSTA
MARIA LUCIA M. BACHER
SIMONE G. RAYZEL
TAISE R. DA SILVA PEREIRA
TANIA R. DA SILVA TREVIZAN
VERA LUCIA SILOCHI PEREIRA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de Novembro de 2017.

Stevan Alexandre Bohneberger
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

ATA REGISTRO PREÇOS PP 17/2017 - FHJA

Publicação Nº 1433198

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 24/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2017

No dia 21 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) ADMINISTRADOR GERAL, o Sr(a). ATILANO JUNK LAFFIN, inscrito no CPF sob o nº. 559.665.949-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2017, Processo Licitatório nº. 24/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM SACHES E TABLETES, PARA CONSUMO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7423	SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS	117.874.119/0001-96	-	-

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM SACHES E TABLETES, PARA CONSUMO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7423 - SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SAL REFINADO IODADO EMBALAGEM SACHÊ 1G CX COM 2.000 UN.	CX		3,000	17,4100	52,23
2	VINAGRE SACHE 4ML - CX COM 182 SACHES	CX		7,000	17,6600	123,62
3	ACUCAR SACHE 5G - CX COM 1000 SACHES	CX		12,000	33,8300	405,96
5	GELÉIA EM TABLETE 15 G - SABORES DIVERSOS - CX C/ 144 UN.	CX		18,000	32,7000	588,60
6	GELÉIA DIET TABLETE 15G SABORES DIVERSOS - CX COM 144 UN.	CX		8,000	61,3100	490,48
7	MEL PURO, TRANSLUCIDO, DE AROMA CARACTERISTICO, LIVRE DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO NA FORMA DE BLISTERS CONTENDO 15 GRAMAS, CX COM 144 BLISTERS	CX		7,000	69,7200	488,04
8	MARGARINA CREMOSA COM SAL EM TABLETE 10 G - CX COM 192 UN.	CX		12,000	39,2100	470,52
9	MARGARINA CREMOSA SEM SAL EM TABLETE 10G - CX COM 192 UN.	CX		8,000	39,2100	313,68
10	AZEITE DE OLIVA SACHES DE 4ML; CX COM 182 UND	CX		7,000	45,4600	318,22
11	MANTEIGA EXTRA SEM SAL BLISTER 10G - CX COM 192 UND	CX		5,000	89,9300	449,65

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIOPágina: 2/7
Processo Nº.: 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017**Fornecedor: 7423 - SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	QUEIJO CREMOSO PROCESSADO 18G - CX COM 144 UNIDADES	CX		5,000	104,5500	522,75

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/7
Processo Nº.: 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/7
Processo Nº.: 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/7
Processo Nº.: 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/7
Processo N°: 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 17/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/7
Processo Nº.: 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 21 de Novembro de 2017.

ATILANO JUNK LAFFIN
ADMINISTRADOR GERAL

Empresas Participantes:

SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LT CNPJ: 17.874.119/0001-96 _____

RREO 5 BIM 2017

Publicação Nº 1433173

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	115.992.821,90	115.992.821,90	18.772.857,67	16,18	96.096.003,96	82,85	19.896.817,94
RECEITAS CORRENTES	110.736.014,46	110.736.014,46	18.471.569,31	16,68	94.541.630,35	85,38	16.194.384,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.772.251,59	13.772.251,59	1.707.949,12	12,40	10.529.870,46	76,46	3.242.381,13
IMPOSTOS	11.083.283,33	11.083.283,33	1.442.945,58	13,02	8.343.297,42	75,28	2.739.985,91
TAXAS	1.819.919,37	1.819.919,37	240.175,87	13,20	2.055.130,14	112,92	-235.210,77
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	869.048,89	869.048,89	24.827,67	2,86	131.442,90	15,12	737.605,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.946.777,88	1.946.777,88	367.560,23	18,88	1.837.410,40	94,38	109.367,48
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.946.777,88	1.946.777,88	367.560,23	18,88	1.837.410,40	94,38	109.367,48
RECEITA PATRIMONIAL	994.405,70	994.405,70	234.407,92	23,57	1.169.884,62	117,63	-175.278,92
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	45.860,42	45.860,42	13.844,56	30,19	62.032,40	135,26	-16.171,98
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	946.545,28	946.545,28	220.563,36	23,30	1.107.652,22	117,02	-161.106,94
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	494,12	494,12	0,00	0,00	0,00	0,00	494,12
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	494,12	494,12	0,00	0,00	0,00	0,00	494,12
RECEITA DE SERVIÇOS	9.716.444,24	9.716.444,24	1.915.673,81	19,72	9.451.333,61	97,27	265.110,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.169.305,91	83.169.305,91	14.012.530,88	16,85	69.985.016,06	84,15	13.184.289,85
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.836.439,63	82.836.439,63	14.012.530,88	16,92	69.853.410,90	84,33	12.983.028,73
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	44.845,94	44.845,94	0,00	0,00	107.400,00	239,49	-62.554,06
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	6.705,16	0,00	-6.705,16
TRANSF. DE CONV.	288.020,34	288.020,34	0,00	0,00	17.500,00	6,08	270.520,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.136.335,02	1.136.335,02	233.447,35	20,54	1.568.315,20	138,02	-431.980,18
MULTAS E JUROS DE MORA	333.591,79	333.591,79	102.599,30	30,76	438.541,86	131,46	-104.950,07
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.641,74	9.641,74	103,57	1,07	71.056,05	736,96	-61.414,31
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	587.627,48	587.627,48	66.302,52	11,28	753.847,01	128,29	-166.219,53
RECEITAS DIVERSAS	205.474,01	205.474,01	64.441,96	31,36	304.870,28	148,37	-99.396,27
RECEITAS DE CAPITAL	5.256.807,44	5.256.807,44	301.288,36	5,73	1.554.373,61	29,57	3.702.433,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	110.000,00	23.773,96	21,61	81.598,03	74,18	28.401,97
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	110.000,00	110.000,00	10.000,00	9,09	10.000,00	9,09	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	13.773,96	0,00	71.598,03	0,00	-71.598,03
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	20.000,00	20.000,00	1.833,55	9,17	15.855,30	79,28	4.144,70

Continua 1/4

DEISE

Continuação 2/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	115.992.821,90	115.992.821,90	18.772.857,67	16,18	96.096.003,96	82,85	19.896.817,94
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.126.807,44	2.126.807,44	275.417,94	12,95	1.454.900,29	68,41	671.907,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.116.807,44	2.116.807,44	275.417,94	13,01	1.454.900,29	68,73	661.907,15
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	262,91	0,00	2.019,99	0,00	-2.019,99
REC.D.ATIVA DE AMORT.EMPRESSTIMOS E FINANCIAMENTO	0,00	0,00	262,91	0,00	2.019,99	0,00	-2.019,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	3.000,00	0,00	15.000,00	0,00	-15.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	115.992.821,90	115.992.821,90	18.775.857,67	16,19	96.111.003,96	82,86	19.881.817,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	115.992.821,90	115.992.821,90	18.775.857,67	16,19	96.111.003,96	82,86	19.881.817,94
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	115.992.821,90	115.992.821,90	18.775.857,67	16,19	96.111.003,96	82,86	19.881.817,94
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	4.528.301,48	—	—	2.301.719,77	—	—
Superávit Financeiro	—	4.528.301,48	—	—	2.301.719,77	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

DEISE

Continuação 3/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	115.992.821,90	124.701.431,12	14.325.266,39	98.067.962,96	26.633.468,16	18.783.382,77	89.431.612,94	35.269.818,18	86.658.860,12
DESPESAS CORRENTES	99.938.655,34	111.792.271,00	13.692.969,07	96.116.057,97	15.676.213,03	18.505.012,81	88.218.184,04	23.574.086,96	85.465.798,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.969.125,37	63.863.714,02	11.066.251,53	54.717.017,43	9.146.696,59	11.048.148,01	54.688.010,71	9.175.703,31	53.788.417,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.669.529,97	47.628.556,98	2.626.717,54	41.399.040,54	6.229.516,44	7.456.864,80	33.530.173,33	14.098.383,65	31.677.380,84
DESPESAS DE CAPITAL	15.954.166,56	12.809.160,12	632.297,32	1.951.904,99	10.857.255,13	278.369,96	1.213.428,90	11.595.731,22	1.193.061,40
INVESTIMENTOS	14.009.166,56	10.899.284,70	606.634,32	1.696.925,06	9.212.359,64	278.369,96	974.111,97	9.925.172,73	953.744,47
INVERSOES FINANCEIRAS	15.000,00	149.875,42	25.663,00	239.316,93	1.520.683,07	0,00	239.316,93	1.520.683,07	239.316,93
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.930.000,00	1.760.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	115.992.821,90	124.701.431,12	14.325.266,39	98.067.962,96	26.633.468,16	18.783.382,77	89.431.612,94	35.269.818,18	86.658.860,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	115.992.821,90	124.701.431,12	14.325.266,39	98.067.962,96	26.633.468,16	18.783.382,77	89.431.612,94	35.269.818,18	86.658.860,12
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.679.391,02	—	9.452.143,84
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	115.992.821,90	124.701.431,12	14.325.266,39	98.067.962,96	—	18.783.382,77	96.111.003,96	—	96.111.003,96
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 3/4

DEISE

Continuação 4/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	3.000,00	0,00	15.000,00	-15.000,00
TRANSF. DE CONV.	0,00	0,00	3.000,00	0,00	15.000,00	-15.000,00
	0,00	0,00	3.000,00	0,00	15.000,00	-15.000,00
	0,00	0,00	3.000,00	0,00	15.000,00	-15.000,00

FONTE:

DEISE

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					100,00			
Legislativa	115.992.821,90	124.701.431,12	14.325.286,39	98.067.963,96	2,30	18.783.382,77	88.431.612,94	35.269.818,18
Ação Legislativa	3.602.660,94	3.602.660,94	435.801,20	2.253.833,45	2,30	439.349,20	2.241.415,45	1.361.245,49
Administração	3.602.660,94	3.602.660,94	435.801,20	2.253.833,45	2,30	439.349,20	2.241.415,45	1.361.245,49
Administração Geral	6.132.360,25	7.435.660,25	226.453,99	6.543.036,43	6,67	1.211.633,84	5.691.110,81	1.744.549,44
Administração Financeira	4.979.502,59	6.195.402,59	42.050,40	5.467.248,17	5,57	1.013.603,35	4.796.894,17	1.398.508,42
Tecnologia da Informatização	495.112,03	466.512,03	73.872,88	423.571,29	0,43	81.593,64	390.394,46	76.117,57
Defesa Civil	446.610,63	475.610,63	45.149,28	475.299,36	0,48	81.014,40	377.982,02	97.628,61
Assistência à Criança e ao Adolescente	57.211,48	57.211,48	8.568,34	41.098,71	0,04	16.112,77	40.503,71	16.707,77
Assistência Comunitária	9.000,00	9.000,00	-830,29	1.262,71	0,00	0,00	1.262,71	7.737,29
Segurança Pública	144.923,52	231.923,52	57.643,38	134.556,19	0,14	26.854,11	84.073,74	147.849,78
Defesa Civil	405.330,90	417.330,90	35.523,53	353.785,59	0,36	55.753,63	276.862,05	140.468,85
Assistência Social	405.330,90	417.330,90	35.523,53	353.785,59	0,36	55.753,63	276.862,05	140.468,85
Assistência ao Idoso	4.981.396,04	5.019.777,85	399.615,12	2.796.532,59	2,85	553.662,12	2.486.137,17	2.533.640,69
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Assistência Comunitária	129.695,79	179.695,79	9.849,49	76.476,36	0,08	10.687,45	50.430,30	129.265,49
Empregabilidade	4.513.240,87	4.486.622,69	367.042,66	2.543.116,44	2,59	519.802,02	2.259.829,79	2.226.792,90
Fomento ao Trabalho	124.229,69	124.229,69	0,00	2.925,00	0,00	449,68	1.862,29	122.367,40
Saúde	184.229,69	199.229,69	22.722,97	174.014,79	0,18	22.722,97	174.014,79	25.214,90
Atenção Básica	24.926.590,00	29.045.304,27	4.397.451,10	26.016.356,82	26,53	4.994.252,46	23.915.288,58	5.130.015,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.874.919,58	17.988.633,85	2.181.084,25	15.722.531,42	16,03	3.032.938,13	14.358.288,86	3.630.364,99
Trabalho	10.051.670,42	11.056.670,42	2.216.366,85	10.293.825,40	10,50	1.961.314,33	9.557.019,72	1.499.650,70
Fomento ao Trabalho	341.574,22	465.974,22	204.164,29	458.033,61	0,47	225.533,94	437.563,61	28.410,61
Promoção Industrial	331.574,22	465.974,22	204.164,29	458.033,61	0,47	225.533,94	437.563,61	28.410,61
Educação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	37.945.320,83	38.946.633,84	4.197.266,83	33.006.292,42	33,66	6.428.975,73	30.514.837,23	8.431.796,61
Ensino Superior	32.531.696,05	34.408.009,06	4.392.785,83	30.476.381,94	31,08	5.917.118,48	28.363.730,12	6.044.278,94
Educação Infantil	300.000,00	340.000,00	0,00	339.491,24	0,35	58.030,00	233.301,24	106.698,76
Educação Especial	4.881.315,26	3.966.315,25	-199.963,97	2.063.480,40	2,10	437.972,25	1.831.242,51	2.135.072,75
Cultura	232.309,52	232.309,52	4.444,97	126.938,84	0,13	15.855,00	86.563,36	145.746,16
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	810.882,35	590.540,36	20.107,02	528.058,23	0,54	49.901,96	455.264,35	135.276,01
Diffusão Cultural	305.882,35	345.104,91	22.907,02	305.422,78	0,31	49.901,96	234.398,90	110.706,01
Turismo	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	500.000,00	245.435,45	-2.800,00	222.635,45	0,23	0,00	220.885,45	24.570,00

Continua 1/3

DEISE

Continuação 2/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (d)	115.992.821,90	124.701.431,12	14.325.286,39	98.067.962,96	100,00	18.783.382,77	88.431.612,94	35.269.818,18
Direitos da Cidadania	36.511,20	370.613,36	9.615,24	306.121,86	0,31	10.467,53	183.008,99	187.604,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	36.511,20	370.613,36	9.615,24	306.121,86	0,31	10.467,53	183.008,99	187.604,37
Urbanismo	9.467.885,81	8.356.885,81	320.540,25	3.859.091,35	3,94	708.188,59	3.555.105,59	4.801.780,22
Infra-Estrutura Urbana	7.664.263,28	6.438.263,28	314.212,17	1.981.645,43	2,02	380.430,86	1.988.409,39	4.469.853,89
Serviços Urbanos	1.552.871,09	1.552.871,09	0,00	1.552.855,94	1,58	293.896,47	1.371.830,68	181.040,41
Transportes Coletivos Urbanos	250.751,44	365.751,44	6.328,08	324.589,98	0,33	33.861,26	214.865,52	150.885,92
Habitação	558.634,45	339.509,87	25.963,00	35.326,20	0,04	2.254,47	7.236,75	332.273,12
Habitação Urbana	558.634,45	339.509,87	25.963,00	35.326,20	0,04	2.254,47	7.236,75	332.273,12
Saneamento	7.642.368,81	8.572.368,81	1.464.154,68	6.433.010,93	6,56	1.338.711,95	5.691.686,59	2.880.682,22
Saneamento Básico Urbano	7.642.368,81	8.572.368,81	1.464.154,68	6.433.010,93	6,56	1.338.711,95	5.691.686,59	2.880.682,22
Gestão Ambiental	331.451,82	321.451,82	33.531,44	202.911,57	0,21	38.134,62	193.446,92	128.004,90
Preservação e Conservação Ambiental	16.211,48	6.211,48	0,00	3.480,00	0,00	0,00	240,00	5.971,48
Controle Ambiental	277.971,43	277.971,43	32.678,27	177.532,13	0,18	36.449,55	171.615,28	106.356,15
Recuperação de Áreas Degradadas	37.268,91	37.268,91	853,17	21.899,44	0,02	1.885,07	21.591,64	15.677,27
Ciência e Tecnologia	72.938,38	71.938,38	0,00	17.865,00	0,02	2.210,00	13.352,50	58.585,88
Tecnologia da Informatização	71.938,38	71.938,38	0,00	17.865,00	0,02	2.210,00	13.352,50	58.585,88
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.541.004,18	1.536.704,15	278.318,24	1.105.252,46	1,13	164.331,40	889.918,94	646.785,22
Preservação e Conservação Ambiental	60.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Promoção da Produção Animal	359.855,74	575.555,72	137.768,04	400.745,37	0,41	12.429,48	213.658,08	361.897,64
Extensão Rural	1.121.148,44	941.148,44	140.550,20	704.507,09	0,72	151.901,92	676.280,86	264.887,58
Indústria	290.399,14	646.963,69	127.043,84	637.498,26	0,65	128.625,10	620.269,46	26.694,23
Promoção Industrial	290.399,14	646.963,69	127.043,84	637.498,26	0,65	128.625,10	620.269,46	26.694,23
Comércio e Serviços	124.229,69	149.229,69	38.538,91	55.598,91	0,06	30.428,91	38.583,91	110.645,78
Turismo	124.229,69	149.229,69	38.538,91	55.598,91	0,06	30.428,91	38.583,91	110.645,78
Energia	2.009.892,72	2.129.892,72	350.741,77	2.009.777,89	2,05	358.807,54	1.703.718,80	426.173,92
Energia Elétrica	2.009.892,72	2.129.892,72	350.741,77	2.009.777,89	2,05	358.807,54	1.703.718,80	426.173,92
Transporte	7.494.312,34	9.202.912,34	1.295.620,56	7.107.383,47	7,25	1.283.779,98	6.457.972,04	2.744.940,30
Transporte Rodoviário	7.494.312,34	9.202.912,34	1.295.620,56	7.107.383,47	7,25	1.283.779,98	6.457.972,04	2.744.940,30
Desporto e Lazer	1.233.263,28	1.437.263,28	238.102,08	1.290.903,14	1,32	252.088,72	1.205.481,13	231.782,15
Desporto de Rendimento	859.033,59	1.228.033,59	208.744,24	1.141.773,46	1,16	228.147,69	1.082.741,26	145.292,33
Desporto Comunitário	224.229,69	199.229,69	19.705,76	139.477,60	0,14	23.941,03	122.739,87	76.489,82
Lazer	150.000,00	10.000,00	9.652,08	9.652,08	0,01	0,00	0,00	10.000,00

Continua 2/3

DEISE

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Fonte:

DEISE

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.225.445,33	11.225.445,33	8.470.988,16	75,46
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.609.163,73	1.609.163,73	1.891.585,21	117,55
1.1.1- IPTU	1.322.994,07	1.322.994,07	1.669.756,70	126,21
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	286.169,66	286.169,66	221.828,51	77,52
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.207.606,59	3.207.606,59	899.483,21	28,04
1.2.1- ITBI	3.207.527,11	3.207.527,11	899.437,40	28,04
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	79,48	79,48	45,81	57,64
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.237.511,66	5.237.511,66	4.460.053,31	85,16
1.3.1- ISS	5.183.122,24	5.183.122,24	4.362.091,58	84,16
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	54.389,42	54.389,42	97.961,73	180,11
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.171.163,35	1.171.163,35	1.219.866,43	104,16
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	71.302.083,56	71.302.083,56	58.233.272,64	81,67
2.1- Cota-Parte FPM	19.394.260,27	19.394.260,27	13.863.024,57	71,48
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.394.260,27	19.394.260,27	13.082.267,61	67,45
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	780.756,96	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	46.983.035,36	46.983.035,36	39.874.132,09	84,87
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	241.614,57	241.614,57	125.696,34	52,02
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	756.288,04	756.288,04	547.104,19	72,34
2.5- Cota-Parte ITR	201.615,82	201.615,82	206.693,54	102,52
2.6- Cota-Parte IPVA	3.725.269,50	3.725.269,50	3.616.621,91	97,08
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	82.527.528,89	82.527.528,89	66.704.260,80	80,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.950.140,27	1.950.140,27	1.897.902,50	97,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.474.722,51	1.474.722,51	1.313.868,34	89,09
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	422.291,37	422.291,37	421.808,00	99,89
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	53.126,39	53.126,39	162.226,16	305,36
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	357.812,56	357.812,56	772.379,93	215,86
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.307.952,83	2.307.952,83	2.670.282,43	115,70
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	13.833.743,61	13.833.743,61	11.490.608,61	83,06
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.503.148,68	3.503.148,68	2.616.453,23	74,69
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	9.405.102,12	9.405.102,12	7.974.825,47	84,79
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	48.322,91	48.322,91	25.139,25	52,02
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	151.236,13	151.236,13	109.419,12	72,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	40.322,99	40.322,99	41.338,61	102,52
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	685.610,78	685.610,78	723.432,93	106,52
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.770.945,79	13.770.945,79	13.954.008,23	101,33
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.690.093,31	13.690.093,31	13.905.823,27	101,58
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	80.852,48	80.852,48	48.184,96	59,60
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-143.650,30	-143.650,30	2.415.214,66	-1.681,32
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

admin

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.511.026,84	15.796.825,78	13.313.566,72	84,28	12.845.017,75	81,31
13.1- Com Educação Infantil	248.459,38	248.459,38	184.554,24	74,28	183.710,39	73,94
13.2- Com Ensino Fundamental	8.262.567,46	15.548.366,40	13.129.012,48	84,44	12.661.307,36	81,43
14- OUTRAS DESPESAS	5.259.918,95	838.689,06	831.940,53	99,20	761.401,14	90,78
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	5.259.918,95	838.689,06	831.940,53	99,20	761.401,14	90,78
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.770.945,79	16.635.514,84	14.145.507,25	85,03	13.606.418,89	81,79
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						13.606.418,89
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						92,05
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						5,46
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.416.187,21	3.199.738,97	1.487.346,38	46,48	1.319.576,00	41,24
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	18.492.586,50	30.184.702,50	27.124.417,15	89,86	25.658.480,85	85,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.522.486,41	16.387.055,46	13.960.953,01	85,20	13.422.708,50	81,91
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.970.100,09	13.797.647,04	13.163.464,14	95,40	12.235.772,35	88,68
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	20.908.773,71	33.384.441,47	28.611.763,53	85,70	26.978.056,85	80,81
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.415.214,66
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						48.184,96
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						2.463.399,62
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						24.514.657,23
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						36,75
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.527.227,75	1.527.227,75	1.135.901,54	74,38	908.771,16	59,50
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	15.497.339,71	4.109.984,96	3.289.318,09	80,03	2.644.020,50	64,33
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	17.024.567,46	5.637.212,71	4.425.219,63	78,50	3.552.791,66	63,02
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	37.933.341,17	39.021.654,18	33.036.983,16	84,66	30.530.848,51	78,24
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		

admin

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	565.997,23	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	13.992.109,94	1.313.868,34
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	13.411.610,62	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	13.202.919,36	0,00
48.2 Restos a Pagar	208.691,26	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	48.184,96	148.126,97
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.194.681,51	1.461.995,31
51- (+) Ajustes	69,86	2.058,97
51.1. Retenções	0,00	2.058,97
51.2. Conciliação bancária	69,86	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.194.751,37	1.464.054,28

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

admin

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 10/2017

Publicação Nº 1433253

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 10/2017
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima, que tem como objeto credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializada para prestação de serviços com pessoal na área médica, como serviços de sobreaviso em sete especialidades, que são em clínicas de ortopedia/traumatologia, cirurgia geral, anesthesiologia, pediatria, clínica médica, neurocirurgia e neuroclínica, para prestar serviços em escala de sobreaviso, na unidade de pronto atendimento – upa – 24 horas e HSCC (Hospital Santa Cruz De Canoinhas). Diante disto, a data de recebimento da documentação com as alterações passa a ser a partir da publicação desta. Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 21/2017

Publicação Nº 1433372

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 164/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 21/2017, QUE TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE KIT DE TRANSPOSIÇÃO METÁLICO ENTREGUE E MONTADO NA LOCALIDADE DE RIO DO TIGRE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO MEMORIAL DESCRITIVO, ANEXO I DESTE EDITAL.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de 2017, às 14h30min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Luis Gustavo Vieira de Britto e Karina de C. Kohler Wendt, nomeados pela Portaria nº 959/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital corresponsante. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, representada pelo Sr. Fabio Barni. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. A empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP apresentou documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participa com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa DI FATTO INDÚSTRIA

E COMÉRCIO LTDA EPP HABILITADA no certame. Aberta a palavra ao participante, o mesmo declinou de usá-la. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, a empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, os valores para execução da totalidade dos serviços previstos no edital ficaram assim distribuídos: em 1º lugar a empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, com o valor GLOBAL de R\$ 172.900,00. A comissão DECLAROU vencedora a empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP do certame, com o valor GLOBAL de R\$ 172.900,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da proposta. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Luis Gustavo Vieira de Britto
Secretário

Karina de C. Kohler Wendt
Membro

DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP
Fabio Barni

PUBLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS 01/2017

Publicação Nº 1433377

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO, CONFORME AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.129/2017.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de 2017, às 15h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Diogo Carlos Seidel e Sr. Luis Gustavo Vieira de Britto, nomeados através da Portaria nº 959/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de avaliar a documentação apresentada pela empresa HIPER OFF LTDA – EPP, a qual apresentou proposta conforme comunicado publicado no dia 13 de novembro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM), jornal de circulação local (Diário do Planalto), jornal de circulação estadual (A Notícia), Diário Oficial do Estado (IOESC), Diário Oficial da União (DOU) e nos dias 13 e 16 de novembro de 2017 no site da prefeitura, junto com o termo de referência e, até a presente data, sem nenhum pedido de recurso. Dando continuidade aos trabalhos, abriu-se o envelope apresentado pela empresa HIPER OFF LTDA – EPP com a documentação solicitada no item 18 do Termo de Referência, conforme termo de referência publicado. Após análise da documentação apresentada, a mesma atendeu as exigências. A comissão encaminhará pedido a Assessoria Jurídica, quanto a legalidade e a forma de contratação e então encaminhará cópia da Ata e parecer jurídico para a Administração, questionando quanto a intenção da formalização de contrato ou não. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Diogo Carlos Seidel
Secretário

Luis Gustavo Vieira de Britto
Membro

**PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO
DO PREGÃO Nº FUNR 05/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1433189

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO N.º FUNR. 06/2017
PREGÃO N.º FUNR. 05/2017 (PRESENCIAL)
AVISO DE INTEÇÃO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna publico a INTENCAO DE REVOGACAO DA PRESENTE LICITÇÃO. Motivo: Nos termos do Ofício nº1136-2017-9º BBM de 20 de novembro de 2017. Assim, abre-se o prazo de 03 (três) dias uteis após a publicação deste aviso para manifestação dos interessados, nos termos de art. 49, § 3º da Lei 8.666/93. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

01/2017 -OI LINK IP DEDICADO

Publicação Nº 1433017

CONTRATO N O. 01 /2017

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET DE LINK DEDICADO (IP CONNECT).

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.939.406/0001-07, com sede Administrativa na R CARMELO ZOCOLLI, SN, CENTRO, CEP: 89.665-000, CAPINZAL/SC, aqui denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.Nilvo Dorini, inscrito no CPF sob o nº 0482.1 75.149-68, residente e domiciliado neste município, a seguir denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavrado, no 71, 20 andar, bairro Centro, Rio de Janeiro —RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representado pelo consultor de negócio, matrícula 33.2860, Sr. Alexandre José de Albuquerque Cardoso, portador do CPF nº 062.587.847-71, e cédula de identidade de estrangeiro nº G017834-4, expedida pela CGPI/DIREX/DPF e Sr. Mauricio da Cunha Campos, portador do CPF nº 803.001.385-04, e cédula de identidade nº 0569193010, expedida pela SSP BA, a seguir denominada CONTRATADA, ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, SUAS alterações e legislações pertinentes, pelos termos da proposta e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de empresa para prestação de Serviço de internet de link dedicado (IPCONNECT), referente a renovação do contrato do circuito 48 0724 01 1 de 4MBps.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE DO CONTRATO

O presente contrato é assinado baseado no artigo 24, inciso II da lei nº 8.666/93, II - para outros serviços e compras de valor até (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

O valor a ser pago pela contratação é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante efetuará o pagamento mensalmente mediante a apresentação das faturas e que estejam devidamente dentro dos valores especificados na cláusula terceira, do presente contrato, referente a renovação do circuito 48 0724 01 1 de 4MBps.

Valor mensal por Qt. De QT

Serviço Acesso Acessos Total Mensal Meses Total Anual

LINK DEDICADO - IP CONNECT 4 MBPS	R\$ 400,00		1	R\$ 400,00	12	R\$ 4.800,00
-----------------------------------	------------	--	---	------------	----	--------------

Parágrafo Primeiro - O não pagamento da Nota Fiscal/ Fatura de Serviços até a data de vencimento sujeitará o CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, as seguintes sanções: a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura no mês de atraso; b) juros de mora de 1% (um por cento) a.m; e c) Correção Monetária, calculada pro rata die, com base na variação do IGP-DI (FGV)

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2017 do Município de CAPINZAL/SC.

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da CONTRATANTE receber os serviços objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado;
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- Acompanhar e supervisionar o andamento dos serviços objeto do contrato através da Administração.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Prestar os seguintes serviços por circuito:

A contratada deverá prestar os serviços de conexão à internet, objeto deste contrato, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com qualidade e continuidade, comunicando ao Contratante quando da necessidade de interrupções técnicas, conexão dedicada, com upload e download com velocidades iguais para ambas concedendo garantia total de banda contratada com redundância;

- Prestar os serviços/atendimentos na forma e condições avençadas;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- Responsabilizar-se pelo bom funcionamento;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação;
- ☐ Apresentar-se sempre que necessário para esclarecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da lei nº 8.666/93, ou por

interesse publico.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, SUAS alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA NONA - DA VIGENCIA

A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do termo contratual.

Parágrafo Primeiro - O prazo do presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Em caso de reajuste, o mesmo será realizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA em vigor. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei nº 8.666/93 e SUCIS alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Diário oficial do Município de CAPINZAL/SC, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de CAPINZAL/SC, para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CAPINZAL/SC, 14 de novembro de 2017.

CONTRATANTE:

7 Nível D, 1º Prefeito

CONTRATADA:

Alexandre José Cardoso Albuquerque

Mauricio da Cunha Campos

PMC CONTRATO 0286/2015 TERMO DE RESILIÇÃO

Publicação Nº 1432975

TERMO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 0286/2015

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0005/2015

Processo Licitatório Nº 0165/2015

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: RJunior Construtora e Incorporadora LTDA - EPP

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a rescisão amigável do contrato nº 0286/2015, oriundo da Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 0008/2015 conforme Art. 79, inciso II, § 1º da lei 8.666/93, extinguindo-se com os mesmos as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes, a partir da data de assinatura deste termo.

Capinzal/SC, 21 de novembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010

Publicação Nº 1432290

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estabelece a readequação da área do Perímetro Urbano do Município de Capinzal.

Art. 1º A presente Lei Complementar estabelece a readequação da área do Perímetro Urbano do Município de Capinzal obedecendo às confrontações constantes do Anexo I - Memorial Descritivo, Anexo II - Cálculo Analítico de Área, Distâncias e Azimutes e Anexo III - Planta do Perímetro Urbano, partes integrantes da presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar fica fazendo parte integrante do Plano Físico e Territorial Urbano do Município de Capinzal em atendimento ao parágrafo único do art. 105, da Lei Orgânica do Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Lei Complementar nº 127, de 5 de agosto de 2009.

Capinzal, em 20 de novembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2017

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORA E SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Tenho a honra de apresentar a essa Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 010, de 20 de novembro de 2017, que "estabelece a readequação da área do Perímetro Urbano do Município de Capinzal".

O presente Projeto de Lei Complementar objetiva readequar toda a área do Perímetro Urbano do Município de Capinzal, com as seguintes adequações:

I - foram ajustadas as coordenadas, que estavam em desacordo com a realidade dos limites do perímetro urbano;

II - foi reduzida uma área do Perímetro Urbano onde se situam diversas propriedades rurais;

III - foram ampliadas algumas áreas de acordo com os requerimentos anexos.

Segue a Ata nº 014/2017 da Audiência Pública, que aprovou por unanimidade as adequações propostas no presente Projeto de Lei Complementar.

Ante ao exposto, o Poder Executivo requer a tramitação do presente projeto, nos termos do Regimento Interno, contando com o apoio dos representantes desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Capinzal, em 20 de novembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC

IMÓVEL: READEQUAÇÃO DA ÁREA PERIMETRAL

LOCAL: CAPINZAL

MUNICÍPIO: CAPINZAL/SC

ÁREA: 19.648.473,08 m²

PERÍMETRO: 25.735,55 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por montante pelo rio, dividindo-o com o Rio do Peixe; Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 85°55'42" e a distância de 181.56 m até o marco '2' (E=438270.946 m e N=6974338.711 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 73°32'18" e a distância de 220.04 m até o marco '3' (E=438481.968 m e N=6974401.066 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 57°01'30" e a distância de 122.29 m até o marco '4' (E=438584.559 m e N=6974467.626 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 36°27'59" e a distância de 170.27 m até o marco '5' (E=438685.758 m e N=6974604.557 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 25°27'52" e a distância de 165.17 m até o marco '6' (E=438756.772 m e N=6974753.678 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 12°29'51" e a distância de 357.49 m até o marco '7' (E=438834.131 m e N=6975102.693 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 29°23'54" e a distância de 141.67 m até o marco '8' (E=438903.676 m e N=6975226.124 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 45°44'16" e a distância de 194.01 m até o marco '9' (E=439042.616 m e N=6975361.531 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 56°30'11" e a distância de 260.64 m até o marco '10' (E=439259.972 m e N=6975505.379

m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 56°30'11" e a distância de 274.17 m até o marco '11' (E=439488.603 m e N=6975656.690 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 56°30'11" e a distância de 133.44 m até o marco '12' (E=439599.883 m e N=6975730.336 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 51°41'49" e a distância de 290.65 m até o marco '13' (E=439827.969 m e N=6975910.488 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 51°41'49" e a distância de 351.76 m até o marco '14' (E=440104.008 m e N=6976128.515 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 51°41'49" e a distância de 199.35 m até o marco '15' (E=440260.444 m e N=6976252.075 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 44°08'35" e a distância de 158.51 m até o marco '16' (E=440370.836 m e N=6976365.819 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 79°30'58" e a distância de 156.03 m até o marco '17' (E=440524.262 m e N=6976394.210 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 99°25'54" e a distância de 175.96 m até o marco '18' (E=440697.841 m e N=6976365.376 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 103°54'37" e a distância de 119.30 m até o marco '19' (E=440813.642 m e N=6976336.696 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 96°01'19" e a distância de 123.18 m até o marco '20' (E=440936.142 m e N=6976323.774 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio do Peixe com o azimute de 105°20'49" e a distância de 50.95 m até o marco '21' (E=440985.277 m e N=6976310.288 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóveis de propriedade de Nelson Bernardi, Deoclides Helt, Almiro Helt com o azimute de 170°39'56" e a distância de 462.53 m até o marco '22' (E=441060.300 m e N=6975853.880 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóveis de propriedade de Lirio Botari, Ivanor Botari, Olivio Helt, Sergio Helt, Celio Ferrari, Amélio Surdi, Amarildo Dacaz, Enio e Jaime Paggi, Ilo Ribas De Mattos, Gentil Surdi, Alvaro da Silva com o azimute de 156°27'46" e a distância de 3717.68 m até o marco '23' (E=442544.937 m e N=6972445.511 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 67°40'21" e a distância de 84.17 m até o marco '24' (E=442622.800 m e N=6972477.489 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 97°46'01" e a distância de 46.09 m até o marco '25' (E=442668.465 m e N=6972471.261 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 105°35'45" e a distância de 195.18 m até o marco '26' (E=442856.460 m e N=6972418.786 m); Daí segue por estrada confrontando com Estrada Municipal acesso Linha São Roque com o azimute de 111°49'28" e a distância de 130.74 m até o marco '27' (E=442977.828 m e N=6972370.182 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóveis de propriedade de Espólio Dr. Celso Carlos Ribeiro Santos, Espólio Aristoclides Baratiéri, Elizeu Antonio Filipini com o azimute de 162°20'23" e a distância de 1746.70 m até o marco '28' (E=443507.733 m e N=6970705.797 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 67°29'59" e a distância de 57.00 m até o marco '29' (E=443560.397 m e N=6970727.612 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 73°51'21" e a distância de 123.29 m até o marco '30' (E=443678.826 m e N=6970761.893 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 92°31'51" e a distância de 122.88 m até o marco '31' (E=443801.588 m e N=6970756.468 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 113°12'14" e a distância de 81.12 m até o marco '32' (E=443876.144 m e N=6970724.507 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 81°59'23" e a distância de 37.38 m até o marco '33'

(E=443913.157 m e N=6970729.715 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 120°04'48" e a distância de 37.44 m até o marco '34' (E=443945.555 m e N=6970710.950 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 117°05'52" e a distância de 83.72 m até o marco '35' (E=444020.085 m e N=6970672.815 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 103°37'24" e a distância de 93.02 m até o marco '36' (E=444110.488 m e N=6970650.905 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 127°41'49" e a distância de 66.87 m até o marco '37' (E=444163.396 m e N=6970610.018 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 124°09'34" e a distância de 70.13 m até o marco '38' (E=444221.425 m e N=6970570.641 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 160°21'41" e a distância de 79.04 m até o marco '39' (E=444247.988 m e N=6970496.202 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 148°39'11" e a distância de 54.98 m até o marco '40' (E=444276.588 m e N=6970449.250 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 117°35'00" e a distância de 159.92 m até o marco '41' (E=444418.331 m e N=6970375.201 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 140°26'58" e a distância de 134.43 m até o marco '42' (E=444503.930 m e N=6970271.548 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 163°28'46" e a distância de 193.70 m até o marco '43' (E=444559.010 m e N=6970085.846 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 203°19'42" e a distância de 319.47 m até o marco '44' (E=444432.500 m e N=6969792.493 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 162°33'03" e a distância de 139.70 m até o marco '45' (E=444474.392 m e N=6969659.217 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 136°41'14" e a distância de 131.46 m até o marco '46' (E=444564.571 m e N=6969563.564 m); Daí segue por linha seca confrontando com A quem de direito com o azimute de 218°17'08" e a distância de 706.18 m até o marco '47' (E=444127.036 m e N=6969009.264 m); Daí segue por linha seca confrontando com Marli da Silva com o azimute de 244°51'43" e a distância de 359.93 m até o marco '48' (E=443801.193 m e N=6968856.364 m); Daí segue por linha seca confrontando com Marli da Silva com o azimute de 157°00'29" e a distância de 149.23 m até o marco '49' (E=443859.484 m e N=6968718.985 m); Daí segue por linha seca confrontando com Luiz Francisco Vagner com o azimute de 245°00'15" e a distância de 507.97 m até o marco '50' (E=443399.088 m e N=6968504.339 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 333°15'42" e a distância de 170.00 m até o marco '51' (E=443322.603 m e N=6968656.161 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 341°41'12" e a distância de 143.68 m até o marco '52' (E=443277.456 m e N=6968792.564 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 350°22'36" e a distância de 154.42 m até o marco '53' (E=443251.642 m e N=6968944.810 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 3°41'26" e a distância de 620.18 m até o marco '54' (E=443291.562 m e N=6969563.701 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 0°33'12" e a distância de 63.52 m até o marco '55' (E=443292.175 m e N=6969627.217 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 352°36'07" e a distância de 61.84 m até o marco '56' (E=443284.213 m e N=6969688.544 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 344°20'25" e a distância de 126.71 m até o marco '57' (E=443250.010 m e N=6969810.552 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 339°08'29" e a distância de

175.30 m até o marco '58' (E=443187.594 m e N=6969974.359 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 347°56'05" e a distância de 349.47 m até o marco '59' (E=443114.546 m e N=6970316.110 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 341°08'53" e a distância de 80.91 m até o marco '60' (E=443088.402 m e N=6970392.679 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 331°29'06" e a distância de 96.92 m até o marco '61' (E=443042.131 m e N=6970477.846 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 317°59'55" e a distância de 111.92 m até o marco '62' (E=442967.242 m e N=6970561.015 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 306°34'44" e a distância de 162.78 m até o marco '63' (E=442836.524 m e N=6970658.020 m); Daí segue por rodovia confrontando com Rodovia SC - 467 com o azimute de 319°16'41" e a distância de 198.53 m até o marco '64' (E=442707.003 m e N=6970808.486 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel da Família Filipini com o azimute de 231°28'58" e a distância de 897.65 m até o marco '65' (E=442004.661 m e N=6970249.473 m); Daí segue por linha seca confrontando com A quem de direito com o azimute de 351°35'42" e a distância de 338.22 m até o marco '66' (E=441955.223 m e N=6970584.065 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 298°59'18" e a distância de 72.00 m até o marco '67' (E=441892.244 m e N=6970618.958 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 278°08'16" e a distância de 95.51 m até o marco '68' (E=441797.695 m e N=6970632.478 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 295°25'50" e a distância de 55.29 m até o marco '69' (E=441747.766 m e N=6970656.219 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 328°45'22" e a distância de 69.75 m até o marco '70' (E=441711.589 m e N=6970715.850 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 295°13'07" e a distância de 69.98 m até o marco '71' (E=441648.281 m e N=6970745.666 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 309°25'09" e a distância de 92.49 m até o marco '72' (E=441576.833 m e N=6970804.394 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 329°40'18" e a distância de 81.70 m até o marco '73' (E=441535.579 m e N=6970874.912 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 287°25'24" e a distância de 98.90 m até o marco '74' (E=441441.221 m e N=6970904.524 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 259°16'10" e a distância de 40.03 m até o marco '75' (E=441401.896 m e N=6970897.072 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 245°24'51" e a distância de 136.01 m até o marco '76' (E=441278.217 m e N=6970840.484 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 211°47'07" e a distância de 72.47 m até o marco '77' (E=441240.044 m e N=6970778.881 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com Rio Santa Cruz com o azimute de 196°19'44" e a distância de 46.49 m até o marco '78' (E=441226.973 m e N=6970734.265 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de Espólio de Vitorio e Vitor Almeida com o azimute de 277°03'38" e a distância de 2087.81 m até o marco '79' (E=439154.998 m e N=6970990.893 m); Daí segue por linha seca confrontando com travessia da Rodovia SC - 150 e imóvel da Granja Aurea e Vilson Medeiros com o azimute de 249°26'39" e a distância de 396.72 m até o marco '80' (E=438783.537 m e N=6970851.596 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel da Família Campioni com o azimute de 332°15'04" e a distância de 396.32 m até o marco '81' (E=438599.010 m e N=6971202.342 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de Alcir Toaldo e Celeste Lanhi com o azimute de 42°45'49" e a distância de 1670.14 m até o marco '82' (E=439732.993 m e N=6972428.498 m); Daí segue por linha seca confrontando com

imóvel de Celeste Lanhi, a quem de direito com o azimute de 319°59'07" e a distância de 1291.25 m até o marco '83' (E=438902.742 m e N=6973417.435 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de Zenir Costenaro com o azimute de 301°25'16" e a distância de 508.04 m até o marco '84' (E=438469.203 m e N=6973682.287 m); Daí segue por linha seca confrontando com imóvel de a Quem de direito com o azimute de 320°21'24" e a distância de 487.41 m até o marco '85' (E=438158.233 m e N=6974057.607 m); Daí segue por jusante pelo sanga confrontando com sanga com o azimute de 345°41'42" e a distância de 276.80 m até o marco '1' (E=438089.842 m e N=6974325.820 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 19.648.473,08 m².

ANEXO II

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: Sirgas-2000 Meridiano Central: 51° WGr

=====

Estação Vante Coord. Norte Coord. Este Azimute Distância Fator Escala Latitude Longitude

=====

1	2	6974325.820	438089.842	85°55'42"	181.56	0.99964706
27°21'10.29844" S 51°37'33.44588" W						
2	3	6974338.711	438270.946	73°32'18"	220.04	0.99964679
27°21'09.90899" S 51°37'26.85190" W						
3	4	6974401.066	438481.968	57°01'30"	122.29	0.99964647
27°21'07.91676" S 51°37'19.16004" W						
4	5	6974467.626	438584.559	36°27'59"	170.27	0.99964631
27°21'05.77022" S 51°37'15.41401" W						
5	6	6974604.557	438685.758	25°27'52"	165.17	0.99964616
27°21'01.33641" S 51°37'11.70594" W						
6	7	6974753.678	438756.772	12°29'51"	357.49	0.99964605
27°20'56.50153" S 51°37'09.09436" W						
7	8	6975102.693	438834.131	29°23'54"	141.67	0.99964594
27°20'45.17121" S 51°37'06.21584" W						
8	9	6975226.124	438903.676	45°44'16"	194.01	0.99964583
27°20'41.17097" S 51°37'03.66253" W						
9	10	6975361.531	439042.616	56°30'11"	260.64	0.99964562
27°20'36.79265" S 51°36'58.58155" W						
10	11	6975505.379	439259.972	56°30'11"	274.17	0.99964530
27°20'32.15251" S 51°36'50.64534" W						
11	12	6975656.690	439488.603	56°30'11"	133.44	0.99964496
27°20'27.27149" S 51°36'42.29765" W						
12	13	6975730.336	439599.883	51°41'49"	290.65	0.99964479
27°20'24.89575" S 51°36'38.23471" W						
13	14	6975910.488	439827.969	51°41'49"	351.76	0.99964446
27°20'19.07711" S 51°36'29.90204" W						
14	15	6976128.515	440104.008	51°41'49"	199.35	0.99964405
27°20'12.03497" S 51°36'19.81781" W						
15	16	6976252.075	440260.444	44°08'35"	158.51	0.99964382
27°20'08.04396" S 51°36'14.10307" W						
16	17	6976365.819	440370.836	79°30'58"	156.03	0.99964366
27°20'04.36468" S 51°36'10.06575" W						
17	18	6976394.210	440524.262	99°25'54"	175.96	0.99964343
27°20'03.46604" S 51°36'04.47744" W						
18	19	6976365.376	440697.841	103°54'37"	119.30	0.99964318
27°20'04.43028" S 51°35'58.16577" W						
19	20	6976336.696	440813.642	96°01'19"	123.18	0.99964301
27°20'05.38043" S 51°35'53.95665" W						
20	21	6976323.774	440936.142	105°20'49"	50.95	0.99964283
27°20'05.81946" S 51°35'49.50098" W						
21	22	6976310.288	440985.277	170°39'56"	462.53	0.99964276

27°20'06.26539" S 51°35'47.71524" W
22 23 6975853.880 441060.300 156°27'46" 3717.68 0.99964265
27°20'21.11013" S 51°35'45.06438" W
23 24 6972445.511 442544.937 67°40'21" 84.17 0.99964053
27°22'12.10839" S 51°34'51.61244" W
24 25 6972477.489 442622.800 97°46'01" 46.09 0.99964042
27°22'11.08090" S 51°34'48.77259" W
25 26 6972471.261 442668.465 105°35'45" 195.18 0.99964036
27°22'11.29025" S 51°34'47.11131" W
26 27 6972418.786 442856.460 111°49'28" 130.74 0.99964009
27°22'13.02401" S 51°34'40.27664" W
27 28 6972370.182 442977.828 162°20'23" 1746.70 0.99963992
27°22'14.62189" S 51°34'35.86667" W
28 29 6970705.797 443507.733 67°29'59" 57.00 0.99963919
27°23'08.79300" S 51°34'16.85435" W
29 30 6970727.612 443560.397 73°51'21" 123.29 0.99963911
27°23'08.09187" S 51°34'14.93332" W
30 31 6970761.893 443678.826 92°31'51" 122.88 0.99963895
27°23'06.99537" S 51°34'10.61586" W
31 32 6970756.468 443801.588 113°12'14" 81.12 0.99963878
27°23'07.18991" S 51°34'06.14725" W
32 33 6970724.507 443876.144 81°59'23" 37.38 0.99963868
27°23'08.23967" S 51°34'03.43813" W
33 34 6970729.715 443913.157 120°04'48" 37.44 0.99963862
27°23'08.07590" S 51°34'02.08970" W
34 35 6970710.950 443945.555 117°05'52" 83.72 0.99963858
27°23'08.69054" S 51°34'00.91326" W
35 36 6970672.815 444020.085 103°37'24" 93.02 0.99963848
27°23'09.94093" S 51°33'58.20608" W
36 37 6970650.905 444110.488 127°41'49" 66.87 0.99963835
27°23'10.66634" S 51°33'54.91829" W
37 38 6970610.018 444163.396 124°09'34" 70.13 0.99963828
27°23'12.00298" S 51°33'52.99876" W
38 39 6970570.641 444221.425 160°21'41" 79.04 0.99963820
27°23'13.29123" S 51°33'50.89251" W
39 40 6970496.202 444247.988 148°39'11" 54.98 0.99963816
27°23'15.71438" S 51°33'49.93766" W
40 41 6970449.250 444276.588 117°35'00" 159.92 0.99963813
27°23'17.24450" S 51°33'48.90411" W
41 42 6970375.201 444418.331 140°26'58" 134.43 0.99963793
27°23'19.67188" S 51°33'43.75558" W
42 43 6970271.548 444503.930 163°28'46" 193.70 0.99963782
27°23'23.05311" S 51°33'40.65601" W
43 44 6970085.846 444559.010 203°19'42" 319.47 0.99963774
27°23'29.09641" S 51°33'38.68102" W
44 45 6969792.493 444432.500 162°33'03" 139.70 0.99963791
27°23'38.61171" S 51°33'43.33545" W
45 46 6969659.217 444474.392 136°41'14" 131.46 0.99963786
27°23'42.94926" S 51°33'41.83201" W
46 47 6969563.564 444564.571 218°17'08" 706.18 0.99963773
27°23'46.07115" S 51°33'38.56417" W
47 48 6969009.264 444127.036 244°51'43" 359.93 0.99963833
27°24'04.02134" S 51°33'54.58708" W
48 49 6968856.364 443801.193 157°00'29" 149.23 0.99963878
27°24'08.94230" S 51°34'06.47744" W
49 50 6968718.985 443859.484 245°00'15" 507.97 0.99963870
27°24'13.41569" S 51°34'04.37769" W
50 51 6968504.339 443399.088 333°15'42" 170.00 0.99963934
27°24'20.32302" S 51°34'21.17845" W
51 52 6968656.161 443322.603 341°41'12" 143.68 0.99963944
27°24'15.37745" S 51°34'23.93815" W
52 53 6968792.564 443277.456 350°22'36" 154.42 0.99963951
27°24'10.93767" S 51°34'25.55924" W
53 54 6968944.810 443251.642 3°41'26" 620.18 0.99963954
27°24'05.98590" S 51°34'26.47366" W
54 55 6969563.701 443291.562 0°33'12" 63.52 0.99963949
27°23'45.87825" S 51°34'24.91622" W
55 56 6969627.217 443292.175 352°36'07" 61.84 0.99963948
27°23'43.81411" S 51°34'24.88325" W

56 57 6969688.544 443284.213 344°20'25" 126.71 0.99963950
 27°23'41.81982" S 51°34'25.16287" W
 57 58 6969810.552 443250.010 339°08'29" 175.30 0.99963954
 27°23'37.84950" S 51°34'26.38776" W
 58 59 6969974.359 443187.594 347°56'05" 349.47 0.99963963
 27°23'32.51650" S 51°34'28.63284" W
 59 60 6970316.110 443114.546 341°08'53" 80.91 0.99963973
 27°23'21.39881" S 51°34'31.23504" W
 60 61 6970392.679 443088.402 331°29'06" 96.92 0.99963977
 27°23'18.90643" S 51°34'32.17404" W
 61 62 6970477.846 443042.131 317°59'55" 111.92 0.99963983
 27°23'16.13159" S 51°34'33.84438" W
 62 63 6970561.015 442967.242 306°34'44" 162.78 0.99963994
 27°23'13.41738" S 51°34'36.55696" W
 63 64 6970658.020 442836.524 319°16'41" 198.53 0.99964012
 27°23'10.24507" S 51°34'41.29980" W
 64 65 6970808.486 442707.003 231°28'58" 897.65 0.99964030
 27°23'05.33547" S 51°34'45.98996" W
 65 66 6970249.473 442004.661 351°35'42" 338.22 0.99964130
 27°23'23.39622" S 51°35'11.65638" W
 66 67 6970584.065 441955.223 298°59'18" 72.00 0.99964137
 27°23'12.51460" S 51°35'13.39896" W
 67 68 6970618.958 441892.244 278°08'16" 95.51 0.99964146
 27°23'11.37094" S 51°35'15.68592" W
 68 69 6970632.478 441797.695 295°25'50" 55.29 0.99964159
 27°23'10.91704" S 51°35'19.12595" W
 69 70 6970656.219 441747.766 328°45'22" 69.75 0.99964166
 27°23'10.13780" S 51°35'20.93972" W
 70 71 6970715.850 441711.589 295°13'07" 69.98 0.99964172
 27°23'08.19426" S 51°35'22.24654" W
 71 72 6970745.666 441648.281 309°25'09" 92.49 0.99964181
 27°23'07.21552" S 51°35'24.54630" W
 72 73 6970804.394 441576.833 329°40'18" 81.70 0.99964191
 27°23'05.29588" S 51°35'27.13742" W
 73 74 6970874.912 441535.579 287°25'24" 98.90 0.99964197
 27°23'02.99773" S 51°35'28.62719" W
 74 75 6970904.524 441441.221 259°16'10" 40.03 0.99964210
 27°23'02.02078" S 51°35'32.05739" W
 75 76 6970897.072 441401.896 245°24'51" 136.01 0.99964216
 27°23'02.25689" S 51°35'33.49040" W

76 77 6970840.484 441278.217 211°47'07" 72.47 0.99964234
 27°23'04.07682" S 51°35'38.00303" W
 77 78 6970778.881 441240.044 196°19'44" 46.49 0.99964239
 27°23'06.07297" S 51°35'39.40352" W
 78 79 6970734.265 441226.973 277°03'38" 2087.81 0.99964241
 27°23'07.52093" S 51°35'39.88715" W
 79 80 6970990.893 439154.998 249°26'39" 396.72 0.99964546
 27°22'58.85370" S 51°36'55.27677" W
 80 81 6970851.596 438783.537 332°15'04" 396.32 0.99964601
 27°23'03.32093" S 51°37'08.82569" W
 81 82 6971202.342 438599.010 42°45'49" 1670.14 0.99964629
 27°22'51.89210" S 51°37'15.48014" W
 82 83 6972428.498 439732.993 319°59'07" 1291.25 0.99964460
 27°22'12.22482" S 51°36'33.97779" W
 83 84 6973417.435 438902.742 301°25'16" 508.04 0.99964583
 27°21'39.95215" S 51°37'04.02265" W
 84 85 6973682.287 438469.203 320°21'24" 487.41 0.99964649
 27°21'31.27456" S 51°37'19.75519" W
 85 1 6974057.607 438158.233 345°41'42" 276.80 0.99964696
 27°21'19.02637" S 51°37'31.00561" W

=====
 =====
 =====

Área Total: 19.648.473,08 m²

=====
 =====
 =====

Capinzal, 29 de Agosto de 2017

Ana Julia Ungericht de Carvalho
 Engenheira Civil
 CREA-SC 105.295-8

ANEXO III

Planta do Perímetro Urbano do

Município de Capinzal

Readequação – Agosto/2017

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011

Publicação Nº 1432291

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos no Município de Capinzal.

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, cujo fato gerador é a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços correspondentes a coleta, remoção, transporte, destinação e tratamento final dos resíduos e atividades administrativas e técnicas decorrentes a prestação de serviços.

§ 1º Fica autorizada a cobrança da Taxa, que trata este artigo, junto com a fatura anual do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, em cota única, ou conforme o parcelamento do IPTU sem acréscimo.

§ 2º Não havendo emissão de fatura anual de IPTU, inclusive nos novos imóveis, ou nos casos em que não há cobrança de IPTU, fica autorizada a emissão de fatura ou carnê próprio para cobrança dessa taxa.

§ 3º O produto da arrecadação dessa Taxa, será creditado e movimentado na conta da Prefeitura Municipal de Capinzal, para custear os serviços constantes no caput deste artigo.

Art. 2º O sujeito passivo da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos é o titular ou possuir, a qualquer título, de imóvel edificado, sendo o lançamento efetuado individualmente para cada unidade edificada, podendo em caso de condomínio ser lançado em nome de todas as unidades ou qualquer um dos co-proprietários.

Art. 3º A base de cálculo da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos será o custo anual dos serviços previstos nesta Lei, levando-se em conta os seguintes fatores:

I - a natureza dos serviços prestados;

II - a quantidade dos serviços prestados em função da estimativa de produção de resíduos sólidos e pastosos;

III - a metragem quadrada da área construída no perímetro urbano;

IV - o uso e destinação da economia, definidos em regulamento.

§ 1º O lançamento dos valores da Taxa, que trata este artigo, corresponderá ao custo unitário anual dos serviços de coleta, remoção, transportes, destinação e tratamento de lixo e outros resíduos domiciliares e não domiciliares, além das atividades administrativas e técnicas decorrentes da prestação do serviço, em conformidade com os valores anuais da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) constantes da Tabela do Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 2º O valor da Taxa de que trata o § 1º deste artigo, será cobrada de forma gradativa na proporção de 50% (cinquenta por cento) no ano de 2018 e 100% (cem por cento) a partir de 2019, com valores atualizados pela UFRM do exercício.

§ 3º Para efeitos do § 1º deste artigo, o número de frequência semanal das coletas, por unidade edificada, fica fixada em 03 (três) coletas semanais no perímetro urbano, podendo essa frequência ser alterada pela Prefeitura Municipal, de acordo com as necessidades de cada região.

§ 4º O custo total do serviço será fixado com base nos custos apurados pelo serviço de coleta, remoção, transportes, destinação e tratamento de lixo e outros resíduos domiciliares e não domiciliares e as atividades administrativas e técnicas, com base nos valores anuais levantados no exercício anterior, com as respectivas atualizações monetárias.

§ 5º Deverá ser considerado para fins de cálculo do custo unitário, de que trata o §1º deste artigo, no mínimo 8.383 (oito mil trezentos e oitenta e três) unidades no Município, assim distribuídas: 7.300 unidades residenciais, 1.011 unidades Comerciais compreendendo Prestação de Serviços e outros, 69 unidades Industriais e 03 instituições públicas, podendo ser atualizado conforme o número de unidades atendidas.

§ 6º O valor da Unidade Fiscal de Referência do Município (UFRM) é a mesma que está sendo aplicada aos tributos do município.

Art. 4º Os serviços de coleta de Resíduos Sólidos serão prestados em imóveis residenciais ou não, cujos resíduos sólidos possam ser acondicionados em sacos plásticos, na quantidade máxima de 100 litros por passada.

Art. 5º A coleta de resíduos industriais, comerciais, obras e construções, hospitalar, jardins e similares, não serão de responsabilidade do Poder Público Municipal, podendo este fornecer tais serviços mediante cobrança de preço público específico a ser fixado pelo município.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Capinzal, 20 de novembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2017

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Tenho a honra de apresentar a essa Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 011/2017, que institui a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos no Município de Capinzal.

Inicialmente, conforme expressa a Constituição Federal de 1988, no seu art. 145, inciso II, "taxa é o tributo exigido em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição". A previsão legal para cobrança de taxas por parte do Ente Municipal também encontra-se prevista no art. 65 da Lei Complementar nº 134, de 22 de dezembro de 2009 – Código Tributário Municipal. A própria legislação que regula os Resíduos Sólidos determina a implementação de políticas municipais para custear os serviços de coleta e destinação final.

Nesse sentido, a elucidativa lição do ilustre doutrinador Hugo de Brito Machado, quanto ao conceito de Taxa "Enquanto o imposto é uma espécie de tributo cujo fato gerador não está vinculado a nenhuma atividade estatal específica relativa ao contribuinte (CTN, art. 16), a taxa, pelo contrário, tem seu fato gerador vinculado a uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte. (MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p.443)."

Deve-se ter em mente, porém que, como está expresso no conceito trazido pela Carta Magna, a taxa deverá recair tão somente sobre serviços públicos específicos e divisíveis, isto porque a taxa é o tributo que tem sua razão de ser na contraprestação realizada pelo contribuinte em razão de serviço prestado pelo Ente Público.

Oportuno ressaltar que o Município de Capinzal celebrou junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Termo de Cooperação Técnica nº 030/2014/MP, cujo objeto é a adoção de instituir medidas para a melhoria da arrecadação municipal, bem com, a implementação da estrutura burocrática administrativa fiscal e combate a sonegação fiscal.

Ademais é notório a atual crise que passam os municípios brasileiros pela queda constante no repasse do FPM, aliado aos diversos fatores da política nacional, o que demanda a necessidade de implementação gradual para criar mecanismos de aumento de receita e diminuição de despesas.

Ao instituir esta taxa levou-se em consideração o custo dos serviços prestados com a coleta, transporte e tratamento final do lixo, que no exercício de 2016 ultrapassaram o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), durante este exercício de 2017 já está somando a quantia de R\$ 959.744,88 (novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) de gastos com o lixo, isto tudo sem considerar a despesa administrativa que, também representa custos para com o serviço. Tais volumes de gastos prejudicam os serviços do Município de Capinzal resultando em aumento do déficit, que não é recomendável e nem legal para a Administração Municipal. Destarte, levando-se em consideração e aplicando-se a tabela do anexo único do presente Projeto de Lei Complementar, no mínimo 8.383 (oito mil trezentos e oitenta e três) unidades no Município, assim distribuídas: 7.300 unidades residenciais, 1.011 unidades Comerciais compreendendo Prestação de Serviços e outros, 69 unidades Industriais e 03 instituições públicas do valor no lançamento da taxa para custear o serviço com o lixo.

O produto da arrecadação desta taxa, será cobrada junto com a fatura anual do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, em cota única, sem desconto, ou em 04 (quatro) parcelas sem acréscimo mensalmente, e será destinado unicamente para arcar com o custo dos serviços de coleta, remoção, transporte, destinação e tratamento de lixo e outros resíduos domiciliares e não domiciliares, e o valor de sua cobrança será creditada diretamente na conta da Prefeitura Municipal de Capinzal, que faz sua respectiva movimentação.

Salientamos ainda que o Município de Capinzal é o único município da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC que ainda não instituiu a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, todos os demais municípios encaminharam Leis específicas nos moldes da presente proposta.

Ante ao exposto, o Poder Executivo requer a tramitação da presente matéria, nos termos do Regimento Interno, contando com o apoio dos representantes desta Casa Legislativa para a sua aprovação ainda neste exercício, nos termos do art. 150, III, alínea “b” e “c”, da Constituição Federal de 1988, tendo em vista que a cobrança da taxa será efetivada em maio de 2016, junto ao carnê do IPTU.

Capinzal, em 20 de novembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Tabela de Valor Anual do Serviço de Coleta de Lixo. (Com base na área construída) Área Urbana- em UFRM.									
Natureza do Imóvel	Residencial			Comercial, Prestação de Serviços e outros.			Industrial		
Área do Imóvel	Até 60,00 m²	De 60,01 a 120,00 m²	Acima de 120,00 m²	Até 100,00 m²	De 100,01 a 300,00m²	Acima de 300,00 m²	Até 150,00 m²	De 150,01 a 300,00 m²	Acima de 300,00 m²
TAXA	0,5 UFRM	1,0 UFRM	1,5 UFRM	2,0 UFRM	3,0 UFRM	4,0 UFRM	4,0 UFRM	5,0 UFRM	6,0 UFRM

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0097/2017 -TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2017

Publicação Nº 1433437

AVISO DE CANCELAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0097/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2017

Objeto: contratação de empresa para execução da instalação e ampliação da rede de iluminação pública do Distrito Industrial II, incluindo mão de obra e aquisição de materiais, visando a visando o desenvolvimento das atividades do Município.

Motivo : O Projeto Elétrico está com o prazo expirado.

Informações: maiores informações, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Telefone (49) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de novembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0008/2017

Publicação Nº 1433415

AVISO DE CANCELAMENTO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0008/2017

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços, de hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de serviços de consultas médicas pré e pós-operatórias e procedimentos cirúrgico, para a manutenção e o desenvolvimento das ações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Motivo : Nenhum proponente compareceu em data e horário estipulados em edital.

Informações: maiores informações, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Telefone (49) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de novembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0105/2017 - PREGÃO Nº 0084/2017

Publicação Nº 1433516

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0105/2017
PREGÃO Nº 0084/2017

Objeto: Aquisição de cestas básicas para benefícios eventuais para o ano de 2018, visando o desenvolvimento da Secretaria de

Assistência Social.

Dotação Orçamentária:

2.077.3390.00 - 100 - 16/2017 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 06 de dezembro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 21 de novembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de novembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0106/2017 - PREGÃO Nº 0085/2017

Publicação Nº 1433518

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0106/2017
PREGÃO Nº 0085/2017

Objeto: Aquisição de Cestas de Natal que serão ofertadas as famílias referenciadas e acompanhadas pelos programas do CRAS e CREAS, através dos atendimentos PAIF e PAEFI, bem como inserções de familiares no SCFV.

Dotação Orçamentária:

2.076.3390.00 - 10150 - 13/2017 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

Abertura das Propostas: 15h30min, do dia 06 de dezembro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 21 de novembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de novembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

SEGUNDO ADENDO AO EDITAL DE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0098/2017 - PREGÃO Nº 0078/2017

Publicação Nº 1432991

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0098/2017
PREGÃO Nº 0078/2017

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a necessidade de alterar a data e horário de realização do certame, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados:

a) fica alterada a data de realização do certame, conforme segue abaixo;

Ø Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 27 de novembro de 2017;

Ø Início da Sessão Pública do pregão: às 13h45min do dia 27 de novembro de 2017.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 21 de novembro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE/2017

Publicação Nº 1432140

Município de Catanduvas - SC
CÂMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	789.854,69	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.123.000,00	1.173.000,00	152.902,73	783.354,31	389.645,69	154.963,71	782.323,82	390.676,18	782.323,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	808.000,00	808.000,00	131.071,86	640.956,51	167.043,49	131.071,86	640.956,51	167.043,49	640.956,51
DESPESAS DE CAPITAL	315.000,00	365.000,00	21.830,87	142.397,80	222.602,20	23.891,85	141.367,31	223.632,69	141.367,31
	230.000,00	180.000,00	0,00	7.530,87	172.469,13	0,00	7.530,87	172.469,13	7.530,87

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
INVESTIMENTOS	230.000,00	180.000,00	0,00	7.530,87	172.469,13	0,00	7.530,87	172.469,13	7.530,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	—	154.963,71	789.854,69	—	789.854,69
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	789.854,69	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.123.000,00	1.173.000,00	152.902,73	783.354,31	389.645,69	154.963,71	782.323,82	390.676,18	782.323,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	808.000,00	808.000,00	131.071,86	640.956,51	167.043,49	131.071,86	640.956,51	167.043,49	640.956,51
	315.000,00	365.000,00	21.830,87	142.397,80	222.802,20	23.891,85	141.367,31	223.632,69	141.367,31
DESPESAS DE CAPITAL	230.000,00	180.000,00	0,00	7.530,87	172.469,13	0,00	7.530,87	172.469,13	7.530,87

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
INVESTIMENTOS	230.000,00	180.000,00	0,00	7.530,87	172.469,13	0,00	7.530,87	172.469,13	7.530,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	563.145,31	789.854,69
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	—	154.963,71	789.854,69	—	789.854,69
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							SALDO (c) = (a-b)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
		0,00				0,00	0,00
DESPESAS							
DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)			DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							SALDO (h)=(d-e)
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (fb - (If + Ifg))				SALDO ATUAL (k) = (Ili + Ilii)
Valor(III)		0,00					0,00
FONTE:							

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			0,00	
Previsão Atualizada			0,00	
Receitas Realizadas			0,00	
Déficit Orçamentário			789.854,69	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			1.353.000,00	
Créditos Adicionais			0,00	
Dotação Atualizada			1.353.000,00	
Despesas Empenhadas			790.885,18	
Despesas Liquidadas			789.854,69	
Despesas pagas			789.854,69	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			790.885,18	
Despesas Liquidadas			789.854,69	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-789.854,69	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			7.530,87	172.469,13
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			0,00	
Previsão Atualizada			0,00	
Receitas Realizadas			0,00	
Déficit Orçamentário			789.854,69	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			1.353.000,00	
Créditos Adicionais			0,00	
Dotação Atualizada			1.353.000,00	
Despesas Empenhadas			790.885,18	
Despesas Liquidadas			789.854,69	
Despesas pagas			789.854,69	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			790.885,18	
Despesas Liquidadas			789.854,69	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-789.854,69	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			7.530,87	172.469,13
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14 R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	100,00
Legislativa	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	100,00
Ação Legislativa	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	100,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.353.000,00	1.353.000,00	152.902,73	790.885,18	562.114,82	154.963,71	789.854,69	100,00

FONTE:

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro Ordenador da Despesa	Simone Vieira dos Santos de Martini Contadora CRC 022.439/O-O
--	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

Continuação 3/3

FONTE:
Catanduvas, 20/11/2017

Montalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Mariz
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

Continuação 3/3

FONTE:
Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Marir
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	630.000,00	201.767,01	273.443,33
Disponibilidade de Caixa	630.000,00	201.767,01	273.443,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	630.000,00	201.767,01	273.443,33
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.173.000,00	783.354,31	750.950,56	782.323,82	748.690,30
Pessoal e Encargos Sociais	808.000,00	640.956,51	608.294,36	640.956,51	608.294,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	365.000,00	142.397,80	142.656,20	141.367,31	140.395,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.173.000,00	783.354,31	750.950,56	782.323,82	748.690,30
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	180.000,00	7.530,87	5.311,60	7.530,87	5.311,60
Investimentos	180.000,00	7.530,87	5.311,60	7.530,87	5.311,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	180.000,00	7.530,87	5.311,60	7.530,87	5.311,60
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	1.353.000,00	790.885,18	756.262,16	789.854,69	754.001,90
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.353.000,00	-790.885,18	-756.262,16	-789.854,69	-754.001,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.173.000,00	783.354,31	750.950,56	782.323,82	748.690,30
Pessoal e Encargos Sociais	808.000,00	640.956,51	608.294,36	640.956,51	608.294,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	365.000,00	142.397,80	142.656,20	141.367,31	140.395,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.173.000,00	783.354,31	750.950,56	782.323,82	748.690,30
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	180.000,00	7.530,87	5.311,60	7.530,87	5.311,60
Investimentos	180.000,00	7.530,87	5.311,60	7.530,87	5.311,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	180.000,00	7.530,87	5.311,60	7.530,87	5.311,60
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	1.353.000,00	790.885,18	756.262,16	789.854,69	754.001,90

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.353.000,00	-790.885,18	-756.262,16	-789.854,69	-754.001,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)			
RESTOS A PAGAR (NTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 20/11/2017

Monelisa Ruaro
Ordenador da DespesaSimone Vieira dos Santos de Marini
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	180.000,00	7.530,87	7.530,87	0,00	172.469,13
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	180.000,00	7.530,87	7.530,87	0,00	172.469,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-180.000,00	-7.530,87	-	-	-172.469,13

FONTE:

Catanduvas, 20/11/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PP 035/2017 PCS

Publicação Nº 1433229

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 035/2017 PCS

Objeto: Registro de preços para a possível contratação de empresa para locação de gerador, palco, som, luzes para realização da 11ª Festa Estadual da Melancia do Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 05/12/2017.

Abertura: dia 05/12/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 22 de novembro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Cerro Negro

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 006/2017

Publicação Nº 1433625

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 006/2017

O Presidente da Comissão de Seleção, em cumprimento a ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, faz publicar o presente extrato. Objeto: contratação da ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE LURDES, para repasse de valores mensais. Valor total: R\$ 6.000,00. Período de duração: 30.09.2017 a 31.12.2017. Fundamentação Legal: Art. 30, Inciso VI, da Lei 13.019/2014, alterada pela 13.2014/2015. Justificativa: trata-se de requerimento para celebração de parceria com o município de Cerro Negro/SC, na qual pretende a entidade beneficiária, devidamente constituída sob a forma de associação civil, o repasse de valores mensais para auxílio nas despesas com a manutenção. Com o intuito de justificar a celebração do competente instrumento, pela organização civil foi apresentado plano de trabalho, do qual se depreende que a entidade busca solucionar problemas inerentes a agricultura em determinada região do Município de Cerro Negro/SC, implementando serviços de preparo e correção de solos, plantio e colheita de safras anuais e de subsistência para cerca de 70 (setenta) famílias que residem na comunidade de Umbu. Ademais, de se observar que o valor a ser repassado a Associação não compromete a dotação orçamentária municipal, aliado ao grande serviço de natureza sui generis prestado pela entidade sem fins lucrativos, bem como por ser de celebração de continuidade das relações já estabelecidas com referida pessoa, apenas havendo adequação nos ditames da Lei Federal n. 13.019/2014.. Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail licitacao@cerronegro.sc.gov.br. Local, 13 de setembro. Júlia Elenice Pereira, Presidente Comissão de Seleção.

TOMADA DE PREÇOS 001/2017 CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Publicação Nº 1433286

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para execução de obra de construção de espaço educativo rural e urbano, de 6 salas de aula - FNDE.

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 21/11/2017 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto na fase de habilitação deste certame pela licitante CONSTRUÇÕES CONSTRUCASA LINS LTDA ME em 25/10/2017. De consequência, fica a licitante habilitada, convocada a comparecer na Sala de Licitações da Prefeitura, às 10h (dez horas) do dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2017, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua Proposta de Preços.

Cerro Negro, SC, 21 de novembro de 2017.
RODRIGO DE BORBA MACHADO
Presidente da C.P.L.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 100, DE 14.11.2017

Publicação Nº 1432115

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 100, DE 14.11.2017

Reajusta e fixa valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, do Município de Chapadão do Lageado - SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 2º do art.1º da Lei Complementar nº 009, de 13.12.2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, do Município de Chapadão do Lageado, relativo ao período de outubro de 2016 à setembro de 2017, pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 2º O índice acumulado no período é de 1,6200%, passando esta a ter o valor fixado para o exercício de 2018 em R\$ 3.1764 (três reais, um mil e setecentos e sessenta e quatro décimos de milésimo).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 01.01.2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 14 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 101/2017

Publicação Nº 1432956

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 101/2017

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/09 de 01.09.09, que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da Avaliação de Desempenho Funcional dos Servidores Estáveis, período de 2016/2017 da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 220/2017 de 20.04.2017, para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

RELAÇÃO DOS SERVIDORES SUBMETIDOS A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Acir Mello	Operário	04/10/2005	Muito bom
Adécio da Silva	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Excelente
Adalto Sypriani	Operário	01/07/2011	Muito bom
Ademir França	Operário	13/06/2011	Muito bom
Adenilson Antônio	Agente Profissional	01/10/2008	Muito bom
Adenizia Cleonice Farias Schneider	Agente de Serviços Gerais	04/04/2005	Muito Bom
Adilcio Sebold	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Excelente
Adilson Heinz	Técnico Agrícola	06/05/2002	Muito Bom
Adriana Machado Correia	Secretária de Escola	03/11/2008	Excelente
Adriana Martins	Auxiliar Administrativo	15/08/2008	Muito bom
Adriano Nau	Operador de Equipamentos	01/07/2011	Muito bom
Alceu Pereira	Auxiliar de Enfermagem	18/08/2008	Muito bom
Aline da Silveira	Auxiliar Administrativo	16/05/2005	Muito bom
Amilton Carlos Wespthal	Operador de Equipamentos	23/02/1998	Bom
André Sebold	Auxiliar Administrativo	03/07/2000	Excelente
Angela da Silva Paul	Auxiliar Administrativo	01/10/2008	Muito bom
Avanesa Kerschbaum Will	Auxiliar Administrativo	04/05/1998	Excelente
Carlos Joel Padilha	Operário	04/03/2002	Muito bom
Carlos Roberto Goederdt	Operador de Equipamentos	13/06/2011	Muito bom
Charliane Michels	Oficial Administrativo	01/09/2008	Excelente
Claudete Huller Roling	Auxiliar de Enfermagem	17/02/2006	Muito bom
Claudia Adriana Amorim	Agente de Serviços Gerais	20/02/2006	Bom
Claudinei França	Operador de Equipamentos	09/09/2011	Bom
Claudirene Ferreira	Auxiliar Administrativo	01/10/2008	Muito bom
Cleber Meurer	Professor	01/10/2008	Excelente
Cleusa Francisco Schneider	Auxiliar Administrativo	01/03/1995	Muito bom
Clobson Scheidt	Operador de Equipamentos	14/02/2012	Muito bom
Crislei Sebold	Secretária de Escola	01/09/2008	Muito bom
Cristiane Soteli Bettoly	Auxiliar Administrativo	03/07/2000	Muito bom
Deise Regina dos Santos	Psicólogo	04/03/2002	Muito bom
Elaine da Silveira	Auxiliar Administrativo	01/04/2005	Muito bom
Eva Aparecida Kempner Abreu	Professora	04/04/2002	Muito bom
Evaristo Franzen	Operador de Equipamentos	16/02/1998	Muito bom
Fabio Franz	Operador de Equipamentos	04/09/2008	Muito bom
Flavio da Silveira	Fiscal de Tributos	01/06/2000	Muito bom
Geraldo Schneider	Auxiliar Administrativo	01/04/2005	Muito bom
Gerusa Anacleto	Professora	09/02/1998	Muito bom
Isolete Sebold Pereira	Professora	10/02/2009	Excelente
Izolene Batista Correa	Agente de Serviços Gerais	05/09/2002	Muito bom
Jaison Inácio	Oficial de Nível Médio	13/06/2005	Muito bom
Jaqueline Francisco	Oficial de Nível Médio	15/08/2008	Excelente
Jaques Ernani Bezerra	Médico Veterinário	01/04/2009	Muito bom
João Aloir França de Oliveira	Técnico em Enfermagem	01/09/2008	Excelente
João Clemente	Operador de Equipamentos	13/06/2005	Excelente
João Nunes de Almeida	Operário	15/03/2005	Bom
Joelcio Carlos Cabral	Operário	15/08/2008	Muito bom
Joelsio Machado	Contador	07/01/2009	Excelente
Joici Demetrio Coavilla	Psicóloga	01/11/2011	Excelente
Josir Jacó Kalbusch	Oficial de Nível Médio	02/03/1998	Muito bom
Juliana Maria Longen	Professora	01/09/2008	Bom
Liliane Scheidt Jasper	Professora	08/12/2008	Excelente
Luciani Paul Kerschbaum	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Muito bom
Luzia Preti Palhano	Agente de Serviços Gerais	01/03/2012	Muito bom
Maicon de Souza	Professor	15/08/2008	Muito bom
Maicson Montibeller	Oficial de Nível Médio	15/09/2008	Muito bom
Marcelo de Souza	Operador de Equipamentos	01/07/2011	Muito bom
Marcia Schwambach Schmidt	Professora	04/04/2002	Muito bom
Marciane Lopes	Agente de Serviços Gerais	13/06/2011	Muito bom
Marciano Sypriani	Mecânico	13/06/2011	Muito bom
Maria Catarina dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	21/02/2006	Excelente
Marlize Neuhaus	Assistente Social	02/02/2012	Muito bom
Maurício de Andrade	Operador de Equipamentos	02/05/2005	Muito bom

Maurício Jasper	Operador de Equipamentos	04/03/2002	Excelente
Meirelein Grach Machado	Secretário de Escola	02/03/2005	Excelente
Neide Sebold da Silva – 242/01	Professora	04/12/1995	Excelente
Neide Sebold da Silva	Professora	07/03/2005	Excelente
Nerci Ramos	Professora	08/05/2001	Muito bom
Neusa Francisco Luckmann	Administrador	01/09/2008	Excelente
Orli Carlos Paul	Auxiliar Administrativo	01/06/2000	Muito bom
Osmar Abreu	Operário	04/04/2005	Muito bom
Pedro Lopes	Operador de Equipamentos	22/09/2008	Excelente
Ricardo Claudino	Operador de Equipamentos	05/07/2012	Excelente
Rogério Capistrano	Operador de Equipamentos	04/03/2002	Muito bom
Roni Capistrano	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Muito bom
Rosemari Raymundo	Agente de Serviços Gerais	01/01/1991	Muito bom
Rosicleide Sipriani Pereira	Oficial de Nível Médio	01/10/2008	Muito bom
Samir Pereira da Silva	Operador de Equipamentos	30/06/2000	Excelente
Santos Avelino da Silva	Operador de Equipamentos	01/06/2005	Bom
Sérgio Pereira	Operário	13/02/2006	Excelente
Sérgio Schneider	Operador de Equipamentos	16/03/1998	Excelente
Silvia K. Maciel	Agente de Serviços Gerais	11/07/2011	Muito bom
Simone Cordeiro dos Santos	Professora	15/08/2008	Excelente
Simone Iara da Silveira	Assistente Social	03/10/2011	Bom
Sinara Regina Prim de Melo	Fiscal Sanitário	06/04/2009	Muito bom
Sirlei Chiquio Medeiros	Agente de Serviços Gerais	15/03/2005	Muito bom
Solange da Silveira Marquez – 59-05	Professora	04/03/2002	Excelente
Solange da Silveira Marquez – 59-08	Professora	06/02/2006	Excelente
Tatiane de Souza	Agente de Serviços Gerais	08/02/2012	Muito bom
Vanderlene Sotele Sebold	Oficial de Nível Médio	06/02/2006	Muito bom
Vera Lúcia Graci Demétrio	Professora	15/08/2008	Muito bom
Zilá de Souza	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Excelente
Zuleide Diel Schneider	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Excelente

DECRETO Nº 102/2017

Publicação Nº 1432957

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 102/2017

“HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº02/2014, DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO- SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da 4ª Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público nº 02/2014, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria nº 220/2017 de 20.04.17.

Art. 2º Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CHAPADÃO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA 4ª AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
CONCURSO Nº 02/2014

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Alessandro de Souza	Operador de Equipamentos	26/01/2015	Muito Bom
Arlindo de Liz Padilha	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Diego Fernando Chiquio	Fiscal de Obras	02/02/2015	Muito Bom
Dirce de Souza	Atend. de C. Dentário do PSF	02/02/2015	Muito Bom
Djohn Lenon Klettenberg	Operário	14/04/2015	Muito Bom
Edesio Valdomiro Chiquio	Operador de Equipamentos	02/01/2015	Muito Bom
Elisangela Sebold Maciel	Professora Anos Iniciais	26/01/2015	Excelente
Eloi Momm	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Franciele de Barros	Agente de Serviços Gerais	18/02/2015	Bom
Giovani Anacleto	Técnico de Informática	18/12/2014	Muito Bom
Jair Correia	Operador de Equipamentos	25/03/2015	Muito Bom
Josiani Machado de Pinho	Professora Anos Iniciais	02/02/2015	Excelente
Julie Mara de Oliveira	Professora Artes	02/02/2015	Excelente
Luan Filipe Freitas	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Maiara Klettenberg	Enfermeira	19/05/2015	Excelente
Marcia Maciel	Agente de Serviços Gerais	02/02/2015	Muito Bom
Rosildo Jose Pereira	Operador de Equipamentos	02/02/2015	Muito Bom
Rosimar Sebold	Agente de Serviços Gerais	09/02/2015	Muito Bom
Valdirene Mohr Marquez	Professora Anos Iniciais	09/02/2015	Muito Bom

DECRETO Nº 103/2017

Publicação Nº 1432958

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 103/2017

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº02/2014, DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO- SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da 5º(ultima) Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público nº 02/2014, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria nº 220/2017 de 20.04.17.

Art. 2º Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CHAPADÃO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA 5º (ultima) AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
CONCURSO Nº 02/2014

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Alessandro de Souza	Operador de Equipamentos	26/01/2015	Muito Bom
Arlindo de Liz Padilha	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Diego Fernando Chiquio	Fiscal de Obras	02/02/2015	Muito Bom
Dirce de Souza	Atend. de C. Dentário do PSF	02/02/2015	Muito Bom
Djohn Lenon Klettenberg	Operário	14/04/2015	Muito Bom
Edesio Valdomiro Chiquio	Operador de Equipamentos	02/01/2015	Muito Bom
Elisangela Sebold Maciel	Professora Anos Iniciais	26/01/2015	Excelente

Eloi Momm	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Franciele de Barros	Agente de Serviços Gerais	18/02/2015	Bom
Giovani Anacleto	Técnico de Informática	18/12/2014	Muito Bom
Jair Correia	Operador de Equipamentos	25/03/2015	Muito Bom
Josiani Machado de Pinho	Professora Anos Iniciais	02/02/2015	Excelente
Julie Mara de Oliveira	Professora Artes	02/02/2015	Excelente
Luan Filipe Freitas	Operário	02/02/2015	Muito Bom
Maiara Klettenberg	Enfermeira	19/05/2015	Excelente
Marcia Maciel	Agente de Serviços Gerais	02/02/2015	Muito Bom
Rosildo Jose Pereira	Operador de Equipamentos	02/02/2015	Muito Bom
Rosimar Sebold	Agente de Serviços Gerais	09/02/2015	Muito Bom
Valdirene Mohr Marquez	Professora Anos Iniciais	09/02/2015	Muito Bom

DECRETO N° 104/2017

Publicação N° 1432960

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO N° 104/2017

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO N°02/2014, DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO- SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar n° 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar n°008 de 23.12.99 e Decreto Municipal n° 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1° Fica homologado e torna público o resultado da 1° Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público n° 02/2014, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria n° 220/2017 de 20.04.17, para este fim.

Art. 2° Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CHAPADÃO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA 1° AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
CONCURSO N° 02/2014

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Ana Lucia Herdt Freitas	Agente de Serviços Gerais	30/08/2016	Bom
George Henrique Sebold	Operador de Equipamentos	01/07/2016	Muito Bom
Rudinéia Heinzein	Agente de Serviços Gerais	02/02/2015	Muito Bom

DECRETO N° 105/2017

Publicação N° 1432961

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO N° 105/2017

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO N°02/2014, DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO- SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar n° 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar n°008 de 23.12.99 e Decreto Municipal n° 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da 2ª Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público nº 02/2014, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria nº 220/2017 de 20.04.17, para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

CHAPADÃO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA 2ª AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
CONCURSO Nº 02/2014

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Ana Lucia Herdt Freitas	Agente de Serviços Gerais	30/08/2016	Bom
George Henrique Sebold	Operador de Equipamentos	01/07/2016	Muito Bom
Rudinéia Heinzein	Agente de Serviços Gerais	02/02/2015	Muito Bom

DECRETO Nº 106/2017

Publicação Nº 1432962

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 106/2017

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº01/2015, DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO- SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da 1ª Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público nº 01/2015, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria nº 220/2017 de 20.04.17, para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

CHAPADÃO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA 1ª AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
CONCURSO Nº 01/2015

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Jaison Inácio	Engenheiro Civil	22.02.2017	Muito Bom
Marilice Boneth	Nutricionista	21.06.2016	Excelente

DECRETO Nº 107/2017

Publicação Nº 1432963

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 107/2017

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº01/2015, DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO- SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da 2º Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público nº 01/2015, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria nº 220/2017 de 20.04.17, para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

CHAPADÃO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA 2º AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
CONCURSO Nº 01/2015

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Jaison Inácio	Engenheiro Civil	22.02.2017	Muito Bom
Marilice Boneth	Nutricionista	21.06.2016	Excelente

DECRETO Nº 087, DE 26.10.2017

Publicação Nº 1432943

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 087, DE 26.10.2017

Altera os incisos I a VII, do art.3º do Decreto nº 032/2008 de 02.06.2008, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 3º, da Lei nº 0083 de 07.06.99,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I a VII do art. 3º do Decreto nº 032/2008 de 02.06.2008, que Institui a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), prevista na Lei Municipal nº 0083 de 07.06.99, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

- I – Neusa Francisco Luckmann - Representante da Prefeitura Municipal
 - II – Fernando Schvetcher - Representante da Câmara Municipal de Vereadores
 - III – Eugenio Rolling - Representante do Setor da Indústria
 - IV – Paulo Roberto Kuster - Representante do Setor do Comércio
 - V – Valdevino Weirich - Representante do Setor de Serviços
 - VI – Marcos Aurélio Jasper - Representante do Setor Agrícola
 - VII – André Sebold - Representante da Educação, Saúde e Assistência Social.
- "

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2017

Publicação Nº 1433624

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2017 - PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017- SRP

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 04 de dezembro de 2017, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Óleo Diesel S 10 destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, estarão disponíveis no site do município: www.chapadaodolageado.sc.gov.br ou poderão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 22 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2017

Publicação Nº 1433626

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2017 - PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017- SRP

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 04 de dezembro de 2017, às 10h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Combustível (Gasolina Comum), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusos serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo Municipal de Saúde e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, estarão disponíveis no site do município: www.chapadaodolageado.sc.gov.br ou poderão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 22 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

P O R T A R I A Nº 445/2017

Publicação Nº 1432937

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 445/2017

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico de 10 (dez) dias, datado de 20/11/2017.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública TATIANE DE SOUZA RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 20/11/2017 à 29/11/2017 10(dez) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais à 20/11/2017.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 20 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 443/2017

Publicação Nº 1432933

PORTARIA Nº 443/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o inciso II do Art. 27 da Lei Municipal nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 111 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 11/01/2016 à 10/01/2017, para a servidora MARILEIA MICHELS KEMPNER, matriculada sob o nº 2411/02, ocupante da Função Pública de Conselheira Tutelar.

Art. 2º Autorizar a conselheira a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 06/11/2017 à 05/12/2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais a partir de 06/11/2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 444/2017

Publicação N° 1432935

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 444/2017

CONSIDERANDO a Portaria n° 443 de 06.11.2017, que concede férias a membro do Conselho Tutelar.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais n° 0013 de 23.01.97 e n° 0568 de 01.03.2013 e Ata n° 111 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDELVIRA FREITAS ANACLETO, para exercer a Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado - SC, pelo período de 06/11/2017 a 05/12/2017, em substituição a Conselheira MARILEIA MICHELS KEMPNER.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06/11/17.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017

Publicação Nº 1433515

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Habitação, NOTIFICA os (as) Srs. (as) abaixo relacionados(as), pré-selecionados(as) para o Residencial Quatro Estações, localizado na Rua Malaquias, no Bairro Bom Pastor, projeto do Programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC a comparecerem na Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua Clevelândia, n. 727 – E, Arena Condá, Ala Sul, Bairro Centro, Chapecó –SC no prazo de 10 (dez dias), após a publicação desta notificação, a fim de regularizar sua inscrição e trazer a documentação necessária para a efetivação no referido programa.

SUPLENTE CADASTRO GERAL:

Nº. Sorteio	NOME	Nº. CADASTRO
136	ANGELITA UES MARTINS	8058
137	CLECIO VICTORIO BONETTI	6091
138	NILCE GRANDO	13397
139	JOSE TOSCAN	13643
140	LEILA MARA LEÃO	14344
141	ORLANDO BUGIAREKI	4100
142	CELIA TELES GONSALVES	16197
143	NILSON MORAES DE OLIVEIRA	12696
144	JEOVANA TRINDADE	14558
145	MARIA JESUS ANTUNES DA SILVA	14478
146	JAIR RODRIGUES DA SILVA	13486
147	JUCEMAR RAMOS PADILHA	2947
148	ORACELINA NUNES	1173
149	SILVIO TEIXEIRA	15856
150	SANDRA GABIATI	7736
151	JOSE IVO EVANGELISTA	15983
152	ROBSON LEANDRO DA SILVA	15202
153	JANDIRA MENEZES	651
154	JULIANA MACIEL	15026
155	LUCIA MARIA PAVAO MATTE	15879

Chapecó - SC, 20 de novembro de 2017.

TATIANE CRISTINE BODIGHEIMER

Diretoria de Habitação

PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2017 – SECRETARIA DE CULTURA

Publicação Nº 1433362

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Processo Seletivo Edital 003/2017 – Secretaria de Cultura

Ato 003 PS/003/2017

DIVULGA O RESULTADO DOS PEDIDOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA E RESULTADO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DA NÃO HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 003/2017 DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE CULTURA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de PROCESSO SELETIVO da Secretaria de Cultura, torna público o que segue:

1. Não haver recebido, nos termos do edital 003/2017, pedido de condição especial para a realização da prova;
2. Não haver recebido, nos termos do edital 003/2017, interposição de recursos da não homologação das inscrições.

Chapecó, 21 de novembro de 2017.

Luciano José Buligon

Prefeito de Chapecó



Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição – Após Recursos

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ – Edital 004/2017, torna público o RESULTADO DOS REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, conforme segue abaixo:

Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
1	ADILES CASSOL	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Deferido.
2	ADRIANA APARECIDA HAMMES	Professor [Educação Física]	Deferido.
3	ADRIANA DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
4	ADRIANA VALENTINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
5	ADRIANE BELLAVER	Professor [Educação Física]	Deferido.
6	AIRDES INES BRUTSCHER	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
7	ALEX ALEXANDRE PEDROSO	Professor com Curso Superior AC [Habilidades Artístico - Culturais] / Professor [Arte]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 1 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
8	610 ALICE MARIA SOLDI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
9	1010 ALICE MARTA DA SILVA PEDROSO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
10	<u>986</u> ALINE GONCALVES PAVOSKI	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
11	680 ANA CLAUDIA VAZ	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
12	993 ANA CRISTINA DA SILVA	Professor [Arte]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
13	911 ANA MARIA ESPINDOLA FERNANDES	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
14	598 ANA PAULA BORGES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
15	<u>748</u> ANA PAULA TECCHIO BASSANI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
16	989 ANDRE LUIS BASSANI	Professor [História]	Deferido.
17	137 ANDREA PACASSA BORGES	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
18	380 ANDREIA SOARES RHODEN	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 2 de 23



	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
19	787	ANGELA MARIA FAINELLO	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
20	902	ANGELA WERNER LEMOS	Professor [Educação Física]	Deferido.
21	1025	ANIEL NUNES BADIN	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
22	628	AQUILINO LUIZ ARTIFON	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
23	531	BEATRIZ SCHNEIDER DA COSTA PASIERPPSKI	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
24	523	CAMILA CAROLINE SILVA ZANELLA	Professor [Educação Física]	Deferido.
25	903	CAMILA DA SILVA PACHECO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
26	<u>478</u>	CAMILA PELEGRINI	Professor [Ensino Religioso]	Deferido.
27	709	CARLA FERNANDA MARANGONI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
28	673	CARLA GRABOSKI DE SOUSA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 3 de 23



	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
29	224	CARLA RAMOS CUNHA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (duas eleições consecutivas ou não, nos últimos quatro anos).
30	936	CARMEN LUCIA MARQUES FERREIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
31	1047	CASSIA SANTORE	Professor [Arte]	Deferido.
32	522	CASSIANA RAFAELI MIOTTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
33	538	CEUIR MULLER DAL MAGRO	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
34	856	CINARA CHIARADIA	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
35	939	CLAUDINEIA DA SILVA IORIATI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (o nome completo do eleitor diferente).
36	435	CLAUDIR FERREIRA	Professor [História]	Deferido.
37	684	CLEDIANE BITELLO	Professor [Educação Física]	Deferido.
38	180	CLEUSA DOS SANTOS	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
39	881	CRISTIANI REBELLATO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 4 de 23



	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
40	391	DAIANE CRISTINA MARAN SARTOR	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
41	225	DAIANE PEDRO SOCOLOSKI	Professor [Matemática]	Deferido.
42	689	DAIANE SICHELERO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
43	1119	DAISA POMPEO	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
44	795	DANIELA APARECIDA DE PAULA	Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
45	342	DARQUILA SCOPEL FRANCESCHI	Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
46	997	DEBORA DIAS DA ROSA BARCAROLO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
47	830	DIANES DO CARMO JOTTI FERNANDES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
48	865	DIRLEI SALETE OLDONI BORDIGNON	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
49	701	DORACI GRUTKA	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
50	752	DRIELI LAIZA MATOZO	Professor [Língua estrangeira: Espanhol] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
51	898	DULCILEIA CARDOSO	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [História]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 5 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
52	EDIANE PADILHA DE OLIVEIRA BERTELLA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
53	EDINEIA ROCHA DE SOUZA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [História]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
54	EDITE DAL BOSCO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
55	ELIANE BELLEI AUMONDI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
56	ELIANE DE MELLO PEDROZO	Professor [Educação Física]	Deferido.
57	ELIANE FRANCESCHINA CAVALHEIRO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
58	ELIANE VIEGA	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Língua estrangeira: Espanhol]	Deferido.
59	ELISA FAITAO DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
60	ELISANDRA PAZ	Professor [Educação Física]	Deferido.
61	ELIZANDRA DA SILVA	Professor [Educação Física]	Deferido.
62	ELIZANDRA DIFENTHAELER VERTUOSO	Professor [Educação Física]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 6 de 23



	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
63	851	ELIZANDRA PATRICIA BENETTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
64	622	ELIZANE APARECIDA LEHR	Professor [Língua estrangeira: Espanhol] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
65	56	ELIZANGELA DIEFFENTHAELER	Professor [Educação Física]	Deferido.
66	785	ENI LONGO CERVI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
67	1161	ETIANE FATIMA DA SILVA FOPPA	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
68	678	FABIANE PAGANI	Professor [Educação Física]	Deferido.
69	472	FERNANDA CZARNOBAI	Professor com Curso Superior AC [Habilidades Artístico - Culturais] / Professor [Arte]	Deferido.
70	591	FERNANDA PIT	Professor [Educação Física]	Deferido.
71	155	FRANCIELE SIVE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
72	411	FRANCIELI GNOATTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
73	497	FRANCIELI MUNARINI	Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 7 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
74	1006 FRANCILENE ALVES	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
75	456 FRANCILENE DALL AGNOL DE OLIVEIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
76	558 FRANCISLENE MISTURA VIESORKOSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
77	916 GELSEIZE PILONETTO	Professor [Educação Física]	Deferido.
78	772 GIOVANA DONZELLI DA SILVA FORMENTON	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
79	873 GISELE CIGOGNINI	Professor [Ciências]	Deferido.
80	1015 GISLAINE RIBEIRO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
81	41 GRACIELI GIANI PFEIFER DE ALMEIDA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
82	734 HELEN FRANSEZ ROSA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
83	482 HELENARA MARIA CLARO DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 8 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
84	1038 IDETE VITCOSKI ZIMMER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado]	Deferido.
85	415 IEDA MARLISE HOMRICH	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
86	579 IOLANDA MARIA ECHER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
87	291 IONE TEREZINHA E SA	Professor [Língua estrangeira: Inglês]/ Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
88	241 IVANI ROSA SVOLINSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
89	624 IVANIA FATIMA DE ALMEIDA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
90	458 IVANIA PEISE	Professor [Educação Física]	Deferido.
91	557 IZANETE CRIVELETTTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
92	836 JADNA ANA MALLMANN	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
93	52 JANAINA COMINETTI OBUGALSKI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 9 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
94	JANETE DE FARIAS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
95	JANIA APARECIDA LEITE DA CUNHA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
96	JOCELAINE SANTOS	Professor [Arte]	Deferido.
97	JOCELI CRISTINA ZANCANARO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
98	JOCELITA PINZON	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
99	JOCIMAR DA ROSA NASCIMENTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
100	JOEL LEANDRO DE LIMA	Professor [Educação Física]	Deferido.
101	JOICE FATIMA DALACORTE BARCAROLO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
102	JUCIELE LUISA MICHALAK SPEROTO	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
103	JULIANA DA SILVA APPELT	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
104	JULIANA DE FANTE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 10 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
105	JULIANA DIAS PATRICIO	Professor [Língua estrangeira: Inglês]	Deferido.
106	JULIANE FLORES DE TOLEDO	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (o nome completo do eleitor diferente).
107	JULIANO DALLA ROSA	Professor [Educação Física]	Deferido.
108	JULIANO PESCADOR	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (duas eleições consecutivas ou não, nos últimos quatro anos).
109	JUVIR CEREJO	Professor [Educação Física]	Deferido.
110	KALINE BIASIBETTI BATTISTI	Professor [Educação Física]	Deferido.
111	KATIA REGINATTO BELLE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
112	KELI APARECIDA MOURA SANTOS	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
113	KELLI GOMES CORTINA MARCON	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
114	KELLY REGINA MARCON	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Física]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 11 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
115	LEDI SALETE VAZ	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
116	LEDIANI JUSSARA ZUFFO	Professor [Educação Física]	Deferido.
117	LEILA SALETE DALLAROSIZ	Professor [Educação Física]	Deferido.
118	LENAIR SALETE RUDSCHINSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado]	Deferido.
119	LEONI FATIMA COPCESKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
120	LETICIA MARCON RODRIGUES	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
121	LILIAN KELIN MARTA FAVERO	Professor [Educação Física]	Deferido.
122	LILIANE ROSSI ILHA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
123	LINDAMIR MARIA CASTILHO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
124	LISABETE PIRES DOS SANTOS FERST	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
125	LORECI PIRES DOS SANTOS	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
126	LUCELIA FERNANDA DANIELLI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 12 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
127	LUCIA TEREZINHA DE SOUZA MISSEL	Professor [Educação Física]	Deferido.
128	LUCIANA TERESINHA SANTA CATARINA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
129	LUCIANE CRISTINA DASSI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
130	LUCIMAR MARIA GUERRA	Professor [Língua estrangeira: Inglês] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
131	MARCIA MACHADO DA SILVA LUCATELLI	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
132	MARCILEI DA SILVA BENDER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
133	MARGARET SCHMIDT	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Deferido.
134	MARGARETE TECCHIO	Professor [Educação Física]	Deferido.
135	MARIA IRIDAN FORTES DE JESUS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
136	MARIA LUCIA DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
137	MARIA LUIZA HILGERT ZARDO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
138	MARIA REIS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 13 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
139	901 MARIA SANDRA N UNES ANCHAU	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
140	609 MARICENE FATIMA DAL PRA LANZARIN	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
141	45 MARILDA DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
142	827 MARILEI LOURDES MAGGIONI ATUATTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
143	363 MARILENE ALVES GIACOMONI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
144	994 MARINALDA ARRUDA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
145	857 MARINDIA DE LIMA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
146	32 MARINES FERRAZ	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
147	1165 MARINES VIEIRA BORLINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
148	460 MARISA TIBER PONTEL	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 14 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
149	MARIZA INES MALLMANN BE	Professor [Língua estrangeira: Inglês]	Deferido.
150	MARIZA VELOZO	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
151	MARIZETE BALANCELLI FAREZIN	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
152	MARLENE NORONHA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
153	MARLI RODRIGUERO PIGATO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
154	MARLON DUARTE	Professor [Educação Física]	Deferido.
155	MAURICIO RECHE	Professor [Educação Física]	Deferido.
156	MEI TEREZINHA PINTO AMARAL	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
157	MICHELI FERNANDA PRIGOL BIANCHI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
158	MICHELI VALDUGA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
159	MONICA FATIMA AGNOLETTA DA SILVEIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 15 de 23



	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
160	992	MONICA PEDERSSETTI	Professor [Educação Infantil] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
161	852	MONICA PIERIN	Professor [Língua estrangeira: Espanhol] / Professor [Língua Portuguesa]	Deferido.
162	1067	NADIA KROTH	Professor [Ciências]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '2' do subitem 4.2 do edital (duas eleições consecutivas ou não, nos últimos quatro anos).
163	539	NAIRA LICE FORTES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
164	774	NELSI ZENI	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
165	835	NEUSA ALVES GAZARO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
166	1011	NEUSA SCHMITZ LANGENBERG	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
167	550	NOELI MARIA ERCEGO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
168	250	ODACIR ANTONIO ZERBIELI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 16 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
169	PALOMA VANESSA KAZESKI	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
170	PAMELA CRISTINA DA SILVA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
171	PATRICIA LENZ	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
172	PATRICIA OVIEDO CARRILHO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
173	PATRICIA REGINA DE OLIVEIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
174	PAULA GABRIELA RIBEIRO DE MELLO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]/ Professor [Educação Infantil]	Deferido.
175	RAQUEL ANTUNES MUNIZ SCHONS	Professor [Educação Infantil] / Professor [Ciências]	Deferido.
176	REGINA MARIA LECARDELLI	Professor [Educação Física]	Deferido.
177	RENATO ANTONIO RUGUZZONI	Professor [Matemática]	Deferido.
178	RENI BOMBIERI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
179	RICARDO RECHE	Professor [Educação Física]	Deferido.
180	ROBERTA APARECIDA TRINDADE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 17 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
181	ROBERTA MARIA GALII	Professor [Educação Física]	Deferido.
182	ROBERTO PINHEIRO ALVES	Professor [Educação Física]	Deferido.
183	ROCILEI TICIANI SEHNEM	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
184	RONI EVANDRO FIGUEIRO	Professor [Educação Física]	Deferido.
185	ROSA MARIA MACHADO DE ALMEIDA LANER	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de inscrições inferior a três).
186	ROSALI FATIMA STEMPOKOWSK	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
187	ROSANA FURLANETTO BERNIERI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
188	ROSANE BREGALDA	Professor [Educação Física]	Deferido.
189	ROSANE PEREIRA DA SILVA DO NASCIMENTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
190	ROSANE ROSSI DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
191	ROSANE SIMONETTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
192	ROSANGELA SCHMIDT MORONI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número '1' do subitem 4.2 do edital.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 18 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
193	ROSEMERI TEREZINHA SEGATTI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
194	ROSICLER FATIMA GONCALVES	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
195	ROSILAINE DA SILVA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
196	ROSIMELI SIGOGNINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
197	ROZANGELA MARIA ZATTI FAVERO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
198	RUBIA MUNARINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
199	RUDIMAR GARSHAL	Professor [Educação Física]	Deferido.
200	SABRINA CARA	Professor [Educação Física]	Deferido.
201	SALETE ALVES GAZARO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
202	SAMUEL SEBBEN	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 19 de 23



	Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
203	808	SANDRA MARA MORAIS	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
204	743	SANDRA MULLER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
205	232	SARITA MARIA PACHECO DE PAULA LOPES	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
206	310	SELENIR FATIMA DO CARMO	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
207	905	SELINA SALETE BERNARDI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
208	527	SIDIANI QUADRI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
209	872	SILMARA APARECIDA SARTORI SARVACINSKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA]	Indeferido. Em conformidade com a letra "b" do número 1 do subitem 4.2 (número de doações inferior a três).
210	158	SILVANA MISURA DE RE	Professor [Educação Física]	Deferido.
211	507	SILVIA REGINA MACHADO	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
212	696	SILVIA SOARES DE ARAUJO FRANCA	Professor [Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 20 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
213	246 SIMONE CHIARELO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
214	601 SIMONE FATIMA VENANCIO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
215	641 SIMONE KARINE GAI RODRIGUES	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [História]	Deferido.
216	500 SINARA CAVALHEIRO DE CARVALHO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
217	741 SIRLEI SCHULZ DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
218	666 SIRLEI STECHMANN	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
219	221 SIZINEI FERREIRA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
220	692 SOELI APARECIDA DE ARAUJO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
221	816 SOELI TEREZINHA VEIGA	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
222	1211 SONIA PIGATO ROSSI	Professor [Educação Especial/Segundo Professor]	Deferido.
223	503 SUELI FATIMA MARCANTE	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 21 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
224	1184 SULI LOURDES SCHUH	Professor [Educação Infantil]	Deferido.
225	67 SUZAMARA MEDEIROS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
226	726 SUZANA APARECIDA DE QUATROS	Professor [Educação Física]	Deferido.
227	162 SUZANA CREMONINI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
228	623 TAISE MARIN RAMOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
229	713 TANIA BARPI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
230	286 TATIANA PAULA BONATTO	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
231	53 TATIANE SOARES FLOSS	Professor [Educação Física]	Deferido.
232	553 VANDERLEI ANTONIO KUHN	Professor [História] / Professor [Ensino Religioso]	Deferido.
233	502 VANDERLEI PORTO FREITAS	Professor [Educação Física]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
234	589 VANESSA GLOVACKI LAVINICKI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
235	452 VANESSA PEREIRA GIORDANI	Professor [Educação Física]	Deferido.

Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição

Página 22 de 23



Inscrição	Nome	Cargo	Despacho
236	1044 VERA LUCIA RODRIGUES NICOLLI	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Indeferido. Em conformidade com o subitem 4.2 (entrega intempestiva).
237	247 YLHETE DOS SANTOS	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
238	1020 ZOLEIDE MARISTELA KRAMER	Professor [1ª a 5ª série e EJA] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.
239	929 IVANETE DA COSTA RITTA	Professor [Educação Especial/Segundo Professor] / Professor [Educação Infantil]	Deferido.

Em conformidade com o subitem 4.4 do edital 004/2017, os candidatos que tiveram seu pedido indeferido deverão efetuar o pagamento da taxa devida, dentro do prazo estabelecido no presente Edital.

Chapecó, 20 de novembro de 2017.

2017_PMCHAPECO_MEMORANDO_RECURSOS_ISENCAO

Publicação Nº 1433031



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2017

COMUNICADO DO RESULTADO DOS RECURSOS QUANTO AO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA INSCRIÇÃO

A **COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, destinado à contratação em caráter temporário de professores para preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal, no ano letivo de 2018, Edital nº 004/2017, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados que, após a análise dos recursos interpostos em requerimentos formulados pelos candidatos, prolatou as seguintes decisões:

INSC	CANDIDATO	CARGO	DESPACHO	DECISÃO
380	ANDREIA SOARES RHODEN	P03	Improcedente	Manter Decisões
224	CARLA RAMOS CUNHA	P03	Improcedente	Manter Decisões
291	IONE TEREZINHA E SA	P15	Deferido	Conceder Isenção
929	IVANETE DA COSTA RITTA	P08	Deferido	Conceder Isenção
929	IVANETE DA COSTA RITTA	P08	Deferido	Conceder Isenção
817	JULIANO PESCADOR	P10	Improcedente	Manter Decisões
109	ROSA MARIA MACHADO DE ALMEIDA LANER	P08	Improcedente	Manter Decisões
872	SILMARA APARECIDA SARTORI SARVACINSKI	P03	Improcedente	Manter Decisões
759	SONIA MARIA RESTELLO	P03	Improcedente	Manter Decisões

Em consequência das decisões exaradas nos recursos acima mencionados, fica retificado o Resultado dos Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição, publicado em 13/11/2017, nos seguintes termos:

INSC	CANDIDATO	CARGO	DESPACHO
291	IONE TEREZINHA E SA	P15	Deferido
929	IVANETE DA COSTA RITTA	P08	Deferido

Os candidatos que desejarem ter acesso às justificativas da Comissão Organizadora, relativas aos despachos e decisões exarados em seus recursos, poderão fazê-lo no site do Concurso, utilizando o endereço eletrônico <http://chapecoeduca.fepese.org.br>

Nos termos das normas editalícias, a decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.

Florianópolis, 17 de novembro 2017.

EDITAL SEDUC 029.2017 - PROCESSOS DE REMOÇÃO A PEDIDO E POR PERMUTA

Publicação Nº 1433364

**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****EDITAL SEDUC Nº 029/2017**

Dispõe sobre os Processos de Remoção a pedido e por Permuta dos membros do Magistério Público Municipal.

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 79, parágrafo único, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 37, §1º, incisos II e III da Lei Complementar n. 130/2001, **FAZ SABER** aos membros do Magistério Público Municipal de Chapecó que serão abertas as Inscrições para os **Processos de Remoção a pedido e por Permuta.**

I - DAS INSCRIÇÕES:

1.1 As Inscrições para a Remoção a pedido, na forma do disposto no artigo 37 da Lei Complementar n. 130/2001, observarão o disposto no presente Edital, implicando, desde logo, conhecimento e tácita aceitação de seus termos e condições.

1.2 O Quadro de Vagas para remoção a pedido, por área de atuação, com carga horária e locais de exercício, será apresentado no **dia de início do prazo de inscrição (28 de novembro de 2017)**, no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E - Centro, Chapecó - SC.

1.3 Os Membros do Magistério Público Municipal interessados na Remoção a pedido deverão efetuar sua inscrição no dia **28 de novembro de 2017**, no horário das **13:00h às 19:00h**, na Secretaria de Educação, pessoalmente ou mediante procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida).

1.4 Para se inscrever os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Decreto de Nomeação no Cargo de Provimento Efetivo;
- b) Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- c) Fotocópia do Certificado e/ou Diploma da nova habilitação (quando houver);
- d) Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- e) Atestado do Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias até **31 de outubro de 2017**.

1.4.1 Os documentos acima relacionados (alíneas “a”, “b”, “d” e “e”) deverão ser providenciados com antecedência pelo candidato. Caso seja necessário providenciá-los junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, o candidato deverá protocolar requerimento impreritavelmente até o dia **27 de novembro de 2017**, conforme modelo em anexo (**Anexo I**).

1.4.1.1 O protocolo a que se refere o item 1.4.1 poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou por seu procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida), respeitados os demais critérios editalícios.

II - DA OPÇÃO E DISPUTA DAS VAGAS

2.1 O candidato, a partir do Quadro de Vagas, poderá indicar até 03 (três) opções para sua Remoção a pedido.

2.2 Cada vaga oferecida será preenchida pelo candidato que, de forma eliminatória, apresentar:

- a) Maior habilitação na área de atuação;

- b) Maior Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias até **31 de outubro de 2017**;
- c) No caso de empate, sorteio na presença dos candidatos inscritos nas vagas a ser realizado nas dependências da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E, Centro, Chapecó-SC, às **17:00h**, no dia **29 de novembro de 2017**.

2.3 Cada vaga será disputada pelos candidatos com a primeira opção. Não havendo candidatos com a primeira opção na vaga, disputarão os candidatos com segunda opção e não havendo candidatos com a segunda opção, disputarão a vaga os candidatos com terceira opção.

2.4 Para a Remoção a pedido, que será em **caráter definitivo**, observar-se-ão a área de atuação, a compatibilidade de horários, distância e transporte entre os locais de trabalho, sendo permitida apenas uma remoção para cada servidor.

2.4.1 Considerando-se o disposto no presente Edital, em especial itens 2.4 e 4.1, fica vedado ao candidato participar deste processo mediante remoção a pedido (item 1.1 e seguintes) e remoção por permuta (item 4.1 e subitens), devendo optar tão somente por uma das referidas modalidades.

2.5 O **resultado** da Remoção a pedido será apresentado no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E - Centro, Chapecó-SC, no dia **30 de novembro de 2017 a partir das 17:00h**, não sendo permitido ao candidato desistir ou recusar a vaga/lotação conquistada, observados os termos editalícios e legais cabíveis.

III - DA LOTAÇÃO

3.1 O exercício na nova Escola Básica ou Centro de Educação Infantil Municipal dar-se-á a partir do dia **01 de fevereiro de 2018**, permitida a atuação em função de Direção, Coordenação e Assessoramento, cedências e outros afastamentos legais autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

4.1 A remoção na modalidade de **Permuta** entre Membros do Magistério independe de inscrição e poderá ser realizada por meio do encaminhamento, à Secretaria de Educação, de pedido conjunto entre os servidores interessados no dia **28 de novembro de 2017**, desde que observada a compatibilidade de área de atuação e carga horária, sendo permitida apenas uma permuta para cada servidor, a qual será em **caráter definitivo**, observado o disposto em subitens 2.4 e 2.4.1 deste Edital.

4.1.1 O protocolo do pedido conjunto de remoção na modalidade de Permuta poderá ser realizado pelos próprios servidores interessados, individual ou conjuntamente, desde que o requerimento esteja devidamente subscrito por ambos, ou mediante procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida.

4.1.2 O **resultado** da remoção na modalidade de **Permuta** será apresentado no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauen, 53-E, Centro, Chapecó-SC, no dia **30 de novembro de 2017, a partir das 17:00h**, por ocasião da divulgação do resultado da Remoção a pedido, não sendo permitido ao candidato desistir ou recusar a vaga/lotação conquistada, observados os termos editalícios e legais cabíveis.

4.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.

4.3 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Educação do Município de Chapecó,
Estado de Santa Catarina, em 22 de novembro de 2017.

SANDRA MARIA GALERA
Secretária de Educação



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL SEDUC Nº 029/2017

ANEXO I

REQUERIMENTO

_____(Nome do Professor),
Código Funcional_____, ocupante do cargo de provimento efetivo
de_____, nos termos do item
1.4 e subitens 1.4.1 e 1.4.1.1 do **EDITAL SEDUC Nº 029/2017**, com observância do prazo-limite relativo à
presente solicitação **27 de novembro de 2017**, vem requerer os **documentos abaixo assinalados** para
fins de inscrição no respectivo processo de **Remoção a pedido/Permuta**:

- () Fotocópia do Decreto de Nomeação no Cargo de Provimento Efetivo;
- () Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- () Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- () Atestado do Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias até **31 de outubro de 2017**.

Chapecó/SC, ____, de _____ de 2017.

Assinatura do Professor

EDITAL SEDUC 030.2017 - CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO COM MUDANÇA DE ÁREA

Publicação Nº 1433367

**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****EDITAL SEDUC Nº 030/2017**

Dispõe sobre a Concessão de Adicional de Titulação com mudança na área de atuação aos membros do Magistério Público Municipal de Chapecó.

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 79, parágrafo único, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 31 da Lei Complementar 132/2001, **FAZ SABER** aos membros do Magistério Público Municipal de Chapecó que serão abertas as inscrições para o **Adicional de Titulação com Mudança na Área de Atuação**.

I - DAS INSCRIÇÕES

1.1 Serão abertas as inscrições para a concessão do Adicional de Titulação com mudança na área de atuação, conforme estabelece o Art. 31, § 3º da Lei Complementar n. 132/2001.

1.2 O Quadro de Vagas para o Adicional de Titulação com mudança na área de atuação será publicado no dia **06 de dezembro de 2017** a partir das **17horas** no mural da Secretaria de Educação, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E - Centro, nesta cidade de Chapecó – SC.

1.3 Os membros do Magistério Público Municipal interessados no Adicional de Titulação com mudança na área de atuação deverão efetuar sua inscrição no dia **07 de dezembro de 2017**, no horário das **13:00h às 19:00h**, na sede da Secretaria de Educação, pessoalmente ou mediante procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida), implicando, desde logo, conhecimento e tácita aceitação dos termos e condições previstos no presente Edital.

1.3.1 Para as inscrições, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Decreto de Nomeação no cargo de provimento Efetivo;
- b) Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- c) Fotocópia autenticada do Certificado e/ou Diploma da nova área de atuação;
- d) Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- e) Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó, expresso em anos, meses e dias, computado até **31 de outubro de 2017**.

1.3.2 Os documentos acima relacionados (alíneas “a”, “b”, “d” e “e”) deverão ser providenciados com antecedência pelo candidato. Caso seja necessário providenciá-los junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, o candidato deverá protocolar requerimento impreterivelmente até o dia **27 de novembro de 2017**, conforme modelo em anexo (**Anexo I**).

1.3.2.1 O requerimento a que se refere o item 1.3.2 poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou por seu procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida).

1.4 Somente poderá inscrever-se no Adicional de Titulação com mudança na área de atuação o servidor do Magistério que já tenha cumprido o Estágio Probatório, consoante art. 31, *caput*, da Lei Complementar n. 132/2001.

II - DA OPÇÃO E DISPUTA DAS VAGAS

2.1 O candidato, a partir do Quadro de Vagas, poderá inscrever-se em até 03 (três) vagas, definindo a ordem de opção.

2.2 Cada vaga será disputada pelos candidatos inscritos com a primeira opção na vaga; não havendo candidatos com a primeira opção na vaga, disputarão os candidatos com segunda opção e não havendo candidatos com a segunda opção, disputarão a vaga os candidatos com terceira opção.

2.3 Cada vaga oferecida será preenchida pelo candidato que, de forma eliminatória, apresentar:

- a) Maior nível de habilitação na área de atuação da vaga;
- b) Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó, expresso em anos, meses e dias, computado até **31 de outubro de 2017**;
- c) No caso de empate, sorteio com a presença dos candidatos envolvidos a ser realizado nas dependências da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E, Centro, Chapecó – SC, das **13:30h**, no dia **11 de dezembro de 2017**.

2.4 O **resultado** da concessão do Adicional de Titulação com mudança na área de atuação será apresentado no mural da Secretaria de Educação **a partir das 16:00h do dia 11 de dezembro de 2017**.

III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

3.1 Somente será beneficiado com o respectivo Adicional de Titulação com mudança na área de atuação o membro do Magistério que obtiver vaga para o total da sua carga horária efetiva, ressalvada a opção da redução da carga horária efetiva, na proporção das vagas disponíveis.

3.2 O exercício na nova área de atuação dar-se-á a partir do dia **01 de fevereiro de 2018**.

3.3 É vedada a acumulação de adicionais de titulação.

3.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.

3.5 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 22 de novembro de 2017.

SANDRA MARIA GALERA
Secretário de Educação



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL SEDUC Nº 030/2017

ANEXO I

REQUERIMENTO

(Nome do Professor), Código Funcional _____, ocupante do cargo de provimento efetivo de _____, nos termos dos subitens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.2.1 do **EDITAL SEDUC Nº 030/2017**, com observância do prazo-limite relativo à presente solicitação (**27 de novembro de 2017**), vem requerer os **documentos abaixo assinalados** para fins de inscrição no respectivo processo de **Adicional de Titulação com Mudança na Área de Atuação**:

- () Fotocópia do Decreto de Nomeação no Cargo de Provimento Efetivo;
- () Fotocópia da última Portaria de Exercício;
- () Fotocópia do Decreto que concedeu Adicional de Titulação (quando for o caso);
- () Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias, computado até **31 de outubro de 2017**.

Chapecó/SC, _____, de _____ de 2017.

Assinatura do Professor

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001.2017 - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EFETIVA

Publicação Nº 1433369

**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2017**

*Dispõe sobre a **Ampliação de Carga Horária Efetiva** dos servidores do Magistério Público Municipal.*

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo, em especial, com o artigo 29 da Lei Complementar 132/2001 e demais disposições legais correlatas,

RESOLVE:

Orientar as Escolas Básicas e Centros de Educação Infantil Municipais sobre Ampliação de Carga Horária Efetiva dos Professores da Rede Municipal, nos termos abaixo declinados.

1. Os professores interessados em ampliar sua carga horária deverão dirigir-se ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, no dia **04 de dezembro de 2017**, no horário das **13:00h às 19:00h**, munidos de cópia do documento comprobatório da **habilitação em sua área de atuação** (Diploma de Graduação ou Certificado/Diploma da Pós-Graduação) e do **Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó**.

1.1. O documento comprobatório do Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó deverá ser providenciado junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação com antecedência, mediante protocolo de requerimento, **impreterivelmente até o dia 27 de novembro de 2017**, conforme modelo em anexo (**Anexo II**).

1.1.1 Os procedimentos previstos em item 1 e subitem 1.1 poderão ser realizados pelo próprio professor interessado ou mediante procurador devidamente constituído (procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida), respeitados os demais critérios estabelecidos em lei e nessa Instrução Normativa.

2. O Formulário constante em **Anexo I** será preenchido por responsável do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação e assinado pelo candidato ou respectivo procurador, em conformidade com a documentação por ele apresentada (item 1), implicando, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação quanto às condições e aos termos do processo previsto nesta Instrução Normativa.

3. A Secretaria de Educação processará a classificação dos candidatos observando os seguintes critérios:

- a) Maior nível de habilitação na área de atuação;
- b) Maior Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal de Chapecó expresso em anos, meses e dias (computado até **31 de outubro de 2017**).

4. O **resultado** da classificação será publicado no mural da Secretaria de Educação às **13:30h do dia 06 de dezembro de 2017**.

5. De acordo com a classificação, os candidatos poderão ser chamados para assumir as vagas disponíveis até o limite de 40 (quarenta) horas, conforme disponibilidade de vagas.
6. No caso de empate de classificação, será realizado sorteio na presença dos candidatos envolvidos, nas dependências da Secretaria de Educação do Município, situada na Rua Jonas Rauen, 53 E, Centro, Chapecó – SC, no dia **06 de dezembro de 2017**, nos horários estabelecidos em item 7 da presente Instrução Normativa.
7. **A chamada** para escolha de vagas dar-se-á no dia **06 de dezembro de 2017**, para todas as disciplinas e áreas de atuação, observada a disponibilidade de vagas, conforme cronograma a seguir:
 - a) Das 14:00h às 15:00h – Disciplinas do Ensino Fundamental – 6ª a 9ª série;
 - b) Das 15:00h às 15:30h – 1ª a 5ª série do Ensino Fundamental;
 - c) Das 15:30h às 16:00h – Educação Infantil;
 - d) Das 16:00h às 17:00h – Educação Especial.
- 7.1 Será permitida a escolha de vagas por meio de procuração por escritura pública ou particular com firma reconhecida.
8. A Secretaria de Educação publicará o Quadro de Vagas no dia da escolha (**06 de dezembro de 2017**).
9. O servidor do magistério que ampliar sua carga horária em vaga real, poderá permanecer atuando na mesma vaga, pelo período de 03(três) anos, sendo que, se a vaga continuar existindo após este período, o servidor poderá ampliar definitivamente sua Carga Horária Efetiva nesta vaga, sempre condicionada ao interesse público municipal e ocorrendo todos os requisitos estabelecidos no caput do art. 29, LC 132.2001.
10. O professor afastado por Perícia Médica, em readaptação de função, somente poderá ampliar sua carga horária quando obtiver alta e apresentar Laudo Médico expedido pela Medicina do Trabalho do Município atestando sua aptidão para retornar às atividades de docência em sala de aula.
11. O candidato que ampliar sua Carga Horária Efetiva, se assim convocado, poderá atuar no órgão central da Secretaria de Educação, bem como exercer outras funções de confiança como Direção, Secretaria de escola, Coordenação e Assessoramento.
12. O exercício e a remuneração da respectiva Ampliação de Carga Horária Efetiva dar-se-ão a partir do dia **01 de fevereiro de 2018**.
13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.
14. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, sendo afixada no mural da Secretaria de Educação.
15. Revogam-se as disposições em contrário.

Chapecó (SC), 22 de novembro de 2017.

SANDRA MARIA GALERA
Secretário de Educação



**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2017

ANEXO II

REQUERIMENTO

_____(Nome do Professor),
Código Funcional_____, ocupante do cargo de provimento efetivo
de_____, nos termos do item
1 e subitens da Instrução Normativa SEDUC Nº 001/2016, com observância do prazo-limite relativo à
presente solicitação (**27 de novembro de 2017**), vem requerer **Atestado de Tempo de Serviço no
Magistério Público Municipal de Chapecó** expresso em anos, meses e dias (computado até **31 de
outubro de 2017**) para fins de inscrição no respectivo processo de **Ampliação de Carga Horária Efetiva**.

Chapecó-SC, aos _____, de _____ de 2017.

Assinatura do Professor



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I – INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDUC Nº 001/2017
INSCRIÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA EFETIVA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

[illegible]

**CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
SETOR DE RH**

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 26 DE 2017 - ERRATA**

Publicação Nº 1433192

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Chapecó

ERRATA

Aviso de Licitação - Processo nº 26/2017

Pregão Presencial nº 13/2017

Republicado para os fins de alteração da data de abertura

Objeto: Contratação de Serviço Móvel Pessoal, compreendendo o fornecimento de 40 (quarenta) acessos para originar e receber chamadas nacionais ilimitadas para fixo e móvel, de qualquer operadora, incluindo-se as despesas de roaming nacional; acesso a pacote de dados, tecnologia 4G, com, no mínimo, 3GB; serviços de envio de mensagens instantâneas (SMS) ilimitado e software gerenciador de contas (gestor online).

Entrega dos envelopes: até às 14h do dia 04/12/2017.

Abertura dos envelopes: às 14h15min do dia 04/12/2017.

A íntegra do edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, e no portal www.cmc.sc.gov.br.

Chapecó, 20 de novembro de 2017.

Valmor Junior Scolari

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO - CONCORRÊNCIA Nº 3/2017 – PMC PERMISSÃO DE USO

Publicação Nº 1433179

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 1/2017 – PMC
Permissão de Uso

Objeto: Seleção de empresa, associação, cooperativa ou entidade afins para a outorga de permissão de uso das instalações denominadas "Casa do Produtor Rural" e equipamentos disponibilizados, com a finalidade exclusiva de exploração para "comercialização de produtos do gênero perecíveis e não perecíveis, hortifrutigranjeiro, com procedência da agricultura familiar, oriundos do município e região".

COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 21/11/2017 o recurso administrativo interposto pela licitante: MS TRANSPORTES E COMÉRCIO EIRELI ME foi julgado PROCEDENTE. De consequência fica alterado o resultado da fase de habilitação proferido na sessão do dia 30/10/2017 e publicada no DOM/SC edição 2374 em 31/10/2017, revertendo-se a inabilitação da licitante MS TRANSPORTES E COMÉRCIO EIRELI ME. Ante o exposto, convocamos todas as empresas habilitadas no certame para abertura dos envelopes de Proposta, a ocorrer no dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2017, às 08h30min, na Sala de Licitação. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de Compras.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2017.
JACIELE TOCHETTO
Vice-Presidente da Comissão de Licitações

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 100/2017

Publicação Nº 1433314

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 100/2017.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio ADR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 51.447,11 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e onze centavos). E Convênio ADR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio no valor de R\$ 67.301,11 (sessenta e sete mil, trezentos e um reais e onze centavos).

Concórdia SC, 21 de novembro de 2017.
JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 101/2017

Publicação Nº 1433315

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 101/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Contrato de Apoio Financeiro nº 2017TR 00 1309, Vinculado ao Projeto ADR 06 14721/2017 – Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte – Reforma Tancredão, no valor de R\$ 99.995,17 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e dezessete centavos).

Concórdia SC, 21 de novembro de 2017.
JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 16/2017 - FIA

Publicação Nº 1433632

Contrato Nº : 16/2017
Aditivo Nº : 1TA Ctr 16/2017/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Contratada : ALLIEVI & ALLIEVI LTDA EPP
Licitação : Pregão Eletrônico 2/2017
Objeto : Aquisição de brinquedos e jogos educativos para os projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Resolução CMDCA nº 124/2016 de 08 de setembro de 2016, com recursos próprios do FIA, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 11/11/2017 Término: 11/12/2017
Assinatura : 10/11/2017

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 17/2017 - FIA

Publicação Nº 1433633

Contrato Nº : 17/2017
Aditivo Nº : 1TA Ctr 17/2017/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Contratada : ASTOR STAUDT ME
Licitação : Pregão Eletrônico 2/2017
Objeto : Aquisição de brinquedos e jogos educativos para os projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Resolução CMDCA nº 124/2016 de 08 de setembro de 2016, com recursos próprios do FIA, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 11/11/2017 Término: 11/12/2017
Assinatura : 10/11/2017

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 186/2017 - PMC

Publicação Nº 1433619

Contrato Nº : 186/2017
Aditivo Nº : 1TA CT 186/2017/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES MARTINS EIRELI ME
Licitação : Pregão Presencial 46/2017
Objeto : Aquisição e instalação de sistema eletrônico de segurança com câmeras de monitoramento, a serem instalados nas dependências do Aeroporto Municipal, Aterro Sanitário e Terminal Rodoviário Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Execução : Início: 14/10/2017 Término: 13/12/2017
Vigência : Início: 14/11/2017 Término: 13/01/2018
Assinatura : 09/11/2017

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 218/2017 - PMC

Publicação Nº 1433616

Contrato Nº : 218/2017
Aditivo Nº : 1TA CT 218/2017/2017
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : LIOCOLOR ESTÚDIO FOTOGRÁFICO LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 45/2017
Objeto : Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização de eventos a serem promovidos pela Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 17/11/2017 Término: 18/01/2018
Assinatura : 17/11/2017
Valor R\$: 136,15 (Cento e Trinta e Seis Reais e Quinze Centavos)

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903923000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903923000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903401000000.01000001

Dotação : 157 - 10.001.2038.333903923000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 219/2017 - PMC

Publicação Nº 1433613

Contrato Nº : 219/2017
Aditivo Nº : 1TA CT 219/2017/2017
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 55/2017
Objeto : Contratação de empresa de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra), para aquisição, conserto, instalação, manutenção e retirada das infraestruturas, figuras natalina, iluminação ornamental e luzes natalinas para o Sonho de Natal 2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 16/11/2017 Término: 21/02/2018
Assinatura : 16/11/2017

Valor R\$: 6.885,00 (Seis Mil e Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais)

Dotação : 160 - 10.001.2039.333903026000000.01080000

Dotação : 160 - 10.001.2039.333903999000000.01080000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 22/2017 - FIA

Publicação Nº 1433636

Contrato Nº : 22/2017
Aditivo Nº : 1TA Ctr 22/2017/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Contratada : REJANE COMERCIO DE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 2/2017
Objeto : Aquisição de brinquedos e jogos educativos para os projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Resolução CMDCA nº 124/2016 de 08 de setembro de 2016, com recursos próprios do FIA, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 11/11/2017 Término: 11/12/2017
Assinatura : 10/11/2017

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 60/2017 - FMS

Publicação Nº 1433352

Contrato Nº : 60/2017
Aditivo Nº : 1TA Ctr 60/2017/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 1/2017
Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para adequação e instalação da infraestrutura da parte elétrica, para instalação de novos pontos elétricos de equipamentos de ar condicionado e para uma autoclave, no setor de Enfermagem/Consultórios médicos na Policlínica, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Execução : Início: 18/11/2017 Término: 03/12/2017
Vigência : Início: 10/01/2018 Término: 25/01/2018
Assinatura : 16/11/2017

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 11/2017 - PMC

Publicação Nº 1433627

Contrato Nº : 11/2017
Aditivo Nº : 2TA Ctr 11/2017/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 4/2016
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Diagnóstico Socioambiental de parte da bacia hidrográfica do Rio dos Queimados, no perímetro urbano deste município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.
Execução : Início: 15/11/2017 Término: 30/12/2017
Vigência : Início: 26/09/2018 Término: 10/11/2018
Assinatura : 14/11/2017

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 99/2015 - FMS

Publicação Nº 1433344

Contrato Nº : 99/2015
Aditivo Nº : 2TA Ctr 99/2015/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CASA DE RECUPERACAO AGUA DA VIDA CRAVI
Licitação : Inexigibilidade 19/2015
Objeto : Credenciamento de clínicas prestadoras de serviços de saúde para internações de pacientes do CAPS.
Vigência : Início: 16/11/2017 Término: 15/11/2018
Assinatura : 13/11/2017
Valor R\$: 435.885,60 (Quatrocentos e Trinta e Cinco Mil, Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01020000
Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 311/2015 - PMC

Publicação Nº 1433611

Contrato Nº : 311/2015
Aditivo Nº : 3TA Ctr 311/2015/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS, INDS E COMS DE CHAPECO LTDA
Licitação : Pregão Presencial 118/2015
Objeto : Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos líquidos classe I sólidos e lodos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 17/11/2017 Término: 16/11/2018
Assinatura : 13/11/2017
Valor R\$: 14.703,50 (Quatorze Mil, Setecentos e Três Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 175 - 11.001.2041.333903928000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 84/2014 - FMS

Publicação Nº 1433349

Contrato Nº : 84/2014
Aditivo Nº : 3TA CT 84/2014/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 18/2014
Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 12/11/2017 Término: 11/11/2018
Assinatura : 10/11/2017
Valor R\$: 35.294,40 (Trinta e Cinco Mil, Duzentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903999000000.01380002

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903978000000.01380002

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903916000000.01380002

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903999000000.03020000

Dotação : 201 - 13.001.2101.333903978000000.01020000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 85/2014 - FMS

Publicação Nº 1433348

Contrato Nº : 85/2014
Aditivo Nº : 3TA CT 85/2014/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : FLORICULTURA CALIANDRA SUL LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 18/2014
Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 12/11/2017 Término: 11/11/2018
Assinatura : 10/11/2017
Valor R\$: 29.144,16 (Vinte e Nove Mil, Cento e Quarenta e Quatro Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903999000000.01380002

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903978000000.01380002

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903916000000.01380002

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903999000000.03020000

Dotação : 201 - 13.001.2101.333903978000000.01020000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 86/2015 - FMS

Publicação Nº 1433346

Contrato Nº : 86/2015
Aditivo Nº : 3TA CT 86/2015/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CSA COMERCIO, SUPRIMENTOS E ASSITÊNCIA TÉCNICA DE MAQUINAS COPIADORAS
Licitação : Pregão Presencial 21/2015
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b a laser, bem como a manutenção dos equipamentos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação nas dependências do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia e demais localidades mencionadas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/11/2018
Assinatura : 01/11/2017
Valor R\$: 51.437,43 (Cinquenta e Um Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Três Centavos)

Dotação : 201 - 13.001.2101.333903912000000.01020000

Dotação : 207 - 13.001.2102.333903912000000.01380002

Dotação : 411 - 13.001.2102.333903912000000.03020000

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 148/2016 - PMC

Publicação Nº 1433620

Contrato Nº : 148/2016
Aditivo Nº : 6TA CT 148/2016/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 56/2016
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, para loteamento de área para fins industriais, no município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "C" e "D" do edital.
Execução : Início: 16/11/2017 Término: 14/02/2018
Vigência : Início: 20/09/2018 Término: 17/02/2019
Assinatura : 16/11/2017

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 2/2013 - FUMDEMA

Publicação Nº 1433628

Contrato Nº : 2/2013
Aditivo Nº : 6TA CT 2/2013/2017
Tipo Aditivo : Outros
Contratante : FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2013
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para prestação de serviço de coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos recicláveis, neste Município
Vigência : Início: 09/11/2017 Término: 10/03/2018
Assinatura : 09/11/2017

EXTRATO DO 3º TA CONTRATO Nº 102/2016 - PMC

Publicação Nº 1433623

Contrato Nº : 102/2016
Aditivo Nº : 3TA CT 102/2016/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 4/2015
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Plano Diretor e instrumentos complementares para urbanização do entorno do Lago em Concórdia - PDULC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.
Vigência : Início: 21/11/2017 Término: 19/02/2018
Assinatura : 17/11/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 220/2017 - PMC

Publicação Nº 1433600

Contrato Nº : 220/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : VIRTUAL AUTOMACAO LTDA
Licitação : Pregão Presencial 58/2017
Objeto : Aquisição de licenças para 02 anos, dos softwares Autodesk Architecture Engineering and Construction Collection 2017, em sua última versão, incluindo instalação e treinamento, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/11/2019
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 47.500,00 (Quarenta e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903911000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2017 - PMC

Publicação Nº 1433602

Contrato Nº : 221/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : PAVIBRAS EMPREENDIMENTOS EIRELI ME
Licitação : Pregão Presencial 8/2017
Objeto : Contratação em regime de empreitada por preços máximos unitários de empresa especializada para execução de serviços de sondagens geotécnicas do tipo SPT (Standart Penetration Test), sondagem rotativa ou mista para subsidiar reformas, estudos e projetos de construção, de pavimentação, de contenção e de obras hidráulicas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/11/2018
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 45.270,84 (Quarenta e Cinco Mil, Duzentos e Setenta Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Dotação : 110 - 08.001.1009.344905180000000.01390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 222/2017 - PMC

Publicação Nº 1433603

Contrato Nº : 222/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM ME
Licitação : Pregão Presencial 59/2017
Objeto : Aquisição de alimentos e consumo para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/01/2018
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 5.376,95 (Cinco Mil, Trezentos e Setenta e Seis Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903007000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903021000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903099000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2017 - PMC

Publicação Nº 1433604

Contrato Nº : 223/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : IRMAOS BALBINOT LTDA
Licitação : Pregão Presencial 59/2017
Objeto : Aquisição de alimentos e consumo para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/01/2018
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 35.809,00 (Trinta e Cinco Mil e Oitocentos e Nove Reais)

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903007000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903021000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903099000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2017 - PMC

Publicação Nº 1433605

Contrato Nº : 224/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : JONAS FERNANDO RIFFEL 08555612977
Licitação : Pregão Presencial 59/2017
Objeto : Aquisição de alimentos e consumo para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/01/2018
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 3.350,00 (Três Mil e Trezentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903007000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903021000000.01000001

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903099000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 225/2017 - PMC

Publicação Nº 1433606

Contrato Nº : 225/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : OFTALMOLOGIA PELLIZZARO LTDA - ME
Licitação : Inexigibilidade 30/2017
Objeto : Credenciamento de empresa na prestação de serviços na especialidade de Consultas , exames e procedimentos oftalmológicos. Lei Complementar nº 163 de 26/07/1999 e Decreto nº 4155 de 16/09/1999.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 09/04/2018
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 226/2017 - PMC

Publicação Nº 1433607

Contrato Nº : 226/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FABIANO FRANCHIN ME
Licitação : Pregão Presencial 7/2017
Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para instalação de sistema de iluminação composta por refletores, eletrodutos, caixas de passagem, condutores bem como adequações elétricas necessárias no pórtico do Município de Concórdia, SC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/02/2018
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 10.300,00 (Dez Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 162 - 10.001.2039.344905107000000.01080000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 227/2017 - PMC

Publicação Nº 1433609

Contrato Nº : 227/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVADA LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 48/2017

Objeto : Contratação de empresa e/ou entidade do ramo de apresentações culturais, eventos e entretenimento para coordenar, executar, fornecer figurinos e infraestrutura (som, multimídia e material cênico) e apresentar a Parada Natalina 2017, que será realizada na dia 02 de dezembro de 2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 05/01/2018
Assinatura : 06/11/2017
Valor R\$: 47.500,00 (Quarenta e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 159 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/2017 - PMC

Publicação Nº 1433610

Contrato Nº : 228/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : NEUSA DA SILVA FANTIN ME
Licitação : Pregão Presencial 50/2017
Objeto : Contratação de empresa de organização de eventos para a abertura do evento Sonho de Natal 2017 com Papai Noel e ajudante de Papai Noel, devidamente caracterizados e contratação de serviço de charrete com tração animal, a ser realizado no período de 02/12/2017 a 23/12/2017, neste município.
Vigência : Início: 14/11/2017 Término: 13/01/2018
Assinatura : 14/11/2017
Valor R\$: 10.200,00 (Dez Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 159 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2017 - FMC

Publicação Nº 1433629

Contrato Nº : 23/2017
Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Contratada : BRANCOBUS TURISMO LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 10/2017
Objeto : Contratação dos serviços de transportes de passageiros para eventos, com Recursos Próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 09/11/2017 Término: 08/01/2018
Assinatura : 09/11/2017
Valor R\$: 4.990,00 (Quatro Mil e Novecentos e Noventa Reais)

Dotação : 291 - 16.001.2403.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2017 - FMS

Publicação Nº 1433340

Contrato Nº : 64/2017
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : OFTALMOLOGIA PELLIZZARO LTDA - ME
Licitação : Inexigibilidade 14/2017
Objeto : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para consultas, especialidades, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 14/11/2017 Término: 14/11/2018
Assinatura : 14/11/2017
Valor R\$: 27.305,04 (Vinte e Sete Mil, Trezentos e Cinco Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2017 - FMS

Publicação Nº 1433342

Contrato Nº : 65/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : HOSPITAL DIA DE OFTALMOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 15/2017

Objeto : Cirurgias de Cataratas, conforme Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (Trimestre de Julho a Setembro de 2017), com base na Lei 8080/90 e o Decreto 7508/11.

Vigência : Início: 16/11/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 16/11/2017

Valor R\$: 10.422,00 (Dez Mil e Quatrocentos e Vinte e Dois Reais)

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2017

Publicação Nº 1433292

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2017

ESPÉCIE: Primeiro Termo aditivo ao Termo de Colaboração nº 1/2017, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor NADIR MATTIELLO.

OBJETO: Altera a Cláusula Terceira – do Valor do Repasse, Cronograma de Desembolso e Classificação Orçamentária da Despesa, e Anexo Único do Termo.

DATA DA ASSINATURA: 13 de novembro de 2017.

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 116/2017 - PMC

Publicação Nº 1433622

Contrato Nº : 116/2017

Aditivo Nº : 116/2017/2017

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FEMINA SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 16/2017

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999.

Vigência : Início: 19/06/2017 Término: 17/11/2017

Assinatura : 17/11/2017

RESOLUÇÃO CMHIS Nº 04/2017

Publicação Nº 1433298

RESOLUÇÃO CMHIS Nº 04, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre criação de comissão especialmente para fiscalizar,

acompanhar, analisar e julgar os casos omissos do edital de chamamento público para sorteio de cadastro de reserva para unidades habitacionais do MCMV requalificadas do Loteamento Frei Lency II e Nova Brasília I.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto nº 5.397 de 23 de abril de 2009 e alterações, em reunião ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2017:

Considerando a necessidade de regulamentar o procedimento para nova inscrição de seleção e sorteio, obedecendo a Portaria Federal Nº 412, de 06 de agosto de 2015, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV;

Considerando a Portaria Interministerial nº 99, de 30 de março de 2016, que dispõe sobre as operações com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV);

Considerando as comprovadas situações de irregularidade na ocupação de alguns imóveis – comercialização, aluguel, cedência a terceiros, desocupação – do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, do Residencial Frei Lency II e Nova Brasília I, foram instaurados processos judiciais movidos pela Instituição Financeira para retomar os imóveis;

Considerando que após decisão judicial os imóveis tornam-se aptos para nova contratação, sendo o Município responsável pela indicação das famílias;

Considerando o disposto nos itens 5.3 e 6.6 do Edital de Chamamento Público para sorteio de cadastro de reserva para unidades habitacionais do MCMV requalificadas do Loteamento Frei Lency II e Nova Brasília I;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar comissão designada especialmente para fiscalizar, acompanhar, analisar e julgar os casos omissos do edital de chamamento público para sorteio de cadastro de reserva para unidades habitacionais do MCMV requalificadas do Loteamento Frei Lency II e Nova Brasília I, que ficou assim constituída:

- I. Eliane Teresinha Vicente Pech – representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;
- II. Mario Littier Teixeira – representando a entidade Centro de Restauração Renascer de Concórdia;
- III. Deivid Roque de Moraes - representando a entidade Lions Club;
- IV. Scheila Gross - representantes da Secretaria Municipal de Finanças;
- V. Patrícia Kirch Dzewielewski Magnani Campos - representando a Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;
- VI. Marcos Antônio Magro - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Art. 2º - A comissão terá a responsabilidade de conduzir todo processo referente ao edital de chamamento público para sorteio de cadastro de reserva para unidades habitacionais do MCMV requalificadas do Loteamento Frei Lency II e Nova Brasília I.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da publicação.

Eliane Teresinha Vicente Pech

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesses Sociais

RESOLUÇÃO CMHIS Nº 05/2017

Publicação Nº 1433300

RESOLUÇÃO CMHIS nº 05/2017, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.
Dispõe sobre o critério de renda familiar para Concessão de materiais de Construção do Banco Social de Material de Construção.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto nº 5.397 de 23 de abril de 2009 e suas alterações, em cumprimento a deliberação da Reunião Ordinária realizada no dia 30 de outubro de 2017:

Considerando a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades (regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, Estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS;

Considerando o disposto no Art. 2º da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 75, de 9 de dezembro de 1993;

Considerando a Lei 3.989, de 17 de setembro de 2008, cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS); dá outras providências;

Considerando o Art. 7º da Lei nº 4.830 de 17 de dezembro de 2015, que institui o Banco Social de Materiais de Construção;

Considerando a necessidade de garantir o acesso e atender a um maior número de famílias com o Banco Social de Material de Construção;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o critério renda disposto no inciso II, do Art. 7º da Lei nº 4.830, de 17 de dezembro de 2015, que institui o Banco Social de Materiais de Construção.

Art.2º O benefício será concedido às famílias que comprovam renda familiar bruta mensal entre 0 a 03 salários mínimos vigente.

Art.3º Na composição da renda familiar deverá ser levada em consideração à totalidade de renda dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza.

Art.4 º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANE TERESINHA VICENTE PECH

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesses Sociais

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 783/2017

Publicação Nº 1433641

DECRETO Nº 783/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. CLÉDIA SALETE BARBIERI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº1352101, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 20 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 784/2017

Publicação Nº 1433643

DECRETO Nº 784/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 30 dias de licença a partir do dia 10/11/2017, para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal, Sra. ARLETE DAL SANTO GROLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 354601, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 10/11/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 785/2017

Publicação Nº 1433645

DECRETO Nº 785/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de seus filhos, da Servidora Municipal, Sra. ANA PAULA BRIANSINI, ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº557101, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 16/11/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 786/2017

Publicação Nº 1433647

DECRETO Nº 786/2017

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 27/11/2017, do cargo de provimento efetivo de Odontólogo(a), a Sra. TAÍSA BORSOI SAGNIOTTO, matrícula nº 632101, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Em virtude da exoneração de que trata este Decreto, fica declarado vago o cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 32, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 20 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 787/2017

Publicação Nº 1433648

DECRETO Nº 787/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder a servidora Pública Sra. JOANA LIS CENCI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação. 02 (dois) dia de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 01/10/2016 e 02/10/2016 que serão usufruídos no dia 10/11/2017 e 17/11/2017 turno vespertino e 27/11/2017 o dia todo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 20 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 788/2017

Publicação Nº 1433650

DECRETO Nº 788/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 10 (dez) dia de licença para tratamento de saúde do Servidor Municipal, Sr. ADEMIR PEDRO GROLLI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, Matrícula nº 579102, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 20 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 789/2017

Publicação Nº 1433651

DECRETO Nº 789/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. CRISTINA LAJUS MENDES, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, Matrícula nº1354701, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 17/11/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 20 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 790/2017

Publicação Nº 1433653

DECRETO Nº 790/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto na Lei n. 895/2010 c/c Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a Conselheira Tutelar Sra. ERICA SOARES VARIANI, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2016 À 09/01/2017, que serão gozadas a partir do

dia 26/12/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de Novembro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 21 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ERICA SOARES VARIANI

Ciente em: ____/____/2017

DECRETO Nº 791/2017

Publicação Nº 1433655

DECRETO Nº 791/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001- Pagamento do PASEP

Modalidade de Aplicação: 339000 – 141

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos para 20/11/2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 792/2017

Publicação Nº 1433656

DECRETO Nº 792/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. JULIANA BREANCINI, ocupante do cargo de Professor, Matrícula nº628605, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 793/2017

Publicação Nº 1433657

DECRETO Nº 793/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder a servidora Pública Sra. KELY ALINE SABADIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação. 02 (dois) dia de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 01/10/2016 que serão usufruídos nos dias 22 e 23 de novembro de 2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 22 de Novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO EDITAL PROC. 126/2017 PP. 60/2017

Publicação Nº 1432227

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal em Exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e

Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 126/2017

Pregão Presencial n. 60/2017

Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS NOVO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2017, FABRICAÇÃO NACIONAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 844248/2017 JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 04/12/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 04/12/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 21 de novembro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal Em Exercício

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA 05/2017 - CMDCA**

Publicação Nº 1432328

ATA Nº _____/2017

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA – 11.10.2017

Aos onze dias do mês de outubro de 2017, tendo por local as dependências do Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Correia Pinto / SC, às nove horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devidamente convocados pela resolução 02/2017, bem como pela Resolução 03/2017 que regulamentou o Edital 001/2017 do Fia. O Coordenador do CMDCA deu as boas vindas a todos os presentes. Agradeceu o envolvimento de todos que prontamente estão participando dos encontros deste Conselho. Como primeiro item da pauta o coordenador relatou a entrada de requerimento datado de 30.09.2017 para registro neste conselho da entidade, bem como de projeto da instituição Rotary Club Correia Pinto/SC, faz-se necessário a deliberação deste conselho no que diz respeito ao pedido inicialmente apresentado, visto que de forma conjunta a entidade protocolou projeto para captação de recursos no Edital 01/2017. O requerimento foi encaminhado a comissão Especial Designada para emissão de parecer sobre o pedido na forma da Resolução 07.01/2017. A comissão especial na forma da resolução 01/2017 que estabelece as regras sobre a inscrição e registro de organizações e seus respectivos serviços neste conselho manifestou-se pela impossibilidade do deferimento do registro da entidade haja visto que não atendeu de forma regular o previsto no Artigo 10 da Resolução 01/2017, do qual a documentação foi apresentada de forma incompleta faltando Estatuto Social e Ata de Eleição e Posse da atual diretoria. Assim sendo, a comissão especial decidiu por determinar o envio do parecer à organização para que providencie, se assim entender, adequar a documentação, se assim ocorrer o processo novamente deverá ser encaminhado à comissão especial para análise e posterior emissão de parecer, diante disso, o coordenador relatou o ocorrido ao Conselho que por unanimidade acolheu o parecer e determinou o envio de correspondência à organização para adequação da documentação, ficando a análise do pedido de registro prejudicada. Na sequência, como segundo item da pauta o coordenador fez um relato do Edital 01/2017, que havia sido publicado pela antiga gestão deste conselho, que passou por adequações ao texto publicado tendo em vista a necessidade de estar em consonância com o novo marco regulatório das ONGs. Entre as alterações houve a prorrogação dos prazos inicialmente estabelecidos, sendo que o recebimento dos projetos se deu até o dia 30/09/2017. Foram recebidos 3 (três) projetos: a) APAE DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92 - Projeto com o título - II PEDAL E CAMINHADA DA APAE no valor de R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais); b) APAE DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92 - Projeto com o título – SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO E SALA DE PEDIA SUIT – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS no valor de R\$ 8.791,00 (oito mil, setecentos e noventa e um reais); c) ROTARY CLUB CORREIA PINTO – CNPJ 22.580.499/0001-96 – Projeto com o título – LEITE É VIDA no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); os três projetos foram encaminhados à comissão especial de avaliação para emissão de parecer e classificação das propostas. A comissão foi designada na forma da Resolução 07.2017 da qual fizeram parte os conselheiros Sílvia Cardoso dos Santos; Joelma Neto de Liz; Edenize de Fátima Rosa Nascimento; Luzia Duarte; Rosimere da Silva Madruga Martins; Dercedes Biazibetti. A mesma comissão enviou a este Plenário PARECER onde avaliou de forma conjunta os três projetos sendo os dois projetos da APAE recomendando a Aprovação e o Projeto do Rotary pela Reprovação considerando questões técnicas e especialmente porque a entidade não conseguiu apresentar documentação hábil para ter o registro deferido neste conselho. O coordenador do CMDCA solicitou a secretária para que fizesse a leitura do parecer, que passa a integrar como anexo a presente ata, ao final a comissão concluiu pela seguinte classificação e pontuação dos projetos:

	Proponente	Projeto	Valor	Pontos
1º	APAE	SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 8.791,00	85
2º	APAE	II PEDAL E CAMINHADA DA APAE	R\$ 10.350,00	70
3º	ROTARY	Leite é Vida	R\$ 12.000,00	Desaprovado

Ato contínuo o coordenador do CMDCA colocou discussão o parecer, diversos apontamentos foram feitos e esclarecidos pelos conselheiros, posteriormente foi colocado em votação o parecer que foi aprovado por unanimidade. Dito isso, o coordenador declarou APROVADO o projeto b) APAE DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92 - Projeto com o título – SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO E SALA DE PEDIA SUIT – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS no valor de R\$ 8.791,00 (oito mil, setecentos e noventa e um reais) APROVADO o projeto a) APAE DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92 - Projeto com o título - II PEDAL E CAMINHADA DA APAE no valor de R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais); REPROVADO o projeto c) ROTARY CLUB CORREIA PINTO – CNPJ 22.580.499/0001-96 – Projeto com o título – LEITE É VIDA no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); Determinou-se com a aprovação do plenário que a publicação da presente ATA servirá como divulgação do resultado preliminar dos projetos escolhidos na forma do disposto no item 18.5 do Edital; Destacou-se os procedimentos seguintes relacionados aos próximos passos para o prosseguimento do estabelecido no Edital sendo: Após a publicação desta ata, no prazo de 48 horas finda o prazo para interposição de recursos administrativos na forma do item 18.6; Em sendo apresentado recursos, estes serão encaminhados e julgados na forma do estabelecido no Edital; A decisão dos recursos deverá ser publicada; Aprovou-se por este conselho que, em não sendo apresentados recursos, por meio de resolução, o coordenador deste conselho e a gestora do FIA publicarão o resultado definitivo do Edital na forma do parecer anteriormente aprovado. Destaca-se que tão logo ocorra a publicação da resolução sobre o resultado final, a entidade proponente deverá entregar a documentação prevista no Anexo II do Edital, documentação que será juntada ao processo e encaminhada para a Procuradoria Geral do Município para emissão de Parecer e Formalização do Termo de Parceria. Na forma do que dispõe o item “5.2. Cada entidade poderá apresentar mais de um projeto e em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade, ficando os demais projetos, se necessário, em banco de projetos para financiamento futuro.” Este Conselho, tendo em vista que uma única entidade foi contemplada com a aprovação de seus dois projetos, e tendo disponibilidade financeira suficiente para o financiamento de ambos, fica aprovado a formalização do termo de parceria de ambos os projetos aprovados em favor da Organização da Sociedade Civil. Ato contínuo, como terceiro item da pauta o Coordenador do Conselho requereu que a Secretária Municipal de Assistente Social e Habitação providenciasse a indicação de conselheiro suplente em substituição a Senhora Cristiane Granetto, ex-servidora municipal. Que a indicação seja feita a este conselho para que possamos solicitar

ao Excelentíssimo Senhor Prefeito a Adequação ao Decreto nº 1191 de 07.08.2017. Como quarto item da pauta foi colocado em discussão a necessidade de organizar um evento no final do ano convidado para participar empresários, potenciais doadores ao FIA e contadores para divulgar os fundamentos jurídicos da doação em favor do FIA bem como o abatimento do valor doado do Imposto de renda à pagar. Também aproveitando o chamamento aos empresários neste diálogo, a ideia é apresentar a estes, considerando a reforma trabalhista aprovada pelo congresso nacional, a legislação atualizada destacando as possibilidades de contratação de adolescentes na condição de estagiários, menor aprendiz e outras formas para que possa-se enfrentar a ociosidade de adolescentes identificada nos questionários respondidos pelas lideranças comunitárias. Para tal indispensável a contratação de especialistas 1 no campo do direito tributário / contábil e outro no campo do direito trabalhista para em uma palestra trabalhar o tema. Sugeriu-se buscar a parceria da Secretaria Municipal de Finanças. Ficou aprovado por este Conselho a realização de despesa no valor de até R\$ 10.000, 00 (dez mil reais) respeitadas as regras de contratação da administração pública para a contratação de profissionais habilitados para a realização do treinamento. De igual forma ficou aprovado a aquisição de material gráfico constituído por um FOLDER com explicações de como as empresas e pessoas podem fazer suas doações. A quantidade a ser cotada e autorizada a contratação é de 10 mil exemplares a serem pagos com os recursos do FIA. Todas as despesas aqui autorizadas integram a campanha de arrecadação de fundos para o FIA e consequentemente o financiamento de projetos sociais. Como quinto item da pauta considerando a proximidade do Natal, colocou-se em discussão a aprovação de abertura de EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO afim de financiar 1 (um) projeto de Organização da Sociedade Civil com abrangência municipal visando a realização de evento natalino com vistas a comemoração daquela data para atender especialmente crianças sem distinção. A abertura do Edital foi aprovado pelo Conselho na ordem de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) ficando autorizado o coordenador deste conselho em conjunto com a gestora do FIA a edição do documento no mesmo formato do Edital que foi destinado ao dia das crianças. Como sexto item da pauta o coordenador do conselho relata a necessidade de abertura de novo edital para financiar novos projetos já com vistas ao início do período de férias escolares e para o ano de 2018, pois considerando que a soma das parcerias formalizadas na forma do Edital 02 (R\$ 7.000,00), as aprovadas na forma do Edital 01 (R\$ 19.141,00) e do Edital 03 autorizado para o evento Natalino (R\$ 21.000,00) neste ano somam R\$ 47.141,00 (quarenta e sete mil reais, cento e quarenta e um centavos), em comparação com o valor disponibilizado no Edital 01/2017 (R\$ 170.000,00) nos resta um saldo de R\$ 122.859,00 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais), ainda, considerando as respostas elencadas no diagnóstico respondido por lideranças comunitárias especialmente a ociosidade e ausência de atividades esportivas e recreativas colocou-se em discussão a edição de novo edital com vistas a atender projetos de Organizações entre outras relacionados a atividades esportivas e de lazer. O lançamento do Edital foi aprovado por unanimidade e autorizado pelo conselho no valor de total de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para financiar projetos relacionados entre outras a atividades esportivas e de lazer. Encerrada a pauta inicialmente apresentada, o coordenador abriu a palavra aos conselheiros da qual declinaram. Não havendo mais nada a ser tratado, o coordenador deu por encerrada a reunião e determinou-se a lavratura da ata que vai assinada por todos.

Correia Pinto, 11 de outubro de 2017.

Eder Mesquita

Coordenador do CMDCA

CHAMADA PÚBLICA 04/2017 PMCP - PROCESSO 54/2017 PMCP RELAÇÃO DOS NOMES SORTEADOS

Publicação Nº 1433366

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017 PMCP

PROCESSO 54/2017 PMCP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio de seu Gestor, o Sr. Celso Rogério Alves Ribeiro, comunica aos interessados a relação dos nomes sorteados na Sessão Pública no dia: 21/11/2017 às 09:00 horas. Na Sede da Câmara de Vereadores, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, para o edital do processo 54/2017 cujo o objeto é: INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING, OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS, OBJETIVANDO CONSTITUIR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS RELATIVAS À LICITAÇÃO A SER EFETUADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA OS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 12.232/2010.

- 1- ALMIR FERREIRA BITENCURT.
- 2- JOSÉ CARLOS VARGAS MARIANO.
- 3- NEUSETTE APARECIDA MAZIERO.

Correia Pinto/SC, 21 de novembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

RESOLUÇÃO 07.1/2017 - CMDCA

Publicação Nº 1432325

RESOLUÇÃO 07.1/2017- CMDCA

Nomeia comissão destinada a emitir parecer sobre registro de organização não-governamental e seus serviços, bem como de programas e serviços de organizações governamentais.

O Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 9 da resolução 01/2017 que trata do registro de organizações não-governamentais e seus serviços bem como das organizações governamentais;

Considerando que deu entrada neste Conselho o pedido de registro de organizações e seus serviços do ROTARY CLUB CORREIA PINTO – CNPJ 22.580.499/0001-96.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para emitir parecer sobre os pedidos apresentados pelas organizações acima citadas na forma do estabelecido na resolução 01/2017 os conselheiros:

- Sílvia Cardoso dos Santos;
- Rosimere da Silva Madruga Martins;
- Nayane Ribeiro Coelho.

Art. 2º. O parecer deverá ser emitido no prazo de até 15 (quinze) dias e deverá ser endereçado ao plenário do Conselho que irá deliberar sobre a aprovação ou não do registro da entidade.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação e revogam-se as disposições em contrário especialmente, eventuais normativas e resoluções expedidas por este CMDCA que tratem sobre o tema.

Correia Pinto, 30 de setembro de 2017.

Eder Mesquita

Coordenador do CMDCA

RESOLUÇÃO 09/2017 - CMDCA

Publicação Nº 1432327

RESOLUÇÃO 09/2017

Divulga o resultado PRELIMINAR do processo de seleção de projetos através do Edital 01/2017 do Fia que tem o objetivo SELECIONAR PROJETOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência à serem patrocinados pelo FIA.

Considerando as atribuições que lhe são atribuídas pelo Edital 01/2017 o Coordenador do CMDCA faz publicar através da presente resolução o resultado preliminar da seleção de projetos voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência à serem patrocinados pelo FIA;

Considerando a emissão de parecer emanado pela comissão especial de seleção de projetos designada pela Resolução 07.2017;

Considerando a aprovação do projeto em reunião ordinária do CMDCA realizada no dia 11/10/2017 devidamente registrada em Ata e publicada na forma do que estabelece a legislação.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO o resultado preliminar dos projetos escolhidos na forma do disposto no item 18.5, destacando-se que após a publicação desta resolução, abre-se o prazo de até 48 horas para interposição de recurso administrativo aos interessados na forma do item 11.8 do Edital.

	Proponente	Projeto	Valor	Pontos
1º	APAE	SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 8.791,00	85
2º	APAE	II PEDAL E CAMINHADA DA APAE	R\$ 10.350,00	70
3º	ROTARY	Leite é Vida	R\$ 12.000,00	Desaprovado

Correia Pinto, 14 de outubro de 2017.

Eder Mesquita

Coordenador do CMDCA

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4551/17

Publicação Nº 1433357

PORTARIA Nº 4551/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3 A SERVIDORA JOYCE RAQUEL KIATKOSKI .

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 3, a servidora JOYCE RAQUEL KIATKOSKI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SETOR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar atividades de alimentação dos sistema E-SUS e SIA, além das demais atividades que desempenha como auxiliar de setor na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 22 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017

Publicação Nº 1432214

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 199/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 082/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.804.148/0001-89 e inscrição Estadual nº 253.175.798, estabelecida na BR 280 KM 56 nº 12726, sala 05, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA aquisições parceladas de MOLAS, PINOS, GRAMPOS, BUCHAS, GRAXEIRAS E SERVIÇOS DE MOLEIRO PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
LOTE 01	MÃO DE OBRA DA PARTE DE MOLAS (MOLEJO, REBATER MOLEJO, REBATER MOLEJO E CONTRA FEIXE, BRAÇO "V", BRAÇO DE TIRANTE, BOLSA DE PNEUMÁTICO DE ENCAIXE, BOLSA DE PNEUMÁTICO DE PARAFUSOSAR	SERV.	1	R\$ 10.700,00	R\$ 10.700,00
LOTE 02	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-DOBLÔ	UN	1	R\$ 1.486,00	R\$ 1.486,00
LOTE 03	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-UNO MILLE 1.0	UN	1	R\$ 2.327,00	R\$ 2.327,00
LOTE 04	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-L-200 TR. DIESEL.	UN	1	R\$ 4.416,00	R\$ 4.416,00
LOTE 05	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-FORD CARGO 2622/2422E/2622E	UN	1	R\$ 38.596,00	R\$ 38.596,00
LOTE 06	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-FORD CARGO 4331	UN	1	R\$ 29.274,00	R\$ 29.274,00
LOTE 07	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-IVECO TECTOR ATTACK 170E22 (TOCO)	UN	1	R\$ 32.678,00	R\$ 32.678,00
LOTE 08	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-IVECO CITY CLASS ÔNIBUS	UN	1	R\$ 30.532,00	R\$ 30.532,00
LOTE 09	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-AGRALE 6000	UN	1	R\$ 12.748,00	R\$ 12.748,00
LOTE 10	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-VOLARE V8L ÔNIBUS	UN	1	R\$ 17.584,00	R\$ 17.584,00
LOTE 11	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-IVECO DAILY	UN	1	R\$ 16.912,00	R\$ 16.912,00
LOTE 12	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-MERCEDES 915 C ÔNIBUS	UN	1	R\$ 21.028,00	R\$ 21.028,00
LOTE 13	LOTE DE PEÇAS DA PARTE DE MOLAS-VOLKS 15190 E ÔNIBUS	UN	1	R\$ 17.286,00	R\$ 17.286,00

Data da Assinatura: 01/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017

Publicação Nº 1432221

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 200/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 083/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02 e inscrição Estadual isenta, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450, Centro Histórico, município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.020.060.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (ETER), PARA OS VEÍCULOS CONSTANTES DA FROTA MUNICIPAL.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	PREÇO UNI-TÁRIO	PREÇO TOTAL
01	SEGURO DETER M.BENZ ONIBUS MASCA GRANMICRO PLACA MEG 4858 (TRANSPORTE DE PACIENTES): DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 3.079.608,00 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28	UN	1	R\$ 3.152,00	R\$ 3.152,00
02	SEGURO DETER MICRO ONIBUS PEUGEOT BOXER PLACA MFY 9306 (TRANSPORTE DE PÁCIENES): DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 1.539.804,00 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28	UN	1	R\$ 3.782,00	R\$ 3.782,00
03	SEGURO DETER MICRO ONIBUS MARCAPOLO VOLARE V8 PLACA MIE 2064 (TRANSPORTE DE ALUNOS EM ATIVIDADE ESCOLAR): DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 3.079.608,00 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28	UN	1	R\$ 3.931,00	R\$ 3.931,00
04	SEGURO DETER ONIBUS M.BENZ INDUSCAR ATILIS PLACA MHM 7281 (TRANSPORTE DE ALUNOS EM ATIVIDADE ESCOLAR): DANOS CORPORAIS E/OU MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIROS R\$ 3.079.608,00 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA TRIPULANTES (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (MORTE ACIDENTAL) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (INVALIDEZ PERMANENTE) R\$ 24.254,88 ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS (DESP. MED. HOSP.) R\$ 5.396,28	UN	1	R\$ 3.954,00	R\$ 3.954,00
				TOTAL	R\$ 14.819,00

Data da Assinatura: 06/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017

Publicação Nº 1432231

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 182/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 076/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: COMERCIAL VITÓRIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69 e inscrição Estadual nº 25.703.662-3, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr nº 60, Sala nº02, Bairro Água Verde, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DE UM DECK E PASSARELAS, VISANDO O CUMPRIMENTO DAS REGRAS DE ACESSIBILIDADE, PARA AS CACHOEIRAS QUE COMPÕE UM DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE CORUPÁ – ROTA DAS CACHOEIRAS.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	PARAFUSO INOX M12 X 45 mm	UNID.	CRV	2277	R\$ 1,67	R\$ 3.802,57
02	PARAFUSO INOX M12 X 70 mm	UNID.	CRV	92	R\$ 7,23	R\$ 665,44
				TOTAL		R\$ 4.468,00

Data da Assinatura: 07/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017

Publicação Nº 1432243

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 182/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 076/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.883.143/0001-04 e inscrição Estadual nº 257.466.576, estabelecida na Rodovia João Gualberto Soares nº 3265, Bairro Rio Vermelho, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DE UM DECK E PASSARELAS, VISANDO O CUMPRIMENTO DAS REGRAS DE ACESSIBILIDADE, PARA AS CACHOEIRAS QUE COMPÕE UM DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE CORUPÁ – ROTA DAS CACHOEIRAS.

DO PREÇO:

LOTE 01 – MADEIRAS

ITEM		Unidade	Marca	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	VIGAS DE MADEIRA PINUS TRATADA 150 X 200 X 2500 mm	UND	SANTOS	184	R\$ 94,36	R\$ 17.362,24
2	CAIBROS DE MADEIRA PINUS TRATADA 100 X 150 X 1600 mm	UND	SANTOS	137	R\$ 30,19	R\$ 4.136,03
3	CAIBROS DE MADEIRA PINUS TRATADA 50 X 100 X 1400 mm	UND	SANTOS	377	R\$ 9,44	R\$ 3.558,88
4	CAIBROS DE MADEIRA PINUS TRATADA 50 X 50 X 2500 mm	UND	SANTOS	368	R\$ 7,87	R\$ 2.896,16
5	TÁBUAS DE MADEIRA PINUS TRATADA 50 X 200 X 3000 mm	UND	SANTOS	03	R\$ 37,66	R\$ 112,98
6	TÁBUAS DE MADEIRA PINUS TRATADA 50 X 250 X 1200 mm	UND	SANTOS	15	R\$ 23,58	R\$ 353,70

LOTE 02 – CHAPAS COMPENSADO NAVAL

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	CHAPA DE COMPENSADO NAVAL 25 X 2200 X 1600 mm	UNID.	SUELI	25	R\$ 175,60	R\$ 4.390,00
02	CHAPA DE COMPENSADO NAVAL 25 X 2500 X 1600 mm	UNID.	SUELI	92	R\$ 175,00	R\$ 16.100,00

LOTE 04 – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM		UND.	MARCA	Quant.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	BARRA DE FERRO 3/8 X 12 m	UND	GUERDAU	233	R\$ 30,72	R\$ 7.157,76
2	BARRA DE FERRO 4,2 X 12 m	UND	GUERDAU	300	R\$ 6,25	R\$ 1.875,00
3	ARAME RECOZIDO	KG	GUERDAU	20	R\$ 8,38	R\$ 167,60
4	TÁBUA CAIXARIA PINUS 2,5 m	UND	SANTOS	847	R\$ 6,70	R\$ 5.674,90
5	SARRAFO TELHA PINUS 2,5 m	UND	SANTOS	134	R\$ 1,68	R\$ 225,12
6	PREGO 17 X 27	KG	GUERDAU	15	R\$ 7,32	R\$ 109,80
7	PREGO ANELADO 17 X 27	KG	GUERDAU	07	R\$ 11,61	R\$ 81,27
8	PARAFUSO FRANCES 3/8X10"	UND	CIZER	1353	R\$ 1,75	R\$ 2.367,75
9	BARRA ROSCADA 1/2" X 1 m	UND	MISTER	202	R\$ 8,97	R\$ 1.811,94
10	PORCA 1/2"	UND	CIZER	668	R\$ 0,15	R\$ 100,20
11	AREIA MÉDIA	M³	CANE	32	R\$ 82,32	R\$ 2.634,24
12	BRITA Nº. 2	M³	CANE	21	R\$ 99,96	R\$ 2.099,16
13	CIMENTO 50KG	UND	POZOSUL	365	R\$ 30,87	R\$ 11.267,55

Data da Assinatura: 07/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017

Publicação Nº 1432252

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 203/17
PREGÃO PRESENCIAL nº 085/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.534.916/0001-36 e inscrição Estadual nº 256.558.450, estabelecida na Rua Dr. Paulo Aldinger nº 71, Sala 01, Bairro Escola Agrícola, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.037-690.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
06	BALDE 20 LITROS, COM ALÇA EM PLÁSTICO, CORES SORTIDAS	UN	ARQPLAST	50	R\$ 14,34	R\$ 717,00
23	ESCOVA DE MÃO COM CABO, Com cerda de polipropileno, corpo em plástico, com cabo ergonômico, cores sortidas.	UN	MARINGA	40	R\$ 4,90	R\$ 196,00
24	ESCOVA SANITÁRIA BOLA COM SUPORTE, Com cabo de polipropileno e cerdas sintéticas circulares, medidas 34,5 x 12 cm.	UN	ORIGINAL	40	R\$ 8,24	R\$ 329,60
27	Rodo de Espuma 30 cm c/cabo em madeira	UN	MARINGA	200	R\$ 10,75	R\$ 2.150,00
35	LIXEIRA PARA BANHEIRO, COM TAMPA BASCULANTE, 18 LITROS	UN	ARQPLAST	20	R\$ 49,43	R\$ 988,60
37	LUVA DE LATEX P/ COZINHA, FORRADA TAM "G"	PAR	VOLK	200	R\$ 4,04	R\$ 808,00
38	LUVA DE LATEX P/ COZINHA, FORRADA TAM "M"	PAR	VOLK	200	R\$ 4,04	R\$ 808,00
49	PAZINHA DE LIXO, Medida em Cm: 28,5 x 21,5 x 8,7; cores sortidas, em plástico.	UN	MARINGA	25	R\$ 4,14	R\$ 103,50
55	RODO EM ALUMÍNIO, 75 CM, COM CABO	UN	MARINGA	20	R\$ 44,05	R\$ 881,00
64	SACO DE LIXO 200 LITROS, REFORÇADO, 12 MICRAS, PCT C/ 50 UNI	PCT	PEGA LIXO	50	R\$ 73,30	R\$ 3.665,00
65	SACO DE LIXO 40 lts (PACOTE C/ 100 UNI), Dimensões: 59 x 62 cm, 4 micras	PCT	PEGA LIXO	100	R\$ 22,80	R\$ 2.280,00
66	SACO DE LIXO 60 LITROS (PCT C/ 100 UNI), 7 micras, medidas 58x76cm	PCT	PEGA LIXO	100	R\$ 27,62	R\$ 2.762,00
71	VASSOURA DE CRINA DE CAVALO 60 CM, COM CABO REFORÇADO	UM	CANADA	15	R\$ 28,53	R\$ 427,95

72	Vassoura, com cerdas sintéticas de nylon luxo, base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira reforçado plastificado medindo 1,20m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	UN	MARINGA	96	R\$ 10,55	R\$ 1.012,80
					TOTAL	R\$ 17.129,45

Data da Assinatura: 14/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

Publicação Nº 1432255

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 203/17
PREGÃO PRESENCIAL nº 085/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.417/0001/20 e inscrição Estadual nº 254.612.903, estabelecida na Rua Treze de Maio nº 400, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.255-400.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
07	CABO DE VASSOURA, EM MADEIRA REVESTIDA EM PLÁSTICO.;1,20 MT	UN	CANADA	40	R\$ 3.32	R\$ 132,80
11	CONJUNTO BALDE + ESPREMEDOR, Estrutura em polipropileno injetado; • Indicado para limpeza cotidiana; • Clip de fixação para haste; • Balde removível com capacidade de 25 litros; • Sistema de espremedor com pressão superior; • Alça em aço tubular com pintura eletrostática; • Rodízios projetados para facilitar a manutenção e higienização; • Pode usar mop plano/vertical.	UN	BRALIMPA	12	R\$ 478,85	R\$ 5.746,20
31	HASTE AMERICANA PARA MOP LIQUIDO, Produzidas em polipropileno ultra resistente e cabos de alumínio. São utilizadas para fixar os refs mops úmidos. Disponíveis em várias cores para identificação de áreas. Os cabos coloridos possuem pintura eletrostática de alta resistência e possuem manopla de polipropileno. Leves e resistentes, oferecem excelente ergonomia, facilitam a execução dos trabalhos e aumentam a produtividade., sistema de rosca plástica e trava para maior firmeza na fixação dos refs mop úmido.	UN	BRALIMPA	10	R\$ 42,95	R\$ 49,50
42	PANO DE LOUÇA EM TECIDO 100% ALGODÃO.	UN	AGP	50	R\$ 4,23	R\$ 211,50
45	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO ROLÃO, COM 500 METROS.	RL	BRIJARAGUA	120	R\$ 34,59	R\$ 4.150,80
51	REFIL PARA DESODORIZADOR DE AMBIENTES,250 ML/170 G, ESSÊNCIAS SORTIDAS.	UN	NOBRE	50	R\$ 22,95	R\$ 1.147,50
54	RODO EM ALUMÍNIO 1,00 MT, COM CABO	UN	CANADA	20	R\$ 52,20	R\$ 1.044,00

62	SACO DE LIXO 100 LTS,8 MICRAS (PACOTE C/ 100 UNI)	PCT	NAVEPLAST	96	R\$ 63,30	R\$ 6.076,80
63	SACO DE LIXO 20 lts (PACOTE C/ 100 UNI),6 micras, medidas 40 x 50 cm	PCT	NAVEPLAST	120	R\$ 13,00	R\$ 1.560,00
73	VASSOURA DE PIAÇA (PALHA),4 FIOS PARA AMARRAÇÃO DA PALHA ,resistente, bem amarrada e presa ao cabo reforçado.	UN	COLONIAL	96	R\$ 17,05	R\$ 1.636,80
					TOTAL	R\$ 22.135,80

Data da Assinatura: 14/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017**

Publicação Nº 1432260

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 203/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 085/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPERZA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.483.630/0001-03 e inscrição Estadual nº 25.500.674-8, estabelecida na Rua Walter Marquardt nº 2410 sala 01, bairro Rio Molha, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
02	ALCOOL 92,8 INPM, EMBALAGEM DE 1 LITRO	L	ITAJÁ	360	R\$ 7,97	R\$ 2.869,20
03	ALCOOL EM GEL,500 GRAMAS,46,2º	UN	TUPI	60	R\$ 5,99	R\$ 359,40
05	APARELHO DESODORIZADOR DE AMBIENTES AUTOMÁTICO, COM TRÊS INTENSIDADES DE LIBERAÇÃO, SPRAY AUTOMÁTICO, FUNCIONAMENTO COM DUAS PILHAS AA OU AAA, QUE JÁ ACOMPANHE UM REFIL	UN	NOBRE	25	R\$ 43,52	R\$ 1.088,00
10	CLORO, EMBALAGEM DE 1 LITRO	L	BELLADONA	96	R\$ 6,08	R\$ 583,68
19	DISPENSADOR DUPLO PARA ÁGUA E CAFÉ, Dimensões tubo copo agua(alt.xDiâmetro): 750 mm x 85mm Dimensões tubo copo cafe(alt.x Diâmetro): 750 mm x 55mm Material: Polipropileno/Polietileno Dimensões Base (largura.x prof.): 215mm x 130 mm Cor: Tubo Branco Base Branca Quantidade de descarte copo agua: 150 copos Quantidade de descarte copo cafe: 240 copos	UN	BELLPLUS	15	R\$ 50,00	R\$ 750,00
22	DISPENSADOR PARA COPOS DESCARTÁVEIS ÁGUA E CAFÉ, Dimensões tubo copo agua (alt.x Diâmetro): 750 mm x 85mm Dimensões tubo copo café (alt.x Diâmetro): 750 mm x 55mm Material: Polipropileno/Polietileno Dimensões Base (largura.x prof.): 215mm x 130 mm Cor: Tubo Branco Base Branca Quantidade de descarte copo agua: 150 copos Quantidade de descarte copo cafe: 240 copos	UN	BELLPLUS	25	R\$ 51,00	R\$ 1.275,00
32	INSETICIDA MULTIUSO, COM ÁGUA COMO SOLVENTE, PROTEÇÃO CONTRA INSETOS VOADORES E RASTEIROS,300 ML/232 G	UN	ULTRAINSET	96	R\$ 10,80	R\$ 1.036,80
36	LUSTRA MÓVEIS, PERFUMADO,200 ML, COMPOSIÇÃO:SILICONE, SOLVENTE DE PETRÓLEO, Mulsificante, CARBÔMERO, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, PERFUME E ÁGUA.	UN	PRATIK	40	R\$ 4,27	R\$ 170,80
43	PANO PARA LIMPEZA "LIMPA TUDO", Composição: 70% Viscose 30% poliéster, pct com 5 unidades, medidas: 30 x 50 cm, alta absorção, antibacteriano, não retém odores	PCT	NOBRE	80	R\$ 6,30	R\$ 504,00
48	PASTA CRISTAL, COMPOSIÇÃO: Sabão de Coco, Tensoativo Aniônico, Carboidrato, Quartzo, Corante, Óleo de Eucalipto e Água. Peso: 500 g	UN	TIRA GRAXA	96	R\$ 4,97	R\$ 477,12

52	Refil para mop líquido loop com cinta, com 85% de algodão e 15% de poliéster em sua composição. Tem alto poder de absorção e resistência. Suas pontas em Loop "arrastam" e seguram mais as sujidades otimizando a limpeza e o tempo dispendido nas tarefas. Fabricados nas cores - Cru - Azul - Verde - Vermelho - Amarelo Permitem que sejam identificados para utilização em ambientes específico evitando a transferência de contaminações de um ambiente para outro pelo próprio refil, para uso em haste americana, com sistema de rosca plástica e trava.	UN	NOBRE	20	R\$ 34,56	R\$ 691,20
68	TELA PARA MICTÓRIO, FRAGÂNCIAS SORTIDAS	UN	DEO SCREEN	50	R\$ 5,25	R\$ 262,50
74	VASSOURA GARI, NYLON 40 CM, VASSOURA PARA LIMPEZA DE ÁREAS EXTERNAS, COM CERDAS EM NYLON E LARGURA DE 40 CM, COM CABO REFORÇADO, CORPO EM PLÁSTICO	UN	VERPLAST	60	R\$ 25,80	R\$ 1.548,00
75	VASSOURA GARI, NYLON 60 CM, VASSOURA PARA LIMPEZA DE ÁREAS EXTERNAS, COM CERDAS EM NYLON E LARGURA DE 40 CM, COM CABO REFORÇADO, CORPO EM PLÁSTICO	UN	VERPLAST	60	R\$ 28,85	R\$ 1.731,00
76	CREME DESENGRAXANTE 500 GRAMAS, ISENTO DE ABRASIVOS E SOLVENTES, REMOVE COM FACILIDADE: GRAXAS, ÓLEOS, FULIGEM, ETC	UN	QUIMILAC	144	R\$ 10,09	R\$ 1.452,96
					TOTAL	R\$ 14.799,66

Data da Assinatura: 14/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017

Publicação Nº 1432276

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 203/17
PREGÃO PRESENCIAL nº 085/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.716.048/0001-94, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº 279, Sala 03, Bairro São Rafael, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89295-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
08	CERA LIQUIDA, 750 ML, COM SISTEMA ANTI-PÓ, IDEAL PARA PISOS FRIOS, LAJOTAS, PAVIFLEX, ARDÓSIA E MADEIRA, EFEITO ANTI-DERRAPANTE, composição: Plastificante, alcalinizado, emulsificantes, formadores de filme, coadjuvantes, fragrância, veículo e corante.	UN	RUBI	96	R\$ 6,25	R\$ 600,00
09	CESTO TELADO 11 LTS	UN	ARQPLAST	40	R\$ 10,75	R\$ 430,00
14	Desengordurante líquido, embalagem de 500 ml. com pulverizador, pronto para usar, para remoção de gorduras, carvão e óleo dos equipamentos de cozinha tais como fornos, grelhas, chaminés, tachos/frigideiras e o interior de máquinas de lavar louça. COMPOSIÇÃO - Tensoativos, solventes, sequestrante, preservante, alcalizantes, corante, perfume e água. Contém tensoativo dodecil benzeno sulfonato de sódio.	UN	PRATICE	120	R\$ 12,95	R\$ 1.554,00
15	DESENTUPIDOR PARA PIAS E RALOS, 300 GRAMAS	UN	DIABO VERDE	20	R\$ 15,50	R\$ 310,00
17	DESODORANTE DE AMBIENTES: DESODORIZADOR DE AMBIENTES AEROSOL. INGREDIENTES ATIVOS: SOLUBIZANTES, OADJUVANTES, EBUTANO/PROPANO E FRAGRÂNCIA. APRESENTAÇÃO EM FRASCO DE ALUMÍNIO COM CAPACIDADE DE 360 ML. FRAGÂNCIAS SORTIDAS	UN	ULTRA FRESH	120	R\$ 9,55	R\$ 1.146,00
20	DISPENSADOR PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO, Dimensões (alt.x larg.x prof.): 265 mm x 285mm x 115 mm Material: Plástico Polipropileno Composto Aditivado Abertura: Sistema com chave Utilização: Papel Higiênico Rolão 300/ 600 mts rolo com no máximo 230 mm de diâmetro	UN	PANDOLFO	25	R\$ 39,00	R\$ 975,00

26	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, Esponja de lã de aço carbono, de textura macia, isenta de sinais de oxidação, As esponjas deverão ser embaladas em sacos plásticos selados, devendo constar da embalagem a identificação do fabricante, o nome do produto, a data de fabricação e prazo de validade ou apenas a data final de validade, peso líquido, número de unidades e demais informações exigidas pela legislação em vigor.	PCT	INOVE	50	R\$ 2,50	R\$ 125,00
28	ESTOPA COLORIDA, PARA USO EM GERAL EM OFICINAS E VEÍCULOS, EM TECIDO 100% ALGODÃO, CONSTITUÍDA DE PEDAÇOS DE TECIDO COSTURADOS UM AO OUTRO.	KG	GK	800	R\$ 5,70	R\$ 4.560,00
33	LIMPA VIDROS, COM PULVERIZADOR, 500 ML	UN	ZAVASKI	50	R\$ 10,50	R\$ 525,00
40	PÁ DE LIXO COLETORA (CATA-CATA)	UN	BETTANIN	20	R\$ 24,00	R\$ 480,00
41	PANO DE CHÃO, NA COR CINZA, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, TAMANHO MÍNIMO: 65 X 80 cm	UN	MARTINS	200	R\$ 5,30	R\$ 1.060,00
46	PAPEL TOALHA BRANCO PCT. C/1250 FLS 23 X 27 CM	UN	PLUFY	500	R\$ 14,70	R\$ 7.350,00
47	PAPEL TOALHA CREME C/ 1250 FOLHAS, INTERFOLHADO 100% FIBRAS NATURAIS CELULOSICAS.	PCT	PLUFY	200	R\$ 11,45	R\$ 2.290,00
50	PEDRA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO: Dodecil benzeno sulfonato de sódio, sílica, sulfato de sódio, carbonato de sódio, dióxido de titânio, corantes e fragrância. Não contém paradiclorobenzeno. Peso: 25 g	UN	SANY	500	R\$ 1,56	R\$ 780
53	REFIL SABONETE LIQUIDO, EMBALAGEM 800 ml, Aparência e Odor: Líquido perolado, perfumado, Diluição: Pronto para usar. Sem diluir, Solubilidade na água: 100%, PH 100% : 5,5 – 6,0, FRAGÂNCIA ERVA DOCE/SORTIDO	UN	BELLPLUS	120	R\$ 9,00	R\$ 1.080,00
59	SABONETE LIQUIDO, EMBALAGEM 5 LITROS, Aparência e Odor: Líquido perolado, perfumado, Diluição: Pronto para usar. Sem diluir, Solubilidade na água: 100%, PH 100% : 5,5 – 6,0, FRAGÂNCIA ERVA DOCE/SORTIDO	UN	NATSUME	50	R\$ 21,50	R\$ 1.075,00
67	SAPONACEO CREMOSO. FRASCO PLÁSTICO DE 300 ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENÇA, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAÚDE	UN	SANY MIX	120	R\$ 4,25	R\$ 510,00
70	VASSOURA DE CIPÓ, COM CABO REFORÇADO	UN	CANADÁ	80	R\$ 22,00	R\$ 1.760,00
					TOTAL	R\$ 26.610,00

Data da Assinatura: 14/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017

Publicação Nº 1432281

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 203/17
PREGÃO PRESENCIAL nº 085/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16 e inscrição estadual nº 255.067.070, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº 386, Bairro Cruzeiro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89290-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	----------------	-------	-------	--------	----------------	-------------

01	ÁGUA SANITÁRIA, COM CLORO ATIVO, EMBALAGEM DE 1 LITRO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, CLASSE CORROSIVO: 8, NÚMERO RISCO: 85, RISCO SAÚDE: 3, CORROSIVIDADE: 1, PESO MOLECULAR DO CLORO: 74,50, DENSIDADE DE 1,20 A 1 G/L, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. PLICAÇÃO:ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL.VALIDADE MINIMA DE 6 MESES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER ESTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIAS, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	L	VERDESAN	400	R\$ 4,39	R\$ 1.756,00
16	Desinfetante concentrado, com bactericida ,500 ml, para limpeza geral. Desinfeta o ambiente com a eliminação de germes, sendo ideal para limpeza de pisos e demais superfícies. COMPOSIÇÃO - Água, ingrediente ativo, formol, sabão trietanolamina, álcool etílico, perfume, EDTA e corante CI 60730.	UN	ZAWASKI	350	R\$ 3,54	R\$ 1.239,00
18	DETERGENTE NEUTRO 500 ml, ALTO RENDIMENTO E ÓTIMO PODER DESENGOR-DURANTE, NÃO AGRIDE AS MÃOS,DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, BIODEGRADAVEL	UN	ZAWASKI	300	R\$ 1,83	R\$ 549,00
25	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE, Esponja de limpeza constituída de duas faces, sendo uma em fibra sintética com material abrasivo, para limpeza mais difícil e a outra em espuma de poliuretano, ou similar, para limpeza de superfícies delicadas devidamente sobrepostas e firmemen unidas. Quando embebida em detergente não deverá murchar, esfiapar-se ou soltar pedaços durante o processo de esfrega-dura. EMBALAGEM O produto deverá vir acondicionado em embalagem individual	UN	BETAMIN	300	R\$ 1,53	R\$ 459,00
29	FLANELA 30 X 40 cm LARANJA	UM	MARTINS	120	R\$ 2,16	R\$ 259,20
30	FOSFORO LONGO CX 240 UN.	CX	FIAT LUX	60	R\$ 3,82	R\$ 229,20
34	LIMPADOR PARA LIMPEZA GERAL,500 ML, VÁRIAS FRAGÂNCIAS	UN	GIRANDO SOL	125	R\$ 6,28	R\$ 785,00
39	NAFTALINA 100% EM BOLAS, EMBALAGEM COM 50 GRAMAS	PCT	GIOCA	50	R\$ 4,10	R\$ 205,00
44	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 60 MTS FARDO C/ 64 ROLOS 100% FIBRAS NATIRAIS CELULOSICAS	FD	LITOPEL	140	R\$ 63,98	R\$ 8.957,20
56	SABÃO EM BARRA AZUL (PCT C/ 5 UNI)	PCT	GIRANDO SOL	20	R\$ 8,39	R\$ 167,80
57	SABÃO EM PÓ, EMBALAGEM DE 01 KG. BIODEGRADÁVEL, AZUL, PARA LAVAR ROUPAS E LIMPEZA EM GERAL PRODUTO DE 1ª LINHA, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO, DA VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGIS-TRO NA ANVISA	UN	GIRANDO SOL	120	R\$ 7,90	R\$ 948,00
58	Sabonete, em tablete, uso adulto, de fragrância suave. O sabonete deverá possuir grande poder espumante, ser cremoso o suficiente para não desenvolver rachadu-ras ao longo do tempo de sua utilização, formar o mínimo de massa gelatinosa que leva ao seu amolecimento precoce e não causar irritabilidade dérmica. Embalagem: pacote com 01 unidade de 90g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UN	FLOR IPE	25	R\$ 1,99	R\$ 49,75
60	SABONETEIRA COM REFIL, Dimensões (alt.x larg.x prof.): 280 mm x 125mm x 120 mm Material: Plástico Polipropileno e Composto Aditivado Abertura: Sistema com chave Utilização: Sabonete em refil de 800ml	UN	EMBRAS	30	R\$ 37,25	R\$ 1.117,50
61	SABONETEIRA COM RESERVATÓRIO, Dimensões (alt.x larg.x prof.): 280 mm x 125mm x 120 mm Material: Plástico Polipropileno e Composto Aditivado Abertura: Sistema com chave Capacidade do Reservatório: 800ml Utilização: Sabonete líquido em galão	UN	EMBRAS	250	R\$ 37,45	R\$ 1.123,50
69	TOALHA DE PAPEL (PARA COZINHA), LARGURA 20 cm, COMPRIMENTO 22 cm PACOTE COM 2 ROLOS	UN	CLARYS	250	R\$ 8,35	R\$ 2.087,50
					TOTAL	R\$ 19.932,65

Data da Assinatura: 14/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017

Publicação Nº 1432285

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 203/17
PREGÃO PRESENCIAL nº 085/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.682.219/0001-01 e inscrição estadual nº 258.201.851, estabelecida na Rua Caribe, nº 99, Bairro Velha Central, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.046-635.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
04	AMACIANTE DE ROUPAS, 2 LITROS, composição: Tensoativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água.	UN	ECO	96	R\$ 6,08	R\$ 583,68
12	COPO DESCARTÁVEL 180 ML CAIXA C/ 2500 UNI, QUE ESTEJA DENTRO DOS PADRÕES ABNT	CX	MINAPLAST	120	R\$ 93,14	R\$ 11.176,80
13	COPO DESCARTÁVEL 50 ml CAIXA COM 5000 UNI, QUE ESTEJA DENTRO DOS PADRÕES ABNT	CX	MINAPLAST	10	R\$ 94,99	R\$ 949,90
21	DISPENSADOR PAPEL TOALHA INTERFOLHA, Dimensões (alt.x larg.x prof.): 320 mm x 250mm x 130 mm Material: Plástico Polipropileno e Composto Aditivado Abertura: Sistema com chave Utilização: Papel toalha interfolha 2 ou 3 dobras	UN	NOBRE	30	R\$ 39,49	R\$ 1.184,70
					TOTAL	R\$ 13.895,08

Data da Assinatura: 14/11/2017

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1395/17

Publicação Nº 1433333

DECRETO Nº 1395/17

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Municipal de Avaliação e Reavaliação de Imóveis.

I – Tatiane Dias – Auxiliar de setor;
II - Ederson Cleiton Mahs – Fiscal de Tributos e Posturas;
III - Petter Alexander Kintzel – Engenheiro Civil.

Art. 2º - Caberá a senhora Tatiane Dias presidir a Comissão e ao senhor Ederson Cleiton Mahs secretariá-lo.

Art. 3º - Os membros da Comissão Municipal de Avaliação ficarão responsáveis pela avaliação dos bens imóveis, para tanto devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Art. 4º - Caberá a Comissão Permanente de Licitações sempre que necessário, solicitar a Comissão, a realização de seus trabalhos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 01 de setembro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1368/17.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 22 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4552/17

Publicação Nº 1433365

PORTARIA Nº 4552/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2 AO SERVIDOR SEBASTIÃO SIQUEIRA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 2, ao servidor SEBASTIÃO SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para desempenhar atividades de motorista da frota da secretaria de obras, além de auxiliar em cargas e descargas de materiais quando necessário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
22 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4553/17

Publicação Nº 1433386

PORTARIA Nº 4553/17

LICENCIA A SRA. ALINE HANEMANN, DO CARGO DE PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95-D da Lei Complementar nº 039/2013, de 13 de março de 2013.

Considerando o pedido de afastamento para atender interesses particulares.

Considerando que o servidor é estável em razão da aprovação em estágio probatório;

Considerando que a Lei Complementar nº 039/2013 ampara o pedido formulado pela servidora, em seu artigo 95-D.

Considerando que o artigo 95-D da Lei Complementar nº 039/2013, assim determina: A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença, sem vencimento, para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até (02) dois anos consecutivos, sem remuneração, não prorrogável.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço público.

§ 2º - O servidor aguardará em serviço a concessão da licença.

§ 2º - Não se concederá nova licença ao servidor nomeado, antes de completar dois anos do término ou interrupção da anterior.

§ 3º - O servidor deverá aguardar o deferimento ou não da licença, no exercício do cargo.

§ 4º - O período que perdurar a licença de que trata o caput deste artigo, não será considerada para qualquer efeito de vantagem pessoal, e, nem contagem para efeito de triênio ou aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada na forma do Art. 95-D, da Lei Complementar Municipal 039/2013, para AFASTAMENTO para tratar de interesses particulares, a SRA. ALINE HANEMANN, do cargo de Professor III Educação Física.

Art. 2º- A licença concedida será sem remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
22 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4554/17

Publicação Nº 1433407

PORTARIA Nº 4554/17

NOMEIA O SR. ANDRÉ LINHARES DA SILVA, PARA OCUPAR O CARGO DE ADVOGADO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Advogado, o SR. ANDRÉ LINHARES DA SILVA, classificado em 1º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 53, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
22 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4555/17

Publicação Nº 1433418

PORTARIA Nº 4555/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 HORAS, O SR. IGOR GONÇALVES SCHINKAREW.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. IGOR GONÇALVES SCHINKAREW, a partir de 13 de novembro de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 10 de fevereiro de 2018, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Médico Clínico Geral, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar nos ESF's 2 e 3, em virtude de substituição durante as férias dos médicos Israel Ramon Perez Morales e Maryany Durans Cobas, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
22 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 160/16

Publicação Nº 1433150

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
TOMADA DE PREÇOS nº 006/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 160/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.659/0001-69 e inscrição Estadual nº. 255.464.754, estabelecida na Rua Abelardo Manoel Peixer, 70 Bairro Barreiros, Município de São José, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, EXTENSÃO DE REDE, EVENTOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 04 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018.

Data da Assinatura: 04/10/2017

Data da Vigência: 03/10/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 192/14

Publicação Nº 1433129

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 004/14

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 192/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64 e inscrição Estadual nº 253.637.244, estabelecida na Rua Ottokar Doerffel, 84, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA, COMPREENDENDO A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, COLETA, TRANSPORTE E DESCARGA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (COLETA SELETIVA) E COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL ADEQUADO DOS RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE DOS AMBULATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE DESTE MUNICÍPIO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 07 de Novembro de 2017 até 07 de Novembro de 2018.

Data da Assinatura: 07/11/2017

Data da Vigência: 07/11/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/16

Publicação Nº 1433137

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/16

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ nº 80.497.316/0001-70, com sede na Rua Jorge Czerniewicz, nº 1277 - Bairro Czerniewicz, Município de Jaraguá do Sul, CEP: 89.255-072.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ERGONOMIA, MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ELABORAR LTCAT (LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO), PPRA (PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS) E PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL).

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO

Conforme disposto na Cláusula QUARTA do Contrato original, realiza-se ACRÉSCIMO de R\$ 3.527,38 (três mil quinhentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos) equivalente a 25% do valor original do presente contrato, em virtude da necessidade desses serviços principalmente com os exames demissionais e admissionais dos servidores municipais, ficando o valor final do contrato em R\$ 17.636,88 (dezesete mil seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 09/11/2017

Data da Vigência: 23/05/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2017

Publicação Nº 1432286

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 245/2017
Dispensa de Licitação nº 096/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 245/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 096/2017, da pessoa jurídica denominada CLAUDIA BEATRIZ DE LIMA GOBI 02469169909, inscrita no CNPJ sob nº 21.216.503/0001-79, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO" VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NOS EQUIPAMENTOS CONSTANTES DAS RAPARTIÇÕES QUE ENGLOBALAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93". Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 17 de Novembro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

VIGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/13

Publicação Nº 1433143

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PREGÃO PRESENCIAL 012/13

VIGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/13
MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS..

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ FORMULADO POR COMPANHIA DE SEGURO HABILITADA JUNTO A SUSEP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, acrescenta-se ao valor original do contrato, o valor de R\$ 1.740,28 (Um mil setecentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), referente ao endosso de inclusão do veículo SPIN 1.8 FLEX, Placa QIf-1698 e do veículo LOGAN 1.6 FLEX, PLACA QIR4978.

Data da Assinatura: 09/11/2017

Data da Vigência: 27/03/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO CONCORRÊNCIA Nº 01/2017

Publicação Nº 1431442

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2017

O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório nº 1971/2017, na modalidade Concorrência nº 01/2017, cujo objeto é Seleção de Empresa para CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO GRATUITO, DE PARTE DE LOTE INDUSTRIAL, LOCALIZADO NO BAIRRO INDUSTRIAL DA LINHA OLARIA, DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE, DESTINADO A FOMENTAR A ATIVIDADE ECONÔMICA LOCAL. Os envelopes serão recebidos até dia 22/12/2017, às 08h e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. de Licitações. Cunha Porã/SC, em 22/11/2017. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 141/2017

Publicação Nº 1433485

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0141/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a empresa T & R SECCHI MECANICA LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO VEÍCULO CAÇAMBA, PLACA MLV-3295.

Processo Licitatório nº 1993/2017. Dispensa por Limite nº. 01873/2017.

Valor: R\$ 5.004,56

Data: 16/11/2017.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 142/2017

Publicação Nº 1433429

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0142/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a empresa MAICO FABRICIO WELTER MEI.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA A APRESENTAÇÃO NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2017, EM CELEBRAÇÃO ALUSIVA AO NATAL

Processo Licitatório nº 1994/2017.

Dispensa por Inexigibilidade nº. 015/2017.

Valor: R\$ 5.000,00.

Data: 17/11/2017.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO Nº 96/2017

Publicação Nº 1431042

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2017: O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 1972/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 96/2017, com julgamento por item, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS DE REPASSE DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Os envelopes serão recebidos até dia 04/12/2017, às 09h00min. e a abertura será realizada às 09h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES- Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

PORTARIA 557

Publicação Nº 1432156

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 557, de 01 de Novembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Jocasta Kessler para as funções do cargo de Professora de Educação Infantil

Em: 01 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 558

Publicação Nº 1432161

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 558, de 01 de Novembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Salete Huf para as funções do cargo de Professora de Educação Infantil

Em: 01 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 559

Publicação Nº 1432163

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 559, de 01 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede licença premio à servidora municipal Clarice Schegushevki.

Em: 01 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 560

Publicação Nº 1432166

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 560, de 01 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal Elton Nelson Assmann.

Em: 01 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 561

Publicação Nº 1432170

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 561, de 06 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal Marta Schenkel.

Em: 06 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 562

Publicação Nº 1432171

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 562, de 06 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares ao servidor municipal Ileni Venilda Friedrich Ferreira Lopes.

Em: 06 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 563

Publicação Nº 1432178

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 563, de 06 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede licença maternidade a servidora municipal Juliana Cristina Schneider Dietrich.

Em: 06 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 564

Publicação Nº 1432179

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 564, de 07 de Novembro de 2017.

Ementa: Exonera a pedido Valdir Elemar Lanz contratado em caráter temporário para as funções do cargo de motorista.

Em: 07 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 565

Publicação Nº 1432183

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 565, de 07 de Novembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Marciani Althaus para as funções do cargo de Professora de Educação Infantil.

Em: 07 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 566

Publicação Nº 1432187

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 566, de 08 de Novembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Darlei Parisotto para as funções do cargo de Motorista.

Em: 08 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 567

Publicação Nº 1432190

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 567, de 13 de Novembro de 2017.

Ementa: Designa servidores públicos municipais efetivos ocupando o cargo de vigia para exercer vigilância junto a praça da Bandeira .

Em: 13 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 568

Publicação Nº 1432193

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 568, de 14 de Novembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Graciela Marx para as funções do cargo de Professora de Ensino Fundamental.

Em: 14 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 569

Publicação Nº 1432198

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 569, de 14 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede licença premio à servidora municipal Marileusa Becker.

Em: 14 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 570

Publicação Nº 1432205

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 570, de 14 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares à servidora municipal Veridiana Zordan.

Em: 14 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 571

Publicação Nº 1432207

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 571, de 14 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares à servidora municipal Dalva Liana Araujo Oliveira Brandt..

Em: 14 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 572

Publicação Nº 1432223

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 572, de 17 de Novembro de 2017.

Ementa: Nomeia por concurso Scarlet Susana Schneider para o cargo efetivo de Farmacêutico.

Em: 17 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 573

Publicação Nº 1432239

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 573, de 17 de Novembro de 2017.

Ementa: Exonera Tatianai Sueli Eberhard contratada temporariamente para o cargo de Professor de Educação Infantil.

Em: 17 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 109/2017

Publicação Nº 1432953

DECRETO N.º 109/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

“FIXA REGIME DE PLANTÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM RAZÃO DA REALIZAÇÃO DA 32ª EDIÇÃO DO TORNEIO DESPORTIVO DE INTEGRAÇÃO PIONEIRO CARLOS CULMEY, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial em conformidade com o inciso VI do Artigo 77, c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal e;
CONSIDERANDO que o município de Cunhataí sediará nos próximos dias 24, 25 e 26 de novembro, a 32ª Edição do Torneio Desportivo de Integração Pioneiro Carlos Culmey;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a realização de regime de plantão na Unidade Básica de Saúde nos dias 25 e 26 de novembro de 2017, para atendimento exclusivo de atletas, dirigentes e todos aqueles que estejam relacionados à realização dos jogos, nos seguintes horários:

I – No sábado, dia 25 de novembro de 2017, das 08:00 às 22:00 horas;

II – No domingo, dia 26 de novembro de 2017, das 08:30 às 12:00 horas.

Parágrafo único. A Secretaria de Saúde e Saneamento ficará responsável em definir junto aos servidores a escala em que os estes desempenharão as suas atividades.

Art. 2º. Os atendimentos de urgência que necessitarem ser realizados durante este período para os munícipes, observarão o procedimento normal, qual seja, escala de sobreaviso com encaminhamento do paciente ao Hospital Padre João Berthier.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 21 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 251/2017

Publicação Nº 1433509

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 251/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CADERNO ESPECIAL CONTENDO A PRESTAÇÃO DE CONTAS E AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 04/12/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 04/12/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos. Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 20 de Novembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1432244

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/17

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/17

CONTRATADO: DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 50 METROS DE GALERIA CELULAR DE CONCRETO ARMADO PRE-FABRICADA, COM DIMENSOES 2,00 X2,00 M, CONFORME NBR 15396 DA ABNT, PARA A MANUTENÇÃO DADRENAGEM PLUVIAL, NAS RUAS SABINO SANGALI E

HENRIQUEDAMBROS, BAIRRO TRES FRONTEIRAS, NO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

DATA: 21/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Dona Emma

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO - APAE

Publicação Nº 1432111

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes, quanto ao repasse de recursos financeiros para a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE de Presidente Getúlio no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para auxiliar na manutenção dessa associação.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Dona Emma, 20 de novembro de 2017.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO - BOMBEIROS

Publicação Nº 1432109

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes, quanto ao repasse de recursos financeiros para a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Presidente Getúlio no valor de R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), para auxiliar na manutenção dessa associação.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Dona Emma, 20 de novembro de 2017.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO - HOSPITAL

Publicação Nº 1432105

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes, quanto ao repasse de recursos financeiros para a Associação das Irmãs Franciscanas de São José – Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora de Presidente Getúlio no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para auxiliar na manutenção dessa associação.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Dona Emma, 20 de novembro de 2017.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

EXTRATO JUSTIFICATIVA DE INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - APAE

Publicação Nº 1432110

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público.

Base Legal: Art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei Municipal nº 1534/2017.

Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE PRESIDENTE GETÚLIO, CNPJ nº 82.802.075/0001-50, com sede a Rua Henrique Fuerbringer nº 753, Centro, Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

Objeto proposto: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades.

Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) em quatro parcelas trimestrais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Período: 12 meses.

Tipo de Parceria: Termo de Colaboração.

O Município de Dona Emma torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público, cuja fundamentação se dá em razão do inciso II, do Artigo 31, da Lei Federal nº 13.019/2014, visando à formalização de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE PRESIDENTE GETÚLIO, para execução das finalidades especificadas pela Lei Municipal nº 1534/2017.

DONA EMMA (SC), em 21 de novembro de 2017.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

EXTRATO JUSTIFICATIVA DE INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - BOMBEIROS

Publicação Nº 1432108

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público.

Base Legal: Art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei Municipal nº 1535/2017.

Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PRESIDENTE GETÚLIO, CNPJ nº 05.588.811/0001-79, com sede a Rua Rodrigo Cidade Bonetti Tobias nº 55, Centro, Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

Objeto proposto: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de promover atendimento de pronto atendimento pré-hospitalar a acidentes de trânsito, resgate veicular, combate a incêndios, busca e salvamento aquático, em matas e locais de difícil acesso aos munícipes de Dona Emma;

Valor Total: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais) em três parcelas quadrimestrais no valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Período: 12 meses.

Tipo de Parceria: Termo de Colaboração.

O Município de Dona Emma torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público, cuja fundamentação se dá em razão do inciso II, do Artigo 31, da Lei Federal nº 13.019/2014, visando à formalização de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PRESIDENTE GETÚLIO, para execução das finalidades especificadas pela Lei Municipal nº 1535/2017.

DONA EMMA (SC), em 21 de novembro de 2017.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

EXTRATO JUSTIFICATIVA DE INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - HOSPITAL

Publicação Nº 1432104

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público.

Base Legal: Art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei Municipal nº 1536/2017.

Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ – HOSPITAL E MATERNIDADE MARIA AUXILIADORA DE PRESIDENTE GETÚLIO, CNPJ nº 86.185.220/0010-43, com sede a Rua Padre Alberto Horstmann nº 197, Centro, Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

Objeto proposto: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de promover atendimento de pronto atendimento de urgência e emergência, exames e internações hospitalares aos munícipes de Dona Emma

Valor Total: R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em quatro parcelas trimestrais no valor de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

Período: 12 meses.

Tipo de Parceria: Termo de Colaboração.

O Município de Dona Emma torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público, cuja fundamentação se dá em razão do inciso II, do Artigo 31, da Lei Federal nº 13.019/2014, visando à formalização de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ – HOSPITAL E MATERNIDADE MARIA AUXILIADORA DE PRESIDENTE GETÚLIO, para execução das finalidades especificadas pela Lei Municipal nº 1536/2017.

DONA EMMA (SC), em 21 de novembro de 2017.

NERCI BARP

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 19/2017

Publicação Nº 1432969

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 19/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando aquisição de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00, hs do dia 04/12/2017 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:45 hs às 11:45 hs e 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083/licitacao@ermo.sc.gov.br

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 20/2017

Publicação Nº 1432965

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 20/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando contratação de serviço de assessoria e orientação técnica, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 13:15, hs do dia 04/12/2017 e abertura às 13:30 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:45 hs às 11:45 hs e 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083/licitacao@ermo.sc.gov.br

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 21/2017

Publicação Nº 1432966

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 21/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a contratação de cursos especializados de aperfeiçoamento na gestão da saúde pública, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 15:00, hs do dia 04/12/2017 e abertura às 15:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:45 hs às 11:45 hs e 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083/licitacao@ermo.sc.gov.br

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

DECRETO N.º 060, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433012

DECRETO N.º 060, de 20 de Novembro de 2017.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 412/16, de 07/12/2016 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 275.344,00 (duzentos e setenta e cinco mil e trezentos e quarenta e quatro reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0093 (7) - Aplicações Diretas R\$ 275.344,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0093 (Atenção Básica).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de novembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2264/2017

Publicação Nº 1433373

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 2264/2017
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 42/2017
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA E TRANSPORTE E SECRETARIA DE AGRICULTURA.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 22 de novembro de 2017, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 04 de dezembro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 21 dias do mês de novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2266/2017

Publicação Nº 1433376

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 2266/2017
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 43/2017
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA A REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO REBANHO BOVINO DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 22 de novembro de 2017, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até

às 09:30 horas do dia 05 de dezembro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 21 dias do mês de novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2267/2017

Publicação Nº 1433380

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 2267/2017
MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 08/2017
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço - Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, REDE DE ADUÇÃO, RESERVAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, QUADRO DE COMANDO DE CONTROLE E MOTOR ELÉTRICO NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 21 de novembro de 2017, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 08 de dezembro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 21 dias do mês de novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO

LEI Nº 676/2017

Publicação Nº 1432329

LEI Nº. 676/2017

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O GRUPO DE IDOSOS UNIDOS VENCEREMOS DA LINHA FUZIL, VISANDO A CONCESSÃO DE BEM MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Público com o Grupo de Idosos Unidos Venceremos da Linha Fuzil, neste Município de Flor do Sertão / SC, inscrita no CNPJ N.º 01.241.671/0001-07.

Parágrafo Único : Os bens objetos da cessão de uso estão descritos abaixo, e serão adquiridos através do Processo Licitatório Nº. 2107/2017 na Modalidade: Tomada de Preços Nº. 06/2017

Estrutura metálica para sustentação de reservatório de água de no mínimo 5.000 litros, com capacidade de no mínimo 5.500 kg, altura de no mínimo 7 metros, base de no mínimo 2,5m x 2,5m, velocidade do vento: 45 m/s... características: chapa de base para apoio da caixa de polietileno medindo no mínimo 2,5m x 2,5m x 3mm; colunas: perfil mínimo MR 250-I 75 x 4,75mm; montantes: perfil mínimo MR 250 – 2UE 20x38x75x38x20x2mm; diagonais: perfil mínimo MR 250-I 38x4,75; perfis de base para reservatório: w 150x13; chumbadores de fundações rosqueáveis; escada marinho com montantes tubulares de no mínimo 30x50x2mm, degraus tubo de no mínimo Ø 25mm, guarda corpo em barra chata de no mínimo Ø 600mm, com porta de acesso para cadeado; pintura de torre: tratamento em jato de granalha, padrão as 2 ½ e pintura em epóxi de no mínimo 200 microns; pintura da escada e guarda corpo: tratamento em jato de granalha padrão as 2 ½, pintura em primer epóxi e acabamento em esmalte sintético amarelo segurança. Valor R\$ 15.430,00.

Reservatório em plástico reforçado em fibra de vidro revestido em gel especial com capacidade de 5.000 litros, com suporte de ancoragem, com tampa com mesmo material do reservatório, com parafusos para fixação da tampa. certificação pela abnt, nbr nº. 13.210. dimensão mínima de 1,92m largura x 1,75m altura. Valor R\$ 1.430,00

Art. 2º - O termo de cessão de uso que trata o artigo anterior será realizado por 20 (vinte) anos, podendo ser revogado a qualquer tempo a critério da administração, não gerando qualquer direito a indenização à entidade cessionária, devendo a mesma restituir o bem imediatamente assim que solicitado, em plenas condições de uso.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão - SC,
em 21 dias do mês de Novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 04/2017

Publicação Nº 1432885

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004/2017

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E DE OUTRO LADO O

GRUPO DE IDOSOS UNIDOS VENCEREMOS DA LINHA FUZIL, PARA CONCESSÃO DE USO DE UMA ESTRUTURA METÁLICA PARA SUSTENTAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA E UM RESERVATÓRIO DE ÁGUA CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 676/2017.

O Município de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 de ora em diante denominado de CEDENTE, e de outro lado o Grupo de Idosos Unidos Venceremos, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 01.241.671/0001-07, neste ato representada pela sua Presidente, Senhora Ivone Bohn, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 961.447.349-53 e portador do RG nº 2.758.780, doravante denominado(a) CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, conforme Lei Municipal nº 676/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Cessão de uso de bens móveis adquiridos através do Processo Licitatório Nº. 2107/2017 na Modalidade: Tomada de Preços Nº. 06/2017 conforme a seguinte descrição:

Estrutura metálica para sustentação de reservatório de água de no mínimo 5.000 litros, com capacidade de no mínimo 5.500 kg, altura de no mínimo 7 metros, base de no mínimo 2,5m x 2,5m, velocidade do vento: 45 m/s... características: chapa de base para apoio da caixa de polietileno medindo no mínimo 2,5m x 2,5m x 3mm; colunas: perfil mínimo MR 250-I 75 x 4,75mm; montantes: perfil mínimo MR 250 – 2UE 20x38x75x38x20x2mm; diagonais: perfil mínimo MR 250-I 38x4,75; perfis de base para reservatório: w 150x13; chumbadores de fundações rosqueáveis; escada marinho com montantes tubulares de no mínimo 30x50x2mm, degraus tubo de no mínimo Ø 25mm, guarda corpo em barra chata de no mínimo Ø 600mm, com porta de acesso para cadeado; pintura de torre: tratamento em jato de granalha, padrão as 2 ½ e pintura em epóxi de no mínimo 200 microns; pintura da escada e guarda corpo: tratamento em jato de granalha padrão as 2 ½, pintura em primer epóxi e acabamento em esmalte sintético amarelo segurança. Valor R\$ 15.430,00.

Reservatório em plástico reforçado em fibra de vidro revestido em gel especial com capacidade de 5.000 litros, com suporte de ancoragem, com tampa com mesmo material do reservatório, com parafusos para fixação da tampa. certificação pela abnt, nbr nº. 13.210. dimensão mínima de 1,92m largura x 1,75m altura. Valor R\$ 1.430,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A presente cessão será pelo prazo de 20 (vinte) anos, conforme Artigo 2º da Lei Municipal nº 676/2017 de 21 de Novembro de 2017.

CLAUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE

O bem imóvel especificado na Cláusula Primeira será utilizado para adequações do salão comunitário para cumprir com as exigências do corpo de bombeiros.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I. A CESSIONÁRIA obriga-se a:

- Utilizar-se do imóvel exclusivamente para atividades descritas na cláusula terceira, empregando todo o zelo na conservação.
- Responsabilizar-se por qualquer dano ocasionado pelo uso;
- Devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final do contrato, em condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural.

II. O Cedente obriga-se a:

a) Permitir a utilização do móvel fruto desta cessão de uso para o fim previsto;

CLÁUSULA QUINTA – DA EXTINÇÃO

A presente Cessão de uso, extinguir-se á:

a) no prazo final do presente instrumento;

b) por utilização, do bem ora concedido, diversa da estipulada neste instrumento;

c) por interesse de uma das partes ou necessidade imperiosa, com notificação por escrito e antecedência mínima de seis meses;

d) pelo descumprimento de quaisquer das condições aqui arroladas ou dispostas na legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Maravilha - SC, para dirimir quaisquer dúvidas do presente termo de cessão de uso com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão - SC, aos 22 dias do mês de Novembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	IVONE BOHN
Prefeito Municipal – cedente	Representante – cessionário

TESTEMUNHAS

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM
Testemunha	Testemunha

Formosa do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N.º 702, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PAGAMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR JUNTO À EMPRESA MINERAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1432314

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL N.º 702, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PAGAMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR JUNTO À EMPRESA MINERAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 52 da Lei Orgânica Municipal, faz saber aos munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de despesa do exercício de 2012, no valor de R\$ 50.612,05 (cinquenta mil seiscentos e doze reais e cinco centavos), a qual se refere ao pagamento da empresa MINERAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, decorrente do Contrato Administrativo nº 36/2012, firmado em 04 de maio de 2012, que teve por objeto a execução de projeto de rede adutora e de distribuição de água, com fornecimento de material e mão-de-obra, instalada na lateral da Rodovia SC-468, Linha Variani, no interior deste Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul - SC, em 21 de novembro de 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL
REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

LEI MUNICIPAL N.º 703, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES JUNTO À EMPRESA WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1432315

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL N.º 703, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES JUNTO À EMPRESA WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no

art. 52 da Lei Orgânica Municipal, faz saber aos munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de despesas dos exercícios anteriores, conforme valores constantes no Anexo Único, as quais se referem à concessão de reajustes legais aos Contratos Administrativos outorados firmados pela municipalidade com a empresa WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELE, para execução das seguintes obras públicas:

I - CRECHE TIPO B PROGRAMA PRÓ-INFÂNCIA no ano de 2011, conforme Contrato Administrativo n. 69/2011;
II - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DA CULTURA no ano de 2014, conforme Contrato Administrativo n. 51/2014;
III - CENTRO E ATENDIMENTO AO TURISTA no ano de 2011, conforme Contrato Administrativo n. 28/2011;
IV - QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO no ano de 2014, conforme Contrato Administrativo n. 104/2014;

V - PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIO PÚBLICOS DE RUAS no ano de 2015, conforme Contrato Administrativo n. 116/2015;
VI - PASSEIO PARALELO A SC-157, COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA no ano de 2015, conforme Contrato Administrativo n. 130/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul - SC, em 21 de novembro de 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL
REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

ANEXO ÚNICO

Tabela de valores dos reajustes legais:

DESCRIÇÃO DA OBRA	CONTRATO Nº	VALOR REAJUSTE (IGP-M)
CRECHE TIPO B PROGRAMA PRÓ-INFÂNCIA	69/2011	R\$ 57.703,81
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DA CULTURA	51/2014	R\$ 3.562,04
CENTRO E ATENDIMENTO AO TURISTA	28/2011	R\$ 8.073,40
QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO	104/2014	R\$ 43.310,51
PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIO PÚBLICOS DE RUAS	116/2015	R\$ 2.284,79
PASSEIO PARALELO A SC-157, COM ILUMINAÇÃO	130/2015	R\$ 7.039,57
TOTAL		R\$ 121.974,12

LEI MUNICIPAL Nº 704, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1432316

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 704, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a suplementar dotações orçamentárias do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Formosa do Sul, num montante de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais) referente Superávit do Exercício Anterior e R\$ 114.350,00 (Cento e quatorze mil trezentos e cinquenta reais) provenientes de anulação parcial de dotação do exercício vigente. Detalhamento que segue:

ÓRGÃO- 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.-1.006 CONTRUÇÃO DE QUADRA POLIVALENTE
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 101 DESP.39. Recursos Ordinários R\$
43.350,00

ÓRGÃO- 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.-2.009 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 101 DESP.60. Recursos Ordinários R\$
52.000,00

ÓRGÃO- 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.-2036 AÇÕES P/ O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 100 DESP.71. Recursos Ordinários R\$
8.000,00

ÓRGÃO- 05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE- 02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.-2013 PROGRAMA DE ASSIT. SOCIAL GERAL
3.3.50.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 100 DESP.73. Recursos Ordinários R\$
11.000,00

ÓRGÃO- 06 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
PROJ./ATIV.-2015 MANUTENÇÃO ATIV.DA SECRET.DA AGRICULTURA
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 300 DESP.169. Recursos Ordinários R\$
51.000,00

ÓRGÃO- 03 SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJ./ATIV.-1.016 CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 300 DESP.167. Recursos Ordinários R\$
30.000,00

Art. 2º Para fazer frente às despesas de que trata o Artigo 1.º

desta Lei, serão utilizados recursos provenientes anulação parcial de dotação do exercício vigente montante de R\$ 114.350,00 (Cento e quatorze mil trezentos e cinquenta reais), de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais) referente Superávit do Exercício Anterior.

ÓRGÃO- 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.-2.008 TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 101 DESP. 53 Recursos OrdináriosR\$
43.350,00

ÓRGÃO- 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.-2.007 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 101 DESP.43 Recursos Ordinários R\$
52.000,00

ÓRGÃO- 07 SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO
UNIDADE- 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERV. PÚBL.
PROJ./ATIV.-1.020 SANEAMENTO BÁSICO
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Direta
FONTE: 100 DESP.120 Recursos Ordinários R\$
19.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 21 de novembro de 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 172/PMF/2017

Publicação Nº 1433140

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 172/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de calendários 2018 de parede e de mesa personalizados para atendimento as Secretarias do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de dezembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de novembro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº 196, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432095

DECRETO Nº 196, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA, POR CONCURSO, KELLI CRISTINA MICHELS, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Agente Comunitário de Saúde – Micro Área Centro;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, KELLI CRISTINA MICHELS para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área Centro, classificada em 3º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo

classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 197, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432098

DECRETO Nº 197, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA, POR CONCURSO, DEBORA TEIXEIRA JUSTINO, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Agente Comunitário de Saúde – Micro Área Santa Libera;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, DEBORA TEIXEIRA JUSTINO para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área Santa Libera, classificada em 3º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 198, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432099

DECRETO Nº 198, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA, POR CONCURSO, TATIANA PARIZ PAVANATI, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Agente Comunitário de Saúde – Micro Área Santa Cruz;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, TATIANA PARIZ PAVANATI para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área Santa Cruz, classificada em 3º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO - 0003-2017 - FMS - DOM

Publicação Nº 1433410

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 0003/2017 – FMS
A Prefeita de Fraiburgo, torna público para conhecimento de interessados, o Chamamento Público 0003/2017-FMS, cujo objetivo é o credenciamento de empresas para a Contratação de pessoas jurídicas do ramo para prestação de serviços de consultas médicas especializadas e procedimentos ortopédicos ambulatoriais, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a fim de atender as necessidades da população de Fraiburgo, durante o período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018.; Período de Credenciamento: Início no dia 07/12/2017 e estará aberto até 06/12/2018. Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias

Prefeita Municipal de Fraiburgo-SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010_2017-FMS

Publicação Nº 1433322

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010/2017 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0036/2017 – FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Despesa com a inscrição da servidora Salimara Clair Molim, para participar do 67º congresso de secretarias municipais de saúde de Santa Catarina, que acontecerá em Joinville, nos dias 28 a 30 de novembro de 2017. Contratada: CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE inscrito no CNPJ de nº80.987.902/0001-00. Valor Total: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0060_2017-PMF

Publicação Nº 1433203

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0060/2017 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0267/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Despesa com 02 (duas) inscrições para os servidores: Vlademir A. Zonta Junior e Rafael Augusto Castilhos, para participarem do curso de avaliação de imóveis, para análise dos valores mobiliários e para fins de cobrança do imposto sobre a transmissão “inter vivos” - ITBI, nos dias 24 a 26 de novembro de 2017, na cidade de Balneário Camboriú/SC. Contratada: SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS DO ESTADO DE SC inscrito no CNPJ de nº 83.900.720/0001-30 Valor Total: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93 Fraiburgo(SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0061_2017-PMF

Publicação Nº 1433319

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0061/2017 - PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0269/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pela Prefeita, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0061/2017, cujo objeto é a contratação da empresa AGF – ANTI GRANIZO FRAIBURGO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.910.392/0001-14, para aquisição de reagentes e serviços de manutenção para operacionalização de 2 (dois) Geradores de Solo para combate ao granizo, que estão instalados no Pomar Rene Frey (FB 02 (01) e outro na localidade do Lau Melo (FB26). Valor total do contrato: R\$ 11.764,70 (onze mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos, e será pago em 01 (uma) única parcela no dia 10.11.2017. Recursos: 3200 Próprios R\$ 1.764,70 e 9286 Convênio TR 1693– Processo ADR 09 2828/2017 – R\$ 10.000,00.

Vigência do contrato: 21.11.2017 a 31.12.2017. Fundamento Legal: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Fraiburgo(SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040_2017-SF

Publicação Nº 1433204

Aviso do Pregão Presencial nº 0040/2017 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão presencial tem como objetivo aquisição de materiais e serviços para ampliação da célula de disposição de resíduos sólidos no aterro sanitário municipal. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 05.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041_2017-SF

Publicação Nº 1433206

Aviso do Pregão Presencial nº 0041/2017 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão presencial tem como objetivo aquisição de 20M³ de Concreto Usinado para conserto dos passeios danificados na implantação das redes coletoras de esgoto da obra da ETE - Liberata. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 06.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC.

Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0127_2017 - PM

Publicação Nº 1433207

Aviso do Pregão Presencial nº 0127/2017– PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisições futuras de cesta surpresa de doces que será entregue no dia da festividade do natal no lago, no dia 16/12/2017, onde será distribuído para as crianças do Município, englobando as escolas municipais, estaduais, IFC e particulares. JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 05.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0128_2017 - PMF - RP 0089-2017 - DOM

Publicação Nº 1433208

Aviso do Pregão Presencial nº 0128/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0089/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DA AT17SF67

Publicação Nº 1433383

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF67

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Fornecedor: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café e açúcar para consumo no escritório da sede da SANEFRAI, na ETA e na ETE.

Data da Ata: 21.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 21.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0057/2017 – SF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0038/2017 – SF.

Registro de Preços: nº 0021/2017 – SF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	150	Pct	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: De boa qualidade e tolerada a porcentagem máxima de 1% de impurezas (cascas, paus, etc.). Embalagem de 500 gramas	Melitta	13,00
2	50	Pct	AÇÚCAR REFINADO: Produto processado da cana-de-açúcar, com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso	Alto Alegre	12,60

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Sanefrai

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa do ramo para execução de serviços de serragem de madeira de pinus e de eucalipto, para uso do órgão gerenciador (município de Fraiburgo), durante o período de dezembro de 2017 a novembro de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 06.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0129_2017 - PMF - RP 0070-2017 - DOM

Publicação Nº 1433411

Aviso do Pregão Presencial nº 0129/2017– PMF

Registro de Preço Nº 0070/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisições futuras de Leite Integral Longa Vida UHT, para distribuição gratuita as famílias em situação de vulnerabilidade, durante os meses de dezembro de 2017 a novembro de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 07.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Portaria nº 30682017

Publicação Nº 1433285

PORTARIA Nº 3068, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO PERÍMETRO URBANO DE FRAIBURGO, NOS TERMOS DO CONTRATO CT16PMF114.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; considerando as disposições contidas no contrato administrativo n. CT16PMF114;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão de Acompanhamento da Realização do Diagnóstico Socioambiental do Perímetro Urbano de Fraiburgo, nos termos do contrato CT16PMF114; em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sob as orientações do Parecer Técnico do Ministério Público de Santa Catarina no 34/2014/GAM/CIP, para atuar em colaboração com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, composta pelos seguintes agentes públicos:

- a) André Luiz de Oliveira – Secretário de Administração e Planejamento;
- b) Débora Peliser – Engenheira Ambiental e Sanitarista;
- c) Michelle Ribeiro – Arquiteta;
- d) Flávio André de Oliveira – Engenheiro Civil.

Art. 2º. Fica designado como gestor do contrato o agente público André Luiz de Oliveira.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 30692017

Publicação Nº 1433288

PORTARIA Nº 3069, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora GRASIELA CORNELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 041.276.829-14, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 30702017

Publicação Nº 1433291

PORTARIA Nº 3070, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de NELSON BRANDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 761.506.829-00, contratado em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 30712017

Publicação Nº 1433294

PORTARIA Nº 3071, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
Nomeia Membro Substituto da Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido nas Leis Complementares n.º 110/2010 e 111/2010 de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear VIVIANE BIERHALS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 845.385.979-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, como membro Substituto da Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo, somente para atuar "ad Hoc", nos autos de Processo Administrativo n.º 4558 de 09 de novembro de 2017, em que é interessada Juliana Padilha Ribeiro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 30722017

Publicação Nº 1433297

PORTARIA Nº 3072, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de CLEILTON RODRIGO PIRES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 047.088.429-02,

contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0015A_2017-PMF DOM

Publicação Nº 1433321

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0015A/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo OBJETO contratação de empresa do ramo para execução de serviços complementares (para-raios, pintura e demarcação da quadra; equipamentos (traves, baliza e tabelas de basquete) para a Quadra de Esportes do Centro Educação Municipal São Miguel, localizada na Rua Alberto Wengrath/Esquina com a Guido Brandt, no bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo(SC), com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL). Quando do julgamento das HABILITAÇÕES, transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, a Presidente da Comissão passou à abertura dos envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS das proponentes habilitadas. As proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais: POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA - EPP – R\$ 32.138,82 (trinta e dois mil cento e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos). Sendo assim restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA - EPP a qual apresentou o valor total e global de R\$ 32.138,82 (trinta e dois mil cento e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos). Ficando este valor abaixo do Valor Máximo, estipulado pelo Município no item 1.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO DIOGO DE OLIVEIRA PORTO 2017

Publicação Nº 1433216

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): DIOGO DE OLIVEIRA PORTO

Endereço: Rua Emilio Kath,

Centro - Formigueiro/RS - CEP: 97210-000

(55) 99699-9174 (55) 93236-1209

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 93º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado

final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Carteira de Identidade;

f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;

j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;

m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);

n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);

o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);

p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina,

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídeo;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 21 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

DIOGO DE OLIVEIRA PORTO

TERMO DE CONVOCAÇÃO LUCAS MAIBERG FERREIRA 2017

Publicação Nº 1433217

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): LUCAS MAIBERG FERREIRA

Endereço: Rua Afonso Pena, 978

Nações – Fraiburgo/SC - CEP: 89580-000

(49) 99101-8289 (49) 98902-8945

CARGO: Agente de Serviços Gerais

Classificação: 31º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Carteira de Identidade;

f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;

j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;

m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);

n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);

o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);

p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídeo;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de

Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "v");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 21 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

LUCAS MAIBERG FERREIRA

TERMO DE RENÚNCIA CLEONICE FERREIRA 2017

Publicação Nº 1433218

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Agente de Serviços Gerais para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 001/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: CLEONICE FERREIRA

Cargo: Agente de Serviços Gerais

Classificação: 19º Lugar

Data da Convocação: 06/11/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 21/11/2017

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

CLEONICE FERREIRA

TERMO DE RENÚNCIA EDUARDA CRISTINA TRAVASSO 2017

Publicação Nº 1433219

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 001/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: EDUARDA CRISTINA TRAVASSO

Cargo: Auxiliar de Alimentação e Nutrição

Classificação: 6º Lugar

Data da Convocação: 06/11/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 21/11/2017

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

EDUARDA CRISTINA TRAVASSO

TERMO DE RENÚNCIA JEFFERSON RAMOS MENEZES 2017

Publicação Nº 1433221

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: JEFFERSON RAMOS MENEZES

Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 82º Lugar

Data da Convocação: 06/11/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 21/11/2017

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

JEFFERSON RAMOS MENEZES

TERMO DE RENÚNCIA MARILUCY YARA ALONSO 2017

Publicação Nº 1433223

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: MARILUCY YARA ALONSO

Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 57º Lugar

Data da Convocação: 06/11/2017

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 21/11/2017

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2017.

MARILUCY YARA ALONSO

BALANÇOS 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1432092

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	86.000.000,00	86.000.000,00	16.011.522,20	18,62	80.579.897,44	93,70	5.420.102,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	83.925.000,00	83.925.000,00	15.523.268,18	18,50	78.993.499,47	94,12	4.931.500,53
IMPOSTOS	12.215.700,00	12.215.700,00	1.844.550,12	15,10	11.667.724,57	95,51	547.975,43
TAXAS	8.830.000,00	8.830.000,00	1.357.565,43	15,37	8.439.443,21	95,58	390.556,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.135.700,00	3.135.700,00	467.862,53	14,92	3.117.684,70	99,43	18.015,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	250.000,00	250.000,00	19.122,16	7,65	110.596,66	44,24	139.403,34
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.300.000,00	1.300.000,00	252.640,11	19,43	1.289.270,59	99,17	10.729,41
RECEITA PATRIMONIAL	1.300.000,00	1.300.000,00	252.640,11	19,43	1.289.270,59	99,17	10.729,41
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	996.500,00	996.500,00	127.073,55	12,75	1.195.040,01	119,92	-198.540,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	5.072,90	20,29	19.927,10
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	946.500,00	946.500,00	127.073,55	13,43	1.109.273,16	117,20	-162.773,16
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	80.693,95	322,78	-55.693,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.423.800,00	5.423.800,00	1.121.725,32	20,68	5.657.791,79	104,31	-233.991,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	62.498.000,00	62.498.000,00	11.855.080,94	18,97	57.551.447,12	92,09	4.946.552,88
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	62.327.000,00	62.327.000,00	11.817.066,61	18,96	57.424.007,96	92,13	4.902.992,04
TRANSF. DE PESSOAS	146.000,00	146.000,00	21.986,30	15,06	93.228,20	63,85	52.771,80
TRANSF. DE CONV.	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	8.199,70	32,80	16.800,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	16.028,03	0,00	26.011,26	0,00	-26.011,26
MULTAS E JUROS DE MORA	1.491.000,00	1.491.000,00	322.198,14	21,61	1.632.225,39	109,47	-141.225,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	825.500,00	825.500,00	204.013,57	24,71	911.531,71	110,42	-86.031,71
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	91.500,00	91.500,00	12.376,79	13,53	118.527,18	129,54	-27.027,18
RECEITAS DIVERSAS	555.500,00	555.500,00	104.299,88	18,78	523.612,39	94,26	31.887,61
RECEITAS DE CAPITAL	18.500,00	18.500,00	1.507,90	8,15	78.554,11	424,62	-60.054,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.075.000,00	2.075.000,00	488.254,02	23,53	1.586.397,97	76,45	488.602,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.900.000,00	1.900.000,00	170.112,06	8,95	1.217.580,57	64,08	682.419,43
ALIEAÇÃO DE BENS	1.900.000,00	1.900.000,00	170.112,06	8,95	1.217.580,57	64,08	682.419,43
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	120.000,00	120.000,00	9.638,15	8,03	33.957,56	28,30	86.042,44
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.000,00	55.000,00	9.638,15	17,52	33.957,56	61,74	21.042,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	55.000,00	55.000,00	308.503,81	560,92	334.859,84	608,84	-279.859,84
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	55.000,00	55.000,00	28.754,99	52,28	49.566,15	90,12	5.433,85
	0,00	0,00	279.748,82	0,00	285.293,69	0,00	-285.293,69

Continua 1/4

17/11/2017 - moises

Continuação 2/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	86.000.000,00	86.000.000,00	16.011.522,20	18,62	80.579.897,44	93,70	5.420.102,56
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	86.000.000,00	86.000.000,00	16.011.522,20	18,62	80.579.897,44	93,70	5.420.102,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	86.000.000,00	86.000.000,00	16.011.522,20	18,62	80.579.897,44	93,70	5.420.102,56
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	86.000.000,00	86.000.000,00	16.011.522,20	18,62	80.579.897,44	93,70	5.420.102,56
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	11.072.910,93	—	—	11.072.910,93	—	—
Superávit Financeiro	—	11.072.910,93	—	—	11.072.910,93	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	23.610.587,95	16.548.639,85	72.861.267,91	32.618.419,33	71.121.893,38
DESPESAS CORRENTES	77.930.700,00	94.379.994,38	11.555.123,15	75.120.230,71	19.259.763,67	15.154.872,57	68.432.863,33	25.947.131,05	66.754.083,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.614.000,00	50.316.262,63	8.197.479,56	37.413.213,98	12.903.048,65	8.543.692,38	37.274.425,12	13.041.837,51	37.243.694,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	650.000,00	650.000,00	0,00	610.000,00	40.000,00	118.848,02	504.334,24	145.665,76	477.049,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.666.700,00	43.413.731,75	3.357.643,59	37.097.016,73	6.316.715,02	6.492.332,17	30.654.103,97	12.759.627,78	29.033.340,50

Continua 2/4

17/11/2017 - moises

Continuação 3/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	23.610.587,95	16.548.639,85	72.861.267,91	32.618.419,33	71.121.893,38
DESPESAS DE CAPITAL	7.869.300,00	10.899.692,86	1.208.391,88	6.748.868,58	4.150.824,28	1.393.767,28	4.428.404,58	6.471.288,28	4.367.809,54
INVESTIMENTOS	5.669.300,00	9.899.692,86	1.198.391,88	5.863.524,30	4.036.168,56	1.227.530,08	3.662.513,84	6.237.179,02	3.612.408,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.200.000,00	1.000.000,00	10.000,00	885.344,28	114.655,72	166.237,20	765.890,74	234.109,26	755.401,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	23.610.587,95	16.548.639,85	72.861.267,91	32.618.419,33	71.121.893,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	23.610.587,95	16.548.639,85	72.861.267,91	32.618.419,33	71.121.893,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.718.629,53	—	9.458.004,06
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	—	16.548.639,85	80.579.897,44	—	80.579.897,44
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 3/4

17/11/2017 - moises

Continuação 4/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	100,00	16.548.639,85	72.861.267,91	32.618.419,33
Ação Legislativa	2.400.000,00	2.400.000,00	25.241,16	1.981.447,04	2,42	391.494,45	1.775.079,62	624.920,38
Administração	9.624.000,00	2.400.000,00	25.241,16	1.981.447,04	2,42	391.494,45	1.775.079,62	624.920,38
Administração Geral	6.629.000,00	10.863.666,52	1.246.041,14	8.899.358,52	10,87	1.674.256,09	8.141.541,96	2.722.124,56
Administração Financeira	2.795.000,00	7.673.466,52	901.424,90	6.243.073,40	7,63	1.116.619,42	5.777.218,39	1.896.248,13
Controle Interno	200.000,00	3.060.000,00	323.868,39	2.575.779,67	3,15	537.292,98	2.285.322,03	774.677,97
Segurança Pública	869.000,00	130.200,00	20.747,85	80.505,45	0,10	20.343,69	79.001,54	51.198,46
Policimento	427.000,00	1.361.855,27	446.072,97	1.173.673,60	1,43	112.778,47	660.138,18	701.717,09
Defesa Civil	442.000,00	584.661,62	61.948,85	484.757,97	0,59	70.550,79	374.247,59	210.414,03
Assistência Social	2.108.600,00	777.193,65	384.124,12	688.915,63	0,84	42.227,68	285.890,59	491.303,06
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	2.943.311,68	303.365,60	2.070.719,74	2,53	872.591,94	1.910.308,98	1.033.002,70
Assistência Comunitária	2.048.600,00	139.703,10	1.494,90	106.308,84	0,13	55.552,98	101.484,63	38.218,47
Saúde	15.878.020,00	2.803.606,58	301.870,70	1.964.410,90	2,40	496.067,81	1.808.824,35	994.784,23
Atenção Básica	11.857.520,00	20.776.024,87	2.823.759,18	16.729.539,28	20,43	3.790.798,43	15.495.940,53	5.280.084,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.986.000,00	14.473.140,24	2.358.155,42	11.428.310,95	13,96	2.876.985,75	10.995.508,12	3.477.632,12
Suporte Profilático e Terapêutico	653.000,00	4.850.593,71	187.063,88	4.079.888,60	4,98	652.092,52	3.339.451,10	1.511.132,61
Vigilância Sanitária	128.500,00	924.722,45	187.122,56	811.030,77	0,99	169.641,91	757.257,07	167.465,38
Vigilância Epidemiológica	253.000,00	134.947,33	63.145,59	121.556,44	0,15	63.673,32	121.430,44	13.516,89
Educação	32.908.380,00	392.631,14	28.271,73	288.752,52	0,35	28.404,93	282.293,80	110.337,34
Alimentação e Nutrição	1.382.000,00	40.802.553,00	5.605.000,86	30.920.948,19	37,77	6.739.810,91	28.136.758,60	12.665.794,40
Ensino Fundamental	19.654.160,00	2.413.551,66	225.805,28	1.881.189,40	2,30	424.491,18	1.668.323,81	745.227,85
Ensino Médio	440.200,00	24.688.084,34	3.571.867,45	18.323.330,89	22,38	4.095.961,34	16.368.592,53	8.319.491,81
Ensino Superior	596.520,00	459.342,91	0,00	458.701,80	0,56	95.293,38	388.418,04	70.924,87
Educação Infantil	10.822.500,00	939.520,00	0,00	939.009,45	1,15	193.177,17	811.843,68	127.676,32
Educação de Jovens e Adultos	13.000,00	12.284.002,96	1.807.328,13	9.313.591,44	11,38	1.930.887,84	8.895.655,33	3.388.347,63
Cultura	895.000,00	18.051,13	0,00	5.125,21	0,01	0,00	3.925,21	14.125,92
Diffusão Cultural	895.000,00	1.290.000,00	250.372,81	1.031.862,64	1,26	238.418,51	783.552,05	506.447,95
Urbanismo	5.470.500,00	1.290.000,00	250.372,81	1.031.862,64	1,26	238.418,51	783.552,05	506.447,95
Infra-Estrutura Urbana	3.710.000,00	7.462.562,00	683.415,49	5.997.094,02	7,33	1.465.467,98	4.766.600,50	2.696.024,38
Serviços Urbanos	1.755.000,00	5.500.672,72	565.454,04	4.748.112,51	5,80	690.880,45	3.681.293,65	1.819.379,07
Transportes Coletivos Urbanos	5.500,00	1.958.902,25	117.961,45	1.248.981,51	1,53	177.720,05	1.085.243,97	873.658,28
Habituação	49.000,00	2.987,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.987,03
Habituação Rural	1.000,00	25.919,21	0,00	7.426,89	0,01	725,79	5.603,73	20.315,48
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

17/11/2017 - moises

Continuação 2/2

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	23.610.587,95	16.548.639,85	72.861.267,91	32.618.419,33
Habituação Urbana	49.000,00	25.919,21	0,00	7.426,89	18.492,32	725,79	5.603,73	20.315,48
Saneamento	48.000,00	25.919,21	0,00	7.426,89	18.492,32	725,79	5.603,73	20.315,48
Saneamento Básico Urbano	6.526.000,00	7.766.852,27	653.041,80	6.979.544,28	787.307,99	1.154.373,55	5.877.775,38	1.889.076,89
Gestão Ambiental	6.526.000,00	7.766.852,27	653.041,80	6.979.544,28	787.307,99	1.154.373,55	5.877.775,38	1.889.076,89
Preservação e Conservação Ambiental	47.000,00	112.500,00	14.000,00	104.592,80	7.907,20	7.507,13	57.803,39	54.696,61
Agricultura	47.000,00	112.500,00	14.000,00	104.592,80	7.907,20	7.507,13	57.803,39	54.696,61
Extensão Rural	1.632.000,00	3.020.167,25	489.862,22	2.447.135,36	573.031,89	531.157,96	2.099.037,47	921.129,78
Indústria	1.632.000,00	3.020.167,25	489.862,22	2.447.135,36	573.031,89	531.157,96	2.099.037,47	921.129,78
Promoção Industrial	45.000,00	137.000,00	38.850,55	85.515,86	51.484,14	13.381,05	53.621,36	83.378,64
Comércio e Serviços	45.000,00	137.000,00	38.850,55	85.515,86	51.484,14	13.381,05	53.621,36	83.378,64
Turismo	42.000,00	45.500,00	18.089,98	25.481,43	20.018,57	18.735,18	25.481,43	20.018,57
Transporte	42.000,00	45.500,00	18.089,98	25.481,43	20.018,57	18.735,18	25.481,43	20.018,57
Transporte Rodoviário	135.500,00	140.078,98	-14.724,70	125.165,35	14.913,63	1.808,60	125.165,35	14.913,63
Desporto e Lazer	135.500,00	140.078,98	-14.724,70	125.165,35	14.913,63	1.808,60	125.165,35	14.913,63
Desporto Comunitário	1.070.000,00	1.081.696,19	171.125,97	825.509,34	256.186,85	168.087,22	707.956,61	373.739,58
Encargos Especiais	1.070.000,00	1.081.696,19	171.125,97	825.509,34	256.186,85	168.087,22	707.956,61	373.739,58
Serviço da Dívida Interna	6.100.000,00	5.050.000,00	10.000,00	2.464.084,95	2.585.915,05	285.085,22	2.238.965,65	2.811.034,35
Outros Encargos Especiais	2.850.000,00	1.650.000,00	10.000,00	1.495.344,28	154.655,72	285.085,22	1.270.224,98	379.775,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.250.000,00	3.400.000,00	0,00	968.740,67	2.431.259,33	0,00	968.740,67	2.431.259,33
TOTAL (III) = (I + II)	86.000.000,00	105.479.687,24	12.763.515,03	81.869.099,29	23.610.587,95	16.548.639,85	72.861.267,91	32.618.419,33

FONTE:

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	9.087.356,85	11.668.680,47	7.946.659,73	8.712.774,48	8.407.893,02	10.312.470,73	8.485.969,89	8.415.320,73	8.485.969,14	8.505.140,96	8.599.492,14	8.226.656,03	105.668.365,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	834.025,53	1.002.765,22	900.959,76	998.625,68	1.277.795,59	2.321.348,97	1.039.935,91	957.110,28	885.601,99	1.002.172,07	927.876,65	916.673,47	12.215.700,00
I.P.T.U.	12.005,44	107.752,92	20.356,80	25.291,41	186.224,54	1.631.767,01	185.422,29	68.372,08	79.310,71	58.281,38	64.192,22	67.166,46	2.500.000,00
I.R.R.F.	182.104,65	228.524,89	170.154,99	131.923,76	138.419,86	161.181,30	136.152,99	141.201,03	151.505,52	144.246,84	147.573,07	152.441,74	1.530.000,00
I.S.S.	290.179,59	393.421,03	379.545,22	302.553,49	365.619,38	387.946,25	343.247,22	401.172,44	362.708,57	393.968,07	382.408,32	355.695,01	4.000.000,00
I.T.B.I.	151.534,59	61.288,96	90.409,50	52.251,60	59.032,54	60.976,42	112.076,08	115.541,62	67.882,53	157.136,34	87.912,33	90.176,28	800.000,00
Outras Receitas Tributárias	198.201,26	211.797,42	240.120,25	386.605,62	459.499,27	679.477,99	263.037,33	230.823,11	234.194,66	248.530,44	235.790,71	251.193,98	3.388.280,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	122.937,19	125.378,87	121.329,38	121.058,42	110.717,95	167.110,65	127.479,78	132.210,38	124.034,55	132.690,37	128.671,39	123.868,72	1.300.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	115.733,98	131.335,82	133.643,08	122.106,34	148.054,79	110.566,68	205.852,73	115.622,58	123.003,80	109.116,46	48.113,40	77.960,15	996.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	503.937,89	527.525,67	480.099,20	522.164,16	611.326,04	532.278,27	535.917,49	706.875,81	605.415,80	541.989,70	522.931,92	598.793,40	5.423.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.068.394,02	9.743.371,77	6.161.637,18	6.868.013,68	6.185.560,85	6.390.067,04	6.376.206,68	6.327.541,23	6.598.465,37	6.101.840,54	6.822.432,79	6.335.530,14	69.730.000,00
Cota-Parte do FPM	2.237.303,94	3.509.007,57	1.487.262,91	1.906.631,05	1.194.821,17	1.439.315,39	1.632.654,90	1.504.843,70	1.942.894,91	1.316.105,24	1.106.764,43	1.254.280,00	17.300.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.504.905,86	1.656.266,32	1.687.883,29	1.500.342,16	1.573.428,44	1.632.699,09	1.493.779,18	1.568.320,70	1.569.274,28	1.801.679,78	1.752.899,26	1.654.303,88	17.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	286.595,95	142.180,26	147.624,37	179.549,56	289.416,32	272.577,59	313.221,78	293.299,79	279.625,51	304.186,57	292.077,52	329.318,55	2.800.000,00
Cota-Parte do ITR	2.719,93	803,29	828,86	14,11	464,05	181,65	505,54	46,77	632,65	422,03	3.208,37	57.530,24	40.000,00
Outras Transferências Correntes	955.459,32	2.077.770,26	786.969,69	1.296.971,15	1.097.594,67	954.206,47	919.616,64	859.353,17	834.436,23	850.514,97	1.520.432,27	996.297,12	10.270.000,00
Transferências de LC 61/1989	22.942,31	24.408,41	21.226,18	23.340,32	18.341,37	22.147,28	20.780,32	20.893,30	23.471,06	22.922,67	23.459,50	29.606,45	250.000,00
Transferências de LC 87/1996	5.863,28	5.863,28	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	70.000,00
Transferências do FUNDEB	2.072.604,43	2.327.072,38	2.044.093,34	1.956.415,79	2.015.945,09	2.063.190,03	1.991.896,78	2.074.434,26	1.942.291,19	1.988.259,74	2.117.841,90	2.048.444,36	22.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	442.298,24	338.293,12	149.369,13	179.806,00	134.437,80	191.099,12	198.576,30	175.960,45	159.447,63	121.331,82	146.465,99	173.732,15	1.491.000,00
DEDUÇÕES (II)	808.064,02	918.453,26	670.114,82	723.125,14	616.403,98	674.533,90	693.346,27	676.866,10	608.195,90	651.390,28	636.724,53	666.157,46	7.232.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	808.064,02	918.453,26	670.114,82	723.125,14	616.403,98	674.533,90	693.346,27	676.866,10	608.195,90	651.390,28	636.724,53	666.157,46	7.232.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.279.292,83	10.950.227,21	7.276.544,91	7.989.649,34	7.791.489,04	9.637.936,83	7.792.622,62	7.736.454,63	7.887.775,24	7.853.750,68	7.962.767,61	7.560.500,57	83.925.000,00

FONTE:

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moliaes

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.098.979,14	5.914.817,64	5.920.977,50
DEDUÇÕES (II)	12.989.142,01	19.666.354,11	19.070.837,55
Disponibilidade de Caixa	12.989.142,01	19.666.354,11	19.070.837,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	14.925.302,01	21.432.755,59	20.812.406,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.936.160,00	1.766.401,48	1.741.568,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRICIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	82.978.500,00	77.884.226,31	72.297.352,63
Receita Tributária	12.215.700,00	11.667.724,57	10.808.376,77
I.P.T.U.	2.500.000,00	2.396.384,90	2.115.453,72
I.S.S.	4.000.000,00	3.674.861,97	3.304.644,94
I.T.B.I.	800.000,00	893.395,24	1.270.034,87
I.R.R.F.	1.530.000,00	1.474.801,10	1.250.830,94
Outras Receitas Tributárias	3.385.700,00	3.228.281,36	2.867.412,30
Receita de Contribuição	1.300.000,00	1.289.270,59	1.245.155,33
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.300.000,00	1.289.270,59	1.245.155,33
Receita Patrimonial Líquida	50.000,00	85.766,85	43.800,52
Receita Patrimonial	996.500,00	1.195.040,01	1.373.504,20
(-) Aplicações Financeiras	946.500,00	1.109.273,16	1.329.703,68
Transferências Correntes	62.498.000,00	57.551.447,12	51.503.490,30
F.P.M.	14.100.000,00	11.986.122,68	10.916.596,35
I.P.V.A	2.240.000,00	2.160.702,08	2.005.524,54
I.C.M.S.	13.600.000,00	12.828.168,93	11.582.808,94
Convênios	0,00	26.011,26	95.076,57
Outras Transferências Correntes	32.558.000,00	30.550.442,17	26.903.483,90
Demais Receitas Correntes	6.914.800,00	7.290.017,18	8.696.529,71
Dívida Ativa	555.500,00	523.612,39	435.544,50
Diversas Receitas Correntes	6.359.300,00	6.766.404,79	8.260.985,21
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.075.000,00	1.586.397,97	3.389.504,57
Operações de Crédito (III)	1.900.000,00	1.217.580,57	1.454.524,14
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	120.000,00	33.957,56	107.451,92
Transferências de Capital	55.000,00	334.859,84	1.827.528,51
Convênios	0,00	285.293,69	1.585.128,51
Outras Transferências de Capital	55.000,00	49.566,15	242.400,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	55.000,00	334.859,84	1.827.528,51
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	83.033.500,00	78.219.086,15	74.124.881,14

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	94.379.994,38	75.120.230,71	70.521.493,17	68.432.863,33	63.827.011,60
Pessoal e Encargos Sociais	50.316.262,63	37.413.213,98	35.904.278,33	37.274.425,12	35.574.796,03
Juros e Encargos da Dívida (IX)	650.000,00	610.000,00	464.423,95	504.334,24	38.274,14
Outras Despesas Correntes	43.413.731,75	37.097.016,73	34.152.790,89	30.654.103,97	28.213.941,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	93.729.994,38	74.510.230,71	70.057.069,22	67.928.529,09	63.788.737,46
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.899.692,86	6.748.868,58	7.571.121,18	4.428.404,58	5.752.995,94
Investimentos	9.899.692,86	5.863.524,30	6.971.121,18	3.662.513,84	5.237.952,91
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.000.000,00	885.344,28	600.000,00	765.890,74	515.043,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	9.899.692,86	5.863.524,30	6.971.121,18	3.662.513,84	5.237.952,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	103.829.687,24	80.373.755,01	77.028.190,40	71.591.042,93	69.026.690,37

17/11/2017 - meses

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-20.796.187,24	-2.154.668,86	-2.903.309,26	6.628.043,22	5.098.190,77
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	11.072.910,93	-	11.072.910,93	0,00
Superávit Financeiro	-	11.072.910,93	-	11.072.910,93	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-116.500,00

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moises

Município de FRABURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												R\$ 1,00		
PODERÓRGÃO	Inscritos			Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos			Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Em 31 de Exercícios Anteriores (f)				Em 31 de Dezembro de 2016 (g)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	1.936.160,00	1.933.886,54	79,08	2.194,38	347.519,87	1.770.614,08	1.381.081,94	1.381.081,94	519.609,79	217.442,22	219.636,60		
EXECUTIVO	0,00	1.936.160,00	1.933.886,54	79,08	2.194,38	347.519,87	1.757.089,08	1.367.556,94	1.367.556,94	519.609,79	217.442,22	219.636,60		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.843.697,66	1.841.424,20	79,08	2.194,38	347.519,87	1.678.668,97	1.319.240,40	1.319.240,40	489.506,22	217.442,22	219.636,60		
GABINETE DO PREFEITO	0,00	51.696,65	51.696,65	0,00	0,00	0,00	18.121,55	12.923,15	12.923,15	5.198,40	0,00	0,00		
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	38.296,65	38.285,97	10,68	0,00	0,00	18.068,78	12.467,46	12.467,46	3.070,14	2.531,18	2.531,18		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	72.309,16	72.309,16	0,00	0,00	1.000,00	22.992,77	9.259,60	9.259,60	12.026,02	2.707,15	2.707,15		
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	24.850,74	24.850,74	0,00	0,00	14.750,00	326.549,87	317.739,47	317.739,47	23.560,40	0,00	0,00		
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMIC	0,00	831,60	831,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	641.927,87	641.927,87	0,00	0,00	283.625,21	656.746,77	567.396,21	567.396,21	304.478,92	68.496,85	68.496,85		
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	62.384,20	62.384,20	0,00	0,00	0,00	8.888,48	6.883,18	6.883,18	1.732,00	273,30	273,30		
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	768.597,24	768.597,24	0,00	0,00	48.144,66	468.176,32	292.327,55	292.327,55	80.559,69	143.433,74	143.433,74		
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	182.803,55	180.540,77	68,40	2.194,38	0,00	159.124,43	100.243,78	100.243,78	58.880,65	0,00	2.194,38		
AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SAI	0,00	85.551,65	85.551,65	0,00	0,00	0,00	69.920,11	43.478,33	43.478,33	26.441,78	-0,00	-0,00		
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRA	0,00	85.551,65	85.551,65	0,00	0,00	0,00	69.920,11	43.478,33	43.478,33	26.441,78	-0,00	-0,00		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FM	0,00	6.910,69	6.910,69	0,00	0,00	0,00	8.500,00	4.838,21	4.838,21	3.661,79	0,00	0,00		
Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	0,00	6.910,69	6.910,69	0,00	0,00	0,00	8.500,00	4.838,21	4.838,21	3.661,79	0,00	0,00		
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.525,00	13.525,00	13.525,00	0,00	0,00	0,00		
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.525,00	13.525,00	13.525,00	0,00	0,00	0,00		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.936.160,00	1.933.886,54	79,08	2.194,38	347.519,87	1.770.614,08	1.381.081,94	1.381.081,94	519.609,79	217.442,22	219.636,60		

ONTE:

FONTE:

FRABURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.349.000,00	9.349.000,00	8.974.107,67	95,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.784.000,00	2.784.000,00	2.713.188,85	97,46
1.1.1- IPTU	2.500.000,00	2.500.000,00	2.396.384,90	95,86
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	284.000,00	284.000,00	316.803,95	111,55
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	800.000,00	800.000,00	893.395,24	111,67
1.2.1- ITBI	800.000,00	800.000,00	893.395,24	111,67
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.235.000,00	4.235.000,00	3.892.722,48	91,92
1.3.1- ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.674.861,97	91,87
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	235.000,00	235.000,00	217.860,51	92,71
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.530.000,00	1.530.000,00	1.474.801,10	96,39
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.460.000,00	37.460.000,00	33.871.089,44	90,42
2.1- Cota-Parte FPM	17.300.000,00	17.300.000,00	14.787.463,70	85,48
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.000.000,00	16.000.000,00	14.006.706,74	87,54
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	600.000,00	600.000,00	780.756,96	130,13
2.2- Cota-Parte ICMS	17.000.000,00	17.000.000,00	16.035.210,06	94,32
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	57.495,40	82,14
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	226.188,45	90,48
2.5- Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	63.834,27	159,59
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	2.700.897,56	96,46
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	46.809.000,00	46.809.000,00	42.845.197,11	91,53

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.072.000,00	3.072.000,00	2.756.509,25	89,73
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.400.000,00	2.400.000,00	2.130.530,79	88,77
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	478.000,00	478.000,00	469.475,60	98,22
5.4- Transferências Diretas - PNATE	143.000,00	143.000,00	120.868,72	84,52
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	51.000,00	51.000,00	35.634,14	69,87
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	249.394,60	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	247.644,87	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	1.749,73	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	411.900,00	411.900,00	546.261,08	132,62
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.483.900,00	3.483.900,00	3.552.164,93	101,96

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.232.000,00	7.232.000,00	6.618.848,38	91,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.200.000,00	3.200.000,00	2.801.341,02	87,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.400.000,00	3.400.000,00	3.207.041,13	94,32
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	11.499,00	82,14
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	46.005,00	92,01
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.000,00	8.000,00	12.766,75	159,58
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	540.195,48	96,46
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	22.200.000,00	22.200.000,00	20.531.645,90	92,48
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	22.000.000,00	22.000.000,00	20.252.812,48	92,06
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	278.833,42	139,42
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	14.768.000,00	14.768.000,00	13.633.964,10	92,32

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

17/11/2017 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	15.540.000,00	16.490.000,00	11.739.862,28	71,19	11.739.862,28	71,19
13.1- Com Educação Infantil	6.800.000,00	6.250.000,00	4.218.686,41	67,50	4.218.686,41	67,50
13.2- Com Ensino Fundamental	8.740.000,00	10.240.000,00	7.521.175,87	73,45	7.521.175,87	73,45
14- OUTRAS DESPESAS	6.660.000,00	8.740.953,54	7.338.372,95	83,95	6.555.140,06	74,99
14.1- Com Educação Infantil	2.160.000,00	3.820.953,54	3.506.459,51	91,77	3.374.520,64	88,32
14.2- Com Ensino Fundamental	4.500.000,00	4.920.000,00	3.831.913,44	77,88	3.180.619,42	64,65
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	22.200.000,00	25.230.953,54	19.078.235,23	75,61	18.295.002,34	72,51
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						890.953,54
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						890.953,54
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						890.953,54
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						17.404.048,80
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						57,18
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						27,59
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						15,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						890.953,54
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						890.953,54
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.392.500,00	11.995.453,54	9.043.447,27	75,39	8.659.651,40	72,19
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	17.132.460,00	21.402.511,13	15.709.797,04	73,40	14.023.291,65	65,52
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.240.000,00	15.160.000,00	11.353.089,31	74,89	10.701.795,29	70,59
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.892.460,00	6.242.511,13	4.356.707,73	69,79	3.321.496,36	53,21
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	27.524.960,00	33.397.964,67	24.753.244,31	74,12	22.682.943,05	67,92
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						13.633.964,10
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						278.833,42
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						846.405,86
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						1.009,38
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						14.760.212,76
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						7.922.730,29
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						18,49

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.450.000,00	2.612.902,76	2.053.964,46	78,61	1.896.839,66	72,60
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.933.420,00	4.791.685,57	4.113.739,42	85,85	3.556.975,89	74,23
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	5.383.420,00	7.404.588,33	6.167.703,88	83,30	5.453.815,55	73,65
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	32.908.380,00	40.802.553,00	30.920.948,19	75,78	28.136.758,60	68,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (j)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		1.009,38	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	

17/11/2017 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	1.009,38
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.170.184,29	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	20.252.812,48	2.130.530,79
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	18.444.918,85	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	18.346.677,06	0,00
48.2 Restos a Pagar	98.241,79	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	278.833,42	31.626,80
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.256.911,34	2.162.157,59
51- (+) Ajustes	17.955,94	5.085,14
51.1. Retenções	0,00	5.085,14
51.2. Conciliação bancária	17.955,94	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	3.274.867,28	2.167.242,73

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	1.900.000,00	1.217.580,57			682.419,43
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	10.899.692,86	6.748.868,58	4.428.404,58	0,00	4.150.824,28
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	10.899.692,86	6.748.868,58	4.428.404,58	0,00	4.150.824,28
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.999.692,86	-5.531.288,01	-	-	-3.468.404,85

FONTE:

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	120.000,00	33.957,56	86.042,44
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	33.957,56	21.042,44
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	65.000,00	0,00	65.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	335.189,04	178.885,37	122.354,37	122.354,37	0,00	4.481,00	156.303,67
Despesas de Capital	335.189,04	178.885,37	122.354,37	122.354,37	0,00	4.481,00	156.303,67
Investimentos	335.189,04	178.885,37	122.354,37	122.354,37	0,00	4.481,00	156.303,67

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIj)
Valor(III)	174.107,04	-92.877,81	81.229,23

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

20/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)							
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.349.000,00	9.349.000,00		8.974.107,67	95,99		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00		2.396.384,90	95,86		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	800.000,00	800.000,00		893.395,24	111,67		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.000.000,00	4.000.000,00		3.674.861,97	91,87		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.530.000,00	1.530.000,00		1.474.801,10	96,39		
Dívida Ativa dos Impostos	39.000,00	39.000,00		65.123,23	166,98		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	300.000,00	300.000,00		326.142,20	108,71		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)							
Cota-Parte FPM	180.000,00	180.000,00		143.399,03	79,67		
Cota-Parte ITR	36.160.000,00	36.160.000,00		33.090.332,48	91,51		
Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	16.000.000,00		14.006.706,74	87,54		
Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00		63.834,27	159,59		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	2.800.000,00	2.800.000,00		2.700.897,56	96,46		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	17.000.000,00	17.000.000,00		16.035.210,06	94,32		
	250.000,00	250.000,00		226.188,45	90,48		
	70.000,00	70.000,00		57.495,40	82,14		
	70.000,00	70.000,00		57.495,40	82,14		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	45.509.000,00	45.509.000,00		42.064.440,15	92,43		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.895.500,00	5.895.500,00		6.438.134,75	109,20		
Provenientes da União	5.895.500,00	5.895.500,00		6.438.134,75	109,20		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00		0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	30.500,00	30.500,00		75.762,60	248,40		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.926.000,00	5.926.000,00		6.513.897,35	109,92		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)		% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	
							% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	15.549.020,00	19.853.706,53		16.127.921,86	81,23	15.028.840,22	75,70
Pessoal e Encargos Sociais	8.325.500,00	9.655.200,09		7.393.590,36	76,58	7.393.590,36	76,58
Outras Despesas Correntes	7.223.520,00	10.198.506,44		8.734.331,50	85,64	7.635.249,86	74,87
DESPESAS DE CAPITAL	298.000,00	899.998,34		579.297,42	64,37	444.780,31	49,42
Investimentos	298.000,00	899.998,34		579.297,42	64,37	444.780,31	49,42

Continua 1/4

17/11/2017 - moises

Continuação 2/4

Município de Fraiburgo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		298.000,00	899.998,34	579.297,42	64,37	444.780,31	49,42
Investimentos		298.000,00	899.998,34	579.297,42	64,37	444.780,31	49,42
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		15.847.020,00	20.753.704,87	16.707.219,28	80,50	15.473.620,53	74,56
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		5.895.500,00	9.721.909,76	7.204.512,68	43,12	6.438.998,41	41,61
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		5.895.500,00	9.721.909,76	7.204.512,68	43,12	6.438.998,41	41,61
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		5.895.500,00	9.721.909,76	7.204.512,68	43,12	6.438.998,41	41,61
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)		9.951.520,00	11.031.795,11	9.502.706,60	56,88	9.034.622,12	58,39
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIB)/100] 6							
2.724.956,10							

Continuação 3/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR		
Inscritos em 2016	341.927,98	75.137,14	266.790,84	0,00	
TOTAL	341.927,98	75.137,14	266.790,84	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
0,00		0,00		0,00	
0,00		0,00		0,00	
TOTAL (VIII)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS	
				Até Bimestre (l) % (l/Total l)*100	
				Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100	
Atenção Básica	11.857.520,00	14.473.140,24	11.428.310,95	68,31	10.995.508,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.986.000,00	4.850.583,71	4.079.888,60	24,39	3.339.451,10
Suporte Profilático e Terapêutico	653.000,00	924.722,45	811.030,77	4,85	757.257,07
Vigilância Sanitária	128.500,00	134.947,33	121.556,44	0,73	121.430,44
Vigilância Epidemiológica	253.000,00	392.631,14	288.752,52	1,73	282.293,80
TOTAL	15.878.020,00	20.776.024,87	16.729.539,28	100,00	15.495.940,53
					100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V[(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

17/11/2017 - moises

Continuação 4/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita MunicipalRODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9MOISÉS AMADEU PATRICIC
Contador CRC/SC Nº 018341GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		86.000.000,00		
Previsão Atualizada		86.000.000,00		
Receitas Realizadas		80.579.897,44		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		11.072.910,93		
DESPESAS				
Dotação Inicial		86.000.000,00		
Créditos Adicionais		19.479.687,24		
Dotação Atualizada		105.479.687,24		
Despesas Empenhadas		81.869.099,29		
Despesas Liquidadas		72.861.267,91		
Despesas pagas		71.121.893,38		
Superavit Orçamentário		7.718.629,53		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		81.869.099,29		
Despesas Liquidadas		72.861.267,91		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		98.223.019,51		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-116.500,00	6.628.043,22	-5.689,31
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.118.133,95	519.609,79	1.381.081,94	217.442,22
EXECUTIVO	2.104.608,95	519.609,79	1.367.556,94	217.442,22
LEGISLATIVO	13.525,00	0,00	13.525,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.936.160,00	79,08	1.933.886,54	2.194,38
EXECUTIVO	1.936.160,00	79,08	1.933.886,54	2.194,38
TOTAL:	4.054.293,95	519.688,87	3.314.968,48	219.636,60
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.922.730,29	25%	18,49
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		11.739.862,28	60%	57,18
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.217.580,57	682.419,43	

Continua 1/2

17/11/2017 - moises

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			4.428.404,58	6.471.288,28
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			33.957,56	86.042,44
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			178.885,37	156.303,67
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		9.034.622,12	15,00	21,48
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRAIBURGO, 17/11/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

RODRIGO DOS SANTOS
Contador - SC-041502/O-9

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/11/2017 - moises

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 225/2017

Publicação Nº 1433354

DECRETO N.º 225, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, e Lei Municipal n.º 1.282, de 20 de fevereiro de 2009 e alteração,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, Composição para 2017 – 2019:

I – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL (Secretaria Municipal de Educação e Cultura)

Titular: Cleide de Souza

Suplente: Marlize Goulart de Oliveira Paes

II – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Edinei José Vieira

Suplente: Marcos Alexandre de Campos

III - PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Nídia Maria Correia

Suplente: Joseane Faraco da Luz

IV - DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Carmem Aparecida de Souza

Suplente: Eliete Serafini

V - SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Jeane Sonia Marcos

Suplente: Daniel Cavalcante de Albuquerque

VI - PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Valério Márcio de Souza

Suplente: Fabrícia de Souza Pagnan Silveira

Titular: Viviane Torcatto

Suplente: Taize da Silva Aguiar

VII - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Suzuki Augusta Azevedo

Suplente: Rosangela Maria de Oliveira

VIII - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Luiz Fernando Alves Bittencourt

Suplente: Zulmar Corrêa

IX – CONSELHO TUTELAR

Titular: Diomar de Amorim

Suplente: Nadir da Silva

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 206, de 07 de novembro de 2017.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 226/2017

Publicação Nº 1433356

DECRETO N.º 226, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
0061/16	Asteroides Pereira - ME	100,00
0094/16	Lavação Edeneser Ltda. - ME	300,00
0718/16	Gene Maria Pereira Fernandes - ME	200,00
0781/16	Staudt E Francesquett	145,50
1043/16	Super Líder Alimentos Ltda.	273,50
1126/16	Secretaria de Estado da Fazenda	77,40
1136/16	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro	79,00
1830/16	Jumper Comercial Ltda.	385,92
2158/16	LG Comercio Atacadista de Cama Mesa e Banho	1.217,60
2295/16	Peruibe Comercio de Produtos Eletrônicos	159,00
2299/16	Peruibe Comercio de Produtos Eletrônicos	159,00
2309/16	Comercial Cascaes Ltda.	9,87
2823/16	Companhia C. de Águas e Saneamento (Casan)	214,83
2874/16	Lavação Edeneser Ltda. - ME	378,00
2875/16	Lavação Edeneser Ltda. - ME	378,00
2877/16	Lavação Edeneser Ltda. - ME	378,00
2934/16	Marcelo Galvan Sebastian – ME (Masterfrio)	250,00
3257/16	Posto Petropaba Ltda.	87,46
3571/16	Nadine Alberton Vieira - ME	0,04
3629/16	Nadine Alberton Vieira - ME	0,06
3822/16	Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte	288,00
4557/16	Banco do Brasil	279,32

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretária de Administração

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/11/2017, de

DECRETO Nº 227/2017

Publicação Nº 1433358

DECRETO N.º 227, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 145.706,46 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 145.706,46 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA			145.706,46
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA			145.706,46
15.452.00312.050 - Manutenção e Ampliação dos serviços de Iluminação Pública			145.706,46
4.4.90.0.1.07.000000 Aplicações Diretas			145.706,46

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 145.706,46 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretária de Administração

DECRETO Nº 228/2017

Publicação Nº 1433360

DECRETO N.º 228, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

EMPENHO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR R\$
	CREDOR	
0130/16	Multiban Loc. de Bens Moveis Ltda.	1.000,00
0136/16	Brazimp Com. Importadora e Exportadora Ltda.	130,56
1125/16	Secretaria de Estado da Fazenda	1.664,40
1135/16	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro	740,57
1773/16	Companhia C. de Águas e Saneamento (Casan)	27,05
1790/16	Super Líder Alimentos Ltda.	135,73
1933/16	Narbal Alves	1.743,68
1954/16	Hilário Martins Eirele - ME	1.636,80
2134/16	Super Líder Alimentos Ltda.	147,50
2287/16	E-Printer Serviços e Equip. de Inf. Ltda.	25,00
2302/16	Comercial Cascaes Ltda.	4.442,66
2639/16	Solange dos Santos Utuari Ferrari - ME	600,00

2826/16	Posto Petropaba Ltda.	4.674,03
2868/16	Comercial Cascaes Ltda.	990,86
2870/16	Comercial Cascaes Ltda.	261,81
3200/16	Ricardo Alexandre Gabriel e Cia Ltda.	60,20
3235/16	Posto Petropaba Ltda.	126,57
3581/16	Comercial Cascaes Ltda.	101,82
3769/16	Companhia C. de Águas e Saneamento (Casan)	12,28
3874/16	Posto Petropaba Ltda.	66,80
3907/16	Celesc Distribuição S/A	77,81
3908/16	Celesc Distribuição S/A	34,83
4163/16	Ilha Service Serviços de Informática Ltda.	180,00
4165/16	Ilha Service Serviços de Informática Ltda.	56,50
4253/16	Cooperativa de Eletrecidade de Paulo Lopes	519,51
4281/16	Asteroides Pereira - ME	393,42
4283/16	Comercial Cascaes Ltda.	1.844,30
4298/16	Nadine Alberton Vieira - ME	0,05
4530/16	Expresso Garopaba Eirele - Epp	10,54

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretária de Administração

DECRETO Nº 229/2017

Publicação Nº 1433508

DECRETO N.º 229, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

	SECRETARIA DA FAZENDA	
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
0059/16	Asteroides Pereira - ME	68,16
0092/16	Lavação Edeneser Ltda. - ME	415,00
0742/16	Postmix Soluções Gráficas Ltda. - ME	4.435,99
1062/16	Ana Paula Tavella Machado dos Santos - ME	2.371,50
1866/16	VIA SC Comercio e Serviços Ltda. EPP	150,00
2271/16	Gustavo de Carvalho Kozma	3.000,00
4158/16	Instituto Fenacon	414,00

	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
0614/15	Narbal Alves o Chaveiro - ME	100,00
2552/15	Nitrosemen - Produtos Agropecuários Ltda.	345,83
2553/15	Nitrosemen - Produtos Agropecuários Ltda.	661,79

	ENCARGOS GERAIS	
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
3762/15	I.A.P.A.S. C/ Debitos Consolidados	1.228,01
4123/16	IPREGOBA	150,78
4536/16	PASEP	0,27

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretária de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2017

Publicação Nº 1432994

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 056/2017. PROCESSO Nº 133/2017; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: ARTCIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE DECORACOES TEMATICAS LTDA, CNPJ nº 15.138.763/0001-70; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÃO NATALINA PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA JÁ PREVISTA NO CALENDÁRIO ANUAL DA CIDADE; VALOR: R\$ 125.464,15 DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

PAUTA DE JULGAMENTO JARF Nº006/2017

Publicação Nº 1433374

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 006/2017

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 28 do mês de novembro de 2017 (28/11/2017), às 9h30, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270045092017 (4267-2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JUVENCIO CARDOSO (Interessado); JOAQUIM CARDOSO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10260024942017 (6804-2016) – Recurso ordinário – Recorrente: FEBESE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. (requerente) Participantes: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida); FEBESE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. (requerente). Relator: CARLOS RAFAEL MACANHÃO DUTRA.

10270050242017 (7002-2014) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: RESTAURANTE LIZI MAR LTDA - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.
Fernando Pereira Colodel
Secretário-Geral da JARF

PORTARIA Nº. 1336/2017.

Publicação Nº 1433538

PORTARIA N.º 1336, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 001/2017, da Comissão do Processo Administrativo, referente à Portaria n.º 1156/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 1156/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1343/2017.

Publicação Nº 1433544

PORTARIA N.º 1343, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 1022/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria n.º 1022/2017;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão da Sindicância Administrativa instituído pela Portaria n.º 1022/2017, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do inciso I, do art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, que archive-se o processo sindicante.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

TORNAR SEM EFEITO A PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 125/2017

Publicação Nº 1433531

COMUNICADO

TORNAR SEM EFEITO A PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 125/2017

PEDRO SIEDERSBERGER NETO
Candidato(a): 258940
Cargo: MÉDICO EMERGENCISTA
Classificação: 18º LUGAR

Tornar sem efeito, a contar da data de emissão, a Perda de Prazo da Convocação 125/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição 2389 de 20/11/2017, devido a erro de informação.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

TORNAR SEM EFEITO A PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 126/2017

Publicação Nº 1433536

COMUNICADO

TORNAR SEM EFEITO A PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 126/2017

ANELISE SILVA ALVES DA FONSECA
Candidato(a): 263187
Cargo: ENFERMEIRO
Classificação: 14º LUGAR

Tornar sem efeito, a contar da data de emissão, a Perda de Prazo da Convocação 126/2017 publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição 2389 de 20/11/2017, devido a erro de informação.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

TORNAR SEM EFEITO A PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 128/2017

Publicação Nº 1433537

COMUNICADO

TORNAR SEM EFEITO A PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 128/2017

MARIA REGINA NEVES AMARO
Candidato(a): 245118
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Classificação: 10º LUGAR

Tornar sem efeito, a contar da data de emissão, a Perda de Prazo da Convocação 128/2017 publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição 2389 de 20/11/2017, devido a erro de informação.

Garopaba, 21 de novembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMA - 001/2017

Publicação Nº 1432141

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMA nº001/2017– Credenciamento

Objeto: Credenciamento de Pessoa Jurídica, mediante documentação e pedido de inscrição para prestação de serviço de inseminação artificial em rebanho bovino, de acordo com as necessidades dos pecuaristas residentes no município de Garuva, em atendimento a Lei Municipal nº 1683/2013 e Decreto Municipal nº 172/2013.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 04/12/2017.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site:
www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 20 de novembro de 2017.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 208

Publicação Nº 1432119

DECRETO Nº. 208 de 20 de novembro de 2017

“Dispõe sobre a nomeação da servidora Heloise Gonçalves Nunes Lemos, para a função de Chefe do Setor de Cultura.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeada a servidora HELOISE GONÇALVES NUNES LEMOS, portadora do CPF nº 064.162.129-94, para a função de confiança de Chefe do Setor de Cultura- FC, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 20 de novembro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DISTRATO Nº 017

Publicação Nº 1432118

DISTRATO Nº 017/2017

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 082/2017, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALI, brasileiro, solteiro, portador

do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro, a Sra. BEATRIZ BARBOSA PEIXOTO FORTUNA, brasileira, casada, médica, RG nº 07.357.424-6 CPF: 959.524.467-87, residente e domiciliada na Estrada d'Oeste, Joinville - SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 82/2017, cujo objeto era a prestação de serviços como MÉDICA, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 10/07/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 82/2017. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 20 de novembro de 2017.

Rodrigo Adriany David Prefeito Município de Garuva	Clélio Leandro Pedrali Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Distratado	
TESTEMUNHAS: Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

PORTARIA Nº 162

Publicação Nº 1432117

PORTARIA Nº. 162, de 30 de outubro de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

Considerando Processo nº 3263/2017,
Considerando, Erro material sobre a progressão horizontal de servidor público,

RESOLVE:

Art. 10. - Fica aprovada a progressão horizontal por avaliação positiva e qualificação profissional do servidor FRANCISCO LANZZARIN.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Operacional II, Classe II, referencia “B”.

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior ocorrerão a partir de 1º de outubro de 2017.

Art. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171

Publicação Nº 1432121

PORTARIA Nº. 171 de 20 de novembro de 2017
 "DESIGNAR SERVIDOR PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADAS PELO ÓRGÃO."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar IOLANDO DE ASSIS – RG nº 2/R 1866936, CPF nº 618.330.889-72, Engenheiro Civil, servidor desta municipalidade, para atuar como fiscal do Contrato PMG nº 013/2017, firmado com a empresa Hoeft & Hoeft Construções Civis Ltda - EPP, até a vigência final.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
 Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO 011 - ANEXO I

Publicação Nº 1432944

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017
 ANEXO I
 PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

MÉDICO CLÍNICO GERAL
 LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de textos.
 - 1.1 Leitura e compreensão de informações.
 - 1.2 Identificação de idéias principais e secundárias.
 - 1.3 Intenção comunicativa.
2. Vocabulário.
 - 2.1 Sentido de palavras e expressões no texto.
 - 2.2 Substituição de palavras e de expressões no texto.
 - 2.3 Sinônimos e antônimos.
3. Aspectos lingüísticos.
 - 3.1 Grafia correta de palavras pela Nova Ortografia da Língua

Portuguesa.

- 3.2 Relação entre letras e fonemas.
- 3.3 Família de palavras.
- 3.4 Flexão dos substantivos, artigos, adjetivos e pronomes.
- 3.5 Emprego de verbos regulares e irregulares nos tempos simples do modo indicativo e do modo subjuntivo.
- 3.6 Noções básicas de concordância nominal e verbal.
- 3.7 Regras gerais de regência nominal e verbal.
- 3.8 Sinais de pontuação:
 - 3.8.1 Emprego do ponto final, ponto de exclamação e ponto de interrogação.
 - 3.8.2 Uso da vírgula para separar os itens de uma série, as frases, os vocativos o aposto e o adjunto adverbial.
 - 3.8.3 Emprego dos dois pontos.
 - 3.8.4 Uso do travessão.

BIBLIOGRAFIA:

1. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 43ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
2. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
3. NICOLA, José De; INFANTE, Ulisses. Gramática contemporânea da língua portuguesa. São Paulo: 1997.
4. PEREIRA, Teresa Avalo; Biblioteca Central – UNIFESP/EPM. Principais Regras da Nova Ortografia da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.bibliotecacsp.unifesp.br/Documentos-Apostila/nova-ortografia-completo>

LEGISLAÇÃO:

1. Legislação Básica do SUS; Constituição Federal (artigos 196 a 200); Emenda Constitucional n. 29, de 13/9/2000; Lei 8.080, de 19/9/1990; Lei 9.836, de 23/9/1999; Lei 11.108, de 07/4/2005; Lei 10. 424, de 15/4/2002; Lei 8.142, de 28/12/1990; Portaria 2.203, de 05/11/1996; Portaria 373, de 27/2/2002; Resolução 399, de 22/2/2006.
 Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/legislacao>
2. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde; Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS; Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal.
 Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>

Garuva, 20 de novembro de 2017.

Isabela Aragao Pereira
 Presidente da Comissão
 Portaria 170/2017

TESTE SELETIVO 011 - EDITAL

Publicação Nº 1432942

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 011/2017
 CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

A Prefeitura Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 018/2002, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público de contratação de profissional Médico Clínico Geral, resolve estabelecer e divulgar as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado, para atender, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, às Unidades de Saúde da Família, localizadas neste município.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá de Prova Teórica, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção, para contratação de profissional Médico Clínico Geral, conforme quadro abaixo:

Nomenclatura	Carga Horária	Requisitos	Vagas	Remuneração
Médico Saúde da Família	110	Graduação em Medicina e Registro no CRM	01	Salário Base R\$ 6.824,53 + Auxílio Alimentação.

0.2 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. O período para as inscrições será de 22 de novembro de 2017 a 29 de novembro de 2017.

2.2. O local das inscrições: Secretaria Municipal de Saúde de Garuva, Rua Eugênio Avanci, 656 – Centro, das 08:00 às 13:00h.

2.3. Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Diploma Nível Superior em Medicina;
- Inscrição no CRM-SC
- 01 foto 3x4;
- Comprovante de votação nas 02 (duas) últimas eleições.

3. DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

3.1. A prova será aplicada no dia 06/12/2017, às 19 horas, no Colégio Carmem Seara Leite.

3.2. A prova teórico-objetiva será constituída de 20 (vinte) questões, elaboradas com base nos programas contidos no Anexo I. O candidato terá 03:00h (três horas) para a resolução da prova. Os dois últimos candidatos deverão se retirar da sala de prova ao mesmo tempo, assinando a ata de sala.

3.3. As questões da prova teórico-objetiva serão de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A, B, C e D) e 1 (uma) única resposta correta.

3.4. Será responsabilizado criminalmente aquele que fraudar o presente Processo Seletivo Público Simplificado.

3.5. O ingresso na sala de provas será permitido somente ao candidato que apresentar documento de identidade e segunda via do comprovante de inscrição.

3.6. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

3.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

3.8. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de meia hora, munido de documento de identidade, caneta tipo esferográfica, com tinta azul ou preta.

3.9. Ao entrar na sala de realização de prova o candidato não poderá manusear e/ou consultar nenhum tipo de material.

4. DA AVALIAÇÃO E DA APROVAÇÃO

4.1. A prova teórico-objetiva constará de 20 (vinte) questões objetivas, sendo que cada questão valerá 0,5 (meio) ponto.

4.2. Serão cinco questões de língua portuguesa e quinze questões de conhecimento específico (conforme anexo I).

4.3. Serão considerados aprovados os candidatos que atingirem o número mínimo de 10 (dez) questões de acertos nos conteúdos, obtendo nota final mínima de 5 (cinco) pontos na prova teórico-objetiva.

4.4. A Nota Final da Prova escrita será publicada no dia 08/12/2017, no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

4.5. Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e numero de filhos. O candidato mais idoso precederá o mais novo. Havendo empate neste critério o candidato que tiver mais filho prevalecerá sobre o outro.

5. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE REVISÃO DO GABARITO, DAS DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA E DO CURSO INTRODUTÓRIO – PRELIMINAR

5.1. Os pedidos de revisão do gabarito da prova teórico-objetiva deverão ser encaminhados a Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº.011/2017, no dia 11/12/2017, conforme cronograma de execução item 1.2. e protocolados na Secretaria Municipal de Saúde, Rua Eugênio Avanci nº. 656, no horário das 8:00h às 13:00h.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

6.1. A Classificação final será divulgada no dia 12/12/2017 no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

7. DO REGIME EMPREGATÍCIO

7.1 - Os habilitados e classificados no teste serão admitidos em caráter temporário com base na Lei Complementar 018/2002 e estarão sob

o regime da Lei Complementar Municipal n. 001/98, demais normas pertinentes e de Convênio. O contrato será por tempo determinado, dependendo da necessidade desta prefeitura, não podendo exceder o prazo máximo dois anos para Estratégia Saúde da Família.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia de CPF;
- Carteira de Trabalho;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Fotocópia da carteira de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;
- Fotocópia do título de eleitor;
- Atestado Médico (físico e mental);
- Comprovante de residência;
- Certificado de Reservista (MAS);
- PIS/PASEP;
- 01 foto 3x4;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia autenticada do comprovante de habilitação exigida para o cargo

8.2. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

9. DA RESERVA

9.1. Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.2. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à nomeação. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

10 – DOS RECURSOS

10.1 – Caberá recurso, através de requerimento escrito, em qualquer fase do processo seletivo, diretamente a Comissão do Teste Seletivo, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

11 – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

11.2 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria nº. 170/2017.

Garuva, 20 de novembro de 2017.

Isabela Aragão Pereira
Presidente da Comissão
Portaria 170/2017

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017

Publicação Nº 1433259

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e calibração dos equipamentos de bancada e de processos utilizados nas estações de tratamento de água do SAMAE e aquisição de peças. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 04/12/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 21/11/2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente do SAMAE

DECRETO Nº 7.758, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433232

DECRETO Nº 7.758, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, artigo 6º, incisos II e VI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão da Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 73 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 136 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 119.400,00
Dotação: 143 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Projeto: 1253 Pavimentação de Ruas	
Dotação: 131 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 24.000,00

Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 04 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	

Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Dotação: 19 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda e Turismo	
Unidade: 10 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Renda e Turismo	
Função: 27 Desporto E Lazer	
Subfunção: 813 Lazer	
Programa: 0013 Gestão Secretaria Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Atividade: 2068 Gaspar Natal em Festa	
Dotação: 265 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplementado, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão da Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 83 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 137 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 134.400,00
Projeto: 1253 Pavimentação de Ruas	
Dotação: 132 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 24.000,00

Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 04 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Dotação: 22 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico Renda e Turismo	
Unidade: 10 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Renda e Turismo	
Função: 27 Desporto E Lazer	
Subfunção: 813 Lazer	
Programa: 0013 Gestão Secretaria Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Atividade: 2068 Gaspar Natal em Festa	

Dotação: 267 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
---	---------------

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 282 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.760, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433094

DECRETO Nº 7.760, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

CRIA E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO PARA O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para o Plano de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento do enquadramento dos servidores de acordo com as suas funções e escolaridade, permitindo à Administração Pública dispor de instrumentos de gestão e métrica mais adequadas para avaliar e posicionar seu desempenho corporativo, sendo constituído pelos seguintes membros:

I – Fernanda Matsukura Lindemeyer;

II - Marcelo Luis Colla;

III – Jean Carlos de Oliveira;

IV – Viviane Wehmuth Lana;

V – Sandra Mara Hostins; e

VI - Raquel Rose da Cunha.

Art. 2º O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações relacionadas ao desenvolvimento da descrição dos cargos dos servidores efetivos, terá as seguintes atribuições específicas:

I – definir metodologia para a descrição e análise dos Cargos Efetivos;

II – aplicar os questionários aos servidores para análise de cargos;

III – consolidar as informações dos questionários aplicados aos servidores;

IV – validar as descrições com os gestores;

V – compilar as informações de descrição dos cargos efetivos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.761, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432974

DECRETO Nº 7.761, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA MICHELLE CASTANHO MACHADO MIRANDA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 30 de novembro de 2017, a servidora MICHELLE CASTANHO MACHADO MIRANDA, inscrita no CPF sob o nº 015.276.600-60, do cargo efetivo de Arte Educador Dança, lotada com 40h semanais na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 7.331/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.317, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432976

PORTARIA Nº 5.317, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA Nº 08/2016, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 5.093, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 175, inciso I da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da Sindicância nº 08/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o arquivamento da Sindicância nº 08/2016, instaurada pela Portaria nº 5.093, de 12 de dezembro de 2016, para apurar a responsabilidade por suposto extravio de aparelho CD de veículo de propriedade da Diretoria-Geral de Trânsito do Município de Gaspar, em consonância com o Relatório Final da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que concluiu que não houve como atribuir a responsabilidade do extravio do aparelho CD a qualquer servidor público municipal, ou a terceiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.321, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432973

PORTARIA Nº 5.321, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA DORLI BURIGO LUCHINI BONIN.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DORLI BURIGO LUCHINI BONIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 25/10/2017 a 28/11/2017.

retroagindo seus efeitos para 25 de outubro de 2017.

Gaspar, 20 de novembro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

CÂMARA MUNICIPAL

C O N V I T E = SESSÃO SOLENE - DIA: 7/12/2017

Publicação Nº 1433539

C O N V I T E

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, Vereador Ciro André Quintino, convida para participar da Sessão Solene Alusiva ao Septuagésimo Aniversário de Instalação da Câmara Municipal de Gaspar.

Informamos que será realizado na oportunidade o lançamento oficial do SELO COMEMORATIVO alusivo ao aniversário de 70 anos da Câmara de Vereadores de Gaspar; a entrega de HOMENAGENS AOS EX-VEREADORES indicados pelos atuais Vereadores; e o DESCERRAMENTO DA PLACA que denomina de PLENÁRIO LUÍS CARLOS SPENGLER "CUCA" a sala de sessões da Câmara Municipal de Gaspar.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar
Dia: 7/12/2017 (quinta-feira)
Início: 19h

Por sua honrosa presença, antecipadamente, agradecemos.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – GASPAR – SC

RESOLUÇÃO Nº 85/2017

Publicação Nº 1433027

RESOLUÇÃO Nº 85/2017

Denomina de Plenário Luis Carlos Spengler a sala de sessões da Câmara Municipal de Gaspar.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Gaspar aprovou o projeto e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica denominada de Plenário Luis Carlos Spengler "Cuca" a sala de sessões da Câmara Municipal de Gaspar.

Art. 2º Fica autorizada a confecção de material a ser fixado na entrada da sala de sessões da Câmara Municipal de Gaspar com a inscrição Plenário Luis Carlos Spengler "Cuca".

Art. 3º As despesas oriundas desta Resolução serão suportadas pelo orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 21 de novembro de 2017.

Ciro André Quintino
Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 134/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1433263

DECRETO Nº 134 / 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1224/2017.

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar de R\$ 60.100,00 (Sessenta mil e cem reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE E LAZER	30.500,00
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	30.500,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.500,00
(136)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30.500,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	30.500,00
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	19.600,00
15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria da Infra Estrutura e Serviços Públicos	19.600,00
3.300.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.600,00
(114) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	19.600,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	19.600,00
1301	ENCARGOS MUNICIPAIS	10.000,00
28.845.0000.0.002	Devolução de Recursos de Convênio	10.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(199)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL		60.100,00

SUPLEMENTAÇÕES:

1301	ENCARGOS MUNICIPAIS	60.100,00
28.845.0000.0.0023	Contribuição ao PASEP	60.100,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	60.100,00
(199)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	60.100,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	60.100,00
Total		60.100,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de novembro de 2017.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 135/2017 - ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

Publicação Nº 1433276

DECRETO Nº 135 / 2017.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 1147/2016 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 1.184.811,00 (Um milhão cento e oitenta e quatro mil oitocentos e onze reais), sendo R\$ 73.911,00 por conta do déficit financeiro apurado em fontes de recursos no exercício de 2016, e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 5º Bimestre de 2017 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.05.000016 – Índice de Gestão Descentralizada - BF – R\$ 7.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Functo. e Manutenção do FMAS	7.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.100,00

FONTE 0.1.05.000022 – Acessuas – R\$ 16.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Functo. e Manutenção do FMAS	16.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	16.700,00

FONTE 0.1.05.000028 – Proteção Social Básica – Custeio – R\$ 21.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2037	Manutenção do CRAS	21.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	21.000,00

FONTE 0.1.06.000000 – Salário Educação – R\$ 6.960,00 (Déficit do Exercício de 2016)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	6.960,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	6.960,00

FONTE 0.1.07.000000 – PDDE – R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.000,00

FONTE 0.1.08.000031 – PNAE – Ensino Fundamental – R\$ 13.800,00 + R\$ 9.729,00 de Déficit do exercício de 2016.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2008	Oferta de Merenda Escolar	23.529,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	23.529,00

FONTE 0.1.08.000032 – PNAE – Ensino Infantil – R\$ 9.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2008	Oferta de Merenda Escolar	9.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	9.400,00

FONTE 0.1.16.000102 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito – Polícia Militar – R\$ 11.470,00 de déficit de 2016.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	11.470,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	11.470,00

FONTE 0.1.16.000103 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito – Prefeitura – R\$ 45.752,00 de déficit de 2016.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	45.752,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	45.752,00

FONTE 0.1.18.000000 – Permissão para Criação do Solo – R\$ 367.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1023	Pavimentação de Ruas	367.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	367.000,00

FONTE 0.1.70.000071 – Convênio SEE – Transporte Escolar – R\$ 64.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2012	Manutenção do Transporte Escolar	64.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	64.700,00

FONTE 0.1.81.000002 – RDB – Salário Educação – R\$ 14.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	14.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	14.200,00

FONTE 0.1.81.000010 – RDB – Outros Recursos Vinculados – R\$ 19.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
9901	Reserva de Contingência da UG Prefeitura	19.900,00
9.9.99.00	Reserva de Contingência	19.900,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.19.000000 – Permissão para Criação do Solo – R\$ 367.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	367.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais/Aplicação Direta	367.000,00

FONTE 0.2.28.000140 – Programa Saúde na Escola – R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2025	Ações de Atenção Básica - PMAQ	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00

FONTE 0.2.28.000141 – Piso de Atenção Básica – R\$ 9.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2020	Ações de Atenção Básica	9.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	9.500,00

FONTE 0.2.28.000142 – Saúde da Família – R\$ 29.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	29.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	29.200,00

FONTE 0.2.28.000143 – Agentes Comunitários de Saúde – R\$ 49.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	49.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	49.200,00

FONTE 0.2.28.000144 – Saúde Bucal – R\$ 8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	8.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	8.000,00

FONTE 0.2.28.000145 – Núcleo de Apoio a Saúde Familiar – R\$ 27.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2024	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	27.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	27.000,00

FONTE 0.2.28.000151 – Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde – R\$ 6.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	6.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	6.200,00

FONTE 0.2.29.000156 – Cofinanciamento de Atenção Básica – R\$ 39.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

2020	Ações de Atenção Básica – PABF	39.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	39.000,00

FONTE 0.2.29.000158 – MAC Produção Ambulatorial e Hospitalar – R\$ 23.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	23.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	23.000,00

FONTE 0.2.31.000000 – Outras Receitas – R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	16.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto nº 098/2017

Governador Celso Ramos, 17 de novembro de 2017.
Juliano Duarte Campo
Prefeito Municipal

LEI 1223/2017 - DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS PARA O PERÍODO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433258

LEI Nº 1223 / 2017

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS PARA O PERÍODO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração Municipal de Governador Celso Ramos para o período: 2018/2021 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei, que prevê para o período uma meta de arrecadação de R\$ 297.126.000,00 (Duzentos e noventa e sete milhões, cento e vinte e seis mil reais), sendo R\$ 261.592.000,00 da Unidade Gestora: Prefeitura, R\$ 15.351.000,00 da Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e R\$ 20.183.000,00 da Unidade Gestora: Samae, conforme Anexo I desta lei e demonstrativo abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
UNIDADE GESTORA PREFEITURA	
1. RECEITAS CORRENTES	238.161.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	94.856.000,00
1.2. Receita de Contribuição	2.629.000,00
1.3. Receita Patrimonial	872.000,00
1.4. Receita de Serviços	145.000,00
1.5. Transferências Correntes	29.850.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	225.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	46.110.000,00
2.1. Operações de Crédito	5.500.000,00
2.2. Alienação de Bens	0,00
2.3. Transferências de Capital	40.610.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	-22.679.000,00
SOMA	261.592.000,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1. RECEITAS CORRENTES	11.691.000,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	944.000,00
1.2. Receita Patrimonial	272.000,00
1.3. Transferências Correntes	10.433.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.660.000,00
2.1. Alienação de Bens	8.000,00
2.2. Transferências de Capital	3.652.000,00
SOMA	15.351.000,00

UNIDADE GESTORA: SAMAE	
1. RECEITAS CORRENTES	20.183.000,00
1.1. Receita Patrimonial	152.000,00
1.2. Receita de Serviços	19.807.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	344.000,00
SOMA	20.183.000,00
META FISCAL DE ARRECADAÇÃO	297.126.000,00

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Governador Celso Ramos para o período 2018/2021, contemplará todas as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme apresentação nas planilhas constantes do Anexo III e integrante desta Lei, com identificação dos programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, classificação funcional da despesa e denominação das ações com indicação do produto, unidade de medida, meta física, meta financeira e fonte de financiamento.

Art. 3º A despesa consolidada prevista para o período 2018/2021 e classificada por programas e ações, função e sub-função de governo, está demonstrada nos Anexos IV e V desta lei, conforme abaixo:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	5.961.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	39.478.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	5.158.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.702.000,00
10. SAÚDE	51.039.000,00
11. TRABALHO	120.000,00
12. EDUCAÇÃO	74.877.000,00
13. CULTURA	102.000,00
15. URBANISMO	60.991.000,00
16. HABITAÇÃO	2.233.000,00
17. SANEAMENTO	19.884.000,00
20. AGRICULTURA	3.295.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.116.000,00
27. DESPORTO E LAZER	4.497.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	8.750.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.923.000,00
META FISCAL DE DESPESA	297.126.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	18.128.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	21.896.000,00
0003. ENSINO DE QUALIDADE	74.979.000,00
0004. SAÚDE PARA TODOS	70.723.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS	4.497.000,00
0006. CUIDANDO DAS PESSOAS	10.569.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	14.531.000,00

0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	70.930.000,00
0009. ENCARGOS GERAIS	8.950.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.923.000,00
META FISCAL DE DESPESA	297.126.000,00

Art. 4º As metas físicas e financeiras por ações de governo, estão demonstradas nos Anexos III e VII desta Lei.

Art. 5º A origem e destinação dos recursos, na forma estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2014 está demonstrado no Anexo VI desta lei com o objetivo de evidenciar o equilíbrio entre as receitas e as despesas em cada fonte de recurso.

Art. 6º A previsão do cumprimento do gasto mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino e do gasto mínimo de 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde, está demonstrado nos Anexos VIII e IX desta lei.

Art. 7º Para fins desta Lei considera-se:

I – Função de governo, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Sub-Função de governo, a partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa de governo, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração das potencialidades, necessidades e dificuldades no contexto de cada programa;

V – Diretrizes, o conjunto de critérios a serem adotados na execução das ações que integram cada programa para alcançar os objetivos estabelecidos;

VI – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais integrantes do programa;

VII – Ações de Governo, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VIII – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

IX – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 8º Os valores constantes dos Anexos I a X desta Lei estão quantificados a preços correntes.

Art. 9º A inclusão de novas ações de governo no Plano Plurianual ocorrerá de forma automática quando da abertura do respectivo crédito adicional especial e sua inclusão como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10 Na definição das prioridades e metas da administração extraídas desta lei para constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, fica autorizada a elevação ou diminuição das metas físicas e financeiras constantes dos anexos desta lei, de forma a preservar o equilíbrio de caixa quando da execução da Lei Orçamentária.

Art. 11 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Governador Celso Ramos, 17 de novembro de 2017.

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

LEI 1224/2017 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1433262

LEI Nº 1224 / 2017.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$70.000,00 (Setenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE E LAZER	30.500,00
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	30.500,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.500,00
(136)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30.500,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	30.500,00
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	29.500,00
15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria da Infra Estrutura e Serviços Públicos	19.600,00
3.300.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.600,00
(114) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	19.600,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	19.600,00
15.453.0008.1.030	Construção e Remodelagem de Praças	9.900,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.900,00
(97)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	9.900,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	9.900,00
1301	ENCARGOS MUNICIPAIS	10.000,00
28.845.0000.0.002	Devolução de Recursos de Convênio	10.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(199)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL		70.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

1301	ENCARGOS MUNICIPAIS	70.000,00
28.845.0000.0.0023	Contribuição ao PASEP	70.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00
(199)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	70.000,00
0.1.00.00000	Recursos Ordinários	70.000,00
Total		70.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de novembro de 2017.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF 054/2017 - ORÇAMENTO**

Publicação Nº 1433013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000054/17 de 17 de Novembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(062)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
(074)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0000 - Aplicacoes Diretas	6.000,00

Total Suplementação: 14.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(059)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
(071)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
Total Anulação:	14.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Novembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 17 de Novembro de 2017.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

ANEXOS DO RREO - 5º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1433324

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	31.121.300,00	23.891.300,00	2.966.152,39	9,53	16.222.990,21	52,13	14.898.309,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.891.300,00	23.891.300,00	2.913.672,77	12,20	15.698.106,91	65,71	8.193.193,09
IMPOSTOS	1.996.000,00	1.996.000,00	168.729,74	8,45	1.457.551,83	73,02	538.448,17
TAXAS	1.423.900,00	1.423.900,00	163.592,72	11,49	1.226.103,24	86,11	197.796,76
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	547.100,00	547.100,00	5.137,02	0,94	231.448,59	42,30	315.651,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	99.000,00	99.000,00	13.565,10	13,70	73.249,90	73,99	25.750,10
RECEITA PATRIMONIAL	99.000,00	99.000,00	13.565,10	13,70	73.249,90	73,99	25.750,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	133.641,23	133.641,23	5.102,77	3,82	73.020,98	54,64	60.620,25
RECEITA DE SERVIÇOS	133.641,23	133.641,23	5.102,77	3,82	73.020,98	54,64	60.620,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.269.949,51	1.269.949,51	178.690,93	14,07	799.749,98	62,97	470.199,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.147.388,40	20.147.388,40	2.529.394,39	12,55	13.154.744,37	65,29	6.992.644,03
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	19.305.388,40	19.305.388,40	2.466.560,64	12,78	12.828.140,40	66,45	6.477.248,00
TRANSF. DE PESSOAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	6.212,68	62,13	3.787,32
TRANSF. DE CONV.	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	822.000,00	822.000,00	62.833,75	7,64	320.391,29	38,98	501.608,71
MULTAS E JUROS DE MORA	245.320,86	245.320,86	18.189,84	7,41	139.789,85	56,98	105.531,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	76.208,75	76.208,75	3.990,71	5,24	33.735,11	44,27	42.473,64
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.000,00	7.000,00	1.113,25	15,90	3.096,00	44,23	3.904,00
RECEITAS DIVERSAS	150.112,11	150.112,11	11.925,88	7,94	95.305,19	63,49	54.806,92
RECEITAS DE CAPITAL	12.000,00	12.000,00	1.160,00	9,67	7.653,55	63,78	4.346,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.230.000,00	7.230.000,00	52.479,62	0,73	524.883,30	7,26	6.705.116,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.300.000,00	2.300.000,00	8.979,62	0,39	336.252,96	14,62	1.963.747,04
ALIENAÇÃO DE BENS	2.300.000,00	2.300.000,00	8.979,62	0,39	336.252,96	14,62	1.963.747,04
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	370.000,00	370.000,00	43.500,00	11,76	43.500,00	11,76	326.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	370.000,00	370.000,00	43.500,00	11,76	43.500,00	11,76	326.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.560.000,00	4.560.000,00	0,00	0,00	145.130,34	3,18	4.414.869,66
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.121.300,00	31.121.300,00	2.966.152,39	9,53	16.222.990,21	52,13	14.898.309,79

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.121.300,00	31.121.300,00	2.966.152,39	9,53	16.222.990,21	52,13
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	510.997,20	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.121.300,00	31.121.300,00	2.966.152,39	9,53	16.733.987,41	53,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	630.943,75	—	—	448.153,56	—
Superávit Financeiro	—	630.943,75	—	—	448.153,56	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	14.519.334,75	3.564.387,72	16.733.987,41	15.185.221,12	15.031.258,88
DESPESAS CORRENTES	21.828.909,65	22.518.195,55	2.963.996,60	16.314.223,85	6.203.971,70	3.286.240,05	15.699.778,66	6.818.416,89	14.294.019,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.155.280,70	13.155.875,69	1.805.194,01	9.197.926,05	3.957.949,64	1.806.891,91	9.196.469,92	3.959.405,77	8.966.049,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.000,00	11.000,00	0,00	10.871,54	128,46	0,00	10.871,54	128,46	10.871,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.643.628,95	9.351.319,86	1.158.802,59	7.105.426,26	2.245.893,60	1.479.348,14	6.492.437,20	2.858.882,66	5.317.097,74
DESPESAS DE CAPITAL	9.167.890,35	9.276.512,98	257.777,23	1.085.649,93	8.190.863,05	278.147,67	1.034.208,75	8.242.304,23	737.239,88
INVESTIMENTOS	8.827.890,35	8.917.512,98	206.939,08	777.914,40	8.139.598,58	208.498,25	726.473,22	8.191.039,76	429.504,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	340.000,00	359.000,00	50.838,15	307.735,53	51.264,47	69.649,42	307.735,53	51.264,47	307.735,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.500,00	124.500,00	0,00	0,00	124.500,00	0,00	0,00	124.500,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.500,00	124.500,00	0,00	0,00	124.500,00	0,00	0,00	124.500,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	14.519.334,75	3.564.387,72	16.733.987,41	15.185.221,12	15.031.258,88

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	14.519.334,75	3.564.387,72	16.733.987,41	15.185.221,12	15.031.258,88
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	1.191.731,33
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	—	3.564.387,72	16.733.987,41	—	16.222.990,21
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC/SC 12.498-O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/total b)			% (d/total d)
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	100,00	3.564.387,72	16.733.987,41	100,00
Ação Legislativa	798.000,00	798.000,00	108.118,51	554.019,77	3,18	108.118,51	554.019,77	3,31
Administração	798.000,00	798.000,00	108.118,51	554.019,77	3,18	108.118,51	554.019,77	3,31
Planejamento e Orçamento	2.370.900,00	2.370.900,00	319.058,28	1.762.866,35	10,13	371.138,22	1.716.325,93	10,26
Administração Geral	125.000,00	125.000,00	29.188,68	78.256,04	0,45	29.188,68	78.256,04	0,47
Administração Financeira	1.490.900,00	1.490.900,00	201.739,19	1.356.438,56	7,80	253.819,13	1.309.898,14	7,83
Assistência Social	755.000,00	755.000,00	88.130,41	328.171,75	1,89	88.130,41	328.171,75	1,96
Assistência ao Idoso	1.091.500,00	1.273.547,01	213.353,40	793.443,01	4,56	234.066,18	773.597,14	4,62
Assistência ao Portador de Deficiência	161.000,00	255.716,05	80.162,68	131.810,42	0,76	84.695,85	124.833,42	0,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	27.000,00	28.262,40	4.486,40	16.432,00	0,09	4.486,40	16.432,00	0,10
Assistência Comunitária	403.500,00	449.308,00	62.695,65	303.185,88	1,74	64.376,84	298.689,60	1,78
Saúde	500.000,00	500.260,56	66.008,67	342.014,71	1,97	80.507,09	333.642,12	1,99
Atenção Básica	5.078.700,00	5.519.722,99	763.467,31	3.729.952,12	21,44	727.834,43	3.590.902,15	21,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.338.300,00	4.740.289,89	612.643,47	3.224.864,83	18,53	614.147,39	3.158.931,61	18,88
Suporte Profilático e Terapêutico	519.100,00	527.347,09	133.894,49	414.154,83	2,38	99.443,36	348.209,25	2,08
Vigilância Sanitária	146.300,00	163.921,36	6.779,28	52.423,68	0,30	3.853,61	45.252,51	0,27
Vigilância Epidemiológica	17.500,00	30.664,65	10.150,07	26.232,47	0,15	10.390,07	26.232,47	0,16
Educação	57.500,00	57.500,00	0,00	12.276,31	0,07	0,00	12.276,31	0,07
Ensino Fundamental	8.618.600,00	8.685.246,40	831.854,07	4.476.529,77	25,73	917.444,88	4.367.555,50	26,10
Ensino Médio	3.780.850,00	3.784.286,31	313.800,57	1.692.365,41	9,73	340.952,13	1.611.417,96	9,63
Ensino Profissional	89.000,00	89.000,04	33.287,98	64.709,19	0,37	53.851,35	59.099,25	0,35
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	45.000,00	45.000,00	16.750,00	28.580,00	0,16	16.750,00	28.580,00	0,17
Educação de Jovens e Adultos	4.265.200,00	4.308.410,05	435.988,11	2.499.911,39	14,37	468.777,34	2.480.037,76	14,82
Cultura	338.550,00	338.550,00	32.027,41	190.963,78	1,10	37.114,06	188.420,53	1,13
Difusão Cultural	99.000,00	99.000,00	3.594,68	66.602,84	0,38	11.869,45	60.400,84	0,36
Direitos da Cidadania	99.000,00	99.000,00	3.594,68	66.602,84	0,38	11.869,45	60.400,84	0,36
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	165.000,00	165.000,00	20.252,61	115.911,23	0,67	21.669,53	113.851,63	0,68
Urbanismo	165.000,00	165.000,00	20.252,61	115.911,23	0,67	21.669,53	113.851,63	0,68
Infra-Estrutura Urbana	3.878.000,00	3.881.897,97	116.470,29	1.002.500,29	5,76	152.638,38	900.931,06	5,38
Serviços Urbanos	2.284.000,00	2.284.000,00	0,00	157.441,61	0,90	-8.979,62	138.982,47	0,83
Habituação	1.594.000,00	1.597.897,97	116.470,29	845.058,68	4,86	161.618,00	761.948,59	4,55
Habituação Urbana	257.500,00	257.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	257.500,00	257.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/total b)		% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	100,00	3.564.387,72	16.733.987,41	15.185.221,12
Saneamento	1.862.100,00	1.992.100,00	106.968,28	943.422,98	5,42	159.868,67	891.133,27	1.100.966,73
Saneamento Básico Rural	80.600,00	80.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.600,00
Saneamento Básico Urbano	1.781.500,00	1.911.500,00	106.968,28	943.422,98	5,42	159.868,67	891.133,27	1.020.366,73
Gestão Ambiental	265.000,00	265.000,00	63.374,82	250.635,11	1,44	63.359,31	248.827,61	16.172,39
Controle Ambiental	265.000,00	265.000,00	63.374,82	250.635,11	1,44	63.359,31	248.827,61	16.172,39
Ciência e Tecnologia	90.000,00	90.000,00	10.670,94	68.876,68	0,40	13.349,63	66.476,68	23.523,32
Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	90.000,00	90.000,00	10.670,94	68.876,68	0,40	13.349,63	66.476,68	23.523,32
Agricultura	1.175.000,00	1.175.000,00	143.959,79	448.153,03	2,58	161.850,08	439.028,60	735.971,40
Abastecimento	555.000,00	555.000,00	109.354,00	109.354,00	0,63	109.354,00	109.354,00	445.646,00
Extensão Rural	620.000,00	620.000,00	34.605,79	338.799,03	1,95	52.496,08	329.674,60	290.325,40
Indústria	237.000,00	237.000,00	0,00	46.300,00	0,27	0,00	46.300,00	190.700,00
Promoção Industrial	131.000,00	131.000,00	0,00	46.300,00	0,27	0,00	46.300,00	84.700,00
Produção Industrial	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00
Comércio e Serviços	273.500,00	263.500,00	0,00	10.681,08	0,06	0,00	10.681,08	252.818,92
Turismo	273.500,00	263.500,00	0,00	10.681,08	0,06	0,00	10.681,08	252.818,92
Transporte	3.268.610,00	3.272.875,42	369.350,21	2.152.070,30	12,37	425.351,05	2.048.574,03	1.224.301,39
Transporte Rodoviário	3.268.610,00	3.272.875,42	369.350,21	2.152.070,30	12,37	425.351,05	2.048.574,03	1.224.301,39
Desporto e Lazer	517.500,00	517.500,00	49.216,89	195.546,44	1,12	49.345,00	187.986,44	329.513,56
Desporto Comunitário	517.500,00	517.500,00	49.216,89	195.546,44	1,12	49.345,00	187.986,44	329.513,56
Encargos Especiais	950.890,00	950.918,74	102.073,75	782.362,78	4,50	146.484,40	717.395,68	233.523,06
Serviço da Dívida Interna	330.000,00	330.000,00	50.838,15	318.607,07	1,83	69.649,42	318.607,07	11.392,93
Outras Transferências	570.890,00	570.918,74	51.235,60	463.755,71	2,67	76.834,98	398.788,61	172.130,13
Outros Encargos Especiais	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	14.519.334,75	3.564.387,72	16.733.987,41	15.185.221,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.500,00	124.500,00	0,00	0,00	124.500,00	0,00	0,00	124.500,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.121.300,00	31.919.208,53	3.221.773,83	17.399.873,78	14.519.334,75	3.564.387,72	16.733.987,41	15.185.221,12

FONTE:

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIUS Prefeito Municipal EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRC/SC 12.498-O DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Fazenda
---	---

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
ESPECIFICAÇÃO		Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		2.293.374,75	3.044.531,58	1.581.531,38	1.852.971,67	1.740.433,37	1.613.643,16	2.026.357,28	2.154.376,29	1.980.479,13	1.608.098,16	1.653.319,62	1.683.804,61	23.232.711,00	27.363.700,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		54.782,31	231.694,40	35.637,50	95.250,40	209.468,45	39.532,32	340.533,31	356.901,82	175.965,94	50.635,23	91.957,82	76.771,92	1.756.123,32	2.018.400,00
IPTU		829,20	2.539,55	139,06	0,00	0,00	0,00	64.708,26	89.341,23	2.277,55	680,42	121,47	832,84	161.465,56	280.000,00
I.R.T.U.		1.853,49	89.018,33	198,78	3.898,90	2.031,74	2.533,74	1.734,81	122.647,85	13.071,83	3.551,79	32.352,20	3.424,61	276.308,08	270.500,00
I.R.R.F.		29.590,82	118.692,94	16.196,18	55.695,43	135.298,16	21.090,04	228.274,17	92.587,16	146.927,73	26.924,62	54.318,59	64.951,70	990.475,54	798.400,00
I.S.S.		6.822,81	5.199,65	901,98	4.504,20	3.198,74	5.995,34	4.134,84	11.300,08	5.327,07	7.590,81	3.209,71	4.371,60	52.346,63	65.000,00
I.T.B.I.		15.706,19	16.243,63	18.195,50	31.191,87	68.979,81	9.915,20	41.681,23	51.185,49	8.357,66	11.915,59	1.945,85	3.191,17	278.523,49	594.500,00
Outras Receitas Tributárias		6.410,00	6.698,10	6.729,40	7.945,70	7.672,30	8.344,00	7.833,30	7.541,10	6.802,90	6.814,10	6.989,50	6.805,60	86.393,00	99.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		9.499,11	10.713,35	12.312,02	9.705,88	10.841,27	8.493,91	6.874,85	6.874,85	7.180,57	6.144,39	3.591,45	1.511,32	93.193,44	133.841,23
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		79.913,01	85.857,70	92.233,39	74.770,86	83.014,13	77.062,97	80.330,47	82.464,87	77.020,06	87.480,20	97.041,92	81.949,01	965.520,69	1.289.949,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.016.755,83	2.701.871,14	1.454.867,39	1.663.466,27	1.403.219,44	1.468.754,62	1.577.551,43	1.687.062,86	1.683.367,38	1.445.302,01	1.444.790,36	1.507.855,49	20.063.954,32	23.597.386,40
Cota-Parte do FPM		838.988,98	1.311.543,46	557.725,59	714.966,63	447.982,93	539.743,28	612.245,57	594.316,40	728.619,34	494.288,46	415.006,66	470.855,00	7.695.831,30	9.140.000,00
Cota-Parte do ICMS		458.608,13	502.532,85	521.594,29	463.952,57	488.563,15	507.123,09	461.923,13	485.159,21	485.065,41	405.085,21	541.847,88	511.311,00	5.918.757,02	7.600.000,00
Cota-Parte do IPVA		67.994,29	51.100,69	36.131,56	37.523,53	65.112,43	61.254,93	67.020,30	59.959,39	62.586,65	59.045,52	61.554,72	87.812,96	716.905,96	950.000,00
Cota-Parte do ITR		497,27	396,79	966,44	70,21	62,12	401,55	54,28	88,48	272,73	83,90	3.376,05	5.189,08	11.450,00	8.000,00
Outras Transferências Correntes		438.100,99	597.138,57	130.707,38	237.002,65	196.314,16	150.248,33	233.706,27	396.835,40	218.215,25	193.195,81	207.399,57	222.520,39	3.194.359,68	3.409.388,40
Transferências de LC 61/1989		6.951,01	7.405,86	6.553,80	7.217,56	5.671,74	6.848,64	6.425,93	6.460,96	7.257,98	6.791,78	7.254,44	9.155,24	84.014,84	110.000,00
Transferências do FUNDEB		1.779,00	1.779,00	1.777,94	1.777,94	1.777,94	1.777,94	1.777,94	1.777,94	1.777,94	1.777,94	1.777,94	1.777,94	21.337,40	30.000,00
Transferências do FUNDEB		204.826,06	229.573,92	199.512,39	190.935,27	196.744,97	201.355,86	194.399,01	202.453,28	189.569,08	195.031,39	206.563,00	199.933,89	2.411.297,12	2.350.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		127.054,49	7.726,89	13.651,68	11.832,46	28.217,78	13.584,03	11.612,86	13.540,59	19.438,38	11.721,23	8.978,57	9.211,27	274.571,23	245.320,86
DEDUÇÕES (II)		274.595,54	315.514,40	224.949,32	245.105,47	201.451,62	223.429,66	228.889,20	223.552,40	198.559,96	211.414,69	206.171,40	217.080,06	2.771.662,92	3.450.000,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		274.595,54	315.514,40	224.949,32	245.105,47	201.451,62	223.429,66	228.889,20	223.552,40	198.559,96	211.414,69	206.171,40	217.080,06	2.771.662,92	3.450.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.018.809,21	2.729.017,18	1.356.582,06	1.607.866,20	1.538.981,55	1.390.213,50	1.797.468,08	1.930.823,89	1.781.920,17	1.396.683,47	1.447.148,22	1.466.524,55	20.461.050,08	23.913.700,00
FONTE:															
GRÃO PARÁ, 21/11/2017															
MARCIO BORBA BLASUS	VILSON PONCIANO	DIONE HEINZEN													
Prefeito Municipal	Técnico Contábil CRCSC 12.489-0	Secretário da Administração e Fazenda													
EDUAR KEMPER NANI															
Controlador Geral															

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
 Continuação 2/3
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:
GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIUS Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRC/SC 12.498- DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Faze	EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral
--	---	---

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	870.646,93	1.473.502,66	1.418.408,30
DEDUÇÕES (II)	13.426,88	16.300,41	16.575,40
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.949.710,25	1.358.511,50	1.252.872,53
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.678.078,16	2.945.027,09	3.426.851,23
Demais Haveres Financeiros	13.426,88	16.300,41	16.575,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	857.220,05	1.457.202,25	1.401.832,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	690.325,52	1.076.635,14	1.050.390,23
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	166.894,53	380.567,11	351.442,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	-29.124,44	184.548,14

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.533.500,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC/SC 12.498-O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.639.918,40	13.538.184,66	12.606.064,89
Receita Tributária	1.846.500,00	1.441.955,50	960.770,10
I.P.T.U.	290.000,00	158.100,83	140.150,41
I.S.S.	798.400,00	842.251,78	438.252,13
I.T.B.I.	65.000,00	40.324,37	32.560,68
I.R.R.F.	270.500,00	185.426,26	147.124,21
Outras Receitas Tributárias	422.600,00	215.852,26	202.682,67
Receita de Contribuição	99.000,00	73.249,90	71.894,70
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	99.000,00	73.249,90	71.894,70
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	97.681,60	38.315,60	43.579,78
(-) Aplicações Financeiras	97.681,60	38.315,60	43.579,78
Transferências Correntes	18.449.418,40	11.905.206,25	11.454.931,32
F.P.M.	7.430.000,00	4.494.796,15	4.093.723,84
I.P.V.A	760.000,00	478.250,47	445.034,10
I.C.M.S.	6.080.000,00	3.967.693,77	3.514.370,41
Convênios	822.000,00	320.391,29	939.072,61
Outras Transferências Correntes	3.357.418,40	2.644.074,57	2.462.730,36
Demais Receitas Correntes	245.000,00	117.773,01	118.468,77
Dívida Ativa	127.000,00	75.298,16	67.155,79
Diversas Receitas Correntes	118.000,00	42.474,85	51.312,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.000.000,00	524.883,30	321.667,27
Operações de Crédito (III)	2.300.000,00	336.252,96	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	350.000,00	43.500,00	0,00
Transferências de Capital	4.350.000,00	145.130,34	321.667,27
Convênios	4.350.000,00	145.130,34	321.667,27
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.350.000,00	145.130,34	321.667,27
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	24.989.918,40	13.683.315,00	12.927.732,16

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.250.420,75	11.035.920,26	10.249.916,82	10.608.077,50	9.749.465,47
Pessoal e Encargos Sociais	8.608.677,07	5.867.985,06	5.339.843,83	5.867.985,06	5.336.133,59
Juros e Encargos da Dívida (IX)	11.000,00	10.871,54	15.995,35	10.871,54	15.995,35
Outras Despesas Correntes	6.630.743,68	5.157.063,66	4.894.077,64	4.729.220,90	4.397.336,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.239.420,75	11.025.048,72	10.233.921,47	10.597.205,96	9.733.470,12
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.480.464,79	885.923,54	1.941.646,70	841.027,11	780.936,78
Investimentos	8.121.464,79	578.188,01	1.513.388,06	533.291,58	352.678,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	359.000,00	307.735,53	428.258,64	307.735,53	428.258,64
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.121.464,79	578.188,01	1.513.388,06	533.291,58	352.678,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.460.885,54	11.603.236,73	11.747.309,53	11.130.497,54	10.086.148,26
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVII)	1.529.032,86	2.080.078,27	1.180.422,63	2.552.817,46	2.841.583,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	111.051,88	-	111.051,88	0,00
Superávit Financeiro	-	111.051,88	-	111.051,88	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.558.141,23	

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIIUS
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC/SC 12.498-O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS						R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	Inscritos	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Saldo Total L=(e+k)
							Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		663.380,90	3.014.697,26	1.212.955,34	766.981,53	1.698.141,29	-	1.025.909,41	1.894.467,45
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		663.380,90	3.014.697,26	1.212.955,34	766.981,53	1.698.141,29	0,00	1.025.909,41	1.894.467,45
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIAS		663.380,90	2.979.838,20	1.201.089,64	743.988,17	1.698.141,29	0,00	1.025.909,41	1.894.467,45
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		45.000,00	21.065,10	20.488,77	0,00	45.566,33	0,00	0,00	45.566,33
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		5.983,34	132.278,38	56.499,27	16.694,90	65.067,55	0,00	0,00	65.067,55
GABINETE DO PREFEITO		0,00	915,00	0,00	0,00	915,00	0,00	0,00	915,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		125.972,58	686.561,02	363.231,11	282.509,50	166.792,99	0,00	6.393,94	166.792,99
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL		5.000,48	40.312,57	11.201,01	3.625,01	30.487,03	0,00	0,00	30.487,03
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		16.775,68	203.284,23	116.507,75	53.938,57	49.593,59	0,00	0,00	49.593,59
SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		58.027,37	197.261,18	27.407,80	9.971,02	217.909,73	0,00	0,00	217.909,73
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. URBANO		88.829,96	867.989,19	332.233,94	331.481,23	284.104,00	0,00	11.764,28	292.547,50
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		10.727,04	38.916,67	14.820,25	3.793,86	32.029,57	0,00	0,00	32.029,57
FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ		111.518,08	231.269,81	145.613,56	11.768,57	185.405,76	0,00	643.973,70	463.288,42
FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ		194.546,35	569.015,05	113.076,18	30.205,48	620.279,74	0,00	105.424,24	620.279,74
FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ		0,00	34.859,06	11.865,70	22.983,36	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ		0,00	34.859,06	11.865,70	22.983,36	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		663.380,90	3.014.697,26	1.212.955,34	766.981,53	1.698.141,29	0,00	1.025.909,41	1.894.467,45

FONTE:

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASUS
Prefeito MunicipalVILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC/SC 12.498-0DIONE HEINZEN
Secretário de Administração e FazendaEDMAR KEIMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.503.450,00	1.503.450,00	1.271.215,60	84,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	311.975,00	311.975,00	190.661,20	61,11
1.1.1- IPTU	290.000,00	290.000,00	158.100,83	54,52
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	21.975,00	21.975,00	32.560,37	148,17
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	67.975,00	67.975,00	40.506,42	59,59
1.2.1- ITBI	65.000,00	65.000,00	40.324,37	62,04
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	2.975,00	2.975,00	182,05	6,12
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	853.000,00	853.000,00	854.621,72	100,19
1.3.1- ISS	798.400,00	798.400,00	842.251,78	105,49
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	54.600,00	54.600,00	12.369,94	22,66
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.500,00	270.500,00	185.426,26	68,55
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.248.000,00	17.248.000,00	10.907.926,23	63,24
2.1- Cota-Parte FPM	8.550.000,00	8.550.000,00	5.252.515,00	61,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.550.000,00	8.550.000,00	5.252.515,00	61,43
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.600.000,00	7.600.000,00	4.959.616,04	65,26
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	17.779,40	59,26
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	69.647,97	63,32
2.5- Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	10.555,84	131,95
2.6- Cota-Parte IPVA	950.000,00	950.000,00	597.811,98	62,93
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.751.450,00	18.751.450,00	12.179.141,83	64,95
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	482.100,00	482.100,00	360.320,14	74,74
5.1- Transferências do Salário-Educação	288.000,00	288.000,00	234.286,05	81,35
5.2- Transferências Diretas - PDDE	4.500,00	4.500,00	3.040,00	67,56
5.3- Transferências Diretas - PNAE	95.000,00	95.000,00	69.694,40	73,36
5.4- Transferências Diretas - PNATE	69.500,00	69.500,00	53.226,64	76,59
5.5- Outras Transferências do FNDE	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	100,00	100,00	73,05	73,05
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.470.500,00	1.470.500,00	351.254,26	23,89
6.1- Transferências de Convênios	1.470.000,00	1.470.000,00	351.254,26	23,89
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	500,00	500,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	220.400,00	220.400,00	168.287,37	76,36
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.873.000,00	2.873.000,00	879.861,77	30,63

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.450.000,00	3.450.000,00	2.181.582,98	63,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.710.000,00	1.710.000,00	1.050.502,71	61,43
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.520.000,00	1.520.000,00	991.922,27	65,26
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	3.555,80	59,26
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	13.929,63	63,32
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	2.111,06	105,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	190.000,00	190.000,00	119.561,51	62,93
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.360.000,00	2.360.000,00	1.980.845,80	83,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.350.000,00	2.350.000,00	1.976.497,14	84,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	4.348,66	43,49
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.100.000,00	-1.100.000,00	-205.085,84	18,64
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.475.000,00	1.623.000,00	1.610.968,02	99,26	1.610.968,02	99,26
13.1- Com Educação Infantil	1.090.000,00	1.170.000,00	1.165.172,55	99,59	1.165.172,55	99,59
13.2- Com Ensino Fundamental	385.000,00	453.000,00	445.795,47	98,41	445.795,47	98,41
14- OUTRAS DESPESAS	885.000,00	768.527,07	485.139,60	63,13	476.990,80	62,07
14.1- Com Educação Infantil	423.000,00	371.527,07	254.008,02	68,37	252.848,22	68,06
14.2- Com Ensino Fundamental	462.000,00	397.000,00	231.131,58	58,22	224.142,58	56,46
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.360.000,00	2.391.527,07	2.096.107,62	87,65	2.087.958,82	87,31
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.087.958,82
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						81,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						24,08
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-5,41
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.550.000,00	3.553.527,07	2.306.724,12	64,91	2.298.550,84	64,68
22.1- Creche	1.150.000,00	1.134.000,00	744.713,49	65,67	741.214,73	65,36
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	533.000,00	537.000,00	456.662,36	85,04	456.602,36	85,03
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	617.000,00	597.000,00	288.051,13	48,25	284.612,37	47,67
22.2- Pré-escola	2.400.000,00	2.419.527,07	1.562.010,63	64,56	1.557.336,11	64,37
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	980.000,00	1.004.527,07	962.518,21	95,82	961.418,41	95,71
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.420.000,00	1.415.000,00	599.492,42	42,37	595.917,70	42,11
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.702.000,00	1.702.000,00	1.238.214,31	72,75	1.228.252,52	72,17
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	847.000,00	850.000,00	676.927,05	79,64	669.938,05	78,82
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	855.000,00	852.000,00	561.287,26	65,88	558.314,47	65,53
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.252.000,00	5.255.527,07	3.544.938,43	67,45	3.526.803,36	67,11
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-205.085,84
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						4.348,66
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-200.737,18
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						3.727.540,54
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						30,61
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	290.000,00	290.264,25	229.224,05	78,97	220.924,05	76,11
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.071.600,00	2.114.455,08	628.476,54	29,72	548.441,59	25,94
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	3.061.600,00	3.104.719,33	857.700,59	27,63	769.365,64	24,78
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	8.313.600,00	8.360.246,40	4.402.639,02	52,66	4.296.169,00	51,39
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	66.801,99	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.004.490,36	234.286,05
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.042.892,31	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	2.013.914,89	0,00
48.2 Restos a Pagar	28.977,42	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.348,66	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	32.748,70	234.286,05
51- (+) Ajustes	0,00	820,38
51.1. Retenções	0,00	820,38
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	32.748,70	235.106,43

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC/SC 12.498-O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de GRÃO PARÁ - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

NADA A DECLARAR

FONTE:

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC/SC 12.498-O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

Município de GRÃO PARÁ - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		31.121.300,00		
Previsão Atualizada		31.121.300,00		
Receitas Realizadas		16.222.990,21		
Déficit Orçamentário		510.997,20		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		448.153,56		
DESPESAS				
Dotação Inicial		31.121.300,00		
Créditos Adicionais		797.908,53		
Dotação Atualizada		31.919.208,53		
Despesas Empenhadas		17.399.873,78		
Despesas Liquidadas		16.733.987,41		
Despesas pagas		15.031.258,88		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		17.399.873,78		
Despesas Liquidadas		16.733.987,41		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		20.461.058,08		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.533.500,00	184.548,14	-5,22
Resultado Primário		-2.558.141,23	-645.164,07	25,22
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.025.909,41	0,00	739.583,25	286.326,16
EXECUTIVO	1.025.909,41	0,00	739.583,25	286.326,16
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.678.078,16	766.981,53	1.212.955,34	1.698.141,29
EXECUTIVO	3.678.078,16	766.981,53	1.212.955,34	1.698.141,29
TOTAL:	4.703.987,57	766.981,53	1.952.538,59	1.984.467,45
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.727.540,54	25%	30,61
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.610.968,02	60%	81,33

Continua 1/2

Município de GRÃO PARÁ - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			336.252,96	1.963.747,04
Despesa de Capital Líquida			1.034.208,75	8.242.304,23
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			43.500,00	326.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	373.700,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.337.452,89	15,00	19,19	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GRÃO PARÁ, 21/11/2017

MARCIO BORBA BLASIU
 Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
 Técnico Contábil CRC/SC 12.498-O

DIONE HEINZEN
 Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
 Controlador Geral

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 123 E 124.2017.DOCX

Publicação Nº 1433248

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 123/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada.: GAMBATTO H5 VEICULOS LTDA

Valor : 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

Vigência : Início: 21/11/2017 Término: 20/11/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SEDAN DESTINADO PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA REALIZAR VISITAS E ACOMPANHAMENTOS DOS PROFESSORES E ALUNOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS ATIVIDADES.

Contrato Nº.: 124/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada.: L M MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

Valor : 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

Vigência : Início: 21/11/2017 Término: 31/01/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL GIUSEPPE PALÚ, ONDE ACONTECERÁ O EVENTO "NATAL LUZ" NO MÊS DE DEZEMBRO. ESTA SOLICITAÇÃO FAZ-SE NECESSÁRIA PARA MANTER A TRADIÇÃO DO NATAL E O EMBELEZAMENTO DO LOCAL.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 125.2017.DOCX

Publicação Nº 1433246

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/17

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/17

CONTRATADO: GAMBATTO H5 VEICULOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SEDAN DESTINADO PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA REALIZAR VISITAS E ACOMPANHAMENTOS DOS PROFESSORES E ALUNOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS ATIVIDADES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 135.2017.DOCX

Publicação Nº 1433247

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/17

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/17

CONTRATADO: L M MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL GIUSEPPE PALÚ, ONDE ACONTECERÁ O EVENTO "NATAL LUZ" NO MÊS DE DEZEMBRO.

ESTA SOLICITAÇÃO FAZ-SE NECESSÁRIA PARA MANTER A TRADIÇÃO DO NATAL E O EMBELEZAMENTO DO LOCAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 003/2017

Publicação Nº 1433249

DECRETO Nº 675/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado após a correção dos cartões de resposta do Processo Seletivo nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

PROFESSOR I N1 ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
129	Adriani Dorigon	26/03/1976	4,05	1,00	0,60	2,50	8,15	1º
107	Karli Cristina Da Silveira	15/07/1989	4,50	1,00	0,40	2,20	8,10	2º
113	Vanessa Aline Gralow	20/12/1991	4,05	1,00	0,60	2,43	8,08	3º
74	Débora Trevisol	09/09/1981	4,05	0,40	0,60	2,66	7,71	4º
67	Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	3,60	0,80	0,40	2,83	7,63	5º
168	Rosélia Balbinot	07/10/1964	4,05	0,60	0,40	2,54	7,59	6º
144	Daiane Pavin	27/10/1988	3,60	1,00	0,60	2,27	7,47	7º
24	Flávia Damin	26/02/1977	3,60	0,60	0,60	2,57	7,37	8º
80	Enelice Santin Filimbert	21/04/1967	3,15	0,80	0,40	3,00	7,35	9º
70	Cátia Fronza	06/07/1994	4,05	1,00	0,40	1,87	7,32	10º
22	Daniela Stoll Rinaldi	08/10/1987	4,05	0,60	0,40	2,09	7,14	11º
60	Fernanda Zilli	29/10/1987	4,05	0,80	0,60	1,61	7,06	12º
27	Andressa Ferronato	16/06/1993	4,05	0,80	0,40	1,75	7,00	13º
2	Ediane Benedito	08/10/1992	3,60	0,80	0,40	2,18	6,98	14º
102	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	3,60	0,60	0,60	2,17	6,97	15º
158	Kátia Cristina Vidal Furlanetto	25/06/1985	3,60	0,60	0,20	2,54	6,94	16º
38	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	26/01/1977	3,60	0,60	0,40	2,13	6,73	17º
114	Simone Maria Romio Radavelli	26/02/1979	3,15	0,60	0,60	2,31	6,66	18º
157	Giana Barbosa Ortolan Volkweis	28/09/1969	3,15	0,60	0,40	2,50	6,65	19º
187	Greici Kely Muller	24/02/1993	3,60	1,00	0,60	1,42	6,62	20º
203	Dhenifer Coffferri Stuari	04/12/1993	4,50	0,60	0,40	1,00	6,50	21º
111	Naiane Patricia Faust De Oliveira	03/09/1990	3,60	0,40	0,40	2,10	6,50	22º
193	Leandra Valeria Schultz	03/01/1983	3,15	0,60	0,40	2,24	6,39	23º
109	Luciane Schneider	29/04/1985	3,15	0,60	0,40	2,24	6,39	24º
15	Fernanda Maria Welter	13/12/1985	3,60	0,60	0,60	1,48	6,28	25º
191	Marciane Frare	05/05/1985	4,05	0,60	0,60	1,00	6,25	26º
50	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,50	0,60	0,60	0,50	6,20	27º
105	Simone Martinazzo Spinelli	12/12/1986	4,05	0,60	0,40	1,00	6,05	28º
78	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	3,60	1,00	0,20	1,23	6,03	29º
142	Marciele Huning Dos Santos	26/05/1990	3,15	0,80	0,40	1,50	5,85	30º
170	Simone Bedin	03/11/1986	3,60	0,60	0,60	1,00	5,80	31º
198	Kely Regina Dal Cin Franzosi	04/06/1985	3,15	0,80	0,40	1,45	5,80	32º
156	Gabriela Paludo	13/06/1995	3,60	0,40	0,60	1,00	5,60	33º
206	Aline Carla Menegotto	02/06/1995	4,05	0,80	0,60	0,00	5,45	34º
143	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	4,05	0,80	0,40	0,17	5,42	35º
10	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	3,60	0,60	0,60	0,59	5,39	36º
76	Thais Regina Santin	24/04/1995	3,60	0,60	0,40	0,74	5,34	37º

123	Denise Faust De Oliveira	01/08/1989	3,15	0,60	0,40	1,05	5,20	38º
133	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	3,15	0,40	0,60	1,00	5,15	39º
97	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	3,15	0,40	0,40		3,95	Desc.
151	Tânia Gonzatti Hoelscher	15/03/1975	3,15	0,40	0,40	-	3,95	Desc.
180	Sandra Fátima Welter Zilli	30/10/1982	3,15	0,40	0,40	-	3,95	Desc.
92	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	3,15	0,40	0,40	-	3,95	Desc.
135	Marlene Santin Parisotto	02/09/1966	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.
136	Maiki Raquel Dalpozzo	27/04/1998	3,15	0,40	0,20	-	3,75	Desc.
8	Marivane Luiza Romio Geller	16/03/1979	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
56	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
18	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
153	Nair Lolato	22/02/1963	2,70	0,40	0,40	-	3,50	Desc.
33	Jeanice Muller	17/04/1986	2,70	0,60	0,20	-	3,50	Desc.
31	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.
139	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.
65	Prescila Elena Moreira	08/06/1992	3,15	0,20	0,00	-	3,35	Desc.
199	Eliane Borsatto Ferronato	25/11/1973	2,70	0,40	0,20	-	3,30	Desc.
47	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
52	Kielin Zelinda Frare De Giacometi Minetto	20/05/1990	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.
100	Claudete Faust	02/01/1973	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
68	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	1,80	0,40	0,40	-	2,60	Desc.
35	Loreci Marques	18/02/1975	1,80	0,60	0,20	-	2,60	Desc.
149	Ana Melita Lamb	23/06/1960	1,35	0,80	0,40	-	2,55	Desc.
54	Silvia Oliva Dondoni Isotton	19/03/1978	0,90	0,60	0,60	-	2,10	Desc.
41	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	0,90	0,40	0,60	-	1,90	Desc.
166	Marcia De Lima	02/07/1988	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.
124	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.
29	Vanessa Caroline Kuhn	Faltante						Desc.

PROFESSOR I N1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
112	Vanessa Aline Gralow	20/12/1991	4,05	1,00	0,60	2,43	8,08	1º
94	Enelice Santin Filimbert	21/04/1967	3,15	0,80	0,60	3,00	7,55	2º
169	Rosélia Balbinot	07/10/1964	3,60	0,60	0,40	2,54	7,14	3º
71	Cátia Fronza	06/07/1994	4,05	0,80	0,40	1,87	7,12	4º
91	Gabriela Paludo	13/06/1995	4,50	0,60	0,60	1,00	6,70	5º
17	Cristiane Paula Frohlich Belló	13/05/1989	3,15	0,60	0,40	2,36	6,51	6º
104	Simone Martinazzo Spinelli	12/12/1986	4,05	0,80	0,60	1,00	6,45	7º
21	Daniela Stoll Rinaldi	08/10/1987	3,15	0,60	0,40	2,09	6,24	8º
61	Fernanda Zilli	29/10/1987	2,70	0,80	0,60	1,61	5,71	9º
192	Marciane Frare	05/05/1985	3,15	0,60	0,60	1,00	5,35	10º
64	Prescila Elena Moreira	08/06/1992	3,15	0,60	0,40	1,08	5,23	11º
121	Neuza Darif	14/07/1975	3,15	0,60	0,40	1,00	5,15	12º
174	Joice Franzosi	01/09/1982	3,15	0,60	0,40	1,00	5,15	13º
49	Josenara Tais Heck	23/07/1995	3,15	0,60	0,40	0,50	4,65	14º
213	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	3,60	0,40	0,60	0,00	4,60	15º
1	Ediane Benedito	08/10/1992	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.
6	Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.

190	Débora Luana Haupenthal	13/01/1995	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.
23	Flávia Damin	26/02/1977	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
40	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
181	Sandra Fátima Welter Zilli	30/10/1982	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
122	Denise Faust De Oliveira	01/08/1989	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
195	Marcia Bogus	17/02/1990	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
28	Andressa Ferronato	16/06/1993	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
75	Thais Regina Santin	24/04/1995	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
81	Elenice Cristina Camera	06/06/1972	2,25	0,80	0,60	-	3,65	Desc.
101	Claudete Faust	02/01/1973	2,70	0,40	0,40	-	3,50	Desc.
51	Marisane Aparecida Zimmer Antunes	08/11/1977	2,70	0,60	0,20	-	3,50	Desc.
55	Silvia Oliva Dondoni Isotton	19/03/1978	2,70	0,60	0,20	-	3,50	Desc.
93	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	2,70	0,40	0,40	-	3,50	Desc.
11	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.
141	Marciele Huning Dos Santos	26/05/1990	2,25	0,80	0,40	-	3,45	Desc.
154	Nair Lolato	22/02/1963	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.
32	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.
48	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
3	Janaina Ramon Negri	17/10/1980	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.
108	Luciane Schneider	29/04/1985	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
16	Fernanda Maria Welter	13/12/1985	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
106	Karli Cristina Da Silveira	15/07/1989	1,80	1,00	0,40	-	3,20	Desc.
167	Marcia De Lima	02/07/1988	2,70	0,40	0,00	-	3,10	Desc.
26	Fátima Hoffmann	16/07/1976	2,25	0,40	0,40	-	3,05	Desc.
9	Marivane Luiza Romio Geller	16/03/1979	2,25	0,40	0,40	-	3,05	Desc.
34	Jeanice Muller	17/04/1986	2,25	0,60	0,20	-	3,05	Desc.
173	Silvia Rebonatto	23/02/1980	1,80	0,60	0,60	-	3,00	Desc.
134	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	1,80	0,60	0,60	-	3,00	Desc.
130	Adriani Dorigon	26/03/1976	1,35	1,00	0,60	-	2,95	Desc.
13	Tatiane Maria Kummer	20/11/1995	2,25	0,40	0,20	-	2,85	Desc.
36	Loreci Marques	18/02/1975	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
210	Luciane Betina Kinsel Seibel	08/07/1985	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
201	Rafaela Cristina Rebonatto	11/03/1989	1,80	0,80	0,20	-	2,80	Desc.
53	Kielin Zelinda Frare De Giacometi Minetto	20/05/1990	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
19	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
200	Adriana Ismélia Weimann Palú	06/06/1974	1,80	0,40	0,40	-	2,60	Desc.
57	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	1,80	0,40	0,40	-	2,60	Desc.
39	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	26/01/1977	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
115	Simone Maria Romio Radavelli	26/02/1979	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
79	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	1,35	1,00	0,20	-	2,55	Desc.
140	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
103	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
98	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	1,35	0,40	0,60	-	2,35	Desc.
148	Ana Melita Lamb	23/06/1960	1,35	0,60	0,20	-	2,15	Desc.
155	Débora Regina Weimann	24/12/1996	1,35	0,40	0,40	-	2,15	Desc.
127	Ariane Devicari	25/10/1991	0,90	0,60	0,40	-	1,90	Desc.
125	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.

PROFESSOR II N1 ARTE

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
196	Cleusa de Fatima Nunes de Arnote Klgenberg	19/02/1973	3,15	0,60	0,40	2,04	6,19	1º
87	Nadio Diogo Reolon	16/09/1983	4,50	0,60	0,60	0,00	5,70	2º
150	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	3,15	0,60	0,40	1,00	5,15	3º
177	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
72	Marinilze Juchen	29/06/1992	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
160	Gracielle Isabel Corte	29/03/1980	2,25	0,40	0,40	-	3,05	Desc.
145	Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	1,80	0,20	0,40	-	2,40	Desc.

PROFESSOR II N1 CIÊNCIAS

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
165	Sandra Regiani Wastowski Gasperin	26/07/1979	4,50	0,80	0,40	3,00	8,70	1º
208	Marcieli Juliana Agostini	28/06/1983	4,05	0,60	0,40	2,85	7,90	2º
185	Gelavir Picinin	05/06/1976	4,50	0,80	0,60	1,85	7,75	3º
58	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	27/04/1977	3,60	0,60	0,40	2,06	6,66	4º

PROFESSOR II N1 EDUCAÇÃO FÍSICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
146	Natieli Borla	11/03/1991	3,60	0,80	0,60	2,05	7,05	1º
184	Aclidio Pecos Valduga	17/07/1987	3,60	0,40	0,40	2,22	6,62	2º
99	Dionara Marcia Casagrande	05/11/1991	2,70	1,00	0,60	2,26	6,56	3º
4	Sabrina Priscila Simioni	17/05/1990	3,15	0,40	0,60	2,40	6,55	4º
178	Fernanda Lucia Rosanelli	09/04/1984	3,60	1,00	0,40	1,21	6,21	5º
176	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	3,15	0,80	0,60	1,24	5,79	6º
63	Everlin Isotton	18/04/1994	3,15	0,80	0,60	0,38	4,93	7º
5	Jeane Muller	31/03/1996	3,15	0,40	0,60	0,16	4,31	8º
126	Emerson Maico Baierle	06/06/1992	2,70	0,60	0,60	-	3,90	Desc.
138	Giovani Macedo	12/08/1989	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.
77	Simón Katia Lazarotto	02/11/1993	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
62	Carolina Brustolin	20/10/1995	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
202	Michael Back	03/02/1990	2,25	0,80	0,00	-	3,05	Desc.
7	Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	1,80	0,80	0,40	-	3,00	Desc.
116	Paloma Mezzomo	07/04/1993	2,25	0,20	0,40	-	2,85	Desc.
82	Fernando Cavalli	21/11/1976	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
128	Simone Cristina Bencke	13/10/1979	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
197	Jaqueline Lazzari	25/05/1993	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
25	Nelsi De Fátima Marques Hoelscher	10/08/1976	1,80	0,60	0,20	-	2,60	Desc.
88	Sirlei Rubin	30/03/1993	1,35	0,40	0,60	-	2,35	Desc.
175	Grazieli Loff Piola	11/11/1992	1,35	0,40	0,20	-	1,95	Desc.
189	Vanderlei Bortoluzzi	15/10/1981	0,90	0,60	0,40	-	1,90	Desc.

PROFESSOR II N1 ESPANHOL

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
30	Vanderleia Aparecida Konflanz	11/10/1983	5,40	0,80	0,40	1,87	8,47	1º

PROFESSOR II N1 GEOGRAFIA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
-------	-----------	------------	----	----	----	---------	-------	--------

37	Samara De Fátima Ames Ritter	12/05/1980	4,50	0,40	0,60	2,88	8,38	1º
147	Marister Fontana	10/05/1969	3,15	0,60	0,40	0,00	4,15	2º
163	Leandro Manoel Pierozan	Faltante						Desc.
PROFESSOR II N1 HISTÓRIA								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
171	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	4,05	0,80	0,60	1,30	6,75	1º
182	Patricia Maria Vani Zanotti	12/02/1989	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
214	Isabel Miezmowski	Faltante						Desc.
PROFESSOR II N1 INGLÊS								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
161	Thalles Finco	26/05/1998	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
119	Raquel Meurer	15/06/1982	1,35	0,40	0,40	-	2,15	Desc.
PROFESSOR II N1 MATEMÁTICA								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
172	Loriane Smaniotto	25/01/1981	5,40	0,80	0,60	2,17	8,97	1º
159	Adriana Balestro Fritzen	10/03/1985	4,95	0,40	0,40	2,87	8,62	2º
164	Patrícia Cristina Macedo	29/05/1988	4,95	0,40	0,40	2,45	8,20	3º
186	Gelavir Picinin	05/06/1976	4,50	0,80	0,60	1,80	7,70	4º
179	Matheus Finco	26/05/1998	4,50	0,80	0,40	0,00	5,70	5º
42	Ana Balensiefer	24/07/1964	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.
96	Tainara Aprecida Nilsson Paulus	21/10/1998	1,35	0,40	0,40	-	2,15	Desc.
PROFESSOR II N1 PORTUGUÊS								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
118	Raquel Meurer	15/06/1982	3,60	0,60	0,40	1,16	5,76	1º
162	Thalles Finco	26/05/1998	3,15	0,60	0,40	0,00	4,15	2º
205	Gabriela Heinen	03/07/1990	2,70	0,80	0,20	-	3,70	Desc.
183	Bruna Pereira Da Luz	24/02/1995	2,25	0,80	0,20	-	3,25	Desc.
69	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	1,35	0,60	0,40	-	2,35	Desc.

Art. 2º. O prazo para interposição de recursos, em face da correção dos cartões de resposta, deverá ser interposto na forma prevista no item 9 do já citado edital, no período de 22.11 e 23.11.2017, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 21 de Novembro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Guaramirim

PREFEITURA

ANULAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 145/2017-PMG

Publicação Nº 1433265

PROCESSO LICITATORIO

TOMADA DE PEÇOS Nº. 145/2017 – PMG

ANULAÇÃO

1. Trata-se de Tomada de Preços visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE GESTÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO, ASSESSORIA, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NAS ÁREAS FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA AOS SERVIDORES E RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAS ENTIDADES MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

2. Avoquei o presente processo licitatório após a abertura da sessão pública referente ao mesmo, para reavaliar os termos do instrumento convocatório.

3. Durante a sessão pública realizada em 07.11.2017, o representante da empresa Digital Tecnologia e Serviços questionou a possibilidade de aceitação no presente processo licitatório de um atestado de capacidade técnica em nome do profissional que estava a serviço de outra empresa, no momento da execução dos serviços.

4. De fato, a comissão de licitações agiu de acordo com o edital em aceitar o atestado apenas do profissional, afinal a capacidade técnica profissional difere da capacidade técnica operacional.

5. Ocorre que, neste ponto, evidencia-se um vício no edital. O instrumento convocatório deveria ter previsto a solicitação de atestado de capacidade técnica também da empresa (capacidade técnica operacional), para que a contratação tenha uma maior segurança, visando a supremacia do interesse público.

6. Dessa forma, e considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

5. ANULO o presente certame, devendo a próxima contratação prever no instrumento convocatório a necessidade de comprovação de capacidade técnica operacional.

Guaramirim (SC), 17 de novembro de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

LUIZ ANTONIO CHIODINI

AVISO DE LEILÃO - 01/2017-PMG

Publicação Nº 1433213

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

O município de GUARAMIRIM, SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro, na cidade de Guaramirim, SC, CEP 89.270/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.475/0001-16, Telefone (47) 3373 0247, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 horas do dia 07 de DEZEMBRO de 2017, tendo como local a CÂMARA DE VEREADORES, localizado na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Centro, Guaramirim, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições

poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORMOS.COM.BR ou WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.GUARAMIRIM.SC.GOV.BR ou ainda pelos telefones Fone (47) 3373 0247 na Prefeitura ou (47) 3525 4742 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Guaramirim (SC), em 21 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 209/2017 PMG

Publicação Nº 1433096

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 209/2017 PMG

Processo Licitatório: 209/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LAVADORA DE MÉDIA PRESSÃO TIPO PULVERIZADORA COMPLETA E COMPRESSOR DE AR COMPLETO PARA A POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 04/12/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 04/12/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 210/2017 PMG

Publicação Nº 1433097

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 210/2017 PMG

Processo Licitatório: 210/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA MATRICIAL NECESSÁRIA AS ATIVIDADES DO CITRAN DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 05/12/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 05/12/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 212/2017 - PMG

Publicação Nº 1433224

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 212/2017

Processo Licitatório: 212/2017

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM A TRADO E ENSAIOS DE SOLO DE COMPACTAÇÃO E CBR DA RUA BANANAL.

Entrega dos Envelopes: 05/12/2017 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 05/12/2017 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site guaramirim.atende.net ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 64/2017 - FMS

Publicação Nº 1433001

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico 64/2017

Processo Licitatório: 64/2017

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, ATENDENDO A PROPOSTA 11.293.409000/1150-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR.

Entrega das Propostas: a partir de 22 de novembro de 2017 às 09h no site www.portaldecompraspublicas.com.br

Abertura das Propostas: 06 de dezembro de 2017 às 09h00min (horário de Brasília no site www.portaldecompraspublicas.com.br)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

Prefeito Municipal.

DECISÃO IMPUGNAÇÃO - PROCESSO 184/2017 - PMG

Publicação Nº 1433234

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de impugnação ao edital protocolada pela empresa LUMINATI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO. insurgindo-se contra exigências editalícias. Em seu recurso aponta os itens 2, 3 e 4 das páginas 33 e 34 e afirma que não se trata de mero fornecimento, mas sim de prestação de serviços, fazendo-se necessário um software controlador. Diante disso, requer-se a alteração no edital, bem como a suspensão do certame até o julgamento da impugnação.

Inicialmente, cumpre asseverar que a narrativa da impugnante é inepta. Explico.

Muito embora mencione que o edital deva conter exigências claras e razoáveis, não aponta em qual ponto o edital feriria esta norma. Ademais, embora apresente os itens 2, 3 e 4 das páginas 33 e 34, deixa de apontar por qual motivo o edital esta em desacordo com os ditames legais.

Diante disso, há que se reconhecer a inépcia da impugnação e sua consequente extinção, sem análise de mérito.

Outrossim, mesmo que fosse superada tal vício procedimental, há que se destacar que inexistente mácula no instrumento convocatório, afinal, a luminária não necessita conter o sistema de telegestão, somente estar apta a receber tal sistema, conforme explicitado no termo de referência do edital, vejamos:

A luminária deverá ser preparada para receber telegestão com as seguintes características:

1 – medição de tensão corrente, fator de potência, potência ativa, potência reativa e potência aparente, temperatura do chip LED, temperatura ambiente e fluxo luminoso da lâmpada. 2 – Comando remoto d eliga, desliga e demirização da luminária conforme pré-programação do software. 3 – Sistema de comunicação da telegestão via rede de comunicação MIWI e sistema de comunicação via GPRS, GSM, 2G e 3G quadriband para transmissão de mensagens instantâneas quando houver qualquer tipo de problema. A rede MIWI permite speed spectral (espelhamento de frequência) para um maior alcance na comunicação. 4 – Interface com software de controle e gerenciamento PLATAFORMA SMART CITY 3G SOFT.

Diante disso, evidencia-se que o processo licitatório encontra-se incólume.

Desta forma, julgo deixo de conhecer a impugnação interposta e mantenho a data de abertura do processo licitatório inalterada.

Guaramirim, 30 de outubro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

Prefeito de Guaramirim

REPUBLICAÇÃO. O mesmo documento já fora publicado/dado ciência na sessão pública realizada no dia 01.11.2017.

DECISÃO IMPUGNAÇÃO 2 - PROCESSO 184/2017 - PMG

Publicação Nº 1433240

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO – II

Trata-se de impugnação ao edital protocolada pela empresa RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. insurgindo-se contra exigências editalícias, segundo as quais alega estar direcionadas para um único fabricante.

Inicialmente, cumpre asseverar que a impugnação foi apresentada em 31.10.2017, sendo que a abertura ocorreria em 01.11.2017, portanto, intempestiva. Contudo, visando ampliar a discussão acerca da licitude das exigências, conheço da impugnação como pedido administrativo em razão do direito de petição.

No mérito, quanto ao possível direcionamento, a abertura da licitação em 01.11.2017, demonstrou que o pleito da requerente é infundado, tendo em vista que diversas marcas que participaram do certame foram classificadas para participar da fase de lances, eis que dispunham de sistema apto a receber telegestão, conforme o edital, bem como, apresentavam um produto que continha distorção harmônica abaixo de 10%.

Quanto à alegação de que não foi disponibilizado o arquivo do braço em DWB, esclarece-se que o projeto foi disponibilizado em PDF no site do município, disponível para todos os licitantes. Registre-se que o arquivo em DWB não foi disponibilizado para nenhum licitante, o que era desnecessário. Outrossim, caso o arquivo em DWB fosse disponibilizado apenas para a Requerente, poderia acarretar em uma vantagem indevida.

Diante disso, evidencia-se que o processo licitatório encontra-se incólume.

Desta forma, julgo conheço a impugnação interposta como direito de petição e, no mérito, mantenho a data de abertura do processo licitatório inalterada.

Guaramirim, 17 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

Prefeito de Guaramirim

EXTRATO DO CONTRATO 82/2017- PMG

Publicação Nº 1433160

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 82/2017- PMG

Processo Licitatório nº: 179/2017- PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE BANCADAS DE GRANITO E CUBAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROSA Z. DALPRA TESTONI E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZILMA FLORES DA SILVA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, com sede na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, bairro água Verde, em Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69.

Valor: R\$ 6.703,00 (seis mil e setecentos e três reais)

Fornecedor: 396257 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, DIMENSÕES (LXAXP) 236,50CM X 85CM X 5CM, COM FRONTISPÍCIO (236,50CM X 20CM; E 85CM X 20CM). A SER INSTALADA SOBRE APOIOS DE ALVENARIA (EXISTENTES).	Cia do Mármore	1.108,00	2.216,00
2	1	UN	BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, DIMENSÕES (LXAXP) 122CM X 50CM X 50CM. A SER INSTALADA SOBRE APOIOS DE ALVENARIA. PARA COZINHA.	Cia do Mármore	377,00	377,00
3	3	UN	CUBA DE AÇO INOX (AISI 430) EMBUTIDA, TIPO BANHEIRA, DIMENSÕES (LXAXP) 109CM X 64CM X 22CM, ESPESSURA DE 1MM, COM VÁLVULA E SIFÃO. A SER INSTALADA SOBRE APOIOS DE ALVENARIA (EXISTENTE).	Refrinox	1.370,00	4.110,00
Total					R\$6.703,00	

Data da Assinatura: 17/11/2017 Vigência: 31/12/2017

GUARAMIRIM (SC), 21/11/2017

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 185/2017 PMG

Publicação Nº 1433658

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

NOTIFICAÇÃO

Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 185/2017 PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Notifica-se a empresa ELIANA CAMARGO CORREIA UTZIG- MEI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.457.149/0001-98, estabelecida na Rua Hugo Praun, nº 78, apto. 504, bairro Centro, município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Senhora Eliana Camargo Moreira Utzig, inscrita no CPF sob o nº 928.482.579-20, para assinar o contrato nº 83/2017 PMG, referente ao pregão presencial nº 185/2017 PMG, no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar do dia 23/11/2017 e prazo final dia 29/11/2017.

Caso a empresa supracitada se recuse a assinar o contrato serão aplicadas penalidades e multas previstas no instrumento convocatório e na Lei 8.666/93.

Guaramirim (SC), 21 de novembro de 2017

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

184/2017

Publicação Nº 1433659

DECRETO Nº 184/2017
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 32.469,04 (trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

01- Departamento de Urbanismo:

Atividade: 0801.15.452.0019.2.021

3.3.90.00-00.00.3077- Aplicações Diretas R\$ 32.469,04

Soma R\$ 32.469,04

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2016, referente aos recursos da COSIP, no valor de R\$ 32.469,04.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 22 de novembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 197/2017

Publicação Nº 1432907

DECRETO N. 197/2017 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014, COM AS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI 13.204/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, com suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o sistema de cadastramento das organizações da sociedade civil do Município de Guatambu-SC, para fins de obtenção de reconhecimento como entidade credenciada, quando as atividades destas forem voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social.

Art. 2º - Serão consideradas aptas e credenciadas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Guatambu:

I - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

II - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

III - certidão Negativa de:

a) Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;

b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta;

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

e) Certidão de Débito Trabalhista;

IV - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

VIII - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IX - apresentar escrituração de acordo com os princípios

fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

X - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XI - demonstrar possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação;

XII - apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XIII - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XIV - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XV - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014;

Art. 3º - A experiência prévia solicitada no inciso X, do art. 2º, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria ou outro equivalente, firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

VII - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VIII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Art. 4º - A solicitação do Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo.

Art. 5º - A Organização que não apresentar toda a documentação, será notificada para apresentar a documentação faltante no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento.

Art. 6º - Compete a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município, expedir em até cinco dias do protocolo, o comprovante do Credenciamento da Entidade na forma deste Decreto, ou emitir decisão justificada denegando o cadastramento.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, deverá previamente ter parecer de aprovação do órgão gestor da respectiva política no Município.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 24 de outubro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 201/2017

Publicação Nº 1432910

DECRETO N. 201/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

DECLARA BEM DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no inciso XXVIII do artigo 72, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que segundo o disposto no DECRETO-LEI Nº 3.365/41, que trata sobre desapropriações por utilidade pública, o qual enuncia que mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios e que a declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.

CONSIDERANDO que são casos de utilidade pública a abertura, a construção ou ampliação de distritos industriais, que inclui o loteamento das áreas necessárias à instalação de indústrias e atividades correlatas, bem como a revenda ou locação dos respectivos lotes a empresas previamente qualificadas.

CONSIDERANDO – a necessidade de o Município adquirir imóvel para a implementação da Lei Municipal n. 1050/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, no Município de Guatambu, o seguinte imóvel:

I – área de terra medindo 21.893,80 m² (vinte e um mil oitocentos e noventa e três metro e oitenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o n. 86.874 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, de propriedade de Jaime Antônio Dal Piva CPF n. 526.182.349-87, localizado em perímetro urbano do Município de Guatambu, com acesso pela Rua João Batista Dal Piva

Art. 2º A desapropriação do imóvel elencado no art. 1º deste Decreto tem como fulcro no art. 5º “i” e §1º do Decreto-lei 3.365 /41, no inciso XXVIII do artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Guatambu, assim como, no Art. 7º da Lei 1050/2107, permitindo à Municipalidade promover a concessão de incentivos materiais, autorizados na Lei Municipal n. 1050/2017.

Art. 3º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do orçamento da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos – Departamento de Obras e Serviços Urbanos – Projeto Atividade 236620022.1.1245000 – Criação de Distrito Industrial.

Art. 4º Os procedimentos administrativos referentes à desapropriação serão encaminhados após a obtenção das licenças e dos alvarás necessários.

Art. 5º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão de posse dos imóveis de que trata este Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guatambu, SC, 14 de novembro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 202/2017

Publicação Nº 1432912

DECRETO N. 202/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência e tendo em vista o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal e os Art. 20 e 21 III da Lei Complementar 004/2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º A garantia constitucional da estabilidade será adquirida pelo servidor após aprovação em estágio probatório, de três anos, período no qual ficará sujeito a avaliação periódica de desempenho.

Art. 2º A avaliação de desempenho será feita por uma comissão designada pelo Prefeito Municipal, mediante atribuição de pontos de 01 a 10 (um a dez) e em conformidade com o Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º Para ser avaliado durante o estágio probatório o servidor exercerá as atribuições do cargo, sendo o seu desempenho avaliado segundo os requisitos do Art.19 da Lei Complementar 18/2001 (estatuto do Servidor) e nos termos do Anexo I a este Decreto.

Parágrafo único. O servidor que esteve subordinado à chefia de mais de um Secretário, no período da avaliação, será avaliado pela qual tenha estado subordinado por maior período de tempo.

Art. 4º Para os fins deste Decreto, a Comissão de Avaliação deverá preencher, o Resultado da Avaliação de Desempenho Semestral, na forma do Anexo II a este Decreto, indicando o número de fatores avaliados, o número de pontos possíveis, soma de pontos obtidos, a nota e parecer da avaliação.

§ 1º O Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, Anexo I e o Resultado da Avaliação de Desempenho Semestral, Anexo II, deverão ser encaminhados, devidamente preenchidos e assinados, ao Setor de Pessoal, no mês subsequente ao término do período avaliado.

§ 2º Caso o servidor não concorde com o resultado de sua avaliação, deverá anexar ao Formulário de Avaliação, dentro de 05 (cinco) dias úteis, recurso fundamentando os motivos de sua discordância, encaminhando-o à comissão de Avaliação para análise.

§ 3º O responsável pelo órgão de Setor de Pessoal, de posse dos documentos a que se refere os §§ 1º e 2º, emitirá parecer sobre àquela avaliação e os manterá em arquivo para a realização da consolidação do resultado final da avaliação de desempenho, prevista no Anexo III, deste Decreto.

Art. 5º O servidor que não obtiver nota igual ou superior a 07 (sete), atribuída em cada avaliação, ficará sujeito a acompanhamento pela chefia imediata, auxiliada pela Comissão de Avaliação e pelo Órgão de Pessoal, visando sua adequação funcional.

Art. 6º Até quinze dias após findo o período do estágio probatório, a Comissão de Avaliação, de posse de todas as avaliações semestrais do servidor, preencherá a Planilha de Avaliação de Desempenho Resultado Final, Anexo III, deste Decreto, elaborará um relatório final, indicando o(s) nome(s) do(s) servidor(es) avaliados, as notas semestrais e a nota final, seguido do termo "APROVADO" ou "REPROVADO", encaminhando todo o processo ao Órgão de Pessoal.

Art. 7º Será reprovado e exonerado, o servidor que após duas avaliações desfavoráveis, consecutivas ou não, não obtiver média igual ou superior a 07 (sete) pontos.

Parágrafo único. O servidor reprovado será exonerado, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 8º O responsável pelo Órgão de Pessoal, de posse dos Anexos I, II, III e do relatório final da Comissão de Avaliação, redigirá os atos necessários e os encaminhará ao Prefeito Municipal para assinatura e publicação.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. (...).

Guatambu – SC, em 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Luiz Clóvis Dal Piva

Prefeito Municipal

ANEXO I - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO:

1. O método de Avaliação de Desempenho utilizado é o de escala gráfica, com a utilização de pontos, cujo formulário é composto por Fatores e Graus de Avaliação;
2. Este modelo de Avaliação de Desempenho é utilizado para fins de Estágio Probatório;
3. Este questionário contém na vertical, 14 (quatorze) Fatores de Avaliação e na horizontal 4 (quatro) Graus, distribuídos por pontos que variam de 1 (um) a 10 (dez);
4. O número máximo de pontos possíveis a serem atingidos na avaliação é de 140 (cento e quarenta) pontos para os integrantes do Magistério e 120 (cento e vinte) pontos para os demais servidores
5. O avaliador deverá proceder sua avaliação por Fator, sequencialmente, observando em qual dos graus mais se enquadra o desempenho do avaliado, atribuindo-lhe um número e transcrevendo-o para a coluna de pontos correspondente;
6. Os pontos atribuídos para cada Fator de Avaliação deverão ser somados e o resultado encontrado, transcrito na linha correspondente ao total de Pontos;
7. Os Fatores de Avaliação 2 e 3 se aplicam exclusivamente aos servidores vinculados ao magistério público municipal.
8. Para fins de estágio probatório o avaliado deverá atingir, no mínimo 70 % (setenta por cento) dos pontos possíveis.

NOME DO SERVIDOR:

DATA DE NOMEAÇÃO: CARGO:

LOTAÇÃO:

DATA DA AVALIAÇÃO: N.º DA AVALIAÇÃO: () 1ª () 2ª () 3ª () 4ª () 5ª () 6ª

FATORES DE AVALIAÇÃO	GRAUS				PONTOS
	1 - 2 - 3	4 - 5 - 6	7 - 8 - 9	10	
1.ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE Considere a frequência, pontualidade, permanência no local de trabalho e saídas antecipadas	Constantemente falta ao trabalho, chega atrasado e sai do local de trabalho sem autorização e justificativa	Sempre justifica as eventuais faltas ou Atrasos	Pede autorização antecipadamente Quando precisa faltar ou ausentar-se do trabalho	É assíduo, pontual e cumpridor do horário de trabalho	

2.CUMPRIMENTO DAS HORAS ATIVIDADES Analisa se o servidor prepara suas aulas dentro do projeto político Pedagógico, no estabelecimento de ensino.	Raramente cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	As vezes cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	Quase sempre cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	Sempre cumpre as horas atividades no estabelecimento de ensino.	
3.PARTICIPAÇÃO EXTRACLASSE Analisa se o servidor tem interesse em participar e colaborar com eventos que visem a integração dos mesmos.	Eventualmente participa das atividades extraclasses programadas pela Secretaria Municipal de Educação.	As vezes participa das atividades extraclasses programadas pela Secretaria Municipal de Educação.	Quase sempre participa e atende convocações quando chamada a participar das atividades extraclasses.	Sempre atende a convocação e toma iniciativa para as atividades extraclasses.	
4.PRODUTIVIDADE Avalie o volume e quantidade de trabalho executado normalmente	Produção inadequada, sempre abaixo das exigências. Muito lento.	Produção apenas aceitável. Satisfaz as exigências	Sempre mantém uma boa produção. As vezes ultrapassa as exigências	Ultrapassa sempre as exigências. Muito rápido.	
5.RESPONSABILIDADE Avalie a maneira como o Servidor se dedica ao trabalho, se cumpre os prazos, ordens, determinações, Lei e regulamentos. Considere quanta fiscalização é necessária para conseguir os resultados desejados	Não se pode confiar nem mesmo depender de seus serviços. Necessita de constante fiscalização	É confiável, dependendo de vigilância normal	Dedica-se ao trabalho, merece confiança e raramente necessita de fiscalização	Assume e cumpre as suas atividades, merece a máxima confiança. Não é preciso fiscalização	
6.DISCIPLINA Avalia se o servidor cumpre ou não as determinações superiores.	É Indisciplinada não cumpre as determinações dos superiores.	Eventualmente é indisciplinada, descumprindo algumas determinações.	Quase sempre cumpre as determinações superiores.	É disciplinada e cumpre integralmente as determinações dos superiores.	
7.DEDICAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO Avalia o empenho, a ordem e o esmero do servidor	Demonstra desleixo e falta de cuidado, baixa qualidade e eficiência	Geralmente satisfaz. Precisa de acompanhamento	É dedicado e o trabalho é desenvolvido com eficiência e qualidade	É extremamente dedicado e eficiente.	
8.COOPERAÇÃO Avalia a vontade de cooperar e a atitude em relação e chefia e colegas	Só colabora quando muito necessário. Afasta-se da execução de atividades fora da rotina	Geralmente cumpre o que lhe é confiado. Cooperar somente quando é solicitado	Gosta de colaborar e ajudar os colegas em trabalhos de equipe	Possui excelente espírito de colaboração, É prestativo e espontâneo e tem prazer em cooperar com a chefia e colegas	
9.CRIATIVIDADE Engenhosidade e capacidade de criar e executar as idéias e projetos próprios ou de outros	Executa apenas as atividades rotineiras. Tem poucas idéias e dificuldades na execução de novos projetos	As vezes apresenta novas idéias e projetos	Freqüentemente apresenta boas idéias e projetos, executando-os	Tem sempre ótimas idéias e capacidade de executar novos projetos	
10.ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO Avaliação da organização, planejamento e limpeza no local de trabalho	É desorganizado, não planeja suas atividades e não se preocupa muito com a limpeza	As vezes organiza e planeja suas atividades. Mantém limpo o local de trabalho	Sempre organiza e planeja seu trabalho, mantendo limpo o local de trabalho	É muito organizado. Suas atividades são planejadas detalhadamente e o local de trabalho sempre está limpo e organizado	
11.QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Avalia se o servidor(a) tem interesse em se aperfeiçoar e de participar em eventos e reuniões	Não demonstra interesse em aperfeiçoar-se nem mesmo de participar de eventos e reuniões que tratam de assuntos de sua área de atuação	As vezes demonstra algum interesse em aperfeiçoar-se e participa de eventos e reuniões quando convocado(a)	Demonstra interesse em qualificar-se e participa de eventos e reuniões que tratam de assuntos de sua área de interesse	Empenha-se em buscar a sua qualificação profissional e procura estar sempre atualizado(a) em relação a sua área de atuação. Participa com prazer de eventos e de reuniões que agregam conhecimentos	
12.QUALIDADE Avalie a exatidão a frequência de erros, a apresentação, a ordem e o esmero que caracterizam o serviço do servidor	Comete erros em demasia e o serviço demonstra desleixo e falta de cuidado	Geralmente satisfaz e o trabalho é feito com cuidado	Seu trabalho é bem feito	Seu trabalho é sempre realizado com capricho e dificilmente comete erros durante a sua execução	
13.CONHECIMENTO DO TRABALHO Avalia o grau de conhecimento e da eficiência do trabalho	Tem pouco conhecimento do trabalho. Precisa de treinamento	Conhece parte do trabalho. Precisa de aperfeiçoamento	Tem o conhecimento necessário do trabalho	Conhece profundamente o trabalho que realiza	

14.BOM SENSO E INICIATIVA Considere o bom senso nas decisões do servidor na ausência de instruções detalhadas ou em situações inesperadas	Quase sempre toma a decisão errada. Convém fornecer-lhe instruções detalhadas	As vezes demonstra bom senso e toma as decisões acertadas	Resolve os problemas que aparecem com facilidade	Pensa rápido e analisa todas as situações. É criterioso e confiável em suas decisões	
--	---	---	--	--	--

ANEXO II - RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SEMESTRAL

1. Número de Fatores avaliados	
2. Número de pontos possíveis dos fatores avaliados	
3. Soma de pontos efetivamente obtidos	
4. Percentual obtido: item 3 dividido pelo item 2, multiplicado por 100	
PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO	

Data __/__/__

Assinatura dos membros da Comissão Servidor Avaliado

PARECER DO SETOR DE PESSOAL

Data __/__/__

Assinatura

ANEXO III - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO RESULTADO FINAL

NOME SERVIDOR: DATA DE NOMEAÇÃO:

CARGO: LOTAÇÃO:

DATA DE INÍCIO E DO TÉRMINO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO:

INSTRUÇÕES

1. Utilize esta planilha para consolidação das notas semestrais obtidas pelo servidor durante todo o processo de avaliação.
2. A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO deverá enviar esta planilha e as avaliações semestrais ao Órgão de Pessoal no prazo previsto no Art. 6º deste Decreto nº 203/2014

RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO						
NOTAS OBTIDAS NAS AVALIAÇÕES SEMESTRAIS						MÉDIA GERAL (somatório das 6 (seis) avaliações dividido por 6)
1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	

Nota: Média Geral inferior a 7 (sete) reprova o servidor

DATA: __/__/__ () APROVADO () REPROVADO

Assinatura dos Membros da Comissão de Avaliação Servidor Avaliado

DECRETO 203/2017

Publicação N° 1432914

DECRETO N. 203/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO PARA EFEITOS DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência e tendo em vista o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Federal e os Art. 20 e 21 III da Lei Complementar 004/2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, DESIGNA Comissão Especial de Avaliação dos Servidores do Poder Executivo para efeitos de Estágio Probatório

Art. 1º Ficam designados para formar a Comissão Especial os seguintes servidores:

I – Secretaria Municipal Educação Cultura e Esporte;

- a) Ilda Maria Dal Piva da Silva
- b) Jaqueline do C. Dal Piva Zeni

II – Secretaria Municipal Saúde;

- a) Elizangela Taffarel de Castro
- b) Vera Justina Mari Fratin

III - Secretaria Municipal de Obras;

- a) Selio Jose Dal Piva
- b) Jurandir Antonio Dallastra

IV - Secretaria Municipal Agricultura;

- a) Ivanir Pedro Schmidt
- b) Janclei Pigatto

V - Servidor Público Municipal responsável pelo setor de Recursos Humanos.

- a) Claudia Eliane Guilherme Zeferino

§1º Esta Comissão Especial será permanente.

§2º A Comissão Especial, para lúdima avaliação dos servidores, no que tange a avaliação de estágio probatório, terá como parâmetro os requisitos descritos no Anexo I do Decreto Municipal n. 202/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Guatambu – SC, em 16 de novembro 2017.

Luiz Clóvis Dal Piva

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 204/2017

Publicação Nº 1432916

DECRETO N. 204/2017 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO SUBJETIVA DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO PARA EFEITOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 13 da Lei Complementar 005/2001, bem como, o disposto no art. 14 da Lei Complementar 003/2001, que tratam da progressão por mérito dos servidores do Município de Guatambu;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei Complementar 005/2001, bem como, o disposto no art. 09 da Lei Complementar 003/2001, que tratam da instituição de Comissão Especial para a avaliação dos requisitos subjetivos para a progressão por mérito dos servidores do Município de Guatambu;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, segundo o disposto no Art. 10 da Lei Complementar 005/2001, bem como, no Art. 09 da Lei Complementar 003/2001, Comissão Especial para a avaliação dos requisitos subjetivos para a progressão por mérito dos servidores do Município de Guatambu.

Art. 2º Ficam designados para formar a Comissão Especial os seguintes servidores:

- I – Secretário Municipal da Secretaria Municipal Administração e Fazenda;
- II – Secretário Municipal da Secretaria Municipal Assistência Social;
- III – Secretário Municipal da Secretaria Municipal Educação Cultura e Esporte;
- IV – Secretário Municipal da Secretaria Municipal Saúde;
- V - Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Obras;
- VI - Secretário Municipal da Secretaria Municipal Agricultura;
- VII – 01 Servidor Público Municipal efetivo indicado pelos servidores;
- VII - Servidor Público Municipal responsável pelo setor de Recursos Humanos.

§1º Esta Comissão Especial será permanente.

§2º A Comissão Especial, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, para elaborar regulamento que oportunize a lúdima avaliação dos servidores, para os efeitos da progressão por mérito, que ocorrerá nos próximos 02 (dois) anos.

Art. 4º. O período para apresentação dos os certificados de participação em eventos, será o compreendido entre 15/07/2017 à 30/07/2017.

Art. 5º A concessão da progressão será aplicada sobre o vencimento básico do servidor, a partir do mês de agosto de 2017.

Art. 6º A progressão por mérito será concedida mediante Portaria do Poder Executivo.

Art. 7º Os servidores deverão protocolar os requerimentos de progressão por mérito, junto a recepção da Prefeitura.

Art. 8º A concessão por mérito, fica condicionada a análise de comprometimento orçamentário com as despesas de pessoal, de acordo com o Art. 20 da LC 101/00

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Guatambu – SC, em 21 de novembro de 2017.

Luiz Clóvis Dal Piva

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 123/2017

Publicação Nº 1432921

PORTARIA 123 /2017

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 12 de Fevereiro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede férias aos servidores relacionados abaixo, conforme segue:

Nome	Função	Período Aquisitivo	Período de Concessão	Retorno
ROSANGELA SCHMIDT MORONI	Conselheiro Tutelar	10/01/2016 a 09/01/2017	20/11/2017 a 19/12/2017	20/12/2017

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Guatambu - Santa Catarina, 20 de novembro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

IPREVI/HO

PORTARIA 01/2017

Publicação Nº 1433186

PORTARIA Nº 001/ 2017/IPREVI/HO

JAQUELINE RAZERA, Diretora de Gestão Administrativa do IPREVI-HO – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 179/2005, e suas alterações,

RESOLVE,

DESIGNAR a servidora CHARLENE RAMPAZZO, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Matrícula nº 1008, Nível 9, Referência "F", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, cedida ao IPREVI-HO pela Portaria nº 1385/2017, para exercer as atribuições do Cargo de Diretora de Gestão Financeira, com fundamento na Lei Complementar nº 179/2005 e suas alterações, a partir de 20 de novembro de 2017, com ônus ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 20 de novembro de 2017.

JAQUELINE RAZERA

Diretora de Gestão Administrativa IPREVI-HO

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA 334 - HOMOLOGA ILUMINAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1433520

PORTARIA Nº 324, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 042/2017 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

0.1 Art. 1º Homologa a licitação nº 042/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a contratação de mão de obra elétrica e fornecimento de materiais para iluminação natalina, e adjudica o objeto licitado às empresas:

I – SÓ LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDR. EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 07.038.642/0001-29, nos itens 01 pelo preço de R\$ 14.500,00, item 02 pelo preço de R\$ 18,33 por hora e item 04 pelo preço de R\$ 129,37 por hora.

II – JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ 01.276.119/0001-54, no item 03 pelo preço total de R\$ 4.290,00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.152, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - INSTITUI O COMITÊ TÉCNICO MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433255

DECRETO nº 4.152, de 16 de novembro de 2017.

“INSTITUI O COMITÊ TÉCNICO MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Comitê Técnico Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família do Município de Ibirama – Santa Catarina, o qual será composto pelos técnicos do programa Bolsa Família nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social do Município:

I. Membro titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes: Suely Sandra Silva Kruger; membro suplente: Elvira Schulze Mannchen;

II. Membro titular da Secretaria Municipal de Saúde: Dianare Cucco; Suplente: Morgana Gnich;

III. Membro titular da Secretaria de Assistência Social e Habitação: Sandra Bachmann; membro suplente: Carla Renata Goedert Modinger.

Art. 2º São atribuições do Comitê Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família:

I. Promover ações que viabilizem a gestão municipal intersetorial do Programa Bolsa Família;

II. Promover ações de sensibilização e articulação com gestores e técnicos municipais;

III. Disponibilizar serviços e estruturas institucionais da área da assistência social, saúde e educação para que o acompanhamento das condicionalidades seja realizado com ênfase;

IV. Apoiar e estimular ações de cadastramento para programas sociais;

V. Promover, em articulação com a União e o Estado o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades;

VI. Desenvolver atividades de capacitação que subsidiem o seu trabalho;

VII. Apoiar a implementação de Programas Complementares ao Programa Bolsa Família;

VIII. Apoiar a elaboração, do Planejamento Estratégico Municipal do Programa Bolsa Família com aplicação dos Recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF –IGDM/PBF e apresenta-lo ao Comitê de Instância e Controle Social;

IX. Fomentar a construção de estratégia de melhorias da gestão do Programa Bolsa Família, na área da assistência social, saúde e educação;

X. Elaborar relatório Anual e apresentar a ICS do Programa Bolsa Família.

Art. 3º Compete à Secretaria de Assistência Social e Habitação:

I. A gestão municipal do Programa Bolsa Família;

II. A realização e o envio do Cadastramento Único das famílias beneficiadas com o Programa ao órgão federal competente;

III. A avaliação socioeconômica das famílias pré-cadastradas no Programa e sua posterior aprovação;

IV. A inclusão, exclusão e ou bloqueio de benefícios do Programa;

V. Demais atividades inerentes ao gestor municipal do Programa Bolsa Família;

VI. Utilizar recursos do IGD-M para articulação e criação de atividades que viabilizem maior agilidade intersetorialmente, prestando assim maior acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e também inserção destas famílias em programas que auxiliem a saída do programa bolsa família, oportunizando a elas maior qualidade de vida.

Art. 4º Compete a Secretaria de Educação:

I. Encaminhar as famílias com o perfil do Programa para a realização do Cadastro Único;

II. O acompanhamento das condicionalidades do Programa no âmbito da educação.

Art. 5º Compete a Saúde:

I. Encaminhar as famílias com o perfil do Programa para a realização do Cadastro Único;

II. O acompanhamento das condicionalidades do Programa no âmbito da educação.

Art. 6º As reuniões ocorrerão bimestralmente, conforme calendário acordado entre os integrantes, contendo o registro das presenças e memórias das reuniões, podendo ser convocadas por qualquer um dos integrantes.

Art. 7º O Comitê elaborará anualmente o Plano Intersetorial do Programa Bolsa Família, com ações a serem executadas no ano.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de novembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.307, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, O PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA "PROGRAMA MINHA TERRA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433251

LEI Nº 3.307, de 16 de novembro de 2017.

"INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, O PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA "PROGRAMA MINHA TERRA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS PÚBLICAS E PARTICULARES****Subseção I – Das Diretrizes**

Art. 1º- Fica instituído o Programa Municipal de Regularização Fundiária do Município de Ibirama doravante denominado "PROGRAMA MINHA TERRA", que dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária para as ocupações irregulares e clandestinas consolidadas em áreas públicas e privadas no município.

§ único- Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação implantar o "PROGRAMA MINHA TERRA" com a cooperação e participação das Secretarias Municipais, Departamentos e Assessorias do Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º- Aplicam-se à matéria objeto desta Lei, subsidiariamente e onde couberem, as disposições da legislação municipal e do Plano do Diretor.

Art. 3º- O "PROGRAMA MINHA TERRA" tem por finalidade orientar, disciplinar, normatizar e organizar o conjunto de ações e iniciativas voltadas à adequação dos assentamentos irregulares e clandestinos preexistentes às conformações legais e à titulação de seus ocupantes, tendo por base as diretrizes e objetivos previstos nesta Lei.

Art. 4º- A aquisição do direito real de propriedade conferido pela aplicação do "PROGRAMA MINHA TERRA" constitui forma originária, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.

Art. 5º- As ocupações irregulares do solo para fins urbanos existentes no Município de IBIRAMA poderão ser objeto de regularização fundiária, desde que obedecidos os critérios fixados nesta Lei e na legislação estadual e federal, no que for pertinente.

§ único- Para os efeitos desta Lei, considera-se regularização fundiária o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam adequar assentamentos irregulares ou clandestinos preexistentes às conformações legais e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

CAPÍTULO II**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 6º - A presente Lei será implementada em consonância com o Programa Nacional de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e com o "Projeto Lar Legal", nos termos da Resolução Nº 08/14, do Conselho da Magistratura, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e demais legislações Federais e Estaduais que tratem da matéria.

Art. 7º- O Poder Executivo está autorizado a regulamentar a presente Lei, definindo as Diretrizes, Ações Específicas, Situações de Irregularidade Identificadas, Instrumentos e Conceitos, bem como criar comissões e fluxos dos procedimentos administrativos, por meio de Decretos e Instruções Normativas.

Art. 8º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar termos de cooperação, convênios e outros ajustes com a União, o Ministério das Cidades, o Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para a implantação de políticas públicas relacionadas a esta Lei.

Art. 9º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de novembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 072 - 2017 PMI - DECORAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1433593

PROCESSO Nº. 553/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2017 – PMI Secretaria de Indústria Comércio e Turismo	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	REFERENTE À LOCAÇÃO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO NATALINA
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 06/12/2017 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 06/12/2017 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 22 de novembro de 2017.

DECRETO 136/2017

Publicação Nº 1432113

DECRETO Nº 136, de 21 de novembro de 2017.

"Dispõe sobre o recesso de fim de ano".

O Prefeito de Ilhota/SC, Sr. Erico de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Em decorrência das festividades de final de ano, os servidores pertencentes à Administração do Município de Ilhota não trabalharão no período de 23 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018.

Art. 2º A Secretaria de Obras funcionará em regime de sobreaviso, para atender casos emergenciais.

Art. 3º Os postos de saúde do Município funcionarão da seguinte maneira:

I - Postos do Alto Baú, Minas e Boa Vista estarão fechados entre 22/12/2017 até 07/01/2018, voltando ao funcionamento a partir de 08/01/2018;

II – Regime de Plantão: do dia 26/12/2017 ao dia 29/12/2017 e do dia 02/01/2018 ao dia 05/01/2018, nos horários:

- a) Posto de Saúde Central: das 08h00min às 17h00min
- b) Posto de Saúde da Pedra de Amolar: 08h00min às 17h00min
- c) Posto de Saúde do Braço do Baú: 08h00min às 16h00min

Parágrafo único. Todos os postos de saúde funcionarão normalmente a partir de 08/01/2018.

Art. 4º O Conselho Tutelar ficará fechado entre os dias 23/12/2017 e 07/01/2018.

Parágrafo único. O Conselho estará de plantão e poderá ser contado através do telefone (47) 988169120.

Art. 5º Haverá coleta de lixo todos os dias, exceto nos dias 25/12/2017 e 01/01/2018.

Art. 6º O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE – funcionará normalmente, exceto nos dias 25/12/2017 e 01/01/2018.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 21 de novembro de 2017.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXECUÇÃO FISCAL 01/2017

Publicação Nº 1432124

Edital de Notificação 01/2017

Referente à Execução Fiscal Na forma do Art. 106, alínea "a", do Código Tributário Municipal, Lei nº 908 de 23 de dezembro de 1998, ficam notificados através deste edital, os contribuintes abaixo relacionados para que no prazo de 15 (quinze) dias (Art. 103, 1º CTM), compareçam no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Ilhota para quitarem possíveis débitos, regularizarem seus cadastros e corrigir possíveis erros de lançamento. O contribuinte que possuir débitos nos Impostos denominados ISSQN, Alvará de Licença para localização e Funcionamento, IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano) e RDIV (Recolhimento Diversos), terá a oportunidade de regularizar a sua situação financeira perante a municipalidade, sob pena de não o fazendo, serem tomadas as medidas Judiciais e Extra Judiciais cabíveis.

ALINE MICHELE DESCHAMPS
Secretária Municipal de Finanças

ERRATA DO EDITAL PG 061 - 2017 MUL - AR CONDICIONADO E CORTINA DE AR 2

Publicação N° 1433061

Errata 2 do Edital Pregão 061/2017 - MUL

O Município de Ilhota comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 061/2017 - MUL, que o Edital será retificado da seguinte forma:

6.4 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de inscrição da empresa licitante junto ao CREA-SC;
- b) Comprovante de regularidade da empresa licitante junto ao CREA-SC;
- c) Comprovante de inscrição do responsável técnico pela execução dos serviços junto ao CREA-SC, que pode ser técnico de grau médio, tecnólogo ou engenheiro;
- d) Comprovante de vínculo permanente com a licitante do responsável técnico pela execução dos serviços;
- e) Acervo técnico e atestado de capacidade técnica registrado junto ao CREA-SC, comprovando que o responsável técnico da licitante tenha sido responsável pela execução de serviço com características semelhantes ao objeto licitado.

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 05 de dezembro de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 21 de novembro de 2017

Francineide Pereira
Pregoeiro Oficial

LISTAGEM EXECUÇÃO FISCAL

Publicação Nº 1432248

Tipo Cadastro	Cadastro	Número CDA	Contribuinte	Logradouro	Número	Complemento	Bairro
Diversos	11616	2764	ABIMAEEL SANTOS SILVA	RUA SEM DENOMINAÇÃO 02	0	LOT. VITORIA	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	8185	862	ACILDO NUNES	EROTIDES CORREA	0		VILA NOVA
Econômico	1656	2307	ACTIVASUL INDUSTRIA e CONFECÇÕES LTDA ME	MODESTO VARGAS	301		Centro
Imobiliário	2133	528	ADAIR CORRÊA DA SILVA	GELINDO FURLANI	724		VILA NOVA
Imobiliário	1332	367	ADAIR MARTINS	PADRE CARLOS GUESSER	129		Centro
Imobiliário	10603	1218	ADAIR TADEU DOS SANTOS	BONIFACIO MABA	224		Centro
Imobiliário	1274	346	ADALBERTO JOSE ROSA	GERMANO LESSA	57		ILHOTINHA
Imobiliário	2182	540	ADALBERTO PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	226		ILHOTINHA
Imobiliário	161	76	ADALBERTO SALVIANO CASTELLAIN	BERTOLDO SIMON	11		Centro
Imobiliário	9189	989	ADÃO JACKES	UBALDO JOSE BITTENCOURT	210		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1891	2391	ADB TRANSPORTES DE CARGAS LTDA ME	DONZILA FRANCISCO	147		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11701	1723	ADELAIDE LESSA	NULL	0	lote802 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	913	269	ADELAMAR DE LIMA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	108		VILA NOVA
Imobiliário	6553	727	ADELSON SOUZA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1032	imovel desmembrado do imovel 3207	ILHOTINHA
Imobiliário	6554	728	ADELSON SOUZA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1024	imovel desmembrado do imovel 3207	ILHOTINHA
Imobiliário	6565	730	ADELSON SOUZA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1012		ILHOTINHA
Imobiliário	6566	731	ADELSON SOUZA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	996		ILHOTINHA
Imobiliário	8148	857	ADELSON SOUZA	JOAO LESSA	71		ILHOTINHA
Imobiliário	8152	858	ADELSON SOUZA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1050		ILHOTINHA
Imobiliário	8154	859	ADELSON SOUZA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1050		ILHOTINHA
Imobiliário	11509	1632	ADEMAR AURI GONCALVES	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	Lote 29 Quadra 49	MINAS
Imobiliário	532	149	ADEMAR DE OLIVEIRA	RICARDO PAULINO MAES	305		Centro
Imobiliário	78	68	ADEMAR E ADEMIR FELISKY	ANTONIO BATISTA CURBANI	156	SALA COMERCIAL DO MAT. CONSTRUÇÃO	Centro
Imobiliário	79	69	ADEMAR E ADEMIR FELISKY	ANTONIO BATISTA CURBANI	156	CASA	Centro
Imobiliário	2904	644	ADEMAR SIEBERT	JOSE VERTUOSO DA SILVA	64		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2918	651	ADEMAR SIEBERT	MARIA CLARA BITTENCOURT	193		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2920	652	ADEMAR SIEBERT	MARIA CLARA BITTENCOURT	195		PEDRA DE AMOLAR
Diversos	20	2630	ADEMAR SIEBERT	FRITZ KOELHER	1891		FORTALEZA
Imobiliário	10647	1233	ADEMAR WIPPEL	GERAL ALTO BAU	1866	lote3 quadra2	ALTO BAU
Diversos	11764	2778	ADEMILTON PEREIRA ASSUNÇÃO - ME	FERNANDO NUNES SANTANA	228		JOÃO COSTA
Diversos	11260	2742	ADEMIR ANDERSON		1040		

Imobiliário	1996	511	ADEMIR CORDEIRO	MANOEL CORDEIRO FILHO	1010	Centro
Econômico	50	2147	ADEMIR CORDEIRO	MANOEL CORDEIRO FILHO	0	Centro
Imobiliário	80	70	ADEMIR FELISKY	ANTONIO BATISTA CURBANI	156	Centro
Imobiliário	81	71	ADEMIR FELISKY	ANTONIO BATISTA CURBANI	156	Centro
Imobiliário	9245	1002	ADEMIR MACHADO	BERNADINO FRANCISCO DE SOUZA	17	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2366	564	ADEMIR MARIO MACHADO	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	47	Centro
Imobiliário	2367	565	ADEMIR MARIO MACHADO	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	61	Centro
Diversos	28	2631	ADEMIR MARIO MACHADO	RUA SEVERO SILVEIRA RAMOS	47	Centro
Imobiliário	11490	1623	ADEMIR SCHMITT	JOAQUIM SCOTTINI	0	MINAS
Imobiliário	11168	1431	ADEMIR ZANELLA	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	11893	1835	ADILSON DE OLIVEIRA FRANÇA	NULL	39	DAS MISSÕES
Imobiliário	1268	342	ADILSON GLOVASKI	GERMANO LESSA	121	ILHOTINHA
Imobiliário	9301	1014	ADILSON GLOVASKI	JUVENAL LENZI	73	ILHOTINHA
Econômico	2135	2505	ADILSON HACH 01846688914	MODESTO VARGAS	280	Centro
Imobiliário	11160	1429	ADILSON LAMIM	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	8463	912	ADILSON MACHADO	OLAESIO JOAO BECKER	336	ILHOTINHA
Imobiliário	1108	306	ADILSON PADILHA	UBALDO JOSE BITTENCOURT	171	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10776	1290	ADILSON SIEBERT	NULL	0	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2148	532	ADIR PEREIRA DA SILVA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	73	VILA NOVA
Imobiliário	9557	1071	ADMINISTRADORA DE BENS MCD LTDA	NILDO SOARES	58	Centro
Imobiliário	9559	1073	ADMINISTRADORA DE BENS MCD LTDA	MARIA CLAUDIA SOARES	121	Centro
Imobiliário	7885	834	ADOCI PEDRO DE AMORIN	PEDRO CASTELLAIN	143	Centro
Imobiliário	7897	835	ADOCI PEDRO DE AMORIN	JOSE GONCALVES	162	Centro
Imobiliário	9675	1091	ADOCI PEDRO DE AMORIN	JOSE GONCALVES	60	Centro
Imobiliário	9679	1093	ADOCI PEDRO DE AMORIN	JOSE GONCALVES	230	Centro
Imobiliário	2867	629	ADOLFO DECHRING	FORTUNATO ZANCANELA	73	Centro
Imobiliário	10826	1318	ADOLFO REICHERT	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1000059	2597	ADRIANA BAPTISTA CONINK 02178987931	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	304	DAS MISSÕES
Imobiliário	10711	1260	ADRIANA CHAVEZ	NULL	0	ALTO BAU
Imobiliário	9186	987	ADRIANA DOS SANTOS GARCEZ	LAURINDO XAVIER	49	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2095	2489	ADRIANA RAINERT GONCALVES	GERAL POCINHO	287	POCINHO

Econômico	2047	2467	ADRIANA TERESINHA ALVES DO AMARAL	VALDEVINO PONTES	185	VILA NOVA
Econômico	2294	2565	ADRIANO DAS GRAÇAS ALVES	JORGE LACERDA	9990	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1085	299	ADRIANO DE OLIVEIRA	UBALDO JOSE BITTENCOURT	116	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9188	988	ADRIANO DOS SANTOS	SEBASTIÃO DE QUADROS	46	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1000020	2585	ADRIANO FAGUNDES 05804800973	MARIA LUIZA DE SOUZA	106	DAS MISSÕES
Imobiliário	11611	1672	ADRIANO JARDEU	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	MINAS
Imobiliário	10395	1163	ADRIEL REINERT	NULL	337	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1525	406	ADULCE SOARES	MANOEL SABINO	61	ILHOTINHA
Imobiliário	11232	1477	ADULCIO MAURILIO ADÃO	GERAL BAU BAIXO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11233	1478	ADULCIO MAURILIO ADÃO	GERAL BAU BAIXO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11234	1479	ADULCIO MAURILIO ADÃO	GERAL BAU BAIXO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2706	613	AFONSO GUESSER	FORTUNATO ZANCANELA	0	Centro
Imobiliário	9227	996	AFONSO JUNIOR	MARCOS MINUZZI	39	ILHOTINHA
Imobiliário	1718	456	AFONSO LUIZ BERNADI	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1620	ILHOTINHA
Imobiliário	436	124	AFONSO SCHIMITT	MARCOS DE SOUZA	153	Centro
Imobiliário	437	125	AFONSO SCHIMITT	MARCOS DE SOUZA	131	VILA NOVA
Imobiliário	11285	1505	AGENOR DE LIZ	(SEM LEI) JOAO GABRIEL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10787	1299	AGNALDO DA SILVA	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	6422	709	AGOSTINHO CLAUDIO BERNARDES	PLATAO GERALDO DE SOUZA	141	Centro
Imobiliário	10858	1330	AGOSTINHO HAMMES	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	6549	726	AGRO NEGOCIOS JR LTDA	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	2707	MINAS
Imobiliário	11689	1713	AGTON LUIZ BUCHER	NULL	0	BOA VISTA
Imobiliário	11968	1866	AGUINALDO SOUZA	JORGE LACERDA	2871	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1272	344	AILSO RAMOS	GERMANO LESSA	81	ILHOTINHA
Imobiliário	11276	1501	AIRTON GILSON HALDLICH	NULL	0	BAÚ BAIXO
Econômico	890	2179	AJW TRANSPORTES LTDA ME	EZEQUIEL FRANCISCO	121	Centro
Imobiliário	11142	1417	ALAM SCHRAMM	ANTONIO ANELO CURBANI	0	BARRANCO ALTO
Econômico	1637	2297	ALAN BATISTA JOALHERIA ME	MODESTO VARGAS	21	Centro
Econômico	1928	2407	ALANA CAROLINE LARSEN MUELLER ZACCARIAS	ALVARO CESAR SCHNEIDER	30	Centro
Econômico	2068	2479	ALANN LEITE ORTIZ - ME	FREI JACINTO	49	Centro
Imobiliário	3109	694	ALBERTINO DE LON GOLDINHO	MARIA LUIZA DE SOUZA	174	DAS MISSÕES
Imobiliário	716	199	ALBERTINO GENEROSO DIAS	JOSE DOMINGOS FILHO	359	VILA NOVA

Imobiliário	7847	831	ALBERTO L. BRASSANINI	LUIZ BRASSANINI	47	LOT 35 QDRA 29/ DEFESA CIVIL	Centro
Imobiliário	11950	1859	ALCIDES CARNEIRO	NULL	0		BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11776	1763	ALCIDES LUIZ DO AMARAL	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	lote17 quadra72	BOA VISTA
Imobiliário	11700	1722	ALCIDES SCHVARTZ	NULL	0	lote801 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	11193	1450	ALCIDES TEIXEIRA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 18 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11774	1761	ALCIONE DE SOUZA	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	lote15 quadra72	BOA VISTA
Diversos	10326	2734	ALCIONE GILBERTO RADUNZ		302		
Imobiliário	2467	578	ALDO DA SILVA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2087		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2528	583	ALDO JOSE CUSTODIO	PEDRO CASTELLAIN	656		Centro
Imobiliário	10936	1351	ALDO REICHERT	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	Lote 13 Quadra 15	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1713	453	ALDOMIR AMARO EDUARDO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1066		ILHOTINHA
Imobiliário	1714	454	ALDOMIR AMARO EDUARDO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1066		ILHOTINHA
Imobiliário	11958	1861	ALDORY ANTONIO VIAPIANA	JORGE LACERDA	2430	lote1002 quadra15	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	2222	546	ALECIO ALBERTINO DE SOUZA	BONIFACIO MABA	1397		DAS MISSÕES
Imobiliário	7981	842	ALECIO ALBERTINO DE SOUZA	RICARDO PAULINO MAES	557	SEX SHOP	Centro
Imobiliário	7982	843	ALECIO ALBERTINO DE SOUZA	RICARDO PAULINO MAES	557	JULEMAR	Centro
Imobiliário	11861	1815	ALESSANDRA LINHARES ANGIOLETTI	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote18 quadra77	BOA VISTA
Imobiliário	11805	1775	ALESSANDRO D. BARBIRESKI	SILVIO RAMPELOTTI	4256	lote14 quadra75	BOA VISTA
Imobiliário	11283	1504	ALEX BACHMANN	(SEM LEI) JOAO GABRIEL	0	Lote 18 Quadra 02	BAÚ BAIXO
Imobiliário	6430	712	ALEX SANDRO MORASTONI	PLATAO GERALDO DE SOUZA	141	LOT. 7 Q. 7, UN 09	Centro
Econômico	1584	2274	ALEXANDRE BITTENCOURT	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	654		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2188	2528	ALEXANDRE CHZUCHMAN	RICARDO PAULINO MAES	585	Sala 10	Centro
Imobiliário	10552	1208	ALEXANDRE DE AZEVEDO	GERAL BAÚ CENTRAL	0	Lote 703 Quadra 24	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	2437	574	ALEXANDRE DE BORBA	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	52		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2049	2469	ALEXANDRE DOS REIS DE ANDRADE	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2374		DAS MISSÕES
Imobiliário	11652	1687	ALEXANDRE DOS SANTOS FERREIRA	NULL	805	lote13 quadra58	MINAS
Imobiliário	2866	628	ALEXANDRE DYEGO DE SOUZA	FORTUNATO ZANCANELA	87		Centro
Imobiliário	8765	953	ALEXANDRE DYEGO DE SOUZA	FORTUNATO ZANCANELA	87		Centro
Econômico	856	2175	ALEXANDRE FERRETI SERRARIA ME	GERAL BAÚ CENTRAL	8623		BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10587	1216	ALEXANDRE FERRETTI	GERAL ALTO BAU	1239	lote12 quadra3	ALTO BAU
Econômico	100018	2584	ALEXANDRE FERRETTI 03797205902	ARACI THOMÉ MACHADO	85		ILHOTINHA
Imobiliário	1524	405	ALEXANDRE MARIANO SOARES	MANOEL SABINO	49		ILHOTINHA
Imobiliário	8355	880	ALEXANDRE MARIANO SOARES	MANOEL SABINO	49		ILHOTINHA

Imobiliário	11743	1748	ALEXANDRE ROSA LAMIM	PEDRO JACOB LAMIN	0	lote15 quadra70	BOA VISTA
Imobiliário	6485	720	ALEXANDRE ROSA MARTINS	JUVENAL LENZI	120	DESMEMBRADO DO IMÓVEL 2199	ILHOTINHA
Imobiliário	11298	1513	ALEXANDRE SCHERNOSKI	NULL	0	lote32 quadra2	BAÚ BAIXO
Diversos	11790	2782	ALEXANDRE SCHROEDER	RUA FERNANDO DE NORONHA	107	AP 1003	ATIRADORES
Imobiliário	1863	485	ALFREDO MANOEL DA SILVA	ROBSON DE BORBA	51	PARTE DA JOÃO DOMINGOS PEREIRA	DAS MISSÕES
Econômico	1000088	2610	ALIANCA ENXOVAIS E CONFECCOES LTDA-ME	MANOEL LEMOS	68	GARAGR 01	MINAS
Imobiliário	10701	1254	ALINE FARIAS	NULL	0	Lote 10 Quadra 03	ALTO BAU
Econômico	1000114	2614	ALINE PEREIRA BEDIN STOCK - ME	RICARDO PAULINO MAES	660		Centro
Imobiliário	11427	1600	ALINE RIBEIRO	NULL	0	Lote 35 Quadra 48	MINAS
Imobiliário	11835	1796	ALIRIO LUIZ VIEIRA	NULL	0	lote10 quadra76	BOA VISTA
Imobiliário	10648	1234	ALMA WIPPEL	GERAL ALTO BAU	1918	lote4 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	199	80	ALMERI MARTINS	MODESTO VARGAS	696		Centro
Imobiliário	10445	1179	ALMIR DA CUNHA	LUIZ SILVINO DA CUNHA	4246	Lote 18 Quadra 28	BAÚ BAIXO
Econômico	2317	2575	ALOISIO VILMAR GIEHL	PEDRO GONÇALVES	791		Centro
Imobiliário	682	184	ALTAIR JOSE COSTA	SD 210	0		VILA NOVA
Imobiliário	11415	1595	ALTEMIRO INACIO	NULL	0	lote23 quadra48	MINAS
Econômico	1966	2424	ALUMEN INDUSTRIA DE ESQUADRIA LTDA - ME	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	2830		MINAS
Imobiliário	10617	1221	ALYNE GONCALVEZ	GERAL ALTO BAU	2655	lote28 quadra3	ALTO BAU
Imobiliário	572	158	ALZIRA BENTO DE SOUZA	JOSE DOMINGOS FILHO	220		VILA NOVA
Diversos	6193	2656	ALZIRA BENTO DE SOUZA	JOSE DOMINGOS FILHO	220		VILA NOVA
Imobiliário	10429	1174	ALZIRA SCHUAMBACH	LUIZ SILVINO DA CUNHA	1054	Lote 02 Quadra 28	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11084	1390	ALZO REICHERT	GERAL BRAÇO DO BAÚ	8864	lote9 quadra31	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1000067	2600	AMADEU HANRIQUE NETO 08302438952	21 DE JUNHO	1691		Centro
Imobiliário	1580	426	AMADEU JOSE DE ALBANO	ABEL JOAO CORREA	40		ILHOTINHA
Imobiliário	1581	427	AMADEU JOSE DE ALBANO	ABEL JOAO CORREA	40		ILHOTINHA
Imobiliário	433	121	AMANDA AMORIM	MARCOS DE SOUZA	199		Centro
Imobiliário	6957	770	AMANDA AMORIM	MARCOS DE SOUZA	199	Casa 02 - fundos	VILA NOVA
Imobiliário	1057	294	AMARILDO AVELINO LAUREANO	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	145		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11199	1456	AMARILDO CRISTOVÃO	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 23 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1643	2302	AMARILDO NAIRNEI ME	PLATAO GERALDO DE SOUZA	180		Centro
Econômico	1903	2395	AMAUURI BUENO DA SILVA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	95		VILA NOVA
Imobiliário	73	67	AMAUURI FRANCISCO VOIGT ME	21 DE JUNHO	166		Centro
Econômico	1373	2227	AMAUURI FRANCISCO VOIGT ME	21 DE JUNHO	160		Centro

Imobiliário	10692	1251	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA	NULL	0	lote1 quadra3	ALTO BAU
Imobiliário	11323	1533	ANA LUCIA P. CORREA	NULL	0	Lote 22 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11889	1834	ANA LUCIA SOARES DA SILVA	NULL	37	lote6720 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	10322	1139	ANA MARIA GARCIA BORBA	RUA ISAIR CLARA FELICIO	39	LOT 04 QDRA 08	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8430	895	ANA MARIA LUIZ	ERMINIA LESSA DE FREITAS	242		ILHOTINHA
Imobiliário	8439	901	ANA MARIA LUIZ	CARLOS MANOEL DE FREITAS	73	ENTREGA PARA O CORESPONSÁVEL	ILHOTINHA
Imobiliário	8440	902	ANA MARIA LUIZ	ERMINIA LESSA DE FREITAS	160		ILHOTINHA
Imobiliário	8444	905	ANA MARIA LUIZ	OLAESIO JOAO BECKER	54		DAS MISSÕES
Imobiliário	8454	909	ANA MARIA LUIZ	OLAESIO JOAO BECKER	192		ILHOTINHA
Imobiliário	8505	930	ANA MARIA LUIZ	OLAESIO JOAO BECKER	161		ILHOTINHA
Imobiliário	11724	1740	ANA MESADRI	NULL	0	lote810 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	11354	1559	ANA PAULA	GERAL POCINHO	0	Lote 26 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	9270	1009	ANA PAULA AMARAL DA SILVA	JOSE VERTUOSO DA SILVA	196		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	6462	714	ANA PAULA DE OLIVEIRA DIAS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	686		ILHOTINHA
Imobiliário	8309	874	ANA PAULA DE OLIVEIRA DIAS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	686		ILHOTINHA
Econômico	1665	2311	ANA PAULA DE SOUZA 03914834986	GERAL ALTO BAU	0		ALTO BAU
Imobiliário	9436	1039	ANA PAULA FIAMONCINI DA CUNHA	PEDRO GONÇALVES	659	LOTE 03 QDRA I	Centro
Imobiliário	9798	1097	ANA PAULA FIAMONCINI DA CUNHA	PEDRO GONÇALVES	659	LOTE 03 QDRA I	Centro
Imobiliário	922	270	ANA PAULA PEREIRA DA SILVA	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	77		VILA NOVA
Econômico	2236	2542	ANA PAULA SCHNAIDER	MODESTO VARGAS	133		Centro
Econômico	2183	2526	ANA PAULA TRESCHER 00551059044	PEDRO AMARO CORREA	65		VILA NOVA
Imobiliário	10937	1352	ANA ROCHA FISCHER	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	Lote 14 Quadra 15	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1750	2343	ANDERSAN LUIS RIBEIRO TRANSPORTES ME	21 DE JUNHO	618		Centro
Imobiliário	11481	1619	ANDERSON CARLOS KOEHLER	JOAQUIM SCOTTINI	0	lote71 quadra52	MINAS
Imobiliário	9228	997	ANDERSON CARLOS RITA	MARCOS MINUZZI	35		ILHOTINHA
Imobiliário	11697	1719	ANDERSON GOLDINHO	NULL	0	lote612 quadra68	BOA VISTA
Diversos	11738	2776	ANDERSON LUIS PEREIRA BARROS	RUA SEM DENOMINAÇÃO N° 05	0		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	3062	687	ANDRE FELISKY	FELISKY	45		Centro
Imobiliário	1761	467	ANDRE LUIZ DA CUNHA	AMARO LUIZ DE SOUZA	431		DAS MISSÕES
Imobiliário	8719	951	ANDRE MAURICIO COSTA	PADRE CARLOS GUESSE	175		Centro
Imobiliário	11852	1808	ANDRE RODRIGUES DA CRUZ	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote9 quadra77	BOA VISTA
Imobiliário	879	259	ANDRÊA CRISTINA VITORINO E ANDRE FELIPE VITORINO	JOSE IZIDRIO VIEIRA	458		VILA NOVA
Imobiliário	7316	793	ANDRÊA CRISTINA VITORINO E ANDRE	JOSE IZIDRIO VIEIRA	450		VILA NOVA

			FELIPE VITORINO						
Imobiliário	3151	700	ANDREA ROSELITA QUINTINO	MANOEL CLAUDIO		272			Centro
Imobiliário	11435	1607	ANDREA WIPPEL	NULL		0	Lote 43 Quadra 50		MINAS
Econômico	1378	2228	ANDREA CRISTINA KREICH CONFECÇÕES ME	JOAQUIM SCOTTINI		68			MINAS
Imobiliário	9844	1099	ANDREA MORAES DOS SANTOS	MARIO COSTA		187			Centro
Imobiliário	11847	1803	ANDREA PATRICIA MARTINS	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA		0	lote4 quadra77		BOA VISTA
Imobiliário	10675	1246	ANDREA TEREZINHA MARTEDAL	GERAL ALTO BAU		0	lote31 quadra2		ALTO BAU
Econômico	1672	2315	ANDREA THIEM MARTENDAL	GERAL ALTO BAU		0	GALPÃO		ALTO BAU
Econômico	2175	2520	ANDRESSA APARECIDA GOMES 33827068819	ROSA RAMOS VITURINO		71	CASA		Centro
Imobiliário	1099	302	ANDREY DA SILVA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT		2464			PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11960	1862	ANDREZA SOUZA PACHECO	JORGE LACERDA		2521	lote1500 quadra19		BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1333	368	ANELIR NICOLLETTI	PADRE CARLOS GUESSER		113			Centro
Imobiliário	8723	952	ANELIR NICOLLETTI	PADRE CARLOS GUESSER		113			Centro
Imobiliário	11725	1741	ANELIR NICOLLETTI	NULL		0	lote626 quadra68		BOA VISTA
Econômico	1996	2440	ANGELA MARIA CARDOSO DE LARA	SANTA CLARA		22	CASA		Centro
Imobiliário	11022	1375	ANGELA MARIA ZIMMERMANN REICHART	TEODORO REICHERT		865	Lote 01 Quadra 25		BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1410	393	ANGELA WALTRICK VARGAS	MODESTO VARGAS		683			Centro
Imobiliário	11780	1766	ANGELINA DA SILVA	JOÃO BENTO BORGES		26	lote2 quadra73		BOA VISTA
Imobiliário	8814	955	ANGELO DARCY ANGIOLETTI	21 DE JUNHO		1045	AGROPECUÁRIA ANGIOLETTI		Centro
Imobiliário	7572	809	ANIBAL MANOEL DE SOUZA	SD 221		130			DAS MISSÕES
Imobiliário	10487	1184	ANITA LUIZA DOS SANTOS	GERAL BAÚ CENTRAL		0	lote226 quadra19		BAÚ CENTRAL
Diversos	9508	2712	ANITA LUIZA DOS SANTOS	GERAL BAÚ CENTRAL		3720	PROX AO ANTONIO CARLOS RUSSI		BAÚ CENTRAL
Imobiliário	1170	326	ANIVALDO ALBERTO DA SILVA	SD 502		26			PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1371	2226	ANNABEATRIZ CONFECÇÕES LTDA ME.	LUIZ LESSA		136	GALPAO		ILHOTINHA
Imobiliário	1560	421	ANSELMO ANTONIO KRESS	GERMANO LESSA		62			ILHOTINHA
Imobiliário	10496	1189	ANTENOR DE AZEVEDO	GERAL BAÚ CENTRAL		0	lote677 quadra19		BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11856	1811	ANTONIA IRENITA LINHARES DE OLIVEIRA	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA		0	lote13 quadra77		BOA VISTA
Diversos	9273	2704	ANTONIO ADEMIR PAMPLONA	GERAL ALTO BAU		0			ALTO BAU
Imobiliário	2381	569	ANTONIO ALEXANDRE	VALMIR ALEXANDRE		57			PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2977	673	ANTONIO ALICIO DE SOUZA	JOSE GERALDINOBITTENCOURT		3150			PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	9159	982	ANTONIO ALICIO DE SOUZA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	3150		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1879	489	ANTONIO CARLOS CORREIA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1349		ILHOTINHA
Imobiliário	8464	913	ANTONIO CARLOS DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	352		ILHOTINHA
Imobiliário	8491	925	ANTONIO CARLOS DE FREITAS	CARLOS MANOEL DE FREITAS	76		ILHOTINHA
Imobiliário	8493	926	ANTONIO CARLOS DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	333	LOTE 24	ILHOTINHA
Imobiliário	11230	1476	ANTONIO CARLOS DE MATOS ME	NULL	0	lote17 quadra6	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1303	357	ANTONIO CARLOS DE MELLO	PADRE CARLOS GUESSER	0	Lot.04 Q01	Centro
Imobiliário	1304	358	ANTONIO CARLOS DE MELLO	PADRE CARLOS GUESSER	0	Lot.06 Q04	Centro
Imobiliário	1309	361	ANTONIO CARLOS DE MELLO	DA INTEGRACAO	47	Lot. 07 Q04	Centro
Imobiliário	10784	1296	ANTONIO CARLOS HAMMES	NULL	0	Lote 01 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11470	1614	ANTONIO CARLOS SAES	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	3884	lote60 quadra52	MINAS
Imobiliário	10663	1238	ANTONIO CARLOS SCHMITT	GERAL ALTO BAU	0	lote19 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	2253	552	ANTONIO CARLOS THOME	PEDRO CASTELLAIN	1175		Centro
Imobiliário	11680	1705	ANTONIO CARLOS TOME	NULL	0	lote604 quadra68	BOA VISTA
Diversos	3115	2644	ANTONIO CURBANI NETO		4170		BARRANCO ALTO
Imobiliário	10444	1178	ANTONIO DA CUNHA	LUIZ SILVINO DA CUNHA	4203	Lote 17 Quadra 28	BAÚ BAIXO
Imobiliário	779	222	ANTONIO DE MELO	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	215		VILA NOVA
Econômico	2281	2558	ANTONIO DE OLIVEIRA TRANSPORTES - ME	GERAL ALTO BAU	12999		ALTO BAU
Imobiliário	421	115	ANTONIO EDMUNDO DE OLIVEIRA	GELINDO FURLANI	153		Centro
Imobiliário	11626	1680	ANTONIO EDSON BATISTA	ROSALIA DA SILVA	0	Lote 53 Quadra 56	MINAS
Diversos	9551	2719	ANTONIO EDSON BATISTA	ROSALIA DA SILVA	540		MINAS
Imobiliário	834	240	ANTONIO ELIAS CARVALHO	JOSE DOMINGOS FILHO	139		VILA NOVA
Imobiliário	11460	1610	ANTONIO FERRETI	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	lote12 quadra47	MINAS
Imobiliário	686	186	ANTONIO ITAMAR FERREIRA	MARCOS DE SOUZA	129		Centro
Imobiliário	1364	377	ANTONIO JOARES DA SILVA	PLATAO GERALDO DE SOUZA	262		Centro
Imobiliário	8674	947	ANTONIO JOARES DA SILVA	PLATAO GERALDO DE SOUZA	250		Centro
Imobiliário	8675	948	ANTONIO JOARES DA SILVA	PLATAO GERALDO DE SOUZA	250		Centro
Imobiliário	9222	994	ANTONIO KETEL E CREUSENI DOS REIS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2350	Lote 21.	DAS MISSÕES
Imobiliário	1019	286	ANTONIO LEOPALDO MARTINS	NICOLAU JOSE MARCOS	133		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2229	2538	ANTONIO MARTINS FERREIRA 01733308784	VEREADOR LUCIANO DOMINGOS MACHADO	45		VILA NOVA
Imobiliário	2659	604	ANTONIO NATIVIDADE RODRIGUES	21 DE JUNHO	2581		Centro
Imobiliário	882	260	ANTONIO NUNES DA SILVA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	574		VILA NOVA
Imobiliário	1541	411	ANTONIO NUNES DA SILVA	DONATO FELICIO	601		ILHOTINHA

Econômico	2035	2459	ANTONIO NUNES DA SILVA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	574	CASA	VILA NOVA
Imobiliário	11658	1690	ANTONIO PADILHA	NULL	0	lote19 quadra58	MINAS
Imobiliário	11294	1509	ANTONIO SIEMEKOSKI	NULL	278	lote28 quadra2	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11815	1780	ANTONIO VITALINO DOS SANTOS	SILVIO RAMPELOTTI	0	lote24 quadra75	BOA VISTA
Imobiliário	771	218	ANTONIO VITENCURT	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	150		VILA NOVA
Imobiliário	9608	1081	ANTONIO VITENCURT	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	150		VILA NOVA
Imobiliário	1022	287	ANTONIO XAVIER DA COSTA	NICOLAU JOSE MARCOS	101		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11133	1412	ANTONIO ZIMMERMANN	NULL	297	Lote 03 Quadra 33	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	3018	678	ANTUNINO FRANCISCO ZIMMERMANN (FALECIDO)	JOAO DOMINGOS PEREIRA	471		ILHOTINHA
Imobiliário	2725	619	AORACI V. VANZELLA	21 DE JUNHO	1495		Centro
Imobiliário	9034	968	APARECIDO GONCALVES DE MATOS E OUTROS	JOSE VERTUOSO DA SILVA	82		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2080	2484	APPIA TRADE COMERCIO E INDUSTRIA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LT	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	4001	AP/E: SALA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1161	324	APRIGIO MAFRA	DONZILA FRANCISCO	79		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1545	414	ARCELINO ANDRINO LUIZ	DONATO FELICIO	643		ILHOTINHA
Imobiliário	2132	527	ARCENIO DIONISIO FELISKY	GELINDO FURLANI	712		VILA NOVA
Imobiliário	8042	846	ARCENIO DIONISIO FELISKY	GELINDO FURLANI	712		VILA NOVA
Imobiliário	906	268	ARI DE OLIVEIRA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	0		VILA NOVA
Imobiliário	2854	626	ARI NEILAND	RICARDO PAULINO MAES	284	LOJA MANIA DO PÉ	Centro
Imobiliário	2855	627	ARI NEILAND	RICARDO PAULINO MAES	284		Centro
Imobiliário	7973	839	ARI NEILAND	RICARDO PAULINO MAES	284	MERCADÃO DA LANGERIE	Centro
Imobiliário	7974	840	ARI NEILAND	RICARDO PAULINO MAES	284	CASTELINHO PET SHOP	Centro
Imobiliário	7976	841	ARI NEILAND	RICARDO PAULINO MAES	284		Centro
Imobiliário	9426	1034	ARIANE CRISTINA PEREIRA	PEDRO GONÇALVES	509	LOTE 08 QDRA G	Centro
Imobiliário	1544	413	ARISTIDES DO AMARAL	DONATO FELICIO	631		ILHOTINHA
Imobiliário	1596	430	ARISTIDES FERRARI	LUIZ LESSA	136		ILHOTINHA
Imobiliário	1597	431	ARISTIDES FERRARI	LUIZ LESSA	120		ILHOTINHA
Imobiliário	11124	1406	ARISTIDES PEDRO ZIMMERMANN	FERNANDO ZIMMERMANN	581	Lote 06 Quadra 32	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2874	631	ARLETE MARIA GONCALVES	PEDRO GERONIMO DE OLIVEIRA	40		Centro
Imobiliário	11048	1379	ARLUNDO DA SILVA	GERAL BRAÇO DO BAÚ	422	lote4 quadra28	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2613	596	ARLUNDO DANIELSKI	AMARO LUIZ DE SOUZA	1106		DAS MISSÕES
Imobiliário	7583	810	ARNALDO ALFREDO DA SILVA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2159		DAS MISSÕES
Imobiliário	1037	292	ARNALDO DA SILVA	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	39		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1352	2219	ARNALDO MULLER-ME	GERAL BAU BAIXO	985		BAÚ BAIXO

Imobiliário	1147	319	ARNALDO RODRIGUES CAMILO	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	200		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2939	659	ARNECIO FURTADO ALVES	PAULO KELLER	132		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2221	545	ARNO BRUNO DOS SANTOS	BONIFACIO MABA	1621		DAS MISSÕES
Imobiliário	1237	336	ARNO HOSTINS	ABEL JOAO CORREA	225		ILHOTINHA
Imobiliário	11674	1702	ARNO LUCHTEMBERG	NULL	0	lote11 quadra60	MINAS
Imobiliário	11711	1731	ARNOLDO ADRIANO	NULL	0	lote808 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	2104	522	ARNOLDO DA COSTA	MILTON DOMINGOS MACHADO	100		VILA NOVA
Imobiliário	9419	1030	ARSEGO CONSTRUTORA E INCORPRADORA LTDA - ME	PEDRO GONÇALVES	808	LOTE 3 - QDRA J - CASA 02	Centro
Diversos	8779	2679	ARSEGO CONSTRUTORA E INCORPRADORA LTDA - ME	PEDRO GONÇALVES	0		CENTRO
Econômico	1453	2240	ARTE DE SONHAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCÕES LTDA.	NULL	793		Centro
Imobiliário	11105	1396	ARTUR SPERBER	NULL	0	Lote 30 Quadra 31/ CASA DEFESA CIVIL	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1146	318	ASSEMBLEIA DE PEDRA DE AMOLAR	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	166		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	217	83	ASSIS ADEMAR SANTANA	MODESTO VARGAS	820		Centro
Econômico	78	2148	ASSOCIAÇÃO COM. E INDUSTRIAL DE ILHOTA	21 DE JUNHO	213		Centro
Econômico	2149	2511	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA UNIDOS DO BRACO DO BAU	MARCOLINO HAMMES	80		BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1519	2258	ASSOCIAÇÃO NOVA ESPERANCA	GERAL ALTO BAU	0		ALTO BAU
Imobiliário	10782	1294	ASTA KLEINE	NULL	0	Lote 11 Quadra 07	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1466	2244	ATACADÃO ZINGARA COM. E CONF. DE ROUPAS E CALÇADOS LTDA ME	LUIZ LESSA	118		ILHOTINHA
Econômico	1445	2239	ATALAN DONIZETE SCHRAMM INDUSTRIA ME	GERAL BAÚ CENTRAL	3980		BAÚ CENTRAL
Econômico	2043	2464	ATRIO CONSTRUCOES LTDA - ME	MANOEL LUIZ EMIDIO	60	AP/E: SALA 01	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1686	446	AUGUSTINHO GUTZ	JOAO DOMINGOS PEREIRA	41		ILHOTINHA
Imobiliário	1925	500	AUGUSTO QUINTINO	MODESTO VARGAS	177		Centro
Imobiliário	1876	488	AURELIO DEGAN	OLAESIO JOAO BECKER	7		DAS MISSÕES
Imobiliário	8514	935	AURELIO DEGAN	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1419		ILHOTINHA
Imobiliário	331	95	AURELIO FAUSTINO HOPPE	ANTONIO BATISTA CURBANI	101		Centro
Imobiliário	1299	354	AURELIO GARCIA	PEDRO JORGE DOS SANTOS	30		Centro
Imobiliário	11496	1627	AURI JOSE GONCALVEZ	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	lote86 quadra53	MINAS

Imobiliário	11508	1631	AURI JOSE GONCALVEZ	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	Lote 28 Quadra 49	MINAS
Diversos	9606	2725	AURIA VANDA DOS SANTOS	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2999		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1031	290	AURINO SOUZA	NICOLAU JOSE MARCOS	19		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2472	580	AURINO SOUZA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2039		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1941	2414	AUTO VIACÃO DO VALE LTDA	RICARDO PAULINO MAES	397		Centro
Imobiliário	878	258	AVANIR FREITAS	JOSE IZIDRIO VIEIRA	536		VILA NOVA
Imobiliário	11563	1654	AVELINA DE OLIVEIRA	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote22 quadra54	MINAS
Econômico	1501	2255	B MULHER INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCÃO LTDA ME	PEDRO CASTELLAIN	320		Centro
Econômico	2160	2513	BABA CALANGO COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME	21 DE JUNHO	981	LOJA	Centro
Imobiliário	1953	502	BAGELAR SOARES	MARIA CLAUDIA SOARES	56		Centro
Econômico	1000263	2629	BARBOSA & FARIAS CONFECCOES DE MODA FITNESS LTDA-ME	PEDRO CASTELLAIN	450	SALA 01	Centro
Econômico	1633	2296	BATISTA E BATISTA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	ABEL JOAO CORREA	368		ILHOTINHA
Imobiliário	10318	1136	BEATRIZ MACHADO	PADRE ROBERTO WIROBEK	122	Lote 07 Quadra 09	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11833	1794	BEATRIZ SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO	NULL	0	lote9 quadra76	BOA VISTA
Imobiliário	1533	408	BELMIRA ANA DE FREITAS	DONATO FELICIO	512		ILHOTINHA
Imobiliário	8349	878	BELMIRA ANA DE FREITAS	ADULCE SOARES	64		ILHOTINHA
Imobiliário	756	212	BENEDITO JOSE DE CAMPOS	SD 203	28		VILA NOVA
Imobiliário	835	241	BERNARDO HASS	SD 205	24		VILA NOVA
Imobiliário	1288	352	BERNARDO HASS	MANOEL SABINO	134	CASA COHAB	ILHOTINHA
Econômico	1380	2229	BERNARDON E VICARI ASSESSORIA LTDA ME	PEDRO CASTELLAIN	226	SALA 06	Centro
Imobiliário	2684	609	BERTINO FRANCISCO JUNKES	21 DE JUNHO	2115		Centro
Econômico	1274	2207	BERTOLDO BAILER JUNIOR COMERCIO - ME	JOLETO VALGAS	180		VILA NOVA
Econômico	1667	2312	BERTOLINO VALMOR DE MIRANDA 69490880949	GERAL ALTO BAU	0		ALTO BAU
Econômico	937	2186	BIANCHESSI & BIANCHESSI LTDA ME	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	84	REF: PROXIMO IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS	Centro
Econômico	1432	2237	BIANCHESSI TEXTIL LTDA ME	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	84	REF: PROXIMO IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS	Centro
Econômico	2230	2539	BICHO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	84	SALA 02	Centro

Econômico	1659	2309	BICHO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	535	SALA 01	Centro
Diversos	8688	2677	BISSONI & FILHO LTDA	RICARDO PAULINO MAES	118		Centro
Diversos	11610	2763	BODRUZZAMAN RANA 01331339901	RIO BONITO	471		BRAS
Econômico	1000087	2609	BORRACHARIA SAO BRAZ EIRELI-EPP	BR 470	0	KM 28 ANEXO:POSTO SAO BRAZ	BAÚ BAIXO
Diversos	9328	2708	BRASIL SUL SERVICOS DE SEGURANCA LTDA ME		1980		
Imobiliario	236	84	BRASIL TELECOM S/A	LEOBERTO LEAL	515		Centro
Econômico	658	2168	BRASIL TELECOM S/A	NULL	2080		NULL
Econômico	1000091	2611	BRAULIO BEZERRA JUNIOR 05644816966	ARNOLDO LESSA	103		VILA NOVA
Econômico	2173	2519	BRAX TRADE COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	4001	SALA 21	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	10420	1170	BRAZ DOS SANTOS	GERAL BAU BAIXO	1791	Lote 26 Quadra 25	BAÚ BAIXO
Imobiliario	10546	1202	BRAZ GILBERTO SCHRAMM	GERAL BAÚ CENTRAL	0	Lote 515 Quadra 24	BAÚ CENTRAL
Imobiliario	2673	607	BRONDINA GUESSER	21 DE JUNHO	2435		Centro
Imobiliario	8859	959	BRONDINA GUESSER	21 DE JUNHO	2435		Centro
Econômico	1350	2218	BRUNA NAIARA WERNER ME	GERAL BRAÇO DO BAÚ	15448	SALA 02	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	2016	2454	BRUNA PEREIRA	7 DE SETEMBRO	247		Centro
Imobiliario	3114	696	BRUNA RAFAELA REBELLO DA CUNHA	EZEQUIEL FRANCISCO	200		Centro
Imobiliario	1179	328	BRUNA SUELEN BERTOTTI	CARLOS SABINO DE SOUZA	26		ILHOTINHA
Imobiliario	11812	1778	BRUNO JOSE RIBEIRO	SILVIO RAMPELOTTI	0	lote21 quadra75	BOA VISTA
Econômico	1558	2266	BUREAU OPERACIONAL DE PERICIAS E ENGENHARIA SS LTDA	NULL	997	MANDAR EMAIL	DAS MISSÕES
Econômico	875	2177	C.F CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	2700		MINAS
Diversos	9674	2727	CAMILA MARIANA R. DA CUNHA E LOURDES DELLANDREA	LEOBERTO LEAL	333		Centro
Econômico	1316	2214	CANGA BRASIL CONFECÇÕES LTDA ME -	IZIDORO MAES	88	AP/E: SALA 02	Centro
Econômico	1910	2399	CARINA APARECIDA LAMARQUE	21 DE JUNHO	231	LOJA 02	Centro
Imobiliario	6478	717	CARLA DRIELLE PERES	JUVENAL LENZI	36	DESMEMBRADO DO IMÓVEL 2199	ILHOTINHA
Econômico	891	2180	CARLA FERNANDA COMERCIO DE MODA INTIMA LTDA ME	NULL	365		Centro
Econômico	2063	2476	CARLA HERIDIANA DA SILVA 03733778944	ALMIRANTE TAMANDARE	108	SALA 01	Centro
Econômico	2009	2450	CARLA SILVA MILANI	GERAL ALTO BAU	12459	SALA 01	ALTO BAU
Imobiliario	11755	1755	CARLOS ALBERTO CUSTODIO	NULL	0	lote1 quadra71	BOA VISTA

Econômico	2092	2488	CARLOS ALBERTO DE SOUZA MATERIAL	21 DE JUNHO	185	SALA 01	Centro
Imobiliário	11734	1744	CARLOS ALBERTO LAMIM	PEDRO JACOB LAMIN	0	lote7 quadra70	BOA VISTA
Imobiliário	9719	1094	CARLOS ALBERTO REBELO	B	0	Lote 11 Qd. F	Centro
Imobiliário	9720	1095	CARLOS ALBERTO REBELO	B	0	Lote 12 Qd. F	Centro
Imobiliário	8510	932	CARLOS ALEXANDRE DE AGUIAR	OLAESIO JOAO BECKER	51		ILHOTINHA
Imobiliário	8511	933	CARLOS ALEXANDRE DE AGUIAR	OLAESIO JOAO BECKER	31		DAS MISSÕES
Econômico	1000042	2593	CARLOS ALEXANDRE DESCHAMPS 07566119974	RICARDO PAULINO MAES	262	SALA 01	Centro
Imobiliário	11673	1701	CARLOS ALEXANDRE FELICIO	NULL	0	lote10 quadra60	MINAS
Imobiliário	845	247	CARLOS ALEXANDRE PEREIRA	PEDRO AMARO CORREA	60		VILA NOVA
Econômico	1360	2222	CARLOS ALVES DE ANDRADE LANCHONETE LTDA ME	MARIA DE LURDES PONTALDI	75		BAÚ BAIXO
Imobiliário	11726	1742	CARLOS APARECIDO DE CAMPOS	NULL	0	lote811 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	12002	1882	CARLOS AUGUSTO DA SILVA	JORGE LACERDA	6258	lote1010 quadra15	BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1652	2306	CARLOS CESAR ALVES JUNIOR ME	21 DE JUNHO	197	SALA 1	Centro
Imobiliário	12781	2145	CARLOS DE MELO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	MODESTO VARGAS	731	APTO 301	Centro
Imobiliário	2695	612	CARLOS DESCHAMPS	21 DE JUNHO	1813		Centro
Imobiliário	10533	1200	CARLOS EDUARDO FERRETI	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote167 quadra22	BAÚ CENTRAL
Diversos	11234	2739	CARLOS EDUARDO RODRIGUES	OLAESIO JOAO BECKER - Sem denominação oficial.	430		ILHOTINHA
Econômico	1786	2355	CARLOS EDUARDO WIPPEL ME	GERAL BAÚ CENTRAL	2468		BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11778	1765	CARLOS JOÃO KLOCK	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	lote19 quadra72	BOA VISTA
Econômico	1000252	2627	CARLOS MARTINS BORGES-ME	JOSE DOMINGOS FILHO	24	SALA 01	VILA NOVA
Imobiliário	11150	1421	CARLOS RODRIGO BITTENCOURT	FLOR EDUARDO DE SOUZA	5563	lote15 quadra1	BARRANCO ALTO
Imobiliário	9443	1043	CAROLINE HAVEROTH DE ANHAIA	PEDRO GONÇALVES	743	LOTE 09 QDRA I	Centro
Econômico	1494	2254	CASA ANTIGA MOVELARIA LTDA ME	PEDRO CASTELLAIN	617		Centro
Econômico	1000157	2621	CASA CHARME EIRELI - ME	21 DE JUNHO	1519	GALPAO 01	Centro
Imobiliário	746	207	CASTURINA GARCIA	VILSON JOSE DA SILVA	71		VILA NOVA
Imobiliário	11810	1777	CATARINA SCHAATZ	SILVIO RAMPELOTTI	0	lote19 quadra75	BOA VISTA
Econômico	2048	2468	CCA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	635	AP/E: SALA 01	Centro
Econômico	1624	2289	CCS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME	IZIDORO MAES	308	SALA 02	Centro
Imobiliário	10710	1259	CECILIA APARECIDA OLIVEIRA	NULL	0	Lote 19 Quadra 03	ALTO BAU
Econômico	2306	2570	CECILIA CORINA DOMINGOS LOCH	IZIDORO MAES	77		Centro
Imobiliário	11203	1460	CECILIA GOEDER	BR 470	0	lote3 quadra1	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1106	305	CECILIA JUVENTINA JORGE OTTO	MARIA CLARA BITTENCOURT	142		PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	6706	753	CECILIA LENZI DO PRADO	MODESTO VARGAS	233	Centro
Imobiliário	11932	1856	CECILIA MINUZZI	NULL	22	DAS MISSÕES
Imobiliário	2306	559	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A	PEDRO CASTELLAIN	255	Centro
Diversos	4145	2647	CELETE PASQUALI	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10547	1203	CELIA ADÃO	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11745	1750	CELIA DA SILVA	PEDRO JACOB LAMIN	0	BOA VISTA
Imobiliário	11153	1424	CELIO DA SILVA	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	11196	1453	CELIO DA SILVA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1809	2365	CELIO DOS SANTOS NOVAES	AGUA SANTA	105	ILHOTINHA
Imobiliário	2245	550	CELIO GUEDES JUNIOR E OUTROS	BONIFACIO MABA	95	Centro
Imobiliário	11694	1716	CELIO REINOLDO BUCHER	NULL	1938	BOA VISTA
Diversos	9591	2722	CELIO ROBSON DE OLIVEIRA		129	
Imobiliário	1188	329	CELSON CARLOS SABINO	AGUA SANTA	203	ILHOTINHA
Imobiliário	2151	533	CELSON CARLOS SABINO	JOSE IZIDRIO VIEIRA	55	VILA NOVA
Imobiliário	10885	1338	CELSON DESCHAMPS	(NÃO UTILIZAR) GERAL BRACO DO BAU	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11637	1682	CELSON MIRANDA	NULL	0	MINAS
Imobiliário	11369	1570	CELSON MOREIRA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	3000	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1330	366	CELSON NEUMITZ	PADRE CARLOS GUESSER	151	Centro
Econômico	1625	2290	CENTRAL FUNERARIA ILHOTA LTDA ME	ALMIRANTE TAMANDARE	133	Centro
Imobiliário	9438	1041	CHAIENE DARLEN DA SILVA E MAYCON RENAN BOEING STIPP		655	Centro
Imobiliário	2685	610	CHARLES JUNKES	PEDRO GONÇALVES	2001	Centro
Imobiliário	11198	1455	CHARLES MATIAS	21 DE JUNHO	0	PEDRA DE AMOLAR
Diversos	11242	2740	CIANE MARIA DA SILVA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	1826	DAS MISSÕES
Imobiliário	3099	693	CIDNEI DA SILVA	BONIFACIO MABA	78	DAS MISSÕES
Econômico	1000029	2588	CINAMON INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME	MARIA LUIZA DE SOUZA	178	Centro
Imobiliário	9130	979	CINTIA FRANCISCO	PEDRO CASTELLAIN	120	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2165	2514	CLAIR DE FATIMA BOEIRA CONFECÇÕES - ME	ANTONIO KELLER	1458	Centro
Imobiliário	10767	1283	CLARICE BAEHR	21 DE JUNHO	0	BAÚ SECO
Econômico	2241	2545	CLARICE DA SILVA 30820653953	GERAL BAÚ SECO	121	VILA NOVA
Imobiliário	10279	1123	CLARICE PEREIRA	JOSE DOMINGOS FILHO	71	BAÚ BAIXO
Diversos	9493	2711	CLAUDEMIR ANTONIO FISCHER	JOSE VERTUOSO DA SILVA	247	VILA NOVA
				JOLETO VALGAS		

Imobiliário	11706	1728	CLAUDEMIR CUNHA	NULL	0	lote805 quadra69	BOA VISTA
Econômico	120	2150	CLAUDENIR BORGES DA SILVA ME	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0		BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1315	364	CLAUDEONIR SCHMOEGEL	PADRE CARLOS GUESSER	350		Centro
Econômico	2325	2579	CLAUDETE MOREIRA FERREIRA DA SILVA	21 DE JUNHO	263		Centro
Imobiliário	10731	1269	CLAUDIANA SAUDATELLI	NULL	0	lote18 quadra4	ALTO BAU
Imobiliário	11981	1874	CLAUDIMIR ANTONIO ARSEGO	JORGE LACERDA	0	lote1513 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1141	315	CLAUDINEI CESAR DA SILVA	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	100		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11308	1522	CLAUDINEI DE LIMA	NULL	0	lote7 quadra3	BAÚ BAIXO
Econômico	2015	2453	CLAUDINEI DE OLIVEIRA	GERAL POCINHO	9895	MARGEM ESQUERDA	LOCALIDADE DE POCINHOS
Econômico	1000032	2589	CLAUDINEI PEREIRA DA SILVA	JOLETO VALGAS	133		Centro
Imobiliário	11914	1846	CLAUDINETE COSTA	NULL	8	lote6745 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	11488	1622	CLAUDIO DOS SANTOS	JOAQUIM SCOTTINI	905	lote53 quadra78	MINAS
Imobiliário	1049	293	CLAUDIO MARCIO MAFRA	DONZILA FRANCISCO	50		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10234	1104	CLAUDIO SIDNEI SCHRAMM	ELISIO JOAO DA ROCHA	41	LOT 02 QDRA 01	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11542	1649	CLAUDOMIRO DA VEIGA	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote1 quadra54	MINAS
Econômico	1000192	2624	CLAURIE GUILHERME DE OLIVEIRA-ME	21 DE JUNHO	1027		Centro
Imobiliário	1302	356	CLAYTON GUESSER	PADRE CARLOS GUESSER	465	Lot.02 Q 04	Centro
Econômico	1000078	2607	CLAYTON GUESSER	JOLETO VALGAS	216	CASA	Centro
Imobiliário	3026	679	CLEBER HOSTINS	GUILHERME JOAO BROCKWELD	374		ILHOTINHA
Imobiliário	11243	1485	CLEBER ZABEL	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote6 quadra1	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11864	1818	CLEBERSON LAUTEIRO CARVALHO	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote21 quadra77	BOA VISTA
Econômico	2279	2557	CLEIDE CONCEIÇÃO SIMAO	LAURINDO XAVIER	8	ESQUINA COM JOSE VIRTUOSO DA SILVA	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11355	1560	CLEITON REINERT	GERAL POCINHO	0	Lote 27 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Econômico	2044	2465	CLEUTON SKALECKI PATEK - EPP	21 DE JUNHO	1430	SALA 01	Centro
Imobiliário	9429	1036	CLEO VITALE	PEDRO GONÇALVES	531	LOTE 11 QDRA G	Centro
Imobiliário	1548	415	CLEONICE APARECIDA MARTINS	DONATO FELÍCIO	677		ILHOTINHA
Imobiliário	11921	1850	CLEONICE REZENDE DE SALES	NULL	1	lote6752 quadra50	DAS MISSÕES
Econômico	1000037	2592	CLEUSA DE FÁTIMA DO AMARAL	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2406	CASA	DAS MISSÕES
Imobiliário	407	111	CLEUSA MAES ANGIOLETTI	GELINDO FURLANI	283		Centro
Imobiliário	1495	400	CLODOMIRO ANTONIO MINUZI	MARCELINO CARLOS THOME	35		ILHOTINHA

Imobiliário	7843	830	CLOTARIO RODRIGUES E SILVA E IRENE DE FATIMA E SILVA	LUIZ BRASSANINI	89	89-A	Centro
Econômico	2055	2472	CLOVIS JONAS ASSINI	RICARDO PAULINO MAES	262		Centro
Econômico	1251	2201	COMPANY MAN CUECAS LTDA - EPP	ARNOLDO LESSA	55		Centro
Econômico	1230	2195	CONCEITO MODA INTIMA LTDA ME.	ABEL JOAO CORREA	114		ILHOTINHA
Econômico	966	2188	CONFECÇÕES JE MODA INTIMA LTDA ME	GUILHERME JOAO BROCKWELD	51		ILHOTINHA
Econômico	101	2149	CONSERVAS KLEINE LTDA ME	GERAL ALTO BRACO DO BAU	4552		BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2319	561	COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI	EZEQUIEL FRANCISCO	149		Centro
Imobiliário	6572	733	COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI	HUNGRIA	47		Centro
Imobiliário	8802	954	COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI	HUNGRIA	47	CASA DO V8 - MECANICA	Centro
Econômico	1859	2377	CORINGA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA EPP	21 DE JUNHO	41	SALA 10	Centro
Econômico	1362	2223	CRISTIAN MERI PEREIRA RICHLIN	RICARDO PAULINO MAES	143	SALA 02	Centro
Diversos	11796	2783	INDUSTRIA ME	RUA ROMA	378		ITUUPAVA NORTE
Imobiliário	3074	690	CRISTIAN RICARDO THEISS	ANTONIO BATISTA CURBANI	78		Centro
Econômico	2098	2490	CRISTIANE ALMEIDA DAMACENO-ME	MARCOS DE SOUZA	47	FUNDOS 112 Nº 47 - VILA NOVA	Centro
Imobiliário	2967	669	CRISTIANE BITTENCOURT	ALICIO FLORES	56		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11183	1442	CRISTIANE DUTRA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 08 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11974	1870	CRISTIANE PEREIRA	JORGE LACERDA	0	lote1509 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	10238	1106	CRISTIANE SOUZA VARGAS	ELISIO JOAO DA ROCHA	117	LOT 06 QDRA 01	BAÚ BAIXO
Econômico	1969	2426	CRISTIANI VENERA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	46		ILHOTINHA
Imobiliário	9256	1004	CRISTIANO A. MACHADO E ADRIANA MAURA DE O. MACHADO	BONIFACIO MABA	1715	Lote 15	DAS MISSÕES
Imobiliário	9232	999	CRISTIANO JOEL GODOI	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2420	Lote 25	DAS MISSÕES
Imobiliário	11240	1482	CRISTIANO PLOTTEGHER	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote2 quadra1	BAÚ BAIXO
Imobiliário	564	155	CRISTIANO SASSETTI	JOSE DOMINGOS FILHO	144		VILA NOVA
Imobiliário	11662	1694	CRISTIANO VALLE	NULL	0	lote23 quadra58	MINAS
Imobiliário	804	229	CRISTOVAO ROBERTO CASTELLAIN	ARNOLDO LESSA	67		VILA NOVA
Econômico	2203	2532	CROMEX S/A	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	4100	SALA 21	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11210	1464	CS COMERCIO DE CAVACOS DE MADEIRAS LTDA ME	BR 470	0	lote10 quadra 1	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	11211	1465	CS COMERCIO DE CAVACOS DE MADEIRAS LTDA ME	BR 470	105	lote11 quadra1	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11212	1466	CS COMERCIO DE CAVACOS DE MADEIRAS LTDA ME	BR 470	105	lote12 quadra1	PEDRA DE AMOLAR
Diversos	9524	2714	D & Z CONS. CIVIL E LOC. DE MÃO DE OBRA, MAQ. E EQUI LTDA ME		1563	SALA 01	
Econômico	1527	2260	D E S COMERCIO LTDA ME	JORGE LACERDA	3987		BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1912	2401	DAIANA AMARAL	ARGENTINO HILÁRIO MABA	0		BAÚ BAIXO
Imobiliário	11358	1563	DAIANA COTTA	NULL	0	lote1 quadra4	BAÚ BAIXO
Econômico	1986	2434	DAIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	MANOEL CLAUDIO	360		Centro
Diversos	8361	2673	DAIANI BESEL	UBALDO JOSE BITTENCOURT	30		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	7812	826	DALVA MARIA FURTADO	PEDRO CASTELLAIN	495	DALVA LINGERIE	Centro
Imobiliário	7814	827	DALVA MARIA FURTADO	PEDRO CASTELLAIN	495		Centro
Imobiliário	9229	998	DALVANA SAMARA DA SILVA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2374	Lote 22	DAS MISSÕES
Imobiliário	11800	1772	DALVO RAMPELOTTI	SILVIO RAMPELOTTI	4027	lote9 quadra75	BOA VISTA
Imobiliário	7610	814	DAMARIS FERNANDES GUIMARÃES	LAUREANO THOMÉ	238		DAS MISSÕES
Imobiliário	11900	1839	DANIEL ALVEZ	NULL	0	lote6731 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	702	196	DANIEL CANDIDO DA ROSA	VALDEVINO PONTES	61		VILA NOVA
Imobiliário	703	197	DANIEL CANDIDO DA ROSA	VALDEVINO PONTES	61		VILA NOVA
Imobiliário	9359	1019	DANIEL COUTINHO RODRIGUES	PEDRO GONÇALVES	238	LOTE 2 - QDRA D	Centro
Diversos	9032	2693	DANIEL COUTINHO RODRIGUES		605		
Econômico	1773	2348	DANIEL DE SOUZA 00660176963	MARIA CLAUDIA SOARES	400		Centro
Imobiliário	1273	345	DANIEL FELIZARDO MATOS	GERMANO LESSA	69		ILHOTINHA
Imobiliário	7429	798	DANIEL FELIZARDO MATOS	GERMANO LESSA	69		ILHOTINHA
Econômico	149	2151	DANIEL MANOEL DA SILVA	GERAL ALTO BAU	0		ALTO BAU
Econômico	2003	2446	DANIEL RODRIGUES DE ANHAIA	GERAL MINAS	1004	FUNDOS	MINAS
Econômico	2031	2458	DANIEL SOARES TEIXEIRA	GUILHERME JOAO BROCKWELD	111		ILHOTINHA
Imobiliário	11841	1800	DANIELA FERREIRA DO AMARAL	NULL	0	lote14 quadra76	BOA VISTA
Econômico	1992	2438	DANIELA PEREIRA	LUIZ LEAL	90		BAÚ BAIXO
Imobiliário	6728	756	DANIELE CASTELAIN	MANOEL CLAUDIO	349		Centro
Imobiliário	11894	1836	DANIELE CAVIQUIOLLI	NULL	7	lote6725 quadra50	DAS MISSÕES
Econômico	1787	2356	DANIELE TORRES 375581890890	TEODORO REICHERT	149		BRACO DO BAÚ
Imobiliário	1676	442	DANILO BROCKVELD	JOAO DOMINGOS PEREIRA	363		ILHOTINHA
Imobiliário	9014	965	DARCI CAMILO	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	182		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	7481	803	DARCI DE JESUS CORREIA CARDOSO	DONATO FELICIO	651		ILHOTINHA
Imobiliário	802	228	DARCI E. NEILAND	ARNOLDO LESSA	81		VILA NOVA

Econômico	1988	2436	DARCI EDIMAR NEILAND	21 DE JUNHO	2569		Centro
Imobiliário	11137	1414	DARCI FERREIRO	ANTONIO ANELO CURBANI	0	lote4 quadra1	BARRANCO ALTO
Imobiliário	1380	383	DARCY VANZELLA	MANOEL CLAUDIO	187		Centro
Imobiliário	1959	504	DARCY VANZELLA	MARIA CLAUDIA SOARES	118		Centro
Imobiliário	801	227	DASSAYEV LOURENCO FARIAS	ARNOLDO LESSA	93		VILA NOVA
Econômico	1505	2256	DAUER COMERCIO DE VEICULOS E CONFECÇÕES LTDA ME	NULL	623		Centro
Econômico	1262	2202	DAUER TRANSPORTE DE CARGAS, COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA - ME	RICARDO PAULINO MAES	517	SALA 02	Centro
Imobiliário	1785	472	DAVI APARECIDO DOS SANTOS	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	224		DAS MISSÕES
Diversos	11649	2767	DAVID CARLOS BATISTA	RUA GERAL BOA VISTA	0		BOA VISTA
Imobiliário	11783	1767	DAVID CARLOS LAMIM	JOÃO BENTO BORGES	0	lote5 quadra73	BOA VISTA
Imobiliário	375	100	DAVID CESAR CASTELLAIN	ALIPIO BRASSANINI	89		Centro
Econômico	1344	2216	DAVID SILVEIRA ME	JORGE LACERDA	9399	KM 04	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	7968	836	DAVIR MULLER	RICARDO PAULINO MAES	262		Centro
Imobiliário	7969	837	DAVIR MULLER	RICARDO PAULINO MAES	262	SALA A2	Centro
Imobiliário	7970	838	DAVIR MULLER	RICARDO PAULINO MAES	262	SALA 03	Centro
Imobiliário	11274	1499	DAVIR PEDRO GONCALVES	GERAL POCINHO	0	Lote 09 Quadra 02	LOCALIDADE DE POCINHOS
Econômico	2019	2456	DAYANNA RIBEIRO DA SILVA	MODESTO VARGAS	696		Centro
Econômico	2195	2530	DEBORA CRISTINA DE OLIVEIRA	LEOBERTO LEAL	297	SALA 02	Centro
Imobiliário	11695	1717	DEBORA GOLDINHO	NULL	0	lote798 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	10690	1250	DEBORA MENSOR	GERAL ALTO BAU	0	lote46 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	10259	1113	DEBORA PEREIRA SCHMITT	HERCILIO ZIMMERMANN	103	LOT 14 QDRA02	BAÚ BAIXO
Econômico	2071	2482	DEBORA ROGERIA SILVA	GERAL BOA VISTA	161		BOA VISTA
Imobiliário	10809	1314	DEFESA CIVIL-PREFEITURA	NULL	383	lote26 quadra29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10775	1289	DEISE GONCALVEZ	NULL	0	lote4 quadra7	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11184	1443	DEISE VIGARINI	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 09 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9266	1008	DEISI FERNANDA DE ANDRADE	SEBASTIÃO DE QUADROS	8		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	830	238	DELANIR CARDOSO	JOSE DOMINGOS FILHO	100		VILA NOVA
Imobiliário	11295	1510	DELAIR DOS SANTOS	NULL	0	lote29 quadra2	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11335	1545	DELAIR DOS SANTOS	NULL	0	Lote 07 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1672	440	DENI LUIZ GONCALVES	GUILHERME JOAO BROCKWELD	2041		ILHOTINHA
Imobiliário	1283	349	DENILSON CORREA	MANOEL SABINO	70		ILHOTINHA
Imobiliário	10716	1263	DENILSON DA SILVA	NULL	0	Lote 3 Quadra 04	ALTO BAU
Econômico	1780	2350	DENISE CASANIGA 05550368986	RICARDO PAULINO MAES	585	SALA 08	Centro

Imobiliário	11564	1655	DENISE PEIRÃO FERNANDES	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote23 quadra54	MINAS
Imobiliário	11350	1557	DEOMAR AMARAL	GERAL POCINHO	0	Lote 22 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Econômico	1568	2269	DERALDO COSTA CUSTODIO ME	NULL	22		VILA NOVA
Imobiliário	836	242	DERCI MEDEIROS	SD 205	120		VILA NOVA
Imobiliário	7235	784	DERCI MEDEIROS	SD 205	121		VILA NOVA
Imobiliário	10321	1138	DERLI JOÃO SCHNEIDER	LUIZ PONTALDI	41	LOT 03 QDRA 08 ATRAS DA CASA DO S.FEDERICO	BAÚ BAIXO
Econômico	1644	2303	DESCHAMPS CONSULTORIO ODONTOLOGICO LTDA	JOAO QUINTINO SOARES	297	SALA 01	Centro
Econômico	1477	2248	DEUMAIR VIDAL DUARTE INSTALAÇÕES ME	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	130		VILA NOVA
Imobiliário	7275	790	DEVANIR MARTINS	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	225		VILA NOVA
Econômico	1716	2330	DICAN BRINQUEDOS LIMITADA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	470	AP/E: SALA B	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1973	2428	DICELIA APARECIDA PIMENTEL	RICARDO SCHMAEGELITTI FILHO	0		Centro
Econômico	1651	2305	DIEGO RODRIGO PEREIRA ME	LUIZ LEAL	85	SALA 01	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11248	1487	DIEGO ZIMMERMANN	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote11 quadra1	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8432	896	DILMA UMBELINO DA SILVA	ERMINIA LESSA DE FREITAS	284		ILHOTINHA
Econômico	2070	2481	DILMO BORGES - ME	JOSE DOMINGOS FILHO	400		VILA NOVA
Diversos	5793	2652	DILNEI FERNANDES		25		
Econômico	1907	2398	DIOGO RODRIGO SAFANELLI	PADRE CARLOS GUESSE	142	CASA 2	Centro
Diversos	11710	2774	DIOGO VELHO KIRCHNER	RUA MARIA VICENTE CARDOSO	109		ITOUPIAVA NORTE
Imobiliário	11945	1857	DIOLINDA DE OLIVEIRA	NULL	15	lote6776 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	10790	1301	DIOMAR ANTONIO VALOZO	NULL	0	Lote 07 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	9448	1044	DIONATAR MACIEL	PEDRO GONÇALVES	815	LOTE 03 QDRA K	Centro
Econômico	1000077	2606	DIONE OLIVEIRA	21 DE JUNHO	41		Centro
Imobiliário	3094	692	DIRCEU APARECIDO DE OLIVEIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2361		DAS MISSÕES
Imobiliário	7237	785	DIRCEU APARECIDO DE OLIVEIRA	JOSE DOMINGOS FILHO	0		VILA NOVA
Imobiliário	380	103	DIRCEU LINHARES DE OLIVEIRA	MARCOS DE SOUZA	211		Centro
Imobiliário	6956	769	DIRCEU LINHARES DE OLIVEIRA	SD 214	220		VILA NOVA
Imobiliário	930	271	DIRCEU VITTI	MARIA DE LURDES DA SILVA	16		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	650	2167	DOCE AMORA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	PEDRO CASTELLAIN	589	SALA A	Centro
Imobiliário	733	205	DOLORES ALEXANDRE CUSTODIO	VILSON JOSE DA SILVA	128		VILA NOVA

Imobiliário	1157	323	DOMINGOS DE OLIVEIRA	DONZILA FRANCISCO	137		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9021	966	DOMINGOS DE OLIVEIRA	DONZILA FRANCISCO	137		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11244	1486	DOMINGOS NEUES	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote7 quadra1	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10751	1277	DOMINGOS PRIMOS FAURO	NULL	0	lote19 quadra5	ALTO BAU
Imobiliário	435	123	DOMINGOS SAVIO DE SOUZA	MARCOS DE SOUZA	171		Centro
Imobiliário	1144	316	DORACILDES DE SOUZA	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	136		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9010	964	DORACILDES DE SOUZA	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	136		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1391	387	DORALICE DOMINGOS MARLOCH	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	104		Centro
Imobiliário	1912	498	DORIVAL SAES	MODESTO VARGAS	301		Centro
Imobiliário	11473	1616	DORIVAL SAES	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	lote63 quadra52	MINAS
Imobiliário	1162	325	DORONITES DE SOUZA ANDRE	DONZILA FRANCISCO	59		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	84	72	DORVALINO SABINO	ANTONIO BATISTA CURBANI	192		Centro
Imobiliário	9449	1045	DOUGLAS BENTO DE SOUZA	PEDRO GONÇALVES	831	LOTE 04 QDRA K	Centro
Econômico	1487	2251	DOUGLAS BESEN	LEOBERTO LEAL	0		Centro
Econômico	1601	2280	DUARTE CLIMATIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS LTDA	JOLETO VALGAS	282	CASA	Centro
Econômico	1600	2279	E S K INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES ME	JOAQUIM SCOTTINI	68	GALPÃO	MINAS
Econômico	1673	2316	E. JOSE DE CARVALHO	MODESTO VARGAS	319	CASA	Centro
Imobiliário	11539	1647	EDELMIRO MIRANDA	GERAL MINAS	7755	Lote 27 Quadra 55	MINAS
Imobiliário	172	77	EDEMAR COSTA KLEIN	IZIDORO MAES	369		Centro
Imobiliário	10837	1320	EDEMAR SCHWABACH	NULL	205	lote9 quadra5	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	641	178	EDEMAR SOARES	GELINDO FURLANI	463		VILA NOVA
Imobiliário	595	165	EDEMILSON LOURIVAL DA SILVA	SD 216	0		VILA NOVA
Imobiliário	596	166	EDEMILSON LOURIVAL DA SILVA	SD 216	708		VILA NOVA
Imobiliário	9274	1011	EDENILDA CORREA REINERT	MARIA CLAUDIA SOARES	469		Centro
Imobiliário	10869	1331	EDENIR SCHMITZ	NULL	0	Lote 09 Quadra 07	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1772	468	EDENISIO DE SOUZA	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	50		DAS MISSÕES
Econômico	1628	2293	EDER DOS SANTOS ME	GERAL BAÚ CENTRAL	3918	SALA 01	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	6496	721	EDER PARLO CORSANI	CARLOS MARCELINO TOMÉ	0	DESMEMBRADO DO IMÓVEL 2199	ILHOTINHA
Econômico	1000175	2623	EDERVAL SCOTTINI CONTABILIDADE-ME	RICARDO PAULINO MAES	517	ANDAR SEGUNDO SALA 03	Centro
Imobiliário	11402	1593	EDGAR JOSE RAMOS	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	2288	lote10 quadra48	MINAS

Econômico	1983	2431	EDGAR ORTIZ	JOSE DOMINGOS FILHO	261	VILA NOVA
Imobiliário	9340	1017	EDILAINE DANIELA CORDEIRO E OUTRO	PEDRO GONÇALVES	156	Centro
Imobiliário	9123	978	EDILSON COUTO	PAULO KELLER	23	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1395	388	EDILSON MARGARIDO	PADRE CARLOS GUESSE	166	Centro
Imobiliário	10795	1304	EDIMILSON DO PRADO	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1910	497	EDINILSON JOSE DE CARVALHO	MODESTO VARGAS	319	Centro
Imobiliário	10564	1210	EDIO SOARES	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11391	1588	EDIONE VLADEMIR DE AZEVEDO	NULL	39	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8839	958	EDITE FOGACA	21 DE JUNHO	2775	Centro
Imobiliário	11340	1548	EDIVALDO AMARILDO DE AZEVEDO	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10838	1321	EDMAR CAETANO DA SILVA	NULL	205	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	9677	1092	EDNA CAROLINE DA SILVA	JOSE GONCALVES	198	Centro
Econômico	1968	2425	EDNA DE SANTANA PEREIRA	NULL	808	Centro
Imobiliário	822	235	EDNEI ROBERTO DOS SANTOS	PEDRO AMARO CORREA	65	VILA NOVA
Econômico	1528	2261	EDNEIA CANDIDO DA ROSA DOS SANTOS	NULL	260	Centro
Imobiliário	9637	1086	EDSON CARLOS SILVEIRA CASTRO	OLAESIO JOAO BECKER	0	ILHOTINHA
Econômico	1873	2385	EDSON CARLOS SILVEIRA CASTRO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	111	ILHOTINHA
Imobiliário	10529	1199	EDSON DAVI DE OLIVEIRA	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11324	1534	EDSON LUIZ DA SILVA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	457	135	EDSON LUIZ REIS	ARNOLDO LESSA	178	VILA NOVA
Imobiliário	7018	774	EDSON LUIZ REIS	ARNOLDO LESSA	178	VILA NOVA
Imobiliário	11691	1714	EDSON PEREIRA	NULL	0	BOA VISTA
Imobiliário	10796	1305	EDSON ROBERTO OLIVEIRA	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	6426	711	EDSON SILVA SANTOS	PLATAO GERALDO DE SOUZA	141	Centro
Econômico	1761	2345	EDSON SILVA SANTOS 058222179-07	PLATAO GERALDO DE SOUZA	141	Centro
Imobiliário	10653	1236	EDUARDO CARDOSO	GERAL ALTO BAU	2834	ALTO BAU
Econômico	1000036	2591	EDUARDO CASTELLAIN 72533021920	JORGE LACERDA	10010	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1752	464	EDUARDO GOTCHELO ZABEL	AMARO LUIZ DE SOUZA	765	DAS MISSÕES
Econômico	2290	2562	EDUARDO JOSE DOS SANTOS	JOSE GERALDINO	2991	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2295	2566	EDUARDO PEREIRA	BITTENCOURT	118	Centro
Imobiliário	846	248	EDUARDO ROBERTO PEREIRA	RICARDO PAULINO MAES	110	VILA NOVA
Imobiliário	10714	1262	EGIDIO WILD	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	0	ALTO BAU
Imobiliário	6510	723	EKOPRO INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA	NULL	0	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário				JORGE LACERDA	0	BARRA DE LUIZ ALVES

Econômico	2277	2556	EKOPRO INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA	JORGE LACERDA		0	KM 05 ZONA RURAL S/N	BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1000070	2601	ELAINE BACH ANDRADE	GERAL BAÚ CENTRAL		984	SALA 01	BAÚ CENTRAL
Econômico	2040	2462	ELAINE CRISTINA DE SOUZA 0344999982	RICARDO PAULINO MAES		420	SALA 02	Centro
Imobiliário	11201	1458	ELENIR MARQUES	BR 470		0	Lote 01 Quadra 01	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2538	587	ELENOS ACACIO COUTINHO	PEDRO CASTELLAIN		420		Centro
Imobiliário	7623	817	ELFRIDA SOARES	CAROLINA THOMÉ DE OLIVEIRA		104		DAS MISSÕES
Imobiliário	10948	1357	ELI ALVES	NULL		0	lote10 quadra16	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1866	486	ELIANA MARTINS FRANCISCO	JOAO DOMINGOS PEREIRA		1537		DAS MISSÕES
Imobiliário	829	237	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	SD 206		18		VILA NOVA
Imobiliário	11874	1823	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	NULL		60	lote6706 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	10672	1244	ELIANE APARECIDA SALAMUCHA	GERAL ALTO BAU		0	lote28 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	7231	783	ELIANE DOS SANTOS	SD 206		0		VILA NOVA
Imobiliário	10709	1258	ELIANE FERRETTI	NULL		0	Lote 18 Quadra 03	ALTO BAU
Imobiliário	9042	969	ELIANE JESUS DE BORBA NASCIMENTO	JOSE VERTUOSO DA SILVA		220		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11106	1397	ELIAS BRESSANINI	GERAL BRAÇO DO BAÚ		11481	Lote 31 Quadra 31	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11546	1650	ELIAS DE AMORIM	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES		205	lote5 quadra54	MINAS
Imobiliário	11328	1538	ELIAS FABRICIO GONCALVEZ	NULL		0	Lote 27 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11331	1541	ELIAS FABRICIO GONCALVEZ	NULL		0	Lote 03 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11332	1542	ELIAS FABRICIO GONCALVEZ	NULL		0	Lote 04 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8409	889	ELICARLOS NUNES	JOAO DOMINGOS PEREIRA		901		ILHOTINHA
Econômico	1534	2263	ELIETE MARTINS DEGAN ME	NULL		1461		ILHOTINHA
Imobiliário	11318	1531	ELINA MELLES DE BRUNO	NULL		131	lote17 quadra3	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1993	510	ELINE GISLAINE HORT	MARIO COSTA		151		Centro
Imobiliário	476	139	ELIO CANDIDO DA ROSA	JOLETO VALGAS		99		VILA NOVA
Imobiliário	7041	775	ELIO CANDIDO DA ROSA	JOLETO VALGAS		0		VILA NOVA
Imobiliário	1811	478	ELIO DA COSTA	PEDRO CASTELLAIN		1267		Centro
Imobiliário	11296	1511	ELIO VEREIRA DA SILVA	NULL		284	lote30 quadra2	BAÚ BAIXO
Econômico	2242	2546	ELIS CRISTINA DALMOLIN CONFECÇÕES ME	MODESTO VARGAS		925		Centro
Econômico	1783	2353	ELISANDRO DE LARA ME	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA		34	FUNDOS	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10987	1362	ELISANGELA DE SOUZA	TEODORO REICHERT		0	lote2 quadra21	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1369	2224	ELISANGELA DOS SANTOS CONFECÇÕES ME	PEDRO CASTELLAIN		589		Centro

Imobiliário	1483	399	ELISEU CARVALHO DE PAULA	GUILHERME JOAO BROCKWELD	305		ILHOTINHA
Imobiliário	11907	1842	ELISEU DOS SANTOS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	48	JARDIM DAS ARABIAS	ILHOTINHA
Imobiliário	9609	1082	ELIVIA CAMARGO MORAES	JOSE DOMINGOS FILHO	305	Casa doada pela COHAB	VILA NOVA
Imobiliário	9610	1083	ELIVIA CAMARGO MORAES	JOSE DOMINGOS FILHO	305	Casa doada pela COHAB	VILA NOVA
Econômico	1808	2364	ELIZABETE BURIM	PEDRO CASTELLAIN	969		Centro
Imobiliário	10280	1124	ELIZABETE DA SILVA	JOSE VERTUOSO DA SILVA	57	Lote 13 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11362	1566	ELIZABETE DE LIZ	NULL	0	lote5 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11112	1400	ELIZABETE EPIG SCHILL	GERAL BRAÇO DO BAÚ	12390	Lote 37 Quadra 31	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11300	1515	ELIZABETE LUKINI	NULL	0	lote34 quadra2	BAÚ BAIXO
Imobiliário	9461	1047	ELIZABETH DA SILVA DELFINO	DONATO FELICIO	240		ILHOTINHA
Imobiliário	135	74	ELIZABETH MARTINS DIAS	ANTONIO BATISTA CURBANI	88	CASA	Centro
Imobiliário	136	75	ELIZABETH MARTINS DIAS	ANTONIO BATISTA CURBANI	88	LOJA	Centro
Imobiliário	553	150	ELIZANDRO COSTA	JOSE DOMINGOS FILHO	26		VILA NOVA
Imobiliário	11159	1428	ELIZANGELA LAMIM	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	lote24 quadra1	BARRANCO ALTO
Imobiliário	10747	1273	ELIZANGELA LINZMEW	NULL	0	lote15 quadra5	ALTO BAU
Imobiliário	12008	1885	ELIZANGELA NEVES ADÃO	JORGE LACERDA	5101	lote1536 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	10673	1245	ELIZANGELA NUGUETTI	GERAL ALTO BAU	0	lote29 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	10640	1230	ELIZANGELA SANTOS	GERAL ALTO BAU	0	Lote 50 Quadra 01	ALTO BAU
Diversos	11686	2771	ELIZIANA DE SOUZA ADÃO	GERAL BAU BAIXO	0		BAÚ BAIXO
Imobiliário	10372	1155	ELKI DAROW	BERNADINO FRANCISCO DE SOUZA	167	LOT 01 QDRA 14	BAÚ BAIXO
Diversos	9704	2728	ELLEN LAFFITTE		637		
Imobiliário	10873	1332	ELMAR KREMER	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	lote5 quadra8	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10874	1333	ELMAR KREMER	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	lote6 quadra8	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	2296	2567	ELOIR BATALHA MULER	JOSE IZIDRIO VIEIRA	137		VILA NOVA
Imobiliário	9315	1016	ELTON DE OLIVEIRA	JUVENAL LENZI	151	Lote 04	ILHOTINHA
Imobiliário	10541	1201	ELVINA DE AZEVEDO	GERAL BAÚ CENTRAL	0	Lote 577 Quadra 23	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10392	1161	ELVIRA MARILDA SCHRAMM	LUIZ LEAL	124	LOT 11 QDRA 15	BAÚ BAIXO
Econômico	1916	2403	ELX CONFECÇÕES LTDA ME	ARNOLDO LESSA	178		VILA NOVA
Econômico	1947	2416	ELX CONFECÇÕES LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	262	SALA 03	Centro
Imobiliário	1561	422	ELZA D.K. SCHAWMBALI	GERMANO LESSA	50		ILHOTINHA
Imobiliário	450	130	ELZA DA SILVA	ARNOLDO LESSA	96		VILA NOVA
Imobiliário	849	249	ELZA FLOR	AVELINO JOAO SOARES	61		VILA NOVA
Imobiliário	8339	876	ELZA FLOR	DONATO FELICIO	140		ILHOTINHA
Imobiliário	11758	1757	ELZA SCHAATZ CUSTODIO	NULL	0	lote4 quadra71	BOA VISTA
Imobiliário	383	106	EMERSON DE ALMEIDA	ALUIPIO BRASSANINI	31		Centro

Imobiliário	9389	1024	EMILLY CANDIDO DESCHAMPS	PEDRO GONÇALVES	610	LOTE 01 - QDRA H - CASA 01	Centro
Econômico	184	2152	EMPREENDEITURA DE MÃO DE OBRA PRIMAVERA LTDA - EPP	JORGE LACERDA	35		BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	900	2181	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA	NULL	238	RUA BRAZ WANKA	VILA NOVA
Imobiliário	950	275	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - ENGEA	ADOLFO COUTO	133		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11876	1824	ENEDIR DAIANE DE MOURA	NULL	58	lote6708 quadra50	DAS MISSÕES
Econômico	1885	2387	ENEDIR DAIANE DE MOURA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	58		DAS MISSÕES
Imobiliário	10366	1153	ERASMO INGTROUTING	BERNADINO FRANCISCO DE SOUZA	66	Lote 11 Quadra 11	BAÚ BAIXO
Imobiliário	752	209	ERICO DORSSI	AVELINO JOAO SOARES	42		VILA NOVA
Imobiliário	699	194	ERNANI GLOVASKI	VALDEVINO PONTES	101		VILA NOVA
Imobiliário	11174	1435	ERNESTO MENDES	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	lote4 quadra13	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11175	1436	ERNESTO MENDES	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	lote5 quadra13	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	524	147	ERVIM FERRETI	ALMIRANTE TAMANDARE	108	CASA DO VANDERLEI	Centro
Imobiliário	7137	776	ERVIM FERRETI	ALMIRANTE TAMANDARE	108	PAPELARIA CENTER CEL	Centro
Imobiliário	11723	1739	ESMAEL LESSA	NULL	0	lote625 quadra68	BOA VISTA
Imobiliário	6579	734	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	260		ILHOTINHA
Imobiliário	6580	735	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	270		ILHOTINHA
Imobiliário	6582	736	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	298		ILHOTINHA
Imobiliário	6583	737	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	310	LOTE 09	ILHOTINHA
Imobiliário	6584	738	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	322		ILHOTINHA
Imobiliário	6585	739	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	336		ILHOTINHA
Imobiliário	6588	741	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	273		ILHOTINHA
Imobiliário	6589	742	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	287		ILHOTINHA
Imobiliário	6596	744	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	LUIZ LESSA	280		ILHOTINHA
Imobiliário	6597	745	ESPOLIO DE EDVIRGES FRANCISCO	LUIZ LESSA	292		ILHOTINHA
Imobiliário	7616	815	ESPOLIO DE LAUREANO CARLOS THOME	CAROLINA THOMÉ DE OLIVEIRA	18		DAS MISSÕES
Imobiliário	7628	820	ESPOLIO DE LAUREANO CARLOS THOME	LAUREANO THOMÉ	137		DAS MISSÕES
Imobiliário	9640	1087	ESPOLIO DE LAUREANO CARLOS THOME	CAROLINA THOMÉ DE OLIVEIRA	30		DAS MISSÕES
Imobiliário	876	257	ESPOLIO DE ANITA FEATZ	JOSE IZIDRIO VIEIRA	190		VILA NOVA
Imobiliário	1884	490	ESPOLIO DE CARLOS MANOEL DE FREITAS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1155		ILHOTINHA
Imobiliário	8415	890	ESPOLIO DE CARLOS MANOEL DE	CARLOS AUGUSTO DE FREITAS	20		ILHOTINHA



Diversos	1968		LTDA EPP	JORGE LACERDA		8355	Cx postal 226	POCINHOS
Diversos	2982	2638	EXTRACAO DE AREIA POCO GRANDE LTDA EPP	JORGE LACERDA		4650		BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliario	11377	1577	EZEQUIEL LIMA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO		0	lote20 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliario	11334	1544	FABIANA GONCALVES	NULL		0	Lote 06 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliario	10685	1247	FABIANA M. FARIAS	GERAL ALTO BAU		0	lote41 quadra2	ALTO BAU
Imobiliario	2891	640	FABIANA RAMOS PEREIRA	ANTONIO BOAVENTURA P.		105		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	7192	779	FABIANA ZARATINI DOS REIS	JOSE DOMINGOS FILHO		0	Fundos	VILA NOVA
Econômico	2010	2451	FABIANE CRISTINA ALBANO	ABEL JOAO CORREA		40		ILHOTINHA
Econômico	2323	2578	FABIANE DOS SANTOS 09106749909	GERAL BAÚ CENTRAL		0		BAÚ CENTRAL
Imobiliario	10668	1242	FABIANO CANDIDO	GERAL ALTO BAU		0	lote24 quadra2	ALTO BAU
Imobiliario	11884	1832	FABIANO P. LOURENCO	NULL		40	lote6716 quadra50	DAS MISSÕES
Econômico	1572	2271	FABIANO PEDRO RAMOS	PROFESSORA MAURA DE SOUZA INÁCIO		95		Centro
Imobiliario	1016	284	FABIANO ROSA	ADOLFO COUTO		144		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	2087	63	FABIANO SCHNAIDER	RICARDO PAULINO MAES		191		Centro
Imobiliario	2291	556	FABIANO SCHNAIDER	VANDELINO ZIMMERMANN		31		Centro
Imobiliario	2292	557	FABIANO SCHNAIDER	VANDELINO ZIMMERMANN		31		Centro
Imobiliario	6640	747	FABIANO SCHNAIDER	VANDELINO ZIMMERMANN		110		Centro
Imobiliario	8302	873	FABIANO SCHNAIDER	RICARDO PAULINO MAES		191		Centro
Econômico	767	2170	FABIANO SCHNAIDER ME	VANDELINO ZIMMERMANN		31		Centro
Imobiliario	3033	680	FABIO CORREA	ALEXANDRE MARCELINO THOME		65		ILHOTINHA
Imobiliario	889	261	FABIO FELIPE	ARTUR FARIAS		64		VILA NOVA
Imobiliario	2179	539	FABIO FELISKY	GUILHERME JOAO BROCKWELD		428	COMAC	ILHOTINHA
Imobiliario	6649	748	FABIO FELISKY	FERNANDO B. KOELHER		149		Centro
Imobiliario	6498	722	FABIO GIOVANE COSTA	CARLOS MARCELINO TOMÉ		133	DESMEMBRADO DO IMÓVEL 2199	ILHOTINHA
Econômico	2318	2576	FABIO LUCIANO FEDENCIO	GERAL BAU BAIXO		37	RUA TIRADENTES	BAÚ BAIXO
Imobiliario	11386	1584	FABIO ROGERIO DA SILVA	NULL		0	lote28 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliario	10750	1276	FABIO SERGIO FAURO	NULL		0	lote18 quadra5	ALTO BAU
Econômico	2179	2523	FABRICIO ADRIANO RODRIGUES 06395698974	MILTON DOMINGOS MACHADO		137		VILA NOVA
Imobiliario	8133	854	FABRICIO ALFREDO PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA		604		ILHOTINHA
Imobiliario	11313	1526	FABRICIO GONCALVEZ	(NÃO UTILIZAR) GERAL		0	lote12 quadra2	BAÚ BAIXO



Imobiliário	2890	639	FLAVIO FOGACA	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	117		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1614	2285	FLAVIO OMAR FREISLEBEN TRANSPORTES ME	GELINDO FURLANI	162		Centro
Imobiliário	11801	1773	FLAVIO RAMPELOTTI	SILVIO RAMPELOTTI	0	lote10 quadra75	BOA VISTA
Imobiliário	10766	1282	FLAVIO SCHMITT	GERAL BAÚ SECO	0	lote15 quadra6	BAÚ SECO
Imobiliário	10959	1359	FLORIANO SOARES	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	lote5 quadra17	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	8859	2683	FORT MARES INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA		210		
Imobiliário	11152	1423	FRANCELINA NEGRETI	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	lote17 quadra1	BARRANCO ALTO
Econômico	2172	2518	FRANCIELE MARTINS RODRIGUES CONFECÇÕES - ME	ABEL JOAO CORREA	368	GALPAO	ILHOTINHA
Econômico	2328	2580	FRANCIELE MARTINS RODRIGUES CONFECÇÕES-ME	RICARDO PAULINO MAES	240		Centro
Econômico	2225	2536	FRANCIELLE PICHLER SCHMITT	FREI JACINTO	20		Centro
Diversos	8480	2676	FRANCISCA LILIANE SCHERNOSKI	GERAL POCINHO	85		LOCALIDADE DE POCINHOS
Imobiliário	897	265	FRANCISCO BILK	ARTUR FARIAS	170		VILA NOVA
Imobiliário	7330	794	FRANCISCO BILK	ARTUR FARIAS	170		VILA NOVA
Diversos	9048	2694	FRANCISCO CORSANI	GERAL BARRANCO ALTO	0		BARRANCO ALTO
Econômico	1000010	2583	FRANCISCO DE ASSIS CASTELAIN 56226500972	ARNOLDO LESSA	89		Centro
Imobiliário	10500	1192	FRANCISCO JOSE GONALVEZ	GERAL BAÚ CENTRAL	4200	lote789 quadra19	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10291	1128	FRANCISCO LONGHI	JOSE DEBARBA	107	Lote 09 Quadra 04	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10292	1129	FRANCISCO LONGHI	JOSE DEBARBA	87	Lote 10 Quadra 04	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2423	572	FRANCISCO NOGUEIRA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2399		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2554	589	FRANCISCO R. LEITE	PEDRO CASTELLAIN	178		Centro
Imobiliário	1540	410	FRANCISCO TADEU DA SILVA	DONATO FELICIO	587		ILHOTINHA
Imobiliário	441	126	FRANCISCO VILMAR DIAS	LEOBERTO LEAL	390		VILA NOVA
Imobiliário	442	127	FRANCISCO VILMAR DIAS	LEOBERTO LEAL	424		VILA NOVA
Econômico	790	2171	FREITAS & SANTIAGO LTDA	ROSA RAMOS VITURINO	22		Centro
Diversos	9793	2729	G KRAEMER COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME		188		
Imobiliário	11367	1568	GABRIEL GONCALVEZ	NULL	0	lote10 quadra4	BAÚ BAIXO
Diversos	4,92E+08	2786	GABRIEL ROSLINDO DE OLIVEIRA	RUA ANTONIO MULLER REIS	165		CORDEIROS
Imobiliário	10880	1334	GABRIEL SCHMITZ	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	lote12 quadra8	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	5927	2653	GASPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS		90		

Imobiliário	9233	1000	URBANAS LTDA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2436	Lote 26	DAS MISSÕES
Diversos	2754	2641	GEANE VICENTE SACRAMENTO		124		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11172	1433	GEICIELE VEIVANCO	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	lote2 quadra13	PEDRA DE AMOLAR
Diversos	6079	2655	GELASIO DA LUZ ME		302		Centro
Econômico	1000071	2602	GELSON RODRIGUES BRIZOLA 03794293908	GERAL POCINHO	315		BAÚ BAIXO
Imobiliário	571	157	GENEIDE FERRI	JOSE DOMINGOS FILHO	208		VILA NOVA
Econômico	1618	2287	GENI DA SILVA DO NASCIMENTO	MODESTO VARGAS	429		Centro
Econômico	2170	2517	GENI FERREIRA DOS SANTOS DE CARVALHO 02576640923	PEDRO GERONIMO DE OLIVEIRA	35		Centro
Imobiliário	11401	1592	GENI KNAPP MOSER	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	lote9 quadra48	MINAS
Econômico	1784	2354	GENILSON DE AGUIAR BRITO ME	21 DE JUNHO	310		Centro
Imobiliário	434	122	GENIR RODRIGUES CAVIN	MARCOS DE SOUZA	185		Centro
Imobiliário	470	138	GENTIL DE OLIVEIRA	JOLETO VALGAS	173		VILA NOVA
Imobiliário	11242	1484	GEOVANE H. CUNHA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote5 quadra1	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1871	487	GERALDINO ADRIANO	LAUREANO THOMÉ	252		DAS MISSÕES
Econômico	1000119	2618	GERALDO BRASSANINI ME	21 DE JUNHO	391		Centro
Imobiliário	1123	311	GERALDO JOSE KOLLER	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2536		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1894	493	GERCINO NASCIMENTO	MODESTO VARGAS	399		Centro
Imobiliário	11681	1706	GERMANO DOS SANTOS	NULL	0	lote791 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	10260	1114	GERONIMO	ELISIO JOAO DA ROCHA	87	LOT 15 QDRA 02	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11202	1459	GERONIMO GUEDER	BR 470	0	Lote 02 Quadra 01	BAÚ BAIXO
Imobiliário	678	182	GERVALINO JOSE NOGUEIRA DA COSTA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	370		VILA NOVA
Imobiliário	679	183	GERVALINO JOSE NOGUEIRA DA COSTA	VALDEVINO PONTES	380		VILA NOVA
Imobiliário	11301	1516	GERVASIO LUCKNI	NULL	0	lote35 quadra2	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11053	1380	GERVASIO MULLER	GERAL BRAÇO DO BAÚ	595	lote3 quadra29	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	8934	2687	GESIEL DEOCLECIO KINA E OUTRO	GERAL BAÚ CENTRAL	4001		BAÚ CENTRAL
Imobiliário	9412	1028	GHEOVANA DE SOUZA	PEDRO GONÇALVES	756	LOTE 14 - QDRA H	Centro
Diversos	6283	2657	GILBERTO DE SOUZA	ANTONIO BATISTA CURBANI	43		Centro
Imobiliário	11562	1653	GILBERTO DOS SANTOS	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote21 quadra54	MINAS
Imobiliário	1531	407	GILBERTO MONTEIRO	DONATO FELICIO	540		ILHOTINHA
Imobiliário	6587	740	GILDA DOS PASSOS CRISPIM	ANA CAROLINA LESSA	364		ILHOTINHA

Imobiliário	6590	743	GILDA DOS PASSOS CRISPIM	ANA CAROLINA LESSA	299	ILHOTINHA
Imobiliário	6598	746	GILDA DOS PASSOS CRISPIM	LUIZ LESSA	304	ILHOTINHA
Imobiliário	11155	1426	GILDO DA SILVA	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	11089	1393	GILDO REICHERT	GERAL BRAÇO DO BAÚ	9088	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11445	317	GILMAR DA SILVA	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	148	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2614	597	GILMAR DE SOUZA	AMARO LUIZ DE SOUZA	1042	DAS MISSÕES
Diversos	9581	2721	GILMAR DE SOUZA E SILVA	GERAL BAU BAIXO	2561	BAÚ BAIXO
Econômico	2193	2529	GILMAR FERNANDES CONFECÇÕES	PEDRO CASTELLAIN	651	Centro
Imobiliário	10845	1324	GILMAR RODRIGUES	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	9603	2723	GILMARA MARIA DA CUNHA 02484206909	JOLETO VALGAS 52	0	CENTRO
Imobiliário	1060	295	GILSON NOGUEIRA	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	115	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11492	1624	GILSON SAES	JOAQUIM SCOTTINI	0	MINAS
Econômico	2112	2493	GIOVANE MIRANDA 04752340909	RICARDO PAULINO MAES	302	Centro
Econômico	1617	2286	GIOVANI NILSON CUSTODIO	NULL	280	NULL
Imobiliário	10389	1160	GISELA STARKE	LUIZ LEAL	91	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2435	573	GISELDA NOGUEIRA	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	36	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	7624	818	GISELE ADRIANA SOARES	CAROLINA THOMÉ DE OLIVEIRA	93	DAS MISSÕES
Imobiliário	11857	1812	GISLAINE APARECIDA MIGUEL	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	35	BOA VISTA
Imobiliário	2654	601	GIUSEPPE BEVILACQUA	21 DE JUNHO	2643	Centro
Imobiliário	9424	1033	GIZELE DECHRING	PEDRO GONÇALVES	487	Centro
Econômico	1964	2423	GLASSY PARTICIPACOES E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	470	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1737	2337	GLOBAL RECICLAGENS COMERCIO DE SUCATAS LTDA EPP	GERAL MINAS	0	MINAS
Imobiliário	8490	924	GLORIA LAURA DE FREITAS	ERMINIA LESSA DE FREITAS	242	ILHOTINHA
Econômico	1940	2413	GLUCKSTAHL COMERCIAL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	4001	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9529	1064	GOVBR SUL - CADASTRO DE TESTES	GERAL BOA VISTA	0	BOA VISTA
Diversos	1,23E+13	2790	GOVBR SUL - CADASTRO DE TESTES	RUA LEOBERTO LEAL	1234	CENTRO
Imobiliário	11297	1512	GRACA BRUNO	NULL	296	BAÚ BAIXO
Econômico	2137	2506	GRAFICA GOLD LTDA ME - ME	21 DE JUNHO	1691	Centro
Econômico	1415	2233	GRAN MASTERS INFORMATICA LTDA ME	IZIDORO MAES	66	Centro
Imobiliário	6401	707	GRAZIELA LOURENCO	EGON COSTA	0	Centro

Econômico	1565	2267	GRAZIELA MAES 07314641927	NULL	186	Centro
Imobiliário	8142	855	GRAZIELA SCHRAMM	JOAO DOMINGOS PEREIRA	790	ILHOTINHA
Imobiliário	177	78	GRAZIELA ZUCCHI MINUZZI	MODESTO VARGAS	474	Centro
Imobiliário	6924	767	GRAZY ZUCCKI	MARIQUINHA SOARES	56	Centro
Imobiliário	10726	1266	GREICE DAIANE BRAATZ	NULL	0	lote13 quadra4
Imobiliário	1379	58	GREICE SOARES RIBEIRO	MANOEL CLAUDIO	253	Centro
Imobiliário	1379	59	GREICE SOARES RIBEIRO	MANOEL CLAUDIO	253	Centro
Imobiliário	1379	60	GREICE SOARES RIBEIRO	MANOEL CLAUDIO	253	Centro
Imobiliário	1379	62	GREICE SOARES RIBEIRO	MANOEL CLAUDIO	253	Centro
Imobiliário	1954	503	GREICE SOARES RIBEIRO	MARIA CLAUDIA SOARES	68	Centro
Imobiliário	1962	505	GREICE SOARES RIBEIRO	MARIA CLAUDIA SOARES	156	Centro
Imobiliário	2054	519	GREICE SOARES RIBEIRO	21 DE JUNHO	646	ÁREA 02 - DESMEMBAMENTO
Imobiliário	2055	520	GREICE SOARES RIBEIRO	21 DE JUNHO	646	ÁREA 02 - DESMEMBAMENTO
Imobiliário	8590	939	GREICE SOARES RIBEIRO	MARIA CLAUDIA SOARES	501	lote 22 desm. 89/2011/ imovel doado p prefeitura
Imobiliário	8595	940	GREICE SOARES RIBEIRO	MARIA CLAUDIA SOARES	357	lote 14 - desm. 89/2011
Imobiliário	8600	941	GREICE SOARES RIBEIRO	MARIA CLAUDIA SOARES	297	Lote 09 - Desm.89/2011
Imobiliário	8609	942	GREICE SOARES RIBEIRO	21 DE JUNHO	646	ÁREA 02 - DESMEMBAMENTO
Imobiliário	8610	943	GREICE SOARES RIBEIRO	21 DE JUNHO	660	ÁREA 02 - DESMEMBAMENTO
Imobiliário	9551	1065	GREICE SOARES RIBEIRO	21 DE JUNHO	646	ÁREA 02 - DESMEMBAMENTO
Imobiliário	9552	1066	GREICE SOARES RIBEIRO	21 DE JUNHO	646	ÁREA 03 - DESMEMBAMENTO
Imobiliário	9556	1070	GREICE SOARES RIBEIRO	MARIA CLAUDIA SOARES	44	Desmembramento 89/2011, lote 04.
Imobiliário	9558	1072	GREICE SOARES RIBEIRO	NILDO SOARES	70	Desmembramento 89/2011, lote 06.
Imobiliário	2718	616	GUARINO ERCILIO BURIGO	PEDRO GERONIMO DE OLIVEIRA	71	Centro

Econômico	2201	2531	GUILHERME HOSTINS NETO ME	MODESTO VARGAS	808	Centro
Imobiliário	11263	1495	GUILHERME JOSE GONCALVES	ADOLFO REINERT	0	BAÚ BAIXO
Econômico	2246	2547	GUILHERME JOSE GONCALVES ME	GERAL BAÚ CENTRAL	4067	BAÚ CENTRAL
Econômico	2038	2460	GUIMALDO DE SOUZA	21 DE JUNHO	2871	Centro
Econômico	2002	2445	GUSTAVO ERCKMANN	PEDRO CASTELLAIN	145	Centro
Imobiliário	9437	1040	GUSTAVO RAFAEL LOURENCO	PEDRO GONÇALVES	645	Centro
Econômico	1790	2359	HAC INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	PADRE CARLOS GUESSE	213	Centro
Imobiliário	11930	1854	HAIS BRUNS	NULL	0	DAS MISSÕES
Imobiliário	10700	1253	HARNESTIDE RUNCO	NULL	0	ALTO BAU
Imobiliário	10723	1265	HÉLCIO HAUSMANN	NULL	0	ALTO BAU
Imobiliário	6483	719	HELENA GERMANO	JUVENAL LENZI	96	ILHOTINHA
Imobiliário	11607	1670	HELENO JOÃO DE FREITAS	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	MINAS
Imobiliário	11979	1872	HELMUTH WEHMUTH	JORGE LACERDA	0	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	11980	1873	HELMUTH WEHMUTH	JORGE LACERDA	0	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1907	495	HENRIQUE PAULO HOSTINS	MODESTO VARGAS	355	Centro
Imobiliário	6918	766	HENRIQUE PAULO HOSTINS	MODESTO VARGAS	355	Centro
Imobiliário	9463	1048	HENRIQUE PAULO HOSTINS	PEDRO CASTELLAIN	911	Centro
Imobiliário	11895	1837	HERCILIO FELICIO	NULL	6	DAS MISSÕES
Imobiliário	640	177	HERCILIO SOARES	GELINDO FURLANI	475	VILA NOVA
Econômico	1958	2420	HERDT E LOPES INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA-ME	21 DE JUNHO	1140	Centro
Imobiliário	3143	699	HERIBERTO DE SOUZA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2000	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9874	1101	HERIBERTO DE SOUZA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	1980	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11534	1644	HERMINIO RAMPELOTTI	GERAL MINAS	0	MINAS
Imobiliário	11428	1601	HERNANE DELLANDREIA	NULL	0	MINAS
Imobiliário	304	92	HILARIO MERLO	PEDRO VIEIRA RAMOS	54	Centro
Imobiliário	6845	760	HILARIO MERLO	PEDRO VIEIRA RAMOS	54	Centro
Imobiliário	6847	761	HILARIO MERLO	PEDRO VIEIRA RAMOS	54	Centro
Imobiliário	11383	1581	HOLANDINA MABA	NULL	102	BAÚ BAIXO
Imobiliário	3060	686	HUMBERTO SIMON	JOLETO VALGAS	152	Centro
Econômico	1733	2335	IARES PAULO RODRIGUES JUNIOR ME	21 DE JUNHO	529	Centro

Diversos	11575	2756	IBIZA TOWERS INCORPORAÇÕES LTDA	RUA AV ATLANTICA	5720	SALA 01	BARRA SUL
Econômico	1760	2344	ICEPT CURSOS DE TEOLOGIA LTDA	21 DE JUNHO	270		Centro
Imobiliário	1284	350	IDA NASCIMENTO	MANOEL SABINO	84		ILHOTINHA
Imobiliário	7437	799	IDA NASCIMENTO	MANOEL SABINO	84		ILHOTINHA
Imobiliário	427	116	IDAIR DE LIMA	MARCOS DE SOUZA	146		Centro
Imobiliário	10774	1288	IDELIA DE AMORIM	NULL	0	lote3 quadra7	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10752	1278	IDELINA SCHMITT	GERAL BAÚ SECO	0	lote1 quadra6	BAÚ SECO
Econômico	2144	2508	IDINEIA MACANEIRO 05510452994	RICARDO PAULINO MAES	397	MARK CENTER	Centro
Imobiliário	8184	861	IEDA GESIEL DA MOTA BRUN	EROTIDES CORREA	49		VILA NOVA
Imobiliário	11223	1472	IGNÊS BITTENCOURT	NULL	0	lote10 quadra6	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10548	1204	IGREJA EVANGELICA	GERAL BAÚ CENTRAL	0	Lote 547 Quadra 24	BAÚ CENTRAL
Econômico	2114	2494	ILIANE TRINDADE DOS SANTOS PALUDO	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	30	CASA 02	VILA NOVA
Econômico	2115	2495	ILIZETI SCHWINGEL 02898068950	LEOBERTO LEAL	299		Centro
Imobiliário	840	243	ILOIR LIMA	ARNOLDO LESSA	187	Casa 01	VILA NOVA
Imobiliário	7241	786	ILOIR LIMA	ARNOLDO LESSA	187	Casa 03	VILA NOVA
Imobiliário	2660	605	ILSE TEREZEINHA DAS NEVES NEILAND	21 DE JUNHO	2569		Centro
Imobiliário	11045	1377	ILSO EDINEI PELZ	GERAL BRAÇO DO BAÚ	332	lote1 quadra28	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1412	2232	INDUSTRIA DE MALHAS SANTA MONICA LTDA	NULL	194		Centro
Imobiliário	9257	1005	INILVA HELING	BONIFACIO MABA	1705	Lote 16	DAS MISSÕES
Econômico	1642	2301	INSTITUIÇÃO COMUNITARIA DE CREDITO BLUMENAU-SOLIDARIEDADE	21 DE JUNHO	270		Centro
Econômico	1345	2217	INTERGAMES PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	21 DE JUNHO	393		Centro
Diversos	4,92E+08	2789	IOKARI GABRIELE FRITZ	RUA LUIZ LESSA	40		ILHOTINHA
Imobiliário	6479	718	IOLANDA DA SILVA CAMPELO BUZZI E OUTRO	JUVENAL LENZI	48	DESMEMBRADO DO IMÓVEL 2199	ILHOTINHA
Imobiliário	11208	1462	IOLANDA DE QUADROS	BR 470	0	lote8 quadra1	PEDRA DE AMOLAR
Diversos	11609	2762	IOLANDA LOPES - ME	CAETANO ELZO ROGERIO	1672		JARDIM OURO VERDE
Imobiliário	11306	1520	IONE DO SANTOS REINERT	NULL	0	lote5 quadra3	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2921	653	IONE MARGARETE FRANCISCO DOS SANTOS	MARIA CLARA BITTENCOURT	159		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2923	654	IONE SUELI DE SOUZA MACHADO	MARIA CLARA BITTENCOURT	153		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10340	1144	IRACEMA CORREA	LUIZ LEAL	0	Lote 19 Quadra 9	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1241	338	IRACEMA SOARES	ABEL JOAO CORREA	153		ILHOTINHA
Imobiliário	10986	1361	IREMAR RUSSI	TEODORO REICHERT	386	lote1 quadra21	BRAÇO DO BAÚ

Imobiliário	11309	1523	IRENE COSTA	NULL	0	lote8 quadra3	BAÚ BAIXO
Econômico	1691	2323	IRENE DE TOLEDO SANTOS	RICARDO PAULINO MAES	196		Centro
Imobiliário	2037	518	IRENE GONCALVES	21 DE JUNHO	1766		Centro
Imobiliário	8240	867	IRENE MARCOS PEREIRA	VILSON JOSE DA SILVA	110		VILA NOVA
Imobiliário	11791	1771	IRENE RAMPELOTTI	ONADIR DAS NEVES FERREIRA	0	lote6 quadra74	BOA VISTA
Imobiliário	11310	1524	IRENICE COSTA	NULL	0	lote9 quadra3	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10270	1119	IRIS RADKE	HERCILIO ZIMMERMANN	78	Lote 05 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2166	537	ISABEL AMABILI ALEXANDRE	ARACI THOMÉ MACHADO	85		ILHOTINHA
Imobiliário	573	159	ISAC ORTIZ	JOSE DOMINGOS FILHO	236		VILA NOVA
Imobiliário	2833	625	ISAIAS ANGIOLETTI	RICARDO PAULINO MAES	40	OFICINA XANDI MOTOS	Centro
Imobiliário	8279	872	ISAIAS ANGIOLETTI	JOLETO VALGAS	166		Centro
Imobiliário	11123	1405	ISAIR DOSSI	FERNANDO ZIMMERMANN	389	Lote 05 Quadra 32	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	976	277	ISALTINO OLINTO MELLES	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	70		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	443	128	ISAURA SOARES	ARNOLDO LESSA	4		VILA NOVA
Econômico	1356	2220	ISEG SERVICOS DE MONITORAMENTO E SEGURANCA LTDA	LEOBERTO LEAL	297	SALA B	Centro
Diversos	505	2633	ISMAEL CUNHA	JOÃO JOAQUIM CORRÊA	40		ILHOTINHA
Imobiliário	11696	1718	ISOLETE LESSA GOLDINHO	NULL	0	lote766 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	10549	1205	ISONE DE OLIVEIRA	GERAL BAÚ CENTRAL	0	Lote 559 Quadra 24	BAÚ CENTRAL
Econômico	2167	2516	ISRAEL ALVES REIS 04960292903	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1355	CASA FUNDOS	ILHOTINHA
Imobiliário	11529	1639	ITAMAR PEREIRA	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	Lote 17 Quadra 55	MINAS
Imobiliário	1346	374	IVAN CARLOS DA CUNHA	LEONARDO CLASEN	44		Centro
Imobiliário	8653	945	IVAN CARLOS DA CUNHA	LEONARDO CLASEN	44		Centro
Imobiliário	8654	946	IVAN CARLOS DA CUNHA	LEONARDO CLASEN	44		Centro
Imobiliário	623	173	IVAN CARLOS DA SILVEIRA	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	199		VILA NOVA
Imobiliário	1564	423	IVAN DA SILVA	GERMANO LESSA	10		ILHOTINHA
Imobiliário	777	220	IVAN GENEROSO DIAS	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	224		VILA NOVA
Imobiliário	7627	819	IVAN LUIZ PEREIRA	CAROLINA THOMÉ DE OLIVEIRA	49		DAS MISSÕES
Imobiliário	377	101	IVANETE ORZECOWSKI	ALIPIO BRASSANINI	75		Centro
Econômico	313	2156	IVANIR GONCALVES DE SOUZA - ME	RICARDO PAULINO MAES	429		Centro
Imobiliário	1696	449	IVANIRA SABINO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	536		ILHOTINHA
Econômico	100073	2603	IVANOR JANUARIO 58632859900	ROSA RAMOS VITURINO	71		VILA NOVA
Imobiliário	9235	1001	IVERLI REGINA HARDT DA SILVA	BONIFACIO MABA	1841	Lote 04	DAS MISSÕES
Imobiliário	844	246	IVETE APARECIDA CAMPOS	PEDRO AMARO CORREA	50		VILA NOVA

Imobiliário	851	251	IVETE APARECIDA CAMPOS	AVELINO JOAO SOARES	87	VILA NOVA
Imobiliário	11651	1686	IVO DA SILVA	NULL	846	MINAS
Imobiliário	11985	1875	IVO DA SILVA	JORGE LACERDA	3399	BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1631	2295	IVO DA SILVA BORRACHARIA ME	RICARDO PAULINO MAES	395	Centro
Imobiliário	326	94	IVO SCHIMITZ	ANTONIO BATISTA CURBANI	151	Centro
Imobiliário	1989	508	IVO SCHIMITZ	FELICIANO LUIZ GONCALVES	30	Centro
Imobiliário	2993	674	IVO SCHIMITZ	MODESTO VARGAS	475	Centro
Imobiliário	9265	1007	IVONE DE OLIVEIRA	SEBASTIÃO DE QUADROS	20	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11181	1440	IVONE DUTRA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11316	1529	IVONEI DE LIMA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Econômico	1998	2441	IVONEI DE OLIVEIRA MARTINS	AVELINO JOAO SOARES	58	VILA NOVA
Imobiliário	11704	1726	IVONEI PEDROSO DE OLIVEIRA	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10551	1207	IVONETE CUNHA	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11187	1445	IVONETE DAS NEVES FLORIANO	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2237	2543	IVONETE DE OLIVEIRA SANTOS	21 DE JUNHO	1691	Centro
Imobiliário	1751	463	IVONETE DE SOUZA	AMARO LUIZ DE SOUZA	791	DAS MISSÕES
Imobiliário	7633	821	IVONETE DE SOUZA	AMARO LUIZ DE SOUZA	791	DAS MISSÕES
Imobiliário	7634	822	IVONETE DE SOUZA	AMARO LUIZ DE SOUZA	791	DAS MISSÕES
Imobiliário	6981	771	IVONETE IVO DE SOUZA ADÃO	JOLETO VALGAS	236	VILA NOVA
Econômico	1745	2342	IVONETE IVO DE SOUZA ADAO	PEDRO CASTELLAIN	194	Centro
Econômico	1517	2257	IVONETE IVO DE SOUZA ADÃO	RICARDO PAULINO MAES	302	Centro
Imobiliário	11384	1582	IZABEL MABA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11720	1737	IZAC LESSA	NULL	0	BOA VISTA
Imobiliário	11299	1514	IZAIA COSTA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Econômico	2182	2525	IZAIA RIBEIRO DE AGUIDA 74519778972	JOAO ADAO ADRIANO	800	DAS MISSÕES
Imobiliário	11654	1688	IZIDORO LUIZ	NULL	708	MINAS
Diversos	9543	2716	IZONI DE OLIVEIRA	GERAL BAÚ CENTRAL	1173	BAÚ CENTRAL
Econômico	1732	2334	J N FACCAO MODA INTIMA LTDA ME	MARCELINO CARLOS THOME	90	ILHOTINHA
Imobiliário	2559	590	JACIL ALEXANDRE SOARES	PEDRO CASTELLAIN	118	Centro
Imobiliário	7621	816	JACIL ALEXANDRE SOARES	CAROLINA THOMÉ DE OLIVEIRA	90	DAS MISSÕES
Imobiliário	11110	1399	JACINIA IMMING NEUCAMP	GERAL BRAÇO DO BAÚ	4907	BRAÇO DO BAÚ

Econômico	1939	2412	JACIR ANTONIO CORREA	ALMIRANTE TAMANDARE	44		Centro
Imobiliário	964	276	JACKSON ALVES	ADOLFO COUTO	29	Casa	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2464	577	JAILSON SANTOS	ADOLFO COUTO (RUA A DENOMINAR)	30		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	3131	697	JAILSON SANTOS	ADOLFO COUTO	42		PEDRA DE AMOLAR
Diversos	9317	2707	JAIME WILL	MARCOLINO HAMMES	870		BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11445	1608	JAIME WITTE	PEDRO MARTENDAL	404	Lote 53 Quadra 51	MINAS
Imobiliário	11642	1683	JAIMES DOS PASSOS	NULL	1031	lote2 quadra58	MINAS
Imobiliário	11016	1373	JAIMIR REICHERT	TEODORO REICHERT	0	Lote 04 Quadra 24	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2955	664	JAIR APARECIDO DOS ANJOS	PAULO KELLER	141		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2020	516	JAIR MANERICH	PADRE CARLOS GUESSER	50		Centro
Econômico	1984	2432	JAIR MANERICH	PADRE CARLOS GUESSER	50		Centro
Imobiliário	11977	1871	JAIR CORREA ANDRE	JORGE LACERDA	0	lote1511 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1224	335	JAIR DE SOUZA	MARCELINO CARLOS THOME	90		ILHOTINHA
Imobiliário	749	208	JAIR RAMOS	VILSON JOSE DA SILVA	35		VILA NOVA
Econômico	2017	2455	JAIRON NASCIMENTO	GELINDO FURLANI	660		VILA NOVA
Imobiliário	11325	1535	JAISON DE ASSIS	NULL	0	Lote 24 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11326	1536	JAISON DE ASSIS	NULL	0	Lote 25 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Diversos	11704	2773	JAISON DE OLIVEIRA	RUA MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	180	LOTEAMENTO ILHA BELA	CENTRO
Imobiliário	11046	1378	JAISON LUIZ VIEIRA	GERAL BRAÇO DO BAÚ	344	lote2 quadra28	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	465	137	JAMES JOSE PINTO FILHO	JULIO MARCELINO THOME	27		VILA NOVA
Econômico	2087	2486	JAMILI LESSA - ME	JOSE IZIDRIO VIEIRA	290	AP/E: FUNDOS	VILA NOVA
Diversos	11776	2779	JAMILLE VARGAS	AV PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA	552		CENTRO
Imobiliário	11345	1553	JANAINA DA SILVA	GERAL POCINHO	0	Lote 17 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10385	1158	JANAINA PEREIRA	LUIZ LEAL	50	Lote 04 Quadra 15	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8098	849	JANDIR JOÃO ROSA	ARACI THOMÉ MACHADO	119		ILHOTINHA
Imobiliário	8099	850	JANDIR JOÃO ROSA	ARACI THOMÉ MACHADO	119		ILHOTINHA
Imobiliário	700	195	JANDIR JOSE DIAS	VALDEVINO PONTES	81		VILA NOVA
Econômico	1989	2437	JANDIR JOSE DIAS	VALDEVINO PONTES	75		VILA NOVA
Imobiliário	712	198	JANDIRA SIQUEIRA VARELLA	JOSE DOMINGOS FILHO	381		VILA NOVA
Imobiliário	11176	1437	JANE NOUGUEIRA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	lote1 quadra1	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11598	1666	JANETE DE OLIVEIRA	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	lote25 quadra56	MINAS
Imobiliário	10427	1172	JANETE JANDREY SCHRAMM	GERAL BAU BAIXO	266	Lote 03 Quadra 27	BAÚ BAIXO
Econômico	2271	2554	JANETE SOARES	VERADOR LUCIANO DOMINGOS MACHADO	61	SALA 01	VILA NOVA

Econômico	2293	2564	JANETE SOARES	VEREADOR LUCIANO DOMINGOS MACHADO	61	SALA 01	VILA NOVA
Imobiliário	8358	882	JAQUELINE CARAMORI	ABEL JOAO CORREA	300		ILHOTINHA
Econômico	1863	2379	JAQUELINE CARAMORI ME	ABEL JOAO CORREA	300		ILHOTINHA
Imobiliário	11855	1810	JAQUELINE EDNEIA RAMOS	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote12 quadra77	BOA VISTA
Imobiliário	10923	1344	JAQUELINE WERNER	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	Lote 07 Quadra 14	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1688	2321	JC INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	302	SALA 04	Centro
Econômico	2117	2496	JCA ESTAMPARIA LTDA	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	905		MINAS
Econômico	499	2162	JEAN CARLO NOGUEIRA - ME	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	722		PEDRA DE AMOLAR
Diversos	2270	2639	JEAN CARLO NOGUEIRA - ME	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	722		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2282	2559	JEAN CARLOS FERREIRA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	3050		PEDRA DE AMOLAR
Diversos	11329	2746	JEAN CARLOS MIRANDA	ESTRA GERAL MINAS	0		MINAS
Imobiliário	9435	1038	JEDIELSON LESSA	PEDRO GONÇALVES	619	LOTE 01 QDRA I	Centro
Diversos	7541	2666	JEDIELSON LESSA	PEDRO GONÇALVES	619		Centro
Econômico	1675	2317	JEFERSON FAURO	GERAL ALTO BAU	0	GALPÃO	ALTO BAU
Imobiliário	9420	1031	JEFERSON JULIO DA SILVA	PEDRO GONÇALVES	818	LOTE 4 - QDRA J	Centro
Imobiliário	11710	1730	JEFERSON LUIZ DE AGUIAR	NULL	0	lote807 quadra69	BOA VISTA
Econômico	1906	2397	JEFERSON LUIZ DE AGUIAR ME	GERAL BOA VISTA	306	GALPÃO A	BOA VISTA
Imobiliário	11023	1376	JEFERSON SCHMIT	TEODORO REICHERT	0	Lote 01 Quadra 26	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1000076	2605	JENIFER DE SOUZA 10239536924	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	97		DAS MISSÕES
Imobiliário	1376	382	JERRI HORBACH	RICARDO SCHMAEGELITTI FILHO	100	ILHA BELA	Centro
Imobiliário	8513	934	JERUSA DEGAN DE LIMA	OLAESIO JOAO BECKER	19		DAS MISSÕES
Imobiliário	9064	971	JESSE FERREIRA	UBALDO JOSE BITTENCOURT	146	casa 02	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1266	2204	JJ DALSENTER REPRESENTAÇÕES LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	461	ANDAR 1	Centro
Imobiliário	7820	828	JM SILVA JR IND CONFEC. E TRANSP DE CARGAS LTDA ME	VANDELINO ZIMMERMANN	170		Centro
Econômico	914	2183	JM SILVA JR INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP	VANDELINO ZIMMERMANN	156	Instinto Feminino - ANDAR 2	Centro
Imobiliário	10786	1298	JOANES KOTLEWSKI	NULL	0	Lote 03 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11616	1675	JOAO ABILIO PEREIRA	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	Lote 43 Quadra 56	MINAS
Imobiliário	11118	1401	JOÃO ALVES	FERNANDO ZIMMERMANN	187	Lote 02 Quadra 32	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10629	1223	JOAO BAHAR	GERAL ALTO BAU	0	Lote 39 Quadra 01	ALTO BAU

Diversos	9993	2730	JOAO BAHER	GERAL ALTO BAU	0	ALTO BAU
Econômico	2291	2563	JOÃO BATISTA AVILA-ME	PEDRO CASTELLAIN	307	Centro
Diversos	9303	2705	JOÃO BATISTA BERNARDES		239	
Imobiliário	821	234	JOAO BATISTA DO AMARAL	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	90	VILA NOVA
Imobiliário	11715	1733	JOÃO CARLOS CORSANI	NULL	0	BOA VISTA
Imobiliário	3086	691	JOÃO CARLOS MABA	VANDELINO ZIMMERMANN	165	Centro
Imobiliário	636	175	JOAO CARLOS MERLO	VEREADOR LUCIANO	11	VILA NOVA
Imobiliário	11757	1756	JOÃO CUSTODIO	DOMINGOS MACHADO	0	BOA VISTA
Imobiliário	2530	584	JOAO DA PEXARIA	PEDRO CASTELLAIN	606	Centro
Imobiliário	7791	825	JOAO DA PEXARIA	PEDRO CASTELLAIN	596	Centro
Imobiliário	2612	595	JOAO DANIELSKI	AMARO LUIZ DE SOUZA	1124	DAS MISSÕES
Imobiliário	11307	1521	JOÃO DE LIMA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11192	1449	JOÃO DE SOUZA PRESTES	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1662	2310	JOAO DIRCEU DE OLIVEIRA	RICARDO SCHMAEGELITTI	44	Centro
Imobiliário	10488	1185	JOÃO DO SANTOS	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	1173	327	JOAO EDUVINO	SD 502	52	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2956	665	JOAO FRANCISCO	ANTONIO KELLER	111	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	718	201	JOÃO FRANCISCO	JOSE DOMINGOS FILHO	337	VILA NOVA
Imobiliário	11750	1752	JOÃO GARCIR	PEDRO JACOB LAMIN	0	BOA VISTA
Imobiliário	11685	1709	JOÃO GONCALVEZ	NULL	321	BOA VISTA
Imobiliário	9564	1075	JOAO GREGORIO SARAMENTO	PEDRO GONÇALVES	0	Centro
Econômico	1383	2230	JOÃO HENRIQUE FIUZA DE CARVALHO	MARIA DE LURDES DA SILVA	117	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11623	1677	CONFECCÕES ME	ROSALIA DA SILVA	0	MINAS
Econômico	2083	2485	JOAO IRINEU DA SILVA	GERAL BAÚ CENTRAL	3918	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	2710	615	NETO25739522900	FORTUNATO ZANCANELA	116	Centro
Diversos	4,92E+08	2784	JOAO LEANDRO PEREIRA	RUA MARIA DE LURDES	74	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1088	301	JOAO LUIS DA SILVA SERRALHERIA	PONTALDI	153	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12003	1883	JOAO M DOS SANTOS	JOSE VERTUOSO DA SILVA	6258	BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1302	2212	JOÃO MACIEL DA ROCHA	JORGE LACERDA	73	LOCALIDADE DE POCINHOS
Imobiliário	10694	1252	JOAO MACIONIL COSTA & CIA LTDA ME	NULL	0	ALTO BAU
			JOÃO MARCELO LORENCO DO SANTOS	NULL	0	ALTO BAU

Imobiliário	8340	877	JOAO MARIA DA SILVA	DONATO FELICIO	198	ILHOTINHA
Econômico	1999	2442	JOÃO MARIA DE PAULA	PEDRO AMARO CORREA	16	Centro
Imobiliário	2910	645	JOAO MARIA DE QUADROS	JOSE VERTUOSO DA SILVA	154	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11678	1703	JOÃO MARIA R. DA CRUZ	NULL	749	BOA VISTA
Imobiliário	6417	708	JOÃO MARIA XAVIER PEREIRA	UBALDO JOSE BITTENCOURT	86	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12013	1886	JOAO MIRANDA	JORGE LACERDA	6029	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	115	73	JOAO NUNES	IZIDORO MAES	125	Centro
Imobiliário	1970	506	JOAO QUINTINO SOARES FILHO	MARIA CLAUDIA SOARES	414	Centro
Imobiliário	9619	1085	JOAO RIBEIRO DOS SANTOS	PEDRO GONÇALVES	0	Centro
Diversos	7357	2664	JOÃO ROBERTO PASQUALINI	GERAL ALTO BRACO DO BAU	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10882	1336	JOÃO ROBERTO REICHERTZ	GERAL BRAÇO DO BAÚ	7232	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	197	79	JOAO ROBERTO VIEIRA	MODESTO VARGAS	664	Centro
Imobiliário	11624	1678	JOÃO ROQUE DA SILVA	ROSALIA DA SILVA	0	MINAS
Econômico	1977	2429	JOÃO SANTOS SANÇÃO	21 DE JUNHO	1119	Centro
Imobiliário	11010	1370	JOÃO VINOTTI	TEODORO REICHERT	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	754	210	JOAQUIM JOSE SOLARE	AVELINO JOAO SOARES	64	VILA NOVA
Imobiliário	11754	1754	JOCELI GONCALVEZ LEITE MANOEL	PEDRO JACOB LAMIN	0	BOA VISTA
Imobiliário	9183	986	JOCEMAR DA SILVA	LAURINDO XAVIER	54	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	8818	956	JOEL ANGIOLETTI	21 DE JUNHO	1013	Centro
Imobiliário	9879	1102	JOEL ANGIOLETTI	PADRE CARLOS GUESSER	389	Centro
Imobiliário	810	231	JOEL DA LUZ	ARNOLDO LESSA	5	VILA NOVA
Imobiliário	1372	381	JOEL DE FRANCA	RICARDO SCHMAEGELITTI FILHO	56	Centro
Imobiliário	11877	1825	JOEL DOS SANTOS	NULL	56	DAS MISSÕES
Imobiliário	11255	1490	JOEL LIMA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	932	BAÚ BAIXO
Imobiliário	12001	1881	JOELMA DE MORAES	JORGE LACERDA	6259	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	11392	1589	JOELSON ESQUINKA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Econômico	1000117	2616	JOELSON JONATHAN SCHMITT	GERAL ALTO BAU	0	ALTO BAU
Imobiliário	11311	1525	JOLNEI COSTA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11817	1782	JONAS LAERTE LONGEM	SILVIO RAMPELOTTI	0	BOA VISTA
Imobiliário	11722	1738	JONAS LESSA	NULL	0	BOA VISTA
Econômico	1000025	2586	JONAS LESSA 04746321990	GERAL BOA VISTA	4447	BOA VISTA
Econômico	1000109	2612	JONATAN RENATO DE SOUZA	21 DE JUNHO	1313	Centro
Diversos	11640	2766	JONATAN VANELLI	RUA ARNOLDO LESSA	155	VILA NOVA

Imobiliário	10824	1316	JONATAR CESAR VIEIRA	NULL	0	lote3 quadra4	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	9081	972	JONATAS AMORIM	SD 504	19	CORREGO DA UBALDO COM A MARIA CLARA	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1633	434	JONELIO JOAO COSTA	ANA CAROLINA LESSA	249		ILHOTINHA
Imobiliário	11360	1564	JONOLSON SANTOS	NULL	0	lote3 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	7482	804	JORGE CORREA CARDOSO	DONATO FELICIO	641		ILHOTINHA
Imobiliário	823	236	JORGE DE MAIA	PEDRO AMARO CORREA	47		VILA NOVA
Imobiliário	6570	732	JORGE DE OLIVEIRA	DONATO FELICIO	499		ILHOTINHA
Econômico	2088	2487	JORGE OLIVEIRA 88161773068	DONATO FELICIO	200	CASA	ILHOTINHA
Imobiliário	10931	1349	JORGE RICHARTZ	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	Lote 07 Quadra 15	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	9177	983	JORGE SIMÃO	LAURINDO XAVIER	8		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2888	638	JORGE TADEU DE OLIVEIRA	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	139		PEDRA DE AMOLAR
Diversos	11419	2752	JORGE VANDERLEI ULRICH - ME	PARANA	585		CENTRO
Imobiliário	10521	1195	JOSE ZIMMERMANN	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote126 quadra21	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10522	1196	JOSE ZIMMERMANN	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote132 quadra21	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11824	1785	JOSE ADEMIR MACIEL	SILVIO RAMPELOTTI	5478	lote33 quadra75. (ultima da rua do bar da leia)	BOA VISTA
Imobiliário	1675	441	JOSE ADILSON DE LIMA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	385		ILHOTINHA
Imobiliário	567	156	JOSE AGENOR LIMA	JOSE DOMINGOS FILHO	156		VILA NOVA
Imobiliário	590	163	JOSE ALDORI ARAUJO MACHADO	JOSE DOMINGOS FILHO	428		VILA NOVA
Imobiliário	2893	641	JOSE AMARO	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	59		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2309	560	JOSE ANASTACIO DA SILVA	PEDRO CASTELLAIN	199		Centro
Imobiliário	11592	1663	JOSE ANDRIETTI	MANOEL FRANCISCO ADAO	2027	lote19 quadra56	MINAS
Econômico	2186	2527	JOSE ANTONIO MARQUES CORREA	NULL	5705	ALVARA AUTONOMOM - NAVEGANTES	NULL
Diversos	9605	2724	JOSE ANTONIO MARQUES CORREA		5705		
Imobiliário	11737	1746	JOSE APOLINARIO TEIXEIRA	PEDRO JACOB LAMIN	0	lote9 quadra70	BOA VISTA
Imobiliário	11498	1629	JOSE AUGUSTO FERREIRA	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	lote88 quadra53	MINAS
Imobiliário	11699	1721	JOSE BATISTA WAROSKI	NULL	0	lote800 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	1780	470	JOSE BENACI NETO	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	140		DAS MISSÕES
Imobiliário	1781	471	JOSE BENACI NETO	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	162		DAS MISSÕES
Econômico	883	2178	JOSE BENACI NETO - ME	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	130		DAS MISSÕES
Diversos	11633	2765	JOSE BRESCOVSKI	RUA ILARIO DA SILVA	123		SETE DE SETEMBRO
Econômico	1460	2243	JOSE C. DA PAIXÃO F. DOS SANTOS OFICINA MECANICA LTDA ME	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	34		VILA NOVA

Imobiliário	7559	808	JOSE CARLOS CAMARGO	HERMOGENES DOS SANTOS	98	ILHOTINHA
Imobiliário	10495	1188	JOSE CARLOS CORREIA	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	768	215	JOSE CARLOS DA PAIXAO FERREIRA DOS SANTOS	SD 203	33	VILA NOVA
Imobiliário	773	219	JOSE CARLOS DA PAIXAO FERREIRA DOS SANTOS	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	170	VILA NOVA
Imobiliário	454	132	JOSE CARLOS DE LIMA	ARNOLDO LESSA	140	VILA NOVA
Imobiliário	9387	1023	JOSÉ CARLOS MACHADO	NULL	22	Centro
Imobiliário	2239	549	JOSE CARLOS RIBEIRO	BONIFACIO MABA	137	Centro
Imobiliário	8174	860	JOSE CARLOS RIBEIRO	BONIFACIO MABA	137	Centro
Imobiliário	1738	461	JOSE CLEVIS SANÇÃO	(SEM LEI) MINAS	0	DAS MISSÕES
Imobiliário	11147	1420	JOSE CRISPIN	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	1679	443	JOSE DANIEL BROCKWELD	JOAO DOMINGOS PEREIRA	277	ILHOTINHA
Imobiliário	993	281	JOSE DOS SANTOS (PEDRA DE AMOLAR)	MARIA DE LURDES DA SILVA	53	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10929	1348	JOSE EUGIDO SCHMITT	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11672	1700	JOSE FELICIO	NULL	0	MINAS
Imobiliário	9411	1027	JOSE FERNANDO KVIATKOVSKI DE OLIVEIRA	PEDRO GONÇALVES	20	Centro
Imobiliário	664	180	JOSE FRANCISCO KREFF	ARTUR FARIAS	53	VILA NOVA
Imobiliário	2914	648	JOSE FRANCISCO VALENTIM	SD 504	8	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1793	474	JOSE FRANCISCO GOEDERT	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	241	DAS MISSÕES
Imobiliário	769	216	JOSE GASPAS LEAL	SD 203	23	VILA NOVA
Imobiliário	778	221	JOSE GASPAS LEAL	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	231	VILA NOVA
Imobiliário	6910	764	JOSE GERALDO DE OLIVEIRA	MODESTO VARGAS	415	Centro
Imobiliário	11143	1418	JOSE HEITOR DE ANDRADE	ANTONIO ANELO CURBANI	0	BARRANCO ALTO
Diversos	10397	2735	JOSE HEITOR DE ANDRADE	ANTONIO ANELO CURBANI	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	11068	1386	JOSE HENRIQUE BACHAMANN	NULL	3345	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1000115	2615	JOSE HENRIQUE BRITES AIRES	JORGE LACERDA	0	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	10352	1150	JOSE JACOB	MARIA DE LURDES PONTALDI	272	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10355	1151	JOSE JACOB	AL DOS MARACATINS	66	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10357	1152	JOSE JACOB	AL DOS MARACATINS	88	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1314	363	JOSE KETTEL	PADRE CARLOS GUESSE	334	Centro
Imobiliário	2882	633	JOSE LEANDRO	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	231	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10805	1310	JOSE LEONIDE ALVES OZORIO	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ

Imobiliário	934	272	JOSE LESSA	MARIA DE LURDES DA SILVA	DEFESA CIVIL	40	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	8115	852	JOSE LINO FANDARUFF	GUILHERME JOAO BROCKWELD		470	ILHOTINHA
Imobiliário	806	230	JOSE LUIZ GONCALVES	ARNOLDO LESSA		51	VILA NOVA
Imobiliário	2029	517	JOSE LUIZ JUNGES	MARCOS NOGUEIRA CUNHA		21	Centro
Imobiliário	10308	1132	JOSE LUIZ WERNER	LUIZ PONTALDI	LOT 11 QDRA 05	59	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2917	650	JOSE MARCIO DAGNONI E SILVANA VIEIRA DAGNONI	MARIA CLARA BITTENCOURT		180	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2069	2480	JOSE MARIA GOMES DOS SANTOS 54707404987	GELINDO FURLANI		339	VILA NOVA
Imobiliário	11287	1506	JOSE MARINGUE	NULL	lote21 quadra2	104	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11618	1676	JOSE MARINHO DE OLIVEIRA	MANOEL FRANCISCO ADAO	Lote 45 Quadra 56	0	MINAS
Diversos	8001	2671	JOSE MARIO PIRES ME	GERAL BAÚ CENTRAL		0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10580	1213	JOSE NILDO DOS SANTOS	GERAL ALTO BAU	lote5 quadra3	1021	ALTO BAU
Imobiliário	2533	586	JOSE ODILON RIBEIRO	PEDRO CASTELLAIN	PLANETA MODAS	540	Centro
Imobiliário	10622	1222	JOSE OESHER	GERAL ALTO BAU	lote32 quadra1	86	ALTO BAU
Imobiliário	592	164	JOSE ORLI DIAS MACHADO	JOSE DOMINGOS FILHO		454	VILA NOVA
Imobiliário	11848	1804	JOSE PEDRO GORDIA	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	lote5 quadra77	0	BOA VISTA
Imobiliário	1213	332	JOSE PEREIRA	INÊS EUFRAZIA DE JESUS		31	ILHOTINHA
Imobiliário	1214	333	JOSE PEREIRA	GUILHERME JOAO BROCKWELD		507	ILHOTINHA
Imobiliário	1216	334	JOSE PEREIRA	GUILHERME JOAO BROCKWELD		491	ILHOTINHA
Imobiliário	7392	796	JOSE PEREIRA	GUILHERME JOAO BROCKWELD		491	ILHOTINHA
Imobiliário	10910	1341	JOSE PETRY	NULL	lote26 quadra10	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10922	1343	JOSE PETRY	GERAL BRAÇO DO BAÚ	Lote 06 Quadra 14	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	8332	875	JOSE RENATO TEIXEIRA	DONATO FELICIO		52	ILHOTINHA
Imobiliário	11120	1403	JOSE RICARDO VIEIRA	FERNANDO ZIMERMANN	Lote 03 Quadra 32	1198	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1915	2402	JOSE RICARDO VIEIRA	FERNANDO ZIMERMANN		1000	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10246	1108	JOSE ROBERTO CORREA	ELISIO JOAO DA ROCHA	LOT 03 QDRA 02	60	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11702	1724	JOSE ROCHA	NULL	lote803 quadra69	0	BOA VISTA
Econômico	2284	2560	JOSE RUBENS MELLIES JUNIOR PROMOÇÕES	GERAL BAÚ CENTRAL		1050	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10520	1194	JOSE RUDES CUNHA	GERAL BAÚ CENTRAL	lote111 quadra21	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	2722	618	JOSE TEODORO	21 DE JUNHO		1573	Centro
Imobiliário	1913	499	JOSE THEODORO BORBA	MODESTO VARGAS		283	Centro
Imobiliário	6698	751	JOSE THEODORO BORBA	MODESTO VARGAS		283	Centro
Imobiliário	6700	752	JOSE THEODORO BORBA	MODESTO VARGAS		283	Centro

Imobiliário	11560	1651	JOSE TOME DA CUNHA	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote19 quadra54	MINAS
Imobiliário	10667	1241	JOSE V. CANDIDO	GERAL ALTO BAU	0	lote23 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	1444	395	JOSE VALMOR KREMER	LEOBERTO LEAL	953		Centro
Econômico	2125	2499	JOSE VIANEI DE OLIVEIRA RAMOS - ME	ARTUR FARIAS	59	CASA	VILA NOVA
Imobiliário	770	217	JOSE VITTENCOURT	AVELINO JOAO SOARES	80		VILA NOVA
Imobiliário	10482	1183	JOSEMAR DOS SANTOS	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote 737 quadra18	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11347	1554	JOSIANE ALVEZ	GERAL POCINHO	0	Lote 19 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11348	1555	JOSIANE ALVEZ	GERAL POCINHO	0	Lote 20 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8352	879	JOSIANE AMARAL DE SOUZA	MANOEL SABINO	87		ILHOTINHA
Imobiliário	10639	1229	JOSIANE DE OLIVEIRA	GERAL ALTO BAU	0	Lote 49 Quadra 01	ALTO BAU
Imobiliário	10761	1280	JOSIANE HOUWE	GERAL BAÚ SECO	0	lote10 quadra6	BAÚ SECO
Imobiliário	10789	1300	JOSIANE SANTOS ROCHA	NULL	0	Lote 06 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1778	2349	JOSIMARA SOUZA DA ROSA GONCALVES CONFECÇOES ME	MODESTO VARGAS	443		Centro
Imobiliário	1336	370	JOSMAR FRANCISCO DOS SANTOS	RICARDO SCHMAEGELITTI FILHO	55		Centro
Imobiliário	11453	1609	JOTAIR LUIZ	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	2319	Lote 05 Quadra 47	MINAS
Imobiliário	2285	555	JT COMERCIO E CONFECÇAO LTDA ME	VANDELINO ZIMMERMANN	99		Centro
Imobiliário	7822	829	JT COMERCIO E CONFECÇAO LTDA ME	VANDELINO ZIMMERMANN	99		Centro
Econômico	931	2185	JT COMERCIO E CONFECÇAO LTDA ME	VANDELINO ZIMMERMANN	99		Centro
Econômico	999	2190	JT COMERCIO E CONFECÇAO LTDA ME	PEDRO CASTELLAIN	108	FILIAL	Centro
Econômico	1307	2213	JUBIEL PRESTADORA DE SERVICO LTDA ME	MODESTO VARGAS	320		Centro
Imobiliário	9391	1025	JUBILANE OURIQUES	PEDRO GONÇALVES	634	LOTE 3 - QDRA H	Centro
Imobiliário	9880	1103	JUCELIO BITTENCOURT	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2991		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	6449	713	JUCIMARA DA SILVA	JOLETO VALGAS	282		VILA NOVA
Imobiliário	10636	1227	JUCIMARI MARCELI MARTENDAL	GERAL ALTO BAU	0	Lote 46 Quadra 01	ALTO BAU
Imobiliário	11908	1843	JULIANA FRANCO RIBEIRO	NULL	49	lote6739 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	10635	1226	JULIANA MARTENDAL	GERAL ALTO BAU	0	Lote 45 Quadra 01	ALTO BAU
Diversos	8831	2680	JULIANA PEREIRA FERRETI	LEOBERTO LEAL	805		Centro
Imobiliário	11881	1829	JULIANA RIBEIRO CARVALHO	NULL	53	lote6713 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	1371	380	JULIANO DE OLIVEIRA DA SILVA	RICARDO SCHMAEGELITTI FILHO	44		Centro
Imobiliário	9563	1074	JULIANO ZERMIANI	MARIA CLAUDIA SOARES	501	lote 21 desm. 89/2011	Centro
Diversos	8936	2688	JULIANO ZERMIANI	JORGE LACERDA	9438		

Econômico	1639	2299	JULIO CESAR ALVES BORRACHARIA ME	MARIA DE LURDES PONTALDI	120	BAÚ BAIXO
Imobiliário	939	273	JULIO CESAR DUARTE	MARIA DE LURDES DA SILVA	84	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1807	2363	JULIO CEZAR MARTINS ME	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2395	CASA
Imobiliário	1514	401	JULIO LEMES DA SILVA	ABEL JOAO CORREA	332	ILHOTINHA
Imobiliário	1515	402	JULIO LEMES DA SILVA	JÚLIO LEMÉS DA SILVA	63	ILHOTINHA
Imobiliário	10296	1130	JURACY ZIMMERMANN DEBARBA	MARIA DE LURDES PONTALDI	331	Lote 14 Quadra 04
Imobiliário	10800	1308	JURANDIR DE FREITAS DOS SANTOS	NULL	0	Lote 17 Quadra 29
Imobiliário	9602	1080	JURANDIR SANTANA PEREIRA	MARCOLINO HAMMES	50	Rua B, qdra B, lote 5
Imobiliário	1305	359	JUSTA ELOI DE MORAIS	PADRE CARLOS GUESSE	407	Centro
Imobiliário	10785	1297	JUVENAL CARNEIRO	NULL	0	Lote 02 Quadra 29
Diversos	11703	2772	JUVENAL PEREIRA DE OLIVEIRA	RUA AVELINO JOAO SOARES	80	VILA NOVA
Econômico	1284	2210	KANTO INTIMO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA.	NULL	226	Centro
Diversos	11333	2747	KARIN REICH SCHLICKMANN	RUA JOSE KOSER	120	BELCHIOR ALTO
Imobiliário	11883	1831	KARINA TEREZA CARDOSO	NULL	53	LOTE6715 QUADRA50
Imobiliário	11185	1444	KARINE MARIA CORREIA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	435	Lote 10 Quadra 01
Imobiliário	11292	1508	KARLA ROSEL	NULL	0	lote26 quadra2
Imobiliário	11923	1852	KATIA BERNARDES GOMES	NULL	0	lote6754 quadra50
Econômico	2263	2550	KELLY KAROLINE COELHO IANNER ME	21 DE JUNHO	290	Centro
Imobiliário	9642	1088	KERLEN CRISTINA DE LINS	PEDRO GONÇALVES	0	Lot 06 Qda F CASA 02
Econômico	2131	2503	KITIANE DA SILVA BATISTA MERCEARIA - ME	JOAO DOMINGOS PEREIRA	51	SALA 01 E 02
Econômico	1416	2234	KLEIDE JUSSARA LEUTZ & CIA LTDA ME	NULL	4096	BOA VISTA
Econômico	1202	2193	KOCH L ENG SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	1800	MINAS
Imobiliário	11266	1498	KOREZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	Lote 01 Quadra 02
Diversos	5981	2654	KOREZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	LUIZ SILVINO DA CUNHA	1501	BAÚ BAIXO
Econômico	1000074	2604	KRAUSS MAFFEI DO BRASIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	4001	SALA 21
Econômico	1200	2192	L.C.R. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME	GELINDO FURLANI	37	Centro
Econômico	430	2157	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS UNIDOS SC - EPP	21 DE JUNHO	391	Centro
Imobiliário	7256	789	LADIR MEIRA SAGAS	PEDRO AMARO CORREA	78	VILA NOVA
Econômico	2001	2444	LADIR MEIRA SAGAS	PEDRO AMARO CORREA	78	VILA NOVA

Imobiliário	10985	1360	LAIR FISCHER	TEODORO REICHERT	0	lote9 quadra20	BRACO DO BAÚ
Imobiliário	11659	1691	LAURECI DOS SANTOS	NULL	0	lote20 quadra58	MINAS
Econômico	2045	2466	LAURENI ARMINDO ADÃO 35084286991	JOSE IZIDRIO VIEIRA	364		VILA NOVA
Econômico	2307	2571	LAURI XAVIER	MANOEL LUIZ EMIDIO	0	SALA 02	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11588	1662	LAURINDA TEIXEIRA DA SILVA	MANOEL FRANCISCO ADAO	1259	lote15 quadra56	MINAS
Imobiliário	1116	309	LAURINDO XAVIER	UBALDO JOSE BITTENCOURT	63		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9090	973	LAURINDO XAVIER	UBALDO JOSE BITTENCOURT	63		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9091	974	LAURINDO XAVIER	UBALDO JOSE BITTENCOURT	63		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9178	984	LAURINEI XAVIER	LAURINDO XAVIER	22		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	6952	768	LAURINHA BAILER	ALIPIO BRASSANINI	111		Centro
Imobiliário	2111	524	LAURO DE OLIVEIRA	MILTON DOMINGOS	164		VILA NOVA
Econômico	1000054	2595	LAURO DE OLIVEIRA 49848356991	MILTON DOMINGOS	164		VILA NOVA
Imobiliário	11315	1528	LAURO MAURIANO GONCALVEZ	NULL	0	lote14 quadra3	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11742	1747	LAURO RICARDO DESCHAMPS	PEDRO JACOB LAMIN	0	lote14 quadra70	BOA VISTA
Imobiliário	10664	1239	LAURO ROSA	GERAL ALTO BAU	0	lote20 quadra2	ALTO BAU
Diversos	11679	2769	LEANDRO DA CUNHA PEREIRA	RUA SEM DENOMINAÇÃO N° 05	0	QUADRA I LOTE 36	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1789	2358	LEANDRO DOS SANTOS ATF ME	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	865		MINAS
Imobiliário	683	185	LEANDRO GERONIMO ADAO	SD 210	263		VILA NOVA
Imobiliário	9223	995	LEANDRO MINUZZI	MARCELINO CARLOS THOME	69		ILHOTINHA
Imobiliário	11537	1645	LEANDRO PETRI	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	Lote 25 Quadra 55	MINAS
Imobiliário	11570	1658	LEANDRO RAMPELOTI	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote29 quadra54	MINAS
Imobiliário	11434	1606	LEOMAR KENEL	NULL	0	Lote 42 Quadra 48	MINAS
Imobiliário	11931	1855	LEILA TATIANA DA SILVA	NULL	23	lote6762 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	11071	1387	LENIRA TIRONE SCHMITZ	GERAL BRAÇO DO BAÚ	4020	lote5 quadra30	BRACO DO BAÚ
Imobiliário	11969	1867	LENON BOA VENTURA	PEDRO GONÇALVES	808	LOTE 3 - QDRA J - CASA 01	Centro
Imobiliário	841	244	LEOBERTO DA SILVA	ARNOLDO LESSA	171		VILA NOVA
Imobiliário	11214	1467	LEOMAR JOÃO SEVERINO	GERAL BAU BAIXO	0	lote1 quadra6	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1688	447	LEOMAR PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	21		ILHOTINHA
Imobiliário	10418	1169	LEOMIR BONONOMI	GERAL BRAÇO DO BAÚ	500		BRACO DO BAÚ
Imobiliário	11466	1613	LEONARDO MARTINS	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	3075	lote18 quadra49	MINAS
Imobiliário	1652	438	LEONICE HOPPE	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1065		ILHOTINHA
Imobiliário	7529	805	LEONICE HOPPE	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1065		ILHOTINHA

Imobiliário	9211	991	LEONICE HOPPE	JÚLIO LEMÉS DA SILVA	51	ILHOTINHA
Imobiliário	9524	1063	LEONICE HOPPE	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1075	ILHOTINHA
Imobiliário	11080	1388	LEONIDA FISCHER RAINERI	GERAL BRAÇO DO BAÚ	7699	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	9581	1078	LEONIDA WITTE	MARCOLINO HAMMES	144	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	852	252	LEONIR LOPES	AVELINO JOAO SOARES	47	VILA NOVA
Imobiliário	8419	891	LEONIR NILTO BALDANCA	ERMINIA LESSA DE FREITAS	167	ILHOTINHA
Imobiliário	1552	416	LEONIR TEIXERA	GERMANO LESSA	162	ILHOTINHA
Imobiliário	614	171	LEONOR MARIA ROSA	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	279	VILA NOVA
Imobiliário	9213	992	LEOSUL PARTICIPACOES LTDA	JOSE GERALDINO	0	PEDRA DE AMOLAR
Diversos	11207	2738	LEOZI DOS SANTOS MARQUES	BITTENCOURT	197	CAIXA POSTAL 43
Econômico	2311	2572	LETICIA CUNHA	GERAL BAÚ CENTRAL	4067	BAÚ CENTRAL
Econômico	1869	2383	LHS CONFECOES LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	240	Centro
Imobiliário	10367	1154	LIDUINA DE OLIVEIRA ADÃO	BERNADINO FRANCISCO DE SOUZA	84	BAÚ BAIXO
Econômico	1959	2421	LIKE FITNESS ACADEMIA LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	300	Centro
Imobiliário	9117	977	LILIAN ADRIANI GONCALVES DA SILVA ESTEVAN	PAULO KELLER	144	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10999	1369	LILIANE MARTINS	TEODORO REICHERT	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10428	1173	LILIANE SOUZA CHAVES	LUIZ SILVINO DA CUNHA	1040	BAÚ BAIXO
Econômico	1850	2374	LINDACIR RIBEIRO DOS SANTOS ME	GERAL BAU BAIXO	3059	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1594	429	LINDOLFO PAIANO	LUIZ LESSA	162	ILHOTINHA
Imobiliário	1622	433	LINDOLFO PAIANO	ANA CAROLINA LESSA	145	ILHOTINHA
Imobiliário	10611	1220	LINDOMAR WIPPEL	GERAL ALTO BAU	2111	ALTO BAU
Imobiliário	1334	369	LIONEL DOS SANTOS	RICARDO SCHMAEGELITTI FILHO	73	Centro
Imobiliário	11086	1392	LITARIA REICHERT	GERAL BRAÇO DO BAÚ	8973	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	2313	2573	LOJA ANTUNES LTDA-ME	21 DE JUNHO	22	Centro
Econômico	1435	2238	LOJAS SALTER SA	RICARDO PAULINO MAES	162	Centro
Imobiliário	11860	1814	LORENIR RIBEIRO DOS SANTOS	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	BOA VISTA
Imobiliário	11829	1790	LORENLO DE SOUZA	NULL	487	BOA VISTA
Imobiliário	1356	375	LORGES ALEXANDRE BOA VENTURA	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	17	Centro
Imobiliário	11344	1552	LUANA DA SILVA	GERAL POCINHO	0	BAÚ BAIXO
Econômico	1736	2336	LUCELIA LEITE	IZIDORO MAES	247	Centro
Econômico	1613	2284	LUCI DE FATIMA ANTUNE DOS SANTOS	MILTON DOMINGOS MACHADO	100	Centro

Imobiliário	11349	1556	LUCIA ALVEZ	GERAL POCINHO (NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	Lote 21 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11250	1488	LUCIA DE F. LANGE		0	lote13 quadra1	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8453	908	LUCIA HELENA DE FREITAS WUST	OLAESIO JOAO BECKER	178	LOTE 51	ILHOTINHA
Imobiliário	8502	929	LUCIA HELENA DE FREITAS WUST	OLAESIO JOAO BECKER	207		ILHOTINHA
Imobiliário	11241	1483	LUCIANA H. CUNHA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote3 quadra1	BAÚ BAIXO
Econômico	2039	2461	LUCIANA MABA	MODESTO VARGAS	301		Centro
Imobiliário	11182	1441	LUCIANA MARIA DUTRA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	lote7 quadra1	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11997	1878	LUCIANA SCHMITT	JORGE LACERDA	0	lote1530 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1242	2198	LUCIANO DA ROSA VIEIRA ME	RICARDO PAULINO MAES	147	salao1	Centro
Econômico	1586	2275	LUCIANO DE OLIVEIRA - 00481654925	21 DE JUNHO	293	MEI	Centro
Econômico	1591	2276	LUCIANO DE SOUZA	LEOBERTO LEAL	1025	SALA 01	Centro
Diversos	6917	2661	LUCIANO DE SOUZA	LEOBERTO LEAL	1025	SALA 01	Centro
Imobiliário	10550	1206	LUCIANO GOEDERTT	GERAL BAÚ CENTRAL	0	Lote 600 Quadra 24	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10266	1117	LUCIANO VENTURINI	MARIA DE LURDES PONTALDI	235	Lote 01 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10329	1141	LUCIANO VENTURINI	PADRE ROBERTO WIROBEK	154	LOT 08 QDRA 09	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10350	1148	LUCIANO VENTURINI	9 DE JUNHO	47	Lote 08 Quadra 10	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10351	1149	LUCIANO VENTURINI	MARIA DE LURDES PONTALDI	234	Lote 09 Quadra 10	BAÚ BAIXO
Diversos	7029	2662	LUCIANO VENTURINI	9 DE JUNHO	56		BAÚ BAIXO
Imobiliário	11190	1448	LUCIDIO DA SILVA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 15 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2052	2471	LUCIMAR MULER	JOSE DOMINGOS FILHO	104	CASA	VILA NOVA
Imobiliário	2647	599	LUCINDA DA ROSA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	21 DE JUNHO	2753		Centro
Econômico	45	2146	LUCIO DE SOUZA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	0		VILA NOVA
Diversos	10140	2732	LUCIO DE SOUZA-ME	JOAO DOMINGOS PEREIRA	33	ANDAR TERREO	ILHOTINHA
Imobiliário	1277	347	LUCIOMAR RANGEL	ABEL JOAO CORREA	226		ILHOTINHA
Econômico	2300	2569	LUCIVANE DE OLIVEIRA	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	41		VILA NOVA
Imobiliário	10443	1177	LUIS DA CUNHA	LUIZ SILVINO DA CUNHA	4172	Lote 16 Quadra 28	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11494	1626	LUIS DE OLIVEIRA	JOAQUIM SCOTTINI	4066	lote84 quadra53	MINAS
Imobiliário	1474	398	LUIZ ALBERTO DE BORBA	GUILHERME JOAO BROCKWELD	157		ILHOTINHA
Econômico	989	2189	LUIZ AMARO EDUARDO ME	GERAL BOA VISTA	0	OBRAS D URBANIZAÇÃO E PAISAGIS	BOA VISTA
Imobiliário	854	254	LUIZ AMERICO BOSCO	AVELINO JOAO SOARES	27		VILA NOVA
Imobiliário	11669	1698	LUIZ CARLOS FELICIO	NULL	0	lote6 quadra60	MINAS
Imobiliário	10478	1181	LUIZ CARLOS ANDRADE	GERAL BAU BAIXO	490	Lote 34 Quadra 16	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1818	480	LUIZ CARLOS AYROSO	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	238		Centro

Imobiliário	8274	870	LUIZ CARLOS AYROSO	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	238	Centro
Imobiliário	8275	871	LUIZ CARLOS AYROSO	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	238	Centro
Imobiliário	11227	1474	LUIZ CARLOS BITTENCOURT	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11493	1625	LUIZ CARLOS DE BRITO	JOAQUIM SCOTTINI	97	MINAS
Imobiliário	1842	482	LUIZ CARLOS DIAS	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	1826	DAS MISSÕES
Imobiliário	2154	535	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	JOSE IZIDRIO VIEIRA	234	VILA NOVA
Imobiliário	9181	985	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	LAURINDO XAVIER	44	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	734	206	LUIZ CARLOS GONCALVES	VILSON JOSE DA SILVA	138	VILA NOVA
Imobiliário	11785	1768	LUIZ CARLOS LAMIM	JOÃO BENTO BORGES	0	BOA VISTA
Imobiliário	697	193	LUIZ CARLOS MARIANO	VALDEVINO PONTES	115	VILA NOVA
Imobiliário	8203	863	LUIZ CARLOS PEREIRA	VALDEVINO PONTES	219	VILA NOVA
Imobiliário	11850	1806	LUIZ CARLOS RODRIGUES DA CRUZ	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	BOA VISTA
Imobiliário	11809	1776	LUIZ CARLOS SCHAATZ	SILVIO RAMPELOTTI	0	BOA VISTA
Imobiliário	9203	990	LUIZ CARLOS SOUZA	MARIA LUIZA DE SOUZA	175	DAS MISSÕES
Econômico	1457	2241	LUIZ CLAUDIO DA SILVA & CIA LTDA ME	GERAL BAU BAIXO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2234	547	LUIZ CORREIA	BONIFACIO MABA	0	Centro
Imobiliário	11253	1489	LUIZ DA LABONA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1835	481	LUIZ DE ARAUJO	JOAO ADAO ADRIANO	25	DAS MISSÕES
Imobiliário	2471	579	LUIZ DE SOUZA	JOSE GERALDINO	2051	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10926	1345	LUIZ FERNANDO REICHERT	BITTENCOURT	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11787	1770	LUIZ LAMIM	ONADIR DAS NEVES FERREIRA	0	BOA VISTA
Diversos	8444	2674	LUIZ LAMIM	RAMPELOTTI	0	BOA VISTA
Imobiliário	8241	868	LUIZ MACHADO	VILSON JOSE DA SILVA	116	VILA NOVA
Diversos	8863	2684	LUIZ MARCOS NAGEL		350	
Imobiliário	11291	1507	LUIZ MORETTI	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11831	1792	LUIZ PAULO CE	NULL	0	BOA VISTA
Imobiliário	1722	458	LUIZ PEIXE	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1688	ILHOTINHA
Imobiliário	10493	1186	LUIZ SCHRAMM	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Econômico	1000118	2617	LUIZ SIDNEY DA LUZ	FREI JACINTO	99	Centro
Imobiliário	11336	1546	LUIZ SKARVIN	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2655	602	LUIZA SANCAO	21 DE JUNHO	2631	Centro
Imobiliário	10793	1303	LURDES APARECIDA DE OLIVEIRA	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	574	160	LURDES DOMINGOS MACIEL	JOSE DOMINGOS FILHO	244	VILA NOVA

Imobiliário	10251	1109	LURDES PEREIRA	SEM DENOMINAÇÃO 01	22	LOT 07 QDRA 02	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1344	373	LUZIA CORREA	PEDRO JORGE DOS SANTOS	46		Centro
Imobiliário	2268	553	LUZIA DA SILVA FERNANDES	PEDRO CASTELLAIN	651		Centro
Imobiliário	11851	1807	LUZIA RAMOS	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote8 quadra77	BOA VISTA
Econômico	2123	2498	M.E TEMPERADOS LTDA ME.	JUVENAL LENZI	151	FUNDOS	ILHOTINHA
Econômico	1924	2405	M.M.D REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME	MODESTO VARGAS	920		Centro
Econômico	1000147	2620	MAB-21 INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	ANGELO TRES	209		Centro
Econômico	1918	2404	MACHADO & ROSA CONFECCOES LTDA ME	GUILHERME JOAO BROCKWELD	186	FUNDOS	ILHOTINHA
Imobiliário	1032	291	MACIEL CHAVIER DA COSTA	NICOLAU JOSE MARCOS	5		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11432	1604	MADALENA SOARES FRAGOSO	NULL	0	Lote 40 Quadra 50	MINAS
Econômico	2051	2470	MADE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	21 DE JUNHO	160	AP/E: FUNDOS	Centro
Imobiliário	10686	1248	MAIARA TAMIRES ZABEL	GERAL ALTO BAU	0	lote42 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	9553	1067	MAICON ANDRE KVIECZINSKI	21 DE JUNHO	646	ÁREA 04 - DESMEMBRAMENTO 90/2011	Centro
Diversos	11587	2760	MAICON VARELA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	738		VILA NOVA
Imobiliário	7587	812	MAIKON FAGUNDES	JOAO DOMINGOS PEREIRA	62	PARTE DA JOÃO DOMINGOS PEREIRA	DAS MISSÕES
Imobiliário	3072	689	MAIZA DE SOUZA	21 DE JUNHO	212		Centro
Imobiliário	11834	1795	MAIZA DE SOUZA	21 DE JUNHO	212	casa madeira	Centro
Econômico	1459	2242	MALCON CLIMATIZACÃO LTDA ME	JOAQUIM SCOTTINI	905		MINAS
Imobiliário	693	190	MALVINA VARELA	VALDEVINO PONTES	153		VILA NOVA
Imobiliário	694	191	MALVINA VARELA	VALDEVINO PONTES	153		VILA NOVA
Imobiliário	1080	298	MANOEL BITTENCOURT	UBALDO JOSE BITTENCOURT	42	CAMINHONEIRO	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2411	571	MANOEL BITTENCOURT	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2541		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11650	1685	MANOEL BRAS DA SILVA	NULL	0	lote10 quadra58	MINAS
Imobiliário	900	266	MANOEL BRUNO DOS SANTOS	ARTUR FARIAS	214		VILA NOVA
Imobiliário	901	267	MANOEL BRUNO DOS SANTOS	ARTUR FARIAS	214		VILA NOVA
Imobiliário	11343	1551	MANOEL DA SILVA	GERAL POCINHO	0	Lote 15 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2106	523	MANOEL DIAS DE OLIVEIRA	MILTON DOMINGOS MACHADO	116		VILA NOVA
Imobiliário	2964	667	MANOEL DOS PASSOS ALEXANDRE	ALICIO FLORES	24		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9430	1037	MANOEL EDUARDO VIEIRA PITANGA	PEDRO GONÇALVES	543	LOTE 12 QDRA G	Centro

Imobiliário	11698	1720	MANOEL EUVIDIO DA SILVA	NULL	2977	lote613 quadra58	BOA VISTA
Imobiliário	11209	1463	MANOEL FLORIANO	BR 470	0	lote9 quadra1	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1075	297	MANOEL FORMENTO	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2248		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10741	1270	MANOEL GALDINO DA SILVA	NULL	0	lote9 quadra5	ALTO BAU
Imobiliário	11224	1473	MANOEL PEDRO BITTENCOURT	NULL	0	lote11 quadra6	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11229	1475	MANOEL PEDRO BITTENCOURT	NULL	0	lote16 quadra6	BAÚ BAIXO
Diversos	6690	2659	MANOEL PEDRO BITTENCOURT	GERAL BAU BAIXO	0		BAÚ BAIXO
Econômico	1638	2298	MARCEL LEMOS PEREIRA LANCHES ME	ALVARO CESAR SCHNEIDER	535	SALA B	Centro
Imobiliário	2552	588	MARCELO EDEMAR DA SILVA	PEDRO CASTELLAIN	194	*	Centro
Imobiliário	8001	844	MARCELO GRAUPNER	MANOEL SIRÍLIO MÜLLER	15	MARCELOS RESTAURANTE	Centro
Diversos	9381	2710	MARCELO LEONILDO DE CARVALHO	JOAQUIM SCOTTINI	240	SÍTIO BICHO PREGUIÇA	MINAS
Imobiliário	11497	1628	MARCELO MULLER	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	lote87 quadra53	MINAS
Imobiliário	11511	1634	MARCELO MULLER	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	Lote 31 Quadra 49	MINAS
Imobiliário	11523	1636	MARCELO RODRIGUES DA CRUZ	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	Lote 11 Quadra 55	MINAS
Imobiliário	11067	1385	MARCIA BACHMANN	NULL	3315	lote4 quadra30	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11913	1845	MARCIA APARECIDA DA SILVA	NULL	34	lote6744 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	6659	749	MARCIA CARDOSO LINGERIE ME.	21 DE JUNHO	2275		Centro
Econômico	450	2158	MARCIA CARDOSO LINGERIE ME.	21 DE JUNHO	90		Centro
Imobiliário	11926	1853	MARCIA DOS SANTOS	NULL	27	lote6757 quadra50	DAS MISSÕES
Econômico	1608	2282	MARCIA DOS SANTOS COMERCIO ME	21 DE JUNHO	179	SALA 03	Centro
Econômico	1770	2347	MARCIA LUZIA ARAUJO REINERT	GERAL BAU BAIXO	2895		BAÚ BAIXO
Imobiliário	10808	1313	MARCIA OECKSLER	NULL	0	Lote 25 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	307	93	MARCIA REGINA MULLER GUNTHER	PEDRO VIEIRA RAMOS	63		Centro
Imobiliário	11356	1561	MARCIA REINERT	GERAL POCINHO	2895	Lote 28 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11357	1562	MARCIA REINERT	GERAL POCINHO	0	Lote 29 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11342	1550	MARCIA ROSELI	GERAL POCINHO	0	Lote 14 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Econômico	915		MARCIANO ADRIANO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA ME				Centro
Imobiliário	8239	2184	MARCIENE HOBUS	RICARDO PAULINO MAES	50	SALA 01	Centro
Imobiliário	11878	866	MARCIO AURELIO DOS SANTOS	VILSON JOSE DA SILVA	104		VILA NOVA
Imobiliário	11430	1826	MARCIO DELLANDREIA	NULL	57	lote6710 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	11058	1602	MARCIO JOAO FERNANDES	NULL	0	Lote 38 Quadra 50	MINAS
Imobiliário		1382		NULL	905	lote6 quadra29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1886	491	MARCIO JOSE DE FREITAS	CARLOS MANOEL DE FREITAS	18	RUA: MODESTO VARGAS Nº 496	ILHOTINHA

Imobiliário	8424	892	MARCIO JOSE DE FREITAS	CARLOS MANOEL DE FREITAS	18	ILHOTINHA
Imobiliário	8425	893	MARCIO JOSE DE FREITAS	CARLOS MANOEL DE FREITAS	18	ILHOTINHA
Diversos	9189	2700	MARCIO LUIS DE OLIVEIRA 32595090895	MODESTO VARGAS	111	CASA
Imobiliário	9221	993	MARCIO LUIS MENEGAZZI	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2342	Lote 20.
Imobiliário	11136	1413	MARCIO LUIZ VALECO	ANTONIO ANELO CURBANI	0	lote2 quadra1
Imobiliário	11665	1697	MARCIO MATIOLA	NULL	0	lote2 quadra60
Imobiliário	11541	1648	MARCIO RISSI DORNELIS	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	Lote 29 Quadra 55
Imobiliário	11670	1699	MARCIO ROBERTO FELICIO	NULL	0	lote7 quadra60
Imobiliário	10702	1255	MARCIO RUNCO	NULL	0	Lote 11 Quadra 03
Imobiliário	10839	1322	MARCIO ZABEL	NULL	205	lote11 quadra5
Imobiliário	10333	1142	MARCIO ZIMMERMANN	LUIZ LEAL	159	LOT 12 QDRA 09
Imobiliário	11125	1407	MARCIO ZIMMERMANN	FERNANDO ZIMMERMANN	1035	Lote 07 Quadra 32
Imobiliário	11131	1411	MARCIO ZIMMERMANN	NULL	185	Lote 02 Quadra 33
Imobiliário	1588	428	MARCO ANTONIO GODOY DE ARAUJO	LUIZ LESSA	180	ILHOTINHA
Imobiliário	9029	967	MARCOS A. DOS SANTOS	DONZILA FRANCISCO	239	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9721	1096	MARCOS ALBERTO REBELO E PATRICIA REGINA DA ROCHA REBELO	B	0	Lote 13 Qd. F
Econômico	2133	2504	MARCOS ANDRISIO DOS SANTOS	FERNANDO B. KOELHER	180	Centro
Econômico	942	2187	MARCOS ANTONIO AMORIM ME	PEDRO CASTELLAIN	157	AP/E: SALA 02
Imobiliário	11565	1656	MARCOS ANTONIO JACO	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote24 quadra54
Econômico	1641	2300	MARCOS AURELIO DE BITTENCOURT ME	PEDRO CASTELLAIN	617	SALA 01
Econômico	1729	2332	MARCOS AURELIO RAIMUNDO	CARLOS SABINO DE SOUZA	36	ILHOTINHA
Diversos	9527	2715	MARCOS CORREA GONCALVES	PEDRO GONÇALVES	755	Centro
Imobiliário	9413	1029	MARCOS DE SOUZA	PEDRO GONÇALVES	435	LOTE 01 QDRA G
Imobiliário	11330	1540	MARCOS GONCALVEZ	NULL	0	Lote 02 Quadra 05
Diversos	10037	2731	MARCOS HENTCHEN	GERAL ALTO BAU	0	ALTO BAU
Imobiliário	10518	1193	MARCOS JOSE ZIMMERMANN	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote20 quadra21
Imobiliário	10255	1111	MARCUS ROBERTO RIBEIRO	VALTER FELICIANO	24	LOT 11 QDRA 02
Imobiliário	3112	695	MARGARETE DO PRADO WESTPHAL	MARIA LUIZA DE SOUZA	105	DAS MISSÕES
Imobiliário	3054	685	MARGARETE ZUCHI	21 DE JUNHO	1838	FUNDOS
Econômico	1943	2415	MARIA ANDREA DE ASSIS ISENSEE	NULL	0	MARGEM ESQUERDA
Imobiliário	8429	894	MARIA APARECIDA DE FREITAS	ERMINIA LESSA DE FREITAS	206	ILHOTINHA
Imobiliário	8442	903	MARIA APARECIDA DE FREITAS	ERMINIA LESSA DE FREITAS	190	ILHOTINHA
Imobiliário	8468	915	MARIA APARECIDA DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	404	ILHOTINHA

Imobiliário	10499	1191	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	GERAL BAÚ CENTRAL	4250	lote777 quadra19	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	10476	1180	MARIA APARECIDA HAMES CORREA	GERAL BAU BAIXO	434	lote32 quadra16	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11853	1809	MARIA APARECIDA JUNG	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote10 quadra77	BOA VISTA
Imobiliário	10267	1118	MARIA APARECIDA SCHMITT	HERCILIO ZIMMERMANN	59	Lote 02 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11625	1679	MARIA BEATRIZ FERREIRA QUEIROZ	ROSALIA DA SILVA	0	Lote 52 Quadra 56	MINAS
Imobiliário	1310	362	MARIA BEATRIZ LUCIANO	DA INTEGRACAO	52	LOTE 05 DA QUADRA 04 LOT. ILHA BELA.	Centro
Imobiliário	604	168	MARIA BENEDITA DA SILVA	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	385		VILA NOVA
Imobiliário	10276	1122	MARIA BERNADETE DE SOUZA	JOSE VERTUOSO DA SILVA	117	Lote 09 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2376	567	MARIA BITTENCOURT	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2785		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11686	1710	MARIA CATARINA BUCKER	NULL	335	lote608 quadra68	BOA VISTA
Diversos	11323	2745	MARIA CLAUDETE GONCALVES MARTINS	RUA ANA CAROLINA LESSA	270		ILHOTINHA
Imobiliário	6394	705	MARIA CONCEICAO BITTENCOURT HOFFMANN	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2515		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2183	541	MARIA CORREIA PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	244		ILHOTINHA
Imobiliário	2184	542	MARIA CORREIA PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	244		ILHOTINHA
Imobiliário	8125	853	MARIA CORREIA PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	244		ILHOTINHA
Imobiliário	409	112	MARIA DA GRACA CARDOSO	GELINDO FURLANI	265		Centro
Imobiliário	11687	1711	MARIA DA SILVA BUCHER	NULL	1553	lote609 quadra68	BOA VISTA
Imobiliário	6425	710	MARIA DANIELA FRAGA	PLATAO GERALDO DE SOUZA	141	LOT. 7 Q. 7.un04	Centro
Imobiliário	10991	1365	MARIA DAS DORES DA COSTA	TEODORO REICHERT	0	lote6 quadra21	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2794	623	MARIA DAS DORES ROSA MARTINS	21 DE JUNHO	295	LOJAS MARTINS	Centro
Imobiliário	2795	624	MARIA DAS DORES ROSA MARTINS	21 DE JUNHO	295		Centro
Econômico	2127	2500	MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS SILVA ME	PROFESSORA MAURA DE SOUZA INÁCIO	84	SALA 02	Centro
Imobiliário	7864	832	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS	EZEQUIEL FRANCISCO	211		Centro
Imobiliário	10237	1105	MARIA DE LOURDES WERNER	ELISIO JOAO DA ROCHA	99	LOT 05 QDRA 01	BAÚ BAIXO
Econômico	1521	2259	MARIA DE LOURDES WIRTH	EZEQUIEL FRANCISCO	149		Centro
Econômico	1533	2262	MARIA DE LOURDES WIRTH COMERCIO ME	NULL	307		Centro
Diversos	6851	2660	MARIA DE LURDES MARQUES		608		
Imobiliário	11869	1821	MARIA DE LURDES RIBEIRO LUIZ DE JORGE	NULL	64	lote6701 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	687	187	MARIA DO CARMO GUEDERT LEAL	VALDEVINO PONTES	207	LUCIO DO SR SADI	VILA NOVA
Imobiliário	783	224	MARIA DO CARMO ROSA	BRUNO JASMENO DE SOUZA	141		VILA NOVA
Imobiliário	588	162	MARIA DORACI SIQUEIRA PONTES	JOSE DOMINGOS FILHO	400		VILA NOVA

Imobiliário	7193	780	MARIA DORACI SIQUEIRA PONTES	JOSE DOMINGOS FILHO	0	Fundos	VILA NOVA
Econômico	1203	2194	MARIA EDUARDA FERRETTI CONFECÇÕES LTDA ME.	GERAL BAÚ CENTRAL	5937		BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11368	1569	MARIA ENEDINA GONCALVEZ	NULL	0	lote11 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10825	1317	MARIA ETELUINA KRETZER	NULL	118	lote4 quadra4	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1394	2231	MARIA FERNANDA COSTA CONFECÇÕES ME	21 DE JUNHO	793		Centro
Econômico	1629	2294	MARIA FERNANDA COSTA CONFECÇÕES ME	RICARDO PAULINO MAES	385	SALA 03	Centro
Imobiliário	979	278	MARIA FRANCA EMIDIO	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	100		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	980	279	MARIA FRANCA EMIDIO	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	100		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	8581	937	MARIA GORETE DE SOUZA	SERGILO JOAQUIM DE SOUZA	47		ILHOTINHA
Imobiliário	3046	683	MARIA IDALINA CANSIANI	LAUREANO THOMÉ	131	CASA	DAS MISSÕES
Imobiliário	7242	787	MARIA IDALINA CANSIANI	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	122		VILA NOVA
Imobiliário	7244	788	MARIA IDALINA CANSIANI	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	122		VILA NOVA
Econômico	1890	2390	MARIA INES FAGUNDES	PELEGIRINO LESSA	81		Centro
Econômico	1000163	2622	MARIA JESUS DOS SANTOS DA LUZ -ME	PLATAO GERALDO DE SOUZA	250	SALA 01	Centro
Imobiliário	1695	448	MARIA JOAQUINA SABINO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	526		ILHOTINHA
Imobiliário	2884	635	MARIA JOSE DE MORAES	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	201		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9045	970	MARIA JOSE DE MORAES	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	201		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12015	1887	MARIA JOSE GUEDES	JORGE LACERDA	9400	lote1017 quadra15	BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	535	2163	MARIA LILIANE FERRACIOLI TRES	FREI JACINTO	44		Centro
Imobiliário	11816	1781	MARIA LINDAURA DOS SANTOS	SILVIO RAMPELOTTI	0	lote25 quadra75	BOA VISTA
Imobiliário	1340	372	MARIA LUCIANA DA CRUZ FELISKY	PADRE CARLOS GUESSE	272	LOT 02, Q. 09	Centro
Imobiliário	10941	1354	MARIA LUIZA DE SOUZA	NULL	0	lote3 quadra16	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	459	136	MARIA LUIZA DOS SANTOS	JOSE DOMINGOS FILHO	63		VILA NOVA
Imobiliário	11879	1827	MARIA LUIZA DOS SANTOS	NULL	55	lote6711 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	10582	1214	MARIA MADALENA FERRETTI	GERAL ALTO BAU	1071	lote7 quadra3	ALTO BAU
Imobiliário	11103	1395	MARIA MADALENA KLEIN	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	Lote 28 Quadra 31	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1795	475	MARIA MARGARETE DA SILVA DE SOUZA	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	213		DAS MISSÕES
Imobiliário	10798	1306	MARIA MARLENE DOS SANTOS	NULL	0	Lote 15 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	486	142	MARIA MARTA VICENTA BERTELI	GELINDO FURLANI	424		VILA NOVA
Imobiliário	487	143	MARIA MARTA VICENTA BERTELI	GELINDO FURLANI	424		VILA NOVA
Imobiliário	488	144	MARIA MARTA VICENTA BERTELI	GELINDO FURLANI	424		VILA NOVA
Imobiliário	381	104	MARIA ODALINDA DA SILVA	SD 214	0		VILA NOVA

Imobiliário	11863	1817	MARIA ODETE LINHARES	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote20 quadra77	BOA VISTA
Imobiliário	2019	515	MARIA OTAVIO FIRMINO	PADRE CARLOS GUESSER	30		Centro
Econômico	1933	2409	MARIA PATRICIA GONCALVES	GERAL POCINHO	240		LOCALIDADE DE POCINHOS
Imobiliário	2668	606	MARIA ROSA MACHADO	21 DE JUNHO	2487		Centro
Econômico	1839	2372	MARIA SALOMEA DOS SANTOS ME	RICARDO PAULINO MAES	475	LOJA 04	Centro
Imobiliário	10393	1162	MARIA SCHRAMM RODEN	LUIZ LEAL	178	LOT 12 QDRA 15	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2938	658	MARIA SILVA DOS SANTOS	PAULO KELLER	108		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10657	1237	MARIA SPERBER DA SILVA	GERAL ALTO BAU	0	lote13 quadra2	ALTO BAU
Econômico	1692	2324	MARIA SUELENE CRISPIM	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	958		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2008	2449	MARIA SUELY GALITZKI 03245995954	GERAL MINAS	0	CHACARA BOM PASTOR	MINAS
Imobiliário	11735	1745	MARIA TEIXEIRA	PEDRO JACOB LAMIN	0	lote8 quadra70	BOA VISTA
Econômico	1474	2246	MARIA TEREZA BENTO MARTINS	NULL	137		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	538	2164	MARIA TEREZA DE SOUZA IGNACIO	RICARDO PAULINO MAES	0		Centro
Imobiliário	8434	898	MARIA TEREZINHA BECKER	OLAESIO JOAO BECKER	431		ILHOTINHA
Imobiliário	8438	900	MARIA TEREZINHA BECKER	OLAESIO JOAO BECKER	375		ILHOTINHA
Imobiliário	8443	904	MARIA TEREZINHA BECKER	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1471		DAS MISSÕES
Imobiliário	8449	907	MARIA TEREZINHA BECKER	OLAESIO JOAO BECKER	118		ILHOTINHA
Imobiliário	8506	931	MARIA TEREZINHA BECKER	OLAESIO JOAO BECKER	147		ILHOTINHA
Imobiliário	8526	936	MARIA TEREZINHA BECKER	ERMINIA LESSA DE FREITAS	104		ILHOTINHA
Imobiliário	11832	1793	MARIA TEREZINHA DA SILVA	NULL	800	lote8 quadra76	BOA VISTA
Imobiliário	1946	501	MARIA TEREZINHA DE SOUZA	21 DE JUNHO	496		Centro
Imobiliário	11414	1594	MARIA TEREZINHA MARTINS	NULL	582	lote22 quadra48	MINAS
Imobiliário	2720	617	MARIA THOME GONCALVES	PEDRO GERONIMO DE OLIVEIRA	47		Centro
Imobiliário	364	98	MARIA VERA COSTA DA CUNHA	JOLETO VALGAS	70		Centro
Imobiliário	6665	750	MARIA VERA COSTA DA CUNHA	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	177		VILA NOVA
Imobiliário	10528	1198	MARIA VIZITANO	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote224 quadra21	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11128	1410	MARIA ZIMMERMANN	FERNANDO ZIMERMANN	1348	Lote 10 Quadra 32	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	6393	704	MARIANE BITTENCOURT	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2661		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	3134	698	MARIANE CRISTINA AMORIM	GUILHERME JOAO BROCKWELD	745		ILHOTINHA
Diversos	4,92E+08	2785	MARIANE SOUZA	GERAL BAU BAIXO	74		BAÚ BAIXO
Imobiliário	264	87	MARILEIA ULLER	ANTONIO BATISTA CURBANI	105		Centro
Imobiliário	1536	409	MARILENE BLEICHUEHL	DONATO FELICIO	539		ILHOTINHA
Imobiliário	2139	529	MARILENE BLEICHUEHL	JOSE IZIDRIO VIEIRA	220		VILA NOVA

Imobiliário	2734	620	MARILENE ZUCH	21 DE JUNHO	1341	Centro
Econômico	1000055	2596	MARILEY DE ALMEIDA DE SOUZA 03733159969	21 DE JUNHO	1120	Centro
Econômico	1000063	2598	MARILIA GRACE PEZZI ZIEGE 04488294952	VALDEVINO PONTES	139	VILA NOVA
Imobiliário	11179	1438	MARILSE DE ANDRADE	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	446	129	MARILSE SANSÃO SIMON	ARNOLDO LESSA	48	VILA NOVA
Imobiliário	11705	1727	MARINEIDE SILVA DA COSTA	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11838	1798	MARINES BOING STIPP	NULL	1169	BOA VISTA
Imobiliário	1698	450	MARINO MACHADO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	562	ILHOTINHA
Imobiliário	392	107	MARIO CESAR HACK	JOLETO VALGAS	346	VILA NOVA
Imobiliário	432	120	MARIO DA SILVA CAVALHEIRO	MARCOS DE SOUZA	0	Centro
Imobiliário	11151	1422	MARIO DE SOUZA	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	11011	1371	MARIO MARTINS	TEODORO REICHERT	363	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	530	148	MARIOLO DOMINGOS MACHADO FILHO	PROFESSORA MAURA DE SOUZA INACIO	55	Centro
Imobiliário	11905	1840	MARIONI PEDRO DOS SANTOS	NULL	29	DAS MISSÕES
Imobiliário	1156	322	MARISA SILVA	DONZILA FRANCISCO	147	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1773	469	MARISETE CAETANO	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	62	DAS MISSÕES
Imobiliário	10791	1302	MARISETE DA SILVA	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	2143	2507	MARISETE DA SILVA	GERAL BRAÇO DO BAÚ	7	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	7531	806	MARISTELA BROCKVELD ROSA	ROSALINA ASSINI BROCKVELD	49	ILHOTINHA
Imobiliário	11906	1841	MARISTELA SABRINA DE SOUZA	NULL	47	DAS MISSÕES
Imobiliário	11239	1481	MARLENE CORSANI	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11827	1788	MARLENE APARECIDA FREITAS	NULL	265	BOA VISTA
Imobiliário	11171	1432	MARLENE DE FATIMA PEREIRA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11840	1799	MARLENE ROCHA DE OLIVEIRA	NULL	0	BOA VISTA
Imobiliário	10641	1231	MARLI OLIVEIRA	GERAL ALTO BAU	0	ALTO BAU
Imobiliário	11880	1828	MARLI ALVES MONTAGNA	NULL	54	DAS MISSÕES
Imobiliário	11814	1779	MARLI MARIA STANKE	SILVIO RAMPELOTTI	4356	BOA VISTA
Diversos	10965	2736	MARLI MARIA STANKE	SILVIO RAMPELOTTI	4356	BOA VISTA
Imobiliário	10316	1135	MARLI PONTALDI	LUIZ PONTALDI	21	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11256	1491	MARLON DAVID MONTIBELHER	(NÃO UTILIZAR) GERAL	0	BAÚ BAIXO

Imobiliário	11200	1457	MARTELLUS ACESSORIA LTDA	POCINHO	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 24 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	466	2160	MATERIAIS DE CONSTRUCAO VENTURINI LTDA ME		MARIA DE LURDES PONTALDI	234		BAÚ BAIXO
Imobiliário	10806	1311	MATIAS ARTUR SEBERINO		NULL	0	Lote 22 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	1717	455	MATILDE DE OLIVEIRA BERNARDI		GUILHERME JOAO BROCKWELD	1602		ILHOTINHA
Imobiliário	1741	462	MAURA MARLI BITTENCOURT		AMARO LUIZ DE SOUZA	1127		DAS MISSÕES
Imobiliário	10705	1256	MAURECI HOSTINS		NULL	0	Lote 14 Quadra 03	ALTO BAU
Imobiliário	8584	938	MAURI DE SOUZA		SERGILO JOAQUIM DE SOUZA	35		ILHOTINHA
Econômico	1781	2351	MAURICI VALMOR RAINERT 73033804934		21 DE JUNHO	455		Centro
Imobiliário	1810	477	MAURICIA LEIA FRANCISCO		PEDRO CASTELLAIN	1287		Centro
Imobiliário	1720	457	MAURICIO DE LIMA		GUILHERME JOAO BROCKWELD	1668	Demolido	ILHOTINHA
Imobiliário	11826	1787	MAURICIO DO ROSARIO		NULL	0	lote2 quadra76	BOA VISTA
Imobiliário	3068	688	MAURICIO FERRETTI		FELISKY	82		Centro
Imobiliário	1100	303	MAURINA DA SILVA		JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2478		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11746	1751	MAURINA DA SILVA		PEDRO JACOB LAMIN	0	lote18 quadra70	BOA VISTA
Econômico	2006	2448	MAURINA VARGAS DOS SANTOS		ANA CAROLINA LESSA	40		ILHOTINHA
Imobiliário	10848	1326	MAURINO WILL		NULL	0	Lote 02 Quadra 07	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11197	1454	MAURO FERNANDO LIME FUSHK		(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	25	Lote 21 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	23	64	MAURO MIGLIOLI		IZIDORO MAES	88		Centro
Imobiliário	6744	757	MAURO MIGLIOLI		IZIDORO MAES	88	SERVIMED	Centro
Diversos	11786	2781	MAURY HOSTIN		GERAL ALTO BAU	0		ALTO BAU
Econômico	1484	2249	MAVIX CONTRUÇÕES E INCORPORACÕES LTDA		GERAL BAU BAIXO	0		BAÚ BAIXO
Imobiliário	11744	1749	MAYCON DA SILVA		PEDRO JACOB LAMIN	0	lote16 quadra70	BOA VISTA
Econômico	2240	2544	MAYKON DE JESUS AVENCURT ME		21 DE JUNHO	231	SALA 3-A	Centro
Econômico	2267	2553	MC MAIARA CONFECÇÕES LTDA-EPP		BRUNO JASMENEO DE SOUZA	63	LOTE 146	VILA NOVA
Econômico	1795	2360	MELITTA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		JOSE GERALDINO BITTENCOURT	470	AP/E: SALA D	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2878	632	MEQUIADES FRANCISCO CASAS		PEDRO GERONIMO DE OLIVEIRA	88		Centro
Econômico	2178	2522	MERCADOMOVEIS LTDA		RICARDO PAULINO MAES	50		Centro
Imobiliário	10388	1159	MERCEDES REGIS		LUIZ LEAL	68	Lote 07 Quadra 15	BAÚ BAIXO
Imobiliário	6725	754	MERCEDES ROSALINA LESSA ALVES		MANOEL CLAUDIO	367		Centro
Imobiliário	6726	755	MERCEDES ROSALINA LESSA ALVES		MANOEL CLAUDIO	367		Centro

Imobiliário	11476	1617	MICHAEL SAYS	JOAQUIM SCOTTINI	26	lote66 quadra52	MINAS
Imobiliário	1115	308	MICHELE CRISTINA DA ROCHA	UBALDO JOSE BITTENCOURT	75		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1000033	2590	MICHELE MEISTER 04148707940	RICARDO PAULINO MAES	406	SALA 01	Centro
Imobiliário	10265	1116	MICHELE OECKSLER LOPES	MARIA DE LURDES PONTALDI	177	LOT 19 QRA 02	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10706	1257	MICHELE THEISS HOSTINS	NULL	0	Lote 15 Quadra 03	ALTO BAU
Imobiliário	8367	884	MIGUEL DE OLIVEIRA	ABEL JOAO CORREA	346		ILHOTINHA
Imobiliário	8242	869	MIGUEL DOS SANTOS	VILSON JOSE DA SILVA	116	Casa 2 - Fundos	VILA NOVA
Imobiliário	1271	343	MIGUEL FERNANDES DOS SANTOS	GERMANO LESSA	97		ILHOTINHA
Econômico	457	2159	MIGUEL FERNANDES DOS SANTOS	GERMANO LESSA	0		ILHOTINHA
Imobiliário	1856	484	MILTON CARLOS DOS SANTOS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2365		DAS MISSÕES
Imobiliário	2219	544	MILTON CARLOS DOS SANTOS	BONIFACIO MABA	1635		DAS MISSÕES
Imobiliário	8433	897	MILTON DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	447		ILHOTINHA
Imobiliário	3003	676	MILTON GARCIA	VERADOR LUCIANO			VILA NOVA
Diversos	8469	2675	MILTON LUIZ WESCHENFELDER JUNIOR	DOMINGOS MACHADO	48		CENTRO
Imobiliário	11380	1578	MILTON REIS	PEDRO GONÇALVES	678		BAÚ BAIXO
Econômico	468	2161	MINIM MERCADO DINA LTDA ME	NULL	34	lote23 quadra4	LOCALIDADE DE POCINHOS
Imobiliário	1300	355	MIRIAM LESSA	GERAL POCINHO	287		Centro
Imobiliário	11121	1404	MIRIAN DOMINGUES CONCEIÇÃO	PEDRO JORGE DOS SANTOS	46	Lot.04 Q.03	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11825	1786	MOACIR DE MELLO	FERNANDO ZIMERMANN	315	Lote 03 Quadra 32	BOA VISTA
Imobiliário	11718	1735	MOACIR FELICIO	NULL	0	lote1 quadra76	BOA VISTA
Imobiliário	2121	525	MOACIR JOSE DOMINGOS	NULL	0	lote621 quadra68	VILA NOVA
Imobiliário	11614	1673	MOACIR LAMIM	GELINDO FURLANI	612		MINAS
Imobiliário	11760	1758	MOACIR WERNER	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	Lote 41 Quadra 56	BOA VISTA
Econômico	1740	2339	MORE MAN CONFECCOES LTDA ME	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	lote1 quadra72	Centro
Econômico	2128	2501	MORE MAN CONFECCOES LTDA ME	ANTONIO BATISTA CURBANI	175		Centro
Econômico	1678	2318	MORGANA DE AZEVEDO	RICARDO PAULINO MAES	325		BAÚ CENTRAL
Imobiliário	11777	1764	MORGANA KLOCK TOMPSON	GERAL BAÚ CENTRAL	5431		BOA VISTA
Econômico	1232	2196	MPM MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA ME.	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	lote18 quadra72	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2166	2515	MS FERRAMENTAS MOTORIZADAS E MANUTENCAO LTDA ME	ADOLFO COUTO	94		Centro
Econômico	2264	2551	MUKA LANCHES LTDA ME	21 DE JUNHO	41	SALA 01	Centro
Econômico	2180	2524	MULTI-PIZZA EXPRESS LTDA - ME	LEOBERTO LEAL	299		Centro
Imobiliário	10494	1187	MURILIO ADÃO	21 DE JUNHO	457	SALA 02	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	12763	2144	NADIR DE OLIVEIRA	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote611 quadra19	Centro
				PEDRO GONÇALVES	610	LOTE 01-QUADRA H- CASA	Centro

						O4	
Imobiliário	431	119	NADIR DE SOUZA	MARCOS DE SOUZA	202	Centro	
Imobiliário	1682	444	NADIR PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	125	ILHOTINHA	
Imobiliário	1307	360	NADIR TREGLIA DA SILVA	PADRE CARLOS GUESSER	369	Centro	
Imobiliário	8109	851	NAIARA MERLO KLEGIN	GUILHERME JOAO BROCKWELD	366	ILHOTINHA	
Imobiliário	1129	312	NAIR PEREIRA DE MAIA E DANIEL PEREIRA DE MAIA	DONZILA FRANCISCO	220	PEDRA DE AMOLAR	Lote nº 05 qdra 2 - Matrícula nº 13.892
Imobiliário	11433	1605	NAIR SAES	NULL	0	MINAS	Lote 41 Quadra 50
Imobiliário	10744	1271	NARCISIO ZABEL	NULL	0	ALTO BAU	lote12 quadra5
Imobiliário	2611	594	NARZINHA DE SOUZA CORREA	AMARO LUIZ DE SOUZA	1172	DAS MISSÕES	
Imobiliário	556	151	NATAL JOSE MANERICH	JOSE DOMINGOS FILHO	64	VILA NOVA	
Imobiliário	557	152	NATAL JOSE MANERICH	JOSE DOMINGOS FILHO	64	VILA NOVA	
Imobiliário	6896	763	NATALIA JOANA REBELLO DA CUNHA	LEOBERTO LEAL	321	Centro	TERRENO DO NELSON
Imobiliário	1901	494	NATIVO FRANSCISCO MINUZZI	MODESTO VARGAS	375	Centro	
Imobiliário	6915	765	NATIVO FRANSCISCO MINUZZI	MODESTO VARGAS	375	Centro	
Imobiliário	11139	1416	NEIDE CORADINI CORSANI	ANTONIO ANELO CURBANI	2933	BARRANCO ALTO	lote5 quadra1
Econômico	1592	2277	NELI DE GOIS CONFECÇÕES - ME	NULL	282	Centro	
Econômico	1951	2418	NELI NUNES DA SILVA	GERAL BOA VISTA	146	BOA VISTA	
Imobiliário	857	255	NELI TEREZINHA BONETI	PEDRO AMARO CORREA	18	VILA NOVA	
Imobiliário	11351	1558	NELSI DOS SANTOS	GERAL POCINHO	0	BAÚ BAIXO	Lote 23 Quadra 05
Imobiliário	1557	419	NELSON BORSATTO	GERMANO LESSA	96	ILHOTINHA	
Imobiliário	723	202	NELSON DE OLIVEIRA	JOSE DOMINGOS FILHO	257	VILA NOVA	
Econômico	1694	2326	NELSON REBELLO DA CUNHA JUNIOR	LEOBERTO LEAL	333	Centro	
Imobiliário	8436	899	NELSON RENATO DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	403	ILHOTINHA	
Imobiliário	8458	910	NELSON RENATO DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	252	ILHOTINHA	
Imobiliário	8461	911	NELSON RENATO DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	308	ILHOTINHA	
Imobiliário	8465	914	NELSON RENATO DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	376	ILHOTINHA	
Imobiliário	8500	927	NELSON RENATO DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	235	ILHOTINHA	
Imobiliário	8501	928	NELSON RENATO DE FREITAS	OLAESIO JOAO BECKER	221	ILHOTINHA	
Imobiliário	1366	379	NELSON RODRIGUES FRANCA	PADRE CARLOS GUESSER	200	Centro	
Imobiliário	8677	949	NELSON RODRIGUES FRANCA	PADRE CARLOS GUESSER	200	Centro	
Imobiliário	1756	465	NELSON VIDAL TEIXEIRA	AMARO LUIZ DE SOUZA	637	DAS MISSÕES	
Imobiliário	7639	823	NELSON VIDAL TEIXEIRA	AMARO LUIZ DE SOUZA	637	DAS MISSÕES	
Imobiliário	874	256	NERCI NEVES DA SILVA	VALDEVINO PONTES	200	VILA NOVA	
Imobiliário	2090	521	NERCI REGINA MULLER	RICARDO PAULINO MAES	79	Centro	Casa Sra. Noemia
Imobiliário	11180	1439	NERISETTE DE LINZ ROSA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	PEDRA DE AMOLAR	lote5 quadra1

Econômico	1899	2394	NERSELI PEREIRA DA SILVA	GUILHERME JOAO BROCKWELD	212		ILHOTINHA
Imobiliário	10257	1112	NEURACI SOARES RIBEIRO	HERCILIO ZIMMERMANN	131	LOT 12 QDRA 02	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10315	1134	NEUSI LEAL	LUIZ PONTALDI	86	Lote 02 Quadra 07	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11955	1860	NEUSI TEREZINHA ANTUNES	NULL	10	lote6785 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	762	213	NICANOR CANDAO	SD 203	74		VILA NOVA
Imobiliário	11571	1659	NILDA NASCIMENTO RAMPELOTI	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote30 quadra54	MINAS
Imobiliário	2596	593	NILIO JOAO DA SILVA	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	1473		DAS MISSÕES
Imobiliário	11660	1692	NILSON KRUGER	NULL	0	lote21 quadra58	MINAS
Imobiliário	850	250	NILSON NAZARENO LAURENTINO	AVELINO JOAO SOARES	71		VILA NOVA
Diversos	11491	2754	NILSON ROCHA ESCANEZ	JOSÉ PEREIRA LIBERATO	329	CASA	SÃO JOÃO
Imobiliário	3243	703	NILTON FAGUNDES	PELEGRINO LESSA	81	LOT. DESM. DO LOT 794	VILA NOVA
Imobiliário	8446	906	NILTON FAGUNDES	OLAESIO JOAO BECKER	74		ILHOTINHA
Imobiliário	12000	1880	NILTON JOSE CUNHA	JORGE LACERDA	245	lote1532 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	11661	1693	NILTON KRUGER	NULL	0	lote22 quadra58	MINAS
Imobiliário	10271	1120	NILTON PAUL	HERCILIO ZIMMERMANN	96	Lote 06 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1558	420	NILVA APARECIDA BORSATTO	GERMANO LESSA	86		ILHOTINHA
Imobiliário	7474	801	NILVA APARECIDA BORSATTO	GERMANO LESSA	86		ILHOTINHA
Econômico	1872	2384	NILZA IZABEL DA CUNHA DOS SANTOS ME	MANOEL SIRÍLIO MÜLLER	39		Centro
Econômico	1358	2221	NIITMON CONFECÇÕES LTDA ME	BR 470	3776		BAÚ BAIXO
Econômico	2176	2521	NIVALDO JOSE RODRIGUES 05094249967	PLATAO GERALDO DE SOUZA	141	LOT. ILHA BELA	Centro
Imobiliário	726	203	NIVALDO RODRIGUES DA SILVA	JOSE DOMINGOS FILHO	289		VILA NOVA
Imobiliário	379	102	NIVALDO TEIXERA	MARCOS DE SOUZA	245		VILA NOVA
Imobiliário	638	176	NOELI RODRIGUES DA SILVA	GELINDO FURLANI	489		VILA NOVA
Imobiliário	9450	1046	NORBERT NEUMAYR	PEDRO GONÇALVES	841	LOTE 05 QDRA K	Centro
Diversos	8726	2678	NORBERT NEUMAYR	PEDRO GONÇALVES	841		CENTRO
Imobiliário	695	192	NORBERT ZIEGE	VALDEVINO PONTES	139		VILA NOVA
Imobiliário	1131	313	NORBERTO BATISTA DE ASSIS	DONZILA FRANCISCO	250		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1690	2322	NORDT ENGENHARIA LTDA.	JOAO QUINTINO SOARES	297	SALA 01	Centro
Imobiliário	10337	1143	NORI LEAL	LUIZ LEAL	155	Lote 16 Quadra 09	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11961	1863	NORMA KREISER	JORGE LACERDA	2527	lote1502 quadra15	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	11967	1865	NORMA MACHADO DOS SANTOS	JORGE LACERDA	4385	lote1504 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1741	2340	NTTN CONFECÇÕES LTDA	BR 470	3722	KM 28 TREVO PONTALDI	BAÚ BAIXO
Imobiliário	9408	1026	ODAIR ANTONIO FAGUNDES	PEDRO GONÇALVES	716	LOTE 11 - QDRA H	Centro
Diversos	6451	2658	ODAIR CASAS	ARTUR FARIAS	45		VILA NOVA

Imobiliário	561	154	ODAIR JOSE BONETTI	JOSE DOMINGOS FILHO	118	VILA NOVA
Imobiliário	9427	1035	ODAIR JOSE CAMARGO	PEDRO GONÇALVES	517	Centro
Imobiliário	11262	1494	ODAIR JOSE DE ASSIS	ADOLFO REINERT	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10772	1286	ODEMAR DUVE	NULL	0	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1470	2245	ODIR PEREIRA ME	ANTONIO BATISTA CURBANI	88	Centro
Imobiliário	10900	1340	ODO BRAS ZIMMERMANN	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11772	1760	ODORICO LUIZ COLLA	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	BOA VISTA
Imobiliário	10562	1209	OLAVIO SOARES	GERAL BAÚ CENTRAL	0	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	8866	960	OLGA HANK DESCHAMPS	21 DE JUNHO	1853	Centro
Imobiliário	8023	845	OLGA MERLO	MILTON DOMINGOS		VILA NOVA
Diversos	11389	2751	OLIMPIERI MALLMANN	MACHADO	180	FAZENDA
Imobiliário	2945	661	OLINDO DA SILVA	JOSE GERALDINO		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1339	371	ONDINA DA CONCEIÇÃO	BITTENCOURT	2752	Centro
Econômico	2266	2552	ONDINA DA CONCEIÇÃO	PADRE CARLOS GUESSER	260	
Imobiliário	10943	1355	ONELIA ALVES	PADRE CARLOS GUESSER	234	Centro
Econômico	2153	2512	ORACIDES VIEIRA 05027601921	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1554	2265	ORANGE DIGITAÇÕES LTDA - ME	GELINDO FURLANI	310	Centro
Diversos	9663	61	ORICA BRASIL PRODUTOS QUIMICOS LTDA	GERAL BAU BAIXO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11374	1574	ORIVAL MARIANO	RUA AL DOS MARACATINS	1217	INDIANOPOLIS
Imobiliário	990	280	ORIVALDO BOOZ	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11059	1383	ORIVALDO PAULO MANES	MARIA DE LURDES DA SILVA	83	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2368	566	ORLANDO SCHNAIDER JUNIOR	GERAL BRAÇO DO BAÚ	1038	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2447	575	ORLANDO BASILIO	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	27	Centro
Imobiliário	2563	592	ORLANDO JOAO BERNARDINO	RUA MARIA DE LURDES DA SILVA (a denominar)	77	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1194	330	ORLANDO SALVADOR	PEDRO CASTELLAIN	70	Centro
Imobiliário	10749	1275	ORLI DE SOUZA	AGUA SANTA	159	ILHOTINHA
Imobiliário	452	131	ORMIRO CAMARGO	GERAL ALTO BAU	0	ALTO BAU
Imobiliário	1121	310	ORSOLINO MANOEL LAUREANO FILHO	ARNOLDO LESSA	124	VILA NOVA
Imobiliário	9093	975	ORSOLINO MANOEL LAUREANO FILHO	JOSE GERALDINO	2520	PEDRA DE AMOLAR
				BITTENCOURT	969	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliario	9094	976	ORSOLINO MANOEL LAUREANO FILHO	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2520	PEDRA DE AMOLAR
Diversos	9059	2696	OSCAR MANOEL DA SILVA	GERAL MINAS	0	MINAS
Diversos	8832	2681	OSCAR RUSSI	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliario	10769	1284	OSMAR BAR	GERAL BAÚ SECO	0	BAÚ SECO
Imobiliario	1647	437	OSMAR CORREA	ANA CAROLINA LESSA	80	ILHOTINHA
Imobiliario	2897	642	OSMAR DE SOUZA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2408	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	2899	643	OSMAR DE SOUZA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2408	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2320	2577	OSMAR DJONATAN SCHRAMM	LUIZ LEAL	108	BAÚ BAIXO
Imobiliario	2131	526	OSMAR GONCALVES *****	GELINDO FURLANI	700	VILA NOVA
Imobiliario	2707	614	OSMAR GONCALVES *****	FORTUNATO ZANCANELA	70	Centro
Imobiliario	8975	962	OSMAR LUIZ DE AVIZ	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2467	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	10783	1295	OSNI BACKAMANN	NULL	0	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Imobiliario	1638	435	OSNI FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	180	ILHOTINHA
Imobiliario	1639	436	OSNI FRANCISCO	ANA CAROLINA LESSA	168	ILHOTINHA
Imobiliario	38	65	OSNI JOSE DAROS	LEOBERTO LEAL	183	Centro
Imobiliario	1908	496	OSNI JOSE DAROS	MODESTO VARGAS	323	Centro
Imobiliario	2972	671	OSNI MANOEL	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	3026	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	2973	672	OSNI MANOEL	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	3026	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	9152	981	OSNI MANOEL	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	3026	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	2561	591	OSNI THOME	PEDRO CASTELLAIN	92	Centro
Imobiliario	11532	1642	OSNILDO EUGENIO RAMPELOTTI	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	MINAS
Imobiliario	10912	1342	OSNILDO JOSE PRIM	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliario	11422	1599	OSNILDO SAES	NULL	0	MINAS
Imobiliario	265	88	OSNILDO THOME	MODESTO VARGAS	156	Centro
Imobiliario	895	264	OSVALDIR ALVES	ARTUR FARIAS	146	VILA NOVA
Imobiliario	2011	513	OSVALDO PARME	MARIO COSTA	60	Centro
Imobiliario	6399	706	OSVALDO PARME	EGON COSTA	31	Centro
Econômico	1823	2369	OSVALDO PARME	MANOEL CORDEIRO FILHO	1028	Centro
Imobiliario	618	172	OSVALDO VALDIR FERNANDES	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	255	VILA NOVA

Imobiliário	2775	622	OSVALDO VALDIR FERNANDES	21 DE JUNHO	531	Centro
Imobiliário	7168	777	OSVALDO VALDIR FERNANDES	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	0	VILA NOVA
Imobiliário	2925	656	OTACILIO OLIVIO DE SOUZA	MARIA CLARA BITTENCOURT	119	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	2219	2534	PAMELA DOS SANTOS BATISTA - ME	MANOEL CLAUDIO	367	Centro
Imobiliário	11146	1419	PANDIDI EMPREENDIMENTOS	RUTH SCHMITT CURBANI	0	BARRANCO ALTO
Imobiliário	11222	1471	PANDINI EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10770	1285	PATRICIA DA SILVA	GERAL BAÚ SECO	0	BAÚ SECO
Imobiliário	11970	1868	PATRICIA FABIANA DE OLIVEIRA DORNELLES	PEDRO GONÇALVES	0	Centro
Imobiliário	10441	1176	PATRICIA LANG	LUIZ SILVINO DA CUNHA	2677	BAÚ BAIXO
Diversos	11582	2757	PATRICIA MENDES ASCENSO ROCHA-ME	RUA MANOEL FRANCISCO ADAO	2696	MINAS
Econômico	1730	2333	PATRICIA PEREIRA & CIA LTDA-ME	ADOLFO REINERT	0	LOCALIDADE DE POCINHOS
Econômico	2028	2457	PATRICIA PEREIRA SIMON	JOSE DOMINGOS FILHO	9	VILA NOVA
Imobiliário	1892	492	PATRICIO ZUCCHI	MODESTO VARGAS	415	Centro
Imobiliário	10746	1272	PATROCINIA FAURO	NULL	0	ALTO BAU
Diversos	9670	2726	PAULA DO CARMO NORDT		120	
Imobiliário	11844	1801	PAULINO PALHANO E VILMA DO PRADO	NULL	lote1 quadra77.(rua do trilho)	BOA VISTA
Imobiliário	11577	1660	PAULO ADÃO	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	MINAS
Diversos	9116	2699	PAULO ANSELMO STANKE	GERAL BOA VISTA	4356	BOA VISTA
Imobiliário	1149	320	PAULO BALABAN	SD 502	35	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1556	418	PAULO CAVIQUIOLI	GERMANO LESSA	108	ILHOTINHA
Econômico	1649	2304	PAULO CAVIQUIOLI	GERMANO LESSA	121	ILHOTINHA
Imobiliário	2175	538	PAULO CESAR BROCKVELD	GUILHERME JOAO BROCKWELD	390	ILHOTINHA
Imobiliário	3216	701	PAULO CESAR BROCKVELD	ALUIPIO BRASSANINI	72	Centro
Imobiliário	3228	702	PAULO CESAR BROCKVELD	ALUIPIO BRASSANINI	60	Centro
Imobiliário	11329	1539	PAULO CEZAR RIFEL	NULL	0	BAÚ BAIXO
Econômico	1000026	2587	PAULO DA CUNHA ARTIGOS DE 1,99 - ME	RICARDO PAULINO MAES	82	Centro
Imobiliário	71	66	PAULO DEBARBA	21 DE JUNHO	160	Centro
Imobiliário	3017	677	PAULO DEBARBA	21 DE JUNHO	160	Centro
Imobiliário	6764	758	PAULO DEBARBA	21 DE JUNHO	160	Centro
Imobiliário	10601	1217	PAULO EDUARDO PEREIRA	BONIFACIO MABA	224	Centro
Econômico	1250	2200	PAULO GILBERTO BADALOTTI ME	FORTUNATO ZANCANELA	33	Centro

Imobiliário	9341	1018	PAULO HENRIQUE CHEPELUSKI	PEDRO GONÇALVES	123	LOTE 05 QDRA C	Centro
Diversos	11381	2750	PAULO HENRIQUE CHEPELUSKI	PEDRO GONÇALVES	123		CENTRO
Imobiliário	245	85	PAULO JOAO CARDOSO	BERTOLDO SIMON	70		Centro
Imobiliário	647	179	PAULO JOAO CARDOSO	JOLETO VALGAS	247		VILA NOVA
Econômico	1987	2435	PAULO RICARDO WERNER	GERAL BRAÇO DO BAÚ	1650	CASA	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2868	630	PAULO ROBERTO CUNHA	FORTUNATO ZANCANELA	55		Centro
Econômico	861	2176	PAULO ROBERTO CUNHA SERRALHERIA ME	FORTUNATO ZANCANELA	49	FUNDOS	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	382	105	PAULO ROBERTO DRUN	ALIPIO BRASSANINI	41		Centro
Imobiliário	11709	1729	PAULO ROBERTO RIBEIRO	NULL	0	lote806 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	11629	1681	PAULO TEIXEIRA DUTRA	GERAL MINAS	0	Lote 56 Quadra 56	MINAS
Imobiliário	1517	404	PAULO VILMAR BATISTA	ABEL JOAO CORREA	314		ILHOTINHA
Imobiliário	2646	598	PEDRO ANTONIO LAMIN	21 DE JUNHO	2765		Centro
Imobiliário	1401	390	PEDRO DE MOURA	PLATAO GERALDO DE SOUZA	211	ILHA BELA	Centro
Imobiliário	833	239	PEDRO DE OLIVEIRA	JOSE DOMINGOS FILHO	145		VILA NOVA
Imobiliário	1151	321	PEDRO DE OLIVEIRA	DONZILA FRANCISCO	197		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1463	397	PEDRO FELICIO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	55		ILHOTINHA
Imobiliário	8394	885	PEDRO FELICIO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	55		ILHOTINHA
Imobiliário	8395	886	PEDRO FELICIO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	55	sl fechada	ILHOTINHA
Imobiliário	8396	887	PEDRO FELICIO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	55		ILHOTINHA
Imobiliário	8397	888	PEDRO FELICIO	GUILHERME JOAO BROCKWELD	55	sl fechada	ILHOTINHA
Econômico	1620	2288	PEDRO HENRIQUE COSTA NORDT	NULL	297		Centro
Imobiliário	1287	351	PEDRO JULIANO COSTA	MANOEL SABINO	120		ILHOTINHA
Imobiliário	7441	800	PEDRO JULIANO COSTA	MANOEL SABINO	120		ILHOTINHA
Imobiliário	11918	1848	PEDRO JURANDIR ROSA	NULL	4	lote6749 quadra50	DAS MISSÕES
Econômico	1813	2367	PEDRO JURANDIR ROSA 78577527972	JOAO DOMINGOS PEREIRA	0	LOTE 4 QUADRA 1	ILHOTINHA
Imobiliário	11786	1769	PEDRO LAMIM	ONADIR DAS NEVES FERREIRA	0	lote1 quadra74	BOA VISTA
Imobiliário	3047	684	PEDRO MARTINHO SEVERINO	RAMPELOTTI	105		VILA NOVA
Diversos	9087	2697	PEDRO NICOLAU KREMER	GERAL ALTO BAU	859	RUA: IGREJA SANTA PAULINA	ALTO BAU
Imobiliário	613	170	PEDRO PAULO DOMINGOS	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	295		VILA NOVA
Imobiliário	7206	781	PEDRO PAULO DOMINGOS	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	295		VILA NOVA
Imobiliário	7207	782	PEDRO PAULO DOMINGOS	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	295		VILA NOVA
Imobiliário	9291	1013	PEDRO PAULO ROSATI	SD 210	274		VILA NOVA
Imobiliário	853	253	PEDRO PEREIRA	AVELINO JOAO SOARES	39		VILA NOVA

Imobiliário	11587	1661	PEDRO ROBERTO LAMIM DESCHAMPS	MANOEL FRANCISCO ADAO	1245	lote14 quadra56	MINAS
Imobiliário	3001	675	PEDRO RODRIGUES DA SILVA	VEREADOR LUCIANO DOMINGOS MACHADO	18		VILA NOVA
Imobiliário	11821	1783	PEDRO RODRIGUES DA SILVA	SILVIO RAMPELOTTI	0	lote30 quadra75	BOA VISTA
Diversos	8931	2686	PEDRO ZEFERINO	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0		MINAS
Econômico	1955	2419	PERONI ROQUETI DOS SANTOS ME	21 DE JUNHO	130	AP/E: SALA 01	Centro
Diversos	11447	2753	PETER KUSSLER	RUA IRLANDA	263	E	PRESIDENTE MEDICE
Imobiliário	1362	376	PITTER M. BARCELOS E LUCIANA DA LUZ	PLATAO GERALDO DE SOUZA	238		Centro
Econômico	2275	2555	PK7 - INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EIRELI	21 DE JUNHO	1390		Centro
Diversos	8079	2672	PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA EPP		0		
Econômico	1971	2427	PRECISION IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME	IZIDORO MAES	308		Centro
Diversos	8887	2685	PRECISION IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME	IZIDORO MAES	308		Centro
Imobiliário	9380	1022	PRISCILA ANDRESSA HEIMANN	PEDRO GONÇALVES	0	LOTE 5 - QDRA F	Centro
Imobiliário	9654	1090	PRISCILA JAQUELINE POMPEO DA SILVA	PEDRO GONÇALVES	478	CASA 01	Centro
Econômico	2011	2452	PRISCILA MONIQUE DA SILVA RAMOS	GERAL POCINHO	287		LOCALIDADE DE POCINHOS
Imobiliário	10345	1146	PRISCILA PONTALDI	9 DE JUNHO	30	Lote 03 Quadra 10	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11082	1389	PRISCILA REICHERTZ	GERAL BRAÇO DO BAÚ	7857	lote6 quadra31	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1744	2341	PYETRA MODA INTIMA LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	619		Centro
Econômico	1932	2408	PYETRA MODA INTIMA LTDA ME	MARCOS NOGUEIRA CUNHA	122	FUNDOS	Centro
Econômico	1887	2389	RAFAEL ANDREI CUSTODIO	MODESTO VARGAS	893	CASA	Centro
Imobiliário	11988	1876	RAFAEL COELHO	JORGE LACERDA	0	lote1521 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	11382	1580	RAFAEL FELISBINO	NULL	84	lote25 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11389	1586	RAFAEL FELISBINO	NULL	0	lote31 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11390	1587	RAFAEL FELISBINO	NULL	0	lote32 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2456	576	RAFAEL REGADO /RAFAELA PEDROSO DA SILVA	RUA MARIA DE LURDES DA SILVA (a denominar)	19		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11837	1797	RAFAEL ROBERTO DE SOUZA	NULL	54	lote11 quadra76	BOA VISTA
Imobiliário	10652	1235	RAFAELA GONCALVEZ	GERAL ALTO BAU	2800	lote8 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	11305	1519	RAFAELA REINERT	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote4 quadra3	BAÚ BAIXO
Econômico	2287	2561	RAIL CONFECÇÕES LTDA-ME	21 DE JUNHO	41	SALA 01	Centro
Econômico	1816	2368	RAINHA DAS MOCAS CONFECÇÕES LTDA	RICARDO PAULINO MAES	168	AP/E: SALA 03	Centro

Imobiliário	10727	1267	ME	RAINOLDO RUNKUS	NULL		0	lote14 quadra4	ALTO BAU
Econômico	1797	2361		RAJUAN CONFECCOES DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA ME	PEDRO CASTELLAIN		118		Centro
Econômico	1485	2250		RAJUAN CONFECCOES DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA-ME	NULL		43		Centro
Econômico	2129	2502		RALF NORDT	NULL		120		NULL
Diversos	7673	2667		RALF NORDT			120		
Imobiliário	10384	1157		RAQUEL HORN	PADRE ROBERTO WIROBEK		205	Lote 03 Quadra 15	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1732	460		RAQUEL RODRIGUES PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA		461		ILHOTINHA
Imobiliário	1757	466		RAUL DIAS	AMARO LUIZ DE SOUZA		621		DAS MISSÕES
Imobiliário	10799	1307		RAUL RODEN	NULL		0	Lote 16 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	11283	2743		RECICLE CATARINENSE DE RESIDUOS LTDA			411		
Imobiliário	9650	1089		REFERENCIAL CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA	FRANCISCO XAVIER DOS SANTOS		91	lote11 quadra16- area 01	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8883	961		REFINADORA CATARINENSE S/A	ADOLFO COUTO		113		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	3040	681		REGIANE TOME SCHMITT	MARCELINO CARLOS THOME		237		ILHOTINHA
Econômico	1669	2313		REGIANI VANDERLEI ZABEL DE MIRANDA 61250589991	GERAL ALTO BAU		0		ALTO BAU
Imobiliário	812	232		REGINA DA ROSA MARTINS	ARNOLDO LESSA		21		VILA NOVA
Econômico	2227	2537		REI DA FESTA COMERCIO DE BEBIDAS EIRELI ME	JOSE GERALDINO BITTENCOURT		969		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10773	1287		REINALDO DUVE	NULL		0	lote2 quadra7	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1679	2319		REINALDO GUILHERME HOFFMANN	JOSE GERALDINO BITTENCOURT		944		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	415	114		REINALDO LUIZ DE OLIVEIRA	GELINDO FURLANI		191		Centro
Imobiliário	820	233		REJANE CREPES SOARES	BRUNO JASMENEO DE SOUZA		80		VILA NOVA
Econômico	1268	2206		RENATA SIQUEIRA VARELLA COMERCIO ME	JOSE DOMINGOS FILHO		71		VILA NOVA
Imobiliário	2693	611		RENATO DESCHAMPS	SD 401		559		Centro
Imobiliário	10631	1225		RENATO GOLL	GERAL ALTO BAU		0	Lote 41 Quadra 01	ALTO BAU
Imobiliário	10665	1240		RENATO GOLL	GERAL ALTO BAU		0	lote21 quadra2	ALTO BAU
Diversos	9239	2702		RENATO MARTINS EMPRESARIO ME	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES		0		MINAS
Imobiliário	11154	1425		RENATO NEGREIROS DA SILVA	FLOR EDUARDO DE SOUZA		0	lote19 quadra1	BARRANCO ALTO
Diversos	4,92E+08	2788		RENATO PINTO DE CASTRO	RUA JOAQUIM SCOTTINI		500		MINAS
Imobiliário	10577	1212		RENATO RUSSI	GERAL ALTO BAU		621	lote2 quadra3	ALTO BAU

Diversos	9545	2718	RENATO SALESIO RUSSI	GERAL ALTO BAU	745		ALTO BAU
Imobiliario	788	225	RENATO SIQUERA VARELLA	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	101		VILA NOVA
Imobiliario	10342	1145	RENI CORREIA	LUIZ LEAL	0	Lote 21 Quadra 09	BAÚ BAIXO
Econômico	1886	2388	RESTAURANTE E LANCHONETE CASEIRISSIMO LTDA ME	BR 470	0	AP/E: KM 29	BAÚ BAIXO
Econômico	1244	2199	RETRO'S CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA ME	GERAL BOA VISTA	5899		BOA VISTA
Econômico	1862	2378	RICARDO BORBA 06681908926	JOSE DOMINGOS FILHO	83		VILA NOVA
Imobiliario	11057	1381	RICARDO JOSE WERNER	NULL	901	lote5 quadra29	MINAS
Imobiliario	396	108	RICARDO MANOEL CONINCK	GELINDO FURLANI	357		VILA NOVA
Imobiliario	397	109	RICARDO MANOEL CONINCK	GELINDO FURLANI	357		VILA NOVA
Imobiliario	6988	772	RICARDO MANOEL CONINCK	GELINDO FURLANI	357		VILA NOVA
Diversos	8947	2690	RIJ ESPETACULOS CIRCENSES LTDA		0		
Imobiliario	11601	1668	RIITA CASAS	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	lote28 quadra56	MINAS
Econômico	1329	2215	RIM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME	21 DE JUNHO	1519		Centro
Imobiliario	11339	1547	ROBERTA PLOIGER	NULL	0	Lote 11 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Diversos	11604	2761	ROBERTO CARLOS MACHADO 06586721938	AVELINO JOAO SOARES	74		VILA NOVA
Imobiliario	11188	1446	ROBERTO LIMA BITTENCOURT	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 13 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	12036	1889	ROBERTO POERNER	GERAL MINAS	0		MINAS
Imobiliario	11388	1585	ROBERTO TOMAZ	NULL	85	lote30 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliario	9851	1100	ROBSON ANDRE ALVES E OUTRO	PEDRO GONÇALVES	453	LOTE 03 QDRA G	Centro
Imobiliario	479	140	ROBSON CARLOS WEIGUERT	ROSA RAMOS VITURINO	42		VILA NOVA
Imobiliario	3044	682	ROBSON CARLOS WEIGUERT	DOMINGOS AMÉRICO DE SOUZA	30		Centro
Imobiliario	11682	1707	ROBSON OSNILDO FRITZ	NULL	0	lote792 quadra79	BOA VISTA
Diversos	9089	2698	ROBSON STANKE	SILVIO RAMPELOTTI	4356		BOA VISTA
Econômico	905	2182	RODOCUCAR TRANSPORTES ROD. LTDA.ME.	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	730		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliario	10781	1293	RODOLFO ANGELO SCHMITT	NULL	0	Lote 10 Quadra 07	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Imobiliario	10287	1125	RODOLFO GRIGNANE	JOSE VERTUOSO DA SILVA	74	LOT 05 QDRA 04	BAÚ BAIXO
Imobiliario	10777	1291	RODRIGO	NULL	0	lote6 quadra7	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Imobiliario	11595	1664	RODRIGO AGENOR PINTO	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	lote22 quadra56	MINAS
Econômico	262	2155	RODRIGO ANIBAL DE SOUZA CONFECÇÕES LTDA ME	SD 221	2395	RUA SOUZA S/ DENOMINAÇÃO OFICIAL - SALA A	DAS MISSÕES

Diversos	7503	2665	RODRIGO BOEING ALTHOF			84	
Imobiliário	332	96	RODRIGO CESAR DUATE FLORIANI	ANTONIO BATISTA CURBANI		99	Centro
Imobiliário	6856	762	RODRIGO CESAR DUATE FLORIANI	ANTONIO BATISTA CURBANI		99	Centro
Econômico	1738	2338	RODRIGO LAMIM DESCHAMPS ME	21 DE JUNHO		110	Centro
Imobiliário	11531	1641	RODRIGO LUIZ	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES		0	Lote 19 Quadra 55 MINAS
Imobiliário	11376	1576	RODRIGO PLOTGHER	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO		0	lote19 quadra4 BAÚ BAIXO
Econômico	1782	2352	RODRIGUES PACHECO IND. E COM. DE TECIDOS EIRELI EPP.	JOSE GERALDINO BITTENCOURT		1978	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	604	2166	ROGENIO LUIZ ME	RICARDO PAULINO MAES		94	AP/E: SALA 01 Centro
Imobiliário	11215	1468	ROGERIO CIRO GREITER	GERAL BAU BAIXO		1545	lote2 quadra6 BAÚ BAIXO
Econômico	1696	2327	ROJEMAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT		470	SALA 01 PEDRA DE AMOLAR
Diversos	11346	2749	ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	RUA RODOVIA RS 118		5195	BOM SUCESSO
Econômico	1829	2370	ROMAN RONAM WISNIENSKI ME	FELISKY		129	SALA 01 Centro
Imobiliário	11085	1391	ROMEU DA SILVA	GERAL BRAÇO DO BAÚ		8897	lote10 quadra313 BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10637	1228	ROMUALDO KREWER	GERAL ALTO BAU		0	Lote 47 Quadra 01 ALTO BAU
Diversos	11681	2770	RONALDO ADRIANO DE SOUZA	FORTUNATO ZANCANELA		33	CENTRO
Imobiliário	1408	392	RONALDO DA ROSA MARTINS	21 DE JUNHO		1242	Centro
Imobiliário	11461	1611	RONALDO DA ROSA MARTINS JUNIOR	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS		0	lote13 quadra47 MINAS
Econômico	590	2165	RONALDO DA ROSA MARTINS ME	ANTONIO DELLANDREA		86	MINAS
Imobiliário	2924	655	RONALDO DA SILVA	MARIA CLARA BITTENCOURT		133	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	755	211	RONALDO FRANCISCO LUNKE	SD 203		20	VILA NOVA
Imobiliário	12021	1888	RONALDO FRANCISCO LUNKE	SD 203		20	VILA NOVA
Imobiliário	9370	1020	RONALDO JOSE DIAS	PEDRO GONÇALVES		235	QDRA E LOTE 02 Centro
Imobiliário	11462	1612	RONALDO MARTINS	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS		100	lote14 quadra47 MINAS
Imobiliário	11499	1630	RONALDO MARTINS	ANTONIO DELLANDREA		0	lote19 quadra49 MINAS
Imobiliário	9580	1077	ROSA CORDEIRO	MARCOLINO HAMMES		188	Rua A, qdra A, lote 3 BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	9594	1079	ROSA CORDEIRO	GERAL BRAÇO DO BAÚ		188	Rua A, qdra A, lote 3 BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11195	1452	ROSA DA SILVA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA		0	Lote 19 Quadra 01 PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10426	1171	ROSA E ROSA RECUPERADORA DE PLASTICOS LTDA ME	GERAL BAU BAIXO		461	Lote 01 Quadra 27 BAÚ BAIXO
Econômico	1892	2392	ROSA E ROSA RECUPERADORA DE PLASTICOS LTDA ME	GERAL BAU BAIXO		985	AP/E: GALPAO01 BAÚ BAIXO
Imobiliário	1573	424	ROSA MACHADO TOMAS	ABEL JOAO CORREA		122	ILHOTINHA

Imobiliário	1574	425	ROSA MACHADO TOMAS	ABEL JOAO CORREA	108	ILHOTINHA
Imobiliário	10261	1115	ROSA MARIA DESCHAMPS MARTINS DA SILVA	HERCILIO ZIMMERMANN	75	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1807	476	ROSA MARIA MELLIES	JOAO DOMINGOS PEREIRA	2469	DAS MISSÕES
Imobiliário	11530	1640	ROSA PEREIRA VITAL	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	MINAS
Imobiliário	1295	353	ROSA VEIGA LEITE	PADRE CARLOS GUESSE	331	Centro
Imobiliário	11867	1819	ROSANA RODRIGUES DA CRUZ	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	BOA VISTA
Imobiliário	1555	417	ROSANE BROCKVELD PEREIRA	GERMANO LESSA	120	ILHOTINHA
Imobiliário	10290	1127	ROSANE DOS SANTOS MATIAS	JOSE DEBARBA	125	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11872	1822	ROSANGELA APARECIDA CAETANO	NULL	62	DAS MISSÕES
Econômico	853	2173	ROSANGELA CORDEIRO ME	RICARDO PAULINO MAES	599	Centro
Imobiliário	1240	337	ROSANGELA DA SILVA	ABEL JOAO CORREA	167	ILHOTINHA
Imobiliário	10712	1261	ROSANGELA GOLDINHO COSTA	NULL	0	ALTO BAU
Imobiliário	11882	1830	ROSANGELA PAES DE FARIAS	NULL	51	DAS MISSÕES
Imobiliário	1086	300	ROSE C. MACHADO	UBALDO JOSE BITTENCOURT	132	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9273	1010	ROSE DE APAERECIDA CANDÃO E FILHOS	MARIA CLAUDIA SOARES	511	Centro
Econômico	2233	2540	ROSE MOSER & CAFE CAFE PARIS CONFECÇÕES LTDA - ME	RICARDO PAULINO MAES	543	Centro
Imobiliário	1365	378	ROSELENE KOEHLER	PLATAO GERALDO DE SOUZA	274	Centro
Imobiliário	11692	1715	ROSELI BUCHER	NULL	1854	BOA VISTA
Imobiliário	10604	1219	ROSELI LOPES	BONIFACIO MABA	224	Centro
Econômico	2254	2549	ROSELI MARIA BUSARELLO	21 DE JUNHO	1143	Centro
Imobiliário	11846	1802	ROSELI MARIA HILLI	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	BOA VISTA
Imobiliário	608	169	ROSELI RAMTHUN	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	331	VILA NOVA
Imobiliário	1255	339	ROSELI T. PLEGER	GUILHERME JOAO BROCKWELD	647	ILHOTINHA
Imobiliário	7416	797	ROSELI T. PLEGER	GUILHERME JOAO BROCKWELD	647	ILHOTINHA
Econômico	1670	2314	ROSELI THIEM MARTENDAL	GERAL ALTO BAU	0	ALTO BAU
Imobiliário	11126	1408	ROSELI ZIMMERMANN	FERNANDO ZIMMERMANN	1153	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11830	1791	ROSELITA MEES	NULL	0	BOA VISTA
Diversos	11343	2748	ROSEMARI DE SOUZA	ESTRA GERAL ALTO BAU	0	ALTO BAU
Imobiliário	1604	432	ROSEMERI CAVIQUIOLI	LUIZ LESSA	54	ILHOTINHA
Diversos	1590	2637	ROSEMERI CAVIQUIOLI	LUIZ LESSA	54	ILHOTINHA
Imobiliário	8479	917	ROSEMERI FREITAS GUNS	ERMINIA LESSA DE FREITAS	100	ILHOTINHA
Imobiliário	8481	918	ROSEMERI FREITAS GUNS	ERMINIA LESSA DE FREITAS	126	ILHOTINHA
Imobiliário	8482	919	ROSEMERI FREITAS GUNS	ERMINIA LESSA DE FREITAS	136	ILHOTINHA

Imobiliário	8484	920	ROSEMERI FREITAS GUNS	CARLOS AUGUSTO DE FREITAS	150	ILHOTINHA
Imobiliário	8485	921	ROSEMERI FREITAS GUNS	ERMINIA LESSA DE FREITAS	174	ILHOTINHA
Econômico	2119	2497	ROSENILDE DE OLIVEIRA	PEDRO AMARO CORREA	110	VILA NOVA
Imobiliário	8709	950	ROSILENE MARTINS PEREIRA	PEDRO JORGE DOS SANTOS	51	Centro
Imobiliário	11400	1591	ROSIMERE ZABEL CASA GRANDE	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	2284	MINAS
Imobiliário	2143	530	ROSIMERI HOBUS	JOSE IZIDRIO VIEIRA	137	VILA NOVA
Imobiliário	7606	813	ROSIMERI SPLENGER	LAUREANO THOMÉ	170	DAS MISSÕES
Imobiliário	10932	1350	ROSMAEL FISCHER	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10379	1156	ROSMAEL ROBERTO REICHERT	TEODORO REICHERT	682	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11019	1374	ROSMAEL ROBERTO REICHERT	BERNADINO FRANCISCO DE SOUZA	29	BAÚ BAIXO
Econômico	1858	2376	RPM TRADING COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	JORGE LACERDA	0	BARRA DE LUIZ ALVES
Diversos	11197	2737	RUBENS STANKE	SILVIO RAMPELOTTI	4356	BOA VISTA
Imobiliário	272	90	RUBENS TIVES	MODESTO VARGAS	190	Centro
Imobiliário	9554	1068	RUBENS TIVES	NILDO SOARES	20	Centro
Imobiliário	9555	1069	RUBENS TIVES	NILDO SOARES	32	Centro
Imobiliário	11161	1430	RUBIA LAMIM	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	BARRANCO ALTO
Econômico	1834	2371	RUI MAX MACHADO DISTRIBUIDORA ME	PEDRO CASTELLAIN	969	Centro
Diversos	4,92E+08	2787	RUTE LUIZA RAIMUNDO	JOAQUIM JOSE DE FREITAS	277	CORDEIROS
Imobiliário	8143	856	RYAN STALONY PAES DE FARIAS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	802	ILHOTINHA
Diversos	5701	2651	RYU HAYASHIHARA		410	BOA VISTA
Econômico	1000240	2626	SAB ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	LEOBERTO LEAL	660	Centro
Imobiliário	11327	1537	SABRINA BRUNO	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11525	1637	SADI DE OLIVEIRA	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	MINAS
Imobiliário	411	113	SADIR CARLOS RINCO	GELINDO FURLANI	231	Centro
Imobiliário	10325	1140	SALESIO DOS SANTOS	Arnoldo Berti	18	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1023	288	SALESIO CURBANI	NICOLAU JOSE MARCOS	85	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	211	81	SALETE APARECIDA DA SILVA GONCALVES	MODESTO VARGAS	776	Centro
Imobiliário	212	82	SALETE APARECIDA DA SILVA GONCALVES	MODESTO VARGAS	776	Centro
Diversos	5386	2649	SALETE RADUNTZ WAMZER	MANOEL CORDEIRO FILHO	1054	Centro

Imobiliário	10881	1335	SALVIO RINCO	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	lote13 quadra8	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	2064	2477	SAMUEL DOMINGOS LOCH	PEDRO JORGE DOS SANTOS	51	ILHA BELA	Centro
Diversos	11657	2768	SAMUEL SANTANA	RUA SEM DENOMINAÇÃO 02	0		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9439	1042	SAMUEL ZAPELINI	PEDRO GONÇALVES	667	LOTE 06 QDRA I	Centro
Imobiliário	11946	1858	SANDRA APARECIDA BATISTA	NULL	14	lote6777 quadra50	DAS MISSÕES
Econômico	1000199	2625	SANDRA APARECIDA FOGAÇA-ME	21 DE JUNHO	2015	SALA 03	Centro
Diversos	11777	2780	SANDRA DA SILVA DE OLIVEIRA	RUA PEDRO VERISSIMO DE CAMPOS	1465		CENTRO
Imobiliário	11419	1597	SANDRA DE SOUZA	NULL	0	Lote 27 Quadra 48	MINAS
Imobiliário	10720	1264	SANDRA MARIA TESCH SCHMIDT	NULL	0	Lote 7 Quadra 04	ALTO BAU
Imobiliário	11822	1784	SANDRA REGINA JACKSON DA LUZ	SILVIO RAMPELOTTI	5309	lote31 quadra75	BOA VISTA
Imobiliário	10413	1167	SANDRA REGINA REGIS CORREIA	GERAL BAU BAIXO	1331	Lote 569 Quadra 26	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1667	439	SANDRA SILVANA LESSA	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1939		ILHOTINHA
Imobiliário	11189	1447	SANDRO DE JESUS	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 14 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1985	2433	SANDRO ROBERTO LAMIN	21 DE JUNHO	451		Centro
Imobiliário	2379	568	SANTINA ALEXANDRE MARTINS	VALMIR ALEXANDRE	71		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	484	141	SANTINHA MARFISA ALVES	GELINDO FURLANI	412		VILA NOVA
Imobiliário	11885	1833	SARAIA JANETE DA SILVA	NULL		lote6717 quadra50.(segunda rua a direita)	DAS MISSÕES
Econômico	1868	2382	SCORPION INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	GERAL BAU BAIXO	670		BAÚ BAIXO
Econômico	1000113	2613	SEBASTIANA ERONETE MOREIRA 44054327915	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1576	2272	SEBASTIÃO ASSIS FLORENCIO AMAZONAS	MANOEL SABINO	84		ILHOTINHA
Imobiliário	948	274	SEBASTIAO CHAVIER DA COSTA (NANA)	ADOLFO COUTO	143		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	727	204	SEBASTIAO CORDEIRO DE GODOIS	JOSE DOMINGOS FILHO	305		VILA NOVA
Imobiliário	8231	865	SEBASTIAO CORDEIRO DE GODOIS	JOSE DOMINGOS FILHO	305	FUNDOS	VILA NOVA
Econômico	1934	2410	SEBASTIAO CORDEIRO DE GODOIS	JOSE DOMINGOS FILHO	305		VILA NOVA
Imobiliário	2911	646	SEBASTIAO DE QUADROS	JOSE VERTUOSO DA SILVA	170		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2912	647	SEBASTIAO DE QUADROS	JOSE VERTUOSO DA SILVA	186		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11333	1543	SEBASTIÃO DOS SANTOS	NULL	0	Lote 05 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11899	1838	SEBASTIAO ESPINOZA	NULL	53	lote6730 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	11093	1394	SEBASTIÃO FONSECA	GERAL BRAÇO DO BAÚ	10047	lote18 quadra31	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2916	649	SEBASTIÃO ISIDIO	SD 504	38	CORREGO DA UBALDO COM A MARIA CLARA	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	11716	1734	SEBASTIÃO MACHADO	NULL	0	lote619 quadra68	BOA VISTA
Imobiliário	11664	1696	SEBASTIÃO VILMAR CUNHA	NULL	0	lote1 quadra60 (RUA LADO SITIO MARLEU)	MINAS
Imobiliário	11304	1518	SEIDNEI REINERTE	ADOLFO REINERT	0	lote3 quadra3	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10527	1197	SERGI SCHMITT	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote271 quadra21	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	1700	451	SERGILIO JOAQUIM DE SOUZA	GUILHERME JOAO BROCKWELD	642		ILHOTINHA
Imobiliário	1701	452	SERGILIO JOAQUIM DE SOUZA	GUILHERME JOAO BROCKWELD	642		ILHOTINHA
Imobiliário	7479	802	SERGIO ALBANO	DONATO FELICIO	692		ILHOTINHA
Imobiliário	1727	459	SERGIO GIANESINI	JOAO DOMINGOS PEREIRA	691		ILHOTINHA
Imobiliário	1027	289	SERGIO JOSE CARDOSO	NICOLAU JOSE MARCOS	41		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10253	1110	SERGIO JOSE DE OLIVEIRA126	ELISIO JOAO DA ROCHA	126	LOT 09 QDRA 02	BAÚ BAIXO
Econômico	1788	2357	SERGIO LUIS MARTINEZ	JOLETO VALGAS	89		VILA NOVA
Imobiliário	10585	1215	SERGIO MALIZESKI	GERAL ALTO BAU	1167	lote10 quadra3	ALTO BAU
Imobiliário	11194	1451	SERGIO MANOEL TEIXEIRA	(SEM LEI) GERAL DA CAEIRA	0	Lote 18 Quadra 01	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10404	1166	SERGIO ROBERTO CASAS	GERAL BAU BAIXO	1386	Lote 616 Quadra 17	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11478	1618	SERGIO SAES	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	4328	lote68 quadra52	MINAS
Diversos	9057	2695	SERGIO SAES	GERAL MINAS	4328	PROX. IGREJA SANTA LUZIA	
Diversos	9272	2703	SERVICOS, LOGISTICA E EQUIPAMENTOS AMBIENTAIS FOXWATER LTDA		360		
Econômico	1000005	2582	SIDNEI ADAO 01827955945	GERAL ALTO MINAS	0	S/N	MINAS
Econômico	1801	2362	SIDNEI AGOSTINHO 97058815968	21 DE JUNHO	99	SALA 03	Centro
Imobiliário	10940	1353	SIDNEI ALVES	NULL	0	lote2 quadra16	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	10249	2733	SIDNEI ALVES	ESTRADA MORRO AZUL	0		BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1905	2396	SIDNEI ARTUR LARSEN	RICARDO PAULINO MAES	535		Centro
Imobiliário	11216	1469	SIDNEI DOS SANTOS	GERAL BAU BAIXO	3045	lote3 quadra6	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11775	1762	SIDNEI KLOCK	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	lote16 quadra72	BOA VISTA
Imobiliário	579	161	SIDNEI PEDRINHO DE MORA	JOSE DOMINGOS FILHO	280		VILA NOVA
Imobiliário	10857	1329	SIDNEI REICHARTZ	NULL	0	Lote 12 Quadra 07	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	9304	2706	SIDNEI SOARES	MODESTO VARGAS	490		Centro
Imobiliário	11417	1596	SIDNEY ADÃO	NULL	0	Lote 25 Quadra 48	MINAS
Imobiliário	2238	548	SIDNEY SABINO	BONIFACIO MABA	171	Casa	Centro
Econômico	2298	2568	SIDNEY SABINO	BONIFACIO MABA	149		Centro
Imobiliário	11265	1497	SIECI MACIEL	ADOLFO REINERT	0	Lote 28 Quadra 01	BAÚ BAIXO
Diversos	11584	2759	SILETE TEREZINHA KLEIN	RUA SANTA CECILIA	380		SANTA TEREZINHA
Imobiliário	2300	558	SILVA & SCHENKEL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	PEDRO CASTELLAIN	389		Centro

Imobiliário	6525	725	SILVA & SCHENKEL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	PEDRO CASTELLAIN	417	Centro
Imobiliário	2330	563	SILVANA FELICIO	PEDRO CASTELLAIN	167	Centro
Imobiliário	7879	833	SILVANA FELICIO	PEDRO CASTELLAIN	167	Centro
Imobiliário	9421	1032	SILVANA RUSSI	PEDRO GONÇALVES	475	Centro
Imobiliário	11302	1517	SILVANA TEIXEIRA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	2673	BAÚ BAIXO
Diversos	8840	2682	SILVANDRA FACCAO DE MODA INTIMA LTDA - ME	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	30	AP/E: FUNDOS, REF: PROXIMO MERCADO CRISP
Imobiliário	2382	570	SILVANO RISSATTO	VALMIR ALEXANDRE	41	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9820	1098	SILVANO SOUZA LUZ	MARCELINO CARLOS THOME	106	ILHOTINHA
Imobiliário	11862	1816	SILVIA RODRIGUES DE CAMPOS	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	BOA VISTA
Econômico	2107	2492	SILVIA SCHWAMBACH MARTHENDAL	TEODORO REICHERT	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	599	167	SILVINO ANTUNES VARELA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	738	VILA NOVA
Imobiliário	10927	1346	SILVINO MACHADO	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	9544	2717	SILVIO ADRIANO FERRETTI	GERAL ALTO BAU	1047	ALTO BAU
Imobiliário	1018	285	SILVIO BITTENCOURT	NICOLAU JOSE MARCOS	145	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	7378	795	SILVIO DA SILVA	ABEL JOAO CORREA	267	ILHOTINHA
Imobiliário	10402	1165	SILVIO LUIZ CASAS	GERAL BAU BAIXO	1322	BAÚ BAIXO
Diversos	9200	2701	SILVIO RAMPELOTTI	SILVIO RAMPELOTTI	0	BOA VISTA
Imobiliário	766	214	SILVIO SARAMENTO	SD 203	45	VILA NOVA
Diversos	1228	2635	SILVIO SARAMENTO	SD 203 45	0	VILA NOVA
Econômico	2147	2510	SIMONE BORGES VIEIRA 98554336020	21 DE JUNHO	981	Centro
Econômico	1293	2211	SIMONE FERREIRA MARTINS ME	INÊS EUFRASIA DE JESUS	40	ILHOTINHA
Econômico	1840	2373	SIMONE FERREIRA MARTINS ME	RICARDO PAULINO MAES	420	Centro
Imobiliário	10304	1131	SIMONE OLIVEIRA	LUIZ PONTALDI	119	BAÚ BAIXO
Econômico	1000253	2628	SIMONE SUELLEN DE MORAES SILVA-ME	GELINDO FURLANI	489	Centro
Diversos	2720	2640	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ILHOTA	JOLETO VALGAS	33	Centro
Imobiliário	10953	1358	SIRLEI OLIVEIRA RICHARTZ	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10688	1249	SIRLENE APARECIDA DE LIMA	GERAL ALTO BAU	9	ALTO BAU
Imobiliário	10804	1309	SIRLENE APARECIDA DOS SANTOS	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1000123	2619	SOLANGE FATIMA DE LIMA CONFEÇÕES-ME	GELINDO FURLANI	496	VILA NOVA
Imobiliário	11920	1849	SOLANGE JORGE	NULL	2	DAS MISSÕES
Imobiliário	10827	1319	SOLANGE KRETZER	NULL	0	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11688	1712	SOLANO BUCHER	NULL	0	BOA VISTA

Imobiliário	11849	1805	SONELY RENOSTO DE LARA	NOSSE SENHORA DE FÁTIMA	0	lote6 quadra77	BOA VISTA
Imobiliário	11485	1621	SONIA DE OLIVEIRA 68533047991	JOAQUIM SCOTTINI	0	lote75 quadra52	MINAS
Econômico	1864	2380	SONIA DE OLIVEIRA 68533047991	JOAQUIM SCOTTINI	0		MINAS
Imobiliário	11275	1500	SONIA MELLIES	NULL	0	Lote 10 Quadra 02	BAÚ BAIXO
Imobiliário	7788	824	SORAIA JANETE DA SILVA	PEDRO CASTELLAIN	576		Centro
Imobiliário	10807	1312	SORAIA SUZANA DA LUZ	NULL	0	Lote 24 Quadra 29	BRAÇO DO BAÚ
Diversos	7929	2670	SOUZA & SOUZA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA ME	RICARDO PAULINO MAES	42	SALA 06	Centro
Diversos	8966	2692	SULIEVERTON BENTO		111		Centro
Imobiliário	10779	1292	SUZANA DE CARVALHO	NULL	0	Lote 8 Quadra 07	ALTO BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11381	1579	SUZANA REINERT	NULL	0	lote24 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10728	1268	SVELI RONDER	NULL	0	lote15 quadra4	ALTO BAU
Imobiliário	11393	1590	SYDNEY MALCON MACHADO	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	2192	lote1 quadra48	MINAS
Imobiliário	11264	1496	TACIR PEREIRA	ADOLFO REINERT	0	Lote 27 Quadra 01	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2676	608	TAFONA ANTIGUIDADES ME LTDA	21 DE JUNHO	2331		Centro
Econômico	855	2174	TAINA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME.	MODESTO VARGAS	399		Centro
Econômico	1995	2439	TAINARA FELISKY BROCKVELD	JOAO DOMINGOS PEREIRA	30	LOTEAMENTO DAS ARABIAS	DAS MISSÕES
Econômico	1000002	2581	TAINARA LARIZA CORREA PEREIRA	21 DE JUNHO	1430	LOJA	Centro
Imobiliário	11370	1571	TANIA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	lote13 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	8356	881	TANIA REGINA SOARES	MANOEL SABINO	7		ILHOTINHA
Econômico	1699	2328	TARGET PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA	NULL	0	KM 27	BAÚ BAIXO
Econômico	2249	2548	TEK FIBRA NAUTICA LTDA ME	OLAESIO JOAO BECKER	462	GALPAO 01	ILHOTINHA
Imobiliário	1135	314	TELMA LUDOVINO	DONZILA FRANCISCO	166		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11972	1869	TEOGARES ROCHA LOURES	JORGE LACERDA	2935	lote1507 quadra19	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	558	153	TERESINHA ONERIS MACHADO ELESBÃO	JOSE DOMINGOS FILHO	80		VILA NOVA
Imobiliário	7175	778	TERESINHA ONERIS MACHADO ELESBÃO	JOSE DOMINGOS FILHO	60		VILA NOVA
Imobiliário	11567	1657	TEREZA DE OLIVEIRA JACO	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	lote26 quadra54	MINAS
Imobiliário	12004	1884	TEREZA MAECHA DO CORDEIRO	JORGE LACERDA	6257	lote1012 quadra15	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	11372	1572	TEREZINHA APARECIDA GONCALVEZ	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	2060	lote15 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1979	507	TEREZINHA BONETTE CORREIA	MODESTO VARGAS	567		Centro
Imobiliário	11602	1669	TEREZINHA CARDEAL DA SILVA	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	Lote 29 Quadra 56	MINAS
Imobiliário	1442	394	TEREZINHA CORSANI	LEOBERTO LEAL	911		ILHOTINHA

Econômico	1980	2430	TEREZINHA MONDINI SIMÃO BROKVELD	GUILHERME JOAO BROCKWELD	1540	ILHOTINHA
Imobiliário	843	245	TEREZINHA WALTRICK DOS SANTOS	PEDRO AMARO CORREA	38	VILA NOVA
Imobiliário	11127	1409	TEREZINHA ZIMMERMANN	FERNANDO ZIMMERMANN	1175	BRACO DO BAÚ
Diversos	9578	2720	TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMIENTOS LTDA		53	Centro
Diversos	4381	2648	TESTE	RUA LEOBERTO LEAL	12345	BARRANCO ALTO
Imobiliário	1383	384	THAIS ANELISE BIANCHESSI	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	16	Centro
Imobiliário	1384	385	THAIS ANELISE BIANCHESSI	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	16	Centro
Imobiliário	8617	944	THAIS ANELISE BIANCHESSI	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	16	Centro
Econômico	1852	2375	THIAGO CONSTANTINO ARDIGO	NULL	196	NULL
Econômico	1765	2346	TIAGO DE SOUZA	RICARDO PAULINO MAES	196	Centro
Econômico	2005	2447	TIAGO HAVEROTH	GERAL BOA VISTA	0	BOA VISTA
Imobiliário	11561	1652	TIAGO RAMOS	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	MINAS
Imobiliário	11922	1851	TIAGO REZENDE SALES DE MELO	NULL	0	DAS MISSÕES
Imobiliário	9375	1021	TIAGO RONALDO POMBAL	PEDRO GONÇALVES	311	Centro
Imobiliário	7276	791	TIBERIO RIOLA BONETTE	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	223	VILA NOVA
Diversos	11531	2755	TJ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	RUA JOSE GERALDINO BITTENCOURT	4001	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11519	1635	TKL INVETIMENTOS LTDA - ME	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	1774	MINAS
Diversos	9366	2709	TKL INVETIMENTOS LTDA - ME	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	1774	MINAS
Imobiliário	1542	412	TOBIAS ORZECZOWSKI	DONATO FELICIO	609	ILHOTINHA
Diversos	5438	2650	TONI CENTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RUA 21 DE JUNHO	172	Centro
Econômico	1566	2268	TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREJAS BROKVELD LTDA ME	GUILHERME JOAO BROCKWELD	2373	ILHOTINHA
Econômico	1627	2292	TUANY TAYNAM DA SILVA CONFECÇÕES ME	PROFESSORA MAURA DE SOUZA INÁCIO	84	Centro
Econômico	1925	2406	TX INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	PEDRO CASTELLAIN	373	Centro
Imobiliário	10928	1347	UBIRATÃ ZABEL	NULL	0	BRACO DO BAÚ
Imobiliário	11683	1708	VACIR DO PRADO	NULL	1097	BOA VISTA
Imobiliário	10990	1364	VALCIR OECKSLER	TEODORO REICHERT	0	BRACO DO BAÚ

Econômico	2061	2474	VALDAIR FAVIN	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	355	CASA	VILA NOVA
Econômico	1581	2273	VALDECI KONIG JUSTIN CONSTRUÇÕES ME	DONZILA FRANCISCO	127	FUNDOS	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11859	1813	VALDECIR LINHARES	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0	lote16 quadra77	BOA VISTA
Imobiliário	10843	1323	VALDECIR MACHADO	NULL	0	lote6 quadra1	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10320	1137	VALDECIR REINERT	JOSE DEBARBA	126	Lote 02 Quadra 08	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10396	1164	VALDECIR REINERT	NULL	327	LOT 15 QDRA 15	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10274	1121	VALDECIR SCHBACK	HERCILIO ZIMMERMANN	128	Lote 07 Quadra 03	BAÚ BAIXO
Diversos	8961	2691	VALDECIR THOME	GERAL MINAS	0		MINAS
Imobiliário	10646	1232	VALDECIR VIEBRANTZ	GERAL ALTO BAU	1830	lote2 quadra2	ALTO BAU
Imobiliário	890	262	VALDELIRIO CORREIA CARDOSO	ARTUR FARIAS	78		VILA NOVA
Imobiliário	11714	1732	VALDEMAR CORSANI	NULL	0	lote617 quadra68	BOA VISTA
Imobiliário	10498	1190	VALDEMAR DE AZEVEDO	GERAL BAÚ CENTRAL	0	lote741 quadra19	BAÚ CENTRAL
Imobiliário	456	134	VALDEMAR ROBERTO VIEBRANTZ	ARNOLDO LESSA	166		VILA NOVA
Imobiliário	794	226	VALDEMAR SIMON	PELEGRINO LESSA	65		VILA NOVA
Imobiliário	2929	657	VALDEMAR ZABEL	MARIA CLARA BITTENCOURT	35		PEDRA DE AMOLAR
Econômico	1571	2270	VALDEMIR DOS SANTOS	ANTONIO BATISTA CURBANI	132	MEI	Centro
Imobiliário	11341	1549	VALDEMIR JOÃO GONCALVEZ	GERAL POCINHO	0	Lote 13 Quadra 05	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1396	389	VALDEMIR KOELHER	PADRE CARLOS GUESSE	180	ILHA BELA	Centro
Econômico	717	2169	VALDEMIR KOELHER ME	PADRE CARLOS GUESSE	166		Centro
Imobiliário	11510	1633	VALDEMIR MÜLHER	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	0	Lote 30 Quadra 49	MINAS
Econômico	1425	2235	VALDETE NUNES RIBEIRO - ME	JORGE LACERDA	6175		BARRA DE LUIZ ALVES
Econômico	1267	2205	VALDIR & EDIMARA CONFECÇÕES LTDA ME	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	28	FUNDOS	Centro
Imobiliário	11753	1753	VALDIR CUSTODIO	PEDRO JACOB LAMIN	0	lote25 quadra70	BOA VISTA
Diversos	7077	2663	VALDIR DA SILVEIRA	MILTON DOMINGOS MACHADO	100		VILA NOVA
Imobiliário	11599	1667	VALDIR DE OLIVEIRA	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	lote26 quadra56	MINAS
Imobiliário	10748	1274	VALDIR FAURO	NULL	0	lote16 quadra5	ALTO BAU
Imobiliário	11962	1864	VALDIR MADEIRA	JORGE LACERDA	2808	lote1004 quadra15	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	1113	307	VALDIR MANERICK	UBALDO JOSE BITTENCOURT	101		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1385	386	VALDIR MORAES	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	28		Centro
Imobiliário	11314	1527	VALDIR PLOTTEGHER	NULL	0	lote13 quadra3	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2953	663	VALDIR RODOLFO BAEHR	ANTONIO KELLER	86		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11911	1844	VALDIR SANTOS DE LIMA	NULL	32	lote6742 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	10765	1281	VALDIR SCHMITT	GERAL BAÚ SECO	2656	lote14 quadra6	BAÚ SECO

Imobiliário	10630	1224	VALDOMIRO REICH	GERAL ALTO BAU	0	Lote 40 Quadra 01	ALTO BAU
Imobiliário	1259	340	VALDOMIRO SCHAVAMBAH	ABEL JOAO CORREA	97		ILHOTINHA
Imobiliário	1261	341	VALDOMIRO SCHAVAMBAH	AGUA SANTA	140		ILHOTINHA
Econômico	1429	2236	VALE DO SUL RENT A CAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME	21 DE JUNHO	275		Centro
Imobiliário	2944	660	VALENTIM MARTINS	PAULO KELLER	31		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2949	662	VALENTIM MARTINS	ANTONIO KELLER	18		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	2960	666	VALENTIM MARTINS	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	2806		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	9136	980	VALENTIM MARTINS	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	765		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	500	145	VALENTIM SPRICIGO	MILTON DOMINGOS MACHADO	149		VILA NOVA
Imobiliário	11655	1689	VALERIO DA SILVA	NULL	0	lote16 quadra58	MINAS
Econômico	1279	2208	VALLE DORO AGROINDUSTRIAL LTDA ME	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	2705		MINAS
Diversos	8944	2689	VALMIR ANDRIETTI	GERAL MINAS	1997		MINAS
Imobiliário	6513	724	VALMIR BENASSI	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	1425	lot.12	DAS MISSÕES
Imobiliário	10573	1211	VALMIR DA SILVA	GERAL ALTO BAU	387	lote4 quadra1	ALTO BAU
Imobiliário	11061	1384	VALMIR REINERT	GERAL BRAÇO DO BAÚ	1234	lote10 quadra28	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11421	1598	VALMIR SAES	NULL	0	Lote 29 Quadra 48	MINAS
Imobiliário	2146	531	VALMIRA CORRÊA CUNHA	JOSE IZIDRIO VIEIRA	95		VILA NOVA
Imobiliário	11221	1470	VALMOR BITTENCOURT	GERAL BAU BAIXO	0	lote8 quadra6	BAÚ BAIXO
Imobiliário	6559	729	VALMOR BLEICHVEHL	DONATO FELICIO	526		ILHOTINHA
Imobiliário	11719	1736	VALMOR BRAZ DA SILVA	NULL	0	lote809 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	11999	1879	VALMOR CRISTOVÃO PEREIRA	JORGE LACERDA	0	lote1008 quadra15	BARRA DE LUIZ ALVES
Diversos	1289	2636	VALMOR KOELHER	MODESTO VARGAS	600		Centro
Imobiliário	11828	1789	VALMOR LUIZ KREUSK	NULL	0	lote4 quadra76	BOA VISTA
Imobiliário	11012	1372	VALMOR MIRANDA	TEODORO REICHERT	678	Lote 02 Quadra 23	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	9577	1076	VALMOR OECHSLER	MARCOLINO HAMMES	89	Rua B, Qdra C, lote 01	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	11538	1646	VALMOR PETRY	VEREADOR ALCIDES JOSÉ GONÇALVES	0	Lote 26 Quadra 55	MINAS
Imobiliário	10849	1327	VALMOR TOLARDO	NULL	0	Lote 03 Quadra 07	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	403	110	VALNERI NEVES	GELINDO FURLANI	309		Centro
Imobiliário	6991	773	VALNERI NEVES	GELINDO FURLANI	309		Centro
Imobiliário	11205	1461	VALTANIR ZUCHI	BR 470	0	lote5 quadra1	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1990	509	VALTRUDES BERNARDIS WEBER	MARIO COSTA	201		Centro

Imobiliário	780	223	VALTRUDES DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	187	VILA NOVA
Imobiliário	7277	792	VALTRUDES DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	187	VILA NOVA
Imobiliário	11471	1615	VALTRUDES ELZA SCHMITT	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	3912	MINAS
Econômico	1000064	2599	VANDEIR FAUSTINO 01435186907	JORGE LACERDA	5365	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	2206	543	VANDELIN FERRETTI	JOAO DOMINGOS PEREIRA	1760	DAS MISSÕES
Imobiliário	298	91	VANDELINO DE SOUZA	MODESTO VARGAS	426	Centro
Imobiliário	336	97	VANDELINO DE SOUZA	ANTONIO BATISTA CURBANI	43	Centro
Imobiliário	429	117	VANDERLEI ALEXANDRE	MARCOS DE SOUZA	172	Centro
Imobiliário	11770	1759	VANDERLEI ANTUNES PORTE	BENTO JACOB DE OLIVEIRA	0	BOA VISTA
Imobiliário	10288	1126	VANDERLEI DE SOUZA	JOSE VERTUOSO DA SILVA	92	BAÚ BAIXO
Imobiliário	1516	403	VANDERLEI DE SOUZA ORTZ	ABEL JOAO CORREA	324	ILHOTINHA
Imobiliário	8363	883	VANDERLEI DE SOUZA ORTZ	ABEL JOAO CORREA	324	ILHOTINHA
Imobiliário	11321	1532	VANDERLEI ISENSEE	NULL	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	689	189	VANDERLEI JOSE COSTA	VALDEVINO PONTES	185	VILA NOVA
Econômico	1680	2320	VANDERLEIA DA CUNHA ME	DONZILA FRANCISCO	21	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11989	1877	VANDERLEIA MELLIES	JORGE LACERDA	0	BARRA DE LUIZ ALVES
Imobiliário	10346	1147	VANDIR DEBARBA	9 DE JUNHO	46	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11258	1492	VANDO BATISTA	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	0	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11173	1434	VANESSA MORAES	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	255	86	VANILDA DE SOUZA RONCALIO	BERTOLDO SIMON	134	Centro
Imobiliário	6469	716	VANILDO RODRIGUES DA SILVA	CARLOS MARCELINO TOMÉ	50	ILHOTINHA
Imobiliário	10819	1315	VANIR BORGES DA SILVA	GERAL BRAÇO DO BAÚ	0	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1867	2381	VANUSA DE SOUZA E SILVA ME	GERAL BAÚ CENTRAL	3197	BAÚ CENTRAL
Econômico	2062	2475	VASOS SÃO JUDAS LTDA ME	BR 470	22	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	717	200	VENDELINO RODEN	JOSE DOMINGOS FILHO	347	VILA NOVA
Imobiliário	430	118	VENERANDA NEVES	MARCOS DE SOUZA	194	Centro
Imobiliário	894	263	VENESIO JOSE DE LARA	ARTUR FARIAS	134	VILA NOVA
Imobiliário	365	99	VERA LUCIA BATISTA	ANGELO TRES	265	Centro
Imobiliário	2525	581	VERA LUCIA BATISTA	PEDRO CASTELLAIN	1020	Centro
Imobiliário	11431	1603	VERA LUCIA MARTINS	NULL	0	MINAS
Imobiliário	666	181	VERA LUCIA PEREIRA	EROTIDES CORREA	0	VILA NOVA
Diversos	1,23E+13	2791	VERA LUCIA PEREIRA NICOLODI	RUA FREI JACINTO	41	CENTRO

Imobiliário	10439	1175	VERA LUCIA PONTALDI	LUIZ SILVINO DA CUNHA	2326	Lote 12 Quadra 28	BAÚ BAIXO
Econômico	2042	2463	VERA LUCIA SILVA	MARGARIDA GONÇALVES FURLANI	53	LOTEAMENTO ILHA BELA	Centro
Imobiliário	11868	1820	VERONI DE CAMPOS REINERT	NULL	68	lote6700 quadra50.(primeira rua geral).	DAS MISSÕES
Diversos	11583	2758	VERONICA MARTINS	RUA NICOLAU JOSE MARCOS	133	NUCLEO URBANO MIRANTE, QUADRA 2	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10760	1279	VERONICA VAGNER	GERAL BAÚ SECO	0	lote9 quadra6	BAÚ SECO
Imobiliário	9613	1084	VICENTE APARECIDO MARIANO CARDOSO	SD 216	0	Casas doada pela COHAB	VILA NOVA
Imobiliário	10994	1367	VIDAL REICHARTZ	TEODORO REICHERT	243	lote9 quadra21	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10995	1368	VIDAL REICHARTZ	TEODORO REICHERT	243	lote10 quadra21	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2886	637	VILANDO ALVES DE JESUS	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	175		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11156	1427	VILMA LAMIM	FLOR EDUARDO DE SOUZA	0	lote21 quadra1	BARRANCO ALTO
Imobiliário	1998	512	VILMAR CARLOS CORDEIRO	MANOEL CORDEIRO FILHO	1019		Centro
Imobiliário	11663	1695	VILMAR DA SILVA	NULL	0	lote24 quadra58	MINAS
Imobiliário	2883	634	VILMAR DOS SANTOS	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	215		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1815	479	VILMAR FERRETTI	SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS	54		Centro
Imobiliário	1318	365	VILMAR FUK	PADRE CARLOS GUESSER	273		Centro
Imobiliário	11138	1415	VILMAR GRIGUANI	ANTONIO ANELO CURBANI	0	lote4 quadra1	BARRANCO ALTO
Imobiliário	11361	1565	VILMAR HESS	NULL	0	lote4 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2885	636	VILMAR MANOEL DE SOUSA	ANTONIO BOAVENTURA PEREIRA	185		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1205	331	VILMAR RODRIGUES	INÊS EUFRASIA DE JESUS	64		ILHOTINHA
Imobiliário	10856	1328	VILMAR SCHMITZ	NULL	0	Lote 11 Quadra 07	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	624	174	VILSON CASTORINO DE LIMA	PEDRO ARNOLDO DA SILVA	175		VILA NOVA
Imobiliário	11679	1704	VILSON ALMEIDA DAMASCENO	NULL	751	lote603 quadra68	BOA VISTA
Imobiliário	11261	1493	VILSON CALDAS	ADOLFO REINERT	0	Lote 24 Quadra 01	BAÚ BAIXO
Econômico	1706	2329	VILSON DE MACEDO CONFECCÕES ME	MARIA LUIZA DE SOUZA	174	AO LADO	DAS MISSÕES
Imobiliário	2965	668	VILSON DELFINO ROSA	ALICIO FLORES	36		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	1066	296	VILSON MAFRA	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	71		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	8994	963	VILSON MAFRA	FLORIANA CARDOSO DA SILVA	71		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	11119	1402	VILSON ZIMMERMANN	FERNANDO ZIMMERMANN	442	Lote 02 Quadra 32	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1541	2264	VINICIUS AGROPECUARIA LTDA. - ME	MARIA DE LURDES PONTALDI	281		BAÚ BAIXO

Imobiliário	7555	807	VIRGINIA MARIA DOS SANTOS	HERMOGENES DOS SANTOS	36	ILHOTINHA
Imobiliário	1789	473	VITOR MENGARDA	MANOEL FELIZARDO DE SOUZA	288	DAS MISSÕES
Imobiliário	12042	1890	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12043	1891	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº. 07	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12046	1892	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12047	1893	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12048	1894	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12049	1895	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12052	1896	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12053	1897	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12054	1898	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12056	1899	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12057	1900	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12079	1901	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12080	1902	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12081	1903	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12082	1904	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12083	1905	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12084	1906	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12085	1907	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12087	1908	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12088	1909	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12089	1910	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12090	1911	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12091	1912	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12092	1913	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO	0	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	12093	1914	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	BITTENCOURT	S/D-Nº09	0	QUADRA G	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12094	1915	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0			PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12095	1916	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0			PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12096	1917	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QUADRA A		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12097	1918	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0			PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12098	1919	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0			PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12101	1920	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12102	1921	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12105	1922	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12106	1923	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12108	1924	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12110	1925	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº07	0	QD B		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12111	1926	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12115	1927	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12116	1928	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12118	1929	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12122	1930	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12124	1931	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12126	1932	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0			PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12127	1933	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12128	1934	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12129	1935	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12130	1936	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD 02		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12131	1937	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12132	1938	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12138	1939	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA G		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12140	1940	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12145	1941	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12146	1942	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº09	0	QUADRA F		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12147	1943	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12155	1944	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO	0	QD B		PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	12156	1945	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	BITTENCOURT	S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12157	1946	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12159	1947	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12162	1948	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12163	1949	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12166	1950	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12167	1951	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12175	1952	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12182	1953	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12185	1954	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12188	1955	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12189	1956	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12191	1957	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12192	1958	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12200	1959	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº09	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12203	1960	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SD Nº 10	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12219	1961	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº08	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12223	1962	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº08	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12239	1963	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº08	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12244	1964	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		S/D-Nº08	0	QUADRA F	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12252	1965	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12256	1966	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12257	1967	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD B	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12260	1968	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12274	1969	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12276	1970	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº 07	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12278	1971	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12285	1972	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12287	1973	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12288	1974	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12289	1975	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº07	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12291	1976	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO Nº07	0	QD C	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12298	1977	VITORIA AGROPASTORIL LTDA		SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD D	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12309	1978	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT		0	QD H	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	12310	1979	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12312	1980	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12313	1981	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12317	1982	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12318	1983	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12319	1984	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12320	1985	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12336	1986	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12337	1987	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12338	1988	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12340	1989	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12343	1990	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12345	1991	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12346	1992	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12347	1993	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12348	1994	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12350	1995	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº. 07	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12352	1996	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12353	1997	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12354	1998	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12357	1999	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12359	2000	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12360	2001	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12363	2002	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12364	2003	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12365	2004	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12366	2005	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12370	2006	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12371	2007	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12373	2008	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	12374	2009	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12375	2010	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12379	2011	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD H	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12385	2012	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12395	2013	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº07	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12396	2014	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº07	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12398	2015	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-03	0	QUADRA E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12399	2016	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº07	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12400	2017	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	JOSE GERALDINO BITTENCOURT	0		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12410	2018	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12411	2019	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12412	2020	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12413	2021	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12416	2022	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12418	2023	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/DENOMINAÇÃO 06	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12425	2024	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12432	2025	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12433	2026	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12434	2027	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12440	2028	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12441	2029	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12443	2030	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD I	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12446	2031	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº07	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12448	2032	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12449	2033	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12450	2034	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12451	2035	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12458	2036	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12461	2037	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12462	2038	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO Nº 05	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12471	2039	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12472	2040	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12477	2041	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 04	0	QD J	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12478	2042	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 03	0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12483	2043	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08	0	QD E	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	12487	2044	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12490	2045	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12491	2046	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12492	2047	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12493	2048	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12498	2049	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12500	2050	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12501	2051	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12504	2052	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12506	2053	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12507	2054	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12513	2055	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12514	2056	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12516	2057	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	S/D-Nº08		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12520	2058	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD N° 10		0	QD E	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12529	2059	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD K	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12532	2060	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD K	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12534	2061	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD K	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12540	2062	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD K	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12552	2063	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 03		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12558	2064	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 03		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12560	2065	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 03		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12561	2066	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 03		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12563	2067	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 03		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12567	2068	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12568	2069	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12569	2070	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12570	2071	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12571	2072	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12572	2073	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12573	2074	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12574	2075	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501		0	QD L	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12586	2076	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12591	2077	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12592	2078	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12593	2079	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02		0	QD M	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	12594	2080	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12598	2081	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12602	2082	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12607	2083	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12608	2084	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12609	2085	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12611	2086	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12612	2087	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12613	2088	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12614	2089	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12615	2090	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12616	2091	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12617	2092	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12618	2093	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 02	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12626	2094	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12633	2095	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12635	2096	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12637	2097	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12638	2098	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12640	2099	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12643	2100	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12644	2101	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12645	2102	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12652	2103	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12655	2104	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12656	2105	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12658	2106	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12660	2107	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD M	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12666	2108	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12667	2109	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12668	2110	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	RUA SEM DENOMINAÇÃO Nº 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12669	2111	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12670	2112	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12671	2113	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12673	2114	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR

Imobiliário	12676	2115	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12678	2116	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12682	2117	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12684	2118	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12686	2119	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12688	2120	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12689	2121	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12695	2122	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12696	2123	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12697	2124	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12699	2125	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12700	2126	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SEM DENOMINAÇÃO 01	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12704	2127	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12713	2128	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12714	2129	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12716	2130	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12718	2131	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12720	2132	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12721	2133	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12722	2134	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12724	2135	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12725	2136	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12726	2137	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12727	2138	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12729	2139	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12731	2140	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12732	2141	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	12736	2142	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	SD 501	0	QD N	PEDRA DE AMOLAR
Diversos	11245	2741	VITORIA AGROPASTORIL LTDA	RUA SEM DENOMINAÇÃO 01	0		PEDRA DE AMOLAR
Imobiliário	10944	1356	VIVIANE DE MOURA V.TOLARDO	NULL	0	lote6 quadra16	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	2650	600	VIVIANE MARY MACHADO	21 DE JUNHO	2723		Centro
Diversos	11755	2777	VIVIANE RODRIGUES CAETANO	RUA MAX	127		SÃO JOÃO
Imobiliário	1404	391	VOLMIR VARNIER CONFECÇÕES LTDA ME	21 DE JUNHO	1140	LOT. 1 Q. 7 -	Centro
Econômico	1894	2393	VOLMIR VARNIER ME	21 DE JUNHO	1140		Centro
Econômico	1938	2411	VOLMIR VARNIER ME	PEDRO CASTELLAIN	157	AP/E: SALA 01, REF: EM FRENTE PADARIA	Centro

Imobiliário	11375	1575	VOLNEI BIEDERMANN	NULL	NULL	0	lote18 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	10988	1363	VOLNEI REICHERT	TEODORO REICHERT	TEODORO REICHERT	0	lote3 quadra21	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	10992	1366	VOLNEI REICHERT	TEODORO REICHERT	TEODORO REICHERT	0	lote7 quadra21	BRAÇO DO BAÚ
Econômico	1000048	2594	VOLNI DE OLIVEIRA CUSTODIO 72138718972	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	BRUNO JASMENEO DE SOUZA	127		VILA NOVA
Diversos	7755	2669	VOTORANTIN CIMENTOS S/A			500	PARTE B	
Diversos	11723	2775	VR INDUSTRIA E COMERCIO DE CARVÃO RINCOS LTDA-ME	ESTRA GERAL ALTO BAU	ESTRA GERAL ALTO BAU	1765		ALTO BAU
Econômico	1370	2225	VS COMERCIAL LTDA ME	BR 470	BR 470	8301		BAÚ BAIXO
Imobiliário	11238	1480	WAGNER ABISAEL FRANCISCO	GERAL BAU BAIXO	GERAL BAU BAIXO	0	lote25 quadra6	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11108	1398	WALDEMAR ESPING	GERAL BRAÇO DO BAÚ	GERAL BRAÇO DO BAÚ	12098	Lote 33 Quadra 31	BRAÇO DO BAÚ
Imobiliário	455	133	WALDEMAR VIEBRANTZ	ARNOLDO LESSA	ARNOLDO LESSA	154		VILA NOVA
Econômico	1876	2386	WALDEMIR VELOSO SOARES & CIA LTDA ME	IZIDORO MAES	IZIDORO MAES	66	AP/E: FUNDOS SALA 01	Centro
Imobiliário	11277	1502	WALMARYS CONFECÇÕES LTDA ME	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	(NÃO UTILIZAR) GERAL POCINHO	237	Lote 12 Quadra 02	BAÚ BAIXO
Diversos	3417	2646	WALMOR BITTENCOURT	GERAL BAU BAIXO	GERAL BAU BAIXO	0		BAÚ BAIXO
Econômico	2000	2443	WANILDO THOME	21 DE JUNHO	21 DE JUNHO	281		Centro
Imobiliário	12758	2143	WASHINGTON LUIZ GODOY DOS SANTOS	JOAO DOMINGOS PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	0	JARDIM DAS ARABIAS Nº 30	DAS MISSÕES
Econômico	1724	2331	WDS CORRETORA DE IMOVEIS LTDA ME	BERTOLDO SIMON	BERTOLDO SIMON	134	SALA 02	Centro
Imobiliário	11373	1573	WELINTON DIOGO GONCALVES	NULL	NULL	0	lote16 quadra4	BAÚ BAIXO
Econômico	2314	2574	WELLINGTON PEREIRA BOMFIM	JOSE DOMINGOS FILHO	JOSE DOMINGOS FILHO	381		VILA NOVA
Econômico	2075	2483	WELNGTON CARDOSO 08778326923	LEOBERTO LEAL	LEOBERTO LEAL	953	CASA	Centro
Econômico	1693	2325	WH REFEIÇÕES LTDA ME	BR 470	BR 470	0	KM 29	BAÚ BAIXO
Imobiliário	9251	1003	WILLIAN BERNARDI CARNEIRO	BONIFACIO MABA	BONIFACIO MABA	1783	lote 10	DAS MISSÕES
Imobiliário	11703	1725	WILSON CAETANO	NULL	NULL	0	lote804 quadra69	BOA VISTA
Imobiliário	11597	1665	WILSON DE OLIVEIRA	MANOEL FRANCISCO ADAO	MANOEL FRANCISCO ADAO	0	lote24 quadra56	MINAS
Econômico	2145	2509	WILTON GOTTCHEFSKI DOS SANTOS 05804798979	GELINDO FURLANI	GELINDO FURLANI	339	CASA	VILA NOVA
Imobiliário	10240	1107	XAVIER GARCIA	ELISIO JOAO DA ROCHA	ELISIO JOAO DA ROCHA	157	LOT 08 QDRA 01	BAÚ BAIXO
Imobiliário	11915	1847	YURI FELIPE DOS SANTOS	NULL	NULL	9	lote6746 quadra50	DAS MISSÕES
Imobiliário	7586	811	ZELEI HERDT	JOAO DOMINGOS PEREIRA	JOAO DOMINGOS PEREIRA	46	PARTE DA JOÃO DOMINGOS PEREIRA	DAS MISSÕES
Imobiliário	688	188	ZELI DE FATIMA DA SILVA	VALDEVINO PONTES	VALDEVINO PONTES	195		VILA NOVA
Imobiliário	8206	864	ZELI DE FATIMA DA SILVA	VALDEVINO PONTES	VALDEVINO PONTES	195		VILA NOVA
Imobiliário	1278	348	ZENILDA CORREIA SARAGOCA	ABEL JOAO CORREA	ABEL JOAO CORREA	240		ILHOTINHA
Imobiliário	10314	1133	ZENILDA DE SOUZA	LUIZ PONTALDI	LUIZ PONTALDI	108	Lote 01 Quadra 07	BAÚ BAIXO

Imobiliário	11385	1583	ZENIR SANTOS	NULL	0	lote28 quadra4	BAÚ BAIXO
Imobiliário	2271	554	ZILDA HINCKEL	PEDRO CASTELLAIN	617		Centro
Imobiliário	2252	551	ZULMA BENASSI CASTELLAIN	PEDRO CASTELLAIN	1237		Centro
Econômico	798	2172	ZULMA MORAES DOS SANTOS ME	RICARDO PAULINO MAES	512	PROXIMO A Balsa	Centro
Imobiliário	510	146	ZULMA MORAIS DOS SANTOS	GELINDO FURLANI	382		VILA NOVA
Imobiliário	11317	1530	ZULMIRA GONCALVES	NULL	0	lote16 quadra3	BAÚ BAIXO
Econômico	1626	2291	ZUQUI INFORMATICA E COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA ME	21 DE JUNHO	180	SALA 04.	Centro

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 163, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433051

DECRETO PMI Nº 163, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.764, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0789 (0035)	Aplicações Diretas	23.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0777 (0036)	Aplicações Diretas	23.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0302 (0038)	Aplicações Diretas	5.000,00
Subtotal		51.500,00
Manutenção do Programa Bolsa Família		
08.244.0013-2.075		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0304 (0037)	Aplicações Diretas	34.500,00
Subtotal		34.500,00
Manutenção do C.R.A.S		
08.244.0013-2.067		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0160 (0039)	Aplicações Diretas	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0160 (0040)	Aplicações Diretas	3.000,00
Subtotal		15.000,00
Manutenção do SCFV		
08.244.0013-2.152		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0782 (0041)	Aplicações Diretas	42.000,00
Subtotal		42.000,00
TOTAL		143.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes dos Superavit Financeiros das seguintes fontes de recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos (Superavit)		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor
3.0789	FMAS - Piso de Alta Complexidade I - Criança/Adolescente	23.500,00
3.0777	ACESSUAS - Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho	23.000,00
3.0304	Programa Bolsa Família	34.500,00
	Subtotal das fontes	81.000,00

Demonstrativo das Fontes de Recursos (Superavit)		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor
3.0302	Piso de Transição de Média Complexidade	5.000,00
3.0160	Piso Básico Fixo - Social	15.000,00
3.0782	SCFV – Serv. de Conviv. Fortalecimento de Vínculos - Ex. Anteriores	42.000,00
	Subtotal das fontes	62.000,00
	Total das fontes	143.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 164, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433053

DECRETO PMI Nº 164, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.764, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.811,24 (cinquenta e nove mil, oitocentos e onze reais e vinte e quatro centavos), para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do SCFV		
08.244.0013-2.152		
3.3.90.00.00.00.00.01.0782 (0031)	Aplicações Diretas	34.500,00
Manutenção do C.R.A.S.		
08.243.0013-2.068		
3.3.90.00.00.00.00.01.0806 (0034)	Aplicações Diretas	25.311,24
TOTAL		59.811,24

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes dos excessos de arrecadação das seguintes fontes de recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos (Superavit)		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor
3.0782	SCFV – Serv. de Conviv. Fortalecimento de Vínculos - Ex. Anteriores	34.500,00
1.0806	Programa Sentinela	25.311,24
	Subtotal das fontes	59.811,24

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 165, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433055

DECRETO PMI Nº 165, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei, nº 4.764, de 30 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 886.343,39 (oitocentos e oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA		
Pavimentação de Vias Públicas		
15.451.0007-1.010		
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0817 (0075)	Aplicações Diretas	886.343,39

Total	886.343,39
-------	------------

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação de recursos Transferência Convênio Estado - Infraestrutura - SC PAR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 30/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 (SEMUSA)

Publicação Nº 1433191

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 04 de Dezembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 22 de novembro de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA PMI/SEAD Nº 756/2017

Publicação Nº 1433091

PORTARIA PMI/SEAD Nº 756, de 20 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, admitida em 21 de setembro de 2017, através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 697/2017, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Vanessa de Alencar Chaparro Guerra Niz	Professora II - 20h	935.168.431-87	01/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 20 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 068/2017

Publicação Nº 1433220

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 068, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 24537/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública localizada no Porto da Vila, Imbituba-SC, a Sra. ALINE SILVEIRA KZIMIKOSKI, inscrita no CPF sob o nº 058.025.919-60 e com inscrição no CNPJ sob o nº 28.267.039/0001-99, domiciliada na Rua Alfredo Antônio Feliciano, nº 125, Porto da Vila, Imbituba/SC, para a comercialização/venda de caldo-de-cana, milho verde e coco verde a ser realizado semanalmente, das 8:00h às 20:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEINFRA Nº 002. DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1432317

PORTARIA PMI/SEINFRA Nº 002, de 02 de outubro de 2017.

Designa os servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato emergencial para o serviço de manutenção e fornecimento de materiais para a iluminação pública da cidade de Imbituba, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e saneamento, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução e fornecimento dos materiais, localizado na Cidade de Imbituba, por meio do processo Licitatório nº 68/2017, dispensa 14/2017 e Contrato 29/2017 A/00.

RESOLVE:

Art. 1º Dedignar o servidor Eng. Civil Jarlex Teixeira CREA / SC 126752-5, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Eng. Eletricista Vânio Mario Laurentino CREA / SC 36117-0.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e

durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 08 de novembro de 2017.

ALEX SANDRO CARPES
Secretário da SEINFRA

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2017

Publicação Nº 1432414

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 190/2017

Edital de Pregão Presencial nº 068/2017-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de veículos de passeio.

Entrega dos envelopes: 05/12/2017 - 07h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 05/12/2017 - 08h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1757/2017

Publicação Nº 1432365

DECRETO Nº. 1757 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 838/2016 de 17 de novembro de 2016, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 838/2016 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Departamento de Educação

2025 Manutenção da Educação Infantil

44900000 Aplicações Diretas

301.00 Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Educação

R\$ 50.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de novembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1758/2017

Publicação Nº 1432369

DECRETO Nº. 1758 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 838/2016 de 17 de novembro de 2016, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 838/2016 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 19.997,13 (Dezenove mil novecentos e noventa e sete reais treze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.02 Departamento de Cultura

2048 Organização de Festas Comemorativas e Eventos

33900000 Aplicações Diretas

164.00 Transferência de Convênios – Estado/Outros
R\$ 19.997,13

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 20 de novembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DISTRATO Nº 022017

Publicação Nº 1433077

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RÁDIO TROPICAL FM – LTDA - ME – CT17/063.

TD17/02

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa RÁDIO TROPICAL FM – LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Antonio Carlos Altenburger, nº 240, Centro na cidade de Treze Tílias-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.816.796/0001-43, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT17/063, conforme segue:

Art. 1. Em razão da existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, face a acentuada queda na receita dos cofres públicos do Município contratante, bem como a necessidade de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato acima epigrafo.

Art. 2. Resta rescindido o contrato CT17/063, celebrado entre o Município de Iomerê e a empresa Rádio Tropical FM Ltda - ME, independentemente de qualquer outra providência, nos termos da cláusula sétima do contrato CT17/063.

Art. 3. O presente distrato surtirá efeitos à data de sua assinatura, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 31 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ RÁDIO TROPICAL FM LTDA
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

DISTRATO Nº 032017

Publicação Nº 1433073

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JORNAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA EDITORA GRAFICA A COLUNA LTDA - ME – CT17/070.

TD17/03

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa EDITORA GRAFICA A COLUNA LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Alvise Caldart, nº 98 Centro na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.829.119/0001-10, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT17/070, conforme segue:

Art. 1. Em razão da existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, face a acentuada queda na receita dos cofres públicos do Município contratante, bem como a necessidade de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato acima epigrafado.

Art. 2. Resta rescindido o contrato CT17/070, celebrado entre o Município de Iomerê e a empresa Editora Gráfica A Coluna Ltda - ME, independentemente de qualquer outra providência, nos termos da cláusula sétima do contrato CT17/070.

Art. 3. O presente distrato surtirá efeitos à data de sua assinatura, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 31 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ EDITORA GRÁFICA A COLUNA LTDA
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

LEI 868/2017

Publicação Nº 1432356

LEI Nº 868, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o chefe do poder executivo municipal a incluir no PPA 2018/2021, e na LDO 2018, previsão para a operação de crédito autorizada pela lei municipal nº 863/2017 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica incluso no PPA – Plano Plurianual, lei Municipal nº 858/2017, e na LDO – Lei das Diretrizes Orçamentária, lei Municipal nº 865/2017, a dotação para a despesa de Operação de Crédito, conforme segue:

Código	Secretaria/Departamento			
06.01	Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional	Proj/Ativ.	Descrição		
26.782.2601	1.063	Obras de Infraestrutura Rural		
Modalidade	Fonte	Dotação	Valor em R\$	
4.4.90.00.00	01.83	Operações de Crédito Internas	1.700.000,00	
TOTAL 1.700.000,00				1.700.000,00

Art. 2º – Para suprir as despesas indicadas no Art. 1º, fica incluso no PPA – Plano Plurianual, lei Municipal nº 858/2017, e na LDO – Lei das Diretrizes Orçamentária, lei Municipal nº 865/2017, a previsão para a receita de Operação de Crédito, conforme segue:

Código	Secretaria/Departamento			
06.01	Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Rubrica	Fonte	Descrição	Valor em R\$	
2.1.1.4.99.00	01.83	Operações de Crédito Internas	1.700.000,00	
TOTAL				1.700.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor em na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de novembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

LEI 869/2017

Publicação N° 1432358

LEI N° 869, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IOMERÊ para o Exercício de 2018.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de IOMERÊ SC, para exercício de 2018, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$19.242.000,00 (Dezenove milhões, duzentos e quarenta e dois mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 18.430.000,00 (Dezoito milhões, quatrocentos e trinta mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 14.191.260,00 (quatorze milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e sessenta reais), e Despesa Financeira de R\$ 4.238.740,00 (Quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e quarenta reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	16.700.000,00
1.1- Receita Tributária	983.600,00
1.2- Receitas de Contribuições	260.000,00
1.3- Receita Patrimonial	243.500,00
1.4- Receita Agropecuária	5.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	129.000,00
17-Transferências Correntes	15.007.400,00
1.9- Outras Receitas Correntes	71.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1.730.000,00
2.1- Operações de Crédito	1.700.000,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	30.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	18.430.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	11.767.160,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	5.924.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	20.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	5.823.160,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.414.100,00
4.4- Investimentos	2.013.100,00

4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	400.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9- Reserva de Contingência	10.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AOS FUNDOS MUNICIPAIS	4.238.740,00
- Fundo Municipal da Saúde	3.228.740,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	380.000,00
- Câmara de Vereadores	630.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	18.430.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2018 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	776.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	29.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	747.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	3.228.740,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	3.228.740,00
TOTAL	4.008.740,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.927.240,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.307.740,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.619.500,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	81.500,00
4.4- Investimentos	81.500,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	4.008.740,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	30.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	2.500,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	26.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00

2.4- Transferências de Capital	2.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	380.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	380.000,00
TOTAL	412.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	396.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	236.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	16.000,00
4.4- Investimentos	16.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	412.000,00

III- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	630.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	630.000,00
TOTAL	630.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	620.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	440.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	180.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	630.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo IX da LDO.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE IOMERÊ

I - Passivo Contingente	0,00
II - Intempéries	10.000,00
III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV - Obtenção de Resultado Primário	0,00
V - Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	10.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder

Executivo Municipal.

Art. 8º – Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 10 – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 11 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de novembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

LEI 870/2017

Publicação Nº 1432360

LEI Nº 870, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar termo de cessão de uso de máquina que especifica, junto à AMARP, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar termo de cessão de uso com a AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – de uma máquina tipo escavadeira hidráulica, usada, marca New Holland, modelo E135BSR2, chassi N8TA13200, no estado que em que se encontra, de propriedade da associação referida.

Art. 2. As despesas com revisão e manutenção técnica necessárias para o uso da máquina, que encontra-se parada há algum tempo, serão arcadas pelo município de Iomerê.

Art. 3. As despesas operacionais, tipo combustível, operador, revisões e manutenção necessárias ao funcionamento da máquina, bem como reparos em casos de quebra, serão arcados pelo município de Iomerê.

Art. 4. A cessão será firmada pelo prazo de 02(dois) anos, contados da assinatura do termo.

Art. 5. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de novembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

LEI 871/2017

Publicação Nº 1432361

LEI Nº 871, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Amplia a área do perímetro urbano do município de Iomerê e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica ampliado o perímetro urbano do município de Iomerê, conforme memorial descritivo e mapa, constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de novembro de 2017.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI N. 871/2017

MEMORIAL DESCRITIVO E MAPA DE AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

LEI 872/2017

Publicação Nº 1432364

LEI N. 872, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza doação de imóvel ao poder legislativo de Iomerê, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica autorizada a doação de imóvel urbano, objeto da matrícula n. 11.359, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Videira, SC., de propriedade do Município de Iomerê, constituído de um terreno, com área de 240,00m²(duzentos e quarenta metros quadrados), e as benfeitorias nele edificadas, como sendo um prédio em alvenaria, com área de 285,20m²(duzentos e oitenta e cinco metros e vinte decímetros quadrados), ao Poder Legislativo Municipal de Iomerê.

Art. 2. O imóvel descrito no artigo primeiro, se constitui no local onde funciona a Câmara de Vereadores e a Biblioteca Municipal.

Art. 3. A doação é feita sem encargos, assumindo o donatário a responsabilidade de manter instalada no local a biblioteca municipal, até que o Poder Executivo proceda a adequação de novo espaço para o funcionamento, caso assim se faça necessário.

Art. 4. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de novembro de 2017.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017

Publicação Nº 1433067

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 42/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 42/2017 para aquisição de pedras. A abertura das propostas se dará no dia 05/12/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 21 de novembro de 2017.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017

Publicação Nº 1433069

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 43/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 43/2017 para transporte escolar. A abertura das propostas se dará no dia 05/12/2017 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 21 de novembro de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

APOSTILA 01-020/2017

Publicação Nº 1432381

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2017
Pregão Presencial Nº 035/2017
APOSTILAMENTO: 01-020/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2017
VIGENCIA: 23.06.2018
Das Partes:
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
REUNIDAS TURISMO S.A. – 04.176.082/0001-80

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A REVISÃO DE PREÇOS:

A revisão dos preços e o instrumento adequado são autorizados pelo art. 65, II, d, II e § 8º, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Primeira – item 1.4. da Ata de Registro de Preços 020/2017, transcritos a seguir:

“Art. 65...

II...

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada à alínea "d" pela Lei nº 8.883, de 08.06.1994).

II – as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§8º - A variação do valor contratual para fazer face dos reajustes dos preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.”

“Cláusula Primeira....

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços mínimos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado, à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários, em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

Em vista do ofício recebido informando a alteração de percentual de preços repassados nos valores das passagens intermunicipais e os dispositivos legais citados e ainda parecer jurídico favorável e concedente a alteração dos preços conforme tabela a seguir:

Item	Produto	Unidade	Quant. Estimada Remanescente	Valor Unit. Registrado	Valor Unit. Atual
1	PASSAGENS DE ONIBUS - IPORA DO OESTE A FLORIANO-POLIS - SAIDA ENTRE 15:00HR AS 19:30HR	Unidade	60	R\$243,78	R\$ 230,72
2	PASSAGENS DE ONIBUS - FLORIANOPOLIS A IPORA DO OESTE - SAIDA ENTRE 21:00HR AS 00:30HR	SERV	78	R\$246,89	R\$ 234,33
3	PASSAGENS DE ONIBUS - SMO A FLORIANOPOLIS - SAIDA ENTRE 17:30HR AS 19:30HR	SERV	74	R\$183,17	R\$ 195,36
4	PASSAGENS DE ONIBUS - FLORIANOPOLIS A SMO - SAIDA ENTRE 19:00HR AS 21:30HR	SERV	74	R\$183,17	R\$ 198,02
5	PASSAGENS DE ONIBUS - SMO A LAGES - SAIDA ENTRE 17:15:00HR AS 19:30HR	SERV	20	R\$145,45	R\$ 155,22
6	PASSAGENS DE ONIBUS - LAGES A SMO - SAIDA ENTRE 23:00HR AS 01:30HR	SERV	20	R\$147,60	R\$ 157,37

Junte-se a presente Apostila a Ata de Registro de Preços nº 020/2017, do qual deverá ser parte integrante e inseparável.

Iporã do Oeste, 20 de novembro de 2017.

Mauro Cesar Barella
Gestor FMS

CONTRATO 100/2017

Publicação Nº 1432382

Contrato Público nº 100/2017

Partes: Município de Iporã do Oeste e Indumar Ind. Com. Equip.
Ind. e Agrícolas LtdaObjeto: Empresa fornecedora de peças para manutenção de retro
escavadeira e trator sobre esteiras

Processo Administrativo: 134/2014

Pregão Presencial: 064/2017

Valor Total R\$ 7.320,00

Vigência: 21.11.2017 a 31.12.2017

Data: 21.11.2017

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 273 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017. INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC COM O SITESPM-CHR, E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1433295

DECRETO Nº 273

DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC COM O SITESPM-CHR, E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo; e

Considerando a necessidade de manter uma instância de negociação entre a Administração Pública e Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região SITESPM-CHR, com competência para participar de estudos e negociações que envolvam assuntos inerentes a recursos humanos, acordo coletivo, bem como, propor soluções de conflitos individuais e/ou coletivos de trabalho;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de negociação do Município Ipuaçu/SC, com o SITESPM-CHR (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região), composta pelos seguintes membros:

1. Vania Medianeira de Lima Barcellos
2. Adriano Weirich
3. Ivonete Maciel
4. Eliza Moranski
5. Silvana Zambiasi
6. Derli Soares
7. Vagner Piana
8. Sarita Andrea Braghini
9. Ivone Soccol
10. Julcemar Comachio
11. Marcelo Adolfo Fransozi

Parágrafo único. De acordo com a matéria a ser discutida, e mediante prévio e mútuo consentimento, a Comissão poderá convidar servidor para integrar reunião, com o fim de obter subsídios que possam ser úteis à apresentação de proposta de sua competência.

Art. 2º. Caberá à Comissão de Negociação:

- I - promover os estudos e negociações das reivindicações da pauta apresentada pelo Sindicato;
- II - propor soluções para os conflitos coletivos constatados nas relações do trabalho;
- III - analisar possíveis soluções, promovendo a conciliação ou mediação entre os interesses da Municipalidade e os dos servidores através da representatividade do Sindicato;
- IV - propor novas condições de trabalho visando amenizar possíveis conflitos existentes.

Art. 3º. A Comissão reunir-se-á periodicamente de acordo com o calendário por ela preestabelecido.

Art. 4º. As funções dos membros da Comissão não serão remuneradas, por serem consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 16 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 274 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 1433299

DECRETO Nº 274

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar nº 013, de 14 de junho de 2005, e Lei Complementar Municipal nº. 011, de 14 de junho de 2005, art. 40, inciso II;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor JAIR BIANCHINI, EXONERADO a pedido, do Cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete.

Art. 2º. Este Decreto é publicado na presente data, produzindo efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu- SC, em 21 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 275 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1433301

DECRETO Nº 275

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5º da Lei 840 de 05 de dezembro de

2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

10.00 – Encargos Gerais do Município

Projeto/Atividade n. 28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 110 – R\$ 10.237,42

Para Programação de despesa:

10.00 – Encargos Gerais do Município

Projeto/Atividade n. 28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais

Modalidade de Aplicação: 46900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 111 – R\$ 10.237,42

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu-SC, em 21 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 198 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.
ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO
MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA.**

Publicação Nº 1433303

PORTARIA Nº 198

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL,
CONFORME ESPECIFICA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reduzida a carga horária do servidor JOSÉ LEONIR DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, de 30 horas para 25 horas semanais, a qual deverá ser cumprida de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 12:00 horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu/SC, em 17 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 199 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA
EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS.**

Publicação Nº 1433305

PORTARIA Nº 199

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER A
FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente; e

Considerando que cabe a Administração Pública, nos termos do disposto nos artigos 58, inciso III e artigo 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados;

Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública; Considerando que as principais atribuições do Fiscal de Contratos são:

I- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou execução de serviços, bem como, preços e quantitativos estão de acordo com instrumento contratual e instrumento convocatório;

III- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora INDIAMARA ALINE VIZOLLI, ocupante do cargo de Diretora de indústria, comércio e urbanismo, como Fiscal de Contratos de Serviços de Engenharia, para o gerenciamento das obras executadas com recursos Federais, Estaduais e Municipais, estas últimas quando executadas com recursos próprios.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu- SC, em 17 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 200 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A
SERVIDORA PÚBLICA.**

Publicação Nº 1433308

PORTARIA Nº 200

DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, licença pelo prazo de até 180 (cento e oitenta)

dias, ou pelo período confirmado em perícia do INSS para tratamento de saúde a Servidora ELZIRA TALASKA NOVELLO, ocupante do cargo de Agente de Copa e Limpeza 40h., de acordo com atestado médico apresentado nesta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 20 de novembro de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 201 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DE DESPESAS
COM REFEIÇÕES A SERVIDOR PÚBLICO.**

Publicação Nº 1433313

PORTARIA Nº 201
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM REFEIÇÕES A SERVIDOR PÚBLICO.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1o. Fica autorizado, a partir da presente data, o ressarcimento das despesas de pronto atendimento com refeições ao Servidor HÉLIO ALVEZ DE OLIVEIRA, quando o mesmo estiver em viagens para fora do Município, a serviço deste.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 203 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 1433320

PORTARIA Nº 203
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 76 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2015 – Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, transformando-se 10 (dez) dias em Abono Pecuniário, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
JULCEMAR COMACHIO	Advogado	21/11/2014 à 20/11/2015	04/12/2017 à 24/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar do dia 04 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 18 de agosto de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 21 de novembro de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 202 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
REVOGA PORTARIA 086/2017.**

Publicação Nº 1433317

PORTARIA Nº 202
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

REVOGA PORTARIA 086/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1o. Fica REVOGADA na sua integralidade a Portaria 086/2017, tendo em vista a edição da Portaria 198 de 17 de novembro de 2017, que reduz a carga horária do servidor JOSÉ LEONIR NA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 21 de novembro de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretaria da Administração e Fazenda

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 204 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Publicação Nº 1433323

PORTARIA Nº 204
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 76 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2015 – Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 20 (vinte) dias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
FATIMA BORGES DA ROSA CARLESSO	Técnica em Enfermagem	14/07/2015 à 13/07/2016	20/11/2017 à 09/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retrativos ao dia 20 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 21 de novembro de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 205 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Publicação Nº 1433325

PORTARIA Nº 205
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 76 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2015 – Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
VENILDE PAVAN BAZZI	Agente de Saúde – 40h	15/09/2014 à 14/09/2015	23/11/2017 à 23/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a partir do dia 23 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 21 de novembro de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

EDITALNOTIFICAÇÃO0052017

Publicação Nº 1433252

Edital de Notificação nº 04/2017

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 12/08/2017 a 04/10/2017

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	331.494,66
417213302000000	Transferências SUS - ESF	89.520,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	32.448,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	10.413,87
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	3.145,00
417213306000000	Transferências SUS - Vigilância Sanitária	0,00
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	8.920,00
417213311380000	Núcleo Apoio Saúde Família	24.000,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	16.707,06
417213402000000	Transferências FNAS - Média e Alta Complexidade	40,00
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMÍLIA	1.430,00
417213402000000	Transferências FNAS - APAE	0,00
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	0,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	70.776,81
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	10.466,40
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	7.318,80
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	3.604,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	11.164,48
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	2.646,22
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	1.688,54
417213506000000	Transf Diretas do FNDE - PNAC	0,00
4242102000000001	Transf. FNDE PAR	0,00
424719902000000	Transf. Convenios União - MCIDADES 799854/2013	0,00
424719903000000	Transf. Convenios União - MCIDADES 797671/2013	0,00
424210999010000	Transf. União Defesa Civil	0,00
424719905000000	Transf. De Recursos d Convênios com o MAPA	0,00
Total dos Recursos Recebidos no Período		625.783,84

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 06.10.2017
VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº 454/2017 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433345

NOMEIA E EMPOSSA MEMBROS DO CONSELHO FUNDEB.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA E EMPOSSA

Art. 1º - Ficam nomeados e empossados os seguintes membros para constituírem o Conselho do FUNDEB;

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Michele Dal Bello

Suplente: Lucia Salete Kruetzmann

II - Representante dos professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Bernadete Fontana Vasselai

Suplente: Marlete Pereira

III - Representante dos diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Dilviana Cason

Suplente: Edson Pedroso

IV - Representante dos servidores técnicos, administrativos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Monica Teles dos Santos Regert

Suplente: Marilia Franciela Farina

V – Representante dos pais de alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Vivian Cenci Formagini

Suplente: Juliana Moura Bertollo

Titular: Joselaine Ritta

Suplente: Ilse Falabretti Albiero

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Ezequiel do Belém Bento Correia

Suplente: Daniela Elena Benelli

Titular: Ortenilda Iara Barbosa

Suplente: Gilceni de Fatima Siqueira

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Vanderson Cerutti

Suplente: Adriane Cristina Gedoz Raymundi

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Nadia Canzi

Suplente: Isidoro Nazar.

IX – Representante do Executivo Municipal:

Titular: Moira Comboski.

Suplente: Jucilene Goldoni Calari.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de 21 de Novembro de 2017.

Ipumirim - SC, 21 de Novembro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

Iraceminha

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL 1368/2017

Publicação Nº 1432116

Lei Municipal Nº 1368/2017, de 21 de Novembro de 2017.

TORNA OFICIAL O HINO MUNICIPAL DE IRACEMINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica oficializado como Hino Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, a Letra em anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º - O Hino ora oficializado deverá ser divulgado e cantado em todas as cerimônias oficiais que vierem a ocorrer no Território deste Município, notadamente nos Colégios e Escolas, Prédios e Repartições Municipais.

Parágrafo Único - Será facultativa a execução do Hino Municipal de Iraceminha na abertura de Sessões Cívicas, nas cerimônias a que se associe patriótico, bem assim para eximir regozijo público em ocasiões festivas.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha-SC, 21 de Novembro de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

DECRETO N. 170, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432336

DECRETO N.º 170, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DESIGNA SERVIDORES PARA O RECEBIMENTO DE ADIANTAMENTOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas nos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os seguintes servidores para o recebimento de adiantamento, abertura de conta bancária e movimentação de recursos, para a realização de despesas de pronto pagamento:

I – Motorista:

- a) LEANDRO RIBEIRO, inscrito no CPF 005.970.619-80;
- b) JUAREZ VIEIRA, inscrito no CPF 037.946.919-70;

Art.2º. O valor do adiantamento será movimentado através de conta bancária, em nome do Município e de cada servidor contemplado pelo adiantamento, aberta em banco oficial.

Art.3º. O servidor contemplado pelo adiantamento prestará contas no prazo previsto em lei, através de documentos hábeis e contabilmente aceitos.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 20 de novembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

Publicado e Registrado nesta Secretaria em 20/11/2017.

Airton Fabricio

Secretário de Administração e Gestão

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 32/2017

Publicação Nº 1433652

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2017

OBJETO: Contratação de empresa para execução, em empreitada global, do projeto de recuperação/reforma do S.E.S - Sistema de Esgotamento Sanitário no Bairro Santo Antônio do Município de Irani, SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: VIVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

VALOR: R\$ 25.656,30 (Vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso V do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Irani, SC, 21 de novembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

LEI N. 1853, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432344

LEI Nº 1.853, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA DO LOTEAMENTO ALPHAVILLE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - A rua “A”, do Loteamento Alphaville, passa a ser denominada Rua Lyrio Francisco Bertuol.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irani – SC, 20 de novembro de 2017.

Sivio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Registrado e publicado nessa Secretaria em 20/11/2017.

Airtor Fabricio

Secretário Municipal de Administração e Gestão

Irati

PREFEITURA

ERRATA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, 40 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E CONSULTAS DE CLÍNICA GERAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Publicação Nº 1433617

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

E R R A T A

Processo Administrativo Nº 067/2017

Processo Licitatório Nº 067/2017

Edital: Tomada de Preços Nº 005/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, 40 HORAS SEMANAIS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07:30 ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS, PARA ATENDER O PROGRAMA PSF (PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA) E CONSULTAS DE CLÍNICA GERAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11.12.2017

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11.12.2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, (49) 3349-0000 ou (49) 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Irati – SC, 22 de novembro de 2017.

MARCOS HENRIQUE KEHL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3324/2017

Publicação Nº 1432204

DECRETO N.º 3.324/2017 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.
"PARALISA ATIVIDADES EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso I e VII c/c o artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1o. – Fica decretada a paralisação de atividades no Centro de Educação Infantil Santo Antônio, situada na localidade de Santo Antônio, neste Município de Irineópolis - SC.

Art. 2.º - A paralisação das atividades na unidade dar-se-á em decorrência da ausência do número suficiente de matrículas para a manutenção de turma na referida unidade.

Parágrafo único – Os alunos que estiverem matriculados no Centro de Educação Infantil Santo Antônio, terão garantidas as vagas em creche próxima à localidade, caso haja interesse por parte dos pais ou responsáveis.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 20 de Novembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 405/2017

Publicação Nº 1432196

PORTARIA Nº. 405/2017.

REMANEJA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR ADEMAR DAVI SOSTAK, servidor do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com atividades junto a Secretaria Municipal da Saúde, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal da Infraestrutura a contar da data de 01/11/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/11/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de Novembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 406/2017

Publicação Nº 1432201

PORTARIA Nº. 406/2017.

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

RESOLVE :

Art. 1º - SUBSTITUIR a pedido devidamente justificado, na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, instituída pela Portaria nº 341/2017, a servidora TATIANA ANDREIA RUCINSKI, código 1441, nomeando para fazer parte da composição da referida Comissão a servidora MARCELA ADELEVA CIARINI, código nº 2005, ocupante do cargo de Fiscal De Tributos, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município, com a incumbência de apurar a responsabilidade por descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, de GISELE CRISTINA BARTH, código 1359, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de Novembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 407/2017

Publicação Nº 1432202

PORTARIA Nº. 407/2017.

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

RESOLVE :

Art. 1º - SUBSTITUIR a pedido devidamente justificado, na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2017, instituída pela Portaria nº 398/2017, a servidora TATIANA ANDREIA RUCINSKI, código 1441, nomeando para fazer parte da composição da referida Comissão a servidora JULIANA NOGARA DO CARMO, código nº 2155, ocupante do cargo de Secretária Escolar, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município, com a incumbência de apurar a responsabilidade por descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, de ADEMAR DAVI SOSTAK, código 480, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de Novembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 408/2017

Publicação Nº 1433388

PORTARIA Nº 408/2017.

NOMEIA SERVIDORA PARA EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho Celetista, LETICIA HAIDUK MAINARDI, nascida em 28/09/1996, portadora do CPF nº 088.623.049-78, RG nº 6.419.795 SESP/SC, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde (40h/sem), no nível único do Grupo VI, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, vinculada a Secretaria da Saúde, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Novembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 409/2017

Publicação Nº 1433385

PORTARIA Nº 409/2017.

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do

artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 21/11/2017 a 19/01/2018, ao servidor efetivo ADEMAR DAVI SOSTAK.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Novembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 410/2017

Publicação Nº 1433370

PORTARIA Nº. 410/2017.

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

RESOLVE :

Art. 1º - SUBSTITUIR a pedido devidamente justificado, na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2017, instituída pela Portaria nº 353/2017, a servidora TATIANA ANDREIA RUCINSKI, código 1441, nomeando para fazer parte da composição da referida Comissão a servidora MARCELA ADELEVA CIARINI, código nº 2005, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município, com a incumbência de apurar a responsabilidade por descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, de SANDRO BORGES, código 1025, ocupante do cargo efetivo de Motorista.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de Novembro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

LEI 2520

Publicação Nº 1432881

LEI Nº 2520, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DECLARA DE INTERESSE SOCIAL O CARNAVAL NÁUTICO DE ITÁ, AUTORIZA REPASSE DE VALORES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DE SAMBA DAS ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Carnaval Náutico realizado anualmente na cidade de Itá, fica declarado como Atividade de Interesse Social do Município de Itá, nos termos das justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico que acompanham a presente Lei.

Art. 2º Para a realização do Carnaval Náutico de Itá - edição 2017, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar o importe de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a cada uma das entidades abaixo identificadas, para serem aplicados, exclusivamente, na manutenção das atividades de suas Escolas de Samba:

I – Associação Cultural e Recreativa Foliões do Lago, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.226/0001-41;

II – Associação Inocentes, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.718.370/0001-08;

III – Associação Cultural, Esportiva e Recreativa Kizomba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, Centro, neste município de Itá-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.573.061/0001-50;

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itá – SC, 21 de Novembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itapema

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 58 - ALTERA O INCISO I DO ART. 15 E ALTERA O ART. 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2002

Publicação Nº 1433267

Lei Complementar nº 58, de 17 de novembro de 2017

Altera o inciso I do Art. 15 e altera o Art. 18 da Lei Complementar nº 11, de 6 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o zoneamento e uso do solo do Município de Itapema, cria o conselho Municipal de Planejamento Urbano e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Altera os Art. 15, 17 e 18 da Lei Complementar nº 11, de 6 de fevereiro de 2002, os quais passam a ter a seguinte redação.

“Art. 15...

I – Índice k: é a fração de área que define o número máximo de unidades residenciais permanentes que poderão ser construídas; definido através da divisão da área do terreno pelo índice k específico da região (ver tabela II)

Art. 18. As edificações de que se trata o art. 17, desta lei, podem ser construídas nas ZR1, ZR2, ZR3, exceto nas encostas dos morros, onde permanecem inalterados os afastamentos exigidos. ”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 17 de novembro de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI COMPLEMENTAR Nº 59 - REVOGA A ALÍNEA “F” DO ART. 65, ALTERA O ART. 208, ALTERA O INCISO IV DO ART. 215 E ALTERA A ALÍNEA “B” DO ART. 337, LEI COMP 08

Publicação Nº 1433268

Lei Complementar nº 59, de 17 de novembro de 2017

Revoga a alínea “f” do Art. 65, altera o Art. 208, altera o inciso IV do Art. 215 e altera a alínea “b” do Art. 337, da Lei Complementar nº 08, de 06 de fevereiro de 2002, que institui o plano físico territorial de Itapema, o regulamento de edificações no perímetro Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Suprime a alínea “f” do Art. 65, altera o Art. 208, altera o inciso IV do Art. 215, e altera a alínea “b” do Art. 337, da Lei Complementar nº 08, de 06 de fevereiro de 2002, os quais passam a

ter a seguinte redação:

“Art. 65...

IV - ...

f – suprimir alínea.

Art. 208. As vagas exigidas para edificações em construção, ou a serem construídas, quer fiquem reservadas em área coberta ou descoberta, deverão ficar caracterizados no projeto.

Art. 215...

IV – Todas as vagas serão livres e desimpedidas exceto quando pertencerem a um mesmo proprietário.

Art. 337...

b – o uso dos mezaninos dos pavimentos de embasamento só será possível se o projeto da edificação contemplar uma vaga de garagem a mais do que o número mínimo de vagas de estacionamento exigido para as vagas de estacionamento que compõe a edificação multifamiliar; em caso de edificações residenciais transitórias (hotéis, motéis, flates, hotéis residência e time sharing) e comerciais, fica possibilitado o uso de mezanino de garagem em 100%, sem a obrigatoriedade de disponibilizar uma vaga a mais por unidade.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 17 de novembro de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.696, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017 - ALTERA O ART. 4º DA LEI Nº 3183, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Publicação Nº 1433269

Lei nº 3.696, de 17 de novembro de 2017.

Altera o Art. 4º da Lei nº 3183, de 05 de junho de 2013.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica alterado o do Art. 4º da Lei nº 3183, de 05 de junho de 2013, passando a ter a seguinte redação.

“Art. 4º A utilização do Prédio Mercado Público Municipal “Nelson Santos”, além da prevista no Edital de Concorrência Pública nº 03.005.2012 e no Contrato de Concessão, poderá ser também de atividades culturais, de turismo e abrigar repartições Públicas, desde que seja respeitado o edital e os contratos de concessão ainda vigentes. ”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 17 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.697, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ESPECIAL PM

Publicação Nº 1433272

Lei nº 3.697, de 17 de novembro de 2017.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a abrir um Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), destinados a criar a seguinte dotação no Orçamento Municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
26.05	Secretaria de Planejamento Urbano	06.181.0018.2.018	Colaboração para Custeio e Investimentos - PM	1.0010	3.3.30.00	125.000,00
TOTAL						125.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º, decorrem de anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais):

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Anulação
26.05	Secretaria de Planejamento Urbano	06.181.0018.2.018	Colaboração para Custeio e Investimentos - PM	1.0010	3.3.90.00	100.000,00
				1.0010	4.4.90.00	25.000,00
TOTAL						125.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 13 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.698, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017 - ALTERA A LEI MUNICIPAL 2.781-2009 - ANEXO ÚNICO DOS QUIOSQUES

Publicação Nº 1433273

Lei nº 3.698, de 17 de novembro de 2017.

Altera a Lei Municipal 2.781/2009

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º O art. 16, da Lei 2.781/2009, passará a conter a seguinte redação:

Art. 16 A orla marítima de Itapema será dividida em pontos determinados pelo Poder Executivo, distribuídos entre as atividades de venda de milho verde, churros e aluguel de cadeiras de praia, guarda-sol pranchas de surf e body board.

Art. 2º O parágrafo primeiro, do artigo 24, da Lei Municipal 2.781/2009, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º A estrutura física para a comercialização dos alvarás de ponto de milho, churros e alugueis de pranchas, cadeiras e guarda-sóis,

serão conjuntas e deverão ter a cobertura modelo conforme memorial descritivo - quiosque modelo, no anexo único, desta Lei.

Art. 3º Fica criado o anexo único, da Lei 2.781/2009.

Parágrafo único – Os quiosques estabelecidos da rua 243 até o limite com o Município de Porto Belo, deverão ser construído obrigatoriamente nos moldes do modelo 2 do Anexo Único deste artigo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 17 de novembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 220/2017

Publicação Nº 1433504

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 220/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA SEREM INSTALADOS EM PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 08h e 30min do dia 04/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 21 de novembro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433296

DECRETO Nº 184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 4.126,00 (quatro mil, cento e vinte e seis reais):

06.03 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes
27.812.0161.1031 – Aquisição de veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.126,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 14 de novembro de 2017.

Itapiranga, SC., 14 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 185, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433290

DECRETO Nº 185, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 35.037,84 (trinta e cinco mil, trinta e sete reais e oitenta centavos):

06.03 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes
27.812.0161.1031 – Aquisição de veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 37,84

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social
31.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 17 de novembro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO DAS ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº 299 A 307/2017

Publicação Nº 1432153

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº.: ARP 299/2017

CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

CONTRATADA.: VALE - COMERCIO DE DETERGENTES LTDA - ME

VALOR : 5.100,00 (CINCO MIL E CEM REAIS)

VIGÊNCIA : INÍCIO: 13/11/2017 TÉRMINO: 13/11/2018

LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 201/2017

OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LIMPEZA DE VEÍCULOS.

ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 300/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: ROSELIA INES KIRCH - ME
VALOR : 43.200,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DE EVENTOS PARA O MUNICÍPIO.
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 301/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA
VALOR : 38.400,00 (TRINTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 302/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: LAGOA DA SERRA LTDA
VALOR : 31.600,00 (TRINTA E UM MIL E SEISCENTOS REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 303/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA
VALOR : 54.250,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 304/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA - ME
VALOR : 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 305/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: COGENT BRASIL LTDA - EPP
VALOR : 129.250,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE

MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 306/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA - EPP
VALOR : 106.920,00 (CENTO E SEIS MIL NOVECIENTOS E VINTE REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

CONTRATO Nº.: ARP 307/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: CRI GENETICA BRASIL LTDA.
VALOR : 66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 16/11/2017 TÉRMINO: 16/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2017
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

EXTRATO DO CONTRATO 127/2017

Publicação Nº 1432157

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº.: 127/2017
CONTRATANTE.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
CONTRATADA...: GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA
VALOR : 111.500,00 (CENTO E ONZE MIL QUINHENTOS REAIS)
VIGÊNCIA : INÍCIO: 20/11/2017 TÉRMINO: 20/11/2018
LICITAÇÃO : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 203/2017
RECURSOS : DOTAÇÃO: 1.007.4.4.90.00.00.00.00 (31)
OBJETO : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, DESTINADOS AO SETOR DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
ITAPIRANGA, 20 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 154/2017

Publicação Nº 1431595

PORTARIA Nº 154/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Silvano Luis Henkes, matrícula 15258/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 299/2017, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 201/2017,

para aquisição de materiais para limpeza de veículos.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 13 de novembro de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Silvano Luis Henkes
Fiscalizador

PORTARIA Nº 155/2017

Publicação Nº 1431596

PORTARIA Nº 155/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 300/2017, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 202/2017, para prestação de serviços de decoração de eventos para o município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 13 de novembro de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Nelson Arenhardt
Fiscalizador

PORTARIA Nº 156/2017

Publicação Nº 1431597

PORTARIA Nº 156/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Valdair Miguel Dahmer, matrícula nº 15267/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 301 a 307/2017, firmadas pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 197/2017, para aquisição de materiais destinados a manutenção do programa de melhoramento genético da secretária de agricultura.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução das respectivas atas e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 16 de novembro de 2017.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Valdair Miguel Dahmer
Fiscalizador

PORTARIA Nº 274/2017

Publicação Nº 1432298

Portaria nº 274 de 16 de novembro de 2017.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal/2004, Lei Municipal nº 1.428/1991 e Parecer Jurídico nº 147/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de Pensão por Morte para Marli Wiggers, filha incapaz do servidor municipal inativo Galdino Wiggers falecido no dia 15 de novembro de 2016, conforme certidão de óbito matrícula nº 106609 01 55 2016 4 00002 297 0000596 20, que ocupava o cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 2º - A remuneração da Pensão por Morte devido à filha incapaz Marli Wiggess é de R\$ 2.660,09 (dois mil seiscentos e sessenta reais e nove centavos), o qual será reajustado na mesma data e percentual dos servidores ativos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 12/7/2017, data do requerimento.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 16 de novembro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 202/2017

Publicação Nº 1432320

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/1

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 202/2017 Fornecedor: 129640 - ROSELIA INES KIRCH - ME			Licitação: 202/2017 - PR			Data da Homologação: 16/11/2017			
1	01-01-80084	MAO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO.		HRS	1.200,000	0,0000	36,0000	43.200,00	Venceu
Total do Fornecedor →					1.200,000			43.200,00	

Itapiranga, 21 de Novembro de 2017.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 203/2017

Publicação Nº 1432321

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 203/2017 Licitação: 203/2017 - PR Fornecedor: 64955 - GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA Data da Homologação: 20/11/2017									
1	01-01-80597	VEÍCULO NOVO (ZERO KM), COM 04 PORTAS E CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 05 PASSAGEIROS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ZERO QUILOMETRO; ANO FABRICAÇÃO 2017; MODELO 2017 OU 2018; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RADIO COM ENTRADA USB E SISTEMA DE AUTOFALANTES ORIGINAL DE FÁBRICA; ALARME; TAPETES DE BORRACHA INTERIORS; COR: BRANCA; MOTOR: COMBUSTÍVEL: GASOLINA OU FLEX (ETANOL/GASOLINA); POTÊNCIA: MÍNIMO E 70 CV (A GASOLINA); SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA; ACESSÓRIOS: TODOS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELAS LEIS DE TRÂNSITO.	FIAT/MOBI	UND	1,000	0,0000	44.500,0000	44.500,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 203/2017 Licitação: 203/2017 - PR Fornecedor: 64955 - GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA Data da Homologação: 20/11/2017									
2	01-01-80598	VEÍCULO NOVO (ZERO KM), TIPO FIAT FIORINO, MOTOR 1.4, COM DIVISÓRIA ENTRE OS BANCOS E O VÃO DE CARGA, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ZERO QUILÔMETRO; ANO FABRICAÇÃO 2017; MODELO 2017 OU 2018; AR CONDICIONADO; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE CARGA; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE NO MÍNIMO 620 KG; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; DIREÇÃO HIDRÁULICA; RÁDIO COM ENTRADA USB; TAPETES DE BORRACHA INTERNOS; COR: BRANCA; MOTOR: COMBUSTÍVEL: GASOLINA OU FLEX (ETANOL/GASOLINA); POTÊNCIA: MÍNIMO DE 80 CV (A GASOLINA); SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA; ACESSÓRIOS: TODOS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELAS LEIS DE TRÂNSITO.	FIAT/FIORINO	UND	1,000	0,0000	67.000,0000	67.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->							2,000	111.500,00	

Itapiranga, 21 de Novembro de 2017.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 207/2017

Publicação Nº 1432199

Página: 1/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 207/2017 Licitação: 207/2017 - PR Fornecedor: 33863 - CHICO ELETRICA LTDA ME Data da Homologação: 20/11/2017									
1	01-01-80603	CORDÃO LUMINOSO DE NO MÍNIMO 96 LEDS ESTÁTICO 220V COLORIDO (FIO VERDE).	taschibra	UND	48,000	0,0000	28,0000	1,344,00	Vencou
5	01-01-80610	CORDA LUMINOSA 13MM LED 2 FIOS, AMARELO, 16 X 44M.	enerblu	RL	6,000	0,0000	279,0000	1,674,00	Vencou
6	01-01-80611	CORDA LUMINOSA 13MM LED 2 FIOS, AZUL, 16 X 44M.	enerblu	RL	6,000	0,0000	279,9900	1,679,94	Vencou
7	01-01-80612	CORDA LUMINOSA 13MM LED 2 FIOS, VERDE, 16 X 44M.	enerblu	RL	6,000	0,0000	279,9900	1,679,94	Vencou
8	01-01-80613	CORDA LUMINOSA 13MM LED 2 FIOS, VERMELHO, 16 X 44M.	taschibra	RL	6,000	0,0000	515,0000	3,090,00	Vencou
11	01-01-75885	SILICONE (ADESIVO SELANTE) COM 280 GR	afix	UND	20,000	0,0000	12,8000	256,00	Vencou
15	01-01-80620	CAPA PARA MANGUEIRA COMPATIVEL COM CORDA LUMINOSA 13MM LED 2 FIOS.	enerblu	UND	100,000	0,0000	1,0000	100,00	Vencou
Total do Fornecedor —>								9,823,88	
Nr. do Processo: 207/2017 Licitação: 207/2017 - PR Fornecedor: 142102 - AGROPECUARIA ITAPIRANGA LTDA - ME Data da Homologação: 20/11/2017									
2	01-01-80604	CORDÃO LUMINOSO DE NO MÍNIMO 96 LEDS ESTÁTICO 220V BRANCO (FIO VERDE).	TASCHIBRA	UND	48,000	0,0000	27,9900	1,343,52	Vencou
3	01-01-80607	CORTINA LUMINOSA 480 LEDS MEDINDO NO MÍNIMO 3,00 X 0,50M 16F AZUL (FIO BRANCO).	TASCHIBRA	UND	12,000	0,0000	367,5000	4,410,00	Vencou
9	01-01-80614	COLA QUENTE BASTÃO (7,4MM X 30 CM).	WORKER	UND	3,000	0,0000	0,5000	1,50	Vencou
10	01-01-80615	SOLDADOR DE ESTANHO (FERRO PARA SOLDA) 40W, 220V, FREQUENCIA 60HZ.	WORKER	UND	3,000	0,0000	26,9000	80,70	Vencou
12	01-01-80617	FITA ISOLANTE COLORIDA, COM 10 METROS DE COMPRIMENTO.	WORKER	UND	12,000	0,0000	3,9000	46,80	Vencou
13	01-01-75905	TINTA SPRAY DOURADA (400 ML)	RENNER	UND	10,000	0,0000	19,5000	195,00	Vencou
Total do Fornecedor —>								6,077,52	
Nr. do Processo: 207/2017 Licitação: 207/2017 - PR Fornecedor: 147393 - D MARTINS COMERCIO E INSTALACAO DE ILUMINACAO URBANA Data da Homologação: 20/11/2017									
4	01-01-80608	CORDA LUMINOSA 13MM LED 2 FIOS, BRANCO, 16 X 44M.	PCSAN	RL	15,000	0,0000	280,0000	4,200,00	Vencou

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 207/2017 Licitação: 207/2017 - PR Data da Homologação: 20/11/2017									
Fornecedor: 147393 - D MARTINS COMERCIO E INSTALACAO DE ILUMINACAO URBA									
14	01-01-80619	CABO DE FORÇA PARA (COMPATÍVEL) COM CORDA LUMINOSA 13MM LED 2 FIOS.	PCSAN	UND	100,000	0,0000	7,0000	700,00	Vencou
					Total do Fornecedor →	115,000		4.900,00	

Itapiranga, 21 de Novembro de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1859/2017.

Publicação Nº 1433132

PORTARIA Nº 1859/2017

De: 07 de novembro de 2017.

ALTERA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Contrato nº 060/2017 do Edital nº 29/2016 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a alteração de Carga Horária do contrato temporário do (a) Sr. (a). NILVA APARECIDA GONÇALVES HASS, matrícula 1276271, reduzindo a carga horária do(a) contratado(a) de 40 horas para 20 horas semanais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 03.10.17.

Itapoá - SC, 07 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1846/2017.

Publicação Nº 1433095

PORTARIA Nº 1846/2017.

De: 06 de novembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ROSELY MANICALDI, matrícula 621285, investido (a) na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1848/2017.

Publicação Nº 1433102

PORTARIA Nº 1848/2017

De: 06 de novembro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de novembro de 2017 a 25 de novembro de 2017, ao (a) servidor (a) PABLO ANGELO ANTUNES, matrícula 598291, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1849/2017.

Publicação Nº 1433103

PORTARIA Nº 1849/2017

De: 06 de novembro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017, ao (a) servidor (a) HELENA CONCEIÇÃO CARDOSO PREIGSCHADT, matrícula 11681543, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1850/2017.

Publicação Nº 1433114

PORTARIA Nº 1850/2017
De: 06 de novembro de 2017.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) THAYS NASCIMENTO VIEIRA, matrícula 620440, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1851/2017.

Publicação Nº 1433115

PORTARIA Nº 1851/2017
De: 06 de novembro de 2017.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) CRISTIANE DA SILVA, matrícula 617377, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1852/2017.

Publicação Nº 1433120

PORTARIA Nº 1852/2017
De: 06 de novembro de 2017.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK, matrícula 588490-11, ocupante do cargo de PROFESSOR II 20HS, para a referência Nível II – B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1853/2017.

Publicação Nº 1433122

PORTARIA Nº 1853/2017.
De: 06 de novembro de 2017.
Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 06 de novembro de 2017 à 05 de dezembro de 2017, sendo 30 dias de Gozo e 30 dias de Pecúnia, ao(a) servidor(a) MARCIA SUTIL DE OLIVEIRA ARINS, matrícula 617725, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1854/2017.

Publicação Nº 1433131

PORTARIA Nº 1854/2017.

De: 06 de novembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) MAURÍCIO DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 598577, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 1861/2017.

Publicação Nº 1433134

PORTARIA Nº 1861/2017.

De: 07 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme o artigo nº 27, inciso II da Lei Municipal 44/2014,

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

· Considerando o Edital de Transferência nº 038/2017 e a C.I. nº 192/2017 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação por Transferência do(a) o(a) Servidor(a) SICLENDER WESTPHAL STOKLOSA, matrícula 619310, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1791/2017 de 23 de outubro de 2017.

Itapoá, 07 de novembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 32/2017 - CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO**

Publicação Nº 1432375

PORTARIA Nº32, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Férias Ao Servidor Francisco Xavier Soares Filho

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 23 de novembro de 2017 a 22 de dezembro de 2017, ao servidor FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, matrícula 50881-01, investido no cargo de Agente Administrativo II, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 03/11/2015 à 02/11/2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Itapoá, 21 de novembro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.692/2017

Publicação Nº 1433100

“DECRETA LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE JABORÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, e nos termos da Lei Orgânica Municipal, Considerando a lamentável perda em virtude do falecimento da servidora pública, INES SALETE FRIGO SCHUMANN e, Considerando que a referida servidora é digna de homenagens como reconhecimento aos serviços prestados ao município e, Considerando ainda a grande dor que atingiu todos os cidadãos de Jaborá em virtude do seu falecimento;

DECRETA

Artigo 1º - “LUTO OFICIAL” de três dias, no Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina em sinal de pesar pelo falecimento da servidora pública, INES SALETE FRIGO SCHUMANN, Educadora Física do NASF e Professora.

Artigo 2º - Fica decretado ponto facultativo no 21 de novembro de 2017, no período vespertino e no dia 22 de novembro de 2017, no período integral, em todo serviço público municipal, exceto os serviços essenciais.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ(SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá,
em 21 de novembro de 2017.
KLEBER MÉRCIO NORA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios em 22/11/2017.
CLAUDIA CORRADI TONIELLO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 91/2017

Publicação Nº 1432284

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 3/2017
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.
Processo de Licitação Nº: 3/2017
Contrato Administrativo nº: 91/2017.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017.
Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens 123, 126 e 145 da quantidade inicial do contrato.
Vigência: 31/12/2017, podendo ser prorrogado, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.
Contratantes: Fundo Municipal de Saúde
Contratada: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME, inscrita no

CNPJ sob o nº 82.291.311/0001-11.

Jaborá, SC, 21 de Novembro de 2017.
Kleber Mércio Nora
Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Publicação Nº 1433039

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) PATRICK MARCHRY e EDSON FERNANDES SANTOS JUNIOR, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Fiscal Tributarista.

DECRETO Nº 11.661/2017

Publicação Nº 1432262

D E C R E T O Nº 11.661/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.501/2017, de 17 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.03.133 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 840.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos Servidores do Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.106 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 458.000,00

08.04 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

08.04.12.367.03012.129 - Pagamento dos Servidores da Educação Especial

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.04.158 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

08.04.159 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 40.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.04.160 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

TOTAL R\$ 840.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.662/2017

Publicação Nº 1432264

D E C R E T O Nº 11.662/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.502/2017, de 17 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 760.000,00 (Setecentos e sessenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade -

Ambulatorial e Hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.97 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 760.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.70 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.72 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

15.01.10.302.07532.700 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS AD

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.79 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

15.01.10.302.07532.701 - Manutenção das Atividades do CAPS Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.84 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.87 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

15.01.10.302.07532.702 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS II

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.89 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.91 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 760.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.663/2017

Publicação Nº 1432265

D E C R E T O Nº 11.663/2017

Fixa o Valor da Unidade Padrão Municipal (UPM), para o Exercício de 2018.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com base no disposto no §1º, do artigo 276, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18 de novembro de 1993, alterado pelo artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 20/2000, de 22 de dezembro de 2000; e

CONSIDERANDO a correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de novembro do ano de 2016 a outubro do ano de 2017, correspondente ao percentual de 1,83% (um inteiro e oitenta e três centésimos por cento);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 090/2017/Semfaz, de 16/11/2017, da Secretaria Municipal da Fazenda;

DECRETA :

Art.1º Fica fixado em R\$ 177,78 (Cento e setenta e sete reais e setenta e oito centavos) o valor da Unidade Padrão Municipal (UPM), para o exercício de 2018.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2018.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.664/2017

Publicação Nº 1432266

D E C R E T O Nº 11.664/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designadas as servidoras públicas municipais ADRIELI BUBINSKI LINHARES, matrícula 9459; JANICE MARIA ANACLETO, matrícula 7942; e FRANCIELI ROBERTA MARTINS SAVALLISCH, matrícula 9497, para comporem a Comissão que, sob a presidência da primeira, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 205/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada com experiência comprovada em empreendimentos habitacionais de interesse social, para execução de serviço de assessoria e consultoria na gestão condominial e patrimonial

junto ao Residencial Santa Luzia, localizado à Rua Ermínio Nicolini, Nº 559, bairro Santa Luzia, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, conforme previsto no Termo de Convênio firmado entre o Município de Jaraguá do Sul e a Caixa Econômica Federal, no Contrato Nº 409632-96, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PM-CMV), gerenciado e coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, através da Diretoria de Habitação, em conformidade com os Anexos que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.665/2017

Publicação Nº 1432267

D E C R E T O Nº 11.665/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e ARIANO JOSÉ TOASSI, matrícula 9591, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 164/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de tubos de diâmetro de 2,00 metros e extensão da tubulação de 30,00 metros para drenagem pluvial na Ponte José João Vailatti (Rio Jaraguá), no Município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.666/2017

Publicação Nº 1432268

D E C R E T O Nº 11.666/2017

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 164/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento

de materiais e mão de obra, para instalação de tubos de diâmetro de 2,00 metros e extensão da tubulação de 30,00 metros para drenagem pluvial na Ponte José João Vailatti (Rio Jaraguá), no Município de Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal IVAN ANDREIAS WOLTER, Engenheiro, matrícula 8920, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 164/2017 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envia-los esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra

pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos das Administrações relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.667/2017

Publicação Nº 1432269

D E C R E T O Nº 11.667/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; THIAGO DE OLIVEIRA BRAGA, matrícula 10525; e MARCELO ADRIANO ELERT, matrícula 10956, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 156/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pintura predial externa das edificações e instalações do Centro Administrativo Municipal (CAM), localizado na Rua Walter Marquardt, Nº 1111, bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.668/2017

Publicação Nº 1432270

D E C R E T O Nº 11.668/2017
Designa Fiscal e Gestor de Contrato de
Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 156/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pintura predial externa das edificações e instalações do Centro Administrativo Municipal (CAM), localizado na Rua Walter Marquardt, Nº 1111, bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal RONIS ROBERTO BOSSE, Engenheiro, matrícula 7183, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços

Nº 156/2017 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no

contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.669/2017

Publicação Nº 1432272

D E C R E T O Nº 11.669/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais EDSON WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677; VERA DE TOFOL, matrícula 7261; e ROBSONN KOENING DE MOURA, matrícula 10789, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 206/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para implantação de praça, playground e paisagismo, para modernização da infraestrutura da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, Nº 636, no bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital. Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.670/2017

Publicação Nº 1432273

D E C R E T O Nº 11.670/2017

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 206/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para implantação de praça, playground e paisagismo, para modernização da infraestrutura da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, Nº 636, no bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal HUMBERTO JOSÉ TRAVI, Engenheiro, matrícula 80049, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 206/2017 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/

ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.671/2017

Publicação Nº 1432274

D E C R E T O Nº 11.671/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais EDSON

WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677; CAROLINE BITENCOURT GOU-LARTE, matrícula 9614; e HILDEGARD BOSHAMMER, matrícula 81960, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 134/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de Empresa ou Instituição de Ensino e Pesquisa para prestação de serviço especializado de pesquisa técnica/científica a fim de identificar o perfil da pessoa idosa no Município de Jaraguá do Sul, conforme Termo de Referência, constante do Anexo III, parte integrante do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.672/2017

Publicação Nº 1432275

D E C R E T O Nº 11.672/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais ADRIANO KOHLBECK, matrícula 10807; MARCELO ADRIANO ELERT, matrícula 10956; e WAGNER SALES, matrícula 10460, para comporem a Comissão Especial que, sob a presidência do primeiro, procederá a análise e o julgamento das amostras e documentações técnicas chegadas à esta Prefeitura, constantes do PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas visando ao registro de preços para a aquisição de Materiais Elétricos e Eletrônicos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.673/2017

Publicação Nº 1433007

D E C R E T O Nº 11.673/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.347/2017, de 09/03/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 50,84 (Cinquenta reais e oitenta e quatro centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.306.07551.687 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.166 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50,84

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados Implantação de Ações e Serviços de Saúde - FNS, no valor de R\$ 50,84 (Cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.674/2017

Publicação Nº 1433009

D E C R E T O Nº 11.674/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.057 - Manutenção das Atividades do Patrimônio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.37 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.057 - Manutenção das Atividades do Patrimônio

4.4.00 - INVESTIMENTOS

05.04.39 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.675/2017

Publicação Nº 1433010

D E C R E T O Nº 11.675/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 61.100,00 (Sessenta e um mil e cem reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad); e do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.058 - Pagamento de Despesas Fixas - Patrimônio (água,

energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.42 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 26.100,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.305.07522.686 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Vigilância

em Saúde - Vigilância Epidemiológica

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.167 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 61.100,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 26.100,00 (Vinte e seis mil e cem reais); e do "Superávit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados Vigilância em Saúde - Epidemiologia, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017

Publicação Nº 1433598

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2017

Processos: 12/2017-FROAGRO e 003/2017-FUJAMA

GABINETE DO PREFEITO/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/ SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, IND. COM. SERV. E TURISMO/SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO/FUJAMA/FROAGRO

Tipo: Menor preço POR LOTE

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração e demais Gestores, tornam público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que em

função de impugnações protocoladas tempestivamente e pedidos de esclarecimentos realizados por empresas interessadas no certame, o mesmo encontra-se SUSPENSO, para a análise e revisão do Edital.

Ressaltamos que a nova data para entrega, credenciamento e abertura dos envelopes, será informada e republicada posteriormente.

Sem mas para o momento,

Jaraguá do Sul (SC), 21 de novembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente

DANIEL PEACH

Coordenador do Froagro

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2017

Publicação Nº 1433570

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2017

Processo: 13/2017 – FROAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO

RURAL E AGRICULTURA

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONJUNTOS DE ABRIGOS PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (ESTUFAS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para incentivo à agricultura familiar de Jaraguá do Sul, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III e Termo de Referência no ANEXO IX do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 6.291/2011 e Decreto 8.440/2012.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, o item deste edital se enquadra na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para o item, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 14 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 hs do dia 14 de dezembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 174.820,00 (cento e setenta e quatro mil oitocentos e vinte reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 25 de outubro de 2017.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

DANIEL PEACH
Gestor do Froagro

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2017

Publicação Nº 1433572

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2017
Processos: 54/2017-FMS e 19/2017-FMAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA REDE E TELEFONIA ao longo de 12(doze) meses, destinados para atender a demanda de manutenção e ampliação no segmento de rede e telefonia da Administração Pública Municipal, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Item I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 11:15 hs do dia 08 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 13:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão às 13:15 hs do dia 15 de dezembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 341.352,95 (trezentos e quarenta um mil trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br
Jaraguá do Sul (SC), 30 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT MARIA SANTIN CAMELO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde Gestora do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2017

Publicação Nº 1433574

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I, Especificações técnicas no ANEXO IX e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e DECRETO 6.737/2009 de 09 de julho de 2009.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 12 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 08:45 hs do dia 12 de dezembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 796.901,90 (setecentos e noventa e seis mil novecentos e um reais e noventa centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 30 de outubro de 2017.

ADEMAR POSSAMAI
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017-FMS

Publicação Nº 1433567

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS adquiridos com recursos das três esferas de Gestão do SUS, elenco de medicamentos da assistência farmacêutica básica, pactuado na CIB/SC, para farmácia básica atender aos usuários da Rede SUS e atender ao Programa Centro de Atendimento Especializado (CAE), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 11:00 horas do dia 04 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 13:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS e documentos exigidos, pela equipe Técnica da Secretaria de Saúde (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão às 13:30 horas do dia 13 de dezembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 433.156,60 (quatrocentos e trinta e três mil cento e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br Jaraguá do Sul (SC), 18 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017-FMS

Publicação Nº 1433597

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de Próteses dentárias totais (superiores e inferiores), destinadas para o CEO - Centro de Especialidades Odontológicas Policlínica João Biron ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III e Termo de referência Anexo IX deste edital.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla item para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 hs do dia 12 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo

da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 184.398,00 (cento e oitenta e quatro mil trezentos e noventa e oito reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 20 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2017

Publicação Nº 1433573

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
TIPO: menor preço por ITEM

OBJETO: O presente edital consiste na aquisição de INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MUSICAIS destinados ao Programa Bandas, oferecido aos alunos da rede municipal de ensino de Jaraguá do Sul, para incentivo a formação básica em música, realizados pela Secretaria Municipal da Educação, em conformidade com o Anexo I – Especificações e quantidades dos itens e demais anexos do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002.

DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, os itens deste edital se enquadram na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para os itens, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 11 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

ORÇAMENTO MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 32.807,59 (trinta e dois mil oitocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 30 de outubro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2017

Publicação Nº 1433576

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rua Gerhardt Muller e Zonstif até a Escola Municipal de Educação Básica Helmuth Duwe, localizada na Rua Gerhardt Muller, nº 289, no bairro Rio da Luz neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, o item deste edital se enquadra na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para o item, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:15 horas do dia 13 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:30 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), sendo o valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais) por dia de transporte realizado.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 17 de novembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2017

Publicação Nº 1433578

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 20 (vinte) passageiros sentados, incluindo o motorista, para transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Salto Ribeirão Cavalo até a Escola Municipal de Educação Básica Ribeirão Cavalo, localizada na Rua Francisco Gretter, nº 771, no bairro Braço Ribeirão Cavalo e Escola Municipal de Educação Básica Dom Pio de Freitas, localizada na Rodovia Municipal JGS 050, nº 4131 neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II

– Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, o item deste edital se enquadra na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para o item, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 10:30 horas do dia 13 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 10:45 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), sendo o valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) por dia de transporte realizado.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 17 de novembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2017

Publicação Nº 1433569

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de CONTROLDORES SEMAFÓFICOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção do sistema semafórico, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002. Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000. Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002. Decreto Municipal nº 6737/2009, de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar Federal 147/2014, 7 de agosto de 2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicados no Anexo I.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 11 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter

Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:45 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 182.859,76 (cento e oitenta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br Jaraguá do Sul (SC), 01 de setembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 206/2017

Publicação Nº 1433575

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 206/2017

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para implantação da praça, playground e paisagismo, destinado para modernização da infraestrutura da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn nº 636, no Bairro Nova Brasília, Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 14 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 246.269,68 (duzentos e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 16 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2017

Publicação Nº 1432230

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 354/2017

O Município de Jaraguá do Sul, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que em função de erro de digitação, fica corrigido o extrato do Contrato nº 354/2017 onde consta a data da assinatura do documento passa a ser: DATA DA ASSINATURA: 20/10/2017.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

ERRATA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

Publicação Nº 1432353

ERRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL – PUBLICAÇÃO Nº 1430159 DOM/SC – EDIÇÃO Nº 2389 – PUBLICADA EM 20/11/2017 (SEGUNDA-FEIRA)

PÁGINA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
454	"...no prazo máximo de 30 (quinze) dias, a contar da publicação da presente notificação..."	"...no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente notificação..."

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2017

Publicação Nº 1432234

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALVIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FRALDAS GERIÁTRICAS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	15.000	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO P - Cadastro 11863 Fraldas descartáveis com elástico, com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: CK	1,23
02	40.000	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M - Cadastro 11864 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: CK	1,27
03	54.000 Disputa Ampla	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G - Cadastro 11865 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: CK	1,31
04	6.000 10% do item 03	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G - Cadastro 11865 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: CK	1,31
05	49.500 Disputa Ampla	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG - Cadastro 21438 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: CK	1,35
06	5.500 10% do item 05	Unid.	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG - Cadastro 21438 Fraldas descartáveis com elástico com formato e manta anatômica, de composição: camada interna de não tecido, fibras de celulose, polímero superabsorvente, cama externa de polietileno, barreiras protetoras antivazamento de polipropileno, fios de elastano, adesivo termo plástico e fitas adesivas para fixação reposicionáveis. obs: Embalagens contendo 7, 8, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20 ou 40 unidades, acondicionados em fardos plásticos ou caixas de papelão lacrados. Prazo de validade mínimo de 24 meses contados a partir da data de entrega. Deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: CK	1,35

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Rafael Teixeira Gonçalves

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal em exercício

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2017

Publicação Nº 1432235

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ICOFA IND. E COM. DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de FRALDAS INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
07	3.000	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO P - CÓDIGO 16579 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: ALI BABY	0,30
08	3.000	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO M - CÓDIGO 16578 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: ALI BABY	0,35
09	2.500	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO G - CÓDIGO 16577 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: ALI BABY	0,40
10	3.500	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO GG - CÓDIGO 21302 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marca ofertada: ALI BABY	0,40

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 - bairro: Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Pedro Ferreira

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2017

Publicação Nº 1432236

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: REM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário estimado do item R\$	Valor total estimado do item R\$
01	9.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO DE 3ª GERAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (AGHBS), EM SORO OU PLASMA HUMANOS. CÓDIGO - 23350	9,16	82.440,00
02	9.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DOS ANTICORPOS FRENTE AO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO CÓDIGO - 23351	9,21	82.890,00
03	7.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS TOTAIS (ANTI HBC TOTAL), CONTRA O ANTÍGENO DO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANO. CÓDIGO 23352	7,42	51.940,00
04	7.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O ANTÍGENO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANOS. CÓDIGO 23353	10,86	76.020,00
05	9.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPO CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C EM SORO OU PLASMA HUMANO. CÓDIGO - 23354	15,76	141.840,00
06	9.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DO VÍRUS HIV 1 E 2, PARA USO EM EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO, COM SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE EM TORNO DE 100% E 99%. CÓDIGO - 23355	8,96	80.640,00
07	600	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO P/ DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO HBE (AGHBE) DO VÍRUS DA HEPATITE B CÓDIGO - 23357	7,72	4.632,00
08	600	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTICORPO FRENTE AO ANTÍGENO HBE DA HEPATITE B (ANTI-HBE) EM SORO OU PLASMA HUMANO. CÓDIGO - 23358	7,43	4.458,00
09	6.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O TOXOPLASMA GONDII EM SORO OU PLASMA. OS RESULTADOS DEVEM SER EXPRESSADOS EM UI/ML CÓDIGO - 23359	10,35	62.100,00
10	6.000	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O TOXOPLASMA GONDII. CÓDIGO - 23360	11,34	68.040,00
11	400	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO DA AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG PARA O TOXOPLASMA GONDII EM AMOSTRAS DE SORO E PLASMA HUMANO. CÓDIGO - 29460	22,18	8.872,00

12	4.000	Unid.	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. CÓDIGO - 23361	8,49	33.960,00
13	4.000	Unid.	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. CÓDIGO - 23362	9,48	37.920,00
14	9.500	Unid.	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IgG E IgM CONTRA TREPONEMA PALLIDUM (ANTI SÍFILIS) EM SORO OU PLASMA. CÓDIGO - 29461	12,21	115.995,00
15	2.500	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. CÓDIGO - 29496	6,80	17.000,00
16	2.500	Unid.	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. CÓDIGO - 29497	8,50	21.250,00
Valor total estimado do lote R\$					889.997,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Laboratório Municipal, localizado na Rua Jorge Czerniewicz, nº 800, no Bairro Czerniewicz em Jaraguá do Sul/SC, no horário das 8:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 15:00 hs, de segunda a sexta feira.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 07(sete) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 27/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Marcelo de Oliveira Gonçalves

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal em exercício

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2017

Publicação Nº 1432237

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 e Processos: 003/2017-FROHAB e 002/2017-FROAGRO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e Froagro

CONTRATADA: WINTER AMBIENTAL LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão $\frac{3}{4}$, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos itens adjudicados conforme previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta)

dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Daniel Peach, Luis Fernando Almeida e Gilmar Julio Winter

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Daniel Peach
Gestor do Froagro

Luis Fernando Almeida
Coordenador do Frohab

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2017

Publicação Nº 1432238

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 e Processos: 003/2017-FROHAB e 002/2017-FROAGRO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e Froagro
CONTRATADA: MÁRIO VIEIRA COMÉRCIO DE MADEIRAS E TERRA-PLANAGEM LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos itens adjudicados conforme previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Daniel Peach, Luis Fernando Almeida e Mauricio James Vieira

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Daniel Peach
Gestor do Froagro

Luis Fernando Almeida
Coordenador do Frohab

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2017

Publicação Nº 1432240

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 e Processos: 003/2017-FROHAB e 002/2017-FROAGRO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e Froagro
CONTRATADA: CEMAR TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos itens adjudicados conforme previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Daniel Peach, Luis Fernando Almeida e Diego Dalmonico

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Daniel Peach
Gestor do Froagro

Luis Fernando Almeida
Coordenador do Frohab

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2017

Publicação Nº 1432241

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 -FROAGRO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FROAGRO

CONTRATADA: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 11/2017 - FROAGRO, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos itens adjudicados conforme previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula

segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento/Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Agricultura.

PRAZO PARA ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA: Todos os medicamentos deverão ser entregues pelos fornecedores adjudicados, constando na embalagem à data de fabricação, prazo de validade e número de lote
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Daniel Peach e Rita de Cássia Paes da Rosa

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Daniel Peach
Gestor do Froagro

LEI Nº 7.499/2017

Publicação Nº 1432250

LEI Nº 7.499/2017

Dispõe e Aprova o Plano Plurianual de Governo do Município de Jaraguá do Sul para o Quadriênio 2018 a 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Jaraguá do Sul, para o período de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 135, §1º, da Lei Orgânica Municipal, na forma dos Anexos I e II, desta Lei.

Parágrafo único. Constarão nos Anexos I e II, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.

Art.2º As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art.3º Os valores constantes dos Anexos estão orçados a preços de julho de 2017, acrescidos de inflação projetada, e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, em caso de necessidade, por Decreto do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada dos índices do mercado setorial/financeiro ou diferença da inflação projetada versus real dos últimos doze meses.

Art.4º Os Anexos que compõem o Plano Plurianual, referidos no artigo 1º, desta Lei, serão assim estruturados:

I - Anexo I: conterá os programas, objetivos e ações do orçamento fiscal e da seguridade social, com produto, unidade de medida, período, região beneficiada, meta física e financeira e total do investimento para o período;

II - Anexo II: conterá a regionalização municipal.

Art.5º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa: O instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, que impliquem na solução dos problemas ou demanda social;

II - Objetivos: Os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - Ações: Conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

IV - Produto: Os bens e serviços ou resultados produzidos em cada ação governamental realizados através da manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atividades/projetos do governo;

V - Região Beneficiada: dimensão territorial resultante do agrupamento dos bairros do Município de Jaraguá do Sul, conforme Anexo II, desta Lei.

Art.6º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico, observado o disposto no artigo 8º desta Lei.

Parágrafo único. O projeto de lei conterá, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa: os mesmos critérios do Anexo I desta Lei;
II - alteração ou exclusão de programa, exposição das razões que motivaram a proposta.

Art.7º As modificações e revisões deste Plano Plurianual poderão ser promovidas mediante Lei específica em qualquer tempo, objetivando adequação da Lei de Diretrizes e da Lei do Orçamento.

Art.8º A inclusão, exclusão ou alteração de ações quando envolverem recursos do Município ou operações de crédito do orçamento fiscal ou de seguridade social, poderão ocorrer por intermédio da Lei das Diretrizes e Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Art.9º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art.10. A estruturação dos dispêndios públicos municipais objetivam:

I - promoção do equilíbrio nas contas públicas;

II - incrementar os níveis de investimentos voltados à redução das desigualdades sociais e à promoção da distribuição de renda e o desenvolvimento sustentado.

Art.11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.499/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1432312

LEI MUNICIPAL Nº 7.499/2017

ANEXOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.499/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, os anexos da Lei Municipal Nº 7.499/2017 encontram-se disponíveis no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?cat=1848>

LEI Nº 7.500/2017

Publicação Nº 1433000

LEI Nº 7.500/2017

Autoriza o Município de Jaraguá do Sul a Alienar, Através de Leilão, Bens Inservíveis à Administração Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Município de Jaraguá do Sul autorizado a alienar, pela modalidade de Leilão, pelo melhor preço, os bens constantes do Anexo Único, que é parte integrante da presente Lei, inservíveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Os preços mínimos para a alienação dos bens inservíveis descritos no Anexo Único foram fixados, observado o estado de conservação, por uma Comissão especialmente designada para este fim, por intermédio do Decreto Municipal Nº 10.623/2015, de 12/11/2015.

Art.2º A alienação será promovida pelo órgão responsável pelas licitações.

§1º Quando a licitação não acudir nenhum participante, a alienação pode processar-se pelo regime de venda particular, mediante anúncio, com prazo de 15 (quinze) dias, no órgão oficial e no jornal de maior circulação local, devendo os interessados apresentar proposta por escrito, com as cautelas previstas para a licitação, a partir do preço de avaliação.

§2º Quando, ainda, não acudirem proponentes, é realizada nova licitação, tendo por base o preço de nova avaliação.

§3º Mediante caução ou garantia de qualquer natureza, o pagamento do preço pode ser parcelado.

§4º Na licitação pública para alienação de bens móveis inservíveis a fase de habilitação limita-se à comprovação do recolhimento de quantia não inferior a 20% (vinte por cento) da avaliação.

Art.3º Na hipótese dos bens descritos no Anexo Único desta Lei não virem, parcial ou totalmente, a serem alienados, por falta de interessados, fica o Município de Jaraguá do Sul autorizado a proceder baixa destes do seu patrimônio, por se tratarem de bens inservíveis.

Art.4º As despesas decorrentes do comissionamento do leiloeiro serão assumidas, integralmente, pelos adquirentes.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI ARGOS JOSÉ BURGARDT

Prefeito Secretário Municipal da Administração

LEI Nº 7.500/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1433002

LEI MUNICIPAL Nº 7.500/2017 + ANEXO ÚNICO

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, a Lei Municipal Nº 7.500/2017 e seu Anexo Único encontram-se disponíveis no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19056>

LEI Nº 7.501/2017

Publicação Nº 1433003

LEI Nº 7.501/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.03.133 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 840.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos Servidores do Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.106 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 458.000,00

08.04 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

08.04.12.367.03012.129 - Pagamento dos Servidores da Educação Especial

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.04.158 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

08.04.159 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 40.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.04.160 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

TOTAL R\$ 840.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.502/2017

Publicação Nº 1433005

LEI Nº 7.502/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 760.000,00 (Setecentos e sessenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade -

Ambulatorial e Hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.97 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 760.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.669 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.70 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.72 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

15.01.10.302.07532.700 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS AD

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.79 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

15.01.10.302.07532.701 - Manutenção das Atividades do CAPS infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.84 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.87 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

15.01.10.302.07532.702 - Manutenção, Fortalecimento e Expansão do CAPS II

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.89 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.91 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 760.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Publicação Nº 1432354

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CONSIDERANDO que, compete aos Municípios reger e fiscalizar a instalação de ERBS – Estações Rádio Base, tanto em face do interesse local em conter possíveis impactos ambientais ao patrimônio visual e à paisagem, ou ainda os possíveis danos à saúde e ao ambiente pelas radiações emitidas, em respeito ao princípio da precaução, e em consonância com o art. 23, VI combinado com o art. 30, incisos I, VIII e IX, todos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a atribuição de promover a preservação do meio ambiente em todas as suas formas e ordenar o espaço urbano e exigir o cumprimento das normas municipais, face as regras contidas no art. 182 da Constituição Federal, no Plano Diretor (Lei Complementar Municipal Nº 65/2007), no Código de Posturas (Lei Municipal nº 1.182/88) e no Código de Obras (Lei Municipal nº 1.184/88);

CONSIDERANDO a necessidade de instauração de processo administrativo licitatório para formalizar contrato de permissão ou concessão de bens públicos por terceiros, consoante Lei Federal nº 8.666/93, para instalação e funcionamento de estação transmissora de radiocomunicação, ora definido como "conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, seus acessórios e periféricos que emitem rádio frequências e, quando for o caso, as instalações que os abrigam e complementam" (art. 3º, IV da Lei Federal nº 11.934/2009 e no artigo 74, da Lei Geral de Telecomunicações (Lei Federal 9.472/1997);

CONSIDERANDO que, a localização, implantação, instalação, modificação, funcionamento e operação de Estações Rádio Base e equipamentos afins, foi regulamentada pela Lei Municipal nº 3.736/2004, quanto aos procedimentos e documentação necessária;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento da Lei Municipal nº 3.736/2004, no que tange à ocupação do solo urbano, determinar as condições para que um determinado local receba a ERB, bem como no exercício de seu dever de proteção ambiental;

CONSIDERANDO que, o artigo da Lei nº 3.736/2004 veda a instalação de ERBs, nas ZCP - Zona Comercial e de Prestação de Serviços Principal, ZCS - Zona Comercial e de Prestação de Serviços Secundária e ZRs - Zonas Residenciais; num raio de 100,00 m de hospitais, clínicas com internação, escolas, creches e ancianatos, contado do eixo geométrico da estrutura de sustentação da antena até o ponto mais próximo da edificação; em praças, parques, largos e demais bens de uso comum do povo ou de uso público especial; em imóveis cadastrados ou tombados como bens do patrimônio histórico e no seu entorno legalmente protegido; em centros de compras, torres de igrejas e fachadas de edificações; há menos de 500,00 m entre si, contados do eixo geométrico das estruturas de sustentação; em locais onde a radiação de fundo, adicionada à potência por elas produzidas, resulte, para a densidade de potência total, em valor acima do limite da ANATEL; e/ou, em imóveis não legalizados junto à municipalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das normas consumeristas consoante Lei Federal nº 8.078/90, para prestação de serviços de comunicação publicitária e telecomunicações, havendo a necessidade de adequação da atividade seguindo os interesses federais e locais, para que não seja desempenhada de maneira desordenada, em prejuízo dos próprios munícipes, sob pena de caracterizar prática abusiva;

CONSIDERANDO as normas de natureza tributária e fiscal para instalação de ERBS – Estações Rádio Base, havendo necessidade de obtenção do alvará de instalação e de funcionamento da antena, para prestação de serviços de telecomunicações, consoante Lei Complementar nº 01/93 (Código Tributário Municipal);

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das normas de natureza sanitária, por possíveis danos à saúde, havendo necessidade de obtenção do alvará de sanitário para instalação e de funcionamento da instalação de ERBS – Estações Rádio Base e para prestação de serviços de telecomunicações, conforme Lei Complementar nº 97/2010;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 8º da Lei nº 3.736/2004, o desatendimento às determinações legais sujeita o infrator, independentemente das penalidades previstas no artigo 37 da Lei Municipal nº 1.184, de 07/06/88 (Código de Obras), na Lei Federal nº 9.605/98, de 12/02/98 (Lei de Crimes Ambientais), e no Decreto Federal nº 3.179/99, de 21/09/99, a multas diárias de 30 (trinta) UPMs – Unidade Fiscal (Padrão) Municipal, bem como ao cancelamento da licença e determinação da desativação do equipamento, cabendo ainda à Municipalidade comunicar o fato à ANATEL para as providências cabíveis, face ao disposto na Lei Federal nº 9.472/97, de 16/07/97 (Lei Geral de Telecomunicações) e sua regulamentação, com possibilidade de desativação do equipamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt, n.º 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.459/0001-23, neste ato representado pelos agentes públicos signatários do presente ato, NOTIFICA EXTRAJUDICIALMENTE os proprietários e/ou posseiros das estações transmissoras de radiocomunicação instaladas na JGS – 453 – Morro Boa Vista PARA ESCLARECER A SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO RÁDIO BASE E EQUIPAMENTOS AFINS, NA ÁREA DEFINIDA NO MAPA ANEXO, ACOMPANHADA DE PROPOSTA DE SOLUÇÃO E REGULARIZAÇÃO DESSA SITUAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº 3.736/2004 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente notificação, prorrogáveis por até igual período por ato do Chefe do Executivo, cientes que o descumprimento da presente importará na adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive, com a possível retirada/remoção das estações de Rádio Base, instaladas em desconformidade com a legislação vigente, com a desativação dos equipamentos, bem como com a aplicação da penalidade de multas diárias de 30 (trinta) UPMs – Unidade Fiscal, tudo conforme art. 8º da Lei Municipal nº 3.736/2004 que “dispõe sobre a instalação de ERBS – Estações Rádio Base”.

Posto isto, NOTIFICAMOS os interessados para prestar protocolo junto à sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Walter Marquardt, n.º 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, devendo permanecer aos cuidados do Setor de Telecomunicações, com Joaquim, as seguintes informações e documentos:

I – documentação relacionada à localização, implantação, instalação, modificação, funcionamento e operação da Estação Rádio Base e equipamentos afins, com quadro de áreas/estatísticas, contendo: (área total do imóvel, área a construir, testada do lote e taxa de ocupação), planta de situação inserindo o imóvel dentro da malha urbana do município; conforme Plano Diretor e Lei Municipal nº 3.736/2004;

II – contratos acompanhados do título de propriedade da área ou autorização do proprietário do imóvel, situada no Morro Boa Vista delimitada nos mapas em anexos, visando a verificação da

legalidade/regularidade do imóvel junto à Municipalidade para fins de instalação da Estação Rádio Base e equipamentos afins no município, conforme art. 4º da Lei Municipal nº 3.736/2004;

III – processo administrativo de Viabilidade da Obra, Projeto, Licença

para Construir, Licença para Funcionamento, Anotação de Responsabilidade Técnica, nos termos da legislação do Plano Diretor;

IV – alvará de Licença de Atividade ou cópia deste, apresentando-o, quando necessário, para comprovar a autorização do Poder Executivo Municipal, para desempenho de suas atividades; nos termos da Lei Complementar Municipal nº 188/2017;

V – cadastro municipal, nos termos da legislação tributária municipal;

VI – dados relacionados à:

a) denominação ou razão social;

b) quadro societário e administrador;

c) endereço fiscal;

d) atividades econômicas desenvolvidas;

VII – licenciamento ambiental, conforme legislação ambiental;

VIII – autorização da ANATEL para a prestadora do SMP;

IX – outorga do serviço de concessão de RF;

X – negativa de débitos ANATEL;

XI – indicar nome do responsável técnico, título profissional e registro;

XII – o responsável técnico pelo projeto e pela execução deverão carimbar e assinar todas as vias do projeto e anexar comprovante de quitação das ART's;

XIII – vistoria Corpo de Bombeiros.

Jaraguá do Sul (SC), 08 de novembro de 2017.

Assinam a presente notificação as seguintes autoridades:

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

UDO WAGNER

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

BENEDITO CARLOS NORONHA

Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 1129/2017

Publicação Nº 1432292

PORTARIA Nº 1129/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face de JOSINEI CARDOZO.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 365/2017/Se-mop, datado de 31/10/2017, firmado pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no qual solicita a

abertura de procedimento administrativo em face do servidor Josinei Cardozo, com a finalidade de apurar responsabilidade funcional relativa à denúncia promovida através de Boletim de Ocorrência PMSC;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no "Check List - Instaurar Procedimento Administrativo", preenchido e encaminhado pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, em 31/10/2017, descrevendo, em suma, que no dia 11/10/2017 foi abordado o ônibus utilizado no transporte de presidiários que trabalham para a equipe de jardinagem e limpeza de ruas desta Secretaria e, neste ônibus, também se encontravam alguns servidores que vinham de carona para o trabalho. Nos procedimentos de rotina realizados pela PMSC foi encontrado no assoalho, fundos do ônibus, aproximadamente 05 gramas de substância análoga à maconha, sendo que nenhum dos masculinos assumiu a autoria. Com o servidor investigado Josinei Cardozo foi encontrado, em sua carteira, uma bucha de maconha de aproximadamente um grama, conforme relato policial;

CONSIDERANDO o conteúdo constante na Comunicação de Ocorrência Policial - PMSC, Registro Nº 02030-2017-05502, Protocolo Nº 3175134, tendo como relato policial que: "Trata-se de ocorrência de suspeita de tráfico em um ônibus da Prefeitura que faz condução de presidiários de prisão no semi-aberto. A guarnição acionada pela Agência de Inteligência abordou o veículo placas MBB 4393. Em revista pessoal nos detentos não foram localizados ilícitos, contudo, foi encontrado no assoalho, fundos do ônibus, aproximadamente 05 gramas de substância análoga à maconha, sendo que nenhum dos masculinos assumiu a autoria. Foi encontrado com Josinei, funcionário da Prefeitura, aproximadamente um grama de maconha na carteira, sendo confeccionado o Termo Circunstanciado. Devido a denúncia de que Josinei traficava entre os detentos, foi deslocado até sua residência";

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Termo Circunstanciado - PMSC, Registro Nº 02030-2017-05504, Protocolo Nº 3175255, tendo como relato policial que: "Trata-se de ocorrência de posse de maconha. A guarnição, na abordagem de um ônibus da Prefeitura, de transporte de detentos no semi-aberto, Ocorrência 3175134, encontrou na carteira de Josinei uma bucha de maconha de aproximadamente um grama. Sendo que, por Josinei já ter denúncias de tráfico entre os detentos, foi deslocado até sua residência com prévia autorização do mesmo para verificar a suposta posse de mais drogas. Em diligência foi encontrado mais uma porção de maconha de aproximadamente dois gramas no guarda roupa, no quarto de Josinei, que relatou ser para seu uso. Foi oferecido o benefício da Lei Nº 9099, que foi prontamente aceito por Josinei, que assinou e foi liberado no local";

CONSIDERANDO os indícios de infração praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Josinei Cardozo, o qual, em tese, infringiu o disposto nos incisos VI e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO os indícios de infração praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Josinei Cardozo, o qual, em tese, infringiu o disposto nos incisos XIII e XIV, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei

Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 033/2017, em face do servidor JOSINEI CARDOZO, devendo os trabalhos serem conduzidos pela QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; ALICE EFFTING, matrícula 10722-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e JOSIANE TROCATTI, matrícula 7278-8, ocupante do cargo de Fiscal Ambiental, lotada no Gabinete do Prefeito, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais do servidor público municipal Josinei Cardozo, matrícula 7924-3, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infração ao disposto nos incisos VI e XV, do artigo 173, e incisos XIII e XIV, do artigo 174, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acaresação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários

e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.
§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e, sequencialmente, a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão

Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1130/2017

Publicação Nº 1432293

PORTARIANº 1130/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IV, do artigo 38, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 532/2017/DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR VAGO, a partir de 09/11/2017, o cargo efetivo de Motorista de Veículos Leves, ocupado pelo servidor público municipal VANDERLEI PALOSCHI, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de sua posse em outro cargo público inacumulável, de acordo com o disposto no inciso IV, do artigo 38, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, conforme Portaria Nº 1065/2017, de 27/10/2017.

Art.2º Considerando que o servidor adquiriu a estabilidade prevista no artigo 25, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, este possui direito à recondução nos termos do disposto no artigo 30.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1131/2017

Publicação Nº 1432294

PORTARIANº 1131/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 476, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 222/2017/Semad-GAS, de 13/11/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal EDNA EUNICE ROMIG MARQUARDT, matrícula 7747, do cargo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, temporariamente, no período de 13/11/2017 a 13/11/2018, as atribuições do cargo de Professora de Ensino Fundamental, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se à Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1132/2017

Publicação Nº 1432295

PORTARIANº 1132/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora DANIZETE APARECIDA MORAIS NONNENMACHER.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 675/2017/Semad, datado de 23/10/2017, firmado pela Sra. Jacira Rozza Buzzarello, Diretora Administrativa e Financeira, e pelo Sr. Rogério Jung, Secretário Municipal de Educação, no qual solicitam a instauração de Procedimento Administrativo em desfavor da servidora Admitida em Caráter Temporário (ACT) Danizete Aparecida Moraes Nonnenmacher;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no documento "Check List - Formulário de Informações - Abertura de Procedimento Administrativo", preenchido e encaminhado pelo Sr. Rogério Jung, Secretário Municipal de Educação, em 17/10/2017, descrevendo que a servidora foi admitida em 21/08/2017 para um cargo que exigia como grau de escolaridade o Ensino Fundamental Completo, porém referida servidora apresentou Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental com a observação de "não conclusão". Quando auditado pela Controladoria-Geral esta situação foi apontada, porém em contato com a servidora, a mesma afirmou não ter concluído o Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 449/2017/Semad-DGP, datado de 11/10/2017, subscrito pelo Sr. Alessandro Buozi Martins, encaminhado ao Sr. Rogério Jung, Secretário Municipal de Educação de Jaraguá do Sul, onde comunica que dentre os encaminhamentos para admissões em caráter temporário para o cargo de Agente de Alimentação e Nutrição alguns não estavam habilitados, visto que não atendiam todas as exigências do Edital quanto ao grau de escolaridade, dentre elas a servidora Danizete Aparecida Moraes Nonnenmacher;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Edital Nº 003/2017, item "8.29 A inexistência de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato na insubsistência da inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte do Município, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis";

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pela servidora pública Danizete Aparecida Moraes Nonnenmacher, a qual, em tese, infringiu o disposto no inciso VI, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constante da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 032/2017, em face da servidora DANIZETE APARECIDA MORAIS NONNENMACHER, devendo os trabalhos serem conduzidos pela TERCEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais KARLA FINGER, matrícula 9501-0, lotada no Gabinete do Prefeito; CLAUDIA REJANE GORIS DE OLIVEIRA, matrícula 10765-4, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e DAIANA APARECIDA ARL, matrícula 9473-0, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimentos das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal Danizete Aparecida Morais Nonnenmacher, matrícula 112150, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infrações ao disposto no inciso VI, do artigo 173, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo

Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e, sequencialmente, a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à

Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1133/2017

Publicação Nº 1432296

PORTARIANº 1133/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 266/2016, de 19/04/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 215/2017/Semad/GAS, de 08/11/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 16/11/2017 a 15/11/2018, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal ARLETE MASSON, matrícula 4446, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DE BERÇÁRIO, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1134/2017

Publicação Nº 1432297

PORTARIANº 1134/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face de MARLON ANDERSON BATISTA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 349/2017/Semop, datado de 10/10/2017, firmado pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no qual solicita a abertura de procedimento administrativo em face do servidor Marlon Anderson Batista, com a finalidade de apurar responsabilidade funcional;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no "Check List - Instaura Procedimento Administrativo", preenchido e encaminhado pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, em 10/10/2017, descrevendo, em suma, que no dia 10/10/2017 foi solicitado ao servidor Marlon Anderson Batista que operasse a máquina frota 056, destinada/adaptada exclusivamente para auxiliar na fábrica de tubos e artefatos de cimento, pois a máquina com a qual normalmente trabalhava estava em manutenção, sendo que o servidor recusou-se a operá-la;

CONSIDERANDO o conteúdo constante na Ata de Reunião, datada de 10/10/2017, onde os Srs. Adilson e Carlos, ocupantes de cargo de Gerente, objetivaram a apuração na recusa do servidor Marlon Anderson Batista em operar a máquina frota 056, à disposição da fábrica de tubos. Questionado sobre a situação exposta, o servidor Marlon Anderson Batista respondeu que não operará referida máquina por não ser sua atribuição de concurso. Ambos os Gerentes orientaram-no a cumprir com seu dever funcional, onde o mesmo recusou-se novamente;

CONSIDERANDO os indícios de infração praticada no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Marlon Anderson Batista, o qual, em tese, infringiu o disposto nos incisos I e VII, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO os indícios de infração praticada no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Marlon Anderson Batista, o qual, em tese, infringiu o disposto no inciso IV, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constante da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta,

às Autarquias e às Fundações Públicas;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;
CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;
RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 031/2017, em face do servidor MARLON ANDERSON BATISTA, devendo os trabalhos serem conduzidos pela SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais RAFAEL MADRUGA, matrícula 10781-6, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; INGOMAR RICARDO ZIPPERER NETO, matrícula 10810-3, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; e DANILO PACKER, matrícula 10830-8, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência do primeiro, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais do servidor público municipal Marlon Anderson Batista, matrícula 9395-5, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infração ao disposto nos incisos I e VII, do artigo 173, e inciso IV, do artigo 174, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e, sequencialmente, a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

- I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;
- II - da instalação dos trabalhos;
- III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;
- IV - do conteúdo constante da instrução processual;
- V - da indicição;
- VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;
- VII - da Conclusão;
- VIII - das Recomendações; e
- IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou

atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1135/2017

Publicação Nº 1432299

PORTARIANº 1135/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor da Decisão Nº 117/2017/Gabpref, constante dos Autos Nº 28512/2017, de 15/11/2017, do Gabinete do Prefeito;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 022/2017/CAEDep, de

16/11/2017, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 22/11/2017, SERLY ROSANE HINTZ, matrícula 10979, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do artigo 58, da Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1136/2017

Publicação Nº 1432300

PORTARIANº 1136/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor da Decisão Nº 116/2017/Gabpref, constante dos Autos Nº 24004/2017, de 14/11/2017, do Gabinete do Prefeito;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 023/2017/CAEDep, de 16/11/2017, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 22/11/2017, AUREA MIRANDA FEDER, matrícula 10653, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SALA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 58, da Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 023/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432331

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
--	---

RESOLUÇÃO Nº 023/2017/CA/ISSEM

“Dispõe sobre a aprovação dos Relatórios de Gestão de Investimentos referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017, do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS.”

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 33/2003 - Subseção I que trata da Competência do Conselho de Administração do ISSEM - Art.7º incisos I - "aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do ISSEM" e II - "participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos";

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se no dia 06/11/2017, às 13:00, na sala 08/Issem para apreciação dos Relatórios de Gestão de Investimentos, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017, do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, apresentado e encaminhado para esta comissão.

CONSIDERANDO que no segundo trimestre de 2017, o FMPS terminou com uma reserva financeira consolidada de R\$ 387.540.198,79 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e noventa e oito reais e setenta e nove centavos).

CONSIDERANDO que, neste período, apresentou os seguintes resultados:

a) PLANO PREVIDENCIÁRIO apresenta na carteira o valor de R\$ 380.648.466,48 (trezentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos) apresentou o resultado acumulado de 5,52% enquanto a sua meta era de 3,62%, conforme estabelecido na Política de Investimento;

b) PLANO FINANCEIRO apresenta na carteira o valor de R\$ 6.891.732,31 (seis milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e um centavos) apresentou o resultado acumulado de 5,70%, enquanto sua meta é o CDI que apresentou o resultado de 5,66%.

CONSIDERANDO que no terceiro trimestre de 2017, o FMPS terminou com uma reserva financeira consolidada de R\$ 408.933.573,06 (quatrocentos e oito milhões, novecentos e trinta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e seis centavos).

CONSIDERANDO que neste período, apresentou os seguintes resultados:

a) PLANO PREVIDENCIÁRIO apresenta na carteira o valor de R\$ 403.427.603,35 (quatrocentos e três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e três reais e trinta e cinco centavos) apresentou o resultado acumulado de 10,26% enquanto a sua meta era de 5,01%, conforme estabelecido na Política de Investimento;

b) PLANO FINANCEIRO apresenta na carteira o valor de R\$ 5.505.969,71 (cinco milhões, quinhentos e cinco mil, novecentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos) apresentou o resultado acumulado de 8,07%, enquanto sua meta é o CDI que apresentou o resultado de 8,05%.

CONSIDERANDO que no acumulado do ano o Plano Previdenciário superou a meta estabelecida em 5,25%, enquanto o Plano Financeiro superou à meta estabelecida em 0,02% .

CONSIDERANDO que as aplicações estão enquadradas de acordo com a política de investimentos.

CONSIDERANDO o Parecer Nº 08/2017 da Comissão de Finanças e Orçamento favorável à aprovação dos Relatórios.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os Relatórios de Gestão de Investimentos do

Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017;

Art. 2º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Charles Sérgio Pereira

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 024/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432333

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 024//2017/CA/ISSEM

"Dispõe sobre a aprovação dos Relatórios de Gestão de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde - FMASA, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017".

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 33/2003 - Subseção I que trata da Competência do Conselho de Administração do ISSEM - Art.7º incisos I - "aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do ISSEM" e II - "participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos";

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se no dia 06/11/2017, às 13:00, na sala 08/Issem, para apreciação dos Relatórios de Gestão de Investimentos, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017, do Fundo Municipal de Assistência e Saúde - FMASA, apresentado e encaminhado para esta comissão.

CONSIDERANDO que no segundo trimestre de 2017, o FMASA terminou com uma reserva financeira de R\$ 14.832.754,95 (catorze milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos). Neste exercício, a carteira do FMASA apresentou o resultado acumulado de +4,34%. O resultado apresentado pela nossa carteira foi positivo, mas inferior aos resultados apresentados pelo CDI, que apresentou +5,65%.

CONSIDERANDO que no terceiro trimestre de 2017, o FMASA terminou com uma reserva financeira de R\$ 14.164.222,16 (catorze milhões, cento e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos). Neste exercício, a carteira do FMASA apresentou o resultado acumulado de +9,54%. O resultado apresentado pela nossa carteira foi positivo, mas inferior aos resultados apresentados pelo CDI, que apresentou +11,53%.

CONSIDERANDO que a Política de Investimento do FMASA, estabelece a meta que, a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho superior ao Certificado de Depósito Interbancário, o CDI, o que não foi alcançado. Em relação ao título FIDC BELSUL 500 SN1, ao analisarmos os resultados das aplicações financeiras, já foi esclarecido em reunião realizada no dia 18 de maio de 2017, que o gestor do ativo não conseguiu arcar com seus compromissos ante a alta do dólar, que comprometeu suas operações, sendo assim, a assembleia decidiu por sua liquidação e irá aguardar o julgamento do processo judicial para reaver

o investimento.

CONSIDERANDO o Parecer Nº 09/2017 da Comissão de Finanças e Orçamento favorável à aprovação dos Relatórios de Gestão de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA/Issem, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar os Relatórios de Gestão de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA/Issem, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2017;

Art. 2º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Charles Sérgio Pereira

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 025/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432334

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
--

RESOLUÇÃO Nº 025//2017/CA/ISSEM

“Dispõe sobre a aprovação da Política de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA”.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 33/2003 - Subseção I que trata da Competência do Conselho de Administração do ISSEM - Art.7º incisos I - “aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do ISSEM” e II - “participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos”;

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se nos dias 20/10 e 06/11/2017, na sala 08/Issem, para analisar a Política de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA;

CONSIDERANDO que a Política de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde tem por objetivo a maximização da rentabilidade dos seus ativos, constituindo reservas para o pagamento de suas obrigações, considerando os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

CONSIDERANDO que conforme o relatório apresentado pela Assessoria Financeira, considerando as oscilações do mercado, as alterações das legislações do mercado financeiro, e o surgimento de novos produtos, verificou-se a necessidade de serem realizadas alterações na atual política de investimentos do FMASA.

CONSIDERANDO que com o objetivo de oferecer maior liquidez e menor risco, facilitar a gestão dos investimentos e do controle do enquadramento, a nova política global de investimentos do FMASA trouxe em destaque as seguintes alterações:

a) alteração nos limites de alocação, ficando apenas:

- 100 % nos fundos multimercado (fundo próprio FIM FMASA)

- 100% nos títulos do governo
- 10% fundo curto prazo (liquidez - necessidade caixa)
- 5% no fundo de ações para não desenquadrar as aplicações pré existentes. A medida que essas aplicações forem baixadas a política de Investimento poderá ser revista para que esse tipo de aplicação seja feito no FIM FMASA.

b) no FIM FMASA, foi reduzido o percentual de aplicação em títulos com risco de créditos, devido a necessidade de liquidez. FIDCs (10%) e Fundos Multimercados foram mantidos com o mesmo limite de alocação (30%).

CONSIDERANDO o Parecer Nº 10/2017 emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento que após análise da Política de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA, é de parecer FAVORÁVEL a sua aprovação.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Política de Investimentos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde - FMASA ;

Art. 2º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Charles Sérgio Pereira

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 026/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432335

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
--

RESOLUÇÃO Nº 026/2017/CA/ISSEM

“Dispõe sobre a aprovação das Contas Anuais do Issem – Fundo Municipal de Previdência Social/FMPS de 2016”.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 33/2003 - Subseção I que trata da Competência do Conselho de Administração do ISSEM - Art.7º incisos VIII “ apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa”;

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se nos dias 09/10, 06 e 13/11/2017, na sala 08/Issem, para analisar as contas anuais do Issem, através do Parecer do Conselho Fiscal;

CONSIDERANDO a explanação da Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas anual do Issem/FMPS, exercício de 2016, com base no Parecer do Conselho Fiscal;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar as contas anuais do Issem-FMPS de 2016, apresentadas pela Diretoria, nos termos do Parecer do Conselho Fiscal;

Art. 2º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
Charles Sérgio Pereira
Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 027/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432337

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
- ISSEM
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 027/2017/CA/ISSEM

"Dispõe sobre a aprovação das Contas Anuais do Issem – Fundo Municipal de Assistência e Saúde/FMASA de 2016".

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 33/2003 - Subseção I que trata da Competência do Conselho de Administração do ISSEM - Art.7º incisos VIII " apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa"

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se nos dias 09/10, 06 e 13/11/2017, na sala 08/Issem, para analisar as contas anuais do Issem, através do Parecer do Conselho Fiscal;

CONSIDERANDO a explanação da Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas anual do Issem/FMASA, exercício de 2016, com base no Parecer do Conselho Fiscal;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar as contas anuais do Issem/FMASA de 2016, apresentadas pela Diretoria, nos termos do Parecer do Conselho Fiscal;
Art. 2º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
Charles Sérgio Pereira
Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 028/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432339

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
- ISSEM
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 028/2017/CA/ISSEM

"Dispõe sobre a revisão da resolução 13/2017/CA/Issem".

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO que o Art. 7º, inciso XIV da Lei Complementar nº 33/2003 diz que compete ao Conselho de Administração do ISSEM: "XIV – apreciar recursos interpostos dos atos do Diretor-Presidente";

CONSIDERANDO que a Comissão e Legislação e Justiça se reuniu no dia sete de novembro de 2017 para analisar a documentação anexa aos ofícios recebidos, a saber:

I – Ofício 1702/2017/Issem que encaminha os pareceres jurídicos 32 e 46/2016 e 12 e 23/2017, além do Parecer 75/2017 da Procuradoria-Geral do Município (datado de 18/10/2017), todos sobre o Processo Administrativo 002/2016 referente ao benefício de aposentadoria concedido à Sra. Eliane Maria Maluta Roberti.

II – Ofício 1738/2017/Issem em resposta ao Ofício 082/2017 deste Conselho, que comunica que foi adotado o entendimento do Parecer Jurídico 23/2017 do Procurador Autárquico e que se está aguardando a decisão do Executivo acerca da situação funcional da interessada.

III – Ofício 1824/2017/Issem em resposta ao Ofício 088/2017 encaminhando o Processo Administrativo 002/2016 para reanálise neste Conselho.

CONSIDERANDO o Parecer 23/2017 do Procurador Autárquico e o Ofício 1738/2017 da Diretoria do ISSEM, em que solicitam aguardar definição da situação funcional da Sra. Eliane Maria Maluta Roberti por parte da Prefeitura;

CONSIDERANDO o Parecer 075/2017 da Procuradoria-Geral do Município que dá prazo de quinze dias para a interessada optar por uma das aposentadorias, Estado ou Município, e dependendo de sua escolha, fará novos procedimentos;

CONSIDERANDO a ausência de documentos que deveriam estar apensados ao Processo Administrativo 002/2016, e que foram encaminhados, a este Conselho, somente após solicitação, via ofício;

CONSIDERANDO que a Comissão de Legislação e Justiça analisou os documentos encaminhados referente ao Processo Administrativo 002/2016 concluindo que cabe a este Conselho aguardar os encaminhamentos previstos no Parecer 075/2017 da Procuradoria - Geral do Município.

CONSIDERANDO o Parecer Nº 009/2017/CLJ/CA/ISSEM/JS;

RESOLVE:

Art. 1º – Aguardar a decisão do Executivo acerca da situação funcional da interessada, conforme Parecer 075/2017 da Procuradoria - Geral do Município, mantendo a Resolução 13/2017 deste Conselho, caso a decisão administrativa não anule o ato de nomeação da servidora.

Art. 2º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.
Charles Sérgio Pereira
Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 029/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432340

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
--	---

RESOLUÇÃO Nº 029/2017/CA/ISSEM

"Dispõe sobre recurso do PA 005/2016/ Issem".

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO que o Art. 7º, inciso XIV da Lei Complementar nº 33/2003 diz que compete ao Conselho de Administração do ISSEM: "XIV – apreciar recursos interpostos dos atos do Diretor-Presidente";

CONSIDERANDO que a Comissão e Legislação e Justiça se reuniu nos dias dezoito de outubro e sete de novembro de 2017 para analisar o recurso da segurada Maria Amélia Cavalcanti da Silva.

CONSIDERANDO que a servidora Maria Amélia Cavalcanti da Silva se aposentou como professora através da Portaria 1.293 de 9/04/1996 do Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a servidora citada foi nomeada para o cargo de Secretário de Escola em 12/03/1997 através da Portaria 121 emitida pela Prefeitura de Jaraguá do Sul, permanecendo na função até 31/01/2012, quando recebeu o benefício de aposentadoria emitido pelo ISSEM, através da Portaria 018/2012;

CONSIDERANDO que a acumulação de cargos era permitida até a alteração Constitucional de 1998 pela EC 19/1998, quando passou a ter a seguinte redação:

"Constituição Federal, Art. 37, § 10: É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração". (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

"Constituição Federal, Art. 37, inciso XVI: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas". (grifos nossos)

CONSIDERANDO que a habilitação mínima exigida no concurso público em 1994 para o cargo de secretário de escola era de Segundo Grau Incompleto, não nível técnico;

CONSIDERANDO que o cargo de Secretário de Escola é cargo de Ocupação Funcional, conforme prescrito no Art. 7º e Anexo XIV da Lei Complementar 122/2012 que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores efetivos da administração

direta;

CONSIDERANDO que embora o acúmulo de cargos – de professor e técnico – possa ser permitido, o acúmulo de proventos de aposentadoria não o é, tendo que no caso exposto, haver decisão por uma ou outra aposentadoria;

CONSIDERANDO que não houve a correta observância da situação da segurada no momento de sua contratação pela administração pública municipal e também no cadastramento funcional realizado em 2007, quando poderiam ter sido tomadas as providências cabíveis;

CONSIDERANDO que houve descuido na verificação dos documentos e fatos atinentes a situação da segurada, pelos setores responsáveis pela análise do processo de solicitação do benefício de aposentadoria, bem como por outros órgãos por onde tramitou o processo;

CONSIDERANDO que não houve má-fé da segurada pois declarou acumular proventos de aposentadoria no processo, não observado pelos setores responsáveis pela análise, já citados;

CONSIDERANDO que a abertura do processo administrativo deu-se em 03/11/2016, tendo efetuada diversas tentativas de entregar a citação à segurada, pessoalmente ou por telefone, e por fim, ocorrendo através de Edital publicado em jornal local no dia 27/01/2017 e no Diário Oficial do Município - DOM no dia 30/01/2017;

CONSIDERANDO que a Comissão de Legislação e Justiça ao final de sua análise e diante do exposto no processo, verificou que a servidora acumulou funções públicas de forma irregular, e mesmo acatando esta situação, não poderia perceber dois proventos públicos de aposentadorias, conforme legislação vigente. Além disso, foi citada de forma regular e no prazo legal;

CONSIDERANDO o Parecer Nº 010/2017/CLJ/CA/Issem no qual acata a decisão administrativa do Diretor Presidente do ISSEM, não sendo favorável ao recurso interposto pela sra. Maria Amélia Cavalcanti da Silva.

RESOLVE:

Art. 1º – acatar a decisão administrativa do Diretor Presidente do ISSEM, não sendo favorável ao recurso interposto pela sra. Maria Amélia Cavalcanti da Silva;

Art. 2º - Que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Charles Sérgio Pereira

Presidente do Conselho de Administração do Issem

RESOLUÇÃO Nº 030/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1432341

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
--	---

RESOLUÇÃO Nº 030/2017/CA/ISSEM

"Dispõe sobre contratação dos serviços técnicos de Assessoria para a Revisão do Plano de Cargos do ISSEM e alteração na estrutura administrativa e de Assessoria e Capacitação Técnica na Gestão Documental do ISSEM".

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO o inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar 33/2003 que compete ao Conselho de Administração "deliberar sobre a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de interesse do Issem";

CONSIDERANDO que a Diretoria havia encaminhado o Ofício 1072/2017 solicitando autorização para contratação de serviço técnico especializado para assessorar o desenvolvimento do Projeto de Lei do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do ISSEM e ainda contratação de serviço técnico especializado para assessorar a gestão documental do ISSEM;

CONSIDERANDO que o Comissão solicitou através do Ofício 72/2017/CA/Issem que fossem detalhados os valores e prazo de execução.

CONSIDERANDO que a Comissão e Legislação e Justiça se reuniu no dia sete de novembro de 2017 para analisar os documentos apresentados para a contratação dos Serviços Técnicos Especializados, conforme o Ofício 1682/2017/ISSEM, em resposta ao Ofício 72/2017/CA/ISSEM.

CONSIDERANDO que a Comissão de Legislação e Justiça analisou as propostas de contratação de serviços técnicos especializados, a saber:

1 – Proposta de Assessoria para a Revisão do Plano de Cargos do ISSEM e alteração na estrutura administrativa apresentada pelo IGAM, sendo que a execução seria por 120 dias, com custo proposto de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais). Em caso de visitas técnicas, será cobrado R\$ 3.650,00 (três mil, seiscentos e cinquenta reais), a diária.

2 – Proposta de Assessoria e Capacitação Técnica na Gestão Documental do ISSEM, apresentado pela empresa ER Gestão da Informação e Memória Institucional, que encaminhou todos os procedimentos a serem realizados pela assessoria. O Projeto terá a duração de quatro meses com o custo mensal de R\$ 7.194,60 (sete mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta centavos) e total de R\$ 28.778,40 (vinte e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

Despesas com transporte, traslado e hospedagem correm por conta da contratante. Caso a contratada tenha que assumir tais gastos o valor da proposta será acrescido em 30%.

CONSIDERANDO que todas as atividades deverão ser acompanhadas por um representante de cada setor e a definição sobre Políticas de Eliminação e Guarda definidas por Comissão de Avaliação Documental (CAD) sob a coordenação da Assessoria Técnica do Projeto.

CONSIDERANDO a apresentação prévia das propostas e valores a serem dispendidos com as respectivas contratações;

CONSIDERANDO os benefícios advindos com os procedimentos a serem realizados;

CONSIDERANDO o Parecer Nº 011/2017/CLJ/CA/ISSEM/JS emitido pela Comissão de Legislação e Justiça favorável para a contratação dos serviços técnicos de Assessoria para a Revisão do Plano de Cargos do ISSEM e alteração na estrutura administrativa e de Assessoria e Capacitação Técnica na Gestão Documental do ISSEM.

RESOLVE:

Art. 1º – aprovar a contratação dos serviços técnicos de Assessoria para a Revisão do Plano de Cargos do ISSEM e alteração na estrutura administrativa e de Assessoria e Capacitação Técnica na Gestão Documental do ISSEM.

Art. 2º - que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Charles Sérgio Pereira

Presidente do Conselho de Administração do Issem

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO N° 5.259 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação N° 1433146

DECRETO N° 5.59 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I, DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos serviços administrativos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.89.0000-35

Valor: R\$ 14.500,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 21 de novembro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

Prefeito

NOTA REVOGAÇÃO PL 83/2017/PMJ

Publicação Nº 1433226

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 11/2017 - TP**

Processo Administrativo: 83/2017
Processo de Licitação: 83/2017
Data do Processo: 09/10/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a drenagem pluvial de um trecho, com extensão de 138,00 m (cento e trinta e oito metros), no Bairro Alvorada, neste Município.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 13 / 2017

Motivo: Face ao pedido apresentado pela empresa P&F Pavimentação e Saneamento Eirelli ME de desistência do PL 83/2017/PMJ, pedido este, deferido pela autoridade competente.

Joaçaba, 21 de Novembro de 2017

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

PLASS**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2017/PLASS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017/PLASS**

Publicação Nº 1433275

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2017 – PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017 – PLASS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2017/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ DARIO SIMÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.641.093/00001-45, estabelecida na Av. Barão do Rio Branco, nº 104, 7º Andar, Sala 706, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. DARIO SIMÃO, portador da Carteira de Identidade nº 742.311 e CPF nº 219.208.509-53.

4 – DO VALOR

O valor a ser pago será de acordo com a necessidade de utilização dos serviços pelos segurados e dependentes do PLASS.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 21 de novembro de 2017.

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE JOAÇABA(SC) – PLASS
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO PRESENCIAL 0063/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1430659

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0074/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0063/2017
PROTOCOLO JHL 2966/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0063/2017 – Licitação 0074/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBAS SUBMERSAS E DE TUBOS E CONEXÕES EM FERRO GALVANIZADO, FERRO FUNDIDO E PEAD PARA A IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES DE SERRA ALTA, EM HERVAL D'OESTE/SC E VILA KENEDY, EM LUZERNA/SC.

Da Entrega dos Envelopes: até as 9h00min do dia 05/12/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 05/12/2017 às 9h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 22/11/2017 a 05/12/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.
Joaçaba - SC, 20 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO 53/2017LEILÃO PÚBLICO**

Publicação Nº 1432094

PROCESSO LICITATÓRIO 53/2017

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2017

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX

O município de JOSÉ BOITEUX, SC, com sede na AV 26 de Abril, nº655, Centro, na cidade de José Boiteux, SC, CEP 89.145-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25, Telefone (47) 3352 7111, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 horas do dia 08 de DEZEMBRO de 2017, tendo como local o AUDITÓRIO DO LEILOEIRO, localizado na Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, Rio do Sul, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. DIORGENES VALÉRIO JORGE, matrícula AARC/332 e SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.CATARINENSELEILOES.COM.BR ou WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.PMJB.SC.GOV.BR ou ainda pelos telefones Fone (47) 3352 7111 na Prefeitura ou (47) 3525 4742 com o Leiloeiro. Aplica-se a presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

José Boiteux (SC), em 21 de novembro de 2017.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX

Lages

PREFEITURA

ATO DE INEXIGIBILIDADE 17/2017 PML

Publicação Nº 1433113

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 17/2017 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Inexigibilidade de Licitação sob nº 17/2017 - PML, através do Município de Lages, com a empresa:

MARCOS FERRARI DE ALBUQUERQUE, inscrito no CNPJ sob nº 27.101.944/0001-01.

O valor total da Presente Inexigibilidade é de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais).

Objeto: "Locação do Sítio das Nogueiras, na localidade de Pedras Brancas, no município de Lages, de propriedade do Sr. Marcos Ferrari de Albuquerque, para realização de competições nas modalidades de cross - country e marathón mountain bike, durante o 57º Jogos Abertos De Santa Catarina."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 novembro de 2017.

Paulo Joaquim Hoechel Marques
1º Secretário C.C.O. 57º JASC

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Paulo Joaquim Hoechel Marques, 1º Secretário C.C.O. 57º JASC, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 02 novembro de 2017.
Antônio Ceron
Prefeito do Município

PP 48/2017 SMS, PP 52/2017 SMS, PP 49/2017 SMS, PP 53/2017 SMS, PE 311/2017 PML

Publicação Nº 1432967

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 48/2017 SMS
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais e Equipamentos para o Pronto Atendimento Municipal Tito Bianchini e para as Unidades de Atenção Básica.
Abertura: 05/12/2017 às 09h
Valor Estimado: R\$ 89.205,06

Modalidade: Pregão Presencial 52/2017 SMS
Objeto: Locação de Imóvel para Funcionamento do Residencial Terapêutico.
Abertura: 06/12/2017 às 09h
Valor Estimado Mensal: R\$ 3.566,67

Modalidade: Pregão Presencial 49/2017 SMS
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Judiciais, Medicamentos e Leites para uso no Programa da AIDS/DST.
Abertura: 07/12/2017 às 09h
Valor Estimado: R\$ 1.366.349,44

Modalidade: Pregão Presencial 53/2017 SMS
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Injetáveis para uso no Pronto Atendimento e Unidades de Saúde.
Abertura: 12/12/2017 às 09h
Valor Estimado: R\$ 738.965,99

Modalidade: Pregão Eletrônico 311/2017 PML
Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Palanques de Eucaipto para adequação das divisórias rurais com as estradas.
Abertura: 14/12/2017 às 09h
Valor Estimado: R\$ 53.280,00
Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br
Lages, 22 de novembro de 2017.
Antônio César Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 02/2017

Publicação Nº 1433543

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE

CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE VERÃO ERRATA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, faz saber que o EDITAL DE TEMPORADA DE VERÃO nº 002 - 2017/2018 para CREDENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE QUE NÃO ENVOLVA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, publicado na edição 2388 de 18 de novembro de 2017, contém um erro de digitação na data de inscrição, que corrigimos e republicamos a seguir:

5 - DA INSCRIÇÃO

5.1 - Os interessados em participar do presente certame deverão inscrever-se junto ao Protocolo Geral do Município de Laguna, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 horas, na Rua Osvaldo Cabral nº 140, Centro, Laguna-SC, durante o período compreendido entre os dias 22/11/2017 e 05/12/2017.

Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, telefone (48)3644.0401, na sede, sito à rua Osvaldo Cabral - 140 - centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 21 de novembro de 2017

Luciana Fernandes Pereira - Secretária da Fazenda, Administração e Serviços Públicos.

EDITAL CONCURSO CARNAVAL 2018

Publicação Nº 1433526

PREFEITURA MUNICIPAL DE Laguna

EDITAL PARA O CONCURSO MUNICIPAL PARA ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS DO CARNAVAL 2018

1 - DO OBJETO

1.1. A Prefeitura Municipal de Laguna, através da Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação e Fundação Lagunense de Cultura, realizará a escolha da Rainha e Princesas do Carnaval Laguna 2018 com premiações para 1º, 2º e 3º lugares sendo: 1º Lugar - Rainha do Carnaval 2018, 2º Lugar - 1ª Princesa do Carnaval 2018 e 3º Lugar - 2ª Princesa do Carnaval 2018. O concurso acontecerá no dia 02/12/2017 na Praça República Juliana a partir das 22:00 horas na cidade de Laguna, Santa Catarina.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1. Esse concurso visa à participação efetiva da comunidade, bem como de toda a região, realizando assim uma maior divulgação e conseqüentemente, um pleno desenvolvimento social e econômico da cidade. Busca proporcionar diversão e também, a interação da população local juntamente com os turistas;

2.2. Essa iniciativa incentiva e fomenta a criatividade e a produção artística, despertando os cidadãos para a riqueza da musicalidade popular tradicional dos festejos carnavalescos.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. O concurso realizar-se-á com a publicação do Edital através das redes sociais, demais meios de comunicação e divulgação de todos os direitos e deveres inerentes da sua realização.

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1. Não é permitida a participação neste Concurso de funcionários

da Prefeitura Municipal de Laguna vinculados à Fundação Lagunense de Cultura e Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, bem como de seus familiares até 3º grau;

4.2. Poderá participar do processo qualquer cidadã brasileira ou naturalizada (Pessoa Física), residente ou não em Laguna/SC, com idade acima de 18 (dezoito) anos. Poderá participar com idade acima dos 16 (dezesseis) anos completos com autorização por escrito do responsável legal (obrigatório a apresentação de documentação com foto no ato da inscrição);

4.3. É expressamente proibido depreciar qualquer entidade religiosa, militar ou política.

5 - DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições acontecerão entre os dias 20 a 30 de Novembro de 2017 e serão gratuitas. As mesmas devem ser realizadas na sede da secretaria de Turismo, situada na Praça Lauro Muller, s/n, Laguna/SC, Casa Pinto D'Ulysséa, CEP 88790-000;

5.2 O Regulamento e a ficha de inscrição deste concurso serão disponibilizados, em impresso, na própria secretaria;

5.3 No ato da inscrição, a candidata deverá apresentar o Formulário preenchido por completo, bem como a seguinte documentação: cópia do RG, CPF e comprovante de residência do responsável pela inscrição. Nos casos para menores de idade (até 16 anos), apresentar documentação também do responsável legal;

5.4 A candidata deverá informar no ato da inscrição o modelo ou a intenção de sua fantasia no dia do concurso, não podendo haver nudez ou seios a mostra. Caso no dia do concurso seja apresentado um modelo diferente informado no ato da inscrição a candidata será ser desclassificada;

5.4.1. Na hipótese da necessidade de alteração do modelo ou a intenção de fantasia, deverá a candidata comunicar por escrito a necessidade de alteração, bem como, informar o novo modelo ou intenção, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização do concurso.

6 - DA APRESENTAÇÃO

6.1. No dia da apresentação, a candidata terá um total de 03 (três) minutos para apresentar sua performance;

6.2. A candidata deverá estar no local da apresentação, 01 (uma) hora antes do início das apresentações;

6.3. A ordem de apresentação das candidatas será realizada no dia seguinte ao término das inscrições (dia 01 de dezembro de 2017);

6.4. Fica expressamente vedado as candidatas, sob pena de desclassificação, qualquer tipo de propaganda comercial ou política;

6.5. As decisões da comissão de jurados serão irrevogáveis, não cabendo recursos contra as mesmas.

7 - DA PREMIAÇÃO

7.1. Será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Laguna, o pagamento das premiações de 1º, 2º e 3º Lugares do concurso Rainha do Carnaval 2018;

7.2. As premiações para cada categoria serão de:

1º Lugar - R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) e Faixa;

2º Lugar - R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) e Faixa;

3º Lugar - R\$ 800,00 (oitocentos reais) e Faixa;

7.3. O prêmio em dinheiro, que será realizado através de Depósito Bancário, será pago pela Prefeitura Municipal de Laguna em nome do responsável pela inscrição, sendo que do valor haverá desconto legal de imposto aplicável ao caso. O pagamento poderá ser efetuado em até 120 (cento e vinte) dias úteis após a premiação;

7.4. Deverá no ato da premiação o ganhador estar em dia com as obrigações do Município de Laguna, ou seja, em posse da Certidão

Negativa de Débitos Municipais (CND Municipal).

8 – DO JÚRI

8.1 As candidatas serão avaliadas através de um corpo de jurados, selecionados pela Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação com participação da Fundação Lagunense de Cultura e terá um total de 05 (cinco) membros;

8.2. Os jurados deverão votar de acordo com os requisitos: Beleza, Simpatia e Samba no Pé;

8.3. As notas emitidas pelo Júri serão entre 07 (SETE) a 10 (DEZ) podendo haver meio ponto 0,5 (ZERO VIRGULA CINCO). Exemplo: 7,5, 8,5 e 9,5;

8.4. Não caberá qualquer espécie de recurso ou contestação contra a decisão dos jurados.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Não haverá ajuda de custo em dinheiro para as participantes. As despesas pessoais provenientes de fantasia, transporte, alimentação e outras das concorrentes, são de responsabilidade exclusiva das mesmas;

9.2. As participantes deverão estar à disposição para gravações ou filmagens de entrevistas durante toda programação da temporada de verão 2017/2018 pela Prefeitura Municipal de Laguna bem como a presença em eventos, reuniões e festividades previamente agendado, representando a cidade de Laguna;

9.3. Todas as participantes deste Concurso, através do ato de inscrição, autorizam, de forma gratuita, a título universal, em caráter total e definitivo, a Prefeitura Municipal de Laguna, a utilização de sua imagem e voz gravadas ou captadas em razão do Concurso, para utilização em qualquer tempo, tiragem e tipo de material gráfico e visual, através da internet, intranet, circuito interno, rádio ou telefonia móvel, podendo inclusive cedê-lo a terceiros, desde que a utilização esteja relacionada com o projeto Concurso Municipal para escolha da rainha e princesas do Carnaval Laguna 2018;

9.4. As participantes do concurso autorizam, ainda, através do ato de inscrição, a cessão ilimitada dos direitos de gravação das respectivas apresentações, para utilização em qualquer tempo, tiragem e meio de gravação e reprodução, em internet, áudio ou audiovisual e telefonia móvel, que vierem a existir referentes a este Concurso. Tais autorizações envolvem inclusive coletâneas, registros históricos, comemorativos, entre outros, que sejam porventura lançados no futuro pela produção do Concurso Municipal Concurso Municipal para escolha da rainha e princesas do Carnaval Laguna sempre servindo como referência do mesmo, em consonância com a legislação brasileira vigente;

9.5. Toda e qualquer denúncia de irregularidade deverá ser formalmente oferecida à Prefeitura Municipal de Laguna, para apreciação e julgamento, mediante a pertinente identificação do denunciante;

9.6. Fica eleito o Fórum da Comarca da cidade de Laguna para dirimir quaisquer conflitos deste regulamento, independentemente do domicílio das partes interessadas, renunciando os inscritos desde já a qualquer outro.

10 – DO CRONOGRAMA

10.1. Período de inscrição: 20.11.2017 a 30.11.2017 na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação;

10.2. Apresentação das candidatas, dia 02.12.2017 na Praça República Juliana, Bairro Centro Histórico (devendo as candidatas estar no local com uma hora de antecedência);

10.3. Resultado final logo após o concurso e somatória das notas;

Laguna, 21 de novembro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito de Laguna

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA N. 220/2017 DE 17/11/2017 EXONERA À PEDIDO JULIANO ANDRE MALINSKI DO CARGO DE ASSISTENTE DE OBRAS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433163

PORTARIA n. 220/2017
DE 17/11/2017

“EXONERA À PEDIDO JULIANO ANDRE MALINSKI DO CARGO DE ASSISTENTE DE OBRAS MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 34 da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO o pedido do servidor.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar JULIANO ANDRE MALINSKI do cargo de Assistente de Obras, Manutenção e Conservação, código 03.05 junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 17 de novembro de 2017.
Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Mariana Kahler Servidora designada

PORTARIA N.221/2017 DE 20/11/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDER GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433165

PORTARIA n.221/2017
DE 20/11/2017

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDER GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDER GASPERINI pelo prazo de 30 dias, de 27 de novembro a 26 de dezembro de 2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 20 de novembro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA N.225/2017 DE 21/11/2017 SUSPENDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLODOALDO SQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433174

PORTARIA n.225/2017
DE 21/11/2017

“SUSPENDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLODOALDO SQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o § 1º, artigo 73 da Lei complementar 15/2001 de 26/11/2001. CONSIDERANDO às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público. CONSIDERANDO a prioridade de ocupação dos cargos públicos à servidores do quadro efetivo.

RESOLVE

Art. 1º - Suspender a Licença para tratar de assuntos particulares, sem remuneração, do Servidor Público Municipal CLODOALDO SQUINA.

Art. 2º - O respectivo Servidor deverá retornar às atividades da sua função junto ao Serviço Público Municipal de Lajeado Grande- SC na data de 01/12/2017 conforme convocação expedida via ofício 190/2017 de 10/11/2017.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 21 de novembro de 2017.
Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº. 222/2017 DE 20/11/2017 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA RELATIVO AO PERÍODO DE 11/05/2017 A 10/11/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433168

PORTARIA nº. 222/2017
DE 20/11/2017

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA RELATIVO AO PERÍODO DE 11/05/2017 A 10/11/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA relativo ao período 11/05/2017 A 10/11/2017, APROVADO no quarto semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

PORTARIA Nº. 223/2017 DE 20/11/2017 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ODAIR SANTIN RELATIVO AO PERÍODO DE 08/05/2017 A 07/11/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433170

PORTARIA nº. 223/2017
DE 20/11/2017

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ODAIR SANTIN RELATIVO AO PERÍODO DE 08/05/2017 A 07/11/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal ODAIR SANTIN relativo ao período 08/05/2017 A 07/11/2017, APROVADO no quinto semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

PORTARIA Nº. 224/2017 DE 20/11/2017 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN BARANOSKI CHINELLI RELATIVO AO PERÍODO DE 07/05/2017 A 06/11/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433171

PORTARIA nº. 224/2017
DE 20/11/2017

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN BARANOSKI CHINELLI RELATIVO AO PERÍODO DE 07/05/2017 A 06/11/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal ODAIR SANTIN relativo ao período 08/05/2017 A 07/11/2017, APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 176/2017**

Publicação Nº 1433033

DECRETO Nº 176/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ANA PAULA VIEIRA RONCHI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisora de Departamento junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 1.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/11/2017.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.**PORTARIA Nº 372/2017**

Publicação Nº 1432144

PORTARIANº 372/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública IEDA MARIA CUSTÓDIO, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.**PORTARIA Nº 373/2017**

Publicação Nº 1432147

PORTARIANº 373/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública SAMIRA DA SILVA DE OLIVEIRA, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.**PORTARIA Nº 374/2017**

Publicação Nº 1432149

PORTARIANº 374/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JUCELANE VELHO GOMES, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 375/2017

Publicação Nº 1432151

PORTARIANº 375/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JAQUELINE CRISTIANE PANDINI, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 376/2017

Publicação Nº 1432152

PORTARIANº 376/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ANA PAULA LOCATELLI, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 377/2017

Publicação Nº 1432154

PORTARIANº 377/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 378/2017

Publicação Nº 1432155

PORTARIANº 378/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 379/2017

Publicação Nº 1432160

PORTARIANº 379/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública GISELE PAZ CIPRIANO, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 380/2017

Publicação Nº 1432162

PORTARIANº 380/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DANIELLY SPRICIGO DA SILVA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 381/2017

Publicação Nº 1432164

PORTARIANº 381/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSINETE NUNES, elevando de Professora MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 382/2017

Publicação Nº 1432167

PORTARIANº 382/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARINETE APARECIDA CORREA DOS SANTOS, elevando de Professora MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 383/2017

Publicação Nº 1432168

PORTARIANº 383/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DAIANI DA SILVA REDIVO MAZON, elevando de Professora MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 384/2017

Publicação Nº 1432169

PORTARIANº 384/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ANA REGINA GERTRUDES DE CARVALHO, elevando de Professora MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 385/2017

Publicação Nº 1432172

PORTARIANº 385/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DEYSE CITADIN PEREIRA, elevando de Professora MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 386/2017

Publicação Nº 1432174

PORTARIANº 386/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública BRUNA RAMOS GAZOLA, elevando de Professora MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 387/2017

Publicação Nº 1432176

PORTARIANº 387/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LARISSA FERNANDES DIAS, elevando de Professora MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 388/2017

Publicação Nº 1432181

PORTARIANº 388/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública PAULA ROSSI GABRIEL, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 389/2017

Publicação Nº 1432182

PORTARIANº 389/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública TANIA RUZZA TOURNIER, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 390/2017

Publicação Nº 1432185

PORTARIANº 390/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ESTER ANTUNES FERREIRA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 391/2017

Publicação Nº 1432191

PORTARIANº 391/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública VANESSA MARIOT PEDRO, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 392/2017

Publicação Nº 1432192

PORTARIANº 392/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública VANDERLÉIA BATISTA VELHO, elevando de Professora MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 393/2017

Publicação Nº 1432195

PORTARIANº 393/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CINTIA ELIANE FELIPE CARNIATO, elevando de Professora MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 394/2017

Publicação Nº 1432197

PORTARIANº 394/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSINETE APARECIDA BAGIO FERNANDES, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 395/2017

Publicação Nº 1432200

PORTARIANº 395/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública HELLEN VASIELEVSKI PESCADOR, elevando de Professora MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 396/2017

Publicação Nº 1432203

PORTARIANº 396/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LUCAS LUCIANO MEDEIROS, elevando de Professora MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 397/2017

Publicação Nº 1432206

PORTARIANº 397/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CÍNARA DOS SANTOS, elevando de Professora MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 398/2017

Publicação Nº 1432208

PORTARIANº 398/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública TEREZINHA WARMELING, elevando de Professora MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 399/2017

Publicação Nº 1432209

PORTARIANº 399/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARCIA CARBONI, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 400/2017

Publicação Nº 1432210

PORTARIANº 400/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JANAINA VIEIRA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 401/2017

Publicação Nº 1432211

PORTARIANº 401/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora TANIA RUZZA TOURNIER, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 402/2017

Publicação Nº 1432212

PORTARIANº 402/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora DEYSE CITADIN PEREIRA, elevando de MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 403/2017

Publicação Nº 1432213

PORTARIANº 403/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora BRUNA RAMOS GAZOLA, elevando de MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 404/2017

Publicação Nº 1432215

PORTARIANº 404/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora DAIANI DA SILVA REDIVO MAZON, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 405/2017

Publicação Nº 1432217

PORTARIANº 405/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora SAMIRA DA SILVA DE OLIVEIRA, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 406/2017

Publicação Nº 1432218

PORTARIANº 406/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JUCELANE VELHO GOMES, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 407/2017

Publicação Nº 1432222

PORTARIANº 407/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que todos os funcionários do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller e do Hospital Municipal Henrique Lage, com mais de 50 (cinquenta) anos de idade apresentem certidão de vínculo com o INSS no prazo de 07 (sete) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 408/2017

Publicação Nº 1432224

PORTARIANº 408/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública IEDA MARIA CUSTÓDIO, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 409/2017

Publicação Nº 1432228

PORTARIANº 409/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública SAMIRA DA SILVA DE OLIVEIRA, elevando de Professora MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 410/2017

Publicação Nº 1432233

PORTARIANº 410/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JUCELANE VELHO GOMES, elevando de Professora MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 687/17 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432139

PORTARIA Nº 687/17 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JOÃO BATISTA DE BAIRROS, para ocupar o cargo de ASSESSOR DE OBRAS, com lotação na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 20/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de novembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.336/2017

Publicação Nº 1433278

LEI N.º 1.336, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social no valor de até R\$ 7.225,95 de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.225,95
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.225,95
Função	10	Saúde	7.225,95
Sub-função	301	Atenção Básica	7.225,95
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	7.225,95
Atividade	2.015	Função e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	7.225,95
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.225,95
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.225,95
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.225,95
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	7.225,95
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			7.225,95

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.225,95
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.225,95
Função	10	Saúde	7.225,95
Sub-função	301	Atenção Básica	7.225,95
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	7.225,95
Atividade	2.058	Funcionamento e Manutenção do Programa de Saúde Bucal - Estratégia de Saúde da Família - ESF Odonto	7.225,95
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.225,95
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.225,95
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.225,95
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	7.225,95
TOTAL DA ANULAÇÃO			7.225,95

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de novembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.337/2017

Publicação Nº 1433279

LEI N.º 1.337 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DE ANULAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente no valor de até R\$ 8.000,00 de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	8.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	8.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	5.500,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	5.500,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	5.500,00
Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes – CME – Esporte	5.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.500,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.500,00
Função	12	Educação	2.500,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	2.500,00
Programa	0004	Educação é Tudo	2.500,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental.	2.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	2.500,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	8.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	8.000,00
Função	13	Cultura	8.000,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	8.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	8.000,00
Projeto/Atividade	2.041	Promoções e Eventos	8.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	8.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			8.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de novembro de 2017.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.338/2017

Publicação Nº 1433281

LEI N.º 1.338, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento da Seguridade Social, no valor de até R\$ 14.098,05, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.098,05
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.098,05
Função	08	Assistência Social	7.098,05
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	7.098,05
Programa	07	Vivendo com Amor	7.098,05
Atividade	2.024	Atividades de Integração do Idoso	7.098,05

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	7.098,05
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	7.098,05
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.098,05
Fonte de Recursos	0.1.0616	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Estado	7.098,05
Detalhamento	57	Transf.do Estado SST- FEAS -FMAS – PSB - Investimento	7.098,05
Função	27	Desporto e Lazer	7.000,00
Sub-função	813	Lazer	7.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	7.000,00
Atividade	2.045	Atividades de Integração do Jovem	7.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	7.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0616	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Estado	7.000,00
Detalhamento	57	Transf.do Estado SST- FEAS -FMAS – PSB - Investimento	7.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			14.098,05

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício, na seguinte fonte:

Fonte de Recursos/Detalhamento	Código Fonte	Valor
Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS Estado/Transferência do Estado/ SST- FEAS -FMAS – PSB	0.1.0616/57	14.098,05
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO		14.098,05

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de novembro de 2017.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.339/2017

Publicação Nº 1433282

LEI N.º 1.339, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CRIA A HOMENAGEM MÉRITO DO EMANCIPADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a homenagem MÉRITO DO EMANCIPADOR VEREADOR FRANCISCO CRISPIM DA SILVA JUNIOR, autor do Projeto de Resolução para emancipar o Distrito de Vargedo, a ser concedida as pessoas nascidas ou não no Município que:

I - Participaram do movimento da emancipação;

II - Foram Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador;

III - Prestaram relevantes serviços ao Município e aos leobertenses; e

IV - Leobertenses que, mesmo residindo em outras cidades, divulgam e são orgulho do Município.

Art. 2º A homenagem desta Lei será concedida anualmente, a partir de 12 de dezembro de 2017, a uma pessoa indicada por cada um dos Vereadores, pelo Vice-Prefeito e pelo Prefeito.

Art. 3º A entrega da homenagem ocorrerá em sessão solene da Câmara Municipal de Vereadores a ser realizada na véspera do Dia do Município ou no próprio dia da comemoração.

Art. 4º A homenagem poderá ser concedida e recebida pela própria pessoa, seu representante ou in memoriam.

Art. 5º A homenagem será oficializada mediante a entrega de título, diploma, placa, medalha ou outra forma semelhante, em que deverá constar:

I - O nome da pessoa homenageada;

II - O escudo e a bandeira do Município;

III - O título da homenagem;

IV - Os dizeres: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, 12/12/1962; e

V - Outros dizeres que forem julgados necessários como a data da concessão.

Art. 6º Excepcionalmente, no ano de 2017, serão homenageadas:

I- As pessoas que se envolveram no movimento de emancipação que residam no Município;

II- As pessoas que se envolveram com a emancipação e não residentes no Município, mas forem localizados;

III- As pessoas falecidas que se envolveram no movimento de emancipação do Município das quais se localizarem os filhos;

IV- Os ex-Prefeitos, os ex-Vice-Prefeitos e os ex-Presidentes da Câmara Municipal e o atual Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Art. 7º A despesa decorrente desta lei, correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de novembro de 2017.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Luis Alves

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE DATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 (FME)

Publicação Nº 1432132

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃO, BOLO, MASSINHA E CUCA) PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Conforme necessidade imperiosa da Administração fica remarcada para 04/12/17 a entrega dos envelopes, até às 08h45min, e a abertura dos mesmos às 09h00min.

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

ALTERAÇÃO DE DATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017 (FME)

Publicação Nº 1432128

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Conforme necessidade imperiosa da Administração fica remarcada para 01/12/17 a entrega dos envelopes, até às 08h45min, e a abertura dos mesmos às 09h00min.

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1432254

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 10/2016 – CONCORRÊNCIA Nº 01/2016

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM PAVER E DRENAGEM PLUVIAL OU ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: 3 DE JANEIRO, PAULO ABRÃO SCHMITZ, JOSÉ BRAZ HESS MEURER, JACOB SPÉZIA, ANGELO PAOLIN, MODESTO TIBOLLA E OSNI LUIZ SCHMITZ.

Contratante: MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ/MF sob n.º

83.102.319/0001-55.

Contratado (s): BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA – CNPJ: 00.145.589/0001-16.

Das Dotações: (23) e (24) - (4.4.90.51.98.00.00.00).

Da Vigência: 08/11/2017 a 31/12/2017.

Dos Valores: R\$ 111.802,92 – (cento e onze mil, oitocentos e dois reais e noventa e dois centavos).

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1432256

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 34/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL RIBEIRÃO MÁXIMO, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Contratante: MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ/MF sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado (s): PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA – CNPJ: 79.485.892/0001-18

Das Dotações: (72) e (23) - (4.4.90.51.98.00.00.00).

Da Vigência: 14/11/2017 a 14/11/2018.

Dos Valores: R\$ 308.959,24 – (trezentos e oito mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1432259

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 43/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL PAULA RAMOS, NO BAIRRO SERAFIM DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Contratante: MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ/MF sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado (s): PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA – CNPJ: 79.485.892/0001-18.

Das Dotações: (73) e (23) - (4.4.90.51.98.00.00.00).

Da Vigência: 14/11/2017 a 14/11/2018.

Dos Valores: R\$ 85.612,19 – (oitenta e cinco mil, seiscentos e doze reais e dezenove centavos).

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1432261

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2017 - PROCESSO DE COMPRAS
Nº 39/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CILÓVIA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA LOCALIDADE DO BAIRRO DOM BOSCO, SITO A AVENIDA MARIA MARANGONI, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, CONFORME PROJETOS. CONTRATO DE REPASSE CAIXA ECONOMICA FEDERAL Nº 819658/2015/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA/PROCESSO Nº 2622.1023983-65/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ/MF sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado (s): PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA – CNPJ: 03.620.927/0001-12

Das Dotações: (89) e (83) - (4.4.90.51.98.00.00.00).

Da Vigência: 14/11/2017 a 14/11/2018.

Dos Valores: R\$ 203.739,60 – (duzentos e três mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

NOTA DE FRACASSO DO PREGÃO Nº 66/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1433337

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT NATALINOS PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Fica declarado FRACASSADO o Pregão Presencial nº 66/2017, após análise técnica das amostras apresentadas no dia 21 de novembro de 2017.

Luiz Alves, 21 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

NOTA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017 (FMS)

Publicação Nº 1433316

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

NOTA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA POSTO DE SAÚDE CENTRAL AMÉRICO LUCIANI E DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro de 2017, por decisão da Secretaria de Saúde, o processo fica SUSPENSO TEMPORARIAMENTE.

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 112/2016

Publicação Nº 1432279

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PML Nº 112/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016 – PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemana, neste Município de Luzerna/SC, denominado CONTRATANTE e a UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, pessoa jurídica de direito privado, situada a Av. XV de novembro, nº 125, Centro, no Município de Joaçaba/SC CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.356.020/0001-62, neste ato representado por seus representantes legais LUIZ ANTÔNIO DECZKA, brasileiro, maior, casado, médico, presidente da Unimed Joaçaba, portador da cédula de identidade nº 11/C 290.956 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 185.897.669-34, residente e domiciliado na Rua Roberto Trompowsky, nº 390, ap. 701, Centro, Joaçaba/SC; e HOTONE DALLACOSTA, brasileiro, maior e capaz, casado, médico, vice presidente Unimed Joaçaba, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 2.418.707 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 750.123.089-72, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 202 – Apto 601, Centro, Herval d'Oeste/SC, denominados CONTRATADA têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do Contrato PML nº 112/2016, passando a vigorar até 01 de dezembro de 2018, nos termos da Cláusula Segunda do presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE

Ainda, o presente instrumento tem por objeto em observância ao índice de reajuste autorizado pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar – ANS, no percentual de 13,55%, sendo os seguintes valores vigentes, a partir de, 01 de dezembro de 2017:

PLANO ESTADUAL ENFERMARIA – 50%		
FAIXA ETÁRIA	TABELA ATIVOS (R\$)	TABELAS INATIVOS (R\$)
00 á 18 anos	R\$ 95,22	R\$ 95,22
19 á 23 anos	R\$ 119,02	R\$ 119,02
24 á 28 anos	R\$ 150,47	R\$ 150,47
29 á 33 anos	R\$ 178,07	R\$ 178,07
34 á 38 anos	R\$ 209,50	R\$ 209,50
39 á 43 anos	R\$ 247,58	R\$ 247,58
44 á 48 anos	R\$ 287,58	R\$ 287,58
49 á 53 anos	R\$ 326,62	R\$ 326,62
54 á 58 anos	R\$ 380,90	R\$ 380,90

59 á + anos	R\$ 489,47	R\$ 489,47
Taxa de inscrição: R\$ 00,00		
Limite máximo de participação: R\$ 172,74		
2ª via de cartão: R\$ 21,59		

CLÁUSULA TERCEIRA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

LUIZ ANTONIO DECZKA

UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CONTRATADA

HOTONE DALLACOSTA

UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

CPF:

Nome legível:

CPF:

DECRETO 2475

Publicação Nº 1432322

DECRETO Nº 2475 de 21 de novembro de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1549 de 21 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas às ações abaixo discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 019 - FUNDEB 40%

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 90.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação



Infantil – Creches
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 019 - FUNDEB 40%
Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%
Valor: R\$ 70.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 019 - FUNDEB 40%
Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%
Valor: R\$ 65.000,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação
Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação
Valor: R\$ 100.000,00

Ação: 11.001.15.452.0061.2057 - Segurança do trânsito urbano
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 000 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 4.000,00

Ação: 07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 000 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 2.000,00

Ação: 08.001.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 000 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 7.000,00

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 20.000,00

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE
Detalhamento: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE
Valor: R\$ 200,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados as dotações atribuídas às ações abaixo discriminadas:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 018 - FUNDEB 60%

Detalhamento: 018 - FUNDEB 60%
Valor: R\$ 100.000,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 019 - FUNDEB 40%
Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%
Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2091-Manutenção da Educação Infantil - Creches
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 018 - FUNDEB 60%
Detalhamento: 018 - FUNDEB 60%
Valor: R\$ 90.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 018 - FUNDEB 60%
Detalhamento: 018 - FUNDEB 60%
Valor: R\$ 25.000,00

Ação: 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 75.000,00

Ação: 13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 8.000,00

Ação: 13.001.10.301.0016.2095 - Assistência Farmacêutica
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 20.000,00

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 000 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 30.000,00

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE
Detalhamento: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE
Valor: R\$ 200,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2017.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA 0012017

Publicação Nº 1432309

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 001/2017
de 09 de outubro de 2017.

"ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no art.16 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, abre inscrições e baixa normas para alteração da carga horária dos Professores da Rede Municipal de Ensino do Município, nas condições estabelecidas neste Edital.

I - DAS VAGAS

Por necessidade e mediante a existência de vagas, no Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério Público do Município, instituído pela Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, ficam abertas 04 (quatro) vagas para alteração de carga horária de professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, como segue:

Vagas	Carga Horária Semanal	Área	Cargos/Nível
02	20 horas	Educação Infantil	Professor III
02	20 horas	Ensino fundamental - anos iniciais	Professor III

II - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Poderão inscrever-se unicamente professores efetivos da Rede Municipal de Ensino nomeados para atuarem na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental - anos iniciais e que não tenham solicitado redução de carga horária.

III - DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas no período de 09 a 16 de outubro de 2017, no horário das 08h00 às 11h00 horas e das 14h00 às 17h00, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, na Prefeitura Municipal de Luzerna, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Município de Luzerna(SC).

No momento da inscrição deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- * Carteira de Identidade
- * Certificado de Habilitação Profissional
- * Certidão de Tempo de serviço prestado na Rede Municipal de Ensino de Luzerna.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

Havendo mais de um interessado na alteração da carga horária, a classificação seguirá os critérios estabelecidos no do §2º do art.16 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores.

A classificação dos inscritos será publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Luzerna e no Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, podendo o interessado interpor recurso em até 02 (dois) dias após a divulgação.

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A alteração da carga horária terá efeitos funcionais a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Ao se inscrever o candidato preencherá um formulário de inscrição ao seu dispor no local de inscrição.

O candidato que apresentar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada. Caberá à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes coordenar o Processo e resolver os casos omissos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado.

Luzerna(SC), 09 de outubro de 2017.

Regina Carin Jacoby Cureau
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Moisés Diersmann
Prefeito de Luzerna

FICHA DE INSCRIÇÃO CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA
Edital 001/2017

Nº de inscrição: _____

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Área para alteração:

() Educação Infantil () Ensino Fundamental - séries iniciais

Tempo de serviço no Magistério Público Municipal: _____ anos
_____ meses
_____ dias

Luzerna(SC),

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 085/2017 - PP 062/2017 - PINTURA EXTERNA PREFEITURA DE LUZERNA - PML

Publicação Nº 1432403

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 085/2017 - PML
Pregão Presencial nº 062/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 085/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa para prestação dos serviços de pintura externa das edificações da Prefeitura Municipal de Luzerna, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme especificações contidas no Anexo do presente Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* GUMBOWSKY ARMACOES E DOBRA DE FERRO LTDA – EPP.

- Valor total: R\$26.900,00

Luzerna (SC), 21 de novembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1548

Publicação Nº 1432246

LEI Nº 1548 de 21 de novembro de 2017.

“INSTITUI O PROGRAMA DE MICROFINANÇAS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica instituído o Programa de Microfinanças do Município de Luzerna(SC), que tem por objetivos:

I. Possibilitar o acesso ao crédito, incentivando a geração de emprego e renda, aos Microempreendedores Individuais, empreendedores

de Micro e Pequenas Empresas, bem como, profissionais autônomos e empreendedores populares, que serão incentivados a formalizarem e desenvolverem suas atividades; e

II. Promover a inclusão e acesso a serviços financeiros, especialmente à população de baixa renda, através do incentivo ao empreendedorismo.

§1º- Para consecução dos objetivos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, o Programa de Microfinanças do Município de Luzerna adotará a metodologia de atendimento presencial, diretamente na unidade econômica do empreendedor, visando conhecer o negócio e orientar a utilização do crédito.

§2º - O valor, prazo e condições do crédito devem ser definidos após avaliação da necessidade, viabilidade econômica e capacidade de pagamento do negócio, apurado através de um levantamento sócio econômico efetuado na unidade econômica junto ao empreendedor.

§3º - Para consecução do objetivo de que trata o inciso II do caput deste artigo, entende-se por inclusão financeira:

- a) A expansão e a melhoria do acesso da população a serviços financeiros gerais;
- b) A promoção da educação financeira visando maior nível de conhecimento dos produtos financeiros, bem como, informações mais claras e objetivas com automático aumento da transparência;
- c) Adequação da oferta dos serviços financeiros às necessidades da população, especialmente empreendedores de pequenos negócios;
- d) Participação ou constituição de fundo de aval ou fundos garantidores de crédito, de forma a possibilitar acesso a crédito ao empreendedor que não possuir garantias; e
- e) Incentivar o empreendedorismo como ferramenta de geração de emprego e renda, especialmente para a população de baixa renda.

Art.2º- Caberá à Prefeitura Municipal de Luzerna(SC), estabelecer e firmar convênios para operacionalização do Programa de Microfinanças do Município de Luzerna(SC), através de:

- I. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- II. Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP); e
- III. Cooperativas Singulares e Cooperativas Centrais de Crédito; e
- IV. Sociedades de Garantia de Crédito.

Parágrafo Único - A atuação das instituições de que tratam os incisos do caput deste artigo será definida por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, sendo considerados, entre outros fatores:

- a) O emprego da metodologia mencionada nos §§ 1º e 2º do art.1º desta Lei;
- b) O apoio ao empreendedor através de ações complementares de educação financeira e fiscal, prevenção ao sobre-endividamento,

educação empreendedora, orientação na gestão dos negócios;
c) Desempenho social e econômico.

Art.3º- Será responsabilidade da Prefeitura Municipal de Luzerna, negociar e disciplinar:

I. As condições de financiamento, repasse dos recursos e requisitos de atuação das instituições de que trata o art. 2º desta Lei; e
II. Demais condições de operacionalização do Programa de Microfinanças de Luzerna.

Art.4º- Fica a Prefeitura Municipal de Luzerna, autorizada a participar de fundos garantidores de risco de crédito, com a finalidade de garantir o risco, total ou parcial, das operações realizadas no âmbito do Programa de Microfinanças de Luzerna.

Parágrafo Único - A participação no fundo garantidor de risco de crédito será definida através de convênio com entidades regularmente constituídas e que tenham como finalidade específica o atendimento às necessidades do público alvo definido no Inciso I do art. 1º desta Lei.

Art.5º- Fica a Prefeitura Municipal de Luzerna, autorizada a participar, no limite global de até R\$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), do fundo de que trata o art. 4º desta Lei.

§1º- O valor global de que trata esse artigo será dispendido no prazo de até 4 (quatro) anos, e seguirá cronograma financeiro a ser estabelecido em Decreto.

§2º- As despesas de que trata esta lei correrão nas dotações da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Art.6º - As demais disposições acerca da implantação do Programa de Microfinanças do Município de Luzerna(SC) serão realizadas mediante Decreto.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1549

Publicação Nº 1432247

LEI Nº 1549 de 21 de novembro de 2017.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas às ações abaixo discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 019 - FUNDEB 40%

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 90.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação

Infantil – Creches

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 019 - FUNDEB 40%

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 70.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 019 - FUNDEB 40%

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 65.000,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 100.000,00

Ação: 11.001.15.452.0061.2057 - Segurança do trânsito urbano

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 000 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.000,00

Ação: 07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 000 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Ação: 08.001.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 000 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 7.000,00

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 20.000,00

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE

Detalhamento: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE

Valor: R\$ 200,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação até os limites anulados na dotação atribuída às ações abaixo discriminadas:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 018 - FUNDEB 60%

Detalhamento: 018 - FUNDEB 60%
Valor: R\$ 100.000,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 019 - FUNDEB 40%
Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%
Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2091-Manutenção da Educação Infantil - Creches
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 018 - FUNDEB 60%
Detalhamento: 018 - FUNDEB 60%
Valor: R\$ 90.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 018 - FUNDEB 60%
Detalhamento: 018 - FUNDEB 60%
Valor: R\$ 25.000,00

Ação: 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 75.000,00

Ação: 13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 8.000,00

Ação: 13.001.10.301.0016.2095 - Assistência Farmacêutica
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 20.000,00

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 000 - Recursos Ordinários
Detalhamento: 000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 30.000,00

Ação: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas
Fonte: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE
Detalhamento: 007 - Cont. Intervenção Domínio Econômico - CIDE
Valor: R\$ 200,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2017.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 092/2017 - PP 068/2017 - COMBUSTÍVEIS - PML

Publicação Nº 1431719

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 092/2017 - PML
Pregão Presencial nº 068/2017 - PML
O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de combustíveis, destinados à frota oficial de veículos do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, durante o exercício de 2018, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e em seus anexos.
REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h30min do dia 04 de dezembro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h40min do dia 04 de dezembro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 093/2017 - PP 069/2017 - LAVAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS - PML

Publicação Nº 1433201

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 093/2017 - PML
Pregão Presencial nº 069/2017 - PML
O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado a contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos e máquinas pesadas constantes da frota oficial do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, durante o exercício de 2018, conforme especificações contidas neste Edital e em seus anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 04 de dezembro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 04 de dezembro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONVÊNIO 0012015 - UPA

Publicação Nº 1432249

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA ATRAVÉS DA UPA 24H ESTABELECIDO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa sita a Av. 16 de fevereiro, 151, neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), e o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE(SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, 389, Centro deste Município, representado por seu Prefeito AMÉRICO LORINI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 162.730.799-00 e portador da cédula de identidade nº 167.901, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, 67, Centro, em Herval d'Oeste (SC), celebram o Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 001/2015, em conformidade com a Cláusula Oitava do Termo de Convênio 001/2015 e a Lei nº 1250 de 05 de agosto de 2014, na forma e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem por objeto prorrogar o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, a contar de 02 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015 permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente TERMO ADITIVO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), 20 de novembro de 2017.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

CONCEDENTE

Américo Lorini

Prefeito de Herval d'Oeste - UPA 24hs

CONVENIADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ _____	2. _____ _____
-------------------	-------------------

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA TERMO ADITIVO N° 08/2017 A ATA DE RP

Publicação N° 1432142

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0008/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 0003/2017
REGISTO DE PREÇO N° 0002/2017

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2017 – Acréscimo de quantidade

Objeto: Registro de preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus Anexos.

3º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 05/2017.

Contratada: SIVIERO DIESEL LTDA.

Item	Quantidade acrescida	Descrição	Marca	Valor unitário registrado (R\$)
01	27.500	OLEO DIESEL S10	BR	2,99

Macieira – SC, 20 de novembro de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

LEI Nº 4299 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432920

LEI Nº. 4.299

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2017.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2017 até o valor de R\$ 1.107.500,00 (Um milhão, cento e sete mil e quinhentos reais), conforme descrição abaixo:

17 Fundo Municipal de Educação

01 Administração E Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.104000 Apoio ao Ensino Através da Adequação da Rede Física e Equipamentos Fundamental

(107) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte: 101

123650017.2.103000 Apoio ao Ensino Através da Adequação da Rede Física e Equipamentos Infantil

(121) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 375.000,00

Fonte: 101

123610017.2.206000 Ampliação da frota e apoio ao ensino com transporte escolar

(349) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 432.500,00

Fonte: 101

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

08 Secretaria Municipal de Administração

01 Secretaria Municipal de Administração

041220008.2.14000 Gestão de Pessoas

(28) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.107.500,00

Fonte: 100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de novembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

TOMADA DE PREÇO Nº 009/2017.

Publicação Nº 1433190

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 009/2017.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 11/12/2017, às 09h00min na sede da Prefeitura do Município de Mafra, Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma da Sede da Defesa Civil, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 11/12/2017, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones(47) 3641-4000 ou (47) 3641-4009.

Mafra, 21 de novembro de 2017

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/FMS/2017

Publicação Nº 1433050

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 017/FMS/2017

OBJETO: O presente procedimento licitatório tem por objetivo a aquisição de um veículo novo zero km, para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracajá/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA: até o dia 05 de dezembro de 2017 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de dezembro de 2017 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº 530 – Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelo telefone (48) 3523-1111, através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 21 de novembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 661/2017

Publicação Nº 1433271

DECRETO Nº 661, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova loteamento denominado “SEMINÁRIO” e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o Loteamento denominado “SEMINÁRIO”, de propriedade de **Incorporadora América Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.523.366/0001-07, com sede na Rua Independência, nº 568, sala 02, no Município de Maravilha/SC.

Art. 2º O imóvel onde será implantado o Loteamento “SEMINÁRIO” é o seguinte: **Parte da Chácara Rural nº (1); Chácara Rural nº (2); Chácara Rural nº (3)**, do Bloco “A”, sem edificação; **Blocos Ex-Urbanos nºs (5 e 6)**, com edificação e, **Parte do Lote Colonial Rural nº (22)**, da Seção Humaitá, sem edificações, situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área total de 418.533,48 m², sendo a área loteada de **“Duzentos e vinte e um mil, noventa metros e noventa e oito centímetros quadrados” (221.090,98 m²)**, com as confrontações constantes da Matrícula nº **21.864**, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento “SEMINÁRIO”, o imóvel objeto da Matrícula nº **21.864**, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com área total de 418.533,48 m², sendo a área loteada de **221.090,98 m²**, será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (221.090,98 m²) que constitui o Loteamento denominado “SEMINÁRIO”, será composta de 16 (dezesseis) quadras, estas divididas em 224 (duzentos e vinte e quatro) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	12	15.558,76	
	2	23	9.619,28	
	3	20	14.951,86	
	4	21	9.979,22	
	5	17	7.672,04	
	6	18	8.452,15	
	7	17	8.057,99	
	8	12	12.579,42	
	9	5	7.573,91	
	10	14	15.000,00	
	11	18	23.698,24	
	12	18	8.032,20	
	13	15	6.127,57	

	14	8	3.048,33	
	15	3	1.173,34	
	16	3	8.081,43	
Total	16	224	159.605,74	159.605,74
	Área das vias de circulação			61.485,24
	Total da área loteada			221.090,98
	Áreas remanescentes			197.442,50
	Total da área (área de matrícula 21.864)			418.533,48

Art. 4º As vias públicas do Loteamento “SEMINÁRIO”, terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua 15 de Novembro, com 16,00 metros de largura.

Rua Irmã Lucia Linck, com 16,00 metros de largura.

Rua Olavo Bilac, com 16,00 metros de largura.

Avenida Araucária, com 22,00 metros de largura.

Rua Cruz e Souza, com 16,00 metros de largura.

Rua Aracaju, com 12,00 metros de largura.

Rua Goiânia, com 12,00 metros de largura.

Rua Porto Alegre, com 12,00 metros de largura.

Rua Rio de Janeiro, com 14,00 metros de largura.

Projetadas: Rua Gralha Azul, com 12,00 metros de largura.

Rua Clementina Lorenzetti Matana, com 16,00 metros de largura.

Rua Faustino Manfrin, com 12,00 metros de largura.

Rua Padre João Berthier, com 12,00 metros de largura.

Rua Marciany Cristina Zat, com 12,00 metros de largura.

Rua Contestado, com 12,00 metros de largura.

Confrontantes: Rua Santa Catarina, com 16,00 metros de largura.

Avenida Padre Antônio, com 20,00 metros de largura.

Rua Irmã Maria Borja, com 16,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- **Norte - Sul:** Rua 15 de Novembro e Rua Gralha Azul.
- **Oeste - Leste:** Rua Irmã Lucia Linck e Rua Contestado.
- **Noroeste - Sudeste/Oeste - Leste:** Rua Marciany Cristina Zat.
- **Sudoeste - Nordeste:** Rua Porto Alegre, Rua Cruz e Souza, Rua Olavo Bilac, Rua Goiânia, Rua Padre João Berthier, Rua Faustino Manfrin, Rua Clementina Lorenzetti Matana.
- **Sudeste - Noroeste:** Rua Rio de Janeiro.
- **Norte - Sul/Oeste - Leste:** Avenida Araucária.
- **Norte - Sul/Noroeste - Sudeste:** Rua Aracaju.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de “**Setenta e oito mil, quatrocentos e treze metros e setenta e dois centímetros quadrados**” (78.413,72 m²), correspondente a 35,46672053% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento,

sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	61.485,24	27,80992693
Área Verde	8.948,20	4,047293109
-Lote Urbano nº 7, Quadra nº 7 -Lote Urbano nº 9, Quadra nº 11		
Área Institucional (Equipamento Público)	4.788,17	2,165701196
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 16 -Lote Urbano nº 10, Quadra nº 4		
Praça	3.192,11	1,44379929
-Lote Urbano nº 2, Quadra nº 16		
Totais	78.413,72	35,46672053%
Percentual Total da Área Loteada = 35,46672053%		

Art. 6º A área loteada destina-se a Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observadas as restrições do Poder Público Municipal.

Art. 7º Fica caucionado conforme Termo de Compromisso e Caução, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 99, de 13 de dezembro de 2016, os lotes urbanos de nºs abaixo especificados, todos do Loteamento “**SEMINÁRIO**”, em garantia da execução das obras de infraestrutura, firmado em 28 de agosto de 2017, e Cronograma Físico Financeiro apresentado:

<u>Nº DO LOTE</u>	<u>Nº DA QUADRA</u>	<u>ÁREA DO LOTE</u>	<u>VALOR DO LOTE</u>
1	1	1.005,34 m²	R\$ 1.234.054,80
2	1	1.199,91 m²	R\$ 1.595.639,50
3	1	759,70 m²	R\$ 190.684,70
4	1	1.400,81 m²	R\$ 351.603,31
5	1	704,00 m²	R\$ 154.880,00
6	1	704,00 m²	R\$ 154.880,00
7	1	704,00 m²	R\$ 154.880,00
8	1	1.267,18 m²	R\$ 278.779,60
9	1	2.276,92 m²	R\$ 2.235.935,20
10	1	3.944,14 m²	R\$ 5.287.339,98
11	1	792,03 m²	R\$ 972.216,82
12	1	800,73 m²	R\$ 982.896,07
4	2	432,00 m²	R\$ 95.040,00
5	2	432,00 m²	R\$ 95.040,00

6	2	432,00 m²	R\$ 95.040,00
7	2	432,00 m²	R\$ 95.040,00
12	2	416,36 m²	R\$ 91.599,20
13	2	528,65 m²	R\$ 116.303,00
16	2	411,09 m²	R\$ 90.439,80
17	2	429,05 m²	R\$ 94.391,00
18	2	447,00 m²	R\$ 98.340,00
19	2	464,96 m²	R\$ 102.291,20
3	3	894,06 m²	R\$ 196.693,20
4	3	698,17 m²	R\$ 153.597,40
5	3	502,28 m²	R\$ 110.501,60
8	3	360,00 m²	R\$ 79.200,00
9	3	360,00 m²	R\$ 79.200,00
10	3	360,00 m²	R\$ 79.200,00
14	3	868,15 m²	R\$ 289.614,84
15	3	869,77 m²	R\$ 290.155,28
16	3	866,43 m²	R\$ 289.041,05
17	3	852,53 m²	R\$ 284.404,01
19	3	790,49 m²	R\$ 263.707,47
3	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
6	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
7	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
8	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
9	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
11	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
12	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
13	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
14	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
17	4	360,00 m²	R\$ 79.200,00
19	4	800,00 m²	R\$ 266.880,00
20	4	700,00 m²	R\$ 233.520,00
1	5	800,00 m²	R\$ 266.880,00
4	5	360,00 m²	R\$ 79.200,00

5	5	360,00 m²	R\$ 79.200,00
6	5	360,00 m²	R\$ 79.200,00
7	5	360,00 m²	R\$ 79.200,00
9	5	366,10 m²	R\$ 80.542,00
10	5	360,00 m²	R\$ 79.200,00
11	5	360,00 m²	R\$ 79.200,00
12	5	360,00 m²	R\$ 79.200,00
17	5	700,00 m²	R\$ 233.520,00
1	6	800,00 m²	R\$ 266.880,00
2	6	360,00 m²	R\$ 79.200,00
3	6	360,00 m²	R\$ 79.200,00
4	6	360,00 m²	R\$ 79.200,00
5	6	360,00 m²	R\$ 79.200,00
6	6	360,00 m²	R\$ 79.200,00
7	6	812,07 m²	R\$ 178.655,40
8	6	380,08 m²	R\$ 83.617,60
9	6	330,00 m²	R\$ 72.600,00
10	6	330,00 m²	R\$ 72.600,00
11	6	360,00 m²	R\$ 79.200,00
12	6	360,00 m²	R\$ 79.200,00
18	6	700,00 m²	R\$ 233.520,00
2	7	456,00 m²	R\$ 84.360,00
5	7	447,23 m²	R\$ 82.737,55
6	7	679,83 m²	R\$ 125.768,55
12	7	302,01 m²	R\$ 55.871,85
13	7	301,64 m²	R\$ 55.803,40
14	7	311,87 m²	R\$ 57.695,95
3	8	975,00 m²	R\$ 292.500,00
4	8	975,00 m²	R\$ 292.500,00
5	8	975,00 m²	R\$ 292.500,00
6	8	975,00 m²	R\$ 292.500,00
7	8	975,00 m²	R\$ 292.500,00
8	8	975,00 m²	R\$ 292.500,00

9	8	975,00 m²	R\$ 292.500,00
10	8	995,80 m²	R\$ 298.740,00
4	9	1.381,60 m²	R\$ 414.480,00
5	9	1.381,60 m²	R\$ 414.480,00
2	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
3	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
4	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
5	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
6	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
7	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
8	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
9	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
10	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
11	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
12	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
13	10	1.050,00 m²	R\$ 189.000,00
14	10	1.200,00 m²	R\$ 288.000,00
3	11	868,52 m²	R\$ 156.333,60
4	11	1.010,67 m²	R\$ 181.920,60
5	11	1.500,12 m²	R\$ 270.021,60
6	11	1.521,01 m²	R\$ 273.781,80
12	11	930,00 m²	R\$ 103.230,00
15	11	540,00 m²	R\$ 79.920,00
16	11	540,00 m²	R\$ 79.920,00
3	12	360,00 m²	R\$ 53.280,00
4	12	360,00 m²	R\$ 53.280,00
8	12	622,29 m²	R\$ 149.349,60
9	12	690,07 m²	R\$ 124.212,60
13	12	360,00 m²	R\$ 53.280,00
14	12	360,00 m²	R\$ 53.280,00
<u>TOTAL DE LOTES</u>		<u>ÁREA TOTAL</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
110		79.309,26 m²	R\$ 28.397.891,13

§ 1º A caução terá validade até dezembro de 2019.

§ 2º Em caso de não execução dos equipamentos urbanos previstos na Cláusula 6ª do Termo de Compromisso e Caução, dentro do prazo estabelecido, os lotes urbanos mencionados no *caput* do presente artigo passarão a integrar o Patrimônio Público do Município de Maravilha.

Art. 8º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de novembro de 2017.

Registrado e publicado na data supra.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 662/2017

Publicação Nº 1432096

DECRETO Nº 662, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública NISETE SALETE DONDOERFER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 4.042/2017

Publicação Nº 1432232

LEI Nº 4.042, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera dispositivo da Lei nº 3.808/2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterado o art. 3º da Lei nº 3.808, de 25 de novembro de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O produtor que realizar exames da Brucelose e Tuberculose nos rebanhos fará jus a um auxílio financeiro no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por exame realizado.

§ 1º O ressarcimento das despesas com os exames realizados se dará mediante a apresentação de laudo emitido por profissional competente e comprovante de gastos em nome do beneficiado.

§ 2º Os produtores que realizarem os exames previstos no artigo 3º, pelo menos uma vez ao ano, farão jus aos programas de incentivos ofertados pelo Município de Maravilha, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

a) A vinculação do acesso aos programas de incentivos ofertados pelo Município de Maravilha com a realização dos exames de Brucelose e Tuberculose entrará em vigor, somente após 7 (sete) meses a partir da publicação da presente Lei. NR

§ 3º Os produtores para serem beneficiados com os programas de incentivos, deverão comprovar a realização dos referidos exames, mediante apresentação de laudos emitidos por profissionais competentes e receberão certidão administrativa. ”

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da sua data de sua publicação.

Maravilha - SC, 121 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 166/2017

Publicação Nº 1433071

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 166/2017 Dispensa de Licitação n. 006/2017

Contratada: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC. Valor global: R\$10.360,39. Contrato Administrativo n. 133/2017. A Senhora Prefeita do Município de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa de licitação para contratação de serviços de desenvolvimento de projeto para implementação do SAFE do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Maravilha – SC, 16 de novembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita do Município de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 82.2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Publicação Nº 1432964

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017

VALIDADE: 21/11/2017 a 21/11/2018

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA EPP, neste ato representado por DENIS ANDRE PASSOLD	09.056.757/0001-71
COMERCIAL VITÓRIA LTDA <input type="checkbox"/> ME, neste ato representado por ALTAIR SCHEER	18.138.763/0001-69
COMERCIAL ONIX EIRELI EPP, neste ato representado por ANDRE FABRIS BRANCO	17.659.287/0001-69
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, neste ato representado por ERMINIO DE ARAUJO	00.226.324/0001-42
IPELUX - ARMANDO LUCCA EPP, neste ato representado por JANAINA DO ROCIO SANTOS ROCHA	10.428.739/0001-52
CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ LTDA EPP, neste ato representado por FABRÍCIO VARGAS	85.341.782/0001-85

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 197858 - COMERCIAL ONIX EIRELI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	PARAFUSO MÁQUINA, CABEÇA QUADRADA 16X250MM. AÇO ZINCADO A FOGO COM PORCA.	UNID	ROMAGNOLE	1000	R\$ 5,50	R\$ 5.500,00
5	PORCA QUADRADA ROSCA MÉTRICA M-16X24X13MM.	UNID	ROMAGNOLE	2000	R\$ 0,70	R\$ 1.400,00
6	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA A FOGO DE 38X38X3,00MM, COM FURO Ø18,00MM PARA PARAFUSO 5/8".	UNID	ROMAGNOLE	2000	R\$ 0,90	R\$ 1.800,00

9	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 31.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL. VIDA MEDIANA 32.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR 2.000K, GARANTIA MINIMA 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO. PRODUTO HOMOLOGADO CELESC. LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES, DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA.	UNID	GOLDEN	1000	R\$ 21,00	R\$ 21.000,00
10	LAMPADA VAPOR METÁLICA 150W. BULBO TUBULAR. CLARA. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 20.000 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >90. POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL. VIDA MEDIANA 12.000 HORAS OU MAIOR. TEMPERATURA DE COR 5.000K, GARANTIA MINIMA 12 MESES. LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES, DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA. PRODUTO HOMOLOGADO CELESC.	UNID	EMPALUX	200	R\$ 25,30	R\$ 5.060,00
15	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. PRINCIPAL: 10-95MM² - DERIVAÇÃO:1,5-10MM²- CONTATOS EM COBRE ESTANHADO - HOMOLOGADO CELESC.	PECAS	INTELLI	600	R\$ 3,35	R\$ 2.010,00
18	FITA ISOLANTE 19MM X 20M, PRETA. CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	DECORLUX	200	R\$ 2,70	R\$ 540,00
19	BOCAL E-40, COM DOIS FUROS PARA FIXAR NA LUMINÁRIA, EM PORCELANA VITRIFICADA E REFORÇADA, PARTES METÁLICAS EM LATÃO NIQUELADO, COM BORNE DE CONTATO. OS DOIS BORNES DEVEM SER FIXADOS AO RECEPTÁCULO ATRAVÉS DE PARAFUSOS. NO BOCAL DEVERA ESTAR ESTAMPADO DE FORMA LEGÍVEL: MARCA DO FABRICANTE, TIPO / MODELO DO SOQUETE, TENSÃO NOMINAL E CORRENTE NOMINAL.	UNID	DECORLUX	200	R\$ 4,25	R\$ 850,00
20	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSIÇÃO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO PROCEL (PRODUTO HOMOLOGADO PELA CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA	UNID	GOLDEN	2000	R\$ 19,50	R\$ 39.000,00
22	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. PRINCIPAL: 10-70MM² - DERIVAÇÃO:1,5-10MM²- CONTATOS EM COBRE ESTANHADO - HOMOLOGADO CELESC.	UNID	INTELLI	1000	R\$ 3,35	R\$ 3.350,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 80.510,00

FORNECEDOR: 204110 - IPELUX - ARMANDO LUCCA EPP

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM SAPATA - 3,00 METROS PARA LUMINÁRIA 250W - CURVO GALVANIZADO A FOGO COM CAMADAS DE 100 MICRAS DE MEDIA E 86 NO PONTO MÍNIMO, COM ESPESSURA DA CHAPA MINIMA DE 3,00MM, BITOLA DO TUBO DE 47,62MM A 50,00MM, HOMOLOGADO CELESC.	UNID	TAKT GTN	200	R\$ 85,00	R\$ 17.000,00
8	KIT REMOVIVEL VAPOR SÓDIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 250W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGAÇÃO ELÉTRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEMEA) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SER ACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	TAKT GTN	50	R\$ 58,00	R\$ 2.900,00

23	RELÊ FOTO ELETRÔNICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE CORRENTE ALTERNADA 220V. FREQUÊNCIA 50/60HZ. CONSTITUÍDO DE TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO CONTRA O RAIOS ULTRAVIOLETA. PINOS DE CONTATO EM LATÃO FIXADOS NA PARTE INFERIOR E SELADOS. CONTATOS DE CARGA DE ALTA DURABILIDADE, SUPERIOR A 15.000 OPERAÇÕES. TIPO NF EM OPERAÇÃO. SENSOR FOTOELÉTRICO FOTOTRANSISTOR DE ALTA SENSIBILIDADE. FAIXA DE OPERAÇÃO 3 A 20 LUX PARA DESLIGAR. RELAÇÃO DESLIGA/LIGA 1,2 A 4 DE ACORDO COM A ABNT NBR 5123/98. PRODUTO HOMOLOGADO CELESC.	PC	TAKT GTN	1500	R\$ 14,00	R\$ 21.000,00
----	---	----	----------	------	-----------	---------------

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 40.900,00

FORNECEDOR: 188530 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
29	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 4 MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	COR FIO	5000	R\$ 1,32	R\$ 6.600,00
30	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 4 MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	COR FIO	5000	R\$ 1,32	R\$ 6.600,00
31	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR VERDE 4MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE	METRO	COR FIO	2000	R\$ 1,32	R\$ 2.640,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 15.840,00

FORNECEDOR: 204099 - ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	PARAFUSO MÁQUINA, CABEÇA QUADRADA 16X300MM. AÇO ZINCADO A FOGO COM PORCA.	UNID	KONESUL	1000	R\$ 7,20	R\$ 7.200,00
7	REATOR VAPOR DE SODIO 250W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVEL INDELETAVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	JRC	500	R\$ 41,07	R\$ 20.535,00
11	LÂMPADA LED 30W 6400K E27 BULBO, COM CERTIFICAÇÃO INMETRO	UNID	GLIGHT	100	R\$ 56,00	R\$ 5.600,00
12	LÂMPADA LED 20W 6400K E27 BULBO, COM CERTIFICAÇÃO INMETRO	UNID	GLIGHT	100	R\$ 35,50	R\$ 3.550,00
13	LÂMPADA FLUORESCENTE LED T8 18W TUBULAR 120CM, COM FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 1850 LUMENS, TEMPERATURA DE COR MINIMA DE 6500K, VIDA UTIL MINIMA DE 25000 HORAS, DEVE TER SELO PROCEL	UNID	EMPALUX	1500	R\$ 20,00	R\$ 30.000,00
14	LÂMPADA FLUORESCENTE LED T8 9W, VIDRO, COM FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 900 LUMENS, TEMPERATURA DE COR MINIMA DE 6500K, VIDA UTIL MINIMA DE 25000 HORAS, DEVE TER SELO PROCEL	UNID	EMPALUX	500	R\$ 15,00	R\$ 7.500,00
16	REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVEL INDELEVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO PROCEL (PRODUTO HOMOLOGADO PELA CELESC)	UNID	JRC	1500	R\$ 50,60	R\$ 75.900,00
17	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A (PRODUTO HOMOLOGADO PELA CELESC)	UNID	G-20	800	R\$ 1,50	R\$ 1.200,00

21	KIT REMOVIVEL VAPOR SODIO MONTADO (REATOR + CAPAC. + IGNITOR). 150W. USO INTERNO. ALTO FATOR DE POTENCIA MAIOR QUE 0,92. BAIXAS PERDAS. O KIT REMOVIVEL DEVE VIR COM A LIGACAO ELETRICA UTILIZANDO-SE CONECTOR UNIVERSAL MATE-N-LOK DE 3 CIRCUITOS (PARTEFEMEA) DEVIDAMENTE MONTADO (O CONECTOR DEVERA SERACESSADO PELA PARTE SUPERIOR DO KIT REMOVIVEL). GARANTIA MINIMA: 3 ANOS. APRESENTAR CERTIFICACAO INMETRO. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DEBAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	UNID	JRC	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
33	LÂMPADA DE LED COM BULBO DE ATÉ 80MM DE DIÂMETRO, BASE E-27, FLUXO LUMINOSO DE NO MÍNIMO 1500 LUMENS, POTÊNCIA DE NO MÁXIMO 10W - TEMPERATURA DE COR DE 6500K, IRC MAIOR OU IGUAL A 80, VIDA MEDIANA DE 25.000H OU MAIOR, ÂNGULO DE ABERTURA DE NO MÍNIMO 150º GARANTIA NO MINIMO 1 ANO. /PROCEL;POSSUIR O SELO PROCEL/INMETRO.	UNID	EMPALUX	300	R\$ 16,17	R\$ 4.851,00
34	LÂMPADA DE LED COM BULBO DE ATÉ 80MM DE DIÂMETRO, BASE E-27, FLUXO LUMINOSO DE O MÍNIMO 800 LUMENS, POTÊNCIA DE NO MÁXIMO 08W - TEMPERATURA DE COR 6.500K, IRC MAIOR OU IGUAL A 80, VIDA MEDIANA DE 25.000H OU MAIOR, ÂNGULO DE ABERTURA DE NO MÍNIMO 150º. GARANTIA DE 1 ANO./PROCEL;POSSUIR O SELO PROCEL/INMETRO.	UNID	EMPALUX	300	R\$ 12,12	R\$ 3.636,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 162.222,00

FORNECEDOR: 118990 - SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA EPP

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
32	CABO EM ALUMÍNIO MULTIPLEXADO AUTO-SUSTENTADO TIPO: DUPLEX (1 FASE + NEUTRO ISOLADO) SEÇÃO NOMINAL: 10,0MM²-(1X1X10+10) TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 0,6/1KV , COM ISOLAÇÃO COMPOSTO TERMOFIXO DE POLIETILENO RETICULADO (XLPE). CERTIFICADO E APROVADO PELA NORMA NBR8182. IDENTIFICAÇÃO: (FASE A : PRETO + NEUTRO AZUL CLARO). PRODUTO HOMOLOGADO CELESC.	METRO	NEXANS	1500	R\$ 1,99	R\$ 2.985,00
35	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA ELETRÔNICA COM REATOR INTEGRADO, ESPIRAL, 25 W - 220V - ROSCA E-27 - TEMP. COR: ENTRE 6000K E 6500K - EFICIÊNCIA MINIMA 69 LM/W - IRC MAIOR OU IGUAL A 80 - VIDA MEDIANA DE 6000H OU MAIOR. ATENDIMENTO AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NAS TABELAS *TABELA DE CONSUMO/ EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PBE NOS SITES HTTP:WWW.INMETRO.GOV.BR/ PROCEL;POSSUIR O SELO PROCEL/INMETRO.	UNID	EMPALUX	300	R\$ 8,98	R\$ 2.694,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.679,00

FORNECEDOR: 257362 - CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ LTDA EPP

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
24	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 1,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	MT	FLEX SUL	3000	R\$ 0,53	R\$ 1.590,00
25	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 1,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	MT	FLEX SUL	3000	R\$ 0,54	R\$ 1.620,00
26	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR VERDE 1,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	MT	FLEX SUL	1000	R\$ 0,54	R\$ 540,00
27	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR PRETO 2,5MM. ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	FLEX SUL	5000	R\$ 0,82	R\$ 4.100,00
28	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR AZUL 2,5MM. ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	METRO	FLEX SUL	5000	R\$ 0,83	R\$ 4.150,00
36	FIO COBRE FLEXIVEL, 750V, COR VERDE 2,5MM ISOLAÇÃO EPR OU XLPE.	MT	FLEX SUL	2000	R\$ 0,84	R\$ 1.680,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 13.680,00
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 318.831,00

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 318.831,00 (TREZENTOS E DEZOITO MIL E OITOCENTOS E TRINTA E UM REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições deste edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO

5.1. Os itens desta ata deverão ser entregues na Prefeitura de Massaranduba (SC), localizada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, em 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades aqui previstas.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a comprovação do aumento e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a prestar os serviços de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Efetuar a entrega do objeto da licitação na Prefeitura de Massaranduba (SC) em 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. O objeto desta licitação deverá ser entregue acondicionado adequadamente e a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE ser entregue juntamente com o produto.

8.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela licitante especialmente designados e documentar as ocorrências, se houver.

9.6.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no momento da execução desta ata, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A ata poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração Municipal, quando:

11.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata.

11.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.6. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.2.1. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

11.2.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. MATHEUS KUNITZ DANIEL, servidor público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	21	de	novembro	de	2017
--------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA EPP
DENIS ANDRE PASSOLD
CONTRATADA COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME
ALTAIR SCHEER
CONTRATADA COMERCIAL ONIX EIRELI EPP
ANDRE FABRIS BRANCO
CONTRATADA ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA
ERMINIO DE ARAUJO
CONTRATADA IPELUX - ARMANDO LUCCA EPP
JANAINA DO ROCIO SANTOS ROCHA
CONTRATADA CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ LTDA EPP
FABRÍCIO VARGAS
CONTRATADA

CO 30.2017 (FMS) H & E INSTITUTO DE PATOLOGIA LTDA

Publicação Nº 1432997

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: H & E INSTITUTO DE PATOLOGIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA REALIZAR EXAMES EXTRA SUS (ANATOMO PATOLÓGICO, ANÁLISE ADICIONAL (MARGENS, BIÓPSIAS), CITOPATOLÓGICO/EXAME PREVENTIVO DE CÂNCER DO COLO DO ÚTERO) NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

VALOR CONTRATADO: R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 21 DE NOVEMBRO DE 2017 À 21 DE NOVEMBRO DE 2018

MASSARANDUBA, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

CRC 2017 - GABARITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

Publicação Nº 1432376

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL: GABARITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

CNPJ: 08.321.717/0001-47

CÓDIGO FORNECEDOR: 273970

ENDEREÇO: AVENIDA PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1839, VILA LALAU

CEP: 89.256-501

MUNICÍPIO: JARAGUÁ DO SUL

UF: SC

FONE: (47) 3371-1600

RAMO:
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO

Nº DOCUMENTO

DT. EXPEDIÇÃO

DT VALIDADE

CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

139828344/2017

08/11/2017

06/05/2018

CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL

170140101165006

08/11/2017

07/01/2018

CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO

B5FC.32D7.0EFD.F5F1

29/05/2017

25/11/2017

CERTIDAO NEGATIVA FGTS

2017111102371310770400

11/11/2017

10/12/2017

CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL

2311

07/07/2017

03/01/2018

FALENCIA E CONCORDATA

4812463

08/11/2017

07/01/2018

CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA ACIMA ESTÁ INSCRITA NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA, EM CONSEQUÊNCIA, HABILITADA A PARTICIPAR DE LICITAÇÕES, NOS TERMOS DAS LEIS Nº 8.666/93, 8.883/94 E 10.520/02, RESSALVADA OUTRAS EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES NO RESPECTIVO EDITAL.

DATA DE EMISSÃO: 21/11/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

JULIANA POLETO DA SILVA KREUTZFELD

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CPF: 043.554.869-74

LEI Nº 1838/2017

Publicação Nº 1432351

LEI Nº 1838/2017

Cria a cota de contribuição facultativa (CCF) do 1º/1º/2ª/14º Batalhão de Polícia Militar e dá outras providências

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a Cota de Contribuição Facultativa (CCF) de Melhoria da Organização da Polícia Militar de Massaranduba, com a finalidade de prover recursos financeiros oriundos de contribuições facultativas de pessoas jurídicas ou físicas a serem destinados à Organização Policial Militar (OPM) sediada em Massaranduba para reequipamento, aquisição de material permanente, de consumo, combustível,

alimentação, serviços específicos de ordem geral e demais despesas correntes e de capital, aquisição de bens imóveis, construção, ampliação e conservação de instalações da OPM.

§ 1º A Cota Facultativa instituída por esta lei será recebida exclusivamente sob a forma de depósito pelo contribuinte colaborador, que realizará a contribuição diretamente em conta bancária, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha.

§ 2º Os valores da Cota Facultativa serão fixados conforme tabela contida no anexo único da presente Lei, sendo corrigidos anualmente de acordo com a variação do INPC.

§ 3º Fica estabelecido que o contribuinte poderá optar por uma contribuição diversa da estabelecida no anexo único desta Lei, ficando a seu critério depositar o valor desejado, exclusivamente na conta discriminada no parágrafo primeiro.

§ 4º Os valores arrecadados com depósitos em conta bancária, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha, os quais deverão ser investidos, prioritariamente, na compra de viaturas, equipamentos, armamentos; cursos e treinamentos e demais necessidades para a atividade policial militar visando proporcionar condições de realização do policiamento ostensivo no Município.

§ 5º Compõe complementarmente os recursos do convênio:

I - auxílios, subvenções, doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, destinados à OPM;

II - recursos decorrentes da alienação de materiais, bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos com recursos próprios do referido convênio;

III - juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação dos recursos do Convênio;

IV - ressarcimentos por danos ou extravio de materiais e equipamentos pertencentes ao patrimônio ou a disposição do Grupamento da Polícia Militar de Massaranduba.

Art. 2º Os valores arrecadados serão utilizados após a apresentação pelo Comandante da Organização Policial Militar, do Plano de Aplicação Anual ao Conselho Gestor do Convênio, composto pelos seguintes membros:

- a) Prefeito Municipal;
- b) Comandante da Organização Policial Militar sediada em Massaranduba;
- c) Secretário Municipal de Administração;
- d) Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento;
- e) Secretário Municipal de Obras;
- f) Um representante da Associação Comercial e Industrial de Massaranduba;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 22 de Novembro de 2017
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO ÚNICO

REFERENCIAIS CCF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM REAIS
01	Bancos e estabelecimentos industriais	1.000,00
02	Clubes e casas de diversões	500,00
03	Estabelecimentos comerciais e profissionais liberais	250,00
04	Prestadores de serviços	100,00
05	Empresas de pequeno porte e microempresas	100,00

Matos Costa**PREFEITURA****PORTARIA 562/2017**

Publicação Nº 1432220

PORTARIA Nº 562/2017 – De 21 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ORIDES DORBERTO, investido no cargo de provimento em carreira, do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de VIGIA NOTURNO, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, retroativos ao dia 20/11/2017, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º23/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 21 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 093/2017

Publicação Nº 1432288

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 093/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 06/12/2017 às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 093/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANTER AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS) E DO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 21 de novembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

AVISO PRORROGAÇÃO DE ABERTURA PR 019/2017

Publicação Nº 1432310

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados que devido ao FERIADO MUNICIPAL NO DIA 27/11/2017, a abertura e recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2017, se dará no dia 28/11/2017 as 13:30 horas, conforme ITEM 21, "21.10" do referido edital.

Meleiro/SC, 21 de novembro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 089-2017

Publicação Nº 1433359

DECRETO n.º 089/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.
DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), neste termo:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção Do Ensino Básico	
3.3.90.00.00.00.00.00.0737 – Aplicações Diretas (32)	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 60.000,00

Art. 2.º A suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Outubro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 094-2017

Publicação Nº 1432289

DECRETO nº. 94, de 03 de novembro de 2017.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência as áreas do Município em razão da estiagem.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, Decreto Federal no 5.376, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução n.º 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A estiagem que ocorre desde o dia 08 de outubro de 2017, o auto consumo de águas do Rio Manoel Alves e seus afluentes por parte dos agricultores para o plantio do arroz, tornando escasso o recurso hídrico para a captação ao abastecimento público municipal tendo que limitar e interromper o bombeamento para tratamento e distribuição aos munícipes para o consumo humano;

- Como consequências deste desastre, resultaram em danos e prejuízos, constante do Formulário de Avaliação de Dano anexo a este Decreto;

- A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou esta estiagem em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: O grau de vulnerabilidade do cenário, da população e

despreparo da defesa civil local frente a estiagem:

DECRETA

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por estiagem severa e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo caso fortuito, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desta estiagem.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos casos fortuitos, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pela estiagem.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos casos fortuitos, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para fiscalizar se não está havendo o uso inadequado do recurso hídrico contraditório ao objeto do presente;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas estratégicas que venham a preencher as condições técnicas para eventual obra emergencial que venha dirimir os efeitos da estiagem:

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Meleiro, 03 de novembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e finanças

LAUDO

Devido a escassez de chuvas entre o período de 20 de setembro de 2017 a até a data atual, com os baixos níveis do Rio Manoel Alves, Rio Morto, Rio do Meio, Rio do Cedro, Rio Jundiá, Rio Itopava e Rio Mãe Luzia, que banham o território municipal, sendo o Rio Manoel Alves a principal fonte de recurso hídrico para o nosso município, e responsável pelo fornecimento de água ao tratamento e distribuição para o consumo humano do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Autarquia Municipal, está impactando negativamente na distribuição de água potável via rede do SAMAE, ocasionando uma diminuição considerada e por vezes o cessamento na oferta da prestação de serviço essencial a população, e com isso ocasionando racionamento nas unidades consumidoras do município, na ordem de 1200 (um mil e duzentas economias) o que compreende 100% da população urbana, cerca de 3650 pessoas, com o comprometimento do fornecimento de água para o setor da indústria, e com a escassez de água que atinge 80% das famílias residentes na zona rural (cerca de 2.680 pessoas de 3.350 do total da população rural) do território Meleirense que tem suas fontes de água potável oriundas de recursos naturais, como nascentes e poços escavados e ou perfurados. Considerando também o comprometimento das lavouras anuais, como principalmente arroz e milho, que correspondem a grande parte das riquezas produzidas em nosso município, com a falta de água para seu desenvolvimento e produção, o Município de Meleiro-SC por meio de sua Autarquia – SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através do Diretor Eloir Córneo, e sua Secretaria Municipal de Agricultura, por meio do Secretário Municipal, Sr. Anderson Scardueli, que fizeram esse levantamento em todo o município visitando cada setor e colhendo as devidas informações que estão sendo informadas neste laudo, vem demonstrar a precariedade atual do recurso natural da Água para os devidos consumos e usos em todo o território municipal.

Anexo a este, segue documento com fotografias demonstrando a situação do Rio Manoel Alves, no ponto de captação de água para o tratamento do SAMAE e distribuição ao Consumo Humano.

E por fim ficamos no aguardo para qualquer esclarecimento.

DOCUMENTO PRODUZIDO CONJUNTAMENTE ENTRE SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MELEIRO/SC.

Meleiro/SC, 01 de Novembro de 2017.

ELOIR CÓRNEO

DIRETOR SAMAE - MELEIRO

ANDERSON SCARDUELLI NÍVEL MÍNIMO DE CAPTAÇÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MELEIRO

ANEXOS

FOTOGRAFIA 01 - LOCAL DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA O SAMAE.

FOTOGRAFIA 2 – MOSTRA A FALTA DE ÁGUA, NÃO CHEGANDO ATINGIR AS RÉGUA LINIMÉTRICA DE MEDIÇÃO DOS NÍVEIS HÍDRICOS DA CAPTAÇÃO, TENDO ASSIM DO SISTEMA DE BOMBEAMENTO SER DESLIGADO.

FOTOGRAFIA 3 - CONSTRUÇÃO DE UM DIQUE DE SEIXOS ROLADOS COM SAIBRO E COLOCAÇÃO DE UMA LONA PLÁSTICA PARA REPRESAR A ÁGUA DO RIO NA TENTATIVA DE ELEVAR O NÍVEL DE CAPTAÇÃO DO SAMAE E LIGAR O BOMBEAMENTO.

FOTOGRAFIA 4 – SITUAÇÃO PRECÁRIA DO NÍVEL DA ÁGUA DO RIO MANOEL ALVES, COMO SE PODE OBSERVAR, O SEIXO ROLADO APARENTE E SEM CORRENTE DE ÁGUAS, APENAS ÁGUA ARMAZENADA NAS REGIÕES DE NÍVEL BAIXO.

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO / SECRETARIA DE AGRICULTURA DE MELEIRO**PARECER TÉCNICO Nº 01/2017**

Interessado.: Prefeitura Municipal de Meleiro

Assunto.: Decretação e Reconhecimento de situação de Emergência

Referência.: Decreto Nº. 094/2017, de 03 de Novembro de 2.017.

Desastre.: Estiagem – COBRADE: 1.4.1.1.0

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consoante preceitua a Instrução Normativa nº 01/2012, do Ministério da Integração Nacional):

A situação de emergência ou o estado de calamidade pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas;

Nos casos em que o desastre se restringir apenas à área do DF ou do Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito Municipal, decretará a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para análise e reconhecimento caso necessitem de ajuda Federal.

O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

O requerimento para fins de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal, Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

DA ANÁLISE

A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos na IN/MI nº 01/2012. Após a leitura constatou-se que:

1. A documentação obrigatória constante do §3º do artigo 11 foi preenchida e contém as informações necessárias para a análise técnica;

2. Os danos informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos parágrafos 1º a 3º do artigo 4º (se S.E);

3. Os prejuízos econômicos públicos ou privados informados no Formulário de informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos parágrafos 4º ou 5º do artigo 4º (S.E).

4. Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso implicaram no comprometimento da capacidade de resposta Econômica e administrativa do Poder Público Municipal;

5. O prazo para envio da documentação solicitando o

reconhecimento, estabelecido no §2º do artigo 11 pode ser cumprido, desde que seja remetida até o dia 15/04/2016.

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na IN/MI nº 01/2012 para a decretação e para a solicitação de reconhecimento federal foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a remessa da documentação ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento da Situação de Emergência declarada no município.

É o parecer.

Meleiro/SC, ao 1º dia do mês de novembro de 2.017.

IGOR VELHO ORTOLAN

Coordenador da COMPDEC - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

PORTARIA Nº 347-2017

Publicação Nº 1432173

PORTARIA n.º 347/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora SIMONE CREPALDI FENALI MAGNIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Novembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1918-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 063-2017 TROFÉUS E MEDALHAS

Publicação Nº 1433082

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1918/2017
Modalidade: Pregão Presencial nº 63/2017 Para Registro de Preços
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS A PREMIAÇÃO DE ATLETAS E PARTICIPANTES, ENTREGUES PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES NAS FINAIS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS QUE SERÃO REALIZADOS NO ANO DE 2018. Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 06 de dezembro de 2017. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de dezembro de 2017. O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br. Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br.

Modelo/SC 21 de novembro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170-2017 PINTURA ASFÁLTICA - BS PINTURAS

Publicação Nº 1432184

Extrato de Contrato nº 170/2017
Processo Licitatório nº 1919/2017
Pregão Presencial nº 1842/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: BS PINTURAS EIRELI ME, CNPJ sob o nº 28.367.532/0001-80
Valor: R\$ 13.677,34
Assinado em: 20/11/2017
Vigente até: 31/12/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE CONFORMIDADE COM PROJETO EM ANEXO A ESTE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA, COM RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 20 de novembro de 2017.
Ricardo Luiz Maldaner
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0154/2017

Publicação Nº 1433081

PORTARIA Nº 0154/2017 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CINAIDE BALDINA LAMBRECHT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com os Artigos 93 e 112 da Lei Municipal nº 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal CINAIDE BALDINA LAMBRECHT, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 027/2012 de 13.02.2012, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO e 30 (trinta) dias de PRÊMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de conformidade com o disposto nos artigos 93 e 112 da Lei Municipal 1.513/2002, a ser usufruído conforme abaixo:

· Licença Prêmio: Período Aquisitivo: 02/2012 a 02/2017
Período de Gozo: 01.12.2017 a 30.12.2017 (30 dias)

· Prêmio Assiduidade: Período Aquisitivo: 02/2012 a 02/2017
Período de Gozo: 02.01.2018 a 31.01.2018 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 20 de novembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0155/2017

Publicação Nº 1433093

PORTARIA Nº 0155/2017 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIVETE ANA SANTOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal MARIVETE ANA SANTOLIN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços

Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 031/2012 de 13.02.2012, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 02/2012 a 03/2017, a ser usufruída no período de 01.02.2018 a 02.03.2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 20 de novembro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0156/2017

Publicação Nº 1433106

PORTARIA Nº 0156/2017 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento de Assistência Social e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Irma Alice Rintzel Conrado	05.02.2017 a 04.02.2018	02.01.2018 a 31.01.2018 (30 dias)
Loraci Maura da Silva Bellaver	12.04.2016 a 11.04.2017	02.01.2018 a 31.01.2018 (30 dias)
Marizete Maria Floss	24.04.2016 a 23.04.2017	02.01.2018 a 31.01.2018 (30 dias)
Patricia Jomertz Machado	02.03.2016 a 01.03.2017	15.01.2018 a 13.02.2018 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 20 de novembro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2017

Publicação Nº 1433422

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 051/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

EMPRESA REGISTRADA: NOVAMIL EMPREEND. AGROPECUÁRIOS LTDA – ME – VALOR REGISTRADO R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de mudas de flores e arranjos de flores, para período de 12 (doze) meses, com entrega parcelada, conforme solicitação, e de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 078/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de Novembro de 2018.

Mondaí – SC, 20 de Novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 085/2017.

TIPO: Menor Preço por LOTE.

OBJETO: Contratação de empresa para instalação de telefonia fixa na modalidade de STFC, para a administração municipal de Mondaí, no exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 05 de dezembro de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: As 08h15min do dia 05 de dezembro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

MONDAI (SC), 21 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 005/2017 - PMM

Publicação Nº 1433434

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 035/2017

Edital: Pregão Presencial nº. 023/2017

Contrato: 046/2017 – Termo Aditivo nº 005/2017

Objeto: Fornecimento de combustível, Óleo Diesel, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas do MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2017.

Finalidade: Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea "d" do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Fornecedor: SCHUH & FILHO LTDA – 85.216.299/0001-79

Valores: do valor atual de R\$ 3,17 para R\$ 3,29 por litro de óleo diesel comum.

Vigência: até 31/12/2017

Mondaí/SC, 21 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 085/2017 - PMM

Publicação Nº 1433368

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 128/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº. 085/2017

MULTIENTIDADES

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO

PORTARIA Nº 0512/2017

Publicação Nº 1432302

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0512 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

CONTRATAR, JESSICA FERNANDA LUEDTKE, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 5.902.711, inscrita no CPF sob nº 093.471.429-05, matrícula 3684, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 014/2017, para exercer a função de PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS - 20 HORAS no período de 20.11.2017 a 27.11.2017, em virtude do atestado médico da servidora Elisangela Macedo Gonzales Gass. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal da Educação e Cultura

PORTARIA Nº 0513/2017

Publicação Nº 1432303

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 0513 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera Função de Confiança

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006, e Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

ALTERAR a função de confiança do servidor GERMANO CARLOS BALKE, brasileiro, residente e domiciliado no município de Mondaí, portador da cédula de identidade nº 210.543, inscrito no CPF sob o nº 250.445.089-34, matrícula 3512, nomeado para a função de Diretor do Departamento de Urbanismo, passa a exercer a função de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO a partir de 16.11.2017. Contrato regido pelo Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

PORTARIA Nº 0514/2017

Publicação Nº 1432304

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 0514 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera a pedido

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí, Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 018/2006 e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Exonerar a pedido o servidor ROBERSON BORCK, brasileiro, residente e domiciliado no município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, portador da cédula de identidade nº 3.872.473, inscrito no CPF sob o nº 048.314.199-23, matrícula 3511, lotado no cargo comissionado de Chefe de Divisão de Fomento a Produção Agrícola.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 16 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

PERCIO SCHENA

Secretário Municipal da Agricultura e

Meio Ambiente

PORTARIA Nº 0516/2017

Publicação Nº 1432305

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0516 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

=====

Concede prorrogação de Licença Maternidade.

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Emenda a Lei Orgânica nº 04 de 13 de junho de 2011, resolve:

Conceder prorrogação de Licença Maternidade a servidora FRANCIELI POHL ARBUGERI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 4.949.688, inscrita no CPF sob nº 058.158.119-98, matrícula 3623, servidora desta Municipalidade lotada no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, pelo período de 18.10.2017 a 16.12.2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 18 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

GINTHER OTTO DREHER

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 0519/2017

Publicação Nº 1432306

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 0519 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM; Lei Complementar 018/2006, Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

CONTRATAR, NATHANA VIEBRANTZ, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 6.310.609, inscrita no CPF sob nº 090.090.659-60, matrícula 3680, aprovada no Processo Seletivo nº 04/2016, para exercer a função de MONITOR DO ENSINO INFANTIL – ACT 20 HORAS, no período de 21.11.2017 a 27.11.2017, em virtude do afastamento por doença da servidora Gadielli Abigail Mossini Gregorio. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal da Educação do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 20 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH
Secretária Municipal da Educação e
Cultura

PORTARIA Nº 521/2017

Publicação Nº 1432307

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 0521 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera a pedido

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí, Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 018/2006 e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Exonerar a pedido o servidor MAURICIO RENAN KICH, brasileiro, residente e domiciliado no município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, portador da cédula de identidade nº 4.611.894, inscrito no CPF sob o nº 062.014.309-62, matrícula 3527, lotado no cargo comissionado de Chefe de Divisão de Apoio Administrativo, a partir de 20.11.2017.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 20 de novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

LUIZ AFONSO SPIELMANN

Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos
e Urbanismo

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 120.2017

Publicação Nº 1433164

DECRETO Nº 120/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DA AUDIÊNCIA E DA CONFERÊNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno da Audiência e da Conferência do Plano Municipal de Educação do Município de Monte Carlo/SC, integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 21 de novembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 533/2017/FS

Publicação Nº 1433167

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 533/2017/FS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 508/2017/FS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando contratações de EQUIPAMENTOS: ELETROELETRÔNICOS, MEDICOHOSPITALAR E OUTROS.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 22/novembro/2017 até às 08:29 horas do dia 05/dezembro/2017

ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: as 08:30 horas do dia 05/dezembro/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 21 de novembro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Monte Castelo

PREFEITURA

CANCELAMENTO TP 005/2017

Publicação Nº 1432936

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Modalidade Tomada de Preço nº 005/17

OBJETO: O objeto do presente edital de licitação TOMADA DE PREÇOS é a Contratação de empresa para EXECUÇÃO de obras e serviços de engenharia para CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE BOMBEIROS MILITAR DE MONTE CASTELO-SC, com área total a ser construída de 134,86 m2, em conformidade com o Projeto Arquitetônico, Plantas e Memoriais Descritivos e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

JUSTIFICATIVA DO CANCELAMENTO.

O Presidente da CPL no uso de suas atribuições fez esta publicação sem a devida autorização da Autoridade Competente, restando desta forma Cancelado esta Tomada de Preços, o qual ainda deverá ser publicada nova data de abertura.

Monte Castelo, 22 de Novembro de 2017

JOSIMAR CALDEIRA

PRESIDENTE DA CPL

I ERRATA PREGAO 054/2017 - VEICULO 0KM

Publicação Nº 1433011

I - ERRATA DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/17

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0KM, ANO/MODELO 2018, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I, e demais anexos.

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 054/2017, ficando assim determinado:

Onde se lê:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/17

Leia-se:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/17

OBS: PERMANECEM INALTERADOS OS OUTROS AUTOS DO EDITAL.

MONTE CASTELO-SC, 21 de NOVEMBRO de 2017.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro

PREGAO PRESENCIAL 057/2017 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1433109

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 057/17

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS na modalidade, PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para a Locação de um ônibus para fazer a linha de transporte de passageiros com ida e volta das localidades Rodeio Grande, Passa quatro, Olaria, Lageadinho, Serrinho, Colônia Koaski, Assentamento, KM 98 e Arigolandia, para atender as possíveis necessidades desta Municipalidade conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min do dia 22/11/2017 às 09h00min do dia 04/12/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 04/12/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site <http://www.montecastelo.sc.gov.br>, link licitações.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 22 de Novembro de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREGAO PRESENCIAL 058/2017

Publicação Nº 1433111

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial nº 058/17

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para a prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP - Serviço Móvel Pessoal), sob demanda, através da tecnologia 3G e GPRS pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de acessos móveis, em regime de comodato das estações móveis (aparelhos celulares), oferecendo o serviço de ligações Local e Nacional, além de serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet (modem USB), com tarifas intra-grupo zero e roaming nacional, conforme quantitativo e as especificações técnicas relacionadas no TERMO DE REFERÊNCIA constante no ANEXO I deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min do dia 22/11/2017 às 14h00min do dia 04/12/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 04/12/2017.

TIPO: Menor Preço no LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site <http://www.montecastelo.sc.gov.br>, link licitações.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166
Monte Castelo-SC, 22 de Novembro de 2017.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - PREGAO PRESENCIAL 31-2017 - PMMG

Publicação Nº 1432948

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 31/2017, cujo objetivo é a locação de tendas, palco, banheiros químicos, sistema de sonorização e iluminação necessários a realização da 4º noite natalina do município de Morro Grande. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min às 13h00min ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

PORTARIA 119/2017

Publicação Nº 1432120

PORTARIA Nº 119/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/12/2017, aos servidores listados a baixo:

I- ADENICIO GENUINO, matrícula 125, referente ao período aquisitivo 01/01/2016 a 31/12/2016;

II- VALCIONE FENALI, matrícula 230, referente ao período aquisitivo 20/03/2016 a 19/03/2017;

III- AURIO ANTONIO DA SILVA, matrícula 738, referente ao período aquisitivo 03/08/2016 a 03/01/2017;

IV- KAMILA BOAROLI PIAZZA ZUCHINALI, matrícula 797, referente ao período aquisitivo 21/09/2016 a 20/09/2017;

V- CLAUDIOMIR PERDONÁ, matrícula 843, referente ao período aquisitivo 07/03/2016 a 06/03/2017;

VI- HILDA CREPALDI BROVEDAN, matrícula 866, referente ao período aquisitivo 19/03/2016 a 18/03/2017;

VII- VANIA FENALI SALVALAIO, matrícula 867, referente ao período aquisitivo 19/03/2016 A 18/03/2017;

VIII- CATIANE MUNARETTO PITON, matrícula 871, referente ao período aquisitivo 12/06/2016 a 11/06/2017;

IX- ZELI CREPALDI CARLOS, matrícula 873, referente ao período aquisitivo 25/06/2016 a 24/06/2017.

Art. 2º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 11/12/2017, a servidora LOURDES LONGARETTI CORNEO, matrícula 73, referente ao período aquisitivo 01/06/2015 a 31/05/2016;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 20 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 120/2017

Publicação Nº 1432122

PORTARIA Nº 120/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PESSOAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORARIO

VALDIONIR ROCHA, Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 813/2014, e demais legislações em vigor e,

Considerando a cláusula oitava do contrato nº 36/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica EXONERADO, a partir de 01/12/2017, o servidor OTAVIO ZEFERINO SCARPATI, matrícula nº 1097, ocupante do cargo de Operador de Equipamento, admitido por tempo determinado, através do Contrato nº 36/2017.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 20 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 121/2017

Publicação Nº 1432123

PORTARIA Nº 121/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PESSOAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORARIO

VALDIONIR ROCHA, Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 813/2014, e demais legislações em vigor e,

Considerando a cláusula oitava do contrato nº 39/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica EXONERADO, a partir de 01/12/2017, o servidor RICARDO GONÇALVES, matrícula nº 1102, ocupante do cargo de Motorista, admitido por tempo determinado, através do Contrato nº 39/2017.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra

em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 20 de novembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 12/2017 FMC

Publicação Nº 1433487

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017 FMC

AS 14:00H (QUATORZE) HORAS DO DIA 16/11/2017, O PREGOEIRO CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO 12-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE LIVROS RELACIONADOS À PROGRAMAÇÃO DO 5º FESTIVAL LITERÁRIO DE NAVEGANTES, A FIM DE INTEGRAREM O ACERVO PERTENCENTE À BIBLIOTECA PÚBLICA CRUZ E SOUZA E CENTRO DAS ARTES E DOS ESPORTES UNIFICADO - CEU, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. EMPRESA PARTICIPANTE: L. MOHR EIRELI EPP, REPRESENTADA POR HERCULANO DE CARVALHO JUNIOR. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FOI ABERTO OS ENVELOPE DA PROPOSTA DA MESMA ONDE A MESMA ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA: L. MOHR EIRELI EPP SAGROU-SE VENCEDORA DE TODOS OS ITENS. FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA LICITANTE NÃO MENCIOU INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 14H39MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 10/2017 FME

Publicação Nº 1433460

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 10/2017 FME

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de produtos (copos de água mineral sem gás de 200ml), para atender todas as pessoas envolvidas nos eventos de competições no ano de 2018, promovidos pela Fundação Municipal de Esportes do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 05/12/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 05/12/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 163/2017 PMN

Publicação Nº 1433431

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 163/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando aquisição de materiais esportivos e rede de proteção (devidamente instaladas) para serem utilizados nas unidades de ensino fundamental, infantil e creches, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 05/12/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 05/12/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 165/2017 PMN

Publicação Nº 1432886

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 165/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços na manutenção preventiva, corretiva e estética em mecânica em geral (elétrica, eletrônica, hidráulica, funilaria, pintura, tapeçaria, borracharia, geometria, alinhamento, balanceamento e cambagem), para veículos automotores, com fornecimento e substituição de peças, materiais e acessórios novos, todos originais ou genuínos de fábrica das marcas dos veículos pertencentes a prefeitura, através das Secretarias, Fundos e Fundações Municipais, exceto veículos da Polícia Civil e Polícia Militar. Entrega/envelopes: 04/12/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 04/12/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

DECRETO Nº 511 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 - ERRATA

Publicação Nº 1432908

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 511 DE 20 NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 13200 – Transferências de Convênios – União/Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 1.019 – Programa Escola Nova - EF
72 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 220.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Navegantes-SC., 20 de Novembro de 2017.
Emílio Vieira
Prefeito

DECRETO Nº 513 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433334

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50
--	---

DECRETO Nº 513 DE 21 NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 74.250,00 (Setenta e Quatro Mil, Duzentos e Cinquenta Reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 16200 – Transferências de Convênios – Estado - Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
03 – Diretoria de Projetos Educacionais
12.361.0014 – 2.052 – Transporte p/Todos - Estado
118 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 74.250,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.
Prefeitura Municipal de Navegantes-SC., 21 de Novembro de 2017.
Emílio Vieira
Prefeito

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 295/2017 FMS.

Publicação Nº 1433462

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 295/2017 FMS.

CONTRATO Nº 295/2017

CONCORRÊNCIA 26/2017 FMS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Empresa: VINICIUS GOEDERT - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DO BLOCO "A" DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 6ª (SEXTA) ETAPA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 2014TR002723 SES/SC DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, conforme Concorrência nº 26/2017.

Valor Total: R\$ 1.048.043,61* (um milhão e quarenta e oito mil e quarenta e três reais e sessenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 16/11/2017 – 16/04/2018.

RECURSOS: 1.100 4.4.90.00.00.00.00

Navegantes, 16 de novembro de 2017.

PORTARIA 3233/2017 SUBSTITUI SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES, ALTERANDO A PORTARIA 3017/2017

Publicação Nº 1433030

PORTARIA Nº 3233 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUBSTITUI SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES, ALTERANDO PORTARIA 3017/2017.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I SUBSTITUIR secretária da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho dos Servidores, alterando Portaria 3017/2017 conforme segue:

Nova Secretária: SAMARA CLAUDINO ERBS, substituindo Graziela Cristiane Correa.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/2017IPP

Publicação Nº 1433037

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/2017IPP
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
Contratada: Caixa Econômica Federal
Objeto: Contratação de serviço para realização cálculo atuarial

exercício 2017 para o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – NavegantesPrev.

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência: 22/11/2017 a 21/11/2018

Navegantes, 22 de novembro de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

Nova Erechim

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017 - ATA DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1432127

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017

ATA DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO

Aos 20 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, na sala de licitações da prefeitura municipal de Nova Erechim/SC, a pregoeira designada pelo Decreto nº 163/2017, servidora Maria Eduarda Nichetti, procedeu a SUSPENSÃO "SINE DIE" da data de abertura da licitação, marcada para as 09:15 horas do dia 21/11/2017. Tal medida foi tomada em Princípio da supremacia do interesse público em decorrência de impugnações ao citado Edital 38/2017, por intermédio de pedido de esclarecimentos formulado pelas empresas: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Tão logo sejam realizadas as análises necessárias das mencionadas impugnações, será publicada nova data de abertura da licitação. Nada mais havendo digno de registro, a presente ata será publicada no Mural/Painel de Publicações deste Departamento, bem como no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e Site do Município, e o Aviso de Suspensão de Licitação será publicado na mesma forma em que se deu a publicação original.

Maria Eduarda Nichetti
Pregoeira

Publicação Nº 1433596

<div><div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div><div><div><div>siconfi</div><div>TESOURO NACIONAL</div></div></div></div></div></div></div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>Código de Verificação: 959900131000170</div> <div>CNPJ: 959900131000170</div> <div>Exercício: 2017</div> <div>Período de referência: 5º bimestre</div>
--	---

Despesas Orçamentárias	Estatísticas de Despesas Orçamentárias							INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (a)
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	SALDO (g) = DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (h) = DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (i)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
Despesas Orçamentárias								
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	20.075.000,00	22.179.633,18	2.305.738,77	14.892.969,82	7.216.663,36	2.754.867,15	12.539.853,95	0,00
DESPESAS CORRENTES	16.461.148,71	18.429.697,68	2.245.974,62	14.166.752,29	4.262.919,39	2.619.930,00	12.607.585,79	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.267.563,00	8.600.147,79	1.305.974,68	6.669.915,75	1.930.229,04	1.306.838,00	6.669.082,43	1.931.882,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	95.000,00	95.000,00	298,11	2.040,08	92.853,92	298,11	2.040,08	92.853,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.098.585,71	9.734.520,89	938.701,83	7.494.790,46	2.239.736,63	1.342.483,89	6.238.777,00	3.695.749,89
DESPESAS DE CAPITAL	3.598.851,29	3.744.981,97	59.762,15	796.217,53	2.948.743,97	105.573,15	484.540,16	3.260.421,34
INVESTIMENTOS	3.447.788,13	3.603.898,24	55.678,90	775.822,61	2.828.075,73	101.293,90	464.145,24	2.723.930,50
INVERSOES FINANCEIRAS								
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	141.063,16	141.063,16	4.063,25	20.384,92	120.668,24	4.883,25	20.384,92	120.668,24
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00			5.000,00			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)								
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	20.075.000,00	22.179.633,18	2.305.738,77	14.892.969,82	7.216.663,36	2.754.867,15	12.539.853,95	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA (REFINANCIAMENTO) (XI)								
Amortizacão da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
Amortizacão da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.075.000,00	22.179.633,18	2.305.738,77	14.892.969,82	7.216.663,36	2.754.867,15	12.539.853,95	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							1.190.632,98	
TOTAL (XIV) = (XI + XIII)							14.595.078,65	
DE SERVICO DO RPPS								
	20.075.000,00	22.179.633,18	2.305.738,77	14.892.969,82		2.754.867,15	12.539.853,95	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Recitas Intra Orçamentárias	Estados da Receita Intra-Orçamentária					SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Recitas Intra Orçamentárias						
RECITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
RECITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Impostos						
Taxas						
Contribuição de Melhoria						
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Contribuições Sociais						
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico						
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública						
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Recitas Patrimoniais						
Recitas de Valores Mobiliários						
Recita de Concessões e Permissões						
Compensações Financeiras						
Recita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público						
Recita da Cessão de Direitos						
Outras Recitas Patrimoniais						



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (g)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (h)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (h-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ: 95990131000170****Exercício: 2017****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RR-REO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Documento gerado em 21/11/2017 14:32:01

 siconfi <small>Sistema de Informações do Setor Público Brasileiro</small>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 95990131000170
	Exercício: 2017
	Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Item #	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		Execução da Despesa - Item		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f) = (a-f)	SALDO (g) = (a-g)	INCRÍTAIS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE		DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE				
			% (b/f) (a)	% (d/f) (g)	% (b/f) (a)	% (d/f) (g)	% (d/f) (g)				
Habitagão Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Humanos											
Planejamento											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Franquia Comercial											
Comércio Eletrônico											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Transportes											
Administração Geral											
Demais Subfunções											



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	Execução da Despesa - Intra				Execução da Despesa - Intra				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Atividade de Defesa											
Atividade de Defesa											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energias Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Transferências Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ: 95990131000170****Exercício: 2017****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	<R-12>	<R-11>	<R-10>	<R-9>	<R-8>	<R-7>	<R-6>	<R-5>	<R-4>	<R-3>	<R-2>	<R-1>		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.898.989,99	2.601.892,89	1.995.620,37	1.480.871,91	1.759.759,42	1.960.396,90	1.727.477,47	1.172.383,47	1.892.101,75	1.693.969,45	1.615.861,56	1.480.032,30	20.892.229,49	-
Receita Tributária	120.369,03	144.319,29	45.679,36	69.936,97	122.760,78	81.727,47	118.324,61	118.324,61	141.413,78	94.511,43	104.951,29	38.534,21	72.005,44	19.894.800,00
IPTU	3.222,13	4,09	429,48	2547,89	12.863,47	12.863,47	54.863,47	54.863,47	11.497,00	12.029,21	3.279,29	38.534,21	72.005,44	984.000,00
ISS	82.188,39	60.105,22	34.804,87	19.709,39	27.173,35	28.969,30	35.620,34	35.620,34	51.045,44	24.089,99	36.381,78	28.911,42	32.445,10	114.020,15
ITBI	7.501,10	19.148,82	5.694,96	7.500,00	2.180,00	3.066,32	5.130,08	5.130,08	18.302,38	9.089,50	13.200,78	2.099,58	460.050,49	275.000,00
IRRF	24.446,69	64.756,26	0,00	25.161,75	46.767,14	24.695,21	3.543,36	3.543,36	94.851,65	41.986,42	49.795,29	3.793,97	102.480,08	119.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.699,62	1.295,90	4.787,47	4.857,54	35.163,82	12.843,17	17.024,18	17.024,18	5.726,71	5.161,31	2.302,15	2.116,76	330.001,37	261.000,00
Receita de Contribuições	8.451,78	7.795,73	8.260,32	777,94	19.399,14	14.890,77	19.725,93	19.725,93	10.581,57	8.985,15	8.593,88	8.037,64	122.282,54	151.000,00
Receita Patrimonial	10.744,64	24.842,47	24.206,30	22.696,96	27.762,40	24.947,73	28.448,72	28.448,72	23.516,26	23.422,49	22.860,09	16.144,78	265.550,97	417.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	15.748,23	16.003,22	18.549,86	13.644,01	27.011,20	15.864,80	19.717,07	32.298,02	32.298,02	14.896,13	34.160,46	30.072,21	28.812,49	234.000,00
Transferências Correntes	1.724.569,79	2.456.095,67	1.489.090,64	1.370.409,06	1.552.681,99	1.419.865,45	1.534.574,60	1.405.345,58	1.575.939,85	1.423.792,73	1.379.734,32	1.593.392,28	18.947.652,85	17.688.000,00
Cota-Parte do FPM	838.989,98	1.311.545,48	597.723,99	714.986,03	447.982,93	599.743,28	612.245,57	594.116,40	729.019,34	494.280,46	415.030,66	479.395,26	7.698,831,30	7.055.000,00
Cota-Parte do ICMS	529.112,14	560.099,59	610.595,74	397.209,29	759.772,03	591.183,88	541.973,38	598.090,38	566.096,16	579.681,88	634.846,92	598.857,98	6.919.074,37	6.999.000,00
Cota-Parte do IPIA	11.716,25	8.137,01	25.009,44	21.730,37	42.958,75	33.864,46	35.478,02	35.409,20	32.603,62	35.962,27	26.059,93	28.827,76	337.997,08	367.000,00
Cota-Parte do ITR	39,48	12,93	37,57	84,69	45,74	53,45	139,71	179,86	69,62	69,62	141,98	1.639,84	6.315,13	4.000,00
Transferências da LC nº 87/1996	2.684,21	2.064,21	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	2.081,85	24.946,92	28.000,00
Transferências de FUNDEC	8.077,02	8.595,15	7.895,79	8.441,29	6.641,23	6.619,32	7.524,36	7.524,36	7.524,36	8.498,65	7.962,74	8.498,65	19.729,20	101.000,00
Outras Transferências Correntes	126.662,51	399.219,84	103.198,46	93.589,99	162.465,44	131.453,31	128.891,63	132.149,63	123.748,22	127.299,63	134.258,84	137.338,73	1.569.612,07	1.518.000,00
Outras Transferências Correntes	205.486,21	399.219,84	103.198,46	93.589,99	162.465,44	131.453,31	128.891,63	132.149,63	123.748,22	127.299,63	134.258,84	137.338,73	1.569.612,07	1.518.000,00
Outras Transferências Correntes	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	18.125,94	2.301.652,53	1.888.000,00
RENDIM. C&F (II)	276.399,44	329.252,73	240.719,22	220.938,67	251.096,26	254.897,06	239.868,36	239.868,36	235.527,56	204.435,87	232.991,15	212.719,75	2.894.461,36	2.882.800,00
Contrib. do Segurador para o Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras entre Regimes Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEC	278.139,44	329.252,73	240.719,22	220.938,67	251.096,26	254.897,06	239.868,36	239.868,36	235.527,56	204.435,87	232.991,15	212.719,75	2.894.461,36	2.882.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.619.947,55	1.344.901,15	1.354.901,15	1.247.703,34	1.507.662,16	1.325.999,84	1.487.465,12	1.448.583,19	1.448.583,19	1.361.869,81	1.280.452,55	1.280.452,55	17.961.741,13	17.594.000,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ: 95990131000170****Exercício: 2017****Período de referência: 5º bimestre****RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 95990131000170
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)				0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)


Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

Despesas	Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes									
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil									
Aposentadorias									
Pensões									
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar									
Reformas									
Pensões									
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS									
Demais Despesas Previdenciárias									
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)									

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 95990131000170
	Exercício: 2017
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recargas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro					
Recargas	PREVISÃO INICIAL	Execução da Receita			
		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Em Regime de Parcelamento de Débitos					
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)


Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

Despesas	Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
PREVIDÊNCIA (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias									
Pensões									
Outros Benefícios Previdenciários									
Benefícios - Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas									
Pensões									
Outros Benefícios Previdenciários									
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS									
Demais Despesas Previdenciárias									
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XII) = (XI + XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)									

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 95990131000170
	Exercício: 2017
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/Dez/2016 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (I)	32.376,98	16.065,31	11.982,06
DEDUÇÕES (II)	2.431.851,99	4.240.554,07	4.161.114,74
Disponibilidade de Caixa	2.425.584,88	4.238.380,24	4.159.554,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.425.584,88	4.238.380,24	4.159.554,96
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)			
Demais Haveres Financeiros	6.267,11	2.173,83	1.559,78
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)			
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Até o Bimestre (Vlc - Vla)
Resultado Nominal	-	-
VALOR		

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	-60.000,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Receitas Primárias	PREVISÃO ATUALIZADA	Receitas Realizadas	
		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.637.000,00	13.805.244,86	12.283.754,26
Receitas Tributárias	954.000,00	835.438,97	865.324,59
IPTU	98.000,00	110.793,93	97.265,64
ISS	275.000,00	315.759,88	365.421,78
ITBI	119.000,00	76.840,14	86.839,82
IRRF	261.000,00	240.578,62	224.865,04
Outras Receitas Tributárias	201.000,00	91.466,40	90.932,31
Receitas de Contribuições	151.000,00	109.065,03	99.762,09
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	151.000,00	109.065,03	99.762,09
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	417.000,00	229.920,56	283.832,42
(-) Aplicações Financeiras	417.000,00	229.920,56	283.832,42
Transferências Correntes	15.025.200,00	12.469.011,20	11.132.560,37



Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 95990131000170
Exercício: 2017
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Primárias	PREVISÃO ATUALIZADA	Receitas Realizadas	
		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Cota-Parte do FPM	5.659.000,00	4.494.796,15	4.093.723,84
Cota-Parte do ICMS	5.527.000,00	4.644.931,00	4.078.048,68
Cota-Parte do IPVA	318.000,00	254.515,80	241.967,57
Convênios Corrente			
Outras Transferências Correntes	3.521.200,00	3.074.768,25	2.718.820,28
Demais Receitas Correntes	506.800,00	391.729,66	186.107,21
Dívida Ativa	49.000,00	84.164,29	30.913,41
Diversas Receitas Correntes	457.800,00	307.565,37	155.193,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.021.000,00	549.913,23	220.796,48
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	21.000,00	2.542,13	9.685,50
Alienação de Bens (V)	200.000,00	0,00	21.500,00
Transferências de Capital	1.800.000,00	543.484,45	179.602,22
Convênios Capital	1.800.000,00	543.484,45	179.602,22
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital	0,00	3.886,65	10.008,76
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.800.000,00	547.371,10	189.610,98
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.437.000,00	14.352.615,96	12.473.365,24



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Despesas Primárias	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		Execução da Despesa		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017		DESPESAS LIQUIDADAS		Em 2017	Em 2016
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2016	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2016		
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.529.671,68	14.186.752,29	13.377.419,74	12.909.905,51	12.308.500,87	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.600.144,79	6.669.915,75	6.261.173,01	6.669.082,43	6.260.439,69		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	85.000,00	2.046,08	3.670,23	2.046,08	3.670,23		
Outras Despesas Correntes	9.734.526,89	7.494.790,46	7.112.576,50	6.238.777,00	6.044.390,95		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.334.671,68	14.164.706,21	13.373.749,51	12.907.859,43	12.304.830,64	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.744.961,50	796.217,53	2.549.239,57	484.540,16	1.773.060,92	0,00	0,00
Investimentos	3.603.898,34	775.822,61	2.528.920,70	464.145,24	1.752.742,05		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	141.063,16	20.394,92	20.318,87	20.394,92	20.318,87		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.603.898,34	775.822,61	2.528.920,70	464.145,24	1.752.742,05	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.943.570,02	14.940.528,82	15.902.670,21	13.372.004,67	14.057.572,69	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.506.570,02	-587.912,86	-3.429.304,97	980.611,29	-1.584.207,45		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				1.773.140,82			



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	REGISTROS EFETUADOS EM 2017	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Garantias Concedidas			



Siconfi

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)


Despesas de PPP	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>
TOTAL DAS DESPESAS										
PPP A CONTRATAR (II)										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)										
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)										
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)										

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 95990131000170
	Exercício: 2017
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário	Período Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	20.075.000,00
Previsão Atualizada	20.075.000,00
Receitas Realizadas	14.585.078,65
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.773.140,82
DESPESAS	
Dotação Inicial	20.075.000,00
Créditos Adicionais	2.104.633,18
Dotação Atualizada	22.179.633,18
Despesas Empenhadas	14.962.969,82
Despesas Liquidadas	13.394.445,67
Despesas Pagas	12.939.653,95
Superávit Orçamentário	1.190.632,98

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função/Subfunção	Período Até o Bimestre
	-
Despesas por Função/Subfunção	
Despesas Empenhadas	14.962.969,82
Despesas Liquidadas	13.394.445,67

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/10/2017
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	17.993.748,13

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período Até o Bimestre
	-
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal	-60.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário	-884.936,84	980.611,29	-110,81

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 95990131000170

Exercício: 2017

Período de referência: 5º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.460.187,57	25,00	27,50
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.188.086,35	60,00	91,36
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.395.797,49	15,00	19,49

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-	
Total das Despesas/RCL (%)		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ: 95990131000170****Exercício: 2017****Período de referência: 5º bimestre**

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/10/2017
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by CLENICE MARIA TEDESCO DE ZORZE:85219827987
Date: 2017.11.21 15:32:41 BRST
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by MARCIANO MAURO PAGLIARINI:02156332967
Date: 2017.11.21 15:40:28 BRST
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO 331/2017

Publicação Nº 1432954

DECRETO nº 331/2017

Regulamenta a distribuição dos honorários advocatícios previstos no art. 12 da Lei Complementar nº 237, de 09 de abril de 2008, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 30, inciso I da CF; artigo 11, inciso VI, e artigo 94, incisos IX e X, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 12 da Lei Complementar nº 237, de 09 de abril de 2008, que dispõe sobre a distribuição dos honorários advocatícios entre o Procurador Geral do Município, o Procurador Adjunto, o Assessor Jurídico de Gabinete, os servidores lotados na PGM/NT e o Fundo Municipal da Procuradoria Geral do Município - FMPGM/NT.

Art. 2º A distribuição dos honorários advocatícios a que se refere o art. 12, da LCM nº 237/2008 observará as seguintes proporções:

I - Procurador Geral do Município, Procurador Adjunto e Assessor Jurídico de Gabinete, percentual de 70% (setenta por cento);

II - Servidores lotados na PGM/NT, percentual de 10% (dez por cento);

III - Fundo Municipal da Procuradoria Geral do Município - FMPGM/NT, percentual de 20% (vinte por cento).

§ 1º Os valores devidos a título de honorários advocatícios serão depositados ou transferidos diretamente para a conta bancária denominada "PGM/NT Honorários Advocatícios - Geral" e, a partir desta distribuídos para contas específicas, nas seguintes proporções:

I - O percentual previsto no inciso I, do caput deste artigo, será transferido da conta geral para a conta específica denominada "PGM/NT Honorários Advocatícios - Procuradores" e serão igualmente rateados e liberados aos ocupantes dos cargos de Procurador Geral do Município, Procurador Adjunto e Assessor Jurídico de Gabinete, observando-se, quanto ao rateio mensal, o teto fixado pela remuneração auferida pelo Prefeito Municipal, nos termos do art. 12, § 8º da LCM nº 237/2008;

II - O percentual previsto no inciso II, do caput deste artigo, será transferido da conta geral para a conta específica denominada "PGM/NT Honorários Advocatícios - Servidores" e serão igualmente rateados e liberados aos servidores lotados na PGM/NT, observando-se, quanto ao rateio mensal, o limite de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do respectivo cargo;

III - O percentual previsto no inciso III, do caput deste artigo, será transferido da conta geral para a conta específica denominada "PGM/NT Honorários Advocatícios - Fundo", cujos recursos serão empregados:

a) 50% (cinquenta por cento) para aquisição de materiais e equipamentos para a PGM/NT, pagamento de tarifas bancárias, bem como para custeio de despesas com cursos, palestras, simpósios, congressos ou similares aos ocupantes dos cargos de Procurador Geral do Município, Procurador Adjunto e Assessor Jurídico de Gabinete, como forma de estimular o constante desenvolvimento intelectual;

b) 50% (cinquenta por cento) para custeio de honorários sucumbenciais nos processos em que a Fazenda Pública seja sucumbente.

§ 2º O Secretário Municipal de Administração e Finanças encaminhará ao Procurador Geral do Município ou seu substituto legal,

mensalmente, até o dia 16 (dezesesseis), cópia dos extratos de movimentação dos recursos depositados nas contas bancárias especificadas no parágrafo anterior;

§ 3º O pagamento dos honorários advocatícios distribuídos na forma do caput deste artigo ocorrerá na mesma data do pagamento dos servidores públicos municipais, sob a rubrica "Honorários Advocatícios", mediante relação mensal elaborada pelo Procurador Geral do Município, ou seu substituto legal, dirigida ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, contendo o nome e o valor a ser repassado a cada um dos beneficiários.

§ 4º A limitação fixada pela remuneração auferida pelo Prefeito Municipal implicará na retenção dos valores a serem pagos aos respectivos credores no mês em que extrapolar a limitação, hipótese em que se procederá a rolagem do valor excedente para os meses subsequentes, com divisões igualitárias e mensais, sempre respeitando o percentual reservado a cada credor.

§ 5º A distribuição dos honorários advocatícios será comprovada por meio do contracheque geral para pagamento dos servidores emitido pelo Setor de Recursos Humanos, e nele discriminado sob a rubrica "Honorários Advocatícios".

§ 6º As receitas decorrentes da aplicação financeira dos recursos destinados às referidas contas bancárias terão o mesmo destino dos recursos nestas depositados.

§ 7º Os valores relativos a honorários advocatícios fixados judicialmente, mas liquidados na esfera administrativa deverão ser depositados na conta bancária especificada no § 1º deste artigo, recolhidos mediante guia de recolhimento emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do § 10 do art. 12, da LCM nº 237/2008.

Art. 3º No momento em que se realizar o rateio dos honorários advocatícios, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverá promover a retenção do Imposto de Renda incidente na fonte, efetivando seu recolhimento, sob o código de arrecadação próprio, em conformidade com as normas da Receita Federal.

Parágrafo único. Nos prazos e condições fixados pela legislação federal pertinente, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverá fornecer à Secretaria da Receita Federal a "Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRF" e aos beneficiários do rateio o "Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte".

Art. 4º É vedado o recebimento de honorários advocatícios pelos Procuradores e servidores lotados na Procuradoria Geral do Município que não passem pelas contas bancárias especificadas no art. 2º, § 1º, deste Decreto.

Art. 5º Os órgãos judiciais deverão ser informados da existência da legislação de regência, bem como da conta bancária denominada "PGM/NT Honorários Advocatícios - Geral", referida no art. 2º, § 1º, deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 21 de novembro de 2017.

gian francesco voltolini

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume. Cumpra-se.

jucelino marino chini

Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 661/2017

Publicação Nº 1433045

LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 21 DE Novembro DE 2017

Institui o Código Tributário Municipal e dispõe sobre normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III, V e XI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei Complementar regulamenta, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica do Município, o Sistema Tributário Municipal e estabelece com fundamento no Código Tributário Nacional e nas leis complementares que lhes são correlatas, as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

LIVRO I**NORMAS GERAIS TRIBUTÁRIAS****TÍTULO I****LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****Seção I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º No âmbito do Município, a expressão "legislação tributária" compreende as leis, os decretos, os convênios e outras normas administrativas que lhes sejam complementares, que versem sobre os tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Seção II**LEIS E DECRETOS**

Art. 3º Lei tributária municipal é todo ato legal votado e aprovado pela Câmara de Vereadores instituindo, extinguindo ou regulamentando os tributos municipais, complementarmente às normas deste Código Tributário.

§ 1º Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II – a majoração de tributos, ou sua redução;

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal ou acessória;

IV – a definição do sujeito passivo da obrigação principal ou acessória;

V – a fixação da base de cálculo dos tributos suas respectivas alíquotas;

VI – a definição de infrações tributárias e a cominação de penalidades aplicáveis;

VII – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, bem como a redução ou dispensa de penalidades.

§ 2º Traduzirá majoração ou redução de tributo qualquer modificação da sua base de cálculo, salvo quando decorrente da atualização do respectivo valor monetário.

Art. 4º Nenhuma ação ou omissão em matéria tributária será punida como infração se não houver lei anterior que as defina, nem será cominada penalidade que não esteja prevista em lei tributária vigente na data da ocorrência.

Art. 5º A lei tributária poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 6º O conteúdo e o alcance dos atos administrativos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei Complementar.

Seção III**NORMAS COMPLEMENTARES**

Art. 7º Integram complementarmente a legislação tributária:

I – circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e demais atos normativos expedidos pela Fazenda Municipal, quando compatíveis com a legislação tributária;

II – decisões proferidas pelos órgãos singulares ou colegiados de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III – práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV – convênios celebrados pelo Município com a União, Estado e com outros Municípios.

Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

CAPÍTULO II**VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA****Seção I****VIGÊNCIA NO ESPAÇO**

Art. 8º A legislação tributária municipal obrigará em todo o território do Município ou, fora dele, nos limites em que os convênios de que participe lhe reconheçam extraterritorialidade.

Seção II**VIGÊNCIA NO TEMPO**

Art. 9º Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

I – as leis e os decretos, na data de sua publicação;

II – os atos administrativos referidos no inciso I do art. 7º, na data da sua publicação;

III – as decisões a que se refere o inciso II do art. 7º, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;

IV – os convênios a que se refere o inciso IV do art. 7º, na data deles prevista.

Art. 10. As leis ou dispositivos de leis referentes à instituição de tributo, instituição de nova hipótese de incidência ou majoração de tributo, entram em vigor no exercício financeiro seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, observado o prazo de 90 (noventa) dias da data da sua publicação.

Parágrafo único. Não se incluem nas disposições do caput deste artigo, as leis ou dispositivos de leis que extinguem ou reduzem isenções, quando concedidas por prazo certo e em função de determinadas condições, observado o disposto no art. 108 desta Lei Complementar.

Art. 11. Salvo quando se destinar expressamente à vigência temporária, a lei tributária somente será modificada ou revogada, no todo ou em parte, expressa ou implicitamente, por outra lei de igual natureza.

CAPÍTULO III**APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 12. A legislação tributária aplica-se imediatamente após sua vigência, aos fatos geradores futuros e aos pendentes, esses entendidos como aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do art. 26 desta Lei Complementar.

Art. 13. A legislação tributária aplica-se a ato ou fato pretérito:

I – em qualquer caso, quando seja meramente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade por infração dos dispositivos interpretados;

II – tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo em que foi praticado.

Art. 14. É facultado ao Chefe do Poder Executivo deixar de cumprir, no todo ou em parte, legislação tributária manifestamente inconstitucional, devendo, em tal caso, ajuizar a ação ou solicitar o seu ajuizamento com vistas à declaração de inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário.

CAPÍTULO IV

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 15. A interpretação da legislação tributária atenderá o disposto neste Capítulo.

Art. 16. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente e na ordem enunciada:

I – a analogia;

II – os princípios gerais de direito tributário;

III – os princípios gerais de direito público;

IV – a equidade.

§ 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 17. Os princípios gerais de direito privado constituem método ou processo para pesquisa de definição, conteúdo e alcance de seus institutos, conceitos e formas do direito privado a que faça referência àquela legislação, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 18. A legislação tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado ou pela Lei Orgânica do Município, para definir ou limitar a competência tributária municipal.

Art. 19. Será interpretada literalmente a legislação tributária que dispuser sobre:

I – suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II – outorga de isenção;

III – dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 20. A legislação tributária que defina infrações, ou lhe comine penalidades, será interpretada de maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I – à capitulação legal do fato;

II – à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III – à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV – à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

TÍTULO II**OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 21. Obrigação tributária é a relação jurídica que se estabelece entre a Fazenda Pública Municipal e as pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, subordinadas à legislação tributária, ou às quais esta seja aplicável.

Parágrafo único. A obrigação tributária é de natureza pessoal, seu cumprimento esteja assegurado por garantia real.

Art. 22. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objetivo o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária prevista na legislação, que lhe corresponda e seja imputada à pessoa obrigada.

Art. 23. As obrigações tributárias, principais ou acessórias, são aquelas definidas em lei tributária específica que regulamente o tributo, ou instrumentos de administração tributária necessários ao lançamento, controle da arrecadação e fiscalização dos tributos da competência municipal.

CAPÍTULO II**HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA**

Art. 24. Hipótese de incidência da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 25. Hipótese de incidência da obrigação acessória é qualquer

situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 26. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I – tratando-se de estado de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias à produção dos efeitos que normalmente lhe são próprios;

II – tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável, observado o disposto no art. 27 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

Art. 27. Para os efeitos do inciso II do art. 26 desta Lei Complementar e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I – sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II – sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 28. A definição legal da hipótese de incidência é interpretada abstraindo-se:

I – da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II – dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III**SUJEIÇÃO ATIVA**

Art. 29. Sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de Nova Trento, na condição de titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Parágrafo único. Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

CAPÍTULO IV**SUJEIÇÃO PASSIVA****Seção I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 30. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com personalidade jurídica própria ou por ficção legal, que seja obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei municipal.

Art. 31. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 32. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Seção II**SOLIDARIEDADE**

Art. 33. Obrigam-se solidariamente:

I – quem tiver interesse comum no estado de fato ou situação jurídica que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II – quem expressamente for designado pela legislação tributária municipal.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 34. São os seguintes os efeitos da solidariedade:

I – o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos

demaís;

II – a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III – a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

Seção III

CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

Art. 35. A capacidade tributária passiva independe:

I – da capacidade civil das pessoas naturais;

II – de achar-se a pessoa natural sujeita às medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III – de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção IV

DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 36. Salvo eleição pelo contribuinte ou responsável, considera-se domicílio tributário:

I – quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II – quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III – quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições administrativas.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º A Fazenda Pública Municipal, por seus agentes, pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

CAPÍTULO V

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei poderá atribuir a responsabilidade tributária à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Seção II

RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 38. O disposto nesta Seção aplica-se aos créditos tributários constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 39. Sub-rogam-se na pessoa do respectivo adquirente, salvo quando transcrita a prova de quitação no título próprio, os créditos tributários relativos a impostos municipais cuja hipótese de incidência seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 40. São pessoalmente responsáveis:

I – o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II – o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III – o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Parágrafo único. A responsabilidade mencionada nos incisos II e III

deste artigo alcança a atualização monetária e os juros de mora, excluindo as penalidades de caráter pessoal.

Art. 41. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 42. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato:

I – integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II – subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

I – em processo de falência;

II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for:

I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;

II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou

III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.

§ 3º Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

Art. 43. O disposto nesta Seção aplica-se, por igual, aos créditos tributários definitivamente constituídos, ou em curso de constituição, à data dos atos nele referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Seção III

RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 44. Incapaz o contribuinte de responder pelo cumprimento da obrigação principal, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I – os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II – os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III – os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV – o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V – o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII – os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 45. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com

excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
I – as pessoas referidas no artigo anterior;
II – os mandatários, prepostos e empregados;
III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção IV

RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 46. A responsabilidade por infração da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 47. A responsabilidade é pessoal ao agente:

I – quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II – quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III – quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no art. 44 desta Lei Complementar, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 48. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo atualizado e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO III

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 50. As circunstâncias de fato ou de direito que modifiquem, suspendam ou excluam o crédito tributário, sua extensão, seus efeitos, ou as garantias ou privilégios a ele atribuídos, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 51. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nas hipóteses previstas nesta Lei Complementar, fora das quais não podem ser dispensadas a sua efetivação ou as respectivas garantias, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

LANÇAMENTO

Art. 52. Lançamento é o procedimento administrativo destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do sujeito passivo e, sendo o caso, a aplicação da penalidade pecuniária.

Art. 53. O exercício do lançamento é vinculado, obrigatório e privativo da autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 54. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos critérios de apuração da base de cálculo, estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades municipais, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda, exceto, no

último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 55. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo;

II – recurso de ofício;

III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 61 desta Lei Complementar.

Art. 56. A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 57. O lançamento e suas alterações serão comunicados ao sujeito mediante:

I – notificação direta; ou

II – notificação via postal, devendo a respectiva correspondência ser acompanhada de aviso de recebimento; ou

III – notificação via processo eletrônico, devendo a respectiva correspondência ser acompanhada de aviso de recebimento; ou

IV – notificação por edital, publicado no Diário Oficial do Município; ou

V – notificação por edital afixado em local a ser definido em portaria do titular da Fazenda Municipal; ou

VI – notificação por edital, publicado em jornal de circulação local.

§ 1º A notificação de lançamento emitida por processamento eletrônico prescinde da assinatura do contribuinte, sendo obrigatória a identificação da autoridade administrativa responsável pelo lançamento de crédito tributário ou da sua alteração.

§ 2º O contribuinte será notificado do lançamento do crédito tributário por edital quando se encontrar em lugar incerto ou não sabido.

Art. 58. A modificação introduzida, de ofício ou em decorrência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II

LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO

Art. 59. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º As declarações de informações fiscais deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funda, e antes de notificado o lançamento.

§ 3º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Seção III

LANÇAMENTO POR ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO

Art. 60. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Seção IV

LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Art. 61. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando:

I – a lei assim o determine;

II – a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III – a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV – se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V – se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI – se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII – se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII – deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX – se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Seção V

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO

Art. 62. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º É fixado em 05 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação da apuração e do recolhimento do imposto sujeito a essa modalidade de lançamento.

§ 5º Expirado o prazo mencionado no parágrafo anterior sem que a autoridade administrativa se tenha pronunciado, considera-se tacitamente homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 6º Na constatação da ocorrência de dolo, fraude ou simulação, o prazo para a autoridade administrativa constituir o crédito tributário é de 05 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

CAPÍTULO III

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário

I – moratória;

II – o depósito do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos da lei reguladora do processo administrativo tributário;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI – o parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o

cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Seção II

MORATÓRIA

Art. 64. A moratória consiste na concessão de um novo prazo para o pagamento de tributo, sem ônus para o contribuinte.

Parágrafo único. Aplicam-se a moratória, as seguintes normas:

I – deve ser autorizada em lei;

II – só alcança os créditos definitivamente constituídos até a data da lei que a autorizar, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo;

III – não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 65. A moratória pode ser de caráter geral ou individual.

§ 1º São características da moratória em caráter geral:

I – independe de autorização da autoridade administrativa;

II – aplica-se a uma determinada região territorial ou determinada classe ou categoria de sujeitos passivos, na forma da lei que a instituir.

§ 2º A moratória em caráter individual será requerida pelo contribuinte e concedida por despacho da autoridade administrativa competente em requerimento do interessado, na forma da lei que a autorizar.

Art. 66. A concessão de moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, e não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a sua concessão, cobrando-se o crédito tributário:

I – com atualização monetária e juros de mora;

II – com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

III – sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso II deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º No caso do inciso III deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 67. A lei que conceder moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – a prazo de duração do favor;

II – as condições da concessão do favor em caráter individual;

III – sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Seção III

DEPÓSITO DO MONTANTE DEVIDO

Art. 68. O sujeito passivo da obrigação tributária poderá efetuar depósito em dinheiro e no valor total do tributo e seus acessórios:

I – judicial, para suspender a exigibilidade do crédito tributário:

a) em qualquer ação judicial interposta contra a Fazenda Municipal para questionar exigência tributária;

b) nas execuções fiscais movidas pela Fazenda Municipal;

II – administrativo, para afastar a incidência de multas e juros de mora, em processo administrativo tributário de reclamação ou recurso, em caso de indeferimento.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo aplica-se, inclusive, aos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa do Município.

Art. 69. Os depósitos judiciais e administrativos serão efetuados em instituição financeira oficial, mediante instrumento que identifique sua natureza.

Art. 70. Lei municipal instituirá e regulamentará:

I – fundo de reserva destinado ao controle e movimentação dos recursos financeiros nele depositados, provenientes de depósitos

judiciais;

II – fundo de reserva destinado ao controle e movimentação dos recursos financeiros nele depositados, provenientes de depósitos administrativos.

Art. 71. Instituídos os fundos de reserva de que tratam os incisos I e II do art. 70 desta Lei Complementar, a instituição financeira recebedora dos depósitos nela realizados, repassará ao Município a parcela correspondente a 70% (setenta por cento) do valor depositado atualizado.

§ 1º A habilitação do Município ao recebimento dos depósitos judiciais, referidos no caput deste artigo fica condicionada à apresentação ao órgão jurisdicional responsável pelo julgamento dos litígios aos quais se refiram os depósitos, de termo de compromisso firmado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal nos termos da Lei Complementar Federal nº 151, de 05 de agosto 2015.

§ 2º A parcela dos depósitos não repassada nos termos do caput será mantida na instituição financeira recebedora, na conta do respectivo fundo de reserva, com incidência de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

§ 3º Os valores das parcelas dos depósitos na forma do caput serão repassados pela instituição financeira para a correspondente conta municipal independentemente de qualquer formalidade, no prazo fixado na lei que regulamentará o fundo de reserva.

§ 4º Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito administrativo, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o trânsito em julgado da decisão final do respectivo processo judicial ou procedimento administrativo, será: I – devolvido ao depositante pela instituição financeira, no prazo de 03 (três) dias úteis, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída; ou

II – transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Municipal.

§ 5º A instituição financeira responsável pelo recebimento dos depósitos judiciais e administrativos manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 72. Os valores de depósitos judiciais, repassados ao Município na forma do art. 71 desta Lei Complementar, serão aplicados exclusivamente, no pagamento:

I – de precatórios judiciais de qualquer natureza;

II – dívida pública fundada, caso a lei orçamentária preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício e não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores;

III – despesas de capital, caso a lei orçamentária preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício, não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores e o Município não conte com compromissos classificados como dívida pública fundada;

IV – recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos de previdência referentes aos regimes próprios do Município, nas mesmas hipóteses do inciso III deste artigo.

Parágrafo único. Independentemente das prioridades de pagamento estabelecidas no caput deste artigo, poderá o Município utilizar até 10% (dez por cento) da parcela que lhe for transferida nos termos do caput do art. 71 desta Lei Complementar para constituição de Fundo Garantidor de PPPs ou de outros mecanismos de garantia previstos em lei, dedicados exclusivamente a investimentos de infraestrutura.

Art. 73. Nas ações judiciais considera-se suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito em instituição bancária autorizada.

§ 1º O depósito somente poderá ser efetuado em moeda corrente do país.

§ 2º O sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificará qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário

quando este for exigido em prestações cobertas pelo depósito.

§ 3º A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade de outros créditos referentes ao mesmo ou de outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Seção IV

RECLAMAÇÕES E RECURSOS

Art. 74. O sujeito passivo de obrigação tributária tem o direito de insurgir-se contra o lançamento de tributo, ou, a penalidade aplicada, apresentando formalmente sua defesa junto ao órgão competente, utilizando-se do processo administrativo tributário, para: I – reclamar, em primeira instância, contra a exigência tributária; II – recorrer, em segunda instância, contra decisão de primeira instância.

§ 1º A reclamação suspende a exigibilidade do crédito tributário quando o processo administrativo tenha sido protocolado no prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento do auto de infração ou da notificação do lançamento.

§ 2º O recurso administrativo suspende a exigibilidade do crédito tributário quando protocolado até 30 (trinta) dias da data da intimação para o cumprimento da decisão de primeira instância administrativa.

§ 3º O titular do órgão fazendário poderá recorrer de ofício, da decisão de primeira instância quando esta for contrária aos interesses da Fazenda Municipal.

Art. 75. A reclamação e o recurso suspendem a exigibilidade do crédito tributário até a última data fixada para o cumprimento da decisão final.

Art. 76. O processo administrativo tributário será regulamentado em lei específica que estabelecerá normas de organização e funcionamento do contencioso tributário no âmbito do Município.

Seção V

PARCELAMENTO

Art. 77. O parcelamento de crédito tributário será concedido na forma e condições estabelecidas em lei específica.

§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas moratórias, devidos até a data da sua formalização.

§ 2º Aplicam-se, subsidiariamente ao parcelamento, as disposições desta Lei Complementar, relativas à moratória.

§ 3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§ 4º A inexistência da lei específica a que se refere o § 3º deste artigo importa na aplicação, ao devedor em recuperação judicial, das leis gerais de parcelamento do Município não podendo o prazo de parcelamento, neste caso, ser inferior ao concedido em lei federal que regule a matéria.

§ 5º Em nenhuma hipótese, a lei específica poderá excluir a incidência de atualização monetária, bem como honorários advocatícios, custas e despesas processuais, decorrentes de processos judiciais que discutem o crédito tributário.

Art. 78. O parcelamento de créditos fiscais aplica-se tanto para créditos já constituídos como para créditos não constituídos.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo são considerados não constituídos os créditos tributários:

I – declarados pelo sujeito passivo nos termos do art. 59 desta Lei Complementar;

II – sujeitos ao lançamento de ofício nos termos do art. 61 desta Lei Complementar.

§ 2º O ato de formalização do parcelamento supre a necessidade do lançamento e considera-se constituído, para todos os efeitos, o crédito tributário o qual, poderá ser revisto na constatação de quaisquer das hipóteses mencionadas nos incisos II a IX, do art. 61 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO IV

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 79. Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;
II – a compensação;
III – a transação;
IV – a remissão;
V – a prescrição e a decadência;
VI – a conversão de depósito em renda;
VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 62 e seus §§ 1º e 4º desta Lei Complementar;
VIII – a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 106 desta Lei Complementar;
IX – a decisão administrativa irrecorrível, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
X – a decisão judicial transitada em julgado;
XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

§ 1º A extinção total ou parcial do crédito tributário não impede a posterior verificação da exatidão de sua constituição, nos termos do disposto nos artigos 54 e 61 desta Lei Complementar.

§ 2º A extinção total ou parcial do crédito tributário mediante compensação, transação ou dação em pagamento, de créditos ajuizados, somente serão processados pela autoridade competente após a quitação prévia de eventuais custas e despesas judiciais antecipadas pelo município, atualizadas monetariamente até a data do efetivo pagamento, bem como dos honorários advocatícios fixados judicialmente.

§ 3º Concluído o procedimento previsto no parágrafo anterior, os autos serão remetidos à Procuradoria Municipal, para as providências cabíveis.

Seção II

PAGAMENTO

Art. 80. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial, das prestações em que se decompõe;
II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 81. O pagamento deverá ser efetuado em estabelecimento bancário credenciado pelo Município.

§ 1º O credenciamento será feito pelo Chefe do Poder Executivo, mediante delegação do encargo da cobrança do tributo a estabelecimentos bancários sediados no Município.

§ 2º Excepcionalmente, na impossibilidade do pagamento ser efetuado em estabelecimento bancário, o Chefe do Poder Executivo poderá autorizar o pagamento junto à repartição arrecadadora do Município, desde que fiquem assegurados, pela autenticação do documento, os requisitos essenciais à fixação de responsabilidade.

Art. 82. O pagamento será efetuado em moeda corrente ou cheque.

Parágrafo único. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

Art. 83. Quando a legislação tributária não fixar o prazo para o pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias da data da notificação do lançamento ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A lei reguladora do tributo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento do crédito tributário, nas condições nela previstas.

Art. 84. O prazo para pagamento dos créditos tributários constituídos mediante ação fiscal é de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pelo sujeito passivo, da notificação do lançamento ou do auto de infração.

Art. 85. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento será atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa moratória aplicados a partir da data do vencimento até a data do pagamento, ou da sua inscrição na dívida ativa.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo considera-se crédito tributário, o montante apurado, constante da notificação de lançamento ou auto de infração, quando o lançamento decorrer de procedimento de fiscalização.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Art. 86. O pagamento de créditos tributários vencidos em dias não úteis ficam prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 87. Existindo, simultaneamente, dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras na ordem a seguir enumeradas:

I – em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e, em segundo, aos decorrentes de responsabilidade tributária;
II – primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas, e, por fim, aos impostos;
III – na ordem crescente dos prazos de prescrição;
IV – na ordem decrescente dos montantes.

Subseção Única

Pagamento Indevido

Art. 88. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial de tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 89. A restituição de tributos que comporte, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 90. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos seus acréscimos de correção monetária, e, se o pagamento fora feito com atraso, dos juros e multa moratória, salvo as multas referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, os valores dos acréscimos serão apurados com base nos índices fixados nesta Lei Complementar para o cálculo da atualização monetária, multa e juros de mora.

§ 2º A restituição ou o ressarcimento de tributos ficam condicionados à verificação da quitação de impostos e créditos tributários devidos pelo sujeito passivo.

§ 3º A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir da data do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 91. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II, do art. 88 desta Lei Complementar, da data da extinção do crédito tributário;
II – na hipótese do inciso III do art. 88 desta Lei Complementar, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 92. Prescreve em 02 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo ajuizamento da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da citação válida do representante da Fazenda Municipal.

Art. 93. A restituição será autorizada pelo titular do órgão fazendário, em processo regular, iniciado pelo contribuinte interessado.

Parágrafo único. Quando se tratar de tributos e multas ilegalmente arrecadadas por motivo de erro regularmente apurado, cometido

pelo Fisco ou pelo sujeito passivo, a restituição será feita de ofício, por determinação do titular do órgão fazendário, em representação devidamente processada.

Seção III COMPENSAÇÃO

Art. 94. O titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

§ 1º O sujeito passivo que apurar crédito de tributos municipais, inclusive decorrente de trânsito em julgado de decisão judicial, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a impostos e contribuições administrados pela Fazenda Municipal.

§ 2º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, será apurado o seu exato montante, não podendo, porém, ser cominada redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 3º A compensação de que trata o caput deste artigo será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos a serem compensados.

§ 4º A compensação declarada extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

§ 5º Constatada pela autoridade administrativa a existência de débitos em nome do sujeito passivo, será realizada a compensação, total ou parcial, do valor da restituição ou do ressarcimento com o valor do débito.

§ 6º A compensação será sempre deferida em processo regular, observadas as seguintes condições:

I – a compensação pode se referir ao valor total ou ao valor parcial do crédito tributário regularmente constituído;

II – não constitui impedimento à compensação o fato de a obrigação tributária ter origem em responsabilidade solidária;

III – não constitui impedimento à compensação o fato de estar o crédito fiscal inscrito em dívida ativa;

IV – os créditos relativos a precatórios podem ser utilizados para compensação de créditos tributários desde que respeitada a ordem cronológica dos precatórios apresentados;

V – é admitida compensação em casos de cessão de créditos.

Art. 95. O pedido de compensação iniciado pelo contribuinte devedor não assegura sua efetivação, assim como não suspende a exigibilidade do crédito, nem interrompe a fluência dos acréscimos legais previstos na legislação aplicável.

§ 1º Iniciam o processo de compensação tanto o contribuinte devedor quanto a Fazenda Municipal.

§ 2º A lavratura do termo de compensação implica extinção do crédito tributário compensado.

§ 3º São de responsabilidade do sujeito passivo da obrigação tributária eventuais custas judiciais devidas nos processos ajuizados referentes a créditos tributários objeto de pedido de compensação.

Art. 96. Não será permitida a compensação de créditos tributários mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Seção IV TRANSAÇÃO

Art. 97. O Poder Executivo Municipal poderá autorizar a celebração de transação com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses da Fazenda Municipal, prevenir ou terminar litígio, judicial ou administrativo, visando a extinção do crédito tributário, mediante o pagamento da contraprestação ajustada.

Art. 98. Na realização da transação, o Município será representado pelo titular da Procuradoria Municipal, com poderes para transacionar, sempre mediante justificativa fundamentada, quando:

I – o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;

II – a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;

III – ocorrer erro ou ignorância escusável do sujeito passivo quanto à matéria de fato;

IV – ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público;

V – a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

Seção V REMISSÃO

Art. 99. A lei municipal pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I – à situação econômica do sujeito passivo;

II – ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III – à diminuta importância do crédito tributário;

IV – a considerações de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V – a condições peculiares à determinada região do Município.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 66 desta Lei Complementar.

Seção VI DECADÊNCIA

Art. 100. O direito da Fazenda Pública Municipal em constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos, contados:

I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II – da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Seção VII PRESCRIÇÃO

Art. 101. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial ou extrajudicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

V – pelo protesto extrajudicial da certidão de dívida ativa.

Seção VIII DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 102. A dação em pagamento de bem imóvel é admitida como forma de extinção de crédito tributário municipal se atendida uma das seguintes condições:

I – houver interesse público, devidamente justificado, na recepção do imóvel oferecido em dação em pagamento para a sua integração ao patrimônio do Município;

II – ser de fácil alienação o imóvel se este não interessar à incorporação ao patrimônio público.

§ 1º Aceito o imóvel para fins de alienação, esta dar-se-á por meio de procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão, observadas as demais formalidades estabelecidas na legislação aplicável.

§ 2º Compete à autoridade administrativa competente, ouvido o Prefeito Municipal, no caso previsto no inciso I deste artigo, aceitar ou recusar a dação em pagamento.

§ 3º Para comprovar que o imóvel dado em pagamento é de fácil alienação, a Administração se valerá de consulta a, no mínimo, 03 (três) profissionais do mercado imobiliário, regularmente habilitados, custeada pelo contribuinte devedor.

Art. 103. Satisfeita uma das condições previstas no artigo anterior, a extinção de crédito tributário pela dação em pagamento deve observar os seguintes procedimentos:

I – comprovação, por meio de certidões, da titularidade da propriedade imobiliária e da desoneração de ônus, embargos e obrigações referentes ao imóvel dado em pagamento;

II – avaliação prévia do imóvel por avaliador ou instituição oficial, ratificada por comissão de servidores do quadro de pessoal do Município.

§ 1º Protocolado o pedido de dação em pagamento e manifestado o interesse no recebimento do imóvel, suspender-se-á os procedimentos de execução do crédito tributário, cabendo à Procuradoria Municipal as providências relativas ao registro do instrumento da dação em pagamento junto ao cartório competente, custeado pelo contribuinte.

§ 2º Se no curso do processo o contribuinte der motivo para a inexecução da obrigação, o crédito será integralmente restabelecido.

§ 3º A extinção do crédito só se dará com a averbação da dação em pagamento junto ao registro imobiliário.

Art. 104. Será admitida a dação em pagamento de bens móveis, em caráter excepcional, nos casos específicos de Contribuição de Melhoria em que se admita o pagamento parcial ou total da parcela do custo que caiba aos contribuintes, em bens móveis que especificar.

Seção IX

CONVERSÃO DEPÓSITO EM RENDA

Art. 105. A conversão do depósito em renda extingue o crédito tributário, desde que efetuado nos termos desta Lei Complementar. Parágrafo único. Na conversão do depósito em renda, o saldo apurado será exigido ou restituído da seguinte forma:

I – exigido mediante notificação ao sujeito passivo, quando favorável a Fazenda Municipal;

II – restituído ao sujeito passivo, observadas as disposições estabelecidas para restituição de indébito, previstas nesta Lei Complementar.

Seção X

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 106. Admitir-se-á a consignação judicial em pagamento nos seguintes casos:

I – recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III – de exigência, por outro Município, de igual tributo sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º Somente se aceitará o pagamento na forma prevista por este artigo, se a consignação versar, exclusivamente, sobre o crédito que o sujeito passivo se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a ação de consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada será convertida em renda.

§ 3º Julgada improcedente a ação de consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido dos juros de mora e das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO V

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Excluem a exigibilidade do crédito tributário:

I – a isenção;

II – a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensará o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito tenha sido excluído, ou dela consequente.

Seção II

ISENÇÃO

Art. 108. Isenção é a dispensa legal do pagamento do tributo devido.

§ 1º A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

§ 2º A isenção pode ser restrita a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

§ 3º A isenção pode ser concedida em caráter geral e individual.

§ 4º A isenção concedida em caráter individual será declarada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa competente, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§ 5º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, a isenção será renovada antes da expiração de cada período, cessando automaticamente a isenção a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a sua renovação.

§ 6º Não se concederá isenção do pagamento de tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

§ 7º A isenção somente produzirá efeito a partir do despacho mencionado no § 4º deste artigo.

§ 8º O despacho referido no § 4º deste artigo não gera direito adquirido.

§ 9º A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

§ 10 A revogação de isenção ou a modificação de critérios que a tornem mais oneroso para o contribuinte produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que tenha sido publicada a lei que a revogou ou a tornou mais onerosa sob o ponto de vista fiscal.

Seção III

ANISTIA

Art. 109. A anistia é o perdão do crédito tributário decorrente de multas por infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I – aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo, ou por terceiro, em benefício daquele;

II – às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 110. A anistia pode ser concedida:

I – em caráter geral;

II – limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias de pequeno valor, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 111. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Prefeito Municipal, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido no caput deste artigo não gera direito adquirido.

CAPÍTULO VI

RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 112. A lei que conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve:

I – estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes;

II – atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias no que diz respeito às previsões de receita;

III – atender a pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

b) indicar as medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração de tributo ou contribuição.

§ 1º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou do benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida na alínea “b”, inciso III, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas na mencionada alínea.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito de valor antieconômico, assim considerado o montante devido quando seja inferior aos respectivos custos de controle, administração e cobrança.

Art. 113. A renúncia, no âmbito do Município, compreende remissão, anistia, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

CAPÍTULO VII

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114. As garantias atribuídas ao crédito tributário neste Capítulo não excluem outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste, nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 115. Sem prejuízo dos privilégios especiais previstos em lei, sobre determinados bens, responde pelo pagamento do crédito tributário, a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 116. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Municipal, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

Art. 117. Na hipótese do devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

Seção II

PREFERÊNCIAS

Art. 118. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos

decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

I – o crédito tributário não prefere aos créditos extra concursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e

III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art. 119. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I – União;

II – Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pro rata;

III – Municípios, conjuntamente e pro rata.

Art. 120. São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acréscimos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Municipal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 121. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do art. 120.

Art. 122. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 123. A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Art. 124. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos artigos 63, 149 e 152 desta Lei Complementar.

Art. 125. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova de quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 126. Salvo quando expressamente autorizado por lei, o Poder Executivo Municipal, ou qualquer autarquia, não celebrará contrato ou aceitará proposta em processos licitatórios, sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal.

TÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

FISCALIZAÇÃO

Art. 127. A aplicação da legislação tributária municipal será fiscalizada, privativamente, por autoridade administrativa competente.

Parágrafo único. Para o fim do disposto neste artigo, são considerados competentes para o exercício da atividade fiscal os servidores ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos e Auditor Fiscal.

Art. 128. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei Complementar, regulará, em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Parágrafo único. A legislação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Art. 129. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação

quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos prestadores de serviços, comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 130. Os agentes fiscais terão acesso às dependências internas do estabelecimento, mediante a apresentação de sua identidade funcional aos encarregados diretos presentes no local.

Art. 131. O agente fiscal que proceder ou presidir quaisquer diligências de fiscalização lavrará o termo de início do procedimento, no qual constará o prazo máximo para a sua conclusão.

Parágrafo único. No final da fiscalização será lavrado pelo agente que realizar o procedimento o termo de encerramento nele constando, obrigatoriamente, os tributos e os respectivos períodos fiscalizados, a relação dos livros e documentos examinados, relatório circunstanciado das irregularidades encontradas e a assinatura do agente fiscal, entregando-se ao fiscalizado cópia do respectivo termo.

Art. 132. Na determinação do prazo entre o início e a conclusão da fiscalização levar-se-á em consideração, dentre outras, o período da fiscalização, as atividades econômicas e os tributos envolvidos.

Parágrafo único. O prazo fixado nos termos deste artigo poderá ser prorrogado desde que o agente fiscal faça prova, perante a Fazenda Municipal, da necessidade da sua dilatação.

Art. 133. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar aos agentes fiscais todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II – os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- III – as empresas de administração de bens;
- IV – os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V – os inventariantes;
- VI – os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII – os contadores;

VIII – quaisquer outras entidades ou pessoas que em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, tenha conhecimento de atos ou fatos relacionados com fatos geradores de obrigações tributárias de terceiros.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 134. Além da competência para intimar, notificar, representar, autuar e apreender bens, livros e documentos poderá a Fazenda Municipal, por seus agentes, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários:

- I – exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;
- II – fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas à obrigação tributária, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributária;
- III – exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV – notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições fazendárias;
- V – requisitar o auxílio de força pública, estadual ou federal, quando forem os agentes vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessária a efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 135. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal

ou de seus servidores, de informações obtidas em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 136, os seguintes:

- I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I – representações fiscais para fins penais;
- II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- III – parcelamento ou moratória.

Art. 136. A Fazenda Municipal poderá mediante convênio geral ou específico, com as Fazendas Federal ou Estadual, prestar mutua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações.

CAPÍTULO II DÍVIDA ATIVA

Art. 137. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita no órgão competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1º A atualização monetária e a fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º Compete à Procuradoria Municipal a execução judicial da dívida ativa.

Art. 138. No interesse da Fazenda Municipal é facultado ao órgão responsável pela administração e controle da dívida ativa, intentar a cobrança amigável do crédito tributário nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua inscrição, findo esse prazo será expedida, pelo referido órgão, a competente certidão, para fins de cobrança judicial.

Art. 139. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- I – o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
- II – a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
- III – a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
- IV – a data em que foi inscrita;
- V – sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 140. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de anulabilidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a omissão poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 141. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Art. 142. A presunção a que se refere o artigo anterior é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a quem aproveite.

Art. 143. Serão cancelados por despacho do Chefe do Poder Executivo, os créditos fiscais inscritos em dívida ativa:

I – quando legalmente prescritos;

II – referentes a contribuintes que tenham falecido sem deixar bens que expressem valor.

Parágrafo único. O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento da pessoa interessada, desde que fique comprovada, em processo regular, a prescrição ou a morte do devedor e a inexistência de bens.

Art. 144. A cobrança da dívida ativa, no âmbito do judiciário, será feita segundo as normas processuais aplicáveis.

Parágrafo único. Sendo amigável, a cobrança da dívida ativa será efetuada segundo as regras previstas nesta Lei Complementar para o pagamento dos créditos tributários em geral.

Art. 145. Para os créditos tributários inscritos em dívida ativa, considerados de valor antieconômico não serão emitidas as certidões de dívida ativa para fins de execução fiscal.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, considera-se antieconômico o valor resultante da soma de todos os créditos tributários em nome do mesmo contribuinte, cujo montante, não prescrito, seja menor ou igual ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 146. A dívida ativa ajuizada poderá ser paga administrativamente mediante a comprovação do pagamento da sucumbência e das eventuais custas e despesas processuais.

Art. 147. Emitida a certidão de inscrição do crédito tributário na dívida ativa, cessa a competência da Fazenda Municipal para agir ou decidir quanto a ele, transferindo-se tais atribuições à Procuradoria Municipal.

Art. 148. São vedadas a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da dívida ativa.

Parágrafo único. Incurrirá em responsabilidade funcional e na obrigação de responder pela integralização do pagamento, aquele que autorizar ou fazer a concessão proibida neste artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

CAPÍTULO III

DA SITUAÇÃO FISCAL DOS CONTRIBUINTES MUNICIPAIS

Seção I

CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 149. A prova de quitação do tributo municipal, quando exigida, será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação do sujeito passivo e do seu domicílio tributário e o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. O requerimento formulado junto ao setor administrativo competente e que objetive o fornecimento da certidão negativa de débitos tributários deverá conter:

I – o nome e o endereço do contribuinte;

II – o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF), se pessoa física;

III – o número do registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), no caso de contribuinte pessoa jurídica;

IV – o número da inscrição do Cadastro Fiscal do Município;

V – o(s) número(s) da(s) inscrição(ões) imobiliária(s), quando a certidão referir a situação fiscal de imóvel.

Seção II

CERTIDÃO POSITIVA

Art. 150. A certidão positiva de débito deverá ser expedida quando seja constatada a existência de crédito tributário regularmente constituído e exigível na data da sua expedição, salvo quando amparado pelo instituto da suspensão, nas hipóteses previstas no art. 63 desta Lei Complementar.

Art. 151. Será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade do direito, respondendo, porém, os participantes no ato, pelo tributo devido e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade recai exclusivamente na pessoa do infrator.

Seção III

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA

Art. 152. Tem os mesmos efeitos previstos no art. 149 desta Lei Complementar a certidão de que constar a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos do art. 63 desta Lei Complementar.

Seção IV

DISPOSIÇÕES FINAIS ACERCA DA SITUAÇÃO FISCAL DOS CONTRIBUINTES

Art. 153. As certidões negativa e positiva com efeitos de negativa, serão válidas pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos para o fim a que se destinar, terá efeito liberatório quanto aos tributos que mencionar, salvo o referente a créditos tributários que venham a ser posteriormente apurados, ressalva essa, que deverá constar da própria certidão, ou quando emitida na forma a que se refere o artigo seguinte.

Art. 154. A certidão expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza o servidor que a expedir, pelo crédito tributário e penalidades aplicáveis, sem exclusão da responsabilidade funcional e criminal que no caso couber.

Art. 155. O prazo para o fornecimento das certidões referidas neste Capítulo é de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data do protocolo do pedido.

CAPÍTULO IV

CADASTRO FISCAL

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 156. O Cadastro Fiscal mantido pela Prefeitura Municipal para fins tributários é composto dos seguintes subcadastros:

I – Cadastro Imobiliário Fiscal;

II – Cadastro Mobiliário Fiscal.

Parágrafo único. A Fazenda Municipal poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastramento de contribuinte, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais, notadamente os relativos à taxa de licença para publicidade, e a Contribuição de Melhoria.

Art. 157. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União e com o Estado, visando o compartilhamento de dados e informações cadastrais disponíveis, para a atualização dos respectivos registros.

Seção II

CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

Subseção I

Finalidade

Art. 158. O Cadastro Imobiliário Fiscal tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais localizadas na zona urbana do Município, bem como dos sujeitos passivos das obrigações tributárias que as gravam com o objetivo de:

I – identificar a ocorrência de fatos geradores de tributos municipais em razão da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel;

II – identificar os sujeitos passivos de obrigações tributárias, principal ou acessórias;

III – calcular e determinar do montante dos tributos devidos;

IV – efetuar o lançamento dos tributos devidos na forma da lei.

§ 1º Para fins de registro das propriedades no Cadastro Imobiliário Fiscal considera-se zona urbana aquela definida em lei municipal.

§ 2º Sujeitam-se também à inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal os imóveis:

I – localizados em áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana;

II – constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes;

III – destinados à habitação, à indústria, ao comércio ou prestação de serviços;

IV – utilizados como sítio de recreio.

V – localizados na zona urbana ainda que utilizados na exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

§ 3º A isenção, a imunidade e a não incidência de imposto sobre o imóvel não desobriga o sujeito passivo do registro e da atualização

dos dados no Cadastro Imobiliário Fiscal.

Subseção II

Inscrição e Atualização dos Dados no Cadastro Imobiliário Fiscal

Art. 159. A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário Fiscal será efetuada nos prazos e condições estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário Fiscal será promovida:

I – pelo proprietário, titular do domínio útil, ou possuidor a qualquer título, ou seu representante legal;

II – por qualquer dos condôminos;

III – pelo compromissado comprador;

IV – de ofício, em se tratando de propriedade de entidade de direito público, ou quando a inscrição não for feita no prazo e na forma prevista neste na legislação tributária.

Art. 160. É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para:

I – promover a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, contados da data aquisição, a qualquer título, do registro da escritura pública ou da assinatura do documento que formalizou a aquisição;

II – comunicar qualquer alteração em relação ao imóvel, contados da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, e, nos casos de mudança de endereço do contribuinte ou do responsável tributário.

§ 1º É válido, para os fins deste artigo, o requerimento de habite-se, devendo o processo, em tal caso, ser encaminhado ao órgão fazendário, para registro da alteração dos dados do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal.

§ 2º A autoridade fazendária poderá, a qualquer tempo, solicitar informações para a atualização do Cadastro Imobiliário Fiscal, administrado pelo órgão fazendário.

Art. 161. Em caso de litígio sobre o domínio da propriedade, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o órgão judicial em que tramita a ação.

Art. 162. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, até o mês de novembro de cada ano, ao órgão fazendário, relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, mencionando o nome e o endereço do comprador, os números de quadra e do lote, as dimensões destes e o valor do contrato de compra e venda ou promessa de compra e venda.

Art. 163. No Cadastro Imobiliário Fiscal constará o valor venal atribuído à propriedade na forma da Lei.

Art. 164. As obrigações acessórias relativas à inscrição, alteração e baixa no registro dos imóveis no Cadastro Imobiliário Fiscal do Município serão regulamentadas em lei específica que regulamente o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU no âmbito do Município.

Seção III

CADASTRO MOBILIÁRIO FISCAL

Subseção I

Finalidades

Art. 165. O Cadastro Mobiliário Fiscal tem por fim o registro das pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo que exerçam atividades comerciais, industriais ou prestadoras de serviço no Município, bem como as sociedades, instituições e associações de qualquer natureza.

Subseção II

Inscrição e Atualização do Cadastro Mobiliário Fiscal

Art. 166. As pessoas físicas ou jurídicas mencionadas no art. 165 são obrigadas a inscrever-se no Cadastro Mobiliário Fiscal com os dados, informações e esclarecimentos necessários à correta identificação.

Parágrafo único. Incluem-se na obrigação de que trata este artigo os estabelecimentos federais, estaduais e municipais, inclusive suas autarquias e fundações, as sedes dos partidos políticos, as embaixadas diplomáticas, os organismos internacionais reconhecidos pelo governo brasileiro e os templos religiosos.

Art. 167. A obrigatoriedade estabelecida no art. 166 é extensiva às:

I – pessoas físicas ou jurídicas que praticam o comércio ambulante;
II – pessoas jurídicas que explorem publicidade no Município, ainda que sediadas em outros municípios;

III – pessoas físicas ou jurídicas que sejam responsáveis tributários em relação aos tributos municipais.

Parágrafo único. Considera-se comércio ambulante:

I – o eventualmente realizado em determinadas épocas, notadamente as de festejos populares e as exercidas na temporada de verão;

II – o realizado em instalações de caráter provisório;

III – o realizado individualmente e de qualquer natureza, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Art. 168. A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, precederá o início da atividade.

§ 1º A inscrição será intransferível e obrigatoriamente atualizada sempre que ocorrer qualquer modificação nos dados do estabelecimento constante do registro no Cadastro Mobiliário Fiscal.

§ 2º O cancelamento de inscrição, por transferência, venda, fechamento ou baixa do estabelecimento será requerido ao órgão fazendário, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência.

Art. 169. Feita a inscrição ou atualização dos dados cadastrais, após o pagamento dos tributos devidos, será fornecido pela Fazenda Municipal o Cartão de Inscrição do qual constarão os dados necessários para a identificação da pessoa física ou jurídica.

Art. 170. Constituem estabelecimentos distintos, para fins de inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal:

I – os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de atividades, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos;

II – os que, embora no mesmo local, ainda que com o mesmo ramo de atividades, pertençam a diferentes firmas ou sociedades.

Parágrafo único. Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos, com comunicação interna, ou os vários pavimentos de um imóvel.

Art. 171. As obrigações acessórias relativas à inscrição, alteração, suspensão de funcionamento e baixa de registro dos estabelecimentos no Município serão regulamentadas em lei.

Art. 172. A inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal será promovida pelo contribuinte ou responsável antes do início da atividade.

LIVRO II

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

PARTE GERAL

TÍTULO I

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 173. A atribuição constitucional da competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e nas leis complementares que regulamentam matéria tributária, observado ainda, o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 174. A competência tributária do Município é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

§ 1º Mediante convênio aprovado pela Câmara de Vereadores, o Município poderá delegar, ao Estado ou à União, atribuições de administração tributária, e coordenar ou unificar serviços de fiscalização e arrecadação de tributos.

§ 2º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município.

§ 3º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Município.

§ 4º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO II

LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**Seção I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 175. É vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributos sem lei;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os instituiu ou aumentou;

b) no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data de publicação da lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea “b” e no § 1º deste artigo;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, dos órgãos da administração direta, autarquias e fundações, do Estado e da União, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo;

b) templos de qualquer culto, observado o disposto no § 4º deste artigo;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

VII – Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

§ 1º A vedação do inciso III, alínea “c”, não se aplica à fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

§ 2º A vedação do inciso VI, alínea “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º As vedações do inciso VI, alínea “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A vedação do inciso VII não se aplica a bem imóvel cujo uso não atenda a sua função social, nos termos do art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal, bem como o art. 4º, inciso IV, e art. 7º, ambos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Seção II**DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

Art. 176. O disposto no art. 175, inciso VI, alíneas “a”, “b” e “c”, não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 177. O disposto no art. 175, inciso VI, alínea “a” não se aplica aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo Município, no que se refere aos tributos de sua competência.

Art. 178. O disposto no art. 175, inciso VI, alínea “c” é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 4º do art. 175, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere o art. 175, inciso VI, alínea “c” são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

TÍTULO II**TRIBUTOS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO MUNICÍPIO****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 179. Compete privativamente ao Município instituir e cobrar os seguintes tributos:

I – impostos sobre:

a) a propriedade predial e territorial urbana;

b) a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

c) serviços de qualquer natureza compreendidos na lista de serviços fixada no art. 195 desta Lei Complementar;

II – taxas pelo exercício do poder de polícia;

III – taxas pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis;

IV – contribuição melhoria;

V – contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

Art. 180. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 181. A natureza jurídica específica de cada tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 182. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Parágrafo único. Os impostos componentes do Sistema Tributário Municipal são exclusivamente os que constam deste Código, com as limitações constantes da legislação tributária.

Art. 183. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 184. Contribuição de Melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização

imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 185. A contribuição para custeio do serviço de iluminação pública é o tributo instituído para fazer frente às despesas com a iluminação pública, a instalação, manutenção e expansão das respectivas redes no Município.

CAPÍTULO II

IMPOSTOS

Seção I

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Art. 186. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º Para fins de incidência do imposto de que trata esta Seção são consideradas urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 187. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) não incide sobre o imóvel localizado na zona urbana comprovadamente utilizado na exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao imóvel no qual a eventual produção não se destine ao comércio.

Art. 188. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

§ 1º O valor venal do imóvel é o constante do Cadastro Imobiliário Fiscal e no seu cálculo será considerado o valor do terreno e, sendo o caso, cumulativamente o valor da edificação, levando-se em conta:

I – a área da propriedade territorial;

II – a área construída da propriedade;

III – o valor básico do metro quadrado do terreno no Município;

IV – o valor básico do metro quadrado da construção;

V – os coeficientes de valorização ou desvalorização do imóvel, a serem fixados em lei municipal.

§ 2º O valor básico do metro quadrado do terreno será o fixado em planta de valores genéricos, aprovada em lei, ou, o valor declarado pelo contribuinte, quando este for maior.

§ 3º O valor básico do metro quadrado da construção será o fixado em lei municipal.

§ 4º Os valores de metro quadrado territorial e predial fixados segundo as disposições dos parágrafos 2º e 3º deste artigo, serão atualizados anualmente pelo índice de inflação apurado por órgão oficial.

Art. 189. As alíquotas serão fixadas em lei municipal que regulamentará o imposto.

§ 1º As alíquotas para o cálculo do imposto poderão ser:

I – progressivas em razão da capacidade contributiva do contribuinte;

II – diferenciadas em relação ao uso e a localização do imóvel considerado;

III – progressivas no tempo quando o imóvel não atender ao princípio da função social da propriedade.

§ 2º As alíquotas previstas no inciso III do § 1º deste artigo

somente serão aplicadas se atendidas as normas do art. 5º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de maio de 2001.

Art. 190. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 191. Lei municipal regulamentará o imposto de que trata esta Seção.

Seção II

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS

Art. 192. O Imposto sobre a Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos a ele relativos (ITBI), tem como fato gerador:

I – a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis, por natureza ou por acessão física;

II – a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III – a cessão de direitos de aquisição relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 193. Observadas as disposições da lei municipal, o imposto não incide sobre a transmissão de bens e direitos, quando:

I – realizada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II – quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Art. 194. A lei municipal regulamentará o imposto fixando:

I – os critérios para a determinação da base de cálculo;

II – a fixação das alíquotas;

III – a definição de contribuinte e responsáveis tributários;

IV – a atribuição de responsabilidades em relação ao imposto e a identificação das pessoas responsáveis pelas obrigações tributárias;

V – a definição de infrações e de penalidades em relação ao imposto;

VI – outras disposições necessárias à regulamentação do imposto.

Seção III

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Art. 195. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Municipal regulamentadora do Imposto, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação lá se tenha iniciada.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços de que trata o caput deste artigo, os serviços nela mencionados ficam sujeitos somente à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Seção incide também sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto independe da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 196. O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 197. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento,

no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 195 desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.19 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XIV – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista a que se refere o caput do art.

195 desta Lei Complementar;

XX – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XXI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XXII – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar;

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista a que se refere o caput do art. 195 desta Lei Complementar.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar.

§ 4º Na hipótese de descumprimento da alíquota mínima prevista no caput ou no descumprimento do § 1º, ambos do art. 202 desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 198. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 199. Contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 200 A lei municipal atribuirá de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º Os responsáveis a que se refere o caput deste artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput e no §1º deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar;

III – a pessoa a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 197 desta Lei Complementar.

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 201. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços de que trata o art. 195 desta Lei Complementar.

Art. 202. As alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) serão fixadas em lei municipal, observando-se a alíquota mínima de 2% (dois por cento) e a máxima de 5% (cinco por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput deste artigo, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços a que se refere o art. 195 desta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas no caput deste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) calculado sob a égide da lei nula.

Art. 203. A lei municipal estabelecerá normas específicas para o lançamento, arrecadação, controle e fiscalização do imposto.

Art. 204. Lei municipal regulamentará o imposto de que trata esta Seção.

CAPÍTULO III

TAXAS

Seção Especial

Art. 205. As taxas cobradas pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Seção I

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Art. 206. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do devido processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º Lei municipal estabelecerá normas específicas para o cálculo, lançamento, arrecadação e fiscalização das taxas previstas nesta

Seção.

Subseção I

Taxa de Licença

Art. 207. A Taxa de Licença tem como fato gerador a fiscalização ou a verificação do cumprimento das normas de posturas concernentes à ordem, aos costumes, à segurança, à poluição sonora e visual, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos, bem como das normas urbanísticas do Município.

Art. 208. É contribuinte da Taxa de Licença a pessoa física ou jurídica que provocar, em seu benefício ou por ato seu em benefício próprio ou de terceiro, o exercício do poder de polícia pela autoridade administrativa competente.

Art. 209. A lei poderá atribuir a responsabilidade pelo pagamento da taxa de que trata esta Subseção a terceira pessoa direta ou indiretamente vinculada ao fato gerador.

Art. 210. O valor da taxa a ser cobrado a título de remuneração dos custos despendidos pela Administração Municipal em decorrência do exercício do poder de polícia será apurado segundo os critérios definidos em lei específica.

Seção II

TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 211. O Município poderá instituir e cobrar taxas para custear a utilização efetiva, ou potencial, de serviço municipal específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. Os serviços públicos a que se refere o caput deste artigo, consideram-se:

I – utilizados pelo contribuinte:

- a) efetivamente, quando usufruídos por ele a qualquer título;
- b) potencialmente, quando, de utilização compulsória, sejam postos à disposição dos contribuintes mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II – específico, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III – divisíveis, quando suscetíveis, por parte de cada um de seus usuários.

Art. 212. Para efeito de instituição e cobrança das taxas de que trata esta Seção, consideram-se compreendidas no âmbito de atribuições do Município, aquelas que visem o custeio dos serviços que, pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município e pela legislação com elas compatível, a ele competem.

Art. 213. Lei municipal regulamentará o lançamento, arrecadação, controle e fiscalização das taxas de que trata esta Seção.

Subseção I

Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos

Art. 214. A Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço público de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Parágrafo único. Entende-se por resíduos sólidos as matérias insólúveis, imprestáveis oriundas das residências, empresas e outras instituições, que possam prejudicar a saúde pública.

Art. 215. A taxa de que trata esta Subseção corresponderá ao custo básico anual do serviço público de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos, a ser rateado entre os usuários do serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos.

§ 1º O valor individual da taxa será determinado segundo os critérios definidos na lei municipal.

§ 2º Na determinação do valor da taxa, sempre que possível será levado em consideração o volume dos resíduos coletados, a ser determinado de acordo com:

- I – a utilização dos imóveis;
- II – o número de economias autônomas existentes;
- III – a frequência da prestação dos serviços;
- IV – a natureza do resíduo.

Art. 216. São contribuintes da taxa de coleta de resíduos sólidos, as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que imunes ou isentas em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), beneficiadas pelo serviço, de forma efetiva ou potencial.

TÍTULO III**TAXAS DA COMPETÊNCIA COMUM ENTRE O MUNICÍPIO, O ESTADO E A UNIÃO****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 217. Compete ao Município instituir e cobrar as seguintes taxas em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

I – Taxa de Vigilância Sanitária;

II – Taxa de Serviços Ambientais.

Seção I**TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Art. 218. A Taxa de Vigilância Sanitária tem como fato gerador a fiscalização, orientação e o controle do cumprimento das normas concernentes à saúde pública, à limpeza e higiene e à vigilância sanitária no Município.

§ 1º São hipóteses de incidência da Taxa de Vigilância Sanitária a orientação, o controle e a fiscalização:

I – de bens de consumo que, direta ou indiretamente se relacionam à saúde, envolvendo a comercialização e o consumo de alimentos, medicamentos, saneantes, produtos químicos, produtos agrícolas, produtos biológicos, drogas veterinárias, águas, bebidas, agrotóxicos, biocidas, equipamentos médicos hospitalares e odontológicos, insumos, cosméticos e produtos de higiene pessoal, dentre outros de interesse da saúde;

II – de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde, abrangendo, dentre outros, serviços veterinários, odontológicos, farmacêuticos, clínico-terapêuticos, diagnósticos e de controle de vetores e roedores;

III – do meio ambiente, devendo estabelecer relações entre os vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente e processo de trabalho como de habitação, lazer e outros sempre que impliquem em riscos à saúde, como aplicação de agrotóxicos, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar;

IV – de estabelecimento industrial, comercial e agropecuário.

§ 2º O fato gerador da taxa prevista nesta Seção ocorrerá quando qualquer pessoa física ou jurídica provocar o exercício do poder de polícia em razão da prática de quaisquer dos seguintes atos ou fatos:

I – instalação e funcionamento de estabelecimento destinado à produção, comércio, industrialização, transporte, armazenamento e divulgação de produtos sujeitos ao controle da vigilância sanitária;

II – produção, fabricação, transformação, comercialização, transporte, manipulação, armazenagem de alimentos e bebidas;

III – instalação e funcionamento de estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza;

IV – exercício de atividades direta ou indiretamente relacionadas com a saúde de terceiros;

V – construção e reforma de edifícios urbanos, de qualquer tipo ou finalidade;

VI – habite-se de construções destinadas à moradia, hotel, motel, albergue, dormitório, pensão, pensionato, internatos, creche, asilo, cárcere, quartel, convento e similares;

VII – elaboração, fabricação, armazenamento, comercialização ou transporte de substâncias ou produtos perigosos ou de agrotóxicos;

VIII – prática de atos e ações que possam poluir e contaminar o ambiente.

Art. 219. É contribuinte da Taxa de Vigilância Sanitária a pessoa física ou jurídica que provocar em seu benefício, ou por ato seu em benefício próprio ou de terceiro, o serviço relativo ao exercício do poder de polícia do Município.

Art. 220. A lei municipal estabelecerá:

I – os serviços e atividades que constituem hipótese de incidência da taxa;

II – as normas gerais para a determinação dos valores da taxa;

III – normas específicas para o cálculo, lançamento, arrecadação e fiscalização da taxa;

IV – o pagamento da taxa.

Parágrafo único. A lei poderá atribuir a responsabilidade pelo pagamento da taxa de que trata esta Seção a terceira pessoa direta ou indiretamente vinculada ao fato gerador.

Seção II**TAXA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS**

Art. 221. A Taxa de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia pelo órgão municipal competente para o controle e fiscalização de atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Art. 222. O Contribuinte da taxa é aquele que provocar, em seu benefício, o exercício do poder de polícia em face de atividades sujeitas às leis ambientais.

Art. 223. A lei municipal estabelecerá:

I – os serviços e atividades que constituem hipótese de incidência da taxa;

II – as normas gerais para a determinação dos valores da taxa;

III – normas específicas para o cálculo, lançamento, arrecadação e fiscalização da taxa;

IV – o pagamento da taxa.

Parágrafo único. A lei poderá atribuir a responsabilidade pelo pagamento da taxa de que trata esta Subseção a terceira pessoa direta ou indiretamente vinculada ao fato gerador.

TÍTULO IV**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 224. A Contribuição de Melhoria, cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º A instituição de Contribuição de Melhoria será feita por lei específica.

§ 2º O Município pode cobrar Contribuição de Melhoria relativa às obras executadas em conjunto com o Estado ou com a União, tomando como limite máximo para o lançamento o valor despendido pelo Município na execução da obra.

§ 3º Lei específica disporá sobre a possibilidade de dação em pagamento de bens móveis em contrapartida aos custos da obra, cobrados através de Contribuição de Melhoria, em casos específicos.

Art. 225. A lei que instituir Contribuição de Melhoria será acompanhada do orçamento total ou parcial do custo da obra, e especificará obrigatoriamente:

I – a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

II – a delimitação da área direta e indiretamente beneficiada;

III – o fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas;

IV – prazo não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação pelos interessados, de quaisquer dos elementos referidos nos incisos anteriores.

Art. 226. A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso I do artigo anterior, pelos imóveis situados na área direta ou indiretamente beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

Art. 227. É obrigatória a publicação de edital, antes do início da obra, contendo, além dos elementos mencionados no art. 225, o memorial descritivo do projeto.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas

pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias a começar da data da publicação do Edital referido no caput deste artigo para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação será dirigida ao órgão fazendário e processada na forma prevista na lei regulamentadora do Processo Administrativo Tributário.

Art. 228. O disposto no art. 227 aplica-se, também, aos casos de cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

CAPÍTULO II

FATO GERADOR

Art. 229. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor de imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Art. 230. Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I – abertura, alargamento, pavimentação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III – construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV – serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V – proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água, irrigação e extinção de pragas prejudiciais à qualquer atividade econômica;

VI – construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII – construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

IX – execução de quaisquer outros melhoramentos que resultem em benefício de imóveis particulares.

CAPÍTULO III

SUJEITO PASSIVO

Art. 231. Sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e àquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

CAPÍTULO IV

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

Art. 232. A Contribuição de Melhoria será calculada, adotando-se como critério o benefício resultante da obra, apurado através de índices cadastrais das respectivas zonas de influência fixados pelo Município.

§ 1º A apuração, dependendo da natureza das obras, far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2º Na determinação do valor individual da contribuição será

observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 233. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

§ 1º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 2º O percentual do custo real da obra a ser repassado mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

CAPÍTULO V

LANÇAMENTO

Art. 234. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 235. O órgão fazendário deverá escriturar, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o proprietário, diretamente ou por edital.

§ 1º A notificação deve conter:

I – valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II – prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

III – prazo para a impugnação;

IV – local do pagamento.

§ 2º No prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação do lançamento, o contribuinte poderá reclamar, ao órgão lançador, contra:

I – erro na localização e dimensões do imóvel;

II – o cálculo dos índices atribuídos;

III – o valor da contribuição;

IV – o número de prestações.

Art. 236. Os requerimentos de impugnação, reclamação e os recursos administrativos não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir a melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no art. 234, e nem impedirão a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 237. A parcela anual da Contribuição de Melhoria não excederá a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, atualizado à época da cobrança.

§ 1º A lei que instituir a Contribuição de Melhoria poderá fixar descontos para o pagamento à vista, ou em prazos menores que o lançado.

§ 2º As prestações da Contribuição de Melhoria serão corrigidas monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais.

CAPÍTULO VI

PAGAMENTO

Art. 238. O pagamento da Contribuição de Melhoria será feito no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pelo contribuinte, da notificação do lançamento.

Art. 239. O contribuinte poderá recolher a contribuição lançada pelo valor nominal do lançamento no prazo estabelecido no artigo anterior.

§ 1º O contribuinte que pretender parcelar seu débito poderá fazê-lo observado o número de parcelas fixadas na lei que instituir a Contribuição de Melhoria, acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

§ 2º É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública.

§ 3º Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista no parágrafo anterior será assegurado a atualização monetária, e juros de até 12% (doze por cento) ao ano sobre o valor recolhido.

§ 4º Na determinação do valor final da Contribuição de Melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma do § 2º, deste artigo.

Art. 240. As reclamações contra lançamentos referentes à Contribuição de Melhoria serão processadas na forma prevista na lei regulamentadora do Processo Administrativo Tributário.

TÍTULO V

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 241. A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública é devida pelos consumidores residenciais e não residenciais de energia elétrica e destinada ao custeio dos serviços de iluminação pública no Município.

§ 1º Considera-se serviço de iluminação pública para os fins deste artigo aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como as atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação, inclusive a realização de eventos públicos.

§ 2º São contribuintes da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública os consumidores de energia elétrica situados tanto na área urbana como na área rural do Município.

Art. 242. A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custo mensal do serviço de iluminação pública rateado entre os contribuintes, de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica.

Parágrafo único. O valor da contribuição será estabelecido em lei específica, que disciplinará os parâmetros a serem considerados na apuração do tributo, bem como os critérios de rateio, a forma de atualização, prazos e condições de pagamentos, dentre outras disposições relativas a aplicação das normas previstas nesta Lei Complementar.

Art. 243. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com as concessionárias e/ou permissionárias de energia elétrica ou a contratar empresa especializada, mediante processo licitatório, para operacionalizar a apuração a cobrança da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, tanto na área urbana como rural, para efetivar a instalação, manutenção e expansão da rede de iluminação, assim como para proporcionar a compra de materiais utilizados nos serviços de iluminação pública do município.

Art. 244. Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças o controle e a fiscalização da contabilização mensal da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública e dos repasses mensais do produto da arrecadação, assim como assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal na aplicação coordenada dos recursos provenientes do recolhimento do tributo.

TÍTULO VI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Capítulo I

INFRAÇÕES

Art. 245. Constitui infração toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte ou responsável, de obrigações tributárias positivas ou negativas previstas na legislação tributária.

§ 1º As infrações serão apuradas mediante procedimento fiscal, na forma do disposto na legislação tributária.

§ 2º A responsabilidade por infração à legislação tributária independe da intenção do agente e da efetividade, natureza e extensão do ato.

§ 3º Extingue-se a punibilidade:

I – pelo falecimento do agente;

II – pelo decurso do prazo de cinco anos a contar da data em que tenha sido consumada a infração.

§ 4º Reputa-se consumada a infração, quando praticado o último dos atos que a constituem.

Capítulo II

PENALIDADES

Seção I

ESPÉCIES

Art. 246. Aplicam-se aos infratores da legislação tributária municipal as seguintes sanções:

I – proibição de transacionar com repartições públicas municipais;

II – sujeição ao regime especial de fiscalização;

III – cancelamento de regimes ou controles especiais estabelecidos em benefício de contribuinte;

IV – multas.

Seção II

COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Art. 247. São competentes para aplicar penalidade:

I – o servidor que constatar infração sujeita à penalidade referida no inciso I, do artigo anterior;

II – os integrantes do quadro de Fiscais de Tributos e de Auditores Fiscais do Município, quanto à penalidade referida no inciso IV do art. 246 desta Lei Complementar;

III – o titular do órgão Fazendário, quanto às penalidades referidas nos incisos II e III do artigo anterior.

Parágrafo único. O titular do órgão Fazendário, mediante parecer fundamentado, proporá ao Chefe do Poder Executivo, quando cabível, a aplicação das penalidades que digam respeito à suspensão ou cancelamento de isenções.

Art. 248. A aplicação das penas e a sua fixação, dentro dos limites legais, levará em consideração:

I – os antecedentes do infrator;

II – os motivos determinantes da infração;

III – a gravidade das consequências efetivas ou potenciais da infração;

IV – as circunstâncias atenuantes e agravantes.

§ 1º São circunstâncias agravantes:

I – a sonegação;

II – o conluio;

III – a reincidência;

IV – a fraude;

V – o fato do tributo não lançado, ou lançado a menor, referir-se à operação cuja tributação já tenha sido objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo contribuinte;

VI – o emprego de artifício fraudulento como meio para impedir ou diferir o conhecimento da infração.

§ 2º São circunstâncias atenuantes:

I – o lançamento regular das operações tributárias nos livros fiscais ou comerciais, com base em documentos legalmente tidos;

II – ter o infrator, antes do procedimento fiscal, procurado anular ou reduzir os efeitos da infração prejudiciais ao fisco.

Art. 249. Reincidência é a prática de nova infração à legislação tributária pelo mesmo infrator ou pelos sucessores referidos nos artigos 40, 41, 42 e 43, dentro de 05 (cinco) anos da data em que transitar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Parágrafo único. Diz-se reincidência:

I – genérica, quando as infrações sejam de natureza diversa;

II – específica, quando as infrações sejam da mesma natureza, assim compreendidas as que tenham, na legislação tributária, a mesma capitulação.

Art. 250. Sonegação é toda a ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

I – da ocorrência do fato gerador da obrigação principal;

II – das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

Art. 251. Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou diferir, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas

características essenciais, de modo a reduzir o montante do tributo devido, ou a evitar ou retardar o seu pagamento.

Art. 252. Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando a qualquer dos efeitos referidos nos artigos 250 e 251.

Art. 253. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações pela mesma pessoa natural ou jurídica, aplicam-se, cumulativamente, no grau correspondente, as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

§ 1º Para os efeitos do caput deste artigo, considera-se como uma única infração, sujeita à penalidade mais grave dentre as previstas para ela, as várias faltas cometidas na prestação positiva ou negativa de uma mesma obrigação acessória.

§ 2º As faltas, decorrentes de omissão salvo quando praticadas com dolo, não importarão em pena mais elevada que aquela cominada para a não execução da obrigação.

Seção III

PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

Art. 254. Os contribuintes que estiverem em débito para com a Fazenda Municipal são proibidos de contratar, diretamente ou através de processo licitatório, com os órgãos e entidades da administração municipal.

Seção IV

SUJEIÇÃO AO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 255. O contribuinte que houver cometido infração punida com multa aplicada ao grau máximo, ou que tiver suspensa ou cancelada a isenção ou ainda quando se recusar a fornecer ao fisco os esclarecimentos solicitados poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização.

§ 1º O regime especial consistirá no acompanhamento de suas atividades por agentes do fisco, por prazo não inferior a 10 (dez), nem superior a 60 (sessenta) dias.

§ 2º Será permitida a manutenção do regime especial por prazo superior ao fixado no §1º deste artigo, desde que persistam os motivos que o determinaram.

Art. 256. Considera-se sonegado à Fazenda o montante da diferença apurada no confronto entre a soma de operações tributáveis realizadas no período do regime especial e a realizada nos períodos que integraram os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

Art. 257. O titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no próprio ato que impuser a penalidade prevista nesta Seção, estabelecerá as obrigações acessórias a serem observadas durante a vigência do regime especial.

Seção V

CANCELAMENTO DE REGIMES OU CONTROLES ESPECIAIS ESTABELECIDOS

EM BENEFÍCIO DO CONTRIBUINTE

Art. 258. Os regimes ou controles especiais estabelecidos com fundamento na legislação tributária em benefício do contribuinte serão cancelados sempre que este:

- I – praticar infração em circunstâncias agravantes;
- II – recusar a prestação de esclarecimentos solicitados pelo fisco;
- III – embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco.

Parágrafo único. O ato que cancelar o benefício fixará prazo para o cumprimento normal das obrigações cuja prestação for dispensada.

Seção VI

SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE ISENÇÃO

Art. 259. Suspender-se-á, pelo prazo de 01 (um) ano, a isenção concedida a contribuinte que infringir qualquer das disposições contidas na legislação tributária.

§ 1º Será definitivamente cancelado o favor quando:

- I – a infração for praticada em circunstâncias agravantes;
- II – verificada a inobservância das condições e requisitos para a concessão, ou o desaparecimento dos mesmos.

§ 2º Nenhuma isenção será suspensa ou cancelada sem que se ofereça ao contribuinte o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Seção VII

MULTAS

Art. 260. As infrações por descumprimento da legislação tributária municipal serão punidas com a aplicação de multa pecuniária de acordo com o estabelecido em lei específica, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Parágrafo único. As multas tributárias classificam-se em:

I – multas moratórias;

II – multas variáveis;

III – multas fixas.

Subseção I

Multa Moratória

Art. 261. Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo descumprimento de obrigação tributária principal, relativa ao pagamento de tributo.

§ 1º A multa moratória será computada sobre créditos tributários lançados pela Fazenda Municipal, a partir do termo final do prazo concedido para pagamento.

§ 2º A multa moratória será aplicada sobre o valor do crédito atualizado, a partir do primeiro dia após o vencimento até a data do recolhimento do crédito tributário.

§ 3º A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I – no ato do recebimento do tributo;

II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

§ 4º Não se sujeita à incidência da multa moratória de que trata esta Subseção, o pagamento de crédito tributário sujeito à apuração pelo contribuinte, denunciado espontaneamente pelo sujeito passivo, antes de iniciado qualquer procedimento fiscal com vista à sua cobrança.

§ 5º A multa moratória será aplicada sobre o crédito atualizado à razão de:

I – 2% (dois por cento) até 60 (sessenta) dias após o vencimento;

II – 5% (cinco por cento) acima de 60 (sessenta) dias até 120 (cento e vinte) dias após o vencimento;

III – 10% (dez por cento) acima de 120 (cento e vinte) dias após o vencimento.

Subseção II

Multas Variáveis

Art. 262. Multa variável é a penalidade imposta ao infrator pelo descumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, apurada em razão de procedimento fiscal.

Parágrafo único. As multas variáveis serão aplicadas em lei específica, observadas as infrações à legislação tributária em relação ao tributo a que referir.

Subseção III

Multas Fixas

Art. 263. As infrações por descumprimento de obrigações acessórias relacionadas aos tributos municipais sujeitam-se à aplicação das penalidades fixadas nas respectivas leis tributárias.

Parágrafo único. Para as infrações de que trata o caput, quando não houver penalidade específica, aplicar-se-á multa de 250 (duzentos e cinquenta) UFGs.

TÍTULO VII

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 264. Os créditos fiscais de qualquer natureza serão atualizados monetariamente com base na variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 1º A atualização monetária do crédito tributário será promovida:

I – no lançamento, quando cabível;

II – no ato do pagamento de tributo lançado de ofício, depois de expirado o prazo fixado para o pagamento;

III – no momento da inscrição do crédito na dívida ativa.

IV – na data da liquidação do crédito tributário inscrito na dívida ativa.

§ 2º A atualização monetária efetuada na forma deste artigo, terá por base a variação mensal do IPCA, acumulada:

I – na hipótese do inciso I do § 1º, desde a data da ocorrência do fato gerador até o dia do lançamento;

II – na hipótese do inciso II do § 1º, desde a data assinalada para o vencimento do tributo até o dia do pagamento;

III – na hipótese do inciso III do § 1º, desde a data assinalada para o vencimento do crédito tributário até o dia da sua inscrição na dívida ativa;

IV – na hipótese do inciso IV do § 1º, desde a data assinalada para o vencimento do crédito tributário até o dia da sua liquidação.

Art. 265. O titular da Fazenda Municipal, diretamente ou por delegação, estabelecerá os índices mensais da atualização monetária de débitos fiscais, observado o disposto no caput do art. 264.

TÍTULO VIII

JUROS DE MORA

Art. 266. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal, constituídos ou não, de qualquer natureza, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração. Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento do débito.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 267. É facultado a qualquer pessoa física ou jurídica assumir créditos tributários de terceiros mediante a autorização expressa do sujeito passivo e anuência da autoridade fiscal, sub-rogando os deveres deste último.

§ 1º O proprietário, possessor ou titular de domínio útil de lote que integre gleba em situação de débito relativo ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU ou taxas imobiliárias, inscrito ou não na dívida ativa, responderá pela parte da dívida correspondente à fração da sua área territorial e, quando for o caso, da correspondente edificação.

§ 2º O contribuinte deverá requerer a apuração do débito correspondente à sua fração individual na gleba à Fazenda Municipal, à qual competirá o levantamento dos valores vencidos ainda não inscritos na dívida ativa e o encaminhamento à Procuradoria Municipal para a mesma finalidade quanto aos valores já inscritos na dívida ativa, podendo as providências de competência de ambas as áreas serem adotadas conjunta ou separadamente.

§ 3º A emissão da certidão negativa de débitos de tributos imobiliários referente ao lote desdobrado está condicionada à quitação total do débito relativo a essa fração individualizada.

Art. 268. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos serão adotados os seguintes procedimentos para a exigência do crédito tributário devido:

I – quando deferidos, o tributo será atualizado no mês do pagamento, assegurados os descontos legais para o seu pagamento à vista ou parcelado, segundo a forma e condições previstas nesta lei ou em legislação específica.

II – quando indeferidos, o tributo será atualizado no mês do pagamento acrescido dos adicionais de juros de mora.

Art. 269. A expressão "Fazenda Municipal", quando empregada nesta Lei, abrange a Fazenda Pública do Município.

Art. 270. O Poder Executivo Municipal expedirá, até o dia 31 de maio de cada ano, decreto consolidando a legislação vigente, relativa a cada um dos tributos.

Art. 271. Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal nos órgãos da Administração Pública Municipal.

§ 2º Para os fins das disposições deste Código é considerado exercício fiscal o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 272. Os valores monetários constantes da legislação tributária serão expressos em múltiplos de uma Unidade Fiscal Municipal, sob a sigla UFM.

§ 1º O valor unitário da UFM é fixado em R\$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos), para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018.

§ 2º A UFM será atualizada anualmente no mês de dezembro do exercício anterior, com base no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado pelo IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 273. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a União, o Estado e outros Municípios para a prestação de assistência mútua na fiscalização dos respectivos tributos e compartilhamento de cadastros e informações fiscais.

Art. 274. O Sistema Tributário Municipal disciplinado nos termos desta Lei Complementar entrará em vigor a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2018.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput as normas que versam matéria tributária sujeita às disposições do art. 150, III, "b" da Constituição Federal de 1988, que passam a vigorar a partir do nonagésimo dia seguinte ao da publicação desta Lei.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo poderá prorrogar o prazo de lançamento dos tributos especificados no § 1º deste artigo, até 90 (noventa) dias contados do primeiro dia subsequente à data da publicação desta Lei Complementar.

§ 3º Ocorrendo à prorrogação prevista no § 2º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogar o vencimento dos respectivos tributos.

Art. 275. Permanece em vigor a Lei Complementar nº 019, de 27 de dezembro de 2002 e suas posteriores alterações, que dispõe sobre a contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública – COSIP, até a edição de nova lei que a revogue ou modifique.

Art. 276. Permanecem em vigor, até a edição de lei que as modifiquem, as disposições relativas a tributos, que não se enquadrem em disposições acerca de normas gerais de direito tributário, bem como, as que dispõem sobre benefícios fiscais de qualquer natureza.

Art. 277. Publicada esta Lei Complementar, o Chefe do Poder Executivo poderá editar os atos normativos e regulamentares necessários à sua aplicação.

Art. 278. A partir da vigência desta Lei Complementar, fica revogada a Lei nº 738, de 25, de outubro de 1983 e as demais disposições em contrário, exceto quanto ao disposto nos artigos 275 e 276 e outras disposições que necessitem de edição de lei específica, até a edição das mesmas.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA Nº 697/2017 (RETIFICAR)

Publicação Nº 1433432

PORTARIA Nº 697/2017

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 689/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal JUCILANIA TAMANINI, matrícula nº 6567, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência C, com 40 (quarenta) horas semanais,

na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 28 de outubro de 2017 a 25 de janeiro de 2018, conforme resultado pericial datado de 14/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 698/2017

Publicação Nº 1433475

PORTARIA Nº 698/2017
Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 641 "B" que CONCEDEU Readaptação à Servidora Pública Municipal MARIA PATRICIA SCHWAMBACH MARTINS, matrícula nº 6724, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Bairro Trinta Réis, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 20 de novembro até 2017 até o final do ano letivo de 2017, conforme resultado pericial datado de 16/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 699/2017

Publicação Nº 1433480

PORTARIA Nº 699/2017
Concede Licença Prêmio

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal ANNE

SGROTT, matrícula nº 1136, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais - Educação Infantil – Creche, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mes, relativo ao período aquisitivo de 19/07/2006 a 18/07/2011, a contar de 20 de novembro de 2017 a 19 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 700/2017

Publicação Nº 1433483

PORTARIA Nº 700/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, EIDE DAIANA TRAINOTTI, matrícula nº 7622, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência "A" – Educação Infantil – Creche, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 20 de novembro de 2017 a 19 de dezembro de 2017, em substituição a titular Anne Sgrott, afastada conforme Portaria nº 699/2017 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 288/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/

SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EIDE DAIANA TRAINOTTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tiburcio Bozzano, nº 305, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 043.490.999-80, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência "A" – Educação Infantil – Creche, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 20 de novembro de 2017 a 19 de dezembro de 2017, em substituição a titular Anne Sgrott, afastada conforme Portaria nº 699/2017 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com

as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Eide Daiana Trainotti
Secretário Municipal de Educação	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de novembro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 701/2017

Publicação Nº 1433421

PORTARIA Nº 701/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, GISLAINE MATIAS OLIVEIRA, matrícula nº 7623, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 20 de novembro de 2017 a 19 de dezembro de 2017, em substituição a titular Anne Sgrott, afastada conforme Portaria nº 699/2017 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 289/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/

SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISLAINE MATIAS OLIVEIRA, brasileira, amasiada, residente e domiciliada na Rua Santo Inácio, nº 536, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 067.409.709-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado contar de 20 de novembro de 2017 a 19 de dezembro de 2017, em substituição a titular Anne Sgrott, afastada conforme Portaria nº 699/2017 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato Nº 289/2017)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Gislaine Matias Oliveira

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de novembro de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar

Técnico Administrativo

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017

Publicação Nº 1432959

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE RECURSO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2017 –IMPUGNANTE: ERROL PICKERING 54941474953 (10845). – CNPJ 24.423.856/0001-38

Ante os fundamentos acima e à luz dos princípios basilares da licitação pública, o Pregoeiro decide por CONHECER do recurso interposto por ERROL PICKERING 54941474953 (10845) e no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo o resultado proferido na sessão do Pregão.

Encaminha-se o processo, na íntegra, contendo os recursos administrativos e respectivas contrarrazões para a Autoridade Superior a fim de proferir decisão sobre os recursos.

Informação completa de decisão, pode ser obtida, solicitando pelo e-mail compras@novatrento.sc.gov.br

Nova Trento, 21 de novembro de 2017.

Aprigio José Botameli

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE DO RAZÃO

Publicação Nº 1433015

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Outubro

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA TRENTO
 Balancete do Razão



Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até mês anterior	Do mês		Acumulado	Saldos restantes	
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	365.043,89	909.810,87	99.734,96		1.009.545,83		620.434,92
	0,00	679.306,65	74.848,15		754.154,80		0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	2.752.069,86	83.057,19		2.835.127,05		0,00
	365.043,89	2.776.305,09	84.025,05		2.860.330,14		390.246,98
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	688.842,80	75.081,14		763.923,94		759.812,06
	0,00	4.111,79	0,09		4.111,88		0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
	0,00	891.000,00	99.000,00		990.000,00		990.000,00
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	1.188.000,00	0,00		1.188.000,00		1.188.000,00
	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	2.105.515,31	224.066,67		2.329.581,98		0,00
	0,00	3.293.515,31	224.066,67		3.517.581,98		1.188.000,00
CONTROLES DEVEDORES	72.021,83	945.731,45	113.350,22		1.059.081,67		1.097.962,25
	0,00	33.111,94	29,31		33.141,25		0,00
CONTROLES CREDITORES	0,00	2.247.788,84	237.025,81		2.484.814,65		0,00
	72.021,83	3.160.408,35	350.346,72		3.510.755,07		1.097.962,25
Totais	437.065,72	10.837.759,13	832.315,99		11.670.075,12		3.666.209,23
	437.065,72	10.837.759,13	832.315,99		11.670.075,12		3.666.209,23

Nova Trento, 06/11/2017

Carlos Roberto Orsi
Presidente

Cleide Liz Dell'Antonia
Contadora CRC/SC 022715/O-5

Nova Veneza

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 177/2017

Publicação N° 1433044

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 177/2017

Objetivo: Aquisição de um caminhão caçamba traçado 6x4, usado, para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Abertura: às 9:00 horas do dia 04/12/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 21 de novembro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.374

Publicação Nº 1432373

DECRETO Nº 2.374 de 21 de Novembro de 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Artigos 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal Nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal Nº 543/16 de 01 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais) relativos a recursos ordinários assim consignados:

20.00 – GABINETE DO PREFEITO

20.01 – GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2.002 – Manutenção da Administração Superior

Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0013 – Aplicações Diretas
.....R\$ 60.000,00

Elementos de Despesa – 3.1.91 – 0.1.0001 – Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.028 – Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 70.000,00

Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 20.000,00

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0003 – Aplicações Diretas
.....R\$ 40.000,00

TOTAL
..... R\$ 210.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais).

20.00 – GABINETE DO PREFEITO

20.01 – GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2.002 – Manutenção da Administração Superior

Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elementos de Despesa – 3.1.90 – 0.1.0012 – Aplicações Diretas
.....R\$ 60.000,00

Elementos de Despesa – 4.4.90 – 0.1.0001 – Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

50.00 – SECRETARIA DE AGRIC. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENTE

50.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.028 – Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Elementos de Despesa – 3.3.50 – 0.1.0000 – Aplicações Diretas
.....R\$ 90.000,00

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de Despesa – 3.3.90 – 0.1.0003 – Aplicações Diretas
.....R\$ 40.000,00

TOTAL
..... R\$ 210.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 21 de Novembro de 2017

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Silvani Zilio Moschen

Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO TERMO DE ACORDO Nº 003/2017

Publicação Nº 1432277

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº 003/2017.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

PROPRIETÁRIO: ADELIRIO TURANI

Objeto Pelo presente termo de acordo o Município fica autorizado, pelo Proprietário, a retirar cascalho de uma área de terras de 954,98 m², situado no limite com parte do lote rural Nº 18, registrado sob Matrícula nº 08.467, constante do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, destinado à pavimentação das estradas municipais, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Valor: R\$ 6.207,37 (Seis mil duzentos e sete reais e trinta sete centavos).

Vigência: 20/11/2017 até 31/12/2022

Fundamento: Lei Orgânica Municipal, especialmente o disposto no inciso XXVII do art. 55 e no inciso I do art. 168.

Novo Horizonte-SC em 20/11/2017, VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

ERRATA DO PROCESSO Nº 157/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1433283

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 157/2017

MOTIVO: Alteração na alínea "b" do item 8.3.4 do referido edital e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 157/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE , SENDO 01 NO DISTRITO DE PINDOTIBA E 01 NA COMUNIDADE DE ORATÓRIO CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO N. 2017TR1382 VINCULADO AO PROJETO ADR20 4257/2017 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 05/12/2017 às 14h:00min.

Abertura das Propostas: dia 05/12/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 21 de Novembro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 72/2017 FMS

Publicação Nº 1433433

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 72/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 05/12/2017 às 09h00min. Abertura das Propostas: dia 05/12/2017, às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 21 de Novembro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde.

Ouro

PREFEITURA

2017TA074-01

Publicação Nº 1432409

TERMO ADITIVO 01/2017 AO CONTRATO N. 074/2017

Concorrência Pública n. 0002/2017

Processo de Licitação n. 0042/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI

OBJETO: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

ALTERAÇÃO: reratificação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 08/11/2017 até 30/06/2018.

DATA DE ASSINATURA: 08/11/2017.

PR 043/2017

Publicação Nº 1433557

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0043/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 07/12/2017, às 09:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0066/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0043/2017, tipo menor preço por item, pelo sistema de Registro de Preços. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, Gasolina Comum e Arla, para o ano de 2018. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 22/11/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR 044/2017

Publicação Nº 1433558

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0044/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 08/12/2017, às 09:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0067/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0044/2017, tipo menor preço por item, pelo sistema de Registro de Preços. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de nitrogênio líquido, para o ano de 2018. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 22/11/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PG 140-2017

Publicação Nº 1433511

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 140/2017, no dia 06 de dezembro de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na aquisição de material para instalação de quadras esportivas em diversas praias do município para a temporada de verão 2017/2018, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório, através do Sistema Registro de Preços. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 21 de novembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 141/2017

Publicação Nº 1433541

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 141/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial RP nº 141/2017, no dia 08 de dezembro de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na contratação de Jornal de Circulação diária com abrangência Estadual em Santa Catarina, para publicação e divulgação de atos oficiais e administrativos, incluindo as publicações legais feitas pela Comissão Permanente de Licitação, exigidas pela Lei 8.666/93 para dar maior publicidade aos processos administrativos e contratuais, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida no Edital e em seus anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 21 de novembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.290, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433016

DECRETO Nº 2.290, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

TRIBUTOS. Atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso das atribuições que lhe confere o artigo 433 da Lei Complementar n. 18, de 30 de dezembro de 2002, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica autorizada a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC apurada nos últimos doze meses (novembro/2016 a outubro/2017) de 1,83 % (um vírgula oitenta e três por cento) sobre todos os lançamentos tributários para o exercício de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 17 de novembro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

INPC PARA SER USADO COMO INDICE DE REAJUSTE .
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor

s/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Out/2017	0,37	1,6193	1,8328	1.299,9819
Set/2017	-0,02	1,2447	1,6299	1.295,1897
Ago/2017	-0,03	1,2650	1,7316	1.295,4488
Jul/2017	0,17	1,2954	2,0776	1.295,8376
Jun/2017	-0,30	1,1235	2,5565	1.293,6385
Mai/2017	0,36	1,4277	3,3486	1.297,5311
Abr/2017	0,08	1,0639	3,9870	1.292,8767
Mar/2017	0,32	0,9831	4,5689	1.291,8432
Fev/2017	0,24	0,6610	4,6940	1.287,7225
Jan/2017	0,42	0,4200	5,4355	1.284,6394
Dez/2016	0,14	6,5800	6,5800	1.279,2665
Nov/2016	0,07	6,4310	7,3888	1.277,4780

LEI Nº 4.548, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433018

LEI Nº 4.548, de 17 de NOVEMBRO de 2017.

Institui no município de Palhoça o GAPC - Grupo de Apoio aos Pacientes com Câncer, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Palhoça o GAPC - Grupo de Apoio aos Pacientes com Câncer.

Art. 2º O GAPC tem por finalidade dar apoio aos pacientes diagnosticados com câncer, através de equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º São objetivos do GAPC:

I ☐ identificar através dos sistemas de informação (SISCAN), todos os casos de câncer nos habitantes do Município de Palhoça;

II ☐ promover um espaço de acolhimento aos pacientes identificados com câncer, através do apoio biopsicossocial;

III ☐ alimentar o cadastro que evidencie, a cada ano, os casos novos de câncer diagnosticados em habitantes do Município, por local anatômico de ocorrência, sexo, faixa etária e ocupação profissional do cidadão;

IV ☐ avaliar e acompanhar os casos de câncer diagnosticados em habitantes do Município de Palhoça;

V ☐ participar de estudos epidemiológicos relativos à ocorrência de câncer;

VI ☐ promover ações de controle e prevenção do câncer;

VII ☐ proporcionar ações de educação permanente que auxiliem na formação e capacitação dos profissionais de saúde.

Art. 4º A equipe multidisciplinar poderá ser composta por: assistente social, dentista, educador físico, enfermeiro e técnico de enfermagem, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico, nutricionista, psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional e outras categorias.

Art. 5º O acesso aos dados do SISCAN é público, garantidas as justificativas técnicas e respeitados os preceitos éticos e morais.

Parágrafo único. É mantido o sigilo referente aos dados identificadores dos cidadãos portadores de câncer.

Art. 6º É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde a implementação desta Lei, utilizando todo o corpo funcional existente na rede municipal.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer parcerias com órgãos públicos e iniciativa privada.

Art. 8º Esta Lei, entra em vigor, na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.549, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433019

LEI Nº 4.549, de 17 de NOVEMBRO de 2017.

Dispõe sobre a criação do programa municipal de desenvolvimento da atividade de yoga nas comunidades – "Programa Yoga na Comunidade"- do município de Palhoça/SC e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o programa "Yoga na Comunidade" no município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, considera-se o Yoga a atividade milenar, de tradição indiana, difundida mundialmente, patrimônio cultural da humanidade, que tem por objetivo promover a cultura de paz, sem dogmas e isenta de credos religiosos, respeitando o estado de direito laico.

Art. 2º O programa Yoga na Comunidade tem por objetivos:

I - atender o munícipe de Palhoça a vivência de práticas naturais, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e as capacitem a se responsabilizarem pelo próprio processo de manutenção da saúde, é uma perspectiva preventiva fundamental em uma sociedade em que o envelhecimento populacional é crescente;

II - Divulgar o Yoga, na perspectiva da diversidade de experiências culturais presentes em nossa sociedade;

III - Promover o acesso à prática sistemática do Yoga, favorecendo uma melhor qualidade de vida;

IV - Favorecer um melhor equilíbrio emocional e psíquico para o enfrentamento das situações de estresse cotidiano;

V - Possibilitar a vivência de uma atividade não competitiva, não comparativa, de autoconsciência e autoconhecimento;

VI - Favorecer a autoestima saudável e o fortalecimento da força de vontade;

VII - Favorecer a conquista e o bem estar físico, mental e emocional.

Art. 3º O Programa citado no caput deste artigo deverá ser implantado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Palhoça/SC, que apoiará o referido projeto, com a disponibilização de materiais essenciais para a prática semanal das atividades nas Unidades Básicas do Município de Palhoça, assim como limpeza da área a ser utilizada pela população.

Art. 4º Além da Secretaria Municipal da Saúde, o Poder Executivo determinará quais os órgãos municipais competentes serão responsáveis pela administração e execução do programa Yoga na Comunidade em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado destinar verbas necessárias para a implementação e manutenção do programa Yoga na Comunidade, bem como a lavratura de convênios com entidades sem fins lucrativos com reconhecimento público de trabalho com o YOGA;

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 17 de novembro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 121/2017 - RESULTADO

Publicação Nº 1433499

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 121/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de notebooks e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias, através do Sistema de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP venceu os lotes 4 e 5, totalizando R\$207.000,00 (duzentos e sete mil reais).

OSMAR ORLANDI JUNIOR ME venceu o lote 3, totalizando R\$9.080,00 (nove mil e oitenta reais).

PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP venceu os lotes 1 e 2, totalizando R\$51.544,00 (cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais).

Palhoça, 21 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE CONTRATO N.º 061-2017 - GABEVIDA

Publicação Nº 1433023

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 061/2017 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica GABEVIDA LABORATÓRIO MÉDICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. OBJETO: – prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Patologia Clínica geral e especializada aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde. Valor do contrato: Dá-se a este instrumento o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

DATA: 20/10/2017.

Paraíso

PREFEITURA

PARECER REEQUILIBRIO PR 27-2016

Publicação Nº 1432386

PARECER JURÍDICO

Atendendo ao pedido feito pela Gerente Geral de compras, referente aos atos e decisões a serem tomados quanto aos acontecimentos referentes ao Processo de Licitatório nº 46/2016. Tendo em vista pedido de reequilíbrio econômico financeiro/ realinhamento de preço pela empresa vencedora NILOSUL IND. E COMERCIO LTDA, a qual alega que houve uma alteração na empresa que realiza o frete do produto licitado, e tal, agora é realizado a um custo mais elevado, aumentando assim o preço do Gás P.13 para R\$ 69,73 (sessenta e nove reais e setenta e três centavos). Assim a empresa requer um reequilíbrio financeiro no preço no valor de R\$ 69,73 (sessenta e nove reais e setenta e três centavos), para que possam suprir as despesas conforme margem que tinham anteriormente.

Analizando a documentação anexa, vê-se que o preço reajustado está demasiadamente elevado se comparado com o real aumento dos gastos da empresa.

Ainda deve-se levar em consideração a necessidade da administração, considerando tal processo licitatório em questão vence em Dezembro deste ano (2017), restando apenas poucos dias.

Assim, o parecer é a fim de INDEFERIR o pedido da empresa para reequilíbrio do preço do produto Gás de Cozinha.

É o parecer.

Paraíso, SC 21 de Novembro de 2017.

CARINE REGINA HANAUER

Procuradora Geral

OAB/SC 48.019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017 FMS

Publicação Nº 1432308

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/6
Processo Nº.: 27/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2017

No dia 10 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). MARINES ECKERT, inscrito no CPF sob o nº. 627.197.509-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2017, Processo Licitatório nº. 27/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS RESPONSÁVEIS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO - SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7482	DARUI V M ZIMMERMANN - ME	3, 4
6033	MECANICA FRONTEIRA LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DARUI V M ZIMMERMANN - ME	93.191.146/0001-42	Marcelo Tiecher Zimmermann	001.528.060-83
MECANICA FRONTEIRA LTDA	85.256.287/0001-78	Leane Maron Welter	016.205.789-05

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS RESPONSÁVEIS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO - SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6033 - MECANICA FRONTEIRA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 195/65 R 15, (RADIAL) INDICE DE CARGA/ VELOCIDADE 91/H	UN	PIRELLI	20,000	343,0000	6.860,00
2	PNEU 215/75 R 16, (RADIAL), 113/111, COM NO MINIO 8 LONAS	UND	PIRELLI	20,000	585,0000	11.700,00

Fornecedor: 7482 - DARUI V M ZIMMERMANN - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	PNEU 175/ AR 13, (RADIAL) TL/TT INDICE DE CARGA/ VELOCIDADE 82/T	UND	DUNLOP	60,000	193,0000	11.580,00
4	PNEU 205/75 AR 16 (RADIAL) - TT INDICE DE CARGA/ VELOCIDADE	UND	FALKEN	12,000	520,0000	6.240,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação probatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 27/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 3/6
Processo Nº.: 27/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 27/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 27/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 27/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 10 de Novembro de 2017.

MARINES ECKERT
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

DARUI V M ZIMMERMANN - ME

CNPJ: 93.191.146/0001-42 _____

MECANICA FRONTEIRA LTDA

CNPJ: 85.256.287/0001-78 _____

Passo de Torres

PREFEITURA

LEI 1062/2017

Publicação Nº 1433530

LEI Nº 1062 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Passo de Torres para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 31.000.000,00 (Trinta e um milhões de reais), sendo R\$ 24.781.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 6.219.000,00 (seis milhões, duzentos e dezenove mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 29.485.000,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.380.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta mil reais), em R\$ 24.670.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e setenta mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ 3.435.000,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais) as transferências financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1 .	RECEITAS CORRENTES	30.117.500,00
1.1.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.827.500,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	380.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	150.000,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.065.000,00
9.1	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE P/ FUNDEB	(2.955.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	2.322.500,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.062.500,00
	TOTAL:	29.485.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 –	GABINETE DO PREFEITO	795.000,00
03 –	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	2.248.113,00
04 –	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	12.689.000,00
05 –	SECRETARIA DE ESPORTES	365.000,00
07 –	SECRETARIA DE TURISMO	320.000,00
08 –	SECRETARIA DE DESENV. HUMANO E SOCIAL	1.025.000,00
09 –	SECRETARIA DE AGRICULTURA	265.000,00
10 –	SECRETARIA DA PESCA	280.000,00
11 –	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO	488.000,00
12 –	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	5.099.887,00
13 -	ENCARGOS GERAIS	1.000.000,00
14-	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	75.000,00
99 –	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	SOMA:	24.670.000,00

Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	3.435.000,00
Transferências Financeiras para a Câmara Municipal de Vereadores	1.380.000,00
SOMA:	4.815.000,00
TOTAL:	29.485.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	2.854.113,00
06	Segurança Pública	20.000,00
08	Assistência Social	1.080.000,00
12	Educação	12.294.000,00
13	Cultura	395.000,00
14	Direitos da Cidadania	189.000,00
15	Urbanismo	3.534.887,00
17	Saneamento	240.000,00
18	Gestão Ambiental	311.000,00
20	Agricultura	265.000,00
22	Indústria	457.000,00
26	Transporte	1.645.000,00
27	Desporto e Lazer	365.000,00
28	Encargos Especiais	1.000.000,00
99	Reserva de Contingência	20.000,00
	SOMA:	24.670.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.815.000,00
	TOTAL:	29.485.000,00

III– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	19.024.825,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.708.200,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	10.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	8.306.625,00
	DESPESAS DE CAPITAL	5.625.175,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	4.915.175,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	710.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
	SOMA:	24.670.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDO M. SAÚDE	3.435.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ CÂMARA	1.380.000,00
	TOTAL:	29.485.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 1.515.000,00 (Um milhão, quinhentos e quinze mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.435.000,00 (Três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 4.950.000,00 (Quatro milhões, novecentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.320.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1310.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	195.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	185.000,00
	SOMA:	1.515.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.435.000,00
	SOMA:	4.950.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, será realizada segundo a apresentação dos anexos

integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	4.950.000,00
99	Reserva de Contingência	0,00
	SOMA	4.950.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	4.630.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.058.060,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.751.940,00
	DESPESAS DE CAPITAL	320.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	320.000,00
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	0,00
	SOMA:	4.950.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES para o exercício de 2018, estima a as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.380.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.380.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta mil reais).

§ 1º - As Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, serão realizadas na forma prevista na legislação pertinente e demais aspectos das normas contábeis.

§ 2º - A Despesa da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	LEGISLATIVA	1.380.000,00
----	-------------	--------------

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.184.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	836.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	348.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	196.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	196.000,00
	SOMA:	1.380.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 5º - As despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, para o exercício de 2018, estão destacadas em órgão próprio da Administração Municipal no Orçamento da Unidade Gestora Central.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas próprias Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

99	Reserva de Contingência	20.000,00
	Passivos Contingentes	20.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observados os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 14/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial, até o limite dos seus saldos, observada a origem e a destinação dos recursos.

Art.8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.

III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

IV – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2018, através de autorização específica, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, verificados os limites da legislação eleitoral e demais dispositivos da legislação federal pertinente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão remetidos para a Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 15 – Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, as Destinações de Recursos poderão ser ajustadas àquelas, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 – Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2018 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Passo de Torres, 16 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 240/2017

Publicação Nº 1433527

PORTARIA 240 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Amaurete Joaquim kejellim, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada

para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Amaurete Joaquim kejellim, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 16 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 241/2017

Publicação Nº 1433528

PORTARIA 241 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Leonardo Silveira Maurer Gomes, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Leonardo Silveira Maurer Gomes, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 16 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 242/2017

Publicação Nº 1433529

PORTARIA 242 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Neusa Maria Machado da Silveira, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Neusa Maria Machado da Silveira, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 16 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2017

Publicação Nº 1433110

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: CONSTRUTORA ÁGUAS VERDES LTDA-ME

Valor Global: R\$ 62.390,40 (Sessenta e dois mil trezentos e noventa reais e quarenta centavos).

Vigência: Início: 15/11/2017 Término: 29/12/2017

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 001/2017

Dotação: 2.001.4490.00-80-4/2017 – Equipamentos Funcionais para o Legislativo.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE AJARDINAMENTO, PAISAGISMO E URBANISMO DO PÁTIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, Conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais determinações contidas no Edital.

Passo de Torres – SC, 14 de Novembro de 2017.

ALTEMIR CADEL CARDOSO

Presidente

Paulo Lopes

PREFEITURA

450/2017

Publicação Nº 1433579

PORTARIA Nº 450/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 102º, § 3º,

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER A LICENÇA SEM VENCIMENTO, a partir do dia 20 de novembro de 2017, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Idenis Pereira Matos Medeiros, matrícula nº. 699, ocupante do Cargo de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria Nº 295/2017 e prorrogada pela Portaria Nº 388/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 20 de novembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 22 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

451/2017

Publicação Nº 1433580

PORTARIA Nº 451/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 649/1994 e Edital de Chamamento Público Nº 003/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO TEMPORÁRIO de Ivan Custódio Padilha, matrícula nº 11427, ocupante do o Cargo de Odontólogo – PSF, junto a Secretaria Municipal de Saúde, admitido pela Portaria 351/2017, com carga horária de 40 horas semanais no período de 03/10/2017 até 02/01/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 20 de novembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 22 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

452/2017

Publicação Nº 1433581

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 452/2017

“Cria Comissão de Avaliação do Imóvel localizado na Rua Manoel Felipe, bairro Santa Cruz, para fins de desapropriação, nomeia seus membros e dá outras providências”.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR Comissão para elaboração de Laudo de Avaliação do imóvel, localizado na Rua Manoel Felipe, Bairro Santa Cruz, com área 80.016,15 m², constante na matrícula nº 8.530, Livro ° 2 – AQ do Registro de Imóveis de Garopaba, conforme planta em anexo.

Art. 2º - A comissão, criada por este ato, é composta dos seguintes membros:

- I – Amanda Alexandre Svaldi – Engenheira - CREA/SC 124549-1
- II – Eduardo Manoel da Rosa – Funcionário Público – Matrícula nº 987
- III – Heriberto Luis Giraldo – Corretor de Imóveis – CRECI/SC 6331

Art. 3º - A comissão para efeitos de execução dos seus serviços se subordinará a Secretaria de Administração.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de novembro 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 22 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

453/2017

Publicação Nº 1433585

PORTARIA Nº 453/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Rosilei Aparecida Figueredo Pereira, nomeada pela portaria 039/2012, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 10736, por 15 dias, entre o período de 13/11/2017 a 27/11/2017, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 22 de novembro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 22 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

454/2017

Publicação Nº 1433586

PORTARIA Nº 454/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I,

RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Dalianzo Antonio Bertoncini, nomeado pela Portaria nº 070/2002, ocupante do cargo de Odontólogo, Matrícula nº 723, Portaria de concessão nº 425/2017, até 07/11/2017 conforme comunicado de decisão em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 22 de novembro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 22 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

455/2017

Publicação Nº 1433594

PORTARIA Nº 455/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Gabriel Mendes dos Santos, nomeado pela portaria 376/2016, ocupante do cargo de Advogado, matrícula nº 11272, por 15 dias, entre o período de 21/11/2017 a 05/12/2017, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 22 de novembro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina em 22 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 17/2017 - PL Nº 65/2017

Publicação Nº 1432352

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos movidos a diesel, pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130. Centro, Paulo Lopes/SC, até às 09h55min do dia 05/12/2017.

A sessão se dará a partir das 10:00 horas do dia 05/12/2017, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 21 de novembro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

DECRETO 54/2017

Publicação Nº 1432380

DECRETO Nº 54/2017
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.683 de 14 de dezembro de 2016, aprova o seguinte Decreto:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação abaixo, no limite de R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 206.000,00
10.301.0013.1.065 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 206.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002014 – Aplicações Diretas R\$ 206.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.2.14.002014 – Convênio SES – RAI0 X, no valor de R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de novembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 437/2017

Publicação Nº 1433148

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na Portaria nº 437/2017 de 06 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 07/11/2017, onde se lê "para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente" Leia-se "para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Cultura, Turismo", permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes em 17 de novembro de 2017
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

DECRETO Nº 3228/2017 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1433481

DECRETO Nº 3228/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 319.673,91 (Trezentos e dezenove mil seiscentos e setenta e três reais e noventa e um centavos), para atender a seguinte dotação orçamentária, consoante preconiza o Art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 2.847, de 20 de dezembro de 2016 (LOA):

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Projeto: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde

Fonte de Recursos: 0.1.0064.0000 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/15 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 244.080,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/17 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 55.920,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.0008

Projeto: 2.071 – Proteção Social Especial de Média Complexidade

Fonte de Recursos: 0.1.6500.0000 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/43 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 5.902,17

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/44 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 13.771,74

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento dos créditos suplementares descritos no Art. 1º correrão por conta do excesso de arrecadação no presente exercício proveniente:

I - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado – Serviços de Proteção de Média Complexidade
Repasse – R\$ 19.673,91

II – Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde – Incremento temporário do componente de custeio do PAB
Repasse: R\$ 300.000,00 – Processo 25.000.422519/2017-22

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 21 de novembro de 2017

AQUILIES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário Municipal de Administração

EDITAL 01-2017-NOTIFICAÇÃO - PLANEJAMENTO

Publicação Nº 1433047

Prefeitura Municipal de Penha

Secretaria Municipal de Planejamento

Fiscalização de Obras e Posturas

Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor a Christiane Mara Coelho, CPF: 022.665.849-01, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 007/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio localizado a R Calisto Luiz Honorio - Centro – Penha – SC, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas, bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Francisco Romualdo Nascimento, CPF: 143.706.389-68, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 008/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio localizado a R General Juliao Muller Neiva de Lima - Centro – Penha - SC, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

Prefeitura Municipal de Penha

Secretaria Municipal de Planejamento

Fiscalização de Obras e Posturas

Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Pedro Kramer Diotalevi, CPF: 111.522.069-15, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 009/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio localizado a R Marechal Randon, sn – Praia de Armação – Penha - SC, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Sigifredo Schiochet , CPF: 316.810.349-72, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 010/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio localizado R Goias, Praia de Armação de Itapocoroy - Penha - SC, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria Municipal de Planejamento
Fiscalização de Obras e Posturas
Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Adilson Vieira , CPF: 009.977.499-20, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 011/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio R Joaquim Sergio Tavares, S/N - Centro – Penha - SC, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Milton Alves, CPF: 019.525.608-53, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 012/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio R Cisenato Vieira - Gravatá – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria Municipal de Planejamento
Fiscalização de Obras e Posturas
Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Erich Cerchiari , CPF: 260.586.038-89, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 013/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio : R Olindio Rodolfo de

Souza, S/N - Praia de Armação de Itapocoroy – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Hercilio Sebastiao Bernardo , CPF: 217.980.289-72, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 014/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio R José Cirício de Souza - Praia de Armação de Itapocoroy – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria Municipal de Planejamento
Fiscalização de Obras e Posturas
Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Jose Jorge Salvador, CPF: 390.169.519-20, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 015/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio R General Juliao Muller Neiva de Lima - Centro – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Germano Jose Muller, CPF: 689.392.488-72, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 016/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio R Nilo Anastacio Vieira - Centro – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria Municipal de Planejamento
Fiscalização de Obras e Posturas
Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Valdir Policarpo de Carvalho - espólio, CPF: 433.485.999-20, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 017/2017 em face da

constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno : R Nilo Anastacio Vieira - Centro – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Roberto Zimmermann Leandro , CPF: 871.035.759-91, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 018/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno : R Joaquim Paulo Vogel - Centro – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria Municipal de Planejamento
Fiscalização de Obras e Posturas
Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Espolio de Luiz Gonzaga Medeiros , CPF: 252.240.349-49, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 019/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno R Luiz Lopes Gonzaga Medeiros sn – Praia de Armação – Penha - SC com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Espolio de Luiz Gonzaga Medeiros , CPF: 312.595.459-20, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 020/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno R Luiz Lopes Gonzaga Medeiros sn – Praia de Armação – Penha – SC, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA : 01.04.005.0019.000, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria Municipal de Planejamento
Fiscalização de Obras e Posturas
Edital nº 001/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Laerte Silvio Tavares, CPF: 166.493.469-34, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 021/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno Av Eugenio Krause, sn Lot Jardim Tavares – Penha - SC, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor Espolio de Mohamad Fauzi El Jamal, CPF: 911.872.307-15, que na data de 06/11/2017 foi lavrado contra si a Auto de Infração nº 022/2017 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Rua Jose Abrahao Francisco , Sn lote 133 Lot Jardim Praia Alegre – Penha - SC, com acúmulo de resíduos, águas estagnadas bem como quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública;

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 2338/2010, fixando o prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 06 de Novembro de 2017

EDITAL 04-2017-NUTRICIONISTA-HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 1433413

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO –EDITAL 04/2017 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a homologação das inscrições deferidas do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº. 04/2017, destinado a formação de cadastro de reserva de NUTRICIONISTAS, conforme segue:

Número da Inscrição	Nome completo
01	CARINE BAUMGARTEL
02	MONICA ROSA MACHADO
03	MELISSA WAGNER NEPPEL
04	ANDRESSA LORENZONI FRIZZO
05	TIELI CERUTTI DE ALMEIDA
06	PENELOPE VIZONI MATTOS PEDROSO DE OLIVEIRA
07	JÉSSICA DOS REIS
08	DORIZETE DA PARECIDA RIBEIRO
09	ISETE REGINA DONATO BAPTISTOTI
10	ANGELICA APARECIDA FLORES

11	JULIANA MALINOVSKI
12	TATIANE WOSNES
13	LAÍS SABRINE DE OLIVEIRA
14	SANDY APARECIDA BARTHOLO
15	JERUSA ANGELICA GARCIA
16	KARINA DIAS
17	MARIANA TEODORO DOS SANTOS

NOME	RECURSO
LUANA MESQUITA BENI	INDEFERIDO

PENHA/SC, 21 de novembro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 130/2017

Publicação Nº 1432388

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 98/2017, Inexigibilidade de Licitação nº 18/2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação da Banda Cathedral para apresentação musical com fornecimento de equipamento de sonorização e iluminação para animação da abertura natalina que acontecerá dos dias 01 de Dezembro de 2017.

Valor: R\$ 4.400,00 (Quatro mil e quatrocentos reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2017.

Contratado: CRISTIANO BAGGIO 054.693.939-25

CNPJ: 21.297.563/0001-63

Data de Vigência: 27/10/2017 a 10/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 27 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Valor: R\$ 274.143,77 (Duzentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e três reais e setenta e sete centavos).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2017
SETIMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2015.

Contratado: J. DOS SANTOS - EPP

CNPJ: 10.872.564/0001-78

Município de Peritiba – SC em 07 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 133/2017

Publicação Nº 1432393

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 106/2017 , Dispensa de Licitação nº 22/2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para prestar serviços de implantação do sistema on-line de legislação municipal, publicação e consolidação dos Atos Oficiais do Município de Peritiba.

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2017.

Contratado: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CNPJ: 03.725.725/0001-35

Data de Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 10 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 131/2017

Publicação Nº 1432389

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 99/2017, Inexigibilidade de Licitação nº 19/2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação da Banda CIA MUSICAL para apresentação musical com fornecimento de equipamento de sonorização e iluminação para animação da abertura natalina que acontecerá dos dias 23 de Dezembro de 2017.

Valor: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2017.

Contratado: ELORI PORT 34793631991

CNPJ: 18.793.024/0001-00

Data de Vigência: 27/10/2017 a 30/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 27 de Outubro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 134/2017

Publicação Nº 1432395

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de licitação nº 36/2017 Credenciamento Universal nº 01/2017 e o Processo de Licitação nº 107/2017 Inexigibilidade nº 20/2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município para o ano de 2017 a 2020.

Valor: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2017.

Contratado: LECIO MARAFON

CPF: 182.876.039/00

Data de Vigência: 10/11/2017 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 10 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 132/2017

Publicação Nº 1432390

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 34/2014, Tomada de preços nº 02/2014.

Objeto: O presente contrato tem por objeto Registrar a supressão de valor para Execução da obra de Redes de Água para as Comunidades de Alto São Pedro, Linha Caravágio, Linha Maria Goretti, Linha Vila Nova e Linha São Miguel, a serem executadas de acordo com o parecer emitido pelo Engenheiro Civil.

EXTRATO DE CONTRATO 135/2017

Publicação Nº 1432397

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 110/2017, Dispensa de licitação nº 23/2017.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de avaliação de imóveis indicados pelo município.

Valor: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2017.

Contratado: CRISTAL IMOBILIÁRIA LTDA ME

CNPJ: 80.747.124/0001-74

Data de Vigência: 10/11/2017 a 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 10 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 136/2017

Publicação Nº 1432399

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 111/2017, Dispensa de licitação nº 24/2017.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de avaliação de imóveis indicados pelo município.

Valor: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2017.

Contratado: IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

CNPJ: 85.289.544/0001-78

Data de Vigência: 10/11/2017 a 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 10 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 137/2017

Publicação Nº 1432400

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 112/2017, Dispensa de licitação nº 25/2017.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de avaliação de imóveis indicados pelo município.

Valor: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2017.

Contratado: BERTA CORRETORA DE IMÓVEIS E SEGUROS

CNPJ: 00.282.745/001-90

Data de Vigência: 10/11/2017 a 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 10 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 138/2017

Publicação Nº 1432402

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 73/2017, Pregão Presencial nº 30/2017.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de um Trator de esteiras novo, ano/modelo igual ou superior a 2017.

Valor: R\$ 531.500,00 (Quinhentos e trinta e um mil e quinhentos reais).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2017.

Contratado: MANTOMAC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 79.879.318/0001-44

Data de Vigência: 17/11/2017 a 31/12/2017.

Município de Peritiba – SC em 17 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 115/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017**

Publicação Nº 1433135

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, cujo processamento e julgamento darão na forma Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Municipal 1927/2012, e nas condições do edital do Processo de Licitação 115/2017 e Concorrência 04/2017. Objeto: A Concessão de direito real de uso não remunerado sobre bem imóvel, localizado na área industrial, SC 390, Linha Gaúcha, de propriedade do Município de Peritiba, conforme previsão expressa na Lei n. 1927/2012, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento empresarial, com as seguintes especificações:

Parte do lote rural nº 489 da Colônia Rio Uruguai, com área total de 12.000 m², sendo que a área concedida será de: com área de 3.326,16m², conforme mapa em anexo, com a edificação de um barracão industrial em alvenaria com área total de 1.222,49 m², situado na área industrial, SC 390, Linha Gaúcha, Peritiba – SC, matrícula nº 13.948, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia. Data da Entrega dos envelopes e abertura: até às 09h do dia 26/12/2017. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 21 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 116/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2017**

Publicação Nº 1433582

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, cujo processamento e julgamento darão na forma Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Municipal 1927/2012, e nas condições do

edital do Processo de Licitação 116/2017 e Concorrência 05/2017. Objeto: A Concessão de direito real de uso não remunerado sobre parte do lote rural nº 498 e 499 da Colônia Rio Uruguai, com área total de 41.247,50m², sendo com a edificação de um barracão empresarial em alvenaria com área total de 625,66 m², situado na Linha Cruz e Souza, Peritiba – SC, matrícula nº 6.362, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia. Tudo conforme mapas das edificações e da área anexos, parte integrante deste Edital, conforme previsão expressa na Lei n. 1927/2012, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento empresarial.

1.2 A concessionária deverá promover a coleta do lixo reciclável urbano de segunda a sexta-feira nas casinhas identificadas ou em outros locais identificados, bem como a coleta na área rural do município a cada 3 meses. Data da Entrega dos envelopes e abertura: até às 14h do dia 26/12/2017. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 21 de Novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 117/2017 PREGÃO Nº 53/2017

Publicação Nº 1433139

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – para Registro de preços, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 117/2017 – Pregão Presencial 53/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e coletivo, a serem utilizados pelos servidores da administração pública municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 06/12/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 06/12/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 21 de Novembro de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 118/2017 PREGÃO Nº 54/2017

Publicação Nº 1433141

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 118/2017 – Pregão Presencial 54/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos lubrificantes, filtros e baterias para veículos e máquinas da frota municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h do dia 06/12/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 06/12/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 21 de Novembro de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 119/2017 PREGÃO Nº 55/2017

Publicação Nº 1433152

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 119/2017 – Pregão Presencial 55/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores Novos para veículos e máquinas do Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 07/12/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 07/12/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 21 de Novembro de 2017
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 120/2017 PREGÃO Nº 56/2017

Publicação Nº 1433155

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 120/2017 – Pregão Presencial 56/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2018. DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h do dia 07/12/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 07/12/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 21 de Novembro de 2017
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 121/2017 CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017

Publicação Nº 1433158

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, a Lei nº. 11.947 / 2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 026/2013 e suas alterações, e nas condições do edital do Processo de Licitação 121/2017 e CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental no 3º quadrimestre de 2017, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Data da Entrega dos envelopes e abertura: até as 09:00h do dia 13/12/2017. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 21 de Novembro de 2017
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 122/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017

Publicação Nº 1433161

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 122/2017 – Dispensa de Licitação 27/2017 - PMP

Objeto: Aquisição de serviços para show pirotécnico Natalino juntamente com os equipamentos necessários, com duração de 05 a 06 minutos, a ser realizado no dia 01 de Dezembro de 2017.

Dados do Contrato: Contrato nº 140/2017 / Contratado: EXPLO-SÃO FOGOS DE ARTIFÍCIOS E SHOWS PIROTÉCNICOS LTDA - ME - CNPJ sob o nº 11.890.428/0001-73 - Data do Contrato: 21/11/2017 - Valor do Contrato: R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24.

Peritiba SC., 21 de Novembro de 2017
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO

Publicação Nº 1432280

Extrato do contrato da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Processo Administrativo Nº: 53/2017

Tomada de Preço Nº: 06/2017

Contrato Nº: 31/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Contratada: Imperial Locação de Equipamentos LTDA -ME

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para terraplenagem, pavimentação com revestimentos em peças pré-moldadas de concreto-PPCs, sinalização viária da Rua Clarindo Guarezi , conforme projeto básico, planilha orçamentária , cronograma físico e BDI, referente ao convênio Nº 2014TR003777.

Valor: 80.481,99

PORTARIA Nº 0314/2017

Publicação Nº 1432143

PORTARIA Nº 0314/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar a Servidora de acordo com a tabela abaixo;

GABRIELA DE MEDEIROS RODRIGUES	CHEFE DE SETOR DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA
--------------------------------	---

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 20 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0315/2017

Publicação Nº 1432145

PORTARIA Nº 0315/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. De acordo com o processo seletivo 002/2017 contratar a servidora, conforme tabela abaixo:

ADRIANA DOMINGOS MENDES	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO
-------------------------	--------------------------------------

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 20 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0316/2017

Publicação Nº 1432146

PORTARIA Nº 0316/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Contratar para o cargo de provimento "Comissionado" a servidora, conforme tabela abaixo:

MARCELLA BEZ FONTANA	ASSESSOR JURIDICO
----------------------	-------------------

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 20 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0317/2017

Publicação Nº 1432148

PORTARIA Nº 0317/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Alterar o cargo do servidor de provimento "Comissionado", conforme tabela abaixo:

LEANDRO FRANCISCO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SAÚDE
-------------------	--

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 20 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

Publicação Nº 1432283

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2017 – PMPB
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2017 – PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a Contratação de pessoa jurídica para continuação da construção de uma escola no bairro Sertão da Estiva, de 1.192,80 m², conforme projetos e planilhas orçamentárias nos anexos do edital, através do Convênio entre o Município de Pescaria Brava e FNDE, sob o PAR nº 32391. Quantidades e especificações nos anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor Preço Global. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 08/12/2017 às 09:00 horas. Esta licitação encontra-se publicada no site www.pescariabrava.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3646-2013 no Setor de Licitações, E-mail: compras@pescariabrava.sc.gov.br. Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 20 de novembro de 2017.

Deyvisonn da Silva de Souza

PREFEITO MUNICIPAL.

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 089/2017

Publicação Nº 1432394

DECRETO Nº. 089, de 06 de Novembro de 2017.
CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85 e Art. 126 da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº. 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º. Constitui e nomeia membros para compor a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, que será formada pelos senhores: Jackson Marcondes Calbusch, Eloy Roberto Cunha, Thomas Krause, Mário Cesar Kammers e Claudete Schütz Hinghaus, sob a presidência do primeiro, com o fim especial de apurar o valor comercial dos bens de propriedade do Município de Petrolândia, para fins de alienação, através de leilão, conforme ANEXO I.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 06 de Novembro de 2017.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

(Decreto nº. 089 de 06 de Novembro de 2017.)

RELAÇÃO DOS BENS PARA AVALIAÇÃO DA COMISSÃO

BENS IMÓVEIS:

– 01 terreno rural, com área superficial de 1.162,50 m², situado em Alto Barra Nova (Serra da Barra Nova), Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 45,00m; ao SUL, com a Rodovia Municipal, onde mede 48m; LESTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 25,00m e ao OESTE, com terras de Geraldo Franz, de igual metragem. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 10.903, sobre este uma edificação em alvenaria, com área aproximada de 82,55 m².

– 01 terreno rural, com área superficial de 1.575,00 m², situado localidade Serra Grande, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com terras de Perpétua Ferreira, onde mede 35,00 metros; ao SUL com terras de João Maria Pereira, onde mede 35,00 metros; a LESTE com terras de Margarida Nogueira da Costa, onde mede 45,00 metros; e ao OESTE com a Estrada Geral Serra Grande, onde mede 45,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.311, sobre este uma edificação mista, com área aproximada de 159,90 m², murada.

– 01 terreno rural, com área superficial de 3.040,00 m², situado localidade Rio Maracujá, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com a Estrada Municipal, onde mede 70,00 metros; ao SUL com terras de Altino do Amarante, onde mede 60,00 metros; a LESTE com terras de Altino Amarante, onde mede 60,00 metros; e ao OESTE com terras de Altino Amarante, onde mede 40,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.313, sem benfeitorias.

– 01 terreno rural, com área superficial de 700,00 m², situado localidade Rio Maracujá, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com a Estrada Municipal, onde mede 20,00 metros; ao SUL com terras de Raulino Sommer, onde mede 20,00 metros; a LESTE com terras de Raulino Sommer, onde mede 35,00 metros; e ao OESTE com terras de Raulino Sommer, onde mede 35,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.315, sobre este uma edificação em alvenaria, com área aproximada de 70,95 m², murada.

BENS MÓVEIS:

– 01 (um) Ônibus Mercedes Benz/OF 1318, 52 lugares, ano 1990, modelo 1991, placa KBC-6780, RENAVAL 122359810, Chassi 9BM384088LB887385, cor branca, diesel;

– 01 (um) MICROÔNIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, 12 lugares, ano/modelo 2009, Placa MGJ-7844, RENAVAL 138409900, Chassi 9BWMF7X99P024679, cor branca, Álcool/Gasolina.

– 01 (um) MICROÔNIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, 12 lugares, ano 2009, modelo 2010, Placa MGP-4305, RENAVAL 154637149, Chassi 9BWMF07X4AP001069, cor branca, Álcool/Gasolina.

– 01 (um) automóvel PEUGEOT 408 ALLURE, 4 lugares, ano 2013, modelo 2014, placa MKJ-5650, RENAVAL 597967873, chassi 8AD-4DRFJWEGO12197, cor branca, álcool/gasolina.

– 01 (uma) sucata de DUCATO ano 2011/2012.

– 01 (uma) MESA VIBRATÓRIA PARA FABRICAR LAJOTAS, com motor e uma forma.

– 01 (um) SOLDADOR, com potência R375NM.

– 01 (uma) LÂMINA HIDRÁULICA da marca Cobra para trator.

– SUCATAS DIVERSAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 06 de Novembro de 2017.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS
(Decreto nº. 089, de 06 de Novembro de 2017.)

Aos nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se os membros nomeados para a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis para Leilão Público do Município de Petrolândia, senhor Jackson Marcondes Calbusch, Engenheiro Civil e Presidente da Comissão, senhor Eloy Roberto Cunha, Secretário Adjunto da Juventude, Esporte e Turismo e Secretário da Comissão, Mário Cesar Kammers, servidor público, Thomas Krause, servidor público na função de mecânico, e Claudete Schütz Hinghaus, servidora pública e responsável pelo Departamento de Patrimônio, para procederem a avaliação dos bens a seguir relacionados:

LOTE 01 – 01 terreno rural, com área superficial de 1.162,50 m², situado em Alto Barra Nova (Serra da Barra Nova), Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 45,00m; ao SUL, com a Rodovia Municipal, onde mede 48m;

LESTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 25,00m e ao OESTE, com terras de Geraldo Franz, de igual metragem. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 10.903, sobre este uma edificação em alvenaria, com área aproximada de 82,55 m².
Valor comercial avaliado: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

LOTE 02 – 01 terreno rural, com área superficial de 1.575,00 m², situado localidade Serra Grande, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com terras de Perpétua Ferreira, onde mede 35,00 metros; ao SUL com terras de João Maria Pereira, onde mede 35,00 metros; a LESTE com terras de Margarida Nogueira da Costa, onde mede 45,00 metros; e ao OESTE com a Estrada Geral Serra Grande, onde mede 45,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.311, sobre este uma edificação mista, com área aproximada de 159,90 m², murada.
Valor comercial avaliado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

LOTE 03 – 01 terreno rural, com área superficial de 3.040,00 m², situado localidade Rio Maracujá, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com a Estrada Municipal, onde mede 70,00 metros; ao SUL com terras de Altino do Amarante, onde mede 60,00 metros; a LESTE com terras de Altino Amarante, onde mede 60,00 metros; e ao OESTE com terras de Altino Amarante, onde mede 40,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.313, sem benfeitorias.
Valor comercial avaliado: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

LOTE 04 – 01 terreno rural, com área superficial de 700,00 m², situado localidade Rio Maracujá, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com a Estrada Municipal, onde mede 20,00 metros; ao SUL com terras de Raulino Sommer, onde mede 20,00 metros; a LESTE com terras de Raulino Sommer, onde mede 35,00 metros; e ao OESTE com terras de Raulino Sommer, onde mede 35,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.315, sobre este uma edificação em alvenaria, com área aproximada de 70,95 m², murada.
Valor comercial avaliado: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

LOTE 05 – 01 (um) Ônibus Mercedes Benz/OF 1318, 52 lugares, ano 1990, modelo 1991, placa KBC-6780, RENAVAL 122359810, Chassi 9BM384088LB887385, cor branca, diesel;
Valor comercial avaliado: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

LOTE 06 – 01 (um) MICROÔNIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, 12 lugares, ano/modelo 2009, Placa MGJ-7844, RENAVAL 138409900, Chassi 9BWMF7X99P024679, cor branca, Álcool/Gasolina.
Valor comercial avaliado: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

LOTE 07 – 01 (um) MICROÔNIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, 12 lugares, ano 2009, modelo 2010, Placa MGP-4305, RENAVAL 154637149, Chassi 9BWMF07X4AP001069, cor branca, Álcool/Gasolina.
Valor comercial avaliado: R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais).

LOTE 08 – 01 (um) automóvel PEUGEOT 408 ALLURE, 4 lugares, ano 2013, modelo 2014, placa MKJ-5650, RENAVAL 597967873, chassi 8AD4DRFJWEGO12197, cor branca, álcool/gasolina.
Valor comercial avaliado: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

LOTE 09 – 01 (uma) sucata de DUCATO ano 2011/2012.
Valor comercial avaliado: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

LOTE 10 – 01 (uma) MESA VIBRATÓRIA PARA FABRICAR LAJOTAS, com motor e uma forma.
Valor comercial avaliado: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

LOTE 11 – 01 (um) SOLDADOR, com potência R375NM.
Valor comercial avaliado: R\$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 12 – 01 (uma) LÂMINA HIDRÁULICA da marca Cobra para trator.
Valor comercial avaliado: R\$ 200,00 (duzentos reais).

LOTE 13 – 04 (quatro) SUCATAS DE FREEZERS.
Valor comercial avaliado: R\$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 14 – SUCATA (DIVERSA) DE ESTUFA HOSPITALAR + CADEIRAS DE RODAS + MACA + CADEIRA ODONTOLÓGICA + ARQUIVO DE AÇO + DIVERSOS DE CARTEIRAS E CADEIRAS ESCOLARES, entre outros.
Valor comercial avaliado: R\$ 100,00 (cem reais).

LOTE 15 – SUCATA DE QUEIJARIA EM INOX.
Valor comercial avaliado: R\$ R\$ 100,00 (cem reais).

LOTE 16 – 11 (onze) IMPRESSORAS funcionando + 13 IMPRESSORAS que não funcionam.
Valor comercial avaliado: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

LOTE 17 – SUCATA DE 06 (seis) MONITORES.
Valor comercial avaliado: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

LOTE 18 – SUCADE DE 03 (três) ROÇADEIRAS + 01 (um) MOTOR-SERRA.
Valor comercial avaliado: R\$ 100,00 (cem reais).

LOTE 19 – SUCATA DE INFORMÁTICA (CPUs + NOTEBOOK) parcialmente funcionando.
Valor comercial avaliado: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

LOTE 20 – SUCATA DIVERSA (TVs + RÁDIOS + DVDs + RECEPTORES + APARELHO DE SOM + RETROPROJETOR, entre outros).
Valor comercial avaliado: R\$ 30,00 (trinta reais).

LOTE 21 – SUCATA DIVERSA (TECLADOS + RELÓGIOS PONTO + ESTABILIZADORES + CARTUCHOS + NOBREAK, entre outros).
Valor comercial avaliado: R\$ 30,00 (trinta reais).

LOTE 22 – SUCATA DIVERSA (RELÓGIOS DE PAREDE + AR CONDICIONADO + LIQUIDIFICADORES + BATEDERIA + FORNO ELÉTRICO + ESTUFAS, entre outros).
Valor comercial avaliado: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

LOTE 23 – 04 (quatro) BOTIJOES PARA SÊMEM.
Valor comercial avaliado: R\$ 100,00 (cem reais).

LOTE 24 – SUCATA DE 05 (cinco) FOGÕES INDUSTRIAL + 01 (um) FOGÃO DOMÉSTICO de 04 bocas.
Valor comercial avaliado: R\$ 100,00 (cem reais).

LOTE 25 – 02 (DOIS) FOGÕES INDUSTRIAL.
Valor comercial avaliado: R\$ 100,00 (cem reais).

Decididos os valores comerciais dos bens avaliados e nada mais havendo a ser tratado, foi dada por encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata que será assinada pelos membros da Comissão de Avaliação.

Petrolândia, 09 de Novembro de 2017.

JACKSON MARCONDES CALBUSCH PRESIDENTE		ELOY ROBERTO CUNHA SECRETÁRIO
MÁRIO CESAR KAMMERS MEMBRO	THOMAS KRAUSE MEMBRO	CLAUDETE SCHÜTZ HINGHAUS MEMBRO

DECRETO Nº. 090/2017

Publicação Nº 1432396

DECRETO Nº. 090, de 06 de Novembro de 2017.
CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.655/2016, de 20 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$. 350.124,99 (trezentos e cinquenta mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (163) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0132 – Recursos Ordinários
..... R\$ 100.000,00**Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (164) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0132 – Recursos Ordinários
..... R\$ 60.000,00**Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

Unidade 01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Proj./Atividade – 2.038 – Conservação das Estradas

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (166) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0132 – Recursos Ordinários
..... R\$ 170.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0132 – Recursos Ordinários – Exercício Anterior, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$. 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.025 – Merenda Escolar

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (165) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0133 – Recursos MDE
..... R\$ 20.124,99

Art. 3º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0133 – Recursos MDE – Exercício Anterior, constante do Balanço Da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$. 20.124,99 (vinte mil, cento e vinte e quatro

reais e noventa e nove centavos).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 06 de Novembro de 2017.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO CHAMAMENTO - CREDENCIAMENTO 007-2017 - ESPECIALISTA EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO

Publicação Nº 1433379

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO –SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados que está procedendo o CHAMAMENTO PÚBLICO a partir de 22/11/2017, horário das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h na Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, na Av. São Paulo, 1615, Centro, para fins de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS OU FÍSICAS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA COM ESPECIALIZAÇÃO EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO para realização de consultas, procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais para atendimentos das demandas do Fundo de Saúde de Pinhalzinho, conforme condições constantes no Edital de Credenciamento.

Informações complementares pelo fone (49) 3366-6600 ou e-mail compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, dia 22 de Novembro de 2017.
Elmo Zanchet
Secretário de Saúde

AVISO CHAMAMENTO - CREDENCIAMENTO 008-2017 - EXAMES LABORATORIAIS TABELA SUS

Publicação Nº 1433381

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO –SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados que está procedendo o CHAMAMENTO PÚBLICO a partir de 22/11/2017, horário das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h na Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, na Av. São Paulo, 1615, Centro, para fins de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, ao preço da Tabela SUS, conforme condições constantes no Edital de Credenciamento.

Informações complementares pelo fone (49) 3366-6600 ou e-mail compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, dia 22 de Novembro de 2017.
Elmo Zanchet
Secretário de Saúde

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 011-2017 - FMS

Publicação Nº 1433363

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2017 - FMS

Objeto: Contratação de empresa Especializada para Fornecimento de Mão de obra e Peças (originais ou similares) para retífica do motor do veículo PEUGEOT/BOXER, placas OKF-1857, Patrimônio nº 11532. (Exclusiva ME e EPP)

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 05/12/2017.

Abertura: dia 05/12/2017, às 08:45h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, 22 de Novembro de 2017.
Elmo Zanchet
Secretário de Saúde

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO Nº 380/2017

Publicação Nº 1432892

CONTRATO Nº 380/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PAPEL TIMBRADO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JANGO INDUSTRIA GRAFICA LTA, autorizado através do Processo n. 320/2017, Licitação n. 209DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: JANGO INDUSTRIA GRAFICA LTA
CNPJ-MF nº 22.883.043/0001-03
Endereço: RUA ABRÃO BRANDALISE, 373, CENTRO,
Videira-Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 209DL2017, datado de 13/11/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PAPEL TIMBRADO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	34984 - PAPEL OFÍCIO TIMBRADO , 21x 29 , 7 , 4X0 COR , NO PAPEL SUL-FITE 90 gr	un	2.000	0,14	280,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
3 - Administração Geral
2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
99 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 209DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes

sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 13 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

JANGO INDUSTRIA GRAFICA LTA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO Nº 384/2017

Publicação Nº 1433425

CONTRATO Nº 384/2017

Termo de Contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECIMENTO DE PROGRAMA DE SOFTWARE DE GESTÃO MUNICIPAL celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PUBLICA INFORMATICA LTDA, autorizado através do Processo n. 322/2017, Licitação n. 211DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: PUBLICA INFORMATICA LTDA

CNPJ-MF nº 95.836.771/0001-20

Endereço: Rua Rua Içara, 151, Itoupava Seca,

Blumenau-Santa Catarina – CEP 89.030-170

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 211DL2017, datado de 13/11/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECIMENTO DE PROGRAMA DE SOFTWARE DE GESTÃO MUNICIPAL

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	31906 - Locação de Software	SV	4	6.601,21	26.404,84

TOTAL CONTRATADO: R\$ 26.404,84 (vinte e seis mil e quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2001 - GABINETE DO PREFEITO
4 - Administração
122 - Administração Geral
2 - Gestão Administrativa Superior
2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO
95 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 211DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 13 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA
PUBLICA INFORMATICA LTDA
REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO 4698

Publicação Nº 1432370

DECRETO Nº 4.698, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.
DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Fundo de Assistência Social de Pinheiro Preto no valor de R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora:4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:8 - Assistência Social
Subfunção:244 - Assistência Comunitária
Programa:5 - Assistência Social Geral
Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Despesa 11
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo de Assistência Social de Pinheiro Preto, no valor de R\$3.700,00 (Três mil e setecentos reais):

Unidade Gestora:4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:8 - Assistência Social
Subfunção:244 - Assistência Comunitária
Programa:5 - Assistência Social Geral
Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Despesa 12
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO 4699

Publicação Nº 1433382

DECRETO Nº 4.699, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 52.895,74 (Cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
 Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
 Função:10 - Saúde
 Subfunção:301 - Atenção Básica
 Programa:9 - Saúde Com Qualidade
 Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
 Fonte de recurso:3 33 - Transferências de Convênios - União/Saúde

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 6.164-6 Emenda Parlamentar)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2017.
 PEDRO RABUSKE
 PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1973

Publicação Nº 1432971

LEI Nº 1.973, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 422, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1986 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL).

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso I, da Lei Orgânica: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo X - Tabela "Taxa de Licença Para o Exercício de Comércio Eventual, Ambulante ou Feirante", da Lei Complementar nº 422, de 05 de dezembro de 1.986 (Código Tributário Municipal), com alterações da Lei Complementar nº 134, de 18 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

LEI Nº 1.973, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANEXO X

TABELA

TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE COMÉRCIO EVENTUAL, AMBULANTE OU FEIRANTE

VALOR EM PORCENTAGEM DO VRM			
MEIO DE COMÉRCIO	PERÍODO DE ATIVIDADES		
	Dia	Mês	ANO
a) vendedor com cesta e assemelhados	5,0 %	25 %	130 %
b) com carrinho manual	5,0 %	25 %	130 %
c) com mesa ou bancada	8,0 %	33 %	150 %
d) veículo automotor e ("trailer")	18,0 %	65 %	170 %
e) artesanatos	5,0 %	25 %	130 %
f) outros meios de comércio ambulante	8,0 %	33%	165 %

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à publicação, respeitado o princípio nonagesimal, na forma do disposto no art. 150, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 21 de novembro de 2017.
 PEDRO RABUSKE
 Prefeito Municipal

LEI 1974

Publicação Nº 1432972

LEI Nº 1.974, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
CONCEDE ABONO SALARIAL A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É concedido aos Servidores públicos municipais ativos ocupantes de cargos de provimento efetivo, incluídos os empregados públicos municipais, aos servidores temporários, comissionados, exceto agentes políticos (secretários), e Conselheiros Tutelares, um abono salarial no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), a ser pago em parcela única até 10 (dez) dias após a entrada em vigor da presente Lei.

Parágrafo único. O abono concedido tem por objetivo valorizar o servidor pela dedicação ao serviço público, considerada para todos os fins e efeitos legais como verba não salarial, não integrando a base de cálculo do salário de contribuição e não se incorporará para nenhum efeito legal à remuneração dos servidores.

Art. 2º A despesa decorrente da presente lei correrá à conta de dotação prevista na Lei de Orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 21 de novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 414

Publicação Nº 1432165

PORTARIA Nº 414, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando solicitação da Comissão;

Considerando o disposto no art. 240 da Lei Complementar Municipal n. 016/2012,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica prorrogado em 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos referente Processo Administrativo 078/2017.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 13 de novembro de 2017

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 423, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433257

PORTARIA Nº 423, DE 20 de novembro DE 2017.
EXONERA, danielli Possera DA FUNÇÃO TEMPORÁRIO DE Professor Regente para educação infantil - ÁREA I.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o retorno da servidora efetiva Solange Aparecida Batista Manica;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 20 de novembro de 2017, danielli Possera, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 081.849.649-51, da função em caráter temporário de Professor Regente para educação infantil - ÁREA I, nomeada pela portaria 345 de 04 de setembro de 2017, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de novembro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 20 de novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO 003 - EDITAL TESTE SELETIVO 004

Publicação Nº 1433339

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N. 003/2017

Promove alteração, para um índice maior de aprovação, no Edital nº 004/2017, que abre inscrições e fixa normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário no Município de Pinheiro Preto/SC.

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito PEDRO RABUSKE, torna público que foram promovidas as seguintes alterações no Edital n 004/2017, que abre inscrições e fixa normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário no Município de Pinheiro Preto, referente item IX – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL, tendo em vista erro material, passando referido item a ter a seguinte redação:

Item IX: DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.2 A Nota final para os cargos avaliados com a prova escrita e objetiva mais a titulação será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NF = ((NaCG \times 0,29 + NaCP \times 0,33 + NaCM \times 0,31 + NaCE \times 0,37) + (T))$$

Os demais termos do Edital permanecem inalterados.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 076/2017

Publicação Nº 1432890

TERMO ADITIVO 076/2017**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º: 097/2017**

Termo Aditivo de Contrato de FORNECIMENTO DE MATERIAL EQUIPAMENTOS/MATERIAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JOSE THIAGO DE SOUZA, autorizado através do Processo Nº 047/2017 Licitação Nº020/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL – registro de preços

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: JOSE THIAGO DE SOUZA
CNPJ-MF nº. 12.532.054/0001-87
Endereço (sede): Rua Nereu Ramos, 346
Campos Novos - SC
Representada por: José Thiago de Souza

FUNDAMENTO LEGAL.

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo Nº 047/2017 Licitação Nº020/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL – registro de preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

1.1 O Município, na data de 22 de fevereiro de 2017, firmou contrato com a empresa JOSE THIAGO DE SOUZA, contrato nº 097/2017, cujo objeto visa a aquisição de material para secretaria de agricultura e departamento de urbanismo.

1.2 Tendo em vista a necessidade de adquirir tinta branca para pintura do meio fio das ruas centrais do município, a pedido da secretaria de agricultura e meio ambiente.

MATERIAIS:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
41	Tintas branca fosca (base de água) para meio fio – baldes 18 litros	04	170,00	680,00

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Em razão do aditivo, o valor a ser pago será de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:
2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 16 - Serviços De Utilidade Pública
Ação: 2.38 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS
Despesa 138 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

CLAUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As demais cláusulas do contrato nº 097/2017 permanecem inalteradas.

4.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 13 de novembro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
JOSE THIAGO DE SOUZA

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

TERMO ADITIVO Nº 067/2017,

Publicação Nº 1433442

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE SERVIÇOS Nº 067/2017,
REFERENTE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 184/2017

Através do presente termo aditivo de alteração de contrato, as partes, de comum acordo, resolvem suprimir parcialmente o objeto do contrato de " FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e FM PNEUS LTDA, autorizado através do Processo nº 068/2017 e Licitação n. 032/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL L, mediante cláusulas e condições que seguem:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: FM PNEUS LTDA
CNPJ-MF nº. E OU CPF: 81.3743845/0004-91
Endereço: Rodovia SC 453 – KM 52,9 S/N, Bairro Industrial,
CEP: 89560-000 Videira - SC
Representada por: Eduardo Maldaner

FUNDAMENTO LEGAL: § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO FIRMADO PELAS PARTES

O contrato objeto da presente supressão visava o FORNECIMENTO DE consistentes:

Item	Produto	Qtidade	MARCA	TÉCNICA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	Recapagem de pneu 12,4 x 24	04	VIPAL	QUENTE	768,32	3073,28
2	Recapagem de pneu 750 x 16	08	VIPAL	FRIO	246,63	1973,04
3	Recapagem de pneu 14,9 x 24	04	VIPAL	QUENTE	901,15	3604,60
4	Recapagem de pneu 18,4 x 30	04	VIPAL	QUENTE	1470,28	5881,12
5	Recapagem de pneu 23,1 x 30	02	VIPAL	QUENTE	1.555,66	3111,32
6	Recapagem de pneu 23,1 x 26	04	VIPAL	QUENTE	1033,94	4135,76
7	Recapagem de pneu 1400 x 24	12	VIPAL	QUENTE	654,51	7854,12
8	Recapagem de pneu 1000 x 20 liso	10	VIPAL	FRIO	450,56	4505,60
9	Recapagem de pneu 1000 x 20 borrachudo	55	VIPAL	FRIO	483,76	26606,80
10	Recapagem de pneu 295/80R22,5 borrachudo	20	VIPAL	FRIO	540,68	10813,60
11	Recapagem de pneu 18,4 x 34	02	VIPAL	QUENTE	1508,23	3016,46
12	Recapagem de pneu 19,5 x 24	04	VIPAL	QUENTE	1603,10	6412,40
13	Recapagem de pneu 12,5/80 x 18	02	VIPAL	QUENTE	545,42	1090,84
14	Recapagem de pneu 275/80R22,5 borrachudo	12	VIPAL	FRIO	545,42	6545,04
15	Recapagem de pneu 12 x 16,5	04	VIPAL	QUENTE	469,53	1878,12
16	Recapagem de pneu 215/75x17,5 misto	12	VIPAL	FRIO	355,7	4268,40
17	Vulcanização 1000 x 20 – borrachudo	32	VIPAL	FRIO	128,04	4097,28
18	Conserto simples de pneu 1000 x 20	40	VIPAL	FRIO	23,23	929,2
		Total				99.796,98

CLÁUSULA SEGUNDA: DA SUPRESSÃO

Tendo em vista não haver mais necessidade no presente exercício dos serviços de recauchutagem descritos abaixo, não justificaria novos gastos, presente, então, o interesse público e a existência de conveniência, pois os valores bloqueados poderão ser utilizados, ficam suprimidos os seguintes serviços faltantes nesta data referente ao contrato de fornecimento de serviços:

Item	Produto	Qtidade	MARCA	TÉCNICA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	Recapagem de pneu 12,4 x 24	04	VIPAL	QUENTE	768,32	3073,28
2	Recapagem de pneu 750 x 16	08	VIPAL	FRIO	246,63	1973,04
3	Recapagem de pneu 14,9 x 24	02	VIPAL	QUENTE	901,15	1802,30
4	Recapagem de pneu 18,4 x 30	04	VIPAL	QUENTE	1470,28	5881,12
5	Recapagem de pneu 23,1 x 30	02	VIPAL	QUENTE	1.555,66	3111,32
6	Recapagem de pneu 23,1 x 26	04	VIPAL	QUENTE	1033,94	4135,76
7	Recapagem de pneu 1400 x 24	02	VIPAL	QUENTE	654,51	1309,02
8	Recapagem de pneu 1000 x 20 liso	10	VIPAL	FRIO	450,56	4505,60
9	Recapagem de pneu 1000 x 20 borrachudo	12	VIPAL	FRIO	483,76	5805,12
10	Recapagem de pneu 295/80r22,5 borrachudo	12	VIPAL	FRIO	540,68	6488,16
13	Recapagem de pneu 12,5/80 x 18	01	VIPAL	QUENTE	545,42	545,42
12	Recapagem de pneu 19,5 x 24	02	VIPAL	QUENTE	1603,10	3.206,20
14	Recapagem de pneu 275/80R22,5 borrachudo	08	VIPAL	FRIO	545,42	4363,36
15	Recapagem de pneu 12 x 16,5	02	VIPAL	QUENTE	469,53	939,06
17	Vulcanização 1000 x 20 – borrachudo	30	VIPAL	FRIO	128,04	3841,20
18	Conserto simples de pneu 1000 x 20	22	VIPAL	FRIO	23,23	511,06
		Total				51.491,02

CLÁUSULA TERCEIRA: DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO

A contratada declara inexistir prejuízo em razão da presente supressão, pelo que dá ampla rasa e geral quitação ao Ente Público, renunciado qualquer direito decorrente do contrato ora rescindido.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de rescisão contratual em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 18 de outubro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA
FM PNEUS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

TERMO ADITIVO Nº 072/2017,

Publicação Nº 1433443

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE SERVIÇOS Nº 072/2017,
REFERENTE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 023/2017

Através do presente termo aditivo de alteração de contrato, as partes, de comum acordo, resolvem suprimir parcialmente o objeto do contrato de " FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 001/2017, Licitação nº 01/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante cláusulas e condições que seguem:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ-MF n.º: 76.578.202/0001-87

Endereço: Rod. SC 480, Bairro Quedas do Palmital, nº 481 E,
Chapecó SC.

FUNDAMENTO LEGAL: § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO FIRMADO PELAS PARTES

O contrato objeto da presente supressão visava o Fornecimento de litros de combustível tipo ÓLEO ARLA 32; ÓLEO DIESEL S10 E DIESEL COMUM, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA SUPRESSÃO

Tendo em vista não haver mais necessidade no presente exercício dos serviços de recauchutagem descritos abaixo, não justificaria novos gastos, presente, então, o interesse público e a existência de conveniência, pois os valores bloqueados poderão ser utilizados, ficam suprimidos os seguintes serviços faltantes nesta data referente ao contrato de fornecimento de serviços:

Item	Objeto	QTDAD	Valor unt R\$	Valor Total R\$
01	Óleo s10	33000	3,07	101.310,00
02	Óleo diesel	46000	2,84	130.640,00
	TOTAL			231.950,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO

A contratada declara inexistir prejuízo em razão da presente supressão, pelo que dá ampla rasa e geral quitação ao Ente Público, renunciado qualquer direito decorrente do contrato ora rescindido.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de rescisão contratual em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de outubro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA

SAFRA DIESEL LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 074/2017

Publicação Nº 1433438

TERMO ADITIVO Nº 074/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO ADITADO N.º 350/2017

TOMADA DE PREÇOS 009/2017

Termo aditivo ao contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, consistente na execução de obras de reforma externa da SEDE ADMINISTRATIVA (PREFEITURA) do Município de Pinheiro Preto e construção de rampa de acessibilidade, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, autorizado através do Processo n 206/2017 e Licitação nº 009/2017, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: Pedro Rabuske

CONTRATADA: Empresa: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CNPJ-MF nº 81.301.350/0001-90
Endereço: RODOVIA SC 135, 1560, NOSSA SENHORA APARECIDA,
Videira-Santa Catarina – CEP 89.560-000

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a execução de obras de reforma externa da SEDE ADMINISTRATIVA (PREFEITURA) do Município de Pinheiro Preto, consistente na reforma da fachada e pisos, construção de rampa de acessibilidade em concreto armado e pintura externa da Prefeitura, conforme projetos, memorial descritivo e orçamentos, partes integrantes do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando o parecer técnico do engenheiro, constatando a necessidade de ampliação dos itens previstos no edital para evitar deficiências na obra;

2.2 Considerando o parecer da empresa, onde a mesma solicita e justifica a necessidade de aditivo;

2.3 Considerando o deferimento do engenheiro responsável pela fiscalização da obra;

2.4 As partes acima epigrafadas acordam em aditar as quantidade e valores dos seguintes itens:

ITEM	SERVIÇOS	UND	QTDADE	VALOR TOTAL
1.1	Aplicação de fundo preparador em alvenarias	m²	894,00	5.730,54
TOTAL				R\$ 5.730,54

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

3.1 As demais cláusulas do contrato de execução de obra de engenharia nº 0350/2017 continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 13 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.298/2017

Publicação Nº 1433287

DECRETO Nº 3298/2017
DE 26/10/2017

ANULA TOTALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 2.954 de 26/10/2017:

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, até o valor de R\$ 222.010,63 (Duzentos e vinte e dois mil, dez reais e sessenta e três centavos), as seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0305.0060.2043	Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos SUS	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
01380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	30.000,00
03380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	15.000,00
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
01380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	40.000,00
03380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	49.464,63
40000000000000	Despesa de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	17.546,00
03380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	70.000,00
	TOTAL	222.010,63

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo, por conta das anulações discriminadas no Art. 1º, autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde até o valor de R\$ 222.010,63 (Duzentos e vinte e dois mil, dez reais e sessenta e três centavos), nas seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0305.0060.2091	Manutenção Para Vigilância Epidemiológica	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
01380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	30.000,00
03380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	15.000,00
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
01380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	40.000,00
03380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	49.464,63
40000000000000	Despesa de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	17.546,00
03380401	Prog de Vigilancia Epidemiologica	70.000,00
	TOTAL	222.010,63

Art. 3º - Os empenhos emitidos na ação 2043 e subfunção 0305 serão estornados e re-empenhados nas classificações orçamentárias do art. 2º.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, até o valor de R\$ 1.034.391,44 (um milhão, trinta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), as seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0302.0060.2043	Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos SUS	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
01380301	Prog Exames de Média e Alta Complexidade	360.000,00
01380307	MAC Federal (APAE)	184.000,00
03380301	Prog Exames de Média e Alta Complexidade	268.076,13
03380304	MAC Federal	2.349,99
03380307	MAC Federal (APAE)	42.193,90
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Investimentos	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
01380301	Prog Exames de Média e Alta Complexidade	51.409,00
03380305	Atenção de Média e Alta Compl. Amb.I e Hospitalar	126.141,13
03380306	MAC (U.S.F. Ricardo Jung)	221,29
	TOTAL	1.034.391,44

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta das anulações discriminadas no Art. 4º, autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde até o valor de R\$ 1.034.391,44 (um milhão, trinta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos), nas seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0302.0060.2092	Manutenção Para Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
01380301	Prog Exames de Média e Alta Complexidade	360.000,00
01380307	MAC Federal (APAE)	184.000,00
03380301	Prog Exames de Média e Alta Complexidade	268.076,13
03380304	MAC Federal	2.349,99
03380307	MAC Federal (APAE)	42.193,90
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Investimentos	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
01380301	Prog Exames de Média e Alta Complexidade	51.409,00
03380305	Atenção de Média e Alta Compl. Amb.I e Hospitalar	126.141,13
03380306	MAC (U.S.F. Ricardo Jung)	221,29
	TOTAL	1.034.391,44

Art. 6º - Os empenhos emitidos na ação 2043 e subfunção 0302 serão estornados e re-empenhados nas classificações orçamentárias do art. 5º.

Art. 7º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de Outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 26 de Outubro de 2017
 ERCIO KRIEK
 Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1433328

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE POMERODE
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 019 / 2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC, COM DEFICIÊNCIA TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 05/12/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14h00min.do dia 05/12/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 21 de Novembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1433331

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 06/12/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 06/12/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 21 de Novembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

ATA REGISTRO DE PREÇOS 024-2017

Publicação Nº 1432216

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2017 PREGÃO PRESENCIAL 016/2017

Objeto: – REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARÁTER CONTINUADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL.

Fornecedor	CPF/CNPJ
TORNEARIA NICOLETTO LTDA EPP	01.478.803/0001-19

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------

1	Serviço de manutenção mecânica industrial preventiva/corretiva nas dependências da Autarquia dentro do município de Pomerode, 24 horas/ 07 dias por semana, atendendo com o serviço de plantão com prazo Máximo de 1 hora após o contato ter sido realizado, abrangendo diferenciados serviços como pequenas soldas, cortes e soldas, troca de rolamentos, roscas, troca de mangueiras hidráulicas, substituição de óleos e vedantes hidráulicos de prensas e basculantes, manutenção em talhas, esteiras, montagem e desmontagem de sistemas de bombeamento e distribuição de água, lubrificação de bombas e mancais, confecção e manutenção de suportes de/em tubos, cantoneiras ou outros perfis de ferro, juntamente com outros serviços sem maiores complexidades técnicas.	HORAS	2.000,00	R\$50,00	R\$100.000,00
---	--	-------	----------	----------	---------------

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 024/2017

Validade: A partir de 10.10. 2017 validade (12 MESES).

ATA REGISTRO DE PREÇOS 025-2017

Publicação Nº 1432226

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2017 PREGÃO PRESENCIAL 019/2017

Objeto: – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTOS DE PNEUS.

Fornecedor	CPF/CNPJ
PEDRINI TRANSP COM PNEUS EIRELI EPP	79.270.245/0001-99

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Conserto de Pneu Linha "Leve" Item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$25,0000	R\$1.250,0000
2	Balanceamento de Pneu Linha "Leve" Item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
3	Montagem de Pneu Linha "Leve" Item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
4	Serviço de Geometria Linha "Leve" item (1 á 6) Tabela 1	SERVIÇO	25,00000	R\$50,0000	R\$1.250,0000
1	Conserto de Pneu Utilitário Bongo Item (7 e 8) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$25,0000	R\$1.250,0000
2	Balanceamento de Pneu Utilitário Bongo Item (7 e 8) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
3	Montagem de Pneu Utilitário Bongo Item (7 e 8) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$10,0000	R\$500,0000
4	Serviço de Geometria utilitário Bongo item (7 á 8) Tabela 1	SERVIÇO	25,00000	R\$70,0000	R\$1.750,0000
1	Conserto de Pneu Linha "Pesada" Normal (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	70,00000	R\$35,0000	R\$2.450,0000
2	Conserto de Pneu Linha "Pesada" a Quente (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$150,0000	R\$4.500,0000
3	Montagem de Pneu Linha Pesada (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	100,00000	R\$30,0000	R\$3.000,0000
4	Troca de Pneu Linha Pesada (Item 9 á 12) Tabela 1	SERVIÇO	50,00000	R\$30,0000	R\$1.500,0000
1	Conserto de Pneu Carregadeira (Item 13) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$150,0000	R\$4.500,0000
2	Montagem de Pneu Carregadeira (Item 13) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$100,0000	R\$3.000,0000
3	Conserto de Pneu Dianteiro Retro Escavadeira (item 14)	SERVIÇO	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
4	Montagem de Pneu Dianteiro Retro Escavadeira (Item 14) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$50,0000	R\$1.500,0000
5	Conserto de Pneu Traseiro Retro Escavadeira (item 14)	SERVIÇO	30,00000	R\$150,0000	R\$4.500,0000

6	Montagem de Pneu Traseiro Retro Escavadeira (Item 14) Tabela 1	SERVIÇO	30,00000	R\$100,0000	R\$3.000,0000
---	--	---------	----------	-------------	---------------

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 025/2017

Validade: A partir de 01.11. 2017 validade (12 MESES).

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO PP 37/2017

Publicação Nº 1432946

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 06/12/2017, às 11:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E PINTURA DOS ABRIGOS DE ÔNIBUS ESCOLAR CONFORME DESCRITO NO ANEXO I.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 21/11/2017.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

EXTRATO PP 41/2017

Publicação Nº 1432947

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 06/12/2017, às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: ADQUIRIR CESTAS NATALINAS A SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES NATALINAS.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 21/11/2017.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 937/2017

Publicação Nº 1432385

DECRETO Nº 937/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

☐DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.297, de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2017 no valor de até R\$ 541.000,00 (Quinhentos e Quarenta e Um Mil Reais) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade: 02.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.122.0402.2.003 ☐ Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda
Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0000 - 4 - R\$ 81.000,00

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade: 03.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.037 ☐ Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0018 - 33 - R\$ 90.000,00
Fonte de Recursos: 01.0036 - 137 - R\$ 180.000,00

12.361.1201.2.039 ☐ Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0036 - 138 - R\$ 190.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação no valor de R\$ 541.000,00 (Quinhentos e Quarenta e Um Mil Reais) da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade: 02.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.122.0402.2.003 ☐ Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda
Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0000 - 6 - R\$ 21.000,00

Modalidade de Aplicação: 44.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0000 - 121 - R\$ 60.000,00

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade: 03.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.037 ☐ Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0019 - 34 - R\$ 90.000,00
Fonte de Recursos: 01.0036 - 37 - R\$ 180.000,00

12.361.1201.2.039 ☐ Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 01.0036 - 48 - R\$ 190.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 938/2017

Publicação Nº 1432387

DECRETO Nº 938/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

☐DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.297, de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2017 no valor de até R\$ 302.300,00 (Trezentos e dois Mil e Trezentos Reais) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
Unidade: 01.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
04.122.0201.2.002 ☐ Manutenção Gabinete Do Prefeito E Vice Prefeito
Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0000 - 1 - R\$ 52.300,00

Órgão: 08.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

Unidade: 08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

10.301.1001.2.008 - Manutenção do Ações e Programas de Saúde do Município

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00
Fonte de Recursos: 01.0002 - 2 - R\$ 250.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, de até R\$ 302.300,00 (Trezentos e dois Mil e Trezentos Reais) serão utilizados recursos do Provável Excesso de arrecadação exercício 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2017 SHOW DE NATAL**

Publicação Nº 1433639

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº98 /2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 8/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM O OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA POCKT SHOW MUSICAL INFANTIL, PARA ESPECIAL DE NATAL A SER REALIZADO NO DIA 07/12/2017, QUE FAZ PARTE DAS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor global: 4.900,00 (Quatro Mil, e Novecentos Reais) e Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 22 de Novembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1695, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433079

DECRETO Nº 1695, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 16.961,29 (Dezesseis mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática: 12.361.0014
Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.3.36 - SF Salário Educação
Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 19 – Fundação Municipal de Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes
Funcional Programática: 27.812.0027
Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.3.33 - SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.961,29

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta dos recursos Salário Educação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) e recursos ordinários no valor de R\$ 1.961,29 (Um mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos, totalizando o valor de R\$ 16.961,29 (Dezesseis mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 20 de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1696, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433101

DECRETO Nº 1696, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso II, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura
Funcional Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.045 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 6.200,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos reais):

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura
Funcional Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.045 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 6.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 88, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433080

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 88, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera os dispositivos que menciona da Lei Complementar Municipal nº 33/2011, com suas alterações posteriores, que institui o Código Urbanístico do Município de Porto Belo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar Municipal nº 33, de 10 de junho de 2011, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 57-A
I - ZEITA 01: Área compreendida e limitada pela Avenida Hironi-do Conceição dos Santos, Rua Dona Augusta, Rua Dona Jovina, Travessa França até 25m antes da Rua Itapema, canal de ligação entre a Lagoa do Perequê e o Rio Perequê.

II - ZEITA 02: Área compreendida e limitada na faixa de Marinha de frente para a praia do Perequê, entre o Rio Perequê e a Avenida Almirante Fonseca Neves, e área compreendida e limitada pela Avenida Almirante Fonseca Neves, Avenida Senador Atílio Fontana, Oceano Atlântico e Rio Perequezinho.

.....

Art. 260.

.....
IV - os empreendimentos comerciais com mais de 100 (cem) vagas de estacionamento;

Art. 2º O Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 33/2011, de 10 de junho de 2011, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Os demais dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 33, de 10 de junho de 2011, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de novembro de 2017.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2570, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433076

LEI MUNICIPAL Nº 2570, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017
Autoriza o Município de Porto Belo a Conceder Incentivo Fiscal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a conceder incentivo fiscal com isenção de imposto municipal à Empresa SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.477.652/0047-79 (filial Loja) e no CNPJ 09.477.652/0057-40 (filial Centro de Distribuição), localizada em dois endereços, sendo sua loja na Avenida Governador Celso Ramos s/n, Bairro Perequê, e seu Centro de Distribuição localizado na Rua Santos Dumont, Bairro Sertão de Santa Luzia.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º, será concedida no percentual de 100% (cem por cento) para o Imposto Predial Territorial Urbano, exclusivamente sobre os exercícios financeiros de 2018 a 2022, referente aos seguintes imóveis:

I - Área com 15.865,94m² localizada na Avenida Governados Celso Ramos, Bairro Perequê, no Loteamento Porto Fino;

II - Área com 178.410,00m², localizada na Rodovia BR-101, Bairro Sertão de Santa Luzia.

Art. 3º O prazo de isenção deverá ser prorrogado por igual período, após excedido o limite que trata o art. 2º desta lei, conforme o disposto no artigo 5º da Lei Municipal nº 857/95.

Art. 4º No caso de perda do incentivo fiscal, a beneficiada complementarmente ao cofre público os valores dos tributos isentados, além da incidência de multa de 10% sobre os valores das isenções, que será revertida para Secretaria de Transportes e Obras do Município.

Art. 5º Em contrapartida a empresa doará ao Município 2 (dois) containers salva vidas que deverão ser entregues e instalados na Praia do Perequê no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a publicação da presente Lei, no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mais o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para pavimentação da Rua José Ponciano da Silva, bairro Centro, neste Município.

§ 1º A contrapartida descrita no artigo anterior será efetivada com a aquisição dos containers por conta da Empresa beneficiada, sendo que a empresa terá exclusividade para a utilização das laterais dos containers para publicidade.

§ 2º O valor da contrapartida para a pavimentação deverá ser depositado na conta da Caixa Econômica Federal sob o nº 1-2- agência 4729, operação 006, em duas parcelas, sendo a primeira no valor R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a ser depositada até 15/12/2017 e a segunda no valor R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil

reais) a ser depositada até 15/01/2018.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2571, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433078

LEI MUNICIPAL Nº 2571, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera e insere os dispositivos que menciona da Lei Municipal nº 1748/2009, que dispõe sobre a Reformulação do Conselho do Idoso, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 1748, de 29 de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º

§ 3º O Conselho Municipal do Idoso doravante passará a utilizar a sigla CMI para efeitos de facilitação de comunicação e compreensão.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal do Idoso CMI:

.....

II - Formular, acompanhar e fiscalizar a política Municipal do idoso, a partir de estudos e pesquisas;

.....

XIV - Regulamentar assuntos de sua competência, por Resoluções, e após serem aprovados por no mínimo 2/3 (dois terços) do total de seus membros, em 1ª (primeira) chamada, ou ainda, com qualquer quórum dos presentes em 2ª (segunda) chamada, obedecendo a um chamamento realizado, com ampla divulgação aos seus membros num prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência.

Art. 3º O CM, é composto de 14 (quatorze) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não-governamentais, sendo:

I - Um representante Titular e seu respectivo suplente, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Um representante Titular e seu respectivo suplente da Secretaria Municipal de Educação;

III - Um representante Titular e seu respectivo suplente da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico;

IV - Um representante Titular e seu respectivo suplente da Fundação Municipal de Turismo;

V - Um representante Titular e seu respectivo suplente da Fundação Municipal de Esportes;

VI - Um representante Titular e seu respectivo suplente da Fundação Municipal de Cultura;

VII - Um representante Titular e seu respectivo suplente da Câmara Municipal de Vereadores;

.....

Art. 5º

Parágrafo Único - As organizações não-governamentais escolhidas terão prazo de 10 (dez) dias para indicar seus representantes titulares e suplentes, e não o fazendo serão substituídas por organizações suplentes, pela ordem de votação.

Art. 6º Os Conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 7º A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário,

justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou participações de interesse do Conselho.

Art. 8º O mandato dos Conselheiros do CMI, é de 2(dois) anos, facultada recondução ou reeleição.

.....
§ 2º Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros Titulares assumirão os seus respectivos suplentes tendo direito absoluto de voz e voto.

Art. 9º Perderá o mandato e vedada à recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade faltar 3 (três) Assembleias Ordinárias consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificativa aprovada em Assembleia Geral.

§ 1º Na perda do mandato de conselheiro titular de órgão governamental, assumirá o seu suplente, ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo, cabendo o órgão de origem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias fazer nova indicação de titular e suplente, em carta oficial dirigida ao Presidente do CMI.

§ 2º Na perda de mandato de conselheiro titular, no caso de órgão não-governamental, assumirá o respectivo suplente e, na falta deste, caberá a entidade suplente pela ordem numérica da suplência, indicar um conselheiro titular e respectivo suplente.

Art. 10. O CMI reunir-se-á mensalmente, ordinária ou extraordinariamente, por convocação do presidente ou pelo menos 2/3 (dois terços) do grupo titular, especialmente para exames, debates, e decisões em torno de assuntos relevantes e pertinentes às atividades do colegiado.

Parágrafo Único. As reuniões ordinárias ocorreram sempre às segundas terças-feiras de cada mês, e as extraordinárias sempre que houver necessidade de convocação.

Art. 11. O CMI terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria Executiva;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembléia Geral, órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2º A Diretoria Executiva é composta de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, que serão escolhidos dentre os seus membros, em quorum mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução, obedecendo a sequência de 1 (um) mandato para órgãos do poder público e 1 (um) mandato para as entidades e/ou órgãos não governamentais, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão.

§ 3º As Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e as áreas de interfaces da Política Municipal do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral.

§ 4º A Secretaria Executiva, órgão não permanente, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho, sempre que houver a necessidade de informações de cunho técnico ao conselho.

§ 5º A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes ao seu exercício ou por conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

Art. 12. A Secretaria a qual se vincula o CMI, compete coordenar e executar a Política Municipal do Idoso, elaborando diagnóstico e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 13. As organizações de Assistência Social responsáveis por execução de programas de atendimento aos idosos deve submeter os mesmos a apreciação do CMI.

.....
Art. 14. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMI, e da secretaria executiva.

Art. 15. Para atendimento as despesas de instalação e manutenção

do CMI, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado movimentar recursos dentro do orçamento, no presente exercício.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Municipal nº 1748, de 29 de outubro de 2009, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 162/2017

Publicação N° 1433153

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 237/2017.

Retificação do Edital de Pregão Presencial 162/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data limite para recebimento dos envelopes passa a ser dia 06 de dezembro de 2017 às 08h30min, com início da sessão pública às 08h45min. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 121/2017 DE 20/11/2017 NOMEIA COMISSÃO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS E ESTÍMULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1433118

DECRETO Nº 121/2017 de 20/11/2017

Nomeia Comissão de concessão de incentivos e estímulos e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de designar os membros para a Comissão que irão avaliar as solicitações de concessões de benefícios, conforme art. 3º, da Lei nº 1.428/97.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para integrar a Comissão Concessão de Incentivo do Município de Pouso Redondo:

Bruno Amancio (AEPR), Fabrício Venturi Vargas (AEPR), Cristiano Gessner (CDL), Lenon Serpa Damazio (Prefeitura Pouso Redondo), Emerson Francisco de Souza (Prefeitura Pouso Redondo), todos residentes e domiciliados no Município de Pouso Redondo, Santa Catarina.

Art. 2º - A Comissão terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de novembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO N.º 47/2017 - FMS

Publicação Nº 1432934

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO Nº. 47/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017 – IL Nº 05/2017

CONTRATADA: LABORATÓRIO J.A. MATOS LTDA ME

OBJETO: A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO NO ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

DO VALOR: ESTIMADO EM R\$ 10.000,00

DO FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 14, CAPUT, DA LEI 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

DA VIGENCIA: 21/11/2017 à 31/12//2017.

Praia Grande, 21 de novembro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

Presidente Nereu

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO 01/2017

Publicação N° 1433042

ATO 002/CP/001/2017

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017

O Senhor Isamar de Melo, Prefeito de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes do anexo I deste ato conforme situação.
2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste ato, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.
3. Fica DEFERIDA a Condição Especial de Prova da candidata de inscrição n° 730247 - Maria Idevalde Silva de Mel, Cargo de Assistente Social – CRAS: Ampliação de Prova, Fonte n° 14.
4. Fica DEFERIDA a Condição Especial de Prova das candidatas de inscrição n° 707769 – Joseane da Silva Peters, Cargo de Nutricionista e 742906 – Juliana Ribeiro da Silva, Cargo de Professor de Educação Física: por serem gestantes.
5. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, nos termos do edital.

PRESIDENTE NEREU, 22 de novembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Assistente Social - CRAS				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	722690	25/01/1995	Ana Paula Carvalho	Deferida/Homologada
2	750600	11/10/1988	Andressa Aparecida Loterio	Deferida/Homologada
3	736786	02/07/1971	Claudelice Belegante	Deferida/Homologada
4	735853	02/07/1986	Greici Eloange Furtado	Deferida/Homologada
5	717982	01/05/1982	Jóice Da Silva Prim	Deferida/Homologada
6	711155	01/10/1987	Lucas Severo Ramos	Deferida/Homologada
7	730247	20/03/1970	Maria Idevalde Silva De Melo	Deferida/Homologada
8	714365	24/04/1966	Rosimara Piva Pereira	Deferida/Homologada
9	722700	30/07/1989	Rosivane Sousa Dos Passo	Deferida/Homologada
10	734484	08/08/1988	Suzana Franca Policarpo	Deferida/Homologada
11	707985	28/01/1985	Vanessa Fronza De Matos	Deferida/Homologada
12	749593	08/05/1977	Zilma Dill	Deferida/Homologada
Auxiliar de Serviços Gerais				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	745919	29/07/1992	Ana Maria Linhares De Souza	Deferida/Homologada
2	730856	24/02/1987	Ana Paula Rebelo Knihs	Deferida/Homologada
3	750345	13/08/1971	Andrea Aparecida Da Silva	Deferida/Homologada
4	714517	12/09/1999	Andriele Serverio Ricardo	Deferida/Homologada
5	709451	25/07/1985	Ary Henrique Santos De Macedo	Deferida/Homologada
6	706182	18/02/1965	Bernadete Pereira	Deferida/Homologada
7	717287	04/03/1987	Clementina Martins Alexandre	Deferida/Homologada
8	726144	26/06/1994	Daiana Lima	Deferida/Homologada
9	713265	24/01/1985	Dayane Pereira Dos Santos	Deferida/Homologada

10	718395	10/07/1977	Ediomar Faustino Machado	Deferida/Homologada
11	745431	14/03/1999	Elen Goedert	Deferida/Homologada
12	731048	14/11/1981	Eliane Kreuch	Deferida/Homologada
13	744064	27/03/1984	Giseli Ines Manini Tariga	Deferida/Homologada
14	751078	13/11/2000	Graziele De Melo	Deferida/Homologada
15	751081	11/09/1998	Jaqueline Aparecida Elias	Deferida/Homologada
16	744590	31/12/1985	Jaqueline Marcilio	Deferida/Homologada
17	706992	02/08/1976	Leia Aparecida Da Silva	Deferida/Homologada
18	744487	23/09/1979	Luciana Da Silva	Deferida/Homologada
19	708908	02/04/1991	Luiza Rodrigues Padilha Casaril	Deferida/Homologada
20	739333	17/03/1982	Marciela Da Costa Silva	Deferida/Homologada
21	745884	08/05/1963	Maria Helena Gebert Da Silva	Deferida/Homologada
22	707482	25/02/1991	Maycka Aparecida Caetano	Deferida/Homologada
23	713844	01/11/1986	Neli Thayse De Menezes Gribler Kraus	Deferida/Homologada
24	721237	03/10/1982	Nilza Aparecida Da Silva	Deferida/Homologada
25	747774	13/01/1994	Priscila Gomes De Amaral	Deferida/Homologada
26	707461	04/04/1986	Rodrigo Constantino	Deferida/Homologada
27	711240	06/04/1981	Sandra Terezinha Mannrich	Deferida/Homologada
28	748734	11/11/1985	Silvana Ribeiro Dos Santos	Deferida/Homologada
29	706911	02/07/1978	Sonia Tonon	Deferida/Homologada
30	727056	06/06/1985	Taciana Maichain	Deferida/Homologada
31	710475	02/05/1998	Talia De Moura Clüerici	Deferida/Homologada

Enfermeiro

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	751417	23/04/1996	Camila Daniele Francisco	Deferida/Homologada
2	733602	01/03/1984	Eliane Raquel Koerich	Deferida/Homologada
3	743971	19/07/1984	Julia Grazieli Soares	Deferida/Homologada
4	726580	06/02/1975	Luciana Mengarda	Deferida/Homologada
5	725778	15/01/1995	Matussa Dana Müller	Deferida/Homologada
6	721689	16/03/1982	Michelle Caroline Siqueira	Deferida/Homologada
7	705988	27/06/1974	Regina Kipfer	Deferida/Homologada

Engenheiro Florestal

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	723259	24/08/1978	Alessandro Francisco Zonta	Deferida/Homologada
2	738743	06/05/1987	Allan Antunes Alvarenga	Deferida/Homologada
3	711459	12/08/1987	Diego Leonardo Holk	Deferida/Homologada
4	733810	13/09/1988	Emanuel Forlin	Deferida/Homologada
5	714768	25/02/1994	Fernanda Sabrina Abreu	Deferida/Homologada
6	750876	11/05/1990	Gabriel Bichon Da Silva	Deferida/Homologada
7	750349	05/01/1988	Galdino Haas Falkenbach	Deferida/Homologada
8	731260	23/05/1991	Henrique Knupfer Costa	Deferida/Homologada
9	743549	21/02/1996	Janaina Naiara Sestari Vendrami	Deferida/Homologada
10	725659	13/05/1992	Joao Vitor Frigeri	Deferida/Homologada
11	718432	11/07/1989	Kaue Augusto Oliveira Nascimento	Deferida/Homologada
12	737080	06/03/1993	Marcelli Veiga	Deferida/Homologada
13	739365	28/11/1992	Marco Antonio Bento	Deferida/Homologada
14	717355	27/11/1993	Mariana Bruschi Rodrigues	Deferida/Homologada
15	746634	25/01/1988	Mebly Kuhnhen Heinz	Deferida/Homologada

16	738921	11/03/1995	Nadia Da Silva	Deferida/Homologada
17	738164	30/04/1979	Odirlei Orlindo Hass	Deferida/Homologada
18	721449	15/09/1990	Pablo Denilson Lamin	Deferida/Homologada
19	710168	07/02/1991	Renata Conegatto Paim	Deferida/Homologada
20	730721	20/02/1992	Sandra Mara Krefta	Deferida/Homologada
21	732006	07/06/1983	Silvano Wathier	Deferida/Homologada

	Farmacêutico			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	722786	04/05/1989	Bruno Da Silva Felipe	Deferida/Homologada

	Nutricionista			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	748074	20/02/1989	Carine Dehlano	Deferida/Homologada
2	709718	03/05/1990	Edmilson Oliveira Silva	Deferida/Homologada
3	750486	05/01/1993	Jessica Caratti Soares	Deferida/Homologada
4	707769	04/05/1986	Joseane Da Silva Pelentir Peters	Deferida/Homologada
5	711605	04/07/1986	Ketlyn Christyn Ramos Hennich	Deferida/Homologada
6	731144	21/04/1978	Naiana Malheiro	Deferida/Homologada

	Operário Braçal			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	710377	16/09/1996	Cristiano Maichain	Deferida/Homologada
2	724623	24/08/1983	Dalton Antonio Belegante	Deferida/Homologada
3	742553	10/03/1985	Dirlei Da Rosa	Deferida/Homologada
4	742488	27/07/1963	Hilario Mannrich	Deferida/Homologada
5	747921	27/06/1976	Jairo Machado	Deferida/Homologada
6	707702	01/12/1993	Lauro Henrique Machado Pereira	Deferida/Homologada
7	713754	08/07/1994	Leandro Zaguini	Deferida/Homologada
8	718373	30/05/1973	Luiz Aurelio Franzen	Deferida/Homologada
9	748036	05/01/1996	Maicon Medeiros	Deferida/Homologada
10	739471	02/08/1994	Marcio Santos Kochanski	Deferida/Homologada
11	748662	13/11/1979	Marcionei Plotegcker	Deferida/Homologada
12	744601	04/01/1987	Schumacher Ruminik Wolf	Deferida/Homologada
13	706209	03/07/1971	Silvio Cesar Lamin	Deferida/Homologada

	Professor 20h			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	742245	29/01/1996	Adriene Kretzschmar	Deferida/Homologada
2	706709	26/05/1985	Ana Paula Prim Da Silva	Deferida/Homologada
3	742250	06/11/1996	Carla Kochanski	Deferida/Homologada
4	713771	13/08/1981	Cleyciane Da Silva Dantas	Deferida/Homologada
5	725417	14/10/1978	Evanilde Demetrio	Deferida/Homologada
6	713260	24/01/1996	Felipe Alves De Souza	Deferida/Homologada
7	726607	26/07/1988	Fernanda Ferreira	Deferida/Homologada
8	712095	20/03/1977	Gesseli Rech Andrade	Deferida/Homologada
9	706423	01/11/1994	Giovana Stipp	Deferida/Homologada
10	733007	09/11/1982	Greicy Tamara Hamm	Deferida/Homologada
11	741612	06/07/1982	Izabel Cristina Santiago	Deferida/Homologada
12	750915	07/03/1973	Leonete Teresinha Sora Sezerino	Deferida/Homologada

13	718393	04/09/1992	Leticia Kniess de Souza	Deferida/Homologada
14	707161	29/11/1995	Marcos Aurelio Junior Pinto	Deferida/Homologada
15	750644	14/04/1976	Marlete Petri	Deferida/Homologada
16	708634	17/06/1986	Roseli Mannrich Resine	Deferida/Homologada
17	729493	27/08/1981	Simone Schussler	Deferida/Homologada

Professor de Artes

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	726234	19/09/1974	Ercleia Becker Goedert	Deferida/Homologada
2	740856	17/05/1991	Jessica Dematte Franzen	Deferida/Homologada

Professor de Educação Física

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	735759	10/01/1997	Alan Junior Farias	Deferida/Homologada
2	741280	06/04/1979	Diana Beppler	Deferida/Homologada
3	751177	05/12/1976	Elenice Kurek	Deferida/Homologada
4	714156	05/12/1996	Jonatan Garcia	Deferida/Homologada
5	742906	06/11/1987	Juliana Ribeiro Da Silva	Deferida/Homologada
6	713831	02/03/1990	Luan Gustavo Bogo	Deferida/Homologada

Psicólogo - CRAS

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	727953	08/05/1981	Amanda Loureiro Neves	Deferida/Homologada
2	749157	26/09/1994	Andreza Iolanda Dolzan	Deferida/Homologada
3	720404	28/07/1992	Barbara Evers	Deferida/Homologada
4	739550	06/05/1988	Cleidi Mara Dos Santos	Deferida/Homologada
5	733502	05/05/1990	Crislaine Roza	Deferida/Homologada
6	734452	11/04/1989	Daniela Schmitz	Deferida/Homologada
7	742501	15/03/1984	Denilse Cunha	Deferida/Homologada
8	735176	09/04/1986	Deyse Maira Kluge	Deferida/Homologada
9	735460	02/10/1989	Emanuella Matos da Silva	Deferida/Homologada
10	723080	16/11/1987	Fernando Cardoso Bertoldo	Deferida/Homologada
11	721289	26/09/1992	Jucimara Seifert	Deferida/Homologada
12	729030	03/04/1996	Julia Ferrari Hobus	Deferida/Homologada
13	736689	28/01/1970	Marcelo Laurentino	Deferida/Homologada
14	750671	17/01/1973	Marcia Correa Ribeiro	Deferida/Homologada
15	714172	25/04/1990	Mariana Schmidt Goebel	Deferida/Homologada
16	730011	09/03/1983	Miriam Dumes Weiss	Deferida/Homologada
17	738676	17/09/1959	Osmar Caxoeira	Deferida/Homologada
18	706015	04/09/1993	Tamara Furlan Capelin	Deferida/Homologada
19	711067	31/05/1990	Tuana Barbosa Maciel Borges	Deferida/Homologada

Técnico em Enfermagem

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	733636	04/09/1990	Alane Leske	Deferida/Homologada
2	707233	20/06/1982	Aldrin Pausen Camilo	Deferida/Homologada
3	747659	17/10/1989	Alini Beckhauser Pagoti De Sousa	Deferida/Homologada
4	717293	05/07/1988	Bruna Proencio	Deferida/Homologada
5	738910	11/09/1991	Carla Franciane Francisco	Deferida/Homologada
6	745939	14/10/1985	Catiane Aparecida Oliveira	Deferida/Homologada

7	721028	20/12/1990	Cristiane Andrade Borges	Deferida/Homologada
8	718693	04/07/1984	Jakeline Kreusch Kemper	Deferida/Homologada
9	709757	23/04/1998	Jalisa Jhulhiane Mafra	Deferida/Homologada
10	730839	29/03/1997	Leticia Da Cruz	Deferida/Homologada
11	727016	16/12/1989	Marciane Wolf	Deferida/Homologada
12	747824	09/08/1986	Priscila Aparecida Alves	Deferida/Homologada
13	730810	23/08/1979	Rozemeri Pereira	Deferida/Homologada

ANEXO II – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS
POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

705990
706579
706687
707593
707600
708207
708886
710135
710403
710554
710674
710939
711217
711732
712402
713050
714561
715365
715505
716270
717270
719782
720037
720792
720852
721281
721285
721433
721614
722504
722619
723373
724060
724466
724558
725178
725412
725588
725883
727202
728766
728968
729216
729543
729712
730071
731116
731699
732106
732588
734080

734547
734614
736178
737340
738742
738868
742128
743004
743284
744702
744705
745503
747108
748031
748631
748778
749699
750901
751642

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 02/2017

Publicação Nº 1433040

ATO 001/PS/002/2017

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Senhor Isamar de Melo, Prefeito de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes do anexo I deste ato conforme situação.
2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste ato, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.
3. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, nos termos do edital.

PRESIDENTE NEREU, 22 de novembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Inseminador				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	745910	18/01/1984	Gilson De Souza	Deferida/Homologada
2	745738	23/07/1986	Renato Mauro Rech	Deferida/Homologada

**ANEXO II – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS
POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

751309
705991
714130

Princesa

PREFEITURA

ATA 29.2017 - BOLAS

Publicação Nº 1432398

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: SUPERMERCADO PRINCESA LTDA - ME

Ata de Registro de Preços: 29/2017-PM

Processo Licitatório: 88/2017-PM

Pregão Presencial: 49/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO".

Data da Assinatura: 21/11/2017

Data da Publicação: 22/11/2017

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 4.230,00 (Quatro mil e duzentos e trinta reais).

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

EXTRATO DE CONTRATO 54.2017 - BOMAG

Publicação Nº 1432985

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: BOMAG MARINI EQUIPAMENTOS LTDA

Contrato: 54/2017-PM

Processo Licitatório: 87/2017-PM

Pregão Presencial: 48/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Aquisição de MOTOR HIDRÁULICO DE TRAÇÃO para substituição no tambor do ROLO COMPACTADOR BOMAG, ano 2013, PM-3720".

Data da Assinatura: 21/11/2017

Data da Publicação: 22/11/2017

Vigência: 3 meses

Valor Total: R\$ 26.755,46 (vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço

PORTARIA Nº. 219 DE 21.11.2017

Publicação Nº 1433184

PORTARIA Nº. 219, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, aos servidores abaixo relacionados, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
GILBERTO FÁVERO	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	17/09/2015 a 16/09/2016	26/12/2017 à 24/01/2018
RICARDO S. MENEGASSI	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	17/09/2016 a 16/09/2017	26/12/2017 à 24/01/2018
ALCIONI SEGAT	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	09/05/2016 a 08/05/2017	26/12/2017 à 24/01/2018
ÉDERSON COLLETT	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	08/06/2016 a 07/06/2017	26/12/2017 à 24/01/2018
ALESSANDRA K. OCHÔA	CONSELHEIRO TUTELAR	19/01/2016 a 18/01/2017	11/12/2017 à 09/01/2018
ROSSANA BEAL- (15 dias)	FARMACÊUTICO	16/07/2015 a 15/07/2016	20/12/2017 à 03/01/2018
DANIELA C. SEWALD	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	08/06/2016 a 07/06/2017	11/12/2017 à 09/01/2018
JANE C. B. MACHADO	VIGILANTE SANITÁRIO	28/08/2016 a 27/08/2017	18/12/2017 à 16/01/2018
CRISLAINE C. R. TONETTI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	15/08/2016 a 14/08/2017	04/12/2017 à 02/01/2018
LISIANE STEFFENON-(20 dias, 10 em pecúnia- 04/12/2017 a 13/12/2017)	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/02/2016 a 31/01/2017	14/12/2016 à 02/01/2018

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 21 de Novembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

DECRETO 3.883 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 1433555

DECRETO Nº. 3.883, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

"Fica aberto Crédito Adicional SUPLEMENTAR através da anulação de Dotações do Orçamento vigente, e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.178, de 22 de novembro de 2017;

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.3319000000000000.01020488	21.000,00
Suplementar	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.3319000000000000.01020488	5.000,00
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.3319000000000000.01020488	3.500,00
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.3319100000000000.01020488	2.000,00
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.3319000000000000.01020488	11.000,00
Suplementar	Transferências à Instituições de Saúde	11.001.0010.0302.0014.2081.3335000000000000.01020488	50.000,00
Suplementar	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.3339000000000000.01020488	7.000,00
Suplementar	Programa Agente Comunitários de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2080.3319100000000000.01020488	2.000,00
Suplementar	Programa Agente Comunitários de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2080.3319000000000000.01020488	29.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Aquisição de Veículo	11.001.0010.0301.0014.1035.3449000000000000.01020488	4.700,00
Anulação Dotação	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.3449000000000000.01020488	45.600,00
Anulação Dotação	Programa Agente Comunitários de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2080.3339000000000000.01020488	5.000,00
Anulação Dotação	Equipamento para atendimento à Atenção Básica	11.001.0010.0301.0014.2090.3449000000000000.01020488	24.700,00
Anulação Dotação	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.3319000000000000.01020488	15.000,00
Anulação Dotação	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.3319100000000000.01020488	17.000,00
Anulação Dotação	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.3339000000000000.01020488	9.000,00
Anulação Dotação	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.3339300000000000.01020488	1.500,00

Anulação Dotação	Controle Epidemio- lógico	11.001.0010.0305.0014.2087.3319100000000000.01020488	8.000,00
Art. 3 - Fica aberto transposição por incremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.3319000000000000.01020488	82.000,00
Art. 4 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$30.000,00 (trinta mil reais).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do En- sino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.3319000000000000.01190454	15.000,00
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3319000000000000.01190454	15.000,00
Art. 5 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 4 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguin- tes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Funda- mental	06.002.0012.0361.0006.2027.3339000000000000.01190454	10.000,00
Anulação Dotação	Material Didático, Pedagógico, Expe- diente e Brinquedos	06.001.0012.0365.0006.2022.3339000000000000.01190454	5.000,00
Anulação Dotação	Administração e Orientação Pedagó- gica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3319100000000000.01190454	10.000,00
Anulação Dotação	Móveis e Equipa- mentos aos C.E.I.	06.001.0012.0365.0006.2024.3449000000000000.01190454	5.000,00
Art. 6 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Administração e Orientação Pedagó- gica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3319100000000000.01010450	5.000,00
Suplementar	Administração e Orientação Pedagó- gica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3319000000000000.01010450	21.000,00
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Funda- mental	06.002.0012.0361.0006.2029.3339000000000000.01010450	10.000,00
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Funda- mental	06.002.0012.0361.0006.2029.3319100000000000.01010450	2.000,00

Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.3319000000000000.01010450	16.000,00
Suplementar	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.3339000000000000.01010450	10.000,00
Suplementar	Capacitação dos Profissionais do Ensino Fundamental	06.002.0012.0128.0006.2026.3339000000000000.01010450	3.000,00

Art. 7 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 6 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção da Unidade Descentralizada do EJA	06.002.0012.0366.0006.2034.3319000000000000.01010450	20.000,00
Anulação Dotação	Manutenção da Unidade Descentralizada do EJA	06.002.0012.0366.0006.2034.3319100000000000.01010450	18.000,00
Anulação Dotação	Transporte Escolar na Educação Infantil	06.001.0012.0365.0006.2021.3319000000000000.01010450	15.000,00
Anulação Dotação	Transporte Escolar na Educação Infantil	06.001.0012.0365.0006.2021.3319100000000000.01010450	5.000,00
Anulação Dotação	Manutenção de Veículos da Secretaria de Educação	06.002.0004.0122.0006.2113.3339000000000000.01010450	5.000,00
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3319000000000000.01010450	4.000,00

Art. 8 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.3339000000000000.01000400	1.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.3319100000000000.01000400	6.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.3319000000000000.01000400	25.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0122.0010.2054.3319000000000000.01000400	28.000,00
Suplementar	Transporte Escolar para o Ensino Superior	06.005.0012.0364.0006.2039.3339000000000000.01000400	3.000,00
Suplementar	Administração e Orientação Pedagógica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3339000000000000.01000400	8.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos, Oficina e Lavação.	05.003.0015.0452.0005.2016.3319000000000000.01000400	25.000,00
Suplementar	Manutenção e Reabertura de Estradas	04.001.0026.0782.0003.2010.3339000000000000.01000400	3.000,00

Suplementar	Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.3319100000000000.01000400	18.000,00
Suplementar	Manutenção das Atividades dos Conselhos.	03.001.0004.0122.0017.2066.3319000000000000.01000400	12.000,00
Suplementar	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	02.001.0004.0122.0002.2002.3339000000000000.01000400	3.000,00
Art. 9 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 8 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção das Atividades dos Conselhos.	03.001.0004.0122.0017.2066.3339000000000000.01000400	4.000,00
Anulação Dotação	Arrecadação, Fiscalização, Serviços e Incentivos aos Contribuintes	03.001.0004.0129.0002.2006.3339000000000000.01000400	4.000,00
Anulação Dotação	Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.3339000000000000.01000400	4.000,00
Anulação Dotação	Construção de Bueiros	04.001.0026.0782.0003.1005.3339000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Construção e Manutenção de Abrigos	04.001.0026.0782.0003.1007.3339000000000000.01000400	8.000,00
Anulação Dotação	Segurança Pública	05.001.0006.0181.0005.2014.3339000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.3319000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.3319100000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.3339000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Iluminação Pública	05.001.0025.0752.0005.2013.3337100000000000.01000400	1.400,00
Anulação Dotação	Iluminação Pública	05.001.0025.0752.0005.2013.3339000000000000.01000400	10.000,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3337100000000000.01000400	1.500,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3339000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3447100000000000.01000400	1.300,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3449000000000000.01000400	1.800,00
Anulação Dotação	Construção, Reforma e Ampliação da Garagem, Oficina, Lavagem e afins	05.003.0015.0451.0005.1008.3339000000000000.01000400	3.500,00
Anulação Dotação	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.3339000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.3449000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Passeios Públicos	05.003.0015.0451.0005.1012.3339000000000000.01000400	6.000,00
Anulação Dotação	Passeios Públicos	05.003.0015.0451.0005.1012.3449000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Arborização e Paisagismo Urbano	05.003.0015.0452.0005.1013.3339000000000000.01000400	3.000,00

Anulação Dotação	Manutenção da Frota do Urbanismo.	05.003.0015.0452.0005.2017.3449000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Abrigo de Passageiros	05.003.0015.0453.0005.1011.3339000000000000.01000400	7.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria da Cultura	07.001.0013.0122.0007.2047.3319000000000000.01000400	7.000,00
Anulação Dotação	Museu Municipal	07.001.0013.0391.0007.2043.3339000000000000.01000400	1.400,00
Anulação Dotação	Biblioteca Municipal	07.001.0013.0392.0007.2044.3339000000000000.01000400	1.100,00
Anulação Dotação	Instruções e Treinamentos Artísticos, Culturais, Instrumentais e Artesanais.	07.001.0013.0392.0007.2045.3335000000000000.01000400	8.000,00
Anulação Dotação	Grupos Artísticos, Culturais e Instrumentais	07.001.0013.0392.0007.2046.3339000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Grupos Artísticos, Culturais e Instrumentais	07.001.0013.0392.0007.2046.3449000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3319000000000000.01000400	15.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3449000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3339000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Manutenção de Veículo da Secretaria de Esportes	08.001.0027.0813.0009.2102.3339000000000000.01000400	2.000,00

Art. 10 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 659,72 (seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3339000000000000.01370561	659,72

Art. 11 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 10 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.3339000000000000.01370561	659,72

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de transposição por decremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Transp. Decremento	Modernização da Estrutura Administrativa	03.001.0004.0122.0002.1003.3449000000000000.01000400	1.000,00

Transp. Decremento	Construção e Reforma de Pontes	04.001.0026.0782.0003.1004.3449000000000000.01000400	1.400,00
Transp. Decremento	Construção de Bueiros	04.001.0026.0782.0003.1005.3449000000000000.01000400	1.400,00
Transp. Decremento	Sinalização e Informação de Trânsito	05.001.0006.0183.0005.2015.3339000000000000.01000400	3.000,00
Transp. Decremento	Construção, Reforma e Ampliação da Garagem, Oficina, Lavação e afins	05.003.0015.0451.0005.1008.3449000000000000.01000400	2.000,00
Transp. Decremento	Transporte Escolar para o Ensino Médio	06.004.0012.0362.0006.2038.3339000000000000.01000400	8.000,00
Transp. Decremento	Manutenção do Ensino Médio	06.004.0012.0363.0006.2116.3339000000000000.01000400	1.950,00
Transp. Decremento	Museu Municipal	07.001.0013.0391.0007.2043.3449000000000000.01000400	500,00
Transp. Decremento	Biblioteca Municipal	07.001.0013.0392.0007.2044.3449000000000000.01000400	500,00
Transp. Decremento	Eventos Culturais e Artísticos	07.001.0013.0392.0007.2048.3339000000000000.01000400	12.000,00
Transp. Decremento	Desenvolvimento Turístico e Cultural	07.002.0023.0695.0008.2042.3339000000000000.01000400	1.050,00
Transp. Decremento	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3319100000000000.01000400	2.000,00
Transp. Decremento	Manutenção e Ampliação de Espaços Esportivos	08.001.0027.0813.0009.2052.3339000000000000.01000400	5.000,00
Transp. Decremento	Manutenção e Ampliação de Espaços Esportivos	08.001.0027.0813.0009.2052.3449000000000000.01000400	1.000,00
Transp. Decremento	Manutenção de Veículo da Secretaria de Esportes	08.001.0027.0813.0009.2102.3339000000000000.01000400	2.900,00
Transp. Decremento	Capacitação de Servidores da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0128.0010.2059.3339000000000000.01000400	1.000,00
Transp. Decremento	Implantação de Feira Livre	09.001.0020.0605.0010.1039.3339000000000000.01000400	1.900,00
Transp. Decremento	Aquisição de Equipamentos Agropecuários	09.001.0020.0606.0010.1027.3449000000000000.01000400	7.000,00
Transp. Decremento	Manutenção da Frota da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0606.0010.2058.3339000000000000.01000400	8.000,00
Transp. Decremento	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.3339000000000000.01000400	3.000,00
Transp. Decremento	PAEFI-Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduo.	10.001.0008.0244.0016.2075.3339000000000000.01000400	1.000,00
Transp. Decremento	Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora	10.001.0008.0244.0019.2112.3339000000000000.01000400	7.000,00
Transp. Decremento	Materiais de Construção para Casas Populares Isoladas	13.001.0016.0244.0013.1031.3339000000000000.01000400	5.200,00
Transp. Decremento	Material de Construção para Conjunto Habitacional	13.001.0016.0482.0013.1033.3339000000000000.01000400	1.200,00
Transp. Decremento	Infraestrutura para Conjunto Habitacional	13.001.0016.0482.0013.1038.3449000000000000.01000400	3.000,00

Art. 11 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
22 de novembro de 2017.
Rodrigo Preis
Prefeito de Rio do Campo

Jean Carlos Külkamp
Secretário de Administração e Finanças

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI 54/2017

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Senhores Vereadores, os créditos adicionais suplementares abertos por meio deste projeto, não irá comprometer o orçamento, uma vez que será suprida esta suplementação com anulação parcial de dotações já descritas na LOA 2017.

Levamos o Projeto de Lei conexo a este, para a devida avaliação dos Nobres Vereadores, aguardamos sua aprovação dentro dos transcurso legais e regimento desta Casa Legislativa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 16 de novembro de 2017.
Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.882, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433041

DECRETO Nº 3.882, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

“Institui Comissão para recebimento de bens móveis e nomeia membros”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial aquelas contidas no inciso VII, artigo 65, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão para recebimento de bens móveis, objeto de licitações e compras diretas da Prefeitura Municipal de Rio do Campo.

Parágrafo único. A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- Marco Antonio Tambosi;
- Swen Sebold;
- Edy Joelcio Kulkamp.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 3.030, de 24 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 21 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretario de Administração e Finanças

EXTRATO DO ADITIVO NR 05-2017 AO CONTRATO NR 01-2017

Publicação Nº 1433049

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO ADITIVO Nr 05/2017 AO CONTRATO NR 01/2017

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratado: Auto Posto Rio do Campo Ltda.

Origem: Processo Licitatório nr 45/2016 Modalidade Pregão Presencial nr 32/2016

Objeto: O objeto do presente termo aditivo é o reajuste valor do item 03 do contrato nº 01/2017, passando o preço do litro do óleo diesel comum S-500 de R\$ 3.620 para o valor do litro de R\$ 3,74

Vigência: 20/11/2017 a 31/12/2017

Rio do Campo (SC), 20/11/2017

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

LEI 2.178 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 1433556

LEI Nº 2.178, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

"Autoriza abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR através da anulação de Dotações do Orçamento vigente, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de RIO DO CAMPO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 - Fica autorizado abrir crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33190000000000.01020488	21.000,00
Suplementar	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.33190000000000.01020488	5.000,00
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.33190000000000.01020488	3.500,00
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33191000000000.01020488	2.000,00
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33190000000000.01020488	11.000,00
Suplementar	Transferências à Instituições de Saúde	11.001.0010.0302.0014.2081.33350000000000.01020488	50.000,00
Suplementar	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.33390000000000.01020488	7.000,00
Suplementar	Programa Agente Comunitários de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2080.33191000000000.01020488	2.000,00
Suplementar	Programa Agente Comunitários de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2080.33190000000000.01020488	29.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Aquisição de Veículo	11.001.0010.0301.0014.1035.34490000000000.01020488	4.700,00
Anulação Dotação	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.34490000000000.01020488	45.600,00
Anulação Dotação	Programa Agente Comunitários de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2080.33390000000000.01020488	5.000,00
Anulação Dotação	Equipamento para atendimento à Atenção Básica	11.001.0010.0301.0014.2090.34490000000000.01020488	24.700,00
Anulação Dotação	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.33190000000000.01020488	15.000,00
Anulação Dotação	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.33191000000000.01020488	17.000,00
Anulação Dotação	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33390000000000.01020488	9.000,00
Anulação Dotação	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33393000000000.01020488	1.500,00
Anulação Dotação	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.33191000000000.01020488	8.000,00

Art. 3 - Fica autorizado abrir transposição por incremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
--------------	----------------	--------------	-------

	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.3319000000000000.01020488	82.000,00

Art. 4 - Fica autorizado abrir crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.3319000000000000.01190454	15.000,00
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3319000000000000.01190454	15.000,00

Art. 5 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 4 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2027.3339000000000000.01190454	10.000,00
Anulação Dotação	Material Didático, Pedagógico, Expediente e Brinquedos	06.001.0012.0365.0006.2022.3339000000000000.01190454	5.000,00
Anulação Dotação	Administração e Orientação Pedagógica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3319100000000000.01190454	10.000,00
Anulação Dotação	Móveis e Equipamentos aos C.E.I.	06.001.0012.0365.0006.2024.3449000000000000.01190454	5.000,00

Art. 6 - Fica autorizado abrir crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Administração e Orientação Pedagógica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3319100000000000.01010450	5.000,00
Suplementar	Administração e Orientação Pedagógica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3319000000000000.01010450	21.000,00
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.3339000000000000.01010450	10.000,00
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.3319100000000000.01010450	2.000,00
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.3319000000000000.01010450	16.000,00
Suplementar	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.3339000000000000.01010450	10.000,00
Suplementar	Capacitação dos Profissionais do Ensino Fundamental	06.002.0012.0128.0006.2026.3339000000000000.01010450	3.000,00

Art. 7 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 6 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção da Unidade Descentralizada do EJA	06.002.0012.0366.0006.2034.3319000000000000.01010450	20.000,00
Anulação Dotação	Manutenção da Unidade Descentralizada do EJA	06.002.0012.0366.0006.2034.3319100000000000.01010450	18.000,00
Anulação Dotação	Transporte Escolar na Educação Infantil	06.001.0012.0365.0006.2021.3319000000000000.01010450	15.000,00
Anulação Dotação	Transporte Escolar na Educação Infantil	06.001.0012.0365.0006.2021.3319100000000000.01010450	5.000,00
Anulação Dotação	Manutenção de Veículos da Secretaria de Educação	06.002.0004.0122.0006.2113.3339000000000000.01010450	5.000,00
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3319000000000000.01010450	4.000,00

Art. 8 - Fica autorizado abrir crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.3339000000000000.01000400	1.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.3319100000000000.01000400	6.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.3319000000000000.01000400	25.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0122.0010.2054.3319000000000000.01000400	28.000,00
Suplementar	Transporte Escolar para o Ensino Superior	06.005.0012.0364.0006.2039.3339000000000000.01000400	3.000,00
Suplementar	Administração e Orientação Pedagógica da Educação Básica	06.002.0012.0361.0006.2041.3339000000000000.01000400	8.000,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos, Oficina e Lavação.	05.003.0015.0452.0005.2016.3319000000000000.01000400	25.000,00
Suplementar	Manutenção e Reabertura de Estradas	04.001.0026.0782.0003.2010.3339000000000000.01000400	3.000,00
Suplementar	Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.3319100000000000.01000400	18.000,00
Suplementar	Manutenção das Atividades dos Conselhos.	03.001.0004.0122.0017.2066.3319000000000000.01000400	12.000,00
Suplementar	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	02.001.0004.0122.0002.2002.3339000000000000.01000400	3.000,00

Art. 9 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 8 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção das Atividades dos Conselhos.	03.001.0004.0122.0017.2066.3339000000000000.01000400	4.000,00
Anulação Dotação	Arrecadação, Fiscalização, Serviços e Incentivos aos Contribuintes	03.001.0004.0129.0002.2006.3339000000000000.01000400	4.000,00
Anulação Dotação	Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.3339000000000000.01000400	4.000,00
Anulação Dotação	Construção de Bueiros	04.001.0026.0782.0003.1005.3339000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Construção e Manutenção de Abrigos	04.001.0026.0782.0003.1007.3339000000000000.01000400	8.000,00
Anulação Dotação	Segurança Pública	05.001.0006.0181.0005.2014.3339000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.3319000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.3319100000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.3339000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Iluminação Pública	05.001.0025.0752.0005.2013.3337100000000000.01000400	1.400,00
Anulação Dotação	Iluminação Pública	05.001.0025.0752.0005.2013.3339000000000000.01000400	10.000,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3337100000000000.01000400	1.500,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3339000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3447100000000000.01000400	1.300,00
Anulação Dotação	Destinação de Esgoto Doméstico e Pluvial	05.002.0017.0512.0004.1014.3449000000000000.01000400	1.800,00
Anulação Dotação	Construção, Reforma e Ampliação da Garagem, Oficina, Lavação e afins	05.003.0015.0451.0005.1008.3339000000000000.01000400	3.500,00
Anulação Dotação	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.3339000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.3449000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Passeios Públicos	05.003.0015.0451.0005.1012.3339000000000000.01000400	6.000,00
Anulação Dotação	Passeios Públicos	05.003.0015.0451.0005.1012.3449000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Arborização e Paisagismo Urbano	05.003.0015.0452.0005.1013.3339000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Manutenção da Frota do Urbanismo.	05.003.0015.0452.0005.2017.3449000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Abrigo de Passageiros	05.003.0015.0453.0005.1011.3339000000000000.01000400	7.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria da Cultura	07.001.0013.0122.0007.2047.3319000000000000.01000400	7.000,00
Anulação Dotação	Museu Municipal	07.001.0013.0391.0007.2043.3339000000000000.01000400	1.400,00
Anulação Dotação	Biblioteca Municipal	07.001.0013.0392.0007.2044.3339000000000000.01000400	1.100,00
Anulação Dotação	Instruções e Treinamentos Artísticos, Culturais, Instrumentais e Artesanais.	07.001.0013.0392.0007.2045.3335000000000000.01000400	8.000,00

Anulação Dotação	Grupos Artísticos, Culturais e Instrumentais	07.001.0013.0392.0007.2046.3339000000000000.01000400	3.000,00
Anulação Dotação	Grupos Artísticos, Culturais e Instrumentais	07.001.0013.0392.0007.2046.3449000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3319000000000000.01000400	15.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3449000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3339000000000000.01000400	2.000,00
Anulação Dotação	Manutenção de Veículo da Secretaria de Esportes	08.001.0027.0813.0009.2102.3339000000000000.01000400	2.000,00

Art. 10 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 659,72 (seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3339000000000000.01370561	659,72

Art. 11 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 10 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.3339000000000000.01370561	659,72

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de transposição por decremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Transp. Decremento	Modernização da Estrutura Administrativa	03.001.0004.0122.0002.1003.3449000000000000.01000400	1.000,00
Transp. Decremento	Construção e Reforma de Pontes	04.001.0026.0782.0003.1004.3449000000000000.01000400	1.400,00
Transp. Decremento	Construção de Bueiros	04.001.0026.0782.0003.1005.3449000000000000.01000400	1.400,00
Transp. Decremento	Sinalização e Informação de Trânsito	05.001.0006.0183.0005.2015.3339000000000000.01000400	3.000,00
Transp. Decremento	Construção, Reforma e Ampliação da Garagem, Oficina, Lavação e afins	05.003.0015.0451.0005.1008.3449000000000000.01000400	2.000,00
Transp. Decremento	Transporte Escolar para o Ensino Médio	06.004.0012.0362.0006.2038.3339000000000000.01000400	8.000,00
Transp. Decremento	Manutenção do Ensino Médio	06.004.0012.0363.0006.2116.3339000000000000.01000400	1.950,00
Transp. Decremento	Museu Municipal	07.001.0013.0391.0007.2043.3449000000000000.01000400	500,00
Transp. Decremento	Biblioteca Municipal	07.001.0013.0392.0007.2044.3449000000000000.01000400	500,00
Transp. Decremento	Eventos Culturais e Artísticos	07.001.0013.0392.0007.2048.3339000000000000.01000400	12.000,00
Transp. Decremento	Desenvolvimento Turístico e Cultural	07.002.0023.0695.0008.2042.3339000000000000.01000400	1.050,00
Transp. Decremento	Manutenção Administrativa da Secretaria de Esportes e Lazer	08.001.0027.0122.0009.2049.3319100000000000.01000400	2.000,00

Transp. Decremento	Manutenção e Ampliação de Espaços Esportivos	08.001.0027.0813.0009.2052.3339000000000000.01000400	5.000,00
Transp. Decremento	Manutenção e Ampliação de Espaços Esportivos	08.001.0027.0813.0009.2052.3449000000000000.01000400	1.000,00
Transp. Decremento	Manutenção de Veículo da Secretaria de Esportes	08.001.0027.0813.0009.2102.3339000000000000.01000400	2.900,00
Transp. Decremento	Capacitação de Servidores da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0128.0010.2059.3339000000000000.01000400	1.000,00
Transp. Decremento	Implantação de Feira Livre	09.001.0020.0605.0010.1039.3339000000000000.01000400	1.900,00
Transp. Decremento	Aquisição de Equipamentos Agropecuários	09.001.0020.0606.0010.1027.3449000000000000.01000400	7.000,00
Transp. Decremento	Manutenção da Frota da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0606.0010.2058.3339000000000000.01000400	8.000,00
Transp. Decremento	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.3339000000000000.01000400	3.000,00
Transp. Decremento	PAEFI-Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduo.	10.001.0008.0244.0016.2075.3339000000000000.01000400	1.000,00
Transp. Decremento	Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora	10.001.0008.0244.0019.2112.3339000000000000.01000400	7.000,00
Transp. Decremento	Materiais de Construção para Casas Populares Isoladas	13.001.0016.0244.0013.1031.3339000000000000.01000400	5.200,00
Transp. Decremento	Material de Construção para Conjunto Habitacional	13.001.0016.0482.0013.1033.3339000000000000.01000400	1.200,00
Transp. Decremento	Infraestrutura para Conjunto Habitacional	13.001.0016.0482.0013.1038.3449000000000000.01000400	3.000,00

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
22 de novembro de 2017.
Rodrigo Preis
Prefeito de Rio do Campo

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

CARLA TATIANA PIERITZ FOSTER - 7º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1432263

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2016, firmado em 29/02/2016, com término previsto para 06/10/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA TATIANA PIERITZ FOSTER, portador(a) do CPF nº 065.758.569-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 116 / 2016, iniciando-se a prorrogação em 07/10/2017 e encerrando-se em 14/12/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 05/10/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CARLA TATIANA PIERITZ FOSTER

Contratado(a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2017

Publicação Nº 1432326

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRIEDRICH FERRARI, portador(a) do CPF nº 928.233.000-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Dom Bosco, 975, fundos – Bairro Centro, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, prestará serviços de Fisioterapeuta com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde - NASF

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.233,14 (Três Mil Duzentos e Trinta e Três Reais e Quatorze Centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/11/2017 e encerrando-se em 21/12/2017, tudo isto em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CARLA FRIEDRICH FERRARI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

DECRETO 6682

Publicação Nº 1433336

DECRETO Nº 6682, de 20 de novembro de 2017.

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.789, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.878, de 20 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.149	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb – Ações Agente Comunitário de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

20 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

PREFEITO DE RIO DO SUL

DECRETO Nº 6677, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433353

DECRETO Nº 6677, de 16 de novembro de 2017.

“RETIFICA DECRETO N. 2725, DE 03/07/2012, QUE HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o resultado de Processo Administrativo Disciplinar nº 024/2016, instaurado pela Portaria nº 1306/RH de 29 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado o Anexo I do Decreto n. 2725 que homologou o resultado final do Concurso Público Nº 002/2011, para o cargo de Enfermeiro.

Art. 2º – O Anexo I retificado é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Anexo I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011

Divulga o Resultado Final Retificado do Concurso Público Edital n. 001/2017.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o resultado de Processo Administrativo Disciplinar nº 024/2016, instaurado pela Portaria nº 1306/RH de 29 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de dezembro de 2016, TORNA PÚBLICO A CLASSIFICAÇÃO FINAL RETIFICADA DOS CANDIDATOS APROVADOS PARA O CARGO DE ENFERMEIRO, que segue em classificação decrescente, conforme relacionado abaixo para conhecimento dos interessados.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

CARGO: Enfermeiro

Class.	Nr. Ins.	Nome do Candidato	Total de Pontos	Aprovação
1	7977	TELMA ANGELITA MARCHI	7.75	APROVADO
2	5374	ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA	7.00	APROVADO
3	8350	EDUARDO SCHRODER	7.00	APROVADO
4	1363	ANA GABRIELA DE SOUZA MENDES	7.00	APROVADO
5	12026	ERIKA SIMAS EBSSEN	7.00	APROVADO
6	7180	MARGARETE VERONICA JESSE	7.00	APROVADO
7	1003	IVANIA TRAVAGLIA - PNE	6.75	APROVADO
8	10072	ANODILA CAMPREGHER CADORE	6.75	APROVADO
9	7210	JUCELI PAGANI NEGRI	6.75	APROVADO
10	2621	VANIA REGINA FELTRIN	6.75	APROVADO
11	0958	GABRIELA PIRES RIBEIRO	6.75	APROVADO
12	12252	NATHALY HELENA BUTZKE GROSCH	6.50	APROVADO
13	12409	CARINE DAUFENBACH	6.50	APROVADO
14	4019	ELIZANDRA APARECIDA BORGES	6.50	APROVADO
15	12782	ARMELITA ELENICE VIANNA	6.50	APROVADO
16	7162	CIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA ARRUDA	6.50	APROVADO
17	11840	GABRIEL CÉZAR DA SILVA CANANI	6.50	APROVADO
18	6592	REGIANE BORGES	6.50	APROVADO
19	5116	ELIZABETH RIBEIRO GOMES	6.50	APROVADO
20	5159	SIMONE DE MELO	6.50	APROVADO
21	4788	INGRID PUJOL HANZEN	6.25	APROVADO
22	3853	DANIELA ROSSO DAL PONT	6.25	APROVADO
23	4758	EMANUELLE ANDREZA HOFFMANN	6.25	APROVADO
24	0412	SANDRA APARECIDA SEBOLD	6.25	APROVADO
25	8215	MARIELA DETZEL	6.25	APROVADO
26	3053	ANDREIA BERTOCHI	6.25	APROVADO
27	0468	CHIRLEY BELTRAME COSTA	6.25	APROVADO

28	12358	VIVIAN INES LOPES	6.25	APROVADO
29	3917	LILIAN ELIZABETH MARTINS	6.25	APROVADO
30	12720	TUYANNE VERGINIO CARDOSO	6.00	APROVADO
31	12328	DANIELA BOLL	6.00	APROVADO
32	4801	PATRICIA RENGEL	6.00	APROVADO
33	5500	DJONATAN CESAR CORRZA	6.00	APROVADO
34	8990	MARLI APARECIDA ALMEIDA	6.00	APROVADO
35	5075	KELLYN CHRISTINA BORGES VARGAS	6.00	APROVADO
36	8786	FRANCIELE DE LORENZI	6.00	APROVADO
37	0752	ALEX CESAR FRANCESCHI	6.00	APROVADO
38	0014	JODESIA CONINK	6.00	APROVADO
39	2292	DAIANI NARA LESSA	6.00	APROVADO
40	1437	DIANA FERRARI	6.00	APROVADO
41	10560	DÉBORA LOPES CESAR	6.00	APROVADO
42	4625	PAOLA FERNANDES DA SILVA	5.75	APROVADO
43	7974	LAYLA LIMA BLOMER	5.75	APROVADO
44	9738	ELTON DARI COSSETIM DOS SANTOS	5.75	APROVADO
45	11633	DAIANA DE PAULA	5.75	APROVADO
46	4068	PATRÍCIA MARIA ZONTA	5.75	APROVADO
47	8104	MIRIAN ROSANE DE SOUZA ANDR	5.75	APROVADO
48	7987	LARISSA FRANCO CARON	5.75	APROVADO
49	12551	MICHELE ARIANA DA SILVA	5.75	APROVADO
50	12192	ROSANE HERMANN	5.75	APROVADO
51	8903	FERNANDA BARATO	5.75	APROVADO
52	1765	TIAGO LEITZKE	5.75	APROVADO
53	4877	ELIZETE STOCCO	5.75	APROVADO
54	12223	DIANA BISPO DA SILVA	5.75	APROVADO
55	10853	LETICIA CAPELETTI	5.75	APROVADO
56	8745	FERNANDA FELTRIN	5.75	APROVADO
57	10057	KELLY FERNANDA GREIN	5.75	APROVADO
58	0863	RAQUEL MAGALHÕES WÜRZLER SCHIRMER	5.75	APROVADO
59	0098	SOLANGE APARECIDA DE NEZ	5.75	APROVADO
60	0779	RAQUEL ELOISA PEDROSO	5.75	APROVADO
61	0199	JOSIANE VINCI	5.75	APROVADO
62	4939	ANA PAULA SEBOLD	5.75	APROVADO
63	13127	FERNANDA CROSEWSKI	5.50	APROVADO
64	12357	ELIANE ALVES DE OLIVEIRA	5.50	APROVADO
65	12078	CARLA VANESSA REBELLATTO	5.50	APROVADO
66	0529	JULIANO MARCOS VENITE - PNE	5.50	APROVADO
67	4747	GRACIELY OSTERNACK DE ALMEIDA	5.50	APROVADO
68	4096	JIANE APARECIDA HEINZ	5.50	APROVADO
69	3501	VINICIUS ORNEL DOS SANTOS	5.50	APROVADO
70	2194	REGINA VERONICA BATISTTI MUNARIN	5.50	APROVADO
71	9018	MIRCIO SCUSSEL	5.50	APROVADO
72	1349	SOLANGE MARQUES DE SOUZA	5.50	APROVADO
73	4872	LARA FERNANDA KERSBAUMER	5.50	APROVADO
74	1486	IRACILDA DE OLIVEIRA SILVA	5.50	APROVADO
75	10921	ELIS REGINA FREITAS	5.50	APROVADO

76	1397	VINICIUS RIBEIRO SALVADOR	5.50	APROVADO
77	0115	CRISTIANE SEVEGNANI	5.50	APROVADO
78	1338	REGINA SCHINKO GARRIDO AGUILA LIMA	5.50	APROVADO
79	9839	ÉDIA REGINA GRAH	5.50	APROVADO
80	10974	ALINE FAGUNDES CUNHA	5.50	APROVADO
81	0519	NATALIA FANTINEL	5.50	APROVADO
82	0338	MARIA TERESINHA MADEIRA	5.50	APROVADO
83	4707	CAMILA SUELY DA SILVA	5.25	APROVADO
84	5627	LUANA BECCARI DA SILVA	5.25	APROVADO
85	3287	BRUNA CORREIA VAZ	5.25	APROVADO
86	3277	HELOISA PEREIRA DE JESUS	5.25	APROVADO
87	9780	ANGELITA GALLI PEREIRA	5.25	APROVADO
88	9052	GISELE WEBER SEBOLD	5.25	APROVADO
89	12346	DAIANE FRANCIELE KIRCHNER	5.25	APROVADO
90	10202	DANIELI STOCK	5.25	APROVADO
91	0855	DÉBORA GONÇALVES FERREIRA	5.25	APROVADO
92	5615	JUCILENE LAIS ROSSA BONFIM	5.25	APROVADO
93	5205	MARIANE FRUET	5.25	APROVADO
94	4114	CRISTINI MARTINS FERREIRA	5.25	APROVADO
95	0780	MARIANE PANDINI	5.25	APROVADO
96	9864	KELY CAROLINA MARQUES	5.25	APROVADO
97	9042	ANDRA CARLA SEBOLD	5.25	APROVADO
98	10706	DÉBORA MATOS BENEDET	5.25	APROVADO
99	6420	SIMONE VARGAS	5.25	APROVADO
100	1317	JUCELIR ELIANE BATISTA	5.25	APROVADO
101	5859	ANA CLAUDIA SEVEGNANI	5.25	APROVADO
102	1923	ANA CRISTINA DE SOUZA	5.25	APROVADO
103	5132	JANICE DA CUNHA	5.25	APROVADO
104	3947	SONIA SANDOR KEMPNER	5.25	APROVADO
105	5526	MARINA BIRCK	5.25	APROVADO
106	4501	DANIELA FERNANDES GOEDE	5.25	APROVADO
107	0522	VALERIA ZIRBEL	5.25	APROVADO
108	5802	FLÁVIO DA SILVA BRANDÓ	5.25	APROVADO
109	1676	TIAGO SANTER	5.00	APROVADO
110	5912	DIANA VARELA	5.00	APROVADO
111	1021	VANESSA ZINK	5.00	APROVADO
112	8754	JOICE KOLLERT	5.00	APROVADO
113	11000	JHENIFFER JANICE PADILHA	5.00	APROVADO
114	8127	CRISTIANE PRISCILA BECKER	5.00	APROVADO
115	8300	LARA FERNANDA CORDEIRO CONER	5.00	APROVADO
116	1903	MONICA CHIODINI	5.00	APROVADO
117	8585	BIANCA CAMARGO DA SILVA	5.00	APROVADO
118	1728	NAIARA CRISTINA BECKER	5.00	APROVADO
119	6055	KARY CRISTINE DE LOURENSI ZACCARON	5.00	APROVADO
120	0408	JULIA SEBOLD	5.00	APROVADO
121	11678	BRUNA ALMEIDA DA SILVA	5.00	APROVADO
122	0726	JULIANA SCHNEIDER	5.00	APROVADO
123	6358	DANIEL SERSCHÖN	5.00	APROVADO

124	7867	IVANISE DE OLIVEIRA GOULART	5.00	APROVADO
125	8366	ASTRID HOELTGEBAUM	5.00	APROVADO
126	4729	MICHELLE CAROLINE SIQUEIRA	5.00	APROVADO
127	3775	OYARA FERNANDES MARTINS	5.00	APROVADO
128	5375	DÉBORA CARDOSO COSTA	5.00	APROVADO
129	2378	THAYOMARA DE SOUZA	5.00	APROVADO
130	2789	CAROLINE DA FONSECA CACHOROWSKI	5.00	APROVADO
131	5805	JUCÉLIA ZIMMERMANN	4.75	REPROVADO
132	2118	SANDRO SANDRI	4.75	REPROVADO
133	0575	DEBORAH DO COUTO NOBRE	4.75	REPROVADO
134	3784	MARINA WERLICH SCHMITZ	4.75	REPROVADO
135	5630	SABRINA DE FÍTIMA WOLFF	4.75	REPROVADO
136	11877	CLEUSA FELICIANO	4.75	REPROVADO
137	1134	JERUSA PALTE	4.75	REPROVADO
138	7457	LARISSA BAZZO TIVES	4.75	REPROVADO
139	1931	TATIANE HAMMES	4.75	REPROVADO
140	0899	TAIRINI DE OLIVEIRA FRANCO	4.75	REPROVADO
141	4368	CRISTINA DOBRACHINSKI BARBOSA	4.75	REPROVADO
142	6136	ANDRESSA NICOLA CACENOT	4.75	REPROVADO
143	8609	LEIDI LIANA ESSER	4.75	REPROVADO
144	12577	SCHIRLEI VANDERLINDE	4.75	REPROVADO
145	8306	PATRICIA AGOSTINI	4.75	REPROVADO
146	3071	JANAINA SOUZA MATOS OLIVEIRA	4.50	REPROVADO
147	5018	ÉRICA MARGHETI KESTRING	4.50	REPROVADO
148	5317	KELY PIRES	4.50	REPROVADO
149	12768	KARINA FATIMA KREMER DE SOUZA	4.50	REPROVADO
150	1690	BRUNA VALLE	4.50	REPROVADO
151	1184	IRANI PALADINO	4.50	REPROVADO
152	3376	ROSIMARY CLAUDINO DO NASCIMENTO	4.50	REPROVADO
153	6269	JEFERSON LUKS CRUZ DIAS	4.50	REPROVADO
154	3550	LUCRECIA VENDRAMI	4.50	REPROVADO
155	11746	FABIANA MEDEIROS BRANCO	4.50	REPROVADO
156	5163	ROBERTA OTTO	4.50	REPROVADO
157	12804	SAMARA SOUZA CHIELLA	4.50	REPROVADO
158	6115	SIRLENE LUNELLI	4.50	REPROVADO
159	8347	MONIQUE AFFONSO LEITE	4.50	REPROVADO
160	2864	BEATRIZ ALVES GARCIA	4.50	REPROVADO
161	9850	ANDREA MONTEIRO	4.50	REPROVADO
162	1359	SIULA GUIMARÊS VIEIRA	4.50	REPROVADO
163	10790	ALANAN GOEDERT	4.50	REPROVADO
164	0006	ANALINE DOMBROWSKI	4.50	REPROVADO
165	3180	MARA PATRÍCIA DOS SANTOS	4.50	REPROVADO
166	3408	CLAUDETE MIORANZA	4.50	REPROVADO
167	0129	CRISTIANE REGINA BACHMANN BOHN	4.50	REPROVADO
168	13112	CRISTINA BUENO BASTOS	4.50	REPROVADO
169	10197	ROSELI BRUDA STOCK	4.50	REPROVADO
170	0043	DANIELE FERNANDES	4.50	REPROVADO
171	1812	SÔNIA NÉRIS ESPINDOLA	4.50	REPROVADO

172	6934	IGATA PAULA VALMORBIDA	4.50	REPROVADO
173	9082	ANA LUCIA DALLA VECCHIA HENSCHER	4.50	REPROVADO
174	0542	MONICA LISBOA FINGER	4.50	REPROVADO
175	1835	MIRCI DA SILVA SANTOS	4.25	REPROVADO
176	3477	MICHELLE SANT ANA COELHO	4.25	REPROVADO
177	1044	ANA LETICIA SCHIESTL CIRIACO GONÇALVES	4.25	REPROVADO
178	0334	PAMELLA DOS SANTOS	4.25	REPROVADO
179	5480	MARCIANI DA ROCHA FRANÇA	4.25	REPROVADO
180	3092	TATIANA CRIS PEREIRA	4.25	REPROVADO
181	10013	ERIVALDO MODESTO VIEIRA	4.25	REPROVADO
182	8735	ANDIARA KALINA PINHEIRO.	4.25	REPROVADO
183	7671	ARIANA OLIVEIRA	4.25	REPROVADO
184	0715	TULIPA KOFAHL	4.25	REPROVADO
185	0835	LINDA DA SILVA	4.25	REPROVADO
186	10324	GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA	4.25	REPROVADO
187	3491	JULIANA VENDRAMIN	4.25	REPROVADO
188	12913	PRISCILA BORGES DE SI	4.25	REPROVADO
189	4966	JULIAN BERTUCCI	4.00	REPROVADO
190	11438	GISÉLE CRISTINA COELHO VELHO	4.00	REPROVADO
191	11637	GRACIELLY MORAES DOS SANTOS LOURENÇO	4.00	REPROVADO
192	11308	DANIELE VALENTE	4.00	REPROVADO
193	2530	SABRINA APARECIDA DE ATAIDE MACHADO	4.00	REPROVADO
194	11843	NEUSA CANDIDO KOLLING	4.00	REPROVADO
195	0420	GISELY JURACI FERREIRA	4.00	REPROVADO
196	10373	TAINA PAULA BRITO	4.00	REPROVADO
197	3476	MAYCKON BRUSTOLIN	4.00	REPROVADO
198	10120	ROBSON JOÃO ROSA	4.00	REPROVADO
199	0504	JOSIANE VERDI	4.00	REPROVADO
200	0044	CAMILA BECKER	4.00	REPROVADO
201	6458	MAURO HOLSTEIN	4.00	REPROVADO
202	7043	ANDREIA APARECIDA ANTUNES DA SILVEIRA PEREIRA	4.00	REPROVADO
203	11584	JOELMA HEDEL VARELA	3.75	REPROVADO
204	6489	LAURA DOS SANTOS MARIA DE OLIVEIRA FREITAS	3.75	REPROVADO
205	5160	ADRIANA CELIA ZAIONS	3.75	REPROVADO
206	5751	FABIANA BINI TINTI	3.75	REPROVADO
207	5427	KAROLYNE MAGNO DOS SANTOS SILVA	3.75	REPROVADO
208	11900	JEFFERSON DIRCEU BOMBALIO	3.75	REPROVADO
209	8951	KARINA KNOPF ROSA	3.75	REPROVADO
210	0462	APARECIDO GOES	3.50	REPROVADO
211	4512	GRAZIELE MAXIMO	3.50	REPROVADO
212	4352	RICHELLE CAROLINE DOS SANTOS	3.50	REPROVADO
213	0557	DANIELI MARTINS	3.50	REPROVADO
214	8765	LETICIA COSTA ATANASIO	3.50	REPROVADO
215	2297	CRISTINA APARECIDA EICH	3.50	REPROVADO
216	5357	RAPHAEL CASCAES PEREIRA	3.25	REPROVADO
217	8897	MARCIA PEREIRA DE OLIVEIRA FERREIRA LEONARDO	3.25	REPROVADO
218	1581	DAYANE SCHWAMBACH ALVES	3.25	REPROVADO
219	10539	LUCIANE HEINZ	3.25	REPROVADO

220	8898	ADRIANA DA SILVA PEREIRA DE LIMA	2.50	REPROVADO
-----	------	----------------------------------	------	-----------

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 6679, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433256

DECRETO Nº 6679, de 20 de novembro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01180000	Transferências do Fundeb (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica)	R\$	1.000.000,00
	TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
	Transferências do Fundeb (aplicação em outras despesas da Educação Básica)		
01190000	Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica)		1.000.000,00
	TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

20 de novembro de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6681, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433312

DECRETO Nº 6681, de 21 de novembro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 100.677,11 (cem mil, seiscentos e setenta e sete reais e onze centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.677,11
	TOTAL	R\$	100.677,11

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial até o limite de R\$ 100.677,11 (cem mil, seiscentos e setenta e sete reais e onze centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	677,11
	TOTAL	R\$	100.677,11

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

21 de novembro de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6683, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433318

DECRETO Nº 6683, de 21 de novembro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 148.997,52 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.096	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	1,90
2.135	Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	136.254,04

40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.088	Blmac - Caps		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	12.134,59
2.089	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	542,47
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	64,52
	TOTAL	R\$	148.997,52

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 148.997,52 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.096	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	1,90
2.135	Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	136.254,04
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.088	Blmac - Caps		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	12.134,59
2.089	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	542,47
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	64,52
	TOTAL	R\$	148.997,52

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

21 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6684, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433505

DECRETO nº 6684, de 14 de novembro de 2017.

“DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DA CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL–CAISAN-RIO DO SUL”

Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o disposto na Lei federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;

DECRETA:

Art.1º Fica criada a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Rio do Sul Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipais afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III - apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.

VI - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios solicitados;

VII- elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de novembro de 2007 e o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

Art.2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e

Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1º - o Plano Municipal de SAN deverá:

I - conter análise da situação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo COMSEA e pela Conferência Municipal de SAN;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

VII - ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações das Câmaras Interministerial e Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes no COMSEA, de que trata o Decreto nº 5660 de 28 de novembro de 2016 e presidida, preferentemente, por titular de pasta com atribuições de articulação e integração.

Art. 5º O presidente da CAISAN será eleito, por maioria simples, por votação direta pelos membros presentes na reunião. Estando o mandato vinculado ao mesmo período do COMSEA.

Art.6º A Secretaria Executiva será exercida pelo servidor designado da Secretaria que o Conselho está vinculado.

Art.7º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia

análise de ações específicas.

Art. 8º Fazem parte da Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional:

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:

Titular: Ricardo Pinheiro

Suplente: Noemia Gemelli

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Priscila Sevegnani

Suplente: Scheila Batista da Silva

Titular: Nadir Marchi

Suplente: Daiane Gonzaga Staziak

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Alice Silveira Scheffer

Suplente: Aline Moraes Martins

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular: Elisandra Dias

Suplente: Vandreia Ricobom Teixeira

Secretaria de Gestão de Governo:

Titular: Leonardo Xavier

Suplente: Keiter Kuhnen

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

14 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Publicação N° 1432091

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA CONFORME AUTOS 0301409-34.2017.8.24.0054.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
MANUEL BATISTA	XXX.055.369-XX	Parcelamento de Dívida Ativa

Rio do Sul, 21 de novembro de 2017.

JONNY SCHMIDT

DIRETOR DEPTO ARRECADAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/17

Publicação Nº 1433024

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Maria Iris Leite de Andrade	Xxx.683.119-xx	165788
Débora de Souza	Xxx.571.289-xx	164885
Gicelda Maria da Veiga	Xxx.293.769-xx	165022
Edir Ribeiro de Alcantara	Xxx.066.279-xx	164516
Amazilda Fermino	Xxx.686.749-xx	164546
Isabel Pereira	Xxx.178.159-xx	165150
Laureci Becker	Xxx.586.879-xx	164363

Rio do Sul, 21 de Novembro de 2017

LEONICE WITTE
Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ELENIR HOLLER - 7º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1432282

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2017 firmado em 14/03/2017, com término previsto para 12/11/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENIR HOLLER, portador(a) do CPF nº 791.573.609-44, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera as cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo, que, com efeito retroativo, a partir de 13/11/2017 referente as cláusulas primeira e terceira, passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Cinderela, em substituição à Margareth Creutzberg, afastada em tratamento de saúde.

“CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 156/2017, iniciando-se a prorrogação em 13/11/2017 e encerrando-se em 17/11/2017”.

Cláusula Segunda: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA ELENIR HOLLER
Secretário de Administração e Fazenda Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

LEI 5878

Publicação Nº 1433335

LEI Nº 5.878, de 20 de novembro de 2017.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.149	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb – Ações Agente Comunitário de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

20 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Publicação Nº 1433266

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal n. 9.452/1996, de 20 de março de 1997, torna público e notifica a população em geral, os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede nesse município, que o Ministério do Desenvolvimento Social efetuou no dia 07/11/2017, a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) a este município, referente ao cronograma de desembolso do Convênio/Cadastro SIAFI n. 842610/2016, destinados a execução de Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial – Aquisição de Bens, sendo que os recursos foram depositados na agência 276, do Banco do Brasil S/A, conta-corrente 59426-1, conforme Ordem Bancária n. 2017OB820666 de 03/11/2017.

Rio do Sul/SC, em 20 de novembro de 2017.

Publique-se:

No mural e,

No Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul/SC.

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 010/2017

Publicação Nº 1432114

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
Prefeitura Municipal de Contribuintes

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 010/2017

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 04 de Dezembro de 2017, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 161326/2016
Nome do Recorrente: Doces Vó Ema Ltda ME
Nº do Recurso: 016/2017
Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Rio do Sul, 21 de Novembro de 2017.

LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

PORTARIA 1435/DGP

Publicação Nº 1432378

PORTARIA Nº 1435/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 30/10/2017 até 13/12/2017, a servidora municipal CAROLINE SCHUHMACHER AMORIM ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1436/DGP

Publicação Nº 1432379

PORTARIA Nº 1436/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/10/2017 até 05/12/2017, a servidora municipal DARLI MARIA DE ANDRADE ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1437/DGP

Publicação Nº 1432384

PORTARIA Nº 1437/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 01/11/2017 até 30/11/2017, a servidora municipal DIRCE BERTOLDI HEINZ ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1438/DGP

Publicação Nº 1432391

PORTARIA Nº 1438/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 26/10/2017 até 09/12/2017, a servidora municipal GRACIELA LUCIANE HEINZ KRUGER ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1439/DGP

Publicação Nº 1432404

PORTARIA Nº 1439/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 25/10/2017 até seja avaliado pela Junta Médica do município, ao servidor municipal DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1440/DGP

Publicação Nº 1432897

PORTARIA N. 1440/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º - Retificar a publicação da Portaria n.1397/DGP, de 31 de outubro de 2017, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na data de 14 de novembro de 2017, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

“Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1123/DGP, de 29/09/2017, pelo período de 27/11/2017 até 24/11/2017, a servidora municipal MARIZE OSSEMER LUNELLI ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.”.

Leia-se:

“Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1260/DGP, de 29/09/2017, pelo período de 26/10/2017 até 24/11/2017, a servidora municipal MARIZE OSSEMER LUNELLI ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1441/DGP

Publicação Nº 1432899

PORTARIA N. 1441/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art.1º - Retificar a publicação da Portaria n.1399/DGP, de 31 de outubro de 2017, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na data de 14 de novembro de 2017, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

“Art. 1º Promover a READEQUAÇÃO, a partir 26/10/2017 até 23/04/2017, da servidora municipal , ocupante do cargo de provimento efetivo Professor MARIANA MINATTI GIACOMINI, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, devendo o servidor executar atividades somente com crianças acima de quatro anos conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).”.

Leia-se:

“Art. 1º Promover a READEQUAÇÃO, a partir 26/10/2017 até 23/04/2018, da servidora municipal , ocupante do cargo de provimento efetivo Professor MARIANA MINATTI GIACOMINI, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, devendo o servidor executar atividades somente com crianças acima de quatro anos conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1442/DGP

Publicação Nº 1432090

PORTARIA Nº 1442/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a READEQUAÇÃO, a partir 14/11/2017 até 30/11/2017, da servidora municipal MARCIA APARECIDA BRANCO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, devendo a servidora evitar executar atividades de vacinadora, conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA 1443/DGP

Publicação Nº 1432902

PORTARIA Nº 1443/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 07/11/2017 até 21/12/2017, ao servidor municipal CELIO ALBINO ocupante do cargo de provimento efetivo Coveiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA 1444/DGP

Publicação Nº 1432903

PORTARIA Nº 1444/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 07/11/2017 até 06/12/2017, a servidora municipal PATRICIA XAVIER BRANCO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA 1445/DGP

Publicação Nº 1432905

PORTARIA Nº 1445/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1286/DGP, de 05/10/2017, pelo período de 19/11/2017 até 17/01/2018, a servidora municipal SIMONE ROSIRES BARBETTA THIEDE ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA 1446/DGP

Publicação Nº 1432911

PORTARIA Nº 1446/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1215/DGP, de 22/09/2017, pelo período de 24/11/2017 até 21/02/2018, a servidora municipal SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

Portaria n. 1468/DGP de 21 de novembro de 2017.

Publicação Nº 1432412

PORTARIA N. 1468/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 10/11/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 022/2017, designada pela Portaria n. 1166/DGP de 13 de setembro de 2017 (publicada em 26/09/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 022/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 006/P.A.D. 022/2017, de 20 de novembro de 2017, para a devida instrução do presente processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria n. 1469/DGP de 21 de novembro de 2017.

Publicação Nº 1432415

PORTARIA N. 1469/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando N. 744/2017/SEDUC de 11 de outubro de 2017 e relatórios anexos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 032/2017, referente à servidora LEILA BEATRIS MANNRICH DOS SANTOS, matrícula n. 3621901, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos I, II, III, V, IX, X e XI e o Art. 171, incisos I, XVII, XVIII e XX, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas seguintes servidoras:

- a) Ana Paula Meneghetti Fiamoncini, matrícula n. 3552002, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- c) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

Portaria n.º 1425/DGP

Publicação Nº 1432225

PORTARIA Nº 1425/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) SONIA REGINA COSTA LUITHARDT, matrícula n.º 91570-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em virtude de ter direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 15/11/2016, de acordo com o Art. 2º, da EC 41/03, e ter permanecido em atividade desde aquela data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 15/11/2016.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

Portaria n.º 1426/DGP

Publicação Nº 1432229

PORTARIA Nº 1426/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) CATARINA FELIPONI MEURER, matrícula n.º 81515, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor I, em virtude de ter direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 28/08/2016, de acordo com o Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e ter permanecido em atividade desde aquela data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 28/08/2016.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

RESUMO DO CONTRATO Nº 116/2017

Publicação Nº 1432130

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 116/2017

Pregão Presencial nº 071/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Célia Regina W. Sani - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER A REDE DE ENSINO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais);

Prazo de Entrega: 20 (vinte) dias;

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito Municipal em Exercício

RESUMO DO CONTRATO Nº 117/2017

Publicação Nº 1432131

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 117/2017

Pregão Presencial nº 071/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Milrau Comércio de Artigos Esportivos LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER A REDE DE ENSINO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 5.713,00 (cinco mil setecentos e treze reais);

Prazo de Entrega: 20 (vinte) dias;

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

RESUMO DO CONTRATO Nº 118/2017

Publicação Nº 1432133

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 118/2017

Pregão Presencial nº 071/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Astor Staudt - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER A REDE DE ENSINO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 3.984,00 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais);

Prazo de Entrega: 20 (vinte) dias;

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

RESUMO DO CONTRATO Nº 119/2017

Publicação Nº 1432134

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 119/2017

Pregão Presencial nº 071/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Esporte Center Fraiburgo LTDA - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER A REDE DE ENSINO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 1.113,00 (um mil cento e treze reais);

Prazo de Entrega: 20 (vinte) dias;

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

SUBCOMISSÃO TÉCNICA - EDITAL 083/2017

Publicação Nº 1432988

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

SUBCOMISSÃO TÉCNICA - CHAMAMENTO PÚBLICO
Concorrência Pública nº 083/2017

Considerando que o Município de Rio do Sul promoverá licitação na modalidade "Concorrência Pública" do tipo "técnica e preço", objetivando a contratação de Agência de Publicidade para divulgação dos Atos da Administração Municipal e suas Secretarias, a Comissão Permanente

de Licitação, instituída pelo Decreto nº 5809/2017 de 02 de janeiro de 2017, faz saber que está DIVULGADA a lista de todos os profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, inscritos para integrar a subcomissão técnica, a qual será responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas. Conforme abaixo:

- Carmen Marangoni;
- Cleber Roberto Paul;
- Clóvis Eduardo Cuco;
- Leonardo Xavier;
- Lucilene Juncek;
- Milã Signori;
- Mário Daud dos Santos Oliva;
- Rafael Francisco do Amaral;
- Rodrigo Augusto Kozlowski;
- Rodrigo Fachini;
- Sindréia Nunes.

A data da sessão pública para sorteio dos nomes serão publicados, oportunamente, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) no sítio eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br).

Rio do Sul, 20 de novembro de 2017.
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
 Prefeito Municipal

TAINA DE SOUZA LOPES - 11º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1432257

	11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, firmado em 21/10/2014, com término previsto para 03/11/2017.
<p>O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAINA DE SOUZA LOPES, portador(a) do CPF nº 065.904.229-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto</p> <p>Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência</p> <p>Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 354 / 2014, iniciando-se a prorrogação em 03/11/2017 e encerrando-se em 10/11/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação</p> <p>Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.</p> <p>Rio do Sul, 01/11/2017.</p>	
ALEXANDRE MATOS PEREIRA Secretário Municipal de Administração e Fazenda	TAINA DE SOUZA LOPES Contratado(a)

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DE CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/2017

Publicação Nº 1433444

Ata de Credenciamento, Análise de Propostas, Lances Verbais, Habilitação e Adjudicação do Pregão Presencial nº. 99/2017

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de 2017, às 09h00min, reuniram-se no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, a pregoeira e os membros da equipe de apoio, designados pela Portaria n.º 394/2017, para procederem as atividades pertinentes ao Pregão Presencial nº. 99/2017. Aberta a sessão pública iniciando-se o período de credenciamento do representante e de recebimento dos envelopes. Foi credenciado o senhor: Renan Meira Lemos, porém o representante credenciado não estava presente.

A ausência do representante credenciado, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata.

Encerrada a fase de credenciamento a pregoeira iniciou a fase de julgamento da proposta, foi aberto o envelope, após a conferência, verificou-se que toda a empresa apresentou proposta de preços de acordo com as exigências contidas no edital, sendo, portanto, classificada.

Passou-se para a fase de lances, entretanto, sem o representante credenciado presente não houve lances, mantendo-se os valores da proposta de preços apresentada pela empresa.

Aberto o envelope de documentação da classificada, foi verificado que os documentos atendem o solicitado no edital. Achada conforme, a pregoeira e os membros da equipe de apoio, rubricaram a documentação. Não tendo nada a acrescentar ao que fora relatado finalizaram mais esta etapa, onde foi habilitada a empresa:

Relação de Fornecedor Habilitado

ÊXITO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA

Fica declarada vencedora a empresa Êxito Distribuidora e Comércio de Livros Ltda conforme relatório de vencedores em anexo.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, ressaltando ainda que os membros da equipe de apoio ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certame.

		Paula Wackernagel		
Mikael Felipe Spiess		Pregoeira		Samuel André Lenzi
Equipe de Apoio				Equipe de Apoio

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº04, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432993

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE SESSÃO LEGISLATIVA DE VEREADOR JÚNIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CASSIO LUIZ BERRI, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou, e eu promulgo o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - O Poder Legislativo de Rio dos Cedros, realizará anualmente 03 (três) Sessões Plenárias, sendo 01 (uma) de Posse e 02 (duas) Ordinárias de Vereadores Juniores, com a participação das Escolas do Município, especialmente da 7ª a 9ª série do Ensino Fundamental, podendo cada escola encaminhar 02 (dois) representantes de cada série, com idade não superior a 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único – A Câmara Municipal fixará as datas das Sessões Plenárias, que serão realizadas entre os meses de maio a novembro de



cada ano.

Art. 2º - Serão eleitos 09 (nove) vereadores e seus respectivos suplentes, correspondendo a cada vereador titular como seu padrinho, com a finalidade de auxílio na elaboração das proposições no período de exercício do mandato.

§ 1º - As eleições dos Vereadores Juniores serão realizadas até o dia 30 de abril de cada ano, mediante comum acordo entre a Mesa Diretora da Câmara, Vereadores e a direção das Escolas do Município.

§ 2º - O padrinho de cada Vereador Júnior será definido mediante sorteio na sessão de posse.

Art. 3º - O mandato do Vereador Júnior compreenderá o período de 01 (um) ano, onde manterá contato com seu padrinho, através de sugestões de sua escola, bairro e/ou comunidade.

Art. 4º - Cada vereador Mirim poderá apresentar, com o auxílio do seu padrinho, as seguintes proposições:

- I – Requerimentos;
- II – Pedidos de Informações;
- III – Indicações.

Art. 5º - Os temas a serem discutidos nas Sessões e os métodos para a escolha dos vereadores mirins serão estabelecidos pela Mesa Diretora e a direção das Escolas do município.

Parágrafo único – as sessões ordinárias dos vereadores mirins almejarão as seguintes finalidades:

- I – o aprendizado do aluno em relação ao município;
- II – o conhecimento das atribuições dos Poderes Constituídos, especialmente os locais;
- III – o desenvolvimento e aprimoramento das práticas democráticas.

Art. 6º A Câmara de Vereadores poderá diplomar e premiar os vereadores juniores participantes, com objetivos didáticos pedagógicos.

Art. 7º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto Legislativo n.03/2010, Decreto Legislativo n.01/2015 e Decreto Legislativo n. 01/2016.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2017.

CASSIO LUIZ BERRI
Presidente

Rio dos Cedros, 21 de novembro de 2017.

.

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8607/2017

Publicação Nº 1433021

PORTARIA Nº 8607/2017

ALTERA PORTARIA Nº 8555/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CONSIDERANDO que houve equívoco na redação da portaria quanto a data de publicação da contratação da Servidora Pública Municipal PATRICIA ZANDER, constando Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de novembro de 2017, quando deveria ser Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Portaria 8555/2017 que habilitou e nomeou a servidora PATRICIA ZANDER para constar a data de publicação Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de setembro de 2017, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 20 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

pp Adriane T. M. Jung

Secretária da Administração

Designada decreto municipal nº 3.803/17

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 130/2017

Publicação Nº 1432939

DECRETO Nº 130/2017 - DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 3.086,05 (Três Mil Oitenta e Seis Reais e Cinco Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MAN. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 3.086,05

Fonte: 1137.00000

RED: 46

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 17 de Novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 131/2017

Publicação Nº 1432940

DECRETO Nº 131/2017 - DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 6.963,42 (Seis Mil Novecentos e Sessenta e Três Reais e Quarenta e Dois Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.048 – MAN. DA SEC. DE OBRAS URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 6.963,42

Fonte: 1139.00000

RED: 121

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 17 de Novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2017

Publicação Nº 1432941

DECRETO Nº132/2017 – DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.584/2016 de 05/09/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 17.294,00 (Dezesete Mil Duzentos e Noventa e Quatro Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 0.000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 17.294,00

Fonte: 1100.00000

RED: 4

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 0.000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Modalidade de Aplicação: 3290.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 3

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 0.000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Modalidade de Aplicação: 4690.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 7.294,00

Fonte: 1100.00000

RED: 5

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 17 de Novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 133/2017

Publicação Nº 1432945

DECRETO Nº 133/2017 – DE 17 DE NOVE BRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 11.388,22 (Onze Mil, Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Vinte e Dois Centavos Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.009 – PAV. DE RUAS, PASSEIOS E ESTRADAS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.388,22

Fonte: 106400.00000

RED: 98

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior fica utilizado o valor de R\$ 11.388,22 (Onze Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Vinte e Dois Centavos), do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 17 de Outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 134/2017

Publicação Nº 1432950

DECRETO Nº 134/2017 – DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVI FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 5.957,62 (Cinco Mil Novecentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta e Dois Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.009 – PAV. DE RUAS, PASSEIOS E ESTRADAS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.957,62

Fonte: 1300.00000

RED: 152

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior fica utilizado o valor de R\$ 5.957,62 (Cinco Mil Novecentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta e Dois Centavos), do Superavit Financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 17 de Outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.610 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432928

LEI Nº 1.610 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto, Crédito Suplementar no valor de R\$ 118.500,00 (Cento e Dezoito Mil e Quinhentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 93.500,00

Fonte: 1100.00000

RED: 7

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.047 – MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 28

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.045 – EXPANSÃO DO TURISMO LOCAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 24

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.006 – AMPLIAÇÃO REDE FISICA ENS. FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 31

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.008 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 53

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2038 – MAN. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 3191. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 60.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 58

Órgão: 05 – ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 1.002 – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 67

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.005 – ABASTECIMENTO DE AGUA
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 75

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.012 – SANEAMENTO BASICO GERAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 111

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.016 – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS - OBRAS
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 8.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 116

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 6.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 110

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.052 – MAN. DO FUNDO DE DEFESA CICIL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 4.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 94

Órgão: 13 – FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Projeto/Atividade: 2.061 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE HABITAÇÃO
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 142

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.067 – MANUT. FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 130

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 21 de Novembro de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.612 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432931

LEI Nº 1.612 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO AS ÁREAS DAS MATRÍCULAS QUE ESPECIFICA, PARA REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS ONDE SE LOCALIZAM ALGUMAS RUAS DO MUNICÍPIO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a receber em doação da empresa CANTÚ S/A COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.547.957/0001-78, os 8 (oito) imóveis discriminados nesta Lei, para fins de regularização das ruas do município.

Art. 2º. Os imóveis que se refere o artigo 1º desta Lei, são os seguintes:

- I – Matrícula nº. 21.294, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 7.001,10m² (sete mil, um metro e dez décimos quadrados), destinado a Rua João Domingos Cantú;
- II – Matrícula nº. 21.295, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 4.619,12m² (quatro mil, dezenove metros e doze décimos quadrados), destinado a Rua Padre Agostinho Rombaldi;
- III – Matrícula nº. 21.296, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 53,00m² (cinquenta e três metros quadrados), destinado a Rua Lourenço Vivan;
- IV – Matrícula nº. 21.297, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 2.006,25m² (dois mil, seis metros e vinte e cinco décimos quadrados), destinado a Avenida Pio XII;
- V – Matrícula nº. 21.298, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 1.105,04m² (um mil, cento e cinco metros e quatro décimos quadrados), destinado a Travessa das Flores;
- VI – Matrícula nº. 21.300, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 5.929,05m² (cinco mil, novecentos e vinte e nove metros e cinco décimos quadrados), destinado a Rua Bela Vista;
- VII – Matrícula nº. 21.301, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 4.082,76m² (quatro mil, oitenta e dois metros e setenta e seis décimos quadrados), destinado a Rua Arcolino Biscaro;
- VIII – Matrícula nº. 21.302, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC, com área de 840,00m² (oitocentos e quarenta metros quadrados), destinado a Rua São Marcos.

Art. 3º. Além de receber em doação conforme estabelecido nos artigos 1º e 2º, fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a praticar os atos necessários à regularização destas áreas e das matrículas junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 21 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 005/2017

Publicação Nº 1432411

DECRETO LEGISLATIVO N. 005/2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO DE NATAL PARA AS SERVIDORAS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAINER MENEGHEL, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, IV, do Regimento Interno e em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Salto Veloso, autorizada a conceder, no mês de dezembro de 2017, aos seus servidores, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de vale alimentação natalino.

Art. 2º O percentual mencionado no artigo anterior será creditado no cartão alimentação, até o dia 10 do mês de dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2017.

Este Decreto legislativo foi registrado e publicado na data supra.

IVAINER MENEGHEL
Presidente

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 019/2017

Publicação Nº 1432523

RESOLUÇÃO LEGISLATICA N. 019 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS PARA REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE DE HOMENAGEM PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – IPRESVEL.

IVAINER MENEGHEL, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO – ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso autorizada a efetuar despesas com a realização da Sessão Solene, a realizar-se no dia 08 de dezembro de 2017, em homenagem a todos os servidores públicos aposentados pelo IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso.

Parágrafo único - A sessão solene tem a finalidade de homenagear aos trabalhadores que dedicaram anos de suas vidas no cumprimento de suas funções públicas

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações do orçamento vigente da Câmara.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Salto Veloso, 21 de novembro de 2017.

IVAINER MENEGHEL
PRESIDENTE

Santa Rosa de Lima

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONCURSO PUBLICO Nº001/2017

Publicação Nº 1433387

ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima-SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A CÂMARA DE SANTA ROSA DE LIMA-SC, através da Comissão de Concurso Público, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Concurso Público Nº 001/2017 para preenchimento de vagas do quadro de pessoal:

Cargo: CONTROLADOR INTERNO.

Inscrições serão realizadas no período de 22/11/2017 a 22/12/2017 até 12h00min.

O Edital completo e as demais resoluções decorrentes estarão afixados no mural das publicações da Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima-SC e disponibilizados no site www.epbazi.com.br e www.camarasantarosadelima.sc.gov.br

Telefone para contato.

(48) 3654-0158

Santa Rosa de Lima-SC, 22 de novembro de 2017

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2017

Publicação Nº 1432189

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHJA LTDA ME.

Objeto: Aquisição de hora técnica, materiais para cabeamento de interne e central telefônica e móveis e equipamentos para manutenção das atividades da Secretaria da Assistência Social.

Processo Licitatório nº. 93/2017.

Pregão Presencial nº. 64/2017.

Valor: R\$ 6.175,00 (seis mil cento e setenta e cinco reais).

Vigência: 16 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 16 de novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2017

Publicação Nº 1432194

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIMÓVEIS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME.

Objeto: Aquisição de hora técnica, materiais para cabeamento de interne e central telefônica e móveis e equipamentos para manutenção das atividades da Secretaria da Assistência Social.

Processo Licitatório nº. 93/2017.

Pregão Presencial nº. 64/2017.

Valor: R\$ 6.550,00 (seis mil quinhentos e cinquenta reais).

Vigência: 16 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 16 de novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 99/2017

Publicação Nº 1432188

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 99/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VALCIR VIEIRA DA SILVA MEI.

Objeto: Aquisição de hora técnica, materiais para cabeamento de interne e central telefônica e móveis e equipamentos para manutenção das atividades da Secretaria da Assistência Social.

Processo Licitatório nº. 93/2017.

Pregão Presencial nº. 64/2017.

Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Vigência: 16 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 16 de novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 98/2017

Publicação Nº 1432186

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 98/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP.

Objeto: Aquisição de hora técnica, materiais para cabeamento de interne e central telefônica e móveis e equipamentos para manutenção das atividades da Secretaria da Assistência Social.

Processo Licitatório nº. 93/2017.

Pregão Presencial nº. 64/2017.

Valor: R\$ 1.245,00 (um mil duzentos e quarenta e cinco reais).

Vigência: 16 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 16 de novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 149/2017

Publicação Nº 1433309

PORTARIA Nº 149/2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde do servidor Ari Barpp, Matrícula 5355/01, ocupante do cargo de Operador de Maquinas Agrícolas, conforme o número de Benefício 6143439137, informado fora do prazo pelo INSS, no período do dia 31 de outubro a 07 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 31 de outubro de 2017.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº. 150/2017

Publicação Nº 1433302

PORTARIA Nº150/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 124/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE

Art.1º. Fica revogada a portaria 124/2014 de 01 de agosto de 2014.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 20 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Santiago do Sul

PREFEITURA

PREGÃO 93/2017

Publicação Nº 1432363

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 116/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.93/2017.
Objeto: Aquisição de pneus para substituição nos veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 21 de dezembro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

CONVÊNIO INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS DO BRASIL- 2017

Publicação Nº 1433128

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO SANTA CATARINA, E PREFEITURA MUNICIPAL DE

Pelo presente instrumento particular, o INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL SEÇÃO SANTA CATARINA inscrito no CNPJ sob o nº 12.079.319/0001-33, situado na Rua Fúlvio Aducci, n. 1360, sala n. 409, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, GUILHERME GAYA, brasileiro, casado, tabelião, portador do RG nº 4.287.833, inscrito no CPF sob o nº 007.682.329-61 e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 86.051.398/0001-00, localizada à Rua Jorge Lacerda, 75, neste ato representado por Magno Bollmann, Prefeito Municipal, brasileiro (a), casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 5.431.185, inscrito no CPF sob o nº 019.658.839-15, considerando a necessidade de se promover medidas que democratizem o acesso aos serviços extrajudiciais de Protesto de Títulos e outros documentos de dívida e considerando, ainda, que a cobrança antecipada de emolumentos é uma faculdade do delegatário, e não uma obrigação, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE CONVÊNIO, que se regerá pelas seguintes cláusulas, bem como pelas normas descritas na lei de Protesto e nas normas técnicas locais, especialmente as contidas no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina e no Regimento de Custas e Emolumentos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A partir da data da assinatura deste Convênio, a conveniada estará credenciada a enviar Títulos ou documentos de dívida a Protesto independentemente do depósito prévio dos emolumentos devidos.

Parágrafo Primeiro: Quando a conveniada aceitar o pagamento do Título diretamente em seu estabelecimento (nos três dias seguintes à intimação), deverá emitir documento comprobatório de quitação da dívida, encaminhar o devedor ao tabelionato competente para efetuar a baixa do protesto mediante pagamento dos emolumentos e demais despesas legalmente previstas.

Parágrafo Segundo: A conveniada deverá comunicar o pagamento dos títulos ao tabelionato competente imediatamente, a fim de se promover a comunicação aos órgãos de restrição ao crédito.

Parágrafo Terceiro: Nos casos de retirada e desistência por erro exclusivo da conveniada na formação e remessa dos Títulos e documentos de dívida, a conveniada ficará isenta das despesas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os valores devidos pela distribuição dos títulos e outros documentos de dívida pertencem ao Poder Judiciário, e não constituem objeto deste convênio. No entanto, as partes ajustam que os tabeliães convenientes pagarão ao TJSC a distribuição dos títulos enviados pela conveniada.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para os títulos e documentos de dívidas de valor superior a R\$ 19.800,00 (corrigidos anualmente pelo Conselho da Magistratura do TJSC) a conveniada não precisará antecipar o valor devido ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ, este será cobrado do devedor quando quitado o débito.

Parágrafo Único: Quando do pagamento do Título efetuado diretamente na Conveniada, obrigar-se-á a mesma a cientificar formalmente o devedor que o mesmo deverá comparecer ao tabelionato para pagamento das Custas e Emolumentos nas situações de Retirada (pagamento anterior ao Protesto) e Cancelamento (já Protestado).

CLÁUSULA QUARTA: A conveniada se compromete a enviar apenas os Títulos e documentos de dívidas dos devedores domiciliados nos municípios que integram as Comarcas do Estado de Santa Catarina, para a qual os tabeliães signatários receberam a delegação estatal, em observância ao princípio da territorialidade.

Parágrafo Primeiro: Nos casos em que houver Títulos fora da Comarca de apresentação, deverá a conveniente solicitar a inclusão e ficará sujeita a aceitação do Tabelião responsável.

Parágrafo Segundo: Em caso de remessa eletrônica, a Prefeitura não terá custo por título apontado na Central de Remessa de Arquivos de Santa Catarina (CRA/SC) e deverá transmitir o(s) arquivo(s) respeitando os seguintes limites:

- a) Para remessa de Títulos pelo apresentante: 12h;
- b) Para pedido de desistência pelo apresentante: 16h;
- c) Para pedido de cancelamento pelo apresentante: 16h;
- d) Para confirmação (serventia ou distribuidor, onde houver): 14h;
- e) Para envio do retorno pelas serventias/cartórios: 14h.

Parágrafo Terceiro: Somente os arquivos que atendam as especificações técnicas dos sistemas disponibilizados pelos tabeliães serão processados.

Parágrafo Quarto: Os arquivos que não atenderem as especificações técnicas e legais (inconsistências no nome, no valor ou fora do perímetro, por exemplo) serão devolvidos e não processados, sendo a conveniada isenta das despesas.

CLÁUSULA QUINTA: A conveniada deverá encaminhar por meio do CRA (Central de Remessa de Arquivos) a imagem do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) e/ou imagem da CDA (Cédula de Dívida Ativa) até a primeira quinzena de cada mês. Sendo que o vencimento do Documento de Arrecadação Municipal deve ter sua data de vencimento até o último dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro: A conveniente, no caso de recebimento dos valores, compromete-se em quitar o Documento de Arrecadação Municipal referente à dívida, em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento. Resguardando-se, nos casos de recebimento em cheque, aguardando a compensação para quitação do referido documento.

Parágrafo Segundo: A conveniada solicitará informações sobre o andamento de seus Títulos e documentos de dívida ao setor de Protesto preferencialmente por e-mail, observando-se que a resposta será enviada apenas no horário de funcionamento da serventia.

CLÁUSULA SEXTA: São de inteira responsabilidade da conveniada apresentante os dados fornecidos aos tabelionatos, cabendo a estes a mera instrumentalização dos Títulos e documentos de dívida, bem como a verificação dos caracteres formais extrínsecos, não devendo imiscuir-se nas causas que lhe deram origem.

CLÁUSULA SÉTIMA: As partes se comprometem a resguardar o sigilo das informações recebidas e a assegurar a segurança dos atos realizados.

CLÁUSULA OITAVA: O presente Convênio terá vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, passada a vigorar por prazo indeterminado após o decurso do prazo estabelecido.

CLÁUSULA NONA: Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto 60 (sessenta) dias após o recebimento da comunicação por qualquer dos convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA: Eventuais dúvidas omissões e controvérsias oriundas deste Convênio serão dirimidas pelos partícipes e as correspondências que tenham por objetivo regulamentar ou explicitar o conteúdo deste instrumento passarão a fazer parte integrante dele, desde que sejam datadas, assinadas e devidamente entregues.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis/SC para apreciar qualquer controvérsia que não possa ser dirimida de comum acordo entre os partícipes.

E, por estarem de acordo os partícipes, foi lavrado o presente Convênio, em três vias de igual teor e forma, assinadas pelos seus respectivos representantes.

Florianópolis (SC), 09 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN IEPTB SC - PRESIDENTE
ASSOCIADO GUILHERME GAYA
Representante legal

TESTEMUNHAS:

GIANCARLO GROSSI
OAB/SC nº 24.329

SHEILA BUSCOSKI VARELLA
OAB/SC nº 34.620

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 046/2017 - FMS

Publicação Nº 1433649

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 046/2017

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 011/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e o NÚCLEO DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS E CLÍNICAS DE SÃO BENTO DO SUL LTDA, CNES nº 5401305, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 12/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DA ALTERAÇÃO:

I - ALTERA CLÁUSULA NONA DO CONTRATO, DAS ALTERAÇÕES :

Nos termos da Cláusula "9" do Contrato n. 011/2015, de 03 de fevereiro de 2015, elaborado do Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação n. 12/2015, de 03 de fevereiro de 2015, ficam suprimidos os valores contratados referente, (I) consultas e exames na área de cirurgia vascular, (II) consultas de ortopedia, serviços constantes do Anexo I – Ficha de programação Orçamentária FPO/Anual

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor Unitário SUS	Valor Unitário	Valor Unitário	FPO ANUAL			
			Complemento	TOTAL	Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
030101007-2	Consulta – Vascular	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	480	4.800,00	21.600,00	26.400,00
020501004-0	U.S. Doppler Colorido de até 3 vasos (por membro)	R\$ 39,60	R\$ 172,50	R\$ 212,00	90	3.564,00	15.525,00	19.089,00
-	Escleroterapia com Espuma Unilateral	R\$ 0,00	R\$ 330,00	R\$ 330,00	3	0,00	990,00	990,00
-	Escleroterapia com Espuma Bilateral	R\$ 0,00	R\$ 440,00	R\$ 440,00	2	0,00	880,00	880,00
030101007-2	Consulta – Ortopedia	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	650	6.500,00	29.250,00	35.750,00
TOTAL						14.864,00	68.245,00	83.109,00

A supressão de tais serviços se dá em razão do desligamento dos Drs, Dr Ian Gimenez médico especialista em vascular, ocorrido em 14/03/2017 e do Dr Marco Aurelio Taucci de Castro.Jr médico especialista em ortopedia ocorrido em 29/03/2017.

Diante da falta de indicação pra substituição dos profissionais mencionados, o anexo I – Ficha de Programação orçamentária passa a vigorar com as seguintes alterações.

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor	Valor	FPO ANUAL				
		Unitário	Unitário	TOTAL	Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
		SUS	Complemento					
030101007-2	Consulta – Vascular	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
020501004-0	U.S Doppler Colorido de até 3 vasos (por membro)	R\$ 39,60	R\$ 172,40	R\$ 212,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-	Escleroterapia com Espuma Unilateral	R\$ 0,00	R\$ 330,00	R\$ 330,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-	Escleroterapia com Espuma Bilateral	R\$ 0,00	R\$ 440,00	R\$ 440,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
030101007-2	Consulta – Neurologia	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	2.400	R\$ 24.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 132.000,00
021105002-4	EEG em vigília com ou sem foto estímulo	R\$ 11,34	R\$ 94,66	R\$ 106,00	110	R\$ 1.247,40	R\$ 10.412,60	R\$ 11.660,00
021105003-2	EEG com sono induzido com ou sem medicamento	R\$ 25,00	R\$ 95,00	R\$ 120,00	82	R\$ 2.050,00	R\$ 7.790,00	R\$ 9.840,00
030101007-2	Consulta – Ortopedia	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03001007-2	Consulta – Proctologia	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	180	R\$ 1.800,00	R\$ 8.100,00	R\$ 9.900,00
020901002-9	Colonoscopia	R\$ 112,66	R\$ 287,34	R\$ 400,00	180	R\$ 20.278,80	R\$ 51.721,20	R\$ 72.000,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Rígida	R\$ 23,13	R\$ 109,87	R\$ 133,00	8	R\$ 185,04	R\$ 878,96	R\$ 1.064,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Flexível	R\$ 23,13	R\$ 216,87	R\$ 240,00	1	R\$ 23,13	R\$ 216,87	R\$ 240,00
TOTAL						R\$ 49.584,37	R\$ 187.119,63	R\$ 236.704,00
VALOR MENSAL						R\$ 4.507,67	R\$ 17.010,88	R\$ 21.518,55

II- ALTERA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 011/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01 de Novembro de 2017 a 30 de Setembro 2018.

São Bento do Sul, 23 de Outubro de 2017.

Ass. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

Ass. CARLA CRISTINA JUNG pela empresa contratada.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 81/2017 - FMS

Publicação Nº 1433637

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 81/2017**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISE CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

CONTRATADO: PNCQ – PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 6.906,36

São Bento do Sul, 8 de novembro de 2017.

Tiago Martinhuk – Diretor de Suprimentos

Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 81/2017 - FMS

Publicação Nº 1433640

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISE CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

II – Contratado: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se

funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de Programa de Controle de Qualidade Externa para Laboratórios Clínicos, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Sociedade Brasileira de Análise Clínicas, administradora do PNCQ – Programa Nacional de Controle de Qualidade, é a única instituição a oferecer o Programa de Controle de Qualidade Externa, a ser realizado em laboratórios clínicos visando fornecer ao laboratório informações confiáveis sobre sua precisão e exatidão.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 6.906,36 é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 24 da Lei 8.666/93.

Manuel Rodrigues Del Olmo
Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

LEI Nº 3841/2017

Publicação Nº 1433235

LEI Nº 3841, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LEILOAR BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, E DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a leiloar os bens móveis inservíveis, e dar baixa junto ao patrimônio do Município, dos bens constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
SETOR ALMOXARIFADO		
ATA REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DOS LOTES DE LEILÃO FUTURO DE BENS MÓVEIS		
No dia dez do mês de outubro do ano dois mil e dezessete (10/10/2017) ,		
estiveram reunidos a Comissão de Avaliação de Bens Móveis, designada pela Portaria		
No 2439 de 04/10/2017 com o objetivo de definir os valores iniciais dos lotes a serem		
lançados em leilão futuro. Sendo assim, após visita e averiguação nos locais dos lotes		
ficaram definidos os valores conforme segue:		
LOTE 01	MOBILIÁRIO DIVERSOS	
ORIGEM:	SECRETARIAS DIVERSAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	ARQUIVO ACO ISMA OFICIO, MODELO: OFICIO	10086
1	ARQUIVO DE ACO FORJA	01.182
1	ARQUIVO C/ 04 GAVETAS MOD. RG 32	01.726
1	ARQUIVO DE ACO GGL A4-R24 CINZA	01.954
1	ARQUIVO DE ACO GGL A4-R24 CINZA	01.959
1	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS	11361
1	FICHARIO 6X9 COMPLETO	01.01
1	FICHARIO ESPECIAL ACRILICO, MODELO: ACRILICO	01.126
1	FICHARIO KIRST ACRILICO 6X9, MODELO: 6X9 ACRILICO	01.151
1	FICHARIO MENNO 80 CM., MODELO: MENNO	01.263
1	ESCADA FERRO CM 404	01.138
1	ESCADA DE METAL 5 DEGRAUS	01.207
1	ESCADINHA C/ 02 DEGRAUS	01.481

1	ESCADA 5DEG C/ TAPETE	01.934
1	ESCADA C/ DOIS DEGRAUS	11134
1	ESCADA DOMÉSTICA	11411
1	ESCADA DE FERRO 5 DEGRAUS	11410
1	ESCADA 2 DEGRAUS C/ PISO EMBORRACHADO,	11562
1	ESTANTE DE ACO	10489
1	ESTANTE EM ACO COM 10 PRATELEIRAS	01.665
1	ESTANTE EM ACO COM 10 PRATELEIRAS	01.666
1	ESTANTE EM ACO COM 10 PRATELEIRAS	01.667
1	ESTANTE DE ACO MODELO EBS-03 COM -SEIS (6)	10699
1	ESTANTE BIBLIOTECA C/ 10 BANDEJA	11016
1	ESTANTE DE ACO 1.98X0.42X0.92 C/ 07 BANDEJAS	11000
1	ESTANTE DE ACO	320007
1	ESTANTE EM ACO DUPLA FACE	11196
1	MESAS CEREJEIRA PAINEL ESTIL, MODELO: CE-03	318526
1	MESA ESTIL C/RODIZIOS P/ MAQUINA,	03.1561
1	MESA MADEIRA 2 GAVETAS	30171
1	MESA P/ COMPUTADOR C/ TECLADO REBAIX.	320139
1	MESA ESTIL MOD. 90030	03.1665
2	MESINHAS 0,80 X 0,80	14
1	MESA P/ MICRO C/ TECLADO REGULAVEL	03.2369
1	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	03.3625
1	MESAS C/ GAVETAS PE DE FERRO	35833
1	MESA PARA COMPUTADOR TIPO BP REVESTIDA	38721
1	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	03.10284
1	MESA CENTRAL EM FORMATO DE GUARDA CHUVA	310561
1	MESA RD 64 OVO	313381
1	MESA PARA COMPUTADOR	313885
1	MESA PARA COMPUTADOR	313964
1	MESA PARA COMPUTADOR	314028
1	MESA PARA COMPUTADOR	313976
1	MESA PARA COMPUTADOR	313948
1	MESA RAIMUNDINI MDF 17 3.00X1.00	315273
1	CONJUNTO DE MESA EM L CINZA	315983
1	MESA PARA COMPUTADOR	315809
1	MESA RETANGULAR 2,00X1,00 25MM	316038
1	MESA ESCRIVANINHA 1,60 C/ 04 GAVETAS	316091
1	MESA ESCRIVANINHA 1,60 C/ 04 GAVETAS	316092
1	MESA ESCRIVANINHA 1,60 C/ 04 GAVETAS	316093
1	MESA PARA COMPUTADOR	315826
1	MESA PARA COMPUTADOR	315880
1	MESA PARA COMPUTADOR	315882
1	MESA PARA MAQUINA	316247
1	MESA P/ PROFESSOR MED. 1,10 X 0,63 X 0,74	03.2545
1	MESA PARA COMPUTADOR	320094
1	MESA DE REUNIÃO 2,00X1,00, TAMPO 25MM	319087
1	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA PRETA	03.755
1	CADEIRA GIRATORIA ESTIL P7 EP,	30414
1	CADEIRA FIXA CROMADA VINIL MARROM	03.2129
1	CADEIRA FIXA CROMADA VINIL MARROM	03.2130
1	CADEIRA FIXA CROMADA VINIL MARROM	03.2132
1	CADEIRA GIRATORIA ML 4 PP	03.1324
1	CADEIRA FIXA ESTOFADA	320024

1	CADEIRA ESTOFADA FIXA	14
1	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA S/ BRACOS	03.2525
1	CADEIRA GIROFLEX -NUMERO DA RUDNICK 11.241-	34521
1	CADEIRA MF-112 A GIRATORIA	35835
1	CADEIRAS FIXA S/ BRACOS, VINIL PRETO	36388
1	CADEIRAS FIXA S/ BRACOS, VINIL PRETO	36393
1	CADEIRA FIXA S/ BR. TEC 4008P	37520
1	CADEIRA C/ RODIZIO	37100
1	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	38563
1	CADEIRA INFANTIL-MV-22	311963
1	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM GRADIL	312738
1	CADEIRA FIXA MOD. 32 EM TECIDO C/ PRANCHETA	312881
1	CADEIRA FIXA MOD. 32 EM TECIDO C/ PRANCHETA	312895
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	313905
1	CADEIRA FIXA ESP. LAMIN. 4 PES REF. 1004	313100
1	CADEIRA FIXA ESP. LAMIN. 4 PES REF. 1004	313101
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314262
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314263
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314264
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314265
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314270
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314272
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314277
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314284
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314287
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314291
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314427
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314439
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314089
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314095
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314107
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314108
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314118
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314121
1	CADEIRA FIXA C/ BRACO TIPO CORSA ULIFLEX 20BR	314762
1	CADEIRA FIXA C/ BRACO TIPO CORSA ULIFLEX 20BR	314769
1	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM GRADIL	312672
1	CADEIRA ESTOF. BASE 4 PES 7/8 SECRET.	315724
1	CADEIRA FIXA ESPUMA INJETADA, TECIDO	316489
4	CADEIRA FIXA ESPUMA INJETADA, TECIDO	316491
		A
		316494
1	CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316051
1	CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316053
1	CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316057
1	CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316059
1	CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316062
1	CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316080
1	CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316083
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	315844
1	CADEIRA FIXA ESPUMA INJETADA, TECIDO	316260
1	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA	319378
1	CADEIRA FIXA ESTRUTURA TUBO DE ACO PINT	322047

1	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO CINZA E PRETO	322126
1	CADEIRA GIRATÓRIA ISO VERDE LIMÃO	324033
1	CADEIRA GIRATÓRIA SECRET. S/ BRAÇO	324118
1	CADEIRA FIXA P. PARANA	324551
1	CADEIRA FIXA P. PARANA	324554
1	CADEIRA FIXA P. PARANA	324555
1	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA A GAS PRETA	324643
1	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA A GÁS CINZA/PRETA	325144
1	CADEIRA GIRATORIA PP	326150
1	CADEIRA GIRATORIA PP	326167
1	CADEIRA GIRATÓRIA PP	326193
1	CADEIRA FIXA 4 PES	326842
1	CADEIRA EXECUTIVA BASE GAS BACK SYSTEM III	327881
1	CADEIRA FIXA ASS/ENCOSTO EM AÇO VERDE ÀGUA	328174
1	CADEIRA FIXA ISO	330445
1	CADEIRA FIXA ISO	330446
1	CADEIRA GIRATORIA ISO COR PRETA	330266
1	CADEIRA GIRATORIA ISO COR PRETA	330267
1	POLTRONAS GIRATORIAS ESTIL, MODELO: 330/12	318652
1	POLTRONA FIXA, MODELO: 130-11	30179
1	POLTRONA FIXA COM BRACOS CINZA	03.2201
1	POLTRONA PARA REUNIAO FIXA CINZA	03.2331
1	POLTRONA KROLL MODELO 401 COR CINZA/CINZA	318000
1	POLTRONA DIRETOR TECIDO JSERRANO, BRAÇOS	325703
1	ESTANTE DE MADEIRA P/ LIVROS	310295
1	ESTANTE DE MADEIRA	317985
1	ESTANTE P/BRINQUEDOS MDF MED. 1,30X073X0,38	318916
1	ESTANTE P/BRINQUEDOS MDF MED. 1,30X073X0,38	318917
1	ESCRIVANINHA 6 GAVETAS, MODELO: 90-02	03.597
1	ESCRIVANINHA MADEIRA COM DUAS GAVETAS	03.123
1	ESCRIVANINHA	03.40
1	ESCRIVANINHA COM TRES GAVETAS COM 1,25m.	03.3624
1	ESCRIVANINHA CEREJEIRA	34507
1	ESCRIVANINHA CEREJEIRA	34508
1	ESCRIVANINHA DE MADEIRA	34502
1	ESCRIVANINHA 04 GAVETAS	324770
1	LIXEIRO	03.1498
1	HAMPER (LIXEIRO)	34676
1	LIXEIRA DE INOX SUCATA	318825
1	LIXEIRA DE INOX SUCATA	318826
1	LIXEIRA DE INOX SUCATA	318827
1	LIXEIRA INOX SUCATA	320725
1	LIXEIRA 13L AÇO INOX SUCATA	323940
1	LIXEIRA 13L AÇO INOX SUCATA	323942
1	LIXEIRAS COLETA SELETIVA CONJ. C/ 4	324006
1	ARMARIO IMBUIA SOB MEDIDA	310419
1	ARMARIO 2 PORTAS	310429
1	ARMARIO IMBUIA C/ DUAS PORTAS C/ CHAVE	03.2366
1	ARMARIO 1,50 M. COM PORTAS COM VIDRO	33707
1	ARMARIO DE MATERIAL (BALCAO) -S	38474
1	ARMARIO	320093
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COR CEREJ C/ FECH	324345
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COR CEREJ C/ FECH	324346

1	ARMÁRIO FECH 2 PORTAS ATOS SAF-144 15MM	326418
1	ARMÁRIO 2 PORTAS CINZA MDF 1,60X0,90X0,40	329658
1	QUADRO BRANCO MAGN. 200X180CM MOLD. ALUMINIO	315721
1	QUADRO BRANCO 120X250 ALUM STALO	326476
1	GAVETEIRO RG 31 OVO	313382
1	GAVETEIRO RODIZIO E 03 GAVETAS 0,45X0,40X0,64M	330591
1	BALCAO 1,65 X 0,85 X 0,57	03.1603
1	BALCÃO 0,80 MILANO	5886
1	BANCO C/ TRES LUGARES S/ ENCOSTO	03.3635
1	BANCO C/ TRES LUGARES S/ ENCOSTO	03.3636
1	LONGARINA BELLO C/3 LUG. MOD. 5007 SL	315237
1	BANCO REFEITÓRIO MED 200X30X47	324271
1	SUPORTE PARA TV E VIDEO	311467
1	SUPORTE P/ TV VIDEO	323784
1	SUPORTE P/ TV VIDEO	323785
1	SUPORTE P/ TV VIDEO	323786
4	BANQUETA 47 CM.	31947
		A
		31950
1	BANQUETA PLASTICA	318443
1	MOCHO ALTO 72CM (60CM)	319620
1	MOCHO ALTO 72CM (60CM)	319621
1	MOCHO ALTO 72CM (60CM)	319622
1	MOCHO ALTO 72CM (60CM)	319623
1	BERCO MADEIRA ENVERNIZADO	03.590
1	BERCO PEDIATRICO SIMPLES	30987
1	BERCO SEMI LUXO CASTOR	310080
1	BERCO ESTR. MET. 10 ESTRADO DE MADEIRA	35714
1	BERCO ESTR. MET. 10 ESTRADO DE MADEIRA	35715
1	BERÇO AÇO TUBULAR	324971
1	BERÇO DE MADEIRA MB 3021	328035
1	BERÇO DE MADEIRA MB 3021	328039
1	BERÇO DE MADEIRA MB 3021	328040
1	BERÇO DE MADEIRA MB 3021	328042
1	BERÇO DE MADEIRA MB 3021	328043
1	BERÇO DE MADEIRA MB 3021	328044
1	BERÇO DE MADEIRA MB 3021	328048
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329374
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329379
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329384
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329387
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329388
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329392
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329402
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329411
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329420
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329436
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	329437
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	330777
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	330779
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	330782
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	330785
1	BERÇO C/ GRADES EM MDF PEDAÇOS	330789

1	SUPORTE PARA CPU 25	318795
1	SUPORTE P/ CPU FRAMO CINZA	321245
1	CADEIRA INFANTIL	30709
1	CADEIRA INFANTIL	310156
1	CADEIRA INFANTIL	310158
1	CADEIRA INFANTIL	310161
1	CADEIRA INFANTIL	310163
1	CADEIRA INFANTIL	310164
1	CADEIRA INFANTIL	310166
1	CADEIRA INFANTIL	310167
1	CADEIRINHA PRE ESCOLAR DE FORMICA VERDE	03.2553
1	CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	03.3087
1	CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	03.3108
1	CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	03.3121
1	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR TUBO 3/4 PINTURA EPOXI	324246
1	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR TUBO 3/4 PINTURA EPOXI	324248
10	CADEIRINHA INFANTIL	16
16	CADEIRA ESCOLAR INF COLORIDA	16
1	MESA DE PROFESSOR EM ESTRUTURA DE ACO	39154
1	MESA DO PROFESSOR C/ 01 GAV. 120X42X72 BEGE	315713
1	MESA DO PROFESSOR	327518
1	ARMÁRIO ESCOLAR	327431
1	CADEIRA PARA ALUNO	35007
1	CADEIRA PARA ALUNO	35027
1	CADEIRA PARA ALUNO	35101
1	CADEIRA PARA ALUNO	35146
1	CADEIRA PARA ALUNO	35153
1	CADEIRA PARA ALUNO	35200
1	CADEIRA ADULTA CAIC	35995
1	CADEIRA ADULTA CAIC	36053
1	CADEIRA ESCOLAR	36117
1	CADEIRA ESCOLAR	36132
1	CADEIRA ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36698
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36961
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36963
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36965
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36966
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36967
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36968
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36969
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36975
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36996
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	37114
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	37118
1	CADEIRAS ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	37125
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36507
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36508
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36510
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36513
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36515
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36516
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36517
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36518

1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36519
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36520
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36521
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36524
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36526
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36527
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36528
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36529
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36530
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36531
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36532
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36533
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36534
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36535
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36538
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36539
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36540
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36541
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36542
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36544
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36545
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36546
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36548
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36549
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36551
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36553
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36555
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36556
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA EST. 7/8"	36558
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37660
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37661
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37663
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37665
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37667
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37668
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37669
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37671
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37563
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39267
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39270
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39276
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39286
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39289
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39295
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39296
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39213
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310035
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310036
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310047
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310048
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310049
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310050
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310052

1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310053
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310054
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310056
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310057
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310058
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	310059
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39855
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39856
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39857
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39858
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39863
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39864
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39865
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39866
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39867
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39869
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39870
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39872
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39873
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39874
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39875
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39879
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	39880
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310715
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310716
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310719
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310721
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310726
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310573
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310574
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310584
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310586
20	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311058
		A
		311077
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311079
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311080
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311081
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311084
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311085
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310503
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310504
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310517
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311135
14	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8	311215
		A
		311228
1	CADEIRA SAO BERNARDO ALTO IMPACTO -MV-200P	311692
13	CADEIRA SAO BERNARDO ALTO IMPACTO -MV-200P	311792
		A
		311804
5	CADEIRA SAO BERNARDO ALTO IMPACTO -MV-200P	311806
		A

		311810
1	CADEIRA SAO BERNARDO ALTO IMPACTO -MV-200P	311830
17	CADEIRA ESC POL EST 03 7/8 00 SP 00 00 SPL	312563
		A
		312579
1	CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313078
1	CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313079
15	CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313681
		A
		313695
35	CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313697
		A
		313731
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO	315033
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO	315047
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO	315052
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO	315104
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO	315155
26	CADEIRA ESCOLAR	315664
		A
		315689
11	CADEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	316904
		A
		316914
1	CADEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	317052
1	CADEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	317555
25	CADEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	316953
		A
		316977
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FORMICA VERDE	03.3441
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FORMICA VERDE	03.3449
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FORMICA VERDE	03.3455
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA	36643
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA	36660
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA	36673
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA	36691
1	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36438
1	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36439
1	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36440
1	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36441
6	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36444
		A
		36449
1	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36451
1	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36454
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37609
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37610
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37611
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37612
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37613
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37615
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37619
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37622

1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37623
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37624
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37625
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37627
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37628
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	37629
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39001
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39002
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39003
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39004
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39007
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39008
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39009
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39010
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39011
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39013
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39014
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39015
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39016
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39019
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39020
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39022
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39023
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39024
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39025
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39026
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39027
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39028
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39029
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39030
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39032
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39035
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39036
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39037
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39038
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39040
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39231
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39235
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39237
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39240
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39241
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39251
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39264
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39159
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39161
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39162
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39167
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39168
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39169
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39173
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39175
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39184
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO MELAMINICO	39094

1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310668
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310526
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310528
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310529
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310530
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310532
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310533
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310534
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310535
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310538
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310540
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310542
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310543
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310545
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310548
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310550
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310551
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310553
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310556
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310557
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310568
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311032
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311033
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311039
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311040
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311041
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311043
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311045
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310867
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310868
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310871
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310872
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310873
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310458
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310459
10	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310461
		A
		310470
35	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311175
		A
		311209
17	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312318
		A
		311758
16	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	311760
		A
		311775
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312010
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312011
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312012
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312013
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312015
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312020

1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312024
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312028
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312034
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312038
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312042
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312043
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312045
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312046
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312048
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312049
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312053
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312054
1	CARTEIRA F.D.E.MVF-110G POS FORMADO	312058
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA 05 MET. 03 20X40	313223
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA 05 MET. 03 20X40	313021
1	CARTEIRA ESCOLAR EM TUBO 20X40	314505
10	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313819
		A
		313828
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313830
7	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313832
		A
		313839
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313841
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313843
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313845
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313846
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313847
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313848
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313851
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313852
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313853
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313854
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313855
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40	313857
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314896
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314920
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314921
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314925
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314929
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314948
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314957
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314992
1	CARTEIRA ESCOLAR	315604
1	CARTEIRA ESCOLAR	315621
1	CARTEIRA ESCOLAR	315627
1	CARTEIRA ESCOLAR	315634
1	CARTEIRA ESCOLAR	315639
1	CARTEIRA ESCOLAR	315644
1	CARTEIRA ESCOLAR	315652
1	CARTEIRA ESCOLAR	315653
31	CARTEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	316884
		A

		316914
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	317016
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	317017
1	CARTEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	317039
1	CARTEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	317040
1	CARTEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	317041
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	318088
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	318114
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	317820
16	CARTEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	317550
		A
		317565
25	CARTEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	316953
		A
		316977
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	317352
1	CARTEIRA GRANDE ESTRUTURA VERDE	317477
1	COMODA C/ 5 GAVETAS	313592
1	CONJUNTO DE MESA PRE ESCOLAR	313865
1	CONJUNTO DE MESA PRE ESCOLAR	313877
1	CONJUNTO DE MESA PRE ESCOLAR	313878
1	CONJUNTO DE MESA PRE ESCOLAR	313879
1	CONJUNTO DE MESA PRE ESCOLAR	313880
1	CONJUNTO INFANTIL C/ MESA FORMICA	322039
1	ESPELHO 3MM 1,00X1,50 C/ MOLD.	323951
10	ESTANTE PARA PARTITURAS	318331
		A
		318340
1	MESA 40X60 MDF 75CM ALT. COR CINZA	325719
1	CADEIRA TIPO BEBÊ CONFORTO	319205
1	CADEIRA TIPO BEBÊ CONFORTO	323008
1	CADEIRA TIPO BEBÊ CONFORTO	323009
10	CONJUNTO CADEIRA E CARTEIRA ESCOLAR	321062
		A
		321071
1	CONJUNTO MESA E CADEIRAS PRÉ-ESCOLAR	322965
1	MESA CENTRAL EM FORMATO DE GUARDA CHUVA	310559
1	MESA COLETIVA REDONDA C/4 CADEIRAS	320862
1	MESA REDONDA INFANTIL	325011
1	MESA REFEITORIO MDF COR BEGE	329468
1	MESA REFEITORIO MDF COR BEGE	329469
1	MESA REFEITÓRIO INFANTIL MDF MED1500	329710
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321492
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321493
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321495
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321496
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321497
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321498
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321499
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321500
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321501
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321502
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321503

1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321506
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321507
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321508
20	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321510
		A
		321529
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321531
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321532
16	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321534
		A
		321549
6	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321552
		A
		321557
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321559
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321561
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321410
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321411
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321412
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321413
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321414
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321417
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321421
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321422
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321423
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321424
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321425
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321427
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321428
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321430
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321431
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321432
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321433
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321434
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321435
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321436
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321438
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321440
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321443
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321445
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321457
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321465
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321467
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321468
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321482
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR MDF	321485
1	CONJUNTO INFANTIL TIPO FLOR C/ 8 CARTEIRAS	320898
1	MESA DE TENIS OFICIAL	03.1355
1	ESQUADRO PEDAÇOS	40067
1	ESQUADRO PEDAÇOS	40066
1	JOGO DE ESQUADROS PEDAÇOS	40048
1	ESCALA PEDAÇOS	40071
1	REGUA PARALELA PEDAÇOS	40065

1	ARANHA TRINOR PEDAÇOS	40085
1	TRANSFERIDOR PEDAÇOS	40072
1	ESTOJO REGUAS PEDAÇOS	40014
1	ESTOJO REGUAS PEDAÇOS	40016
1	MESA RETANGULAR 1,40 M.	05190
1	MESA EM AGLOMERADO P/ COMPUTADOR CINZA	322597
1	MESA 120 X 60 SA-142 C/ TECLADO RETRÁTIL CRISTAL	324642
6	MESINHA DE CONCRETO C/ BANQUETA	325122
		A
		325127
1	MESA 1,30X 0,75 TAMPO MDF	328717
1	CADEIRA FORMICA BRANCA	05.388
1	CADEIRA FORMICA BRANCA	05.390
1	QUADRO VERDE	316525
25	CARTEIRAS ESCOLARES	14
1	CARTEIRA ESCOLAR	315330
1	CARTEIRA ESCOLAR	315355
1	CARTEIRA ESCOLAR	315399
1	CARTEIRA ESCOLAR	315400
1	CARTEIRA ESCOLAR	315401
1	CARTEIRA ESCOLAR	315603
1	CARTEIRA ESCOLAR	315605
1	CARTEIRA ESCOLAR	315606
1	CARTEIRA ESCOLAR	315607
1	CARTEIRA ESCOLAR	315608
1	CARTEIRA ESCOLAR	315610
1	CARTEIRA ESCOLAR	315611
1	CARTEIRA ESCOLAR	315612
1	CARTEIRA ESCOLAR	315613
1	CARTEIRA ESCOLAR	315616
1	CARTEIRA ESCOLAR	315617
1	CARTEIRA ESCOLAR	315618
1	CARTEIRA ESCOLAR	315619
1	CARTEIRA ESCOLAR	315620
1	CARTEIRA ESCOLAR	315622
1	CARTEIRA ESCOLAR	315624
1	CARTEIRA ESCOLAR	315625
1	CARTEIRA ESCOLAR	315626
1	CARTEIRA ESCOLAR	315628
1	CARTEIRA ESCOLAR	315629
1	CARTEIRA ESCOLAR	315630
1	CARTEIRA ESCOLAR	315631
1	CARTEIRA ESCOLAR	315633
1	CARTEIRA ESCOLAR	315635
1	CARTEIRA ESCOLAR	315636
1	CARTEIRA ESCOLAR	315649
4	MESA PROFESSOR	14
1	CADEIRA PROFESSOR	324924
1	ESCRIVANINHA	03.45
2	ESCRIVANINHAS DE IMBUÍA PINTADA	14
3	ARMARIO C/ DUAS PORTAS C/ VIDRO	14
6	CADEIRAS ESCOLARES	14
1	MESA P/ MAQUINA ESCREVER	14

5	MESINHAS	14	
1	MESA INFANTIL	35786	
23	CADEIRINHAS DE MADEIRA	14	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316535	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316537	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316539	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316544	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316553	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316594	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317379	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317401	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317618	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317619	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317620	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317621	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317623	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317624	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317625	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317626	
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	317628	
1	TROMBONE SUCATA	17267	
1	TROMBONE SUCATA	17229	
6	CAPA PARA TROMPETE	16	
3	CAPA PARA PRATO	16	
1	PAR PRATOS SUCATA	170125	
1	PAR PRATO SUCATA	170126	
1	TROMPETE SUCATA	170074	
1	TROMPETE SUCATA	170075	
1	TROMBONE SUCATA	170077	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	323187	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	323194	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	323198	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	323199	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	324395	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	324396	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	324397	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	324399	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	324402	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	324405	
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA	324408	
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 01 EM R\$	150,00	
LOTE 02	ELETRODOMÉSTICOS		
ORIGEM:	SECRETARIAS DIVERSAS		
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA	
1	FOGAO INDUSTRIAL	05.310	
1	FOGAO DE 04 BOCAS DOMESTICO	05.538	
1	FOGAO IND 6B C/ FORNO	05.670	
1	FOGAO INDUSTRIAL 6 BOCAS	05.851	
1	FOGAO 4 BOCAS	05.858	
1	FOGÃO INDUSTRIAL 2 BOCAS	1109638	

1	FILTRO P/ AGUA	05.05	
1	BATEDEIRA VC/ 5 VELOC.	116979	
1	BATEDEIRA ARNO	5890	
1	FORNO ELÉTRICO 45 LITROS	117268	
1	FORNO ELETRICO 44L	117541	
1	FERRO PASSAR	115707	
1	PROCESSADOR DE ALIMENTOS EM INOX INDUSTRIAL	1111717	
1	PROCESSADOR DE ALIMENTOS EM INOX INDUSTRIAL	1111718	
1	DESCASCADOR DE LEGUMES 10KG	05.846	
1	MÁQUINA LAVAR ROUPAS 10KG	116981	
1	TORNEIRA ELETRICA	1113864	
1	VENTILADOR MESA	110285	
1	VENTILADOR FAET 30 CM.	11.423	
1	VENTILADOR MESA	11.914	
1	CONDICIONADOR DE AR 10000BTUS JANELA	115676	
1	GELADEIRA CONSUL	11.273	
1	GELADEIRA 340 LITROS	11.492	
1	REFRIGERADOR (SUCATA SEM MOTOR)	113485	
1	ASPIRADOR DE PO	11.1006	
1	AQUECEDOR DESUMIFICADOR 2000W	114169	
1	AQUECEDOR DESUMIFICADOR 2000W	114173	
1	AQUECEDOR PREMIUM OLEO VENTISOL	117339	
1	AQUECEDOR DE AMBIENTES	1109548	
1	AQUECEDOR ELETRICO A OLEO VENTISOL	1111004	
1	AQUECEDOR AMBIENTE	1112849	
1	ENCERADEIRA	114374	
1	ENCERADEIRA INDUSTRIAL	114715	
1	BEBEDOURO INOX	113995	
1	BEBEDOURO LATINA	116159	
1	BEBEDOURO PUR PRESSÃO	118603	
1	LAVADORA 8KG AGUA FRIA	112853	
1	LAVADORA 8KG	115103	
1	LAVADORA DE ROUPAS AUTOMATICA 8KG	115357	
1	LAVADORA DE ROUPAS 10KG	117327	
1	LIQUIDIFICADOR LIQFAZ	05.876	
1	LIQUIDIFICADOR PORTÁTIL	5930	
1	LIQUIDIFICADOR 3 VELOC.	116994	
1	LIQUIDIFICADOR , 9 VELOCIDADES	117273	
1	LIQUIDIFICADOR ELETRONIC FILTER 600W 220V	118506	
1	LIQUIDIFICADOR 8V ELETRONIC	1110188	
1	LIQUIDIFICADOR 8V ELETRONIC	1110306	
1	LIQUIDIFICADOR IND	1112588	
1	LIQUIDIFICADOR 350W PRETO	1113830	
1	PURIFICADOR DE AGUA 220V	117901	
1	PURIFICADOR AGUA ELETRON	118034	
1	VENTILADOR PAREDE 50CM VENTIDELTA	115479	
1	VENTILADOR INDUSTRIAL 60CM	116846	
1	VENTILADOR INDUSTRIAL 60CM	116847	
1	VENTILADOR INDUSTRIAL 60CM	116848	
1	VENTILADOR INDUSTRIAL 60CM	116849	
1	VENTILADOR OSCIL. PAREDE	116799	
1	VENTILADOR DE PAREDE 220V	117301	
1	VENTILADOR PAREDE 50CM	117562	

1	VENTILADOR PAREDE 50CM	117563	
1	VENTILADOR L 40CM COLUNA	1109359	
1	VENTILADOR DE PAREDE	1109413	
1	VENTILADOR DE PAREDE	1109417	
1	VENTILADOR DE PAREDE	1109452	
1	VENTILADOR DE PAREDE	1109453	
1	VENTILADOR DE PAREDE	1109458	
1	VENTILADOR DE PAREDE	1109461	
1	VENTILADOR DE COLUNA	1110574	
1	VENTILADOR DE PAREDE	1110982	
1	VENTILADOR IND PAR V. VAR 60CM BIVOLT	1113899	
1	VENTILADOR DE TETO COMERCIAL	113452	
1	VENTILADOR DE TETO COMERCIAL	113453	
1	VENTILADOR DE TETO 220V	117280	
1	LAVADORA ALTA PRESSAO 1700 LIBRAS	115369	
1	LAVADOURA DE PRESSÃO HOBBY	117341	
1	LAVA JATO HIDROLAVADORA 220V	1111715	
1	LAVA JATO HIDROLAVADORA 220V	1112503	
1	CUBA INOX	310603	
1	FORNO MICROONDAS	5942	
1	FORNO MICROONDAS 30L BRASTEMP	117321	
1	DUCHA ARTICULÁVEL 5800W	114832	
1	DUCHA ARTICULÁVEL 5800W	114833	
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 02 EM R\$	1.000,00	
LOTE 03	ELETRONICOS		
ORIGEM:	SECRETARIAS DIVERSAS		
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA	
1	MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VISOR/FITA	02.457	
1	MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VISOR/FITA	02.461	
1	MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VISOR/FITA	02.463	
1	MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VISOR/FITA	02.475	
1	CALCULADORA C/ BOBINA	118399	
1	CALCULADORA C/ BOBINA	118400	
1	DUPLICADOR (MIMEOGRAFO) A ALCOOL	02.78	
1	DUPLICADOR A ALCOOL	02.519	
1	DUPLICADOR A ALCOOL	02.520	
1	DUPLICADOR A ALCOOL	02.521	
1	DUPLICADOR A ALCOOL MENO	1109243	
1	BRACKET FECHADO C/ UNIDADE DE TETO P/ 2 VENTILADORES E BANDEJAS FIXAS	325720	
1	FONE C/ MICROF. MULT. VOICER	116608	
1	FONE C/ MICROF. MULT. VOICER	116609	
1	FONE C/ MICROF. MULT. VOICER	116610	
1	FONE C/ MICROF. MULT. VOICER	116611	
1	FONE C/ MICROF. MULT. VOICER	116612	
1	APARELHO TELEFONICO SIEMENS	113100	
1	APARELHO TELEFONE PREMIUN	113499	
1	APARELHO TELEFONE PREMIUN	113501	
1	APARELHO DE TELEFONE PREMIUM PEROLA	113806	
1	APARELHO TELEFONE TC500 PEROLA	113982	
1	APARELHO TELEFONE INTELBRAS	114110	

1	APARELHO TELEFONE INTELBRAS	114113	
1	TELEFONE TC500 PÉROLA INTELBRÁS	114538	
1	APARELHO TELEFÔNICO	114648	
1	APARELHO TELEFÔNICO	114652	
1	TELEFONE S/ FIO TS10 INTELBRÁS	116163	
1	TELEFONE PREMIUM S/ CHAVE	116557	
1	TELEFONE S/ FIO TS10 2,4GHZ	117570	
1	TELEFONE DE MESA TC500	117671	
1	TELEFONE DE MESA TC500	117672	
1	TELEFONE C/ FIO TC500 INTELBRÁS	117802	
1	TELEFONE C/ FIO TC500 INTELBRÁS	117804	
1	TELEFONE S/ FIO	118017	
1	TELEFONE S/ FIO TS10 2.4GHZ P	118048	
1	TELEFONE C/ FIO TC500	117816	
1	TELEFONE SEM FIO	1113236	
1	RELOGIO PONTO DE CODIGO DE BARRAS	115630	
1	RELOGIO PONTO DE CODIGO DE BARRAS	115638	
1	RELOGIO PONTO DE CODIGO DE BARRAS	115640	
1	MICROFONE S/ FIO	112724	
1	CAIXA DE SOM	112510	
1	CAIXA DE SOM AMBIENTE	114354	
1	CAIXA DE SOM AMBIENTE	114355	
1	CAIXA DE SOM P/ COMPUTADOR	116429	
1	RADIO GRAVADOR PORTÁTIL	115086	
1	RADIO GRAVADOR PORTÁTIL	115074	
1	RADIO GRAVADOR PORTÁTIL	115126	
1	RADIO GRAVADOR PORTÁTIL	115122	
1	RADIO GRAVADOR PORTÁTIL	115123	
1	RADIO GRAVADOR PORTÁTIL	115136	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114222	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114149	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114152	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114155	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114774	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114778	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114779	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114797	
1	RADIO GRAVADOR C/ CD PORTATIL	114798	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	112275	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	112982	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	113187	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113445	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113434	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113859	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113934	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113961	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115417	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115421	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115264	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115242	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115853	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115245	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115247	

1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114195	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114180	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114236	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115920	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	116120	
1	MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	116121	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	116514	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	117444	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	118863	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	1109021	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	1114416	
1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP	1114417	
1	TELEVISOR EM CORES 20"	11.947	
1	TELEVISOR	111188	
1	TELEVISOR 29	111655	
1	TELEVISAO 20 POL.	112412	
1	TELEVISAO 29	112557	
1	TELEVISOR 29 COLORIDO	112807	
1	TELEVISAO 29"	115197	
1	TELEVISAO 29"	115191	
1	TELEVISAO 29"	115192	
1	APARELHO DE TV 29" COLOR	118429	
1	APARELHO DE TV 29" COLOR	118430	
1	VIDEO CASSETE 04 CABECA	111521	
1	VIDEO CASSETE	113396	
1	VIDEO CASSETE 7CAB	113688	
1	APARELHO DE DVD	115112	
1	IMPRESSORA LASER	112800	
1	IMPRESSORA HP	113364	
1	IMPRESSORA HP	113497	
1	IMPRESSORAMATRICIAL	115543	
1	IMPRESSORA LX 300	115276	
1	IMPRESSORA LX 300	115256	
1	IMPRESSORA LX 300	115270	
1	IMPRESSORA FX 2190	115278	
1	IMPRESSORA JATO TINTA	114584	
1	IMPRESSORA HP LASERJET	114986	
1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER	116076	
1	IMPRESSORA SCX4200	116156	
1	IMPRESSORA MATRICIAL LX300	116354	
1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO HP	116415	
1	IMPRESSORA LASERJET	116431	
1	IMPRESSORA HP	118617	
1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	117080	
1	IMPRESSORA EPSON LX-30	117375	
1	IMPRESSORA EPSON LX-300	117376	
1	IMPRESSORA HP LASERJET	117396	
1	IMPRESSORA HP 1660	117408	
1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	117344	
1	IMPRESSORA EPSON LX 300+	118460	
1	IMPRESSORA HP D2460 COLOR	118618	
1	IMPRESSORA MULT. HP D110	1109260	
1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER	1113931	

1	ESTABILIZADOR 1 KVA	111017	
1	ESTABILIZADOR 220/110	112145	
1	ESTABILIZADOR 300 VA	114725	
1	ESTABILIZADOR 1000 KVA	116221	
1	ESTABILIZADOR 300VA PRETO	116374	
1	ESTABILIZADOR 300VA PRETO	116387	
1	ESTABILIZADOR 1500VA	117380	
1	ESTABILIZADOR 1000VA	1109527	
1	ESTABILIZADOR 300VA BIV	1110627	
1	ESTABILIZADOR PROTECTOR 300VA BMI	1110795	
1	ESTABILIZADOR 300VA	1110828	
1	ESTABILIZADOR 300VA	1110832	
1	ESTABILIZADOR 300VA	1110836	
1	ESTABILIZADOR APC 500VA	1110897	
1	ESTABILIZADOR 600VA	1111809	
1	ESTABILIZADOR TS SHARA	1112426	
1	ESTABILIZADOR 300VA	1112463	
1	ESTABILIZADOR 300VA	1112465	
1	APARELHO DE SOM PORTATIL	1109245	
1	RADIO MP3	1110184	
1	MICRO-SYSTEM	1110357	
1	RADIO PORTÁTIL USB	1110749	
1	FRAGMENTADORA SECRETA	1109484	
1	RETROPROJETOR	110553	
1	RETROPROJETOR COM 02 (DUAS) LAMPADAS	111835	
1	RETROPROJETOR TES COM DUAS LAMPADAS BIVOLT	112194	
1	RETROPROJETOR TES COM (DUAS) LAMPADAS BIVOLT	112195	
1	RETROPROJETOR IEC 2 LAMPADAS	113236	
1	RECEPTOR ANTENA PARABOLICA	111788	
1	RECEPTOR ANTENA PARABOLICA	111784	
1	RECEPTOR ANTENA PARABOLICA	111783	
1	RECEPTOR ANTENA PARABOLICA	112331	
1	RECEPTOR ANTENA PARABOLICA	115347	
1	SCANNER GENIUS	113360	
1	SCANNER HP	116634	
1	CAMERA DIGITAL	114197	
1	CAMERA DIGITAL	114223	
1	CÂMERA DIGITAL	114730	
1	CAMERA DIGITAL	115831	
1	CENTRAL DE ALARME	111348	
1	CENTRAL DE ALARME	111353	
1	CENTRAL DE ALARME	111351	
1	CENTRAL DE ALARME	112100	
1	CENTRAL DE ALARME	1112035	
1	SWITCH 8 PORTAS	116410	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114407	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114408	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114409	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114410	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114411	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114412	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114413	
1	SWITCH 8 PORTAS	1114414	

1	MODEM ADSL	113543	
1	MODEN ADSL	114755	
1	MODEN ADSL	114756	
1	MODEM ADSL TP	116420	
1	MODEM ADSL TP LINK	116422	
1	MODEM ADSL TP LINK	116425	
1	MODEM ADSL2/ADSL2+TD-8816	118487	
1	MODEM ADSL TP-LINK TD/8816 1 LAN	118945	
1	MODEM ADSL2 TP-LINK TD8816	1110113	
27	LEITOR HAMSTER USB	16	
1	APARELHO DE DVD	114003	
1	APARELHO DE DVD	116157	
1	APARELHO DE DVD	117473	
1	APARELHO DE DVD	1110186	
1	APARELHO DE DVD	1110435	
1	APARELHO DE DVD	1112591	
1	TERMINAL ELETRONICO DE AUTO ATENDIMENTO	113441	
1	TARIFADOR PARA CENTRAL TELEFONICA	113658	
1	MONITOR LCD	117656	
1	MONITOR LCD	1110122	
1	RÁDIO VHF	116226	
1	RÁDIO VHF	116227	
1	RÁDIO PORTÁTILCOMUNICADOR	116486	
1	RÁDIO PORTÁTILCOMUNICADOR	116487	
1	RÁDIO PORTÁTILCOMUNICADOR	116488	
1	RÁDIO PORTÁTILCOMUNICADOR	116489	
1	RÁDIO PORTÁTILCOMUNICADOR	116490	
1	RÁDIO PORTÁTILCOMUNICADOR	116491	
1	RÁDIO PORTÁTILCOMUNICADOR	1113337	
1	ROUTER DLINK	1113182	
1	PROJETOR SLIDES AUTOMATICO	110592	
1	PROJETOR DE SLIDES	110567	
1	HUB 8 PORTAS 10/100	116270	
1	APARELHO FAX	115210	
1	APARELHO DE FAX PAPEL PLANO	114121	
1	APARELHO DE FAX	117050	
1	APARELHO DE FAX	1109246	
1	TELA RETRÁTIL 2,00X2,00	1111778	
1	DUPLEX MINI DVM-6B C/ 148/162MHZ SERIE SUCATA	116225	
1	HEADSET	118903	
1	HEADSET	118904	
1	HEADSET	1111992	
1	AUTORADIO	11655	
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 03 EM R\$	2.200,00	

LOTE 04	EQUIPAMENTOS DIVERSOS		
ORIGEM:	SAÚDE/CORPO BOMBEIROS		
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA	
1	MACA RIGIDA DE MADEIRA	320970	
1	MACA RIGIDA DE MADEIRA	320971	
1	MACA RIGIDA DE MADEIRA	320972	

1	COMPRESSOR DE AR 20 PÉS	114289	
1	PULVERIZADOR	08.177	
1	CONJUNTO DE FERRAMENTAS RESGATE "LUKAS"	08.116	
1	ESTETOSCOPIO	84	
1	ESTETOSCOPIO	100379	
1	OTOSCOPIO	100562	
1	OTOSCOPIO	100563	
1	OTOSCOPIO	100837	
1	APARELHO NEBULIZACAO	100811	
1	ESFIGMOMANOMETRO ADULTO	16	
1	TALA TRACAO DE FEMUR	10.370	
1	TALA DE TRACAO DE FEMUR ADULTO	10.878	
1	REFLETOR GINELOGICO	10.922	
1	BOMBA COSTAL DE 20L P/	08.197	
1	DESFIBRILADOR EXT. SURVIVALINK CARDIAC SCIENCE	10.999	
1	DESFIBRILADOR FRX EXT / MALETA P/ TRANSP	101418	
1	MOTOCOMPRESSOR 1CV	10.765	
1	REFLETORR ODONTO SUCATA	11.933	
1	REFLETOR PARABOLICO ODONTO SUCATA	111396	
1	ESTERILIZADOR PROFISSIONAL HK 07	116770	
1	FOTOPOLIMERIZADOR	1109476	
1	OXIMETRO DE PULSO TIPO DEDO	118240	
1	MINI OXIMETRO ONIX DIGITAL	112652	
4	CAPACETE PARA COMBATE A INCENDIO	16	
8	ROUPAS DE PROTECAO INDIVIDUAL P/ COMBATE A INCENDIO	16	
2	BALACLAVAS	16	
1	DETECTOR FETAL PORTÁTIL	1109816	
1	BOLSA P/ ACONDICIONAMENTO DE MATERIAL	324055	
1	MINI INCUBADORA CRISTOFOLI	1112182	
1	MINI INCUBADORA CRISTOFOLI	1112185	
1	PRANCHA IMOBILIZAÇÃO (MACA RÍGIDA) COMPENSAD	324516	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL ADULTO	326018	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL ADULTO	326019	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL ADULTO	326020	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL ADULTO	326021	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL 1,85X46,5	325500	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL 1,85X46,5	325501	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL 1,85X46,5	325502	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL 1,85X46,5	325503	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL 1,85X0,465	326944	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL 1,85X0,465	326945	
1	PRANCHA COMPENSADO NAVAL 1,85X0,465	326946	
1	PRANCHA RIGIDA ADULTO	327779	
1	COLETE DE IMOBILIZAÇÃO DORSAL KED ADULTO	16	
1	COLETE IMOBILIZADOR DORSAL TIPO KED ADULTO	326014	
1	MESA DE ACO P EXAMES CLINICOS REGULAVEL	37202	
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 04 EM R\$	350,00	
LOTE 05	SUCATA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		

ORIGEM:	COSIP	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	APROX. 600KG REATORES DE POSTES	
	APROX. 50 KG RELES FOTOCELULA	
	APROX. 20 KG SUCATAS LUMINARIAS DE POSTES	
	02 POSTES ILUMINAÇÃO PRAÇAS	S/N
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 05 EM R\$	200,00
LOTE 06	SUCATA BRITADOR	
ORIGEM :	OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	BRITADOR MARUMBY No 3, SEM MOTOR	90009
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	3.000,00
LOTE 07	SUCATA EQUIP. BENEFICIAMENTO ASFALTO	
ORIGEM :	OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	SUCATA EQUIP. BENEF. ASFALTO COMPOSTO :	
	01 CENTRAL DOSADORA MISTURADORA HIPER CIFALC/	09.20
	01 TANQUE FIXO ASFALTO C/ MANGUEIRAS TRANSP	06.55
	01 TANQUE MATERIAL ASFLATICO	06.27
	01 TANQUE TRANSP. AGUA 6000L	06.28
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	15.000,00
LOTE 08		
ORIGEM:	OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	VEICULO FORD PAMPA L, ANO/MOD: 1995, COR BRANCA	
	CHASSI:9BFZZ55ZSB927646 , RENAVAM:637722701	
	COMB: GASOLINA , PLACA LXB3357	6128
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 08 EM R\$	1.000,00
LOTE 09		
ORIGEM:	SEPLU	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	VEICULO GM CELTA SPIRIT 4P,ANO/MOD:2004/2005	
	COR: BRANCA, CHASSI:9BGRX48X05G107435	
	COMB:GASOLINA, RENAVAM:835609561, PLACA:MCX3636	6222
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 09 EM R\$	4.500,00
LOTE 10		
ORIGEM:	OBRAS	

QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	VEICULO FORD COURIER 1.6L, ANO/MOD: 2005/2006	
	COR: BRANCA, COMB:GASOLINA, RENAVAL 865937826	
	CHASSI: 9BFNSZPPA6B986696, PLACA MDS2637	6242
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 10 EM R\$	4.500,00
LOTE 11		
ORIGEM:	AGRICULTURA	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	VEICULO FIAT UNO MILLE ECONOMY, ANO/MOD:2011/12	
	COMB; FLEX, COR BRANCA, RENAVAL 335475256	
	CHASSI: 9BD15822AC6586955, PLACA MIK 3335	6313
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 11 EM R\$	2.500,00
ORIGEM:	OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	VEICULO VW KOMBI PASSAGEIROS, ANO/MOD:2000	
	COR BRANCA, COMB:GASOLINA, RENAVAL: 734047916	
	CHASSI: 9BWGB17X6YP010929, PLACA MBD 8252	6353
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 12 EM R\$	1.500,00
LOTE 13		
ORIGEM:	OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	CAMINHÃO VW 24220 BASCULANTE , ANO/MOD: 1994	
	COR BRANCA , COMB DIESEL, RENAVAL: 557808057	
	CHASSI: 9BWWTAKT7RDB78218, PLACA LZZ 7445	6058
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 13 EM R\$	45.000,00
LOTE 14		
ORIGEM:	OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	CAMINHÃO VW 24220 BASCULANTE , ANO/MOD: 1994	
	COR BRANCA , COMB DIESEL, RENAVAL: 557807980	
	CHASSI: 9BWYTAKTXRDB78214, PLACA MGB 5478	6057
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 14 EM R\$	30.000,00
LOTE 15		
ORIGEM:	OBRAS	

QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	REBOQUE PLATAFORMA INCLINADA TRIVELLATO 2 EIXOS	
	CHASSI: DTSC0040001RFC, RENAVAL 557721865	
	PLACA LYZ1825	6056
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 15 EM R\$	4.000,00
LOTE 16		
ORIGEM:	OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	CAMINHÃO AGRAL 1800, ANO/MOD:1989/1990 , DIESEL	
	COR BRANCA, CHASSI: 9BYC2C2LKC000606,	
	RENAVAL 557785766, PLACA LZY 6085, EQUIPADO C/	
	CARROCERIA METALICA BAÚ	6103
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 16 EM R\$	7.000,00
LOTE 17		
ORIGEM:	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	MOTOCICLETA HONDA CG 125 TITAN KS, ANO/MOD:2002	
	COR PRATA , GASOLINA, CHASSI:9C2JC30102R153258	
	RENAVAL: 777294141, PLACA MCI 5882	6194
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 17 EM R\$	400,00
LOTE 18		
ORIGEM:	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	MOTOCICLETA HONDA 125 XLR, GASOLINA,COR BRANCA	
	ANO/MOD: 1998, GASOLINA, CHASSI:9C2JD170WWR04681	
	RENAVAL691682380, PLACA LZF 9341	6351
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 18 EM R\$	400,00
LOTE 19		
ORIGEM:	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	MOTOCICLETA SUNDOWN HUNTER 125 SE, GASOLINA,	
	ANO/MOD: 2008/09 , COR BRANCA, RENAVAL: 125210426	
	CHASSI: 94J2XECL89M31238, PLACA MGD 7353	6356
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 19 EM R\$	300,00
LOTE 20		
ORIGEM:	SAMAE	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA

1	CAMIONETA TOYOTA BANDEIRANTE, ANO/MOD:1992,COR	
	BRANCA , CHASSI: 9BR0J0060N1021264,	
	RENAVAM 557797772, PLACA LZW2572	196-000
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE 20 EM R\$	15.000,00
	VALOR TOTAL DOS LOTES R\$	138.000,00

Nada havendo, encerrou-se a presente ATA, a qual foi datada e assinada por todos os membros da Comissão, para que produza efeitos legais.

Tiago Martinhuk Osmar Rauen

Presidente Membro

Paulo A. Martines Matos Carlos Roberto G. Dos Anjos

Membro Membro

Simão Pedro Kramar James Russel de Souza Lima

Membro Membro – Corpo Bombeiros

Alinor Schermarch

Membro – Órgão não governamental

	São Bento do Sul, 10 de outubro de 2017	

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 038, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1432951

PORTARIA Nº 038, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Concede Licença Prêmio a Servidora Simone Teresinha Roberti Baum."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Simone Teresinha Roberti Baum, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Legislativo II, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, licença prêmio de 30 (trinta) dias, convertendo-se 15 dias, de 23 de novembro a 07 de dezembro de 2017, em pecúnia de conformidade com o Artigo 102 da Lei nº 228/2001 de 28 de dezembro de 2001, e os 15 dias restantes em gozo de 08 a 22 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo 10/2014 a 10/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 01, 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432952

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 01, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AOS 40 ANOS DE FUNDAÇÃO AO GRUPO FOLCLÓRICO BOEHMERWALD".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1o - Fica a Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizada a realizar a Sessão Solene em homenagem aos 40 anos de fundação do Grupo Folclórico Boehmerwald, no dia 30 de Novembro de 2017 às 20h00min, em atenção ao Requerimento nº 55/2017.

Artigo 2o - As despesas decorrentes da presente Resolução, correrão por conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Artigo 3o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, Sala das Sessões, 14 de Novembro de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON Presidente	NIVALDO BOGO Vice-Presidente
JAIRSON SABINO 1º Secretário	JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA 2º Secretário

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº381/2017**

Publicação Nº 1432978

PORTARIA IPRESBS Nº. 381/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 09/11/2017 a 03/02/2018 concedido a servidora CRISLAINE GONÇALVES PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 369/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/11/2017.

São Bento do Sul, 10/11/2017.
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº382/2017

Publicação Nº 1432979

PORTARIA IPRESBS Nº 382/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/11/2017 a 25/11/2017, a servidora OLINDINA BONETT GOMES DE ANDRADE ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 18/10/2017 a 25/10/2017 – 30/10/2017 a 05/11/2017, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/11/2017.

São Bento do Sul, 10/11/2017
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº383/2017

Publicação Nº 1432980

PORTARIA IPRESBS Nº 383/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/11/2017 a 13/05/2018, a servidora KAROLINE ORBEN KONIG ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 10/11/2017 a 24/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/11/2017.

São Bento do Sul, 16/11/2017
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº384/2017

Publicação Nº 1432981

PORTARIA IPRESBS Nº. 384/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/11/2017 a 08/12/2017 concedido a servidora AUREA GERMANO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 325/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/11/2017.

São Bento do Sul, 16/11/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº385/2017

Publicação Nº 1432982

PORTARIA IPRESBS Nº 385/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/11/2017 a 20/01/2018, a servidora ELAINE BEATRIZ ROCHA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 06/10/2017 - 16/10/2017 – 23/10/2017 a 04/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/11/2017.

São Bento do Sul, 16/11/2017
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº386/2017

Publicação Nº 1432983

PORTARIA IPRESBS Nº. 386/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/11/2017 a 31/12/2017 concedido a servidora JAQUELINE SCHOLZ KRIEGER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 354/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/11/2017.

São Bento do Sul, 16/11/2017.
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº387/2017

Publicação Nº 1432984

PORTARIA IPRESBS Nº 387/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 20/11/2017 a 31/12/2017, a servidora ELENA MARIA STOCK ILG ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 23/10/2017 - 27/10/2017 – 10/11/2017 a 19/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/11/2017.

São Bento do Sul, 16/11/2017
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº388/2017

Publicação Nº 1432986

PORTARIA IPRESBS Nº 388/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/11/2017 a 31/12/2017, a servidora ADELANE APARECIDA DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 30/10/2017 a 13/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/11/2017.

São Bento do Sul, 17/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº389/2017

Publicação Nº 1432989

PORTARIA IPRESBS Nº 389/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/11/2017 a 08/12/2017, a servidora REGINA MARIA DE SENA SANTANA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 26/10/2017 a 09/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/11/2017.

São Bento do Sul, 17/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº390/2017

Publicação Nº 1432992

PORTARIA IPRESBS Nº 390/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/11/2017 a 25/11/2017, a servidora SOLANGE ELISABETH FIEDLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 04/10/2017 a 11/10/2017 – 10/11/2017 a 16/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/11/2017.

São Bento do Sul, 17/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 75/2017

Publicação Nº 1433274

Decreto CTB Nº 75/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de, de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

0901.27.695.7.2.020-3.3.90.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de novembro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Cristóvão do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Publicação Nº 1433448

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EXTRATO DO CONTRATO

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

Contratada: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e equipamentos de telefonia para manutenção das atividades do legislativo municipal, conforme descrito no Anexo I.

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2017

Vigência: 01/11/2017 à 31/12/2017

Número do Contrato: 04/2017

Valor: R\$1.406,00

São Cristóvão do Sul - SC, 14/11/2017.

Michel Paim

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Publicação Nº 1433450

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EXTRATO DO CONTRATO

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

Contratada: KLEBER MACHADO & CIA LTDA

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e equipamentos de telefonia para manutenção das atividades do legislativo municipal, conforme descrito no Anexo I.

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2017

Vigência: 01/11/2017 à 31/12/2017

Número do Contrato: 05/2017

Valor: R\$ 2.845,00

São Cristóvão do Sul - SC, 14/11/2017.

Michel Paim

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Publicação Nº 1433451

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EXTRATO DO CONTRATO

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

Contratada: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA - ME

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e equipamentos de telefonia para manutenção das atividades do legislativo municipal, conforme descrito no Anexo I.

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2017

Vigência: 01/11/2017 à 31/12/2017

Número do Contrato: 06/2017

Valor: R\$ 2.682,00

São Cristóvão do Sul - SC, 14/11/2017.

Michel Paim

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Publicação Nº 1433453

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EXTRATO DO CONTRATO

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

Contratada: GILMAR SANI ME

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e equipamentos de telefonia para manutenção das atividades do legislativo municipal, conforme descrito no Anexo I.

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2017

Vigência: 01/11/2017 à 31/12/2017

Número do Contrato: 07/2017

Valor: R\$ 3.025,00

São Cristóvão do Sul - SC, 14/11/2017.

Michel Paim

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Publicação Nº 1433456

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EXTRATO DO CONTRATO

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

Contratada: RD NEGÓCIO DE INFORMÁTICA LTDA - EPP

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e equipamentos de telefonia para manutenção das atividades do legislativo municipal, conforme descrito no Anexo I.

Modalidade: Pregão Presencial nº 01/2017

Vigência: 01/11/2017 à 31/12/2017

Número do Contrato: 08/2017

Valor: R\$ 2.650,00

São Cristóvão do Sul - SC, 14/11/2017.

Michel Paim

Presidente

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 157/2017

Publicação Nº 1433133

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 157/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 048/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 05 de dezembro de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTO DAS ENSILADEIRAS PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 17 de novembro de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.728/2017

Publicação Nº 1433062

DECRETO Nº 2.728, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 1º DO DECRETO Nº 2.711, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017, QUE INSTITUI A COMISSÃO DE VERÃO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 2.711, de 23 de outubro de 2017, que institui a Comissão de Verão, com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

Parágrafo único. Cabe, também, à Comissão de Verão atuar como julgadora nos casos previstos nos Editais de Divertimentos Náuticos, Ambulantes e Quiosques.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de novembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.730/2017

Publicação Nº 1432407

DECRETO Nº 2.730, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil Reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

08 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

08002 - Gerência de Administração e Suprimentos

2010 - Manutenção das Atividades Administrativas

34490 - Aplicações Diretas R\$ 68.000,00

Vínculos de Recursos: 0389000 – Alienação de bens destinados a outros programas

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 68.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes dos recursos de alienação de bens destinados a outros programas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 21 de novembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO Nº 2.730, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Justificamos a presente suplementação, por Superávit Financeiro, decorrente do saldo financeiro do exercício de 2016 dos saldos de Alienação de bens destinados a outros programas, para aquisição de equipamentos de informática, especificamente aquisição de computadores, para manutenção administrativa a serviço dos servidores públicos municipais.

São Francisco do Sul – SC, 21 de novembro de 2017.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

LEI Nº 1.919/2017

Publicação Nº 1433065

LEI Nº 1.919, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ERVINO, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Avenida Ervino Klug o logradouro público tendo seu início a partir da Avenida Atlântica, Bairro Ervino – Loteamento Balneário Praia Grande, tendo 970,00 metros de extensão, por 15,00 metros de largura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2017.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.920/2017

Publicação Nº 1433068

LEI Nº 1.920, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO RETA, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Rua Bento Martins Lopes o logradouro público, segunda transversal da Rua Simião de Mira (Lei nº 208/2000) ficando em paralelo do lado direito da Rodovia Duque de Caxias sentido Centro/Bairro, tendo 230,00 metros de extensão, por 7,5 metros de largura, no final após a curva 6,00 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2017.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1909-2017

Publicação Nº 1432925

Lei Nº 1909/2017

DENOMINA "RUA ABILIO DOS PASSOS JUNIOR", O LOGRADOURO PÚBLICO AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, NO BAIRRO IPEROBA.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado "RUA ABILIO DOS PASSOS JUNIOR", rua do lado esquerdo da Rua João Paulo II, a 310 metros da rodovia duque de Caxias, o logradouro público AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, no Bairro Iperoba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 23 de outubro de 2017.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente

LEI Nº 1910-2017

Publicação Nº 1432926

Lei Nº 1910/2017

OBRIGA TODAS AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE SÃO FRANCISCO DO SUL A AFIXAREM CARTAZ COM O TELEFONE "LIGUE 180" – CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - As repartições públicas, CRAS, CREAS, CAPS, Postos de Saúde, Hospitais públicos e privados e estabelecimentos comerciais ficam obrigados a afixarem cartaz contendo o seguinte texto: "Violência contra mulher: denuncie! Disque 180".

Parágrafo Único. Os cartazes deverão possuir dimensões e redação que facilitem a leitura, além de serem afixados em local visível.

Art. 2º - O estabelecimento que violar o previsto nesta Lei estará sujeito às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira infração;

II - multa de 30 (trinta) UFM (Unidades Fiscais do Município) para cada reincidência.

§ 1º - Todo valor arrecado com a aplicação da sanção prevista no inc. II deverá ser destinado, anualmente, à instituições filantrópicas sem fins lucrativos situadas em São Francisco do Sul, a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania.

§ 2º - Anualmente, devem ser escolhidas diferentes instituições filantrópicas para serem beneficiadas com a presente Lei;

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul, 23 de outubro de 2017.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente

LEI Nº 1911-2017

Publicação Nº 1432930

Lei Nº 1911/2017

Regulamenta o tráfego de veículos de Autoescola em horário de grande circulação do Município de São Francisco do Sul/SC e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica restringida à circulação de veículos do Centro de Formação de Condutores nos horários das 7 horas às 7 horas e 30 minutos, das 11 às 14 horas, e das 17 às 19 horas, nos locais onde estejam situados escolas, hospitais, postos de saúde e CMEIs.

Art. 2º Os veículos não poderão transitar nos horários estabelecidos no caput do art. 1º, sendo que poderão trafegar normalmente em outros locais.

Art. 3º Ao Centro de Formação de Condutores que descumprir o disposto na presente Lei será aplicada multa no valor de 150 (cento e cinquenta) UFA - Unidades Fiscais de Arrecadação, aplicada em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo único: Os valores arrecadados com as multas aplicadas, por infrações cometidas contra o disposto na presente Lei, serão

destinados para o DEMTRAN (Departamento Municipal de Transito) e serão empregados em ações e programas de educação para o trânsito, contribuindo para o exercício da cidadania.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação.

São Francisco do Sul, 23 de outubro de 2017.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente

LEI Nº 1912-2017

Publicação Nº 1432932

Lei Nº 1912/2017

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DA LISTA DE ESPERA PARA VAGAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado que a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, fará a divulgação de lista contendo a ordem de espera para vagas nos CMEIS - Centro Municipal de Educação Infantil, e nas escolas de ensino fundamental regular.

Art. 2º As informações a serem divulgadas devem ser atualizadas regularmente e conter o nome do requerente, número do protocolo, data da inscrição e a unidade pretendida.

Art. 3º A divulgação deve ser feita através de fixação de lista de espera em local de grande visibilidade pública nas unidades a que se refere o caput, e na página oficial da prefeitura.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

São Francisco do Sul, 23 de outubro de 2017.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente

LEI Nº 1913-2017

Publicação Nº 1432938

Lei Nº 1913/2017

REGULAMENTA DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E AQUISIÇÕES COM FINS PÚBLICOS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que o Plenário votou e aprovou o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber doações e contribuições de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), com as seguintes finalidades:

I - restaurar logradouros públicos municipais tais como: praças, salas de aula de escolas públicas municipais e leitos de hospitais públicos municipais;

II - a aquisição de bens móveis para fins públicos;

III - construção ou ampliação de logradouros públicos, cumprindo as necessidades estabelecidas pelo poder executivo;

IV - aquisição de imóveis para o município de São Francisco do Sul;

V – aquisição de veículos, máquinas e demais maquinários que tenham serventia e sejam utilizados pelo Poder Municipal Executivo.

Art. 2º Fica autorizado ao terceiro que fizer a doação:

I - em caso de reforma, construção ou ampliação do espaço público afixar placa, com os seguintes dizeres: "DOADO POR...", poderá ter no mínimo e no máximo as seguintes dimensões: 24cm x 16cm; 1m x 2m.

Art. 3º A contribuição será feita de forma espontânea pelos interessados.

Art. 4º A execução de obras e aquisição de bens materiais para fins públicos poderão ocorrer sem intermédio do poder público, necessitando

o aval e o acompanhamento do poder executivo municipal.

Art. 5º Autoriza o tombamento, imediato, dos itens doados ao município no que couber.

Art. 6º O bem doado não pode ter quaisquer ônus, inclusive financeiro.

Art. 7º Deve ser comprovada a propriedade do bem doado.

Art. 8º O bem doado não pode ser objeto de litígio de qualquer espécie.

Art. 9º O poder público deverá assegurar a manutenção dos itens citados no Art. 1º desta lei.

Art. 10 O Poder executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 11 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 23 de outubro de 2017.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente

PP 097-2017

Publicação Nº 1433654

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 097/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.118 de 30 de março de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 dia 04 de dezembro de 2017, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de livros e ventiladores para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até 08h30 do dia 04 de dezembro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08h30 do dia 04 de dezembro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Entrega única, em até 15 (quinze) dias a partir do recebimento da ordem de compra.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1401 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura Gerência de Ensino
Projeto Atividade	1017 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
Elemento de Despesa	44905218 – Coleções e Materiais Bibliográficos
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e transf. de imp-educ

Unidade Orçamentária	1401 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura Gerência de Ensino
Projeto Atividade	1017 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
Elemento de Despesa	44905234 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e transf. de imp-educ

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Idoneidade e de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital.

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostos.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 097/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 097/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa

e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA ENTREGA

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será o vencedor convocado proceder a entrega dos itens licitados.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I – Entregar os itens licitados conforme sua proposta ofertada no dia do certame e Termo de Referência (Anexo I) do edital;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal no Setor de Contabilidade.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à empresa licitante, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a licitante praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco

dias de atraso na execução do contrato.

d) nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) pela inadequabilidade do (s) objeto (s) ou produto (s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) pela inexecução total da entrega ou por infração de qualquer outro item do edital não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) pela recusa em entregar o objeto, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) as penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) as multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Licitante.

22.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.6. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 21 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de Livros e Ventiladores.

2. OBJETIVO / FINALIDADE

Distribuição dos livros aos alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino e fornecimento de ventiladores às Escolas Municipais.

3. JUSTIFICATIVA

Atender as necessidades de materiais dos alunos, garantindo o bem estar e um aprendizado de ótima qualidade à todos os alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino e o conforto devido ao calor tornando o ambiente confortável e agradável a todos.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**Lote 01 – Livros**

Item	Especificação	Quantidade/Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Livro – O Mistério do 5 Estrelas Autor: MARCOS REY Editora: Global ISBN: 978-85-260-0998-1	180	R\$ 31,91	R\$ 5.743,80
02	Livro – Quem é você, Alasca? Autor: JHON GREEN Editora: Intrínseca ISBN: 9788580576832	180	R\$ 25,26	R\$ 4.546,80
03	Livro – A menina que roubava livros Autor: MARKUS SUZAK Editora: Intrínseca ISBN: 9788580574517	180	R\$ 34,08	R\$ 6.134,40
04	Livro – A culpa é das Estrelas Autor: JHON GREEN Editora: Intrínseca ISBN: 9788580575019	180	R\$ 16,57	R\$ 2.982,60
05	Livro – O Blog da Família Autor: GISELDA LAPORTA NICOLELIS Editora: Saraiva ISBN: 9788535707847	180	R\$ 50,83	R\$ 9.149,40
06	Livro – O menino do pijama listrado Autor: JOHN BOYNE Editora: Seguinte ISBN: 9788555340482	180	R\$ 34,80	R\$ 6.264,00
07	Livro – O Meu Pé de Laranja Lima Autor: JOSÉ MAURO DE VASCONCELOS Editora: Melhoramentos ISBN: 9788506058046	180	R\$ 29,34	R\$ 5.281,20
08	Livro – Miguel e o Sexto Ano Autor: LINO DE ALBERGARIA Editora: Saraiva ISBN: 9788502082175	180	R\$ 35,67	R\$ 6.420,60
09	Livro – O Pequeno Príncipe Autor: ANTOINE DE SAINT-EXUPERY Editora: Agir ISBN: 9788522005239	180	R\$ 11,97	R\$ 2.154,60
VALOR TOTAL DO LOTE 1				R\$ 48.677,40

Lote 02 – Ventiladores

Item	Especificação	Quantidade/Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Ventilador de parede oscilante 60cm, preto, Bivolt, com controle de velocidade, botão de ajuste da oscilação, trava de movimento vertical, Hélice injetada, grade de polipropileno, protetor térmico, RPM:1500, 200 Watts, vazão de 220 m³/m, área de ventilação de 38 m². Garantia de 01 ano ofertada pelo fabricante.	100	R\$ 202,06	R\$ 20.206,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2				R\$ 20.206,00

5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade orçamentária – 14001
Programa – 019
Projeto-Atividade – 2022/10100

6. FISCALIZAÇÃO

A entrega será acompanhada por um servidor designado pela Secretária Municipal de Educação.

7. LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

A entrega deve ser feita no Depósito da Secretaria de Educação situado na Rua Flordaldo Nóbrega, 635, Acaraí e nas Escolas Municipais abaixo relacionadas, conforme cronograma a ser encaminhado pela Assessoria Administrativa da Secretaria de Educação.

Nome das Escolas
EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello
EBM Dr. Franklin de Oliveira
EBM Dr. Rogério Zattar
EBM Ida Beatriz B. de Camargo
EBM João Germano Machado
EBM Waldemar da Costa

11. FORMA DE ENTREGA

Os livros devem ser acondicionados em embalagens plásticas resistentes, transparentes, vedados, contendo a identificação do item na embalagem.

12. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Aldair Nascimento Carvalho
Secretário Municipal de Educação

ANEXO II**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(es) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 097/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017, cujo objeto é a Aquisição de livros e ventiladores para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 097/2017

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 097/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 097/2017 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax:

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020.2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/SISAM/2017

Publicação Nº 1432406

Ata de Registro de Preços Nº 020/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017

PROCESSO Nº 043/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/SISAM/2017

No dia 21 do mês de novembro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 21/11/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, FLUORSILICATO DE SÓDIO E POLICLORETO DE ALUMÍNIO, PARA USO NA DESINFECÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL DO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para a entrega dos materiais são:

BUSCHLE & LEPPER S.A CNPJ Nº 84.684.471/0001-09
Itens: 1
Valor total homologado ao licitante: R\$ 20.250,00 (vinte mil duzentos e cinquenta reais).
MULTICLORO LTDA EPP CNPJ Nº 05.282.985/0001-09
Itens: 2
Valor total homologado ao licitante: R\$ 59.385,00 (cinquenta e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais).
PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA CNPJ Nº 80.696.479/0001-81
Itens: 3
Valor total homologado ao licitante: R\$ 45.650,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em até 10 dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 21 de novembro de 2017 – Andréia Costa Azevedo – Diretora Geral

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2017

Publicação Nº 1433245

Ata de Registro de Preços Nº 017/2017

ERRATA DO RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

PROCESSO Nº 037/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/SISAM/2017

No dia 14 do mês de novembro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/11/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE ASFALTO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço. A licitante registrada para a execução do serviços é:

SILVEIRA E SOUZA LTDA ME CNPJ Nº 12.275.915/0001-99
Item: 01
Valor total homologado ao licitante: Onde LIA-SE R\$ 9.000,00 (nove mil reais), LEIA-SE: 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 14 de novembro de 2017 – Andreia Costa Azevedo – Diretora Geral

EXTRATO DO CONTRATO 138/PMSJB/2017

Publicação Nº 1432311

Extrato do Contrato nº 138/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Artcidade Indústria e Comércio de Decorações Temáticas LTDA EPP – CNPJ nº 15.138.763/0001-70; Processo Licitatório 160/PMSJB/2017 – Pregão Presencial nº 119/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO COM INSTALAÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS NATALINOS PARA PRAÇAS E RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Valor global: R\$ 68.681,99 (sessenta e oito mil seiscentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos); Data da assinatura: 20/11/2017; Vigência: 06 meses

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/PMSJB/2016

Publicação Nº 1433261

Extrato do oitavo termo aditivo ao Contrato nº 109/PMSJB/2016

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Construtora WDD LTDA – CNPJ nº 07.256.305/0001-08; Processo Licitatório 069/PMSJB/2016 – Tomada de Preços nº 004/PMSJB/2016; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.1, do Contrato nº 109/PMSJB/2016, que passa a ter a seguinte redação: "6.1 O prazo de execução do objeto fica prorrogado por 60 dias, contados a partir de 16/11/2017 a 15/01/2018"; Data da assinatura: 16/11/2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO 019/PMSJB/2017

Publicação Nº 1433032

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 019/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Extração de Areia Coleoni LTDA ME – CNPJ nº 02.420.815/0001-55; Processo Licitatório: 006/PMSJB/2017 - PP 006/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 019/PMSJB/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais no valor R\$ 6.048,38 (seis mil quarenta e oito reais e trinta e oito centavos), que passa a ter a seguinte redação: "4.1 O preço global previsto neste contrato é de R\$ 106.743,38 (cento e seis mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos)"; Dotação orçamentaria: (37) 3.3.90.30.51.00.00.00.00; Data da assinatura: 13/11/2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 104.2017

Publicação Nº 1433036

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 104/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Oficina Mecânica São João LTDA ME – CNPJ nº 03.914.185/0001-38; Processo Licitatório: 087/PMSJB/2017 – Pregão Presencial 067/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 104/PMSJB/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de serviços no valor R\$ 9.625,00 (nove mil seiscentos e vinte e cinco reais), que passa a ter a seguinte redação: "5.1 O preço global previsto neste contrato é de R\$ 48.125,00 (quarenta e oito mil cento e vinte e cinco reais)"; Dotação orçamentaria: (44) 3.3.90.39.19.00.00.00.00; Data da assinatura: 08/08/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/PMSJB/2017

Publicação Nº 1433059

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 168/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 168/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 125/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA A COZINHA DO REFEITÓRIO CONFORME LEI MUNICIPAL 3.597/2015 E 3.710/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 22/01/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 22/01/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 21 de novembro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017

Publicação Nº 1432330

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Jaciara implementos Rodoviários LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 127/2017

OBJETO: "Aquisição de peças e serviços para manutenção de veículo Caminhão caçamba Volvo VM 310 ano 2009 da secretaria Municipal de Transportes e Obras de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 21.435,86

PRAZO: 22.11.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 22 de Novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

PP 136.17 CONJUNTO DE EMBARCAÇÃO

Publicação Nº 1433200

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0198/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0136/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de conjunto de embarcação para o Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 05 de dezembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 05 de dezembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 22 de novembro de 2017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

TP 09.17 CASA ABRIGO PARA FILTROS

Publicação Nº 1433270

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 09/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: Contratação em regime de empreitada global de empresa especializada para edificação de casa para abrigo de conjunto de filtração e cloração destinado ao tratamento de água na saída do reservatório de Cristo Rei, conforme projeto em anexo.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 11 de dezembro de 2017, e abertura e julgamento no dia 11 de dezembro de 2017 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 22 de novembro de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

ATA 01_SORTEIO COMISSÃO TÉCNICA

Publicação Nº 1433108

ATA DO EDITAL DE SORTEIO DOS MEMBROS
DA COMISSÃO TÉCNICA PARA JULGAMENTO
DOS EDITAIS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
ATA 001
Edital 001/2017

As 14h00min do dia dezessete do mês de novembro de 2017 do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Sul, na sede da Prefeitura, para sorteio de membros para composição de COMISSÃO TÉCNICA, que terá por finalidade a futura análise e Julgamento das propostas técnicas apresentadas na futura licitação, que visa à contratação de serviços de publicidade, prestados necessariamente por intermédio de agência de propaganda, em consonância aos preceitos contidos na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010 e legislação correlata. Determinada a abertura da sessão pública a Senhora Presidente fez registrar que, para atendimento ao disposto na Lei 12.232/2010, no que tange ao julgamento de propostas técnicas de certames licitatórios albergados pelo diploma legal já citado, na data de 07/11/2017 foi publicado nas páginas 861 e 862 do Diário Oficial dos Municípios uma relação com 09 (nove) nomes, quais sejam: 1) Bianca Francisco Goulart; 2) Itaionara Tramontin Recco; 3) Elias Fernando do Amaral Pavani; 4) Everaldo Teixeira Silveira; 5) Fernando Vitor; 6) Sandro Fabricio Ramos; 7) Renata Rocha Cardoso; 8) Lucas Marcelino Casagrande; e 9) Saulo Bastos Pithan. Restando definido que os nomes dos nove concorrentes seriam colocados em papéis sem qualquer tipo de marcação e sorteados aleatoriamente pelos membros titulares da comissão permanente de licitações, que após o procedimento restaram sorteados os seguintes profissionais: 6) Sandro Fabricio Ramos; 7) Renata Rocha Cardoso; e 9) Saulo Bastos Pithan. Em ato contínuo a Presidente determinou a publicação na íntegra da presente ata na imprensa oficial do município. Nada mais havendo a tratar, a Senhora presidente declarou encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão e pelos demais presentes que o desejarem. São João do Sul, 17 de novembro de 2017.

Taise dos Santos Alves	Cacimar de Oliveira
Presidente	Secretário
Diego de Melo Herr	
Membro	

LEI Nº 1.819 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433116

LEI Nº 1.819 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre a Política de Assistência Social, institui o Sistema Único de Assistência Social do Município de São João do Sul/SC – SUAS e, dá outras providências.”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º - A Política de Assistência Social do Município de São João do Sul tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes vulneráveis;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V – primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI – centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo Único - Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I Dos Princípios

Art. 3º - A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I – universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- II – gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso;
- III – integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV – intersectorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;
- V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
- VI – supremacia do atendimento às necessidades sociais às exigências de rentabilidade econômica;
- VII – universalização dos direitos sociais, a fim de tomar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- VIII – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IX – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- X – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II Das Diretrizes

Art. 4º - A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

- I – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- II – descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;
- III – cofinanciamento partilhado dos entes federados;
- IV – matricialidade sociofamiliar;
- V – territorialização;
- VI – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- VII – participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPÍTULO III DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Seção I Da Gestão

Art. 5º - A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo Único - O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 6º - O Município de São João do Sul atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º - O órgão gestor da política de assistência social no Município de São João do Sul é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção II Da Organização

Art. 8º - O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de São João do Sul organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

- I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º - A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

- I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;

III – Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Parágrafo Único - O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 10 - A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

b) Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

c) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

II – proteção social especial de alta complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

I – Abrigo Institucional;

II – Casa-lar;

b) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

c) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 11 – A unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS que integra a estrutura administrativa do Município São João do Sul é o CRAS.

Parágrafo único - As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento, reservados das famílias e indivíduos e assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 12 - A oferta da proteção social especial se orientará pelo porte dos municípios e a responsabilidade dos Estados e Municípios pactuadas na CIT e deliberados no CNAS.

Art. 13 - As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§ 1º - Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre as unidades do SUAS.

§ 2º - A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 14 - As proteções social básica e especial serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelas entidades de assistência social, de forma complementar.

§1º - O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.

§2º - O CRAS é uma unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS, que possui interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

§3º - As ofertas socioassistenciais no CRAS pressupõem a constituição de equipe de referência prevista na NOB-RH/SUAS e na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS, obedecendo ao critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas (Pequeno Porte I) composta por:

I – 01 (um) Coordenador de nível superior;

II – 02 (dois) profissionais de nível superior, sendo 01 (um) assistente social e 01 (um) psicólogo;

III – 02 (dois) profissionais de nível médio.

Art. 15 - A implantação da unidade de CRAS deve observar as diretrizes da:

I – Territorialização: oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social.

III – Universalização: a fim de que a proteção social básica e a proteção social especial sejam asseguradas na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;

III - Regionalização: participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 16 - O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:

I – acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

a) condições de recepção;

b) escuta profissional qualificada;

c) informação;

d) referência;

e) concessão de benefícios;

f) aquisições materiais e sociais;

g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco.

II – renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

III – convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança

e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e/ou pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Art. 17 - Os serviços de alta complexidade serão implantados no município quando se justificar por meio da demanda, sendo possível a instituição destes serviços em forma de convênio, consórcio público ou regionalizado entre municípios, desde que garanta a convivência familiar e comunitária.

Art. 18 - Os serviços de alta complexidade, que não exigem equipe de referência no equipamento, poderão ser executados por equipe de referência alocada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção III

Das Responsabilidades

Art. 19 - Compete ao Município de São João do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos municipais de assistência Social;

II - efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI - implantar:

a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social.

VII - regulamentar:

a) coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

VIII - cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX - realizar:

a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social.

X - gerir:

a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

b) o Fundo Municipal de Assistência Social;

c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do § 1º do Art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004.

XI - organizar:

a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XII - elaborar:

a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;

b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal;

e) e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

f) o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social.

XIII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV - alimentar e manter atualizado:

- a) o Censo SUAS;
- b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social - SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
- c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS.
- XV - garantir:
- a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;
- b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;
- e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, conforme preconiza a LOAS.
- XVI - definir:
- a) os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;
- b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.
- XVII - implementar:
- a) os protocolos pactuados na CIT;
- b) a gestão do trabalho e a educação permanente.
- XVIII - promover:
- a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;
- b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;
- c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social.
- XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;
- XX - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
- XXI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
- XXII - zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;
- XXIII - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais;
- XXIV - acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;
- XXV - normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme § 3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;
- XXVI - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;
- XXVII - encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;
- XXVIII - compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
- XXIX - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;
- XXX - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;
- XXXI - dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;
- XXXII - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo.

Seção IV

Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 20 - O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de São João do Sul.

§ 1º - A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 04 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

- I - diagnóstico socioterritorial;
- II - objetivos gerais e específicos;
- III - diretrizes e prioridades deliberadas;
- IV - ações estratégicas para sua implementação;
- V - metas estabelecidas;
- VI - resultados e impactos esperados;
- VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
- IX - indicadores de monitoramento e avaliação; e
- X - tempo de execução.

§ 2º - O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

- I - as deliberações das conferências de assistência social;
- II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
- III - ações articuladas e intersetoriais;
- IV - ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

CAPÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

Seção I

Do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 21 - Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política da Assistência Social do Município de São João do Sul, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Assistência Social de São João do Sul é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 22 - O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º - As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos benefícios, programas, projetos e serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social inscritas no CMAS, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 2º - O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

Art. 23 - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento e constituir a comissão organizadora;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano municipal de capacitação permanente de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as normas Operacionais Básicas (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), em consonância com o Plano Nacional e Estadual de capacitação;

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do município e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, conforme Decreto n.º 7.788, de 15 de agosto de 2012.

X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e, explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município;

XIII - informar ao gestor municipal da Assistência Social sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XVII - publicar no respectivo meio oficial do município todas as suas deliberações;

XVIII - exercer o controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS; conforme prescrito na NOBSUAS/RH;

XIX - Elegar entre seus membros a mesa diretora do conselho;

XX - Fiscalizar e acompanhar o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF;

XXI - Acompanhar a gestão integrada de serviços e benefícios socioassistenciais.

Art. 24 - Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) o Plano Municipal de Assistência Social;
- b) o plano de ação;
- c) a proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social para apreciação e aprovação;
- d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);

- e) o plano de aplicação do Fundo Municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;
- f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;
- g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução do plano de trabalho;

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas e resoluções;
- b) o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único - Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

Art. 25 - O Conselho de Assistência Social deverá ser composto por 50% de representantes do governo e 50% de representantes da sociedade civil, com o presidente eleito, entre os seus membros, em reunião plenária, com a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice-Presidência em cada mandato, sendo permitida uma única recondução.

§ 1º - Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

§ 2º - Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho.

§ 3º - Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º - O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, indicados de acordo com os seguintes critérios:

I - 05 representantes governamentais:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal de Finanças;
- e) Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

II - 05 representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público.

- a) 02 (dois) representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;
- b) 02 (dois) representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
- c) 01 (um) representante de entidades de trabalhadores do setor.

III - Caso, o Município não contar com um dos segmentos conforme alíneas a, b ou c, poderá compor as vagas disponíveis com um representante dos demais segmentos.

§ 5º - A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público, tendo como candidatos e eleitores os segmentos descritos no parágrafo anterior, inciso II. Deve-se, ainda, observar:

I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público;

II - após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto;

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

§ 6º - A nomeação é de responsabilidade do respectivo Chefe do Poder Executivo, e a posse dos conselheiros ocorram em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade do funcionamento do conselho.

Art. 26 - Serão considerados usuários àqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos.

Art. 27 - Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso, conforme Resolução 14 do CNAS, de 2014.

Art. 28 - Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º - As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS.

§ 2º - As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 3º - Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

Art. 29 - Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos regionais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS, conforme Resolução 14 do CNAS, de 2014.

Art. 30 - Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 31 - A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe no Conselho de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 32 - O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, 01 (uma) vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 33 - Os Conselhos têm autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 34 - O Conselho de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica, devendo ter conhecimento sobre a política de assistência social, indicada pelo Secretário Municipal de Assistência Social.

§ 1º - A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho de Assistência Social, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo;

§ 2º - A Secretaria Executiva poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para prestar apoio técnico-logístico.

Art. 35 - As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

I - de Normas, Regulamentos, Inscrições e Políticas;

II - de Financiamento, Orçamento e Divulgação.

Art. 36 - No início de cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

Art. 37 - Devem ser programadas ações de capacitação dos conselheiros por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação e, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelo governo municipal, estadual e federal.

Art. 38 - O Conselho deve estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos dos Conselhos, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V - garantia da construção de uma política pública efetiva.

Art. 39 - O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

II - da Mesa Diretora;

III - das Comissões;

IV - da Secretaria Executiva.

§ 1º - A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º - A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - o Presidente;

II - o Vice-Presidente;

III - o 1º Secretário;

IV - o 2º Secretário.

§ 3º - Serão criados Grupos Temáticos, de caráter temporário, sempre que o Conselho avaliar necessário.

Seção II

Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 40 - As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 41 - As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

- I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;
- II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;
- III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;
- IV - publicidade de seus resultados;
- V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;
- VI - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 42 - A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada 04 (quatro) anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 02 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do respectivo Conselho.

Seção III

Da Participação dos Usuários

Art. 43 - É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 44 - O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Seção IV

Da Representação do Município nas Instâncias de Negociação e de Pactuação do SUAS

Art. 45 - O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

§ 1º - O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§ 2º - O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Seção I

Dos Benefícios Eventuais

Art. 46 - A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 47 - Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de São João do Sul, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 1º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º - Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 3º - Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

§ 4º - O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

§ 5º - É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 6º - Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, adolescente, jovens, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 7º - Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – Assistentes Sociais que compõem as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II – Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 48 - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo, e será concedido conforme § 6º do Art. 47.

§ 1º - Para cálculo da renda per capita será considerado:

a) Rendimento da Família: folha de pagamento (salário bruto), declaração de trabalho autônomo/informal, comprovante de aposentadoria ou pensão por morte ou invalidez, pensão alimentícia, valores recebidos pelos Programas Federais, tais como: BPC, seguro desemprego, licença-maternidade, licença saúde e transferência monetária federal.

b) Gastos: Comprovantes de valor de aluguel (contrato e recibo), de financiamento de terreno ou casa, de pagamento de pensão alimentícia e com gastos com medicação (comprovados com receita médica e nota fiscal).

§ 2º - Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, ou na falta de algum documento, o Assistente Social da equipe de referência ou o Assistente Social responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais na gestão, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de parecer social.

§ 3º - Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

§ 4º - A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 49 - São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio por natalidade;

II - auxílio por morte;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 50 - O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º - O benefício pode ser solicitado até o 30º dia após o nascimento.

§ 2º - São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

a) declaração de nascido vivo;

b) certidão de nascimento da criança;

c) comprovante de rendimentos e gastos da família;

d) comprovante de residência;

e) carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 3º - O valor conferido ao auxílio natalidade será de 1/2 (meio) salário mínimo nacional vigente.

§ 4º - É vedada a concessão de auxílio por natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no Art. 18, I, "g", da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 51 - O auxílio por morte atenderá:

I - despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

§ 1º - São documentos essenciais para o auxílio funeral:

a) atestado de óbito;

b) comprovante de residência;

c) comprovante de rendimentos e gastos da família;

d) carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 2º - O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o óbito.

§ 3º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral ao município.

§ 4º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social e será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º - Quando a situação for enquadrada nos § 3º e § 4º, o Município poderá arcar com 100% dos custos do auxílio por morte.

§ 6º - O valor conferido ao auxílio funeral será de 1/2 (meio) salário mínimo, podendo ser de até 02 (dois) salários mínimo vigente, nos casos de extrema pobreza, concedido mediante parecer social elaborado pela Assistente Social do Município.

Art. 52 - Os benefícios por natalidade e por morte podem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau, ou pessoa autorizada mediante declaração.

Art. 53 - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º - Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de alimentação;

II - da falta de documentação;

III - da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º - São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de rendimentos e gastos da família;

III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 3º - O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

Art. 54 - A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º - O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social.

§ 2º - São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I – comprovante de residência;

II – comprovante de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 55 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV – garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V - divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI - encaminhar, ao CMAS relatório semestral de gestão dos benefícios eventuais.

VII – viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 56 - Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

a) periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

c) fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência.

d) fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do estado título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e

e) as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 57 - Não são provisões da Política de Assistência Social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Art. 58 - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Seção II

Dos Serviços

Art. 59 - Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção III

Dos Programas de Assistência Social

Art. 60 - Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º - Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8.742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º - Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Seção IV

Projetos de Enfrentamento à Pobreza

Art. 61 - Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção V

Da Relação com as Entidades e Organizações de Assistência Social

Art. 62 - São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 63 - As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 64 - Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 65 - As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo Único - Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I - análise documental;

II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III - elaboração do parecer da Comissão;

IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V - publicação da decisão plenária;

VI - emissão do comprovante;

VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 66 - O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único - O orçamento da Assistência Social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 67 - Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo Único - Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 68 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 69 - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI - produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º - Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

§ 3º - As contas receptoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 70 - O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 71 - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II - em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;

III - aquisição de equipamentos e material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações

socioassistenciais;

IV - construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII - pagamentos de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 72 - O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com

critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 73 - Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 74 - Ficam revogadas na íntegra, a Lei nº 868, de 02 de setembro de 1996, a Lei nº 871, 16 de dezembro de 1996, a Lei nº 1.531, de 11 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores, ficando convalidados os atos com base nelas praticados.

Art. 75 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 21 de novembro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.820 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433123

LEI Nº 1.820 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Cria o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência/COMPEDE, o Fundo Municipal das Pessoas com Deficiência e estabelece a Política Municipal das Pessoas com Deficiência do Município de São João do Sul e, dá outras providências."

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 159 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO

NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPEDE do Município de São João do Sul, órgão colegiado de composição paritária entre o Governo Municipal e a Sociedade Civil, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de promover a efetivação, implementação e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§1º - Para efeitos desta Lei, considera-se deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

§2º - Considera-se pessoa com deficiência, para efeito desta Lei, todo indivíduo que, em razão de anomalias ou lesões comprovadas de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, tenha alguma restrição física, mental ou sensorial permanente ou transitória, que limite a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - COMPEDE:

I - zelar pela efetiva implementação da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Deficiência;

II - propor diretrizes, acompanhar planos, políticas e programas nos segmentos da administração local/regional para garantir os direitos e a integração da pessoa com deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência

social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras políticas relativas às pessoas com deficiência;

IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V - recomendar o cumprimento e divulgar as leis municipais e qualquer norma legal pertinentes aos direitos da pessoa com deficiência;

VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;

VII - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII - receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurados nas leis e na Constituição Federal, protegendo as informações sigilosas, emitindo parecer e encaminhando-os aos órgãos competentes para adoção de medidas cabíveis;

IX - promover atividades e campanhas de educação e divulgação, para formação de opinião pública de esclarecimento sobre os direitos da pessoa com deficiência;

X - convocar a Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e estabelecer as normas de funcionamento em regimento próprio;

XI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XII - deliberar e propor ao órgão executivo a capacitação de seus conselheiros;

XIII - promover o incentivo e o apoio à realização de eventos, estudos e pesquisas, fóruns, seminários, simpósios e outros no campo da proteção, promoção e da defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

XIV - deliberar sobre o Plano de Ação municipal anual;

XV - colaborar com o monitoramento e implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do Protocolo Facultativo em seu âmbito de atuação;

XVI - eleger seu corpo diretivo;

XVII - fiscalizar a execução e o desempenho da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência nas esferas governamental e não-governamental;

XVIII - manter um cadastro atualizado de todas as entidades de e para pessoa com deficiência ou de outras entidades privadas de caráter civil ou religioso que realizarem atividades, programas ou projetos de promoção ou defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência é composto por 10 (dez) membros, sendo:

I - 05 (cinco) conselheiros titulares e respectivos suplentes, representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do Município:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Cultura, Turismo e Meio Ambiente;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

II - 05 (cinco) conselheiros titulares e respectivos suplentes, representantes da sociedade civil organizada, eleitos em foro próprio, sendo entidades, associações, grupos, fóruns e ou usuários/familiares, com atuação nas diversas áreas de atendimento às pessoas com deficiência.

§1º - As representações não governamentais, após realizado o Fórum Próprio, terão prazo de 15 (quinze) dias, para entregar na Secretaria Municipal de Assistência Social, os nomes indicados para representantes titulares e suplentes junto ao COMPEDE, os quais serão nomeados pelo Prefeito através de Decreto, juntamente com os conselheiros governamentais por ele indicados.

§2º Os membros do Conselho terão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por 01 (um) mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 3º - Será destituído o conselheiro indicado pela entidade, que deixar de pertencer ao quadro da Instituição eleita, assumindo em seu lugar o suplente, ou outro indicado pela Instituição.

§ 4º - As funções de membros do COMPEDE não serão remuneradas e, seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Art. 4º - Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
- II - faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou a 05 (cinco) intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento Interno;
- III - apresentar renúncia ao conselho;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado por sentença irreversível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º - Será realizada 01 (uma) reunião ordinária mensal, cuja pauta será definida pela Mesa Diretoria, na forma de seu Regimento Interno, com a finalidade de avaliar, propor e encaminhar as ações do Conselho, e extraordinariamente, convocado pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros titulares, para deliberações relevantes e pertinentes à Política da Pessoa com Deficiência.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o necessário apoio técnico, administrativo e financeiro para a efetivação das finalidades do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como fornecerá os subsídios necessários para a representação deste Conselho nas instâncias e eventos para o qual for convocado.

Art. 7º - Todas as sessões do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Art. 8º - São órgãos do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- I - Plenário;
- II - Mesa diretora;
- III - Comissões de Trabalho;

§ 1º - O Plenário é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

§ 2º - A Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, eleita pela maioria absoluta dos votos do Plenário, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, é composta por:

I - Presidente, a quem cabe a representação do Conselho, com a alternância do governo e da sociedade civil na presidência e na vice-presidência em cada mandato;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário.

§ 3º - Por iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, através de Resolução, podem ser instituídas Comissões de Trabalho para executar tarefas a serem estabelecidas pelo Plenário.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Art. 9º - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São João do Sul, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas às pessoas com deficiência do Município.

Art. 10 - Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

I - recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual e Municipal, ou de outros órgãos públicos ou instituições privadas, nacionais ou estrangeiras, de pessoas físicas ou jurídicas;

II - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas física ou jurídica, inclusive àquelas em conformidade com a Lei Federal n. 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que autoriza a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas nas doações efetuadas aos Fundos Estaduais e altera o art. 12, inciso I, da Lei Federal n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

III - os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV - as advindas de acordos e convênios, advindas de prestações decorrentes do financiamento de programas, projetos e serviços socio-assistenciais nas áreas de promoção, proteção e defesa, de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

V - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 13.146/2015;

VI - outras.

Parágrafo Único - A dedução a que se refere o inciso II, somada à dedução relativa às doações efetuadas aos Fundos dos Direitos das Pessoas com Deficiência, não poderá ultrapassar a 1% (um por cento) do imposto devido.

Art. 11 - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência destinam-se a:

I - despesas com projetos, programas e serviços voltados para a promoção, proteção e defesa das pessoas com deficiência, especialmente aqueles em que o Estado constitucionalmente se obriga à cooperação com organizações não-governamentais;

II - despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou de estudo, relacionados com a pessoa com deficiência;

III - despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV - subvenção social para entidades ou instituições inscritas no Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

V - pagamento e/ou ressarcimento de despesas, diárias e/ou passagens a representantes do COMPEDE em eventos e atividades mediante aprovação do Conselho;

VI - pagamento de serviços técnicos de assessoria, de comunicação e de divulgação de interesse do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

VII - apoio na realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa, controle e garantia dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII - manutenção de banco de dados com informações sobre programas, projetos e atividades governamentais e não-governamentais de âmbito municipal, regional, estadual, federal e internacional relativos a pessoa com deficiência; e

IX - aquisição de material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento dos programas referidos no item I e/ou para estrutura e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência somente serão utilizados ou aplicados em programas, projetos, serviços e ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, assim como, ao estudo, à pesquisa e garantia dos direitos.

Art. 12 - O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

§ 1º - Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São João do Sul", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo.

§ 2º - A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º - Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sob a orientação e controle do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, cabendo ao seu titular:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

II - submeter ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo e o relatório das atividades realizadas;

III - assinar cheques, ordenar empenhos, pagamentos e transferências bancárias das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Art. 13 - Constituem ativos do Fundo:

I - as disponibilidades monetárias em bancos ou em conta especial, oriundas de receitas específicas; e

II - os bens móveis e imóveis que forem destinados ou doados, sem ônus, aos programas, projetos e serviços de promoção, proteção e defesa das pessoas com deficiência no Município.

Art. 14 - Constituem passivos do Fundo as obrigações, de qualquer natureza, que o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento dos programas, projetos e serviços municipais de promoção, proteção e defesa das pessoas com deficiência.

Art. 15 - O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São João do Sul evidenciará os programas, projetos e

serviços aprovados pelo COMPEDE, observados os planos plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade, da equidade e do equilíbrio.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 - O regimento interno do Conselho será elaborado por seus membros no prazo de até 90 (noventa) dias após sua instalação e, aprovado pelo Prefeito Municipal, mediante Decreto.

Parágrafo Único - A organização e o funcionamento do Conselho serão disciplinados no regimento interno.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 21 de novembro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 67/2017

Publicação Nº 1433361

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 67/2017

Processo Nº 67/2017 - Multientidade

Pregão Presencial Nº: 48/2017 - Registro de preços

Objeto: Contratação de empresa(s) para manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo mão de obra, peças e acessórios genuínos ou originais para atendimento da frota municipal e órgãos conveniados.

Conforme prevê o item 6.11 do termo de referência deste processo "(...)A frota municipal poderá ser reduzida ou ampliada, hipótese em que será modificada a listagem de veículos vinculados a este Edital e comunicada a alteração às empresas contratadas. A manutenção dos veículos que forem integrados à frota será feita pela contratada que atenda a veículos da mesma montadora e cujo lote tenha o menor valor global.(...)"

NO ANEXO III

LOTE 5

Acrescenta-se ao lote 5 o veículo Parati; ano 2001; cor branca; placa MBS 8481 (Secretaria Municipal de Obras e Viação).

E o valor médio das peças será de acordo com o anexo IV – Média peças e mão de obra.

São Joaquim, 21 de novembro de 2017

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de compras

DECRETO Nº 396/2017

Publicação Nº 1433090

DECRET O Nº 396/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora: – SILVINA PEREIRA TIVES, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe Secretaria Particular de Promoções e Eventos – CC-1, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 361/2017, de 10/10/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 20 de Novembro de 2017.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 041/2017 CONCURSO PÚBLICO 003/2015

Publicação Nº 1433419

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 041/2017
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
STELA MARIS ZAMBONI CHAISE	Técnico em Enfermagem da Família	29
JOSIANE BARBOSA OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem da Família	30
MARCIA REGINA DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem da Família	31
ANA PAULA THOBER PIRES	Técnico em Enfermagem da Família	32
CARLA LUZIA DA SILVA	Técnico em Enfermagem da Família	33
FRANCIELLI SOUZA DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem da Família	34
VIVIANE DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem da Família	35
ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem da Família	36
RAFAELA DE ANDRADE	Técnico em Enfermagem da Família	37
KETELIN JACKLINE TEIXEIRA	Técnico em Enfermagem da Família	38
ANGELICA ANGELITA FERREIRA	Técnico em Enfermagem da Família	39
ISABEL CRISTINA PEREIRA FERRADOR	Técnico em Enfermagem da Família	40
OLIANA POSSAMAI	Técnico em Enfermagem da Família	41
VANESSA GARCIA DA SILVA	Técnico em Enfermagem da Família	42
ESTER AZEVEDO RAZZOLINI DE ALMEIDA	Técnico em Enfermagem da Família	43
ANA PAULA FRANCHETTI SILVA	Médico Pediatra	16
ANDREIA KARAM RICARDO DOS SANTOS	Médico Pediatra	17
RENATA GONCALVES ROCHA	Médico Gastroenterologista Pediátrico	1
BARBARA HELENA KRETZER GOEDERT	Cirurgião Dentista	5
LEANDRO CEZAR SCHMIDT HOCH	Cirurgião Dentista	6
JAQUELINE AGUIAR WAGNER	Cirurgião Dentista	7
MAUREN TRINDADE	Cirurgião Dentista	8
ANNA PAULA BRANCHER	Cirurgião Dentista	9

São José, 21 de novembro de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 042/2017 CONCURSO PÚBLICO 002/2014

Publicação Nº 1433416

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 042/2017
CONCURSO PÚBLICO 002/2014

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2014, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 8.5 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
MARCIA MACIEIRA DIAS GALLUZZO	Médico Ginecologista	18
CLAUDIA REGINA CAVALHEIRO	Médico Veterinário	3

São José, 21 de novembro de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 043/2017 CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Publicação Nº 1433417

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 043/2017
CONCURSO PÚBLICO 001/2014

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 8.5 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
CHRISTIANE CONER BONASSA	Nutricionista	5
RENATA SAURIN FELIN	Agente Administrativo	40
FERNANDA ROSA SOCAL	Agente Administrativo	41
ANDRE HILGERT	Agente Administrativo	42
KELLY TEREZINHA MARTINS	Agente Administrativo	43
ALINE NASCIMENTO MACHADO	Agente Administrativo	44
JESSICA ROCHA PEREIRA	Agente Administrativo	45
ALINE SILVA BOTELHO	Agente Fazendário	14

São José, 21 de novembro de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 044/2017 CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Publicação Nº 1433414

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 044/2017
CONCURSO PÚBLICO 001/2016**

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.2 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
JANE REGINA BORGES VIEIRA	Assistente Social	4 (PNE)
DANTE ALBUQUERQUE SALLES	Psicólogo	24
BRUNA ANGONESE	Psicólogo	25

São José, 21 de novembro de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

LEI COMPLEMENTAR N.º 082 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433449

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SIM) E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO HIGIÊNICOSSANITÁRIA DE TODOS OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, COMESTÍVEIS OU NÃO, COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC em exercício, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica criado o Serviço Municipal de Inspeção (SIM) de Produtos de Origem Animal com jurisdição em todo o território municipal de São José, o qual terá a competência de inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal nos estabelecimentos processadores atendendo aos critérios estabelecidos nas Leis Federais nº 1.283/50, nº 8.171/91, nº 7.889/89 e Decretos Federais nº 5.741/2006 e 9.013/2017, e na Lei Estadual nº 8.534/92 e Decreto Estadual nº 3.748/93, que regulam a matéria, em especial o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Capítulo II
DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, define-se:

I – Inspeção: como atividade privativa de profissionais habilitados em Medicina Veterinária, pautada na execução das normas regulamentares e procedimentos técnicos sobre os produtos de origem animal e relacionados aos processos e sistemas de controle industriais ou artesanais, nas etapas de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito entre outros;

II – Fiscalização: Ação direta, privativa e não delegável dos órgãos do Poder Público do Município, Estado e União, efetuada por servidores públicos efetivos habilitados em Medicina Veterinária, no exercício do poder de polícia administrativa para verificação do cumprimento das determinações da legislação aplicável;

Art. 3º. A inspeção sanitária das atividades que processam alimentos de origem animal será realizada pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM, atrelado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de forma permanente ou periódica, nos seguintes locais:

I - estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados de origem animal para beneficiamento ou industrialização.

II - propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar e com a parceria da Defesa Sanitária Animal, para identificar as causas de problemas sanitários detectados nas matérias-primas e/ou produtos no estabelecimento industrial.

§ 1º A inspeção deve ser executada, obrigatoriamente, de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais, abrangendo os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de área protegida de manejo sustentável.

§ 2º Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica, cuja frequência de execução da inspeção será estabelecida em normas complementares, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o

resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º Será obrigatória à indicação de responsável técnico devidamente habilitado no Conselho Regional de Medicina Veterinária, em todos os estabelecimentos/loais em que haja produção artesanal ou industrializada de alimentos para o consumo humano de origem animal.

Art. 4º A coordenação das atividades de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, deverão ser efetuadas por profissionais médicos veterinários oficiais, legalmente habilitados.

§ 1º Consideram-se médicos veterinários oficiais todos aqueles que ocupam cargo de provimento efetivo no Município, Estado ou União, ou oficialmente reconhecidos, aqueles credenciados pelo município.

§ 2º Quando esgotada a capacidade do Município, apenas a inspeção poderá ser realizada por profissionais credenciados, cuja forma será regulamentada através de ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A fiscalização, diferentemente da inspeção, não poderá ser realizada por profissionais credenciados.

Art. 5º São princípios a serem observados na realização do Serviço de Inspeção Municipal - SIM:

I - Promoção e preservação da saúde humana e do meio ambiente de forma que não implique em obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - o controle das condições higiênicas, sanitárias e tecnológicas, de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

III - a inspeção e a fiscalização das condições de higiene das pessoas que trabalham nos estabelecimentos referidos no inciso anterior;

IV - a inspeção e a fiscalização e controle de todos os materiais utilizados na manipulação, acondicionamento e embalagem de produtos de origem animal e vegetal;

V - a disciplina dos padrões higiênicos, sanitários e tecnológicos dos produtos de origem animal.

VI - a inspeção e a fiscalização e o controle do uso dos aditivos empregados na industrialização dos produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

VII - a realização dos exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos, físico-químicos, enzimáticos e dos caracteres organolépticos de matéria-prima e produtos em qualquer fase de sua manipulação e produção, quando necessário, sendo o ônus atribuído à indústria ou ao produtor.

VIII - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, das agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 6º. O Município de São José poderá estabelecer termos de parcerias e cooperação técnica com outros municípios, o Estado de Santa Catarina e a União, bem como poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e a execução do Serviço de Inspeção Sanitária.

Parágrafo Único - O Município de São José poderá solicitar adesão do Sistema de Inspeção Municipal - SIM, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, possibilitando que os produtos inspecionados sejam comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 7º. O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção incluindo os empreendimentos de pequeno porte, desde que observados os princípios básicos de higiene e a garantia da inocuidade dos produtos que atendem as normas específicas vigentes.

Parágrafo Único - A caracterização do porte do empreendimento ou estabelecimento deverá ser especificada através de regulamentação por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. Os estabelecimentos relacionados no art. 2º desta Lei Complementar deverão obter o registro no Serviço de Inspeção Municipal na forma da regulamentação e demais atos complementares que venham a ser emitidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

§ 1º A regulamentação de que trata este dispositivo, conforme a Lei Federal nº 1.283/50, abrangerá:

I- a classificação dos estabelecimentos;

II- as condições e exigências para registro e relacionamento, como também para as respectivas transferências de propriedade;

III- a higiene dos estabelecimentos;

IV- as obrigações dos proprietários, responsáveis ou seus prepostos;

V- a inspeção ante e post mortem dos animais destinados à matança;

VI- a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização e transporte;

VII- a fixação dos tipos e padrões e aprovação de fórmulas de produtos de origem animal;

VIII- o registro de rótulos e marcas;

IX- as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas;

X- a inspeção e reinspeção de produtos e subprodutos nos portos marítimos e fluviais e postos de fronteiras;

XI- as análises de laboratórios;

XII- o trânsito de produtos e subprodutos e matérias primas de origem animal;

§ 2º A regulamentação mencionada no parágrafo anterior poderá ser alterada, no todo ou em parte, sempre que necessário para adequação às peculiaridades do Município.

Art. 9º. Na ausência ou omissão de regulamento próprio municipal, aplicam-se subsidiária ou supletivamente, no que couber, as normas estaduais e federais vigentes.

Art. 10. O regulamento e atos complementares sobre a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos referidos nesta Lei Complementar serão criados através de decreto municipal específico para esse fim.

Art. 11. Os documentos necessários para obtenção do registro do produto no Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M deverão ser especificados através de Portaria editada pelo órgão competente.

Capítulo III DAS SANÇÕES

Art. 12. A infração ao disposto nesta lei sujeita o infrator à penalidades e/ou medidas cautelares, na forma de:

I - Advertência formal, notificando o infrator da irregularidade quando este for primário.

II - Multa, devendo a mesma ser aplicada em dobro no caso de reincidência. No caso de múltiplas reincidências a multa será aplicada conforme o número de reincidências registradas pela fiscalização.

III - Apreensão e/ou condenação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas ou falsificadas.

IV - Suspensão da atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária.

V - Apreensão dos aditivos e ingredientes não autorizados e/ou adulterados.

VI - Apreensão de rotulagem impressa em desacordo com as condições legais;

VII - Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pelo órgão competente, a inexistência de condições técnicas e higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente.

VIII - Após a terceira reincidência será expedido pelos técnicos do S.I.M, Relatório de Certificação de Irregularidade Permanente, que será publicado pelo Município na imprensa local e, ensejará o cancelamento do registro do produto, que estiver em desacordo com as orientações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

§ 1º Para fins desta lei consideram-se Medidas Cautelares os procedimentos intentados para prevenção ou conservação da garantia da saúde pública. Trata-se de ato de prevenção do Poder Público, quando da gravidade do fato e do comprovado risco de lesão à saúde pública. Considera-se também a dispensabilidade de Processo Administrativo prévio para sua execução.

§ 2º Para fins desta lei considera-se reincidência o cometimento de infração à legislação sanitária, duas ou mais vezes dentro do período de um ano, contado da data da fiscalização.

§ 3º As multas previstas neste artigo e classificadas abaixo, atingirão o grau máximo, no caso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e meios a seu alcance para cumprir a lei:

a) leves - aquelas em que o infrator for beneficiado por circunstância atenuante;

b) graves - aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

c) gravíssimas - aquelas em que for verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

§ 4º A suspensão de que trata o inciso IV cessará quando sanado o risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de franquia de atividade à ação fiscalizadora.

§ 5º A interdição de que trata o inciso VII poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 6º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, o registro será automaticamente cancelado.

§ 7º As penalidades previstas nos incisos deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração.

Art. 13. A pena de multa será cobrada em URM, obedecidos aos seguintes critérios:

I - de 1 a 5 URM nas infrações leves;

II - de 6 a 100 URM nas infrações graves;

III - de 101 a 200 URM nas infrações gravíssimas.

Art. 14. As infrações ao disposto nesta lei serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciando com a lavratura do auto de infração.

Art. 15. Da decisão de aplicação de penalidade caberá recurso dirigido ao Gestor do órgão competente, em que será assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da infração.

§ 1º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o processo será julgado em primeira instância administrativa pela Comissão Recursal Especial do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º A Comissão Recursal de que trata o parágrafo anterior será constituída por Ato do Poder Executivo Municipal.

Capítulo IV DAS TAXAS

Art. 16. Ficam instituídas taxas relativas à inspeção sanitária e vistoria, cujos valores constarão do Anexo Único que integra a presente Lei.

Art. 17. O fato gerador das taxas de que trata o artigo anterior é o exercício do poder de polícia, bem como a utilização efetiva ou potencial dos serviços de inspeção municipal postos à disposição dos estabelecimentos e produtores abrangidos pelas disposições desta Lei.

Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os recursos financeiros necessários à implementação desta Lei Complementar serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, observando-se a necessidade de criação de Projeto-Atividade e dotação específica para as atividades.

Art. 19. Esta lei complementar, no que couber, será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. Esta lei complementar entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 21 de novembro de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO I

DAS TAXAS DE REGISTRO E ANÁLISE:

I - Pelo Registro de Estabelecimentos:

a) Abatedouros-frigoríficos; abatedouros de pequenos e médios animais; abatedouros de aves.	4,5 URM (Anual)
b) Unidade de beneficiamento de carnes e derivados; fábricas de produtos suínos; fábricas de produtos gordurosos; entrepostos de carnes e derivados; fábrica de produtos não comestíveis; entrepostos frigoríficos.	3 URM (Anual)
c) Granjas; leiteiras; estábulos leiteiros; usinas de beneficiamento; fábricas de laticínio; entrepostos-usinas; entrepostos de laticínios; postos de laticínios; postos de refrigeração; postos de coagulação.	3 URM (Anual)
d) Entrepostos de pescados; fábricas de conserva e filetagem de pescados	4 URM (Anual)
e) Entrepostos de ovos e seus derivados; fábricas de conserva de ovos e seus derivados.	3 URM (Anual)
f) Entrepostos de mel e seus derivados	3 URM (Anual)

II – Pelo Registro de Rótulos e Produtos: 0,05 URM por Rótulo;

III – Pelas vistorias de obtenção desde a origem até o produto final: 1,5 URM;

IV – Pela vistoria de reforma e ampliação: 1,5 URM;

V – Pela fiscalização no SIM: 1 URM (Mensal);

VI – Pela fiscalização no SISBI: 2,5 URM (Mensal)

PORTARIA NO 021, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433420

portaria no 021, de 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Designa integrantes da comissão organizadora prevista no Edital de Sorteio nº 003, de 18 de novembro de 2017, o qual abriu inscrições para sorteio de vagas para a participação em oficinas para a pessoa idosa no Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, ofertadas para o ano de 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 4.599, de 12 de dezembro de 2007 definiu que a Política Municipal do idoso é coordenada pela Secretaria de Assistência Social;

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os membros a seguir relacionadas para compor a Comissão Organizadora prevista no Edital de Sorteio nº 003, de 18 de novembro de 2017, o qual abriu inscrições para o sorteio de vagas para a participação em oficinas para a pessoa idosa no Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, ofertadas para o ano de 2018:

- a) Vanessa Aparecida da Silva Machado – Secretaria de Assistência Social;
- b) Aline Maria Tomaz – Secretaria de Assistência Social;
- c) Eliane de Souza – Secretaria de Assistência Social;
- d) Henrique Cabral Faraco – Secretaria de Assistência Social; e
- e) Marilza Aurora de Lima - Grupo de Idosos Laços de Amizade;

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro designado.

Art. 2º Os membros da Comissão Organizadora, relacionados nesta Portaria deverão observar estritamente o Edital de Sorteio nº 003, de 18 de novembro de 2017, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições e a observância aos prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria no 021, de 20 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 21 de novembro de 2017.

ROSEMERI BARTUCHESKI

Secretária Municipal de Assistência Social

TERMO DE RESCISÃO Nº 001/2017/PMSJ/SME

Publicação Nº 1433482

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO Nº 001/2017/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE INSTITUIÇÃO FILANTROPICA CRISTÃ PRINCIPE DA PAZ.

O presente Termo de Rescisão tem por objetivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

A primeira distratante unilateralmente decide pela Rescisão do termo de convênio nº 039/2016, haja vista a verificação de inconsistência no documento de regularidade fiscal junto à Receita Federal do Brasil, com fundamento, especificamente pelos art.116 c/c o art. 78, incisos I, II, e XII da Lei nº 8.666/1993, e mais o que prevê a cláusula nona do termo de convênio nº 039/2016.

Ressalta-se que a presente Rescisão se faz sem ônus para a administração.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORO

Para dirimir questões porventura surgidas do presente Distrato, fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser. E por estarem justas e distratadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de idêntico teor e efeito, sendo assinado na presença de duas testemunhas abaixo.

LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de novembro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Méri Terezinha de Melo Hang e Ivonete Aparecida Sartor.

São José do Cedro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 628/2017

Publicação Nº 1433559

PORTARIA Nº 628/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a partir de 17 de novembro de 2017, a Portaria nº 568/2017, de 03 de outubro de 2017, que admitiu em caráter temporário Rosane Casali, para o cargo de Merendeira C.I, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste Município, até 30 de dezembro de 2017, em substituição à titular da vaga, Zenaide Ines Escher, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 17 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 629/2017

Publicação Nº 1433560

PORTARIA Nº 629/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Junior Kunz, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral do SEMAE, Grupo DAC, Nível 01, matrícula 2982, referente ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, para serem gozadas no período de 20 a 29 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 20 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 20 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 630/2017

Publicação Nº 1433561

PORTARIA Nº 630/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas no Artigo 173, combinado o inciso 4º da Lei Municipal 1.062/86, de 26 de dezembro de 1986;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde de familiar, no período de 30 de outubro a 29 de novembro de 2017, à servidora pública municipal Neiva Maria Becker Bossa, ocupante do cargo temporário de Professor, Nível 02, matrículas 3452 e 3453, conforme atestado médico apresentado ao Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, e Estudo Social realizado pelo Assistente Social Edson Finger.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de outubro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 20 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 631/2017

Publicação Nº 1433562

PORTARIA Nº 631/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública Municipal Francely Casagrande, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, Grupo ANS, Nível 12, Matrícula 1850, referente ao período aquisitivo de 02/01/2012 a 01/01/2013, para serem gozadas no período de 20 a 29 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 20 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 20 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 632/2017

Publicação Nº 1433563

PORTARIA Nº 632/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Nadir Salete Schultz, para o cargo de Professor com magistério, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, neste Município, no período de 21 de novembro a 04 de dezembro de 2017, em substituição à professora Danielli Fernanda Picinin, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 21 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 633/2017

Publicação Nº 1433564

PORTARIA Nº 633/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Lidiane Siqueira Weppo, para o cargo de Professor com Magistério, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao CEBEM São Cristóvão, neste Município, a partir de 21 de novembro de 2017, até o retorno da professora titular da vaga, Luciene Inez Gonzzatti dal Magro, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 21 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 634/2017

Publicação Nº 1433565

PORTARIA Nº 634/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Ivanete da Silva, para o cargo de Professor Habilitado, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II de Ensino Fundamental, para ter exercício excepcionalmente junto ao CEBEM São Cristóvão, a partir de 21 de novembro de 2017, até o retorno da professora titular da vaga, Luciene Inez Gonzzatti Dal Magro, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 21 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2017 - SRP - PR Nº 140/2017

Publicação Nº 1433446

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/12/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 20 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.789, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432057

DECRETO Nº 5.789, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Regulamenta o programa de acasalamento genético previsto na Lei Municipal nº 1.917 de 15 de dezembro de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, e, também, do artigo 75, ambos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O benefício de que trata o artigo 13 da Lei nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, e demais alterações, dar-se-á por propriedade a título de unidade demonstrativa, e levará em conta os produtores que trabalham com atividade leiteira e que comprovarem, através da emissão de notas fiscais de produtor rural a comercialização de leite.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Agricultura e a EPAGRI, em parceria, serão responsáveis pelo acompanhamento, seleção de produtores, fiscalização e execução do programa de acasalamento genético.

Art. 3º A Secretaria de Agricultura irá disponibilizar o melhoramento genético, por meio do acasalamento, a todos os agricultores do Município interessados e que, comparecendo ao chamamento público, cumpram os requisitos necessários ao bom funcionamento do programa previstos em lei e neste decreto.

§ 1º O número de propriedades a serem beneficiadas pelo programa será de no máximo 21 (vinte e uma), sendo consideradas 7 (sete) propriedades por Distrito (São Roque, Presidente Juscelino e Frederico Wastner).

§ 2º As propriedades a serem atendidas deverão trabalhar especificamente com as raças Jersey e Holandesa, que tenham características raciais bem definidas.

§ 3º Para que o produtor possa ser atendido no programa e desenvolver a unidade demonstrativa, o mesmo deverá ser possuidor de botijão para armazenamento do sêmen ou estar vinculado a um inseminador comunitário.

§ 4º As propriedades selecionadas, receberão de forma gratuita, sêmen na quantidade de 2 (duas) doses por animal por ano, limitado a 30 doses anuais, para serem atendidos no máximo 15 (quinze) animais por propriedade.

§ 5º As propriedades selecionadas deverão seguir manejo sanitário, através de vacinas específicas, como IBR, BVD, Leptospirose, bem como estarem livres de doenças que tenham importância na reprodução, como Brucelose e Tuberculose, a fim de que se tenha êxito nas inseminações.

§ 6º Os produtores deverão ter por prática o manejo nutricional de seu rebanho, principalmente no que se refere ao fornecimento de mineral.

§ 7º Após a seleção, visita técnica e acasalamento, propriamente dito, os produtores serão capacitados e orientados por meio de reunião/palestra a respeito do melhoramento.

§ 8º O Acasalamento não necessariamente melhora a produção leiteira, mas sim, visa aumentar a longevidade do animal.

§ 9º Quando do processo de inseminação, através do acasalamento genético, após o procedimento, o produtor deverá guardar e apresentar junto a Secretaria de Agricultura, a palheta onde continha o sêmen.

§ 10. Em caso de empate entre duas ou mais propriedades/produtores no preenchimento dos requisitos de que trata esse decreto e a lei que prevê o incentivo, por oportunidade da seleção, será realizado sorteio de modo a se atingir a quantidade prevista no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 4º O Município irá efetuar a contratação de um profissional da área de Medicina Veterinária para fazer a avaliação de matrizes bovinas, através de classificação linear individual e acasalamento computadorizado, no qual será disponibilizado todo material e sêmen específico de reprodutores provados e recomendados.

§ 1º O Médico Veterinário será responsável pela avaliação, pelo diagnóstico, pelo acasalamento e pelo acompanhamento de todo processo reprodutivo.

§ 2º O Veterinário terá obrigatoriedade de orientar o produtor em todo período de gestação do animal acasalado.

Art. 5º A Prefeitura Municipal irá disponibilizar a aquisição do sêmen de até 4 (quatro) touros da raça holandesa e de até 3 (três) touros da raça Jersey, para correção de defeitos verificados no acasalamento.

Art. 6º Para escolha dos touros a que se refere o artigo quinto serão consideradas as correções de maior relevância, sempre na ordem decrescente de prioridades.

Art. 7º A Secretaria de Agricultura e a Epagri irão disponibilizar orientação, assistência técnica e mudas de árvores exóticas (eucalipto), aos produtores interessados em trabalhar com pastagem perenes no sistema Silvipastoril.

Art. 8º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta do orçamento municipal em vigor no exercício da implementação dos programas.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.790, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432138

DECRETO Nº 5.790, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.1.90.00.00.00.00.0.3.0000	35	Aplicações Diretas	R\$ 95.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.791, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1432377

DECRETO Nº 5.791, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
04.122.4502.2.002 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	160	Aplicações Diretas	R\$ 62.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 69/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1433447

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2017 □ PR 172/2017 □ PROCESSO LICITATÓRIO 256/2017 □ OBJETO: FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS LED DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NA RUA WALDEMAR RANGRAB, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

NEXO SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - ME, vencedora dos itens 1 no valor de R\$ 66.213,00 (sessenta e seis mil e duzentos e treze reais).

Total da Licitação: R\$ 66.213,00 (sessenta e seis mil e duzentos e treze reais).

ASSINATURA: 21/11/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DECRETO 8.927 DECLARA IMOVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AFLUENTES

Publicação Nº 1433436

DECRETO N. 8.927/2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, IMÓVEIS LOCALIZADOS NESTE MUNICÍPIO PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, fundamentado ainda no art. 5º, 'm' do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, e.

CONSIDERANDO o projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário Básico elaborado pelo Município;

CONSIDERANDO a necessidade a de implantação de Estação de Tratamento de Efluentes para atender a zona urbana do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação os seguintes imóveis:

I – A Chácara n. 50, com área de 31.100,00m², sem benfeitorias, Secção Guamerim, Município de São Miguel do Oeste, confrontando: ao norte, com parte da chácara n. 49, por afluente do Lajeado Guamerim; ao leste, com a chácara n. 51 de Leoveral Stangler de Azevedo, por linha seca, ao sul, com parte do Lote Rural n. 05, de Levino Schäffer, por travessão, ao oeste, com terras do Bloco VII, do 1º Perímetro, Guamerim de Levino Schäffer, por travessão; de propriedade do Espólio de Leoveral Stangler de Azevedo, Ermogênio Pereira e Rosa Edília Pôncio Barreto, matriculado no CRISMO sob n. 32.536;

II – As Chácaras ns. 51, 52, 53 e 54, com as áreas respectivas de 27.300,00m², 30.700,00m², 32.100,00m² e 32.700,00m², num total de 122.800,00m², sem construções, Secção Guamerim, Município de São Miguel do Oeste, confrontando em conjunto: ao norte, com o afluente Lageado Guamerim; ao leste, com a chácara n. 55, por linha seca, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste ao sul, com parte do lote rural n. 05, por travessão, de Levino Schäffer; ao oeste, com a chácara n. 50, por linha seca de Oraides de Nogueiras e Espólio e Leoveral Stangler de Azevedo; de propriedade de André Luis de Azevedo, Cynthia de Azevedo, Antonio Carlos Benicá Júnior, Hermes Luis Benicá, Carlos Eduardo de Azevedo Amaral e Júlia de Azevedo Amaral, matriculado no CRISMO sob n. 40.433.

Art. 2º A declaração de Utilidade Pública, objetiva a utilização da área para a instalação de Estação de Tratamento de Efluentes para atender o saneamento da zona urbana do Município.

Art. 3º Fica delegada à Concessionária de serviço público de fornecimento de água e tratamento de efluentes todos os atos necessários para a expropriação dos bens descritos nos incisos I e II do art. 1º, inclusive com as despesas financeiras para efetivação da expropriação.

Art. 4º Ficam os órgãos competentes da Administração Pública Municipal, autorizados a tomar as medidas administrativas necessárias para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 21 de novembro 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA
Secretária de Desenvolvimento Urbano

Nédio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

PROCESSO Nº 272/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1432371

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 272/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de dispositivo de bloqueio de boca de lobo em aço inox, destinados para a manutenção e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 05 de dezembro de 2017.

Abertura: 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 395/2017

Publicação Nº 1432318

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 395/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora NARA SILVERIO COELHO, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora NARA SILVERIO COELHO, pelo período de 76 (setenta e seis) dias, a contar da data de 17/11/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/11/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº08/2017

Publicação Nº 1432245

Portaria n.º 08/2017

“Dispõe sobre a Nomeação dos membros da Comissão Organizadora do Concurso Público n.º 001/2017 da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.”

AMARILDO NAZARENO STÄHELIN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições legais, em conformidade com que lhe confere o art. 19, inciso III, “d”, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º- Nomear para compor a Comissão Organizadora do Concurso Público n.º 001/2017, os seguintes membros:

- a) Amarildo Nazareno Stahelin, Presidente;
- b) Charles da Cunha, Membro;
- c) Franscileine Kuhn Pavanati, Membro;
- d) Moacir José Schell, Membro; e
- e) Ernei Antônio Trierveiler, Membro.

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de organizar, zelar e cumprir as determinações do respectivo Edital do Concurso, da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Casa, bem como todas as legislações aplicadas ao processo.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 20 de novembro de 2017.

AMARILDO NAZARENO STÄHELIN

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.319/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433608

DECRETO Nº 4.319/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.01.31.3000.2.301 - Manutenção das Ações do Poder Legislativo

4.4.90.51.00.00.00.00 - 0696 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.01.31.3000.2.301 - Manutenção das Ações do Poder Legislativo

3.3.90.36.00.00.00.00 - 0696 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.320/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1433612

DECRETO Nº 4.320/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.010,00 (dois mil e dez reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.010,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.010,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

I ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº. A51/2017 – PMS

Publicação Nº 1433138

I ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº. A51/2017 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2017-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53, estabelecida na Rua Bernardo Dornbusch nº. 589, Piso Superior sala 01, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.259-100, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Almir Daufenbach, inscrito no CPF sob o nº 637.139.509-20.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2017-PMS, celebrado em 17 de abril de 2017, proveniente do Processo nº. 33/2017-PMS, modalidade Pregão Presencial nº. 14/2017-PMS, para contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Diretoria de Informática, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais), para o período de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal em Exercício de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais), passando a ser o valor do contrato inicial para R\$ 24.675,00 (vinte e quatro mil seiscientos e setenta e cinco reais).

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	------------	-------	-------	-----------------------	--------------------

02	<p>Item 2 - 04 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 8.000 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 72.000 páginas para o período de 09 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de normal, A4) deve ser de no mínimo 26 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 50 folhas, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 50 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Possuir Driver/Emulação para PostScript ou BR-Script. Processador 450MHz, Memória Interna 64MB. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p> <p>Modelo de referencia ou similar: HP M2727nf</p>	96.000	páginas/mês	0,047	
	<p>Item 3 - 03 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 17.000 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 153.000 páginas para o período de 09 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 35 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 50 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 50 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver/Emulação para PostScript ou BR-Script. Processador 800MHz, Memória Interna 256MB. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Duplex, Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows. Velocidade de Digitalização mínima de 20ppm a 200ppi.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p> <p>Modelo de referencia ou similar: HP M425dn</p>	204.000	páginas/mês	0,047	4.512,00 9.588,00
TOTAL R\$					14.100,00

Cláusula 3ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência", no item 14.2 prorrogando a vigência do contrato para o período de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 2ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2017-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 13 de novembro de 2017.
 CONTRATADA:
 REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA. - EPP
 Almir Daufenbach
 CPF nº 637.139.509-20

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

LEI COMPLEMENTAR Nº 198/2017

Publicação Nº 1433614

LEI COMPLEMENTAR Nº198/2017

FIXA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a fixar a Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2018, em R\$204,83 (duzentos e quatro reais e oitenta e três centavos).

Parágrafo único. O reajuste do valor da Unidade Fiscal Municipal está baseado no percentual acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período de outubro do ano de 2016 a setembro do ano de 2017, correspondente a 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Schroeder, 21 de novembro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.319/2017

Publicação Nº 1433618

LEI Nº.2.319/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$31.596,88 (TRINTA E UM MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2017, no valor de até R\$31.596,88 (trinta e um mil e quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 – CHEFIA DE GABINETE			
06.181.3014.2.343 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR			
4.4.90.51.00.00	00.03.0000	Obras e Instalações	20.000,00
4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações	11.596,88

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior no valor de R\$20.000,00, bem como os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

02– GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 – CHEFIA DE GABINETE			
06.181.3014.2.343 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR			

3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	11.596,88
-----------------	------------	---------------------	-----------

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº.2254/2016 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 21 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.269/2017, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1433601

PORTARIA Nº. 7.269/2017, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. Ramon Evelio Arzola Calvo, com efeitos retroativos a partir de 19 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 20 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 113/2017-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 1432368

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 113/2017 - PR
	Processo Administrativo: 220/2017 Processo de Licitação: 19/10/2017 Data do Processo:
	Folha: 1/6

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Materiais esportivos e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 212/2017 (Sequência: 1)

Ao(s) 21 de Novembro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7120/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 220/2017, Licitação nº 113/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 113/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2017 Data do Processo: 19/10/2017</p>
<p>Folha: 2/6</p>	

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME, KELLY A. D. S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME, GTA ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. - ME, MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP, MARIO RAHN - ME, L. MOHR EIRELI - EPP e IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME, KELLY A. D. S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME, GTA ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. - ME e MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa L. MOHR EIRELI - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Constatou-se que a empresa IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial documento exigido no item 4.1.4 sem o código de verificação de autenticidade na internet e/ou sem autenticação, este documento deve ser apresentado de acordo com o edital no item 4.1.4.1, sendo assim o representante da empresa L. MOHR EIRELI - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Constatou-se que a empresa MARIO RAHN - ME não apresentou Declaração de Habilitação, este documento é exigido no edital no item 4.1.5, sendo assim a empresa MARIO RAHN - ME não está habilitada para participar do certame, por não cumprir com a exigência do edital no item 4.6. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME, KELLY A. D. S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME, GTA ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. - ME, MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP, L. MOHR EIRELI - EPP e IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. - ME para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa L. MOHR EIRELI - EPP retirou-se da sessão. Constatando vencedora a empresa FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME para o item 07, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME não apresentou Certidão Simplificada, documento exigido no item 7.1.11, sendo assim a empresa IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 07 para a segunda colocada a empresa REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. - ME da qual já foi aberta a documentação e a mesma está habilitada. Os representantes das empresas MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP e KELLY A. D. S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME retiraram-se da sessão. Constatando vencedora a empresa GTA ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP para o item 14, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa GTA ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 14 para a segunda colocada a empresa MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP da qual já foi aberta a documentação e a mesma está habilitada. Constatando vencedora a empresa L. MOHR EIRELI - EPP para o item 26, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa L. MOHR EIRELI - EPP não apresentou Certidão Simplificada, documento exigido no item 7.1.11, sendo assim a empresa L. MOHR EIRELI - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 26 para a segunda colocada a empresa MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA. - EPP da qual já foi aberta a documentação e a mesma está habilitada. Constatando vencedora a empresa MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME para o item 30, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MÁXIMA ATACADISTA EIRELI - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Os itens 31, 32, 33, 34 e 35 foram cancelados por não haverem participantes habilitados para os itens. A representante da empresa IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME manifesta a intenção de recurso devido a não ter aceito a simplificada por não ter saído impressa a parte de baixo e que a pregoeira não verifica no site este documento porque não aparece o número embaixo para consulta. Serão devolvidos os envelopes de habilitação e proposta da empresa MARIO RAHN - ME. Diante do exposto fica aberto o prazo de recurso de acordo com a Lei 10.520/02, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 113/2017 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 220/2017
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 3/6

Participante: 7082 - REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Bola de Futsal, Max 200, categoria Sub 13, confeccionada no sistema termotec, em laminado de PU, com 8 gomos, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 350 a 380 g. Circunferência: 55 a 59 cm. Bola Oficial nas competições da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e utilizada na Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2017.	UN	30,00		0,0000	97,90	2.937,00
7	Bola de Futebol de Campo Oficial 8 S11 Pró, Termotec com 11 gomos, categoria adulta confeccionada em matéria-prima com 0% de absorção de água e maior precisão, máxima durabilidade em NeoGel, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 420 a 445 g. Circunferência: 68 a 70 cm. Bola Oficial utilizada no Campeonato Estadual de Futebol 2015 de Santa Catarina e nas Competições de rendimento da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte. Selo de Aprovação da Fifa.	UN	10,00		0,0000	166,99	1.669,90
8	Bola de Futebol de Campo Brasil 70 Pró, costurada com 32 gomos, categoria adulta confeccionada com microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 450 g, Circunferência: 68 a 70 cm.	UN	30,00		0,0000	107,90	3.237,00
9	Bola de Handebol H2L Pró, costurada com 32 gomos, confeccionada PU. Câmara Butil, Miolo removível. Peso: 325 a 400 g, Circunferência: 54 a 56 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	UN	2,00		0,0000	139,00	278,00
11	Colete esportivo de identificação. 100% poliéster com acabamento dry - fio 75/72 – gramatura 130 – transfer total – Cores opcionais de azul, verde, vermelho e amarelo, dimensões de 50cm de altura X 70cm de largura.	UN	60,00		0,0000	6,99	419,40
15	Bomba de ar, para inflar bolas, de dupla ação, infla nos dois sentidos, com agulha sobressalente na manopla, em plástico com ligação entre bomba e agulha feita através de mangueira flexível revestida.	UN	5,00		0,0000	18,42	92,10
16	Bico de Rosca/Agulha para bomba de inflar bolas	UN	20,00		0,0000	2,00	40,00
17	Bola para Tênis de Mesa Oficial, de uso escolar e pré-desportivo, na cor laranja, 3 estrelas. Deve ser feita de celulósido ou plástico similar e ter diâmetro de 40 mm. Seu peso ideal é 2,74 g e sua cor deve ser laranja fosca.	UN	100,00		0,0000	2,40	240,00
18	Raquete de Tênis de Mesa Oficial fabricada em laminado de madeira, revestida de borracha lisa dos dois lados, com revestimento lateral. Para jogadores de nível intermediário e avançado. Borracha aprovada pela federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF) com gravação do selo na borracha, espessura 6mm, 5 camadas. Esponja de 1,8mm	UN	6,00		0,0000	16,99	101,94
19	Raquete de Tênis de Mesa Similar a Oficial fabricada em laminado de madeira, revestida de borracha lisa dos dois lados, com revestimento lateral. Para jogadores de nível intermediário e avançado. Borracha aprovada pela federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF) com gravação do selo na borracha, espessura 6mm, 5 camadas. Esponja de 1,8mm	UN	20,00		0,0000	16,99	339,80
27	Pratos para circuito, de plástico, tamanho M.	UN	20,00		0,0000	2,49	49,80
28	Placar de Mesa oficial para utilização na Mesa de Jogo, sendo o tamanho médio/grande, que possibilite visualizar sua numeração a uma distancia mínima de 15 metros	UN	4,00		0,0000	131,21	524,84

Total do Participante ———> 9.929,78

Participante: 13668 - MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	Pasta / Maleta. Uso no deslocamento de sub pastas, documentos e demais matérias. Medidas mínimas de 45cm largura x 35cm altura x 12cm profundidade. Em material sintético reforça/ poliéster ou nylon, com alça de mão, zíper de fechamento e com ou sem compartimentos. Acabamento em perfil vivo.	UN	4,00	JVT	0,0000	55,20	220,80

Total do Participante ———> 220,80

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 113/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 220/2017 Data do Processo: 19/10/2017</p>
	Folha: 4/6

Participante: 13756 - FRANCESQUETT ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Bola de Vôlei Iniciação com tecnologia Softplay, material de borracha com composição de 80% PVC e 20% microfibras de PU, peso de 240 – 270 g, circunferência de 65 - 67cm	UN	10,00	NEDEL	0,0000	35,50	355,00
12	Meião para futsal, no tamanho juvenil/adulto. Nas cores preto/ branco Composição de 52% em poliamida, 31% em algodão, 11% em poliéster e 6% em elastodieno, com elástico especial para não escorregar, acabamento duplo para evitar que desfie na borda, solado atalhado, calcanhar verdadeiro e elástico no tornozelo.	UN	40,00	KANXA	0,0000	8,90	356,00
13	Meião para futsal, no tamanho mirim/infantil. Nas cores preto/ branco Composição de 52% em poliamida, 31% em algodão, 11% em poliéster e 6% em elastodieno, com elástico especial para não escorregar, acabamento duplo para evitar que desfie na borda, solado atalhado, calcanhar verdadeiro e elástico no tornozelo.	UN	40,00	KANXA	0,0000	8,45	338,00
20	Mesa de Tênis de Mesa com tampo em MDF de no mínimo 20mm, pintada na cor azul ou verde e linha lateral branca, com proteção contra umidade na parte inferior. Tamanho (AxCxL) 76 x 274 x 152,5 cm. Cavaletes de madeira nobre com braços franceses articulados de ferro e trava inclui-se suporte para deslocamento com rodinhas.	UN	2,00	KLOPF	0,0000	594,00	1.188,00
21	Jogo de Bocha Italiana Importada contendo com 12 bolas e bolim. Multicoloridas (com cores predominantes metade das bolas no azul e outra metade no amarelo), composta de matéria primas termoendurecíveis, camada interna em baquelite e camada externa revestida em fenolmelaminica, com exato balanceamento entre as partes, proporcionando alta dureza. Utilizada pela Federação Catarinense de Bocha.	UN	1,00	FAISCA	0,0000	440,00	440,00
22	Jogo de Bocha contendo 8 bolas com bolim modelo sulamericana 1150kg diâmetro 115mm, confeccionada em polydine resina de alta dureza para impacto. Utilizada pela Federação Catarinense de Bocha.	UN	1,00	FAISCA	0,0000	320,00	320,00
23	Par de Redes de Futsal/Handebol Especial, medidas oficiais, 100% seda poliéster, malha 10 x 10, fio 8 ou 10mm com alma de poliéster.	UN	3,00	NEDEL	0,0000	354,15	1.062,45
24	Redes para aro de Basquete poliéster, produzidas com matérias-primas de alta qualidade e espessura extra de 8.0 mm. Conferindo a rede maior resistência a tração e aparência mais robusta, mantendo sua maciez e caimento. Medidas oficiais da CBB e FIBA, contendo 12 alças para fixação no aro e 40 cm de altura montada.	UN	2,00	NEDEL	0,0000	35,00	70,00
25	Apito Oficial de Arbitragem Fox Pearl ou similar, de plástico resistente, com som clássico, que seja assimilado em local fechado, com barulho e com a presença de público e / ou torcedores. Embocadura anatômica para impedir que o apito escape da boca. Emite som acima de 100 Decibéis. Peso aproximado entre 15g a 20g e nas medidas aproximadas de: 5 x 2 x 2,5cm.	UN	2,00	NEDEL	0,0000	110,00	220,00
29	Bolsa Para Material Esportivo/Uniformes – Tamanho Grande tipo malote. Material Poliéster estilo nylon de alta densidade com dimensões aproximadas acima de 70 x 40 x 35 (L x A x C). Reforço lateral. Alça para transporte. zíper para fechamento. Modelo reforçado. Bolsa com amplo espaço interno para organizar o transporte de fardamento.	UN	4,00	NEDEL	0,0000	56,00	224,00

Total do Participante ———→ 4.573,45

Participante: 13757 - MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Bola de Futsal, Max 1000, categoria adulto, Termotec, confeccionada com o material PU Ultra 100% e camada interna de Neogel, com 11 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Matéria-prima NeoGel Peso: 410 a 440 g. Circunferência: 61 a 64 cm. Bola usada nas competições da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e da Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2017. Selo de Aprovação da Fifa. Bola Oficial da Seleção Brasileira 2017.	UN	10,00	Penalty	0,0000	155,90	1.559,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 113/2017 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 220/2017
 Data do Processo: 19/10/2017

Folha: 5/6

Participante: 13757 - MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Bola de Futsal, Max 100, categoria Sub 09 e Sub 11 confeccionada no sistema termotec, em laminado de PU, com 8 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 300 a 350 g. Circunferência: 50 a 55 cm. Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2017.	UN	30,00	Penalty	0,0000	83,90	2.517,00
4	Bola de Futsal, Max 50, categoria Sub 07, confeccionada no sistema termotec, em laminado de PU, com 8 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 250 a 280 g. Circunferência: 50 a 53 cm. Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2017.	UN	6,00	Penalty	0,0000	86,80	520,80
5	Bola Voleibol de quadra, modelo Pro 7.0, matizada PU, com 16 gomos, confeccionada em microfibra. Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 260 a 280 g. Circunferência: 65 a 67 cm. Bola Oficial nas competições da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e Federação Catarinense de Voleibol – FCV. Aprovada na Federação Internacional de Voleibol- FIVB.	UN	12,00	Penalty	0,0000	169,50	2.034,00
10	Bola de Handebol modelo Suécia H1L Ultra Grip, costurada, confeccionada PU Ultra Grip. Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível. Peso: 230 a 270 g. Circunferência: 49 a 51 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	UN	2,00	Penalty	0,0000	113,00	226,00
14	Miolo de silicone alongado – bico de bola. Com tecnologia Termotec - Válvula- material em silicone- Indicada para qualquer bola com miolo substituível.	UN	30,00	Penalty	0,0000	2,60	78,00
26	Apito Oficial de Arbitragem Fox Pearl ou similar, de plástico resistente, com som clássico, que seja assimilado em local fechado, com barulho e com a presença de público e / ou torcedores. Embocadura anatômica para impedir que o apito escape da boca. Emite som acima de 100 Decibéis. Peso aproximado entre 15g a 20g e nas medidas aproximadas de: 5 x 2 x 2,5cm.	UN	6,00	Scalibu	0,0000	15,60	93,60

Total do Participante ———> 7.028,40
Total Geral ———> 21.752,43

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 21 de Novembro de 2017

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
 Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
 Ana Paula Kreis - - Equipe de Apoio
 Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
 Eloir José Wendt - - Equipe de Apoio

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	
<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 113/2017 - PR</p>	<p>Processo Administrativo: 220/2017 Processo de Licitação: 19/10/2017 Data do Processo:</p>
<p>Folha: 6/6</p>	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- LUIZA SCHMITZ REGIS

- - Representante
- HERCULANO DE CARVALHO JUNIOR

- - Representante
- GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO

- - Representante
- WALTER LUIS COSTA

- - Representante
- MILTON PSCHIEDT

- - Representante
- JONATAN ESPINDOLA REGERT

- - Representante
- EDILSON LUÍS MAYRER

- - Representante
- MARIO RAHN

- - Representante



ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 116/2017-PMS

Publicação Nº 1433072

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 100/2017

Número do Registro de Preços: 100/2017 Data do Registro: 21/11/2017 Válido até: 21/11/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de faixas elevadas para pedestre conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada para execução e usinagem de material betuminoso e agregados, com pintura de ligação com emulsão PR-1C e sinalização horizontal com tinta retrorefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos). Para execução de serviços de faixas elevadas - conforme Projeto e Memorial Descritivo	UN	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	5.970,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 100/2017

Número do Registro de Preços: 100/2017		Data do Registro: 21/11/2017		Válido até: 21/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de faixas elevadas para pedestre conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017
PROCESSO Nº 223/2017

(9522) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Schroeder, 21 de Novembro de 2017.

ATA TOMADA DE PREÇOS 04/2017-FMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 1433196

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 4/2017 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 64/2017
Data do Processo: 18/10/2017

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 70/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 21 de Novembro de 2017, às 15:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7119/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 64/2017, Licitação nº 4/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se, para abertura do envelope de proposta comercial da empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME conforme determinado na Ata 67/2017 (Sequência 01) de 10 de novembro de 2017. Sendo aberto o envelope da proposta comercial da empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME. Constatando vencedora a empresa IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME com o valor total R\$ 53.760,00 Diante do exposto abre-se prazo recursal conforme Lei 8666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata à empresa participante.

Participante: 7068 - IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA -

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, para acompanhamento, supervisão e treinamento das equipes de saúde, ênfase a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde, sendo: •Treinar e supervisionar as equipes de saúde; •Avaliar e supervisionar o Sistema de Informação da Atenção Básica, garantindo a qualidade das informações encaminhadas ao Ministério da Saúde e a transferência dos incentivos financeiros a Política Pública Municipal de Saúde. •Territorialização das Equipes da Estratégia Saúde da Família. •Mapeamento estático e inteligente das Áreas e microareas de abrangência •Planejamento e Diagnostico de saúde da comunidade •Trabalho de educação em saúde coletiva e participação comunitária •Acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento da ESF no município, identificando situações em desacordo com a regulamentação, garantindo suporte as adequações necessárias e divulgando os resultados alcançados no conselho municipal de saúde e comunidade. Esta assessoria se dará da seguinte forma: PRESENCIAL: 4 (quatro) visitas mensais conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. REMOTO: via telefone (fixo ou celular), e-mail, ou seja, meios de comunicação, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.	MÊS	12,00		0,0000	4.480,00	53.760,00

Total do Participante —————→ 53.760,00

Total Geral —————→ 53.760,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 4/2017 - TP**

Processo Administrativo:
64/2017
Processo de Licitação:
18/10/2017
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 21 de Novembro de 2017

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro
Eloir José Wendt	-	- Membro
Ana Paula kreis	-	- Membro
Ivandra de Souza	-	- Secretária
Diego Guilherme Lasta	-	- Membro Suplente
Natália Kersten Brumuller	-	- Membro Suplente

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 010/2017**

Publicação Nº 1433202

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 09/2017
CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER - ESTADO DE SANTA CATARINA
Av. dos Imigrantes, 2520, Centro
Caixa Postal 41 - Fone (47) 3374-1410 / 3370-4845
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: camara@camaraschroeder.sc.gov.br – site: www.camaraschroeder.sc.gov.br

Extrato de contrato nº. 010/2017

Dispensa de licitação nº. 013/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº 83.539.676/0001-85, com endereço na Avenida dos Imigrantes, nº 2520, Município de Schroeder/SC.

Contratada: ADRIANA LAURA KUSKOWSKI WILPERT ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.312.387/0001-99, estabelecida na Rua Dom Pedro, 969, município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Objeto: contratação de empresa especializada na execução de serviço, com fornecimento de mão de obra e materiais para a construção de garagem para Câmara Municipal de Schroeder com área total de 38,72m², compreendendo a execução de estrutura em madeira peroba, sapatas de concreto, coberta com telhas de cerâmica esmaltadas, com o sistema de tubulação e calhas de captação de águas pluviais, em conformidade com o projeto executivo e memorial descritivo.

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE
Material para a construção da garagem com área total de 38,72m²	10.320,57
Mão de obra	4.380,00
VALOR TOTAL	14.700,57

Valor do contrato: R\$ 14.700,57 (quatorze mil, setecentos reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 21/11/2017

Signatários: Aurino Wudke – Presidente e Adriana Laura Kuskowski Wilpert

AURINO WUDKE

Presidente

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1342

Publicação Nº 1433507

DECRETO Nº 1342, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Recebe Bens Móveis em doação e determina incorporação ao Patrimônio Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X e art. 10 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica o Município de Seara/SC autorizado a receber em doação sem encargos os seguintes bens móveis:

I – 1 (um) Ar Split 18000 BTUS Q/F-ECO POWER Ext. e Int., da APP Escola Núcleo Deolindo Zilio, inscrita no CNPJ sob o nº 00.960.038/0001-06, NF-e nº 000.032.109, de 18 de outubro de 2017, da Empresa SCHUMANN – Móveis Eletrodomésticos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.158.816/0001-73, estabelecida na Rua Herculano Zunuzo, 228, Bairro Industrial, Seara/SC, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

II – 1 (um) Ar Split 18000 BTUS Q/F-ECO POWER Ext. e Int., da APP Escola Núcleo Deolindo Zilio, inscrita no CNPJ sob o nº 00.960.038/0001-06, NF-e nº 000.032.089, de 17 de outubro de 2017, da Empresa SCHUMANN – Móveis Eletrodomésticos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.158.816/0001-73, estabelecida na Rua Herculano Zuanuzo, 228, Bairro Industrial, Seara/SC, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Art. 2º Fica o setor competente autorizado a proceder os lançamentos contábeis, visando à incorporação ao Patrimônio Público Municipal dos bens móveis previstos neste Decreto.

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 21 de novembro de 2017.
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 21 de novembro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 192/2017

Publicação Nº 1433445

DECRETO Nº 192/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº. 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Proj/Ativ. 2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.001.0001 – Recursos Ordinários

Despesa: 3 R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), são anulados da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Proj/Ativ. 2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.001.0001 – Recursos Ordinários

Despesa: 1 R\$ 10.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LEILÃO PÚBLICO Nº 038/2017

Publicação Nº 1433405

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA	LEILÃO Nr.: 38/2017 - LE
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 38/2017 Processo de Licitação: 38/2017 Data do Processo: 24/10/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 38/2017
b) Licitação Nr.: 38/2017-LE
c) Modalidade: Leilão
d) Data Homologação: 17/11/2017
e) Data da Adjudicação: 17/11/2017 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Alienação de Bens Móveis e sucatas pertencentes ao Patrimônio Público Municipal que foram declarados inservíveis aos serviços públicos e desafetados das finalidades a eles inerentes, sendo que os referidos Bens foram submetidos a avaliação por comissão nomeada pelo Decreto nº 145/17 de 04/07/2017.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 006615 - ANDRÉ BURASESKA	1	0,0000	4.250,00
- 001590 - DELMINA SPEROTTO	1	0,0000	350,00
- 006611 - FABIANO SCUZZIATO	1	0,0000	31.000,00
- 006613 - ITAMAR ROCHA GONZALES	2	0,0000	3.700,00
- 006614 - IVAN SOARES DE SOUZA	1	0,0000	4.000,00
- 006291 - JOÃO CELSO TREMEA	1	0,0000	400,00
- 006612 - JOSÉ AILTON DE SOUZA	1	0,0000	44.500,00
- 006616 - MARISTELA SCALVI	1	0,0000	8.000,00
- 006617 - MAX BAPTISTA	1	0,0000	5.000,00
- 006610 - SILVIO SCHMITZ	1	0,0000	9.750,00
- 006609 - ZILMAR PETERLI	1	0,0000	15.750,00
	12		126.700,00

Serra Alta, 17 de Novembro de 2017.

EDERSON CERIZOLLI
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

CNPJ: 80.622.319/0001-98
AV. DOM PEDRO II, 830
C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC

LEILÃO

Nr.: 38/2017 - LE

Processo Administrativo: 38/2017
Processo de Licitação: 38/2017
Data do Processo: 24/10/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.300.4.4.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 174.044,64

Serra Alta, 17 de Novembro de 2017.

EDERSON CEREZOLLI
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 262/17

Publicação Nº 1432955

DECRETO Nº 262, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.01 - SECRET. DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO

2.004 - Gestão da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.0080(6) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.005 - Contribuições à Entidades Municipalistas

3.3.50.00.00.00.00.0080(9) - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucratícios
..... R\$ 15.000,00

04.04 - DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS

2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90..00.00.00.00.0080 (55) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80..

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de novembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2017

Publicação Nº 1433066

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

PROCESSO SELETIVO N.º 004/2017

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo, nomeado através do Decreto nº 256, de 01 de Novembro de 2017, no uso de suas atribuições legais, e a empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas: PS Concursos), TORNA PÚBLICO o Edital de abertura para realização de Processo Seletivo destinado a admissão em caráter temporário, para atuação na área da Educação do município, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na forma deste Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Município de Sombrio reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

0.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.processosseletivos.com.br/sombrio, efetuar seu cadastro e inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.

0.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo estará devidamente disponibilizado no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

ÁREA 1 – TODOS OS CARGOS

Nº	Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R\$)	Requisitos para o cargo
01	Auxiliar de Serviços Gerais	CR*	40h	R\$ 957,74	Ensino Fundamental

* CR = Cadastro de Reserva

NOTA 01: As atribuições dos cargos são as constantes na Lei nº 1853, de 22 de dezembro de 2009, e Lei nº 1905, de 27 de setembro de 2010.

Nota 02: Após o preenchimento das vagas existentes no edital, o Município de Sombrio, poderá chamar os candidatos, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que respeitada a lista classificatória.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

2.1 INSCRIÇÃO ONLINE

2.1.1 A inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 27/11/2017 a 11/12/2017. Para realizar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/sombrio;

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado, após a pré-inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes no ÍTEM 3.2 deste edital.

2.1.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

2.1.3 O candidato, que possuir deficiência ou não, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita, no formulário de inscrição on-line.

2.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.

2.1.5 As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como, fornecer dados inverídicos ou falsos.

2.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

2.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de 11 a 12/12/2017, das 08:00h às 13:00h, no auditório da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, munido dos seguintes documentos:

a) Formulário de Pré-inscrição impresso (Original);

b) CPF e Carteira de Identidade ou CNH ou Carteira de Trabalho (original e cópia);

c) Documentos para Comprovação de Cursos de Aperfeiçoamento (original e cópia);

d) Documentos para Comprovação de Tempo de Serviço (original e cópia);

e) Laudo médico, para os candidatos que possuem deficiência. (Original)

2.2.2 Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.

2.2.3 A validação poderá ser feita por procurador, por representante legal munido de procuração e os documentos legais exigidos

2.2.4 O Candidato, deverá no momento da contratação apresentar todos os diplomas e certificados de habilitação e escolaridade mínima exigidos para o cargo a que concorre. Caso não o fizer, será imediatamente eliminado do processo seletivo, não podendo requerer, em hipótese alguma, reclassificação ou reconsideração de sua situação devido ao não atendimento às exigências do edital e cargo.

2.2.5 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

2.2.6 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

2.3.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.

2.3.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processosseletivos.com.br/sombrio nos últimos dias de inscrição on-line.

2.3.3 A empresa organizadora do certame e o Município de Sombrio/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

2.4 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

2.4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas no dia 12/12/2017, e caso houver alteração, após prazo de recursos, será divulgada a lista retificada no dia 15/12/2017 pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site www.processosseletivos.com.br/sombrio, onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

2.4.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

3 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 3.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente
- 3.2 Estar no gozo de direitos políticos e cívicos;
- 3.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 3.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (xerox).
- 3.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital, na data da contratação.
- 3.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão de caráter temporário por contrato.
- 3.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 3.8 Não possuir antecedentes criminais
- 3.9 Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.
- 3.10 Firmar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstas em Lei.
- 3.11 Caso o candidato possua filhos (menores/dependentes) apresentar certidão de nascimento e CPF dos mesmos.

4 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de

- a) Prova de Títulos (Avaliação de Tempo de Serviço + Horas de Curso de Aperfeiçoamento)

4.1 PROVA DE TÍTULOS

4.1.1 Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização.

4.1.1.1 A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização frequentados, ministrados e concluídos no período de 30/11/2015 a 30/10/2017.

4.1.1.2 Os cursos poderão ser comprovados através de: diplomas, certificados ou declarações devidamente expedido por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático, período de realização.

4.1.1.3 Para questões de pontuação, serão consideradas no máximo, 50 horas de curso de aperfeiçoamento, com a pontuação máxima de 10 pontos. Cursos excedentes não serão considerados para pontuação.

4.1.1.4 O candidato, receberá a pontuação, exatamente proporcional a quantidade de horas de curso de aperfeiçoamento realizados, podendo ser fracionado conforme quantidade de horas cursadas.

4.1.1.5 É possível verificar o quadro, com as pontuações para cada 5 horas de curso de aperfeiçoamento no Anexo II deste edital.

4.1.2 Da avaliação do tempo de serviço

4.1.2.1 A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério da rede pública ou particular de Santa Catarina e de outros estados, e obterá a pontuação de 02 (dois) pontos para cada mês completo de tempo de serviço na área de atuação, limitando-se a 25 (vinte e cinco) anos, totalizando o máximo de 600 (seiscentos) pontos.

4.1.2.2 No cálculo de pontos por tempo de serviço comportar-se-á como um mês a fração igual ou superior a 15 dias.

4.1.2.3 Para receber a pontuação, o candidato deverá comprovar através de:

a) Para exercício de atividade em instituição privada ou instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional será necessária a comprovação através de: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;

b) Para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário será necessária a comprovação do tempo de serviço que informe o período, com início e fim, emitida pelos órgãos Contratantes:

4.1.2.4 Para efeito de pontuação relativa ao tempo de serviço na área de atuação o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

4.1.2.5 Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço, não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

4.1.2.6 Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço, o tempo de serviço que excede a 25 anos de trabalho.

4.1.2.7 Não será computado também, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

4.1.2.8 O tempo de serviço será considerado até a data de 30/11/2017.

5 DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

5.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no processo seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO FINAL = (PONTOS DE TEMPO DE SERVIÇO + HORAS DE CURSOS)

5.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

- a) Aquele que possuir o maior tempo de serviço
- b) Aquele que possuir o maior número de horas de curso (respeitando o valor máximo possível)
- c) Aquele que possuir a Maior Idade;

5.3 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

5.4 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal www.processosseletivos.com.br/sombrio, no dia 15/12/2017.

5.5 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.processosseletivos.com.br/sombrio e www.sombrio.sc.gov.br, no dia 20/12/2017.

6 DOS RECURSOS

6.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
- b) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.
- 6.2 O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária a devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação, juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.
- 6.3 Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir, preencher, assinar e digitalizar o formulário próprio para recursos constante no Anexo III.
- 6.4 Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve, o candidato(a) deverá enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail recursos@processosseletivos.com.br desde que respeitado os prazos fixados no anexo I deste Edital.
- 6.5 Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados
- 6.6 O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item acima, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado no item 3.1.4 deste edital
- 6.7 Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- 6.8 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
- 6.9 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico www.processosseletivos.com.br/ sombrio, conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.
- 6.10 A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

7 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 7.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.
- 7.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.
- 7.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
- 7.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.
- 7.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.
- 7.6 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação
- 7.7 O candidato que no ato da inscrição, não declarar sua condição de deficiente, não poderá interpor recurso posteriormente relativo a sua condição.
- 7.8 A pessoa com deficiência que não optar no momento da inscrição por disputar as vagas reservadas aos deficientes, não terá direito ao pleito das vagas a elas reservadas.

8 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

- 8.1 Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:
- a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de inscrições online através de sistemas automatizados e on-line;
- d) Apurar e responder os recursos das inscrições e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo, quando necessário.
- 8.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:
- a) Elaborar e responder pelo edital;
- b) Conferir, aprovar e publicar o edital;
- c) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- d) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;
- e) Entregar toda a documentação referente as validações de inscrições e recursos a empresa organizadora do certame após o término de cada fase.

9 CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 9.1 Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e a critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.
- 9.2 O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Sombrio/SC, situada a rua Telegrafista Adolfo Coelho, Bairro São Luís como documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos e CPF dos dependentes;
- n) (Uma) foto 3x 4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

10 DA ESCOLHA DE VAGAS

- 10.1 A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à classificação, de acordo com o horário, data e local a serem divulgados.
 - 10.2 A escolha de vaga deve ser feita pelo titular da inscrição, não podendo ser por procuração.
 - 10.3 O candidato deverá escolher a vaga existente de 10, 20, 30 e 40 horas na unidade escolar, na sua totalidade de carga horária.
 - 10.4 O candidato que assumir o cargo e vier a desistir será eliminado do processo seletivo, salvo por necessidade da Secretaria de Educação.
 - 10.5 O candidato após assumir a vaga não poderá trocá-la, sob pena de exclusão do processo seletivo, nem poderá reduzir sua carga horária exceto em casos de necessidade da Secretaria Municipal de Educação
 - 10.6 O candidato que escolher a vaga e não assumir no tempo previsto, será considerado desistência, sendo eliminado do processo seletivo.
 - 10.7 O prazo de se apresentar na unidade de trabalho será o seguinte.
 - a) Para a 1ª chamada – o dia estabelecido na escolha de vaga;
 - b) Para a 2ª chamada e demais – 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento em que for chamado.
 - 10.8 O profissional contratado ficará vinculado a Secretaria Municipal da Educação, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário.
 - 10.9 O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato;
 - 10.10 A avaliação de desempenho neste caso será comprovada através de relatórios, onde no mínimo 02 (duas) pessoas da referida escola e 01 (uma) representante da Secretaria Municipal de Educação assinem cada um deles;
 - 10.11 O candidato que tiver seu contrato rescindido em função do ocorrido no subitem 11.9 não poderá optar por outra vaga durante o ano letivo de 2018.
 - 10.12 Para a escolha de vagas, o candidato será chamado conforme as necessidades surgidas no início e no decorrer do ano letivo de 2018, em ordem classificatória. A primeira chamada de todos os cargos, será feita por chamada pública com data ainda a ser divulgada no site do processo seletivo e as demais todas as terças-feiras às 14:00 horas na Secretaria de Educação.
 - 10.13 O candidato terá dois dias úteis para se apresentar no Setor Pessoal munido das documentações exigidas para o contrato e assim assumir as aulas/ ou vaga escolhida. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.
 - 10.14 Após contratação temporária, a desistência da vaga não dará direito a nova escolha no ano letivo, ou seja, o mesmo será excluído do processo seletivo.
 - 10.15 O candidato que tiver 3 (três) faltas injustificadas consecutivas ou alternadas terá seu contrato rescindido.
 - 10.16 A primeira chamada pública é obrigatória a presença do candidato, sob pena de exclusão do processo seletivo, caso seja chamado e não estiver presente.
- *verificar as vagas disponíveis que serão oferecidas no mural da secretaria até o horário da escolha.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 11.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.
- 11.3 Será excluído do certame o candidato que:
 - a) Faltar a qualquer uma das fases do Processo Seletivo;
 - b) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- 11.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais de Sombrio/SC.
- 11.5 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.
- 11.6 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.
- 11.7 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.
- 11.8 O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Equipe Organizadora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

11.9 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

11.10 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Sombrio/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

11.11 Os casos omissos serão resolvidos pela empresa organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.

11.12 O presente Edital estará disponibilizado no respectivo endereço eletrônico www.processosseletivos.com.br/sombrio, no site www.sombrio.sc.gov.br do Município de Sombrio/SC.

11.13 O candidato que escolher uma vaga real apresentada para concurso público terá seu contrato rescindido no momento em que o efetivo (titular ou designado) for chamado para assumir a respectiva vaga.

11.14 O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado.

11.15 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Comissão de Processo Seletivo nomeada, pelo Prefeito Municipal e terá validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a partir da data de publicação da classificação final do certame.

11.16 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

11.17 Faz parte deste edital o Anexo II – Da Tabela de Pontuação de Tempo de Serviço e horas de cursos de aperfeiçoamento

11.18 Faz parte deste edital o Anexo III – Do formulário para recurso

11.19 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

11.20 Revogam-se as disposições em contrário.

SOMBRI/SC, em 22 de NOVEMBRO de 2017.

GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAUPT
Gerente de Educação

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017, a data, o local e o horário da prova.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRI/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 004/2017

ANEXO I
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Cronograma	Data
Publicação do Edital 004/2017	22/11/2017
Período de Pré-Inscrições Online	27/11/2017 a 11/12/2017
Período de Validações das Inscrições	11 a 12/12/2017 Das 07:30h as 11:30h
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	12/12/2017 (até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	13 a 14/12/2017
Homologação Definitiva das Inscrições	15/12/2017 (até as 23h:59min)
Divulgação do resultado preliminar (Classificação Parcial)	15/12/2017 (até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado	18 a 19/12/2017
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	20/12/2017 (até as 23h:59min)

SOMBRI/SC, em 22 de NOVEMBRO de 2017.

GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAUPT
Gerente de Educação

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 004/2017, do Cronograma do Processo Seletivo.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRI/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 004/2017

ANEXO II
TABELA DE PONTUAÇÃO PARA TEMPO DE SERVIÇO

QTDE	PONTOS	QTDE	PONTOS	QTDE	PONTOS
01 Mês	02	02 Anos	48	14 Anos	336

02 Meses	04	03 Anos	72	15 Anos	360
03 Meses	06	04 Anos	96	16 Anos	384
04 Meses	08	05 Anos	120	17 Anos	408
05 Meses	10	06 Anos	144	18 Anos	432
06 Meses	12	07 Anos	168	19 Anos	456
07 Meses	14	08 Anos	192	20 Anos	480
08 Meses	16	09 Anos	216	21 Anos	504
09 Meses	18	10 Anos	240	22 Anos	528
10 Meses	20	11 Anos	264	23 Anos	552
11 Meses	22	12 Anos	288	24 Anos	576
12 Meses	24	13 Anos	312	25 Anos	600

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA COMPUTO DAS HORAS DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

CURSOS/HORAS	PONTOS	CURSOS/HORAS	PONTOS
05	01	30	06
10	02	35	07
15	03	40	08
20	04	45	09
25	05	50	10

SOMBRIO/SC, em 22 de NOVEMBRO de 2017.

GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAUPT
Gerente de Educação

Fica homologado o ANEXO II do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 004/2017, da tabela de pontuação de tempo de serviço e horas de cursos de aperfeiçoamento.

ZÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 004/2017

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. Inscrição: _____ CPF: _____ . _____ . _____ - _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do Requerente

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 571 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2.017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1433293

PORTARIA Nº. 571 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2.017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora JAMILA KARINE BUSNELLO DE LIMA, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de PSICÓLOGA - NASF, no período de 20/11/2017 a 19/12/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 102/2017

Publicação Nº 1433178

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 102/2017, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO SEDAN PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 04/12/2017, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 21 de Novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 108/2017

Publicação Nº 1433311

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 108/2017, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 2 (DUAS) CARRETAS METÁLICAS (CAÇAMBA) HIDRÁULICA DE 6 (SEIS) TONELADAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 04/12/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 21 de Novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 120/2017

Publicação Nº 1433644

DECRETO Nº. 120/2017, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 849, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual..

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) através da suplementação de dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da secretaria de Saúde

MODALIDADE: 3.3.90.0002 – Aplicações Diretas (8) R\$ 40.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo de 17%

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação a serem apurados na fonte de recurso 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo de 17% no valor de R\$ 40.000,00

Art. 3º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) através da suplementação de dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.014 – Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (11) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE FAZENDA

UNIDADE: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Proj./Ativ.: 04.123.1003.2.111 – Manutenção da Secretaria de Finanças

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (25) R\$ 2.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1008.2.048 – Manutenção da secretaria de Assistência Social

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (71) R\$ 4.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) de que trata o artigo 3º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação a serem apurados na fonte de recurso 0000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 16.000,00.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO 121/2017

Publicação Nº 1433646

DECRETO Nº. 121/2017, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 849, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual..

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) através da suplementação de dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1143.2.139 – Proteção Social Básica

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (XX) R\$ 3.000,00

Fonte de Recurso: 1052 – Recursos Proteção Social Básica Estado

Proj./Ativ.: 08.243.1144.2.140 – Serviço de Proteção Social de Media Complexidade

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (XX) R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 1.052 – Recursos Proteção Media Complexidade Estado

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam remanejadas as seguintes dotações:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1143.2.139 – Proteção Social Básica

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (74) R\$ 3.000,00

Fonte de Recurso: 1052 – Recursos Proteção Social Básica Estado

Proj./Ativ.: 08.243.1144.2.140 – Serviço de Proteção Social de Media Complexidade

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (82) R\$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 1.052 – 1.052 – Recursos Proteção Media Complexidade Estado

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 209/2017

Publicação Nº 1432887

PORTARIA Nº. 209/2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 014/2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal Sra. JUSSARA JAPPE MAGGI, Professor II Educação Infantil, inscrita sob matrícula nº 571/01, pelo período de 14 (quatorze) dias, a partir de 17 de Novembro de 2017, nos termos do art. 82 da Lei Municipal Complementar nº. 014 de 13 de Dezembro de 2010 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 82 Ao membro do Magistério Público Municipal será concedida licença:

I – Para Tratamento de saúde;

[...] Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 17 de Novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e um de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 210/2017

Publicação Nº 1433566

PORTARIA Nº. 210/2017.

EXONERA A PEDIDO (PROGRAMA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA) O SERVIDOR MUNICIPAL SR. FRANCISCO FERRARI, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 784/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO do Servidor Público, o Sr. FRANCISCO FERRARI, do cargo Efetivo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, cadastrado sob matrícula nº. 87/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária no Município de Tigrinhos/SC, conforme Lei Municipal nº. 784/2014, a partir de 22 de Novembro de 2017, conforme requerimento do mesmo e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1285/2017

Publicação Nº 1432924

DECRETO Nº 1285, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2669/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a dotação orçamentária que segue:

21- FUNDAÇÃO CULTURAL TRADIÇÃO DE TIJUCAS

01 - Fundação Cultural Tradição de Tijucas

133920038.2044 – Promoções, Comemorações e Apoio a Entidades

3.3.90.00(1) Aplicação DiretaR\$ 150.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta da anulação da dotação conforme segue:

21- FUNDAÇÃO CULTURAL TRADIÇÃO DE TIJUCAS

01 – Fundação Cultural Tradição de Tijucas

133920038.2044 – Promoções, Comemorações e Apoio a Entidades

4.4.90.00 (2) Aplicação Direta R\$ 150.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 21 de novembro de 2017.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EDITAL COLONIA DE FÉRIAS SERVIDORES

Publicação Nº 1432251

EDITAL Nº 002/SME/2017 – DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O PROJETO COLONIA DE FÉRIAS de 2018 da rede Municipal de Educação Infantil, na modalidade de creche.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A c/c art. 93, ambos da Lei Orgânica Municipal, torna público pelo presente edital os critérios para seleção de profissionais para Colônia de Férias do ano 2018, da Rede Municipal de Educação Infantil, na modalidade Creche.

1. DO PROCESSO SELETIVO

1.1. Este processo seletivo tem por objetivo selecionar profissionais, visando atender o projeto de Colônia de Férias, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, às crianças da Rede Municipal de Educação Infantil da Creche, em caráter excepcional, a ser desenvolvido no período de 09 de janeiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2018, cujas vagas serão preenchidas exclusivamente por profissionais contratados temporariamente no período de 2017 pela Secretaria Municipal de Educação.

1.2. Prevalecem sobre as inscrições previstas no item anterior as profissionais contratadas em 2017, de qualquer área da educação, que se encontra a disposição da Secretaria Municipal de Educação em função da estabilidade concedida pelo período de gestação, ficando as vagas remanescentes a serem preenchidas conforme estabelecido neste edital.

1.3. O atendimento no Projeto Colônia de Férias, será para as crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos (completos até 31/03/2018) de idade, que fazem parte da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, no ano de 2017.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas por ordem de chegada, com distribuição de senha, no período de 27.11.2017 a 30.11.2017, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Coronel Buchelle, nº 121, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

2.2. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.3. Em caso de omissão de informações ou incorretas ou denúncias comprovando inverdades por conta dos profissionais inscritos, a Secretaria Municipal de Educação cancelará a inscrição e chamara o próximo classificado.

3. DOS CANDIDATOS

Podem participar do processo seletivo os profissionais da educação de contratação temporária no período de 2017 que trabalham na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino – Creche, referentes às vagas remanescentes após ocupação prevista no item 1.2..

2. DO LOCAL, DO PERÍODO E DAS VAGAS POR TURMA.

2.1. O atendimento do Projeto Colônia de Férias necessitará de 45 (quarenta e cinco) profissionais, tendo como local de atendimento o Centro de Educação Infantil Zilda Maria Peixer.

2.2. As vagas serão distribuídas na seguinte forma:

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZILDA MARIA PEIXER			
Nº PROFESSOR	Nº MONITOR	Nº MERENDEIRA	Nº AUX. SER. GER.
17	18	06	04

2.3. No ato da inscrição o profissional deverá apresentar os seguintes documentos:

2.3.1. Cédula de identidade (RG);

2.3.2. CPF;

2.3.3. Preencher corretamente o formulário de inscrição fornecida pela Secretaria Municipal de Educação.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

4.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a disponibilidade descrita no item 2.2. deste edital, obedecendo os seguintes critérios:.

4.1.1. Menor número de faltas no ano 2017;

4.1.2. Não ter recebido advertência por escrito ou sofrido penalidades administrativas;

4.1.3. Não ter falta injustificada;

4.1.4. Estar no quadro de funcionários de 2017, sendo que os professores e monitores devem ter atuado na Educação Infantil de 04 meses a 3 anos, no ano de 2017;

4.1.5. Ter atestado médico ocupacional atualizado.

4.2. Havendo número de inscritos superiores ao número de vagas, o critério de desempate segue a seguinte ordem:

4.2.1. Maior tempo de serviço na Rede municipal;

4.2.2. Mais idoso;

4.2.3. Maior número de filhos.

4.3. A seleção dos inscritos será feita pela equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação com acompanhamento do Conselho Municipal de Educação. No período de 04 a 08 de dezembro de 2017.

4.4. A escolha da vaga será mediante a classificação.

5. DO RESULTADO DA SELEÇÃO E DA EXCLUSÃO

O Resultado da seleção das inscrições e o preenchimento das vagas serão divulgados pela Secretaria Municipal de Educação, através do site do Município de Tijucas, www.tijucas.sc.gov.br, no dia 12 de dezembro de 2017.

6. DA COORDENAÇÃO E HORÁRIO DE ATENDIMENTO DA COLÔNIA DE FÉRIAS

6.1. O Centro de Educação Infantil Zilda Maria Peixer ficará sob a responsabilidade de um (a) profissional, que coordenará todas as atividades.

6.2. As atividades de Férias serão desenvolvidas por profissionais contratados no ano de 2017 e serão selecionados por critérios, assim como, os monitores, as merendeiras e os auxiliares de serviços gerais.

6.3. O horário de atendimento das crianças inscritas no Projeto Colônia de Férias será:

6.3.1. No período integral: das 07:30 às 18:00 horas;

6.3.2. No período matutino: das 07:30 às 12:30 horas;

6.3.3. No período vespertino: das 13:00 às 18:00 horas.

7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

7.1.1. Do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.2. Da classificação.

7.2. Os recursos deverão conter nome do profissional inscrito, endereço completo, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido a Secretária Municipal de Educação. O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Secretaria Municipal de Educação e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis após a publicação, excluído o dia da publicação:

7.2.1. Da listagem dos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;

7.2.2. Da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação.

7.3. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

7.4. Findo o prazo para recurso, o processo será homologado por ato da Secretária Municipal de Educação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A inscrição implicará no conhecimento destas instruções e compromisso e de aceitar as condições expressas neste edital.

8.2. O profissional selecionado para Colônia de Férias terá seu contrato prorrogado até 19 de dezembro de 2018, exceto as profissionais contratadas em 2017, de qualquer área da educação, que se encontra a disposição da Secretaria Municipal de Educação em função da estabilidade concedida pelo período de gestação, que terão seus contratos prorrogados até o final do período da estabilidade.

8.3. A guarda dos documentos de inscrição para seleção de profissional para trabalhar na colônia de Férias do ano 2018, da rede municipal de educação infantil, na modalidade creche ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, por um período de 06 (seis) meses, após a homologação do resultado, quando serão incineradas.

8.4. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, quando se fizer necessário.

8.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação, ouvida a Procuradoria Geral do Município.

8.6. Este Edital deverá ser publicado no Mural da Prefeitura Municipal, no Mural da Secretaria Municipal de Educação, no site do Município de Tijucas www.tijucas.sc.gov.br, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, devendo ser remetido cópia para ser fixado no quadro de avisos dos estabelecimentos de ensino envolvidos e divulgado através da Diretoria de Integração e Comunicação do Município de Tijucas.

Tijucas, em 21 de novembro de 2017.

NEIDE MARIA REIS
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 166/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/PMT/17 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/PMT/17

Publicação Nº 1432888

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 166/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/PMT/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/PMT/17
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: RECICLAGEM NMJW LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A COLETA, TRANSPORTE E TRIAGEM DE LIXO RECICLÁVEL PRODUZIDO NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 59.000,00 (CINQUENTA E NOVE MIL REAIS).

TIJUCAS/SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/FME/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 021/FME/2017

Publicação Nº 1432880

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/FME/2017
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 021/FME/2017

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para os campeonatos municipais nas categorias de futebol de campo adulto e sub 17, futsal adulto, sub 14 e sub 17, futsal feminino, bocha masculino e misto, sinuca masculino, vôlei masculino, feminino e misto, vôlei de duplas masculino e feminino, futebol suíço master e olimpíadas tijuquense, para o ano 2018, da Fundação Municipal de Esportes, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote;

Data de Abertura: 04 de dezembro de 2017, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 19 2017 FMS

Publicação Nº 1433205

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017 – FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal das licitantes MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A, CNPJ nº 05.912.018/0001-83; NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 03.612.312/0004-97; BRUTHAN COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 02.625.813/0001-00; NUTRIMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI EPP, CNPJ nº 23.616.917/0001-10; LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP, CNPJ nº 26.554.718/0001-13 e NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, CNPJ nº 20.978.588/0001-60 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 29/11/2017.

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 21 de novembro de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 71 2017 PMT

Publicação Nº 1433209

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2017 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante MOVESCO IND. E COM. DE MOVEIS ESCOLARES, CNPJ nº 93.234.789/0001-26 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 29/11/2017.

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 21 de novembro de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 01.2017 FMS

Publicação Nº 1433210

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó – OASE.

OBJETO: Credenciamento para serviço de exames laboratoriais do Fundo Municipal de Saúde, nos termos das condições estabelecidas no edital de Credenciamento nº 15/2015.

Prazo: 10/11/2017 até 31/12/2017.

Data da Assinatura: 10/11/2017.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 38.2017 PMT

Publicação Nº 1433211

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através Secretaria de Educação

AUTORIZADO: Rodrigo Kertischka.

OBJETO: Rescisão do contrato que tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios (cenoura) destinados a alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2017.

DATA DA RESCISÃO: 17/11/2017.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 14.2017 FMS - ALTERMED

Publicação Nº 1433212

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 14/2017 FMS

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

OBJETO: Reequilíbrio financeiro do item 80 (FENOBARBITAL 100MG), que passa a ter o valor unitário de R\$ 0,175.

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

PORTARIA Nº FCT-24, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432401

PORTARIA Nº FCT-24, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no 2º da Lei Complementar nº 290, de 03/10/2005 e alterações, e Lei Complementar nº 356, de 29/08/2008, ou seja, na manutenção das atividades da Fundação Cultural de Timbó, conforme Decreto nº 4425, de 02 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, o servidor abaixo identificado:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT						
Cargo: Auxiliar Operacional I (Referência Salarial 08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
PEDRO HENRIQUE LENZI LENOIR (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/ Processo Seletivo)	281271	0	1101/1988	058.842.019-07	44h	07/11/2017 a 15/12/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 07 de novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

PORTARIA Nº FCT-25, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1432413

PORTARIA Nº FCT-25, de 21 de NOVEMBRO de 2017

Concede exoneração ao Servidor Público Lorenzo Martins Bonicontro, ocupante do cargo de emprego público, a contar de 20 de novembro do corrente.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, c/c art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379, de 22/12/2009,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público LORENZO MARTINS BONICONTRO, ocupante do cargo de emprego público de Auxiliar do Arquivo Público, admitido pela Portaria nº FCT-13, de 10 de abril do corrente, do quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar de 20 de novembro do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 05, DE 08 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1432219

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE TIMBÓ

RESOLUÇÃO CMDCA N.º 05, DE 08 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das Entidades Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de TIMBÓ - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Timbó, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/1990, Municipal nº 1.375 de 01 de julho de 1992, seu Regimento Interno e considerando que:

- As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, cabendo a responsabilidade também, pelo funcionamento regular de suas instituições assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, com especificação de seus regimes;
- As entidades de atendimento executam dois programas: Proteção e Socioeducativo, na forma disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Federal nº 8.069/1990, a Resolução nº 137/2010 do CONANDA e a Resolução nº 01/2017 do CMDCA de Timbó/SC.
- O Programa de Proteção se destina as crianças e adolescentes cujos direitos são violados ou ameaçados. É constituído de quatro regimes: orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar (tutela, guarda e adoção) e abrigo. Estes regimes são compostos por um conjunto de ações especiais com vistas ao acesso ou complementação de políticas públicas na área de proteção; tais como: atividades de acompanhamento e complementação escolar; escolarização alternativa; grupos terapêuticos, psicossociais; grupo de apoio e orientação; grupo de atividades lúdico – pedagógicas; atividades formativas e preparatórias para inserção no mundo do trabalho; atendimento protetivo em abrigo; encaminhamento e acompanhamento em família substituta (CONANDA Resolução nº 71/2001)
- O Programa Socioeducativo visa atuar junto aos adolescentes que violam os direitos alheios, nos regimes de liberdade assistida, semiliberdade e internação. Os demais programas ou regimes são de outras políticas como: educação, saúde, cultura, esporte, lazer e trabalho (CONANDA Resolução nº 71/2001).

- Considerando a Resolução CONANDA nº 71, de 10 de junho de 2001 (CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente);

- A inscrição dos programas com a especificação dos regimes de atendimento tanto das entidades não governamentais, quanto das entidades governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é obrigação que se impõe no ECA, nos artigos 90 parágrafo único e 91;

- Considerando o teor dos artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069, de 13/07/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo os quais:

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

I - orientação e apoio sociofamiliar;

II - apoio socioeducativo em meio aberto;

- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;
- V – prestação de serviços à comunidade
- VI- liberdade assistida;
- VII - semiliberdade; e
- VIII - internação

§ 1º As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

§ 2º Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4º desta Lei Federal.

§ 3º Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 2 (dois) anos, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento.

Art. 91. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

§ 1º Será negado o registro à entidade que:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei Federal;
- c) esteja irregularmente constituída;
- d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas.
- e) tenha corpo técnico inabilitado;
- f) não apresente condições de sustentabilidade;
- g) não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis.

§ 2º O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a cada 2 anos, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.

- Entende-se por corpo técnico inabilitado, a entidade que conforme a sua modalidade de prestação de serviço não possui no seu quadro funcional, técnicos qualificados e/ou habilitados, com registro na categoria a qual pertence.

- Considerando a deliberação da reunião extraordinária deste Conselho, realizada no dia 31 de outubro de 2017.

- Considerando a Resolução do CMDCA nº 03/2017 que nomeia os membros do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Timbó para avaliação do registro de entidades governamentais e/ou não governamentais e/ou inscrições de programas e de entidades governamentais e não governamentais no Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Timbó.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar e estabelecer procedimentos para concessão, renovação de registro de entidades Não Governamentais e inscrição de programas de entidades de atendimento que atuam nos regimes previstos no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Artigo 2º - Enumerar os requisitos necessários à concessão do registro e inscrição de programas às entidades não-governamentais:

- I - prestar atendimento sistemático e contínuo;
- II- estar regularmente constituída (registro em cartório);
- III - apresentar a documentação exigida pelo CMDCA de Timbó;
- IV - aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- V - não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- VI - em caso de dissolução ou extinção, destina o eventual patrimônio remanescente a entidade congênera registrada no CMDCA ou a entidade pública;
- VII – executar plano de trabalho compatível com os princípios do ECA;
- VIII – constar nas finalidades estatutárias da entidade o atendimento à criança e adolescente.

Artigo 3º - Enumerar a documentação necessária à concessão do registro e inscrição de programas mencionada no artigo anterior,

- I - requerimento de Registro/Programa (anexo IV), dirigido ao Presidente do CMDCA/Timbó, em papel timbrado da entidade ou, para atualização de dados ou, ainda, segunda via do registro;
- II – plano de Trabalho compatível com os princípios do ECA (Art.91);
- III - relatório das Atividades do ano anterior, elaborado por técnico da área descrevendo, quantificando e qualificando as ações desenvolvidas no âmbito da criança e do adolescente para as entidades que estão em funcionamento.
- IV - cópia autenticada do Estatuto da entidade, em todas as folhas
- V – cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ atualizado, com carimbo da entidade e endereço;
- VI - balanço patrimonial e financeiro dos últimos 2 (dois) anos, assinado pelo contador, pelo representante da entidade e pelo tesoureiro ou Conselho Fiscal;
- VII- relação numérica das crianças e adolescentes atendidos com faixa etária e gênero;
- VIII - alvará de funcionamento da entidade em face do Código de Edificação, expedido pelo órgão competente do Município,
- IX - alvará do Corpo de Bombeiros;
- X - cópia da Ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

- XI- comprovante de registro do técnico da entidade, em sua categoria profissional;
- XII - cópia do Programa ou Projeto a ser inscrito;
- XIII – declaração de Funcionamento (anexo III);
- XIV – regimento Interno e;
- XV – preenchimento pela entidade, da Ficha de Registro de Entidade (anexo V), e Ficha de Inscrição de Programa (anexo VI)

Artigo 4º A concessão de registro e inscrição de programas estará condicionada ao estrito cumprimento do disposto nos arts. 90 a 94, com seus respectivos parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 8.069/90, além dos seguintes requisitos:

- I - executar o plano de trabalho compatível com os preceitos da Lei Federal nº. 8.069/90, com atendimento sistemático e contínuo;
- II - realizar atendimento de acordo com os programas e regimes de atendimento determinado pelo art. 90 da Lei Federal nº. 8.069/90;
- III - constar das finalidades estatutárias da entidade o atendimento a crianças e/ou adolescentes;
- IV – estar regularmente constituída e;
- V – adotar como princípios de ação, a promoção da ética, da paz, da cidadania, da democracia e de outros valores universais.

Artigo 5º - As Entidades Não Governamentais, que executam programas e serviços de proteção e/ou socioeducativo no Município de Timbó, para funcionarem regularmente, ficam obrigadas a solicitar seu Registro e a Inscrição de seus Programas/Serviços no CMDCA de Timbó.

Parágrafo Único - Os programas de proteção e socioeducativos devem ser compatíveis com a Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Artigo 6º - As exigências contidas nos artigos 2º, 3º e 4º desta Resolução abrangem a concessão de registro, inscrição de programas e obtenção da segunda via do registro.

Artigo 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não concederá registro para funcionamento de entidades ou inscrição de programas àquelas que desenvolvem apenas, atendimento em modalidades educacionais formais, tais como: creche, pré-escola, ensino fundamental e médio.

Artigo 8º - São documentos exigidos para inscrição dos Programas/Serviços de Entidades Governamentais:

- I. requerimento solicitando a Inscrição do Programa ou Projeto, dirigido à Presidência do CMDCA;
- II. cópia do CNPJ;
- III. cópia do Ato de Nomeação do Dirigente da Entidade;
- IV. cópia do Plano de Trabalho Anual;
- V. cópia do Programa a ser inscrito;
- VI. a relação dos cursos, programas ou atividades oferecidos, na qual devem constar as seguintes informações: conteúdo, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, faixa etária a ser atendida.

Parágrafo único: As Organizações Governamentais não terão registro no CMDCA, devendo apenas efetuar a inscrição dos seus programas/serviços.

Artigo 9º- O Requerimento de Renovação do Registro da entidade deverá vir acompanhado da entrega dos seguintes documentos que serão analisados pela comissão de análise e registro:

- I - requerimento (anexo IV) em papel timbrado da entidade e assinado pelo representante legal da mesma, dirigido ao Presidente do CMDCA, solicitando a renovação do registro para funcionamento;
- II - cópia do estatuto social da entidade devidamente registrado em cartório e atualizado, conforme determina o Código Civil atual (Necessário somente se houver alguma alteração estatutária);
- III - cópia da ata de assembleia de eleição da última diretoria registrada em cartório (Necessário somente se houver alguma alteração da Diretoria);
- IV - relação atualizada da Diretoria eleita, devendo conter o número de R.G.com indicação do órgão expedidor e data da expedição, número do CPF, Profissão, Endereço, Telefone, e-mail e período do mandato do presidente e dos demais membros (Necessário somente se houver alguma alteração da Diretoria);
- V - declaração firmada pelos membros eleitos e empossados, que não são remunerados e nem usufruem direta ou indiretamente vantagem ou qualquer benefício da entidade (anexo III);
- VI - CNPJ atualizado;
- VII - certidão negativa de débitos - CND do INSS (válida por 6 meses);
- VIII - balanço financeiro dos dois últimos exercícios;
- IX - cópia do alvará de funcionamento expedido pela PMT (Pref. Munic. Timbó);
- X - cópia do alvará de vigilância sanitária (válido por um ano);
- XI - cópia do auto de vistoria do corpo de bombeiros (válido por três anos);
- XII - plano de Trabalho dos programas a serem registrados em concordância com a Lei Federal nº. 8.069/90, devendo constar como anexo o quadro de recursos humanos contratados com a formação profissional e carga horária destes funcionários, cronograma de atividades e cronograma financeiro, além da descrição dos dias e horários de funcionamento da entidade;
- XIII - relação nominal dos atendidos por faixa etária, sexo e filiação, separado por programa de atendimento e horário de frequência;
- XIV – cópia do termo Aditivo de Convênio (se for o caso);

Artigo 10º - A concessão ou não de registro/inscrição de programa é de competência do CMDCA, o qual deliberará e plenária após a apreciação do parecer da comissão de registro e inscrição.

Artigo 11º- É condição para concessão de registro e inscrição de programas/serviços a realização de visita à entidade, sendo a comissão deliberada em sessão plenária.

Artigo 12º - O CMDCA poderá indeferir o pedido de registro, cabendo a entidade o pedido de reconsideração ao próprio Conselho.

Parágrafo Primeiro – O pedido de reconsideração somente será acatado se apresentado no prazo de 10(dez) dias, contados da data de ciência da decisão.

Parágrafo Segundo – O pedido de reconsideração será examinado por técnico habilitado e a Comissão do CMDCA, no prazo de trinta dias.

Art. 13º- A requerente poderá solicitar vistas ao processo, desde que devidamente formalizada através de requerimento, dirigido ao Presidente do CMDCA.

Art. 14º - O CMDCA fornecerá parecer do processo em análise, uma única vez, no prazo máximo de 60 dias, a partir da data da ciência.

Art. 15º – Para a renovação do Registro, a Entidade deverá cumprir as seguintes formalidades:

I - sempre que for feito qualquer alteração nos estatutos, regulamento ou compromisso social da entidade, esta deverá comunicar o CMDCA, com a remessa da certidão do respectivo registro em Cartório competente;

II - manter devidamente atualizados os dados cadastrais, informando o CMDCA sempre que ocorrer alteração de nome, sede, endereço, telefone e eleição de nova diretoria;

III - apresentar outras informações e/ou documentos, quando solicitados pelo Conselho durante o processo de renovação do registro.

Parágrafo Único – O não cumprimento do prazo estabelecido, no caput deste artigo, implicará no indeferimento do pedido.

Art. 16º - Terá o registro cancelado a entidade que:

I - infringir qualquer disposição desta Resolução;

II – apurado por meio de processo administrativo, ficar comprovada irregularidade na gestão administrativa.

III - descumprir os artigos 91, 92, 93 e 94 e seus respectivos incisos e parágrafos da Lei Federal nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Artigo 17º - As entidades governamentais e não governamentais de atendimento a criança e adolescente serão fiscalizadas pelo Poder Judiciário, Ministério Público e pelo Conselho Tutelar, conforme disposição da legislação federal nº 8069/1990, Art. 95, 97 e 191 a 193 do ECA.

Artigo 18º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicará ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Judiciário a concessão ou o indeferimento da inscrição dos programas de proteção e socioeducativo e o registro das entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, com vistas à fiscalização dos mesmos.

Artigo 19º - O número do Registro (anexo IV) fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá validade por um período de 4 anos, devendo ser solicitado a renovação a cada dois (02) anos, com três meses de antecedência do vencimento, verificado o disposto nos §1º e 2º, do artigo 91 do ECA.

Artigo 20º- A manutenção do registro da entidade e da inscrição dos seus programas/serviços dependerá de comprovação da continuidade, assiduidade e qualidade do atendimento, devendo ser entregue anualmente, até o mês de abril, o relatório de atividades da entidade no CMDCA.

Art. 21º – Ao Programa inscrito e para a entidade registrada no CMDCA, será fornecido um número, constante no Requerimento do anexo IV.

Art. 22º- Para efeito da presente Resolução, serão utilizados formulários específicos, aprovados pela plenária deste CMDCA.

Art. 23º – As Entidades Não Governamentais com sede em outros municípios poderão solicitar sua inscrição desde que seus Programas e Serviços sejam executados no município de Timbó, apresentando o Registro da Entidade no CMDCA da cidade de origem.

§ 1º A inscrição de programas de Proteção e Socioeducativo das Entidades governamentais e não governamentais terá validade de 2 (dois) anos.

Artigo 24º - Toda documentação deverá ser entregue juntamente com os documentos originais para verificação.

Artigo 25º - A entidade deverá apresentar os documentos relacionados nos artigos 3º e 8º desta Resolução, na Secretaria Executiva do Conselho, com endereço na Rua Sete de Setembro, 595, Bairro Centro de Timbó/SC.

Art. 26 - As entidades governamentais e não-governamentais que já executam programas de atendimento direto à crianças e adolescentes, terão prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação desta resolução, para procederem à inscrição de seus programas e o registro da entidade não governamental.

Artigo 27º. Os casos não previstos nesta Resolução serão apreciados e dirimidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 28º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Jornal Oficial do Município.

Timbó, 08 de outubro de 2017.

Conselheiros Governamentais:

(titular) Grazieli Staack Haubricht
 (titular/Vice-Presidente) Eloise Betanin
 (titular) Jayson Luis Godoi
 (titular) Guilherme Tomaselli
 (titular) Maira Luícia Cipriani

Conselheiros Não Governamentais:

(titular) Lenir Crippa
 (titular) Rosilete Borges Tomé
 (titular/ Presidente) Rodrigo Valandro Sevaroli
 (titular) Simone Tambini

(gestão 2017 -2019)

ANEXO I

PROTOCOLO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA FORMALIZAR O PEDIDO DE REGISTRO DE ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTALEINS-CRIÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBÓ/SC

(Conforme dispõem os artigos 3º e 8º da Resolução CMDCA nº 05/2017

1	Requerimento de Registro e/ou de inscrição do programa, dirigido ao Presidente do CMDCA, em papel timbrado da entidade ou, para atualização de dados ou, ainda, segunda via do registro (anexo IV);
2	Ficha de Registro de Entidade devidamente preenchida, rubricadas as páginas pelo representante legal da entidade requerente (anexo V);
3	Ficha de inscrição de programas/projetos. Rubricadas as páginas pelo representante legal da entidade requerente (anexo VI);
4	Declaração De Funcionamento, de que a Entidade está em pleno funcionamento, assinada pelo representante legal, na forma do modelo fornecido pelo CMDCA (anexo III).
5	Relação dos cursos, programas ou atividades oferecidas, na qual devem constar as seguintes informações: conteúdo, carga horária, duração, data de matrícula, número de vagas oferecidas, faixa etária a ser atendida (somente para entidade de educação profissional).
6	Relação de matrícula das crianças e adolescentes atendidos por faixa etária e sexo, separado por programa de atendimento e horário de frequência;
7	Cópia do Estatuto, atualizado e autenticada em todas as folhas, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos da Lei.
8	Cópia do Regimento Interno
9	Cópia da Ata de reunião/assembleia de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
10	Cópia atualizada do documento de inscrição no CNPJ, do Ministério da Fazenda.
11	Cópia das Certidões Negativas de Débito – CND do INSS e FGTS ((válida por 6 meses);
12	Relatório de Atividades (ano anterior), elaborado por técnico da área, descrevendo, quantificando e qualificando as ações desenvolvidas no âmbito da criança e do adolescente
13	Balanco patrimonial e financeiro dos últimos 2 (dois) anos, assinado pelo contador, pelo representante da entidade e pelo tesoureiro ou Conselho Fiscal;
14	Alvará de funcionamento da entidade em face do Código de Edificação, expedido pelo órgão competente do Município
15	Cópia do auto de vistoria do corpo de bombeiros (válido por três anos);
16	Cópia Alvará da Vigilância Sanitária (válido por um ano);
17	Cópia do termo Aditivo de Convênio (quando for o caso);
18	CPF e RG do Presidente da Entidade
19	Relação atualizada da Diretoria eleita, devendo conter o número de R.G.com indicação do órgão expedidor e data da expedição, número do CPF, Profissão, Endereço, Telefone, e-mail e período do mandato do presidente e dos demais membros (Necessário somente se houver alguma alteração da Diretoria);

O protocolo deverá ser efetivado na Secretaria Executiva CMDCA, na Rua Sete de Setembro, 595 – Centro, atendimento em horário comercial, a partir da entrega de todos os documentos solicitados. Número de protocolo vide Anexo IV do Requerimento.

Cabe à entidade governamental apresentar os documentos constantes no Artigo 8º desta resolução.

ANEXO II

DIRETRIZES PARA CARACTERIZAÇÃO DOS REGIMES DE ATENDIMENTO

Especificar o(s) Regime(s) de Atendimento do(s) programa(s), nos termos do Art.90, incisos I a VIII e §1º e artigo 88 inciso I da Lei Federal nº.8.069/90, considerando:

- **ORIENTAÇÃO E APOIO SOCIOFAMILIAR:** Entende-se por regime de orientação e apoio sociofamiliar os programas que atendem diretamente as famílias das crianças e dos adolescentes, inclusive as gestantes, oferecendo tratamento, assistência jurídica, acompanhamento social da equipe, havendo no intuito de resgatar e fortalecer o vínculo afetivo em caso de existir conflito familiar e/ou violência doméstica, provimento de necessidades básica ou alternativas a família para gerar renda.

- **APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO:** Entende-se por regime de apoio educativo, proporcionar as crianças e os adolescentes programas que visam o seu preparo ao convívio social e/ou exercício da cidadania, oferecendo-lhes atividades de esporte, qualificação profissional, lazer ou cultura, em período oposto ao escolar e orientando-lhes os seus direitos.

- **COLOCAÇÃO FAMILIAR:** Entende-se por regime de colocação familiar os programas voltados às crianças e adolescentes privados da convivência familiar, inserindo-os em família substituta por meio de incentivo e apoio a guarda, tutela ou adoção, através de campanhas, divulgação e acompanhamentos devidos, nos termos da lei.

- **ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:** Entende-se por regime de acolhimento institucional os programas que atendem crianças e adolescentes privados de convivência familiar, através do acolhimento provisório e provimento integral das necessidades básicas, observados os critérios dispostos nos Art. 92,93 e 94 da Lei nº 0.069/90, alterados pela: Lei nº 12.010/09; Lei nº 13.046/2014 e Lei nº 13.257/2016, e Manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e Conselho Municipal da Assistência Social – CNAS, aprovado através da Resolução Conjunta nº 01/2009.

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE:** Entende-se por regime os serviços que atendem adolescentes autores de ato infracional sob medida de prestação de serviços à comunidade determinada pela autoridade judiciária, observado o disposto no artigo 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- **LIBERDADE ASSISTIDA:** Entende-se por regime de liberdade assistida os serviços que atendem adolescentes autores de ato infracional sob medida socioeducativa de “liberdade assistida” determinada pela autoridade judiciária, observado o disposto no artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- **SEMILIBERDADE:** Entende-se por regime de liberdade assistida os serviços que atendem adolescentes autores de ato infracional sob medida socioeducativa de “semiliberdade” determinada pela autoridade judiciária, observado o disposto no artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- **INTERNAÇÃO:** Entende-se por regime de internação, medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, determinada pela autoridade judiciária, observado o disposto no artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

OBS: DEVE SER APRESENTADA EM PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE.

DECLARO, para os devidos fins, que a (nome da entidade), com sede(endereço) na cidade de(nome do Município), Estado(UF), inscrita no CNPJ (antigo CGC) n.º, está em pleno e regular funcionamento, desde(data de fundação), cumprindo suas finalidades estatutárias, sendo a sua Diretoria atual, com mandato de/ /..... a/ /....., constituída dos seguintes membros:

Presidente:

Nome completo:

N.º do RG:, Órgão expedidor:, CPF:

Endereço Residencial:

Vice-presidente:

Nome completo:

N.º do RG:, Órgão expedidor:, CPF:

Endereço Residencial:

Tesoureiro:

Nome completo:

N.º do RG:, Órgão expedidor:, CPF:

Endereço Residencial:

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que a entidade acima identificada não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma, e aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que está vinculada.

....., de de

.....
(assinatura do representante legal da entidade)

A exigência deste documento encontra-se prevista no inciso XIII do artigo 3º da Resolução nº 05/2017, do CMDCA. Esta declaração não caracteriza a inscrição da entidade.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Em caso de ENTIDADE GOVERNAMENTAL: A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer/renovar inscrição dos programas governamentais de atendimento nesse Conselho, conforme os dados abaixo descritos:

() 1º Requerimento para inscrição do(s) programa(s)

() Renovação da inscrição do(s) programa(s)

Em caso de ENTIDADE NÃO-GOVERNAMENTAL: A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer/renovar registro da entidade e inscrição de programas de atendimento nesse Conselho, conforme os dados abaixo descritos:

() 1º Requerimento para registro da entidade e inscrição de programas

() Renovação de registro da entidade

() Renovação da inscrição do(s) programa(s)

NOME DA ENTIDADE DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE:				
Regime de atendimento (ECA, art.90): _____				
CNPJ: DATA DA INSCRIÇÃO DO CNPJ: ____/____/____				
ENDEREÇO COMPLETO: (rua, número, bairro,)				
RESPONSÁVEL LEGAL: (nome, telefone e E-mail)				
REQUERIMENTO DE REGISTRO ENTIDADE/ INSCRIÇÃO DO PROGRAMA NO CMDCA (assinale a opção 1 - inclusão ; 2- renovação de registro ou 3 - Programa)				
1		INCLUSÃO	ENTIDADE	PROTOCOLO Nº.
2		RENOVAÇÃO	PROGRAMA	ENTRADA EM ____/____/____.
Os campos abaixo são de preenchimento exclusivo do CMDCA				
ANÁLISE E PARECER DA COMISSÃO DE CADASTRO				
(1) Favorável ao pedido de inclusão. Encaminhe-se para deliberação da plenária.				
(2) Favorável à renovação/atualização.				
(3) Favorável ao pedido de inscrição do programa/serviço				
APROVADA INCLUSÃO DO REGISTRO REQUERIDO, CONFORME ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM ____/____/____. SERVIÇO/PROGRAMA Nº ____/ 2017				
REGISTRO Nº ____/ 2017				
RESOLUÇÃO CMDCA Nº. ____ ATA CMDCA Nº ____				
Publicada no Jornal Oficial do Município – Edição de ____/____/____				

Conforme o artigo 90, parágrafo único da Lei Federal 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a Entidade acima nomeada requer inclusão/atualização de registro e/ou a inscrição do programa no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como autoriza o fornecimento do mesmo para uso comum de Instituições e Serviços de Utilidade Pública.

Timbó/SC, ____ de _____ de ____.

(assinatura do representante legal)

(Carimbo da entidade)

ANEXO V**FICHA DE REGISTRO DE ENTIDADE**

(Preencher em letra de forma)

Registro nº _____

1. DADOS GERAIS:

1.1. Nome da Entidade e sigla: _____

1.2. C.N.P.J. _____ Validade: ____/____/____

1.3. Estatuto Registrado no Cartório: _____

1.4. Nº Inscrição no CNAS: _____ Validade: ____/____/____

1.5. Nº Inscrição no CMAS: _____ Validade: ____/____/____

1.6. Área de abrangência: ()Municipal

1.7. Declaração de Utilidade Pública:

- Municipal nº _____ Ano: _____

- Estadual nº _____ Ano: _____

- Federal nº _____ Ano: _____

1.8. Horário de Funcionamento: das _____ às _____

2. ENDEREÇO:

2.1- Logradouro: _____ nº _____

Bairro: _____ CEP: _____ Caixa Postal: _____

Telefone fixo: _____ Celular: _____

E-mail: _____

3. FUNCIONAMENTO:

3.1 Data Início das atividades: ____/____/____ Período: () matutino () vespertino



3.2 Diretoria:

Gestão: ____/____/____ à ____/____/____

a) Presidente: _____

Endereço Residencial: _____

RG: _____ CPF: _____._____._____-____

Telefone fixo: _____ Celular: _____

E-mail: _____

b) Vice-Presidente: _____

Endereço Residencial: _____

RG: _____ CPF: _____._____._____-____

Telefone fixo: _____ Fax: _____ Celular: _____

E-mail: _____

c) Tesoureiro: _____

Endereço Residencial: _____

RG: _____ CPF: _____._____._____-____

Telefone fixo: _____ Fax: _____ Celular: _____

E-mail: _____

3.3. Coordenador/Diretor da entidade:

Nome: _____

RG: _____ CPF: _____._____._____-____

Escolaridade: _____

4 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE:

4.1- Caráter/ Atuação:

☐ Sem fins lucrativos ☐ Assistência Social ☐ Serviços de Prevenção ☐ Defesa de Direitos☐ Profissionalizante ☐ Educação ☐ Saúde ☐ Outros _____

5. OBJETIVO SOCIAL DA ENTIDADE:

5.1. Programas Desenvolvidos: (artigo 90 do ECA):

☐ Orientação e apoio sociofamiliar☐ Apoio socioeducativo em meio-aberto☐ Acolhimento Institucional☐ Prestação de serviços à comunidade☐ Liberdade Assistida☐ Semiliberdade e☐ Internação

6. PÚBLICO ALVO: (características): _____

Faixa etária	Sexo		Nº de crianças e adolescentes atendidos
	Masculino	Feminino	

6.1 - CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:

Faixa etária Capacidade de atendimento

☐ Quantidade

7. PLANO DE TRABALHO:

a) Existência da seguinte documentação:

☐ Princípios, objetivos e metas☐ Regimento Interno, estabelecendo normas de rotina p/ os atendidos e funcionários☐ Registro de Reuniões periódicas de planejamento e avaliação☐ Produção de subsídios☐ Outros. Quais? _____☐ Não Existe

8. RELAÇÕES EXTERNAS ESTABELECIDAS

a) Existem parcerias nas atividades propostas?

☐ sim☐ não

b) Com quem? _____

c) Que tipo de atividades? _____

d) Participa de algum Fórum? _____

☐ Sim. Qual? _____☐ Não

9. RECURSOS:

a) RECURSOS HUMANOS:

Nº	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VÍNCULO	OBS.

Nº	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VÍNCULO	OBS.

b) RECURSOS FINANCEIROS:

b1- Receitas Mensais:

ORIGEM	FONTE	VALOR/MÉDIA	OBSERVAÇÕES
Receitas da Entidade			
Receitas da entidade mantenedora			
Receitas municipais			
Receitas Estaduais			
Receitas Federais			
Outras Receitas			
TOTAL			

b 2- Despesas Mensais:

b 2.1 Despesa de Pessoal:

DESPESA	VALOR/MÉDIA	OBSERVAÇÕES
Folha de Pagamento		
Encargos Sociais		
Benefícios a funcionários (especificar)		
Vale-transporte		
Formação (cursos, palestras, etc)		
TOTAL		

b 2.2 Despesas de Manutenção:

DESPESA	VALOR/MÉDIA	OBSERVAÇÕES
Alimentação		
Material Didático		
Material de Limpeza		
Energia Elétrica		
Água		
Telefone		
Combustível		
Outros (Especificar)		
TOTAL		

10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: _____

11. INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR:

Nome: _____

Vínculo na Entidade: _____

Assinatura _____ CPF: _____

Data: ____/____/____

Assinatura Presidente da Entidade

ANEXO VI

FICHA DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS

(Individual para cada programa/projeto)

Inscrição nº _____

1. DADOS GERAIS:

1.1 – Nome do Programa: _____

1.2 – Nome da Entidade e sigla: _____ Registro nº _____

1.3 – Localidades atendidas: _____

1.4 - Data de fundação da Entidade: _____

2. ENDEREÇO:

2.1 - Logradouro: _____ nº _____

Bairro: _____ CEP: _____ - _____

Telefone: () _____ E-mail: _____

2.2- Espaço físico: () próprio () alugado () cedido

3. FUNCIONAMENTO:

3.1 – Data Início das atividades: ____/ ____/ ____

3.2. Dias e horário de funcionamento: _____

4. OBJETIVO SOCIAL DA ENTIDADE:

4.1. Programas Desenvolvidos: (artigo 90 do ECA):

- () Orientação e apoio sociofamiliar
 () Apoio socioeducativo em meio-aberto
 () Acolhimento Institucional
 () Prestação de serviços à comunidade
 () Liberdade Assistida
 () Semiliberdade e
 () Internação

5. PLANO DE TRABALHO DO PROGRAMA:

5.1 - Objetivo do Programa/Projeto:

5.2–Público Alvo (características): _____

Faixa etária	Sexo		Nº de crianças e adolescentes atendidos
	Masculino	Feminino	

6. FUNDAMENTAÇÃO/ PROPOSTA PEDAGÓGICA: (PODERÁ SER ANEXADA)

6.1 - Metodologia de Atendimento:

6.2. A entidade adota critérios de desligamento no programa: Se sim, quais?

6.3. De que forma é feito o registro do atendimento realizado?

6.4. A entidade desenvolve alguma ação de valorização da diversidade (negros (as); gênero; opção sexual; portadores de necessidades especiais) entre beneficiários e/ ou colaboradores da entidade? Se sim, descreva as ações realizadas:

7. RECURSOS HUMANOS:

Formação	Função/Vínculo de trabalho	Carga Horária

8. FORMAS DE INTERAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE:

Estratégia	Regularidade

9. RELAÇÕES EXTERNAS ESTABELECIDAS:

e) Existem parcerias/articulações nas atividades propostas?

() sim () não

f) Com quem?

g) Que tipo de atividades?

10. POSSUI OUTROS CONVÊNIOS:

Convênio	Valor

11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

12. INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR:

Nome: _____

Vínculo na Entidade: _____

Assinatura _____ CPF: _____

Data: ____/____/____

Assinatura

ANEXO VII (para uso do CMDCA)

Avaliação de Entidade/Programa

Área construída disponível	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Área Coberta	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Área externa	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Área Verde	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Limpeza e higiene	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Segurança (baixo risco de acidentes)	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Avaliação Geral da Infraestrutura (Avaliação do estado de manutenção e conservação do espaço físico e dependências, dos equipamentos e mobiliários, bem como das instalações administrativas, pedagógicas, sanitárias, hidráulicas e elétricas e acessibilidade para execução das atividades)	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Avaliação Geral da Estrutura Administrativa (Avaliação da gestão de recursos humanos, materiais e financeiros disponibilizados para execução das atividades)	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado
Avaliação Geral da Proposta de trabalho (Avaliação do planejamento democrático, participativo, recursos didáticos e a metodologia de trabalho, para execução das ações propostas, que contemplam serviços e ou programas de atendimento à crianças, adolescentes e familiares)	() Ruim	() Regular	() Bom	() Não informado

A equipe responsável pelo programa faz reuniões regulares de planejamento e avaliação? Como? Com que período? Quem participa?

O programa tem um plano de trabalho fundamentado nos princípios do ECA? () Sim () Não

Toda a documentação solicitada foi apresentada e está regular? () Sim () Não

Há acesso para pessoas com deficiência? () Sim () Não

Como é feita a seleção das pessoas que trabalham ou prestam serviço voluntário na entidade e ou órgão?

Há investimento permanente na formação de todas as pessoas que trabalham na entidade e ou órgão? () Sim () Não

Como é o trabalho realizado com as famílias das crianças e ou dos adolescentes? Qual a periodicidade? As famílias participam do planejamento das ações ofertadas? Como?

Quais os mecanismos de avaliação utilizados para verificar o impacto social das ações ofertadas?

Data:

____/____/____

Parecer da Comissão Permanente de Registro, Inscrição e Reavaliação

Decisão do CMDCA - Assinatura: Nome dos representantes da Comissão:

☐ Deferido ☐ Indeferido

Data da Plenária: ____/____/ ____

Timbó/SC, ____ de _____ de 2017.

Três Barras**PREFEITURA****PREGÃO Nº. 51/2017**

Publicação Nº 1433396

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.531.725/0001-20, com sede e foro na Cidade de Palhoça - SC, cito a AVENIDA ARY MIGUEL DA SILVEIRA, nº 391, Bairro JARDIM ELDORADO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
23	ALGODAO (500 GR CADA)	ROLO	NEVOA	1.000,00	R\$8,19
37	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS	UNIDADE	BIOBASE	1.000,00	R\$0,62
45	EQUIPO MACRO GOTAS	UNIDADE	DESCARPACK	6.000,00	R\$0,67
74	GLUTARALDEIDO 2% (GALAO COM 5.000 ML CADA)	GALAO	RIOQUIMICA	200,00	R\$34,10
121	POVIDINE DEGERMANTE (FRASCO 1000 ML)	FRASCO	RIOQUIMICA	100,00	R\$15,00
122	POVIDINE TOPICO (FRASCO 1000 ML)	FRASCO	RIOQUIMICA	100,00	R\$14,20
194	TOUCAS DESCARTÁVEIS SANFONADA TAMANHO ÚNICO	UNIDADE	DESCARPACK	5.000,00	R\$0,05

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas

1 Nilton Avnair Hurmus

2 Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433378

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ nº 13.365.644/0001-25, com sede e foro na Cidade de Jaraguá do Sul - SC, cito a RUA MARIA UMBELINA DA SILVA, nº 1285, Bairro AGUA VERDE; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s):

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
59	FIO SUTURA CATEGUT Nº6-0 - CX C/ 24	CAIXA	TECHNOFIO	20,00	R\$79,14
82	LAMINA DE BISTURI No.11	UNIDADE	MAXICOR	20,00	R\$0,21
83	LAMINA DE BISTURI No. 12.	UNIDADE	MAXICOR	30,00	R\$0,21
84	LAMINA DE BISTURI No.15	UNIDADE	MAXICOR	30,00	R\$0,21
85	LAMINA DE BISTURI Nº 24.	UNIDADE	MAXICOR	20,00	R\$0,21
129	SELADORA DE PAPEL GRAU CIRURGICO 220 VOLTS, COM SISTEMA DE SELAGEM TIPO BARRA AQUECIDA, ESPESSURA DESELAGEM DE 13MM E AREA DE SELAGEM DE 25CM	UNIDADE	STERMAX	2,00	R\$128,40
192	TESOURAS RETAS CIRÚRGICA ROMBAS GRANDE 19 CM	UNIDADE	MD	12,00	R\$16,69

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CONTRATADA

Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433394

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.505.263/0001-40, com sede e foro na Cidade de Blumenau - SC, cito a RUA COLIBRI, nº 425, Bairro SALTO WEISSBACH; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
3	ABOCATH 16	UNIDADE	LABOR IMPORT	1.000,00	R\$0,60
8	ACIDO ACETICO 5% 1000ML	FRASCO	CINETICA	10,00	R\$40,00
12	AGULHAS DESCARTAVEIS 25X7 COM 100 UNIDADES.	CAIXA	LABOR IMPORT	200,00	R\$6,39
13	AGULHAS DESCARTAVEIS 25/8 COM 100 UNIDADES CADA	CAIXA	LABOR IMPORT	200,00	R\$6,38
14	AGULHAS DESCARTAVEIS 30 X 8 (CX. COM 100 UNIDADES)	CAIXA	LABOR IMPORT	200,00	R\$6,38
42	DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA E REMOCAO DA MATERIA ORGANICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS - BASTERIOSTATICOS, DIMINUA A CARGA MICROBIANA DE AÇÃO INSTANTANEA, CONTENHA NA SUA FORMULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE,	UNIDADE	KELLDRIN	20,00	R\$17,91
44	ELETRODO PARA ECG	PACOTE	LABOR IMPORT	100,00	R\$7,40
46	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	UNIDADE	DESCARPACK	1.000,00	R\$0,88
53	FIO NYLON PARA SUTURA N.º 2-0 COM 24 UNIDADES	CAIXA	LABOR IMPORT	50,00	R\$26,86
54	FIO NYLON PARA SUTURA N.º 3-0 COM 24 UNIDADES	CAIXA	LABOR IMPORT	50,00	R\$26,86
55	FIO NYLON PARA SUTURA N.º 4-0 COM 24 UNIDADES	CAIXA	LABOR IMPORT	30,00	R\$26,86
60	FIO SUTURA NYLON Nº3-0 - CX C/ 24	CAIXA	PROCARE	10,00	R\$26,86
61	FIO SUTURA NYLON Nº2-0 - CX C/ 24	CAIXA	LABOR IMPORT	10,00	R\$26,86
62	FIO SUTURA NYLON Nº4-0 - CX C/ 24	CAIXA	LABOR IMPORT	20,00	R\$26,86
63	FIO SUTURA NYLON Nº5-0 - CX C/ 24	CAIXA	LABOR IMPORT	20,00	R\$26,86
64	FIO SUTURA NYLON Nº6-0 - CX C/ 24	CAIXA	LABOR IMPORT	20,00	R\$26,86
71	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO P C/ 8 UNIDADES	PACOTE	DESCARPACK	1.000,00	R\$5,70
75	GUARDANAPO GRANDE (30,0 X 33 CM) COM 50 UNIDADES EM CADA PACOTE	PACOTE	VIRTUS	600,00	R\$1,40
102	OLEO DE GIRASSOL OU DERSANI (FRASCO DE 100ML)	FRASCO	HOSPDERME	2.000,00	R\$2,40
115	PINÇA ANATOMICAS	UNIDADE	PROFESSIONAL	12,00	R\$6,76
132	SERINGAS 10 ML	UNIDADE	SR	10.000,00	R\$0,19
133	SERINGAS DESCARTAVEIS 3 ML	UNIDADE	SR	10.000,00	R\$0,09
134	SERINGA DESCATAVEL DE 5 ML	UNIDADE	SR	10.000,00	R\$0,10
135	SERINGAS DESCARTAVEIS 20 ML	UNIDADE	SR	10.000,00	R\$0,30

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CONTRATADA
Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433391

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS					
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.					
Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.					
Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME, CNPJ nº 26.716.048/0001-94, com sede e foro na Cidade de Rio Negrinho - SC, cito a RUA ADOLFO KONDER, nº 279, Bairro SAO RAFAEL; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:					
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
33	CARRINHOS DE LIMPEZA HOSPITALAR	UNIDADE	PERFECT	2,00	R\$440,70
112	PAPEL TOALHA BRANCO (23 X 25)	ROLO	BOB	1.500,00	R\$3,33
Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.					
A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.					
Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.					
Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.					
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.					
Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.					

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME CONTRATADA
Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433393

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 03.033.589/0001-12, com sede e foro na Cidade de Blumenau - SC, cito a RUA FERNANDO DE SOUZA E SILVA, nº 1515, Bairro ITROUPAVA NORTE; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
32	CAMPO FENESTRADO DE ALGODÃO	UNIDADE	ZS	50,00	R\$6,92
87	LATEX GROSSO (GARROTE)	METRO	LEMGRUBER	50,00	R\$1,17
88	LIXEIRAS DE INOX C/PEDAL 50 LITROS	UNIDADE	BRINOX	60,00	R\$290,00
89	LUVAS DE LÁTEX COM 100 UNID. CADA TAMANHO G	CAIXA	NUGARD	1.000,00	R\$11,60
90	LUVAS DE LÁTEX COM 100 UNID. CADA TAMANHO M	CAIXA	NUGARD	1.000,00	R\$11,60
91	LUVAS DE LÁTEX COM 100 UNID. CADA TAMANHO P	CAIXA	NUGARD	1.000,00	R\$11,60
92	LUVAS ESTERILIZADAS INDIVIDUAL DE LÁTEX Nº 6,5	PARES	MAXITEX	500,00	R\$0,81
93	LUVAS ESTERILIZADAS INDIVIDUAL DE LÁTEX Nº 7,0	PARES	MAXITEX	1.000,00	R\$0,81
94	LUVAS ESTERILIZADAS INDIVIDUAL DE LÁTEX Nº 7,5	PARES	MAXITEX	1.000,00	R\$0,81
95	LUVAS ESTERILIZADAS INDIVIDUAL DE LÁTEX Nº 8,0	PARES	MAXITEX	1.000,00	R\$0,81
96	LUVAS ESTERILIZADAS INDIVIDUAL DE LÁTEX Nº 8,5	PARES	MAXITEX	500,00	R\$0,81
98	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS (COM 50 UNIDADES EM CADA PACOTE) TRIPLA	PACOTE	OLIMED	300,00	R\$4,27
114	PARES UNIDADES DE LUVAS ESTERILIZADAS INDIVIDUAL DE LÁTEX Nº 6,0	PARES	MAXITEX	500,00	R\$0,93

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA CONTRATADA

Testemunhas		
1	Nilton Avanir Hurmus	2 Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433401

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA, CNPJ nº 06.555.143/0001-46, com sede e foro na Cidade de Palhoça - SC, cito a RUA ACESSO: R PEDRO THIESEN JUNIOR, nº 478, Bairro ARIRIU; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
40	CUBAS REDONDAS PARA ASSEPSIA 160ML	UNIDADE	FAMI ITÁ	15,00	R\$7,50
77	KIT PARA COLETA DE MATERIAL PARA EXAME PREVENTIVO CANCER CERVICO UTERINO TAMANHO P.	UNIDADE	CRAL	2.000,00	R\$1,12
78	KIT PARA COLETA DE MATERIAL PARA EXAME PREVENTIVO CANCER CERVICO UTERINO TAMANHO M.	UNIDADE	CRAL	3.000,00	R\$1,17
79	KIT PARA COLETA DE MATERIAL PARA EXAME PREVENTIVO CANCER CERVICO UTERINO - TAMANHO G	UNIDADE	CRAL	1.000,00	R\$1,25

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas. Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA CONTRATADA

Testemunhas		
1	Nilton Avanir Hurmus	2 Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433390

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JARDIM COSMETICOS LTDA, CNPJ nº 23.720.752/0001-22, com sede e foro na Cidade de Barão de Cotegipe - RS, cito a RUA JOSE BONIFACIO, nº 610, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
68	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO EG C/ 7 UNIDADES	PACOTE	JARDIM PREMI-UM	1.000,00	R\$6,30
70	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO M C/ 8 UNIDADES	PACOTE	JARDIM PREMI-UM	1.000,00	R\$6,48

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		JARDIM COSMETICOS LTDA CONTRATADA

Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433398

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 6 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa STARMED ARTIGOS MEDICOS E EHOSP. LTDA, CNPJ nº 02.223.342/0001-04, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR, cito a RUA BENJAMIN ANTONIO ANSAI, nº 180, Bairro NOVO MUNDO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s):

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
2	ABOCATH 14	UNIDADE	POLYON	1.000,00	R\$0,61
5	ABOCATH 20	UNIDADE	POLYON	1.000,00	R\$0,60
6	ABOCATH 22	UNIDADE	POLYON	1.000,00	R\$0,60



11	AGULHAS DESCARTAVEIS 0,55X20 24G	UNIDADE	SR	5.000,00	R\$0,07
16	AGULHAS HIPODERMICA 13x4,5 26GX	UNIDADE	SR	2.000,00	R\$0,07
31	BOLSA COLETORA DE URINA	UNIDADE	ADVANTIVE	400,00	R\$2,37
47	EQUIPO POLIFIX 2 VIAS	UNIDADE	VITAL GOLD	3.000,00	R\$0,59
50	ESTETOSCOPIO INFANTIL.	UNIDADE	ADVANTIVE	15,00	R\$8,60
67	FIXADOR CITOPATOLOGICO	UNIDADE	VAGISPEC	1.000,00	R\$3,32
86	LATEX FINO	METRO	latex br	30,00	R\$0,91
111	PAPEL PARA ESTERILIZACAO KRAFT - BOBINA COM NO MINIMO 5 KG	BOBINA	IRANI	150,00	R\$38,58
124	SCALP N19	UNIDADE	VITAL GOLD	5.000,00	R\$0,16
125	SCALP No. 21	UNIDADE	VITAL GOLD	3.000,00	R\$0,16
126	SCALP No. 23	UNIDADE	VITAL GOLD	6.000,00	R\$0,16
127	SCALP No. 25	UNIDADE	VITAL GOLD	4.000,00	R\$0,17
128	SCALP 27	UNIDADE	VITAL GOLD	2.000,00	R\$0,17
136	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,0 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
137	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,5 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
138	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 4,0 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
139	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 4,5 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
140	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 5,0 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
141	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 5,5 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
142	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 6,0 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
143	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 6,5 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	100,00	R\$3,30
144	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 7,0 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	200,00	R\$3,30
145	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 7,5 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	200,00	R\$3,30
146	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 8,0 COM CAFF	UNIDADE	VITAL GOLD	80,00	R\$3,30
148	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL 6	UNIDADE	MEDSONDA	1.500,00	R\$0,41
149	SONDA FOLEY N.10	UNIDADE	ADVANTIVE	100,00	R\$2,95
154	SONDA FOLEY 20	UNIDADE	ADVANTIVE	100,00	R\$2,50
157	SONDA NASOGASTRICA No.14 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	200,00	R\$0,72
158	SONDA NASOGASTRICA No.14 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	500,00	R\$0,72
159	SONDA NASOGASTRICA No.16 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	200,00	R\$0,82
160	SONDA NASOGASTRICA No.16 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	500,00	R\$0,82
161	SONDA NASOGASTRICA No.18 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	200,00	R\$0,90
162	SONDA NASOGASTRICA No.18 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	500,00	R\$0,90
163	SONDA NASOGÁSTRICA 20 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	200,00	R\$1,03
164	SONDA NASOGÁSTRICA 20 LONGA	UNIDADE	MEDSONDA	500,00	R\$1,03
165	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº06	UNIDADE	MEDSONDA	1.000,00	R\$0,41
166	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº08	UNIDADE	MEDSONDA	1.000,00	R\$0,42

167	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº10	UNIDADE	MEDSONDA	1.000,00	R\$0,44
168	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº14	UNIDADE	MEDSONDA	1.000,00	R\$0,47
169	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº16	UNIDADE	MEDSONDA	1.000,00	R\$0,51
171	SONDA URETRAL No.4	UNIDADE	MEDSONDA	2.000,00	R\$0,38
172	SONDA URETRAL N. 6	UNIDADE	MEDSONDA	1.000,00	R\$0,39
173	SONDA URETRAL N. 8	UNIDADE	MEDSONDA	2.000,00	R\$0,40
174	SONDA URETRAL N.10	UNIDADE	MEDSONDA	2.000,00	R\$0,41
175	SONDA URETRAL N12	UNIDADE	MEDSONDA	2.000,00	R\$0,43
183	TALA METÁLICA 12X180	UNIDADE	MSO	20,00	R\$0,29
184	TALA METÁLICA 16X180	UNIDADE	MSO	20,00	R\$0,40
185	TALA METÁLICA 19X180	UNIDADE	MSO	30,00	R\$0,52
186	TERMOMETRO CLINICO	UNIDADE	PREMIUM	200,00	R\$5,04

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		STARMED ARTIGOS MEDICOS E EHOSP. LTDA CONTRATADA
Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2 Jacy de Fatima Abuda	

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433399

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, CNPJ nº 11.089.732/0001-16, com sede e foro na Cidade de Pinhais - PR, cito a AVENIDA MARINGA, nº 1228, Bairro EMILIANO PERNETA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA COM 100 UNIDADES CADA	PACOTE	TALGE	1.000,00	R\$2,49
9	AGUA DEIONIZADA AUTOCLAVE 5L	GALAO	CAETECH	150,00	R\$5,75
10	AGUA DESTILADA (5 LITROS)	GALAO	ASFER	100,00	R\$5,70
18	ALCOOL 70% (FRASCO 1000 ML)	FRASCO	TUPI	5.000,00	R\$3,91
19	ALCOOL 96% COM 1000 ML CADA	FRASCO	SANTA CRUZ	2.000,00	R\$4,85
20	ALCOOL ETILICO 70% (COM 1000 ML)	FRASCO	TUPI	800,00	R\$3,91
24	ALMOTILAS (PLÁSTICO) 250 ML	UNIDADE	J.PROLAB	100,00	R\$2,00
25	APARELHOS DE INALACAO COMPLETOS COM 02 SAIDAS	UNIDADE	OLIDEF	5,00	R\$995,00
26	APARELHOS DE INALACAO COMPLETOS COM 04 SAIDAS	UNIDADE	OLIDEF	6,00	R\$1.050,00
41	CURATIVO TIPO BAND-AID OU SIMILAR TRANSPARENTE COM 35 UNIDADES	UNIDADE	COTTON LINE	50,00	R\$3,25
49	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 MM	ROLO	MISSNER	1.000,00	R\$4,94
51	ESTETOSCÓPIO PARA PACIENTE, COM AUSCULTADOR EM METAL COM ACABAMENTO ESCOVADO, AJUSTÁVEL PARA OBTER TENSÃO DESEJADA, COM ÂNGULO DE 15º PERMITE MELHOR ERGONOMIA. DEVE POSSUIR OLIVAS ADVANCET SOFT .DIAFRAGMA E ANEL NÃO PROPORCIONADO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE.	UNIDADE	PREMIUM	25,00	R\$13,00
56	FIO SUTURA CATEGUT Nº2-0 - CX C/ 24	CAIXA	TECNOFIO	20,00	R\$76,85
57	FIO SUTURA CATEGUT Nº4-0 - CX C/ 24	CAIXA	TECNOFIO	20,00	R\$76,85
58	FIO SUTURA CATEGUT Nº5-0 - CX C/ 24	CAIXA	TECNOFIO	20,00	R\$76,85
65	FIO SUTURAT Nº3-0 - CX C/ 24	CAIXA	TECNOFIO	20,00	R\$29,84
73	GEL PARA ECG 100 GRS	FRASCO	MULTIGEL	500,00	R\$1,00

80	KIT PARA INALACAO (MASCARA, EXTENSAO, CACHIMBO ECOPINHO) ADULTO.	UNIDADE	DARU	100,00	R\$4,35
81	KIT PARA INALACAO (MASCARA, EXTENSAO, CACHIMBO ECOPINHO) INFANTIL.	UNIDADE	DARU	100,00	R\$4,50
99	MICROPORE 25 X 10 CM	UNIDADE	CIEX	2.000,00	R\$1,49
104	OTOSCOPIO COM ESPECULO	UNIDADE	MISSOURI	15,00	R\$193,00
110	PAPEL LENCOL HOSPITALAR COR BRANCA 0,50 M X 70 M	ROLO	CLEAN	600,00	R\$6,50
116	PINÇAS DENTE DE RATO	UNIDADE	STARK	12,00	R\$6,42
117	PINCA KELLY CURVA 14 CM	UNIDADE	STARK	15,00	R\$14,70
118	PINCA KELLY RETA 14 CM	UNIDADE	STARK	15,00	R\$14,70
119	PORTA AGULHA 18 CM EM INOX	UNIDADE	STARK	12,00	R\$18,00
120	PORTA AGULHA PARA SUTURA	UNIDADE	STARK	12,00	R\$12,00
187	TERMOMETRO DIGITAL SEM CONTATO	UNIDADE	BIOLAND.	20,00	R\$131,50
188	TESOURA MAYO RETA 14 CM	UNIDADE	STARK	12,00	R\$15,00
189	TESOURA DE METZEMBAUN	UNIDADE	STARK	12,00	R\$14,89
190	TESOURAS RETAS	UNIDADE	STARK	12,00	R\$11,50
191	TESOURAS RETAS 14 CM	UNIDADE	STARK	15,00	R\$11,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP CONTRATADA

Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433389

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.
Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa G.GOTUZZO E CIA LTDA, CNPJ nº 87.651.345/0001-93, com sede e foro na Cidade de Pelotas - RS, cito a AVENIDA FERNANDO OSORIO, nº 4183, Bairro TRES VENDAS; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
97	MANITOL 20% 25ML SF	FRASCO	JP	200,00	R\$4,61
150	SONDA FOLEY 12	UNIDADE	SOLIDOR	100,00	R\$2,33
151	SONDA FOLEY N. 14	UNIDADE	SOLIDOR	100,00	R\$2,33
152	SONDA FOLEY No.16	UNIDADE	SOLIDOR	100,00	R\$2,33
153	SONDA FOLEY No.18	UNIDADE	SOLIDOR	100,00	R\$2,33
182	SORO RINGER LACTADO 500ML	FRASCO	EQUIPLEX	300,00	R\$2,97
196	VASELINA LIQUIDA C/1000 ML CADA	FRASCO	ALPHA QUIM-ICA	100,00	R\$14,96

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		G.GOTUZZO E CIA LTDA CONTRATADA

Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433400

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI, CNPJ nº 12.069.550/0001-46, com sede e foro na Cidade de Paulo Bento - RS, cito a RUA BENTO GONÇALVES, nº 60, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
66	FITA CREPE 16 MM X 50 M	ROLO	CIEX	1.000,00	R\$1,70
69	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO G C/ 8 UNIDADES	PACOTE	CONFIANÇA	1.000,00	R\$6,45
72	GAZE HIDRÓFILA - COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL 7,5 X 7,5 CM FECHADA E 15 X 30 CM QUANDO ABERTA, DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJADOS ÓTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFILAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 500 GRAMAS POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	PACOTE	HOSPITEX	3.000,00	R\$15,80
105	PAPEL GRAU CIRURGICO (BOBINA COM 12CM X 100M)	ROLO	POLLITEX	150,00	R\$35,30
106	PAPEL GRAU CIRURGICO (BOBINA COM 15CM X 100M)	ROLO	POLLITEX	150,00	R\$44,20
107	PAPEL GRAU CIRURGICO (BOBINA COM 20CM X 100M)	ROLO	POLLITEX	100,00	R\$59,10
108	PAPEL GRAU CIRURGICO (BOBINA COM 25CM X 100M)	ROLO	POLLITEX	100,00	R\$73,60
109	PAPEL GRAU CIRURGICO (BOBINA COM 50CM X 100M)	ROLO	POLLITEX	50,00	R\$147,50
113	PAPEL TOALHA, FOLHAS DE 23X27 CM COMPOSIÇÃO 100% (FIBRAS CELULÓSICAS) BRANCO COM 1000 UNID..	PACOTE	Qualilux	1.500,00	R\$6,00
123	SACO DE LIXO HOSPITALAR 100 LITROS	PACOTE	EREPLAST	10.000,00	R\$19,99
180	SORO FISIOLÓGICO COM 1000 ML	FRASCO	ARBORETO	10.000,00	R\$3,59

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI CONTRATADA

Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433375

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 6 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, com sede e foro na Cidade de Rio do Sul - SC, cito a ESTRADA BOA ESPERANCA, nº 2320, Bairro FUNDO CANOAS; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
4	ABOCATH 18	UNIDADE	TKL	1.000,00	R\$0,60
7	ABOCATH 24	UNIDADE	TKL	1.000,00	R\$0,70
21	ALCOOL GLICERINADO (FRASCO 1000 ML)	FRASCO	RIOQUIMICA	100,00	R\$22,07
131	SERINGA PARA INSULINA DESCARTAVEIS ULTRA-FINE. AGULHAS 29 G 1/2 (13x3,3) (12,7mm X 0,33mm) DE 1 ML- CAIXA COM 100 UNIDADES CADA.	CAIXA	Lamedid-So-lidor-Procure	200,00	R\$25,49

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas. Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CONTRATADA

Testemunhas		
1 Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PREGÃO Nº. 51/2017

Publicação Nº 1433392

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 58/2017.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 51/2017.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 83.157.032/0001-22, com sede e foro na Cidade de Rio do Sul - SC, cito a ESTRADA BOA ESPERANCA, nº 1918,

Bairro FUNDO CANOAS; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
15	AGULHAS DESCARTAVEIS 40X12 COM 100 UNIDADES.	CAIXA	LABOR IMPORT	500,00	R\$6,64
17	AGULHAS HIPODERMICA 25 X 6	UNIDADE	LABOR IMPORT	5.000,00	R\$0,07
22	ALCOOL IODADO (FRASCO COM 1000ML)	FRASCO	RIOQUIMICA	500,00	R\$9,07
34	CATETER PARA OXIGÊNIO Nº 06	UNIDADE	BIOSANI	300,00	R\$0,44
35	CATETER PARA OXIGÊNIO Nº08	UNIDADE	MEDSONDA	200,00	R\$0,49
36	CATETER PARA OXIGÊNIO Nº10	UNIDADE	MARKMED	200,00	R\$0,48
39	COTONETE COM 75 UND.	CAIXA	HIGIE TOPP	200,00	R\$0,93
43	AMILASE, CARBOHIDRASE, ALCOOL ISOPROPILICO E TENSO ATIVOS NAO IONICOS COM PH NEUTRO. EMBALAGEM COM 1000 M	CAIXA	KELLDRIN	150,00	R\$18,83
48	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO: ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE, LIVRE DE MERCÚRIO, COMPOSTO POR MANÔMETRO MONTADO EM ADEQUADA ESTRUTURA PLÁSTICA RESISTENTE A QUEDAS, CONFORME CERTIFICAÇÃO E LIVRE DE DESREGULAÇÕES FREQUENTES. TODOS OS ACESSÓRIOS DO PRODUTO DEVEM SER ISENTOS DE LÁTEX, ANTIALÉRGICOS. LAUDO TÉCNICO DO IPEN (INMETRO) COM CERTIFICAÇÃO DE AFERIÇÃO INDIVIDUAL. GARANTIA DE CALIBRAÇÃO POR 05 ANOS COMPROVADA ATRAVÉS DO MANUAL REGISTRADO NA ANVISA .DEVE ACOMPANHAR UMA EMBRAÇADEIRA ADULTO COMPLETA COM ENGATE RÁPIDO.	UNIDADE	INCOTERM	50,00	R\$189,19
100	NUTRICAÇÃO ENTERAL	UNIDADE	EQUIPLEX	500,00	R\$0,70
101	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR SEM ANTI EMBACANTE	UNIDADE	SUPERMEDY	600,00	R\$2,39
103	OTOSCÓPIO COM CABO PARA DIAGNÓSTICO, COM LÂMPADA DE HALOGÊNIO DE 2.5V. LENTE COM AUMENTO MÍNIMO DE 4,0 VEZES E REMOVÍVEIS PARA PERMITIR INSTRUMENTAÇÃO. DEVERÁ ACOMPANHAR 5 ESPÉCULOS REUTILIZÁVEIS DE DIFERENTES TAMANHOS, CABO EM METAL RECARTEILHADO, PARA PILHA "C", CABEÇA COM CONEXÃO TIPO BAIONETA, COM CONTROLE DE INTENSIDADE DE LUZ . LÂMPADA RESERVA E VISOR ADICIONAL DEVEM ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO.	UNIDADE	MD	50,00	R\$262,50
147	SONDA DE ASPIRAÇÃO NASO CURTA 16	UNIDADE	BIOSANI	600,00	R\$0,51
155	SONDA NASOGÁSTRICA No.12 LONGA	UNIDADE	BIOSANI	200,00	R\$0,65
156	SONDA NASOGÁSTRICA No.12 LONGA	UNIDADE	BIOSANI	500,00	R\$0,65
170	SONDA P/ ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº18	UNIDADE	BIOSANI	1.000,00	R\$0,54
176	SORO EM BOLSA DE SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9 % (SORO FISIOLÓGICO) COM 250 ML.	UNIDADE	HALEX ISTAR	24.000,00	R\$1,99
177	SORO EM BOLSA DE SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% (SORO FISIOLÓGICO) FRASCOS COM 500ML.	UNIDADE	EQUIPLEX	10.000,00	R\$2,39
178	SORO EM BOLSA DE SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML.	UNIDADE	HALEX ISTAR	800,00	R\$2,24
179	SORO EM BOLSA GLICOSADO 250 ML	UNIDADE	HALEX ISTAR	3.000,00	R\$2,42
181	SORO FISIOLÓGICO FRASCO COM 250 ML	FRASCO	EQUIPLEX	10.000,00	R\$1,89

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 51/2017 – Procedimento Administrativo nº. 58/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOS- PITALAR LTDA CONTRATADA	
Testemunhas			
1	Nilton Avanir Hurmus	2	Jacy de Fatima Abuda

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 93/2017.

Publicação Nº 1433402

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

Procedimento Licitatório nº. 93/2017 - Edital Pregão nº. 78/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 04 de dezembro de 2017, propostas para AQUISIÇÃO UM DE VEICULO tipo furgão, conforme as condições e especificações contidas no edital, o qual passara a integrar a frota veicular do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de dezembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 16 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 94/2017.

Publicação Nº 1433404

“AVISO DE LICITAÇÃO”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 94/2017

Edital Tomada de Preços nº. 06/2017.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 08 de dezembro de 2017, Documentação e Propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS (ILUMINAÇÃO EXTERNA) EM ESCOLAS E CMEI'S MUNICIPAIS, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 08 de dezembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 16 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo n. 158/2017**

Publicação Nº 1432350

DECRETO LEGISLATIVO N. 158, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

APROVA AS CONTAS DO PREFEITO ELÓI JOSÉ QUEGE E DO VICE-PREFEITO ALINOR LESCOVITZ, DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015.

O Poder Legislativo Decreta:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Prefeito Elói José Quege e do Vice-Prefeito Alinor Lescovitz, do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício de 2015, nos períodos considerados, de acordo com o Parecer Prévio n. 0249/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos do Processo n. PCP-16/00347956.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 21 de Novembro de 2017.

LAUDECI JOSÉ GONÇALVES

Presidente

Este Decreto Legislativo foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração desta Casa na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 22 de Novembro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 593/L/2017

Publicação Nº 1432112

PORTARIA N. 593 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDORA.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora CLAUDETE DA SILVA, ocupante do cargo de Recepcionista e Responsável pela Ouvidoria, Matrícula 94-0, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 30(trinta) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2016/2017, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 325/2017, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, a contar do dia 04 de Dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 21 de Novembro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 22 de Novembro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2331

Publicação Nº 1433510

DECRETO Nº 2.331/2017 de 21/11/2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 44.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), a fim de reforçar as dotações orçamentárias abaixo, anulando os respectivos valores das dotações relacionadas:

08- SECRETARIA DE TURISMO INDUSTRIA E COMÉRCIO

01 - SERVIÇOS DE TURISMO

2.016 - Despesas com programas de Turismo

Suplementa: (91) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 40.000,00

Anula: (90) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000R\$ 40.000,00

12- CONSELHO TUTELAR

01 - CONSELHO TUTELAR

2.316 - Manutenção do Conselho Tutelar

Suplementa: (117) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 4.000,00

Anula : (118) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 4.000,00

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

aos 21 dias do mês de novembro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 441/17

Publicação Nº 1433046

PORTARIA 441/17 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o disposto no art. 100 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. WAGNER DALPIAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, férias laborais pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 20 de novembro de 2017.

Art. 2º - O período de férias se refere ao efetivo exercício funcional no período entre 29 de setembro de 2015 a 28 de setembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 442/17

Publicação Nº 1433048

PORTARIA 442/17 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município...

CONSIDERANDO o término do Contrato de Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. ELIDA GLAUCIANE ANDRADE BRUNER, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 443/17

Publicação Nº 1433494

PORTARIA 443/17 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

REDUZ A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são

conferidas com base no Art. 32, § 2º da Lei complementar nº 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o retorno as atividades laborais da servidora pública titular, Sra. LAIS FRANÇA KNISS APOLINÁRIO.

RESOLVE:

Art. 1º- REDUZIR a carga horária da servidora Pública Municipal Sra. CARLANE GOEDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, em 20:00 horas semanais, a partir de 11 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 11 de novembro de 2017, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PREGÃO PRESENCIAL 67/2017 PMTC

Publicação Nº 1433517

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 67/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Srª. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO MENSAL, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE LINK DE INTERNET DEDICADO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS TERMOS DAS CONCESSÕES OUTORGADAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, SENDO QUE O LINK INTERNET DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 30MB FULL DUPLEX. Demais especificações anexo I, que faz parte integrante do edital.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h, do dia 05 de dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Auditório, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 22 de novembro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Publicação Nº 1433521

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

EDSON LUIZ MORAIS, Presidente da Câmara Municipal de Trombudo Central, vem por intermédio deste, em nome da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, CONVIDAR Vossa Senhoria, como representante de sua Entidade, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018, na forma de que dispõe o Artigo 48, Parágrafo 1º, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000.

DIA -	27 DE NOVEMBRO DE 2017.
LOCAL -	CÂMARA DE VEREADORES
HORÁRIO -	18:00 HORAS

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 134/2017

Publicação Nº 1433547

CONTRATO Nº 134/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ROSEMERI FACCIO PISATO ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.389.393/0001-77, com sede na Rua José Bonifácio, nº 338, Centro, no Município de Descanso/SC, doravante denominada CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, e no Processo Licitatório nº 216/2017 e Pregão Presencial n.139/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO UNIFORMES (CAMISETAS) QUE SERÃO DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME SEGUE ABAIXO:

ITEM	quant.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR unitário	valor total
1	140	Camiseta Branca 50% algodão e 50% poliéster, com manga normal, 3 viés coloridos na manga, nas seguintes cores:verde, vermelho, amarelo. Bordado do Brasão da Prefeitura Municipal de Tunápolis na parte da frente no lado esquerdo. No tamanho 0 a 3 anos(tamanho 1,2, 3). MARCA REDOMA	13,80	1.932,00
2	322	Camiseta Branca 50% algodão e 50% poliéster, com manga normal, 3 viés coloridos na manga, nas seguintes cores:verde, vermelho, amarelo. Bordado do Brasão da Prefeitura Municipal de Tunápolis na parte da frente no lado esquerdo. No tamanho 3 a 6 anos (tamanho 4,5,6) MARCA REDOMA	16,75	5.393,50
3	466	Camiseta Branca 50% algodão e 50% poliéster, com manga normal, 3 viés coloridos na manga, nas seguintes cores: verde, vermelho, amarelo. Bordado do Brasão da Prefeitura Municipal de Tunápolis na parte da frente no lado esquerdo. No tamanho 7 a 14 anos (7,8,9,10,11,12,13,14) MARCA REDOMA	18,80	8.760,00
TOTAL			16.086,30	

CLÁUSULA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO DOS SERVICOS:

2.1. A CONTRATADA deverá apresentar uma amostra do uniforme(camiseta) a ser fornecido, antes de proceder à execução e entrega definitiva do mesmo, a AMOSTRA deverá ser apresentada para a Secretária Municipal da Educação, Sra Angelita Teresinha Stulp Bourscheidt para verificar se a CONTRATADA cumpriu integralmente com os parâmetros exigidos no que tange a seleção das camisetas especificadas e pretendidas pela Secretaria Municipal da Educação.

2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar a totalidade das camisetas que deverão ser entregues nas dependências da Secretaria Municipal da Educação na Rua João Castilho,centro, Tunápolis, em até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento;

2.3 Os uniformes deverão ser entregues em total cumprimento aos prazos estabelecidos, seguindo as orientações e especificações.

2. 4 A CONTRATADA será responsável pelo envio e frete dos Uniformes.

2.5 Por ocasião do recebimento dos uniformes, a Secretaria Municipal da Educação, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a CONTRATADA a promover a devida substituição, observados os prazos estipulados.

2.6 O aceite dos uniformes não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste CONTRATO, verificadas posteriormente.

2.7 Caso os uniformes sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

2.8 Os quantitativos discriminados para cada item constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente CONTRATADO, obrigado a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessária, observada a limitação legal, não ficando a administração desta municipalidade obrigada a executá-los.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

3.1 Que a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, na execução dos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA QUARTA –DO PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento de R\$16.086,30(dezesseis mil oitenta e seis reais e trinta centavos) será efetuado EM ATE 10 DIAS APOS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL e fornecimento dos itens, objeto deste contrato e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos uniformes, conforme objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA QUINTA -DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A Contratada se responsabiliza pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os impostos que incidam ou venham incidir sobre os serviços locados, resultantes da execução deste contrato.

5.2 A Contratada se obriga a diligenciar para que o contrato seja cumprido da melhor forma possível, de acordo com os seus objetivos e finalidades especificadas e em conformidade com as normas legais pertinentes.

5.3 A Contratada será responsável pelos danos causados, direto ou indiretamente, à Prefeitura Municipal, bem como à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste contrato, obrigando-se, ainda, pela proteção e demais medidas preventivas contra acidentes, aos seus funcionários, a terceiros e a Prefeitura .

5.4 A inobservância de qualquer dos itens acima relacionados, será motivo de rescisão contratual, tendo como consequência a aplicação de multas e sanções previstas.

5.5 A Contratada se obriga a cumprir rigorosamente o prazo de execução do presente instrumento, sob pena de multa e rescisão contratual por inexecução total ou parcial.

5.6 A Contratada será a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar à Prefeitura Municipal, ou a terceiros, em decorrência de má execução ou da não observância das normas cabíveis na execução dos serviços, sem que isso represente quaisquer ônus para a PREFEITURA;

5.7 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

5.8 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

5.9 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:

6. 1 - Através do presente instrumento, ficam as partes dos Contratantes e seus Sucessores a qualquer título, obrigados ao fiel cumprimento do mesmo.

6.2 - Fica reservado, ao Contratante, o direito de vistoriar e vetar, a qualquer momento, a utilização do objeto ou serviço licitado, pelo seu conhecimento específico ou exclusivo critério de avaliação, julgue seja inconveniente a sua utilização, não isentando, entretanto, a Contratada, da responsabilidade pelos defeitos ou ineficiência de desempenho que a locação possa apresentar.

6. 3 - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por representante indicado pelo Contratante, devendo a fiscalização registrar todas as ocorrências, podendo determinar à Contratada, a paralisação do fornecimento do objeto licitado, se o mesmo estiver em desacordo com o exigido, até a regularização das faltas observadas.

6.4 – A Contratada manterá os registros necessários à comprovação pela da Prefeitura Municipal do serviço prestado.

6. 5 – A Contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos e incorreções.

CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES:

7.1 A Contratante se reserva o direito de, a critério e conveniência descontar dos pagamentos devidos ao Proponente vencedor, o valor das multas previstas no contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente.

7.2 Na hipótese da Contratada inadimplir total ou parcialmente este contrato, o Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar multa de 5% (cinco por cento) do valor total do presente instrumento.

7.3 A critério do Contratante caberá a rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a Contratada incorrer em qualquer dos motivos do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4 Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pelo Município atendida sempre a conveniência administrativa.

7.5 A Contratada reconhece os direitos do Contratante em rescindir o presente instrumento, como prevê o artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.6 Na hipótese do Contratante recusar-se a receber o objeto, porque o mesmo se encontra em desacordo com as especificações técnicas exigidas, não se responsabilizará por nenhum prejuízo ou despesa feitos pela Contratada.

7.7 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

1 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

2 - Atraso injustificado no início de execução do serviço;

3 - Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Prefeitura Municipal

4 - Decretação de falência;

5 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que será subordinado o contratante;

6 - A inobservância do nível de qualidade proposto ou exigível para a execução dos serviços.

7.8 A infração a qualquer cláusula ou condição deste contrato, por ação ou omissão imputável a qualquer das partes, ensejará à outra parte o direito de considerá-lo rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

8 - CLÁUSULA OITAVA -Da dotação orçamentária.

8.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (46,59,80) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1 Efetuar o pagamento ajustado;

9.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

9.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10. 1 – Que a Contratada se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. 2 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em quatro vias, de igual forma e teor, que após lido a achado conforme, assinam-no, na presença de duas testemunhas, depois de datado.

Tunápolis, SC., 17 de Novembro de 2017.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ROSEMERI FACCIO PISATO- ME
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 133/2017

Publicação Nº 1433546

CONTRATO Nº 133/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME pessoa jurídica de direito privado inscrita no o CNPJ n.º 85.377.422/0001-33 , com sede na Avenida Cerro Largo,515 centro, no Município de Tunápolis-SC, neste ato devidamente representado pelo Sr. Antônio Freiburger-Sócio administrador considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 211/2017 e Pregão Presencial nº 138/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O Presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas), mediante execução de manutenção corretiva e preventiva no Município de Tunápolis.

Item	Qtd.	Horas	Características Principais	Preço de Unitário	Preço total
01	150	h	Mão de Obra para contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais iluminação (internas), Instalação de tubulação para gás de cozinha.	40,00	6.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO:

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 40,00(quarenta reais) a hora, computando-se pelas quantidades de horas de serviço trabalhadas e executadas, sendo que o pagamento será efetuado em até 8(oito) dias da prestação de serviço após entrega da nota fiscal.

2.2 – O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

2.3 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

3.2– O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades.

3.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 – Todos os materiais necessários para a execução do objeto ora licitado serão fornecidos pelo Município.

4.2 – Os serviços ora licitados englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações de qualquer serviço inerente ao objeto licitado.

4.3. – Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

4.3.1 – A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providencias relativas à manutenção e correção. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

4.3.2 – Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

4.3.3 – O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3.4 – A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

4.3.5 – A empresa deverá, durante a contratualidade:

a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;

b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

4.3.7 – As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

4.3.8 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

4.3.9 – Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

4.3.10 – A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

4.3.11 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

4.3.12 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

4.3.13 – A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo município para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

CLÁUSULA QUINTA – DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS:

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7 , 9, 33 , 42 , 55 , 75 , 79 , 86 98 , 109 ,111, 119 , 127 , 179 , 146) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO:

6.1 O presente contrato tem sua vigência até 31/12/2017 iniciando após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/935.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes;

c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES:

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 5% (cinco) por cento sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE:

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 14 de novembro de 2017

Renato Paulata Freiburger Materiais Elétricos Ltda ME
PREFEITO MUNICIPAL Contratado
Contratante Antônio Freiburger

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº31/2017.

Publicação Nº 1433545

CONTRATO nº31/2017.

O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA, estabelecida na Rua Almirante Tamandaré, nº 538, Edifício Corso, sala 6B, no Município de São Miguel do Oeste/SC. CEP 89.900-000, neste ato representada pela Sra. Jacinta Imig, sócia proprietária, denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR O CURSO DE CUIDADOR DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA ATUAREM COMO PROFISSIONAIS DA ÁREA .

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	60	Horas	Execução de Curso de cuidadores de idosos e pessoas com deficiência com carga horária dividida em aulas de 4 horas duas vezes por semana conforme cronograma da equipe técnica do CRAS. A empresa participante deverá comprovar que os profissionais que irão executar o objeto da licitação estão devidamente habilitados nas áreas da Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Serviço Social, Conteúdo: aspectos legais, da função, alimentação adequada, cuidados básicos de enfermagem e atendimento médico, saúde e principais doenças, aspectos psicológicos, fisioterapia e terapia ocupacional.	99,00	5.940,00
TOTAL GERAL				5.940,00	

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O Fundo Municipal da Saúde pagará o valor R\$ 99,00(noventa e nove reais) a hora, computadas pelas quantidades de horas de serviço trabalhadas e executadas, o pagamento será efetuado em até 8(oito) dias da prestação de serviço após entrega da

nota fiscal, o valor será fixo e irrevogável nos termos da legislação vigente. O valor total deste contrato é de R\$ 5.940,00 (Cinco mil novecentos e quarenta reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 8 (oito) dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal no Município de Tunápolis/SC à vista do respectivo relatório de Recebimento Definitivo do objeto assinado pela Equipe Técnica do CRAS Fundo Municipal da Saúde. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e esta deverá efetuar a apresentação válida no prazo de 05 (cinco) dias.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGENCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência até 31/12/2017 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLAUSULA QUINTA – REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLAUSULAS COMPLEMENTARES.

A CONTRATADA deverá prestar os serviços, de acordo O CRONOGRAMA e programação da equipe técnica do CRAS, e também em conformidade com as especificações constantes no anexo "I" do Edital. O presente contrato rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, complementadas suas cláusulas pelas normas contratuais constantes da Licitação modalidade homologada em 20/11/2017.

CLAUSULA SETIMA – DA DOTACAO ORCAMENTARIA

13.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (10,60) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2017.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGACOES DAS PARTES**I - DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

- a) Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) execução do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- c) arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e previdenciárias, bem como outras de quaisquer espécie para a execução do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- d) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- e) responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à Contratante e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- f) assumir os riscos inerentes às atividades;
- g) a Contratada não poderá pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior;
- h) manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e no edital do presente processo.
- i) Executar o serviço em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Anexo I do Edital.

II - DO FUNDO:

Constituem obrigações da Contratante:

- a) - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto na Cláusula Terceira;
- b) - Fiscalizar e acompanhar, pela equipe técnica do CRAS a completa execução do objeto deste contrato.
- c) - efetuar o desconto do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (art. 158 inciso I – CF/88).

CLAUSULA NONA – DA RESCISAO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pela Administração, na ocorrência de quaisquer um dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA – DAS PENALIDADES

Ficam por este ato incorporadas a este instrumento todas as penalidades previstas no Edital, para todos os fins de direito, inclusive pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão ou outras falhas por parte da Contratada, ficando estabelecida multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato, com a consequente rescisão deste instrumento. Além da multa supra relacionada, ao município caberá, também, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, interpelar a Contratada civil ou penalmente.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS ALTERACOES

Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57, §1º, e 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Itapiranga/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Procuradoria Jurídica do município de Tunápolis, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Tunápolis - SC., 20 de novembro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA,
CONTRATADA CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

LEI 1334/2017

Publicação Nº 1433630

Lei nº. 1334/2017 de 22 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Tunápolis, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com o art. 146 da Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - disposições gerais.

Art. 2º Fazem parte integrante desta Lei todos os anexos obrigatórios estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º As prioridades, em termos de programas, objetivos e metas para os exercícios de 2018 a 2021, assim como os detalhamentos dos programas e objetivos, são aqueles previstos no anexo dos Programas de Governo do Plano Plurianual de que trata a Lei nº XXXX, de XX de XXXXXX de 2017.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 5º Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir outras ações e programas constantes do Plano Plurianual vigente, e suas alterações, ou que tenham sido objeto de leis específicas, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

Art. 7º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus

Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional do Município.

Art. 9º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, 407/2011, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 10 O Projeto da Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, será composto dos anexos obrigatórios estabelecidos na Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira informando saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa (metodologia de cálculo) sobre a estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 11 O Orçamento para o exercício de 2018 e a sua execução, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 12 Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação.

§ 1º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a secretário ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes, apartados da Unidade Gestora Central, quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Secretário ou Servidor Municipal.

Art. 13 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter dispositivo para regular a abertura de crédito adicional suplementar, bem como, autorização prévia para anulação e suplementação, nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Art. 14 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 15 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (artigos 8º, § único, e 50, I, da LRF).

Art. 16 A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receita e Despesa

Art. 17 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 18 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 19 O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

Art. 20 Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado especificada no Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente as despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do artigo 17, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 21 Os projetos e, principalmente, as obras em andamento e despesas com a conservação do patrimônio público, terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (artigo 45, da LRF).

Art. 22 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art. 23 O Poder Legislativo terá como limite máximo da despesa para 2018 a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, observado o disposto no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tratam os incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018 em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Seção III

Da Limitação dos Empenhos

Art. 25 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 3º Na ocorrência de calamidade pública serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no artigo 65, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º O Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão ou unidade administrativa terão como limite de movimentação e empenho.

§ 5º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais; e

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 6º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 7º Não ocorrendo à limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, caput e inciso I da Lei Complementar no 101, de 2000 e art. 74, § 1º da Constituição da República.

Art. 26 A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Seção IV

Da Inclusão de novos projetos e conservação do Patrimônio público

Art. 27 Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

Seção V

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Seção VI

Dos Convênios para Captação de Recursos

Art. 30 O Executivo Municipal, fica autorizado a realizar convênios, acordos e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

Seção VII

Do Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

Art. 31 As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmadas por convênios, acordos, ajustes ou congêneres e previstos recursos na Lei Orçamentária (artigo 62, da LRF).

Art. 32 O Executivo Municipal poderá firmar convênio, acordos, ajustes ou congêneres com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre a disponibilização de servidores municipais efetivos, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VIII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Art. 33 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, a título de subvenções, contribuições e auxílios de capital, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I "f" e 26 da LRF).

§1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, ocorrerá de acordo com o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014

e o Decreto nº 1.879, de 17 de fevereiro de 2017 que regulamentou a Lei no município.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo que deverão ser observadas as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de SC.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e,

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no ajuste.

Seção IX

Dos Riscos Fiscais

Art. 34 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo de Riscos Fiscais desta Lei (artigo 4º, §3º, da LRF).

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados no Orçamento Fiscal.

Seção X

Da Reserva de Contingência

Art.35 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, oriundos de receitas ordinárias, em montante equivalente a 0,15% da Receita Corrente Líquida do exercício (artigo 5º, III, da LRF).

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas vinculadas.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO Nº 42/99, artigo 5º, Portaria STN Nº 163/2001, artigo 8º, e no Anexo de Riscos Fiscais (artigo 5º, III, "b", da LRF).

Seção XI

Dos Créditos Adicionais

Art. 36 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que já exista previsão na lei que dispõe sobre o plano plurianual e no anexo de metas e prioridades desta Lei.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, mensagem contendo exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 3º Cada projeto de lei e a respectiva Lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Seção XII

Da Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 37 Fica o Poder Executivo, mediante Decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.

§ 2º Para efeitos desta Lei entende-se como:

I – Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de modalidade de aplicação, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I

Das Diretrizes gerais

Art. 38 O Município poderá realizar contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, na medida em que configurar eminente falta de recursos, observado sua capacidade de endividamento, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 40 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (artigo 31, §1º, II, da LRF).

Seção II

Das Disposições Sobre Débitos Judiciais

Art. 41 As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 42 A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2018, destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, deve atentar ao disposto nos artigos 78 e 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS

Art. 43 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em

caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 44 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Parágrafo único. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101/2000, a autorização de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais, de risco ou prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco à saúde e segurança de pessoas ou bens.

Art. 45 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - exoneração de servidores não estáveis, observando o artigo 33, da Emenda Constitucional Nº 19/1998;

V - no caso do inciso I, do §3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções.

Art. 46 Os projetos de lei relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão cumprir o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 47 Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Para os fins do disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em 'Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)' e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 48 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas e estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 49 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (artigo 14, §2º, da LRF).

Art. 50 Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000 (artigo 14, §3º, da LRF).

Art. 51 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal, voltados ao incremento das receitas.

Art. 52 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 14, §3º, da LRF).

Art. 53 O Poder Executivo poderá readequar a legislação tributária municipal, respeitando as disposições da legislação nacional de normas gerais, criando novas taxas, alterando critérios de base de cálculo ou alíquotas dos tributos municipais.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 O Poder Executivo demonstrará, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre e 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre e do exercício, avaliação da execução dos programas e/ou ações priorizados por esta Lei, bem como as justificações de eventuais inconsistências ocorridas, com indicação das medidas corretivas (artigos 4º, I, "e", e 9º, §4º, da LRF).

Art. 55 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 56 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 57 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 58 O Executivo Municipal estará autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e ou extrajudiciais.

Art. 59 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 60 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal em 22 de novembro de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

LEI 1335/2017

Publicação Nº 1433635

Lei nº 1335/2017 de 22 de novembro de 2017.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 481.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.285/2016, e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 481.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.285 de 07 de dezembro de 2016 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Órgão:	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ.E FINANÇAS
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Proj./Ativ	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (6)	100.000,00
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.005	Contribuição para Formação do PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (16)	20.000,00
Proj./Ativ	04.122.0002.2.017	Aposentados e Pensionistas
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (21)	5.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (42)	62.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (47)	38.000,00
Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.1.012	Construções/Reformas/Ampliações Quadras Poliesportivas, Ginásios, Praças Esportivas
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (81)	78.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.608.0013.2.025	Programa de Melhoramento Genético
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (96)	5.000,00
Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	22.661.0014.1.018	Construção, Ampliação e Conservação de Área Industrial
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (123)	63.000,00
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Órgão:	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (7)	103.000,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.034	Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
3.1.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (13)	7.000,00

TOTAL. R\$ 481.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
Órgão:	09.00	PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Unidade:	09.01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Proj./Ativ	01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo
3.1.90.00.00.00.00.00.10001	Aplicações Diretas (2)	34.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.10001	Aplicações Diretas (3)	66.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (2)	35.000,00

Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Proj./Ativ	04.122.0002.1.004	Aquisição de Veículo, Equipamento e demais Materiais
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (5)	1.761,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas (203)	7.504,81

Proj./Ativ	04.122.0002.2.052	Manutenção Serviços do Transporte Rodoviário Passageiros
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (9)	8.000,00

Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.01	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj./Ativ	12.361.0005.1.006	Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes p/Adm
4.4.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (33)	3.050,00

Proj./Ativ	12.361.0005.2.010	Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (34)	8.000,00

Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (54)	50.000,00

Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE
Proj./Ativ	12.365.0005.2.063	Manutenção das Atividades da Creche Municipal
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (77)	50.000,00

Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (82)	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (83)	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (84)	3.681,30

Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO
Proj./Ativ	13.392.0008.2.019	Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (86)	6.702,89
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (87)	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (88)	5.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (93)	70.000,00
Órgão:	11.00	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade:	11.01	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ	16.482.0010.1.023	Aquisição de Área e Construção de Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (148)	5.000,00
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ	17.512.0011.1.020	Construção, Ampliação, Conservação Esgotamento Sanitário
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (151)	5.576,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (152)	5.000,00
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Órgão:	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.037	Manutenção do Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (17)	45.000,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.039	Manutenção do Programa de Próteses Dentárias – LRPD
3.3.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (29)	5.000,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.040	Manutenção da Vigilância e Promoção em Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (41)	4.396,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.044	Auxílios Financeiros para Entidades sem Fins Lucrativos
3.3.50.00.00.00.00.00.1002	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (32)	36.724,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.055	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
3.3.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (27)	1.000,00
Proj./Ativ	10.302.0012.2.053	Manutenção de Consórcio Público – CIS-Ameosc
3.1.71.00.00.00.00.00.1002	Transferências a Consórcios Públicos (36)	367,21
3.3.71.00.00.00.00.00.1002	Transferências a Consórcios Públicos (37)	383,62
3.3.93.00.00.00.00.00.1002	Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos (38)	3.791,96
4.4.71.00.00.00.00.00.1002	Transferências a Consórcios Públicos (39)	61,21

TOTAL.. R\$ 481.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 22 de novembro de 2017.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 228/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 145/2017

Publicação Nº 1432319

Processo de Compra Nº.: 228/2017

Pregão Presencial nº: 145/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 8h30min do dia 04 de dezembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O Objeto do presente pregão consiste na aquisição de Materiais Elétricos e demais inerentes que serão utilizados na manutenção e reformas de locais públicos, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h30min do dia 04 de dezembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 21 de Novembro de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

Publicação Nº 1433242

TERMO ADITIVO Nº61/2017

De um lado o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito publico, inscrito no CNPJ: 01.336.261/0001-40, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571 S, Chapeco – SC, neste ato representado pelo seu presidente Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, doravante denominado CONSORCIO e de outro lado o município de UNIÃO DO OESTE com sede na Av. São Luiz, nº 531, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.CELSO MATIELLO, doravante denominado MUNICIPIO resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Rateio Nº 31/2017, com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS-AMOSC, tendo como base legal a Lei Federal nº8.666/93, Lei Federal nº11.107/2005 e Decreto nº6.107/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções e Contrato de Programa, conforme clausula e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Quarta do Contrato de Rateio nº 31/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLAUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO pagara ao CONSORCIO o valor total de R\$ 143.200,00 (cento e quarenta e tres mil e duzentos reais), para serviços médicos especializados com o seguinte desdobramento:

3.3.93.36.30 R\$ 16.320,00

3.3.93.39.50 R\$ 126.880,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato de Rateio nº31/2017 permanecem inalteradas.

Chapecó SC, 17 de novembro de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Presidente do CIS-AMOSC

CELSO MATIELLO
Prefeito de UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 70/2017

Publicação Nº 1433231

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2017

PROCESSO Nº 69/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/01/2018.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2017, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa CONFEITARIA LAGNI & BACH LTDA - ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ALMOÇO FESTIVO EM COMEMORAÇÃO AO 30º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, A REALIZAR-SE NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL N.º 1.088/2014, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
9	01	UN	BOLO FAKE, 04 ANDARES, DECORADO NAS CORES: VERMELHO, VERDE E BRANCO, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO NO CENTRO DO BOLO E ARRANJO CONSTANDO OS DIZERES “30 ANOS” NO TOPO DO BOLO.	Conf. Lagni	200,00	200,00

10	340	KG	BOLO RECHEADO COM CREME DE BOMBOM, COCO E LEITE CONDENSADO COM NOZES, COBERTURA EM CHANTILLI, EM BANDEJAS PESANDO ENTRE 05 E 06 KG CADA.	Conf. Lagni	19,90	6.766,00
----	-----	----	--	-------------	-------	----------

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de janeiro de 2018.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO e ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa CONFEITARIA LAGNI & BACH LTDA - ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os produtos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os produtos requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. O item 10 (Bolo Recheado) deverá ser entregue no dia 07 de janeiro de 2018, até as 10:00 horas da manhã, nas quantidades solicitadas em autorização de fornecimento, na sede do Pavilhão Comunitário, sito a Avenida Santa Catarina, centro do Município de União do Oeste.

4.3.1. Os demais itens serão adquiridos mediante a necessidade dos mesmos, sendo que após o recebimento da autorização de fornecimento o fornecedor deverá entregar os mesmos em até 05 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante entrega dos produtos e nota fiscal devidamente recebida e aceita por servidor público municipal.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade – 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES E FESTIVIDADES CULTURAIS

Cód. Red. 48 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os produtos quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 69/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 41/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os produtos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 69/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

CONFEITARIA LAGNI & BACH LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Silvane Lazzeri Piana
CPF: 000.246.779-81

Publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 71/2017

Publicação Nº 1433233

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2017

PROCESSO Nº 69/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/01/2018.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2017, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MARIZETE JARDINI 03212565900, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

- A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ALMOÇO FESTIVO EM COMEMORAÇÃO AO 30º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, A REALIZAR-SE NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL N.º 1.088/2014, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
4	220	KG	PÃO FRANCÊS 60 GRAMAS	Bom Gosto	8,40	1.848,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de janeiro de 2018.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO e ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MARIZETE JARDINI 03212565900, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os produtos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os produtos requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3.1. O item 4 (Pão francês 60 gramas) deverá ser entregue no dia 07 de janeiro de 2018, até as 10:00 horas da manhã, nas quantidades solicitadas em autorização de fornecimento, na sede do Pavilhão Comunitário, sito a Avenida Santa Catarina, centro do Município de União do Oeste.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante entrega dos produtos e nota fiscal devidamente recebida e aceita por servidor público municipal.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade – 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES E FESTIVIDADES CULTURAIS

Cód. Red. 48 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os produtos quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 69/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 69/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os produtos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 69/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

MARIZETE JARDINI 03212565900
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Silvane Lazzeri Piana
CPF: 000.246.779-81

Publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 72/2017

Publicação Nº 1433236

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2017

PROCESSO Nº 69/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/01/2018.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2017, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

- A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ALMOÇO FESTIVO EM COMEMORAÇÃO AO 30º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, A REALIZAR-SE NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL N.º 1.088/2014, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
5	350	PT	PRATO DESCARTÁVEL, TAMANHO 26X26 CM, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	BOMPAK	2,87	1.004,50
6	75	PT	GUARDANAPO DE PAPEL, TAMANHO: 30X32 CM, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	PEGG	1,78	133,50
7	30	CX	PALITO DE DENTE DE MADEIRA, EMBALAGEM COM 200 UNIDADES.	FIAT LUX	2,40	72,00
13	15	PT	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1, EM PACOTES DE 5 KG.	DALRIZO	9,95	149,25
16	350	PT	PRATO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA, TAMANHO 15 CM RASO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	BOMPAK	0,70	245,00
17	70	PT	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	STRAWPLAST	4,20	294,00
19	05	UN	SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM DE 01 KG.	SIVIERO	0,95	4,75
20	05	UN	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUÇAS, EMBALAGEM DE 500 ML.	IDEAL	1,00	5,00
21	05	PT	ESPONJA DUPLA FACE, EMBALAGEM COM 03 UNIDADES	BETANIN	2,65	13,25

22	02	PT	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	TALGE	8,99	17,98
23	05	CX	LUVA DE VINIL TRANSPARENTE C/ 100 UND. NOS TAMANHOS: P, M e G.	TALGE	17,50	87,50

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de janeiro de 2018.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO e ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os produtos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os produtos requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3.. Os itens serão adquiridos mediante a necessidade dos mesmos, sendo que após o recebimento da autorização de fornecimento o fornecedor deverá entregar os mesmos em até 05 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante entrega dos produtos e nota fiscal devidamente recebida e aceita por servidor público municipal.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade – 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES E FESTIVIDADES CULTURAIS

Cód. Red. 48 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os produtos quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 69/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 69/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os produtos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 69/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Silvane Lazzeri Piana
CPF: 000.246.779-81

Publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 73/2017

Publicação Nº 1433238

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2017

PROCESSO Nº 69/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/01/2018.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2017, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI - ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

- A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ALMOÇO FESTIVO EM COMEMORAÇÃO AO 30º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, A REALIZAR-SE NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL N.º 1.088/2014, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
1	400	UN	PÉS DE ALFACE (GRANDE)	REAL	1,74	696,00
2	120	UN	REPOLHO	REAL	3,73	447,60
3	140	KG	TOMATE	REAL	5,37	751,80
8	70	UN	SAL FINO TEMPERADO PARA CHURRASCO, EMBALAGEM DE 01 KG.	DAJU	2,78	194,60
11	07	GAR	VINAGRE DE VINHO TINTO GARAFFÃO C/ 5 LITROS	KOLLER	18,06	126,42
14	110	UN	ALHO BRANCO, SELECIONADO NACIONAL, PACOTE C/ 90 GRAMAS	REAL	4,93	542,30
15	08	UN	OLEO DE SOJA 900 ML, EMBALAGEM PET	LEVE	3,39	27,12
18	01	UN	GÁS DE COZINHA 13 QUILOS, RECARGA	SUPERGASBRAS	86,49	86,49
26	05	KG	CEBOLA BRANCA DE CABEÇA	REAL	1,88	9,40
27	04	LATA	MILHO EM CONSERVA, EMBALAGEM DE 05 KG.	FIGINI	14,79	59,16
28	05	KG	CENOURA DESFOLHADA	REAL	2,98	14,90
29	20	PT	UVA PASSA PRETA, EMBALAGEM DE 250 GR.	LA VIOLETTA	5,44	108,80
32	750	KG	CARNE BOVINA PARA CHURRASCO PICADA TIPO ALCATRE.	PRIME BEEF	19,24	14.430,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de janeiro de 2018.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO e ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI - ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os produtos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os produtos requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os itens de número 1, 2, 3, 26, 28 e 32 deverão ser entregues no dia 06 de janeiro de 2018, nas quantidades solicitadas em autorização de fornecimento, na sede do Pavilhão Comunitário, sito a Avenida Santa Catarina, centro do Município de União do Oeste, sendo que o item 32 deverá ser entregue e acondicionado pela empresa vencedora em caminhão câmara fria, permanecendo no local acima mencionado durante o dia 06 e 07 de janeiro de 2018.

4.3.1. Os demais itens serão adquiridos mediante a necessidade dos mesmos, sendo que após o recebimento da autorização de fornecimento o fornecedor deverá entregar os mesmos em até 05 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante entrega dos produtos e nota fiscal devidamente recebida e aceita por servidor público municipal.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade – 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES E FESTIVIDADES CULTURAIS

Cód. Red. 48 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os produtos quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 69/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 69/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os produtos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 69/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

RONI DEYVI WOJCIECHOWSKI - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Silvane Lazzeri Piana
CPF: 000.246.779-81

Publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 74/2017

Publicação Nº 1433241

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2017

PROCESSO Nº 69/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/01/2018.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2017, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SCS COMÉRCIO LTDA - EPP, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

- A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ALMOÇO FESTIVO EM COMEMORAÇÃO AO 30º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, A REALIZAR-SE NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL N.º 1.088/2014, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
25	50	UN	TOLHA DE ROSTO ESCURA, TAMAMHO: 50X70CM.	TOAMINE	5,50	275,00
30	800	KG	CORTES CONGELADOS DE FRANGO – SOBRECORA	AURORA	6,20	4.960,00
31	750	KG	CARNE BOVINA PARA CHURRASCO PICADA TIPO FILÉ DUPLO OU SIMPLES.	FRIOESTE	19,27	14.452,50

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de janeiro de 2018.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO e ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SCS COMÉRCIO LTDA - EPP, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os produtos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os produtos requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os itens de número 30 e 31 deverão ser entregues no dia 06 de janeiro de 2018, nas quantidades solicitadas em autorização de fornecimento, na sede do Pavilhão Comunitário, sito a Avenida Santa Catarina, centro do Município de União do Oeste, sendo que o item 31 deverá ser entregue e acondicionado pela empresa vencedora em caminhão câmara fria, permanecendo no local acima mencionado durante o dia 06 e 07 de janeiro de 2018.

4.3.1. Os demais itens serão adquiridos mediante a necessidade dos mesmos, sendo que após o recebimento da autorização de fornecimento o fornecedor deverá entregar os mesmos em até 05 dias.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante entrega dos produtos e nota fiscal devidamente recebida e aceita por servidor público municipal.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade – 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES E FESTIVIDADES CULTURAIS
Cód. Red. 48 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os produtos quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 69/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 69/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os produtos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 69/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSON MATIELLO
Prefeito Municipal

SCS COMÉRCIO LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

02. _____
Nome: Silvane Lazzeri Piana
CPF: 000.246.779-81

Publicado conforme Lei Municipal N.º 1.010/2014.

DECRETO MUNICIPAL N. 3588/2017

Publicação Nº 1433228

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.588/2017, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1053/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) oriundos do superávit do exercício anterior (2016), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento de Cultura e Esportes

FUNÇÃO: 13 Cultura - SUBFUNÇÃO: 392 Difusão Cultural

Projeto Atividade: 2.038 - Manutenção das Atividades e Festividades Culturais

154 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000	85.000,00
---	-----------

TOTAL SUPLEMENTADO	85.000,00
--------------------------	-----------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, originados das seguintes fontes de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Código do Recurso	Código -Detalhamento	Descrição dos Recursos	Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0000	00	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Recursos Ordinários
TOTAL DE RECURSOS			85.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CELSO MATIELLO						
Prefeito Municipal						
Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.						

DECRETOMUNICIPAL N. 3589/2017

Publicação Nº 1433230

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.589, De 21 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de Setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a servidora MARILIA MIORELLI, do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Obras e Vigilância Sanitária, nomeada através do Decreto Municipal N.º 392/2010 de 22/02/2010, conforme requerimento em anexo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 392/2010 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 21 de novembro de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N 19/2017**

Publicação Nº 1432129

RESOLUÇÃO Nº. 19 de 21 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE RECESSO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 36., Inciso IV do Regimento Interno e,

Considerando as festividade alusivas ao Natal e ao Final de Ano,

Considerando as festividade alusivas ao 30º Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de União do Oeste a realizar-se no dia 07 de janeiro de 2018, demandará empreendimento de esforços por parte de todos os servidores da Câmara de Vereadores;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado "recesso" na Câmara de Vereadores, no período de 26 à 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões do Legislativo de União do Oeste SC, em 21 de novembro de 2017.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente

Registrada e publicada em data supra

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO Nº 263/2017

Publicação Nº 1433162

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 263/2017
Data de assinatura: 20/11/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: FEBAVE – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE LTDA
CNPJ/CPF: 82.975.236/0001-08
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA ACT
Valor Global: R\$ 7.950,00

ERRATA PL 65 2017 PMU TP 05 2017

Publicação Nº 1433239

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão de Licitação

ERRATA PL 65/2017 PMU TP 05 2017

Objeto: Material e serviços para pavimentação com lajota da rua Amâncio Damiani, convênio com o Governo do Estado de SC sob o número de contrato de repasse 1018688-42/2017, publicado no dia 06/11/2017, pág. 1277.

Na planilha orçamentária:

- a) Considerar apenas um item 4.6
- b) No item 5.5 considerar o fornecimento e assentamento de meio fio.

O novo edital e as planilhas corrigidas encontram-se a disposição no site desta municipalidade (www.urussanga.sc.gov.br, página principal "licitações", situação "aberta").

Demais informações do edital permanecem incólumes. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

IZOLETE DUARTE VIEIRA GASTALDON
Presidente da CPL

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 336 /2017

Publicação Nº 1432150

EXTRATO DE CONTRATO nº 336 /2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PAULINEIA LOTTERMANN REIS

OBJETO: Aquisição de conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, padrão FNDE, destinados à rede municipal de ensino de Vargeão, SC

VALOR: R\$ 40.499,92 (QUARENTA MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 85/2017, processo licitatório 94/2017 e Contrato nº 336 /2017.

Vargeão, SC, 06 de Novembro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 849/2017

Publicação N° 1433277

DECRETO MUNICIPAL N° 849/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 751/2016...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.033 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0065.51 R\$ 7.850,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0065.50 – Transf. do SUAS/Estado - Custeio, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 21 de novembro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI Nº 1123/2017

Publicação Nº 1433435

LEI Nº 1.123/2017, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL NA FORMA QUE ESPECIFICA."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica o Município de Vargem Bonita autorizado a celebrar termo de cessão de uso de bem móvel, sem qualquer ônus, constituído por uma Mini Carregadeira Marca Randon Mod RDSL75R, Ano 2017, Diesel, Cor Amarela, Chassi 9AD075AAPH0000022, Nº Do Motor 7FU7510 Com Caçamba Frontal E Vassoura Mecânica Recolhedora Nova Marca Deltractor, Modelo Del 1500, Série DEL1500062436, Pat/FDR Nº 1643, que serão utilizados exclusivamente no setor agrícola do município de Vargem Bonita.

Parágrafo Único: O bem móvel descrito no caput do art. 1º desta Lei encontra-se livre e desembaraçado de qualquer restrição judicial ou extrajudicial.

Artigo 2º - Fica fazendo parte integrante da presente Lei a cópia do termo de cessão de uso de bem móvel que entre si fazem o Estado de Santa Catarina por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR/ Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR e a Prefeitura de Vargem Bonita, com a intenção de doar o referido bem para a finalidade descrita no art. 1º desta Lei.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 21 de novembro de 2017.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 1124/2017

Publicação Nº 1433439

LEI Nº 1.124/2017, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA (SC)."

Autoria do Poder Legislativo.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica instituído no Município a "Semana de Conscientização sobre a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência", destinada a conscientizar nossa população a respeito desta importante questão.

Artigo 2º - A "Semana de Conscientização sobre a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência", poderá ser realizada no mês de Agosto de cada ano, culminando assim com a "Semana Nacional do Excepcional".

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 21 de novembro de 2017.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 1125/2017

Publicação Nº 1433484

LEI Nº 1.125/2017, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"INSTITUI O AGOSTO LARANJA NO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA (SC)."

Autoria do Poder Legislativo

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica instituída a CAMPANHA AGOSTO LARANJA, a ser realizada, anualmente, no mês de agosto, com o objetivo de promover a conscientização da população de Vargem Bonita em relação à prevenção das deficiências, gerando conhecimento a respeito das reformas de prevenção, as causas e na condição da existência de uma deficiência, a forma de acolhimento e auxílio que a APAE disponibiliza juntamente com as demais redes de apoio do Município.

Artigo 2º - O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 21 de novembro de 2017.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 22/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 063/2017 DL 002/2017

Publicação Nº 1432893

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2017

1.0 - PREÂMBULO

O Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita – Santa Catarina, no uso de suas atribuições torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, tendo por Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia, para execução de Serviços de Mão de Obra e fornecimento de Material para a construção/implantação de Iluminação em Espaços Públicos, no centro da cidade de Vargem Bonita, em conformidade com o Projeto de Engenharia e seus Anexos, parte integrante deste procedimento.

2.0 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 - Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia, para execução de Serviços de Mão de Obra e fornecimento de Material para a construção/implantação de Iluminação em Espaços Públicos, no centro da cidade de Vargem Bonita, em conformidade com o Projeto de Engenharia e seus Anexos, parte integrante deste procedimento.

3.2 – Espaços Públicos:

Item	DESCRIÇÃO	Valor Total
3.2.1	MÃO E OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO NO CANTEIRO DO GINÁSIO MUNICIPAL E CANTEIRO DA IGREJA	8.998,12
2.2.2	MÃO E OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO NO CANTEIRO PRO-SIMIDADES TREVO DE ACESSO BR 282	5.871,41
Total	R\$	14.869,53

3.0 - DA JUSTIFICATIVA

3.1 - A Dispensa de Licitação para a contratação de Empresa Especializada para execução deste serviço encontra respaldo legal no art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, visto que o Projeto elaborado pelo Município totaliza R\$ 14.869,53 (Catorze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), tendo por base Tabela SINAPI.

4.0 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 - A presente Licitação e os atos dela decorrentes tem fundamento, no art. 24, Inciso I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis Nº 8.883 de 08 de junho de 1994, in verbis:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I, do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (limite: R\$ 15.000,00).

5.0 - DA ESCOLHA DO CONTRATADO

5.1 - A Contratação recaiu sobre a Licitante: OURO LUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS, registrada sob CNPJ nº 01.627.484/0001-66, localizada à Rua Felipe Schmidt, nº 2070, sala 01, centro – OURO – SC.

6.0 – DO PREÇO E DA ESCOLHA DO CONTRATADO:

6.1- O Contratado foi escolhido por ter ofertado o MENOR PREÇO GLOBAL para a execução do Objeto proposto pela Administração, mediante Consulta de Preços, de forma direta, a três (3) potenciais fornecedores, à saber:

- a) OURO LUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS – R\$ 14.869,53;
- b) ELETRO CAPINZAL LTDA - R\$ 15.400,76;
- c) ELETRO INSTALADORA BORTOLINI LTDA - ME – R\$ 15.544,50.

7.0 - DO REGIME DE EXECUÇÃO - DA FORMA DE RECEBIMENTO - DAS CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os serviços, objeto deste Processo de Dispensa de Licitação, deverão ser executados em acordo com o estabelecido pelo setor competente da Administração Municipal e pelo Projeto de Engenharia apresentado.

7.2 - Os Serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o Objeto, em conformidade com as normas específicas do Conselho de Classe Regional que fiscaliza este tipo de serviço, e o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90 e demais legislação pertinente.

7.3 - O Contratado deverá responsabilizar-se pela entrega dos serviços, buscando o fiel cumprimento do pedido efetuado e ainda, obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

7.4 - O fornecimento dos serviços somente poderá ser efetuado pelo Contratado, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

7.5 – Os serviços deverão ser executados de acordo com a solicitação, mediante Requisição específica fornecida pelo Órgão competente, e sem a cobrança de custos adicionais.

8.0 - DA HABILITAÇÃO:

8.1 - Para Habilitação exigir-se-á dos interessados a apresentação de documentação relativa à:

8.2.1 – Da Habilitação jurídica:

8.2.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.2.1.2 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.1.3 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.1.4 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Empresa, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.2 – Da Qualificação econômico-financeira:

5.2.2.1 - Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2.4 - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso.

8.2.3 – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.2.3.1 - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente.

5.2.3.2 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.2.3.3 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

8.2.3.4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.2.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

8.2.4 – Da Qualificação Técnica:

8.2.4.1 - Prova de registro (Certidão de Pessoa Jurídica) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC e também dos responsáveis técnicos (Certidão de Pessoa Física), com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.

8.2.4.2 – Comprovante de vínculo entre o Profissional Técnico, detentor da Certidão de Acervo Técnico - CAT, e a empresa licitante. A comprovação far-se-á mediante a apresentação da respectiva Ficha de Registro de Empregados, caso o Profissional compuser o quadro permanente da empresa, ou, por meio da apresentação do respectivo Contrato de Trabalho ou de Prestação de Serviços, ou, ainda, por outro Documento idôneo, que demonstre que a interessada pode se valer da capacidade técnica do Profissional indicado, para a consecução da obra, objeto da futura contratação. Se o atestado estiver em nome de Sócio da empresa licitante, a comprovação do vínculo far-se-á por meio do Contrato Social em vigor.

9.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - Para fazer face às obrigações financeiras assumidas serão utilizados recursos do Orçamento vigente do Município, fixados através da Lei Municipal nº 1085 de 09 de Dezembro de 2016.

10.0 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - A Contratada será convocada para assinar o Contrato em até 03 (três) dias úteis após a homologação do processo licitatório.

11.0 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DA PRORROGAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

11.1 - O Contrato terá sua vigência adstrita à Lei Orçamentária Anual, iniciando-se no ato da assinatura de Termo Contratual.

11.2 - O Contrato celebrado entre as partes será acompanhado pelo Setor Competente do Contratante, objetivando a fiscalização dos serviços efetivamente realizados pela Contratada, no que diz respeito:

- a) padrões mínimos de qualidade exigidos para o objeto;
- b) quanto ao cumprimento das normas do Conselho de Classe Regional que fiscaliza este tipo de serviço;
- c) quanto à comprovação da prestação do serviço correspondente, visto que apenas os serviços efetivamente prestados, mediante comprovação documental, serão pagos.

12.0 - DA RESCISÃO

12.1 - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, a CONTRATANTE pode rescindir o Contrato, sem que à CONTRATADA caiba qualquer reclamação ou indenização e, sem prejuízo, a critério da CONTRATANTE, da aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei acima citada.

13.0 - DAS PENALIDADES

13.1 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais implicará na aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor global da proposta pela não execução, além das sanções de ordem administrativa e penal;

13.2 - A recusa injustificada da adjudicatória em assinar o contrato, ou o cometimento de qualquer infração na sua vigência, o sujeitará às penalidades previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos legais vigentes.

13.3 - Quando o atraso de entrega for superior a 30 (trinta) dias, sem justificativa da contratada, ou com justificativa não aceita formalmente pelo MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC, esta poderá rescindir o CONTRATO.

13.4 - Independentemente de cobrança de multas, os prazos de entrega não cumpridos poderão gerar uma das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa, conforme determina os Artigos 86 a 88, Seção II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão temporária do Cadastro de Fornecedores e do direito de licitar com este município por um período de 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade, nos termos da Lei 8.666/93.

14.0 - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

14.1 - Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

14.2 - O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias da data da entrega dos Serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada, mediante a apresentação de Documento Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente recebedor do objeto licitado, e após a liquidação da despesa.

14.3 - O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos deste Edital.

14.4 - As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

14.5 - O Preço contratado será fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

14.6 - A revisão contratual de preços poderá ocorrer apenas nas possibilidades previstas no Art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, momento em que, devidamente comprovado, poderá haver alteração dos valores contratados.

15.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Reserva-se o MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

15.2 - Os casos omissos nesta consulta serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que se baseará nas disposições contidas na Lei nº 8.666/93.

15.3 - Maiores informações serão dadas pela Comissão Permanente de Licitação, no seguinte endereço Rua Coronel Vitória, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC.

15.4 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão.

15.5 - A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA ou a terceiros na execução dos trabalhos contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições e multas, isentando o MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

15.6 - A contratada se obriga a manter constante e permanente vigilância sobre os materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos e perdas que os mesmos venham a sofrer;

15.7 - Será responsabilidade da contratada, regularizar toda a documentação necessária para o início dos serviços, perante os órgãos competentes.

15.8 - O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA poderá em qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento exclusivo daqueles já executados.

15.9 - Nos termos do artigo 55, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, fica eleito o foro desta cidade de CATANDUVAS - SC, para dirimir qualquer litígio oriundo do presente instrumento, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciados têm a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qualquer das partes.

Vargem Bonita, 21 de Novembro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

PARECER SOBRE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**Serviços de Engenharia**

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia, para execução de Serviços de Mão de Obra e fornecimento de Material para a construção/implantação de Iluminação em Espaços Públicos, no centro da cidade de Vargem Bonita, em conformidade com o Projeto de Engenharia e seus Anexos, previsto abaixo:

Item	DESCRIÇÃO	Valor Total
01	MÃO E OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO NO CANTEIRO DO GINÁSIO MUNICIPAL E CANTEIRO DA IGREJA	8.998,12
02	MÃO E OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO NO CANTEIRO PROSIMIDADES TREVO DE ACESSO BR 282	5.871,41
Total Orçamento projetado R\$		14.869,53

ANÁLISE TÉCNICA

A exigência para o procedimento licitatório está esculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93.

Conforme se verifica no presente processo de solicitação de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é inferior a R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Trata-se de um único serviço de engenharia, a ser executado na cidade de Vargem Bonita – SC, especificamente na construção/implantação de iluminação em Espaços Públicos, definidos em projeto próprio de engenharia. De acordo Projeto Técnico, tendo por base preços da Tabela Sinapi, o valor total está orçado em R\$ 14.869,53, (Catorze mil oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), valor inferior ao limite de dispensa de licitação, previsto no Inciso I do art. 24 da Lei de Licitações, transcrito:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso I, do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (limite: R\$ 15.000,00).

Cumpre-se salientar que a alínea “a” do Inciso I do artigo anterior mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória “Carta Convite”, cujo valor limite é até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e, portanto, sendo dispensável contratação no valor de até 10% (dez por cento) deste valor, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Conclui-se, portanto que o valor deste processo está dentro dos limites legais de dispensa.

Trata-se de serviço de construção e implantação de obra elétrica em espaços públicos no centro da cidade de Vargem Bonita – SC, classificada como serviços de engenharia. Esta obra se faz necessário, visando iluminar áreas de uso público, objetivando dar mais segurança e conforto aos usuários de ruas no centro da cidade, próximo à Igreja, Ginásio de Esportes, Colégio Estadual, Câmara de Vereadores, Casa Mortuária, Praça Municipal, beneficiando todos que, direta e indiretamente se utilizam destes espaços públicos.

Por outro lado, o custo da elaboração de processo licitatório para a execução deste serviço, sem dúvida é maior que os benefícios de uma contratação direta por dispensa de licitação.

DA CONCLUSÃO

Considerando o exposto, em vista das justificativas relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico normativo expedido pela Consultoria Jurídica do Município e a norma legal, fica caracterizada a Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que o valor não atinge o limite previsto na Lei.

É o parecer.

Vargem Bonita, 21 de Novembro de 2017.

LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Municipal de Licitações

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 00/2017

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o nº, representado neste Ato por sua Prefeita Municipal Sra. MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI, portadora do CPF sob o Nºresidente e domiciliada na Avenida XV de em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº.e Inscrição Estadual sob o nº., com sede à - SC., neste ato representada pelo seu, inscrito no CPF sob nº. e CI nº.residente e domiciliado na - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia nº 00/2017, resolvem de comum acordo celebrar o presente contrato.

FUNDAMENTO: Este Contrato decorre de Autorização da Prefeita Municipal, através do Processo de Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia nº 00/2017, com o disposto no Inciso I, art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais Legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O presente contrato tem como objeto Contratação

0.2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTE

2.1. O Valor estimado e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 0,00 (..... Reais).

2.3 - O valor ajustado nesta contratação, decorrente da precedente licitação, é fixo e irrevogável, salvo a ocorrência, no decorrer da vigência contratual, das possibilidades elencadas no art. 65, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.6 – Os serviços serão acompanhados por Servidor designado pelo Município, que indicará os locais que serão beneficiados com o Projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1 – O CONTRATADO obriga-se:

a) Prestar os serviços diretamente por Profissionais do CONTRATADO;

b) Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos venham a causar ao patrimônio do Órgão contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

c) Manter, durante o período de vigência do Contrato de prestação de serviços, todas as condições que ensejaram a Contratação, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

n) Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;

o) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo Órgão Contratante;

p) Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do Contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no Contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 – A CONTRATANTE obriga-se:

a) Efetuar o pagamento em conformidade com as condições estabelecidas no termo Contratual;

c) Exercer a fiscalização da execução do contrato por meio do Gestor do Contrato, servidor especialmente designado;

d) Proporcionar todas as condições necessárias, para que o Contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

e) Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;

f) Garantir o acesso e a permanência dos técnicos do contratado nas dependências do órgão contratante, quando necessário para a execução dos serviços, objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - Os serviços, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos em consonância ao requerido pelo Município.

5.2 - Os Serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para o Objeto, em conformidade com as normas específicas do Conselho de Classe Regional que fiscaliza este tipo de serviço, e o Código de Defesa do Consumidor, Lei Nº 8.078/90 e demais legislação pertinente.

5.3 - O Contratado deverá responsabilizar-se pela entrega dos serviços, buscando o fiel cumprimento do pedido efetuado e ainda, obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

5.4 - O fornecimento dos serviços somente poderá ser efetuado pelo Contratado, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

5.5 – Os serviços deverão ser executados de acordo com a solicitação, mediante Requisição específica fornecida pelo Órgão competente, e sem a cobrança de custos adicionais.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Para fazer face às obrigações financeiras assumidas serão utilizados recursos do Orçamento vigente do Município, classificados na seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DA PRORROGAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO:

7.1 - O Contrato terá vigência de (.....) meses, iniciando-se no ato da assinatura de Termo Contratual.

7.3 – O Contrato celebrado entre as partes será acompanhado pelo Setor Competente do Contratante, objetivando a fiscalização dos serviços efetivamente realizados pela Contratada, no que diz respeito:

a) padrões mínimos de qualidade exigidos para o objeto;

b) quanto ao cumprimento das normas do Conselho de Classe Regional que fiscaliza este tipo de serviço;

c) quanto à comprovação da prestação do serviço correspondente, visto que apenas os serviços efetivamente prestados, mediante comprovação documental, serão pagos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

8.1 - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, a CONTRATANTE pode rescindir o Contrato, sem que à CONTRATADA caiba qualquer reclamação ou indenização e, sem prejuízo, a critério da CONTRATANTE, da aplicação das sanções previstas no art. 87, da Lei supra mencionada.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais implicará na aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor global da proposta pela não execução, além das sanções de ordem administrativa e penal;

9.2 - A recusa injustificada da adjudicatória em assinar o contrato, ou o cometimento de qualquer infração na sua vigência, o sujeitará às penalidades previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos legais vigentes.

9.3 - Quando o atraso de entrega for superior a 30 (trinta) dias, sem justificativa da contratada, ou com justificativa não aceita formalmente pela PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA - SC, esta poderá rescindir o CONTRATO.

9.4 - Independentemente de cobrança de multas, os prazos de entrega não cumpridos poderão gerar uma das seguintes penalidades, garantida a ampla defesa conforme determina os Artigos 86 a 88, Seção II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Advertência por escrito;

b) Suspensão temporária do Cadastro de Fornecedores e do direito de licitar com este município por um período de 02 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

10.1 - Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

10.2 - O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias da data da entrega dos Serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada, mediante a apresentação de Documento Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente recebedor do objeto licitado, e após a liquidação da despesa.

10.3 - O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do Edital.

10.4 - As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

10.5 - O Preço contratado será fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

10.6 - A revisão contratual de preços poderá ocorrer apenas nas possibilidades previstas no Art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, momento em que, devidamente comprovado, poderá haver alteração dos valores contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação nº 00/2017 – Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia nº 00/2017, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 Elegem o foro da Comarca de CATANDUVAS - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, ... de de 2017

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

1:

Videira

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017 - FMS

Publicação Nº 1433452

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2017

OBJETO: COMPRA DO MEDICAMENTO ORGANIC EXTRA VIRGEM OLIVE OIL CBC 500 - 5000/100ML, PARA USO DO PACIENTE K.C, CONFORME DETERMINAÇÃO DO MANDADO JUDICIAL DO PROCESSO Nº 0300997-28.2017.8.24.0079.

FORNECEDOR: RÁJA FARMA ASSESSORIA EM IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS.

VALOR TOTAL DA DESPESA: 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, inciso IV e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 21 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2017 - PMV

Publicação Nº 1432909

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2017 – PMV

PROCESSO Nº 222/2017

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA, PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS 50.000 KM DO VEÍCULO FORD KA+ PLACA QHL 2854, DE USO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

VIGÊNCIA: 21 de Novembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 867,72 (Oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos.)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 21 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2017 – PMV

Publicação Nº 1433183

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2017 – PMV

PROCESSO Nº 224/2017

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO PROJETO SESC MÓVEL PARA REALIZAR AÇÕES DE LAZER, EDUCAÇÃO E CULTURA DE FORMA GRATUITA, COM O OBJETIVO DE INCLUIR E INTEGRAR SOCIALMENTE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS EM COMUNIDADES AONDE NÃO EXISTE UNIDADE FÍSICA DO SESC.

VIGÊNCIA: 21 de Novembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 2.500,00 (Dois Mil e quinhentos reais.)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 21 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2017 – PMV

Publicação Nº 1433264

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2017 – PMV

PROCESSO Nº 225/2017

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA, PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS 40.000 KM DO VEÍCULO FORD KA SE 1.5 SD, PLACA QHL 2964, DE USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA: 21 de Novembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 958,12 (NOVECIENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS.)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 21 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 103/17

Publicação Nº 1433193

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 103/17

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. Karine Damaris Reolon	Assistente Social
2. Nayara Recalcatti	Médico

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 16 de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS PR 91/2017 - PMV

Publicação Nº 1432253

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2017 -PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa TOPE ESPORTES COMÉRCIO DE MATERIAS ESPORTIVOS LTDA, inscrita sob CNPJ 81.774.325/0001-23 apresentou amostra do produto referente ao item 67, conforme previsto no edital, nas marcas abaixo discriminadas:

Item	Especificação	Marca	OBSERVAÇÃO
49	REDE DE TÊNIS DE CAMPO, FIO 2,5MM DE POLIETILENO 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV, COM 3 FAIXAS EM LONAS DE 1.8MM E COSTURA TRIPLA, RESISTENTES AO SOL, CHUVA E AÇÕES CLIMÁTICAS. LONAS (FAIXAS) SUPERIOR E LATERAIS COM 6 CM . REVESTIMENTO INTERNO PASSANTE E CORDA REFORÇADA NAS PONTAS PARA AMARRAÇÃO. MALHAS 4X4 CM.	PANGUÉ	Não apresentou

Não Apresentou amostra do item 49.
Videira, 21 de Novembro de 2017.

Ederson Buyno	Sérgio Antonio Ozelami
Secretaria de Educação	Fundação de Esportes
Jacson Cardoso	Maynara Guill
Fundação de Esportes	Departamento de Compras/Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017 - PMV

Publicação Nº 1433185

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 131/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE LIVROS PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS PELOS DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 12/12/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 21 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

RESULTADO HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 01/2017 - PMV

Publicação Nº 1432372

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2017-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ETAPA 02 DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO: COBERTURA METÁLICA (ITEM 01), ESPAÇO CENTRO TECNOLÓGICO, FUNDAÇÕES E PPCI (ITEM 02) E PADRÃO ELÉTRICO DE ENTRADA DE ENERGIA (ITEM 03), COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 3.423,66M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. restando INABILITAS as empresas Gerwal Indústria Metalúrgica Ltda e Felipe Bruschi Engenharia Ltda e as empresas Construtora e Incorporadora Saks Ltda e GL Construtora e Incorporadora Ltda INABILITADAS somente para o item 01 por descumprirem exigências editalícias, e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Construtora e Incorporadora Saks Ltda para os itens 02 e 03, Andrade Construções Ltda para os itens 01, 02 e 03, A.R.G Industrial Ltda para o item 01, ABCM Eletrotécnica Ltda para o item 03, Mateus Spricigo EPP para o item 02, GL Construtora e Incorporadora Ltda para os itens 02 e 03. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 21 de novembro de 2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO 190/2017 - PMV

Publicação Nº 1433088

Termo Aditivo nº 190/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 253/2014

Processo: PR 162/2014 - PMV

Contratada: Color black reciclagem de cartucho de tinta e toner Ltda. - me

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 253/2014 com efeito, a partir de 22/12/2017 até 21/12/2018.

Valor: R\$ 7.154,88 (sete mil cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Data: 21/11/2017.

TERMO ADITIVO 191/2017 - PMV

Publicação Nº 1433194

Termo Aditivo nº 191/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 244/2014

Processo: PR 155/2014 - PMV

Contratada: Color black reciclagem de cartucho de tinta e toner Ltda. - me

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 244/2014 com efeito, a partir de 10/12/2017 até 09/12/2018.

Valor: R\$ 7.154,88 (sete mil cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Data: 21/11/2017.

TERMO ADITIVO 192/2017 - FMS

Publicação Nº 1433406

Termo Aditivo nº 192/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 01/2017

Processo: PR nº 01/2017 - FMS

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

Objeto: acrescentar o valor do contrato, com o repasse de mais R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme justificativa da Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Data: 21/11/2017.

TERMO ADITIVO Nº 189/2017 - FMS

Publicação Nº 1432977

Termo Aditivo nº 189/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 247/2015

Processo: ILNº 03/2015 - FMS

Contratada: ALIDA H R FERRAZ - EPP

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 247/2015 com efeito, a partir de 01/12/2017 até 30/11/2018.

Valor: R\$ 4.400,27 (quatro mil e quatrocentos reais e vinte e sete centavos).

Data: 21/11/2017.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 053/2017

Publicação Nº 1433014

Processo de Licitação 053/2017
Modalidade: Pregão 042/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES/SC COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE IBIRAMA, CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR001644 E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA Nº 19728/2017, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 04 de dezembro de 2017 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Integra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 22 de novembro de 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 080/2017

Publicação Nº 1432301

DECRETO N.º 080/2017

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0965, de 08/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

1101 – SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
13.392.013.2032 – Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas

44000000.00 – Investimentos
44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.6455 – Transf. Convênio – Estado/Outros R\$ 160.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 21 de novembro de 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº RH-AM 504/2017

Publicação Nº 1432891

PORTARIA Nº RH-AM 504/2017

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. IVETE APARECIDA ALVES DE MELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 12/C-3.288.353 e inscrita no CPF sob o nº 949.676.529-72, nomeada conforme Decreto nº AM 048/04 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 12.11.2017 até 11.05.2018.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 12.11.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 13 de Novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 505/2017

Publicação Nº 1432894

PORTARIA Nº RH-AM 505/2017

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. NEIVA LUCIA PIASSESKI, brasileira, separada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 1.785.386 e inscrita no CPF sob o nº 660.168.439-20, nomeada conforme Decreto nº AM 023/07 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto AM 051/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 4º SÉRIES, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 11.11.2017 até 10.05.2018.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 11.11.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 13 de Novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 506/2017

Publicação Nº 1432895

PORTARIA Nº RH-AM 506/2017

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. GIULIANE CASANOVA SCHURHAUS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 2.076.982-2 e inscrita no CPF sob o nº 745.710.019-91, nomeada conforme Decreto nº AM 106/2002 no cargo de ASSISTENTE SOCIAL com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar que esta redução vigore no período de 22.11.2017 até 21.05.2018.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 22.11.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 13 de Novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 507/2017

Publicação Nº 1432896

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 507/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 70 (setenta) dias a partir de 16.11.2017 a 24.01.2018 a Servidora Pública Municipal, Srª. NEIDE MARY RECH, brasileira, divorciada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.422.139, CPF n.º 251.165.099-15, nomeada conforme Decreto n.º JB 399/94 no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0004786/2017 datado de 17.11.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

06.07.2004 a 24.07.2006 = 36 dias.

25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias.

09.06.2009 a 08.06.2012 = 16 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 16.11.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de Novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 508/2017

Publicação Nº 1432898

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 508/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 02.01.2018 a 31.01.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. BERNARDETE SOTILLI MACHADO, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.451.343 e CPF n.º 453.975.389-49, nomeada conforme Decreto n.º AM 337/07 no cargo de EDUCADOR SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0004802/2017 datado de 20.11.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 18 dias.

09.06.2012 a 08.06.2015 = 12 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 02.01.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 20 de Novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 509/2017

Publicação Nº 1432900

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 509/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 20.11.2017 a 19.12.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. IRENE MARIA BERGER CAOVIALLA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 1.011.369 e inscrita no CPF sob o nº 400.813.709-20, nomeada conforme Decreto nº JB 137/94 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS/ ESCOLARES, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0004803/2017 datado de 20.11.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

17.02.2004 a 24.07.2006 – 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 20.11.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 20 de Novembro de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 510/2017

Publicação Nº 1432901

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 510/2017
EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.
RESOLVE

EXONERAR a partir de 21.11.2017, a Servidora Pública Municipal a Sra. INES JUSTINA TELES, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.233.120 e CPF n.º 896.224.729-15, nomeada conforme Decreto nº JB 37/96, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 179.420.873-6 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrario, principalmente o Decreto nº JB 37/96.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 21 de Novembro de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 107/2017 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017

Publicação Nº 1432101

Estado de Santa Catarina
Município de Xaxim
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 0107/2017
Edital: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº.: 003/2017

O Município de Xaxim Torna Público, aos interessados que se encontra aberto Edital de Chamamento Público destinado a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo Fomento, conforme Lei Federal nº 13.019/2014.

A abertura da Sessão Pública para Recebimento dos Envelopes contendo o Plano de Trabalho e a Documento, dar-se-á no dia no dia 22/12/2017 às 09h00min.

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim/SC, 20 de Novembro de 2017. Lirio Dagort. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 1152017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2017

Publicação Nº 1432158

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE XAXIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 115/2017
Edital: Dispensa de Licitação para compras e serviços Nº: 032/2017

Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93.

Objeto: Aquisição de Aquisição de Fogos de Artifício, destinados a Abertura e Encerramento das festividades de Natal a ser desenvolvido nos dias 24 de Novembro e 16 de Dezembro de 2017, no Município de Xaxim.

Fornecedor: MUCELIN E MUCELIN LTDA

Valor: R\$ R\$ 7.794,00 (sete mil setecentos e noventa e quatro reais)

Dotações: 3.3.90.30.05.00.00.00 (9/2017)

Xaxim/SC, 20 de Novembro de 2017. Lirio Dagort. Prefeito Municipal

DECRETO Nº 418/2017 NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1432106

DECRETO Nº 418/2017

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor GEVERSON GIACOMELLI, Secretário Municipal de Administração, como Ordenador de Despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos junto a Municipalidade de 21/11 até 23/11/2017.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de novembro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

EXTRATO DO CONTRATO N°. 0090/2017

Publicação N° 1433455

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0090/2017

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: AGENDA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME

Objeto: Contratação de Show Musical, MINISTÉRIO FILHOS DO HOMEM para evento de encerramento das festividades natalinas que acontecerá no dia 16 de Dezembro de 2017, no Município de Xaxim.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Vigência: 20 de Novembro de 2017 á 31 de Dezembro de 2017

Licitação Processo Licitatório nº 110/2017, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 011/2017.

Xaxim/SC, 20 de Novembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

DECRETO Nº417

Publicação Nº 1433020

DECRETO Nº 000417/17 de 14 de Novembro de 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004246/16 de 9 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 115.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.361.1201 - 2.024 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 115.000,00

Art 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

Excesso de arrecadação 115.0

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 14 de Novembro de 2017

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Associações

EGEM

ADITIVO DO EDITAL Nº 44.2017_FPOLIS

Publicação Nº 1433022

ADITIVO AO EDITAL Nº 44/2017 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SOBRE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data e local de realização do Curso sobre Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a realizar-se em Florianópolis de acordo com o edital nº 44/2017 publicado em 28/06/2017.

Cidade/Local	Auditório da ARIS Centro Executivo Imperatriz - 12º andar R. Gen. Liberato Bitencourt, 1885 - Canto, Florianópolis - SC CEP: 88075-290
Período das inscrições	Até 05 de março de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	06 de março de 2018
Período de realização	06 e 07 de março de 2018
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	50 vagas

Florianópolis, 21 de novembro de 2017.

Consórcios

AGIR

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RATEIO AGIR_5º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1433506

Função: 0026 Transporte
 Subfunção: 0453 - Transportes Coletivos Urbanos
 Fonte/Destinação: 01001017 - Rec. Ordinários 2017-AGIR-TPub

Elemento	Repasse Rateio	Repasse no período Repasse até pe- ríodo	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
10 - AGIR RATEIO TRANSPORTE PÚBLICO - 2017						
531 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU						
3319000000000000	117.372,93	19.562,16 97.810,80	22.849,42 29.323,48	22.849,42 29.323,48	18.302,44 20.363,66	0,00 0,00
3339000000000000	45.104,46	7.517,40 37.587,00	5.915,40 41.729,68	7.438,61 28.355,51	7.438,61 28.355,51	0,00 0,00
3449000000000000	2.505,81	417,64 2.088,20	100,18 1.335,54	100,18 1.335,54	0,00 1.235,36	0,00 0,00
Total Município	164.983,20	27.497,20 137.486,00	28.865,00 72.388,71	30.388,22 59.014,54	25.741,05 49.954,53	0,00 0,00
3581 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE						
3319000000000000	42.962,02	0,00 42.962,02	8.363,57 10.733,27	8.363,57 10.733,27	6.699,24 7.453,71	0,00 0,00
3339000000000000	16.509,58	0,00 16.509,58	2.165,21 15.274,31	2.722,76 10.378,97	2.722,76 10.378,97	0,00 0,00
3449000000000000	917,20	0,00 917,20	36,67 488,85	36,67 488,85	0,00 452,18	0,00 0,00
Total Município	60.388,80	0,00 60.388,80	10.565,46 26.496,44	11.123,00 21.601,09	9.422,00 18.284,86	0,00 0,00
3484 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG						
3319000000000000	22.610,64	18.842,20 18.842,20	4.401,70 5.648,85	4.401,70 5.648,85	3.525,77 3.922,84	0,00 0,00
3339000000000000	8.688,88	7.240,71 7.240,71	1.139,54 8.038,77	1.432,97 5.462,38	1.432,97 5.462,38	0,00 0,00
3449000000000000	482,72	402,29 402,29	19,30 257,28	19,30 257,28	0,00 237,98	0,00 0,00
Total Município	31.782,24	26.485,20 26.485,20	5.560,53 13.944,91	5.853,96 11.368,52	4.958,74 9.623,20	0,00 0,00
3492 - PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL						
3319000000000000	22.196,42	0,00 22.196,42	4.321,06 5.545,37	4.321,06 5.545,37	3.461,18 3.850,98	0,00 0,00
3339000000000000	8.529,71	0,00 8.529,71	1.118,66 7.891,51	1.406,72 5.362,31	1.406,72 5.362,31	0,00 0,00
3449000000000000	473,87	0,00 473,87	18,95 252,56	18,95 252,56	0,00 233,62	0,00 0,00
Total Município	31.200,00	0,00 31.200,00	5.458,67 13.689,44	5.746,72 11.160,25	4.867,89 9.446,91	0,00 0,00

Função: 0026 Transporte
 Subfunção: 0453 - Transportes Coletivos Urbanos
 Fonte/Destinação: 01001017 - Rec. Ordinários 2017-AGIR-TPub

Elemento	Repasse Rateio	Repasse no período Repasse até pe- ríodo	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
10 - AGIR RATEIO TRANSPORTE PÚBLICO - 2017						
3506 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE						
3319000000000000	10.845,51	1.807,58 9.037,90	2.111,34 2.709,55	2.111,34 2.709,55	1.691,18 1.881,65	0,00 0,00

3339000000000000	4.167,75	694,62 3.473,10	546,60 3.855,91	687,34 2.620,11	687,34 2.620,11	0,00 0,00
3449000000000000	231,54	38,60 193,00	9,26 123,41	9,26 123,41	0,00 114,15	0,00 0,00
Total Município	15.244,80	2.540,80 12.704,00	2.667,19 6.688,87	2.807,94 5.453,07	2.378,53 4.615,91	0,00 0,00
3514 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS						
3319000000000000	3.857,05	642,84 3.214,20	750,87 963,61	750,87 963,61	601,45 669,18	0,00 0,00
3339000000000000	1.482,21	247,04 1.235,20	194,39 1.371,30	244,44 931,81	244,44 931,81	0,00 0,00
3449000000000000	82,34	13,72 68,60	3,29 43,89	3,29 43,89	0,00 40,60	0,00 0,00
Total Município	5.421,60	903,60 4.518,00	948,55 2.378,80	998,60 1.939,31	845,89 1.641,58	0,00 0,00
3530 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO						
3319000000000000	14.357,67	2.392,94 11.964,70	2.795,06 3.587,00	2.795,06 3.587,00	2.238,85 2.490,99	0,00 0,00
3339000000000000	5.517,41	919,56 4.597,80	723,60 5.104,59	909,93 3.468,59	909,93 3.468,59	0,00 0,00
3449000000000000	306,52	51,10 255,50	12,25 163,37	12,25 163,37	0,00 151,12	0,00 0,00
Total Município	20.181,60	3.363,60 16.818,00	3.530,92 8.854,96	3.717,24 7.218,96	3.148,78 6.110,70	0,00 0,00
Total Área Atuação	329.202,24	60.790,40 289.600,00	57.596,31 144.442,13	60.635,68 117.755,73	51.362,87 99.677,68	0,00 0,00
Total	329.202,24	60.790,40 289.600,00	57.596,31 144.442,13	60.635,68 117.755,73	51.362,87 99.677,68	0,00 0,00

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 029/2017 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO DO SAMAE DE PALHOÇA

Publicação Nº 1433540

DELIBERAÇÃO n. 029/2017

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e de esgoto do SAMAE de Palhoça.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pelo SAMAE de Palhoça, responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município de Palhoça, recebida em 08/11/2017, na qual o SAMAE requer a autorização para o reajuste das tarifas de água e esgotamento sanitário; e considerando o Parecer Técnico da Diretoria de Regulação, vem DELIBERAR:

1. Conceder ao SAMAE de Palhoça o reajuste tarifário linear nas tarifas de 2,01% de acordo com o INPC acumulado de 10/2016 a 10/2017, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS;
2. Os novos valores vigentes desta estrutura tarifária serão fixados de forma clara e objetiva, sendo aplicáveis 30 dias após sua publicação em jornal de circulação no município;
3. O SAMAE de Palhoça deve encaminhar a esta agência, cópia da publicação da nova tabela tarifária e cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município, bem como em seu sítio eletrônico, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
4. Fica determinado que o SAMAE de Palhoça deverá encaminhar à ARIS o modelo de fatura emitida pelo Prestador, conforme Lei Federal 11.445/07, Decreto Federal 7.217/10 e Resolução Normativa 001/11 da ARIS, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
5. O SAMAE de Palhoça deverá encaminhar à ARIS o cronograma de investimentos para os próximos 12 meses, com detalhamento físico e financeiro.

Florianópolis, 20 de novembro de 2017.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

DELIBERAÇÃO Nº030/2017 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO DO SAE - PEDRA BRANCA

Publicação Nº 1433542

DELIBERAÇÃO n. 030/2017

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e de esgoto do SAE Pedra Branca

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a solicitação encaminhada pelo SAE Pedra Branca, responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município de Palhoça, recebida em 19/10/2017, na qual o requer a autorização de reajustamento das tarifas de água e esgotamento sanitário; e considerando o Parecer Técnico da Diretoria de Regulação, vem DELIBERAR:

1. Conceder ao SAE Pedra Branca o reajuste tarifário linear nas tarifas de 2,01% de acordo com o INPC acumulado de 10/2016 a 10/2017, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS;
2. Os novos valores vigentes desta estrutura tarifária serão fixados de forma clara e objetiva, sendo aplicáveis 30 dias após sua publicação em jornal de circulação no município;
3. O SAE Pedra Branca deve encaminhar a esta agência, cópia da publicação da nova tabela tarifária e cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município, bem como em seu sítio eletrônico, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
4. Fica determinado que o SAE Pedra Branca deverá encaminhar à ARIS o modelo de fatura emitida pelo Prestador, conforme Lei Federal 11.445/07, Decreto Federal 7.217/10 e Resolução Normativa 001/11 da ARIS, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
5. O SAE Pedra Branca deverá encaminhar à ARIS o cronograma de investimentos para os próximos 12 meses, com detalhamento físico e financeiro.

Florianópolis, 20 de novembro de 2017.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIMCATARINA**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2017 - CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS**

Publicação Nº 1433244

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0034/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Curativos para tratamento de feridas, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02 de janeiro de 2018 à 30 de junho de 2018. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 22/11/2017 até às 09:00 horas do dia 04/12/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 04/12/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 04/12/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 21 de novembro de 2017.

Elói Rönnau – Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMARP**EDITAL CONVOCAÇÃO 03 2017**

Publicação Nº 1432324

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.cisamarp.sc.gov.br> cis@amarp.org.br

Edital de convocação nº 03/2017

Luciano Paganini, Prefeito do município de Iomerê, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 17, inciso VI do Estatuto Social,

CONVOCA:

Art. 1º Os prefeitos dos Municípios Consorciados, para Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP, a realizar-se:

Data: 28 de novembro de 2017.

Local: Sede do CISAMARP.

Horário: 13:30 horas.

É de suma importância a participação de todos os prefeitos consorciados.

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos:

I – Orçamento para o ano de 2018.

II – Consorciamento de novos municípios no CISAMARP.

III – Alterações no Estatuto.

IV – Assuntos Gerais de interesse dos municípios consorciados.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, SC, 21 de novembro de 2017.

CIS/AMAUC**TERMOS DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2013 - TC027**

Publicação Nº 1432107

TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CNPJ 07.654.807/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º Andar – Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, CNPJ 07.654.807/0001-97, neste ato representado pelo sua Presidente Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2013, CREDENCIA, através deste termo, MAYARA CORDEIRO SERVIÇOS DE PSICOLOGIA LTDA - ME, estabelecida na Rua 38, nº 57 – Sala 3, Centro, Município de Itá – SC, inscrito com CNPJ 27.706.361/0001-04, CNES solicitação em andamento, através da Dra. Mayara Cordeiro dos Santos, CPF 068.141.659-96, RG 4.997.107 – SSP SC, CRP – 12/12696, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

Art. 1º A credenciada prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços especializados de saúde em PSICOLOGIA, conforme Solicitação de Credenciamento anexa.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC 2013 – Anexo I do Edital de Credenciamento nº 01/2013, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO REAJUSTE**

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será anual, de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do

Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido, dentro da cota mensal previamente estipulada pelas partes;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e município de origem;

V - até o prazo de 15 (quinze) dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, para a especialidade de Pediatria e 20 (vinte) dias para as demais especialidades;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VII - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou providenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 20 de novembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI Dra. MAYARA CORDEIRO DOS SANTOS

PRESIDENTE CIS AMAUC Mayara Cordeiro Serviços de Psicologia Ltda ME

TESTEMUNHAS:

CIS AMAUC/Termos de Credenciamento/Edital 2013/TC 27 Mayara CS Psicóloga

CIS/AMFRI

RESOLUÇÃO 004-2017 SUPL_BC

Publicação Nº 1433026

RESOLUÇÃO N.º 004/2017
PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 003/2017,

RESOLVE:

Artigo 1º - Tem por finalidade a abertura do projeto/atividade na forma de crédito especial e suplementa o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 12 FMS de Balneário Camboriú

Projeto/Atividade: 2.012 – Prestação de Serviços de Saúde de Balneário Camboriú

Despesa: 17 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Artigo 2º - Tem por finalidade suplementar os seguintes itens do orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 01 CIS-AMFRI

Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção e Funcionamento do CIS-AMFRI

Despesa: 3 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.956,80

TOTAL R\$ 10.956,80

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 60.956,80

Artigo 3.º - Para a suplementação prevista no artigo 1 e 2º desta Resolução utilizar-se-á o resultado do excesso de arrecadação, conforme o contrato nº11/2017.

Artigo 4.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 21 de Novembro de 2017.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Administrativo do CIS-AMFRI	JEAN CARLOS COELHO CONTADOR CRC/SC N.º 28.914-O/6

CIS/AMMVI**CONVOCAÇÃO AGO 30-11-2017**

Publicação Nº 1433395

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

MATIAS KOHLER, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 30 de Novembro de 2017, às 13h e 30min, em primeira convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda convocação, trinta minutos após, às 14h, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau - SC).

ORDEM DO DIA:

1. Momento CIR - Secretários de Saúde;
 2. Aprovação da Ata Anterior (31/10/2017);
 3. Eleição do Presidente e Vice-Presidente para 2018;
 4. Eleição do Conselho Fiscal para 2018;
 5. Ratificação do Cargo de Diretor Executivo para 2018;
 6. Revisão Geral Anual dos Salários dos Empregados para 2018;
 7. Revisão do Valor do Vale Alimentação dos Empregados para 2018;
 8. Férias Coletivas 2017/2018;
 9. Assuntos Gerais.
- Blumenau (SC), em 20 de Novembro de 2017.
- .

MATIAS KOHLER
Presidente do CISAMVI

CIS/AMOSC**EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS**

Publicação Nº 1433215

TERMO ADITIVO Nº 64/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR: R\$ 940.900,00

VIGÊNCIA: 21/11/2017 a 31/12/2017

CIS/AMREC**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001-2017**

Publicação Nº 1433028

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC (CISAMREC), Senhor Dimas Kammer, Prefeito Municipal de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais e visando as disposições do Contrato de Consórcio Público,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos Municípios consorciados ao CISAMREC, para a ASSEMBLÉIA GERAL, a realizar-se no dia 30 de novembro de 2017, às 16:00 horas, tendo como local o Plenarinho da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC, sito a Avenida Santos Dumont, 855, Bairro Milanese – Criciúma-SC, com a seguinte ordem do dia:

- 1) Exoneração da atual Diretora Executiva do Consórcio;
- 2) Escolha e data de nomeação do novo Diretor Executivo do Consórcio;
- 3) Assuntos Gerais.

Criciúma-SC, em 13 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Presidente do CISAMREC

CIS/AMURC**EXTRATO ADITIVO CONTRATO PREST SERV 030/2016**

Publicação Nº 1432136

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 030/2016

Data: 31/07/2017

Contratante: CISAMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

Contratada: Fisionorte Associados S/S Ltda - CNPJ nº. 07.132.181/0001-59

Objeto: Prorrogação do prazo de duração do contrato.

Das alterações: Fica alterado item "6" que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até 31 de julho de 2018, podendo ser renovado através de termo aditivo.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamamento Público nº. 001/2016).

Data da Assinatura: 31/07/2017.

Assinantes: Juliano Pozzi Pereira pelo Contratante e, Alessandra Regina dos Santos Prust pelo Contratada.

EXTRATO ADITIVO CONTRATO PREST SERV 036/2016

Publicação Nº 1432137

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 036/2016

Data: 27/09/2017

Contratante: CISAMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

Contratada: Clínica do Coração Dr Lauro Jose Hener Ltda - CNPJ nº. 01.572.964/0001-77

Objeto: Prorrogação do prazo de duração do contrato.

Das alterações: Fica alterado item "6" que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até 30 de setembro de 2018, podendo ser renovado através de termo aditivo.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamamento Público nº. 001/2016).

Data da Assinatura: 27/09/2017.

Assinantes: Juliano Pozzi Pereira pelo Contratante e, Marcia Regina Coas Hener pelo Contratada.

EXTRATO ADITIVO CONTRATO PREST SERV 26/2016

Publicação Nº 1432135

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2016

Data: 31/05/2017

Contratante: CISAMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

Contratada: Fundação Hospitalar de Tres Barras - CNPJ nº. 83.627.596/0001-81

Objeto: Prorrogação do prazo de duração do contrato.

Das alterações: Fica alterado item "6" que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até 31 de maio de 2018, podendo ser renovado através de termo aditivo.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamamento Público nº. 001/2016).

Data da Assinatura: 31/05/2017.

Assinantes: Juliano Pozzi Pereira pelo Contratante e, Luiz Alberto Jenzura pelo Contratada.

CIS/AMUREL

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 01/2017 - SANTA ROSA DE LIMA

Publicação Nº 1433327

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CT de Rateio nº. 01/2017

Município: Santa Rosa de Lima

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Alteração do valor estipulado na Cláusula TERCEIRA, item 3.1.1 do contrato original.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 02/10/2017.

Assinantes: Salésio Wiemes e Siuzete Vandresen Baumann pelo Município, e Clésio Bardini De Biasi pelo Consórcio.

CIS/AMURES

ATA Nº 14/2017 CIS/AMURES

Publicação Nº 1432367

Ata nº 14/2017

Aos sete dias do mês de Novembro, estiveram reunidos com a Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, A Prefeita de Palmeira, Sra. Fernanda Córdova e a Diretora Executiva, Nalú Júlio com os secretários municipais de saúde e/ou representantes dos municípios consorciados. Teve como auditório o da Amures, tendo como horário das 14:00h às 16:30h., o objetivo da reunião foi apresentação do relatório da emenda nº 36.000.1095362/01-600, relatório das cirurgias realizadas no Hospital de São Joaquim e assuntos diversos. Iniciando a reunião a diretora Nalú, cumprimentou aos presentes e passou a palavra para a presidente, Fernanda Córdova, a mesma cumprimentou à todos, agradeceu as presenças e falou que apesar de muitos compromissos, como prefeita, ela procurava inteirar-se sempre dos assuntos do CIS/AMURES, tendo em vista a relevância dos Serviços prestados aos municípios e que ainda estava interessada em conhecer o funcionamento do Sisreg, já havia muito discussão à respeito e que os prefeitos também estavam interessados nas informações. Falou que a Nalú sempre a representava e repassava as informações necessárias à ela e aos demais prefeitos. Em seguida passou a palavra a Nalú e solicitou que desse andamento a reunião. Foi apresentado primeiramente, em tela data show, o relatório da Emenda nº 36.000.1095362/01-600 da Deputada Carmen Zanotto. Foi apresentado os dados de cada um dos municípios consorciados, totalizando dois mil e quinhentos e oitenta e um exames, para dois mil trezentos e sessenta e sete pacientes. Valor financeiro de trezentos e quarenta mil, novecentos e vinte e seis reais. Nalú enfatizou que alguns pacientes foram beneficiados com mais que um exame.

Foi apresentado quadro com informações a respeito das cirurgias eletivas do mutirão realizadas no Hospital de São Joaquim. Das cento e setenta e duas cirurgias previstas, foram realizadas até Outubro do corrente ano, cento e vinte e duas cirurgias, portanto faltam ainda, cinquenta cirurgias. A representante do município de Correia Pinto, Sra. Marizete Muniz relatou que não estava tendo acesso às AIHs, no sistema, em seguida os demais municípios relataram que também não estavam visualizando mais os números das AIHs. Nalú sugeriu que fosse verificado com os técnicos da Secretaria de Estado da Saúde - SES, para resgatar as referidas AIHs. Foi solicitado pela secretária de Saúde de Campo Belo do Sul, Sra. Terezinha Branco, coordenadora da Comissão Intergestores Regional – CIR, juntamente com a Nalú, fizessem contato com a SES para na tentativa de resgatar as AIHs designadas ao Hospital de São Joaquim. Ambas assumiram o compromisso de fazê-lo.

Foi apresentado relatório de devolução de impostos aos municípios. A Nalú informou que são impostos retidos na fonte, que como o Consórcio passou a ser entidade pública, ao invés de passar para a receita federal, é devolvido aos municípios. O rateio é feito proporcional a utilização dos serviços. A devolução é referente ao primeiro semestre do corrente exercício. Foi devolvido conforme prevê a legislação pública, nas contas da arrecadação de tributos das prefeituras. Foi sugerido aos (as) secretários (as) presentes que buscassem junto aos respectivos prefeitos a possibilidade de repasse destes recursos para utilizarem na saúde.

A secretária de Palmeira, Sra. Bruna Muniz, solicitou a Nalú o envio de comprovantes a fim de que pudessem levar em mãos quando fossem procurar nas prefeituras. Nalú informou que quando foi efetivado os depósitos, foi encaminhado cópia dos comprovantes para todos (as) secretários (as), para o setor de contabilidade e para os (as) prefeitos (as). No entanto comprometeu-se em fazê-lo novamente no dia seguinte. A Nalú enfatizou que estas informações devem ser repassadas nos conselhos municipais de saúde. O seguinte assunto foi o modelo de formulário de referencia e contra referencia, que foi solicitado pelos (as) secretários (as), na última reunião do CIS/AMURES. Que havia

sido combinado que os interessados encaminhariam para a Nalú alguns modelos e que essa por sua vez elaboraria um modelo e apresentaria nesta reunião, no entanto apenas a secretária de Correia Pinto, Sra. Leia Vieira Gallas, encaminhou um modelo, mesmo assim a equipe do CIS/AMURES pesquisou e elaborou um formulário o qual foi apresentado em data show para apreciação de todos os presentes. Em votação foi aprovado. Ficou acordado que seria feita a impressão do formulário através do Consórcio e que assim que ficar pronto será iniciado a utilização do mesmo. Ficou estabelecido que os técnicos dos municípios ficarão responsáveis em preencher e conferir o cabeçalho das referências e contra referências, para facilitar a adesão. Foi informado aos secretários que os municípios de Abdon Batista, Campos Novos, Curitiba, Brunópolis e Zortéa, querem fazer parte do CIS/AMURES. Nalú falou que se for aprovado na assembleia, isto virá beneficiar à todos, tendo em vista que reduzirá os valores do contrato de rateio e auxiliará nas negociações para as compras de serviços. Falou ainda que Abdom Batista e Brunópolis já oficializaram a solicitação. Em seguida foi tratado de como ficarão os exames do SUS, dos municípios que eram controlados e agendados através do consórcio. As tomografias, os anátomos patológicos e o raio X. Este último realizado somente no Hospital Infantil Seara do Bem. Ficou definido que neste mês de Novembro ainda serão controlados e agendados através do Consórcio, porque o Luiz Reinaldo, técnico responsável pelo Sisreg, na secretaria de saúde de Lages, informou que ainda não está funcionando todos os serviços controlados no Sisreg, porque faltam ainda alguns ajustes. Nalú falou aos secretários que há três gestões atrás, os municípios tinham fila para raio x, inclusive o município de Lages e o hospital Infantil Seara do Bem, oferecia disponibilidade para realizar, era conveniado pelo sus, mas não contava com profissional para emitir laudos de raio x. Foi definido na ocasião que a equipe de agendamento do Consórcio, ficaria responsável pelo controle de cotas e agendamento dos municípios e compraria os serviços de profissional radiologista para laudar os raios x, inclusive para o município de Lages. Como tratava-se de exame do SUS, que Lages recebia e recebe os recursos financeiros para comprar, o secretário de saúde daquela gestão assumiu o pagamento dos laudos. Nesta gestão, os responsáveis da secretaria de Saúde de Lages, negociaram os laudos diretamente com a direção do Hospital Seara do Bem, porém somente para laudos de pacientes de Lages, portanto quem está pagando os laudos na presente data são os respectivos municípios. Os secretários (as) decidiram que permanecerá da mesma forma até trinta de novembro do corrente ano. Após final de Novembro, se estiver tudo certo com o Sisreg, não será enviado mais para o Consórcio. Os colaboradores do Consórcio mobilizaram-se e conseguiram doações de dois aparelhos de ar condicionado e portas de vidro para a sala de espera da sede do Consórcio. A presidente perguntou como ficará se a casa é alugada. Nalú justificou que as portas de madeira serão guardadas e que se um dia o Consórcio mudar de casa, levará as portas e os aparelhos de ar condicionado. Justificou que em Lages é muito frio no inverno e é necessário cada vez mais acomodar bem os pacientes dos municípios consorciados. Falou ainda que também será substituído o piso. Que os colaboradores estão tentando conseguir sem custos. Nalú aproveitou a oportunidade para solicitar aos (as) secretários se estavam dispostos a contribuir com algo? Nenhum (a) secretário (a) manifestou-se positivamente. Foi informado aos (as) secretários (as) ainda que o consórcio recebesse uma emenda parlamentar da Deputada Carmem Zanotto para comprar: um aparelho de eletrocardiograma, um ecocardiograma, computadores, mobiliários (mesa, cadeiras, etc) e equipamentos básicos para um consultório oftalmológico. Já está sendo providenciado o edital de licitação. O valor de emenda é de quinhentos e oitenta e cinco mil reais. Como último assunto da pauta o Sisreg. Nalú explicou que ainda não está sendo possível colocar os serviços do Consórcio no Sisreg, mas que não dependia nem do consórcio nem dos técnicos de Lages e solicitou a intervenção do técnico responsável pelo Sisreg no município de Lages, Luís Reinaldo. O mesmo tomou a palavra e disse que como não pode ser colocado os nomes dos prestadores de Serviço do Consórcio, o sisreg não comporta todo o serviço, que é um problema do próprio sistema. Nalú solicitou ao Luís Reinaldo que enfatizasse que não era entrave do Consórcio, nem da Nalú, nem dos técnicos de Lages. O mesmo confirmou e explicou mais uma vez. A Nalú falou que o Consórcio utiliza CNPJ e que por esta razão não pode colocar CPF no Sisreg. Que de acordo com a legislação pública geraria encargos pessoais aos profissionais contratados e caracterizaria ainda terceirização do terceirizado, procedimento não permitido para entidades públicas, que é o caso do Consórcio. Falou ainda que a Superintendente de Regulação da SES comprometeu-se em verificar junto ao ministério de Saúde, a possibilidade de adequação. Que por enquanto pode colocar os serviços, direto no Sistema do Consórcio, porém a fila de espera deve ser já colocada no Sisreg e após o paciente realizar o exame, informar no Sisreg que o paciente já realizou o exame através do Consórcio. Enfatizou que seja respeitada a fila, conforme o que prevê a lei Estadual nº 17.066 de onze de janeiro de dois mil e dezessete, que dispõe de publicação das filas de espera de pacientes que aguardam por exames e consultas e/ou procedimentos do Sistema Único de Saúde. Nalú falou ainda que o Consórcio já publiciza os serviços realizados mensalmente na sua página na internet e que já está sendo providenciado para o sistema do Consórcio publicizar os demais dados e/ou informações necessárias, enquanto não se resolve a situação do Sisreg. Foi enfatizado que é importante ter o cuidado do respeito a fila, por que quem desrespeitar a fila poderá ser penalizado, se houver denuncia. Que o ministério público está acompanhando o processo. A pena é detenção de dois à doze anos de prisão. A Nalú e o Luís Reinaldo enfatizaram que a região da Amures é que está mais adiantada no processo. A presidente Fernanda Córdova, perguntou a Nalú como estava a situação dos outros Consórcios de Saúde do Estado? Nalú falou que nenhum foi inserido no sisreg, por enquanto devido as dificuldades já mencionadas anteriormente, no entanto foi o único que programou as cotas para os municípios. A presidente perguntou também se é obrigatório a utilização do Sistema? Nalú informou que não é obrigatório a utilização do sistema, que alguns municípios no estado optaram em utilizar sistema próprio, porém é obrigatório a publicização das filas, bem como o respeito às mesmas. A secretária de saúde de Bocaina do Sul, Mariana perguntou se o consórcio realizará licitação para compra de medicamentos no próximo ano? Nalú falou que está vendo, por que o quadro de pessoal do Consórcio é bastante reduzido, que três funcionários pediram demissão e que terá que ser feito um processo seletivo antes, para após iniciar os processos de licitação. Que talvez em dezembro próximo já tenha a resposta. Falou ainda que a licitação para compra de medicamentos conseguiu uma redução de setenta e cinco por cento de desconto, no entanto foi muito trabalhoso, as atas que funcionam como contratos que foram encaminhadas para os municípios, para os prefeitos assinarem em maio e junho último, tem município que na data de hoje ainda não enviou as atas devidamente assinadas. E os colaboradores do consórcio tem ligado passado e-mail, quase que diariamente para obter de volta as referidas atas, portanto o maior entrave é a falta de comprometimento de alguns colaboradores dos municípios. A presidente falou que estará informando todas estas situações aos colegas prefeitos. O Luís Reinaldo pediu a palavra para informar que quando os técnicos forem inserir encaminhamentos no Sisreg que não tiver Cid 10, deverá ser utilizado um Cid simbólico que a equipe da SES, orientou que Z zero, zero zero zero. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. A presidente Fernanda Córdova agradeceu as presenças e desejou a todos um ótimo final de tarde. Estiveram presentes os (as) secretários (as) e/ou representantes: Sra. Terezinha Godoi Vieira, Secretária de Saúde de São Joaquim; Sra. Hiede Maria Carbonera, Secretária de Saúde de Bom Retiro; Sra. Gislaíne Aparecida da Silva, Representando o município de Capão Alto; Sra. Veneranda Faquim Pilon, Secretária de Saúde de Frei Rogério; Sra. Maryana Oliveira de Liz, Secretária de Saúde de Bocaina do Sul; Luís Reinaldo Fraga, Representando secretaria de saúde de Lages; Sra Sandra de Jesus, Secretária de Saúde de Cerro Negro; Sra. Juliana Souza Paes, representando o município de São José do Cerrito; Sr. Amauri Fracaro, Secretário de Saúde de Ponte Alta; Sra. Terezinha Branco, Secretária de Saúde de Campo Belo do Sul; Sra. Angela Canani Xavier, secretária de Saúde de Anita Garibaldi; Sra. Ines Pegoraro, Secretária de Saúde de Celo Ramos; Sr. Rodrigo Gehrke, Auxiliar administrativo de Anita Garibaldi; Sra. Gisiane Ribeiro, Diretora de Saúde de

Urubici; Srta. Bruna Muniz, Secretária de Saúde de Palmeira; Sra. Fernanda Souza Córdova, Prefeita de Palmeira; Sra. Michele Marques, Diretora de Saúde de Palmeira; Sr. Elton Gandim, Secretário de Saúde de Santa Cecília; Sr. Vilmar Ribeiro, Secretário de Saúde de Bom Jardim da Serra; Sra. Marisete Muniz, representando o município de Correia Pinto e Sra. Nalú Terezinha Júlio, Diretora Executiva CIS/AMURES.

Terezinha Godoi Vieira
Secretária de Saúde de São Joaquim

Hiede Maria Carbonera
Secretária de Saúde de Bom Retiro

Gislaine Aparecida da Silva
Repres. Município de Capão Alto

Veneranda Faquim Pilon
Secretária de Saúde de Frei Rogério

Maryana Oliveira de Liz
Secretária de Saúde de Bocaina do Sul

Luís Reinaldo Fraga
Repres. Secretaria de saúde de Lages

Sandra de Jesus
Secretária de Saúde de Cerro Negro

Juliana Souza Paes
Repres. Munic. de São José do Cerrito

Amauri Fracaro
Secretário de Saúde de Ponte Alta

Terezinha Branco
Secretária de Saúde de Campo B. do Sul

Angela Canani Xavier
Secretária de Saúde de Anita Garibaldi

Ines Pegoraro
Secretária de Saúde de Celo Ramos

Rodrigo Gehrke
Auxiliar adm. de Anita Garibaldi

Gisiane Ribeiro
Diretora de Saúde de Urubici

Bruna Muniz
Secretária de Saúde de Palmeira

Fernanda Souza Córdova
Prefeita de Palmeira

Michele Marques
Diretora de Saúde de Palmeira

Elton Gandim
Secretário de Saúde de Santa Cecília

Vilmar Ribeiro
Secr. de Saúde de Bom Jardim da Serra

Marisete Muniz
Repres. Município de Correia Pinto

Nalú Terezinha Júlio
Diretora Executiva CIS/AMURES.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS OUTUBRO 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1433351

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 1 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
01.01.10	Saude							
01.01.10.122	Administração Geral							
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
10.122.0001.1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		1.457.643,44	0,00	0,00	1.457.643,44	109.974,30	1.078.393,53
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080					61.861,50	640.125,61
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0080					481.846,96	481.846,96
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0080					46.107,93	459.870,88
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0080					0,00	21.976,08
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0080					15.753,57	158.278,65
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0080					3.588,82	37.399,67
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0080					12.184,75	120.878,98
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080					46.967,80	432.787,92
3.3.90.14.00.00.00.00	Dienas - Civil	0080					3.200,00	11.600,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Dienas no País - Civil	0080					3.200,00	11.600,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080					2.397,13	34.441,55
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080					322,47	2.677,03
3.3.90.30.04.00.00.00	Gas Engarrafado	0080					0,00	360,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0080					51,00	2.766,42
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	0080					230,00	0,00
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	0080					0,00	28,28
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	0080					0,00	950,00
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0080					15,00	3.375,12
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0080					827,00	946,00
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Cozinhia	0080					0,00	106,00
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0080					0,00	4.545,83
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0080					102,00	2.624,51
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0080					0,00	2.060,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0080					1.079,66	1.079,66
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	0080					0,00	239,40
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0080					0,00	9.431,30
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0080					0,00	2.590,00
3.3.90.30.47.00.00.00	Aquisição de Softwares de Base	0080					0,00	440,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080					0,00	1.428,45
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0080					0,00	1.428,45
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0080					0,00	158,20
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0080					0,00	158,20
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0080					535,00	5.315,00
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	0080					535,00	5.315,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080					0,00	3.700,00
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0080					0,00	2.500,00
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080					0,00	1.200,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0080					4.064,61	38.291,64
3.3.90.37.07.00.00.00	Esgaquiões	0080					4.064,61	38.291,64
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					36.771,06	337.198,87
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Períodos e Anuidades	0080					0,00	647,00
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	0080					687,41	5.919,83
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0080					18.145,06	163.047,14

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 2 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMIURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMIURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	1.545.722,59
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	1.545.722,59
01.01.10	Saúde		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	1.545.722,59
01.01.10.122	Administração Geral		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	1.545.722,59
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	1.545.722,59
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMIURES		1.457.643,44	0,00	0,00	1.457.643,44	109.974,30	379.249,91
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0080					736,48	6.409,25
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0080					665,00	5.372,20
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0080					270,00	1.570,00
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0080					0,00	1.005,00
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	0080					0,00	825,00
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0080					0,00	640,00
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Densais Resíduos	0080					135,00	1.287,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0080					7.254,05	57.683,91
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0080					720,57	7.168,94
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0080					243,09	3.099,97
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0080					0,00	913,60
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080					0,00	2.240,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0080					1.695,40	16.864,71
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0080					0,00	3.115,00
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0080					252,10	3.211,23
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0080					0,00	763,36
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0080					2.129,22	19.992,65
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0080					1.487,73	1.487,73
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0080					2.392,32	15.275,98
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0080					68,10	1.019,37
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0080					0,00	316,75
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					1.214,81	17.323,63
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0080					0,00	654,21
3.3.90.47.99.00.00.00	Outras Obrigações Tributárias e Contributivas	0080					0,00	654,21
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	6.896,24	0,00	0,00	6.896,24	1.145,00	5.480,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0080					1.145,00	5.480,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparatos e Utensílios Domésticos	0080					0,00	800,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0080					1.145,00	4.680,00
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMIURES		4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	558.086,65	1.165.472,68
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	558.086,65	1.165.472,68
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080					10.485,40	82.577,90
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0080					926,40	8.542,95
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0080					9.599,00	74.034,95
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					547.601,25	3.695.234,58
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0080					547.601,25	3.695.234,58

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 3 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orgaos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
01.01.10	Saude		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
01.01.10.122	Administração Geral		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES		4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	558.066,65	3.777.812,48
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					0,00	1.375,00
Total por Entidade :			6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01
Total Geral :			6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	668.060,95	4.856.206,01

LAGES , 21/11/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Fernanda de Souza Cordova
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS OUTUBRO 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1433347

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício de 2016

Outubro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
1.0.0.0.00.00.00.00.00		495.730,16
1.0.0.0.00.00.00.00.00		3.990.795,41
1.3.0.0.00.00.00.00.00		495.730,16
1.3.2.0.00.00.00.00.00		953,30
1.3.2.5.00.00.00.00.00		953,30
1.3.2.5.02.00.00.00.00		953,30
1.3.2.5.02.03.00.00.00		953,30
1.6.0.0.00.00.00.00.00	0080	953,30
1.6.0.0.05.00.00.00.00		404.562,90
1.6.0.0.05.99.00.00.00		404.562,90
1.6.0.0.05.99.01.00.00	0080	0,00
1.6.0.0.05.99.02.00.00	0080	11.338,09
1.6.0.0.05.99.03.00.00	0080	21.126,18
1.6.0.0.05.99.04.00.00	0080	25.375,26
1.6.0.0.05.99.05.00.00	0080	22.706,43
1.6.0.0.05.99.06.00.00	0080	26.563,92
1.6.0.0.05.99.07.00.00	0080	8.639,27
1.6.0.0.05.99.08.00.00	0080	8.538,37
1.6.0.0.05.99.09.00.00	0080	17.712,08
1.6.0.0.05.99.10.00.00	0080	26.441,21
1.6.0.0.05.99.11.00.00	0080	37.762,81
1.6.0.0.05.99.12.00.00	0080	24.546,01
1.6.0.0.05.99.13.00.00	0080	20.186,06
1.6.0.0.05.99.14.00.00	0080	17.312,61
1.6.0.0.05.99.15.00.00	0080	9.381,30
1.6.0.0.05.99.16.00.00	0080	9.063,98
1.6.0.0.05.99.17.00.00	0080	43.778,82
1.6.0.0.05.99.18.00.00	0080	20.787,01
1.6.0.0.05.99.19.00.00	0080	6.282,17
1.6.0.0.05.99.20.00.00	0080	19.829,78
1.6.0.0.05.99.21.00.00	0080	4.178,98
1.6.0.0.05.99.22.00.00	0080	16.974,26
1.6.0.0.05.99.23.00.00	0080	6.038,30
1.6.0.0.05.99.24.00.00	0080	0,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00		90.043,51
1.7.2.0.00.00.00.00.00		90.043,51
1.7.2.3.00.00.00.00.00		90.043,51
1.7.2.3.37.00.00.00.00		90.043,51
1.7.2.3.37.01.00.00.00		0,00
1.7.2.3.37.01.01.00.00	0081	0,00
1.7.2.3.37.01.02.00.00	0082	0,00
1.7.2.3.37.01.03.00.00	0083	0,00
1.7.2.3.37.02.00.00.00		3.044,63
1.7.2.3.37.02.01.00.00	0081	1.577,42
1.7.2.3.37.02.02.00.00	0082	1.444,98
1.7.2.3.37.02.03.00.00	0083	22,23
1.7.2.3.37.03.00.00.00		4.896,87
1.7.2.3.37.03.01.00.00	0081	2.537,07
1.7.2.3.37.03.02.00.00	0082	2.324,05
1.7.2.3.37.03.03.00.00	0083	35,75
1.7.2.3.37.04.00.00.00		6.807,00
1.7.2.3.37.04.01.00.00	0081	3.526,71
1.7.2.3.37.04.02.00.00	0082	3.230,60
1.7.2.3.37.04.03.00.00	0083	49,69
1.7.2.3.37.05.00.00.00		5.718,81
1.7.2.3.37.05.01.00.00	0081	2.962,91
1.7.2.3.37.05.02.00.00	0082	2.714,15
1.7.2.3.37.05.03.00.00	0083	41,75
1.7.2.3.37.06.00.00.00		5.429,40
1.7.2.3.37.06.01.00.00	0081	2.812,98
1.7.2.3.37.06.02.00.00	0082	2.576,79
1.7.2.3.37.06.03.00.00	0083	39,63
1.7.2.3.37.07.00.00.00		2.211,12
1.7.2.3.37.07.01.00.00	0081	1.145,58
1.7.2.3.37.07.02.00.00	0082	1.049,40
1.7.2.3.37.07.03.00.00	0083	16,14

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Outubro

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	495.730,16	3.990.795,41
1.7.2.3.37.08.00.00.00	CERRO NEGRO	2.986,75	29.832,84
1.7.2.3.37.08.01.00.00	CERRO NEGRO - PESSOAL	0081 1.547,44	15.456,44
1.7.2.3.37.08.02.00.00	CERRO NEGRO - CONSUMO	0082 1.417,51	14.158,65
1.7.2.3.37.08.03.00.00	CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	0083 21,80	217,75
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CORREIA PINTO	5.429,40	48.864,59
1.7.2.3.37.09.01.00.00	CORREIA PINTO - PESSOAL	0081 2.812,98	25.316,81
1.7.2.3.37.09.02.00.00	CORREIA PINTO - CONSUMO	0082 2.576,79	23.191,11
1.7.2.3.37.09.03.00.00	CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	0083 39,63	356,67
1.7.2.3.37.10.00.00.00	LAGES	0,00	9.066,64
1.7.2.3.37.10.01.00.00	LAGES - PESSOAL	0081 0,00	4.697,42
1.7.2.3.37.10.02.00.00	LAGES - CONSUMO	0082 0,00	4.303,03
1.7.2.3.37.10.03.00.00	LAGES - INVESTIMENTO	0083 0,00	66,19
1.7.2.3.37.11.00.00.00	OTACILIO COSTA	7.675,24	77.459,78
1.7.2.3.37.11.01.00.00	OTACILIO COSTA - PESSOAL	0081 3.976,54	40.131,90
1.7.2.3.37.11.02.00.00	OTACILIO COSTA - CONSUMO	0082 3.642,67	36.762,42
1.7.2.3.37.11.03.00.00	OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	0083 56,03	565,46
1.7.2.3.37.12.00.00.00	PAINEL	3.310,89	33.158,53
1.7.2.3.37.12.01.00.00	PAINEL - PESSOAL	0081 1.715,37	17.179,42
1.7.2.3.37.12.02.00.00	PAINEL - CONSUMO	0082 1.571,35	15.737,05
1.7.2.3.37.12.03.00.00	PAINEL - INVESTIMENTO	0083 24,17	242,06
1.7.2.3.37.13.00.00.00	PALMEIRA	3.820,26	34.382,34
1.7.2.3.37.13.01.00.00	PALMEIRA - PESSOAL	0081 1.979,27	17.813,43
1.7.2.3.37.13.02.00.00	PALMEIRA - CONSUMO	0082 1.813,10	16.317,90
1.7.2.3.37.13.03.00.00	PALMEIRA - INVESTIMENTO	0083 27,89	251,01
1.7.2.3.37.14.00.00.00	PONTE ALTA	5.070,52	45.634,68
1.7.2.3.37.14.01.00.00	PONTE ALTA - PESSOAL	0081 2.627,04	23.643,36
1.7.2.3.37.14.02.00.00	PONTE ALTA - CONSUMO	0082 2.406,47	21.658,23
1.7.2.3.37.14.03.00.00	PONTE ALTA - INVESTIMENTO	0083 37,01	333,09
1.7.2.3.37.15.00.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	2.211,12	21.849,78
1.7.2.3.37.15.01.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	0081 1.145,58	11.320,36
1.7.2.3.37.15.02.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	0082 1.049,40	10.369,93
1.7.2.3.37.15.03.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	0083 16,14	159,49
1.7.2.3.37.16.00.00.00	RIO RUFINO	2.766,79	30.210,47
1.7.2.3.37.16.01.00.00	RIO RUFINO - PESSOAL	0081 1.433,47	15.652,01
1.7.2.3.37.16.02.00.00	RIO RUFINO - CONSUMO	0082 1.313,12	14.337,90
1.7.2.3.37.16.03.00.00	RIO RUFINO - INVESTIMENTO	0083 20,20	220,56
1.7.2.3.37.17.00.00.00	SÃO JOAQUIM	11.716,66	105.449,94
1.7.2.3.37.17.01.00.00	SÃO JOAQUIM - PESSOAL	0081 6.070,40	54.633,60
1.7.2.3.37.17.02.00.00	SÃO JOAQUIM - CONSUMO	0082 5.560,73	50.046,57
1.7.2.3.37.17.03.00.00	SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	0083 85,53	769,77
1.7.2.3.37.18.00.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO	5.973,49	63.217,69
1.7.2.3.37.18.01.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	0081 3.094,86	32.753,06
1.7.2.3.37.18.02.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	0082 2.835,02	30.003,12
1.7.2.3.37.18.03.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	0083 43,61	461,51
1.7.2.3.37.19.00.00.00	SANTA CECILIA	1.643,87	15.907,37
1.7.2.3.37.19.01.00.00	SANTA CECILIA - PESSOAL	0081 851,69	8.241,62
1.7.2.3.37.19.02.00.00	SANTA CECILIA - CONSUMO	0082 780,18	7.549,63
1.7.2.3.37.19.03.00.00	SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	0083 12,00	116,12
1.7.2.3.37.20.00.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL	1.690,17	16.489,30
1.7.2.3.37.20.01.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL	0081 875,68	8.543,13
1.7.2.3.37.20.02.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO	0082 802,15	7.825,78
1.7.2.3.37.20.03.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	0083 12,34	120,39
1.7.2.3.37.21.00.00.00	URUBICI	3.854,99	32.046,05
1.7.2.3.37.21.01.00.00	URUBICI - PESSOAL	0081 1.997,27	16.603,06
1.7.2.3.37.21.02.00.00	URUBICI - CONSUMO	0082 1.829,58	15.209,06
1.7.2.3.37.21.03.00.00	URUBICI - INVESTIMENTO	0083 28,14	233,93
1.7.2.3.37.22.00.00.00	URUPEMA	2.500,53	24.972,19
1.7.2.3.37.22.01.00.00	URUPEMA - PESSOAL	0081 1.295,53	12.938,14
1.7.2.3.37.22.02.00.00	URUPEMA - CONSUMO	0082 1.186,75	11.851,79
1.7.2.3.37.22.03.00.00	URUPEMA - INVESTIMENTO	0083 18,25	182,26
1.7.2.3.37.23.00.00.00	FREI ROGERIO	1.238,69	12.525,12
1.7.2.3.37.23.01.00.00	FREI ROGERIO - PESSOAL	0081 641,77	6.489,31
1.7.2.3.37.23.02.00.00	FREI ROGERIO - CONSUMO	0082 587,88	5.944,40
1.7.2.3.37.23.03.00.00	FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	0083 9,04	91,41
1.7.2.3.37.24.00.00.00	MONTE CARLO	0,00	11.368,99

Betha Sistemas

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Exercício de 2016

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Outubro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	495.730,16	3.990.795,41
1.7.2.3.37.24.01.00.00	MONTE CARLO - PESSOAL	0081	0,00	5.890,26
1.7.2.3.37.24.02.00.00	MONTE CARLO - CONSUMO	0082	0,00	5.395,71
1.7.2.3.37.24.03.00.00	MONTE CARLO - INVESTIMENTO	0083	0,00	83,02
1.7.2.3.37.25.00.00.00	VARGEM		46,31	504,91
1.7.2.3.37.25.01.00.00	VARGEM - PESSOAL	0081	23,99	261,57
1.7.2.3.37.25.02.00.00	VARGEM - CONSUMO	0082	21,98	239,64
1.7.2.3.37.25.03.00.00	VARGEM - INVESTIMENTO	0083	0,34	3,70
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		170,45	39.269,85
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		170,45	39.269,85
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0080	170,45	39.269,85
Receita Extra Orçamentária		Recurso	0,00	0,00
Total Geral :			495.730,16	3.990.795,41

CONSÓRCIO LAMBARI**EDITAL Nº05 DE 01 DE DEZEMBRO 2017**

Publicação Nº 1433149

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2017

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, senhor VOLNEI ANTONIO SCHMIDT Prefeito do Município de Ipumirim, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 29, I, do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios que integram o CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSORCIO LAMBARI, para a Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á no dia 01 de Dezembro de 2017:

HORÁRIO: das 8h30 às 11h30
Local: Sala de reuniões da AMAUC.

ORDEM DO DIA

8h	• Recepção com café da manhã
8h30	• Abertura da Assembléia Geral Ordinária
8h45	• Leitura da ata da reunião anterior
10h	• Eleição da nova Diretoria - exercício 2018
	• Assuntos gerais;
11h30	• Encerramento

Concórdia – SC, 22 de novembro de 2017.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Presidente do Consórcio Lambari

Edital de Notificação

AGRONÔMICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 489/2017

Publicação Nº 1432758

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 489/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGA3297	54282491N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
BNH1361	P02BU000A4	18/09/2017	75790	165 A	2934.68
BNH1361	P02BU000A2	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
BNH1361	P02BU000A3	17/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
GUC4535	P02BU0007L	23/07/2017	65480	229	130.16
MEJ6478	P02BU0007S	27/07/2017	69120	232	88.38
QHK2301	P02BU000AR	21/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 488/2017

Publicação Nº 1432759

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 488/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJA6929	P02BU000BP	15/10/2017	50100	162 * I
AJA6929	P02BU000BQ	15/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMM0969	P02BU000CJ	06/11/2017	67000	230 * XVI
DFJ7296	P02BU000BR	15/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

ÁGUA DOCE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8128 1103/2017

Publicação Nº 1432731

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8128 1103/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCW8992	P013H000HZ	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCW8992	P013H000IO	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 674/2017

Publicação Nº 1432430

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 674/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHJ1163	54293631N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMB5666	54296138N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMC5304	54298697N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
HTN4371	0000099369	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
NUD0892	0000099567	20/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHW4309	0000099296	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
APE7130	0000099301	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHP0984	0000099309	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDG1841	0000099314	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHZ1329	0000099321	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHP2717	0000099332	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIH8861	0000099343	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJV4835	0000099147	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIA8066	0000098964	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
DDD6055	0000098980	29/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHW4309	0000099285	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGE0436	0000099290	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
AFS4600	0000099049	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
DRJ4794	0000099089	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHH2179	0000099103	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKV3161	0000099107	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJV7634	0000099128	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBW8865	0000098671	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
AXW5405	0000098802	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHA8904	0000099178	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
AWA8508	0000099188	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIK6587	0000099189	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKE1880	0000099193	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKJ1515	0000099198	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
AQJ0316	0000099199	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
AHO9275	0000099218	08/09/2017	74550	218 * I	130.16

AVG5524	0000099223	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BBB7305	0000099257	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASP6329	0000099259	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JUD4179	0000097247	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF1371	0000097794	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IHA2792	0000097804	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7157	0000097936	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR5083	0000098110	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR5083	0000098124	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ATM5538	0000098144	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM2713	0000098155	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ9116	0000098161	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC5241	0000098170	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BGP3949	0000098188	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BGP3949	0000098209	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JCC1977	0000098493	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS4126	0000098570	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS0442	0000098575	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HRY0366	0000098590	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLI0285	0000098733	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LXM6933	0000099291	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJX8343	0000099162	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIK6587	0000099168	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DXZ7661	0000098860	24/08/2017	74710	218	*	III	880.40
NZL4903	0000098919	26/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LXF8141	0000099282	10/09/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1101/2017

Publicação Nº 1432733

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1101/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHB3771	P013H000JC	13/10/2017	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1102/2017

Publicação Nº 1432732

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1102/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGS2113	P013H000JH	16/10/2017	56222	182 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 673/2017

Publicação Nº 1432431

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE TRANSITO N.8774 673/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QHP2717	54312713N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEX2785	0000100420	27/10/2017	74550	218 * I
IRU0416	0000100456	28/10/2017	74550	218 * I
MGM0647	0000100512	30/10/2017	74550	218 * I
QHL2778	0000100521	30/10/2017	74550	218 * I
BAV9971	0000100531	31/10/2017	74550	218 * I
MJJ6645	0000100547	01/11/2017	74550	218 * I
MLA8105	0000100552	01/11/2017	74550	218 * I
QHR5478	0000100153	15/10/2017	74550	218 * I
LYR5474	0000100160	15/10/2017	74550	218 * I
MLC8301	0000100163	15/10/2017	74550	218 * I
MAY1944	0000099664	24/09/2017	74550	218 * I
MCV6163	0000100185	17/10/2017	74550	218 * I
QHP0226	0000100192	17/10/2017	74550	218 * I
OAP8237	0000100220	18/10/2017	74550	218 * I
ARJ8885	0000100074	11/10/2017	74550	218 * I
ALA6192	0000100075	11/10/2017	74550	218 * I
MDV7732	0000100076	11/10/2017	74550	218 * I
MDS2575	0000100095	12/10/2017	74550	218 * I
OKH8045	0000100100	12/10/2017	74550	218 * I
MDI0739	0000100107	12/10/2017	74550	218 * I
CGO9086	0000100111	13/10/2017	74550	218 * I
MHM9599	0000099928	05/10/2017	74550	218 * I
MKB0634	0000099950	06/10/2017	74550	218 * I
MKZ7921	0000100000	08/10/2017	74550	218 * I
MFR2206	0000100003	08/10/2017	74550	218 * I
MMM4088	0000100030	09/10/2017	74550	218 * I
MDV7732	0000100071	11/10/2017	74550	218 * I
MJC5538	0000100119	13/10/2017	74550	218 * I
AWX0459	0000100120	13/10/2017	74550	218 * I
AXJ6716	0000100123	13/10/2017	74550	218 * I
QIA4754	0000100128	13/10/2017	74550	218 * I
MID5658	0000100134	14/10/2017	74550	218 * I
AYD0146	0000100143	14/10/2017	74550	218 * I
AJX8991	0000100566	01/11/2017	74550	218 * I
MIS9722	0000100569	02/11/2017	74550	218 * I
MHS4384	0000100570	02/11/2017	74550	218 * I
NBZ0595	0000100619	04/11/2017	74550	218 * I
MFE3701	0000100651	05/11/2017	74550	218 * I
DVK8754	0000100671	05/11/2017	74550	218 * I
LXK7048	0000100674	05/11/2017	74550	218 * I

OQW4074	0000100597	03/11/2017	74550	218	*	I
MEQ3670	0000100612	03/11/2017	74550	218	*	I
MMA0491	0000100685	06/11/2017	74550	218	*	I
MEQ3670	0000100689	06/11/2017	74550	218	*	I
MLV8060	0000100614	03/11/2017	74630	218	*	II
AEF7951	0000100676	05/11/2017	74630	218	*	II
MDT7571	0000100583	02/11/2017	74630	218	*	II
QHP1464	0000100152	15/10/2017	74630	218	*	II
MDL3230	0000100073	11/10/2017	74630	218	*	II
AXJ6716	0000100114	13/10/2017	74630	218	*	II
OCJ6006	0000099895	03/10/2017	74630	218	*	II
QIA4754	0000100179	16/10/2017	74630	218	*	II
BBL1909	0000100565	01/11/2017	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS
AUTORIDADE DE TRANSITO

ALFREDO WAGNER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8214 725/2017

Publicação Nº 1432662

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8214 725/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGW4570	55169087E	11/07/2017	50100	162 * I	880.40
MGW4570	55169088E	11/07/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MJC6134	P03EQ0000E	20/08/2017	58350	195	195.23
MGW4570	55169089E	11/07/2017	66610	230 * XII	195.23
MCS0543	P03EQ0001R	04/09/2017	51851	167	195.23
AJA4232	P03EQ00023	06/09/2017	51851	167	195.23
LYZ4025	P03EQ0002H	09/09/2017	51851	167	195.23
CGA6776	P03EQ00036	12/09/2017	51851	167	195.23
AJA4232	P03EQ00024	06/09/2017	51852	167	195.23

MJC6134 P03EQ0000D 20/08/2017 52741 175 2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 724/2017

Publicação Nº 1432663

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 724/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QHX9586	P03EQ00061	14/10/2017	52070	169
QHX9586	P03EQ00064	14/10/2017	52070	169
MAG0930	P03EQ0005S	14/10/2017	54870	181 * XI
QHX9586	P03EQ00063	14/10/2017	65050	227 * III
MAG0930	P03EQ0005T	14/10/2017	65300	228
MAG0930	P03EQ0005U	14/10/2017	72850	250 * III
LZQ8554	P03EQ0005R	14/10/2017	72850	250 * III
LXO0222	P03EQ0005D	07/10/2017	72850	250 * III
IMF3188	P03EQ00066	14/10/2017	72850	250 * III
IHN4789	P03EQ00068	15/10/2017	72850	250 * III
MHK3510	P03EQ0006D	15/10/2017	72850	250 * III
IMF3188	P03EQ0006I	15/10/2017	72850	250 * III
MAS9748	P03EQ0006K	15/10/2017	51851	167
IMF3188	P03EQ0006H	15/10/2017	51851	167
IHN4789	P03EQ00069	15/10/2017	51851	167
AGB0052	P03EQ0005L	07/10/2017	51851	167
MED6926	P03EQ0005O	14/10/2017	51851	167
LZQ8554	P03EQ0005P	14/10/2017	51851	167
AGB0052	P03EQ0004V	01/10/2017	51851	167
DCD7119	P03EQ00051	06/10/2017	51851	167
IMF3188	P03EQ00065	14/10/2017	51851	167
DCD7119	P03EQ00052	06/10/2017	51852	167

AGB0052	P03EQ0004W	01/10/2017	51852	167
LZQ8554	P03EQ0005Q	14/10/2017	51852	167
AGB0052	P03EQ0005M	07/10/2017	51852	167
IHN4789	P03EQ0006A	15/10/2017	51852	167
QHX9586	P03EQ00062	14/10/2017	63944	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

ALTO BELA VISTA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8657 250/2017

Publicação Nº 1432467

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8657 250/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIA1303 P034I00017 04/11/2017 54281 181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALTO BELA VISTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

ANCHIETA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8250 715/2017**

Publicação Nº 1432639

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8250 715/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHS9240	54294246N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MES0434	P01E7000GM	08/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AUF4026	P01E7000G7	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
MHR5995	54611638F	24/07/2017	57200	186 * I	195.23
MAK2676	P01E7000HM	31/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
ARJ6791	P01E7000FR	20/07/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 714/2017

Publicação Nº 1432640

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8250 714/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCJ4830 P01E7000JK 14/10/2017 57200 186 * I
HSL5522 P01E7000JH 09/10/2017 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ANCHIETA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ANITA GARIBALDI

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8468
591/2017**

Publicação Nº 1432512

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8468 591/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MGF7010 54449724E 19/08/2017 50100 162 * I 880.40
MCI2824 54449741E 30/08/2017 50100 162 * I 880.40
MET0456 54449346E 03/09/2017 50100 162 * I 880.40
MET0456 54449347E 03/09/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MIL2143 54449775E 08/09/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MGF7010 54449726E 19/08/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MCI2824 54449743E 30/08/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
ACG7774 54449773E 07/09/2017 65300 228 195.23
MKR4110 54449781E 11/09/2017 51851 167 195.23
IME2566 54449783E 11/09/2017 51851 167 195.23
MMC7619 54449745E 30/08/2017 51851 167 195.23
MEV7371 54449343E 03/09/2017 51851 167 195.23
MKF6395 54449742E 30/08/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 590/2017

Publicação Nº 1432513

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 590/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR2455	54449794E	25/09/2017	50100	162 * I
LXR2455	54449795E	25/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLB3826	P03D40000P	14/10/2017	58350	195
MLB3826	P03D40000Q	14/10/2017	63510	220 * X
MLB3826	P03D40000M	14/10/2017	65210	227 * V
LXR2455	54449796E	25/09/2017	69120	232
MDD5307	P03D400014	03/11/2017	51851	167
IIT8045	P03D40000G	05/10/2017	51851	167
AUT0145	P03D40000C	03/10/2017	51852	167
MEV3671	P03D40000T	17/10/2017	65992	230 * V
LXR2455	54449793E	25/09/2017	65992	230 * V
MLB3826	P03D40000O	14/10/2017	52741	175
MLB3826	P03D40000N	14/10/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

ANTÔNIO CARLOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8061 739/2017

Publicação Nº 1432822

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8061 739/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMH3686	P01HX0003M	24/07/2017	50100	162 * I	880.40
IHM4124	P01HX0003U	26/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 738/2017

Publicação Nº 1432823

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8061 738/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFT2403	P01HX00066	29/10/2017	50450	162 * V
MFT2403	P01HX00067	29/10/2017	50960	163 c/c 162 * V
MIQ6111	P01HX0005H	08/10/2017	65300	228
MFT2403	P01HX0006A	29/10/2017	65992	230 * V
MFB4140	54472838E	17/10/2017	70301	244 * I
MFT2403	P01HX00069	29/10/2017	70301	244 * I
MFB4140	54472837E	17/10/2017	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

APIUNA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8104 519/2017

Publicação Nº 1432765

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8104 519/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJX4643	P01Y100055	21/07/2017	65300	228	195.23
MMD4700	P01Y100066	23/08/2017	51851	167	195.23
IHM9352	P01XX000UU	13/09/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU



INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

ASCURRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8096 933/2017

Publicação Nº 1432778

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8096 933/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEF9497	P01XX000PZ	18/07/2017	50450	162 * V	293.47
MKL6067	P01XX000SE	19/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MCC7067	P01XX000UC	08/09/2017	57200	186 * I	195.23
MEF9497	P01XX000Q0	18/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 932/2017

Publicação Nº 1432779

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8096 932/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGG0998	P01XX000WZ	05/10/2017	51851	167
LYG2913	P01Y10007T	01/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

ATALANTA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8368 539/2017**

Publicação Nº 1432569

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8368 539/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MER8270	P02S000033	25/08/2017	53800	181 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 538/2017

Publicação Nº 1432570

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 538/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAM1487	P02S000046	06/10/2017	52900	176 * II
MAM1487	P02S000048	06/10/2017	53040	176 * III
CQB3532	P02S00004K	17/10/2017	51851	167
MES2793	P02S00004C	10/10/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

AURORA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 411/2017**

Publicação Nº 1432760

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 411/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGT6114	P01W10002R	27/10/2017	51691	165
MDD1317	P01W10002N	25/10/2017	65992	230 * V
MGT6114	P01W10002T	27/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

BALNEÁRIO GAIVOTA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8508 928/2017**

Publicação Nº 1432498

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8508 928/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJV2856	P01FS0023I	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
IID0977	P01FS002AF	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
IID0977	P01FS002AG	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJV2856	P01FS0023J	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IFT4919	P01FS00228	19/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MMH4133	P01FS00266	11/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MDS7341	P01FS0026H	13/08/2017	55250	181 * XV	130.16
IVJ1250	P01FS0027G	19/08/2017	55250	181 * XV	130.16
IKE7626	P01FS002DS	16/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MIO1143	P01FS002CV	12/09/2017	57200	186 * I	195.23
MHX5995	P01FS00240	29/07/2017	57200	186 * I	195.23
MBI8451	P01FS0023Z	29/07/2017	51691	165	2934.68
MFS3087	P01FS002CE	08/09/2017	51851	167	195.23
MJR7245	P01FS002CF	08/09/2017	51851	167	195.23
MFF6321	P01FS002CQ	12/09/2017	51851	167	195.23
MDZ5464	P01FS002D6	13/09/2017	51851	167	195.23
IOJ1938	P01FS002D8	13/09/2017	51851	167	195.23
HNA1787	P01FS002DK	14/09/2017	51851	167	195.23
IOY3364	P01FS0021Y	18/07/2017	51851	167	195.23
ILS8435	P01FS0028J	24/08/2017	51851	167	195.23
MIE1234	P01FS0029N	28/08/2017	51851	167	195.23
IOE0859	P01FS002AO	01/09/2017	51851	167	195.23
MHY6462	P01FS002B4	01/09/2017	51851	167	195.23
IID0977	P01FS002AH	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
DFH3225	P01FS0024L	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
IFT0273	P01FS0023Q	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
FES0804	P01FS0023T	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
MJJ9786	P01FS002C8	06/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 927/2017

Publicação Nº 1432499

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 927/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYE2166	P01FS002KF	16/10/2017	50100	162 * I
MDS0122	P01FS002K3	15/10/2017	54100	181 * IV
MGX9424	P01FS002Q9	03/11/2017	55250	181 * XV
MFD1294	P01FS002RQ	05/11/2017	58350	195
MDL8275	P01FS002R1	04/11/2017	66020	230 * VI
MDH8392	P01FS002P1	31/10/2017	51851	167
MKR2565	P01FS002P5	31/10/2017	51851	167
LZN0191	P01FS002K8	15/10/2017	51851	167
JNS0354	P01FS002JN	15/10/2017	51851	167
DRM1505	P01FS002J7	12/10/2017	54521	181 * VIII
MBT8387	P01FS002J8	12/10/2017	54521	181 * VIII
LYY2715	P01FS002KI	16/10/2017	54521	181 * VIII
MJF8707	P01FS002QY	04/11/2017	65992	230 * V
MKL2478	P01FS002R0	04/11/2017	65992	230 * V
BUF2203	P01FS002I3	07/10/2017	65992	230 * V
LXS8663	P01FS002I6	07/10/2017	65992	230 * V
LWU4563	P01FS002KD	16/10/2017	65992	230 * V
DMP1179	P01FS002RE	05/11/2017	66371	230 * IX
IBE6638	P01FS002KK	17/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO
DELEGADO DE POLICIA

BALNEÁRIO RINCÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 100/2017

Publicação Nº 1432417

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 100/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRJ2025	54875938G	15/07/2017	75790	165 A	2934.68
MAQ1417	P02XS0007S	01/09/2017	75790	165 A	2934.68
CSE8466	P00PC0007E	07/09/2017	75790	165 A	2934.68
MHX2336	P03810001X	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MMJ3211	54875985G	02/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDI9240	P02XS0004Y	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEX4656	54876059G	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEY8556	P00VY0000H	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHN7948	P00PC0007A	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MEY8556	P00VY0000I	05/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MER5251	54876072G	18/08/2017	66290	230 * VIII	195.23
DFM5154	P02XS00094	06/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MAQ0812	P02XS00099	07/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MHH6718	P02XS000A4	12/09/2017	50531	162 * VI	293.47
CSX4409	P02XS000A5	12/09/2017	50531	162 * VI	293.47
MFG6121	P03810001U	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGG7400	P03810001W	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
MER5251	54876071G	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
MMM4673	P02XS00093	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDI9240	P02XS0004X	11/08/2017	65992	230 * V	293.47
CSE8466	P00PC0007D	07/09/2017	52741	175	2934.68
AJD2006	P02PI0006Q	19/08/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 101/2017

Publicação Nº 1432416

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 101/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJD2006	P02PI0006S	19/08/2017	52070	169	88.38
MJV3009	P02XS0005I	21/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MMM9396	54875237G	16/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MJA4667	54875347G	14/07/2017	51851	167	195.23
AJD2006	P02PI0006R	19/08/2017	51851	167	195.23
MJO5055	P03810001S	09/09/2017	52311	172	130.16
ATY9001	54875947G	17/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
LXI9328	P02XS0009V	08/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MEL8086	P02XS0001V	27/07/2017	57461	187 * I	130.16
EBX8919	P02XS00064	26/08/2017	57461	187 * I	130.16
LHY8807	P02XS0006U	26/08/2017	57461	187 * I	130.16
ISB6622	P02XS00083	03/09/2017	57461	187 * I	130.16
MHC2479	P02XS0008T	03/09/2017	57461	187 * I	130.16
MFO6459	P02XS0009G	07/09/2017	57461	187 * I	130.16
MDZ4330	P02XS0009I	07/09/2017	57461	187 * I	130.16
MLF4965	P02XS0009K	07/09/2017	57461	187 * I	130.16
ING1444	P02XS0009N	07/09/2017	57461	187 * I	130.16
MHO2819	P02XS0009R	07/09/2017	57461	187 * I	130.16
QHR6200	P02XS0009T	07/09/2017	57461	187 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK
SECRETARIO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 98/2017

Publicação Nº 1432419

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 98/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------



LZC1779 P02XS000E3 06/10/2017 50292 162* II
MAL1832 P02XS000FJ 16/10/2017 50450 162 * V
MEQ1766 P02XS000FH 16/10/2017 67690 230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 99/2017

Publicação Nº 1432418

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 99/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZR3999	P02XS000HY	02/11/2017	55250	181 * XV
LXN8790	P02XS000I1	03/11/2017	55250	181 * XV
GAT2005	P02XS000I8	03/11/2017	55250	181 * XV
OBK5718	P03810002H	01/11/2017	52311	172
GAT2005	P02XS000I7	03/11/2017	54521	181 * VIII
QHT4582	P02XS000EZ	14/10/2017	54521	181 * VIII
CTI6627	P02XS000F1	14/10/2017	54521	181 * VIII
MER5251	P02XS000GW	27/10/2017	54522	181 * VIII
MED0214	P02XS000I0	02/11/2017	57461	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK
SECRETARIO

BARRA VELHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1612/2017

Publicação Nº 1432767

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8102 1612/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBT9507	P01JX000K8	07/09/2017	75790	165 A	2934.68
MBX0464	P028G0006F	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MFF5252	P028K000RJ	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
FAA7864	P028K000R9	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBT9507	P01JX000K9	07/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFF5252	P028K000RI	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDX4544	P028G0006B	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
FAA7864	P028K000R8	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
FAA7864	P028K000RA	29/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1613/2017

Publicação Nº 1432766

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8102 1613/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHY3455	P01JX000H2	27/08/2017	52070	169	88.38
MIN4413	P028K000RH	08/09/2017	54790	181 * X	130.16
EBL0666	P028K000RE	07/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
AJC3587	P028K000KL	19/05/2017	51851	167	195.23
BOR6501	P028K000R1	17/08/2017	51851	167	195.23
MCR7687	P01JX000JA	27/08/2017	51851	167	195.23
CIC3705	P028G0005G	28/08/2017	51851	167	195.23
ATK2242	P028G0005U	31/08/2017	51851	167	195.23
CNN7060	P01JX000JJ	04/09/2017	51851	167	195.23
AQE0291	P01JX000JL	04/09/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1610/2017

Publicação Nº 1432769

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8102 1610/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AED1807	P01JX000MT	04/11/2017	75790	165	A
QIC4130	P01JX000MU	04/11/2017	75790	165	A
MMB0905	P02930001X	28/10/2017	50100	162	* I
AIW2294	P028K000VC	03/11/2017	50100	162	* I
LWT7163	P01JX000L4	05/10/2017	50450	162	* V
BYN1683	P028K000SE	09/10/2017	52820	176	* I
QHS2145	P028K000S6	01/10/2017	65480	229	
BYN1683	P028K000SF	09/10/2017	65561	230	* I
MEB3597	P028K000VB	02/11/2017	65561	230	* I
LWT7163	P01JX000L3	05/10/2017	65992	230	* V
AIW2294	P028K000VD	03/11/2017	65992	230	* V
MEB3597	P028K000V8	02/11/2017	65992	230	* V
MAU0984	P01JX000MP	04/11/2017	66961	230	* XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1611/2017

Publicação Nº 1432768

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1611/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAU0984	P01JX000MO	04/11/2017	51930	168
MEB3597	P028K000VA	02/11/2017	52070	169
MEB3597	P028K000V9	02/11/2017	58350	195
MHL6600	P028K000TG	10/10/2017	51851	167
MDU5268	P01JX000L7	13/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN
AUTORIDADE DE TRANSITO

BELA VISTA DO TOLDO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8512 455/2017

Publicação Nº 1432495

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8512 455/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFJ4163	P03E500005	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFJ4163	P03E500006	01/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELA VISTA DO TOLDO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

BENEDITO NOVO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8165 768/2017**

Publicação Nº 1432707

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8165 768/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHF5645	55076752F	08/07/2017	50292	162* II	880.40
AKY0070	55076678F	29/06/2017	50450	162 * V	293.47
MHF5645	55076759F	08/07/2017	51930	168	293.47
MHB8152	P036K0002P	07/09/2017	53470	178	130.16
MHF5645	55076755F	08/07/2017	58350	195	195.23
MHF5645	55076757F	08/07/2017	62620	220 * I	293.47
MBD4043	P036K0001G	27/07/2017	65300	228	195.23
MHF5645	55076754F	08/07/2017	68580	231 * VII	130.16
GKV9775	P036K0002H	30/08/2017	69120	232	88.38
MCZ6650	P036K0001S	29/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MAO4501	55076627F	08/07/2017	51851	167	195.23
MLY1154	P036K00029	22/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
GKV9775	P036K0002G	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHF5645	55076753F	08/07/2017	70481	244 * II	293.47
MHF5645	55076756F	08/07/2017	57970	191	2934.68
MHF5645	55076758F	08/07/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 767/2017

Publicação Nº 1432708

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8165 767/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHH0084 55076761F 15/10/2017 66531 230 * XI
MCD2282 55076635F 16/10/2017 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADODE POLICIA

BIGUAÇU

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2090/2017

Publicação Nº 1432839

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8048 2090/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MJH2200 P01HW0005G 23/06/2017 50100 162 * I 880.40
MGL7991 P03DL0001G 05/09/2017 50100 162 * I 880.40
MIG2844 P03DL0001X 10/09/2017 50100 162 * I 880.40
MIG2844 P03DL0001W 10/09/2017 50610 163 c/c 162 * I 880.40
LXF1246 P03DK0000B 17/07/2017 51691 165 2934.68

MJH2200	P01HW0005H	23/06/2017	65991	230	*	V	293.47
MGL7991	P03DL0001F	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLD0103	P03DK00017	12/09/2017	65992	230	*	V	293.47
EJM1475	P038G0000G	18/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MIG2844	P03DL0001Y	10/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
EJM1475	P038G0000F	18/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2091/2017

Publicação Nº 1432838

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2091/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IRO2492	P03DK0000W	08/09/2017	51851	167	195.23
MLM5967	54853483E	11/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
ARC2057	54853479E	06/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKG6432	54841027E	29/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IRO2492	P03DK0000V	08/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2088/2017

Publicação Nº 1432841

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8048 2088/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GAB1296	P03DJ0000M	20/10/2017	50100	162 * I
LZW3795	P03DK0002N	01/11/2017	50100	162 * I
MIH3645	P03DL0003S	02/11/2017	50100	162 * I
DGD9825	P03DK0002R	04/11/2017	65480	229
LYR7393	54855377E	06/11/2017	65992	230 * V
MIR4462	P03DL0002P	05/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2089/2017

Publicação Nº 1432840

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8048 2089/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN2200	54855250E	06/10/2017	76251	ART 181, XX
AJY0707	54853606E	27/10/2017	54600	181 * IX
MAJ7656	P03MC0000C	06/11/2017	55500	181 * XVIII
OKH7668	P03MC0000H	06/11/2017	55500	181 * XVIII
JZF2667	54853516E	19/10/2017	55680	181 * XIX
MLY5417	54852751E	01/11/2017	55680	181 * XIX
MLC1458	54853571E	18/10/2017	54521	181 * VIII
MGC9218	54854496E	10/10/2017	54521	181 * VIII
MJD2809	54853779E	11/10/2017	54521	181 * VIII
OKH0485	54853849E	04/10/2017	54521	181 * VIII
MIM4134	54855231E	04/10/2017	54521	181 * VIII
MJN6886	54853047E	04/10/2017	54521	181 * VIII
OKH4485	54853049E	04/10/2017	54521	181 * VIII
MJU2884	54855236E	05/10/2017	54521	181 * VIII
MDH1709	54855249E	06/10/2017	54521	181 * VIII
MLN1276	54852658E	31/10/2017	54522	181 * VIII
MGQ6316	54853781E	11/10/2017	56221	182 * VI
MJN6886	54853803E	27/09/2017	56221	182 * VI
MLU0377	54853844E	04/10/2017	56221	182 * VI
MCI6153	54853815E	03/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHJ2285	54852662E	01/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHC4362	54854493E	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKL0904	54851227E	20/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

BLUMENAU

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 304/2017

Publicação Nº 1432421

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 304/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIB5741	54277523N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFR3918	54290649N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDE5202	54296064N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGL5579	54296069N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFW7894	54296075N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDY1065	54293394N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJP1903	54298126N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MII0255	54298130N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHW2621	54298131N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MII0255	54298133N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJD7296	0000100606	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHH9265	0000100750	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MAO4329	0000100702	15/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDX6137	0000100675	15/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJD7296	0000100806	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFO1603	0000100990	18/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEA9684	0000100361	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHL7143	0000100363	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJX9569	0000100368	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIV5247	0000100369	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGT5983	0000100372	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
ANC1136	0000100458	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MAH5050	0000100440	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
JLI4128	0000100434	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLO5413	0000100395	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIA1500	0000100397	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDY3919	0000100270	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKJ3073	0000100285	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
DTB0553	0000100323	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKP0070	0000100385	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFN3468	0000094841	04/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHE3928	0000099317	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJJ9205	0000099328	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGV7909	0000099967	05/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBP8131	0000099640	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCQ1577	0000099594	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHK4305	0000099643	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBR7223	0000099785	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MII4824	0000099712	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
LXG1097	0000099801	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKT3534	0000099805	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEB7828	0000099854	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBD1879	0000099834	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIL5651	0000099839	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIH8878	0000099841	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKA2124	0000099512	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDS9741	0000099461	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
IFF9054	0000099509	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJC5029	0000099468	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCW5388	0000099473	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
BMW5608	0000099474	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMA8524	0000099520	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFT9623	0000099532	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGO1707	0000099569	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDK5108	0000099543	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBE6341	0000099549	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCR4154	0000099575	31/08/2017	74550	218 * I	130.16

MBG5728	0000099576	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ7613	0000099580	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO2928	0000099637	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0953	0000099627	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK4896	0000099686	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK9778	0000099749	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AIJ0082	0000099747	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAL8073	0000099741	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KPV0317	0000099500	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC9660	0000100023	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INQ5753	0000100038	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA1500	0000100055	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX3305	0000100002	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANA8369	0000100022	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ3581	0000100074	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE9722	0000100116	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA2595	0000100117	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT4620	0000100030	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE5153	0000100034	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW9004	0000100075	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB5556	0000100078	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ8175	0000100082	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AYL3598	0000100132	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYA7760	0000100152	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IGH1663	0000100170	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JVJ5591	0000100171	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ0079	0000100173	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP9923	0000100182	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH3613	0000100213	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS1559	0000100214	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC2217	0000100219	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS2880	0000100419	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL2163	0000100315	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBN0689	0000100317	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM2872	0000100319	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ9317	0000100398	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS1922	0000099349	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK9219	0000099368	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXR6840	0000099382	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBN0689	0000099413	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE7644	0000099416	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ0275	0000098519	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ8620	0000098801	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ2142	0000098841	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN4305	0000098861	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ2913	0000098880	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AAK1029	0000098976	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXY5144	0000099155	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP4637	0000099161	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG1800	0000095689	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG4879	0000095693	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK1675	0000095822	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EBY5528	0000095720	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB4669	0000096828	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP1424	0000097106	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY5346	0000097136	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR4714	0000097188	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA6320	0000097217	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXN2670	0000097622	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ9365	0000097572	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX8457	0000097631	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX8047	0000097737	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX5584	0000097806	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MHL5321	0000097794	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ7934	0000097810	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS9741	0000097979	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DL13189	0000098235	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CYQ6545	0000098292	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MG52595	0000098293	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB1055	0000098395	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN2503	0000095041	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IPN7412	0000095021	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DAO0238	0000095215	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO0685	0000095347	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX4375	0000095398	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM7875	0000095453	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD0038	0000095455	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IST0411	0000095498	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ7733	0000095502	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY4839	0000095512	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AMW2409	0000095513	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP6214	0000095507	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX6021	0000095572	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN4046	0000095763	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ6505	0000095780	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYJ7201	0000095711	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC5778	0000095747	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MOO6969	0000095770	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW5355	0000095942	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB6303	0000096077	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IKB9829	0000096063	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE5460	0000096032	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR8497	0000096102	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT4037	0000096141	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ1457	0000096166	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KYL2313	0000096207	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL1383	0000096334	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG3306	0000096322	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF9894	0000096234	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH0755	0000096414	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO1845	0000096628	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYB2024	0000096815	29/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AKA4685	0000095746	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIL3659	0000098390	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJQ6215	0000097425	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX1388	0000095717	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MMH3223	0000098830	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMM5082	0000098433	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIB5094	0000098447	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDX1905	0000099425	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHM5437	0000100400	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEM9698	0000100261	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIE2938	0000100161	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCK4888	0000100081	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGE9268	0000100097	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDQ5728	0000100001	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCZ6184	0000099994	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCC9660	0000099506	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBI5821	0000099719	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJI9858	0000099591	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIH1410	0000099654	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGW8575	0000100358	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFW7726	0000100202	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MAK4041	0000100024	06/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MKM5241	0000100099	07/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MDI7584	0000100305	09/09/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 303/2017

Publicação Nº 1432422

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8801 303/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QHF3160	54306711N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIB7855	54306716N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDC6814	54316001N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QJN1999	54316002N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDG5343	54316003N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHG9955	54316007N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKE2853	54307750N	13/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
KTF5427	0000104856	31/10/2017	74550	218 * I
AIX2363	0000104877	31/10/2017	74550	218 * I
MLE9779	0000104913	31/10/2017	74550	218 * I
MKS0968	0000104953	01/11/2017	74550	218 * I
MLE3545	0000104899	31/10/2017	74550	218 * I
MKA2619	0000104900	31/10/2017	74550	218 * I
PXB7697	0000104901	31/10/2017	74550	218 * I
MJD4721	0000104887	31/10/2017	74550	218 * I
MCV5925	0000104990	02/11/2017	74550	218 * I
MGV7749	0000104991	02/11/2017	74550	218 * I
JVE7877	0000104919	01/11/2017	74550	218 * I
MMI0251	0000104920	01/11/2017	74550	218 * I
MGA6408	0000104941	01/11/2017	74550	218 * I
QIQ7006	0000104945	01/11/2017	74550	218 * I
MFM5391	0000105004	02/11/2017	74550	218 * I
CAS9908	0000105009	02/11/2017	74550	218 * I

MFO6382	0000105132	03/11/2017	74550	218	*	I
LRC6423	0000105069	02/11/2017	74550	218	*	I
MGO4249	0000105072	02/11/2017	74550	218	*	I
BMU3884	0000104923	01/11/2017	74550	218	*	I
LZY4803	0000104931	01/11/2017	74550	218	*	I
JVH8756	0000105017	02/11/2017	74550	218	*	I
MGN8734	0000105116	04/11/2017	74550	218	*	I
LZU3354	0000105084	05/11/2017	74550	218	*	I
MGY6579	0000105034	02/11/2017	74550	218	*	I
QHY4263	0000105037	02/11/2017	74550	218	*	I
QHX7562	0000105131	05/11/2017	74550	218	*	I
MBN0444	0000104779	30/10/2017	74550	218	*	I
AVL2859	0000103335	14/10/2017	74550	218	*	I
FDU4345	0000103895	20/10/2017	74550	218	*	I
AVW7514	0000104411	26/10/2017	74550	218	*	I
MGQ0086	0000104598	28/10/2017	74550	218	*	I
MGQ0086	0000104599	28/10/2017	74550	218	*	I
DFK8213	0000104625	28/10/2017	74550	218	*	I
MLA3660	0000104839	30/10/2017	74550	218	*	I
QHN2331	0000104805	30/10/2017	74550	218	*	I
FAG9701	0000104819	30/10/2017	74550	218	*	I
MHN4680	0000104822	30/10/2017	74550	218	*	I
FAG9701	0000104858	31/10/2017	74550	218	*	I
MBX6875	0000104865	31/10/2017	74550	218	*	I
MDY3543	0000104866	31/10/2017	74550	218	*	I
MGM0890	0000104867	31/10/2017	74550	218	*	I
MFP7724	0000101959	30/09/2017	74550	218	*	I
GMW7189	0000101961	30/09/2017	74550	218	*	I
MMB3613	0000101969	02/10/2017	74550	218	*	I
BAS5624	0000102734	08/10/2017	74550	218	*	I
BAS5624	0000102736	08/10/2017	74550	218	*	I
BAH7685	0000102687	08/10/2017	74550	218	*	I
MGU0866	0000102712	08/10/2017	74550	218	*	I
MDL1335	0000102744	09/10/2017	74550	218	*	I
MGE1269	0000102830	09/10/2017	74550	218	*	I
MII6331	0000102829	09/10/2017	74550	218	*	I
QHI6177	0000101998	02/10/2017	74550	218	*	I
MJI6043	0000101925	02/10/2017	74550	218	*	I
AMZ8432	0000102791	09/10/2017	74550	218	*	I
MHI3454	0000102806	09/10/2017	74550	218	*	I
MGK1123	0000102816	09/10/2017	74550	218	*	I
CHS5190	0000101735	28/09/2017	74550	218	*	I
MGT6438	0000101842	30/09/2017	74550	218	*	I
AYR3763	0000101492	25/09/2017	74550	218	*	I
EYS4884	0000101538	26/09/2017	74550	218	*	I
EBD7009	0000101571	26/09/2017	74550	218	*	I
MHL4003	0000101584	26/09/2017	74550	218	*	I
LWW1384	0000101268	22/09/2017	74550	218	*	I
MGL6316	0000101269	22/09/2017	74550	218	*	I
MIH1277	0000101676	27/09/2017	74550	218	*	I
MBN2972	0000101754	29/09/2017	74550	218	*	I
MGL8568	0000101761	29/09/2017	74550	218	*	I
QHX1325	0000101763	29/09/2017	74550	218	*	I
AOK3735	0000101765	29/09/2017	74550	218	*	I
MMM5514	0000101769	29/09/2017	74550	218	*	I
MGR6447	0000101770	29/09/2017	74550	218	*	I
AWE3496	0000101893	01/10/2017	74550	218	*	I
IVP9547	0000101792	29/09/2017	74550	218	*	I
MFV5961	0000101798	29/09/2017	74550	218	*	I
QJM8080	0000101801	29/09/2017	74550	218	*	I
MEG7926	0000101817	29/09/2017	74550	218	*	I
QIB3004	0000101870	01/10/2017	74550	218	*	I
CLS3738	0000101875	02/10/2017	74550	218	*	I

MLI1514	0000101987	01/10/2017	74550	218	*	I
MIQ1775	0000101970	30/09/2017	74550	218	*	I
MMI1499	0000101982	30/09/2017	74550	218	*	I
QIV8892	0000102022	02/10/2017	74550	218	*	I
MCU2006	0000102026	30/09/2017	74550	218	*	I
MLI1514	0000102029	30/09/2017	74550	218	*	I
MGX1900	0000102048	01/10/2017	74550	218	*	I
QIQ2402	0000102172	04/10/2017	74550	218	*	I
MEI4889	0000102171	04/10/2017	74550	218	*	I
BVS8900	0000102206	04/10/2017	74550	218	*	I
MIQ4652	0000102208	04/10/2017	74550	218	*	I
MDQ7072	0000102145	04/10/2017	74550	218	*	I
OKG2494	0000102114	03/10/2017	74550	218	*	I
DQL5960	0000102249	04/10/2017	74550	218	*	I
QHZ7877	0000102135	04/10/2017	74550	218	*	I
QIF7846	0000102141	04/10/2017	74550	218	*	I
MFU8584	0000102297	04/10/2017	74550	218	*	I
QHJ8697	0000102298	04/10/2017	74550	218	*	I
MAM9103	0000102300	04/10/2017	74550	218	*	I
MFN2005	0000102307	04/10/2017	74550	218	*	I
MGC6649	0000102317	04/10/2017	74550	218	*	I
NWA9754	0000102320	04/10/2017	74550	218	*	I
MKB4712	0000102321	04/10/2017	74550	218	*	I
MEC5761	0000102325	05/10/2017	74550	218	*	I
MJD0998	0000102404	05/10/2017	74550	218	*	I
MFQ1422	0000102349	05/10/2017	74550	218	*	I
FBZ4021	0000102477	06/10/2017	74550	218	*	I
MBG6646	0000102482	06/10/2017	74550	218	*	I
MLF9383	0000102452	06/10/2017	74550	218	*	I
MJQ8780	0000102457	06/10/2017	74550	218	*	I
MKQ4912	0000102517	07/10/2017	74550	218	*	I
MIJ0463	0000102529	07/10/2017	74550	218	*	I
MJY4667	0000102544	07/10/2017	74550	218	*	I
QHY5366	0000102555	07/10/2017	74550	218	*	I
MRM1973	0000102596	07/10/2017	74550	218	*	I
AYF3178	0000102564	07/10/2017	74550	218	*	I
MLL9109	0000102566	07/10/2017	74550	218	*	I
ADG6002	0000102569	07/10/2017	74550	218	*	I
MHL5722	0000102572	07/10/2017	74550	218	*	I
PWL0294	0000102605	07/10/2017	74550	218	*	I
QJF0810	0000102623	08/10/2017	74550	218	*	I
MFW0374	0000102672	08/10/2017	74550	218	*	I
QIA3636	0000105141	04/11/2017	74550	218	*	I
MEZ4566	0000105143	05/11/2017	74550	218	*	I
LZT4383	0000105154	05/11/2017	74550	218	*	I
MJI2460	0000105166	04/11/2017	74550	218	*	I
ARP9805	0000105182	04/11/2017	74550	218	*	I
JFX6435	0000105259	03/11/2017	74550	218	*	I
QHN4736	0000105184	05/11/2017	74550	218	*	I
MGE5143	0000105186	05/11/2017	74550	218	*	I
MBV2675	0000105189	05/11/2017	74550	218	*	I
MCK4888	0000105248	04/11/2017	74550	218	*	I
MGJ5928	0000105271	05/11/2017	74550	218	*	I
MJK4884	0000105205	03/11/2017	74550	218	*	I
QHS5978	0000105250	05/11/2017	74550	218	*	I
MBX6875	0000105221	04/11/2017	74550	218	*	I
MCJ5729	0000105225	05/11/2017	74550	218	*	I
MGE5143	0000105227	05/11/2017	74550	218	*	I
MII2173	0000105236	05/11/2017	74550	218	*	I
EBN0689	0000105262	04/11/2017	74550	218	*	I
DQS7009	0000105279	04/11/2017	74550	218	*	I
MJV6586	0000105314	06/11/2017	74550	218	*	I
MHX3231	0000105317	06/11/2017	74550	218	*	I

MHM0258	0000105376	06/11/2017	74550	218	*	I
MFV0064	0000105381	07/11/2017	74550	218	*	I
MIJ7550	0000105387	07/11/2017	74550	218	*	I
MBX6875	0000105380	07/11/2017	74630	218	*	II
MLA4867	0000101656	27/09/2017	74630	218	*	II
MMH6869	0000105294	06/11/2017	74630	218	*	II
MFT4578	0000105265	04/11/2017	74630	218	*	II
DQE7685	0000105237	05/11/2017	74630	218	*	II
MFD2257	0000105209	03/11/2017	74630	218	*	II
MGO3113	0000102724	08/10/2017	74630	218	*	II
MKM0409	0000101903	02/10/2017	74630	218	*	II
MLY2958	0000101874	02/10/2017	74630	218	*	II
MGK4410	0000101791	29/09/2017	74630	218	*	II
MJO1982	0000101687	27/09/2017	74630	218	*	II
MGT6438	0000101848	30/09/2017	74630	218	*	II
DTX6193	0000101737	28/09/2017	74630	218	*	II
OPH6701	0000101513	25/09/2017	74630	218	*	II
ERR6373	0000101518	25/09/2017	74630	218	*	II
MGX1900	0000101926	02/10/2017	74630	218	*	II
MDM7046	0000102786	09/10/2017	74630	218	*	II
MHY2984	0000102664	08/10/2017	74630	218	*	II
QIV8892	0000102020	02/10/2017	74630	218	*	II
MFZ0741	0000104871	31/10/2017	74630	218	*	II
MGQ0086	0000104696	29/10/2017	74630	218	*	II
MES2206	0000105240	05/11/2017	74630	218	*	II
LXK7319	0000105019	02/11/2017	74630	218	*	II
INQ5753	0000105000	02/11/2017	74630	218	*	II
QHE6440	0000104894	31/10/2017	74630	218	*	II
AVA8775	0000104836	30/10/2017	74630	218	*	II
MKF6732	0000103089	12/10/2017	74630	218	*	II
DGI4309	0000104921	01/11/2017	74710	218	*	III
MCK4888	0000104782	30/10/2017	74710	218	*	III
LCP6451	0000101443	24/09/2017	74710	218	*	III
CHS5190	0000101631	27/09/2017	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 303/2017

Publicação Nº 1432423

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8800 303/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCU3838	54277548N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MML3781	54279314N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIP6240	54279316N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMF5445	54279317N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MID5436	54279334N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHJ8348	54286034N	08/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LXK9551	54287174N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIO0506	54291773N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MII8588	54291864N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIF2164	54293709N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJS8952	54293721N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AQO1247	54293740N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIP4700	54293777N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MAL3652	54293800N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AUV6951	54293801N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFA9825	54293802N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFG1095	54293839N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEO5210	54293842N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDG0413	54293847N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHV6531	54293914N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MBC2514	54295369N	05/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGH3172	54295586N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJU8819	54295589N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLO1739	54295594N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFA1980	54295598N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
KXU2885	54295603N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLL3911	54295604N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIX7918	54295605N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJX1075	54295606N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHD9335	54295611N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDX5638	54295617N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDG7772	54295620N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
IQZ7437	54295623N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJH2342	54295624N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMH2536	54295627N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHO9214	54295628N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJR5295	54295631N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHC2590	54295636N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKD2058	54295637N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKC7447	54295641N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIT1814	54295645N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MII7892	54295646N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMA0588	54295647N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKG1397	54295650N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHK1962	54298280N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJO6878	54298300N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIS9669	54298303N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MID6417	54298305N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHS4376	54298306N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFB2674	54298323N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHJ7535	54300064N	21/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHT6048	54300284N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LXN7442	54300286N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGN3384	54301259N	25/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

MFP3995	8800152132	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CKJ5445	8800152173	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PXA2379	8800152389	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MWI7523	8800152724	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD6490	8800152787	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LRZ3409	8800152869	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI9971	8800152876	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ4272	8800152900	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY7254	8800152908	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATK1501	8800152979	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM0188	8800152462	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALK7784	8800152527	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JKS2896	8800152563	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL3304	8800151506	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC4531	8800151516	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY6556	8800151542	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL2526	8800151544	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EVK8274	8800151595	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ6718	8800151610	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG3938	8800151249	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY3669	8800151230	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU0844	8800151239	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IQZ7437	8800151241	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AE7196	8800150968	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA3230	8800150971	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU2153	8800150978	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT6528	8800151059	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AIE3217	8800151060	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVC9863	8800151062	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ3989	8800151071	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CIO1395	8800151075	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKA9251	8800151310	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID9942	8800151315	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR7676	8800151316	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP3281	8800151331	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY4707	8800151335	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ5861	8800151361	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD2939	8800151367	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP3740	8800151426	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARH2817	8800151449	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INB5375	8800151640	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHC7159	8800151674	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC4987	8800151680	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQQ1186	8800151694	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB3744	8800151704	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN5353	8800151722	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV1883	8800151875	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC6360	8800152053	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JDG0300	8800152056	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HMI0195	8800150813	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA9512	8800150823	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW3112	8800150831	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO6320	8800150832	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PVT0481	8800150836	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY9193	8800150839	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXS7896	8800151088	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MWB6877	8800151092	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP9175	8800151101	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG0457	8800151106	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE4671	8800151110	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD6320	8800151131	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA3381	8800149301	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN4425	8800150331	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MMD1604	8800151139	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW5049	8800151142	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO6021	8800151148	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI6368	8800151159	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DSW5400	8800151163	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA7974	8800151179	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC1832	8800151185	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM9719	8800151196	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY8151	8800151198	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF6366	8800151222	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI0905	8800150984	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB0492	8800150986	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA6220	8800150997	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF1273	8800151001	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE8992	8800151012	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NYE4456	8800151013	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH0216	8800151024	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI9615	8800150595	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN3804	8800150599	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ9090	8800150622	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB8250	8800150668	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CVA6075	8800150672	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE7056	8800150678	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK5121	8800150679	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK5351	8800150713	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANU4780	8800150716	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK0983	8800146892	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA8943	8800149260	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP0354	8800150051	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM5993	8800150166	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR6005	8800150228	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB0197	8800150264	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE7224	8800150344	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP9672	8800150356	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU5991	8800150359	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT0634	8800150390	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD5810	8800150415	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE6916	8800150426	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXR0929	8800150452	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ2705	8800150494	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV8776	8800150507	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBB6294	8800150509	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ9273	8800150527	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD0128	8800150547	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE6009	8800150870	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY7464	8800150872	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKD3319	8800150900	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CSW7607	8800150919	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN3402	8800150925	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JXX6265	8800150927	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI2174	8800150942	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB6999	8800150951	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG4096	8800150962	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV0963	8800150964	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY7781	8800150751	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN1128	8800150766	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN0611	8800150774	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OOD5680	8800148136	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ERG1091	8800148186	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV3048	8800148191	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK7277	8800148197	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL0960	8800148211	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIS5582	8800148229	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MHV1742	8800148294	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE0044	8800147331	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP2952	8800147393	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE4521	8800147014	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZO8665	8800147044	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO7488	8800147142	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MG79851	8800147153	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJU4447	8800147284	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO1638	8800147450	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA4955	8800147473	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR9846	8800147474	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB2480	8800147490	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW0903	8800147523	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU5449	8800147552	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY2555	8800147597	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR3739	8800147615	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW7107	8800147617	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD6393	8800147753	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW0060	8800147759	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ7851	8800147800	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV0846	8800147874	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ3994	8800147879	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR4543	8800148446	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN6651	8800148454	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ2142	8800148494	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZE3685	8800148537	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG5346	8800148595	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCI8724	8800148603	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN3509	8800148811	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK4044	8800148847	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB1366	8800148852	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBJ3341	8800148863	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV1366	8800148866	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB9453	8800148871	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JKH0785	8800148881	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPJ9998	8800148890	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU2341	8800148966	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK6723	8800148981	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG1796	8800148997	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK1804	8800149002	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ1830	8800149009	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG7942	8800149010	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX0927	8800149015	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO0280	8800149042	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC8387	8800149108	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB6316	8800149115	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJT2573	8800149131	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJW0820	8800149174	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OID2172	8800149191	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL0749	8800149202	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PWM5170	8800149210	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB1819	8800149213	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB1415	8800149341	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO4879	8800149359	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK9738	8800149367	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN3990	8800149416	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EKK6305	8800149418	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM3827	8800149467	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG4995	8800149511	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE9164	8800149808	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG8564	8800144223	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG1169	8800144535	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ADU0162	8800144591	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MBT5817	8800144664	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT7141	8800144665	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA3917	8800144134	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU6987	8800143463	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR4443	8800143528	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IRX0828	8800143718	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ1073	8800142278	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA2112	8800142368	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EDX4443	8800143172	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ9104	8800143231	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1613	8800140596	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ4235	8800140928	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC7987	8800140974	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL1526	8800141017	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVY1210	8800141431	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA2194	8800141470	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ1457	8800141676	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY4262	8800141827	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN3759	8800141909	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI4926	8800142483	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS4969	8800142547	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW2453	8800142622	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXF5490	8800142804	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM9715	8800142861	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KEJ2452	8800145415	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL3352	8800145460	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC8125	8800145523	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJR3527	8800145525	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZN9405	8800145813	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC7775	8800145838	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC1447	8800145846	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN8419	8800145705	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYR3680	8800145708	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS8287	8800145728	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO7454	8800146079	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDO5503	8800146169	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXZ0840	8800146035	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG6502	8800146347	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ6707	8800146260	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS3510	8800144928	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE9415	8800144943	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY3070	8800145210	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NYB2140	8800145272	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD6822	8800145288	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANX7892	8800145310	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX3081	8800144825	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOG9617	8800145352	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP7437	8800146576	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI2831	8800146647	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA2054	8800146668	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU2836	8800146410	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO6753	8800139400	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ9988	8800139406	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BEQ0817	8800140032	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM0561	8800140037	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE1895	8800140062	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
NYG0727	8800139513	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW4465	8800139546	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT4922	8800139584	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS8044	8800139630	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF5141	8800139643	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR6953	8800139684	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
GUY5167	8800139727	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16

QHS6912	8800139745	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC5963	8800139755	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH2890	8800139765	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HWH6375	8800139771	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ISX6069	8800140191	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CNY7005	8800140210	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CZZ9065	8800139849	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ6244	8800140007	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP1272	8800140264	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JDF3007	8800140342	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH0624	8800140367	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ9826	8800140437	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD7416	8800140457	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU9052	8800140472	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX5287	8800140501	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA2798	8800140538	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS9040	8800140540	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
PWL0294	8800140541	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LUY4450	8800140553	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC5667	8800138542	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP6117	8800138635	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD5105	8800136261	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LXO1244	8800136313	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH8825	8800137767	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN2551	8800138035	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
GLH0027	8800138413	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EBA8647	8800131979	12/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IWK6597	8800135484	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ALO9134	8800136717	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
PUX7033	8800135799	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IRB9386	8800137190	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BAL0170	8800137291	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ5065	8800137312	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW9017	8800137406	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK6073	8800138659	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB7802	8800138694	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI9244	8800138709	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ARP9810	8800138711	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY9994	8800138740	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ7806	8800138813	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF9505	8800138935	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA9988	8800138963	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN6740	8800138989	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF4957	8800139057	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AXO5854	8800139105	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KNN9443	8800139108	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DCY4164	8800139119	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ3941	8800139146	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN9085	8800139237	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKU7527	8800139246	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXS0746	8800139268	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS6095	8800139297	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT4053	8800137834	04/07/2017	74630	218	*	II	195.23
OSY7062	8800137748	06/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFC0075	8800136159	30/06/2017	74630	218	*	II	195.23
JFQ1291	8800136369	30/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MKS2301	8800138645	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
FFP4966	8800140589	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHD1123	8800140468	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGR5957	8800140421	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKE5929	8800140278	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MBK7794	8800140303	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGH9500	8800140011	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23

MDV5693	8800140216	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJI6336	8800140229	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFV6777	8800139844	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGV0036	8800140112	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
LZC8097	8800140113	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
LNO7383	8800139496	13/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJQ8415	8800146466	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHL2491	8800145357	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCR4582	8800144890	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLI9577	8800145322	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
HKT9710	8800144948	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AGQ2132	8800145105	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFT5876	8800145119	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIG2337	8800146277	15/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGD8682	8800142950	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEH2029	8800142158	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IIC5727	8800141829	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGO1533	8800141824	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
EJE5074	8800143315	27/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHX4291	8800142448	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DOM5262	8800144679	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZR3003	8800144692	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EAL7241	8800144618	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ETD5171	8800149933	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHI5819	8800149227	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJE6020	8800149252	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFB6701	8800149258	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LXJ3021	8800149204	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIR4193	8800149114	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFH3007	8800147408	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDU4251	8800147409	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGG5537	8800147440	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHU0334	8800148349	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMF9731	8800148391	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKC0209	8800150780	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJD0128	8800150787	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG8056	8800150518	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHM4832	8800149269	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
PUE6426	8800146944	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEQ9714	8800150736	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCB3259	8800151037	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKS9323	8800151229	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LXO2183	8800151188	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMD6689	8800151149	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKS6467	8800151152	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLH5882	8800150336	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AKP4226	8800149340	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHA7042	8800151132	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIF0537	8800152064	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGK8378	8800151471	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLH4227	8800151407	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGU4323	8800151366	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHK5740	8800150979	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LCJ5506	8800151286	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
JOD2727	8800151627	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIS8213	8800152639	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHU5942	8800140148	15/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MJW5393	8800139056	11/07/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 302/2017

Publicação Nº 1432424

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8800 302/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QII5286	54306070N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLS7885	54306104N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLD0038	54306106N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
AQS2125	54306760N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHE7595	54306762N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
LZK9761	54306772N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
AXI7944	54306806N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFM5388	54306812N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIC9140	54306826N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLC4348	54306833N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJQ8585	54306849N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJE9164	54306870N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIE1761	54315605N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIE0188	54315613N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIQ3232	54315614N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKK9280	54315616N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGN7425	54315617N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHN3591	54315618N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
KVO4741	54315619N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJP0068	54315620N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGR9305	54315621N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAR1241	54315622N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHT8581	54315624N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MBN7795	8800161981	27/10/2017	74550	218 * I
LKH1984	8800161983	27/10/2017	74550	218 * I
MEG0980	8800161993	27/10/2017	74550	218 * I
MLB0154	8800161998	27/10/2017	74550	218 * I
MEO3114	8800161999	27/10/2017	74550	218 * I

NTC3991	8800162011	27/10/2017	74550	218	*	I
MML8212	8800162017	27/10/2017	74550	218	*	I
MGP5128	8800162025	27/10/2017	74550	218	*	I
MJX2801	8800162035	27/10/2017	74550	218	*	I
MKP6775	8800162036	27/10/2017	74550	218	*	I
EPK4344	8800162037	27/10/2017	74550	218	*	I
QHJ3547	8800162051	27/10/2017	74550	218	*	I
MBD5404	8800162062	27/10/2017	74550	218	*	I
LBW4405	8800162084	27/10/2017	74550	218	*	I
EMS8765	8800162091	27/10/2017	74550	218	*	I
MFT2855	8800162095	27/10/2017	74550	218	*	I
BUP6515	8800162112	27/10/2017	74550	218	*	I
MCP1329	8800162120	27/10/2017	74550	218	*	I
MMJ4963	8800162135	27/10/2017	74550	218	*	I
MHB9667	8800162148	27/10/2017	74550	218	*	I
MCG5338	8800162150	27/10/2017	74550	218	*	I
MIW4821	8800162251	27/10/2017	74550	218	*	I
AEV1793	8800162253	27/10/2017	74550	218	*	I
QIG8043	8800162254	27/10/2017	74550	218	*	I
MIT0045	8800162258	27/10/2017	74550	218	*	I
EZJ9717	8800162268	27/10/2017	74550	218	*	I
MDZ3261	8800162278	27/10/2017	74550	218	*	I
MHD6206	8800162279	27/10/2017	74550	218	*	I
NST9910	8800162283	27/10/2017	74550	218	*	I
QHD0087	8800162286	27/10/2017	74550	218	*	I
MBL2256	8800162294	27/10/2017	74550	218	*	I
LOU5313	8800162296	27/10/2017	74550	218	*	I
AOB6237	8800162298	27/10/2017	74550	218	*	I
LXR9879	8800162313	27/10/2017	74550	218	*	I
QHZ4431	8800162318	27/10/2017	74550	218	*	I
MLE6868	8800162322	27/10/2017	74550	218	*	I
MMJ8189	8800162330	27/10/2017	74550	218	*	I
MMM5337	8800162333	27/10/2017	74550	218	*	I
QIX3602	8800162349	27/10/2017	74550	218	*	I
LZX8382	8800162179	27/10/2017	74550	218	*	I
PVA2722	8800162187	27/10/2017	74550	218	*	I
MMK6919	8800162210	27/10/2017	74550	218	*	I
MJR5295	8800162214	27/10/2017	74550	218	*	I
MDN1104	8800162216	27/10/2017	74550	218	*	I
MKM9432	8800162217	27/10/2017	74550	218	*	I
MHU1717	8800162224	27/10/2017	74550	218	*	I
LWX9355	8800162392	27/10/2017	74550	218	*	I
MJO8162	8800162406	27/10/2017	74550	218	*	I
QHD5447	8800162420	27/10/2017	74550	218	*	I
MIA4862	8800162432	27/10/2017	74550	218	*	I
MLS0984	8800162440	27/10/2017	74550	218	*	I
MJA3950	8800157381	05/10/2017	74550	218	*	I
JVB0311	8800156871	02/10/2017	74550	218	*	I
LYX7879	8800156997	02/10/2017	74550	218	*	I
ALT4105	8800158704	09/10/2017	74550	218	*	I
NNI0381	8800155975	25/09/2017	74550	218	*	I
MFI8275	8800156045	25/09/2017	74550	218	*	I
MHZ2288	8800156057	25/09/2017	74550	218	*	I
QHG8026	8800156318	27/09/2017	74550	218	*	I
MDW6884	8800156347	27/09/2017	74550	218	*	I
QHI8739	8800156350	27/09/2017	74550	218	*	I
BAD4782	8800156352	27/09/2017	74550	218	*	I
ANW5001	8800156489	29/09/2017	74550	218	*	I
MMK9573	8800156539	29/09/2017	74550	218	*	I
QIV1366	8800156568	29/09/2017	74550	218	*	I
MMA9107	8800156590	29/09/2017	74550	218	*	I
MEI4381	8800156600	29/09/2017	74550	218	*	I
KWJ6485	8800156608	29/09/2017	74550	218	*	I

LYV9767	8800156655	29/09/2017	74550	218	*	I
MGF9439	8800156733	29/09/2017	74550	218	*	I
LYN3655	8800156750	29/09/2017	74550	218	*	I
MLP9312	8800156754	29/09/2017	74550	218	*	I
MLD7386	8800156778	29/09/2017	74550	218	*	I
MLL3752	8800156794	29/09/2017	74550	218	*	I
QIZ5060	8800156638	29/09/2017	74550	218	*	I
MKI9731	8800156642	29/09/2017	74550	218	*	I
EEH4766	8800161613	26/10/2017	74550	218	*	I
MKO8283	8800161749	26/10/2017	74550	218	*	I
MHM7373	8800161758	26/10/2017	74550	218	*	I
DTZ9808	8800151266	06/09/2017	74550	218	*	I
MGJ6187	8800153484	15/09/2017	74550	218	*	I
QHV9313	8800153532	15/09/2017	74550	218	*	I
LZO9053	8800153558	15/09/2017	74550	218	*	I
QIG8317	8800153715	15/09/2017	74550	218	*	I
MLN9099	8800153796	15/09/2017	74550	218	*	I
MHM8246	8800153935	15/09/2017	74550	218	*	I
MHT8361	8800154080	19/09/2017	74550	218	*	I
MKK6462	8800154181	19/09/2017	74550	218	*	I
MAT0766	8800154293	19/09/2017	74550	218	*	I
MKQ2454	8800154385	20/09/2017	74550	218	*	I
ELY1009	8800154401	20/09/2017	74550	218	*	I
QIA3162	8800154446	20/09/2017	74550	218	*	I
MLO0146	8800154457	20/09/2017	74550	218	*	I
LOI6045	8800154460	20/09/2017	74550	218	*	I
AWA1463	8800154729	21/09/2017	74550	218	*	I
QHB9838	8800154856	22/09/2017	74550	218	*	I
QHX6594	8800155116	22/09/2017	74550	218	*	I
AHV8891	8800155134	22/09/2017	74550	218	*	I
DWM3058	8800155158	22/09/2017	74550	218	*	I
QHD5308	8800155194	22/09/2017	74550	218	*	I
QIZ5060	8800155197	22/09/2017	74550	218	*	I
ETN3699	8800155205	22/09/2017	74550	218	*	I
MDP6351	8800155231	22/09/2017	74550	218	*	I
MEB9834	8800155303	22/09/2017	74550	218	*	I
APC8456	8800155329	22/09/2017	74550	218	*	I
QHX2599	8800155404	22/09/2017	74550	218	*	I
MLE3716	8800155418	22/09/2017	74550	218	*	I
MKD8825	8800155420	22/09/2017	74550	218	*	I
DPM5843	8800155660	23/09/2017	74550	218	*	I
MIG1989	8800155747	23/09/2017	74550	218	*	I
DJC3810	8800154933	22/09/2017	74550	218	*	I
LXC7278	8800154962	22/09/2017	74550	218	*	I
MLI3993	8800155067	22/09/2017	74550	218	*	I
MLT0990	8800155091	22/09/2017	74550	218	*	I
GFT2623	8800155815	23/09/2017	74550	218	*	I
MCL8602	8800155828	23/09/2017	74550	218	*	I
QHT8196	8800155843	23/09/2017	74550	218	*	I
QHY0694	8800155964	25/09/2017	74550	218	*	I
MDG5122	8800162498	07/11/2017	74550	218	*	I
MMB5556	8800162499	07/11/2017	74550	218	*	I
MCO5270	8800162504	07/11/2017	74550	218	*	I
LYB5171	8800162511	07/11/2017	74550	218	*	I
QIL2154	8800162534	07/11/2017	74550	218	*	I
MGA7663	8800162537	07/11/2017	74550	218	*	I
MIH4219	8800162540	07/11/2017	74550	218	*	I
MBO9159	8800162576	07/11/2017	74550	218	*	I
MLP1790	8800162577	07/11/2017	74550	218	*	I
MEE9330	8800162609	07/11/2017	74550	218	*	I
MEZ1863	8800162617	07/11/2017	74550	218	*	I
QIJ6796	8800162637	07/11/2017	74550	218	*	I
BAK6542	8800162643	07/11/2017	74550	218	*	I

OKE4045	8800162648	07/11/2017	74550	218	*	I
LZM7902	8800162656	07/11/2017	74550	218	*	I
MEE9330	8800162662	07/11/2017	74550	218	*	I
JHG4729	8800162665	07/11/2017	74550	218	*	I
MJO8848	8800162684	07/11/2017	74550	218	*	I
MCG3812	8800162459	27/10/2017	74550	218	*	I
QHL6138	8800162461	27/10/2017	74550	218	*	I
MJJ7410	8800162477	07/11/2017	74550	218	*	I
QIG3022	8800162478	07/11/2017	74550	218	*	I
MKE5836	8800162453	27/10/2017	74550	218	*	I
AKW8487	8800162454	27/10/2017	74630	218	*	II
IKQ9653	8800162481	07/11/2017	74630	218	*	II
MDS1801	8800155097	22/09/2017	74630	218	*	II
MHU4161	8800154990	22/09/2017	74630	218	*	II
MJX8817	8800155782	23/09/2017	74630	218	*	II
MHU6018	8800154898	22/09/2017	74630	218	*	II
MIX1929	8800154362	20/09/2017	74630	218	*	II
MHP0645	8800156653	29/09/2017	74630	218	*	II
QHJ5398	8800156624	29/09/2017	74630	218	*	II
AUG8665	8800161571	26/10/2017	74630	218	*	II
AFA4805	8800162397	27/10/2017	74630	218	*	II
MGM0908	8800162405	27/10/2017	74630	218	*	II
MGD6896	8800162242	27/10/2017	74630	218	*	II
QHR8609	8800162219	27/10/2017	74630	218	*	II
MBC2514	8800162194	27/10/2017	74630	218	*	II
MCC1417	8800162184	27/10/2017	74630	218	*	II
MCS6311	8800162371	27/10/2017	74630	218	*	II
CJR7292	8800162151	27/10/2017	74630	218	*	II
MCT5682	8800162126	27/10/2017	74630	218	*	II
QHX5604	8800162118	27/10/2017	74630	218	*	II
MIR8694	8800162099	27/10/2017	74630	218	*	II
ETM0989	8800162080	27/10/2017	74630	218	*	II
MCP4855	8800162023	27/10/2017	74630	218	*	II
QIP4687	8800162451	27/10/2017	74710	218	*	III
OKG2494	8800155967	25/09/2017	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2609/2017

Publicação Nº 1432856

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8034 2609/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHT5886	54274049N	06/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFU1688	54278592N	18/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIE5106	54279795N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEY0206	54292692N	29/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MI10438	54293999N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGM5979	54294015N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGF8055	54294016N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHL9279	54294017N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCN2965	54295758N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJH2342	54295759N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGJ7184	54295764N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLL3911	54295765N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	1467.34
IQZ7437	54295766N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDC6814	54295769N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJH2342	54295771N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDC6814	54295772N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIX2776	54295773N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLJ9110	54295774N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIJ9359	54295775N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
EMR0959	54295777N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
IQZ7437	54295778N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AWR0086	54295779N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHL3452	54295780N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
OKF0131	54295783N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFR4288	54296473N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCV7127	54296488N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIC8545	54298492N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AWD0457	54298493N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIC8545	54298505N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIS9377	54298506N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEF1164	54298508N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLX6924	54298930N	18/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEY0206	54299548N	19/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHO7874	54300761N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGP1962	54145598G	03/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKG8219	P018F000Q3	06/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
FJA6155	54146167G	05/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MHS3545	54146318G	30/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MFN7914	P018F000NG	25/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
OKF1219	P018H000RG	16/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
AGH1122	54152256G	22/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHW6520	54144393G	12/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MAE1335	54144114G	15/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGD6029	54144589G	12/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MAE1335	P02UY00026	14/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HSA4074	55025693F	18/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGP6789	P018B000QP	17/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIZ2299	P018G000LH	28/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHX3981	P018B000VZ	29/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ENS8013	P02UY0007X	28/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AWB5691	54146147G	30/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHQ1893	P018F000PJ	06/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MID8963	54146517G	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47

MBD1879	P018F000SV	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
FYY5740	P018F000XF	16/09/2017	52070	169	88.38
CWA1572	P018D0008I	06/09/2017	52070	169	88.38
MGH6277	P018D0008U	09/09/2017	52070	169	88.38
MG52146	P018J005D6	18/07/2017	52070	169	88.38
MDI8781	P02UY0003N	23/07/2017	52070	169	88.38
MMM1611	54147586G	29/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MGX4720	54143890G	11/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MBG6868	54146520G	31/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MMI6924	55818149F	25/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MMK8645	54147640G	11/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
CWI9433	54146612G	12/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QHF3451	54146359G	08/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MHA7702	54146241G	12/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MBC5904	54146222G	31/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AJL4916	54147801G	25/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEO7021	54147733G	23/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QHB6451	54145301G	19/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AQL5130	54144487G	13/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
BIP5664	54144495G	17/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MMM2224	54141694G	12/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGD6029	54143935G	18/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MJX0358	P02UZ0002I	22/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
QHE0381	P018F000OS	27/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MFG4736	54146223G	31/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MCU3684	54145520G	07/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MCX4563	54145591G	03/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MFG5886	54148004G	09/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MBM7902	54148005G	09/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
EBN0689	54146290G	09/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MCK9327	54145573G	09/08/2017	56300	182 * VII	130.16
MFT3801	P03BT0008F	22/09/2017	57200	186 * I	195.23
LYN2994	54153116G	14/08/2017	58350	195	195.23
LZK8615	55825579F	28/08/2017	58350	195	195.23
LXA4794	54153153G	29/08/2017	58350	195	195.23
MEL3545	55819383F	26/06/2017	58350	195	195.23
OQV7371	54146510G	28/08/2017	58350	195	195.23
LZA4148	54153171G	07/09/2017	58350	195	195.23
MFT3801	P03BT0008D	22/09/2017	58350	195	195.23
MBU3217	54146538G	18/09/2017	58350	195	195.23
LWZ7043	P03E90003J	18/09/2017	58350	195	195.23
QIM4595	P018B000UQ	23/08/2017	59910	206 * I	293.47
MCW4367	P018I0009W	24/08/2017	62700	220 * II	195.23
MFT3801	P03BT0008J	22/09/2017	63780	220 * XII	195.23
MCC5418	P018B000R3	18/08/2017	65300	228	195.23
LXT1623	54141692G	10/07/2017	65300	228	195.23
AUC0353	P02UY00087	09/09/2017	70800	244 * VI	195.23
MKK1465	P018D0008P	09/09/2017	51851	167	195.23
MJQ5048	P018F000RE	11/09/2017	51851	167	195.23
LXY8896	P018D0008G	05/09/2017	51851	167	195.23
IJO2392	P018K000E7	06/09/2017	51851	167	195.23
MAQ2445	P018F000S5	11/09/2017	51851	167	195.23
MQG1073	P018F000SE	11/09/2017	51851	167	195.23
MIN4183	P018F000SF	11/09/2017	51851	167	195.23
AAJ2841	P018F000SO	11/09/2017	51851	167	195.23
MAA7119	P018F000SZ	11/09/2017	51851	167	195.23
MLE1173	P018F000TN	12/09/2017	51851	167	195.23
MFO2651	54153195G	08/09/2017	51851	167	195.23
MHH1633	54146609G	06/09/2017	51851	167	195.23
BTA3896	54146326G	31/08/2017	51851	167	195.23
MAX9605	P018J005DG	18/07/2017	51851	167	195.23
MKN0405	P018J005ET	21/07/2017	51851	167	195.23
MGD6029	54144590G	12/07/2017	51851	167	195.23

MHJ5018	P018B000VB	29/08/2017	51851	167		195.23
AJL4916	54145496G	22/08/2017	51851	167		195.23
MHW4039	P018B000UD	23/08/2017	51851	167		195.23
QIC6156	P018B000UI	23/08/2017	51851	167		195.23
MMA0161	55815375F	17/08/2017	51851	167		195.23
LZV8212	P018B000QO	17/08/2017	51852	167		195.23
MAS8475	P018G000LM	28/08/2017	51852	167		195.23
MEQ9885	P018B000VM	28/08/2017	51852	167		195.23
MCX3707	P02UY0003I	23/07/2017	51852	167		195.23
MJI1163	54140975G	18/08/2017	51852	167		195.23
MAO2102	P018F000RY	11/09/2017	51852	167		195.23
DDZ1433	54148018G	13/09/2017	51852	167		195.23
LWZ7043	P03E90003K	18/09/2017	52151	170		293.47
QIA6320	P018D0008C	04/09/2017	52152	170		293.47
MLT5780	54143534G	20/07/2017	54521	181	* VIII	195.23
QHY3994	54147439G	01/09/2017	58191	193		880.40
MFT3801	P03BT0008H	22/09/2017	58191	193		880.40
MAH2111	54146315G	28/08/2017	58512	197		130.16
MGC8819	54146333G	31/08/2017	58512	197		130.16
EVD6409	54146334G	31/08/2017	58512	197		130.16
MEP3472	P018F000PO	06/09/2017	60412	207		195.23
MMF3070	P018F000QQ	06/09/2017	60412	207		195.23
MFZ1402	54144036G	21/07/2017	60412	207		195.23
QHY3994	54147438G	01/09/2017	60412	207		195.23
MKU4954	54146206G	28/08/2017	60412	207		195.23
MFV7406	54144129G	19/07/2017	60501	208		293.47
MLX9937	54144493G	13/07/2017	60501	208		293.47
JYO1714	54138618G	11/09/2017	60501	208		293.47
MFT3801	P03BT0008A	22/09/2017	70562	244	* III c/c õl\$	130.16
MJK8216	P018F000S9	12/09/2017	71021	244	* VIII	195.23
MDQ2407	P02UY0003A	22/07/2017	70991	244	* V II	195.23
MJY3802	54144991G	24/08/2017	70991	244	* V II	195.23
MFT3801	P03BT0008E	22/09/2017	57970	191		2934.68
MFT3801	P03BT0008G	22/09/2017	59241	203	* I	1467.34
QIA6320	P018D0008E	04/09/2017	59401	203	* III	1467.34
MKY2591	54146296G	09/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MHX3861	54148001G	09/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MJQ2911	54144997G	28/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MCJ6861	54144999G	28/08/2017	59670	203	* V	1467.34
HEJ1429	54146401G	29/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MIS7511	54146405G	05/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MJO5049	54146516G	06/09/2017	59670	203	* V	1467.34
AJP2238	54143889G	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MIB3961	54144056G	11/07/2017	59670	203	* V	1467.34
ADQ0485	54145012G	01/08/2017	59670	203	* V	1467.34
AOU1289	54140968G	14/07/2017	59670	203	* V	1467.34
BVK6187	54145007G	10/07/2017	59670	203	* V	1467.34
MMD5766	54144267G	22/07/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IFV5536	54143323G	29/07/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LXN9870	54145660G	07/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
FGY2499	54145121G	11/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMC7775	54145678G	14/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MJO0998	54145847G	21/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
BIE7575	54146151G	22/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
HXO3676	54147681G	22/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
DSY6616	54146308G	29/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MET9855	54148161G	20/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
KGD7714	54143191G	15/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MCK0807	55557943F	04/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDQ6333	55557848F	31/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDV0363	55557746F	30/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIU7332	55557757F	30/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MCZ4015	55557670F	29/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

MER8224	55557675F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IQZ7437	55557677F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE4045	55557679F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCK0807	55557689F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHI1398	55557695F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYN7214	55557698F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR1632	55557719F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS9699	55557723F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HLH6566	55557725F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEZ6327	55557733F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHL9279	55557566F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJJ0461	55557578F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXL5422	55557582F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKA9251	55557587F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEH5701	55557598F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMD8969	55557604F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHX1495	55557613F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLR0074	55557614F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBU7009	55557618F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDU4282	55557626F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EYT4838	55557655F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHM6697	55557233F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMD0905	55557239F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC2555	55557242F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEK9778	55557244F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OIG1942	55557246F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG2856	55557253F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFJ8037	55557262F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHD7429	55557284F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OPK9678	55557291F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OPI8910	55557292F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU7332	55557293F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIV4459	55557296F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGZ2672	55557299F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCK4888	55557300F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM3450	55557309F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEB7036	55557318F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MVE1930	55557326F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKK2022	55557337F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DOS5495	55557344F	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAU2344	55557346F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCZ4015	55557352F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKA0798	55557361F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXL5422	55557364F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDO9817	55557366F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFM0728	55557370F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANL5055	55557373F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OPZ3516	55557388F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKM1743	55557404F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHD8609	55557406F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BGD8299	55557419F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BGD8299	55557421F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGF7993	55557426F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDK5108	55557448F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU7332	55557449F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGJ7184	55557470F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DJB7576	55557474F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLA8651	55557486F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCK4888	55557492F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCZ4015	55557503F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYK6174	55557507F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHV1010	55557516F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFH6493	55557524F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MFH6493	55557532F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFH6493	55557535F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKO1819	55557547F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDS7669	55557549F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BJJ3133	55557552F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AYK2435	55557559F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVX0902	55557560F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGA9641	55557073F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO5776	55556900F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWX4790	55556915F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISD5717	55556922F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEL4481	55556924F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKC7201	55556938F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJP0897	55556967F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMD8969	55556969F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMF2204	55556975F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCY1518	55557008F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJC8483	55557012F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NVP3559	55557022F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3424	55556803F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APH5778	55556816F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PUA6364	55556825F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKV3525	55556716F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLH2930	55556723F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDL3602	55556725F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIX2363	55556065F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJO9235	55556089F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LBT6662	55556123F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJP8137	55556128F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFV5802	55556129F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDD7445	55555650F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BCK4100	55555692F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL2145	55555696F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP0435	55555702F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LNP4994	55555711F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJH0102	55555753F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC4592	55555798F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHJ4999	55555806F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHX3316	55555882F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP5338	55555911F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFK4881	55555932F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY3634	55555958F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFK4881	55555974F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGW0081	55556290F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDO0441	55556372F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXE0801	55556406F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEI4889	55556591F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLT4167	55556605F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW4324	55556651F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE7960	55556672F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PGZ5774	55554814F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJV8202	55554931F	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI0805	55555119F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKH0599	55555124F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJZ9494	55555363F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CTP2105	55555267F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OVJ0091	55555272F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF1270	55555414F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGA5548	55555427F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO7419	55555598F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BAD2349	55554470F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR8311	55554499F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR8311	55554510F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MDP4642	55554554F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP4642	55554556F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHX1647	55554577F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
INW7588	55554680F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP1651	55554698F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZT2474	55554718F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBQ4712	55554286F	01/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ICF0856	55554298F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLM6750	55554312F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHH0542	55554314F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFD0754	55554318F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIA6118	55554345F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR8311	55554366F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCP1336	55554373F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BTI0658	55554389F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH6735	55554404F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CMH8719	55554418F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC6669	55554425F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJH8675	55554441F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ATK2064	55551514F	15/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYS6079	55553952F	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKN6150	55554053F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKW1777	55554159F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMK6652	55554160F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARW0035	55554165F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DHX2324	55554206F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR8311	55554216F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN5520	55554249F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OZY0148	55554256F	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PVC8295	54142582G	17/08/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CAC5320	P018D00077	20/08/2017	73662	252*VI			130.16
KWT3345	54147588G	29/08/2017	73662	252*VI			130.16
QJL0810	P02UX0003H	15/07/2017	73662	252*VI			130.16
MBH2176	P01GW0006R	21/07/2017	73662	252*VI			130.16
MCH3321	P02UX0004A	27/07/2017	73662	252*VI			130.16
MDQ7916	P018E0007G	13/09/2017	73662	252*VI			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2608/2017

Publicação Nº 1432857

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8034 2608/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ7043	P03E90003M	18/09/2017	50292	162* II	880.40
INV8676	P018J001DX	12/12/2016	75790	165 A	2934.68
MIR8311	54144160G	14/07/2017	50100	162 * I	880.40
MKW3077	P018J005BP	15/07/2017	50100	162 * I	880.40
MKL5178	54142724G	04/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDC3684	P018I0009L	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEU4493	P03FO0000E	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
AWN9913	P03BT0006G	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXZ7766	P03JE00001	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
MLN6303	54147901G	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDQ9841	54147764G	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCM0848	54146947G	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJF5221	P018B000XZ	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKK1465	P018D0008L	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXQ0776	P018F000RB	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIF9727	P03E900030	14/09/2017	50100	162 * I	880.40
OKH7759	P018F000RP	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MER1685	54148956G	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
AHH5076	54148964G	14/09/2017	50450	162 * V	293.47
CYB1626	P018F000PC	06/09/2017	50450	162 * V	293.47
ILY8224	54149120G	25/08/2017	50450	162 * V	293.47
AJV7345	P03BU0000D	16/07/2017	50450	162 * V	293.47
LXC2193	P03BT0001G	17/07/2017	50450	162 * V	293.47
MHG9117	54139447G	18/07/2017	50450	162 * V	293.47
MMB6194	54139412G	04/07/2017	50450	162 * V	293.47
CLI2168	54143621G	16/06/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MJF5221	P018B000Y0	05/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
AHH5076	54148965G	14/09/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
OKH7759	P018F000RO	11/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIF9727	P03E900031	14/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCM0848	54146948G	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXQ0776	P018F000RC	11/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKK1465	P018D0008K	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEU4493	P03FO0000F	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MLN6303	54147902G	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXZ7766	P03JE00002	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIR8311	54144161G	14/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKL5178	54142725G	04/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MMB6194	54139413G	04/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MHG9117	54139448G	18/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
CYB1626	P018F000PD	06/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MFB8673	P018F000TZ	13/09/2017	64080	221	130.16
MLO0391	P02UX0008R	07/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MLC9981	54137589G	30/08/2017	66020	230 * VI	293.47
MIR8311	54144163G	14/07/2017	66020	230 * VI	293.47
FYY5740	P018F000XG	16/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MAL5044	P018F000ZO	19/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
LWZ7043	P03E90003L	18/09/2017	69120	232	88.38
MGA1599	P018F000RR	11/09/2017	69120	232	88.38
GND3744	54146975G	14/08/2017	69120	232	88.38
MFI3207	P03E90001X	23/08/2017	69120	232	88.38
MFI0165	54146209G	28/08/2017	69120	232	88.38

MKK1465	P018D0008M	09/09/2017	69120	232		88.38
MDI8781	P02UY0003M	23/07/2017	73400	252	* IV	130.16
MJQ5048	P018F000RF	11/09/2017	73400	252	* IV	130.16
MFT3801	P03BT0008I	22/09/2017	73400	252	* IV	130.16
MLV4093	54140208G	18/07/2017	50531	162	* VI	293.47
CVT3386	P018F000TF	12/09/2017	51262	164	c/c 162 * II	880.40
LWZ7043	P03E90003N	18/09/2017	51262	164	c/c 162 * II	880.40
MFT3801	P03BT0008C	22/09/2017	51691	165		2934.68
MMH6006	54143287G	10/09/2017	51691	165		2934.68
QIA6320	P018D0008D	04/09/2017	51692	165		2934.68
MKW0321	54148918G	12/09/2017	64322	223		195.23
MHJ5986	54146005G	31/07/2017	65561	230	* I	293.47
MFI0165	54146208G	28/08/2017	65992	230	* V	293.47
MIP2151	P018B000OD	09/08/2017	65992	230	* V	293.47
MFH8474	54140211G	19/07/2017	65992	230	* V	293.47
ECB8643	P03BT00029	23/07/2017	65992	230	* V	293.47
MET4824	54136511G	15/07/2017	65992	230	* V	293.47
MIM9953	54139415G	04/07/2017	65992	230	* V	293.47
MIR8311	54144162G	14/07/2017	65992	230	* V	293.47
CLI2168	54143622G	16/06/2017	65992	230	* V	293.47
MMB6194	54139411G	04/07/2017	65992	230	* V	293.47
MIO9722	54140515G	15/05/2017	65992	230	* V	293.47
MLJ8123	54146358G	08/09/2017	65992	230	* V	293.47
AWN9913	P03BT0006F	31/08/2017	65992	230	* V	293.47
ILY8224	54149119G	25/08/2017	65992	230	* V	293.47
MES8476	P018F000R4	11/09/2017	65992	230	* V	293.47
LWR5631	P03BU0001K	08/09/2017	65992	230	* V	293.47
MKK1465	P018D0008J	09/09/2017	65992	230	* V	293.47
MFS2146	P018F000RH	11/09/2017	65992	230	* V	293.47
LXQ0776	P018F000RA	11/09/2017	65992	230	* V	293.47
MCA4786	P03BT0007J	13/09/2017	65992	230	* V	293.47
ADD2566	P018F000TK	13/09/2017	65992	230	* V	293.47
AIJ0082	54144947G	13/09/2017	65992	230	* V	293.47
MBJ8705	54148967G	15/09/2017	65992	230	* V	293.47
MFP2135	54149195G	12/09/2017	65992	230	* V	293.47
MOR1836	54146986G	11/09/2017	65992	230	* V	293.47
ALW2036	P018F000TY	13/09/2017	65992	230	* V	293.47
LYL8786	P018F000U3	13/09/2017	65992	230	* V	293.47
CVT3386	P018F000TB	12/09/2017	66102	230	* VII	195.23
LXZ7311	54144944G	12/09/2017	66102	230	* VII	195.23
LZW7839	54139698G	12/07/2017	66102	230	* VII	195.23
AJL4916	54147802G	25/08/2017	66102	230	* VII	195.23
LZK8615	54149114G	23/08/2017	66372	230	* IX	195.23
LXQ3915	P018F000R5	11/09/2017	66372	230	* IX	195.23
MKK1465	P018D0008O	09/09/2017	66372	230	* IX	195.23
LZA4148	P018B000WS	31/08/2017	66372	230	* IX	195.23
MEU4493	P03FO0000G	26/08/2017	66372	230	* IX	195.23
OKH7759	P018F000RQ	11/09/2017	66372	230	* IX	195.23
BRW8204	P018F000T3	12/09/2017	66372	230	* IX	195.23
MEX3778	P03E900032	14/09/2017	66372	230	* IX	195.23
MEX3778	P03E900033	14/09/2017	66372	230	* IX	195.23
LWZ7043	P03E90003O	18/09/2017	66372	230	* IX	195.23
MDU5577	54148860G	06/09/2017	66531	230	* XI	195.23
MHQ9552	P02UZ0003O	24/08/2017	66531	230	* XI	195.23
MIC2150	P018D0007X	28/08/2017	67261	230	* XVIII	195.23
ACA0083	54146964G	25/07/2017	67261	230	* XVIII	195.23
MKK1465	P018D0008N	09/09/2017	67261	230	* XVIII	195.23
MJQ5048	P018F000RD	11/09/2017	67261	230	* XVIII	195.23
MCM0848	54146949G	06/09/2017	67261	230	* XVIII	195.23
CVT3386	P018F000TD	12/09/2017	67261	230	* XVIII	195.23
MFT5724	P02UX0005O	30/07/2017	52741	175		2934.68
MJB3098	P018H000NU	30/07/2017	52741	175		2934.68
MKU6937	P018H000O0	30/07/2017	52741	175		2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2607/2017

Publicação Nº 1432858

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2607/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MMK8964	54307932N	13/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLD6596	54309206N	17/10/2017	50020	257 ã 8\$
IPH0899	54315537N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLJ9110	54315538N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
LPO7685	54315539N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MFH6493	54315540N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MGN5009	54315543N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIM3077	54315544N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHR7139	54315545N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
AHC7268	54315546N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJV6738	54146691G	06/11/2017	76252	ART 181, XX
MCB3963	P018F001IN	13/10/2017	76252	ART 181, XX
MHC5126	P018F001F7	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MLU2377	P018F001E5	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMA0155	P018F001ED	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MHL1626	54146998G	06/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MGP0241	54143411G	05/10/2017	76331	ART 252, UNICO
AWN7592	P018E0007P	07/10/2017	76331	ART 252, UNICO
QIE0105	54148128G	09/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MLI4225	54149771G	02/11/2017	76331	ART 252, UNICO
FNT9372	55030101F	24/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MLD8004	54922304G	31/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKW8982	54922305G	31/10/2017	76331	ART 252, UNICO

MMB6154	54922128G	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MHT1210	P03BT000CL	03/11/2017	76332	ART 252, UNICO
DDG3406	P03BT000CM	03/11/2017	76332	ART 252, UNICO
EYQ6407	P02UX000E8	02/11/2017	76332	ART 252, UNICO
LYY3120	P018H000ZF	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHO9573	P03FN0000K	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO
HGB3949	P03FN0001M	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO
OKF6319	P03FN0001P	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MMD3326	P03FN0001Q	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHV5744	P018F001F9	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO
AYC3911	P03FN0002F	12/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHO9700	P018F001DJ	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO
LRZ4959	P018F001EZ	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO
EAO6200	P03PC0000H	12/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MJN8111	P03FN0002C	12/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MJC6924	P03FN00012	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO
ANT0740	P018H000VO	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIB2350	P018F001C0	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
KZU9534	P018F001EX	10/10/2017	51930	168
MKK8101	54922288G	03/11/2017	51930	168
MHO9901	P018H000ZJ	06/11/2017	52070	169
MFL0452	P02UY000E2	01/11/2017	52070	169
MFT7858	P018F001Y5	30/10/2017	52070	169
LYH5301	54151196G	31/10/2017	52070	169
MKH1437	P02UY000BA	12/10/2017	52070	169
MKJ8806	P018F001HI	11/10/2017	52070	169
MBA3364	P02UY000AL	10/10/2017	52070	169
MGJ9101	54149913G	31/10/2017	54600	181 * IX
MEY8663	54149625G	18/10/2017	55500	181 * XVIII
AZT8616	54146487G	11/10/2017	55500	181 * XVIII
COG9331	54149661G	09/10/2017	55500	181 * XVIII
QIJ2363	54149637G	21/10/2017	55500	181 * XVIII
MGR1738	54147950G	22/10/2017	55500	181 * XVIII
MFN5336	54149559G	29/10/2017	55500	181 * XVIII
BAH2490	54922010G	30/10/2017	55500	181 * XVIII
MCB0789	54922016G	31/10/2017	55500	181 * XVIII
KZR6370	54923006G	22/10/2017	55500	181 * XVIII
MBM5993	54922162G	03/11/2017	55500	181 * XVIII
MBX0310	54922324G	03/11/2017	55500	181 * XVIII
IBV7833	54151106G	01/11/2017	55500	181 * XVIII
ATI0328	54149665G	07/10/2017	55500	181 * XVIII
DMC5324	54150408G	06/10/2017	55500	181 * XVIII
MEL6125	54150419G	10/10/2017	55500	181 * XVIII
MKW6699	54150422G	10/10/2017	55500	181 * XVIII
MGE2501	54150423G	10/10/2017	55500	181 * XVIII
MEP5286	54148884G	04/10/2017	55500	181 * XVIII
MLJ0527	54148756G	05/10/2017	55500	181 * XVIII
MIF6124	54086289F	01/10/2017	55500	181 * XVIII
KNB6286	54150551G	08/10/2017	55500	181 * XVIII
QJQ0505	54148949G	08/10/2017	55500	181 * XVIII
LZS4233	P02UZ00060	05/10/2017	55500	181 * XVIII
MJD1490	54150503G	08/10/2017	55500	181 * XVIII
QIG3413	54150506G	08/10/2017	55500	181 * XVIII
LXU8479	54148314G	03/10/2017	55500	181 * XVIII
MHQ8010	54148761G	08/10/2017	55680	181 * XIX
LXP9458	54147532G	08/10/2017	55680	181 * XIX
MJK2006	54145763G	06/11/2017	55680	181 * XIX
MGO4426	54150343G	30/10/2017	55680	181 * XIX
QHK5941	54149674G	11/10/2017	55680	181 * XIX
MBV2550	54149632G	20/10/2017	55680	181 * XIX
QHP7299	54148211G	10/10/2017	56300	182 * VII
IGA7548	P02UZ0006P	03/11/2017	56650	182 * X
CKC9084	P018E00083	09/10/2017	57200	186 * I

MEJ2611	P03BT000A4	09/10/2017	57200	186	*	I
MMB6516	54149533G	12/10/2017	57380	186	*	II
MEJ2611	P03BT000A3	08/10/2017	58350	195		
QHP7299	54148212G	10/10/2017	58350	195		
QHY2314	P03BT000A8	10/10/2017	58350	195		
MJO1982	54153374G	04/10/2017	58350	195		
MCT3860	P03E90004O	04/10/2017	58350	195		
EUZ0621	P018F001FD	10/10/2017	59910	206	*	I
MLK5474	P03FN0002Z	15/10/2017	59910	206	*	I
QHK9228	54144722G	27/09/2017	61220	214	*	I
QHC2555	54149630G	23/10/2017	64830	227	*	I
IGF4113	P03E900074	02/11/2017	65300	228		
DJD2529	P018D000AO	02/11/2017	65300	228		
MGE8914	P018E0008F	15/10/2017	65300	228		
MCO5368	P018F0019Y	04/10/2017	65300	228		
MIP2213	P02UX000A7	05/10/2017	65300	228		
DHT3207	P018E0008C	14/10/2017	65300	228		
MMC8447	55022037F	11/10/2017	65300	228		
MIL1379	P02UX000AS	09/10/2017	65300	228		
MLM5369	P018F001GI	11/10/2017	68580	231	*	VII
DMV0145	P018H000VN	05/10/2017	68580	231	*	VII
MCT3860	P03E90004U	04/10/2017	51851	167		
MHO9573	P03FN0000J	03/10/2017	51851	167		
MKZ4152	P03PC0000J	13/10/2017	51851	167		
QHY2314	P03BT000A9	10/10/2017	51851	167		
MHZ4268	P018F001FM	11/10/2017	51851	167		
LWY1305	P018F001FQ	11/10/2017	51851	167		
MGC9934	P018F001EP	10/10/2017	51851	167		
MFB8520	P018F001EW	10/10/2017	51851	167		
ALN8542	P03FN0000Y	05/10/2017	51851	167		
MMB6516	54149534G	12/10/2017	51851	167		
MBZ4551	P018H000Z8	02/11/2017	51851	167		
LYE0755	54922322G	01/11/2017	51851	167		
MKA3968	P018G000NG	06/11/2017	51851	167		
MKN6612	54151004G	01/11/2017	51851	167		
QHE6158	P018F0020D	06/11/2017	51852	167		
MFL0135	P018F001YH	30/10/2017	51852	167		
LYU4709	P02UX000EI	03/11/2017	51852	167		
HOG4167	P018F001JT	14/10/2017	51852	167		
MBA1814	P02UY000CC	16/10/2017	51852	167		
MCD7896	P018F001XP	27/10/2017	51852	167		
CKC9084	P018E00081	09/10/2017	51852	167		
MCI6237	P018F001FY	11/10/2017	51852	167		
MKZ4152	P03PC0000K	13/10/2017	51852	167		
LXK8213	P018E0007R	07/10/2017	51852	167		
MCT3860	P03E90004V	04/10/2017	54521	181	*	VIII
MDE8312	P03BT000AG	14/10/2017	54521	181	*	VIII
LYD5884	P03BU00029	04/11/2017	54521	181	*	VIII
HQT5587	54140692G	04/11/2017	54521	181	*	VIII
MLH2053	54140693G	04/11/2017	54521	181	*	VIII
LZP0545	54923253G	03/11/2017	54521	181	*	VIII
MBJ9957	54150412G	09/10/2017	54522	181	*	VIII
MFA6258	54150362G	06/10/2017	54525	181	*	VIII
MCA3738	P02UY000AG	09/10/2017	56731	183		
AI18849	54922312G	31/10/2017	57463	187	*	I
LYE5962	P018F001AI	05/10/2017	58191	193		
MCS1729	P03BV0000F	10/10/2017	58192	193		
MDR0917	P018E0008A	11/10/2017	58198	193		
MCU6002	P02UX000EG	02/11/2017	58198	193		
AAX5199	54148181G	22/09/2017	58511	197		
QHE6308	P02UY000AP	10/10/2017	58512	197		
MIV1259	P018F001GG	11/10/2017	60412	207		
MDT0079	P018F001GL	11/10/2017	60412	207		

PWQ9859	54150392G	10/10/2017	60412	207	
QIA3336	54148131G	10/10/2017	60412	207	
MAI0144	54145647G	06/10/2017	60412	207	
QHO6773	54086292F	05/10/2017	60412	207	
MCN3811	54150365G	06/10/2017	60412	207	
LZT7959	54149962G	02/11/2017	60412	207	
OOX7506	54147848G	12/10/2017	60412	207	
MKC9397	54149395G	04/11/2017	60501	208	
MGN8525	54147921G	08/10/2017	60501	208	
ILR8081	54149605G	09/10/2017	60501	208	
MGU4069	54148625G	28/09/2017	60502	208	
MBS7697	54145760G	26/09/2017	70561	244	* III
QHY2314	P03BT000A7	10/10/2017	57970	191	
MFW5738	P018H000W1	14/10/2017	59670	203	* V
LZF9028	54148499G	06/10/2017	59670	203	* V
QIC5002	54147933G	13/10/2017	59670	203	* V
MDA1049	54147981G	02/11/2017	59670	203	* V
MIK7727	P018E0007Z	07/10/2017	75870	ART. 184	III
QHN9819	P018F001AS	05/10/2017	75870	ART. 184	III
QII8726	54153357G	02/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MJD7221	54148757G	05/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
ALD4223	54149618G	15/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
LZI4129	54150016G	03/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MJJ7616	54150019G	03/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
QHE2700	55066022G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
LYZ7638	55066032G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHM6556	55066037G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGQ3693	55066040G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGE2162	55066041G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
AKQ8160	55066046G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEU8319	55066058G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGW3691	55066060G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKK1138	55560076F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OPK9678	55560089F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEZ6540	55560091F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
AMF4572	55560094F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEJ8007	55560095F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJX7768	55560097F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MDY2126	55560103F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
LWU0734	55560104F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MCD7140	55560115F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHR5053	55560134F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEV9648	55560135F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MBO3319	55560137F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLW8921	55560158F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHX5868	55560159F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJS8532	55560177F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIB6973	55560179F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MBO8629	55560184F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJB8454	55560185F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJB8454	55560186F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJK4884	55560187F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEU8319	55560194F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGL3432	55560195F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFT5187	55560197F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
IMX0398	55560200F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHG2856	55066086G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEG2210	55066088G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMJ9290	55066096G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MDR2984	55066104G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
LXR1125	55066117G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
ABU3094	55066141G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
ABU3094	55066145G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146

EEL5998	55066164G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDR8497	55559232F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AWD2311	55559262F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGL6667	55559307F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OPM3145	55559576F	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEF4887	55559160F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEF4887	55559165F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAV1022	55559961F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMD8969	55559977F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI2091	55559981F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OPK9678	55559990F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI2091	55559992F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJS8295	55559996F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KDU6134	55559999F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEG4334	55560005F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZU7439	55560008F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLD9497	55560016F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHZ8897	55560022F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHI1398	55560024F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHS4427	55560026F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IMJ2577	55560028F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYZ6936	55560029F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OWM1072	55560044F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEV7146	55560047F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ7840	55560050F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDT5159	55560051F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAV1022	55560055F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH6841	55560060F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APH3329	55560065F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEQ1401	55558735F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DPA0932	55558755F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGD7189	55558784F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJY3632	55558785F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFQ2268	55558699F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGW3464	55558710F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JWR8775	55558616F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJX6746	55558406F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKP1545	55558818F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKT9586	55558825F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJX0382	55558826F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ7294	55558830F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC2434	55558835F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIQ5172	55558837F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU8584	55558838F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJX5556	55558844F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHF7737	55558858F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIL3473	55558864F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGZ5512	55558876F	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBD7147	55558879F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CZE8266	55558883F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKQ0323	55558888F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAW3411	55558895F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYQ6859	55558897F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKY1554	55558904F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZU2929	55558906F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLR9835	55558932F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGE1717	55558934F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHR7761	55558943F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYI2401	55558945F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEA1059	55558955F	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHG4546	55558957F	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAH5360	55558961F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGF3198	55558963F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MGL8568	55558964F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ7294	55558966F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ6005	55558971F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBS8255	55558972F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKU7921	55558978F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEV4173	55558980F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO2899	55558984F	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFV4017	55558985F	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFO7137	55558992F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHS6237	55558995F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BED0206	55558996F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEQ2361	55559015F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHG6435	55559016F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DHO0761	55559018F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LVP8854	55559036F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ILO2770	55559043F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHW9866	55559049F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJH5895	55559060F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGO6735	54922159G	01/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVENBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2606/2017

Publicação Nº 1432859

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2606/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EIG2012	P03E900076	03/11/2017	50292	162* II
MJR1725	54147376G	07/10/2017	75790	165 A
MBG4371	P018F001DC	08/10/2017	75790	165 A
MDK7798	P02UZ00066	12/10/2017	75790	165 A

MBE5024	P02UX000EH	02/11/2017	75790	165	A	
MBY0320	54147870G	21/10/2017	75790	165	A	
LYB2630	P03JC0000J	12/10/2017	50100	162	* I	
MDP3623	P03E900056	11/10/2017	50100	162	* I	
MJO2765	P03E900059	11/10/2017	50100	162	* I	
MDL8374	P02UX000B5	10/10/2017	50450	162	* V	
LXL6590	P018F001G7	11/10/2017	50450	162	* V	
OOX7506	54147849G	12/10/2017	50450	162	* V	
MDL2008	54148325G	11/10/2017	50450	162	* V	
MKG7816	54148122G	08/10/2017	50450	162	* V	
MEK0499	54139219G	09/10/2017	51180	164	c/c 162	* I
MCT3860	P03E90004S	04/10/2017	51180	164	c/c 162	* I
MJO2765	P03E90005A	11/10/2017	51180	164	c/c 162	* I
MDP3623	P03E900057	11/10/2017	51180	164	c/c 162	* I
OOX7506	54147850G	12/10/2017	51420	164	c/c 162	* V
MKG7816	54148123G	08/10/2017	51420	164	c/c 162	* V
MAJ5370	55030527F	07/10/2017	65480	229		
MAJ6544	P02UX000EK	03/11/2017	65800	230	* IV	
QIU5252	54148986G	12/10/2017	66020	230	* VI	
MLD7411	54149653G	08/10/2017	66020	230	* VI	
MGZ2897	54150469G	08/10/2017	66700	230	* XIII	
KKW6799	P018F001BQ	06/10/2017	66700	230	* XIII	
MGD2358	P03FN0001B	07/10/2017	66700	230	* XIII	
AOI9009	P018F001D3	07/10/2017	66700	230	* XIII	
MHM4291	P018F001CT	07/10/2017	66700	230	* XIII	
MJQ6641	P018F001B0	05/10/2017	67690	230	* XXII	
MII1631	P02UY000F7	05/11/2017	67690	230	* XXII	
CKC9084	P018E00080	09/10/2017	69120	232		
MCT3860	P03E90004R	04/10/2017	69120	232		
MCA0241	P018F001CA	06/10/2017	69120	232		
LCR7341	P018F001HG	11/10/2017	69120	232		
MFE0526	P018F001HJ	11/10/2017	69120	232		
LZM0821	54149721G	31/10/2017	69120	232		
LZM0821	54149722G	31/10/2017	73400	252	* IV	
MKH3287	P018F001CQ	07/10/2017	73400	252	* IV	
MJU2518	P018F001ZV	06/11/2017	73400	252	* IV	
MHK7792	54150462G	08/10/2017	50531	162	* VI	
MCU3154	54149620G	18/10/2017	50531	162	* VI	
MHK7792	54150463G	08/10/2017	51501	164	c/c 162	* VI
MBJ9957	54145600G	09/10/2017	51691	165		
CKC9084	P018E00082	09/10/2017	51691	165		
MEJ2611	P03BT000A2	08/10/2017	51691	165		
MFX0812	54147919G	08/10/2017	51691	165		
MID2448	54150021G	03/11/2017	51691	165		
LZT4386	54150022G	03/11/2017	51691	165		
MCM9070	P03BT000AM	15/10/2017	65564	230	* I	
MDL2008	54148324G	11/10/2017	65992	230	* V	
MGZ9647	P018F001GZ	11/10/2017	65992	230	* V	
MGR9318	54149769G	01/11/2017	65992	230	* V	
MID2448	54150020G	03/11/2017	65992	230	* V	
JII5007	54147844G	12/10/2017	65992	230	* V	
MDR0917	P018E00088	11/10/2017	65992	230	* V	
MGN8525	54147922G	08/10/2017	65992	230	* V	
MDV9647	54150363G	06/10/2017	65992	230	* V	
MCI0696	54148753G	21/09/2017	65992	230	* V	
MCT3860	P03E90004N	04/10/2017	65992	230	* V	
MAL2227	P018F001BK	06/10/2017	65992	230	* V	
MMA9127	P018F001A3	04/10/2017	65992	230	* V	
EZD7654	54150391G	10/10/2017	65992	230	* V	
MBJ9957	54150414G	09/10/2017	65992	230	* V	
LZT4386	54150023G	03/11/2017	65992	230	* V	
MBQ0928	54923005G	04/11/2017	65992	230	* V	
MJK3888	54149626G	19/10/2017	65992	230	* V	

MEE7106	P03BT000AP	16/10/2017	65992	230	*	V
MLJ7277	P03E90007F	05/11/2017	65992	230	*	V
LZT4383	P03E90007G	05/11/2017	65992	230	*	V
MJU7604	54151066G	31/10/2017	65992	230	*	V
MIS3858	P018F0020H	06/11/2017	65992	230	*	V
AKH1556	P018E00086	10/10/2017	66102	230	*	VII
MCT3860	P03E90004T	04/10/2017	66372	230	*	IX
MDP3623	P03E900058	11/10/2017	66531	230	*	XI
MML5805	54149623G	18/10/2017	66531	230	*	XI
MLK8276	54149538G	12/10/2017	66531	230	*	XI
MAN9147	P02UY000F3	05/11/2017	66531	230	*	XI
MII1631	P02UY000F5	05/11/2017	66531	230	*	XI
MII1631	P02UY000F6	05/11/2017	67261	230	*	XVIII
MAN9147	P02UY000F4	05/11/2017	67261	230	*	XVIII
MEE7106	P03BT000AQ	16/10/2017	67261	230	*	XVIII
MAJ0893	P018F001KN	17/10/2017	67261	230	*	XVIII
MMC1464	54153414G	06/10/2017	67261	230	*	XVIII
MBW0109	P02UY000AM	10/10/2017	67261	230	*	XVIII
LXL6590	P018F001G8	11/10/2017	67261	230	*	XVIII
MIA1865	P018F001J8	13/10/2017	67261	230	*	XVIII
MFW4846	P018F001CP	07/10/2017	67261	230	*	XVIII
MMB6516	54149535G	12/10/2017	73233	252	*	II
MEJ2611	P03BT000A0	08/10/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

BOM JARDIM DA SERRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 269/2017

Publicação Nº 1432458

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 269/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

OHN0902 P03EI0000S 12/09/2017 55250 181 * XV 130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO GONCALVES DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 268/2017

Publicação Nº 1432459

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 268/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QIS1490 P03EI0001N 13/10/2017 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO GONCALVES DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

BOM JESUS DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8510 331/2017**

Publicação Nº 1432496

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8510 331/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGV6526	P03L900004	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
AGV6526	P03L900005	09/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 330/2017

Publicação Nº 1432497

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8510 330/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DGB0507	P03L90000B	06/10/2017	65992	230 * V
---------	------------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

BOM RETIRO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8470 741/2017

Publicação Nº 1432510

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8470 741/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MED9051	P03E100032	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGH0071	P03E100006	27/07/2017	51851	167	195.23
LNN4085	P03EL00008	28/08/2017	51851	167	195.23
AIM2436	P03E10002E	26/08/2017	51851	167	195.23
MJA8166	P03E10003J	08/09/2017	51851	167	195.23
MAL9361	P03E100034	02/09/2017	51852	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8470 740/2017

Publicação Nº 1432511

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8470 740/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCN7723	P03E10005X	06/11/2017	51930	168
MGF2470	P03E10004Y	16/10/2017	51851	167
MDM3470	P03E100050	16/10/2017	51851	167
MIL7011	P03E10005S	02/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS
DELEGADO DE POLICIA

BOTUVERÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8196 613/2017

Publicação Nº 1432682

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8196 613/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIG9782	P016Q0001F	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIG9782	P016Q0001G	30/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 612/2017

Publicação Nº 1432683

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 612/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQU3390	P016Q0001Y	09/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

BRAÇO DO TROMBUDO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 251/2017

Publicação Nº 1432555

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8412 251/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QHJ2914 P02W90001I 05/10/2017 58780 199
QHJ2914 P02W90001J 05/10/2017 59670 203 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

BRUSQUE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2563/2017

Publicação Nº 1432835

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8050 2563/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMB0435	P01V9000BH	07/09/2017	75790	165 A	2934.68
MDI7106	55517815F	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MIO1355	P01V9000BR	11/09/2017	75790	165 A	2934.68
AEN9895	54103075G	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKX1561	54103212G	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAT1207	54102293G	15/09/2017	50100	162 * I	880.40
KBU3464	54102963G	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDP4359	P019V0003R	19/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHY9078	55517891F	27/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHZ0957	55517899F	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGW7404	P019U000RS	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
BUU5349	P019U000P8	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEO4582	54101349G	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHZ0957	P01VA000HY	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFR5912	54102211G	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCF5219	P01V8000E2	18/08/2017	50450	162 * V	293.47
LXR9250	54100970G	21/07/2017	50450	162 * V	293.47
OKH4143	P016T00094	24/07/2017	50450	162 * V	293.47
DUI2584	P016T0009Y	09/09/2017	50450	162 * V	293.47
MAX3346	P01V9000BQ	10/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFK5043	54101398G	08/09/2017	50450	162 * V	293.47
DUI2584	P016T0009Z	09/09/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
QHY9078	55517892F	27/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEO4582	54101350G	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFR5912	54102212G	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKX1561	54103213G	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AEN9895	54103076G	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IQM0529	P01V6000E1	06/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
AFF0906	P01VA000I9	07/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
OKH4143	P016T00095	24/07/2017	69120	232	88.38
AJT4197	P01V9000BS	11/09/2017	69120	232	88.38
MFH1743	55517947F	12/09/2017	73400	252 * IV	130.16
AFF0906	P01VA000IA	07/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MKJ8729	P018M000SX	18/08/2017	51691	165	2934.68
AMS1527	P01VA000J4	16/09/2017	51691	165	2934.68
MAX3346	P01V9000BN	10/09/2017	51691	165	2934.68
AEN9895	54103074G	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFH1743	55517945F	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
AAR5135	54101829G	07/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAK4902	P01V6000E3	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
JPH6706	P01V6000F3	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
KBU3464	54102964G	18/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCI1356	54102292G	15/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCM8246	P018M000VJ	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHH4050	54101378G	03/08/2017	65992	230 * V	293.47
MMA4722	54100481G	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
BUU5349	P019U000P7	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFR5912	54102213G	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEG5535	P018M000TR	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
DUI2584	P016T0009X	09/09/2017	65992	230 * V	293.47

MFQ6603	P01V8000FK	10/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLO3084	P019V0003P	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LZZ5506	55517894F	29/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LZP3534	P01V9000AO	27/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MDP4359	P019V0003Q	19/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
JPH6706	P01V6000F4	20/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
MAX3346	P01V9000BP	10/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
MAX3346	P01V9000BO	10/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
JEK1094	54102126G	26/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
COZ2688	P01V8000EC	22/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHH5919	P01V9000BB	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGW7404	P019U000RR	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFQ6603	P01V8000FL	10/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2564/2017

Publicação Nº 1432834

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2564/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK8269	54274001N	06/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHV5728	54279297N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIX8660	54282482N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MKU9605	54282483N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MEY9004	54282484N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLX8509	54291202N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIC6250	54292453N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MKV0346	54294234N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLM3500	54294244N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIV5442	54295407N	05/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
NXX9014	54295409N	05/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIK4375	54295880N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23

MJB8086	54295881N	08/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
MLM3500	54295886N	08/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
GAR2306	54297990N	14/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
ISL0721	54101616G	05/09/2017	76252	ART	181, XX	293.47
OKE2223	54101889G	18/08/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MWK4312	P018M000UU	05/09/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MLX2836	54100593G	04/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MIZ1707	54101188G	05/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
OKE1303	54103280G	05/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MHQ6421	54100597G	06/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MJR0666	54102958G	06/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MEA7787	54102222G	05/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
IIA3043	54101856G	27/07/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MLV4874	P01V90009C	02/08/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MKM3198	54101477G	04/08/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
BEL3485	54101540G	01/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MGU3733	54102091G	23/08/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MCM9517	54102146G	03/09/2017	51930	168		293.47
MBN1162	55518407F	03/09/2017	51930	168		293.47
MCD3460	54100175G	22/07/2017	51930	168		293.47
MII0189	54099796G	21/08/2017	51930	168		293.47
MHT2686	54103329G	11/09/2017	51930	168		293.47
MFH1743	55517946F	12/09/2017	52070	169		88.38
MEL4377	54103314G	09/09/2017	52070	169		88.38
MJO1302	P01VA000IE	07/09/2017	52070	169		88.38
MLD8268	P01V9000BL	09/09/2017	52070	169		88.38
MAB5887	P01V8000FT	14/09/2017	52070	169		88.38
MDH5668	P01V8000FU	14/09/2017	52070	169		88.38
MEI5217	55517929F	30/08/2017	52070	169		88.38
MEH2479	55517765F	31/08/2017	52070	169		88.38
AIO2332	55517764F	31/08/2017	52070	169		88.38
MHZ0957	P01VA000HZ	01/09/2017	52070	169		88.38
MGW4530	P018M000US	02/09/2017	52070	169		88.38
ASK7413	P01V9000AQ	27/08/2017	52070	169		88.38
MED2286	54100590G	04/09/2017	53800	181	* I	130.16
QHO4474	54103423G	05/09/2017	55090	181	* XIII	130.16
MFN6128	54100000G	04/09/2017	55500	181	* XVIII	130.16
MJL9477	54101713G	09/08/2017	55500	181	* XVIII	130.16
MCM8246	P018M000VH	20/09/2017	57380	186	* II	293.47
MCM8246	P018M000VF	20/09/2017	58350	195		195.23
MEG5535	P018M000TS	24/08/2017	68580	231	* VII	130.16
MCM8246	P018M000VI	20/09/2017	70640	244	* IV	293.47
OSS8396	P01V8000GC	19/09/2017	72340	250	* I * a	130.16
MIA4421	P01V6000C5	06/08/2017	72340	250	* I * a	130.16
BAT0803	54100992G	06/08/2017	51851	167		195.23
MIS9370	P01V8000DW	14/08/2017	51851	167		195.23
MJU1836	P019U000RA	01/09/2017	51851	167		195.23
IIL8305	P01V9000B3	03/09/2017	51851	167		195.23
MJL3707	P01V9000B5	03/09/2017	51851	167		195.23
MBM5499	54103064G	25/08/2017	51851	167		195.23
MCM9517	54102145G	03/09/2017	51851	167		195.23
PUD2925	54101198G	17/09/2017	51851	167		195.23
MAL4034	54102269G	05/09/2017	51851	167		195.23
MFT0826	54103344G	13/09/2017	51851	167		195.23
MAB5887	P01V8000FS	14/09/2017	51851	167		195.23
MIV7896	P01V9000DF	23/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MLX4711	55911839E	25/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
ANN2364	55911845E	05/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MIF0249	54101383G	05/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MCF9754	54101608G	31/07/2017	54521	181	* VIII	195.23
HXD0671	54099784G	09/08/2017	54522	181	* VIII	195.23
MGH0824	54103084G	04/09/2017	54522	181	* VIII	195.23
MIM5498	54102160G	25/08/2017	54526	181	* VIII	195.23

MCM8246	P018M000VG	20/09/2017	58191	193		880.40
MGD6841	54102003G	08/09/2017	60501	208		293.47
MIM8916	P01VA000HS	30/08/2017	60501	208		293.47
MJT7004	P01V9000BJ	08/09/2017	70562	244	* III c/c õl\$	130.16
MHZ0957	P01VA000HX	01/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MMI5378	54103010G	18/08/2017	59670	203	* V	1467.34
LZS8974	54102952G	02/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHV5357	54102138G	01/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIB4990	54103416G	21/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MET3856	54103412G	21/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MJN7094	54103410G	21/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMM8624	54103421G	22/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
OJG1982	54103266G	16/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMJ1215	54103267G	16/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIB4990	54103269G	16/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MHT2399	54103276G	16/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MGH8331	54103264G	16/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHB8566	54103104G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
DSE1363	54103108G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
KUP2554	54103047G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIB0554	54103036G	10/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MHY7986	54103040G	10/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MHA6096	54101958G	28/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MBU5868	54101966G	31/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LXB1034	54101967G	31/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MBB8672	54102060G	02/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MFL6015	55488595F	21/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MGV3203	54100746G	06/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MLW8316	54101794G	10/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHD6620	54101916G	07/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDL4025	54101932G	11/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LLU2307	54100785G	03/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
DPS8740	54096336G	02/03/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MJA0066	54099044G	23/06/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MII0401	54101630G	25/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
JZW8258	54101624G	25/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
DLM8368	54102602G	22/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MKS0766	54103091G	24/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MEG7560	54103094G	24/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MFY6560	54103095G	24/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MKD0387	54103097G	24/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MCG6352	54101639G	28/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MBR5925	54102579G	30/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MFI7463	54102589G	30/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MLH7556	54102591G	30/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHH0530	54102592G	30/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
EVI3743	54102595G	30/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MLK9397	54102704G	06/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIV3012	54099983G	17/08/2017	73662	252	*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2561/2017

Publicação Nº 1432837

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8050 2561/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCD8104	P019U000UP	16/10/2017	50292	162* II
MCD8104	P019U000UO	16/10/2017	75790	165 A
CJM7154	54104480G	07/10/2017	50100	162 * I
GXG7078	54104910G	27/10/2017	50100	162 * I
MHZ3984	P038F0001Z	01/11/2017	50100	162 * I
DXK3283	54102840G	28/10/2017	50100	162 * I
MFZ9497	54104135G	29/10/2017	50100	162 * I
MJK1845	54104525G	29/10/2017	50100	162 * I
LXK5488	P01790002T	05/11/2017	50100	162 * I
LZS1163	54104366G	28/10/2017	50100	162 * I
LYL3740	54104387G	01/11/2017	50100	162 * I
MID4486	54101145G	29/10/2017	50450	162 * V
MBU5613	54103989G	26/10/2017	50450	162 * V
MBD0775	55519271F	29/09/2017	50450	162 * V
MBD0775	55519272F	29/09/2017	50960	163 c/c 162 * V
GXG7078	54104911G	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFZ9497	54104136G	29/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHZ3984	P038F00020	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXK5488	P01790002U	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYL3740	54104388G	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MID4486	54101146G	29/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
LYS0393	P018M000YK	06/11/2017	65480	229
MHO5768	P01790002N	02/11/2017	65480	229
KEF9107	54104397G	30/10/2017	66020	230 * VI
MBS5978	P01V6000HO	04/11/2017	69120	232
MBZ6037	54101140G	29/10/2017	73400	252 * IV
MCD8104	P019U000UQ	16/10/2017	51262	164 c/c 162 * II
MMI5826	P01V6000HI	03/11/2017	51691	165
JNN3496	P018M000YI	05/11/2017	51691	165
MBS5978	P01V6000HN	04/11/2017	65561	230 * I
DCW7611	P01VA000MB	01/11/2017	65992	230 * V
MHZ3984	P038F0001X	01/11/2017	65992	230 * V
MIN0597	54104526G	29/10/2017	65992	230 * V
MBU5613	54103988G	26/10/2017	65992	230 * V
MCR1113	P01V8000IG	31/10/2017	65992	230 * V
MBD0775	55519273F	29/09/2017	65992	230 * V
MFT2427	54103476G	03/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

Publicação Nº 1432836

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MHT2704	54306630N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMD4309	54307653N	13/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMH7948	54315046N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MJV1946	54105011G	27/10/2017	76251	ART	181,	XX
LYI9382	54103763G	04/10/2017	76252	ART	181,	XX
LYL3740	54104386G	01/11/2017	76252	ART	181,	XX
MEY2103	54104457G	03/10/2017	76331	ART	252,	UNICO
MIP6087	54104460G	03/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
QIC7048	54103758G	30/09/2017	76332	ART	252,	UNICO
MJZ8861	54102021G	02/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
AUR5994	54102687G	25/09/2017	76332	ART	252,	UNICO
MKN2554	54103945G	03/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
MEQ0171	54103515G	05/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
QIF8716	54102024G	04/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
MKZ3501	54103478G	05/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
MLO4596	54104711G	24/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
MKM3029	54103773G	28/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
MHP9966	54104378G	30/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
MJW0609	54104719G	01/11/2017	76332	ART	252,	UNICO
FIX2988	54103782G	01/11/2017	76332	ART	252,	UNICO
OLR8117	54104382G	01/11/2017	76332	ART	252,	UNICO
MHQ8548	54103553G	06/11/2017	76332	ART	252,	UNICO
MGI6249	P01V6000HR	04/11/2017	52070	169		
MJS7901	P01790002M	01/11/2017	52070	169		
MJO6270	54103829G	05/10/2017	52070	169		
MKM7984	P01V6000FQ	01/10/2017	52070	169		
MEX8428	54102764G	02/10/2017	53800	181	*	I
AMX9747	P01VA000KE	30/09/2017	54600	181	*	IX
MJY5992	54102673G	21/09/2017	55500	181	*	XVIII
LXE5465	54105032G	06/11/2017	55500	181	*	XVIII
MMI5826	P01V6000HJ	03/11/2017	55500	181	*	XVIII
MEG6191	54105025G	31/10/2017	55680	181	*	XIX
MJH9091	54101149G	29/10/2017	58350	195		
MGI6249	P01V6000HP	04/11/2017	58350	195		
MBU5613	54103990G	26/10/2017	58350	195		
MDN4548	54104152G	29/10/2017	58780	199		
MDP2619	54102767G	04/10/2017	58780	199		
QHT8262	54104475G	07/10/2017	58780	199		
MAT1471	54103426G	07/09/2017	61220	214	*	I
MII0465	54104414G	28/10/2017	68580	231	*	VII
MBU5613	54103991G	26/10/2017	69800	239		
MHG8821	P01VA000LO	05/10/2017	72340	250	*	I * a
ANL1886	P011F0008O	08/10/2017	72340	250	*	I * a
MIB4990	54101139G	27/10/2017	72930	251	*	I
LXV0843	P01V6000HH	02/11/2017	51851	167		
MAB7806	P01V6000GN	15/10/2017	51851	167		
MFK1235	54104586G	09/10/2017	51851	167		
MBY3508	54104359G	24/10/2017	51851	167		
DEF3599	54104379G	30/10/2017	51851	167		
MES5708	54104363G	26/10/2017	51851	167		
MFD5195	54103607G	28/10/2017	51851	167		
MAR1834	54104659G	03/10/2017	51851	167		
ANL1886	P011F0008N	08/10/2017	51851	167		
MIS9370	54104213G	07/10/2017	51851	167		
MFI1187	54102699G	27/09/2017	51851	167		
MEP1375	54103623G	03/11/2017	51851	167		
MIA2001	54103632G	05/11/2017	51851	167		
AEM8268	54103637G	05/11/2017	51851	167		
MAJ4514	54104384G	01/11/2017	51851	167		
DLA1765	54104986G	02/11/2017	51851	167		
MKM5210	54104380G	01/11/2017	51851	167		
KNN3770	54104381G	01/11/2017	51851	167		
DEZ3180	54104914G	29/10/2017	51852	167		

MFJ9716	54104455G	01/10/2017	54521	181	*	VIII	
MFN0645	54102974G	02/10/2017	54521	181	*	VIII	
MLM7137	54105010G	27/10/2017	54525	181	*	VIII	
MDA6374	54104352G	24/10/2017	54526	181	*	VIII	
MCM5907	54105034G	06/11/2017	54526	181	*	VIII	
QIN0943	54104395G	01/11/2017	60501	208			
MHG5010	P01790002P	03/11/2017	60501	208			
PVU8981	P01VA000KT	03/10/2017	60501	208			
KFW8277	P01V6000GI	15/10/2017	60503	208			
MJH9091	54101150G	29/10/2017	52583	174			
MGI6249	P01V6000HQ	04/11/2017	57970	191			
MJM2363	54103602G	30/10/2017	59320	203	*	II	
MJH9091	54101148G	29/10/2017	59670	203	*	V	
QJI1962	54104212G	03/10/2017	59670	203	*	V	
MHY7986	54103884G	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MBX1387	54104613G	19/09/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
LZW6563	54104617G	19/09/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MIN7100	54104343G	20/09/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJU7956	54104650G	21/09/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MKH8183	54104646G	21/09/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHT2704	54103762G	04/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJK9363	54104772G	26/09/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
DKV5373	54104959G	09/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MGF0695	54105061G	20/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
QID4542	54105052G	20/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
QIG7328	54105054G	20/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MLD2046	54105073G	23/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
QHS5179	54105080G	23/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MIM8850	54105071G	23/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJC8990	54105063G	23/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MIF0542	54105064G	23/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MBS1157	54105065G	23/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MBK3364	54105068G	23/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJB8086	54105092G	24/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MFI5688	54105095G	24/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MKQ5865	54105096G	24/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MLM3473	54105109G	26/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJB8086	54105101G	24/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MDC9577	54105103G	24/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
QIC4537	54105121G	26/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
APB8045	54105124G	26/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MKP0295	54105126G	26/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
LWX6481	54105134G	26/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MIB4990	54101138G	27/10/2017	55413	181*	XVII	c/	Lei13146
QIR1440	54102768G	06/10/2017	73662	252*	VI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAÇADOR**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2530/2017**

Publicação Nº 1432831

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8053 2530/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGN2167	P01IM000U0	21/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFV3248	P01Q0000RC	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
IBZ8573	P01Q0000SD	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
KLJ0152	P01Q0000SR	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHA2517	P01I7000UU	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHA2517	P01I7000UV	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
KLJ0152	P01Q0000SS	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFV3248	P01Q0000RD	17/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IGN2167	P01IM000U1	21/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CEZ0308	P01I9000U6	07/09/2017	64080	221	130.16
KLJ0152	P01Q0000SW	08/09/2017	69120	232	88.38
IGU1762	P01IM000UX	26/07/2017	69120	232	88.38
MAZ6631	P02PN0003A	10/09/2017	51691	165	2934.68
MMB4366	P02PN0000P	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
MKO3720	P02PL0001P	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
KLJ0152	P01Q0000SU	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXR5684	P01Q0000SA	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBW3701	P01Q0000OC	19/07/2017	66102	230 * VII	195.23
CZF3045	P02PL00025	27/08/2017	66102	230 * VII	195.23
KLJ0152	P01Q0000SV	08/09/2017	66102	230 * VII	195.23
ADP3922	P01PV000VM	09/09/2017	66102	230 * VII	195.23
CMJ2056	P01I7000UP	06/09/2017	66531	230 * XI	195.23
MBW3701	P01Q0000OB	19/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LXR5684	P01Q0000SB	30/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
KLJ0152	P01Q0000ST	08/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
CBA5166	P03BM0005H	13/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
ADP3922	P01PV000VL	09/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2531/2017

Publicação Nº 1432830

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2531/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLK9191	P02PN00024	25/08/2017	52070	169	88.38
AMK8332	P03BM0004K	29/08/2017	52070	169	88.38
MDE4757	P02PL0002U	09/09/2017	52070	169	88.38
MMA9345	P02PN0003N	13/09/2017	52070	169	88.38
MHA5074	P02PN0004E	13/09/2017	52070	169	88.38
MKL7078	P03BM00048	18/08/2017	55250	181 * XV	130.16
ASV7957	P02PL0000Z	30/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MBN9763	P01I9000PU	28/07/2017	55250	181 * XV	130.16
OKH7367	P02PN0003B	10/09/2017	57200	186 * I	195.23
FFV3385	P03BM0002Z	13/08/2017	58600	198	130.16
FFV3394	P03BM00030	13/08/2017	58600	198	130.16
MHR9960	P01I7000SA	29/07/2017	65300	228	195.23
MHA9358	P01PV000SD	30/07/2017	65300	228	195.23
QHU4519	P01PV000UQ	29/08/2017	65300	228	195.23
ACI1790	P01PV000V6	02/09/2017	65300	228	195.23
DEE5667	P01I9000U1	07/09/2017	65300	228	195.23
MKN7318	P01PV000VP	12/09/2017	65300	228	195.23
DTU6511	P01PS000QP	09/09/2017	65300	228	195.23
LYS9906	P02PK0003I	10/09/2017	65300	228	195.23
CRB6511	P01I9000U4	07/09/2017	65300	228	195.23
KKT3200	P02PL0002I	09/09/2017	65300	228	195.23
MCL5118	P02PL0002K	09/09/2017	65300	228	195.23
MHZ9471	P02PL0002M	09/09/2017	65300	228	195.23
EBT5899	P01PV000W7	18/09/2017	65300	228	195.23
LYB2147	P01IM000X7	12/09/2017	65300	228	195.23
MIV7597	P02PK0003V	12/09/2017	51851	167	195.23
CRB6511	P01I9000U2	07/09/2017	51851	167	195.23
MCK6322	P01I7000SO	04/08/2017	51851	167	195.23
ATV3904	P01I9000PQ	28/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
AFS4600	P01PV000UV	30/08/2017	56144	182 * V	195.23
MLY1891	P02PN00013	11/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2528/2017

Publicação Nº 1432833

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2528/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
INC4982	P01PS000U5	14/10/2017	75790	165 A
ACP6795	P02PN0007B	16/10/2017	50100	162 * I
LXX4527	P01IM00101	04/11/2017	50100	162 * I
ACX6658	P01Q0000W6	05/11/2017	50100	162 * I
LXX4527	P01IM00102	04/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ACP6795	P02PN0007C	16/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDW3600	P01I7000XG	01/11/2017	66020	230 * VI
LZS1412	P01I9000XP	05/11/2017	66020	230 * VI
JLX5855	P01PS000VC	03/11/2017	67690	230 * XXII
ACP6795	P02PN0007E	17/10/2017	67690	230 * XXII
LXA5085	P01PS000VH	04/11/2017	67690	230 * XXII
LWX8333	P02PN0006N	08/10/2017	69120	232
MBR8925	P01Q0000V2	07/10/2017	51691	165
MGZ3733	P01I9000WG	16/10/2017	51691	165
LXX4527	P01IM00103	04/11/2017	51691	165
LWX8333	P02PN0006O	08/10/2017	51692	165
MBR8925	P01Q0000V3	07/10/2017	65992	230 * V
MLX9609	P01IM000Z4	11/10/2017	65992	230 * V
LWX8333	P02PN0006M	08/10/2017	65992	230 * V
ACP6795	P02PN0007A	16/10/2017	65992	230 * V
MCT8831	P01PV000XX	03/11/2017	65992	230 * V
ACX6658	P01Q0000W5	05/11/2017	65992	230 * V
AJO6376	P02PL00055	02/11/2017	67261	230 * XVIII
ACP6795	P02PN0007D	17/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2529/2017

Publicação Nº 1432832

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8053 2529/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
INR4565	P02PN0005X	07/10/2017	52070	169
MCR1263	55803579F	28/10/2017	54010	181 * III
LZM8205	P03BM0007I	03/11/2017	55250	181 * XV
MFT3027	P01PS000UM	17/10/2017	57380	186 * II
JGC9463	55803802F	03/11/2017	61220	214 * I
MGM5326	P01I9000XT	05/11/2017	65300	228
MJA1117	P02PK0006P	03/11/2017	65300	228
MBF5219	P01I9000XJ	04/11/2017	65300	228
MCN1515	P02PL0004Y	31/10/2017	65300	228
LZS5452	P01PS000TO	08/10/2017	65300	228
AKB5568	P01PS000TW	10/10/2017	65300	228
HGO2959	P02PL00054	02/11/2017	51851	167
JLX5855	P01PS000VD	03/11/2017	51851	167
MIC5380	P01I9000XK	04/11/2017	51851	167
ASR4070	P02PK0006V	06/11/2017	51851	167
MBM5069	P01PS000VP	05/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QIF9135	55803413F	05/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAMBORIÚ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1901/2017

Publicação Nº 1432685

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1901/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCQ7322	P002300125	06/08/2017	50292	162* II	880.40
MBO9618	P00M4000V3	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHS1749	P0020000T5	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEU9749	P00M4000EV	22/01/2017	50100	162 * I	880.40
MEH9645	P00250011C	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFY1272	P0022000I7	10/07/2017	50450	162 * V	293.47
LYO9288	P00230012F	18/08/2017	50450	162 * V	293.47
QHD2109	P0029000Y2	10/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MEH9645	P00250011B	11/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGF9935	P0022000JB	05/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEU9749	P00M4000EW	22/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYO9288	P00230012G	18/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
QIE4136	P012Z001CA	09/09/2017	66450	230 * X	195.23
LYO9288	P00230012I	18/08/2017	69120	232	88.38
MIQ6999	P00M4000FI	24/01/2017	69120	232	88.38
MIF9991	P0029000NA	15/02/2017	73400	252 * IV	130.16
MEH9645	P00250011D	11/09/2017	73400	252 * IV	130.16
EUE3854	P0022000IM	22/07/2017	51691	165	2934.68
DJR5855	P0022000J8	05/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBO9618	P00M4000V4	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIC4369	P0020000T6	09/09/2017	66371	230 * IX	195.23
AMW2670	P0020000S1	31/07/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1902/2017

Publicação Nº 1432684

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1902/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJA6018	P0029000FT	25/01/2017	52070	169	88.38
QHO2294	54505546F	02/02/2017	52070	169	88.38
MIZ5673	54506213F	24/08/2017	52070	169	88.38
MIP9901	54506218F	11/09/2017	52070	169	88.38
MLA2079	P002500118	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKB3120	P0029000Y1	06/09/2017	57380	186 * II	293.47
MCN1518	P00M4000UU	04/08/2017	73740	253	293.47
OXA8759	54506417F	29/04/2017	51851	167	195.23
HGP4061	P002A000PE	18/01/2017	51851	167	195.23
MII4744	P0029000MN	15/02/2017	51851	167	195.23
MHS9915	P002B00016	09/02/2017	51852	167	195.23
MLQ0612	P02TC00001	22/06/2017	54521	181 * VIII	195.23
MEC8379	54506586F	12/07/2017	58194	193	880.40
MIZ5673	54506212F	24/08/2017	60501	208	293.47
LYO9288	P00230012H	18/08/2017	70561	244 * III	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1899/2017

Publicação Nº 1432687

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8194 1899/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGL4013	P0022000N6	31/10/2017	50100	162 * I
AQT4215	P00M4000WV	01/11/2017	69120	232
CEW0818	P00M4000WR	30/10/2017	69120	232
CZL4350	P00250012C	12/10/2017	51691	165
MGL4013	P0022000N3	31/10/2017	65992	230 * V
AQT4215	P00M4000WU	01/11/2017	65992	230 * V
QIT0816	P0022000KO	19/09/2017	66531	230 * XI
MMJ1043	P0022000LI	07/10/2017	66532	230 * XI
MKN8382	P0020000TJ	18/09/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1900/2017

Publicação Nº 1432686

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8194 1900/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIM9954	P0029000YV	29/09/2017	76252	ART 181, XX
ARS8660	P0029000Y8	18/09/2017	76331	ART 252, UNICO
MIL3493	P0029000Y9	18/09/2017	52070	169
BJO8653	P0022000M3	09/10/2017	55250	181 * XV
IPJ1052	P0022000KG	19/09/2017	57380	186 * II
DIK1109	P0022000KJ	19/09/2017	57380	186 * II
QHP8156	P0022000KM	19/09/2017	57380	186 * II
NJH5431	P0022000LY	07/10/2017	57380	186 * II
MHR7738	P002500124	05/10/2017	51851	167
MMJ1043	P0022000LJ	07/10/2017	58434	196
QHG3826	P0029000ZR	05/11/2017	69471	235
ALZ9607	P02TC00004	15/09/2017	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAMPO ALEGRE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 733/2017

Publicação Nº 1432573

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 733/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AYY8654	P01OS000OG	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
AEV9360	P01OS000OJ	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MBR7698	P01OS000OO	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
IKY7843	P01OS000RY	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
IKY7843	P01OS000S0	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AEV9360	P01OS000OK	30/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYJ9704	P01OS000RL	06/09/2017	69120	232	88.38

MAK7934	P01OS000OI	28/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MCM5088	P01OS000QV	29/08/2017	57461	187	*	I	130.16
LYJ9704	P01OS000RJ	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AEV9360	P01OS000OL	30/07/2017	65992	230	*	V	293.47
AYY8654	P01OS000OH	26/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MBR7698	P01OS000OQ	01/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
LYJ9704	P01OS000RM	06/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
LYJ9704	P01OS000RK	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
IKY7843	P01OS000RZ	09/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBR7698	P01OS000OP	01/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 732/2017

Publicação Nº 1432574

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 732/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZG6718	P01OS000TN	11/10/2017	50100	162 * I
LZG6718	P01OS000TO	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMD9761	P01OS000WQ	03/11/2017	54870	181 * XI
LZK8772	P01OS000U6	12/10/2017	55500	181 * XVIII
MDT5860	P01OS000U8	12/10/2017	55500	181 * XVIII
HGO2927	P01OS000UM	12/10/2017	55500	181 * XVIII
AJL0013	P01OS000V9	15/10/2017	67690	230 * XXII
KAL1189	P01OS000TL	11/10/2017	51851	167
AJL0013	P01OS000VA	15/10/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO DE POLICIA

CAMPO ERÊ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 995/2017

Publicação Nº 1432636

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 995/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIX0310	54293965N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCJ5520	54293967N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MBQ4552	54293969N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
MDB7347	P02DI0006Z	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
MDB7347	P02DI0006Y	23/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDB7347	P02DI0006X	23/07/2017	51691	165	2934.68
AWT2713	P02DI00071	24/07/2017	51851	167	195.23
AUL6869	P02DI00073	24/07/2017	51851	167	195.23
QJC6666	P02DJ00026	15/07/2017	51851	167	195.23
MBT4592	P02DJ0002Q	20/07/2017	51851	167	195.23
MKP1223	P02DI00081	28/08/2017	51852	167	195.23
AHQ7414	P02DI0006Q	19/07/2017	65992	230 * V	293.47
MDB7347	P02DI00070	23/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 994/2017

Publicação Nº 1432637

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8256 994/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIG9123	P02DJ0004P	02/11/2017	50100	162 * I
QIG9123	P02DJ0004R	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IJR7015	P02DI00097	10/10/2017	61220	214 * I
MIF3132	P02DI0009B	16/10/2017	61220	214 * I
DIK0356	P02DI0009D	16/10/2017	51851	167
ADU1353	P02DI0008S	04/10/2017	51851	167
IIB3393	P02DJ00046	14/10/2017	51851	167
EEM6284	P02DJ00048	14/10/2017	51852	167
MIF3132	P02DI0009A	16/10/2017	60502	208
EPH3705	P02DI00094	10/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

CAMPOS NOVOS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1709/2017**

Publicação Nº 1432771

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8100 1709/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE3037	P01FA000J3	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
DBG8186	P01FA000JH	03/08/2017	50100	162 * I	880.40
CFO4860	P01FA000L6	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBR2866	P01FA000LT	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
ILN2686	P00Y9000RL	12/09/2017	50100	162 * I	880.40
ILN2686	P00Y9000RK	12/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBR2866	P01FA000LV	05/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CFO4860	P01FA000L7	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAE3037	P01FA000J4	30/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IPM8513	P01FA000MH	13/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MFP1484	P00Y9000RR	14/09/2017	69120	232	88.38
JVL7899	P01FA000CB	19/02/2017	51691	165	2934.68
MBR2866	P01FA000LS	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
IJV6552	P00Y9000RI	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFR0011	P01FA000MG	13/09/2017	66102	230 * VII	195.23
DBG8186	P01FA000JI	03/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100
1710/2017**

Publicação Nº 1432770

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8100 1710/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EYS9122	P00Y9000RM	12/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MBD8163	P01FA000HM	20/06/2017	55250	181 * XV	130.16
LYB0739	P00Y9000P7	29/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MCW5417	P00Y9000R5	08/09/2017	61220	214 * I	293.47
MJT3063	P01FA000J8	30/07/2017	65300	228	195.23
MCE0508	P00Y9000RO	14/09/2017	51851	167	195.23
MHQ6288	P01FB0005O	18/09/2017	51851	167	195.23
MKB7190	P01FB0005U	18/09/2017	51851	167	195.23
MCE0508	P00Y9000RP	14/09/2017	51852	167	195.23
MAD6173	P00Y9000RN	14/09/2017	60501	208	293.47
LXN3627	P01FA000LF	29/08/2017	70561	244 * III	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1707/2017

Publicação Nº 1432773

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1707/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKO5579	P00Y80009U	02/11/2017	50100	162 * I
MDX0547	P00Y9000TV	03/11/2017	50450	162 * V
AKO5579	P00Y80009V	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDX0547	P00Y9000TW	03/11/2017	50371	162 * III
AFM1281	P01FA000P2	14/10/2017	51691	165
AKO5579	P00Y80009Q	02/11/2017	65992	230 * V
MDX0547	P00Y9000TU	03/11/2017	65992	230 * V



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1708/2017

Publicação Nº 1432772

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8100 1708/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MJO7432	P00Y8000A8	06/11/2017	54600	181 * IX
MJT7990	P01FA000OE	05/10/2017	55250	181 * XV
AKO5579	P00Y80009R	02/11/2017	58350	195
MKU0921	P01FB0005B	29/08/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

CANELINHA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8145 926/2017**

Publicação Nº 1432724

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8145 926/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDT4614	P02ST0000N	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXX0137	P02ST00011	13/09/2017	50450	162 * V	293.47
AXS7083	P02ST0000Q	08/09/2017	51851	167	195.23
BVY8781	54635420E	07/07/2017	65992	230 * V	293.47
AFV8171	P02ST00006	12/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDT4614	P02ST0000M	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXX0137	P02ST00010	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGY3086	P02ST0000X	12/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 925/2017

Publicação Nº 1432725

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8145 925/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ISS2646	P01KB001S5	04/10/2017	58350	195
MFA3631	P02ST0003K	16/10/2017	51851	167
MGM3450	P02ST0003L	16/10/2017	51851	167
LYH0584	P02ST0003P	17/10/2017	51851	167
MCD6707	P02ST00022	27/09/2017	51851	167
QIA8904	P02ST00023	27/09/2017	51851	167
MEZ2876	P02ST0002I	01/10/2017	51851	167
MFW2804	P02ST0002O	01/10/2017	51851	167
ISS2646	P01KB001S6	04/10/2017	58191	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

CANOINHAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2166/2017

Publicação Nº 1432827

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2166/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LZE0551	P01IF000I9	28/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFS7521	P01IF000IR	31/07/2017	50100	162 * I	880.40
ACH2598	P01IF000OB	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHU1940	P02O60001I	29/07/2017	50450	162 * V	293.47
LZE0551	P01IF000IA	28/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

ACH2598	P01IF000OD	09/09/2017	51180	164	c/c 162 * I	880.40
MBQ3086	P01IF000O7	08/09/2017	64080	221		130.16
LZE0551	P01IF000IC	28/07/2017	64080	221		130.16
AJO7521	P01IF000MZ	03/09/2017	66610	230	* XII	195.23
CDB8893	P01GY0002S	26/08/2017	69120	232		88.38
CDB8893	P01GY0002R	26/08/2017	51691	165		2934.68
MFS7521	P01IF000IS	31/07/2017	51691	165		2934.68
LZY3120	55614241F	05/07/2017	64322	223		195.23
LZY3120	55614240F	05/07/2017	65992	230	* V	293.47
LZE0551	P01IF000I8	28/07/2017	65992	230	* V	293.47
MHU1940	P02O60001J	29/07/2017	65992	230	* V	293.47
MHY8951	P01IF000IM	30/07/2017	65992	230	* V	293.47
MBA1593	P01IF000IN	30/07/2017	65992	230	* V	293.47
AJX8119	P01IF000NY	08/09/2017	65992	230	* V	293.47
MBQ3086	P01IF000O6	08/09/2017	65992	230	* V	293.47
ACH2598	P01IF000OA	09/09/2017	65992	230	* V	293.47
ALD9973	P01IF000OV	12/09/2017	65992	230	* V	293.47
MBA1593	P01IF000IO	30/07/2017	66102	230	* VII	195.23
LZY3120	55614242F	05/07/2017	66371	230	* IX	195.23
MBA1593	P01IF000IQ	30/07/2017	66371	230	* IX	195.23
AGM3090	P01H10008U	05/09/2017	66371	230	* IX	195.23
AJO7521	P01IF000NO	03/09/2017	66372	230	* IX	195.23
LZE0551	P01IF000IB	28/07/2017	67261	230	* XVIII	195.23
MBA1593	P01IF000IP	30/07/2017	67261	230	* XVIII	195.23
AGM3090	P01H10008T	05/09/2017	67261	230	* XVIII	195.23
CDB8893	P01GY0002P	26/08/2017	52742	175		2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2167/2017

Publicação Nº 1432826

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2167/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AGM3090	P01H10008R	05/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MHJ9353	P01IF000KK	20/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MFR4401	55614160F	25/07/2017	52070	169	88.38
AGY9651	P01IF000KF	18/08/2017	54790	181 * X	130.16
ABA2104	P01H100093	07/09/2017	54790	181 * X	130.16
MGB3369	P01IF000OW	12/09/2017	54790	181 * X	130.16
QIP9794	55468686F	25/07/2017	57380	186 * II	293.47
QIP9794	55468687F	25/07/2017	58350	195	195.23
AMZ6218	P01IF000IE	29/07/2017	61810	215 * II	195.23
AJO7521	P01IF000NE	05/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
DHV0620	P01IF000O5	08/09/2017	51851	167	195.23
MGE0725	P01IF000OX	12/09/2017	51851	167	195.23
MEV2171	P01IF000OY	12/09/2017	51851	167	195.23
LXI2571	P01GC000NC	26/07/2017	51851	167	195.23
LZY3120	55614239F	05/07/2017	51851	167	195.23
AJO7521	P01IF000ND	05/09/2017	51852	167	195.23
LXT8117	P02O60002O	01/09/2017	54281	181 * V	293.47
MBV2974	P01IF000HV	22/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
AGM3090	P01H10008S	05/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MLH6554	P01IF000NZ	08/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2164/2017

Publicação Nº 1432829

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2164/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MLJ7059	P01H1000AC	12/10/2017	75790	165 A
MEF0891	P01GC000P3	04/11/2017	50100	162 * I

MBG5361	P01GC000OW	03/11/2017	50450	162 * V
MAB0281	54799778E	07/10/2017	50450	162 * V
MEF0891	P01GC000P4	04/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHO8565	P01IF000RU	04/11/2017	51691	165
MKJ9582	P01H00007G	03/11/2017	65992	230 * V
MBG5361	P01GC000OV	03/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2165/2017

Publicação Nº 1432828

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2165/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIG3523	P01IF000Q3	15/10/2017	76252	ART 181, XX
MKT3559	P01H00007H	03/11/2017	76252	ART 181, XX
MEG1148	P01H00006A	16/10/2017	52070	169
ATI3410	P01IF000R5	30/10/2017	53800	181 * I
LWS0090	P01H000075	03/11/2017	54600	181 * IX
MKR4784	P01IF000Q8	17/10/2017	61810	215 * II
MLU8795	P01H00006E	16/10/2017	51851	167
MEG1148	P01H00006B	16/10/2017	58432	196
MHW8546	P01H10009W	06/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QIM7385	P01IF000PK	10/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AQH2989	P02060003W	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGC9441	P02060004T	30/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
BPP0865	55468737F	23/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AHU2323	55468645F	31/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAPINZAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1945/2017

Publicação Nº 1432629

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8266 1945/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGE3768	P00VD000YI	25/08/2017	51691	165	2934.68
BGG2239	P00VD000Y7	21/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MDI5885	P00VD000YQ	28/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1946/2017

Publicação Nº 1432628

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8266 1946/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCL1213	54500878F	30/08/2017	52070	169	88.38
LYL0474	P00VD000XO	09/08/2017	58600	198	130.16
MDI5885	P00VD000YR	28/08/2017	58780	199	130.16
BHC4923	P00VD000YA	22/08/2017	65300	228	195.23
ALS8168	P00VE00118	04/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHU8910	P00VE0011H	08/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MJM4755	P00VE000YF	21/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIU8312	P00VE0010D	22/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJQ5603	P00VE00111	31/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1943/2017

Publicação Nº 1432631

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8266 1943/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFZ8561	P00VD00142	28/10/2017	50100	162 * I
MKW6956	P00VD0014I	03/11/2017	50100	162 * I
LYB0603	P00VD0014R	05/11/2017	50100	162 * I
MFL2078	P01KJ00086	08/10/2017	50450	162 * V
MFL2078	P01KJ00087	08/10/2017	50960	163 c/c 162 * V
LYB0603	P00VD0014S	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MKW6956	P00VD0014J	03/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ASS0307	P00VD0013Y	28/10/2017	67690	230 * XXII
LYB0603	P00VD0014U	05/11/2017	51691	165
MFL2078	P01KJ00083	08/10/2017	65992	230 * V
IHZ8040	P00VD0012G	11/10/2017	65992	230 * V
MAK1717	P02W100001	16/10/2017	65992	230 * V
MFZ8561	P00VD00143	28/10/2017	66372	230 * IX
LYB0603	P00VD0014T	05/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1944/2017

Publicação Nº 1432630

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1944/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDN1429	P00VD0014B	31/10/2017	57380	186 * II
IUX2726	P00VD0014M	04/11/2017	65300	228
MMB3440	P00VE00137	05/10/2017	65300	228

IBB4213	P00VD0014P	04/11/2017	51851	167	
MDC2876	P00VD0011Z	09/10/2017	54521	181	* VIII
MFL2078	P01KJ00084	08/10/2017	70301	244	* I
MFL2078	P01KJ00085	08/10/2017	70481	244	* II
MKI6488	P00VD00128	09/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MLP3594	P00VE0013P	10/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MIO3258	P00VE0014H	30/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
LYC5895	P00VD0012M	16/10/2017	73662	252	*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER
DIRETOR DE TRANSITO

CATANDUVAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8346 859/2017

Publicação Nº 1432583

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8346 859/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKF1094	P00Y10004I	01/09/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 858/2017

Publicação Nº 1432584

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8346 858/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GZV1849 P00Y00008V 27/10/2017 54870 181 * XI
CCO1541 P02W00009W 05/11/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

CELSO RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8498 99/2017

Publicação Nº 1432502

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8498 99/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCW1196 P03EJ00007 09/10/2017 51930 168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CELSON RAMOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

CHAPADÃO DO LAGEADO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8719 190/2017

Publicação Nº 1432452

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8719 190/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MFD9970 P02S100006 01/08/2017 50100 162 * I 880.40

MFD9970 P02S100008 01/08/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPADAO DO LAGEADO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8719 189/2017

Publicação Nº 1432453

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8719 189/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGI7170	P03P00000E	26/09/2017	50450	162 * V
MAJ7640	P03P00000K	28/10/2017	52070	169
MAJ7640	P03P00000I	28/10/2017	58350	195
MAJ7640	P03P00000J	28/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPADAO DO LAGEADO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2608/2017

Publicação Nº 1432869

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8028 2608/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILP4324	P02UT00048	08/09/2017	50292	162* II	880.40
CQK6751	P02VD00036	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
MBJ1301	P017Q001WZ	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
MEC8330	P02QN00076	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MCH0503	P038H0006C	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MDP7383	P017Q001W9	06/09/2017	75790	165 A	2934.68
MBN6073	P017Q001WF	07/09/2017	75790	165 A	2934.68
QIM9842	P019O000DE	26/08/2017	75790	165 A	2934.68
MDY6045	P02T2000SF	20/08/2017	75790	165 A	2934.68
EEN3612	P02T2000XY	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
QHM6547	P02VD0003E	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
QHF2098	P017Q001XI	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MDL7346	P02QN00071	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBU6784	P019P000BA	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
CRC9220	P02QN0007E	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDI2720	P017S000E2	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIC1033	P02UT0004I	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKB5855	P017Q001YT	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
BMI6588	P02T2000ZN	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFY7253	P02T2000O3	04/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEI2258	P02T2000OU	08/08/2017	50100	162 * I	880.40
ANB2994	P02T2000QP	15/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFN6891	P019P000AH	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCJ7537	P02QO0006V	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
QID6470	P02VC00094	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWT8863	54171229G	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIB2622	P017P0008O	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYU9192	P01II00054	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
HQU6247	P02UT0002L	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
APT4602	P019Q00045	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MJL0572	P03DG0000N	31/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFF4994	P02RJ00029	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGF9433	P02UT0003P	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
JXZ3765	P01HA000IT	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAE3695	P017S000DK	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
APD5815	P02YB0000S	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHN9082	P030R0001L	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYG8358	P02VF0004H	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEG4018	P02VF0004M	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEN1788	P02VF00056	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCH0503	P038H0006A	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
CQK6751	P02VD00035	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDU1704	P017S000E0	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
COT3761	P017Q001VN	05/09/2017	50450	162 * V	293.47
MJX5932	P017Q001TM	30/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFC9221	P02T2000NF	01/08/2017	50450	162 * V	293.47
IJJ0642	54171878G	20/07/2017	50450	162 * V	293.47
CYP2087	P02VF0003K	12/08/2017	50450	162 * V	293.47
QID2221	P01HA000H0	15/08/2017	50450	162 * V	293.47
MIJ1122	P02UT0004D	12/09/2017	50450	162 * V	293.47
MIC1033	P02UT0004J	17/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BMI6588	P02T2000ZO	18/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

CRC9220	P02QN0007F	11/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
ANB2994	P02T2000QQ	15/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
JXZ3765	P01HA000IU	31/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MHN9082	P030R0001N	02/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MEG4018	P02VF0004N	05/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
LYG8358	P02VF0004J	04/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
ILZ2422	P02T2000X1	06/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MDL7346	P02QN00070	09/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MCH0503	P038H0006B	10/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
ILO7858	P02VC0006R	15/08/2017	64080	221					130.16
MCG3446	P01HA000HG	16/08/2017	66020	230	*	VI			293.47
MAI8350	P02VD0002I	22/08/2017	66020	230	*	VI			293.47
IXH3095	P02T2000IB	12/07/2017	66020	230	*	VI			293.47
MHX8210	P02QN0003P	12/07/2017	66020	230	*	VI			293.47
BBB1142	P019O000DZ	04/09/2017	66020	230	*	VI			293.47
MHX6161	P017Q001W7	06/09/2017	66700	230	*	XIII			195.23
INA6398	P019O000EF	10/09/2017	66700	230	*	XIII			195.23
QHQ1171	P02VC0008Y	28/08/2017	67000	230	*	XVI			195.23
MEI2258	P02T2000OO	08/08/2017	67690	230	*	XXII			130.16
MCI3803	P02T2000WV	06/09/2017	67690	230	*	XXII			130.16
MEG4018	P02VF0004O	05/09/2017	67690	230	*	XXII			130.16
MAX5350	P02T2000Y7	10/09/2017	67690	230	*	XXII			130.16
MHQ0515	P017Q001Y8	14/09/2017	67690	230	*	XXII			130.16
ILZ2422	P02T2000X3	06/09/2017	69120	232					88.38
IJO1105	P02QN0001V	09/06/2017	69120	232					88.38
HHZ6756	P017Q001KI	03/08/2017	69120	232					88.38
MFC9221	P02T2000NG	01/08/2017	73400	252	*	IV			130.16
MEE4825	P03DG0004L	05/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
QHV1161	P02VF00052	05/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MKB5855	P017Q001YS	18/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MDL7346	P02QN0006Y	09/09/2017	51691	165					2934.68
MJL2064	P017P0002Q	14/04/2017	51691	165					2934.68
MAI8350	P02VD0002J	22/08/2017	65561	230	*	I			293.47
MFI2246	P019O000DQ	04/09/2017	65561	230	*	I			293.47
MIJ1122	P02UT0004C	12/09/2017	65561	230	*	I			293.47
MBU6784	P019P000B9	11/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MKB5855	P017Q001YR	18/09/2017	65992	230	*	V			293.47
CRC9220	P02QN0007D	11/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MDI2720	P017S000E1	11/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MDK1645	P02VF0005M	12/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LXZ4444	P017Q001UX	04/09/2017	65992	230	*	V			293.47
APD5815	P02YB0000T	01/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MAE3695	P017S000DM	31/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MGW2342	P02T2000WM	05/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MEN1788	P02VF00055	05/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MHN9082	P030R0001M	02/09/2017	65992	230	*	V			293.47
ANV2073	P030R0001Z	04/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MDL7346	P02QN0006Z	09/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MCH0503	P038H0006D	10/09/2017	65992	230	*	V			293.47
ILP4324	P02UT00049	08/09/2017	65992	230	*	V			293.47
CQK6751	P02VD00034	09/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MDU1704	P017S000DY	08/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MEX3406	P017Q001W2	05/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MHC8155	P01HA000J9	06/09/2017	65992	230	*	V			293.47
HAO4829	P01HA000HC	16/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MCJ7537	P02QO0006W	28/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MLO1018	P02VF0004C	30/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MBC1845	P019O000DD	25/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MGF9433	P02UT0003O	26/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MHT5595	P02T2000P4	08/08/2017	65992	230	*	V			293.47
BGP4502	P01HA000E8	13/07/2017	65992	230	*	V			293.47
MBS7987	P02T2000KD	19/07/2017	65992	230	*	V			293.47
MAS7840	P02QN0004B	24/07/2017	65992	230	*	V			293.47

HQU6247	P02UT0002J	22/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MFC9221	P02T2000NE	01/08/2017	65992	230	*	V	293.47
IJJ0642	54171879G	20/07/2017	65992	230	*	V	293.47
QHA4842	P02T2000N6	01/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MFF4994	P02RJ00028	01/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MIS8124	P03DG0000B	31/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MFC9221	P02T2000NI	01/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
IBL4452	P019P000AI	21/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
AJC6835	P038H00065	09/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MBJ1301	P017Q001WY	09/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MFT8203	P01HA000I6	31/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
DBE1104	P017Q001XS	10/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MIN9591	P019O000EB	10/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MHQ0515	P017Q001Y6	14/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
CAY6270	P017Q001TW	31/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
ANV2073	P030R00020	04/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MEN1788	P02VF00057	05/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
QHV1161	P02VF00053	05/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
CQK6751	P02VD0003A	09/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MEX3406	P017Q001W1	05/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
IBL4452	P02VD0002B	21/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MIB2622	P017P0008Q	30/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MJW2235	P017Q001MB	08/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MJL0572	P03DG0000O	31/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
ILO7858	P02VC0006Q	15/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
ANB2994	P02T2000QS	15/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MJD1457	P017Q001L1	03/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
BOU4889	P02VC0004G	26/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
IJJ0642	54171880G	20/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
HQU6247	P02UT0002K	22/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
LYU9192	P01II00052	22/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
MDG3703	P02T2000KF	19/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
IXH3095	P02T2000IA	12/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
MBS7987	P02T2000KE	19/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
ABU4772	P01HA000F5	13/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
LYU9192	P01II00053	22/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
BOU4889	P02VC0004I	26/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
MIS8124	P03DG0000C	31/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
MFC9221	P02T2000NJ	01/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MDS2066	P017Q001JZ	01/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
ANB2994	P02T2000QT	15/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
IHI7428	P01HA000H5	15/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MGO2350	P019P000A2	21/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MFN6891	P019P000AG	21/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
LYY4929	P01HA000GT	15/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
IFI9759	P03DG00038	21/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MAI8350	P02VD0002K	22/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MCI3803	P02T2000WU	06/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
BAB1957	P01HA000JA	06/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MBN6073	P017Q001WE	07/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
ILV5648	P017Q001WP	08/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
AJC6835	P038H00064	09/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MEX3406	P017Q001W0	05/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
AEW6436	P01HA000IE	31/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
BBB1142	P019O000E0	04/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MHQ0515	P017Q001Y7	14/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MIN0017	P038H0006H	12/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MAX5350	P02T2000Y6	10/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
DBE1104	P017Q001XT	10/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MIN9591	P019O000EC	10/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIC1033	P02UT0004L	17/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AEW6436	P01HA000ID	31/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ILZ2422	P02T2000X2	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

MXH6161	P017Q001W8	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ABU4772	P01HA000F4	13/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ANB2994	P02T2000QU	15/08/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2609/2017

Publicação Nº 1432868

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2609/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMC6374	54295735N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCU5570	54295736N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLD1787	54295737N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
OAV4270	P019R0005B	06/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
AKE3753	P030R0001V	03/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
ARE4833	P02VF0005O	12/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MCB2376	P02T2000Z0	18/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHF1230	P02VF0005G	05/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
IUX7138	P02RI0003K	14/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AHU9440	P02VC0003P	20/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
NTB3675	P02VC0007C	17/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ANB2994	P02T2000QV	15/08/2017	52070	169	88.38
QHJ7189	P02VC000AB	10/09/2017	52070	169	88.38
MAS7840	P02QN0004A	24/07/2017	54100	181 * IV	130.16
MIX7690	P02QO0005X	18/08/2017	56650	182 * X	130.16
MBJ7393	P017S000BP	17/08/2017	57200	186 * I	195.23
APD5815	P02YB0000U	02/09/2017	57200	186 * I	195.23
QIG2252	P01HA000I4	31/08/2017	57200	186 * I	195.23
ANB2994	P02T2000QW	15/08/2017	58350	195	195.23
QHF2098	P017Q001XJ	10/09/2017	58350	195	195.23
CQK6751	P02VD00038	09/09/2017	61220	214 * I	293.47
CGZ5747	P030R0002B	10/09/2017	65300	228	195.23

MJB2992	P030R0002D	10/09/2017	65300	228		195.23
MHZ5522	P030R0002F	10/09/2017	65300	228		195.23
MBN6073	P017Q001WH	07/09/2017	65300	228		195.23
MFT8203	P01HA000I5	31/08/2017	65300	228		195.23
IAW2731	P019P000AW	27/08/2017	65300	228		195.23
MIH5599	P02UT0003M	26/08/2017	65300	228		195.23
CID4217	P017Q001IR	28/07/2017	65300	228		195.23
MJO9498	P02VF0002K	16/07/2017	65300	228		195.23
ITH2021	P02QN0004N	29/07/2017	65300	228		195.23
AIF3749	P02QN00051	29/07/2017	65300	228		195.23
IQG3790	P03DG0000X	31/07/2017	51851	167		195.23
MFC9221	P02T2000NH	01/08/2017	51851	167		195.23
MDF6911	P017Q001LW	07/08/2017	51851	167		195.23
MES9035	P03DG0001Y	09/08/2017	51851	167		195.23
AHP7469	P03DG00020	09/08/2017	51851	167		195.23
MEO3420	P02VD0001V	10/08/2017	51851	167		195.23
INM8304	P017Q00100	11/08/2017	51851	167		195.23
IVX8663	P01HA000F6	13/07/2017	51851	167		195.23
IOU2167	P01HA000F9	13/07/2017	51851	167		195.23
MCT2609	P017Q001FE	13/07/2017	51851	167		195.23
MCC1588	P02RI00043	28/07/2017	51851	167		195.23
MCQ4030	P038H0000C	20/07/2017	51851	167		195.23
ITK3726	P02VC00036	19/07/2017	51851	167		195.23
CPL7198	P02T2000VT	31/08/2017	51851	167		195.23
IAW2731	P019P000AV	27/08/2017	51851	167		195.23
AHG6202	P02VC0008H	28/08/2017	51851	167		195.23
BGY6836	P02VC0008L	28/08/2017	51851	167		195.23
IRT4003	P02VC0008R	28/08/2017	51851	167		195.23
MKS9322	P03DG0002H	16/08/2017	51851	167		195.23
MKZ5294	P02VF00045	19/08/2017	51851	167		195.23
MJD7439	P03DG00048	31/08/2017	51851	167		195.23
CPL7198	P038H00054	31/08/2017	51851	167		195.23
MIK8580	P038H00058	31/08/2017	51851	167		195.23
MHK2280	P03DG0004D	31/08/2017	51851	167		195.23
ONQ4503	P02RI0006D	01/09/2017	51851	167		195.23
DXU9977	P038H0005R	05/09/2017	51851	167		195.23
LYZ5127	P03DG00053	05/09/2017	51851	167		195.23
MEY5836	P02VC0009Q	04/09/2017	51851	167		195.23
AJO0431	P017Q001VH	05/09/2017	51851	167		195.23
ALS2267	P038H0005H	05/09/2017	51851	167		195.23
MFO9417	P038H0005O	05/09/2017	51851	167		195.23
CGZ5747	P030R0002C	10/09/2017	51851	167		195.23
CQK6751	P02VD00039	09/09/2017	51851	167		195.23
INA6398	P019O000ED	10/09/2017	51851	167		195.23
MEO3810	P030R0002H	10/09/2017	52312	172		130.16
MJB2992	P030R0002J	10/09/2017	52312	172		130.16
LYX3467	P02UT0004B	10/09/2017	54282	181	* V	293.47
QHS1923	P01II00079	29/08/2017	54284	181	* V	293.47
FEX4945	P030R0001F	26/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MFN3453	P02T2000OX	08/08/2017	58197	193		880.40
MKX8677	P02VC0009J	04/09/2017	58197	193		880.40
MIB2622	P017P0008R	30/08/2017	60412	207		195.23
MGY3045	P03DG00042	29/08/2017	60501	208		293.47
QHA6410	P03DG0004V	05/09/2017	60501	208		293.47
IOI4165	P02QO00076	10/09/2017	60501	208		293.47
ANV2073	P030R00021	04/09/2017	70481	244	* II	293.47
APD5815	P02YB0000R	01/09/2017	70562	244	* III c/c õ1\$	130.16
CQK6751	P02VD00037	09/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MCM2330	P02RI0006H	04/09/2017	73662	252*VI		130.16
MIZ2054	P02UT0003X	30/08/2017	73662	252*VI		130.16
QHA3676	P017S000E6	13/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2035/2017

Publicação Nº 1432469

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2035/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAQ1426	55866287E	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGC5959	55866282E	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
AFM3713	55865090E	25/07/2017	50100	162 * I	880.40
MAQ1426	55866288E	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFF7119	55866281E	17/08/2017	66532	230 * XI	195.23
IJC4599	55866280E	18/08/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2036/2017

Publicação Nº 1432468

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - - 280810

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8655 2036/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK0250	54293296N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKP7058	54293299N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDB2153	54293300N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIG5469	54293312N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGZ6628	54293318N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHN9883	54293319N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIM0787	54281392N	27/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKP7058	54295834N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKR9260	54295835N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJD3216	54295836N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKG8057	54295837N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLS8716	54295841N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJK6662	54295846N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHU2507	54295852N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGY8080	54295853N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJK6524	54295854N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLG9456	54295856N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJQ8019	54295859N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHQ7315	54295860N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHI4781	54295863N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKB5958	54295865N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJN8790	54282353N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJH3393	54288521N	15/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKB3977	55866295E	12/09/2017	54600	181 * IX	130.16
AAA2134	55865359E	08/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MEJ6734	55865394E	30/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDA9270	55865309E	12/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIM6404	55865397E	05/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
GVE3594	55865331E	30/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
LXN0157	55865243E	12/09/2017	58350	195	195.23
KOT6867	55865222E	25/07/2017	58350	195	195.23
HMB5935	55865199E	09/08/2017	51851	167	195.23
MHH6169	55865443E	08/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
NEK5916	55181776F	08/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKV4425	55181786F	08/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHL5064	55181809F	09/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MI10646	55176923F	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EEZ3090	55176971F	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIT6377	55176975F	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJP2844	55176976F	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFB5444	55176994F	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKI3257	55178300F	27/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKU0274	55178350F	28/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MKO2343	55178361F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI2743	55178418F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NQR6083	55178427F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX3777	55178489F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIC7802	55178535F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LNU9280	55178582F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AUQ2395	55178620F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFL6540	55178623F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KYV2321	55178661F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALK6756	55178762F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF0920	55178768F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MML9448	55178793F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY6161	55178794F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX3777	55178805F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF0920	55178881F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZW0159	55178893F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEO9605	55178923F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLP1301	55178931F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEB6032	55178935F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHZ8835	55178936F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEO9605	55178947F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IUM9635	55178979F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF9555	55178994F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHN9686	55179066F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHW4168	55179068F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY6161	55179083F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDD7520	55179095F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179129F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKO6274	55179148F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179164F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179218F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179226F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179249F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179268F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHM0979	55179280F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179289F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55179306F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MVS7346	55179351F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAK2896	55179352F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCM3722	55179363F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISW6864	55179389F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF6026	55179411F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ITP0319	55179421F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDS4739	55179474F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDK7889	55179505F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJA2729	55179554F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJA2729	55179591F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ATF3493	55179617F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QII0146	55179630F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIK4011	55179633F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIK4011	55179656F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DDX9554	55179660F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALB3557	55181075F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISF0399	55181388F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGZ5331	55181405F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DGG3952	55181428F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181487F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AQQ0497	55181489F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181515F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS5555	55181564F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181588F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181607F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKD7471	55181608F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MKD7471	55181624F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IBU8492	55181672F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FHK3165	55181675F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181681F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARV3640	55181686F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181701F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
INM4057	55181705F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFH1046	55177840F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KLN2418	55177863F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCQ8658	55177869F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJA8757	55177874F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GPV6192	55177921F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDX9174	55177941F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFE0769	55177984F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAV3523	55178018F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID0155	55178051F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIL8447	55178053F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS5302	55176801F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMZ5653	55176808F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIX3902	55176842F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APT9789	55176846F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMJ7062	55176862F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCP9422	55176889F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAZ4858	55176894F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DRN3358	55177035F	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JEW8337	55177078F	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKG4985	55177109F	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OMS6147	55177112F	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EPP5349	55177116F	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJH8872	55177129F	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLI1374	55177155F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJG7408	55177166F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJG7408	55177175F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JYE7816	55177196F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY0390	55177251F	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ABP2598	55177252F	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKO8916	55177267F	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLK9123	55177294F	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEG8173	55177336F	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHV1842	55177355F	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF2493	55177388F	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHV1842	55177394F	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAN3673	55177403F	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHV1842	55177406F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF2616	55177480F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHV1842	55177488F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY0166	55177596F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IMO3615	55177601F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IMO3615	55177615F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFM7506	55177630F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKX0106	55177654F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK2374	55177679F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFM7506	55177714F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FEC0370	55177726F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZJ6904	55176486F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISF3014	55176503F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176550F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHE4983	55176553F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176577F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYR9249	55176588F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK3717	55176592F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176606F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CSV0828	55176628F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MGI7669	55176639F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176640F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG0884	55176643F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9869	55176656F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176672F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG0884	55176673F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMV5700	55176746F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFJ5631	55176747F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBH4496	55174461F	13/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHE8493	55174804F	19/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC3317	55175363F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGJ5763	55175372F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFP3380	55175376F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVG8724	55175507F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZA0355	55175518F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVG8724	55175527F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IVB0212	55175543F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYX9910	55175602F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IJS9114	55175623F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFS3178	55175640F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IJS9114	55175646F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGB0685	55175717F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EYF8206	55175718F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IVQ3657	55175748F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDO2323	55175778F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA0041	55175803F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA9405	55175805F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGL0087	55175823F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EZC7271	55175828F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDJ7072	55175833F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA0041	55175835F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMH7252	55175902F	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEA8446	55175925F	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHI8109	55175965F	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DSR7698	55175974F	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT9763	55175975F	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EQH7228	55176042F	01/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKQ1990	55176083F	01/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHA2275	55176119F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176207F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176228F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176238F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176322F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55176360F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
COM7375	55180658F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FYJ7174	55180661F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMM7520	55180666F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKG8057	55180670F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDB6765	55180680F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IRF3473	55180682F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKP6111	55180685F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMM7520	55180694F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIZ7755	55180701F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55180703F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH5331	55180704F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180721F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MER6935	55180723F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55180734F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180748F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNA3897	55180749F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID2351	55180755F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DGG5507	55180761F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZB4551	55180768F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MHT9951	55180774F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW7629	55180775F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OAV5168	55180780F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180781F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA9458	55180783F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2948	55180785F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAO8449	55180803F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHC0526	55180848F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHB2413	55180852F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFU3174	55180854F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DFX1903	55180862F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKW0916	55180865F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2948	55180873F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MNM8258	55180877F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OAV5168	55180878F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKH4637	55180880F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYY9610	55180890F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAN4856	55180892F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2948	55180893F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MNM8258	55180896F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDL5844	55180905F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LOT2820	55180910F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHN8754	55180917F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDL2290	55180919F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD0303	55180923F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXK2822	55180926F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH6329	55180936F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55180937F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXK2822	55180945F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILP0991	55180946F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLG1693	55180950F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLA4251	55180951F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYY9610	55180952F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFT0376	55180963F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180964F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGO0343	55180976F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180980F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO5771	55180983F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180997F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HLJ8360	55181000F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
INF6429	55181004F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55181005F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKW9810	55181012F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMA6794	55181013F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IDZ3086	55181015F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJV0893	55181017F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE9696	55181018F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGF4446	55181023F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55181024F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55181026F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIQ9888	55181027F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QID7842	55181028F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PHA1862	55181029F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXO6269	55181032F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IDZ3086	55181039F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PHA1862	55181047F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHW1040	55181050F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JVI3843	55179667F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA9914	55179669F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALE8894	55179676F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KYF2954	55179677F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKM9026	55179679F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHE9718	55179684F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MHP1609	55179689F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IOD6517	55179694F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JXF0922	55179695F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JXI8547	55179697F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI4027	55179699F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ERP9322	55179708F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IOB3727	55179713F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KQO7620	55179716F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYJ0571	55179718F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IQB3972	55179723F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IOD6517	55179727F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMK9896	55179735F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIH3962	55179737F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHL8593	55179742F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LBV3742	55179751F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CPY2937	55179758F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JUQ2338	55179763F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDV9370	55179770F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55179773F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JLR7831	55179781F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO7452	55179784F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIQ9888	55179794F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFJ4292	55179795F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGA3655	55179798F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIP9677	55179808F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JLR7831	55179812F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAB8474	55179818F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55179828F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAB8474	55179833F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EEP8053	55179836F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARL6374	55179841F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARL6374	55179856F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ICF8300	55179860F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHB4252	55179865F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EBI1603	55179873F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBA1870	55179880F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAB8474	55179884F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS7328	55179885F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DWP0362	55179889F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXI1268	55179900F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EBI1603	55179902F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLJ0368	55179908F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MED4905	55179912F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DJF7706	55179919F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HCC1515	55179923F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55865341E	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55179937F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLK0623	55179938F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD9091	55179945F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55179955F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDL5844	55179967F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDH1154	55179970F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OXI5630	55179979F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFV3739	55179992F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLB3924	55179995F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH9347	55179999F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55180000F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55180020F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGD1514	55180033F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKS9872	55180047F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JUQ2338	55180051F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55180052F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CYC4818	55180070F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MHT9951	55180071F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JLR7831	55180086F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MUR0260	55180087F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180098F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CYP2087	55180113F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLU2765	55180132F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HND1111	55180135F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BBJ8198	55180137F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180150F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMC1580	55180153F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JLR7831	55180162F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EUD8068	55180164F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CJC4569	55180177F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO5771	55180192F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHY2164	55180193F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH1455	55180199F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CDH4486	55180202F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF1981	55180212F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO2462	55180219F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IPO6424	55180220F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS6820	55180233F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IHX9666	55180254F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO5771	55180270F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEO9605	55180291F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM0325	55180294F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH6055	55180295F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BAO7337	55180305F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM0325	55180332F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM0325	55180342F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDH1154	55180343F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARM1732	55180361F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHP6405	55180369F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCY8305	55180385F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JFH3914	55180397F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFM0826	55180398F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU6065	55180399F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLU2033	55180405F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLP4501	55180406F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180413F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180438F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP3872	55180439F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDH1154	55180451F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180454F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJC5318	55180466F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180471F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DSW5669	55180474F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH1455	55180484F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180493F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY8927	55180496F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHP4931	55180505F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI9679	55180507F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKS6328	55180534F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKS6328	55180550F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLM2083	55180551F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKM0936	55180557F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILP0991	55180562F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC0042	55180568F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180571F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILP0991	55180580F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC4582	55180594F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DNU2771	55180598F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MML7557	55180602F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKH3130	55180610F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MIC4582 55180620F 23/08/2017 55412 181*XVII c/ Lei13146 195.23
 QIM2394 55180627F 23/08/2017 55412 181*XVII c/ Lei13146 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 981/2017

Publicação Nº 1432442

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 981/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHI8967	54271793N	29/06/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLC9155	54277764N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFI7883	54279588N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
EDZ5857	54279594N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
EAE1385	54279669N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHA3257	54282084N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJQ6499	54282086N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
ASO9473	54282089N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
IQO0186	54282094N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIM7831	54282095N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHE9174	54282097N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
IKE1920	54282098N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLV5712	54282102N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHS7621	54282103N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHK2363	54286347N	10/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHA9039	54287060N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCV7823	54287070N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCU5760	54288338N	15/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMB5721	54289516N	18/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MID9495	54290462N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHB2498	54291964N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFQ9924	54291969N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFV6965	54292737N	29/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

MLD3013	54293401N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
IFR6101	54293403N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIF1973	54293404N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHA9502	54293405N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
DRD5756	54293407N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKG8057	54293409N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHE4160	54293411N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKG8057	54293413N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MMF7437	54293424N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHP2461	54293425N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIM0773	54293432N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MLU6476	54293433N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
FOJ4436	54293434N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLD7447	54293435N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	880.40
QIQ4941	54293436N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MHU8203	54293441N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLH9871	54293442N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
IFR6101	54293443N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIE9429	54293444N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIX5302	54293453N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MDP0430	54293454N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
INO0326	0000754264	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFW1417	0000753685	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIW4221	0000753014	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBP1045	0000752492	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDB3752	0000752374	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EKY0945	0000752032	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL7346	0000751976	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHA2051	0000752595	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL7346	0000751962	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJU9318	0000764197	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHJ7601	0000763829	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDI2720	0000763756	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMC9885	0000763496	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AOF6093	0000764011	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCH0503	0000763910	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZT0514	0000763914	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AMZ0024	0000763340	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG4104	0000763280	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL7346	0000762746	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
CXW0481	0000762362	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJM0181	0000761893	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL7346	0000762136	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHY7196	0000762319	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761421	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLH5001	0000761368	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761412	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761406	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761409	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761280	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761284	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761461	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGB0944	0000761591	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FHZ2952	0000761485	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFG5424	0000765524	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DME5623	0000765495	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGR0987	0000764622	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEH3019	0000764629	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZC7735	0000764846	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCM6355	0000764746	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBH3521	0000762755	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MAC7205	0000763987	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
PVP5987	0000764569	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23

MMC9885	0000764500	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMC9885	0000764501	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGV8131	0000764208	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBK8697	0000764234	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCH0503	0000764237	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DDF8093	0000764059	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKG9262	0000764099	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCB5417	0000766531	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AKW0731	0000766501	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIJ1122	0000765930	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZV5419	0000766430	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIW7678	0000766081	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHN3658	0000766086	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJB2992	0000766105	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGH3644	0000766154	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKU3131	0000766064	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AHE8606	0000765992	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBR3256	0000766000	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIS1248	0000765978	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLN2505	0000765810	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKN8387	0000765778	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LNP5140	0000766198	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGP4849	0000766985	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEU1866	0000766555	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDD9283	0000766625	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHP8088	0000766599	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHT1195	0000767142	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZB0390	0000767144	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DKG9130	0000767124	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFY9763	0000767104	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
GZK1616	0000767461	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDD9713	0000769124	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IJJ9417	0000771798	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDD9713	0000769115	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIC4216	0000769898	17/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MAC7375	0000767151	12/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MED1943	0000767022	12/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LYW1088	0000766199	10/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LXY8433	0000766270	10/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LYP6823	0000765331	09/09/2017	74710	218	*	III	880.40
AKH8814	0000761625	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761606	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761670	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761276	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761277	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761278	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761410	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761411	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761360	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761364	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761418	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761381	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761430	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761543	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
PQV9192	0000761459	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000761444	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LYL7937	0000762195	04/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LYW1088	0000762123	04/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MDL7346	0000762015	04/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MJU2370	0000762752	05/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MCH0503	0000763909	07/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MBH3521	0000763981	07/09/2017	74710	218	*	III	880.40
AEM3965	0000763943	07/09/2017	74710	218	*	III	880.40

MAC7205	0000763932	07/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MDL7346	0000752307	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MDL7346	0000752502	21/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000754497	24/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EAK1043	0000755436	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EAK1043	0000755437	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EAK1043	0000755438	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AKH8814	0000755442	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AKH8814	0000755431	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EAK1043	0000755434	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AKH8814	0000755530	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MDL7346	0000755521	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
ATS9746	0000755582	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
BTH5576	0000755649	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000755908	26/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MGP4849	0000756195	26/08/2017	74710	218	*	III	880.40
GVT5466	0000756790	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000756748	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MCJ7537	0000757535	28/08/2017	74710	218	*	III	880.40
QHA6410	0000758234	29/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000758687	30/08/2017	74710	218	*	III	880.40
QIQ9496	0000760538	02/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MDL7346	0000760575	02/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000760509	02/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBI1603	0000760706	02/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MDL7346	0000760709	02/09/2017	74710	218	*	III	880.40
AKH8814	0000760752	02/09/2017	74710	218	*	III	880.40
DWR1747	0000760857	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
JSM6128	0000761138	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MFA4917	0000750812	18/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AAT6982	0000751409	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
QHS6470	0000742051	04/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EJA7933	0000736519	27/07/2017	74710	218	*	III	880.40
KMA7330	0000733906	24/07/2017	74710	218	*	III	880.40
ILB4376	0000729844	16/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MHG5094	0000729422	15/07/2017	74710	218	*	III	880.40
IVP4206	0000723579	05/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MEY4223	0000726585	10/07/2017	74710	218	*	III	880.40
INK6169	0000722820	03/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MIH1054	0000722913	04/07/2017	56732	183			130.16
LQV8241	0000722947	04/07/2017	56732	183			130.16
LQV8241	0000721886	02/07/2017	56732	183			130.16
MLK4469	0000721364	01/07/2017	56732	183			130.16
MLV4227	0000726552	10/07/2017	56732	183			130.16
ALL3593	0000720815	30/06/2017	56732	183			130.16
JPQ7950	0000724523	07/07/2017	56732	183			130.16
MAN7816	0000724337	07/07/2017	56732	183			130.16
QHP2751	0000724433	07/07/2017	56732	183			130.16
OMS6147	0000728387	14/07/2017	56732	183			130.16
AQB0770	0000727914	13/07/2017	56732	183			130.16
MAA9041	0000728399	15/07/2017	56732	183			130.16
MKY0390	0000727435	12/07/2017	56732	183			130.16
CRJ7111	0000727443	12/07/2017	56732	183			130.16
MJH4927	0000730326	17/07/2017	56732	183			130.16
LNC8790	0000732297	23/07/2017	56732	183			130.16
MJG1223	0000730487	17/07/2017	56732	183			130.16
OMS6147	0000730429	17/07/2017	56732	183			130.16
DXP5902	0000730399	17/07/2017	56732	183			130.16
QHB5395	0000732359	22/07/2017	56732	183			130.16
DMK8180	0000733853	24/07/2017	56732	183			130.16
MMB9671	0000733705	24/07/2017	56732	183			130.16
QID0407	0000734321	25/07/2017	56732	183			130.16
OKA9159	0000735789	26/07/2017	56732	183			130.16

EQH2766	0000736501	27/07/2017	56732	183	130.16
MBN2227	0000736513	27/07/2017	56732	183	130.16
ATP4249	0000737573	28/07/2017	56732	183	130.16
QHF9555	0000737280	29/07/2017	56732	183	130.16
ASP3019	0000737860	28/07/2017	56732	183	130.16
BEX1009	0000737360	30/07/2017	56732	183	130.16
MFS8445	0000742098	05/08/2017	56732	183	130.16
IMO4730	0000741570	04/08/2017	56732	183	130.16
EYT2829	0000740052	01/08/2017	56732	183	130.16
MIO0737	0000739996	01/08/2017	56732	183	130.16
DRQ9311	0000742924	06/08/2017	56732	183	130.16
DZG1543	0000742968	06/08/2017	56732	183	130.16
KLP6616	0000744901	09/08/2017	56732	183	130.16
ARJ0468	0000744927	09/08/2017	56732	183	130.16
ADP2724	0000743994	07/08/2017	56732	183	130.16
AZN1501	0000743704	07/08/2017	56732	183	130.16
ARJ0468	0000743710	07/08/2017	56732	183	130.16
IVV4705	0000751443	19/08/2017	56732	183	130.16
IRF6595	0000751454	19/08/2017	56732	183	130.16
QIQ4941	0000751460	19/08/2017	56732	183	130.16
BAR0869	0000749488	16/08/2017	56732	183	130.16
MJV7788	0000744398	08/08/2017	56732	183	130.16
BPN8725	0000745018	09/08/2017	56732	183	130.16
QHN8970	0000746102	11/08/2017	56732	183	130.16
AKL3437	0000745496	10/08/2017	56732	183	130.16
MHH0916	0000745696	10/08/2017	56732	183	130.16
MLW6334	0000746291	11/08/2017	56732	183	130.16
MMF4087	0000747985	14/08/2017	56732	183	130.16
MIF2696	0000748126	14/08/2017	56732	183	130.16
MJB1696	0000747658	13/08/2017	56732	183	130.16
LXV8596	0000761061	03/09/2017	56732	183	130.16
MGK9491	0000761103	03/09/2017	56732	183	130.16
HBA8884	0000761130	03/09/2017	56732	183	130.16
IMN2574	0000760870	03/09/2017	56732	183	130.16
IMN2574	0000760883	03/09/2017	56732	183	130.16
AGR3374	0000760085	01/09/2017	56732	183	130.16
DZW1362	0000758951	31/08/2017	56732	183	130.16
PVL8108	0000758375	30/08/2017	56732	183	130.16
KNR6822	0000758376	30/08/2017	56732	183	130.16
MET8016	0000759420	01/09/2017	56732	183	130.16
MHE4973	0000760116	02/09/2017	56732	183	130.16
KYR4894	0000757827	29/08/2017	56732	183	130.16
MML5962	0000760225	02/09/2017	56732	183	130.16
FGY5351	0000760203	02/09/2017	56732	183	130.16
IRF3759	0000758023	29/08/2017	56732	183	130.16
MAZ8825	0000757999	29/08/2017	56732	183	130.16
MEZ0833	0000757909	29/08/2017	56732	183	130.16
HBZ1025	0000758512	30/08/2017	56732	183	130.16
MBZ5798	0000757889	29/08/2017	56732	183	130.16
EKY0945	0000757299	28/08/2017	56732	183	130.16
CCX3639	0000756858	27/08/2017	56732	183	130.16
HBZ1037	0000757883	27/08/2017	56732	183	130.16
MGJ4567	0000757218	28/08/2017	56732	183	130.16
MMH1455	0000756153	26/08/2017	56732	183	130.16
EDK7935	0000756641	27/08/2017	56732	183	130.16
LYN1532	0000755117	25/08/2017	56732	183	130.16
FRR9563	0000755979	26/08/2017	56732	183	130.16
CTB4906	0000755861	26/08/2017	56732	183	130.16
LWV9523	0000755947	26/08/2017	56732	183	130.16
ITK2456	0000755176	25/08/2017	56732	183	130.16
QJC8525	0000754575	24/08/2017	56732	183	130.16
MIH6208	0000754472	24/08/2017	56732	183	130.16
DTR4851	0000754488	24/08/2017	56732	183	130.16

ELH4677	0000754976	25/08/2017	56732	183	130.16
MKP0712	0000754989	25/08/2017	56732	183	130.16
MCY9370	0000752019	20/08/2017	56732	183	130.16
MGC8407	0000754096	23/08/2017	56732	183	130.16
LXE2424	0000753871	23/08/2017	56732	183	130.16
MIF1862	0000754355	24/08/2017	56732	183	130.16
MDB6506	0000754358	24/08/2017	56732	183	130.16
AOL1601	0000754378	24/08/2017	56732	183	130.16
LYX3467	0000751970	20/08/2017	56732	183	130.16
MHR5035	0000751913	20/08/2017	56732	183	130.16
MHX0335	0000763854	07/09/2017	56732	183	130.16
MMI5180	0000763727	07/09/2017	56732	183	130.16
LYB1750	0000763536	07/09/2017	56732	183	130.16
QIM4034	0000763411	07/09/2017	56732	183	130.16
MIA3682	0000763573	07/09/2017	56732	183	130.16
AAA6096	0000763604	07/09/2017	56732	183	130.16
MLJ5990	0000763616	07/09/2017	56732	183	130.16
AXG4876	0000763634	07/09/2017	56732	183	130.16
MBK8697	0000763636	07/09/2017	56732	183	130.16
LWV3513	0000763035	06/09/2017	56732	183	130.16
MNS0040	0000762851	06/09/2017	56732	183	130.16
JGN7287	0000762868	06/09/2017	56732	183	130.16
MGL7710	0000763016	06/09/2017	56732	183	130.16
MLV0615	0000763031	06/09/2017	56732	183	130.16
APY3405	0000762927	06/09/2017	56732	183	130.16
MBW4950	0000761944	04/09/2017	56732	183	130.16
QHA6410	0000761747	04/09/2017	56732	183	130.16
LBO2452	0000761784	04/09/2017	56732	183	130.16
HBZ2085	0000761786	04/09/2017	56732	183	130.16
GZK1616	0000761864	04/09/2017	56732	183	130.16
BKN7350	0000761868	04/09/2017	56732	183	130.16
MGT6009	0000762285	04/09/2017	56732	183	130.16
MDB9793	0000762287	04/09/2017	56732	183	130.16
MHO9895	0000762292	05/09/2017	56732	183	130.16
MLG3103	0000762540	05/09/2017	56732	183	130.16
OKE6313	0000762549	05/09/2017	56732	183	130.16
MFR7448	0000762550	05/09/2017	56732	183	130.16
AHC9274	0000765041	09/09/2017	56732	183	130.16
MCA1428	0000766323	11/09/2017	56732	183	130.16
MGV0453	0000764507	08/09/2017	56732	183	130.16
MLO4396	0000764457	08/09/2017	56732	183	130.16
MLO5249	0000764460	08/09/2017	56732	183	130.16
QHE3355	0000764475	08/09/2017	56732	183	130.16
BZH6365	0000764563	08/09/2017	56732	183	130.16
IIQ1690	0000764888	09/09/2017	56732	183	130.16
MLU2588	0000765599	10/09/2017	56732	183	130.16
DQV7599	0000765600	10/09/2017	56732	183	130.16
QIA4963	0000765176	09/09/2017	56732	183	130.16
DTY7953	0000765751	10/09/2017	56732	183	130.16
MHO9895	0000766280	11/09/2017	56732	183	130.16
LZH7850	0000766459	11/09/2017	56732	183	130.16
QHG4393	0000766943	12/09/2017	56732	183	130.16
MED4703	0000766386	11/09/2017	56732	183	130.16
ASP3019	0000766710	12/09/2017	56732	183	130.16
AGF4954	0000766685	12/09/2017	56732	183	130.16
MEU1866	0000766689	12/09/2017	56732	183	130.16
MJT5923	0000766800	12/09/2017	56732	183	130.16
MJM2909	0000767519	13/09/2017	56732	183	130.16
ELM5985	0000767791	14/09/2017	56732	183	130.16
LAU0962	0000767793	14/09/2017	56732	183	130.16
QHI1994	0000768884	16/09/2017	56732	183	130.16
MIR2268	0000768500	15/09/2017	56732	183	130.16
MLO0198	0000771536	21/09/2017	56732	183	130.16

GZK1616	0000767397	13/09/2017	60503	208	293.47
GWW8681	0000768384	15/09/2017	60503	208	293.47
MAC7205	0000766693	12/09/2017	60503	208	293.47
AZA5210	0000766950	12/09/2017	60503	208	293.47
DZC3940	0000766380	11/09/2017	60503	208	293.47
LZH5518	0000765602	10/09/2017	60503	208	293.47
MFX1976	0000765879	10/09/2017	60503	208	293.47
FHP5557	0000765888	10/09/2017	60503	208	293.47
MKV1907	0000765905	10/09/2017	60503	208	293.47
IMD8293	0000764603	08/09/2017	60503	208	293.47
MFK8082	0000764580	08/09/2017	60503	208	293.47
MFB1182	0000764581	08/09/2017	60503	208	293.47
MAC7205	0000764546	08/09/2017	60503	208	293.47
MHD1703	0000764466	08/09/2017	60503	208	293.47
MAC7205	0000764511	08/09/2017	60503	208	293.47
MYK2789	0000764434	08/09/2017	60503	208	293.47
MCN8698	0000766330	11/09/2017	60503	208	293.47
DMO9078	0000764945	09/09/2017	60503	208	293.47
MJG8857	0000765140	09/09/2017	60503	208	293.47
MLL0062	0000765146	09/09/2017	60503	208	293.47
IRW2809	0000764913	09/09/2017	60503	208	293.47
MHD1703	0000765715	10/09/2017	60503	208	293.47
MFX1976	0000765725	10/09/2017	60503	208	293.47
MDY6067	0000765597	10/09/2017	60503	208	293.47
MEY2809	0000762514	05/09/2017	60503	208	293.47
MGQ6105	0000762441	05/09/2017	60503	208	293.47
IWG9682	0000762472	05/09/2017	60503	208	293.47
MIF1862	0000762304	05/09/2017	60503	208	293.47
DQN3739	0000762276	04/09/2017	60503	208	293.47
MEP1907	0000761902	04/09/2017	60503	208	293.47
MHQ9000	0000762403	05/09/2017	60503	208	293.47
MFJ1653	0000762404	05/09/2017	60503	208	293.47
LZO1590	0000762405	05/09/2017	60503	208	293.47
GZK1616	0000761840	04/09/2017	60503	208	293.47
INO0326	0000761862	04/09/2017	60503	208	293.47
IMH1306	0000761970	04/09/2017	60503	208	293.47
MJU6040	0000761988	04/09/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000761260	03/09/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000761262	03/09/2017	60503	208	293.47
QHA6410	0000761738	04/09/2017	60503	208	293.47
IKN6148	0000762570	05/09/2017	60503	208	293.47
DHS2462	0000762582	05/09/2017	60503	208	293.47
BEL4097	0000763683	07/09/2017	60503	208	293.47
MCJ4156	0000763580	07/09/2017	60503	208	293.47
DMI2411	0000763598	07/09/2017	60503	208	293.47
MAC7205	0000763717	07/09/2017	60503	208	293.47
MDU2544	0000763547	07/09/2017	60503	208	293.47
MJN7922	0000763565	07/09/2017	60503	208	293.47
BEL4097	0000763767	07/09/2017	60503	208	293.47
MAC7205	0000763791	07/09/2017	60503	208	293.47
MAC7205	0000763830	07/09/2017	60503	208	293.47
QHE4358	0000763889	07/09/2017	60503	208	293.47
MKH4344	0000763891	07/09/2017	60503	208	293.47
MKR8064	0000763878	07/09/2017	60503	208	293.47
MDS6375	0000751920	20/08/2017	60503	208	293.47
QHN8296	0000752001	20/08/2017	60503	208	293.47
MBZ7160	0000751900	20/08/2017	60503	208	293.47
MGU0091	0000752189	20/08/2017	60503	208	293.47
MBY7177	0000752121	20/08/2017	60503	208	293.47
QHA6410	0000754425	24/08/2017	60503	208	293.47
LCP0988	0000754448	24/08/2017	60503	208	293.47
MFI8951	0000754362	24/08/2017	60503	208	293.47
FWJ9008	0000753878	23/08/2017	60503	208	293.47

JHU8126	0000754110	23/08/2017	60503	208	293.47
QHD5993	0000754111	23/08/2017	60503	208	293.47
MKN4566	0000755003	25/08/2017	60503	208	293.47
HBZ1025	0000754602	24/08/2017	60503	208	293.47
MEY6543	0000755021	25/08/2017	60503	208	293.47
MFN7987	0000755080	25/08/2017	60503	208	293.47
MDJ3011	0000756088	26/08/2017	60503	208	293.47
MGS8672	0000755883	26/08/2017	60503	208	293.47
LYT1099	0000755905	26/08/2017	60503	208	293.47
LWX8102	0000755858	26/08/2017	60503	208	293.47
MFD8476	0000756138	26/08/2017	60503	208	293.47
QHN8296	0000756610	27/08/2017	60503	208	293.47
QHN8296	0000756640	27/08/2017	60503	208	293.47
MGF4446	0000756168	26/08/2017	60503	208	293.47
MJN6770	0000757269	28/08/2017	60503	208	293.47
MBG4503	0000757284	28/08/2017	60503	208	293.47
LYV5761	0000757295	28/08/2017	60503	208	293.47
MIX1271	0000756887	27/08/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000756889	27/08/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000756892	27/08/2017	60503	208	293.47
MJB2942	0000757322	28/08/2017	60503	208	293.47
MLD5709	0000757329	28/08/2017	60503	208	293.47
MLD5709	0000757346	28/08/2017	60503	208	293.47
MFM0826	0000757372	28/08/2017	60503	208	293.47
IUV0404	0000757894	29/08/2017	60503	208	293.47
MIG8456	0000757976	29/08/2017	60503	208	293.47
MGS8672	0000757814	29/08/2017	60503	208	293.47
MBV2477	0000758271	30/08/2017	60503	208	293.47
MJP8009	0000758307	30/08/2017	60503	208	293.47
MHA1814	0000758336	30/08/2017	60503	208	293.47
ICJ1856	0000758343	30/08/2017	60503	208	293.47
MIU7656	0000757916	29/08/2017	60503	208	293.47
MFJ5822	0000760187	02/09/2017	60503	208	293.47
MCI7291	0000759626	01/09/2017	60503	208	293.47
MHL8025	0000759639	01/09/2017	60503	208	293.47
MFJ5822	0000760142	02/09/2017	60503	208	293.47
MFW3210	0000760120	02/09/2017	60503	208	293.47
MCL8337	0000759044	31/08/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000760891	03/09/2017	60503	208	293.47
MLS6257	0000760872	03/09/2017	60503	208	293.47
OKE7157	0000761012	03/09/2017	60503	208	293.47
IMX2142	0000761020	03/09/2017	60503	208	293.47
MEK6273	0000761021	03/09/2017	60503	208	293.47
IIU7141	0000761038	03/09/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000761044	03/09/2017	60503	208	293.47
MEK6273	0000761045	03/09/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000761053	03/09/2017	60503	208	293.47
MHH9347	0000761195	03/09/2017	60503	208	293.47
EBI1603	0000760862	03/09/2017	60503	208	293.47
IRU5121	0000760415	02/09/2017	60503	208	293.47
KKD6253	0000748829	15/08/2017	60503	208	293.47
MCY3501	0000746984	12/08/2017	60503	208	293.47
MCV1043	0000745992	11/08/2017	60503	208	293.47
KKD6253	0000746114	11/08/2017	60503	208	293.47
FER9164	0000746273	11/08/2017	60503	208	293.47
MJL0817	0000745657	10/08/2017	60503	208	293.47
OAX8394	0000750686	18/08/2017	60503	208	293.47
AAT6982	0000751410	19/08/2017	60503	208	293.47
MIY6626	0000744340	08/08/2017	60503	208	293.47
MJH6067	0000742338	05/08/2017	60503	208	293.47
QIA1535	0000740023	01/08/2017	60503	208	293.47
IMN6130	0000738029	30/07/2017	60503	208	293.47
ABR8778	0000739347	31/07/2017	60503	208	293.47

ATK5206	0000739353	31/07/2017	60503	208		293.47
AWD2006	0000737374	28/07/2017	60503	208		293.47
FSY1203	0000736491	27/07/2017	60503	208		293.47
MDY6045	0000735828	26/07/2017	60503	208		293.47
MDC4152	0000736322	27/07/2017	60503	208		293.47
CBN2927	0000733577	24/07/2017	60503	208		293.47
BIK2444	0000733616	24/07/2017	60503	208		293.47
MKR8407	0000733634	24/07/2017	60503	208		293.47
MLX7424	0000732391	23/07/2017	60503	208		293.47
JAI5002	0000732347	22/07/2017	60503	208		293.47
LXY5243	0000730335	17/07/2017	60503	208		293.47
EHX7948	0000730290	16/07/2017	60503	208		293.47
MBH8457	0000730167	14/07/2017	60503	208		293.47
EHX7948	0000728761	16/07/2017	60503	208		293.47
EHX7948	0000728783	16/07/2017	60503	208		293.47
MKG7620	0000728785	16/07/2017	60503	208		293.47
IHZ7025	0000728396	15/07/2017	60503	208		293.47
IPB1630	0000727782	13/07/2017	60503	208		293.47
MGZ8665	0000727786	13/07/2017	60503	208		293.47
MIR7538	0000727829	13/07/2017	60503	208		293.47
MMI2133	0000727839	13/07/2017	60503	208		293.47
DVN0414	0000727313	12/07/2017	60503	208		293.47
QHO7751	0000723909	06/07/2017	60503	208		293.47
MLL1355	0000724626	07/07/2017	60503	208		293.47
MGZ8665	0000728268	11/07/2017	60503	208		293.47
MCF1552	0000726516	10/07/2017	60503	208		293.47
MGV0749	0000721203	01/07/2017	60503	208		293.47
ALF3230	0000720698	30/06/2017	60503	208		293.47
MAD8979	0000720652	30/06/2017	60503	208		293.47
MGH8958	0000720114	29/06/2017	60503	208		293.47
ASR5995	0000720306	29/06/2017	60503	208		293.47
AQC9461	0000708598	09/06/2017	60503	208		293.47
QHO1948	0000713541	17/06/2017	60503	208		293.47
ILB0925	0000721977	02/07/2017	60503	208		293.47
MDU6256	0000721979	02/07/2017	60503	208		293.47
MJO4160	0000721755	02/07/2017	60503	208		293.47
MFM2206	0000722422	03/07/2017	60503	208		293.47
QHB7547	0000722525	03/07/2017	60503	208		293.47
LWW0464	0000722877	04/07/2017	60503	208		293.47
MAY1811	0000722887	04/07/2017	60503	208		293.47
LUH2467	54293456N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MLH9871	54293457N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
ASI3322	54293458N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIJ7787	54293459N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	293.47
MKY5565	54293460N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MHQ7315	54293461N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QIX5302	54293462N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MGS2055	54293466N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MED5907	54293467N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MHG7859	54293468N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
MLH9871	54293469N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MLM8626	54293479N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MKI8258	54293490N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
ASI3322	54293491N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIW6038	54293493N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MFG8447	54293494N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
HBZ1037	54293495N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QHT0876	54293496N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
HBZ1037	54293497N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIH4850	54293500N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
JCM1998	54293502N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIP2892	54295654N	08/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MDL5844	54295662N	08/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16

MKP7058	54295663N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKY5565	54295664N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHF1230	54295666N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIW1495	54295667N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJD3216	54295671N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
GVX8236	54295678N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHF1230	54295680N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHB5590	54295681N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJO1497	54295682N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKY5565	54295687N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
KPG3927	54295688N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJF4015	54295692N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MEE6858	54295697N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MFU7567	54295698N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MBY2943	54295699N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MHY8584	54295701N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIP2892	54295702N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
AQC9461	54295710N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MBG6918	54295713N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJO1497	54295714N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHR4143	54295717N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
AVF1352	54295718N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIP3082	54295728N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKU9585	54296763N	11/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJR9418	54298137N	15/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
QHO7091	54298155N	15/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHO7091	54298169N	15/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
OKE6313	54298191N	15/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MEV3934	54298884N	18/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MHH1063	54298885N	18/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHU1874	54300463N	22/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MHZ9513	0000771121	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD3773	0000771351	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DUP9899	0000771400	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NSH3094	0000768971	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP2264	0000768996	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ9101	0000769076	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV4494	0000769091	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD9713	0000769109	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FHN1531	0000770005	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DBC5939	0000770017	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ0878	0000770540	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1862	0000770655	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ0878	0000770707	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JJB0150	0000770877	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATB5436	0000770879	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD3665	0000770910	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IGI8435	0000770915	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS0065	0000767940	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABY2845	0000768002	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDN6534	0000768279	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT0726	0000768065	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD0552	0000768305	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR2535	0000768362	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MER9620	0000769290	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HRP5351	0000769308	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD9331	0000769327	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AEL8659	0000769359	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO2346	0000769363	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANE4703	0000769653	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT2730	0000769754	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG9652	0000769779	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD9713	0000769119	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16

AHV6744	0000772029	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC5912	0000772038	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IQB1156	0000772070	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MML7489	0000767679	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LAU0962	0000768605	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX0492	0000768622	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD0552	0000768624	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX8414	0000768642	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IFP5337	0000768698	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KYR7149	0000768712	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIZ1072	0000768724	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ4641	0000768479	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV7867	0000767026	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI2258	0000767027	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDT3859	0000767030	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG7536	0000767041	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC3271	0000767046	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF8902	0000767052	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS8736	0000766739	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF8591	0000766761	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH0346	0000767107	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CWQ7726	0000767118	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE2036	0000767131	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT7995	0000767145	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO4918	0000767158	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS8785	0000767169	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BNT5542	0000767175	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI1127	0000767182	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM9783	0000767187	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ0899	0000767196	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV6214	0000766560	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX5633	0000766562	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DCE5320	0000766572	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY7034	0000766576	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DML3407	0000766578	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO7287	0000766579	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IZR5000	0000766583	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN2747	0000766587	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ5535	0000766652	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ITE6800	0000766667	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP0117	0000766672	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY7036	0000766673	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP2285	0000766675	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL1127	0000766603	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP5088	0000766611	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP7748	0000766612	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GZK1616	0000766624	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW8245	0000766545	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE9915	0000766825	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDQ8250	0000766842	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW7359	0000766934	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV0627	0000766939	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MID3181	0000766970	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS6820	0000766984	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH1461	0000765735	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EJW2988	0000765780	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAC0495	0000765785	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LIP5752	0000765789	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BEZ3377	0000765791	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA5514	0000765799	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL9538	0000765800	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE1425	0000765803	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABK8986	0000765808	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MKH3698	0000765849	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY3331	0000765961	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000765963	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DIH9093	0000765964	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000765965	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS5894	0000765976	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BPB8909	0000765982	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ5161	0000765990	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALP3616	0000766012	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ISL8548	0000766032	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000766048	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBT4124	0000766054	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJV0483	0000766057	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INJ8901	0000766106	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000766112	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI8117	0000766116	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP2345	0000766125	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ENA9530	0000766126	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP7748	0000766132	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALJ8832	0000766134	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN2505	0000766145	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMQ5773	0000766148	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OMJ6916	0000766151	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH2776	0000766065	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM4202	0000766071	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJG7691	0000766073	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC7111	0000766078	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IWG1676	0000766156	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKV5442	0000766179	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CKC3194	0000766181	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG4664	0000766297	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM2083	0000766347	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA7937	0000766356	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JPJ5458	0000766388	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP9025	0000766395	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM0179	0000766425	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAP1287	0000765919	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NOU2344	0000766438	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JVX9240	0000766452	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK3045	0000766485	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP3985	0000766496	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL0338	0000766519	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KQF3701	0000766530	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IFZ1386	0000764241	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CNP7705	0000764274	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC0624	0000764281	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ0114	0000764365	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BOS9996	0000764376	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IVA7599	0000764377	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKN6148	0000764395	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKN6148	0000764403	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IVA7599	0000764404	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV4026	0000764407	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK8082	0000764409	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ6345	0000764411	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY3384	0000764414	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKN6148	0000764419	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKN6148	0000764430	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG3920	0000764004	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6410	0000764057	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000764203	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000764204	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI2258	0000764450	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MDV4891	0000764529	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP7350	0000764539	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC2464	0000764640	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV1161	0000764642	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM9565	0000764649	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD4791	0000764663	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI2258	0000764664	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBL5706	0000764678	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA7324	0000764680	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF0903	0000764681	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000764690	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR0157	0000764691	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ8582	0000764700	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM6355	0000764713	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM9051	0000764723	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANT0686	0000764730	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ0039	0000764759	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BUY6822	0000764761	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN3475	0000764764	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDJ6758	0000764768	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJQ2200	0000764772	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO6271	0000764792	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FNM2113	0000764793	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APX1202	0000764797	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB0631	0000764804	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC4475	0000764823	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXQ9603	0000764828	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILP4324	0000764833	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LKO3781	0000764590	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM6355	0000764865	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXY8433	0000764871	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI1460	0000764872	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANF6288	0000764917	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH0353	0000765208	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY3384	0000765209	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGT3194	0000765225	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMW6933	0000765230	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA8697	0000765233	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APB5369	0000765234	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LQW5008	0000765252	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JUD1431	0000765260	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAC7375	0000765276	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB3911	0000765277	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOZ1417	0000765285	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO8278	0000765288	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DAZ8377	0000765290	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CER5871	0000765293	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BUM8253	0000765300	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM9771	0000765307	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWZ3353	0000765313	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU9526	0000765315	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN6770	0000765322	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY3384	0000765334	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZY4979	0000765558	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMT6745	0000765563	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX7926	0000765569	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO7238	0000765574	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI1127	0000765575	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JUD1431	0000764954	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU6784	0000764956	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN6770	0000764961	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDQ8250	0000764977	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HJP1230	0000765030	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MFQ9202	0000764903	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JUD1431	0000764912	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DMC5210	0000765114	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRB9499	0000765376	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ISI6542	0000765379	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI3574	0000765398	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APY3405	0000765408	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP8088	0000765409	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGI2301	0000765431	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AWB0408	0000765468	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ8237	0000765483	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IIZ9465	0000765506	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ6424	0000765512	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMZ0024	0000765517	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
API0760	0000765521	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU6784	0000765527	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM1370	0000765543	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EDW0700	0000765544	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI1671	0000766200	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI9263	0000766212	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM3822	0000766223	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDT1351	0000766224	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDC3470	0000766234	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILX2890	0000766235	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILX2890	0000766236	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGR5189	0000766240	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000766248	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASC7241	0000766273	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV1814	0000766276	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS8672	0000766918	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM0762	0000765610	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DIF1065	0000765619	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DIF1065	0000765666	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN8387	0000765694	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DIF1065	0000765700	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB9856	0000761735	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ1383	0000761479	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD9966	0000761556	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB0944	0000761589	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CTS1901	0000761611	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CNP3363	0000761613	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS1376	0000761614	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000761626	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJF1531	0000761635	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB5352	0000761640	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LOS9281	0000761599	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO0755	0000762271	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR5763	0000761239	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000761259	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000761300	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DWR1747	0000761310	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS9335	0000761323	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AXI4997	0000761328	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE2871	0000761347	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JZO7543	0000761388	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IDM3125	0000761397	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AOC9050	0000761404	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000761420	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ4360	0000761423	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO9382	0000761439	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN6206	0000761451	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA7114	0000761458	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AOC9050	0000761504	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16

LWT8863	0000761512	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKQ7284	0000761518	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ9496	0000761789	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO2549	0000761792	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOS5322	0000761815	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AOC9050	0000761839	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOS5322	0000761923	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HAK1736	0000761928	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYX2569	0000761930	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB9793	0000761939	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN3014	0000762001	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI9047	0000762003	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB2990	0000762005	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL7346	0000762006	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BUJ8575	0000762017	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS4401	0000762027	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH4833	0000762031	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH2511	0000762043	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH9340	0000762044	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM2815	0000762062	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL7453	0000762089	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IGO1975	0000762095	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE1208	0000762097	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV9547	0000762102	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR9684	0000762107	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV7370	0000762117	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKE1677	0000762139	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AES0307	0000762147	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN6002	0000762167	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BBB1142	0000762169	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BBB1142	0000762170	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM8781	0000762172	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ4536	0000762173	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AXI4997	0000762191	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICT1120	0000762238	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EKY0945	0000762243	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF3953	0000762255	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0091	0000762373	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000762413	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MET7485	0000762418	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU6614	0000762423	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH4782	0000762349	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU5612	0000762473	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BOW0907	0000762516	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOF0546	0000762517	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYD4177	0000762523	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY7196	0000762536	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW7359	0000762537	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DLG6756	0000762595	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ0751	0000762596	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY5760	0000762604	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM6788	0000762606	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JAO1809	0000762619	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MES1510	0000762624	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ3271	0000762636	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD6392	0000762644	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV0447	0000762646	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL2461	0000762649	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE1165	0000762651	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH1133	0000762653	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MED4810	0000762656	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EVH7742	0000762698	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU7242	0000762707	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16

LZO1590	0000762709	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ETX3103	0000762729	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW3264	0000762742	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6410	0000762551	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD9386	0000762750	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE7481	0000762773	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT9439	0000762788	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR2873	0000762797	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GLE2313	0000762798	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IHN7125	0000762832	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MER9229	0000762876	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM7520	0000762918	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN6770	0000762923	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFX7484	0000762946	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DTZ7829	0000763000	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC6684	0000763007	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC6684	0000763146	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB5870	0000763163	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IBJ5926	0000763201	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL7346	0000763208	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ7096	0000763213	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INJ5155	0000763217	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000763223	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG3598	0000763249	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ3232	0000763267	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH2981	0000763276	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB0338	0000763283	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN3318	0000763288	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AXP5375	0000763298	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID0561	0000763304	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR9677	0000763311	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN8651	0000763326	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN7545	0000763330	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000763338	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA8905	0000763342	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMP8634	0000763344	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA4571	0000763347	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ7713	0000763348	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA4571	0000763350	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ADE1757	0000763352	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV8145	0000763359	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV7054	0000763360	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP8834	0000763363	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FQE3951	0000763367	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW8662	0000763386	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGW0302	0000763893	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000763033	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZQ1373	0000763916	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE1425	0000763917	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK2442	0000763921	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OFI6447	0000764014	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OWL8878	0000764070	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL2898	0000764071	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFX0878	0000764072	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AUE6420	0000764089	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL2898	0000764292	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXM9275	0000764294	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDC4433	0000764300	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OFI6447	0000764307	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IBK0087	0000764314	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ING0483	0000763441	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV1161	0000763457	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO3147	0000763458	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MKS2270	0000763469	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT8666	0000763491	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ9496	0000763493	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD1703	0000763521	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT2322	0000763643	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS8672	0000763645	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF3813	0000763679	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF8818	0000763698	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6883	0000763730	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH1222	0000763736	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF1747	0000763737	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE8190	0000763720	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000763761	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF3813	0000763764	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYQ3402	0000763774	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF1747	0000763778	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA0008	0000763790	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ7601	0000763820	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF3813	0000763832	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN3840	0000763857	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU7567	0000763883	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA2403	0000763925	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CAT7459	0000763936	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM7667	0000763964	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CVL2751	0000763970	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FSA0900	0000763973	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV2300	0000764117	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQX8496	0000764136	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAO7274	0000764155	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR3432	0000764157	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS2185	0000764160	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAC7205	0000764162	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000764166	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI2179	0000764170	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CMU9347	0000764181	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBZ6835	0000764183	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY9189	0000764188	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQI2315	0000764196	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ9426	0000752170	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NBP4500	0000751821	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MOB5319	0000751831	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD5513	0000751833	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000751835	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ABH9284	0000751845	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ8032	0000751849	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NKM0940	0000751851	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA2365	0000751855	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ABH9284	0000751875	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ICF8300	0000751883	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILL3381	0000751888	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4741	0000751941	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0091	0000751957	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH2364	0000751911	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0091	0000751985	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0091	0000751993	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL7346	0000752040	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALG8927	0000752050	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP5932	0000752089	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG7642	0000752093	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4741	0000752122	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS8672	0000752136	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EQH2766	0000752139	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FDH4903	0000752154	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MHV1642	0000752186	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CFM2877	0000752194	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF5727	0000752209	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS1191	0000752221	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN1379	0000752223	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP7168	0000752230	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IIK6099	0000752431	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QII7195	0000752592	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LPC6016	0000752627	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ3525	0000752353	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFD1002	0000752358	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IIK6099	0000752372	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI1397	0000752394	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWT2359	0000752405	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHR0737	0000752425	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LCB7569	0000752487	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS2894	0000752799	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF2917	0000752815	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL7346	0000752976	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI8810	0000753010	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX8799	0000753068	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG4619	0000753080	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OBW4670	0000753083	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZL3322	0000753089	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL8384	0000753093	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FFK0911	0000753145	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF3301	0000753248	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ4393	0000753261	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM0795	0000753444	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBL1745	0000753508	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000753557	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL7346	0000753606	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JQK7567	0000753726	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OGU0508	0000753851	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY9834	0000754058	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ5514	0000754087	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IBB7501	0000754088	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH2981	0000754163	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HOY4574	0000754166	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXY8641	0000754171	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX9668	0000754188	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF3443	0000754202	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CGV8499	0000754210	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP4088	0000754217	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM1819	0000754235	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HOY4574	0000754238	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB2430	0000754243	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000754260	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS1766	0000754275	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZY6429	0000754293	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ0356	0000754294	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMP8634	0000754300	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED5907	0000754302	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF8101	0000754304	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG5761	0000754308	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI6760	0000752382	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFB4679	0000754148	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK3782	0000754154	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC1622	0000754348	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP2938	0000754315	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI7735	0000754383	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0091	0000754393	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA7937	0000754418	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MJC4973	0000754565	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE6225	0000754584	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ5514	0000754586	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CYN9122	0000754592	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IWR2443	0000754629	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BEL4097	0000754649	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV9497	0000754650	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB1471	0000754669	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FQW0010	0000754697	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000754701	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIP4694	0000754703	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH9275	0000754707	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV0494	0000754724	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT8594	0000754746	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK0570	0000754771	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK8807	0000754822	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GOW4673	0000754853	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITY4547	0000754874	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC8040	0000754884	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OBN0429	0000754887	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY2430	0000754903	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASV5899	0000754919	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE0191	0000754930	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKQ7284	0000754933	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ9494	0000754934	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR3256	0000754938	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6410	0000755013	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOB3874	0000755038	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV9885	0000755068	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000755072	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN5056	0000755133	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MYD6925	0000755155	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO9602	0000755160	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO9602	0000755182	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC4204	0000755202	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ9797	0000755209	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000755258	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6410	0000755336	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPD5579	0000755298	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IIU7141	0000755513	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW5483	0000755655	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JIG6150	0000755671	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITX9440	0000755672	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OAD4619	0000755676	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG0920	0000755681	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MID5161	0000755687	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDX5010	0000755707	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWS2831	0000755713	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS0033	0000755715	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM4461	0000755718	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA1456	0000755723	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EYI7169	0000755733	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ2826	0000755743	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK8697	0000755745	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI3882	0000755750	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ5566	0000755755	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BKS1514	0000755758	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH6085	0000755759	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ6116	0000755763	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH6085	0000755767	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000755768	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU6784	0000755770	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY5565	0000755771	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MFV0266	0000755773	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CPO8181	0000755777	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK8237	0000755781	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BIN5231	0000755787	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDM6817	0000755789	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX5633	0000755549	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN4605	0000755556	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ4835	0000755563	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HJQ1909	0000755564	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC1673	0000755576	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DHF8395	0000755586	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM3222	0000755588	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA2051	0000755623	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCI6489	0000755799	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYO1723	0000755830	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ0515	0000755832	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXY7301	0000755833	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ9496	0000755881	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JLR7831	0000755882	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR2385	0000755859	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZR9864	0000756197	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUU3659	0000756217	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY3818	0000756244	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV2818	0000756246	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM2275	0000756251	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AAL9374	0000756270	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JHM7388	0000756278	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JZJ3556	0000756282	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX2412	0000756295	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE5109	0000756297	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ4548	0000756299	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQM9745	0000756301	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXV8596	0000756307	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA7691	0000756548	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY6920	0000756553	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LOF3138	0000756554	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB5199	0000756558	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOB3874	0000756002	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT3345	0000756029	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW0159	0000756031	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000756042	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS6375	0000756047	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC6396	0000756052	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DAA0027	0000756063	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ7373	0000756069	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PNY1269	0000756081	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF9709	0000756082	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD7090	0000756083	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JCR0028	0000755948	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MOG2702	0000756113	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DJE6475	0000756120	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOB3874	0000756124	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMP1294	0000756128	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IVW5707	0000756358	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK0868	0000756387	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CVL2751	0000756401	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOE7359	0000756439	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ4578	0000756444	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXV8596	0000756459	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ9508	0000756469	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA6299	0000756470	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG6621	0000756488	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CBP3956	0000756500	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MKP6286	0000756581	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DZK0429	0000756600	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOB3874	0000756089	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000756142	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC1046	0000756165	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ9496	0000756680	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS2402	0000756689	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY7177	0000756702	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EMN9364	0000756708	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ8762	0000756758	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY9610	0000756765	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP5765	0000756781	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DZK0429	0000756791	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI5528	0000756797	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD1130	0000756815	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000756861	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA6158	0000756874	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KWA1242	0000756731	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMW2130	0000756904	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN6179	0000756908	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMG3839	0000756939	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000756944	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK0868	0000756949	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY8228	0000756957	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000756974	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBT4124	0000757012	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW5560	0000757030	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT0978	0000757036	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQK6318	0000757057	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ADN7228	0000757059	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000757066	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JWT8351	0000757100	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AEK2244	0000757105	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG5245	0000757116	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CRO1782	0000757140	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYK7349	0000757168	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MSM8692	0000757174	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZJ8249	0000757178	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWM4933	0000757210	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF7399	0000757326	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKT7230	0000757296	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HSX7802	0000757403	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS2989	0000757405	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH8820	0000757580	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ4387	0000757618	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0878	0000757629	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITW1597	0000757636	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ5602	0000757652	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGH1558	0000757667	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL7346	0000757672	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX0302	0000757463	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBT2509	0000757489	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALT9490	0000757509	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX8799	0000757705	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EEP8053	0000757706	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KVT9500	0000757714	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIV9552	0000757747	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV5675	0000757770	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IEY3415	0000757553	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ2433	0000757555	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA1814	0000757848	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITO1703	0000757961	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMT2891	0000757964	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16

QHA6410	0000757968	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN4605	0000757901	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITO1703	0000757979	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB1275	0000757986	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF3953	0000758033	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM6179	0000758036	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILP3838	0000758037	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BPB8909	0000758097	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ5514	0000758004	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW5439	0000758005	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6410	0000758130	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP8325	0000758145	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QJC0260	0000758151	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKO8308	0000758184	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKP2110	0000758250	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ABY5457	0000758429	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DTR4851	0000758438	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH7321	0000758459	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITZ9687	0000758471	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM4279	0000758502	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO0540	0000758521	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXZ9547	0000758524	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP8822	0000758525	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU3309	0000758545	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LOF3138	0000758552	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KNR6822	0000758560	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY4758	0000758561	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ISA6221	0000758562	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDU1704	0000758570	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN8423	0000758572	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ4081	0000758596	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX4489	0000758606	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS9146	0000758610	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQT2173	0000758629	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOK1425	0000758631	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJZ4286	0000758634	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INZ2689	0000758641	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA4576	0000758642	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO9417	0000758655	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HBA8884	0000758689	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA8971	0000758692	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ9687	0000758694	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI0437	0000758699	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZB9643	0000758701	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH2140	0000758706	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HGX4213	0000758663	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED2922	0000758670	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AUK5084	0000758676	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK7628	0000758716	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KEL4365	0000758724	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF7511	0000758733	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN5239	0000758736	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU3309	0000758754	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD6640	0000758755	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH9597	0000759300	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FAB4516	0000759315	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOS5322	0000759991	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO0755	0000759997	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY4758	0000759927	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EQG3086	0000759392	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BAK0910	0000759399	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA1814	0000759423	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC2324	0000759424	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MDS8424	0000759453	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BMA5131	0000759468	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000759552	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB9856	0000759597	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU0498	0000759766	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP4998	0000759773	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX7397	0000759803	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX0423	0000759818	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000759864	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRX0562	0000759869	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABY5457	0000759619	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOS5322	0000759659	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYX2569	0000759665	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABQ6820	0000760131	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000760148	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PYB8228	0000760149	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE3355	0000760166	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000760170	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000760171	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE3355	0000760190	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS2054	0000760201	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000760209	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP0703	0000760221	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NKJ6132	0000760344	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR6167	0000760350	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF3849	0000760358	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CHW6370	0000760365	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EKY0945	0000760398	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS6820	0000760399	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA4650	0000760407	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL9239	0000760430	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA2639	0000760446	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DPL2526	0000760479	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CVL2751	0000760676	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL3965	0000760690	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL8169	0000760718	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO8982	0000760727	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000760747	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ9496	0000760749	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ9494	0000760756	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJL3109	0000760767	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000760769	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EDW7154	0000760796	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS6820	0000760810	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG7427	0000760848	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG7427	0000760849	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALN6890	0000760856	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD7090	0000760655	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM2525	0000760924	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ9496	0000760949	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB0944	0000761058	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JSM6128	0000761084	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS6375	0000761098	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GZK1616	0000761147	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXQ0599	0000761184	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000761185	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX2140	0000761205	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASD7875	0000746418	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIS2510	0000746422	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO7762	0000746801	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF5264	0000746967	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JDD1515	0000746337	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL2988	0000746455	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MHX0904	0000746651	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXW7329	0000745968	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT4202	0000745972	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI6773	0000746255	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MVS7346	0000745010	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OHJ7337	0000745056	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INS9938	0000745077	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ6531	0000745143	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOY2536	0000745261	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DZZ1353	0000745340	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG4152	0000745744	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG2855	0000745500	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ7921	0000745511	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH2664	0000745649	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN9949	0000745732	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU7210	0000745785	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ8970	0000745856	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IZF9998	0000745868	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ8970	0000745874	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP3501	0000745910	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LBD6487	0000747248	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQT6794	0000747298	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG8189	0000747312	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ7802	0000747381	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ICJ6601	0000747385	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZJ7540	0000747403	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IVX0790	0000747595	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU3252	0000747783	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG0904	0000747840	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BNM5352	0000747859	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LCM2844	0000747888	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUT5331	0000747906	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPV7948	0000747925	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC5736	0000747057	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWT2359	0000747125	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP0245	0000747126	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILV1843	0000747236	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIS3418	0000748177	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJX1342	0000748187	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IDR6239	0000748207	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IUV7211	0000748233	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN9949	0000748372	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD0080	0000748392	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CVL2751	0000748395	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ9989	0000748486	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN2771	0000748526	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI5441	0000748563	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO9007	0000748583	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD4490	0000748603	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ9085	0000748620	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH1806	0000748659	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF2696	0000749083	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD7371	0000749108	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH0655	0000749121	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC7581	0000749228	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW3387	0000749238	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS5199	0000749248	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT0876	0000749257	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA4312	0000749497	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF2917	0000749528	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP0873	0000749559	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT5942	0000749571	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR1890	0000749619	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16

AYM8643	0000749637	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK6310	0000748977	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV8966	0000749004	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM0795	0000749717	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU4260	0000749728	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY0542	0000749851	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG1367	0000749853	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ2026	0000749861	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MVQ9016	0000749872	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FFV3323	0000749905	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM5039	0000749909	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM2236	0000750236	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHJ0303	0000750301	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZI3704	0000750421	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OQN5547	0000750433	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000750561	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP3231	0000750565	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO9602	0000750647	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB2266	0000750709	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ5514	0000750793	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LOR6316	0000751047	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AAS4752	0000751072	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO8970	0000751084	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO3825	0000751175	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATB3309	0000751219	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP1045	0000751242	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP1045	0000751256	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EMQ4895	0000751291	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA5529	0000751316	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LPU8361	0000751360	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN3869	0000751365	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBA8545	0000751391	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC7125	0000751405	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOB6262	0000750865	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7921	0000750872	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KOX9069	0000750978	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH8866	0000751472	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHP4290	0000751502	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ2654	0000751504	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR2695	0000751527	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ3306	0000751546	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ0320	0000751551	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM5039	0000751573	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG8825	0000751579	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDQ3530	0000751582	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BHJ1546	0000751589	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXO2892	0000751615	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXO2892	0000751623	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV6519	0000751656	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH1063	0000751697	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CUB4158	0000751711	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR2695	0000751714	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG9655	0000751715	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FJJ0408	0000751742	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NXB4388	0000751747	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA8450	0000751760	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKP3442	0000739943	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKP3442	0000739955	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOJ7398	0000739999	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS2241	0000738699	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IKF9897	0000738704	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ3851	0000739315	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IJO3979	0000737809	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16

MIS0265	0000739662	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DGW9562	0000739725	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ANH1417	0000740066	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EKT6005	0000740179	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDP2717	0000740325	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX1895	0000740403	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN5978	0000740546	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS6470	0000741177	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS7596	0000741195	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY4877	0000741248	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKP3442	0000741347	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW0359	0000741750	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIY4202	0000741839	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP2033	0000741843	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
APF1555	0000741849	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV8517	0000741899	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FCY8360	0000741952	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM3133	0000742210	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DTD9816	0000742316	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK7812	0000742436	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0948	0000742570	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE8946	0000742700	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ3628	0000742811	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR4327	0000742874	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG1062	0000742888	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO3075	0000743090	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB3199	0000743110	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS6470	0000743278	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EKT6005	0000743435	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE9701	0000743496	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ4894	0000743520	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BDD0130	0000743624	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP0551	0000743751	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CAX2992	0000744274	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ELC7917	0000743890	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB3359	0000743962	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KQB0251	0000744201	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CEK2241	0000744254	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ9919	0000744658	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CWZ7498	0000744740	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ6714	0000744762	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK8838	0000737149	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB4080	0000737201	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC9819	0000738202	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ALV7416	0000738452	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI2934	0000738479	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EFX1254	0000738739	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX7277	0000739189	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC4487	0000739209	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG0504	0000737582	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ5437	0000737593	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DEM6982	0000737764	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CYN9122	0000737963	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ISX5546	0000738117	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUB8357	0000738143	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR0156	0000735857	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI9990	0000736708	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EGH7396	0000737057	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS2241	0000737072	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IPM1031	0000736568	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR9766	0000736618	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP0703	0000733446	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ENV3720	0000733522	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16

MEZ1818	0000733559	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL9393	0000733572	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AYW1626	0000733645	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KMA7330	0000733718	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD3013	0000733804	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL8394	0000733897	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM7598	0000733904	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7551	0000734393	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI3883	0000734395	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IWS0128	0000734402	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7363	0000734418	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXC7534	0000734498	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ANQ3718	0000734673	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AJC8519	0000734696	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MML8698	0000734722	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY6239	0000733985	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ8393	0000734053	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ANB2994	0000734173	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU0275	0000736027	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DAM5332	0000736068	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM9838	0000736081	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QII4672	0000736190	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DQK3373	0000735916	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ANB2994	0000736298	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IDK9273	0000730620	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA1487	0000730658	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS3295	0000730717	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AEK3302	0000730390	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG1223	0000730398	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IJV5576	0000730421	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW4640	0000730450	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG2129	0000730519	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ARU2823	0000730564	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE0769	0000732373	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD0334	0000732640	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY7100	0000732678	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD0334	0000732699	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7551	0000732720	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ5309	0000733007	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CJV8505	0000733031	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
INZ3665	0000733085	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EQH2766	0000733102	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HCC1515	0000733159	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ADK3434	0000733223	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGJ6287	0000733226	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW7768	0000733267	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP2442	0000733277	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS0697	0000733295	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM0808	0000733333	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA5389	0000729607	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY1675	0000729724	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IMM8251	0000729733	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT0180	0000729543	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MII2252	0000730027	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IMR3116	0000730169	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL8253	0000730187	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK4803	0000730212	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM5035	0000730690	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM8929	0000730708	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZK6576	0000729133	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL4634	0000729340	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW7525	0000729443	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EHX7948	0000728967	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16

MMA8377	0000728985	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM5798	0000729566	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL6611	0000729975	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AJX9823	0000730002	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ECA6090	0000730242	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ION1203	0000727460	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA1017	0000727498	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC4099	0000727499	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO0709	0000727502	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH7784	0000727565	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000728119	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT9015	0000728125	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL0572	0000728205	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HEF0355	0000728025	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT8204	0000728042	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AJH5489	0000728046	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK7304	0000728047	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DHR9030	0000728051	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA1559	0000727344	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ION1203	0000727358	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
APS1474	0000728368	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IIR7455	0000728750	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
APQ2228	0000728755	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC1205	0000728758	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD5644	0000728795	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZV7465	0000728911	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA3179	0000728935	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAI3557	0000729013	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AAV4350	0000729019	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVM8731	0000729026	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK6648	0000728525	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DNU5435	0000728549	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AKC9930	0000728590	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM6337	0000728636	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AKC9930	0000728708	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA7810	0000729054	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS6856	0000729078	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY1386	0000729141	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY4971	0000729181	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC8953	0000729294	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG5359	0000729299	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL7575	0000729423	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ3283	0000729451	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA6353	0000729462	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV2035	0000729463	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVM8731	0000729735	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC8953	0000729737	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
NJC9375	0000729738	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HSM1156	0000729744	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCF1552	0000729759	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF6396	0000729760	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL2979	0000729768	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI5641	0000729776	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW3268	0000729796	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JSX4494	0000729798	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWP9585	0000729801	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DSA5003	0000729808	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG7064	0000729930	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW0337	0000723875	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW0337	0000723887	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVQ5748	0000723899	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXN9713	0000724007	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE8843	0000724145	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16

QIA2007	0000724176	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM6644	0000724244	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR7054	0000724263	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IFU8246	0000724760	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO5247	0000724781	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ATG7960	0000724799	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EQH2766	0000724850	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI5751	0000724864	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JXZ4390	0000723245	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7599	0000723407	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA3439	0000723410	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG5376	0000723417	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGA0244	0000723470	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IVP4206	0000723474	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL7602	0000723548	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ0044	0000723572	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000723624	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA3439	0000723640	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA1337	0000723646	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DXH8151	0000723728	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG4988	0000723749	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DTE9275	0000723781	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JPP1552	0000724733	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IHC6609	0000725118	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC3485	0000725211	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EAK8006	0000726091	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM7305	0000726347	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ACL8202	0000726354	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IIR7455	0000726376	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IDS1999	0000726481	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWT0088	0000726483	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF4084	0000726487	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OPI6202	0000726670	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN6917	0000726673	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AFQ8946	0000726674	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE7457	0000726678	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP7273	0000726694	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG0693	0000726784	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM9085	0000726787	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH1006	0000727008	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IMH1770	0000727009	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH1006	0000727011	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY2665	0000727012	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH9081	0000727072	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB2109	0000726608	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ1689	0000727145	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY4223	0000727179	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM8375	0000728311	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF2594	0000719132	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN1827	0000719260	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
KZY0672	0000719348	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX3469	0000719407	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
HWK3752	0000710638	12/06/2017	74550	218	*	I	130.16
CPW5087	0000703790	30/05/2017	74550	218	*	I	130.16
LKM7031	0000715177	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB9312	0000717641	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX7029	0000717695	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT1966	0000718883	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MII1669	0000720379	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IME5772	0000720554	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MAD8979	0000720668	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MES6525	0000720691	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP3435	0000720975	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16

MEF8009	0000720996	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY1019	0000721151	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN5567	0000721246	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AAA8871	0000721320	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AAA8871	0000721339	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM8164	0000720816	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AAA8871	0000721356	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAA4776	0000721411	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV1308	0000721521	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC0423	0000721591	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JHN7687	0000721798	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM6384	0000721612	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX2523	0000721982	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA1200	0000722099	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV4831	0000722260	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ELQ9661	0000722261	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL1590	0000722287	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AQR2886	0000722317	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY5946	0000722325	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF7795	0000722361	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF5264	0000722559	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HNA4239	0000722569	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP0701	0000722702	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG6959	0000722749	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ5876	0000722465	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KVJ6399	0000722988	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF1884	0000723071	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU6085	0000723081	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000723230	04/07/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000722774	03/07/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000722145	02/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCW9941	0000721597	01/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLA4159	0000720753	30/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MFI6773	0000721351	01/07/2017	74630	218	*	II	195.23
HJI5347	0000719486	28/06/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000719308	27/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MLQ5538	0000728354	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY4223	0000727177	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHP0611	0000726659	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY4223	0000727085	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY4223	0000726584	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY4223	0000726587	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IHC6609	0000726930	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IIL9843	0000726950	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFU9768	0000723750	05/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHE6251	0000723701	05/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIB0573	0000724877	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MDE4035	0000729932	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IGZ2721	0000729541	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHM6202	0000729211	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKY7678	0000729087	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHV1098	0000729066	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
LZW7525	0000728719	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5094	0000729027	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHN4042	0000729051	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000728272	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHA8675	0000728056	13/07/2017	74630	218	*	II	195.23
LZV7465	0000728478	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AJI8955	0000729889	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGP5136	0000729100	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IIR7455	0000729550	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DKC5599	0000729596	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QII1513	0000729734	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23

MMML3703	0000733413	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000732833	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCE9670	0000732548	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJG1223	0000730617	17/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MBI1688	0000730993	18/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AUL7203	0000731594	20/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AUL7203	0000731604	20/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IHG2840	0000733763	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKD5424	0000736668	27/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AHX9368	0000737419	28/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG1070	0000735874	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFC4006	0000735922	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEU1866	0000736432	27/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCW7768	0000733975	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIV5286	0000738145	28/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGT1534	0000743114	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIJ2305	0000743213	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
APN0610	0000742798	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFL2303	0000742810	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYH1429	0000742464	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
GZI1182	0000742485	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMC7844	0000740728	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHP0703	0000737884	29/07/2017	74630	218	*	II	195.23
JFU5571	0000751803	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
HVZ9907	0000751608	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHP2675	0000751544	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZR9864	0000751514	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGJ4240	0000751040	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFA4917	0000750912	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHA5529	0000750757	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CCX3639	0000750475	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LCB7569	0000749953	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIM0795	0000749837	16/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGM5039	0000749065	15/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAA5517	0000749688	16/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKK2832	0000749188	15/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IHT6609	0000748373	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGI7942	0000747247	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AVW0042	0000747937	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEO8972	0000745953	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OFU6772	0000744078	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761233	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ALN6890	0000761145	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DON1240	0000761060	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIQ9496	0000761048	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HTD0103	0000761051	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHE3355	0000761002	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000761004	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DNU2771	0000760931	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCE2703	0000760662	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AKH8814	0000760794	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000760700	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIV6250	0000760484	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ABQ6820	0000760487	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000760536	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000760585	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEB9637	0000760603	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000760614	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
NFR4470	0000760347	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ABQ6820	0000760270	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AMK0591	0000760317	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000759705	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000758688	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23

MLF0328	0000759599	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QJC0503	0000758744	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
JBB1439	0000758669	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000758707	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFV7507	0000758712	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ5535	0000758658	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MES5334	0000758649	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000758623	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFW1417	0000758191	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHF4972	0000758150	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEM6179	0000758128	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKR2901	0000757565	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ILL3381	0000757682	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8672	0000757449	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IDZ2183	0000756960	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIF3356	0000756967	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLO0717	0000756923	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EQH2766	0000756877	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8672	0000756840	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFY0490	0000756853	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ILL3381	0000756787	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8672	0000756711	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIQ9496	0000756340	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EBI1603	0000756110	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
FHN1531	0000755993	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ILR5484	0000756315	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LOF3138	0000756291	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYA3611	0000755811	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBI2145	0000755827	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEF6183	0000755596	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFA5866	0000755539	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEX6235	0000755543	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHI5469	0000755795	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ALY2541	0000755798	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKY2580	0000755523	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8672	0000755304	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
INO0326	0000755320	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AKH8814	0000755495	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EAK1043	0000755498	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
FMF0707	0000755505	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMB6992	0000755345	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EAK1043	0000755435	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIZ6994	0000755268	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJB1083	0000755273	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIQ9496	0000755283	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EQH2766	0000755049	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHD9725	0000754607	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGL8951	0000754950	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFW1417	0000754702	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
INO0326	0000754664	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKV0909	0000754329	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBP1045	0000752505	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDH2981	0000754156	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DIA0536	0000752388	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHW4150	0000754314	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2606/2017

Publicação Nº 1432871

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2606/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZJ0028	P03DG00063	06/10/2017	75790	165	A
DOG3161	P02QO0009N	07/10/2017	75790	165	A
ANE0914	P03DG00065	07/10/2017	75790	165	A
ANA9008	P017S000FR	07/10/2017	75790	165	A
CHN0988	P02YB00018	07/10/2017	75790	165	A
MCL6597	P02VC000C2	07/10/2017	75790	165	A
NFB0600	P02QO0009S	08/10/2017	75790	165	A
DWF4394	P038H0007K	08/10/2017	75790	165	A
MCD2473	P02QO000A5	13/10/2017	75790	165	A
MGP0790	P017Q0023G	15/10/2017	75790	165	A
MKQ4635	P02VF0007D	14/10/2017	75790	165	A
MDE7695	P019P000D1	15/10/2017	75790	165	A
MBY6177	P02VC000DA	15/10/2017	75790	165	A
MHJ1061	P01II00097	28/10/2017	75790	165	A
MFM8278	P02VD0005C	02/11/2017	75790	165	A
MBZ8977	P019O000HX	01/11/2017	75790	165	A
AJQ8731	P038H000AK	02/11/2017	75790	165	A
CIG9609	P02VF0008Z	02/11/2017	75790	165	A
DWR1747	P02VC000EX	02/11/2017	75790	165	A
MCZ4921	P017N0003X	01/11/2017	50100	162	* I
FAO1534	P030R0003R	03/11/2017	50100	162	* I
MBM0785	P019P000E4	04/11/2017	50100	162	* I
MBZ8977	P019O000HY	01/11/2017	50100	162	* I
MBN2563	P02QO000B6	31/10/2017	50100	162	* I
MGG8000	P02RI0007L	01/11/2017	50100	162	* I
BIG0336	P02RJ0004P	28/10/2017	50100	162	* I
MDE7695	P019P000CY	15/10/2017	50100	162	* I
LXR6031	P02T200136	15/10/2017	50100	162	* I
INX1923	P02VF0007A	14/10/2017	50100	162	* I
MCD2473	P02QO000A7	13/10/2017	50100	162	* I
LXQ2336	P019O000H2	12/10/2017	50100	162	* I

DWF4394	P038H0007L	08/10/2017	50100	162	*	I
AXQ0684	P02VC000C5	07/10/2017	50100	162	*	I
QHP9539	P02UT0005J	05/10/2017	50450	162	*	V
EKL8719	P02VF0008D	01/11/2017	50450	162	*	V
DKF2233	P019O000IB	02/11/2017	50450	162	*	V
MBZ8977	P019O000I0	01/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MDE7695	P019P000D0	15/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
LXQ2336	P019O000H4	12/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
MBM0785	P019P000E5	04/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
CIG9609	P02VF0008W	02/11/2017	66020	230	*	VI
CHM5360	P017Q0022V	08/10/2017	67000	230	*	XVI
MGS0229	P038H000AY	02/11/2017	67690	230	*	XXII
MGS0229	P038H000AX	02/11/2017	69120	232		
MCL6597	P02VC000C1	07/10/2017	69120	232		
LYX9837	P02VH00017	15/10/2017	69120	232		
MCQ0818	P02UT0006P	01/11/2017	69120	232		
EKL8719	P02VF0008C	01/11/2017	51691	165		
IGO3285	P02T200120	07/10/2017	51691	165		
MKT4247	P02VC000C3	07/10/2017	51691	165		
MHZ5522	P017S000GL	02/11/2017	51691	165		
MBM0785	P019P000E6	04/11/2017	51691	165		
FAO1534	P030R0003Q	03/11/2017	65992	230	*	V
CIG9609	P02VF00090	02/11/2017	65992	230	*	V
DWR1747	P02VC000EW	02/11/2017	65992	230	*	V
MAM6237	P038H0007M	08/10/2017	65992	230	*	V
LXQ2336	P019O000H3	12/10/2017	65992	230	*	V
MCD2473	P02QO000A6	13/10/2017	65992	230	*	V
AOR7037	P038H0007T	14/10/2017	65992	230	*	V
INX1923	P02VF00079	14/10/2017	65992	230	*	V
LXR6031	P02T200137	15/10/2017	65992	230	*	V
MBZ8977	P019O000HZ	01/11/2017	65992	230	*	V
MCZ4921	P017N0003Y	01/11/2017	65992	230	*	V
MCQ0818	P02UT0006O	01/11/2017	65992	230	*	V
BIG0336	P02RJ0004Q	28/10/2017	65992	230	*	V
MIN9591	P02QO000B7	02/11/2017	66102	230	*	VII
MIW2982	P019O000I2	01/11/2017	66102	230	*	VII
AIF1068	P017Q0022I	08/10/2017	66102	230	*	VII
MCK2614	P02T20011S	06/10/2017	66102	230	*	VII
MGS0229	P038H000AW	02/11/2017	66102	230	*	VII
MGS0229	P038H000AZ	02/11/2017	66372	230	*	IX
MCE1132	P02VF0008P	02/11/2017	66372	230	*	IX
MFM8278	P02VD0005A	02/11/2017	66532	230	*	XI
CIG9609	P02VF0008V	02/11/2017	66532	230	*	XI
DMO0506	P038H000AI	02/11/2017	66532	230	*	XI
AJQ8731	P038H000AJ	02/11/2017	66532	230	*	XI
MJC4762	P02VC000ES	01/11/2017	66532	230	*	XI
MBZ8977	P019O000I1	01/11/2017	66532	230	*	XI
MDU0131	P017S000GG	30/10/2017	66532	230	*	XI
MDE7695	P019P000CZ	15/10/2017	66532	230	*	XI
LCX2045	P017P00098	08/10/2017	66532	230	*	XI
IGT8528	P02VC000D5	15/10/2017	66532	230	*	XI
DWR1747	P02VF00092	02/11/2017	66532	230	*	XI
QHK9753	P019P000CG	03/10/2017	67261	230	*	XVIII
CIG9609	P02VF0008X	02/11/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2607/2017

Publicação Nº 1432870

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8028 2607/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGI9347	P02UT0006R	03/11/2017	76252	ART 181, XX
IGT8528	P02VC000D7	15/10/2017	52070	169
IPK8866	P02YB0001F	02/11/2017	54870	181 * XI
ATO4014	P019R0006T	16/10/2017	57200	186 * I
MDB4103	P019R0006U	16/10/2017	57200	186 * I
MHZ5522	P017S000GJ	02/11/2017	57200	186 * I
MFM8278	P02VD0005B	02/11/2017	58350	195
EUW1455	P02UT0005Q	06/10/2017	61220	214 * I
MKT2240	P019O000H6	14/10/2017	61220	214 * I
QHI4287	P019O000GI	12/10/2017	65300	228
AGN7575	P019O000GK	12/10/2017	65300	228
MMB0488	P019O000GR	12/10/2017	65300	228
AGN7575	P017P00093	07/10/2017	65300	228
CWQ8897	P017S000GV	05/11/2017	65300	228
JPG2401	P02YB0001G	02/11/2017	65300	228
MKK2650	P017S000GM	04/11/2017	65300	228
LWX8102	P02RI0007W	07/11/2017	51851	167
LZJ0028	P03DG00062	06/10/2017	51851	167
CIG9609	P02VF0008Y	02/11/2017	51851	167
BED0230	P019R0007R	30/10/2017	51851	167
MGG8000	P02RI0007M	01/11/2017	51851	167
EGH4730	P019O000GV	12/10/2017	52312	172
MGX4097	P017N0003Z	02/11/2017	56143	182 * V
MFM8278	P02VD00059	02/11/2017	60681	209
LYX9837	P02VH00016	15/10/2017	52583	174
QHP9539	P02UT0005I	05/10/2017	73662	252*VI
MEL3857	P02QO0009C	05/10/2017	73662	252*VI
HCY4341	P017S000GO	04/11/2017	73662	252*VI
INE5838	P017S000GQ	04/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2033/2017

Publicação Nº 1432471

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 2033/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CMP9290	55865509E	02/11/2017	69120	232
MIJ5305	55865510E	02/11/2017	69120	232
FGF6620	55865485E	02/10/2017	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2034/2017

Publicação Nº 1432470

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 2034/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHI1586	54307641N	13/10/2017	50020	257 ã 8\$
IWK8880	54308092N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MIZ8241	54308107N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKB6110	54315763N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJD3216	54315765N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJD3216	54315767N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHN8651	54315768N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIX7300	54315770N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJK9591	54315771N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJD3216	54315772N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLS6258	54315773N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJD3216	54315775N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
AWC2657	55866628E	26/09/2017	76251	ART 181, XX
QIG2010	55867058E	24/10/2017	76251	ART 181, XX
MCW7477	55867066E	01/11/2017	76251	ART 181, XX
MCM1021	55867087E	03/11/2017	76252	ART 181, XX
MFQ3810	55867020E	30/10/2017	54600	181 * IX
MGG8175	55867083E	31/10/2017	54600	181 * IX
QHQ6215	55865508E	10/10/2017	54790	181 * X
MJT0362	55866582E	06/10/2017	55500	181 * XVIII
DOC0313	55866590E	07/10/2017	55500	181 * XVIII
ISI3496	55867086E	03/11/2017	55500	181 * XVIII
MLF7855	55866926E	01/11/2017	55500	181 * XVIII
MLI8685	55865491E	06/10/2017	55500	181 * XVIII
LYY0102	55866862E	09/10/2017	55500	181 * XVIII
MJJ9016	55866856E	04/10/2017	55680	181 * XIX
MFR5138	55865155E	30/10/2017	57200	186 * I
MFR5138	55865154E	20/10/2017	58350	195
MGJ4240	55866592E	07/10/2017	58350	195
MGJ4240	55866596E	07/10/2017	51851	167
DZV2029	55866928E	06/11/2017	54521	181 * VIII
ALA3935	55865156E	04/11/2017	54521	181 * VIII
MEU9129	55865914E	26/10/2017	54521	181 * VIII
QIE1578	55867063E	31/10/2017	54522	181 * VIII
MBK6051	55867018E	24/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AQC9461	55181991F	12/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DJN0654	55184746F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXW9281	55184761F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DLP3565	55184768F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHE1745	55184788F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ENC3346	55184807F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKP0712	55184809F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AYJ5987	55184822F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJO0411	55184828F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIW6057	55184834F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMH1455	55184840F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIL8419	55185157F	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

MBF3985	55185159F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXI4091	55185166F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYP3728	55185167F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN9093	55185174F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI2115	55185177F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KYK2995	55185186F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD3216	55185215F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBY1632	55185231F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFO3084	55185239F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKV1569	55185254F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDV5321	55185269F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXU3992	55185278F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA9328	55185282F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCX2997	55185287F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EQH1889	55185292F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXU3992	55185293F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZB4551	55185304F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCX2997	55185306F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FOE9041	55185321F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI9469	55185335F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEK8932	55185337F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DQA9147	55185345F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXA0624	55185358F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHS7279	55185364F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DQA9147	55185365F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BBC4658	55185377F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYJ5279	55185401F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFT5915	55185427F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD3216	55185449F	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIR3149	55182887F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEE1872	55182888F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIR3149	55182899F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIC6972	55182903F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB1749	55182907F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIG3217	55182915F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIK1361	55182925F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIC6972	55182927F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT9657	55182932F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI2501	55182940F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXZ7489	55182949F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI2501	55182957F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEE1872	55182969F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXW9097	55182986F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKB7006	55182987F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DLU4297	55182992F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ1471	55182993F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JZM6993	55182048F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHW3307	55182724F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CYU8949	55182752F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BPM8584	55182758F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI2501	55182779F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMD5148	55182789F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QJD0030	55182802F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI2501	55182804F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY3601	55182821F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEU6704	55182824F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE2782	55182828F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIA6739	55182843F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI2501	55182878F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FSX1903	55182884F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLL1856	55182885F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HGL9891	55183304F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JZP6094	55183605F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

AZJ6904	55183633F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFI8780	55183663F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HGL9891	55183867F	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZB4551	55184331F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DQE2046	55184559F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AWC2657	55184578F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55184609F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55184626F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIV5898	55184627F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ICY2451	55184648F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXE2424	55184649F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AWC2657	55184664F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHT9951	55184665F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFK8636	55184671F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55184675F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHT9951	55184677F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHW2828	55184689F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JQC3244	55184692F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55184702F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CAI5296	55184711F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR9204	55184734F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIF8652	55184745F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DDP2717	55182995F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHR3984	55183017F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MER7637	55183025F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBZ9687	55183040F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55183043F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHZ0792	55183066F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC6776	55183072F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY4163	55183076F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
INW3150	55183099F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55183103F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLN4987	55183114F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55183122F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CJY1632	55183146F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCN4493	55183154F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM8471	55183168F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HGL9891	55183200F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHV3248	55183226F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIB2672	55183253F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OAR0303	55183278F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO6224	55183298F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBQ2218	55184842F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ACX3719	55184845F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUR0260	55184850F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HJW4340	55184851F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM7520	55184852F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AVR0165	55184856F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BAS5514	55184859F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM6054	55184866F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HJW4340	55184872F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DSY6632	55184873F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IKG0606	55184879F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55184883F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ELX4394	55184884F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55184887F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IAU2687	55184893F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJI4719	55184894F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HLP0984	55184898F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFO9417	55184911F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLU2033	55184913F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EGS6501	55184917F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC5498	55184919F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

AKT1154	55184951F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DLR1902	55184954F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDB8001	55184963F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EIP6237	55184965F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MVA7033	55184967F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55184971F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BAH0360	55184973F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EIP6237	55184980F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP6467	55184988F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA3920	55184994F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISR0122	55184997F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EAS7514	55184998F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBR6818	55185001F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55185004F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GYA6796	55185005F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JGN7287	55185006F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXY8641	55185008F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHP1389	55185009F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FJA0584	55185011F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55185016F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDB8001	55185021F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQK1184	55185026F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA8896	55185032F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEC8064	55185035F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55185038F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55185040F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAN7872	55185041F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUR0260	55185048F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DQS8205	55185054F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FMA1618	55185055F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APV1326	55185061F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRA7438	55185062F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KLF4765	55185063F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ELX4394	55185064F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55185067F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DWR1747	55185068F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KAJ5481	55185075F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJP6887	55185077F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KLF4765	55185079F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN3869	55185080F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKO2343	55185084F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR7893	55185089F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMR6310	55185091F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIY2086	55185095F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KLF4765	55185103F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL8419	55185105F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFM2206	55185107F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DWM6504	55185108F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANN1946	55185114F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHX2445	55185115F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJM2801	55185118F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 980/2017

Publicação Nº 1432443

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 980/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBY9579	54306284N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLB1291	54306289N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIY7232	54306297N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHI8967	54306343N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHI3426	54306355N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMM9408	54307988N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFT0436	54308121N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGI2439	54308134N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHS2317	54308146N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
JUN6711	54308158N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHS6174	54308187N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIU2653	54308193N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKC6881	54308204N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX9600	54308238N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGF6142	54309098N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHN2804	54309104N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLC6925	54309125N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGF6142	54309179N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
EPK7101	54314973N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJJ8662	54314974N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHI9978	54314975N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHI9978	54314976N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AAT6815	54314977N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
IKE1677	54314978N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLI4560	54314979N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHH9635	54314980N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
LYW1088	54314983N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIO2462	54314984N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
LYW1088	54314985N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLW1095	54314986N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
FNL1746	54314990N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDE3621	54314994N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMJ3339	54314995N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MYK2789	54314996N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$

MIV9628	54314998N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MJO1497	54315002N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIM6216	54315005N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
EQN2650	54315010N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
IKE1677	54315011N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLS2826	54315014N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MBX0266	54315015N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54315016N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54315018N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MIV9628	54315021N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MGE3342	54315027N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MFZ8864	0000795747	02/11/2017	74550	218	*	I
MET9248	0000795753	02/11/2017	74550	218	*	I
MDP3556	0000795759	02/11/2017	74550	218	*	I
MJY6235	0000795760	02/11/2017	74550	218	*	I
MJY6235	0000795761	02/11/2017	74550	218	*	I
MIP8295	0000795768	02/11/2017	74550	218	*	I
MLS6378	0000795769	02/11/2017	74550	218	*	I
MCD8785	0000795770	02/11/2017	74550	218	*	I
AXR2274	0000795776	02/11/2017	74550	218	*	I
MAU1800	0000795778	02/11/2017	74550	218	*	I
LXZ1157	0000795783	02/11/2017	74550	218	*	I
QHE4684	0000795787	02/11/2017	74550	218	*	I
MID3132	0000795792	02/11/2017	74550	218	*	I
EFA0504	0000795797	02/11/2017	74550	218	*	I
ALX8565	0000795799	02/11/2017	74550	218	*	I
MBO5896	0000795801	02/11/2017	74550	218	*	I
ADO0496	0000795803	02/11/2017	74550	218	*	I
DGX9984	0000795415	02/11/2017	74550	218	*	I
MJW1505	0000795419	02/11/2017	74550	218	*	I
AJM4190	0000795421	02/11/2017	74550	218	*	I
INI1724	0000795443	02/11/2017	74550	218	*	I
QHG7405	0000795455	02/11/2017	74550	218	*	I
MLI8810	0000795456	02/11/2017	74550	218	*	I
MGV9443	0000795463	02/11/2017	74550	218	*	I
IPT9285	0000795493	02/11/2017	74550	218	*	I
DDK1564	0000795494	02/11/2017	74550	218	*	I
CYB5754	0000795497	02/11/2017	74550	218	*	I
ILS0111	0000795499	02/11/2017	74550	218	*	I
MLC3761	0000795506	02/11/2017	74550	218	*	I
GXW5827	0000795507	02/11/2017	74550	218	*	I
MDV8849	0000795509	02/11/2017	74550	218	*	I
IEN4734	0000795525	02/11/2017	74550	218	*	I
QJR8100	0000795536	02/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000795594	02/11/2017	74550	218	*	I
MDR6634	0000795596	02/11/2017	74550	218	*	I
MJS4317	0000795597	02/11/2017	74550	218	*	I
JRW2560	0000795630	02/11/2017	74550	218	*	I
AIF0704	0000795639	02/11/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000795645	02/11/2017	74550	218	*	I
MKG8519	0000795656	02/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000795657	02/11/2017	74550	218	*	I
ICZ3081	0000795667	02/11/2017	74550	218	*	I
QHE3580	0000795670	02/11/2017	74550	218	*	I
MCM6355	0000795671	02/11/2017	74550	218	*	I
ILL6517	0000795672	02/11/2017	74550	218	*	I
QHL8747	0000795539	02/11/2017	74550	218	*	I
AMY1456	0000795552	02/11/2017	74550	218	*	I
ARS0675	0000795675	02/11/2017	74550	218	*	I
QIJ7828	0000795682	02/11/2017	74550	218	*	I
QHA8316	0000795692	02/11/2017	74550	218	*	I
MHK2915	0000795695	02/11/2017	74550	218	*	I
MGU6494	0000795706	02/11/2017	74550	218	*	I

MCS3101	0000795709	02/11/2017	74550	218	*	I
ELP4704	0000795716	02/11/2017	74550	218	*	I
QHG7798	0000795727	02/11/2017	74550	218	*	I
QHI3206	0000795731	02/11/2017	74550	218	*	I
IQK0255	0000795806	02/11/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000795827	02/11/2017	74550	218	*	I
CVS5534	0000795870	03/11/2017	74550	218	*	I
MIL2898	0000795921	03/11/2017	74550	218	*	I
MLX8844	0000795932	03/11/2017	74550	218	*	I
MIL2898	0000795934	03/11/2017	74550	218	*	I
EQK1376	0000795950	03/11/2017	74550	218	*	I
IRB9499	0000795979	03/11/2017	74550	218	*	I
BED0230	0000795988	03/11/2017	74550	218	*	I
MFI4903	0000795995	03/11/2017	74550	218	*	I
MIM6388	0000795996	03/11/2017	74550	218	*	I
MAR5763	0000795998	03/11/2017	74550	218	*	I
MEB2554	0000796030	03/11/2017	74550	218	*	I
MHO2856	0000796033	03/11/2017	74550	218	*	I
NKB0740	0000796042	03/11/2017	74550	218	*	I
IFR6101	0000796045	03/11/2017	74550	218	*	I
IMO2465	0000796054	03/11/2017	74550	218	*	I
MBU8961	0000796075	03/11/2017	74550	218	*	I
ARI7966	0000796087	03/11/2017	74550	218	*	I
MHU9613	0000796093	03/11/2017	74550	218	*	I
MFB5372	0000796096	03/11/2017	74550	218	*	I
MMM2134	0000796099	03/11/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000796016	03/11/2017	74550	218	*	I
MNY9366	0000796019	03/11/2017	74550	218	*	I
MLS7079	0000796022	03/11/2017	74550	218	*	I
MGL2732	0000796023	03/11/2017	74550	218	*	I
MMI7928	0000796026	03/11/2017	74550	218	*	I
QJS2010	0000796117	03/11/2017	74550	218	*	I
MJU4756	0000796126	03/11/2017	74550	218	*	I
ILN7035	0000796128	03/11/2017	74550	218	*	I
MIN1595	0000796158	03/11/2017	74550	218	*	I
QIM1585	0000796162	03/11/2017	74550	218	*	I
MMD2240	0000796169	03/11/2017	74550	218	*	I
OBW4670	0000796171	03/11/2017	74550	218	*	I
MBZ3216	0000796175	03/11/2017	74550	218	*	I
JQG1060	0000796188	03/11/2017	74550	218	*	I
CXA3897	0000796195	03/11/2017	74550	218	*	I
DDF8093	0000796250	04/11/2017	74550	218	*	I
QIF8591	0000796261	04/11/2017	74550	218	*	I
INU2411	0000796263	04/11/2017	74550	218	*	I
IHW8704	0000796272	04/11/2017	74550	218	*	I
DDF8093	0000796281	04/11/2017	74550	218	*	I
MAX1484	0000796300	04/11/2017	74550	218	*	I
LZD9786	0000796308	04/11/2017	74550	218	*	I
LZD9786	0000796309	04/11/2017	74550	218	*	I
DWQ7951	0000796311	04/11/2017	74550	218	*	I
MJF3905	0000796110	03/11/2017	74550	218	*	I
HGG1595	0000796112	03/11/2017	74550	218	*	I
MHG2378	0000796346	04/11/2017	74550	218	*	I
MKS0799	0000796347	04/11/2017	74550	218	*	I
MDO5227	0000796356	04/11/2017	74550	218	*	I
EYJ0959	0000796362	04/11/2017	74550	218	*	I
BRO2385	0000796365	04/11/2017	74550	218	*	I
MJL7118	0000796369	04/11/2017	74550	218	*	I
AHE8606	0000796385	04/11/2017	74550	218	*	I
DSY6810	0000796386	04/11/2017	74550	218	*	I
MJN3869	0000796431	04/11/2017	74550	218	*	I
MGX3401	0000796439	04/11/2017	74550	218	*	I
QID7842	0000796444	04/11/2017	74550	218	*	I

MGC5614	0000796448	04/11/2017	74550	218	*	I
LZF7911	0000796450	04/11/2017	74550	218	*	I
AHQ3659	0000796464	04/11/2017	74550	218	*	I
MHR2171	0000796471	04/11/2017	74550	218	*	I
IOK1425	0000796472	04/11/2017	74550	218	*	I
BNM7675	0000796475	04/11/2017	74550	218	*	I
HBV0513	0000796490	04/11/2017	74550	218	*	I
DSY6810	0000796497	04/11/2017	74550	218	*	I
EYJ0959	0000796571	04/11/2017	74550	218	*	I
BJM2863	0000796578	04/11/2017	74550	218	*	I
MAA3773	0000796588	04/11/2017	74550	218	*	I
MIS1369	0000796611	04/11/2017	74550	218	*	I
ATM7862	0000796618	04/11/2017	74550	218	*	I
MHA1814	0000796647	04/11/2017	74550	218	*	I
MLS7079	0000796658	04/11/2017	74550	218	*	I
MCV2436	0000796688	04/11/2017	74550	218	*	I
ILK1299	0000796695	04/11/2017	74550	218	*	I
MEK2442	0000796698	04/11/2017	74550	218	*	I
MIM3130	0000796700	04/11/2017	74550	218	*	I
IGD0980	0000796707	04/11/2017	74550	218	*	I
MGI9393	0000796711	04/11/2017	74550	218	*	I
MIQ7026	0000796714	04/11/2017	74550	218	*	I
MMD2287	0000796743	04/11/2017	74550	218	*	I
MLF6743	0000796752	04/11/2017	74550	218	*	I
IHB8255	0000796760	04/11/2017	74550	218	*	I
MCE2871	0000796780	04/11/2017	74550	218	*	I
MJH1080	0000796783	04/11/2017	74550	218	*	I
MFR8403	0000796787	04/11/2017	74550	218	*	I
MCD6416	0000796790	04/11/2017	74550	218	*	I
MHK2738	0000796804	04/11/2017	74550	218	*	I
JZL5575	0000796810	04/11/2017	74550	218	*	I
MLR4449	0000796812	04/11/2017	74550	218	*	I
MGI8032	0000796813	04/11/2017	74550	218	*	I
LYH2438	0000796814	04/11/2017	74550	218	*	I
MLK1166	0000796816	04/11/2017	74550	218	*	I
ENG0550	0000796818	04/11/2017	74550	218	*	I
EEP5555	0000796820	04/11/2017	74550	218	*	I
MJA1093	0000796824	04/11/2017	74550	218	*	I
CXA3897	0000796832	04/11/2017	74550	218	*	I
IWV3753	0000796833	04/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000796837	04/11/2017	74550	218	*	I
AQU5455	0000796842	04/11/2017	74550	218	*	I
MBJ8798	0000796889	05/11/2017	74550	218	*	I
IVK6877	0000796894	05/11/2017	74550	218	*	I
MDM4558	0000796901	05/11/2017	74550	218	*	I
DWQ7951	0000796906	05/11/2017	74550	218	*	I
IGF4982	0000796926	05/11/2017	74550	218	*	I
KYR4894	0000796543	04/11/2017	74550	218	*	I
HSC3086	0000796558	04/11/2017	74550	218	*	I
MKR9123	0000796956	05/11/2017	74550	218	*	I
MBG5861	0000796998	05/11/2017	74550	218	*	I
MJI5155	0000797002	05/11/2017	74550	218	*	I
MDH5750	0000797021	05/11/2017	74550	218	*	I
MGQ8962	0000797025	05/11/2017	74550	218	*	I
DQC9572	0000797120	05/11/2017	74550	218	*	I
IRA6055	0000797124	05/11/2017	74550	218	*	I
IVW7755	0000797126	05/11/2017	74550	218	*	I
MBG5861	0000797127	05/11/2017	74550	218	*	I
MAS5580	0000797130	05/11/2017	74550	218	*	I
MJI5155	0000797132	05/11/2017	74550	218	*	I
MJL1575	0000797147	05/11/2017	74550	218	*	I
ALS8750	0000797183	05/11/2017	74550	218	*	I
MCZ3061	0000797210	05/11/2017	74550	218	*	I

LXX3016	0000797222	05/11/2017	74550	218	*	I
QHM3116	0000797224	05/11/2017	74550	218	*	I
ILM7889	0000797226	05/11/2017	74550	218	*	I
EIE6827	0000797229	05/11/2017	74550	218	*	I
MHM9476	0000797239	05/11/2017	74550	218	*	I
MKC2157	0000797251	05/11/2017	74550	218	*	I
OKF3626	0000797254	05/11/2017	74550	218	*	I
MDM7788	0000797256	05/11/2017	74550	218	*	I
HBV0513	0000797260	05/11/2017	74550	218	*	I
MFT6291	0000797289	05/11/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000797290	05/11/2017	74550	218	*	I
LTL3167	0000797299	05/11/2017	74550	218	*	I
ABW1286	0000797054	05/11/2017	74550	218	*	I
QID7842	0000797055	05/11/2017	74550	218	*	I
MDH5750	0000797070	05/11/2017	74550	218	*	I
MGO8962	0000797074	05/11/2017	74550	218	*	I
MJD3216	0000796983	05/11/2017	74550	218	*	I
AQU5455	0000796990	05/11/2017	74550	218	*	I
MGF1747	0000797156	05/11/2017	74550	218	*	I
MIS9412	0000797163	05/11/2017	74550	218	*	I
MVB4901	0000797311	05/11/2017	74550	218	*	I
JED9629	0000797325	05/11/2017	74550	218	*	I
DCE3732	0000797337	05/11/2017	74550	218	*	I
DVJ3928	0000797343	05/11/2017	74550	218	*	I
IPJ5936	0000797372	05/11/2017	74550	218	*	I
MGC8881	0000797375	05/11/2017	74550	218	*	I
HRQ6966	0000797376	05/11/2017	74550	218	*	I
HRQ6966	0000797377	05/11/2017	74550	218	*	I
MFT5808	0000797401	05/11/2017	74550	218	*	I
LXO2892	0000797407	05/11/2017	74550	218	*	I
MFM3627	0000797414	05/11/2017	74550	218	*	I
QHZ8301	0000797438	05/11/2017	74550	218	*	I
IJC4699	0000797440	05/11/2017	74550	218	*	I
COI7958	0000797459	05/11/2017	74550	218	*	I
AZR1951	0000797461	05/11/2017	74550	218	*	I
MBE4237	0000797471	05/11/2017	74550	218	*	I
IIO5827	0000797490	05/11/2017	74550	218	*	I
LYD5460	0000797492	05/11/2017	74550	218	*	I
MLU2033	0000795112	01/11/2017	74550	218	*	I
QHA4646	0000795136	01/11/2017	74550	218	*	I
APP2146	0000795138	01/11/2017	74550	218	*	I
MHP4411	0000796211	03/11/2017	74550	218	*	I
ODA0933	0000796222	03/11/2017	74550	218	*	I
GMD0579	0000796227	03/11/2017	74550	218	*	I
ITD6798	0000796601	04/11/2017	74550	218	*	I
MFJ5514	0000796854	04/11/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000796864	04/11/2017	74550	218	*	I
MEG1859	0000795821	02/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000795824	02/11/2017	74550	218	*	I
QIL8454	0000797493	05/11/2017	74550	218	*	I
MIV9447	0000797494	05/11/2017	74550	218	*	I
ALT2467	0000797524	06/11/2017	74550	218	*	I
GRX3718	0000797533	06/11/2017	74550	218	*	I
QIA2572	0000797550	06/11/2017	74550	218	*	I
MDH1532	0000797558	06/11/2017	74550	218	*	I
MFW4554	0000797594	06/11/2017	74550	218	*	I
MFQ1508	0000797668	06/11/2017	74550	218	*	I
ILR5484	0000797689	06/11/2017	74550	218	*	I
QHA6410	0000797706	06/11/2017	74550	218	*	I
INJ5155	0000797814	06/11/2017	74550	218	*	I
MFJ1294	0000797819	06/11/2017	74550	218	*	I
MHN8225	0000797821	06/11/2017	74550	218	*	I
MGF4741	0000797824	06/11/2017	74550	218	*	I

MLU6605	0000797848	06/11/2017	74550	218	*	I
DCD7351	0000797852	06/11/2017	74550	218	*	I
JGL0403	0000797865	06/11/2017	74550	218	*	I
MLT3267	0000797869	06/11/2017	74550	218	*	I
MEJ0075	0000797888	06/11/2017	74550	218	*	I
MES5334	0000797899	06/11/2017	74550	218	*	I
MMK0367	0000797916	06/11/2017	74550	218	*	I
MKE6618	0000797918	06/11/2017	74550	218	*	I
MIO1039	0000797746	06/11/2017	74550	218	*	I
MJI1451	0000797748	06/11/2017	74550	218	*	I
MDD6464	0000797753	06/11/2017	74550	218	*	I
JRR3421	0000797774	06/11/2017	74550	218	*	I
MDK5110	0000797793	06/11/2017	74550	218	*	I
MCA1218	0000797932	06/11/2017	74550	218	*	I
LWY2862	0000797942	06/11/2017	74550	218	*	I
MGW9081	0000797945	06/11/2017	74550	218	*	I
MLW6360	0000797971	07/11/2017	74550	218	*	I
MHR2171	0000798106	07/11/2017	74550	218	*	I
PUB9837	0000798281	07/11/2017	74550	218	*	I
APB5625	0000798326	07/11/2017	74550	218	*	I
MJR7960	0000798371	07/11/2017	74550	218	*	I
MLA8695	0000780968	08/10/2017	74550	218	*	I
AVZ2772	0000780999	08/10/2017	74550	218	*	I
QHL7598	0000781471	08/10/2017	74550	218	*	I
FBU3603	0000781476	08/10/2017	74550	218	*	I
OFW8800	0000781490	08/10/2017	74550	218	*	I
MHP1361	0000781493	08/10/2017	74550	218	*	I
OKG8010	0000781499	08/10/2017	74550	218	*	I
MUJ9681	0000781501	08/10/2017	74550	218	*	I
QHS8067	0000781509	08/10/2017	74550	218	*	I
MLT2405	0000781513	08/10/2017	74550	218	*	I
QHZ3202	0000780935	08/10/2017	74550	218	*	I
AVZ2772	0000781026	08/10/2017	74550	218	*	I
MKY0678	0000781034	08/10/2017	74550	218	*	I
QHH2808	0000781144	08/10/2017	74550	218	*	I
MFL5665	0000781146	08/10/2017	74550	218	*	I
OKG5998	0000781152	08/10/2017	74550	218	*	I
LBR6688	0000780639	07/10/2017	74550	218	*	I
MCK0513	0000780640	07/10/2017	74550	218	*	I
QHS2515	0000780645	07/10/2017	74550	218	*	I
CFA6806	0000780652	07/10/2017	74550	218	*	I
MBG0701	0000780657	07/10/2017	74550	218	*	I
DCE5764	0000780677	07/10/2017	74550	218	*	I
MMM2171	0000780679	07/10/2017	74550	218	*	I
CXJ9464	0000780693	07/10/2017	74550	218	*	I
MKQ4321	0000780702	07/10/2017	74550	218	*	I
MJI4418	0000780723	07/10/2017	74550	218	*	I
KXK2471	0000780733	07/10/2017	74550	218	*	I
MLT0756	0000780582	07/10/2017	74550	218	*	I
ICV5889	0000780584	07/10/2017	74550	218	*	I
MIE5618	0000780616	07/10/2017	74550	218	*	I
MJO8582	0000780619	07/10/2017	74550	218	*	I
MFC6808	0000780626	07/10/2017	74550	218	*	I
AQU7861	0000780756	07/10/2017	74550	218	*	I
QHE4858	0000780757	07/10/2017	74550	218	*	I
AGJ6287	0000780760	07/10/2017	74550	218	*	I
QIQ4487	0000780769	07/10/2017	74550	218	*	I
IRI5599	0000780789	07/10/2017	74550	218	*	I
MCZ0616	0000780809	07/10/2017	74550	218	*	I
MGG4294	0000780844	07/10/2017	74550	218	*	I
MDN6646	0000780849	07/10/2017	74550	218	*	I
MEM9073	0000780876	07/10/2017	74550	218	*	I
MDM0098	0000780883	07/10/2017	74550	218	*	I

AZZ0221	0000780884	07/10/2017	74550	218	*	I
IOQ8646	0000780569	07/10/2017	74550	218	*	I
MLA8695	0000781201	08/10/2017	74550	218	*	I
DTU5587	0000781228	08/10/2017	74550	218	*	I
AVZ2772	0000781236	08/10/2017	74550	218	*	I
MER5123	0000781248	08/10/2017	74550	218	*	I
MDJ3011	0000781254	08/10/2017	74550	218	*	I
JXS8948	0000781268	08/10/2017	74550	218	*	I
AIF4368	0000781285	08/10/2017	74550	218	*	I
MDJ3011	0000781389	08/10/2017	74550	218	*	I
MIR2407	0000781396	08/10/2017	74550	218	*	I
MBW0399	0000781413	08/10/2017	74550	218	*	I
DZG2844	0000781523	08/10/2017	74550	218	*	I
HOI6999	0000781538	08/10/2017	74550	218	*	I
JB9009	0000781576	08/10/2017	74550	218	*	I
MCD2473	0000781588	08/10/2017	74550	218	*	I
KCF8321	0000781595	08/10/2017	74550	218	*	I
NHR3149	0000781608	08/10/2017	74550	218	*	I
LZQ6829	0000781612	08/10/2017	74550	218	*	I
MBM4663	0000781631	08/10/2017	74550	218	*	I
KMQ4558	0000781703	09/10/2017	74550	218	*	I
IEG5700	0000781714	09/10/2017	74550	218	*	I
EMH0149	0000781720	09/10/2017	74550	218	*	I
MDJ3011	0000781867	09/10/2017	74550	218	*	I
OKE6225	0000781878	09/10/2017	74550	218	*	I
ILW8736	0000781948	09/10/2017	74550	218	*	I
MKB2448	0000781954	09/10/2017	74550	218	*	I
IEG5700	0000781966	09/10/2017	74550	218	*	I
MKN6917	0000781971	09/10/2017	74550	218	*	I
CMK9358	0000782028	09/10/2017	74550	218	*	I
QHS2317	0000782082	09/10/2017	74550	218	*	I
GRP1020	0000782084	09/10/2017	74550	218	*	I
MLC3134	0000782187	09/10/2017	74550	218	*	I
QIG4540	0000782193	09/10/2017	74550	218	*	I
COC7849	0000782198	09/10/2017	74550	218	*	I
MEB8713	0000782205	09/10/2017	74550	218	*	I
MHQ9565	0000782273	10/10/2017	74550	218	*	I
AHK9699	0000782283	10/10/2017	74550	218	*	I
DIE9781	0000782318	10/10/2017	74550	218	*	I
MEA6482	0000782334	10/10/2017	74550	218	*	I
QHH5552	0000782356	10/10/2017	74550	218	*	I
MLV7542	0000782403	10/10/2017	74550	218	*	I
OIN4784	0000782509	10/10/2017	74550	218	*	I
QIC2365	0000782533	10/10/2017	74550	218	*	I
MEC0115	0000782548	10/10/2017	74550	218	*	I
ARJ3624	0000782573	10/10/2017	74550	218	*	I
MJL3791	0000782581	10/10/2017	74550	218	*	I
IOV3158	0000782634	11/10/2017	74550	218	*	I
QIF3662	0000782903	11/10/2017	74550	218	*	I
MGN9939	0000783024	11/10/2017	74550	218	*	I
MDK9508	0000783039	11/10/2017	74550	218	*	I
MEK4873	0000783055	11/10/2017	74550	218	*	I
IOX9962	0000783061	11/10/2017	74550	218	*	I
MCG9111	0000783102	11/10/2017	74550	218	*	I
AEK9849	0000783122	11/10/2017	74550	218	*	I
QIH8463	0000778968	04/10/2017	74550	218	*	I
QIA6117	0000778972	04/10/2017	74550	218	*	I
AOB8777	0000778982	04/10/2017	74550	218	*	I
QID7067	0000779017	04/10/2017	74550	218	*	I
QHF4192	0000779110	04/10/2017	74550	218	*	I
MKB0080	0000779127	04/10/2017	74550	218	*	I
LRK8526	0000779138	04/10/2017	74550	218	*	I
MFE0638	0000778585	03/10/2017	74550	218	*	I

QHW6790	0000778590	03/10/2017	74550	218	*	I
MLR4804	0000778642	03/10/2017	74550	218	*	I
MFR7974	0000778692	04/10/2017	74550	218	*	I
AGR5622	0000778711	04/10/2017	74550	218	*	I
QJD0700	0000778749	02/10/2017	74550	218	*	I
MAA4776	0000778814	04/10/2017	74550	218	*	I
MGC5994	0000779222	05/10/2017	74550	218	*	I
QIR1879	0000779237	05/10/2017	74550	218	*	I
NKM0077	0000779256	05/10/2017	74550	218	*	I
QIR1879	0000779262	05/10/2017	74550	218	*	I
QJD0700	0000779278	05/10/2017	74550	218	*	I
IMQ3592	0000779295	05/10/2017	74550	218	*	I
MCD8236	0000779303	05/10/2017	74550	218	*	I
MBW3646	0000779314	05/10/2017	74550	218	*	I
INW2674	0000779325	05/10/2017	74550	218	*	I
MAV1576	0000777666	01/10/2017	74550	218	*	I
IRU2598	0000762168	04/09/2017	74550	218	*	I
APD0040	0000768823	16/09/2017	74550	218	*	I
QHM3879	0000770757	19/09/2017	74550	218	*	I
FKL4935	0000771341	20/09/2017	74550	218	*	I
BUI4377	0000772687	23/09/2017	74550	218	*	I
JPQ7950	0000773013	23/09/2017	74550	218	*	I
MCZ6132	0000774107	25/09/2017	74550	218	*	I
MLB3760	0000775331	27/09/2017	74550	218	*	I
MBY9579	0000775774	28/09/2017	74550	218	*	I
AZJ1427	0000775920	28/09/2017	74550	218	*	I
IJW2838	0000776047	28/09/2017	74550	218	*	I
ISR2851	0000776633	30/09/2017	74550	218	*	I
IQC4815	0000776916	30/09/2017	74550	218	*	I
IQC4815	0000777082	30/09/2017	74550	218	*	I
IMG2020	0000777439	01/10/2017	74550	218	*	I
ITO2586	0000777500	01/10/2017	74550	218	*	I
MGX0458	0000777503	01/10/2017	74550	218	*	I
HXV8137	0000777512	01/10/2017	74550	218	*	I
QHW6790	0000777752	01/10/2017	74550	218	*	I
DQL4828	0000777759	01/10/2017	74550	218	*	I
DZG8800	0000777905	01/10/2017	74550	218	*	I
BIU5036	0000777286	02/10/2017	74550	218	*	I
APD0040	0000777553	02/10/2017	74550	218	*	I
KNQ8928	0000777673	02/10/2017	74550	218	*	I
MJF4356	0000777942	02/10/2017	74550	218	*	I
EML6394	0000778065	02/10/2017	74550	218	*	I
AHM1275	0000779490	05/10/2017	74550	218	*	I
MDO5247	0000779498	05/10/2017	74550	218	*	I
MUV4133	0000779503	05/10/2017	74550	218	*	I
HCC1912	0000779510	05/10/2017	74550	218	*	I
MJF9228	0000779512	05/10/2017	74550	218	*	I
DHG9844	0000779521	05/10/2017	74550	218	*	I
IOQ1307	0000779536	05/10/2017	74550	218	*	I
DFM1203	0000779432	05/10/2017	74550	218	*	I
MBN2523	0000779439	05/10/2017	74550	218	*	I
ITA9074	0000779451	05/10/2017	74550	218	*	I
MCT9921	0000779605	05/10/2017	74550	218	*	I
GVX4783	0000779618	05/10/2017	74550	218	*	I
AQD4681	0000779626	05/10/2017	74550	218	*	I
IHH2755	0000779636	05/10/2017	74550	218	*	I
MIH2560	0000779648	05/10/2017	74550	218	*	I
MKV4584	0000779669	05/10/2017	74550	218	*	I
ICP3382	0000780051	06/10/2017	74550	218	*	I
MBG0701	0000780061	06/10/2017	74550	218	*	I
MMA8337	0000780075	06/10/2017	74550	218	*	I
MHZ1204	0000780084	06/10/2017	74550	218	*	I
MMA7792	0000780092	06/10/2017	74550	218	*	I

ARF6327	0000780109	06/10/2017	74550	218	*	I
MFM7601	0000780111	06/10/2017	74550	218	*	I
MKK3330	0000780113	06/10/2017	74550	218	*	I
AGC6807	0000780119	06/10/2017	74550	218	*	I
MDB4905	0000780129	06/10/2017	74550	218	*	I
CZZ2400	0000780130	06/10/2017	74550	218	*	I
QIF4820	0000780142	06/10/2017	74550	218	*	I
HRS5252	0000780145	06/10/2017	74550	218	*	I
PFX4969	0000780148	06/10/2017	74550	218	*	I
QHC4463	0000780179	06/10/2017	74550	218	*	I
IRO0351	0000780184	06/10/2017	74550	218	*	I
OKH2199	0000780212	06/10/2017	74550	218	*	I
QHE9972	0000780217	06/10/2017	74550	218	*	I
MFU3453	0000780220	06/10/2017	74550	218	*	I
ITP5724	0000780230	06/10/2017	74550	218	*	I
INT3243	0000780236	06/10/2017	74550	218	*	I
IKB2911	0000779680	05/10/2017	74550	218	*	I
MCQ8539	0000779685	05/10/2017	74550	218	*	I
BME0461	0000779704	05/10/2017	74550	218	*	I
MJR0570	0000779710	05/10/2017	74550	218	*	I
MMF0341	0000779734	05/10/2017	74550	218	*	I
MGA1676	0000779779	06/10/2017	74550	218	*	I
MAV9392	0000779808	06/10/2017	74550	218	*	I
QHW8809	0000779813	06/10/2017	74550	218	*	I
IND4789	0000779933	06/10/2017	74550	218	*	I
MKZ3970	0000779992	06/10/2017	74550	218	*	I
MMC0911	0000779995	06/10/2017	74550	218	*	I
MHF7095	0000780278	07/10/2017	74550	218	*	I
MGS9949	0000780312	07/10/2017	74550	218	*	I
MJV8725	0000780313	07/10/2017	74550	218	*	I
MGA1676	0000779822	06/10/2017	74550	218	*	I
IOX9176	0000780334	07/10/2017	74550	218	*	I
MGG2452	0000780335	07/10/2017	74550	218	*	I
IWG2139	0000780437	07/10/2017	74550	218	*	I
BHN2230	0000780455	07/10/2017	74550	218	*	I
LBR6688	0000780514	07/10/2017	74550	218	*	I
GRA8988	0000780549	07/10/2017	74550	218	*	I
AZV3105	0000780550	07/10/2017	74550	218	*	I
QIO8021	0000782795	11/10/2017	74550	218	*	I
IOV3158	0000782822	11/10/2017	74550	218	*	I
DGV0812	0000783229	12/10/2017	74550	218	*	I
MGG2452	0000783312	12/10/2017	74550	218	*	I
MDV4729	0000783317	12/10/2017	74550	218	*	I
QHE9349	0000783324	12/10/2017	74550	218	*	I
IMA4164	0000783366	12/10/2017	74550	218	*	I
MEP4224	0000783481	12/10/2017	74550	218	*	I
MGR0772	0000783506	12/10/2017	74550	218	*	I
MCL8290	0000783523	12/10/2017	74550	218	*	I
IDK9273	0000783536	12/10/2017	74550	218	*	I
MCM5158	0000783599	12/10/2017	74550	218	*	I
MKY7678	0000783603	12/10/2017	74550	218	*	I
MFD6423	0000783604	12/10/2017	74550	218	*	I
MFQ7296	0000783607	12/10/2017	74550	218	*	I
MEK4873	0000783826	12/10/2017	74550	218	*	I
MDJ3011	0000783836	12/10/2017	74550	218	*	I
MDJ3011	0000783883	12/10/2017	74550	218	*	I
MCL8290	0000783638	12/10/2017	74550	218	*	I
EPP2958	0000783739	12/10/2017	74550	218	*	I
MGH1444	0000784010	13/10/2017	74550	218	*	I
MFH2048	0000784058	13/10/2017	74550	218	*	I
IVC5106	0000784237	13/10/2017	74550	218	*	I
MBY6476	0000784243	13/10/2017	74550	218	*	I
LZT4202	0000784246	13/10/2017	74550	218	*	I

MGH1444	0000784250	13/10/2017	74550	218	*	I
MHK6455	0000784265	13/10/2017	74550	218	*	I
MGU4485	0000784322	13/10/2017	74550	218	*	I
MMI1149	0000784355	13/10/2017	74550	218	*	I
IOV3158	0000784136	13/10/2017	74550	218	*	I
MGH1444	0000784140	13/10/2017	74550	218	*	I
MGG2452	0000784166	13/10/2017	74550	218	*	I
MGB1063	0000784434	13/10/2017	74550	218	*	I
DMY3757	0000784918	14/10/2017	74550	218	*	I
DMY3757	0000784979	14/10/2017	74550	218	*	I
AAF9695	0000785022	14/10/2017	74550	218	*	I
MDH1525	0000785248	15/10/2017	74550	218	*	I
MJV8018	0000785662	15/10/2017	74550	218	*	I
BAX1641	0000786093	16/10/2017	74550	218	*	I
MGM3460	0000784074	13/10/2017	74550	218	*	I
ELK4782	0000788943	21/10/2017	74550	218	*	I
NOF1722	0000791273	26/10/2017	74550	218	*	I
MIL0010	0000792070	27/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000792091	27/10/2017	74550	218	*	I
MGC3380	0000792185	27/10/2017	74550	218	*	I
MAP4684	0000792194	27/10/2017	74550	218	*	I
MJL6285	0000792213	27/10/2017	74550	218	*	I
HTN7669	0000792248	27/10/2017	74550	218	*	I
MDO6317	0000792292	28/10/2017	74550	218	*	I
MGL9826	0000792363	28/10/2017	74550	218	*	I
JGL9978	0000792384	28/10/2017	74550	218	*	I
DFW7087	0000792595	28/10/2017	74550	218	*	I
IPY5719	0000792708	28/10/2017	74550	218	*	I
AMT0216	0000792821	28/10/2017	74550	218	*	I
FFG6831	0000792834	28/10/2017	74550	218	*	I
MJS8102	0000792949	28/10/2017	74550	218	*	I
QBR2795	0000792962	28/10/2017	74550	218	*	I
MLP0064	0000792975	28/10/2017	74550	218	*	I
IXR8621	0000793385	29/10/2017	74550	218	*	I
CRE2441	0000793641	29/10/2017	74550	218	*	I
MNM5670	0000793004	29/10/2017	74550	218	*	I
MGI0150	0000793044	29/10/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000793055	29/10/2017	74550	218	*	I
IPN5668	0000792566	28/10/2017	74550	218	*	I
MKN6980	0000793136	29/10/2017	74550	218	*	I
NOT8369	0000793271	29/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000793371	29/10/2017	74550	218	*	I
LBX7430	0000793376	29/10/2017	74550	218	*	I
MLH2140	0000793415	29/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000793445	29/10/2017	74550	218	*	I
IPY5719	0000793548	29/10/2017	74550	218	*	I
QHM0912	0000793618	29/10/2017	74550	218	*	I
IPY5719	0000793886	30/10/2017	74550	218	*	I
FHD0442	0000793893	30/10/2017	74550	218	*	I
AMY4129	0000793911	30/10/2017	74550	218	*	I
QIF8591	0000793684	30/10/2017	74550	218	*	I
MKK3201	0000793808	30/10/2017	74550	218	*	I
MJL9049	0000793811	30/10/2017	74550	218	*	I
LZQ1373	0000793816	30/10/2017	74550	218	*	I
MBD6907	0000793954	30/10/2017	74550	218	*	I
AVX3264	0000793969	30/10/2017	74550	218	*	I
LXD9192	0000793970	30/10/2017	74550	218	*	I
MJU7877	0000793973	30/10/2017	74550	218	*	I
MCU4465	0000793978	30/10/2017	74550	218	*	I
MJH3721	0000793987	30/10/2017	74550	218	*	I
QHC7452	0000794000	30/10/2017	74550	218	*	I
QIO8021	0000794003	30/10/2017	74550	218	*	I
MGU0091	0000794058	31/10/2017	74550	218	*	I

MKG8057	0000793825	30/10/2017	74550	218	*	I
MCW2000	0000793931	30/10/2017	74550	218	*	I
MKM9275	0000793946	30/10/2017	74550	218	*	I
MGU0091	0000794076	31/10/2017	74550	218	*	I
MKY2580	0000794081	31/10/2017	74550	218	*	I
MGU0091	0000794087	31/10/2017	74550	218	*	I
MJF4782	0000794172	31/10/2017	74550	218	*	I
LXI7508	0000794191	31/10/2017	74550	218	*	I
MGS5776	0000794210	31/10/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000794216	31/10/2017	74550	218	*	I
LZG7778	0000794272	31/10/2017	74550	218	*	I
MHO1849	0000794275	31/10/2017	74550	218	*	I
ALG8927	0000794288	31/10/2017	74550	218	*	I
MGV5938	0000794292	31/10/2017	74550	218	*	I
MAX2048	0000794296	31/10/2017	74550	218	*	I
MJV8811	0000794307	31/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000794309	31/10/2017	74550	218	*	I
EBI1603	0000794329	31/10/2017	74550	218	*	I
MHB9856	0000794351	31/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000794359	31/10/2017	74550	218	*	I
MBF9525	0000794379	31/10/2017	74550	218	*	I
MCG1546	0000794397	31/10/2017	74550	218	*	I
IQK7672	0000794400	31/10/2017	74550	218	*	I
MJD0072	0000794406	31/10/2017	74550	218	*	I
MLZ3883	0000794416	31/10/2017	74550	218	*	I
DON1240	0000794448	31/10/2017	74550	218	*	I
HIG5948	0000794459	31/10/2017	74550	218	*	I
MJI9464	0000794465	31/10/2017	74550	218	*	I
INM7899	0000794469	31/10/2017	74550	218	*	I
EBI1603	0000794485	31/10/2017	74550	218	*	I
MEL2012	0000794490	31/10/2017	74550	218	*	I
KZT8277	0000794497	31/10/2017	74550	218	*	I
AON6641	0000794522	31/10/2017	74550	218	*	I
OKH4049	0000794539	31/10/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000794544	31/10/2017	74550	218	*	I
MHD9725	0000794127	31/10/2017	74550	218	*	I
MBI1805	0000794556	31/10/2017	74550	218	*	I
ISU1625	0000794598	01/11/2017	74550	218	*	I
MES6467	0000794603	01/11/2017	74550	218	*	I
MFV0212	0000794609	01/11/2017	74550	218	*	I
MGG1078	0000794620	01/11/2017	74550	218	*	I
NWV2564	0000794640	01/11/2017	74550	218	*	I
APT1595	0000794646	01/11/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000794650	01/11/2017	74550	218	*	I
MIZ0921	0000794657	01/11/2017	74550	218	*	I
MFG4664	0000794693	01/11/2017	74550	218	*	I
EKY0945	0000794778	01/11/2017	74550	218	*	I
MEP8956	0000794783	01/11/2017	74550	218	*	I
MAH3365	0000794789	01/11/2017	74550	218	*	I
MMD2287	0000794794	01/11/2017	74550	218	*	I
IPL9905	0000794802	01/11/2017	74550	218	*	I
MBX8843	0000794811	01/11/2017	74550	218	*	I
MJF1639	0000794813	01/11/2017	74550	218	*	I
MCV2436	0000794815	01/11/2017	74550	218	*	I
MDH2981	0000794818	01/11/2017	74550	218	*	I
MFQ7469	0000794819	01/11/2017	74550	218	*	I
MLK4229	0000794821	01/11/2017	74550	218	*	I
MKN4778	0000794830	01/11/2017	74550	218	*	I
MCL6791	0000794832	01/11/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000794847	01/11/2017	74550	218	*	I
ANA8317	0000794849	01/11/2017	74550	218	*	I
MIN1595	0000794855	01/11/2017	74550	218	*	I
MEN8220	0000794862	01/11/2017	74550	218	*	I

MIN1595	0000794868	01/11/2017	74550	218	*	I
LXS9789	0000794876	01/11/2017	74550	218	*	I
MMC8624	0000794879	01/11/2017	74550	218	*	I
MFO9973	0000794882	01/11/2017	74550	218	*	I
DAA0027	0000794721	01/11/2017	74550	218	*	I
DCD3500	0000794722	01/11/2017	74550	218	*	I
JIIY0128	0000794724	01/11/2017	74550	218	*	I
COJ8900	0000794891	01/11/2017	74550	218	*	I
MDJ9397	0000794892	01/11/2017	74550	218	*	I
DGT0343	0000794893	01/11/2017	74550	218	*	I
MGU2235	0000794917	01/11/2017	74550	218	*	I
MCV2436	0000794943	01/11/2017	74550	218	*	I
CHC6963	0000794944	01/11/2017	74550	218	*	I
MHI5149	0000794948	01/11/2017	74550	218	*	I
BUN3151	0000794949	01/11/2017	74550	218	*	I
MBP8651	0000794950	01/11/2017	74550	218	*	I
MEJ6095	0000794967	01/11/2017	74550	218	*	I
MAH2306	0000794973	01/11/2017	74550	218	*	I
ILZ1135	0000794974	01/11/2017	74550	218	*	I
AKT3079	0000794978	01/11/2017	74550	218	*	I
MCQ0355	0000794980	01/11/2017	74550	218	*	I
QHR5760	0000794984	01/11/2017	74550	218	*	I
MFQ2581	0000794995	01/11/2017	74550	218	*	I
MKP6286	0000794997	01/11/2017	74550	218	*	I
MBN2227	0000795003	01/11/2017	74550	218	*	I
CMG0136	0000794715	01/11/2017	74550	218	*	I
MKB6110	0000794921	01/11/2017	74550	218	*	I
MDO7238	0000794928	01/11/2017	74550	218	*	I
MKM5730	0000795007	01/11/2017	74550	218	*	I
BPL8972	0000795015	01/11/2017	74550	218	*	I
MCO1789	0000795016	01/11/2017	74550	218	*	I
EBI1603	0000795021	01/11/2017	74550	218	*	I
JYB3954	0000795025	01/11/2017	74550	218	*	I
MHH6213	0000795031	01/11/2017	74550	218	*	I
ABS9316	0000795035	01/11/2017	74550	218	*	I
LYM7639	0000795048	01/11/2017	74550	218	*	I
MBJ8798	0000795171	02/11/2017	74550	218	*	I
IEE2230	0000795207	02/11/2017	74550	218	*	I
JUC1451	0000795231	02/11/2017	74550	218	*	I
QHJ7280	0000795234	02/11/2017	74550	218	*	I
MIW3914	0000795266	02/11/2017	74550	218	*	I
AMK0591	0000795270	02/11/2017	74550	218	*	I
DNQ6838	0000795286	02/11/2017	74550	218	*	I
AQP8913	0000795325	02/11/2017	74550	218	*	I
QJR8100	0000795324	02/11/2017	74630	218	*	II
LZM5144	0000795209	02/11/2017	74630	218	*	II
AWC2657	0000795205	02/11/2017	74630	218	*	II
MEV4788	0000795069	01/11/2017	74630	218	*	II
MEK9079	0000795033	01/11/2017	74630	218	*	II
MCZ4921	0000794930	01/11/2017	74630	218	*	II
EBI1603	0000795005	01/11/2017	74630	218	*	II
MCZ4921	0000794918	01/11/2017	74630	218	*	II
EBI1603	0000794746	01/11/2017	74630	218	*	II
QIF9633	0000794883	01/11/2017	74630	218	*	II
MCE2871	0000794804	01/11/2017	74630	218	*	II
LZS6423	0000794805	01/11/2017	74630	218	*	II
MEK9079	0000794806	01/11/2017	74630	218	*	II
AQG3473	0000794582	01/11/2017	74630	218	*	II
DWR1747	0000794589	01/11/2017	74630	218	*	II
MEH6608	0000794548	31/10/2017	74630	218	*	II
CMU9347	0000794467	31/10/2017	74630	218	*	II
MCZ4921	0000794361	31/10/2017	74630	218	*	II
CXW0481	0000794289	31/10/2017	74630	218	*	II

DPJ6150	0000793952	30/10/2017	74630	218	*	II
MNM5670	0000793150	29/10/2017	74630	218	*	II
EIE6827	0000792592	28/10/2017	74630	218	*	II
MCZ4921	0000793647	29/10/2017	74630	218	*	II
MHQ2433	0000792518	28/10/2017	74630	218	*	II
MGK2474	0000792533	28/10/2017	74630	218	*	II
MGG2452	0000782871	11/10/2017	74630	218	*	II
MIL0010	0000791987	27/10/2017	74630	218	*	II
MFA4917	0000792024	27/10/2017	74630	218	*	II
MJN3869	0000792031	27/10/2017	74630	218	*	II
MCE9670	0000792053	27/10/2017	74630	218	*	II
MCE9670	0000792069	27/10/2017	74630	218	*	II
AAI8742	0000784199	13/10/2017	74630	218	*	II
MGH1444	0000784383	13/10/2017	74630	218	*	II
MGH1444	0000784431	13/10/2017	74630	218	*	II
LZW7803	0000783813	12/10/2017	74630	218	*	II
MGG2452	0000783954	13/10/2017	74630	218	*	II
MGG2452	0000783318	12/10/2017	74630	218	*	II
MGG2452	0000782734	11/10/2017	74630	218	*	II
LYO7217	0000780565	07/10/2017	74630	218	*	II
QAD5555	0000780485	07/10/2017	74630	218	*	II
MAV9392	0000780006	06/10/2017	74630	218	*	II
MFU9405	0000779674	05/10/2017	74630	218	*	II
QHE1175	0000779489	05/10/2017	74630	218	*	II
MKB9144	0000779575	05/10/2017	74630	218	*	II
QIH3222	0000778130	02/10/2017	74630	218	*	II
MGY8357	0000777105	30/09/2017	74630	218	*	II
MBG0701	0000776955	30/09/2017	74630	218	*	II
INR9526	0000776983	30/09/2017	74630	218	*	II
INR9526	0000777041	30/09/2017	74630	218	*	II
INR9526	0000777723	01/10/2017	74630	218	*	II
IMQ3592	0000778951	04/10/2017	74630	218	*	II
MDD9146	0000779429	05/10/2017	74630	218	*	II
MGG2452	0000783214	12/10/2017	74630	218	*	II
MLV7542	0000782183	09/10/2017	74630	218	*	II
QIJ7872	0000782048	09/10/2017	74630	218	*	II
MDJ3011	0000781579	08/10/2017	74630	218	*	II
MDJ3011	0000781390	08/10/2017	74630	218	*	II
ALN8323	0000781329	08/10/2017	74630	218	*	II
MFB1182	0000780852	07/10/2017	74630	218	*	II
MHX0006	0000780856	07/10/2017	74630	218	*	II
MCZ0616	0000780824	07/10/2017	74630	218	*	II
MFS3955	0000780765	07/10/2017	74630	218	*	II
ECA6090	0000780631	07/10/2017	74630	218	*	II
MCL6597	0000780739	07/10/2017	74630	218	*	II
MLA8695	0000781156	08/10/2017	74630	218	*	II
DMY9393	0000780938	08/10/2017	74630	218	*	II
QHP8703	0000781491	08/10/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000798171	07/11/2017	74630	218	*	II
MHD1703	0000798198	07/11/2017	74630	218	*	II
MAE9009	0000796537	04/11/2017	74630	218	*	II
MHI9400	0000797794	06/11/2017	74630	218	*	II
MGC6103	0000797929	06/11/2017	74630	218	*	II
QHA6410	0000797601	06/11/2017	74630	218	*	II
MFZ6103	0000797502	06/11/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000795852	02/11/2017	74630	218	*	II
LZU3404	0000797473	05/11/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000796231	03/11/2017	74630	218	*	II
MHO6333	0000795812	02/11/2017	74630	218	*	II
MCW3685	0000797348	05/11/2017	74630	218	*	II
MAO1054	0000797341	05/11/2017	74630	218	*	II
IQD0192	0000797329	05/11/2017	74630	218	*	II
HAX1518	0000797098	05/11/2017	74630	218	*	II

MLS8507	0000797300	05/11/2017	74630	218	*	II
MLS8507	0000797308	05/11/2017	74630	218	*	II
QIO2335	0000797148	05/11/2017	74630	218	*	II
DDA4305	0000796568	04/11/2017	74630	218	*	II
IGD0980	0000796663	04/11/2017	74630	218	*	II
QIB4893	0000796596	04/11/2017	74630	218	*	II
MEK9079	0000795743	02/11/2017	74630	218	*	II
MKS3674	0000796469	04/11/2017	74630	218	*	II
LZD9786	0000796440	04/11/2017	74630	218	*	II
MFY9883	0000796442	04/11/2017	74630	218	*	II
LZD9786	0000796327	04/11/2017	74630	218	*	II
MGX5480	0000796392	04/11/2017	74630	218	*	II
FKM7590	0000796114	03/11/2017	74630	218	*	II
MDJ5474	0000796224	03/11/2017	74630	218	*	II
DVO8476	0000796153	03/11/2017	74630	218	*	II
EVK8157	0000796029	03/11/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000796104	03/11/2017	74630	218	*	II
QIB4893	0000795953	03/11/2017	74630	218	*	II
MLO9382	0000795958	03/11/2017	74630	218	*	II
MKV6992	0000795828	02/11/2017	74630	218	*	II
IPO6348	0000795830	02/11/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000795724	02/11/2017	74630	218	*	II
MJG7111	0000795726	02/11/2017	74630	218	*	II
QHE3580	0000795689	02/11/2017	74630	218	*	II
IXA6604	0000795553	02/11/2017	74630	218	*	II
MHF5973	0000795673	02/11/2017	74630	218	*	II
MFM8278	0000795658	02/11/2017	74630	218	*	II
MGJ3699	0000795603	02/11/2017	74630	218	*	II
QHD7547	0000795620	02/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000795537	02/11/2017	74630	218	*	II
MHJ7601	0000795459	02/11/2017	74630	218	*	II
MLO9382	0000795433	02/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000795805	02/11/2017	74710	218	*	III
MEK9079	0000795736	02/11/2017	74710	218	*	III
MEK9079	0000795740	02/11/2017	74710	218	*	III
MDD9713	0000796105	03/11/2017	74710	218	*	III
MJR7642	0000796203	03/11/2017	74710	218	*	III
MCE2871	0000796393	04/11/2017	74710	218	*	III
MFY9883	0000796391	04/11/2017	74710	218	*	III
MAE9009	0000796534	04/11/2017	74710	218	*	III
MIO3386	0000796778	04/11/2017	74710	218	*	III
MCE2871	0000797365	05/11/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000797741	06/11/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000798172	07/11/2017	74710	218	*	III
MDJ3011	0000780581	07/10/2017	74710	218	*	III
IEG5700	0000781232	08/10/2017	74710	218	*	III
MDJ3011	0000781977	09/10/2017	74710	218	*	III
MDJ3011	0000782554	10/10/2017	74710	218	*	III
MWA2547	0000780240	06/10/2017	74710	218	*	III
MGG2452	0000783530	12/10/2017	74710	218	*	III
MGG2452	0000783626	12/10/2017	74710	218	*	III
EIE6827	0000792857	28/10/2017	74710	218	*	III
LXN0157	0000794310	31/10/2017	74710	218	*	III
MIM5012	0000794546	31/10/2017	74710	218	*	III
MAE9009	0000795304	02/11/2017	74710	218	*	III
DVO8476	0000795303	02/11/2017	56732	183		
MBA9373	0000795409	02/11/2017	56732	183		
OQS6367	0000795376	02/11/2017	56732	183		
QHG4238	0000795403	02/11/2017	56732	183		
MLW5487	0000794720	01/11/2017	56732	183		
LZN4841	0000795161	02/11/2017	56732	183		
LZG4792	0000795206	02/11/2017	56732	183		
IUI6244	0000795188	02/11/2017	56732	183		

JVI8903	0000794221	31/10/2017	56732	183
IWM1974	0000793242	29/10/2017	56732	183
PVL8108	0000794133	31/10/2017	56732	183
MHZ1779	0000794645	01/11/2017	56732	183
AJW8239	0000794705	01/11/2017	56732	183
ALG1201	0000794652	01/11/2017	56732	183
MFU6452	0000794654	01/11/2017	56732	183
DUP4520	0000794655	01/11/2017	56732	183
KAE7390	0000791945	27/10/2017	56732	183
FAL3322	0000792303	28/10/2017	56732	183
MLG3728	0000793154	29/10/2017	56732	183
QHL9276	0000793315	29/10/2017	56732	183
AQX2528	0000794063	31/10/2017	56732	183
EZO3862	0000783909	13/10/2017	56732	183
MLC3134	0000784070	13/10/2017	56732	183
DSJ2085	0000784033	13/10/2017	56732	183
BEJ0655	0000782780	11/10/2017	56732	183
MGG2452	0000783254	12/10/2017	56732	183
DSF0515	0000784506	14/10/2017	56732	183
MNM5670	0000790905	25/10/2017	56732	183
MEN4583	0000784075	13/10/2017	56732	183
MHS6268	0000780327	07/10/2017	56732	183
MLN7243	0000779817	06/10/2017	56732	183
CXJ9464	0000780404	07/10/2017	56732	183
MJF7110	0000780460	07/10/2017	56732	183
MML0775	0000779371	05/10/2017	56732	183
MDD9146	0000779215	05/10/2017	56732	183
BPB2777	0000779216	05/10/2017	56732	183
NPD5510	0000778838	04/10/2017	56732	183
AQZ7685	0000777541	01/10/2017	56732	183
MBY9579	0000778160	03/10/2017	56732	183
MFE2949	0000778171	03/10/2017	56732	183
MBE1536	0000778199	03/10/2017	56732	183
IDJ3819	0000782684	11/10/2017	56732	183
NHG3379	0000782624	11/10/2017	56732	183
IRL1075	0000782233	10/10/2017	56732	183
LXH5082	0000782284	10/10/2017	56732	183
MLA8695	0000781048	08/10/2017	56732	183
QJM5005	0000781117	08/10/2017	56732	183
MHO1479	0000780433	07/10/2017	56732	183
CBF9633	0000781277	08/10/2017	56732	183
CIB4311	0000780911	08/10/2017	56732	183
GSP6777	0000781004	08/10/2017	56732	183
MFI6875	0000798013	07/11/2017	56732	183
KYY1869	0000797950	07/11/2017	56732	183
MFV3739	0000797556	06/11/2017	56732	183
MKZ8071	0000797044	05/11/2017	56732	183
MEA1768	0000797051	05/11/2017	56732	183
JLI9080	0000797149	05/11/2017	56732	183
IRA9074	0000796930	05/11/2017	56732	183
ISU1625	0000796479	04/11/2017	56732	183
QHY1266	0000796489	04/11/2017	56732	183
MLV7843	0000796338	04/11/2017	56732	183
MGV0256	0000796397	04/11/2017	56732	183
MJP1355	0000796403	04/11/2017	56732	183
MEA1768	0000796421	04/11/2017	56732	183
MJE2350	0000796247	04/11/2017	56732	183
MHA1814	0000796324	04/11/2017	56732	183
QHU1564	0000795876	03/11/2017	56732	183
MJS3876	0000795880	03/11/2017	56732	183
MEU7535	0000795881	03/11/2017	56732	183
MDP6123	0000795912	03/11/2017	56732	183
MJH9949	0000795974	03/11/2017	56732	183

MJH3393	0000795947	03/11/2017	56732	183
ARI7966	0000795922	03/11/2017	56732	183
MDP6123	0000795990	03/11/2017	56732	183
KEN7438	0000795987	03/11/2017	56732	183
MMM0171	0000795855	03/11/2017	56732	183
IHN0720	0000795505	02/11/2017	56732	183
MMK1549	0000796006	03/11/2017	60503	208
MID6999	0000795925	03/11/2017	60503	208
MNQ6111	0000796374	04/11/2017	60503	208
IKZ2281	0000796526	04/11/2017	60503	208
GMD0579	0000796433	04/11/2017	60503	208
LXS0795	0000796949	05/11/2017	60503	208
MHG7859	0000796965	05/11/2017	60503	208
ITN5745	0000797171	05/11/2017	60503	208
MDI7614	0000797157	05/11/2017	60503	208
DII3271	0000796996	05/11/2017	60503	208
CNA3897	0000797535	06/11/2017	60503	208
MBL2657	0000797571	06/11/2017	60503	208
INJ5155	0000797707	06/11/2017	60503	208
AXJ2012	0000797710	06/11/2017	60503	208
INJ5155	0000797704	06/11/2017	60503	208
MJC5540	0000797958	07/11/2017	60503	208
KBI8777	0000797973	07/11/2017	60503	208
AAW1865	0000780951	08/10/2017	60503	208
IJJ8261	0000781046	08/10/2017	60503	208
IQM5818	0000780913	08/10/2017	60503	208
MHG7551	0000780909	08/10/2017	60503	208
AOI1519	0000781307	08/10/2017	60503	208
MIK7348	0000781257	08/10/2017	60503	208
DGZ9765	0000781723	09/10/2017	60503	208
OKG3944	0000781771	09/10/2017	60503	208
MGC7754	0000781784	09/10/2017	60503	208
ALK2367	0000781832	09/10/2017	60503	208
AUF3403	0000781713	09/10/2017	60503	208
LZF9167	0000782286	10/10/2017	60503	208
MHH3824	0000782297	10/10/2017	60503	208
IXR1140	0000782300	10/10/2017	60503	208
MEP5712	0000782310	10/10/2017	60503	208
MFO5899	0000782397	10/10/2017	60503	208
IMI8598	0000783216	12/10/2017	60503	208
MLX2024	0000777631	01/10/2017	60503	208
EJI5947	0000777443	01/10/2017	60503	208
DOC0313	0000778928	04/10/2017	60503	208
EIJ8915	0000779202	05/10/2017	60503	208
MHL5275	0000779426	05/10/2017	60503	208
MIY7928	0000779346	05/10/2017	60503	208
LYX9910	0000780465	07/10/2017	60503	208
MUT6365	0000780343	07/10/2017	60503	208
IRQ4350	0000779849	06/10/2017	60503	208
IPU6206	0000779875	06/10/2017	60503	208
AAN8252	0000780425	07/10/2017	60503	208
QJO1949	0000780426	07/10/2017	60503	208
CFI5293	0000780501	07/10/2017	60503	208
MJC8836	0000779809	06/10/2017	60503	208
CCV7586	0000779754	06/10/2017	60503	208
MCJ7849	0000780267	07/10/2017	60503	208
MML2093	0000779442	05/10/2017	60503	208
MJI8668	0000789896	23/10/2017	60503	208
MJX5081	0000786639	17/10/2017	60503	208
IUF3426	0000790914	25/10/2017	60503	208
MIX9328	0000791792	27/10/2017	60503	208
QBZ1560	0000784581	14/10/2017	60503	208
ASV5176	0000784770	14/10/2017	60503	208

MKK3235	0000783268	12/10/2017	60503	208
MLM0660	0000782831	11/10/2017	60503	208
QIA1913	0000782859	11/10/2017	60503	208
MFK6847	0000783336	12/10/2017	60503	208
MIA7528	0000783988	13/10/2017	60503	208
MFE7481	0000794107	31/10/2017	60503	208
ALJ7040	0000794122	31/10/2017	60503	208
MKN2083	0000793324	29/10/2017	60503	208
GSH4075	0000793185	29/10/2017	60503	208
EYE6684	0000793836	30/10/2017	60503	208
EYE6684	0000793823	30/10/2017	60503	208
QIO1919	0000793770	30/10/2017	60503	208
MBT7174	0000792348	28/10/2017	60503	208
MKP7058	0000792382	28/10/2017	60503	208
AWA4461	0000792450	28/10/2017	60503	208
QBX7453	0000793147	29/10/2017	60503	208
GSH4075	0000793097	29/10/2017	60503	208
MIV1120	0000794710	01/11/2017	60503	208
MIZ2929	0000794635	01/11/2017	60503	208
LXN0157	0000794636	01/11/2017	60503	208
LXN0157	0000794613	01/11/2017	60503	208
MKR8190	0000794569	01/11/2017	60503	208
MCT6538	0000795408	02/11/2017	60503	208
QJR8100	0000795239	02/11/2017	60503	208
MDK7356	0000795295	02/11/2017	60503	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

Cocal do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8208 1207/2017

Publicação Nº 1432668

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8208 1207/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GXS8487	54282047N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIJ0281	54289232N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIJ0281	54289235N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AYF2657	54293958N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIM4455	54293959N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHW6303	54296130N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFQ6919	54296132N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MFU4093	54296133N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIX7257	54298678N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHQ6179	54298679N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIZ9588	P02IU000G3	13/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLF2685	P01L70039J	13/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
OLG9371	P01L7003GE	27/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCA4351	P01L7003PQ	17/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MET8813	P01L7003RX	24/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
CBB1653	P01L7003U5	28/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ATV6483	P01L7003UY	29/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AKM0987	P01L7003Y6	05/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MMF3858	P01L700400	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKO9958	P01L70041R	12/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
DTC8460	P01L7003PA	17/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MCR1847	P01L70040L	11/09/2017	64080	221	130.16
MCS2505	P01L700408	10/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
LXM8189	P01L700430	13/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MIA5044	P01L700479	21/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
OKG5575	P01L70042B	12/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
MJS7757	P01L70042D	12/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
LWW0966	P01L700401	09/09/2017	73400	252 * IV	130.16
LYH4466	P01L7003Y2	05/09/2017	73400	252 * IV	130.16
OKG0769	P01L7003Y3	05/09/2017	51851	167	195.23
AJO4827	P01L7003XZ	05/09/2017	51851	167	195.23
AI88782	P01L700402	09/09/2017	51851	167	195.23
EMU4287	P01L7003Y8	05/09/2017	51851	167	195.23
MFE1017	P01L7003VJ	30/08/2017	51851	167	195.23
MJR4236	P01L7003XM	04/09/2017	51851	167	195.23
MKC6728	P01L7003TU	28/08/2017	51851	167	195.23
MDH0557	P02IU000EA	28/08/2017	51851	167	195.23
ASL8412	P01L7003GP	27/07/2017	51851	167	195.23
MKC6728	P02IU000B2	14/07/2017	51851	167	195.23
IAD6484	P01L7003HP	30/07/2017	51851	167	195.23
IQW7244	P01L7003II	31/07/2017	51851	167	195.23
MDS2929	P02IU000CW	01/08/2017	51851	167	195.23
CID3355	P01L7003L8	07/08/2017	51851	167	195.23
MHG6675	P01L7003NQ	15/08/2017	51851	167	195.23
MF0536	P02IU000H8	20/09/2017	51851	167	195.23
MF0536	P01L700477	21/09/2017	51851	167	195.23
MFH7946	P01L70041S	12/09/2017	51851	167	195.23
MIX7954	P01L70042Z	13/09/2017	51851	167	195.23
MIT3691	P01L70042S	13/09/2017	51852	167	195.23
MKA1329	P01L7003PG	17/08/2017	51852	167	195.23
MFC1737	P01L7003PV	18/08/2017	51852	167	195.23
ILD5932	P01L7003XU	05/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
QHW6303	P01L7003XN	04/09/2017	58433	196	195.23
MJS7754	P01L70041T	12/09/2017	58433	196	195.23
ITG3238	P01L70041N	12/09/2017	58433	196	195.23
MKY1624	P01L7003SO	25/08/2017	60412	207	195.23
CBB1653	P01L7003U3	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
LXF1021	P01L7003DI	19/07/2017	65992	230 * V	293.47
LYH4466	P01L7003XX	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKV8084	P01L70041G	12/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

IMO9763 P02IU000FK 11/09/2017 73662 252*VI 130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1206/2017

Publicação Nº 1432669

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1206/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJW5755 54315953N 06/11/2017 50020 257 ã 8\$
JKN4976 54315954N 06/11/2017 50020 257 ã 8\$
MKS8200 P01L7004FX 13/10/2017 76331 ART 252, UNICO
IRK7793 P02IU000HO 21/09/2017 76332 ART 252, UNICO
MCI1648 P02IU000IO 05/10/2017 76332 ART 252, UNICO
AHN0477 P02IU000JL 31/10/2017 76332 ART 252, UNICO
MHB0477 P02IU000KC 06/11/2017 76332 ART 252, UNICO
QIY7992 P02IU000KG 06/11/2017 76332 ART 252, UNICO
LZW7492 P01L7004OZ 04/11/2017 52070 169
MLE0002 P01L7004P8 05/11/2017 64400 224
MCP4436 P01L7004BM 04/10/2017 64400 224
MFI3808 P01L7004ON 03/11/2017 65480 229
HPL1242 P01L7004OO 03/11/2017 69120 232
MCC3163 P02IU000JO 31/10/2017 73400 252 * IV
MFA7910 P01L7004K6 20/10/2017 73400 252 * IV
MLA6362 P02IU000IZ 27/10/2017 73400 252 * IV
MLC1557 P02IU000IA 09/10/2017 73400 252 * IV
MHA7816 P01L7004GP 15/10/2017 73400 252 * IV
MJK9338 P02IU000GR 20/09/2017 73400 252 * IV
MLB6071 P01L700478 21/09/2017 51851 167
MHJ0878 P01L7004CH 07/10/2017 51851 167
MEV8415 P01L7004CI 07/10/2017 51851 167

JOL9902	P01L7004J3	19/10/2017	51851	167	
DDF2406	P01L7004KT	23/10/2017	51851	167	
MAW2804	P01L7004ML	26/10/2017	51851	167	
MBZ4835	P01L7004PR	06/11/2017	51851	167	
MIQ4829	P02IU000J8	31/10/2017	51851	167	
LYK7878	P02IU000K1	06/11/2017	51852	167	
JPA5837	P01L7004NR	27/10/2017	54521	181	* VIII
MJN9549	P01L7004P1	04/11/2017	54521	181	* VIII
BJL5260	P01L7004G9	15/10/2017	54521	181	* VIII
LZK3241	P01L7004F7	12/10/2017	54521	181	* VIII
MIQ7135	P01L7004MO	26/10/2017	58433	196	
MJB4252	P01L7004E7	11/10/2017	60412	207	
MFL7355	P01L7004F6	12/10/2017	60412	207	
MKO0196	P01L7004H3	16/10/2017	60412	207	
MCR8085	P01L7004CE	06/10/2017	60412	207	
LWV4764	P01L7004P6	05/11/2017	65992	230	* V
MCI7826	P01L700458	18/09/2017	66102	230	* VII
LZW7492	P01L7004OY	04/11/2017	66372	230	* IX
MHX5719	P02IU000K9	06/11/2017	66531	230	* XI
LWV4764	P01L7004P7	05/11/2017	67261	230	* XVIII
MJE4068	P01L7004PI	06/11/2017	59670	203	* V
MML9141	P01L7004HC	17/10/2017	59670	203	* V
MBE9645	P01L7004OC	02/11/2017	73661	252	*VI
MFX8231	P02IU000J0	27/10/2017	73662	252	*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2450/2017

Publicação Nº 1432809

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2450/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQY2903	P01IH000JB	07/09/2017	50292	162* II	880.40
MLD6171	P01IH000IT	27/08/2017	75790	165 A	2934.68
MFT7479	P01IG000G3	28/07/2017	75790	165 A	2934.68
MAV0614	P01I1000HY	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MIA3308	P02RK00020	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
MBL1807	P01IA000FT	02/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFT2725	P01IH000J3	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
ING5787	P01IH000JF	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
IGW9585	P01IG000GA	10/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFT7479	P01IG000G4	28/07/2017	50450	162 * V	293.47
MAV0614	P01I1000HZ	30/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIA3308	P02RM00022	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHQ8930	P02RK0002E	12/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QIS9656	P01IA000HL	24/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ING5787	P01IH000JG	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFT2725	P01IH000J4	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IGW9585	P01IG000GB	10/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MKJ9624	P01I60003W	20/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IQY2903	P01IH000JA	07/09/2017	52820	176 * I	1467.34
IQY2903	P01IH000JC	07/09/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
IQY2903	P01IH000J9	07/09/2017	51691	165	2934.68
QIS9656	P01IA000HK	24/08/2017	51691	165	2934.68
MCL5965	P02RM0002G	15/08/2017	65992	230 * V	293.47
IGW9585	P01IG000G9	10/08/2017	65992	230 * V	293.47
MIA3308	P02RM00023	26/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFT7479	P01IG000G2	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
MEQ4805	P01I4000HW	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDQ4286	P02RM00038	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
IIR3732	P02RK00024	29/07/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2451/2017

Publicação Nº 1432808

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2451/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO



QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EMK4898	54296092N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
EMK4898	54296094N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMI0668	54296095N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDS3187	55953969F	01/09/2017	53800	181 * I	130.16
MAV0614	P01I1000IO	30/07/2017	65300	228	195.23
INW8742	55953736F	09/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJN9228	55953842F	21/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGF2889	55953900F	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHB4139	55954057F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CZO3550	55954006F	15/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHE7625	55954010F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHS2395	55954020F	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LWT2051	55953509F	27/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIP2457	55953447F	04/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCU1697	55953450F	04/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EPK9920	55953568F	07/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCK5250	55953618F	10/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXQ0736	55954029F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IUM4253	55954035F	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKP4258	55953939F	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IGU1081	55953943F	28/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKO0319	55953944F	28/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DVK8255	55953945F	28/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIP2815	55953548F	18/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDN0446	55954063F	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
NPI3160	55954070F	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BAP9861	55954104F	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 842/2017

Publicação Nº 1432434

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 842/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJW2385	54300633N	22/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MKX2801	8763072401	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEO2747	8763072405	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHS2395	8763072419	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCH8307	8763072434	27/08/2017	74550	218 * I	130.16
JOL2716	8763072451	29/08/2017	74550	218 * I	130.16
FBD2587	8763070868	19/06/2017	74550	218 * I	130.16
MKW1398	8763071221	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFN5849	8763071222	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
NHM0296	8763071223	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJX8257	8763071240	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MMA0985	8763071242	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
CRA4239	8763071244	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
MID6894	8763071257	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIM8515	8763071300	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJU7659	8763071316	12/07/2017	74550	218 * I	130.16
LZT2553	8763071320	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJI7815	8763071341	13/07/2017	74550	218 * I	130.16
LYW2330	8763071381	17/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCU1697	8763071393	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKB4288	8763071410	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJF5632	8763071418	18/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJT5117	8763071429	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCG6174	8763071439	18/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHD3484	8763071441	18/07/2017	74550	218 * I	130.16
ASK9250	8763071451	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
JXH1866	8763071506	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHT9657	8763071509	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBC3512	8763071511	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
DSM5152	8763071514	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MAO1708	8763071536	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
CTC8527	8763071537	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
CSN2693	8763071576	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHT7953	8763071611	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLJ7640	8763071625	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCY6819	8763071744	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
LYL4308	8763071884	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHY3370	8763071957	08/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHE0536	8763071993	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFY0878	8763072067	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
IFJ2260	8763072068	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
GVG8309	8763072082	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
DQA0727	8763072085	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJJ5193	8763072104	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCZ6789	8763072115	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDQ4286	8763072143	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFB0936	8763071461	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
ALT1279	8763071464	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
EYP6526	8763071846	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJZ2614	8763071863	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
AES3943	8763072152	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
HOW0712	8763072159	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHW9126	8763072166	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJK8911	8763072179	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDG0565	8763072186	20/08/2017	74550	218 * I	130.16

MDI6388	8763072188	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY8815	8763072212	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG6315	8763072216	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GXS2665	8763072226	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG1609	8763072256	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EIL1063	8763072257	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK1215	8763072270	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN7916	8763072275	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HRG6947	8763072287	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC8992	8763072293	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP7409	8763072296	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL0207	8763072350	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DVR0101	8763072352	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EMC2010	8763072354	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA6299	8763072365	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV4824	8763072317	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP4780	8763072333	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB8642	8763072376	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ8195	8763072382	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IAW6585	8763072396	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKX6991	8763072347	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DKO1614	8763072370	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEM1739	8763072309	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGQ1860	8763072254	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AAE3600	8763072221	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGU6800	8763072195	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGV4824	8763072198	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EPH4200	8763072177	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYL4308	8763071865	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJD9037	8763071488	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
CYL2297	8763072144	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYL4308	8763071798	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLQ4984	8763071455	19/07/2017	74630	218	*	II	195.23
LZN4909	8763071344	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
ATL1993	8763071334	09/07/2017	74630	218	*	II	195.23
ABB1506	8763071409	22/07/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2448/2017

Publicação Nº 1432811

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8070 2448/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEI2717	P01I4000JL	04/11/2017	75790	165 A
MF3169	P01IA000K1	06/11/2017	50100	162 * I
MF39633	P01I60004L	08/10/2017	50100	162 * I
MDC2415	P01I60004U	01/11/2017	50100	162 * I
MJI7939	P02RK00041	06/11/2017	50450	162 * V
MDC2415	P01I60004V	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MF39633	P01I60004M	08/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MF3169	P01IA000K2	06/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MJI7939	P02RK00042	06/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
ETW8706	P01400003X	27/10/2017	67690	230 * XXII
MJI7939	P02RM00042	06/11/2017	69120	232
FBT9120	P01IG000JJ	03/11/2017	51691	165
MDC2415	P01I60004X	01/11/2017	65561	230 * I
MDC2415	P01I60004W	01/11/2017	65992	230 * V
MEE7831	P02RM0003V	12/10/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2449/2017

Publicação Nº 1432810

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2449/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIM7056	54308663N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKG6857	54308665N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKO0319	54312917N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
EMK4898	54315983N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJA8841	55954553F	27/10/2017	53800	181 * I
LZP7896	55954503F	31/10/2017	54600	181 * IX
MGG1342	P01I1000K4	16/10/2017	54600	181 * IX
AYL0202	P01I4000IW	08/10/2017	54600	181 * IX
IOD4276	55954277F	30/09/2017	60501	208
MFL3351	55954282F	22/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIL2934	55954200F	22/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFL3351	55954310F	28/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFU8059	55954358F	09/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLO5999	55954369F	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MRW7145	55954462F	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IOK8945	55954504F	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IOK8945	55954605F	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGU3039	55954467F	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IOK8945	55954470F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGR2746	55954564F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHS8479	55954566F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZP7801	55954567F	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBI6670	55954568F	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVU4847	55954228F	29/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 841/2017

Publicação Nº 1432435

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 841/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.



SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLG4171	54308332N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMH0392	54308338N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLL5780	54308346N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$
MDG0565	54312655N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
BMD5128	8763073391	15/10/2017	74550	218	*	I
ALB3049	8763073398	16/10/2017	74550	218	*	I
CLC8461	8763073418	18/10/2017	74550	218	*	I
LXZ6821	8763073137	04/10/2017	74550	218	*	I
MJJ0328	8763073142	01/10/2017	74550	218	*	I
MHK8396	8763073126	04/10/2017	74550	218	*	I
ISL0707	8763073098	29/09/2017	74550	218	*	I
MEO8457	8763073106	25/09/2017	74550	218	*	I
MBT6379	8763073109	26/09/2017	74550	218	*	I
QID5470	8763073115	26/09/2017	74550	218	*	I
OAV6079	8763072786	12/09/2017	74550	218	*	I
IYM1500	8763072893	24/09/2017	74550	218	*	I
MGW9392	8763073044	27/09/2017	74550	218	*	I
KGX8934	8763073047	28/09/2017	74550	218	*	I
OPY4602	8763073057	25/09/2017	74550	218	*	I
MEW9825	8763073058	25/09/2017	74550	218	*	I
MHJ9512	8763073085	25/09/2017	74550	218	*	I
IWI3402	8763073087	30/09/2017	74550	218	*	I
IDZ4573	8763073088	25/09/2017	74550	218	*	I
CXO5305	8763073152	05/10/2017	74550	218	*	I
MHV0064	8763073154	05/10/2017	74550	218	*	I
AHG2593	8763073157	06/10/2017	74550	218	*	I
QHM3998	8763073159	07/10/2017	74550	218	*	I
MLS3449	8763073169	02/10/2017	74550	218	*	I
MGN9235	8763073171	04/10/2017	74550	218	*	I
MEV1071	8763073182	02/10/2017	74550	218	*	I
MEV1645	8763073184	02/10/2017	74550	218	*	I
DDO3992	8763073192	05/10/2017	74550	218	*	I
QHF5392	8763073193	05/10/2017	74550	218	*	I
MCV6255	8763073194	06/10/2017	74550	218	*	I
LZK1207	8763073200	01/10/2017	74550	218	*	I
MJF2005	8763073205	03/10/2017	74550	218	*	I
MFW7911	8763073207	03/10/2017	74550	218	*	I
MGH7066	8763073209	04/10/2017	74550	218	*	I
LZO4372	8763073223	02/10/2017	74550	218	*	I
QHF7160	8763073229	05/10/2017	74550	218	*	I
IIB6955	8763073230	06/10/2017	74550	218	*	I
JUL2491	8763073233	01/10/2017	74550	218	*	I
LWT2051	8763073241	06/10/2017	74550	218	*	I
CFK1492	8763073242	07/10/2017	74550	218	*	I
MCE9351	8763073245	02/10/2017	74550	218	*	I
MHJ9512	8763073091	25/09/2017	74630	218	*	II
IHA9781	8763073116	29/09/2017	74630	218	*	II
MCI3833	8763073128	05/10/2017	74630	218	*	II
MBJ6836	8763073148	04/10/2017	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CONCORDIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

CORDILHEIRA ALTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8450 220/2017

Publicação Nº 1432521

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8450 220/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGQ1377	P01FN0006H	06/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MKD6898	P01FN0006J	06/09/2017	55250	181 * XV	130.16
AUG5905	P01FN0006G	06/09/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORDILHEIRA ALTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8450 219/2017

Publicação Nº 1432522

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8450 219/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QHY1659	P01FN0007F	30/09/2017	50450	162 * V
MKZ4637	P01FN0007Z	12/10/2017	55250	181 * XV
LZF5666	P01FN0007V	12/10/2017	55500	181 * XVIII
MED7402	P01FN0007W	12/10/2017	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORDILHEIRA ALTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

CORREIA PINTO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8174 1036/2017

Publicação Nº 1432701

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8174 1036/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AVB1030	54989921E	03/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
LZT5398	P03CA0002R	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
KAP1766	P03CA0003D	06/09/2017	54360	181 * VI	130.16
IJP5058	P03CA0003U	13/09/2017	54360	181 * VI	130.16
AWY1234	P03CA0003Z	14/09/2017	54360	181 * VI	130.16

JGG3158	P03D20000S	10/08/2017	54360	181 * VI	130.16
CTC9567	P03CA0002C	29/08/2017	54360	181 * VI	130.16
LXD2508	P03CA00041	16/09/2017	51851	167	195.23
MAN8123	P03CA00023	22/08/2017	65992	230 * V	293.47
KXC4907	P03CA00046	19/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 1035/2017

Publicação Nº 1432702

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 1035/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEO1073	P03CA00050	04/10/2017	76252	ART 181, XX
MKS9652	P03CA0006E	15/10/2017	52070	169
OJH7608	P03CA0007L	31/10/2017	54360	181 * VI
MCJ7833	P03CA0007S	03/11/2017	54360	181 * VI
LYV3592	P03CA0007U	03/11/2017	54360	181 * VI
CVV8328	P03CA00054	28/09/2017	54360	181 * VI
LZG9702	P03CA0006C	13/10/2017	54360	181 * VI
MKN3781	P03CA0006D	13/10/2017	59910	206 * I
ATA3400	P03CA00070	26/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

CORUPÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 889/2017

Publicação Nº 1432649

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 889/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYS2167	P00SJ000YP	07/09/2017	50292	162* II	880.40
MLC3306	P00SL001T5	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDI3906	54301255F	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
ALH9310	P00XH000SZ	14/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHI3136	P00SI00107	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
MLC3306	P00SL001T7	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ALH9310	P00XH000T0	14/09/2017	58350	195	195.23
MJB8767	P00XH000SO	05/09/2017	64080	221	130.16
MFK7124	P00PZ000LR	07/09/2017	65800	230 * IV	293.47
MBK3847	P00XG000RF	12/09/2017	66610	230 * XII	195.23
MFK7124	P00PZ000LS	07/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MKH9150	P00XH000SN	05/09/2017	51851	167	195.23
BPU6479	P00SL001RM	31/08/2017	51851	167	195.23
MFT4666	P00PZ000LU	07/09/2017	51851	167	195.23
BBC1905	P00PZ000LT	07/09/2017	51852	167	195.23
MFF4246	P00XH000T8	20/09/2017	65561	230 * I	293.47
MFF4246	P00XH000T7	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFK7124	P00PZ000LQ	07/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHU7715	P00PZ000LX	07/09/2017	65992	230 * V	293.47
LYS2167	P00SJ000YO	07/09/2017	66372	230 * IX	195.23
LYS2167	P00XH000SD	30/08/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 888/2017

Publicação Nº 1432650

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8238 888/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIJ0684	P00XG000TF	15/10/2017	50100	162 * I
MKE4730	P00XH000VH	04/11/2017	72340	250 * I * a
MML4080	P00XG000UO	06/11/2017	51851	167
MGV5249	P00XG000UR	07/11/2017	51851	167
MAZ6316	P00XH000UC	17/10/2017	51851	167
LXD7888	P00XH000UE	17/10/2017	51851	167
MFD9204	P00XG000SO	09/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

CUNHA PORÃ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8258 869/2017

Publicação Nº 1432634

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8258 869/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAN2806	P011500081	29/07/2017	51930	168	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8258 868/2017

Publicação Nº 1432635

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8258 868/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCQ5251	P0115000B4	13/10/2017	50100	162 * I
MCQ5251	P0115000B5	13/10/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

CURITIBANOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1964/2017

Publicação Nº 1432762

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1964/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIY8909	P01BE000TP	07/09/2017	75790	165 A	2934.68
MFT7534	P01BE000TQ	07/09/2017	75790	165 A	2934.68
MAF2404	P01BB000KZ	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZK9108	P01BC000RW	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MMD2041	P01BB000L2	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKU3995	P01BB000JI	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
MBS6170	P01BC000R2	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXI4789	P01BD000LI	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
MLZ5555	P01B9000UO	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
JZT1255	P01B9000UR	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
BUK6637	P01BC000S7	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
HVX3700	P01B9000UW	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBW4014	P01BC000S9	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
GWV1133	P01B9000VO	19/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJW6643	P01BA0005F	02/09/2017	50450	162 * V	293.47
MLZ5555	P01B9000UP	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXI4789	P01BD000LJ	20/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKU3995	P01BB000JJ	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MMD2041	P01BB000L3	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAF2404	P01BB000L0	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBW4014	P01BC000SA	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
HVX3700	P01B9000UX	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BUK6637	P01BC000S8	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZK9108	P01BC000RX	08/09/2017	51770	166	293.47
MKU3995	P01BD000IC	26/07/2017	51691	165	2934.68
MMD2041	P01BA0005G	09/09/2017	51691	165	2934.68
HVX3700	P01B9000UY	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
BIB3739	P01B9000VN	19/09/2017	65992	230 * V	293.47

MIQ5623	P01BB000LN	23/09/2017	65992	230	*	V	293.47
JZT1255	P01B9000UQ	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MKU3995	P01BB000JH	26/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MMD2041	P01BB000L4	09/09/2017	65992	230	*	V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1965/2017

Publicação Nº 1432761

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1965/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJW7770	54296143N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIY7681	54296144N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEG6182	54298553N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMD2041	P01B9000UT	07/09/2017	53980	181 * II	88.38
ARR5217	P01B9000TM	28/08/2017	54870	181 * XI	195.23
MMD2041	P01B9000US	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MHG6090	P01BB000LA	09/09/2017	57200	186 * I	195.23
LXI4789	P01BD000LL	20/08/2017	57380	186 * II	293.47
LXI4789	P01BD000LK	20/08/2017	58350	195	195.23
MMD2041	P01BB000L5	09/09/2017	58350	195	195.23
MCK0093	P01BE000S2	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIY1146	P01BD000J3	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIP6796	P02QA0005R	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIG7723	P01BC000QL	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLB5422	P02QA0002Q	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
LXY3757	P02QA0003R	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
CBI9991	P01BD000J6	01/08/2017	74630	218 * II	195.23
AFY6437	P01BE000RQ	30/07/2017	51851	167	195.23
MCV7955	P01B9000UM	04/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
QHD3359	55779454F	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBM0507	55779455F	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

HLW2981	55779457F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ERI3260	55779459F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDC7336	55779464F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFY1144	55779468F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ADJ3363	55779479F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDO7903	55779033F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHO2006	55779176F	17/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHV6501	55779291F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AJC7272	55779403F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
PXM4219	55779357F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBX7488	55779367F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1962/2017

Publicação Nº 1432764

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1962/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFY9951	P01B9000WY	19/10/2017	50100	162 * I
CKD4144	P01B9000XR	05/11/2017	50100	162 * I
LZY5325	P01BD000N8	05/10/2017	50450	162 * V
CKD4144	P01B9000XQ	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZY5325	P01BD000N7	05/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1963/2017

Publicação Nº 1432763

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8106 1963/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MML9216	54308694N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MML9216	54308699N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MIW7104	P01B9000WS	18/10/2017	51930	168
JQU2938	P01B9000W4	05/10/2017	74550	218 * I
MCK5751	P01B9000W7	05/10/2017	74630	218 * II
DFU5683	P01B9000WM	14/10/2017	51851	167
MIE4878	P02QA0009H	06/11/2017	51851	167
HAT7018	55779584F	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OQU4344	55779621F	05/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGY6386	55779705F	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LWY5892	55779708F	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGB5601	55779720F	24/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLE8639	55779722F	24/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMC8100	55779724F	24/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
FGC4555	55779728F	25/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJG3034	55779740F	26/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IVR0576	55779742F	26/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIY7681	55779744F	30/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIQ2100	55779747F	30/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

DESCANSO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8398 648/2017

Publicação Nº 1432556

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8398 648/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHA7425	P01EE0008P	09/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 647/2017

Publicação Nº 1432557

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 647/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHA1365 54316000N 06/11/2017 50020 257 ã 8\$

LXY3295 P01EE000A3 11/10/2017 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

DIONISIO CERQUEIRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8038 1044/2017

Publicação Nº 1432850

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8038 1044/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MGG6650 P019G0004F 27/07/2017 50100 162 * I 880.40
MGG6650 P019G0004G 27/07/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
AVX6733 P019F0005M 10/08/2017 54600 181 * IX 130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 1043/2017

Publicação Nº 1432851

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 1043/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMP6035	P019G00062	16/10/2017	50450	162 * V
IMP6035	P019G00063	16/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
AKW0695	P019G00060	16/10/2017	54600	181 * IX
IMP6035	P019G00065	16/10/2017	67690	230 * XXII
IMP6035	P019G00064	16/10/2017	69120	232
IMP6035	P019G00061	16/10/2017	65992	230 * V
ARE3388	P019G0005T	12/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

DOUTOR PEDRINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8274 494/2017

Publicação Nº 1432619

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8274 494/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYY6347	P036K0001L	29/07/2017	65561	230 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

ERMO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8724
275/2017**

Publicação Nº 1432449

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8724 275/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHD2104	P02U20000W	28/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
IUP4074	P02U200016	08/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8724 274/2017

Publicação Nº 1432450

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8724 274/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANV2378 P02U200021 27/09/2017 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

ERVAL VELHO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8264 451/2017

Publicação Nº 1432632

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8264 451/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPT3392	P02120001O	22/07/2017	51692	165	2934.68
BPT3392	P02120001P	22/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA**FAXINAL DOS GUEDES****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8354 948/2017**

Publicação Nº 1432575

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8354 948/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE3167	P01FO000HX	27/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFJ2171	P01FO000I8	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFJ2171	P01FO000I9	30/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ACS9484	P01FO000MM	07/09/2017	57380	186 * II	293.47
MFJ2171	P01FO000IA	30/07/2017	65992	230 * V	293.47



MEY6594 P01FO000J9 09/08/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 947/2017

Publicação Nº 1432576

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 947/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZE3167	P01FO000OZ	13/10/2017	76251	ART 181, XX
GZI1182	P01FO000PU	03/11/2017	76251	ART 181, XX
AOQ0692	P01FO000P0	14/10/2017	50100	162 * I
AOQ0692	P01FO000P2	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AOP0184	P01FO000PR	02/11/2017	54600	181 * IX
MGN3977	P01FO000PT	02/11/2017	58350	195
KLE1213	P01FO000PX	04/11/2017	65300	228
AOQ0692	P01FO000P1	14/10/2017	65992	230 * V
MGN3977	P01FO000PS	02/11/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

FORMOSA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8262 251/2017

Publicação Nº 1432633

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8262 251/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCK4212 P02S60000F 01/11/2017 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORMOSA DO SUL/SC, 18 DE NOVENBRO DE 2017.

WILHERM WAGNER MESSIAS ALVES NEGRAO
DELEGADO DE POLICIA

FORQUILHINHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1347/2017

Publicação Nº 1432609

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8288 1347/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDK3307	P02WG00002	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCE0221	P02NE0006X	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKV1733	P02NE0006Z	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKV1733	P02NE00070	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCE0221	P02NE0006Y	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDK3307	P02WG00001	09/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1348/2017

Publicação Nº 1432608

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1348/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEW2236	54089588G	12/09/2017	53710	180	130.16
MLR8367	P02NF0001X	06/09/2017	55090	181 * XIII	130.16
QHM9733	P02NC0009I	08/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MJH8532	P02NF0001V	06/09/2017	54521	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRÑNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1345/2017

Publicação Nº 1432611

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8288 1345/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAV3081	P02NC000B9	22/10/2017	50100	162 * I
KCU5552	P02NC000BJ	01/11/2017	50100	162 * I
IKL6493	P02NE0009L	04/11/2017	65992	230 * V
MGD3019	P02NE0009M	04/11/2017	65992	230 * V
DAV3081	P02NC000BA	22/10/2017	65992	230 * V
MCR6787	P02NC000AT	14/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1346/2017

Publicação Nº 1432610

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8288 1346/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCL4267	P02NE00089	09/10/2017	53800	181 * I
ABI7535	54089593G	13/10/2017	55090	181 * XIII
BAD9648	P02NE0008Q	14/10/2017	55090	181 * XIII
LWW4772	P02NC000BN	04/11/2017	54521	181 * VIII
INM3270	P02NE0009O	06/11/2017	59080	202 * I
MHG1889	P02NC000AH	14/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MCK8366	P02NC000AK	14/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGK8184	P02NE0008A	09/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

FRAIBURGO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324
2236/2017**

Publicação Nº 1432597

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8324 2236/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALQ2678	P01JC000RC	30/07/2017	50292	162* II	880.40
JYQ2979	P01JC000U9	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYM6464	P01JE000J4	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
ALQ2678	P01JC000RA	30/07/2017	50450	162 * V	293.47
MBR6816	P01JC000V3	04/09/2017	50450	162 * V	293.47
LYM6464	P01JE000J5	29/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
JYQ2979	P01JC000UA	21/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ALQ2678	P01JC000RD	30/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
ALQ2678	P01JC000RG	30/07/2017	69120	232	88.38
ALQ2678	P01JC000RB	30/07/2017	50371	162 * III	586.94
ALQ2678	P01JC000RE	30/07/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
LYM6464	P01JE000J3	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
CLN7082	P01JC000V9	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
DNA7407	P01JE000JO	12/09/2017	66102	230 * VII	195.23
CLN7082	P01JC000VA	04/09/2017	66371	230 * IX	195.23
LYM6464	P01JE000J6	29/08/2017	66371	230 * IX	195.23
CLN7082	P01JC000VB	04/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2237/2017

Publicação Nº 1432596

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2237/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KKU1744	P01JC000QW	28/07/2017	54600	181 * IX	130.16
ALQ2678	P01JC000R9	30/07/2017	58350	195	195.23
MIW8087	P01JE000J0	21/08/2017	61810	215 * II	195.23
MBO2287	P01JD000CQ	25/12/2016	65300	228	195.23
MBO2287	P01JE00096	08/01/2017	65300	228	195.23



MBO2287	P01JG00019	16/01/2017	65300	228		195.23
CKN2623	P01JD0000P	21/07/2017	51851	167		195.23
MAW1817	P01JC000QZ	28/07/2017	51851	167		195.23
DCM3808	P01JD000US	11/09/2017	51851	167		195.23
DNA7407	P01JE000JP	12/09/2017	51851	167		195.23
LXH8097	P01JD000VQ	21/09/2017	51851	167		195.23
MAO5342	P01JC000QT	28/07/2017	51851	167		195.23
LYW5148	P01JD000UY	11/09/2017	52311	172		130.16
MAV2648	P01JC000R7	30/07/2017	54523	181	* VIII	195.23
OKH4808	P01JD000PD	24/07/2017	60501	208		293.47
MFO6053	P01JC000VE	07/09/2017	60501	208		293.47
MBZ2552	P01JD000UN	08/09/2017	60501	208		293.47
ALQ2678	P01JC000RF	30/07/2017	70301	244	* I	293.47
MHL9960	P01JC000W6	12/09/2017	59670	203	* V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO
PRESIDENTE DO ORTFRAI

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2234/2017

Publicação Nº 1432599

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2234/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGV1632	P01JG0009U	15/10/2017	50100	162	* I
MCV1726	P01JC000ZD	02/11/2017	50100	162	* I
MCV1726	P01JC000ZE	02/11/2017	50610	163	c/c 162 * I
MGV1632	P01JG0009V	15/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
MGV1632	P01JG0009W	15/10/2017	65800	230	* IV
MCV1726	P01JC000ZF	02/11/2017	67690	230	* XXII
BNX9716	P01JC000ZJ	02/11/2017	67690	230	* XXII
JYU6413	P01JC000XR	13/10/2017	67690	230	* XXII
MGV1632	P01JG0009T	15/10/2017	65992	230	* V

MDJ9223	P01JD000ZQ	03/11/2017	65992	230	* V
LXE5288	P01JD00106	05/11/2017	65992	230	* V
AOG8767	P030K00003	05/11/2017	65992	230	* V
MCV1726	P01JC000ZC	02/11/2017	65992	230	* V
MLC0468	P01JD000ZL	02/11/2017	65992	230	* V
MLC0468	P01JD000ZM	02/11/2017	66102	230	* VII
MGV1632	P01JG0009X	15/10/2017	66371	230	* IX
LYJ6305	P01JD000XS	17/10/2017	67261	230	* XVIII
MCV1726	P01JC000ZG	02/11/2017	67261	230	* XVIII
AGH5476	P01JC00107	05/11/2017	67261	230	* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2235/2017

Publicação Nº 1432598

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2235/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ASR5706	54308468N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
AGH5476	P01JC00108	05/11/2017	51930	168
HKT0520	P01JC000ZL	03/11/2017	53710	180
MDF0976	P01JC000XD	04/10/2017	55250	181 * XV
JZA9379	P01JD000WW	11/10/2017	57200	186 * I
EES1972	P01JC000XX	17/10/2017	51851	167
MGY5552	P01JD000WC	07/10/2017	51851	167
MGV1632	P01JG0009Y	15/10/2017	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO
PRESIDENTE DO ORTFRAI

GAROPABA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1490/2017

Publicação Nº 1432527

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8440 1490/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DAM2928	P02OQ0001I	01/09/2017	50292	162* II	880.40
MBY6627	P02OS0001N	18/06/2017	50450	162 * V	293.47
MBP6941	P02OP0001R	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
MBY6627	P02OS0001M	18/06/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1491/2017

Publicação Nº 1432526

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8440 1491/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHW8045	P02OP0001V	29/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
IJI3152	55756625F	01/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
KQJ2415	P02OP0001W	29/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1488/2017

Publicação Nº 1432529

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8440 1488/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IPS1500	P02OQ0003R	14/10/2017	75790	165 A
LZS7180	P02OQ00049	31/10/2017	50100	162 * I
IJE8712	P02OQ0003A	07/10/2017	50450	162 * V
IPS1500	P02OQ0003Q	14/10/2017	50450	162 * V
MDR3032	P02OQ0003S	16/10/2017	65800	230 * IV
MDR3032	P02OQ0003U	16/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1489/2017

Publicação Nº 1432528

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8440 1489/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ELJ1915	P02OS00041	09/10/2017	57380	186 * II
MKF3658	P02OQ0004M	02/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
DAL3908	P02OQ0004X	02/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
ELJ1915	P02OS00042	09/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO
DIRETORA DE TRANSITO

GARUVA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8188 615/2017**

Publicação Nº 1432692

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8188 615/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMF9554	54296992N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDH8175	P01I3000JL	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDH8175	P01I3000JM	11/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MLT0107	P01I2000NY	28/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDH8175	P01I3000JN	11/09/2017	69120	232	88.38
MDH8175	P01I3000JK	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
AYP5877	P01I3000JO	26/08/2017	59162	202 * II	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 614/2017

Publicação Nº 1432693

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8188 614/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DOT2689	P01I2000PY	28/10/2017	50291	162* II
MEY9509	P01I3000KB	09/10/2017	50100	162 * I
MEY9509	P01I3000KC	09/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
ANR4822	P01I2000Q5	03/11/2017	54600	181 * IX
ACE5770	P01I2000Q6	03/11/2017	54600	181 * IX
MDV3173	P01I3000KF	11/10/2017	55250	181 * XV
MEY9509	P01I3000KD	09/10/2017	73400	252 * IV
MMH9724	P01I3000KQ	11/10/2017	56221	182 * VI
MEY9509	P01I3000KA	09/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

GASPAR

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2396/2017

Publicação Nº 1432721

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2396/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIJ2384	P00Z20008B	14/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIZ2091	P012700064	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
AUQ0375	P00Z00006B	23/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEQ4782	54543484E	28/07/2017	50450	162 * V	293.47
DAW2725	54543415E	21/07/2017	50450	162 * V	293.47
MID6689	P01K0000IR	31/08/2017	50450	162 * V	293.47



MLC5544	P01K0000IT	31/08/2017	50450	162	*	V	293.47
MCE1553	P011F00076	19/07/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
QIJ2384	P00Z20008C	14/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MIZ2091	P012700065	30/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MEQ4782	54543485E	28/07/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
MLC5544	P01K0000IU	31/08/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
MID6689	P01K0000IS	31/08/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
DAW2725	54543416E	21/07/2017	64080	221			130.16
MIQ0217	P01K0000IQ	31/08/2017	66020	230	*	VI	293.47
LZX6335	P01JY000B4	12/09/2017	66020	230	*	VI	293.47
MIZ2091	P012700067	30/08/2017	66700	230	*	XIII	195.23
NHB0091	P01K0000H1	24/08/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MCU8327	54543816E	06/09/2017	67500	230	*	XXI	130.16
MBJ8208	P01K0000MJ	11/09/2017	69120	232			88.38
MIH9793	54543803E	29/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
MKN7523	54543805E	29/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
MMA0672	54543683E	14/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
CSF1223	54543349E	18/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MIZ2091	P012700066	30/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MJT2012	P01K0000B2	20/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MDK4361	54543809E	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MJD9350	54543798E	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MEG8136	54543800E	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLC5544	P01K0000IV	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MGG4455	P01K0000KP	06/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
NHB0091	P01K0000H3	24/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
AJX0527	P01K0000HF	24/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MFU7865	54543692E	16/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MBG0280	P01K0000M6	08/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
LZZ2728	P01K0000MA	11/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MIZ2091	P012700069	30/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
LZX6335	P01JY000B5	12/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
LZX6335	P01JY000B6	12/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MMA7153	P01K0000KG	04/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
MIZ2091	P012700068	30/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
QIJ2384	P00Z20008A	14/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
MKT7300	54543453E	18/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2397/2017

Publicação Nº 1432720

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE TRANSITO N.8147 2397/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEJ3393	54277241N	13/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIC0606	54279869N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AYT6426	54286954N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFZ0762	54294287N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
GUA5597	P01270006I	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGL1227	P01JY000BP	14/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHL2375	P01JY000BC	12/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AFQ4817	P01JY000BS	14/09/2017	51930	168	293.47
MGI6141	P01K0000M4	08/09/2017	51930	168	293.47
MEQ4782	54543486E	28/07/2017	51930	168	293.47
MDZ2235	54543784E	30/08/2017	52070	169	88.38
MLX8613	54543360E	21/08/2017	55250	181 * XV	130.16
QIJ2384	P00Z20008G	14/08/2017	57200	186 * I	195.23
QIJ2384	P00Z20008E	14/08/2017	58350	195	195.23
MGN5862	P00Z3000B5	06/09/2017	58780	199	130.16
MCE1553	P011F00077	19/07/2017	59910	206 * I	293.47
NHB0091	P01K0000H2	24/08/2017	65300	228	195.23
GUA5597	P01270006H	11/09/2017	65300	228	195.23
MIN7529	P01K0000CZ	03/08/2017	71370	244 * ÷1\$ * c	130.16
MAM5911	P00Z100069	09/09/2017	73740	253	293.47
MHS6458	8147017295	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGR3738	8147017327	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
LWS1480	8147017333	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBD5981	8147017351	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBD9057	8147017234	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
CBL8698	8147017240	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHM4046	8147017244	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
LXI3144	8147017256	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
IBC5671	8147017266	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MMI9565	8147017269	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGB6316	8147016935	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
ICR6929	8147016957	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MET4520	8147016960	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLK5722	8147016967	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
EBA9465	8147016973	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
EBA9465	8147017003	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
AVC3983	8147016874	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKW3303	8147016888	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
OKE4569	8147017015	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCW9317	8147017018	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIC9076	8147017056	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJH4234	8147017065	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
OUQ1909	8147016291	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLQ2763	8147016356	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKI5104	8147016382	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHW0073	8147016437	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
LWS5442	8147016445	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIY2713	8147016450	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMK2044	8147016453	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBS5958	8147016543	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
ARS8098	8147016579	26/08/2017	74550	218 * I	130.16

MGM3539	8147016681	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZB2048	8147016707	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO4436	8147016737	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL1641	8147016761	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HDW0831	8147016770	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FRJ2438	8147016777	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN0286	8147016839	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW4041	8147017831	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ACF8777	8147017827	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN2817	8147017753	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGM7550	8147017797	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU2799	8147017806	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI0401	8147017742	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAH4320	8147017443	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH3591	8147017444	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD9938	8147017453	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI5860	8147017463	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH1679	8147017464	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN2008	8147017489	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IPQ1845	8147018039	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NCB6371	8147018177	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NJJ2590	8147018256	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW9346	8147018258	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF1310	8147017506	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWS4940	8147017512	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA5586	8147017514	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV6043	8147017516	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO1747	8147017520	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYD6490	8147017536	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG2321	8147017551	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW9977	8147017561	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJQ1145	8147017562	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO8584	8147017569	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DSR6199	8147017580	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IHK6267	8147017584	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OSH9265	8147017605	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX8017	8147017607	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK8436	8147017633	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD4888	8147017638	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC3004	8147017382	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PUA8290	8147017389	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN0815	8147017391	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP3030	8147017425	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW8194	8147017305	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKY4682	8147017319	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA1506	8147017437	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX7562	8147017662	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAY4993	8147017672	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH9415	8147017683	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HPS8605	8147017687	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICZ3245	8147017688	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LON0155	8147017698	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM9186	8147017705	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC9566	8147017724	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CZL1938	8147017442	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHS1672	8147017323	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBW9419	8147017431	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ4644	8147017640	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LXH7075	8147018291	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKH1103	8147018309	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDE5255	8147017901	14/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKU5413	8147017928	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHB8615	8147017491	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23

MJS2382	8147017748	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHV1571	8147017809	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKT2772	8147017774	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MAV6204	8147017830	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFU0809	8147016871	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC7369	8147016583	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCR0517	8147017013	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKK4171	8147016943	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
BEL3485	8147016949	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLR3610	8147017373	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HPJ7525	8147017381	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHH1606	8147017301	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGN2769	8147017280	08/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LZO3711	8147017219	06/09/2017	74710	218	*	III	880.40
IKS5079	8147017657	12/09/2017	74710	218	*	III	880.40
GUA5597	P01270006J	11/09/2017	51851	167			195.23
MGI6141	P01K0000M5	08/09/2017	51851	167			195.23
HOD2612	P01270005T	24/08/2017	51851	167			195.23
MDG8189	P00Z3000A2	25/07/2017	51851	167			195.23
MEH9219	54543512E	04/07/2017	51851	167			195.23
QIE1950	54543645E	19/09/2017	57463	187	*	I	130.16
MAY1983	54543854E	05/09/2017	58197	193			880.40
MAY8204	54543507E	30/06/2017	60412	207			195.23
MEG9110	P01K0000K7	04/09/2017	68311	231	*	V	130.16
QIJ2384	P00Z20008D	14/08/2017	57970	191			2934.68
MIS3714	P01K0000GK	23/08/2017	59670	203	*	V	1467.34
IKS5079	P01JY000BE	12/09/2017	59670	203	*	V	1467.34
PXE2898	54542185E	28/06/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CYW9355	54833689E	16/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIH6546	54543700E	16/08/2017	73662	252*	VI		130.16
MJT4037	54543414E	19/07/2017	73662	252*	VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8590 1226/2017

Publicação Nº 1432475

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8590 1226/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHU8761	54279454N	21/07/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MHD6428	54282406N	31/07/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MCW0958	54287256N	11/08/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MLP6156	54287263N	11/08/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MIA3594	54288387N	15/08/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
QIL7094	54295746N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
QHY8630	54295748N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MEW8194	54295752N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
QHP0754	54295755N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MKL6920	54295756N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MBS0706	8590143131	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
LXX9863	8590144548	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLJ9452	8590143181	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MAI5371	8590143283	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLU5290	8590143396	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
FVQ5543	8590143457	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFB5312	8590143576	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKB9070	8590143718	08/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJR9966	8590143747	08/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIM9729	8590143753	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDD1562	8590143762	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
BAE3517	8590143771	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJD5227	8590143783	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
LWT7730	8590143791	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGF9889	8590143858	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHQ9837	8590143881	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMJ8503	8590143929	09/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHW4236	8590144065	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIS2026	8590144120	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MAN9893	8590144171	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MAD7946	8590144214	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKO8679	8590144229	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKW2168	8590144234	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCH2345	8590144243	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHQ7531	8590144272	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGC4248	8590144302	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
ACS1819	8590144306	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIO5828	8590144344	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJO0646	8590144377	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJO1341	8590144439	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
FIM2685	8590144441	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHY5379	8590144474	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
DLU0114	8590142144	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHV4276	8590142205	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHN5352	8590141929	11/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLO1285	8590141976	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MAH1626	8590142293	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
AUB7231	8590142359	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHM8262	8590142549	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIP7745	8590142639	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MMI4921	8590142714	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
LYR8777	8590142837	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
ASF6736	8590142937	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKH4679	8590143014	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
AES6719	8590143124	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
MEC0136	8590140722	22/06/2017	74550	218 * I	130.16
MEM8668	8590140734	22/06/2017	74550	218 * I	130.16

MJH0188	8590140874	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO1251	8590141006	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
OBH3728	8590141078	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF9887	8590141326	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG2642	8590141333	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ2725	8590141349	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGT3886	8590141373	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO8212	8590141380	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
BEX0614	8590141404	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAL9653	8590141409	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BAK5858	8590141477	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH8152	8590141510	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK9809	8590141522	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA3281	8590141616	06/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLX9937	8590141408	01/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AZY1652	8590141318	01/07/2017	74630	218	*	II	195.23
PWQ1768	8590139172	04/06/2017	74630	218	*	II	195.23
AUU7112	8590139256	08/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MJW1665	8590140901	25/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MLC9770	8590143129	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MDX9886	8590142757	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MDM0724	8590142056	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEF3436	8590141913	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJK7941	8590142221	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ8562	8590144267	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
FTX7876	8590143806	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX1811	8590143840	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKC6097	8590143504	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MED3368	8590143519	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEV4623	8590143538	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIH5903	8590143348	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLB2581	8590143569	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AZV1163	8590143559	05/08/2017	74710	218	*	III	880.40
QHM7069	8590144497	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2394/2017

Publicação Nº 1432723

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2394/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CSQ4981	P01K0000PS	06/10/2017	50450	162 * V
MGG8238	54637413F	19/10/2017	64080	221
MLZ5446	54637654F	25/10/2017	66450	230 * X
MEL1618	54637667F	01/11/2017	66450	230 * X
QHC8856	54637676F	03/11/2017	66450	230 * X
MED3775	54543980E	10/10/2017	67500	230 * XXI
IJK2786	P01K0000PU	06/10/2017	73400	252 * IV
MHC5396	54543960E	22/09/2017	73400	252 * IV
AUB0836	P01K0000OS	04/10/2017	50531	162 * VI
CSQ4981	P01K0000PR	06/10/2017	65992	230 * V
CGC0144	54637412F	13/10/2017	65992	230 * V
MEL1618	54637666F	01/11/2017	65992	230 * V
IJK2786	P01K0000PT	06/10/2017	66372	230 * IX
MGP7106	54543911E	11/10/2017	66372	230 * IX
AGY9593	P01K0000O8	28/09/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2395/2017

Publicação Nº 1432722

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2395/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
OSH9265	54314423N	27/10/2017	50020	257 õ 8\$
MAK5336	54315095N	06/11/2017	50020	257 õ 8\$
LYE6208	54315096N	06/11/2017	50020	257 õ 8\$
QHB3012	54315103N	06/11/2017	50020	257 õ 8\$
ADO0902	54315104N	06/11/2017	50020	257 õ 8\$
MKA6606	54637504F	06/10/2017	76251	ART 181, XX
IOC5330	54637508F	09/10/2017	76252	ART 181, XX
HOW1721	54637497F	09/10/2017	76331	ART 252, UNICO
AWO3008	P01K0000PE	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKA5514	P01JY000BQ	14/09/2017	76332	ART 252, UNICO
MBR1452	P00Z10006K	17/10/2017	52070	169
MI12529	P011F0008Z	02/11/2017	52070	169
DLF2627	P01270006U	01/10/2017	55250	181 * XV
MGG8238	54637414F	19/10/2017	55500	181 * XVIII
AOJ3219	P012700079	02/11/2017	59910	206 * I
OPE0893	P01270007C	02/11/2017	65300	228
MDK9875	P01K000007	28/09/2017	65300	228
MHV3653	8147018539	28/09/2017	74550	218 * I
MJD3465	8147018613	28/09/2017	74550	218 * I
MKY0013	8147018910	06/10/2017	74550	218 * I
MMB2385	8147018914	06/10/2017	74550	218 * I
MKI1050	8147018936	06/10/2017	74550	218 * I
MIY4418	8147018938	06/10/2017	74550	218 * I
MGY2113	8147018943	06/10/2017	74550	218 * I
QHP9450	8147018953	06/10/2017	74550	218 * I
MKE8335	8147018980	06/10/2017	74550	218 * I
MGW7656	8147018631	05/10/2017	74550	218 * I
MGP2516	8147018635	05/10/2017	74550	218 * I
MLI6745	8147018647	05/10/2017	74550	218 * I
QIN7814	8147018659	05/10/2017	74550	218 * I
QIV3052	8147018670	05/10/2017	74550	218 * I
LZA9952	8147018677	05/10/2017	74550	218 * I
LYU1497	8147018681	05/10/2017	74550	218 * I
MIA8091	8147018693	05/10/2017	74550	218 * I
PXK4074	8147018702	05/10/2017	74550	218 * I
ALE9170	8147018703	05/10/2017	74550	218 * I
MIE0643	8147018800	05/10/2017	74550	218 * I
MEI0305	8147018806	05/10/2017	74550	218 * I
MGX2919	8147018819	05/10/2017	74550	218 * I
QIF2405	8147018828	05/10/2017	74550	218 * I
MEQ5338	8147018830	05/10/2017	74550	218 * I
JXW3749	8147018835	05/10/2017	74550	218 * I
MLE3123	8147018838	05/10/2017	74550	218 * I
QIA4744	8147018859	05/10/2017	74550	218 * I
MLL6374	8147019023	07/10/2017	74550	218 * I
BFA8722	8147019029	07/10/2017	74550	218 * I
LXB6773	8147019033	07/10/2017	74550	218 * I
QHT2892	8147019084	07/10/2017	74550	218 * I
CSX0406	8147019088	07/10/2017	74550	218 * I
LYN7612	8147019096	07/10/2017	74550	218 * I
MHX4326	8147019102	07/10/2017	74550	218 * I
MBV0600	8147019020	07/10/2017	74550	218 * I
MGP7139	8147018729	05/10/2017	74550	218 * I
MAE0769	8147018743	05/10/2017	74550	218 * I
EUD1922	8147018760	05/10/2017	74550	218 * I
MHZ2552	8147018770	05/10/2017	74550	218 * I
MKF1612	8147018794	05/10/2017	74550	218 * I
AEP4705	8147019178	10/10/2017	74550	218 * I
MKK9891	8147019199	10/10/2017	74550	218 * I
ARR4772	8147019223	10/10/2017	74550	218 * I

MIM5588	8147019226	10/10/2017	74550	218	*	I
MBC2610	8147019230	10/10/2017	74550	218	*	I
LYZ7190	8147019231	10/10/2017	74550	218	*	I
MJD2841	8147019257	10/10/2017	74550	218	*	I
MDA8419	8147019259	10/10/2017	74550	218	*	I
MHU0115	8147019279	10/10/2017	74550	218	*	I
QHW1509	8147019124	07/10/2017	74550	218	*	I
MEZ0315	8147019125	07/10/2017	74550	218	*	I
MMC8447	8147019126	07/10/2017	74550	218	*	I
MEI2847	8147019315	11/10/2017	74550	218	*	I
MIQ3042	8147019347	11/10/2017	74550	218	*	I
MBC2610	8147019387	11/10/2017	74550	218	*	I
MMJ5302	8147019463	12/10/2017	74550	218	*	I
MJL2866	8147019649	15/10/2017	74550	218	*	I
AQC5555	8147019658	15/10/2017	74550	218	*	I
MIW2504	8147019662	15/10/2017	74550	218	*	I
MDQ2057	8147019673	15/10/2017	74550	218	*	I
MIB1797	8147019498	12/10/2017	74550	218	*	I
MKT0995	8147019505	12/10/2017	74550	218	*	I
PVQ6045	8147019533	12/10/2017	74550	218	*	I
MFT5897	8147019535	12/10/2017	74550	218	*	I
OKG3865	8147019555	12/10/2017	74550	218	*	I
MJH2323	8147019562	12/10/2017	74550	218	*	I
LXS3963	8147019577	12/10/2017	74550	218	*	I
MGM4306	8147019579	12/10/2017	74550	218	*	I
MGG0127	8147019591	12/10/2017	74550	218	*	I
MFR9460	8147019592	12/10/2017	74550	218	*	I
OPZ1119	8147019626	15/10/2017	74550	218	*	I
DOE7909	8147019646	15/10/2017	74630	218	*	II
MMC7128	8147019738	15/10/2017	74630	218	*	II
MJL2195	8147019472	12/10/2017	74630	218	*	II
MJH2323	8147019437	12/10/2017	74630	218	*	II
QHD1932	8147019136	07/10/2017	74630	218	*	II
MGI3037	8147019312	10/10/2017	74630	218	*	II
MIH2337	8147018795	05/10/2017	74630	218	*	II
DUY6054	8147019022	07/10/2017	74630	218	*	II
MLL1855	8147019119	07/10/2017	74630	218	*	II
HOD2355	8147019026	07/10/2017	74630	218	*	II
MHV4524	8147018708	05/10/2017	74630	218	*	II
MKV2982	8147018711	05/10/2017	74630	218	*	II
MKD6692	8147018655	05/10/2017	74630	218	*	II
MKN3209	8147018972	06/10/2017	74630	218	*	II
MHX4326	8147018979	06/10/2017	74630	218	*	II
QHW9681	8147018924	06/10/2017	74630	218	*	II
MIY8223	8147018890	06/10/2017	74630	218	*	II
ANX0801	P01JY000CW	06/10/2017	51851	167		
MLZ5446	54637655F	25/10/2017	51851	167		
MBI3681	P01JY000CR	06/10/2017	57461	187	*	I
MFK1591	P01K0000QH	10/10/2017	57461	187	*	I
MLV8866	54543840E	18/09/2017	57463	187	*	I
MLZ5446	54637658F	25/10/2017	57463	187	*	I
MEL1618	54637664F	01/11/2017	57463	187	*	I
DJB0305	54637672F	03/11/2017	57463	187	*	I
MTT9080	54637552F	10/10/2017	57463	187	*	I
LXG5977	54543929E	25/10/2017	57463	187	*	I
OPE0893	P01270007B	02/11/2017	59670	203	*	V
MGE0985	54833727E	03/10/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146
CNN8717	54637707F	26/10/2017	55413	181*	XVII	c/ Lei13146
MHH5866	P01K0000PH	06/10/2017	73661	252*	VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1225/2017

Publicação Nº 1432476

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8590 1225/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLC8303	54306577N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MDZ8810	54308297N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
OKH1475	54308301N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

GOVERNADOR CELSO RAMOS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8062 914/2017**

Publicação Nº 1432820

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8062 914/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLN7270	54531242F	27/07/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 913/2017

Publicação Nº 1432821

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 913/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCP0577 P01HV0006J 05/11/2017 50100 162 * I
MIP1997 55013393E 03/11/2017 55250 181 * XV
MLR2554 55013389E 30/10/2017 57200 186 * I
MGS3826 55013384E 30/10/2017 57200 186 * I
MAL1233 P01HV00068 13/10/2017 51691 165
MCP0577 P01HV0006K 05/11/2017 51691 165
MJS8701 55013385E 30/10/2017 51851 167
MGT8177 55013388E 30/10/2017 51851 167
MCP0577 P01HV0006I 05/11/2017 65992 230 * V
OTU1351 55013392E 03/11/2017 55411 181*XVII c/ Lei13146
MGW6717 55013090E 26/10/2017 73662 252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

Grão Pará

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8328 629/2017

Publicação Nº 1432594

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8328 629/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MMV7276 54030209F 29/07/2017 50100 162 * I 880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

GRAVATAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8246 1050/2017

Publicação Nº 1432643

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8246 1050/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYK3077	54292374N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	85.13
MIN6042	P01WV000LF	12/09/2017	58350	195	195.23
MIN6042	P01WV000LE	12/09/2017	60760	210	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8246 1049/2017

Publicação Nº 1432644

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8246 1049/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INU3700	P01WV000OG	26/10/2017	76252	ART 181, XX
MAY5875	P01WV000PF	02/11/2017	50100	162 * I
MBJ8478	P01WV000PH	02/11/2017	52070	169
QHA2011	P01WV000PO	04/11/2017	54790	181 * X
MKR2583	P01WV000PU	04/11/2017	65300	228
QHH2398	P01WV000N1	13/10/2017	65300	228
CGP5301	P01WV000Q1	06/11/2017	50371	162 * III
MIL3760	P01WV000MY	13/10/2017	65992	230 * V
MAY5875	P01WV000PG	02/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

GUARACIABA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8348 743/2017

Publicação Nº 1432581

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8348 743/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

ADU3950	54599589F	12/08/2017	50100	162 * I	880.40
DGJ2224	P03N30000D	06/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ADU3950	54599590F	12/08/2017	58350	195	195.23



MBO9376 P03N300003 18/08/2017 55412 181*XVII c/ Lei13146 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 742/2017

Publicação Nº 1432582

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8348 742/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHP5775 P03N300013 15/10/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

GUARAMIRIM**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1447/2017**

Publicação Nº 1432675

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8204 1447/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GLL8393	P00Q2001BF	27/08/2017	50100	162 * I	880.40
AXY5144	P00QQ000QK	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBZ5844	P00Q2001C9	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
MLI1763	P00Q2001CE	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXA8054	P00Q2001CM	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIO1279	P00QQ000RI	11/09/2017	50450	162 * V	293.47
LXA8054	P00Q2001CN	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBZ5844	P00Q2001CA	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGM4185	P00Q2001A7	09/08/2017	64080	221	130.16
MKT3870	P00QQ000QE	23/08/2017	64080	221	130.16
LXP8586	P00QT0016Y	02/07/2017	64080	221	130.16
AJF1844	P00Q20018K	31/07/2017	64080	221	130.16
AJF1844	P00Q20018L	31/07/2017	66020	230 * VI	293.47
MIK9842	P00QD000Q7	07/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
LXP8586	P00QT0016X	02/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
AAQ6414	P00QD000P7	31/07/2017	69120	232	88.38
MDM1704	P01LO000KR	24/08/2017	69120	232	88.38
AMX7189	P00QD000QR	14/08/2017	69120	232	88.38
MHP5044	P00Q2001CQ	08/09/2017	69120	232	88.38
MJY7289	P00QD000SR	04/09/2017	73400	252 * IV	130.16
LXP8586	P00QT0016Z	02/07/2017	73400	252 * IV	130.16
CVU6301	P00QQ000R2	02/09/2017	73580	252 * V	130.16
MBR6367	P00QD000P2	30/07/2017	65561	230 * I	293.47
LZR3443	P00Q2001CR	08/09/2017	65561	230 * I	293.47
MDL4308	P00Q2001DJ	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
ITH5432	P00QD000T7	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBL7116	P01LO000MN	17/09/2017	65992	230 * V	293.47
QIA6533	P00Q20018O	31/07/2017	65992	230 * V	293.47
MGM4185	P00Q2001A6	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDN6755	P00QD000PK	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
BAR3464	P00QT0019O	13/07/2017	65992	230 * V	293.47
MBR6367	P00QD000P1	30/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCZ5082	P00Q2001BK	27/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBZ5844	P00Q2001C8	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
DNZ8594	P00QT001GR	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXA8054	P00Q2001CL	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKT3870	P00QQ000QD	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFW0065	P00Q2001BI	27/08/2017	65992	230 * V	293.47
AFP4600	P01LO000L0	28/08/2017	66102	230 * VII	195.23
LXP8586	P00QT0016V	02/07/2017	66371	230 * IX	195.23

MHP5044	P00Q2001CP	08/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MBC1611	P00QT001HA	10/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MLD5355	P01LO000LU	11/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXP8586	P00QT0016W	02/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBR6367	P00QD000P3	30/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
BYO0558	P00Q20016N	19/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MF00065	P00Q2001BJ	27/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1448/2017

Publicação Nº 1432674

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1448/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEE6643	P01LO000L7	30/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MLD5355	P01LO000LT	11/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MHF6922	P01LO000L9	30/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
LXJ8649	P00QT001CA	28/07/2017	51930	168	293.47
MLE1325	P00QT001CM	31/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
HJF7517	P00Q2001AU	18/08/2017	65300	228	195.23
LXP8586	P00QT00170	02/07/2017	51851	167	195.23
CVU6301	P00QQ000R1	02/09/2017	51851	167	195.23
LXP8586	P00QT00171	02/07/2017	51852	167	195.23
MEJ4193	P00Q2001AX	22/08/2017	51852	167	195.23
QHP8913	P01LO000LR	11/09/2017	63941	220 * XIV	293.47
MLH9917	P00QT001HB	10/09/2017	59670	203 * V	1467.34
MJB9519	P01LO000LD	30/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1445/2017

Publicação Nº 1432677

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1445/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APS4531	P00QY000FB	06/11/2017	75790	165 A
MGD7342	P00QY000F8	05/11/2017	50100	162 * I
MBW4407	P00QY000EX	03/11/2017	50100	162 * I
MEY7437	P00Q2001GT	04/10/2017	50450	162 * V
MBU1908	P00Q2001KK	06/11/2017	50450	162 * V
MGD7342	P00QY000F9	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBW4407	P00QY000EY	03/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
NMT3786	P00QD000U7	02/11/2017	64080	221
ILJ9508	P00QY000ES	03/11/2017	64080	221
MAQ7033	P00Q2001J3	30/10/2017	66020	230 * VI
MAL5255	P00QT001L4	11/10/2017	67690	230 * XXII
MBU1908	P00Q2001KL	06/11/2017	69120	232
MEZ9721	P00QY000FD	06/11/2017	73400	252 * IV
DHX8329	P01LO000O2	11/10/2017	73400	252 * IV
MEV4654	P00Q2001KD	04/11/2017	73400	252 * IV
LYC3007	P00QY000E6	30/10/2017	73400	252 * IV
AFT6493	P00QY000EQ	01/11/2017	65561	230 * I
AFT6493	P00QY000EP	01/11/2017	65992	230 * V
MEY7437	P00Q2001GS	04/10/2017	65992	230 * V
MFF1199	P00QT001KH	10/10/2017	65992	230 * V
MBU1908	P00Q2001KJ	06/11/2017	65992	230 * V
MXB5888	P00Q2001KR	06/11/2017	65992	230 * V
MKL7378	P00Q2001KT	06/11/2017	65992	230 * V
ACR1785	P00QY000FV	07/11/2017	65992	230 * V
MKL7378	P00Q2001KU	06/11/2017	66372	230 * IX
MCJ6455	P00Q2001IT	26/10/2017	66531	230 * XI
LWU8707	P00Q2001J7	30/10/2017	67261	230 * XVIII
LZI7060	P00QY000EH	30/10/2017	67261	230 * XVIII

MFF1199	P00QT001KI	10/10/2017	67261	230	*	XVIII
MGM8973	P00Q2001JR	01/11/2017	67261	230	*	XVIII
MIK9842	P00Q2001JS	01/11/2017	67261	230	*	XVIII
MFF4010	P00Q2001K6	03/11/2017	67261	230	*	XVIII
ACR1785	P00QY000FX	07/11/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1446/2017

Publicação Nº 1432676

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1446/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABY6416	54315995N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MFT9400	P00QY000FP	06/11/2017	51930	168
MGD7342	P00QY000FA	06/11/2017	52070	169
MHO6292	P00QQ000SL	05/11/2017	52070	169
ABX0977	P01LO000OJ	13/10/2017	55250	181 * XV
AMA5330	P00QY000FG	06/11/2017	51851	167
AMA5330	P00QY000FH	06/11/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

GUARUJÁ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 559/2017

Publicação Nº 1432638

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8252 559/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJT6427	P03LC0000P	16/10/2017	50100	162 * I
MJT6427	P03LC0000Q	16/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZV7458	P03LC0000Z	31/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

HERVAL D'OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1541/2017

Publicação Nº 1432861

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8032 1541/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKK6291	P00ZN001X8	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKK6291	P00ZN001X9	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IFO9542	P00ZQ000VG	13/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032
1542/2017**

Publicação Nº 1432860

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8032 1542/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCX3789	P00ZN001XC	11/09/2017	52070	169	88.38
MHJ4040	P02W00001W	20/07/2017	51851	167	195.23
ARA6123	P00ZM0009Q	09/09/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1539/2017

Publicação Nº 1432863

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1539/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDH9947	P00ZO0017A	05/11/2017	50100	162 * I
MDH9947	P00ZO0017B	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDH9947	P00ZO0017C	05/11/2017	65992	230 * V
MDH9947	P00ZO0017D	05/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1540/2017

Publicação Nº 1432862

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8032 1540/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MID1335	P02W000093	13/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFV5376	P00ZN001YA	16/10/2017	51851	167
MBB2915	P00ZN001YC	16/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK
DIRETOR DE TRANSITO

IBIAM

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8580 238/2017

Publicação Nº 1432481

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8580 238/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LRZ1840	55956094C	07/10/2017	50100	162 * I
LZL7116	P00Z80001B	04/11/2017	50100	162 * I

LZL7116 P00Z80001A 04/11/2017 51180 164 c/c 162 * I
LZL7116 P00Z80001C 04/11/2017 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIAM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

IBICARÉ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 533/2017

Publicação Nº 1432432

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 533/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZJ0666	P01JN00085	26/07/2017	57200	186 * I	195.23
QHX7288	P01JN000AI	03/09/2017	57200	186 * I	195.23
QHK4495	P01JN000B0	07/09/2017	51851	167	195.23
ADO8637	P01JN000BF	12/09/2017	59670	203 * V	1467.34
LXM4419	P01JN000AO	05/09/2017	59670	203 * V	1467.34
MBR0408	P01JN000A4	28/08/2017	59670	203 * V	1467.34
IBK0033	P01JN000BA	10/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8773 532/2017

Publicação Nº 1432433

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8773 532/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYX8589	P01JN000AZ	07/09/2017	52070	169
MDB6747	P01JN000AC	31/08/2017	53800	181 * I
MIP7290	P01JN000F0	11/10/2017	59670	203 * V
MGI5142	P01JN000F1	11/10/2017	59670	203 * V
LYT1189	P01JN000F7	16/10/2017	59670	203 * V
MID0857	P01JN000HH	02/11/2017	59670	203 * V
QHZ5015	P01JN000HQ	06/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI
DIRETOR DE TRANSITO

IBIRAMA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1517/2017

Publicação Nº 1432545

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100



EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8420 1517/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKK5099	P01T6000AH	30/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
MAK8654	P01T60009J	14/07/2017	65992	230 * V	293.47
MAN2731	P01T6000B0	09/09/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1518/2017

Publicação Nº 1432544

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA - DEMUTRAN - 281350

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8420 1518/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYV2256	P01T6000AI	30/08/2017	65640	230 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCONDES UHLMANN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1515/2017

Publicação Nº 1432547

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8420 1515/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHD9870	P03SD0002X	02/11/2017	75790	165	A
LYB4829	P03SD0001C	11/10/2017	50100	162	* I
MAN6613	P03SD0001I	14/10/2017	50100	162	* I
QIM1721	P02YI0007V	05/11/2017	66020	230	* VI
MMF5008	P03SD0002Q	02/11/2017	69120	232	
MMF5008	P03SD0002R	02/11/2017	65992	230	* V
MAN6613	P03SD0001H	14/10/2017	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1516/2017

Publicação Nº 1432546

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA - DEMUTRAN - 281350

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8420 1516/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYB4829 P03SD0001D 11/10/2017 51851 167
QHL3670 P03SD00032 05/11/2017 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCONDES UHLMANN
DIRETOR DE TRANSITO

ILHOTA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 945/2017

Publicação Nº 1432561

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8388 945/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEB2718 P018L0006P 11/10/2017 50100 162 * I

AEB2718 P018L0006Q 11/10/2017 50610 163 c/c 162 * I
 AEB2718 P018L0006R 11/10/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO
 DELEGADO DE POLICIA

IMBITUBA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2382/2017

Publicação Nº 1432531

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2382/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMM9035	P01NY0006T	04/08/2016	67000	230 * XVI	127.69
NOQ5068	55667893F	06/06/2016	69120	232	53.20
NOQ5068	55667892F	06/06/2016	50291	162 * II	957.69
MDT9831	P01NZ00027	16/08/2016	66532	230 * XI	127.69
MGW2605	55830104F	03/07/2016	66532	230 * XI	127.69
MGW2605	P01NU0000D	27/07/2016	66532	230 * XI	127.69
OQZ2012	55830061F	26/06/2016	75790	277	1915.38
LZA4809	P01NU000LG	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
CAI6414	P01NY003BF	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
MCQ2761	P01NY003C4	08/09/2017	50450	162 * V	293.47
LZA4809	P01NU000LH	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIH9769	P03G400013	19/08/2017	69120	232	88.38
MEC3974	P01O40003W	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCQ2761	P01NY003C3	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZA4809	P01NU000LF	08/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2383/2017

Publicação Nº 1432530

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2383/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIR3462	54296083N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHV7271	54296085N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MED5468	P01NY003BL	05/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJE8013	P01NY00353	05/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIN7412	P01NY003AZ	28/08/2017	53800	181 * I	130.16
MIB8300	55590177F	05/07/2017	54600	181 * IX	130.16
QHO9705	P01NV000RK	20/06/2017	54600	181 * IX	130.16
MDN0890	P01NU000KU	27/07/2017	54790	181 * X	130.16
FAH0179	P01NY00391	11/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
MEV3330	55830277F	29/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
CIB8311	P01NX0006Q	29/08/2017	55250	181 * XV	130.16
IOH6548	P01NZ000MC	07/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKC4727	P01NY0037B	01/08/2017	57380	186 * II	293.47
MKC4727	P01NY0037D	01/08/2017	58350	195	195.23
MHH2551	P01NZ000MH	09/09/2017	65640	230 * II	293.47
HHW6450	P01NU000LK	09/09/2017	51851	167	195.23
IKW3635	55831967F	28/08/2017	51851	167	195.23
GVU1625	55831968F	28/08/2017	51851	167	195.23
ILX4266	P01NY003B5	29/08/2017	51851	167	195.23
DWQ2847	P01NY003BW	08/09/2017	51851	167	195.23
MGE6722	P01NY003BX	08/09/2017	51851	167	195.23
CPD9706	P01NY003A3	22/08/2017	51851	167	195.23
MKJ2725	P01NY0038Y	10/08/2017	51851	167	195.23
QHF1436	55832172F	07/07/2017	51851	167	195.23
MEC9041	P01NU000K8	15/07/2017	51851	167	195.23
MDK0924	P01NU000KO	21/07/2017	51851	167	195.23
MMK6861	P01NY003CH	12/09/2017	51851	167	195.23
MHY9189	P01NY003CM	13/09/2017	51851	167	195.23
INR2563	P01NY003C9	09/09/2017	51851	167	195.23
MHW9855	P01NY0036L	26/07/2017	56221	182 * VI	88.38

MJW4178	P01NY003B2	29/08/2017	58194	193	880.40
IKJ6860	55831936F	11/08/2017	60175	206 * III	293.47
MFC3387	P01NY003C8	09/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IRS8012	P01NY003CF	12/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MML7893	55831911F	07/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJP9771	P01NZ000JT	22/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIF0260	55830890F	04/07/2017	73662	252*VI	130.16
QH7758	55832177F	11/07/2017	73662	252*VI	130.16
MLO3052	P01NY00361	18/07/2017	73662	252*VI	130.16
MLR9240	P01NZ000JP	20/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2380/2017

Publicação Nº 1432533

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2380/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFZ5591	P03G50000G	02/10/2017	50100	162 * I
LYP5310	P01NZ000N2	12/10/2017	50100	162 * I
MKP4838	P01NU000MK	16/10/2017	50100	162 * I
MKP4838	P01NU000MJ	16/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MFZ5591	P03G50000F	02/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFZ5591	P03G50000E	02/10/2017	65992	230 * V
MIW1927	P01NU000MF	11/10/2017	65992	230 * V
LYP5310	P01NZ000N1	12/10/2017	65992	230 * V
MFV6916	P01NZ000N3	15/10/2017	66371	230 * IX
KMS1184	P03G40001Z	10/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2381/2017

Publicação Nº 1432532

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2381/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJF4905	54315981N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
IOF4978	55832071F	25/10/2017	76252	ART 181, XX
QIF9356	P01NX0007A	08/10/2017	76252	ART 181, XX
MJT5156	55831068F	22/09/2017	76331	ART 252, UNICO
LQE9642	P01NZ000N4	16/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MEV9350	P01NY003FK	13/10/2017	55250	181 * XV
APR6658	P01NU000OB	05/11/2017	55250	181 * XV
IRN2200	P01NU000NO	03/11/2017	55500	181 * XVIII
OVV1632	P01NU000O0	03/11/2017	55500	181 * XVIII
MLF0701	55831052F	11/09/2017	57380	186 * II
KMS1184	P03G40001Y	10/10/2017	58350	195
MHC5922	P01NU000M8	07/10/2017	65300	228
MHU7646	P01NY003EJ	09/10/2017	51851	167
QHB5828	P01NY003EL	09/10/2017	51851	167
ACC9999	P01NY003FL	13/10/2017	51851	167
QHB7114	P01NY003FM	13/10/2017	51851	167
MGG8741	55590136F	02/10/2017	51851	167
AZF8326	P01NY003EY	11/10/2017	54522	181 * VIII
AIC1131	P01NY003F2	11/10/2017	54525	181 * VIII
KMS1184	P03G400020	10/10/2017	58191	193
KMS1184	P03G400021	10/10/2017	59670	203 * V
MHQ2543	P01NY003F5	11/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QIW3637	P01NY003E7	06/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLR2640	P01NY003DK	29/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
HGG9473	P01NY003D2	25/09/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA
AUTORIDADE DE TRANSITO

IMBUIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8176 606/2017

Publicação Nº 1432700

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8176 606/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBW1904	P02S40000X	15/10/2017	50100	162 * I
MBI4692	P02S200028	15/10/2017	50100	162 * I
MBI4692	P02S200027	15/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBUIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

INDAIAL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2169/2017**

Publicação Nº 1432671

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8206 2169/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEO9587	P01XQ000GJ	09/07/2017	50291	162* II	880.40
MHQ6103	P01XQ000HR	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFM4103	P01XZ000VE	08/09/2017	50450	162 * V	293.47
DIN1420	P01XY000ME	10/09/2017	50450	162 * V	293.47
MGE0604	P01XZ000VT	13/09/2017	50450	162 * V	293.47
LXG4871	P01XY000LY	06/09/2017	64080	221	130.16
AVG1155	P01XQ000N3	13/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
EUG4722	P01Y0000OD	13/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
AET2230	P01XQ000K3	30/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
MIS5322	55368133F	06/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MHA1922	55368093F	29/08/2017	69120	232	88.38
DIN1420	P01XY000MF	10/09/2017	73400	252 * IV	130.16
AKD2312	P01XZ000VF	08/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MCH7383	55368014F	10/08/2017	73400	252 * IV	130.16
LZO6892	P01XY000JD	18/07/2017	73580	252 * V	130.16
MGZ4626	P01Y0000LG	23/07/2017	51691	165	2934.68
MAC6940	P01XY000LC	18/08/2017	65564	230 * I	293.47
MHQ6103	P01XQ000HQ	26/07/2017	65992	230 * V	293.47
LXR8794	P01XQ000HI	20/07/2017	65992	230 * V	293.47
MGE0604	P01XZ000VS	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZO6892	P01XY000JC	18/07/2017	66531	230 * XI	195.23
MDH0942	P01XQ000LT	10/09/2017	66531	230 * XI	195.23
MHA1922	55368094F	29/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AET2230	P01XQ000K4	30/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2170/2017

Publicação Nº 1432670

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8206 2170/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIK8967	54300927N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
FHD3301	55367625F	09/03/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLG0503	55368738F	04/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DIN1420	P01XY000MG	10/09/2017	51930	168	293.47
DIN1420	P01XY000MH	10/09/2017	52070	169	88.38
MDT0076	P01XQ000JK	26/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LXR8794	P01XQ000HH	20/07/2017	58350	195	195.23
MFC9186	P01XY000M7	07/09/2017	65300	228	195.23
ADE1086	55368137F	07/09/2017	67770	231 * I	293.47
MKQ1198	55368081F	28/08/2017	51851	167	195.23
MJM2727	55367910F	18/07/2017	51851	167	195.23
MJN7334	55367913F	18/07/2017	51851	167	195.23
MCH7383	55368013F	10/08/2017	51852	167	195.23
HMZ1801	P01XQ000K1	28/08/2017	52311	172	130.16
MJF1618	P01Y0000LP	29/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDL8548	55368120F	06/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDH6667	P01XY000M6	07/09/2017	58196	193	880.40
MIQ6870	P01XQ000LH	08/09/2017	58196	193	880.40
NFB7970	P01XQ000LI	08/09/2017	58196	193	880.40
LZA2143	P01XQ000LP	08/09/2017	58196	193	880.40
MEJ2763	P01XQ000M0	11/09/2017	58196	193	880.40
QIS2356	P01XQ000M8	11/09/2017	58196	193	880.40
MKH3036	P01XQ000MM	11/09/2017	58196	193	880.40
MCS9954	55367883F	30/08/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2167/2017

Publicação Nº 1432673

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8206 2167/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KMO5830	P01XQ000PI	15/10/2017	75790	165 A
LYK4000	P01XZ000Z9	07/11/2017	75790	165 A
MAA8002	P01Y0000U4	01/11/2017	50100	162 * I
MAY9109	P01XY000NQ	10/10/2017	50100	162 * I
MGT9199	P01XZ000YD	10/10/2017	50450	162 * V
MAY9109	P01XY000NR	10/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MAA8002	P01Y0000U5	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
DTX0786	P01Y0000RZ	05/10/2017	67000	230 * XVI
MDC5538	P01XY000PS	02/11/2017	69120	232
MDH6359	P01XY000Q2	07/11/2017	51691	165
MFC2213	P01XQ000PK	16/10/2017	65992	230 * V
MAA8002	P01Y0000U3	01/11/2017	65992	230 * V
MCR5155	55368914F	03/10/2017	65992	230 * V
QHT2827	54990453F	05/10/2017	66102	230 * VII
MGQ3120	54989938F	05/10/2017	66102	230 * VII
LZV8331	P01XQ000PH	13/10/2017	66102	230 * VII
MKA0893	55369036F	24/10/2017	66371	230 * IX
MEK6180	P01XY000NL	05/10/2017	66531	230 * XI
MGQ3120	54989940F	05/10/2017	67261	230 * XVIII
LZN2221	P01XQ000OZ	09/10/2017	67261	230 * XVIII
DAK9973	P01XQ000PF	13/10/2017	67261	230 * XVIII
MKA0893	55369035F	24/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2168/2017

Publicação Nº 1432672

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8206 2168/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW9770	55368938F	07/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MAZ9012	P01XZ000YH	12/10/2017	51930	168
MCA4521	P01XQ000PD	12/10/2017	55250	181 * XV
BOC9219	55368936F	06/10/2017	60330	206 * V
MHL0148	55368921F	04/10/2017	51851	167
MJH7080	55368337F	29/09/2017	51851	167
MFL5014	55368347F	02/10/2017	51851	167
MDM2888	55368349F	02/10/2017	51851	167
MDC5538	P01XY000PT	02/11/2017	51851	167
MEF5696	55490299E	01/11/2017	51851	167
MGD2921	55368863F	26/10/2017	51851	167
MDQ3918	55368904F	02/10/2017	51852	167
MGL3408	P01XY000NN	09/10/2017	58196	193
AUI7413	55369024F	20/10/2017	58196	193
QIR9446	55368241F	18/09/2017	58196	193
LYT2030	P01XY000PX	06/11/2017	60412	207
MCD6972	55368937F	07/10/2017	60501	208
MBW4159	55368943F	07/10/2017	60502	208
DSU2548	55368869F	01/11/2017	59670	203 * V
MLO7325	55369018F	20/10/2017	59670	203 * V
MAX3386	55368853F	03/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI
DIRETOR DE TRANSITO

IOMERÊ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8740 427/2017**

Publicação Nº 1432445

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8740 427/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAL9770	P02OH0001Q	03/09/2017	69120	232	88.38
MAL9770	P02OH0001P	03/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 426/2017

Publicação Nº 1432446

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8740 426/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MHG0144	54298318F	30/10/2017	57200	186 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIELA GOMES DA ROCHA MUNARO
AUTORIDADE DE TRANSITO

IPIRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8464 441/2017

Publicação Nº 1432514

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8464 441/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT2680	P02VN00004	13/07/2017	50100	162 * I	880.40
LWT2680	P02VN00003	13/07/2017	51691	165	2934.68
OKH6012	P02VZ0000C	25/08/2017	59670	203 * V	1467.34
MGE5287	P02VN0000L	25/08/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPIRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

IPUMIRIM**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8163 629/2017**

Publicação Nº 1432709

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8163 629/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAG2665	P034C0000T	19/07/2017	50100	162 * I	880.40
LXQ3103	P034C0000W	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
MDD6735	P034C0001A	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDD6735	P034C0001B	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXQ3103	P034C0000X	22/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAG2665	P034C0000U	19/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXQ3103	P034C0000V	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
MAG2665	P034C0000S	19/07/2017	65992	230 * V	293.47
MGK2309	P034C00018	25/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 628/2017

Publicação Nº 1432710

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8163 628/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYB2774	P034C0001Q	16/10/2017	50100	162 * I
BYB2774	P034C0001S	16/10/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

IRANI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8538 765/2017

Publicação Nº 1432489

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8538 765/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IHA5991	P034F0004U	26/08/2017	75790	165 A	2934.68
KDQ1253	P034F0005I	04/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8538 764/2017

Publicação Nº 1432490

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8538 764/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJA3418	P034F00072	13/10/2017	50100	162 * I
LXR6082	P034F0007I	31/10/2017	50100	162 * I
LYF4525	P034F0007J	02/11/2017	50100	162 * I
MGX0270	P034F00080	06/11/2017	50100	162 * I
MGX0270	P034F00082	06/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
BJA3418	P034F00073	13/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYF4525	P034F0007L	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGX0270	P034F00083	06/11/2017	58350	195
MGX0270	P034F00084	06/11/2017	52152	170
MDZ7057	P034F00078	16/10/2017	65992	230 * V
LYF4525	P034F0007K	02/11/2017	65992	230 * V
MGX0270	P034F00081	06/11/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

IRINEÓPOLIS**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 518/2017**

Publicação Nº 1432537

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8428 518/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBL0227	P03A30000P	14/10/2017	50100	162 * I
MBL0227	P03A30000O	14/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

Itá**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8338 799/2017**

Publicação Nº 1432591

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8338 799/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFG3277	P00ZB0008H	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
MLG9055	P00ZB0008J	03/08/2017	51851	167	195.23
MBH6088	P00ZB0008O	07/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 798/2017

Publicação Nº 1432592

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 798/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGF7248	P00ZB000AR	03/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

ITAÍÓPOLIS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8350 1209/2017**

Publicação Nº 1432579

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8350 1209/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HEH2276	P02DT000A2	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIM5450	P02DT00095	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYV3366	P02DT0008S	14/08/2017	50450	162 * V	293.47
LYH2565	P02DT0009F	09/09/2017	51851	167	195.23
ATT3897	P02DT0009I	09/09/2017	51851	167	195.23
QHK7439	P02DT0009T	09/09/2017	51851	167	195.23
CPD4155	P02DT0009U	09/09/2017	51851	167	195.23
MFJ9515	P02DT00098	08/09/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1208/2017

Publicação Nº 1432580

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8350 1208/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFJ4855	P02DT000BU	14/10/2017	50100	162 * I
MFJ4855	P02DT000BW	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEX4512	P02DT000BT	14/10/2017	58350	195
MKM6099	P02DT000BN	10/10/2017	54522	181 * VIII
MFJ4855	P02DT000BV	14/10/2017	65992	230 * V
MEX4512	P02DT000BS	14/10/2017	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA

ITAPIRANGA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 927/2017

Publicação Nº 1432605

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 927/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CSE5831	P019L000FT	14/10/2017	53800	181 * I
CLV0639	P019L000FW	14/10/2017	64910	227 * II



MLB2737 P019L000FS 14/10/2017 55411 181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ITAPOÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8190 888/2017

Publicação Nº 1432690

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8190 888/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEW3991	P00P1000YB	16/07/2017	50100	162 * I	880.40
MAN1412	P00Y4000RL	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
AIE6091	P01N9000DD	05/09/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
MEE2627	P00P100119	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MAN1412	P00Y4000RM	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
AIE6091	P01N9000DC	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEW3991	P00P1000YD	16/07/2017	65992	230 * V	293.47
MGD3918	P00Y4000PF	24/07/2017	65992	230 * V	293.47
MEW3991	P00P1000YC	16/07/2017	66101	230 * VII	195.23
MGD3918	P00Y4000PH	24/07/2017	66372	230 * IX	195.23
MGD3918	P00Y4000PG	24/07/2017	66532	230 * XI	195.23
IOX2206	P00P10010M	13/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ANY5274	P00P100110	09/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AVT7366	P00P10011Z	09/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AZY4844	P00P10012B	09/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AXJ9923	P00P10012E	09/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DAE1306	P00P100115	06/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQV8153	P00P100138	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJI6460	P00P10013D	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AVS2807	P00P10013O	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ILC0443	P00P10013U	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

ALV2956	P00P10013V	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCU8665	P00P10014K	14/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MID7474	P00P10011A	07/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DOL1999	P00P100100	13/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 887/2017

Publicação Nº 1432691

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 887/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYM6382	P00P10016L	09/10/2017	55250	181 * XV
MEA9611	P00R900209	04/11/2017	55250	181 * XV
LXA2216	P00R90020F	04/11/2017	55250	181 * XV
ASK7446	P00P100174	22/10/2017	55500	181 * XVIII
ATK3883	P00Y4000UX	28/10/2017	55500	181 * XVIII
MFP3545	P03GG0000J	15/10/2017	69120	232
MFP3545	P03GG0000M	15/10/2017	72340	250 * I * a
MFP3545	P03GG0000N	15/10/2017	51691	165
MFP3545	P03GG0000K	15/10/2017	51851	167
MFP3545	P03GG0000L	15/10/2017	52152	170
MIC0885	P00Y4000V3	02/11/2017	65992	230 * V
MIC0885	P00Y4000V2	02/11/2017	66531	230 * XI
MFP3545	P03GG0000G	15/10/2017	52741	175
APB5071	P00P10017L	29/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AGS9443	P00P10016F	08/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

ITUPORANGA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1977/2017

Publicação Nº 1432783

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1977/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IIL6021	P02RY0000Y	16/07/2017	50100	162 * I	880.40
IIL6021	P02RY0000Z	16/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
GUV2204	P02RX00095	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
IIL6021	P02RY0000T	16/07/2017	65992	230 * V	293.47
IIL6021	P02RY0000U	16/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1978/2017

Publicação Nº 1432782

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1978/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IIL6021	P02RY0000V	16/07/2017	51930	168	293.47
ANH9851	P02RX00045	12/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLJ5627	P02RX0008G	31/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKM6688	P02RX0008P	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MFL2660	P02RX00068	30/07/2017	65300	228	195.23
IIL6021	P02RY0000X	16/07/2017	51851	167	195.23
IIL6021	P02RY0000W	16/07/2017	51852	167	195.23
GUV2204	P02RX00094	12/09/2017	54281	181 * V	293.47
MFC4991	P02RX0007D	10/08/2017	70562	244 * III c/c õl\$	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1190/2017

Publicação Nº 1432482

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1190/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLS4131	54279481N	21/07/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
MEM1716	54294402N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
QHS1368	54295819N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
MJC9787	54295820N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
QHA5320	54295822N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
LYD0651	54298718N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
MDW1715	0000062047	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJY9244	0000061360	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
IPV2659	0000061619	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGM0226	0000057894	29/06/2017	74550	218 * I	130.16
LXQ1486	0000057855	28/06/2017	74550	218 * I	130.16
LYY5735	0000057766	27/06/2017	74550	218 * I	130.16
AKP9596	0000058120	01/07/2017	74550	218 * I	130.16
MAU1658	0000058590	08/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIO3251	0000057153	19/06/2017	74550	218 * I	130.16
MCF7684	0000059711	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJT4095	0000059437	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
LYA4003	0000059658	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHA8542	0000059645	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHT7520	0000059643	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIN0599	0000059599	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHQ2120	0000059302	17/07/2017	74550	218 * I	130.16
MEW3416	0000059271	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
KES9580	0000059216	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJL8053	0000059206	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBU0255	0000059205	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
LZC5488	0000059181	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHN1904	0000059517	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHB6324	0000059508	18/07/2017	74550	218 * I	130.16
LYM2536	0000059083	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFK9124	0000059038	13/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDT8244	0000059019	13/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLO1367	0000059018	13/07/2017	74550	218 * I	130.16
MMM2532	0000060137	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
LYA4003	0000060496	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBO5245	0000061159	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMI8199	0000061155	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
AAU3215	0000060650	05/08/2017	74630	218 * II	195.23
MMD6729	0000059440	19/07/2017	74630	218 * II	195.23
MBU0255	0000059212	16/07/2017	74630	218 * II	195.23
LYM2536	0000059233	16/07/2017	74630	218 * II	195.23
MHT5826	0000058582	08/07/2017	74630	218 * II	195.23
MKZ3132	0000059002	12/07/2017	56732	183	130.16
MEP7656	0000060839	07/08/2017	56732	183	130.16
QHO4785	0000060967	10/08/2017	56732	183	130.16
MJT5262	0000060819	07/08/2017	60503	208	293.47
MID1536	0000060833	07/08/2017	60503	208	293.47
MIW3965	0000061214	12/08/2017	60503	208	293.47
MIL0935	0000061146	11/08/2017	60503	208	293.47
MMJ0308	0000061894	22/08/2017	60503	208	293.47
ADI6688	0000061694	22/08/2017	60503	208	293.47
MDZ7504	0000062408	28/08/2017	60503	208	293.47
DTW6952	0000062310	26/08/2017	60503	208	293.47
MAY2244	0000062297	26/08/2017	60503	208	293.47
QHD0545	0000062223	25/08/2017	60503	208	293.47
QHT2864	0000062070	23/08/2017	60503	208	293.47
MEX8060	0000058906	11/07/2017	60503	208	293.47
MFF2929	0000058837	10/07/2017	60503	208	293.47
GMT7826	0000058780	10/07/2017	60503	208	293.47

CKZ9975	0000058645	08/07/2017	60503	208	293.47
MHY2912	0000058649	08/07/2017	60503	208	293.47
MIY0248	0000057707	26/06/2017	60503	208	293.47
KLY8057	0000058075	01/07/2017	60503	208	293.47
DUJ1987	0000058013	30/06/2017	60503	208	293.47
MLD4262	0000058030	30/06/2017	60503	208	293.47
MHV6285	0000057646	25/06/2017	60503	208	293.47
LXQ1486	0000057521	24/06/2017	60503	208	293.47
MBV4768	0000057523	24/06/2017	60503	208	293.47
MFG0343	0000057399	22/06/2017	60503	208	293.47
ADC7775	0000058391	05/07/2017	60503	208	293.47
OKE3096	0000058190	03/07/2017	60503	208	293.47
MHE9433	0000059687	22/07/2017	60503	208	293.47
OKH1629	0000059692	22/07/2017	60503	208	293.47
MIQ1969	0000057124	18/06/2017	60503	208	293.47
MCB9359	0000058109	01/07/2017	60503	208	293.47
MHB6324	0000059404	18/07/2017	60503	208	293.47
MJT6257	0000059411	18/07/2017	60503	208	293.47
LXC7487	0000059412	18/07/2017	60503	208	293.47
MMH9423	0000059344	17/07/2017	60503	208	293.47
MGL5885	0000059350	17/07/2017	60503	208	293.47
MBA4564	0000059358	17/07/2017	60503	208	293.47
MKR6246	0000059361	17/07/2017	60503	208	293.47
AMJ3856	0000059362	17/07/2017	60503	208	293.47
MJL5583	0000059365	17/07/2017	60503	208	293.47
LWX7624	0000059374	17/07/2017	60503	208	293.47
MDY1064	0000059225	16/07/2017	60503	208	293.47
MBM5739	0000059450	19/07/2017	60503	208	293.47
MDA2674	0000059040	13/07/2017	60503	208	293.47
MJK8533	0000060367	31/07/2017	60503	208	293.47
NFX8919	0000061056	09/08/2017	60503	208	293.47
MKP3493	0000059141	14/07/2017	60503	208	293.47
MFR6909	0000059171	14/07/2017	60503	208	293.47
MCO4609	0000059125	14/07/2017	60503	208	293.47
DGJ7969	0000059128	14/07/2017	60503	208	293.47
EGH9231	0000059107	14/07/2017	60503	208	293.47
MLB2818	0000059288	16/07/2017	60503	208	293.47
MGE1424	0000059237	15/07/2017	60503	208	293.47
OQO8366	0000059254	15/07/2017	60503	208	293.47
MJC4914	0000059264	15/07/2017	60503	208	293.47
MHF2306	0000059559	20/07/2017	60503	208	293.47
MJT6998	0000059564	20/07/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1975/2017

Publicação Nº 1432785

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8092 1975/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJQ4395	P02RX000BG	14/10/2017	75790	165 A
MHL0593	P02RY0001U	04/10/2017	50100	162 * I
MFP9335	P02RX000CZ	06/11/2017	50100	162 * I
MHL0593	P02RY0001V	04/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFP9335	P02RX000D0	06/11/2017	64080	221
CBS2573	P02RX000BO	17/10/2017	64080	221
CBS2573	P02RX000BP	17/10/2017	65992	230 * V
MFP9335	P02RX000CY	06/11/2017	65992	230 * V
CBS2573	P02RX000BQ	17/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1976/2017

Publicação Nº 1432784

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8092 1976/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHL0593	P02RY0001X	04/10/2017	58350	195
IJN9304	P02RX000AZ	08/10/2017	65300	228
MDP6074	P02RX000B1	08/10/2017	51851	167
MHL0593	P02RY0001W	04/10/2017	59080	202 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1189/2017

Publicação Nº 1432483

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1189/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QHO4931	54309701N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHC9320	54314857N	03/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
KXV2113	54315962N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGL6946	54315963N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MBZ7840	0000066001	17/10/2017	74550	218 * I
MJK6016	0000065966	16/10/2017	74550	218 * I
MGU0433	0000065896	15/10/2017	74550	218 * I
QHL6760	0000065909	15/10/2017	74550	218 * I
MIN0599	0000064676	27/09/2017	74550	218 * I
MBQ6229	0000064644	27/09/2017	74550	218 * I
MFG8854	0000064618	27/09/2017	74550	218 * I

MKF0968	0000064613	27/09/2017	74550	218	*	I
AUG0181	0000064608	27/09/2017	74550	218	*	I
MEJ2731	0000064499	25/09/2017	74550	218	*	I
EPE7113	0000064453	25/09/2017	74550	218	*	I
MID2214	0000064454	25/09/2017	74550	218	*	I
LYI4151	0000064455	25/09/2017	74550	218	*	I
OKE6992	0000064456	25/09/2017	74550	218	*	I
MIF6238	0000065244	06/10/2017	74550	218	*	I
MDP5677	0000066038	13/10/2017	74550	218	*	I
MHN9506	0000064186	22/09/2017	74550	218	*	I
MGL0404	0000064105	21/09/2017	74550	218	*	I
MGT3445	0000065388	10/10/2017	74550	218	*	I
MML1772	0000065035	02/10/2017	74550	218	*	I
QII9010	0000065032	01/10/2017	74550	218	*	I
MMA2284	0000065027	30/09/2017	74550	218	*	I
MBQ1173	0000064957	02/10/2017	74550	218	*	I
MDB1546	0000064958	02/10/2017	74550	218	*	I
BAR1510	0000064942	01/10/2017	74550	218	*	I
MEU6897	0000064943	01/10/2017	74550	218	*	I
MJD2220	0000064401	24/09/2017	74550	218	*	I
MEP4667	0000064375	24/09/2017	74550	218	*	I
MGY5573	0000064285	23/09/2017	74550	218	*	I
MDB7945	0000064910	01/10/2017	74550	218	*	I
LYG5394	0000064909	01/10/2017	74550	218	*	I
MGG8933	0000064836	30/09/2017	74550	218	*	I
MHE6767	0000064839	30/09/2017	74550	218	*	I
OWR4305	0000064791	29/09/2017	74550	218	*	I
MEG2594	0000064765	29/09/2017	74550	218	*	I
MJU7555	0000064755	26/09/2017	74550	218	*	I
MJC0661	0000064756	26/09/2017	74550	218	*	I
MAY1101	0000064711	28/09/2017	74550	218	*	I
IJQ1251	0000064108	20/09/2017	74630	218	*	II
MFW6681	0000065862	15/10/2017	74630	218	*	II
MGS8887	0000066061	16/10/2017	74630	218	*	II
LZF1304	0000065368	09/10/2017	56732	183		
MLA4647	0000064878	30/09/2017	56732	183		
LZG5540	0000064358	23/09/2017	56732	183		
MGG8751	0000064297	23/09/2017	60503	208		
DBW0436	0000064303	23/09/2017	60503	208		
OWI7572	0000064259	22/09/2017	60503	208		
MAX3074	0000064344	23/09/2017	60503	208		
QHH7548	0000064391	24/09/2017	60503	208		
MKO3708	0000064381	24/09/2017	60503	208		
AOD8952	0000064937	01/10/2017	60503	208		
OKF1512	0000065002	02/10/2017	60503	208		
MEM9667	0000064879	30/09/2017	60503	208		
MEO6990	0000064899	30/09/2017	60503	208		
MIV5759	0000064864	30/09/2017	60503	208		
MBL6286	0000064810	29/09/2017	60503	208		
ALY8994	0000064811	29/09/2017	60503	208		
MGX7054	0000064813	29/09/2017	60503	208		
MEG7310	0000064815	29/09/2017	60503	208		
QHA4035	0000064819	29/09/2017	60503	208		
MAK0486	0000064688	28/09/2017	60503	208		
MFA6895	0000064698	28/09/2017	60503	208		
MLO7906	0000064670	27/09/2017	60503	208		
CCT9074	0000064721	28/09/2017	60503	208		
MEP3284	0000064741	28/09/2017	60503	208		
AKG2562	0000065369	09/10/2017	60503	208		
MIA6290	0000065709	12/10/2017	60503	208		
MGX9766	0000064517	25/09/2017	60503	208		
MJX1740	0000064493	25/09/2017	60503	208		
MLG9200	0000064477	25/09/2017	60503	208		

DPC4335	0000066025	17/10/2017	60503	208
MCN2479	0000065959	16/10/2017	60503	208
MHW0392	0000066005	17/10/2017	60503	208
ADX7254	0000065911	15/10/2017	60503	208
MGM8543	0000065908	15/10/2017	60503	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

JABORÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8178 370/2017

Publicação Nº 1432698

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8178 370/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCE9741	P00Y000080	03/09/2017	58350	195	195.23
DCE9741	P00Y00007Z	03/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 369/2017

Publicação Nº 1432699

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 369/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBW0596	P00XZ00044	16/10/2017	50100	162 * I
MBW0596	P00XZ00043	16/10/2017	65992	230 * V
HIG7619	P00XZ0004C	24/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

JACINTO MACHADO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8376 895/2017

Publicação Nº 1432563

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8376 895/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IOX5943	P02U60005R	29/07/2017	50100	162 * I	880.40
COR7468	P02U60009L	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
COR7468	P02U60009M	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IOX5943	P02U60005S	29/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIU0259	P02U60009S	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
QIJ4432	P02U60005J	27/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MCR1064	P02U60005L	28/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
LXC0206	P02U60005M	28/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MCK9722	P02U60009I	06/09/2017	69120	232	88.38
COR7468	P02U60009K	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
IOX5943	P02U60005Q	29/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 894/2017

Publicação Nº 1432564

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 894/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGS0440	P02U6000C4	16/10/2017	52070	169
QHA6412	P02U6000DC	02/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

JARAGUÁ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2646/2017

Publicação Nº 1432847

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2646/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BKG5137	54126838F	06/04/2015	50450	162 * V	191.53
MDZ1565	P00SI0011A	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
MDZ1565	P00SI00118	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
ADU1491	P00SD000XX	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
ANY7481	P00SL001R3	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
QIA9802	P00SB0019M	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
IGN1856	P00RB000GP	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
APD1900	P00S20014V	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDL2841	P00SB001AU	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGE1418	P00SD000ZH	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
OKH1574	P00R50014N	07/09/2017	50450	162 * V	293.47
MDZ1565	P00SI00119	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IGN1856	P00RB000GQ	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ADU1491	P00SD000XW	07/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDL2841	P00SB001AY	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
APD1900	P00S20014U	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IGN1856	P00RB000GS	06/09/2017	64080	221	130.16
LZN8988	P00R50016I	11/09/2017	66020	230 * VI	293.47
ALQ9020	P00SB001A9	08/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
DCF9346	P00R50014K	07/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MAM3082	P00SI00114	08/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MFI2811	P00R50014E	06/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MDS0145	P00S8001BW	11/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
DAR6390	P00S20016G	11/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MGT7981	P00SD000ZF	11/09/2017	69120	232	88.38
LXI3330	P00SB0015C	10/08/2017	69120	232	88.38
MGL7304	P00S60011R	08/09/2017	69120	232	88.38
QHI2903	P00SL001W0	22/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MBE1124	P00R50016P	11/09/2017	73400	252 * IV	130.16

QHI7137	P00S7000SF	07/09/2017	73580	252	*	V	130.16
HRZ4853	P00S8001AI	24/08/2017	51691	165			2934.68
OPN0358	P00S60011M	07/09/2017	51691	165			2934.68
ADU1491	P00SD000XZ	07/09/2017	51691	165			2934.68
MDL2841	P00SB001AZ	10/09/2017	51691	165			2934.68
MCP1471	P00SL001R8	26/08/2017	65561	230	*	I	293.47
MGS8714	P00PZ000LH	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
NXY4864	P00SF0013U	26/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MCP1471	P00SL001R7	26/08/2017	65992	230	*	V	293.47
ADU1491	P00SD000XV	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MEY7963	P00S8001BA	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MFE9209	P00SI0010Y	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
OKH1574	P00R50014O	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYQ5123	P00SB0019S	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MIV4525	P00SL001T6	09/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDL2841	P00SB001AV	10/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDS0145	P00S8001BV	11/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MGE1418	P00SD000ZG	11/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MGT7981	P00SD000ZE	11/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MEK1173	P00SI0011C	09/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MGS8714	P00PZ000LI	31/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MDL2841	P00SB001AW	10/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
MEK1173	P00SI00117	09/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MID0310	P00SB001AS	09/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDZ1565	P00SI0011B	09/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFI2811	P00R50014D	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXU7018	P00XH000SW	09/09/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2647/2017

Publicação Nº 1432846

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2647/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDB8119	54277484N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHX1451	54279563N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MDP5208	54293599N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDP5208	54293600N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDP5208	54293602N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AFJ4192	54293605N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDP5208	54293606N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJQ2653	54293609N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJJ2013	54293611N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFO3844	54293613N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIV6119	54293614N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDP5208	54293615N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AZS0012	54293616N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEG8001	54293617N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLK0536	54293618N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIP7934	54293619N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKZ1877	54295925N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJG5921	54295926N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEO6633	54295927N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIT2492	54295928N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMC9798	54295929N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDC2924	54295932N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LXW7945	54295933N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFC2454	54295935N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIG7744	54295936N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJJ6688	54295938N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LYQ4923	54295940N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGO7066	54295941N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGR7016	54295942N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AZD3374	54295943N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MYX2483	54297524N	12/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LYU3196	P00SB0019V	08/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MLJ4084	P00SB001AJ	09/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
OUR5253	P00SH000UW	13/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MIE8770	P00S60012F	13/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
ACY7681	P00SD000T5	22/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
IIU7198	P00R9001N7	19/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MFU7331	P00SL001EF	12/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
BUG7989	P00SL001EK	12/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MLX5993	P00S20011L	16/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MMA0505	P00SB0016S	19/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MIJ4807	P00R9001S4	30/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QHN8740	P00R50013D	26/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MLM1669	P00SF0015Y	08/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKN6842	P00SI0011H	09/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
NHD9554	P00SH000TL	05/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
ACD7800	P00SH000TM	05/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MHE0552	P00SH000TS	06/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
CTA6965	P00R500150	08/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MI11787	P00SF0014C	26/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIM6455	P00SL001QK	25/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLK4906	P00SL001RE	29/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHU7926	P00SL001R0	25/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ANB9402	P00SJ000XL	30/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
OFS3838	P00S20011A	12/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ASX5641	P00R9001MH	13/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJB6723	P00SD000V1	28/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
DGJ0303	P00S7000TA	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LYK4569	P00SL001S3	05/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJP6709	P00S20014Q	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGI3865	P00SF0015Z	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47

MBK3497	P00S20015A	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HFR2306	P00SH000UH	10/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDL2841	P00SB001AX	10/09/2017	52070	169	88.38
MKP8750	P00R9001T3	11/09/2017	52070	169	88.38
MGT1019	P00R9001TA	11/09/2017	52070	169	88.38
MLB9540	P00SI0010V	07/09/2017	52070	169	88.38
MGT1019	P00SD000YG	08/09/2017	52070	169	88.38
MDL2841	P00SD000YH	08/09/2017	52070	169	88.38
QIE2253	P00SD000YN	08/09/2017	52070	169	88.38
MFY2401	P00S7000Q2	26/08/2017	52070	169	88.38
MHD2508	P00SB0013A	22/07/2017	52070	169	88.38
MCA2935	P00SI000Z0	06/08/2017	52070	169	88.38
AKX9961	P00R9001PJ	11/08/2017	53800	181 * I	130.16
MEU6730	P00R9001U8	13/09/2017	53800	181 * I	130.16
MKA6252	P00SH000UO	12/09/2017	54100	181 * IV	130.16
AKL1378	P00SD0010C	21/09/2017	54600	181 * IX	130.16
LYH3332	P00S60012A	12/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MIW8142	P00R50015T	11/09/2017	55250	181 * XV	130.16
AXY1111	P00SD000XJ	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MHS5436	P00SD000XK	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MBX8074	P00SD000XL	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MAX1063	P00SD000XN	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
AGF5848	P00R500151	08/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MFE3970	P00SF00146	26/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MFT1664	P00R50013B	26/08/2017	55250	181 * XV	130.16
AXY1111	P00S7000R0	03/09/2017	55250	181 * XV	130.16
AYA4095	P00S7000RE	03/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MIB8603	P00SH000SU	30/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
HLB0136	P00S7000Q0	26/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MCF3693	P00SL001BM	07/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MEM1757	P00SL001S7	05/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
QHC0074	P00SI0010O	07/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MMF8631	P00R9001TJ	11/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
EQW5504	P00R9001TO	11/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MGR1551	P00S60011U	11/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
AVK6309	54141864F	07/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
QHJ0910	P00S8001BS	11/09/2017	57030	185 * I	130.16
MKT3821	P00SL001TA	09/09/2017	57380	186 * II	293.47
AFG5851	P00S20014O	07/09/2017	57380	186 * II	293.47
MGB8349	P00SL001SR	07/09/2017	57380	186 * II	293.47
MCZ6421	54134551F	31/08/2017	57380	186 * II	293.47
MJU9425	P00S7000P9	23/08/2017	58000	192	195.23
MFV7018	P00S200126	30/08/2017	58000	192	195.23
MGD6882	P00S8001BB	04/09/2017	58000	192	195.23
MDW6454	P00S8001BC	04/09/2017	58000	192	195.23
MJT4061	P00S8001BE	04/09/2017	58000	192	195.23
MJJ4181	P00S8001BG	04/09/2017	58000	192	195.23
MJA2155	P00SJ000YK	04/09/2017	58000	192	195.23
MHO6561	P00R50015F	08/09/2017	58000	192	195.23
MDH8510	P00PZ000M5	08/09/2017	58000	192	195.23
MCN3348	P00R9001TZ	11/09/2017	58000	192	195.23
MCG1794	P00PZ000MM	11/09/2017	58000	192	195.23
MFK1168	P00PZ000MB	11/09/2017	58000	192	195.23
MGD2979	P00PZ000MC	11/09/2017	58000	192	195.23
MHV8285	P00R9001TU	11/09/2017	58000	192	195.23
MAI6524	P00SH000U5	08/09/2017	58780	199	130.16
MKS8105	P00SD000UM	21/08/2017	58780	199	130.16
MLQ2688	P00SF0014A	26/08/2017	61220	214 * I	293.47
ATQ3299	P00R50013S	31/08/2017	61220	214 * I	293.47
MJI7841	P00R500157	08/09/2017	61220	214 * I	293.47
MHE3467	P00SD000YD	08/09/2017	61220	214 * I	293.47
MEM0363	P00SD000XP	07/09/2017	61220	214 * I	293.47
MKH0407	P00SF0015N	04/09/2017	61220	214 * I	293.47

QHR2500	P00SL001SJ	06/09/2017	61220	214	*	I	293.47
JPV5852	P00S200169	11/09/2017	61220	214	*	I	293.47
DDA4589	P00R500169	11/09/2017	61220	214	*	I	293.47
QHU6992	P00R50016G	11/09/2017	61220	214	*	I	293.47
QIB5128	P00S7000TT	10/09/2017	61220	214	*	I	293.47
MEI6089	P00SL001TG	10/09/2017	61650	214	*	V	195.23
EPH5284	P00SL001TB	10/09/2017	64910	227	*	II	88.38
MDU5741	P00S7000T6	08/09/2017	65300	228			195.23
MBU3731	P00R9001VJ	22/09/2017	65300	228			195.23
LZE5625	P00SF00127	30/07/2017	72340	250	*	I * a	130.16
MLV1035	P00SL001J2	31/07/2017	73070	251	*	II	130.16
MFU1909	P00R9001NY	29/07/2017	51851	167			195.23
MGX3445	P00R9001O6	29/07/2017	51851	167			195.23
MBK3525	P00S80018J	29/07/2017	51851	167			195.23
LZR1371	P00R500123	06/08/2017	51851	167			195.23
CEU7366	P00S6000WE	21/07/2017	51851	167			195.23
MCY6036	P00SL001F7	15/07/2017	51851	167			195.23
MIL9366	P00SB00153	10/08/2017	51851	167			195.23
JQU1533	P00SJ000U7	14/08/2017	51851	167			195.23
MGV7573	P00SJ000VD	21/08/2017	51851	167			195.23
MBB1991	P00SD000VB	30/08/2017	51851	167			195.23
APM6582	P00SD000VC	30/08/2017	51851	167			195.23
MHP1509	P00S20012N	30/08/2017	51851	167			195.23
LZG1548	P00S20012O	30/08/2017	51851	167			195.23
MIU6454	P00S20012V	30/08/2017	51851	167			195.23
MFB5838	P00SJ000X5	26/08/2017	51851	167			195.23
MHE8145	P00S7000QX	03/09/2017	51851	167			195.23
MEU2318	P00SF0014F	26/08/2017	51851	167			195.23
LZD7538	P00SF0014O	26/08/2017	51851	167			195.23
MMK2486	P00R9001RD	26/08/2017	51851	167			195.23
MHO2188	P00S7000PU	26/08/2017	51851	167			195.23
MHP0206	P00S7000PV	26/08/2017	51851	167			195.23
MHY6708	P00R9001R7	26/08/2017	51851	167			195.23
MED1030	P00SF0013X	26/08/2017	51851	167			195.23
MKQ6506	P00S7000SY	08/09/2017	51851	167			195.23
MEG3032	P00S7000T3	08/09/2017	51851	167			195.23
AEU7921	P00R500159	08/09/2017	51851	167			195.23
AQT9323	P00S7000SH	07/09/2017	51851	167			195.23
MDS0145	P00SD000Y2	07/09/2017	51851	167			195.23
MLM8844	P00R9001SP	07/09/2017	51851	167			195.23
MCG3613	P00S7000SN	08/09/2017	51851	167			195.23
APM6582	P00SD000YC	08/09/2017	51851	167			195.23
AEJ8351	P00S7000RW	03/09/2017	51851	167			195.23
MLX8402	P00S8001B0	03/09/2017	51851	167			195.23
MFR8500	P00S7000SC	04/09/2017	51851	167			195.23
QHJ4428	P00R50014B	06/09/2017	51851	167			195.23
MAY5065	P00SD000X4	07/09/2017	51851	167			195.23
LRV1930	P00S7000SE	07/09/2017	51851	167			195.23
AKG8429	P00SD000XH	07/09/2017	51851	167			195.23
LXF4988	P00SL001SO	06/09/2017	51851	167			195.23
CAP0528	P00R50015B	08/09/2017	51851	167			195.23
MLC9130	P00R9001TH	11/09/2017	51851	167			195.23
MBS3440	P00S200153	11/09/2017	51851	167			195.23
AQT9323	P00S20015D	11/09/2017	51851	167			195.23
IQL0411	P00S8001BT	11/09/2017	51851	167			195.23
MCU3587	P00S200165	11/09/2017	51851	167			195.23
MKP3965	P00SJ000YY	12/09/2017	51851	167			195.23
MKK3984	P00SL001V5	20/09/2017	51851	167			195.23
MLM2911	P00S20015K	11/09/2017	51852	167			195.23
MIU1218	P00S20015P	11/09/2017	51852	167			195.23
AFN1619	P00SL001SK	06/09/2017	51852	167			195.23
AJK0526	P00SD000YP	08/09/2017	51852	167			195.23
ELZ1001	P00SB0012K	13/07/2017	51852	167			195.23

MDZ7667	P00S6000X3	25/07/2017	51852	167		195.23
LZR1371	P00R500124	06/08/2017	51852	167		195.23
BAY9026	P00SF0014Z	26/08/2017	52311	172		130.16
MLK0850	P00R9001TP	11/09/2017	52311	172		130.16
QHO0917	P00SI0012C	19/09/2017	54281	181	* V	293.47
MIC5504	P00S600128	12/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MLE9090	P00S7000TV	11/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MAR4506	P00R50015V	11/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MJA2162	P00SI0011G	09/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MJB1614	P00SD000W9	01/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MLH3666	P00SL001RK	31/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MDZ0258	P00R9001R3	22/08/2017	54523	181	* VIII	195.23
DMI3819	P00SJ000R0	08/07/2017	54523	181	* VIII	195.23
MCN5039	P00PZ000MO	11/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
KQL4877	P00SH000TV	06/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MDZ3283	P00PZ000LY	08/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MEX8677	P00S600119	06/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MJA1768	P00SH000TG	05/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MFH8728	P00SH000TI	05/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MKV2546	P00SH000TP	06/09/2017	56222	182	* VI	88.38
AGQ8551	P00SI0011L	12/09/2017	58434	196		195.23
MJY1699	P00S20015V	11/09/2017	60501	208		293.47
MIL4099	P00SL001SZ	07/09/2017	60501	208		293.47
MCP8895	P00R500138	24/08/2017	60501	208		293.47
EEU2097	P00SL001P5	22/08/2017	60502	208		293.47
MGT0956	P00S8001AS	31/08/2017	60841	211		195.23
MAI6524	P00SH000U4	08/09/2017	60841	211		195.23
MKJ9705	P00SH000U7	08/09/2017	60843	211		195.23
LXU7018	P00XH000SX	09/09/2017	63944	220	* XIV	293.47
MIK2446	P00S7000OH	18/08/2017	70301	244	* I	293.47
MFH5987	P00SB00189	24/08/2017	70561	244	* III	293.47
MAI6524	P00SH000U3	08/09/2017	70991	244	* V II	195.23
MCW8323	P00SF0015U	06/09/2017	57970	191		2934.68
LXU7018	P00XH000SV	09/09/2017	59241	203	* I	1467.34
MGH0231	P00R9001TV	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MFF3501	P00R9001TW	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MLK9484	P00SD000ZB	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MIZ8698	P00SD000ZC	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MGT7981	P00SD000ZD	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MFB7795	P00PZ000MK	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MEY4273	P00PZ000ML	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MEY7963	P00S8001B9	04/09/2017	59670	203	* V	1467.34
OKH3492	P00RB000H1	08/09/2017	59670	203	* V	1467.34
ADU1491	P00SD000XY	07/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MEK2816	P00PZ000LK	31/08/2017	59670	203	* V	1467.34
OQE3892	P00S7000QL	31/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MGJ6535	P00R9001RE	26/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IGB3067	P00SI000X7	11/07/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MHC8476	P00SH000U2	08/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMC4097	P00SH000TK	05/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
CTM7202	P00SH000UF	09/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MKV3247	P00S7000TN	08/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDX9616	P00S7000TO	08/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MBW0195	P00S8001BJ	09/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
DMC6019	54883725G	02/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMD5564	54883775G	05/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDC0207	P00SI0010H	06/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LYC3399	54881913G	24/06/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MKU0704	54881993G	29/06/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MHV6254	54881995G	29/06/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
OPU9646	54882024G	30/06/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LXB3459	54882081G	03/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIH9602	54882106G	04/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

QIX2110	54882198G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKS4807	54882203G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP2159	54882215G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEM9228	54882219G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAZ7593	54882220G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FIA1307	54882223G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIL0128	54882245G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MVH7009	54882853G	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE6222	54882978G	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKU8628	54883019G	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBE9924	54882301G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIM4392	54882446G	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DAI7886	54882541G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFH6318	P00S7000QA	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK7968	P00SF0013B	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KPU2118	54883043G	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD6939	54883065G	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKH3675	54883088G	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKH3675	54883109G	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL6184	54883120G	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIS6084	54883149G	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO6356	54883157G	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKT0467	54883199G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO7372	54883246G	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGY7279	54883287G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJB5523	54883336G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH7877	54883344G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DAU7899	54883394G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW3272	54883402G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DZD4178	54883416G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJN9339	54883421G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLV6346	54883426G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFA2156	54883434G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FIU3035	54883442G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKT0371	54883451G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDO8914	54883452G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFR2958	54883454G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54883488G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKN0362	54883490G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMC4097	54883491G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGK6153	54883498G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AEJ8351	54883458G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGT2690	54883462G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCL7756	54883463G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU0121	54883466G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBL0846	54883476G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DCX8579	54883483G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DAW9210	54883501G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU8298	54883502G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAU3903	54883504G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZX0190	54883506G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BIX7957	54883507G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCP6184	54883509G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MVB9169	54883513G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ8556	54883530G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAK1598	54883533G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLM8844	54883539G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KUA9811	54883542G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBQ7726	54883547G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIP6004	54883548G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JPQ2753	54883550G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IHG9794	54883551G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NIH5798	54883557G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MGO0945	54883568G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIE8443	54883570G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AGB5995	54883572G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIE8443	54883576G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FNE2499	54883577G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS3521	54883580G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKH6270	54883586G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHZ8084	54883588G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO0530	54883594G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2634	54883603G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDU2393	54883605G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGA0085	54883614G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY9384	54883637G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC0862	54883642G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR7837	54883643G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFF1974	54883649G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCQ2577	54883659G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJI0944	54883661G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVK6309	54883666G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAU8924	54883668G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAE5968	P00S7000QI	31/08/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXA6824	P00SB0018Y	30/08/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1331/2017

Publicação Nº 1432479

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1331/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKJ0400	54278143N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MKN5404	54291705N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
DRQ8133	54294048N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

MEO8340	54294051N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
DRQ8133	54294063N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
OKH8685	54294065N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MJG5921	54294070N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
DRQ8133	54294071N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKS5331	54294072N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MGW0506	54296099N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
QHG8778	54296102N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHZ1569	54296104N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MMK1807	54296107N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MLC4977	54296113N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MLE7998	54296114N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MGX1670	54296567N	11/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
LXM9729	54298365N	15/09/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MLT3544	8588283343	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX1451	8588283521	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OBY0086	8588283546	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYI6437	8588283787	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOF9391	8588281391	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO9069	8588281627	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL3565	8588281631	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MAH8832	8588281759	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AEX7422	8588281189	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU6741	8588281213	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE2309	8588281241	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA1268	8588281263	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV6323	8588281312	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIT1908	8588281323	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE2309	8588281327	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW3272	8588279382	21/05/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB2627	8588280378	10/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK6979	8588280907	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ELS4572	8588280908	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ELS4572	8588280992	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR6307	8588281076	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIS0706	8588281085	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
DKX8615	8588281123	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG4810	8588281129	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG7113	8588281131	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE9321	8588281997	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAE7166	8588282001	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS7714	8588282231	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL3565	8588281590	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW5863	8588282151	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EZT1714	8588282545	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ1402	8588282691	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM2429	8588282926	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AOC8089	8588283070	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MES7066	8588283073	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK5406	8588283095	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DCX8579	8588283100	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
FAM5705	8588283163	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AFJ6173	8588281591	30/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MBU0123	8588282218	10/07/2017	60503	208			293.47
MLJ3861	8588282896	18/07/2017	60503	208			293.47
MEL2177	8588282617	16/07/2017	60503	208			293.47
MJR3454	8588283199	27/07/2017	60503	208			293.47
MMI2280	8588283326	28/07/2017	60503	208			293.47
MAG8044	8588283327	28/07/2017	60503	208			293.47
AXY5144	8588283074	22/07/2017	60503	208			293.47
NTN4809	8588283038	23/07/2017	60503	208			293.47
GSM3974	8588282280	12/07/2017	60503	208			293.47
MHZ8434	8588282357	13/07/2017	60503	208			293.47

MEN8899	8588282416	14/07/2017	60503	208	293.47
MAS6993	8588282425	14/07/2017	60503	208	293.47
MLC7748	8588282440	13/07/2017	60503	208	293.47
MHX9901	8588282442	13/07/2017	60503	208	293.47
MJF9984	8588282474	14/07/2017	60503	208	293.47
MIZ5676	8588282010	08/07/2017	60503	208	293.47
MGR0864	8588282053	08/07/2017	60503	208	293.47
MMF8183	8588282063	08/07/2017	60503	208	293.47
LXO1553	8588282084	08/07/2017	60503	208	293.47
JVM6317	8588282091	08/07/2017	60503	208	293.47
QIH0876	8588282099	08/07/2017	60503	208	293.47
MOB8847	8588282111	09/07/2017	60503	208	293.47
MCT4689	8588282131	08/07/2017	60503	208	293.47
CJX0431	8588281142	23/06/2017	60503	208	293.47
MIY6633	8588281163	22/06/2017	60503	208	293.47
IWE2728	8588281094	22/06/2017	60503	208	293.47
MHY8667	8588281103	23/06/2017	60503	208	293.47
MIZ0037	8588280996	20/06/2017	60503	208	293.47
JNK8936	8588281006	20/06/2017	60503	208	293.47
QHC7460	8588281017	20/06/2017	60503	208	293.47
KJQ0721	8588280957	19/06/2017	60503	208	293.47
MHB4787	8588281571	29/06/2017	60503	208	293.47
QHV2822	8588281364	29/06/2017	60503	208	293.47
MIX9927	8588281277	25/06/2017	60503	208	293.47
QHK2878	8588281279	24/06/2017	60503	208	293.47
MMM5927	8588281823	04/07/2017	60503	208	293.47
NWH8293	8588281938	05/07/2017	60503	208	293.47
MHM7424	8588281428	26/06/2017	60503	208	293.47
MFY8747	8588281430	26/06/2017	60503	208	293.47
MMD2476	8588281037	21/06/2017	60503	208	293.47
IPA9826	8588283824	30/07/2017	60503	208	293.47
MIL3826	8588283870	04/08/2017	60503	208	293.47
BEH1989	8588278667	11/05/2017	60503	208	293.47
KMR5415	8588283556	02/08/2017	60503	208	293.47
AKY0744	8588283587	04/08/2017	60503	208	293.47
EZO3985	8588283650	05/08/2017	60503	208	293.47
MDW7929	8588283674	01/08/2017	60503	208	293.47
MKH9529	8588283387	29/07/2017	60503	208	293.47
IHB6829	8588283391	29/07/2017	60503	208	293.47
MED7684	8588283404	29/07/2017	60503	208	293.47
MHU6236	8588283413	29/07/2017	60503	208	293.47
MKG7474	8588283475	04/08/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1338/2017

Publicação Nº 1432477

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8589 1338/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHV5700	54279494N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHO3837	54293342N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
DZX4889	54293343N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGY4846	54293344N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEY3807	54293347N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDD2819	54293348N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJJ2683	54293349N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLL2108	54293359N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHP8477	54293363N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKD4061	54293367N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LWX4334	54293373N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LXW4878	54293381N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMK2199	54293383N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLE9090	54293384N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFO9832	54293385N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHN8232	54295888N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKV8556	54295893N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJB0281	54295894N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHM2731	54296862N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHG8778	54298119N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
DIU7010	54298121N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHM2190	8589285903	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGY2491	8589285906	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
QII3896	8589285962	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJE9259	8589286006	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
EIZ3559	8589286025	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFA7965	8589286059	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
HOK5365	8589286116	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHZ0425	8589286117	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJZ7008	8589286157	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKU0684	8589286178	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCB6906	8589286211	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEV6243	8589286229	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHI7396	8589281953	03/06/2017	74550	218 * I	130.16
MKC2006	8589283965	26/06/2017	74550	218 * I	130.16
MJC2667	8589283972	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
ANZ7545	8589283981	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
MBQ8863	8589283993	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
PVZ0527	8589283996	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
MAB1998	8589284004	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
ASQ8170	8589284018	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
MDT4426	8589283783	27/06/2017	74550	218 * I	130.16
QIB4734	8589283789	29/06/2017	74550	218 * I	130.16

AGX7330	8589283824	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM8349	8589283922	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA9527	8589283927	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL1204	8589283942	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG7127	8589283962	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF7969	8589282664	14/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY1968	8589282871	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW1665	8589282963	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL0708	8589283047	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS2110	8589283083	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL8205	8589283181	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC7460	8589283196	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB1998	8589283209	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR5101	8589283222	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
NZJ8930	8589283243	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB5528	8589283244	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ6581	8589283269	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AOR6334	8589283281	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LYJ5211	8589283315	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC5234	8589283329	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT9980	8589283359	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG8326	8589283362	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LYJ5211	8589283413	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI5952	8589283414	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP8307	8589283415	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MDT4426	8589283419	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM4660	8589283454	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ6238	8589283534	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AKK1152	8589283614	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW4579	8589283646	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK8661	8589283671	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE9924	8589283696	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LXZ5550	8589283711	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI5862	8589283717	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MES2049	8589284348	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AUX4029	8589284471	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AYW9882	8589284523	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DQV2258	8589284529	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV3568	8589284563	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV3568	8589284564	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC0520	8589284570	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYH5999	8589284574	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS1805	8589284628	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV0013	8589284639	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN4974	8589284647	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS7883	8589284648	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS3883	8589284651	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD2611	8589284667	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWE9936	8589284725	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXE5968	8589284797	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC6139	8589284805	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGO1794	8589284866	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN5118	8589284887	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU7677	8589284152	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AHK8093	8589284157	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MNO7559	8589284164	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LQE3036	8589284228	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZQ4251	8589284263	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MII2110	8589284297	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
FMQ3590	8589285235	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY8259	8589285395	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH2173	8589285458	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HEO9596	8589285477	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16

AMK4448	8589285613	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JCR2309	8589285682	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI8205	8589285729	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDU3147	8589285740	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAP5466	8589285743	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ASY4364	8589285766	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXS9894	8589285814	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CSA6697	8589285830	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW1923	8589285847	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV3568	8589285881	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OXE8121	8589285563	25/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCQ0248	8589284305	03/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEW4654	8589284926	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCA4665	8589284619	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MMA8910	8589283745	29/06/2017	74630	218	*	II	195.23
QIK9080	8589283963	27/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MIX4600	8589282250	13/06/2017	74630	218	*	II	195.23
LYJ6407	8589284147	03/07/2017	74630	218	*	II	195.23
CBX6961	8589284625	09/07/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 604/2017

Publicação Nº 1432428

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 604/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHN1990	54291632N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MF5843	54296033N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGM2319	54296034N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEW4214	8776035695	06/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJY4375	8776035774	12/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIK9055	8776036077	24/07/2017	74550	218 * I	130.16

MMA7046	8776036198	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS6012	8776036211	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC6084	8776036234	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW4791	8776036259	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS6191	8776036319	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT1951	8776036362	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX6541	8776035210	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AML8587	8776035323	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIR7777	8776035344	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AFB0882	8776035348	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AKF5805	8776035392	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
EEU4905	8776035400	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU0419	8776035410	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ9430	8776035413	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF9786	8776035417	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA8459	8776035433	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ1977	8776035462	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
DDP3950	8776035507	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AVJ2647	8776035526	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LZI0371	8776035536	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG3618	8776035539	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ1297	8776035550	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
JIW6821	8776035936	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZI7060	8776035968	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ1069	8776035976	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AOC8997	8776035985	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG6351	8776035986	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB4045	8776036065	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
EYF4949	8776035599	03/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJW7759	8776035461	27/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MIR5550	8776036164	27/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHI7396	8776035893	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2644/2017

Publicação Nº 1432849

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2644/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APM3103	P00RB000HJ	05/11/2017	50292	162* II
MBW7758	P00S200186	07/10/2017	75790	165 A
MJV5919	P00S8001H8	04/11/2017	75790	165 A
AQK9950	P00R9001ZT	02/11/2017	50100	162 * I
MCB5623	P00SL001ZQ	10/10/2017	50100	162 * I
MDU9578	P00KC000RV	13/10/2017	50100	162 * I
LXY3323	P00KC000SB	02/11/2017	50100	162 * I
MHA2979	P00RB000HF	05/11/2017	50100	162 * I
MDO9323	P00PZ000O9	06/11/2017	50100	162 * I
MDO9323	P00PZ000OA	06/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHA2979	P00RB000HG	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXY3323	P00KC000SC	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AQK9950	P00R9001ZU	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
BFC6633	P00S7000ZP	03/11/2017	65480	229
MLN7152	P00SF001BD	04/11/2017	65480	229
MGC2687	P00SI0015U	05/11/2017	65480	229
MCB5623	P00SL001ZR	10/10/2017	67690	230 * XXII
AQK9950	P00R9001ZV	02/11/2017	73400	252 * IV
AKE4900	P00SD0015H	02/11/2017	73580	252 * V
MBG5085	P00SH0012Z	05/11/2017	73580	252 * V
APM3103	P00RB000HK	05/11/2017	51691	165
MBS7794	P00R9001WJ	09/10/2017	51691	165
MIB0233	P00SB001FA	07/10/2017	51691	165
AQK9950	P00R9001ZS	02/11/2017	51691	165
MFI5815	P00S7000ZR	04/11/2017	51691	165
MFI5815	P00S7000ZS	04/11/2017	65992	230 * V
MCB5623	P00SL001ZP	10/10/2017	65992	230 * V
MHG1156	P00S8001D4	07/10/2017	65992	230 * V
MML3806	P00SB001F4	06/10/2017	65992	230 * V
LXY3323	P00KC000SA	02/11/2017	65992	230 * V
MDU9578	P00KC000RW	13/10/2017	65992	230 * V
BXN9985	P00SD0014M	26/10/2017	65992	230 * V
MGV7982	P00KC000S6	01/11/2017	65992	230 * V
MCT7865	P00SI0015Z	06/11/2017	65992	230 * V
ADY1843	P00SB001HG	03/11/2017	66102	230 * VII
MCM1423	P00S8001H3	03/11/2017	66102	230 * VII
MFI5815	P00S7000ZT	04/11/2017	66372	230 * IX
MJX0347	P00S8001H5	04/11/2017	66531	230 * XI
MEZ1792	P00S8001H4	03/11/2017	66531	230 * XI
AQK9950	P00R9001ZW	02/11/2017	66531	230 * XI
MBZ4054	P00S7000ZZ	05/11/2017	66532	230 * XI
MJV5919	P00S8001H7	04/11/2017	67261	230 * XVIII
LXY3323	P00KC000SD	02/11/2017	67261	230 * XVIII
MBS7794	P00R9001WI	09/10/2017	52741	175
LYG3831	P00KC000SL	05/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2645/2017

Publicação Nº 1432848

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2645/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKP3817	54308439N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKO7666	54315867N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKK1040	54315868N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKK1040	54315869N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJA1196	54315871N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIR5145	54315873N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHA8598	54315874N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MMK0035	P00S60016S	04/11/2017	76251	ART 181, XX
ANS6586	P00R9001WR	11/10/2017	76251	ART 181, XX
MJO7636	P00S600154	15/10/2017	76251	ART 181, XX
MBU2279	P00SD0012K	06/10/2017	76252	ART 181, XX
MIB6373	P00SD0012M	06/10/2017	76252	ART 181, XX
MLH9055	P00SD0012F	06/10/2017	76252	ART 181, XX
QHE3465	P00SL001YU	05/10/2017	76252	ART 181, XX
ATH3268	P00S8001EF	14/10/2017	76252	ART 181, XX
MGX0303	P00SB001HM	04/11/2017	76252	ART 181, XX
MEL3494	P00SF0018O	11/10/2017	76332	ART 252, UNICO
DEH7558	P00R9001XF	13/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MGU1932	P00SI00157	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MHX9862	P00SB001ER	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIS6661	P00SB001E8	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
PWT4643	P00R9001WG	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
DRE7133	P00SD0012I	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIC7442	P00SD0012N	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
OIM9561	P00SB001FF	09/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFF0119	P00S7000W6	03/10/2017	52070	169
MBO4675	P00S200185	06/10/2017	52070	169
MMK8329	P00SB001HP	04/11/2017	54600	181 * IX
LZJ9796	P00SI0015H	04/11/2017	54600	181 * IX
BAH4975	P00SI0015C	03/11/2017	55250	181 * XV
MKI6406	P00SL001Z9	08/10/2017	55250	181 * XV
AUS3664	P00SJ0013Z	15/10/2017	55250	181 * XV

MIH0204	P00SJ00144	15/10/2017	55500	181	*	XVIII
MEQ4423	P00SL001ZI	08/10/2017	55500	181	*	XVIII
QHX8434	P00SD0011X	03/10/2017	55500	181	*	XVIII
MLN8575	P00SH000YF	02/10/2017	55500	181	*	XVIII
QHO5580	P00SH0010F	10/10/2017	55500	181	*	XVIII
MJG9317	P00SH0010J	10/10/2017	55500	181	*	XVIII
AWI4797	P00SJ0013J	13/10/2017	55680	181	*	XIX
MIK3719	P00SH000YR	03/10/2017	55680	181	*	XIX
ASW5021	P00SD0011I	28/09/2017	55680	181	*	XIX
QIF8745	P00SH0010C	10/10/2017	55680	181	*	XIX
QHO5580	P00S60014J	10/10/2017	55680	181	*	XIX
AQS6126	P00S60014R	10/10/2017	55680	181	*	XIX
LXT2763	P00SI0015D	03/11/2017	55920	1m 182	*	III
MIV4825	P00S8001GZ	01/11/2017	56650	182	*	X
MKA4948	P00S8001F0	17/10/2017	57380	186	*	II
MKH5584	P00S8001D0	05/10/2017	57380	186	*	II
MCB1013	P00PZ000NL	06/10/2017	58000	192		
MJY8543	P00S20017Y	06/10/2017	58000	192		
MJL8862	P00R50018Q	05/10/2017	58000	192		
MHT7131	P00R50018V	05/10/2017	58000	192		
MBW8411	P00KC000RA	02/10/2017	58000	192		
MJS3671	P00S7000WN	10/10/2017	58000	192		
MJY9181	P00SJ0012B	09/10/2017	58000	192		
MEB5954	P00SJ0012R	09/10/2017	58000	192		
MDA0338	P00SJ0012W	09/10/2017	58000	192		
MCN3799	P00SJ0012Y	09/10/2017	58000	192		
AQR1050	P00S7000Y0	10/10/2017	58000	192		
MIM3104	P00R9001X9	13/10/2017	58000	192		
MFD8700	P00R9001XE	13/10/2017	58000	192		
MLS7952	P00S7000X5	10/10/2017	58000	192		
MHK9107	P00SF001B8	30/10/2017	58000	192		
MBE9193	P00S8001HJ	06/11/2017	58000	192		
QIU8652	P00S8001HM	06/11/2017	58000	192		
MJH1982	P00S8001HN	06/11/2017	58000	192		
MEO5574	P00S8001HQ	06/11/2017	58000	192		
MFV1601	P00S8001HR	06/11/2017	58000	192		
MDX0837	P00S8001HS	06/11/2017	58000	192		
MEC1263	P00R5001AW	06/11/2017	58000	192		
MFI5815	P00S7000ZU	04/11/2017	58350	195		
MIU4728	P00S8001HL	06/11/2017	58780	199		
MLG9129	P00SJ0011W	09/10/2017	58780	199		
MLE1290	P00KC000S7	01/11/2017	61220	214	*	I
MMJ2694	P00S60016K	31/10/2017	61220	214	*	I
MES6929	P00S60016L	31/10/2017	61220	214	*	I
CTA7955	P00SI0015X	05/11/2017	65300	228		
MGC2687	P00SL00217	04/11/2017	65300	228		
MBS1831	P00S7000WF	08/10/2017	65300	228		
LYS4690	P00R9001WH	07/10/2017	65300	228		
BXK0030	P00KC000SG	04/11/2017	65640	230	*	II
MIY5333	P00S60014H	10/10/2017	72340	250	*	I * a
MMF8780	P00SJ0011Q	06/10/2017	72340	250	*	I * a
MBH0757	P00SB001EA	05/10/2017	51851	167		
LYI2066	P00SB001EE	05/10/2017	51851	167		
MMJ3574	P00SB001H3	30/10/2017	51851	167		
MCK1714	P00R9001Z3	27/10/2017	51851	167		
MDR0066	P00SI00161	06/11/2017	51851	167		
MBZ3230	P00SH0012R	31/10/2017	51852	167		
QIX4000	P00S60014P	10/10/2017	52311	172		
LXS3773	P00R5001AS	06/11/2017	54521	181	*	VIII
MDW5701	P00R900204	03/11/2017	54523	181	*	VIII
BXN9985	P00SD0014L	26/10/2017	54523	181	*	VIII
JWV8365	P00SH000ZP	07/10/2017	56221	182	*	VI
AKB2380	P00SH000ZC	05/10/2017	58192	193		

QHV1014	P00SH0010D	10/10/2017	58192	193	
MJY0934	P00SJ0013C	11/10/2017	58433	196	
MKO4867	P00S7000W7	04/10/2017	58433	196	
MEX0141	P00SH000ZK	06/10/2017	60501	208	
LYL7432	P00S8001H2	02/11/2017	60501	208	
IKY8020	P00S60016W	05/11/2017	60501	208	
MJV5919	P00S8001H6	04/11/2017	57970	191	
MFV0508	P00S20019R	27/10/2017	57970	191	
QHJ0328	P00SH0010Y	15/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MKZ7695	P00R9001ZY	03/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MEO5574	P00R900203	03/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
QHA2521	P00SB001HO	04/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MIU5502	P00SH000ZA	05/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MFC7349	54884059G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OPT9219	54884078G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MMD8297	54884079G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
INN4972	54884160G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OPT9219	54884175G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OKF1718	54884178G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKH9617	54884205G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHY3991	54884233G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MAR2201	54884234G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
ITA4968	54884254G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
FLS4310	54884255G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHQ3231	P00SI00134	06/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QIK8752	54884340G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MAM4132	54884348G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLW3272	54884358G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFV3393	54884363G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFP0064	54884380G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
APT0542	54884401G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGN5118	54884433G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLR0501	54884437G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHB4272	54884450G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MDU4609	54884479G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHT4916	54884559G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGL5094	54884639G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIO3366	54884641G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
AMJ5674	54884664G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
LYD4071	54884686G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEV4275	54884700G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OAP8237	54884755G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
AAX0051	54884763G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJU3475	54884821G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGY5840	54884844G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
HRJ3917	54884997G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
BAO2536	54885000G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHA2979	P00RB000HE	05/11/2017	73662	252*VI	
MLT9498	P00S200176	26/09/2017	73662	252*VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1330/2017

Publicação Nº 1432480

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8588 1330/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKC5994	54308692N	16/10/2017	50020	257 ò 8§

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1337/2017

Publicação Nº 1432478

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8589 1337/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QIX2110	54306556N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLY3199	54306560N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLE4968	54308087N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$
MIV6896	54308089N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFV8894	54315561N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 603/2017

Publicação Nº 1432429

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 603/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MJM5958	54306680N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MIX2654	54308737N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

JOAÇABA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2311/2017**

Publicação Nº 1432853

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8036 2311/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ5836	P00ZO0011Y	06/09/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2312/2017

Publicação Nº 1432852

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8036 2312/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQJ9735	54292326N	25/08/2017	50020	257 ã 8\$	130.16

MFA0135	54293108N	31/08/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
MLG6566	54296097N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MCB4877	P02W000038	27/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MKX2115	P02W00004Q	09/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIZ3845	P00ZQ000YG	14/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MHO8376	P00ZO0012O	14/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MAE8107	P00ZQ000XT	07/09/2017	58350	195	195.23
MJG0602	P00ZN001WD	28/08/2017	51851	167	195.23
INR9218	P00ZO0013Q	21/09/2017	59670	203 * V	1467.34
MHH7628	P02W00001G	14/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JPM4165	P02W000035	27/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJQ9759	P02W00003E	27/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLR0244	P02W00000E	11/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJK8963	P00ZN001TF	20/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2309/2017

Publicação Nº 1432855

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2309/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGY0724 P00ZM000AO 15/10/2017 69120 232
MGY0724 P00ZM000AP 15/10/2017 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2310/2017

Publicação Nº 1432854

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 2310/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFL8534	54308754N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
QHZ5971	P02W00008G	04/10/2017	76331	ART 252, UNICO
AUL4656	P02W00008T	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIP9673	P02W00008S	06/10/2017	51851	167
MCI5914	P02W000092	09/10/2017	59401	203 * III
IUY1930	P00ZO00175	03/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

José Boiteux**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8134 512/2017**

Publicação Nº 1432727

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8134 512/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMU8514	P02YI0004D	28/08/2017	65300	228	195.23
LYJ0282	P02YI0002T	26/07/2017	51851	167	195.23
MGD4232	P02YI0002N	23/07/2017	66531	230 * XI	195.23
AOV9098	P02YI0004B	28/08/2017	66532	230 * XI	195.23
MEU3260	P02YI0002X	29/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 511/2017

Publicação Nº 1432728

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8134 511/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZS1334 P02YI0006Q 14/10/2017 75790 165 A

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

LAGES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2638/2017

Publicação Nº 1432813

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2638/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MFE5551	P00ST0000M	14/09/2017	50291	162* II	880.40
MGY8191	P00SZ000Y1	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDG2645	P00ZT0006H	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MLV9686	P0163001X4	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYE9884	54627549F	05/07/2017	50100	162 * I	880.40
LYW7295	P00SZ000XK	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
DBN9165	P0154000AU	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
BGH2053	P015N0002S	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
ARM5072	P00SV000LJ	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MLV9686	P0163001X5	11/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
ARM5072	P00SV000LK	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYW7295	P00SZ000XL	19/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDS9870	P0163001X1	07/09/2017	52900	176 * II	1467.34
MAG9160	P00ST00004	31/08/2017	64080	221	130.16
LZI6672	P00ZU001DV	10/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
LZI6672	P00ZU001DW	10/09/2017	67000	230 * XVI	195.23

BGH2053	P015N0002O	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
ADC7744	P00SX000V2	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
DBN9165	P0154000AT	19/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MAG9160	P00ST000O3	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LYE9884	54627548F	05/07/2017	65992	230	*	V	293.47
AAS0304	P00ST000MP	30/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MIB8237	P00SV000JA	09/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MGV5576	P00ST000ON	14/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MFE5551	P00ST000OL	14/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MGY8191	P00SZ000Y2	10/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
QIB3066	P00ZU001CV	18/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
MLV9686	P0163001X6	11/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
BDC0711	P02EK000M0	21/09/2017	73232	252	*	II	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2639/2017

Publicação Nº 1432812

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2639/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIA3560	54290332N	21/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
AEC0082	54296152N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEG2724	54296153N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLA3454	54298726N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKB2953	55510158F	17/10/2016	60502	208	191.54
EWK5345	55513399F	31/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHL0986	55197741E	31/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKC8753	55513304F	28/06/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHO4028	55513479F	30/06/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCB3478	55514592F	07/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJO8018	P00SX000V5	12/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIN8770	P02EK000GV	05/09/2017	51930	168	293.47

MHH6632	P02EK000H5	05/09/2017	51930	168		293.47
BOL5784	P02EK0007W	28/07/2017	51930	168		293.47
MFx2806	P02EK000H6	05/09/2017	52070	169		88.38
MGE1121	P02EK000H7	05/09/2017	52070	169		88.38
MHO3804	P02EK000DG	23/08/2017	52070	169		88.38
MJK0110	55385514F	05/08/2017	54600	181	* IX	130.16
BGH2053	P015N0002P	05/09/2017	57200	186	* I	195.23
MDV2394	55383746F	09/08/2017	62700	220	* II	195.23
ANQ8904	P015O0000Y	30/07/2017	65300	228		195.23
IOF0670	P02EK000IQ	12/09/2017	65300	228		195.23
LXS6328	55384640F	09/09/2017	67770	231	* I	293.47
LZU6794	55384642F	10/09/2017	67770	231	* I	293.47
ARM5072	P00SV000LL	09/09/2017	68580	231	* VII	130.16
LYR3596	P02EK000IE	11/09/2017	51851	167		195.23
LYZ2856	P02EK000IJ	12/09/2017	51851	167		195.23
DXW1509	P02EK000IN	12/09/2017	51851	167		195.23
IOF0670	P02EK000IR	12/09/2017	51851	167		195.23
LXM7873	P02EK000B6	18/08/2017	51851	167		195.23
QHH2733	P02EK000J7	14/09/2017	51851	167		195.23
MFY4922	P02EK000JA	14/09/2017	51851	167		195.23
LTJ2272	P02EK000JC	14/09/2017	51851	167		195.23
LZD1825	P02EK000JJ	14/09/2017	51851	167		195.23
ACS2855	54608173G	30/08/2017	51851	167		195.23
LZM7050	55805194D	01/09/2017	51851	167		195.23
LXP3872	54610594G	17/06/2017	51851	167		195.23
IRO6723	54610550G	18/06/2017	51851	167		195.23
MFP3970	54610646G	19/06/2017	51851	167		195.23
IIJ1562	54610664G	21/06/2017	51851	167		195.23
LYP0885	54610656G	21/06/2017	51851	167		195.23
MCC9183	54610658G	21/06/2017	51851	167		195.23
BGH2053	P015N0002R	05/09/2017	51851	167		195.23
MEE0183	P02EK000HP	06/09/2017	51851	167		195.23
MBC5222	P02EK000HQ	06/09/2017	51851	167		195.23
MJP7719	P02EK000ET	25/08/2017	51851	167		195.23
GUT5791	55805161D	17/08/2017	51851	167		195.23
AJL4899	P02EK000BO	21/08/2017	51851	167		195.23
MEJ8264	P02EK000BZ	21/08/2017	51851	167		195.23
MKK0854	54610834G	28/06/2017	51852	167		195.23
MCB3842	P02EK000JN	14/09/2017	51852	167		195.23
MBS9981	55805180D	26/08/2017	58434	196		195.23
IRO6723	54610549G	18/06/2017	60501	208		293.47
IGK6186	P00ZU001CM	13/08/2017	61732	215	* I * a	195.23
MGM4758	55383739F	03/08/2017	61733	215	* I * b	195.23
MKB2536	55513415F	03/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
OKE6955	55512225F	30/06/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IKT7967	55512682F	21/06/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHJ8445	55386223F	16/08/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1077/2017

Publicação Nº 1432465

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8663 1077/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLI6806	54295784N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGY4314	54295787N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCA9224	54295789N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMI6161	54295791N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MAK8877	54295792N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLU9743	54295802N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLW0791	54295809N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKX2896	54295810N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJM0522	54295816N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLU9743	54295817N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
DGJ3037	54293970N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLW0791	54293975N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMH8521	54298544N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHJ4093	54299994N	21/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCZ9306	8663186852	29/10/2016	74630	218 * II	127.69
AVT9933	8663183773	07/10/2016	74630	218 * II	127.69
MKR2079	8663186460	26/10/2016	74710	218 * III	574.61
MJP3064	8663217785	23/06/2017	74550	218 * I	130.16
IQL1235	8663217901	24/06/2017	74550	218 * I	130.16
MEV8605	8663216611	14/06/2017	74550	218 * I	130.16
CVY7806	8663216826	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
MDR5364	8663217021	17/06/2017	74550	218 * I	130.16
LYI0936	8663217059	17/06/2017	74550	218 * I	130.16
MLK0962	8663217142	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
QIG0843	8663217977	24/06/2017	74550	218 * I	130.16
MEC1892	8663218060	25/06/2017	74550	218 * I	130.16
MDC5699	8663218244	26/06/2017	74550	218 * I	130.16
BAD0883	8663218450	27/06/2017	74550	218 * I	130.16
MDP1226	8663218775	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
MFJ6868	8663219257	03/07/2017	74550	218 * I	130.16
AFH5925	8663219303	04/07/2017	74550	218 * I	130.16
ABX1067	8663219400	04/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJH7501	8663219430	05/07/2017	74550	218 * I	130.16
AHD4714	8663219448	05/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJU8726	8663219577	06/07/2017	74550	218 * I	130.16
LZU3509	8663219645	06/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKY2798	8663219658	07/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGW8582	8663220021	08/07/2017	74550	218 * I	130.16
MET9035	8663220035	09/07/2017	74550	218 * I	130.16
HCG4267	8663220194	09/07/2017	74550	218 * I	130.16
CBO9807	8663220228	09/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFQ1463	8663220244	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
LWY8775	8663218799	30/06/2017	74550	218 * I	130.16

MER3377	8663220520	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IWA9407	8663220582	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AIR7900	8663220792	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYR0596	8663220850	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYA9036	8663220945	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK7954	8663221017	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ5798	8663221031	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM6743	8663221107	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JLY6998	8663221196	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV8853	8663221233	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LWS3016	8663220713	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ7542	8663220738	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OWR3590	8663221340	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK5981	8663221663	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ADR3106	8663221687	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM5583	8663222010	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS4306	8663222018	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXT2673	8663222060	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LAR6338	8663222193	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD9549	8663222198	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVO5037	8663221461	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QJK0570	8663221465	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH8641	8663221536	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS3058	8663222319	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ9259	8663222363	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS2426	8663222431	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM2765	8663222435	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA3083	8663222484	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI5908	8663222518	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MUW8961	8663222551	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AYQ5786	8663222648	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO6758	8663222673	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AAV4781	8663222795	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW2139	8663222821	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZV2909	8663222822	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS9767	8663222848	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AIR5791	8663222935	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AYQ5786	8663222685	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL0461	8663222947	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LWT7613	8663223050	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK7354	8663223208	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM4226	8663223246	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH9821	8663223266	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN2801	8663223282	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HPT2123	8663223467	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ3095	8663223474	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV1306	8663223547	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ANN3450	8663223559	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGZ9674	8663223581	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ7099	8663223585	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AUU5812	8663223672	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LCJ3319	8663223709	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ1003	8663223743	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS9339	8663223750	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ8185	8663223969	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY9919	8663223998	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX8649	8663224045	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DBO8766	8663224049	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWY8775	8663224100	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATT0037	8663223842	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ONV8880	8663223950	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL5018	8663224272	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX3461	8663224552	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MDQ2117	8663224553	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FMV3357	8663224589	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR8184	8663224591	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV3335	8663224656	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMN6060	8663224663	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LUB0594	8663224692	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOP4856	8663224703	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID4421	8663224707	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATE2672	8663224228	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ1988	8663224163	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF2553	8663224334	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN5711	8663224761	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZR5881	8663224772	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO6529	8663224792	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN6486	8663224925	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE9712	8663224933	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OQY1321	8663224942	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ7650	8663225074	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT8022	8663225101	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG2907	8663225114	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF8056	8663225193	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW1025	8663225304	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF6338	8663225368	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI7511	8663225391	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM6260	8663225400	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ3300	8663225455	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBL1862	8663225502	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MML3426	8663225507	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW5576	8663227981	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZO7061	8663228107	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN1031	8663228236	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FLB6394	8663228452	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP2581	8663228469	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ITZ1001	8663228497	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWU1792	8663228549	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NAH4230	8663227420	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDQ0724	8663227423	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK7346	8663227427	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW2912	8663227428	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM2655	8663227442	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASV8662	8663227462	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL1932	8663227473	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CXC2758	8663227475	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU3877	8663227482	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGT4216	8663227483	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW4948	8663227495	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO3311	8663227520	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO5347	8663227263	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI0797	8663227272	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACI3940	8663227276	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CRN0168	8663227287	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAF0777	8663227293	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA7743	8663227300	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF7140	8663227301	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIY7932	8663227304	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CVM6750	8663227307	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS7178	8663227309	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDX9274	8663227320	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EIR5395	8663227329	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICU8062	8663227332	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICU8062	8663227336	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZO7061	8663227347	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CFB3592	8663227348	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16

OKG3462	8663227357	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD8282	8663227359	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX2043	8663227361	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBL7767	8663227365	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARM5072	8663227369	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ACE2474	8663227378	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS8503	8663227384	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHQ7570	8663227391	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQZ9147	8663227018	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV9488	8663227022	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQZ9147	8663227024	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANH0038	8663227036	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC7492	8663227061	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AIB5384	8663227070	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF5929	8663227078	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO0235	8663227109	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR5212	8663227114	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACI3940	8663227125	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KEM2314	8663227136	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN0391	8663227137	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXL4970	8663227138	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AAK5011	8663227142	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AEC0082	8663226929	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7934	8663226933	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZQ4541	8663227161	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWT2459	8663227209	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ0574	8663227212	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN0768	8663227222	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAW3998	8663227226	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LBD6956	8663227231	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAO7946	8663227235	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG5626	8663227238	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAW3998	8663227240	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR4505	8663227194	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CLL4344	8663227201	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU3240	8663227256	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP7048	8663227260	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ICU8062	8663226539	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CPW7118	8663226630	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK3377	8663226701	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACI3940	8663226704	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD9626	8663226744	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OFR9317	8663226755	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC7336	8663226760	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR2537	8663226783	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NAH4230	8663226786	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY9763	8663226789	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE0504	8663226790	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK3377	8663226803	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAF2086	8663226808	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID0389	8663226809	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWS2769	8663226816	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FFF7659	8663226818	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAF2797	8663226827	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU5604	8663226828	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CTZ0119	8663226830	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI9669	8663226839	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BKQ3525	8663226848	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ3128	8663226677	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ3128	8663226681	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXV2147	8663226771	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS9981	8663226779	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ7982	8663226861	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16

AUO0336	8663226866	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH0847	8663226869	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO4861	8663226885	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE4496	8663226898	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QJJ2200	8663226903	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH1350	8663226919	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL7424	8663226935	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARM5072	8663226943	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB2439	8663226948	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7934	8663226971	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ2112	8663225737	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG9577	8663225746	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW7628	8663226384	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZA8274	8663226393	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IUP3258	8663226526	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID0389	8663225555	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT6707	8663225571	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JTO5632	8663225577	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM3247	8663225585	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM4957	8663225595	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM1884	8663225647	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV8900	8663225650	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ3289	8663225655	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CDQ8890	8663225656	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN8262	8663225681	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC4721	8663225703	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS3460	8663225917	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMT6550	8663225938	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA4961	8663225977	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU4144	8663226051	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IUY7224	8663226041	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED3015	8663226073	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MER7379	8663226205	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG7951	8663226207	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD9422	8663226223	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK1427	8663227537	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ2125	8663227557	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO1855	8663228600	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CHN4665	8663228776	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM4466	8663228786	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARE9169	8663228817	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FFS8835	8663228824	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHU4049	8663228815	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHM4130	8663228711	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLW0791	8663227559	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIX3756	8663226874	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHU4144	8663226234	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
HAE5459	8663226266	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHN1962	8663225707	15/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AWW8025	8663225623	16/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OA02250	8663226460	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIY5369	8663226922	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKD2719	8663226764	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CVT2298	8663226635	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKR8790	8663227262	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKT5897	8663227205	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAO7946	8663227234	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DQZ8860	8663227145	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ7949	8663227156	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYZ1953	8663227367	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AFY1100	8663227346	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LWU1792	8663228560	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHT5000	8663225510	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23

MEG5031	8663225551	16/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLK4478	8663225243	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OKG6635	8663224893	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIJ6941	8663224382	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCU3688	8663223956	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIX3726	8663224295	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIU5774	8663222335	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AOE2758	8663220955	15/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJR4070	8663220692	13/07/2017	74630	218	*	II	195.23
ELQ1020	8663217363	20/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MCO0863	8663218301	26/06/2017	74710	218	*	III	880.40
QHS3238	8663219133	02/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MGT5936	8663220774	14/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MMC3445	8663221246	17/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MFM0356	8663221297	17/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MJI7511	8663222754	30/07/2017	74710	218	*	III	880.40
ALM3254	8663222940	29/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MGQ4662	8663227534	31/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MKH0656	8663227403	01/09/2017	74710	218	*	III	880.40
IMP3044	8663227409	01/09/2017	74710	218	*	III	880.40
QID0389	8663226855	29/08/2017	74710	218	*	III	880.40
IVL7088	8663223092	26/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MCB4116	8663226689	30/08/2017	56732	183			130.16
HSH0263	8663217957	24/06/2017	56732	183			130.16
AGP2384	8663218787	30/06/2017	60503	208			293.47
MKL6416	8663218743	30/06/2017	60503	208			293.47
AUV2049	8663220299	10/07/2017	60503	208			293.47
MJW0910	8663221375	18/07/2017	60503	208			293.47
MFC7300	8663222301	24/07/2017	60503	208			293.47
MFC7300	8663222310	24/07/2017	60503	208			293.47
MAQ8087	8663221640	20/07/2017	60503	208			293.47
ANC9249	8663221488	19/07/2017	60503	208			293.47
MKF9586	8663221498	19/07/2017	60503	208			293.47
QHT2508	8663221503	19/07/2017	60503	208			293.47
MLA2809	8663222684	30/07/2017	60503	208			293.47
MGH7429	8663223074	26/07/2017	60503	208			293.47
QIF9362	8663223650	06/08/2017	60503	208			293.47
LXH8301	8663224234	02/08/2017	60503	208			293.47
EUY9723	8663224008	04/08/2017	60503	208			293.47
MFJ8007	8663224042	04/08/2017	60503	208			293.47
MIU3339	8663223832	05/08/2017	60503	208			293.47
MHF7528	8663224476	09/08/2017	60503	208			293.47
MJZ5855	8663224720	07/08/2017	60503	208			293.47
AMU3212	8663225278	11/08/2017	60503	208			293.47
MKF8665	8663225411	18/08/2017	60503	208			293.47
HAE5459	8663225747	15/08/2017	60503	208			293.47
HAE5459	8663225763	15/08/2017	60503	208			293.47
MAA0642	8663227012	27/08/2017	60503	208			293.47
ACI3940	8663226870	29/08/2017	60503	208			293.47
MDW6278	8663226781	30/08/2017	60503	208			293.47
MEZ0596	8663227173	26/08/2017	60503	208			293.47
LBD6956	8663226934	28/08/2017	60503	208			293.47
MDI6929	8663227251	26/08/2017	60503	208			293.47
MJM7147	8663228740	11/09/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2636/2017

Publicação Nº 1432815

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2636/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN9499	P00SX000X1	09/10/2017	50100	162 * I
MGK9026	P00SZ0010F	02/11/2017	50100	162 * I
BQS0505	P00SV000OI	02/11/2017	50100	162 * I
LXD0364	P00ST000QC	05/11/2017	50100	162 * I
AHQ7570	P00SZ0010K	05/11/2017	50100	162 * I
LXT7959	55198462E	27/10/2017	50100	162 * I
LXU3318	54610768G	29/10/2017	50450	162 * V
MHE7994	55198471E	01/11/2017	50450	162 * V
ADB2272	P00ST000QA	04/11/2017	50450	162 * V
AHQ7570	P00SZ0010L	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHS4250	P01630021O	05/11/2017	69120	232
AKM5086	P00SY000VD	04/11/2017	69120	232
AQR6902	P01630022R	07/11/2017	69120	232
IIT6716	P03EK0000O	07/11/2017	69120	232
MCV1185	P03EK0000D	03/11/2017	69120	232
QIF4593	P00SZ000YP	01/10/2017	51692	165
MBE4820	55198223E	27/09/2017	65992	230 * V
MEF3008	P00SV000MU	14/10/2017	65992	230 * V
MCC9427	P00SZ000YD	26/09/2017	65992	230 * V
MIL8733	54611401G	12/09/2017	65992	230 * V
LXH6299	P0163001XQ	01/10/2017	65992	230 * V
DFM0203	P03EK0000F	03/11/2017	65992	230 * V
AHN2724	P03EK0000H	03/11/2017	65992	230 * V
ADB2272	P00ST000Q9	04/11/2017	65992	230 * V
MGK9026	P00SZ0010E	02/11/2017	65992	230 * V
MHS4250	P01630021N	05/11/2017	65992	230 * V
LXT7959	55198461E	27/10/2017	65992	230 * V
MHE7994	55198470E	01/11/2017	65992	230 * V
LXD0364	P00ST000QB	05/11/2017	65992	230 * V
MFP2602	P02EK000VL	05/11/2017	65992	230 * V
AKM5086	P00SY000VB	04/11/2017	66102	230 * VII
DDI3514	P02EK000NT	27/09/2017	66102	230 * VII
LXD0364	P00ST000QD	05/11/2017	66372	230 * IX
MEY2934	54610765G	28/10/2017	66372	230 * IX

AKM5086 P00SY000VC 04/11/2017 67261 230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2637/2017

Publicação Nº 1432814

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2637/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IQN2555	54307971N	13/10/2017	50020	257 ã 8\$
MIA2477	P02EK000MR	23/09/2017	76251	ART 181, XX
MHC1089	55513685F	25/09/2017	76252	ART 181, XX
MFY4319	55198175E	29/09/2017	76252	ART 181, XX
MFP2276	P00SZ0010H	04/11/2017	76332	ART 252, UNICO
LXH6299	P00SX000W6	01/10/2017	53470	178
ABF6404	P00SX000Y7	04/11/2017	54600	181 * IX
AAA9505	55198155E	14/09/2017	55680	181 * XIX
MGS8351	55198153E	14/09/2017	55680	181 * XIX
BOK9778	55513690F	02/10/2017	55680	181 * XIX
KRJ0717	P00SZ0010J	05/11/2017	55680	181 * XIX
ITA4432	55198724E	25/10/2017	55680	181 * XIX
LWU7150	P00SZ000Z9	06/10/2017	65300	228
LWY8775	P01500001C	24/09/2017	65300	228
MFQ8673	P01630022O	06/11/2017	51851	167
NEV8930	P01630022Q	06/11/2017	51851	167
LZJ7973	P00ZU001F7	06/10/2017	51851	167
MFT0740	P02EK000NL	26/09/2017	51851	167
MLN5300	P02EK000OB	28/09/2017	51851	167
MGX4645	P00SX000WA	01/10/2017	51851	167
LYE5571	P00SX000WK	01/10/2017	51851	167
MLQ6781	P00SX000WL	01/10/2017	51851	167

MFS5834	P02EK000VC	04/11/2017	51851	167
MGW5060	P016300221	06/11/2017	51851	167
QIK9521	P01630021K	05/11/2017	51851	167
IKR1598	P00SV0000F	02/11/2017	51851	167
MFR0672	P02EK000V5	02/11/2017	51851	167
MMC1249	P01630020N	03/11/2017	51851	167
JCD4000	P03EK0000J	03/11/2017	51851	167
MEP9785	P02E80007E	01/10/2017	54282	181 * V
OKE3510	P00SZ00103	15/10/2017	60501	208
MLR0344	54610754G	27/09/2017	70561	244 * III
KZG3143	55198428E	19/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHX3799	P00SV0000D	02/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MCD1309	55512714F	26/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QIL5445	55512944F	27/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIB3493	55514362F	19/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MMH2732	55198232E	29/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIE2865	55513049F	02/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MDM9435	55198449E	31/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AQU5076	55509139F	27/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJS1276	55201685E	30/10/2017	73662	252*VI
CWD0185	P00SX000X3	11/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÑNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1076/2017

Publicação Nº 1432466

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1076/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MJZ6595	54302469N	26/09/2017	50020	257 ÷ 8\$
AQM1331	54304907N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$



OKH0428	54305937N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKJ8686	8663230039	24/09/2017	74550	218	*	I
MJT6155	8663230045	24/09/2017	74550	218	*	I
MBI4020	8663230073	24/09/2017	74550	218	*	I
MBJ6314	8663230080	24/09/2017	74550	218	*	I
MIV8422	8663230082	24/09/2017	74550	218	*	I
QHJ8189	8663230089	24/09/2017	74550	218	*	I
MJT5682	8663230104	24/09/2017	74550	218	*	I
ITO4406	8663230142	24/09/2017	74550	218	*	I
QHZ5990	8663229892	18/09/2017	74550	218	*	I
MLS3052	8663229922	18/09/2017	74550	218	*	I
QHT0474	8663229937	18/09/2017	74550	218	*	I
MLY9046	8663229944	18/09/2017	74550	218	*	I
LYO6281	8663229963	18/09/2017	74550	218	*	I
LXI6311	8663229975	18/09/2017	74550	218	*	I
CIE4643	8663229669	20/09/2017	74550	218	*	I
MNO1458	8663229701	20/09/2017	74550	218	*	I
MEU4599	8663229704	20/09/2017	74550	218	*	I
MDD1538	8663229710	20/09/2017	74550	218	*	I
MIZ0244	8663229712	20/09/2017	74550	218	*	I
IVJ7678	8663229723	20/09/2017	74550	218	*	I
AJL0344	8663229735	20/09/2017	74550	218	*	I
QIR9898	8663229762	19/09/2017	74550	218	*	I
MID4901	8663229765	19/09/2017	74550	218	*	I
MLV9609	8663229785	19/09/2017	74550	218	*	I
CPW2075	8663229606	15/09/2017	74550	218	*	I
MGT7190	8663229626	20/09/2017	74550	218	*	I
LWZ9523	8663229654	20/09/2017	74550	218	*	I
MMH2732	8663229791	19/09/2017	74550	218	*	I
LYY2179	8663229804	19/09/2017	74550	218	*	I
NWF9090	8663229823	19/09/2017	74550	218	*	I
QHP0925	8663229824	19/09/2017	74550	218	*	I
MLQ7699	8663229861	19/09/2017	74550	218	*	I
QHZ8121	8663229867	19/09/2017	74550	218	*	I
MFH1595	8663228900	14/09/2017	74550	218	*	I
MKG4430	8663228906	14/09/2017	74550	218	*	I
MLP6085	8663229000	13/09/2017	74550	218	*	I
MAR6219	8663228496	10/09/2017	74550	218	*	I
NJV8425	8663229097	13/09/2017	74550	218	*	I
MGT7190	8663229118	13/09/2017	74550	218	*	I
MFJ1294	8663229143	13/09/2017	74550	218	*	I
MAY1165	8663229258	17/09/2017	74550	218	*	I
OKG4701	8663229259	17/09/2017	74550	218	*	I
MMC1845	8663229262	17/09/2017	74550	218	*	I
QIJ8867	8663229263	17/09/2017	74550	218	*	I
HFO3769	8663229277	17/09/2017	74550	218	*	I
AHK8484	8663229315	17/09/2017	74550	218	*	I
MHU6278	8663229364	16/09/2017	74550	218	*	I
MFW8739	8663229371	16/09/2017	74550	218	*	I
MFV1233	8663229378	16/09/2017	74550	218	*	I
QHJ8428	8663229386	16/09/2017	74550	218	*	I
MKZ5433	8663229397	16/09/2017	74550	218	*	I
COB4579	8663229446	16/09/2017	74550	218	*	I
MKB4740	8663229480	16/09/2017	74550	218	*	I
MLD6648	8663229514	15/09/2017	74550	218	*	I
LYU9445	8663229537	15/09/2017	74550	218	*	I
AQC1887	8663229576	15/09/2017	74550	218	*	I
DKX0498	8663230179	23/09/2017	74550	218	*	I
QHG7996	8663230194	23/09/2017	74550	218	*	I
MMF0284	8663230214	23/09/2017	74550	218	*	I
MGQ4154	8663230256	23/09/2017	74550	218	*	I
QHU7809	8663230325	22/09/2017	74550	218	*	I
MII8374	8663230348	22/09/2017	74550	218	*	I

IUJ7157	8663230378	22/09/2017	74550	218	*	I
MFQ1463	8663230416	22/09/2017	74550	218	*	I
MFC6415	8663230483	21/09/2017	74550	218	*	I
AOH8314	8663230541	21/09/2017	74550	218	*	I
MHG7469	8663230546	21/09/2017	74550	218	*	I
MHW7646	8663230555	21/09/2017	74550	218	*	I
MFW7406	8663230568	21/09/2017	74550	218	*	I
MFI7122	8663230577	21/09/2017	74550	218	*	I
QIL8343	8663230578	21/09/2017	74550	218	*	I
NSA5558	8663230496	21/09/2017	74550	218	*	I
MFY8690	8663230627	21/09/2017	74550	218	*	I
PQD8543	8663230648	29/09/2017	74550	218	*	I
LXB0614	8663230669	29/09/2017	74550	218	*	I
ISE5375	8663230674	29/09/2017	74550	218	*	I
EYU5482	8663230686	29/09/2017	74550	218	*	I
QHQ5064	8663230694	29/09/2017	74550	218	*	I
OKH6551	8663230695	29/09/2017	74550	218	*	I
MLS6925	8663230719	29/09/2017	74550	218	*	I
QHK7419	8663230848	27/09/2017	74550	218	*	I
QHO8261	8663230857	27/09/2017	74550	218	*	I
ELB6787	8663230893	27/09/2017	74550	218	*	I
QHH7701	8663230916	27/09/2017	74550	218	*	I
QHP4470	8663230955	26/09/2017	74550	218	*	I
MFC6415	8663230956	26/09/2017	74550	218	*	I
MDK5860	8663230962	26/09/2017	74550	218	*	I
MKC5994	8663230981	26/09/2017	74550	218	*	I
MLQ5969	8663231008	26/09/2017	74550	218	*	I
AYR8002	8663231030	26/09/2017	74550	218	*	I
QHO0356	8663231055	26/09/2017	74550	218	*	I
MCP7051	8663231067	26/09/2017	74550	218	*	I
MLT0267	8663231069	26/09/2017	74550	218	*	I
MLN5451	8663231090	25/09/2017	74550	218	*	I
LYK1581	8663231098	25/09/2017	74550	218	*	I
MBD7074	8663231101	25/09/2017	74550	218	*	I
MGF7986	8663231174	02/10/2017	74550	218	*	I
MKR2103	8663231185	02/10/2017	74550	218	*	I
LYM9006	8663231204	01/10/2017	74550	218	*	I
MJP6726	8663231217	01/10/2017	74550	218	*	I
MFH3199	8663231263	01/10/2017	74550	218	*	I
MGV8220	8663231294	01/10/2017	74550	218	*	I
MGC9527	8663231303	01/10/2017	74550	218	*	I
MKQ1640	8663231306	01/10/2017	74550	218	*	I
MLC2037	8663231341	30/09/2017	74550	218	*	I
MJE1056	8663231356	30/09/2017	74550	218	*	I
LYR0946	8663231380	30/09/2017	74550	218	*	I
MIZ9326	8663230760	28/09/2017	74550	218	*	I
MIW4464	8663230804	28/09/2017	74550	218	*	I
QIG9926	8663231472	05/10/2017	74550	218	*	I
LWS0993	8663231529	05/10/2017	74550	218	*	I
MIV6063	8663231559	05/10/2017	74550	218	*	I
QIC1610	8663231587	05/10/2017	74550	218	*	I
MJY0388	8663231666	04/10/2017	74550	218	*	I
QIR0160	8663231678	04/10/2017	74550	218	*	I
MEZ9333	8663231711	04/10/2017	74550	218	*	I
HJG9464	8663231736	03/10/2017	74550	218	*	I
MJI4621	8663231741	03/10/2017	74550	218	*	I
MLZ2994	8663231755	03/10/2017	74550	218	*	I
MIC7012	8663231765	03/10/2017	74550	218	*	I
IUV2271	8663231780	03/10/2017	74550	218	*	I
MAW9823	8663231798	03/10/2017	74550	218	*	I
MEW0734	8663231869	02/10/2017	74550	218	*	I
IOS5750	8663231873	02/10/2017	74550	218	*	I
MFM6445	8663231913	02/10/2017	74550	218	*	I

MFB5113	8663231917	02/10/2017	74550	218	*	I
MNS8194	8663231921	02/10/2017	74550	218	*	I
MBJ6314	8663232700	11/10/2017	74550	218	*	I
QIE2160	8663233261	16/10/2017	74550	218	*	I
QHO6367	8663233529	20/10/2017	74550	218	*	I
MDS9765	8663233545	20/10/2017	74550	218	*	I
EKQ7126	8663233600	19/10/2017	74550	218	*	I
FGN5129	8663233653	19/10/2017	74550	218	*	I
LZB4117	8663233722	18/10/2017	74550	218	*	I
MCR6934	8663233798	18/10/2017	74550	218	*	I
IGU9070	8663234124	23/10/2017	74550	218	*	I
IOU6935	8663234130	23/10/2017	74550	218	*	I
MHU0821	8663234141	23/10/2017	74550	218	*	I
OKE7785	8663234147	23/10/2017	74550	218	*	I
MLC9288	8663234150	23/10/2017	74550	218	*	I
QJQ1818	8663234160	23/10/2017	74550	218	*	I
MDH5208	8663234179	23/10/2017	74550	218	*	I
MCK1000	8663234191	23/10/2017	74550	218	*	I
ADN9242	8663234197	23/10/2017	74550	218	*	I
LXI5181	8663234198	23/10/2017	74550	218	*	I
MJF8823	8663234199	23/10/2017	74550	218	*	I
MKQ2319	8663233935	17/10/2017	74550	218	*	I
LXI5181	8663234116	23/10/2017	74550	218	*	I
MHR3890	8663234204	23/10/2017	74550	218	*	I
MLN1908	8663234232	23/10/2017	74550	218	*	I
BBP1188	8663234235	23/10/2017	74550	218	*	I
MIZ0244	8663234236	23/10/2017	74550	218	*	I
MEP5805	8663234243	23/10/2017	74550	218	*	I
MCG7052	8663234244	23/10/2017	74550	218	*	I
AMQ1108	8663234246	23/10/2017	74550	218	*	I
MGG5580	8663234269	23/10/2017	74550	218	*	I
IUH0622	8663234275	23/10/2017	74550	218	*	I
QIB6436	8663234285	23/10/2017	74550	218	*	I
LYY5846	8663234299	22/10/2017	74550	218	*	I
MBA3083	8663234304	22/10/2017	74550	218	*	I
BCO2802	8663234309	22/10/2017	74550	218	*	I
DQI0851	8663234319	22/10/2017	74550	218	*	I
MHW2011	8663234321	22/10/2017	74550	218	*	I
MDC7025	8663234355	22/10/2017	74550	218	*	I
LXD0097	8663234359	22/10/2017	74550	218	*	I
MGB9265	8663234360	22/10/2017	74550	218	*	I
IOU6935	8663234363	22/10/2017	74550	218	*	I
MFE2119	8663234366	22/10/2017	74550	218	*	I
OCW2255	8663234367	22/10/2017	74550	218	*	I
JZM6565	8663234369	22/10/2017	74550	218	*	I
MMF6119	8663234374	22/10/2017	74550	218	*	I
MFJ8886	8663234379	22/10/2017	74550	218	*	I
MCD1309	8663234381	22/10/2017	74550	218	*	I
MHM6017	8663234382	22/10/2017	74550	218	*	I
IPE0249	8663234398	22/10/2017	74550	218	*	I
IIX6937	8663234403	22/10/2017	74550	218	*	I
MMI9272	8663234414	22/10/2017	74550	218	*	I
MJF1423	8663234425	22/10/2017	74550	218	*	I
MLL9723	8663234433	22/10/2017	74550	218	*	I
MII2101	8663234437	22/10/2017	74550	218	*	I
MEP8892	8663234445	22/10/2017	74550	218	*	I
CKN9604	8663234447	22/10/2017	74550	218	*	I
IRJ8599	8663234455	22/10/2017	74550	218	*	I
MFB9264	8663234459	22/10/2017	74550	218	*	I
IHG6724	8663234460	22/10/2017	74550	218	*	I
DXY4444	8663234461	22/10/2017	74550	218	*	I
MLV6828	8663234463	22/10/2017	74550	218	*	I
MBD1281	8663234464	22/10/2017	74550	218	*	I

QIM0616	8663234475	22/10/2017	74550	218	*	I
LZY2164	8663234325	22/10/2017	74550	218	*	I
MHA1917	8663234327	22/10/2017	74550	218	*	I
EKX2725	8663234331	22/10/2017	74550	218	*	I
BZQ1576	8663234336	22/10/2017	74550	218	*	I
OTC4406	8663234484	22/10/2017	74550	218	*	I
CDH2400	8663234488	22/10/2017	74550	218	*	I
MLL9723	8663234489	22/10/2017	74550	218	*	I
ATV3056	8663234495	22/10/2017	74550	218	*	I
QIO1114	8663234499	22/10/2017	74550	218	*	I
MEG5031	8663234505	22/10/2017	74550	218	*	I
MLF8356	8663234511	22/10/2017	74550	218	*	I
MML9776	8663234526	21/10/2017	74550	218	*	I
DAX0512	8663234531	21/10/2017	74550	218	*	I
LYT6517	8663234344	22/10/2017	74550	218	*	I
MCB5399	8663234350	22/10/2017	74550	218	*	I
DIB4253	8663234539	21/10/2017	74550	218	*	I
BRP4664	8663234540	21/10/2017	74550	218	*	I
DLU0114	8663234606	21/10/2017	74550	218	*	I
ARE6868	8663234610	21/10/2017	74550	218	*	I
MFI0271	8663234612	21/10/2017	74550	218	*	I
ACR0177	8663234622	21/10/2017	74550	218	*	I
MKT8155	8663234623	21/10/2017	74550	218	*	I
GXO8557	8663234629	21/10/2017	74550	218	*	I
MKC3929	8663234630	21/10/2017	74550	218	*	I
LCK3742	8663234635	21/10/2017	74550	218	*	I
QIA6149	8663234644	21/10/2017	74550	218	*	I
DHU5672	8663234647	21/10/2017	74550	218	*	I
MCL9952	8663234651	21/10/2017	74550	218	*	I
LYJ9832	8663234653	21/10/2017	74550	218	*	I
JIT1138	8663234655	21/10/2017	74550	218	*	I
MLY8521	8663234663	21/10/2017	74550	218	*	I
MLK1127	8663234575	21/10/2017	74550	218	*	I
DSE8719	8663234576	21/10/2017	74550	218	*	I
MAL5489	8663234583	21/10/2017	74550	218	*	I
DHO3721	8663234667	21/10/2017	74550	218	*	I
ACA6152	8663234673	21/10/2017	74550	218	*	I
ACA6152	8663234681	21/10/2017	74550	218	*	I
MIF0703	8663234557	21/10/2017	74550	218	*	I
CSN4013	8663234716	26/10/2017	74550	218	*	I
CDH1481	8663234707	26/10/2017	74550	218	*	I
MJK2835	8663234723	26/10/2017	74550	218	*	I
CHR0328	8663234726	26/10/2017	74550	218	*	I
MBV9449	8663234729	26/10/2017	74550	218	*	I
KKF9060	8663234735	26/10/2017	74550	218	*	I
ALN2781	8663234737	26/10/2017	74550	218	*	I
LZB8108	8663234851	25/10/2017	74550	218	*	I
LZB8108	8663234852	25/10/2017	74550	218	*	I
ARD0016	8663234855	25/10/2017	74550	218	*	I
MFT4552	8663234868	25/10/2017	74550	218	*	I
OJT1476	8663234871	25/10/2017	74550	218	*	I
MJM4850	8663234880	25/10/2017	74550	218	*	I
KYO1214	8663234883	25/10/2017	74550	218	*	I
MKP3656	8663234885	25/10/2017	74550	218	*	I
MKP8475	8663234889	25/10/2017	74550	218	*	I
CHR0328	8663234905	25/10/2017	74550	218	*	I
MAL9547	8663234909	25/10/2017	74550	218	*	I
MFP0165	8663234912	25/10/2017	74550	218	*	I
MBE0720	8663234913	25/10/2017	74550	218	*	I
LZS2612	8663234917	24/10/2017	74550	218	*	I
OCW2255	8663234932	24/10/2017	74550	218	*	I
MLD9816	8663234935	24/10/2017	74550	218	*	I
MLD9816	8663234937	24/10/2017	74550	218	*	I

MIQ1004	8663234761	26/10/2017	74550	218	*	I
LXN9910	8663234766	26/10/2017	74550	218	*	I
QHD7806	8663234768	26/10/2017	74550	218	*	I
AMH6140	8663234771	26/10/2017	74550	218	*	I
MGT9343	8663234775	26/10/2017	74550	218	*	I
PQY8157	8663234777	26/10/2017	74550	218	*	I
MHA0843	8663234789	26/10/2017	74550	218	*	I
OBO2939	8663234794	26/10/2017	74550	218	*	I
KRJ8402	8663234808	25/10/2017	74550	218	*	I
MFL6927	8663234812	25/10/2017	74550	218	*	I
MAS7178	8663234957	24/10/2017	74550	218	*	I
QHB0368	8663234965	24/10/2017	74550	218	*	I
MLM4157	8663234972	24/10/2017	74550	218	*	I
IEH5735	8663234974	24/10/2017	74550	218	*	I
NUV0352	8663234979	24/10/2017	74550	218	*	I
LXF2028	8663234988	24/10/2017	74550	218	*	I
MMD7499	8663234998	24/10/2017	74550	218	*	I
MDC7336	8663235011	24/10/2017	74550	218	*	I
PVI1419	8663235013	24/10/2017	74550	218	*	I
EVI4908	8663235021	24/10/2017	74550	218	*	I
MHO1042	8663235051	24/10/2017	74550	218	*	I
IOS2125	8663235055	24/10/2017	74550	218	*	I
MJJ5065	8663235058	24/10/2017	74550	218	*	I
LYU8212	8663235103	29/10/2017	74550	218	*	I
MFC3199	8663235169	29/10/2017	74550	218	*	I
LZO1739	8663235186	29/10/2017	74550	218	*	I
MHI8153	8663235187	28/10/2017	74550	218	*	I
LXO8904	8663235200	28/10/2017	74550	218	*	I
QHJ7483	8663235205	28/10/2017	74550	218	*	I
MKJ3271	8663235210	28/10/2017	74550	218	*	I
MAN1713	8663235226	28/10/2017	74550	218	*	I
QHH8630	8663235230	28/10/2017	74550	218	*	I
LYC4487	8663235234	28/10/2017	74550	218	*	I
MLB3821	8663235235	28/10/2017	74550	218	*	I
MLP0558	8663235257	28/10/2017	74550	218	*	I
MIY9505	8663235262	28/10/2017	74550	218	*	I
MDP9335	8663235293	28/10/2017	74550	218	*	I
MJR6806	8663235325	28/10/2017	74550	218	*	I
MEC5706	8663235338	28/10/2017	74550	218	*	I
MBX5357	8663235357	27/10/2017	74550	218	*	I
IKP1695	8663235373	27/10/2017	74550	218	*	I
LYR3144	8663234825	25/10/2017	74550	218	*	I
BLS6423	8663234827	25/10/2017	74550	218	*	I
MCF4056	8663235286	28/10/2017	74550	218	*	I
KKJ7082	8663235451	27/10/2017	74550	218	*	I
MEO4158	8663235481	27/10/2017	74550	218	*	I
MHJ7171	8663235288	28/10/2017	74630	218	*	II
BSU6838	8663235292	28/10/2017	74630	218	*	II
LZQ5292	8663234829	25/10/2017	74630	218	*	II
LYF1316	8663235386	27/10/2017	74630	218	*	II
MFH8410	8663235393	27/10/2017	74630	218	*	II
MJA1558	8663235400	27/10/2017	74630	218	*	II
MJW6144	8663235401	27/10/2017	74630	218	*	II
MCK0979	8663235268	28/10/2017	74630	218	*	II
MMC4382	8663235053	24/10/2017	74630	218	*	II
MES5140	8663234938	24/10/2017	74630	218	*	II
MLW3078	8663234754	26/10/2017	74630	218	*	II
MGD2627	8663234705	26/10/2017	74630	218	*	II
MGH5404	8663234568	21/10/2017	74630	218	*	II
QHK6866	8663234701	26/10/2017	74630	218	*	II
CJB3722	8663234593	21/10/2017	74630	218	*	II
ISG8382	8663234632	21/10/2017	74630	218	*	II
AMI0019	8663234553	21/10/2017	74630	218	*	II

DEX5123	8663234351	22/10/2017	74630	218	*	II
LYV6928	8663234496	22/10/2017	74630	218	*	II
BMI0034	8663234330	22/10/2017	74630	218	*	II
MDH5581	8663234322	22/10/2017	74630	218	*	II
AVD7751	8663234284	23/10/2017	74630	218	*	II
ATE3686	8663234270	23/10/2017	74630	218	*	II
QHU8214	8663234240	23/10/2017	74630	218	*	II
MDL1814	8663234206	23/10/2017	74630	218	*	II
MDL9415	8663234122	23/10/2017	74630	218	*	II
MAT0420	8663234186	23/10/2017	74630	218	*	II
MCR9759	8663234036	16/10/2017	74630	218	*	II
MJJ5253	8663233051	08/10/2017	74630	218	*	II
MJX7801	8663231663	04/10/2017	74630	218	*	II
MGY6845	8663231510	05/10/2017	74630	218	*	II
LWV4782	8663231386	30/09/2017	74630	218	*	II
MLW3129	8663231053	26/09/2017	74630	218	*	II
MFZ2165	8663230751	28/09/2017	74630	218	*	II
EAI9790	8663230583	21/09/2017	74630	218	*	II
MBS3348	8663230490	21/09/2017	74630	218	*	II
MCR2539	8663230366	22/09/2017	74630	218	*	II
QHE5463	8663230326	22/09/2017	74630	218	*	II
MEG4170	8663230314	22/09/2017	74630	218	*	II
MEE6200	8663229600	15/09/2017	74630	218	*	II
LYQ0564	8663229454	16/09/2017	74630	218	*	II
HFO3769	8663229367	16/09/2017	74630	218	*	II
MCL0308	8663229272	17/09/2017	74630	218	*	II
MFE7033	8663228209	07/09/2017	74630	218	*	II
QIO7622	8663229016	13/09/2017	74630	218	*	II
MEP3720	8663229656	20/09/2017	74630	218	*	II
MGJ6568	8663229789	19/09/2017	74630	218	*	II
LZP9530	8663229959	18/09/2017	74630	218	*	II
INP2299	8663229941	18/09/2017	74630	218	*	II
LYS6036	8663229893	18/09/2017	74630	218	*	II
QIO7084	8663229170	12/09/2017	74710	218	*	III
MDJ5487	8663229422	16/09/2017	74710	218	*	III
MFZ2165	8663230660	29/09/2017	74710	218	*	III
LZA2225	8663231250	01/10/2017	74710	218	*	III
MKD4311	8663233475	20/10/2017	74710	218	*	III
MGB9280	8663234706	26/10/2017	74710	218	*	III
BQH0053	8663233906	17/10/2017	74710	218	*	III
AMA3486	8663229117	13/09/2017	56732	183		
MBK3952	8663229187	12/09/2017	60503	208		
MBO3294	8663229427	16/09/2017	60503	208		
MAJ4312	8663229280	17/09/2017	60503	208		
LWV3474	8663229281	17/09/2017	60503	208		
MCH6727	8663229482	16/09/2017	60503	208		
LYX4016	8663229485	16/09/2017	60503	208		
MHE6564	8663229980	18/09/2017	60503	208		
MJS9100	8663230172	23/09/2017	60503	208		
LYT8842	8663230074	24/09/2017	60503	208		
MBR2046	8663229869	19/09/2017	60503	208		
MLE6098	8663231322	01/10/2017	60503	208		
MDJ5835	8663230811	28/09/2017	60503	208		
LXK2112	8663231566	05/10/2017	60503	208		
MJC0758	8663231938	02/10/2017	60503	208		
MCH0943	8663230517	21/09/2017	60503	208		
CZX3441	8663230455	22/09/2017	60503	208		
MAB7018	8663234601	21/10/2017	60503	208		
MHB1955	8663234340	22/10/2017	60503	208		
MBS2468	8663234533	21/10/2017	60503	208		
MAB7018	8663234666	21/10/2017	60503	208		
CLS1613	8663233836	18/10/2017	60503	208		
ALS2324	8663234200	23/10/2017	60503	208		

MBA6570	8663234257	23/10/2017	60503	208
ALN2781	8663234407	22/10/2017	60503	208
ALN2781	8663234476	22/10/2017	60503	208
MCQ6883	8663234477	22/10/2017	60503	208
MBQ9832	8663234481	22/10/2017	60503	208
MHZ7532	8663234482	22/10/2017	60503	208
MFE1254	8663234824	25/10/2017	60503	208
LYZ2856	8663234782	26/10/2017	60503	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÑNSITO

LAGUNA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2400/2017

Publicação Nº 1432743

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2400/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMH8606	P01GZ00003	23/07/2016	51691	165	1915.38
MIG2055	54256392F	22/10/2016	66372	230 * IX	127.69
MAS9111	55009268F	30/06/2016	75790	277	1915.38
MAK0260	P01GX000MR	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MMK9455	54764339E	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
ACR7784	P01GZ000PS	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAK0260	P01GX000MS	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDV6387	P01GZ000PO	06/09/2017	64080	221	130.16
MJL3697	P01GX000M0	26/08/2017	65561	230 * I	293.47
ACR7784	P01GZ000PT	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
MMK9455	P01GX000ME	06/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MAN2821	P01GX000MM	09/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO
DELEGADO POLÖCIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2401/2017

Publicação Nº 1432742

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2401/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIG2055	54256391F	22/10/2016	70561	244 * III	191.54
IKB6525	P02Z700001	28/07/2017	54360	181 * VI	130.16
QIM8711	P01GX000L9	14/08/2017	54360	181 * VI	130.16
MKD9554	54256693F	03/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHX8687	P01GX000KN	03/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2398/2017

Publicação Nº 1432745

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8122 2398/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGW1766	P035R0000V	05/10/2017	66700	230 * XIII
MBY8393	P01GX0000A	08/10/2017	65992	230 * V
MIQ6087	P01GX000NM	03/10/2017	65992	230 * V
MCD6299	P02Z70000H	06/11/2017	65992	230 * V
MEP9612	P01GZ000S7	03/11/2017	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO
DELEGADO POLÓCIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2399/2017

Publicação Nº 1432744

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8122 2399/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLT6029	P01GX000NQ	05/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKZ8695	54256699F	09/10/2017	53800	181 * I
MLU8949	P01GX000Q5	02/11/2017	54100	181 * IV
MKJ7003	55008966F	07/10/2017	55090	181 * XIII
MEH4926	P01GZ000RP	02/11/2017	55500	181 * XVIII
MCK6039	P01GZ000RR	02/11/2017	55500	181 * XVIII
MIT6555	54255982F	07/10/2017	55500	181 * XVIII
DJB6944	P03J70001C	05/11/2017	68580	231 * VII
MLB3407	P01GX000QT	03/11/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146
KMA6472	54254762F	15/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO
AUTORIDADE DE TRANSITO

LAJEADO GRANDE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8667 325/2017

Publicação Nº 1432464

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8667 325/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARF8291	P02WZ0000P	15/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

LAURO MULLER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8212 1150/2017

Publicação Nº 1432664

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8212 1150/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MXH2496	P01FE000S0	16/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MLW4535	P01FE000SI	19/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MMH3258	P01FE000WV	21/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 1149/2017

Publicação Nº 1432665

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8212 1149/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZJ3850	P01FE00139	04/11/2017	55250	181 * XV
MAL8261	P01FE0010K	14/10/2017	65992	230 * V
MAL8261	P01FE0010L	15/10/2017	66102	230 * VII
MCE9883	P01FE0010P	15/10/2017	59670	203 * V
MFH3933	P01FE0013F	05/11/2017	52742	175
MLM9073	P01FE000XW	26/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

LEBON REGIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8526 653/2017

Publicação Nº 1432492

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8526 653/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MK07428	P02QD0002E	14/07/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 652/2017

Publicação Nº 1432493

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 652/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZF8249	P02QD0005T	11/10/2017	50100	162 * I
LZF8249	P02QD0005U	11/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

LEOBERTO LEAL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8516 292/2017**

Publicação Nº 1432494

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8516 292/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJK9784	P02S30000A	07/09/2017	65300	228	195.23
MBS7357	P02S300009	07/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

LINDÓIA DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8340 492/2017**

Publicação Nº 1432590

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8340 492/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDG3313	P03580000J	28/07/2017	53800	181 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

LUIZ ALVES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 943/2017

Publicação Nº 1432472

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES - DETRANLU - 281970

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 943/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIJ1893	P016E000AX	24/07/2017	57380	186 * II	293.47
MHA8396	P016E000CB	12/09/2017	57380	186 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO EDUARDO GESSER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8651 942/2017

Publicação Nº 1432473

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES - DETRANLU - 281970

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8651 942/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHW1446	P016E000CT	16/10/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO EDUARDO GESSER
DIRETOR DE TRANSITO

LUZERNA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8500 506/2017

Publicação Nº 1432500

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8500 506/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



LYQ2126	P013I000C8	10/09/2017	53200	176	* V	1467.34
MCB7218	P013I000A5	19/07/2017	54010	181	* III	195.23
LYQ2126	P013I000C9	10/09/2017	67261	230	* XVIII	195.23
MFL0951	P013I000AG	28/07/2017	59670	203	* V	1467.34
MER2755	P013I000C0	02/09/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 505/2017

Publicação Nº 1432501

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 505/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF5841	P013I000EB	30/10/2017	51851	167
MBQ4225	P00ZO00179	04/11/2017	59670	203 * V
OV4860	P013I000DK	04/10/2017	59670	203 * V
MFJ8020	P013I000DR	06/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

MAFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1681/2017

Publicação Nº 1432805

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8074 1681/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFG0937	P02PG0005P	26/08/2017	50292	162* II	880.40
LXM6873	P01GF000BH	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
AJL2262	P02PG0005T	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
AJL2262	P02PG0005S	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXM6873	P01GF000BI	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDU5339	P02PH00031	22/07/2017	64080	221	130.16
AKX1709	P02PH00072	11/09/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1682/2017

Publicação Nº 1432804

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE TRANSITO N.8074 1682/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDR3724	P02DS00016	25/08/2017	58350	195	195.23
EDX5633	P02PH0005W	26/08/2017	51851	167	195.23
MLM4438	P02PH0002X	19/07/2017	51851	167	195.23
OKE4214	P02PG00067	30/08/2017	51851	167	195.23
MFG0937	P02PG00050	26/08/2017	51852	167	195.23
AWD9355	P01GF000AX	03/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1679/2017

Publicação Nº 1432807

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8074 1679/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGB7279	P024N0001G	04/11/2017	50100	162 * I
MIA8163	P02PH0009T	07/11/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1680/2017

Publicação Nº 1432806

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8074 1680/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BBK8378 P01H5000CW 24/10/2017 57200 186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

MARACAJÁ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8372 776/2017**

Publicação Nº 1432567

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8372 776/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHE8499	P02WI00145	04/08/2017	65561	230 * I	293.47
MGK5849	P01JT00072	05/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCD9953	P01JT0008G	12/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 775/2017

Publicação Nº 1432568

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8372 775/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHX8279	P01JT00097	15/10/2017	50100	162 * I
BOX3269	P02WI001K2	03/11/2017	50450	162 * V
QHX8279	P01JT00098	15/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
BOX3269	P02WI001K3	03/11/2017	69120	232
BOX3269	P02WI001K1	03/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

MARAVILHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1931/2017

Publicação Nº 1432656

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1931/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BLS3351	P0135000RR	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
CIS2340	P0135000SB	28/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCK5333	P0135000SC	29/07/2017	50100	162 * I	880.40
LYQ0290	P0135000RX	25/07/2017	64080	221	130.16
LXC2434	P0135000S3	26/07/2017	65992	230 * V	293.47
BLS3351	P0135000RQ	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
IGN6773	P0135000S8	27/07/2017	65992	230 * V	293.47
MAE5846	P0135000S7	27/07/2017	66102	230 * VII	195.23
MDG3816	P0135000RW	25/07/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1932/2017

Publicação Nº 1432655

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8224 1932/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEN0054	P000L000U5	16/07/2017	57380	186 * II	293.47
AQL8622	P000L000W7	07/09/2017	65300	228	195.23
MFC6482	P000L000TC	04/07/2017	70640	244 * IV	293.47
IVC2525	55871831D	24/07/2017	54521	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1929/2017

Publicação Nº 1432658

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8224 1929/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DZB4990	P000L000XH	15/10/2017	75790	165 A
MKM5159	P000L000XS	05/11/2017	75790	165 A
MHR4205	P0135000U5	17/10/2017	50100	162 * I
DHR2541	P0135000U4	11/10/2017	50450	162 * V
MGO6319	P000L000XE	13/10/2017	53200	176 * V
MKM5159	P000L000XR	05/11/2017	69120	232
HRJ2671	P000L000X6	06/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1930/2017

Publicação Nº 1432657

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1930/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLU7377	P0135000TZ	08/10/2017	54600	181 * IX
CHV8895	P03KM0000I	01/11/2017	51851	167



EQF3303 P03KM0000C 09/10/2017 54522 181 * VIII
AKA1267 P0135000U6 17/10/2017 59080 202 * I
JZM6993 P000L000XB 11/10/2017 73662 252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

MAREMA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8308 354/2017

Publicação Nº 1432601

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8308 354/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKC5794	P02WX0000R	26/07/2017	51851	167	195.23
MKA8305	P02WY0001C	28/08/2017	54521	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAREMA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8308 353/2017

Publicação Nº 1432602

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8308 353/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGT9083	P02WZ0002J	07/10/2017	54100	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAREMA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

MASSARANDUBA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 985/2017**

Publicação Nº 1432651

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8234 985/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



MIV6119	54295949N	08/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
MGB4502	P00QN000SP	14/09/2017	54100	181	* IV	130.16
DTZ2425	P00QN000S6	10/09/2017	58350	195		195.23
MKE7983	P00QN000R6	31/08/2017	61220	214	* I	293.47
MBT4039	P00QQ000O8	21/07/2017	67690	230	* XXII	130.16
MDO1773	P00QN000R8	31/08/2017	50372	162	* III	586.94
AXA4305	P00QM000OL	24/08/2017	51851	167		195.23
DFS0943	P00QM000MB	07/07/2017	51851	167		195.23
DFS0943	P00QM000MC	07/07/2017	51852	167		195.23
MYW0840	P00QN000SD	12/09/2017	56222	182	* VI	88.38
MBT4039	P00QQ000O7	21/07/2017	65992	230	* V	293.47
AJP3795	P00QN000S5	09/09/2017	66531	230	* XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 984/2017

Publicação Nº 1432652

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 984/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHF5163	54316012N	06/11/2017	50020	257 õ 8\$
AJO2868	P00QN000WH	31/10/2017	50450	162 * V
AJO2868	P00QN000WI	31/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
MHS2269	P00QM000PF	20/09/2017	51851	167
MMB8706	P00QN000UJ	06/10/2017	51851	167
HCM3316	P00QN000TP	21/09/2017	65992	230 * V
MFI1525	P00QM000QI	03/11/2017	65992	230 * V
MHV7051	P00QN000UY	15/10/2017	66102	230 * VII
MHT0519	P00QN000UT	12/10/2017	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

MATOS COSTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8362 202/2017

Publicação Nº 1432571

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8362 202/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOK9830	54029963E	04/10/2016	53800	181 * I	85.13
AWH1961	54029924E	15/04/2016	55250	181 * XV	85.13
MIX6410	54030005E	18/10/2016	51851	167	127.69
DTV1995	54030056E	21/11/2016	55250	181 * XV	130.16
MMH6932	54030059E	24/12/2016	55250	181 * XV	130.16
EEN6703	54030160E	04/05/2017	57970	191	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8362 201/2017

Publicação Nº 1432572

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8362 201/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBF2925	54030191E	05/10/2017	50100	162 * I
MAE7026	54030104E	01/11/2017	55250	181 * XV
MHS7125	54030192E	11/10/2017	58433	196
MBF2925	54030190E	05/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI
DELEGADO DE POLICIA

MELEIRO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8078 681/2017**

Publicação Nº 1432802

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8078 681/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQD6236	P02UA00033	11/09/2017	69120	232	88.38
IKE9611	P02UA00035	11/09/2017	73150	252 * I	130.16
IKE9611	P02UA00034	11/09/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 680/2017

Publicação Nº 1432803

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 680/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGT7263	P02UA0004S	17/10/2017	51851	167
MCG0169	P02UA0005C	03/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

MONTE CARLO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 969/2017**

Publicação Nº 1432508

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8474 969/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIN0392	P01JF0008Z	19/08/2017	50292	162* II	880.40
MBT8464	P01JF0008U	12/08/2017	65480	229	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 970/2017

Publicação Nº 1432507

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8474 970/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MIN0392 P01JF0008Y 19/08/2017 65300 228 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE COUTO DE OLIVEIRA FILHO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 968/2017

Publicação Nº 1432509

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8474 968/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYU6320	P01JF000A7	05/11/2017	65300	228
MFI7181	P01JF000AB	05/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE COUTO DE OLIVEIRA FILHO
DIRETOR DE TRANSITO

MONTE CASTELO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8200 505/2017**

Publicação Nº 1432680

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8200 505/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGR4917	P02WL0000Z	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDC3683	P01GD000B9	27/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 504/2017

Publicação Nº 1432681

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8200 504/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDM6323	P02WL00019	11/10/2017	52820	176 * I
QIV1742	P02WL0001F	01/11/2017	51692	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

MORRO DA FUMAÇA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8248 1144/2017

Publicação Nº 1432641

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8248 1144/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MED8181	P01FD001F3	19/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFH5311	P01FD001F6	20/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCB3304	P01FD001LS	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
DKX9406	P01FD001K6	23/08/2017	52070	169	88.38
MIW3634	P01FD001L0	30/08/2017	55250	181 * XV	130.16
HFV1308	P01FD001IB	10/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
CNE5204	P01FD001FG	22/07/2017	51691	165	2934.68
MHV6541	P01FD001I8	10/08/2017	51851	167	195.23
LOJ3928	P01FD001JC	18/08/2017	51851	167	195.23
MJA0804	P01FD001LN	03/09/2017	51851	167	195.23
MFG4454	P01FD001LT	07/09/2017	51851	167	195.23
LXN7983	P01FD001LW	07/09/2017	51851	167	195.23
DAL3999	P01FD001M5	07/09/2017	51851	167	195.23
MAO7465	P01FD001M9	08/09/2017	51851	167	195.23
QHA6355	P01FD001MG	11/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MBY4850	P01FD001MO	12/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
DKX9406	P01FD001K7	23/08/2017	64321	223	195.23
MED8181	P01FD001F4	19/07/2017	65992	230 * V	293.47

MFH5311	P01FD001F5	20/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCB3304	P01FD001LR	06/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1143/2017

Publicação Nº 1432642

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1143/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAO7465	P01FD001RD	02/11/2017	50100	162 * I
MCQ0483	P01FD001RZ	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBR6426	P01FD001NX	11/10/2017	55250	181 * XV
CQF2681	P01FD001RE	03/11/2017	55500	181 * XVIII
MCQ0483	P01FD001S0	05/11/2017	64080	221
DKX9406	P01FD001QU	29/10/2017	65480	229
MEP4289	P01FD001OB	15/10/2017	73400	252 * IV
MIG2010	P01FD001OK	15/10/2017	51851	167
MLY5321	P01FD001R1	30/10/2017	51851	167
MFQ5254	P01FD001RG	03/11/2017	51851	167
JAF0180	P01FD001RL	04/11/2017	51851	167
ILT1228	P01FD001P0	15/10/2017	51851	167
MCY4362	P01FD001P8	15/10/2017	51851	167
MDE6630	P038J0001N	09/10/2017	51851	167
MMI2070	P038J0000S	22/09/2017	51851	167
AJN7377	P038J0001G	04/10/2017	51851	167
IKO1503	P038J0001I	04/10/2017	51851	167
MCZ9147	P01FD001QM	27/10/2017	51852	167
LXC2497	P01FD001RF	03/11/2017	54283	181 * V
QIE6164	P01FD001S6	06/11/2017	60501	208
MLI5021	P01FD001S5	05/11/2017	64321	223

ITH6431 P038J0001U 09/10/2017 59670 203 * V
MLS5216 P01FD001NR 09/10/2017 73662 252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

MORRO GRANDE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 238/2017

Publicação Nº 1432515

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 238/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAO9632 P02U90002B 16/10/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

NAVEGANTES**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2210/2017**

Publicação Nº 1432621

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8272 2210/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHW9559	P01A10009F	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
AIY4771	55586303C	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
AUN9186	P02P00001F	26/08/2017	50450	162 * V	293.47
QHW9559	P01A10009G	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BKU2211	55941256E	03/02/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
QHW9559	55934147E	10/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MCR7915	P02OW00015	10/08/2017	65561	230 * I	293.47
MEY9102	55587751C	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEK3355	55587771C	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
AUN9186	P02P00001E	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
AKA8958	55587409C	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCR7915	P02OW00014	10/08/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2211/2017

Publicação Nº 1432620

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8272 2211/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMA1577	P014T0005X	05/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MHR9432	55587414C	31/08/2017	53800	181 * I	130.16
EYB4130	55587713C	07/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MJR5257	P02OX00019	10/09/2017	55250	181 * XV	130.16
GSW5495	P016S00083	11/09/2017	55250	181 * XV	130.16
IPP2214	55587423C	01/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIF7311	P02OX00012	09/09/2017	57380	186 * II	293.47
MCR7915	P02OW00013	10/08/2017	58350	195	195.23
MJV0679	P016S00073	05/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
MJD9338	55587977C	24/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IUB6766	55584393C	04/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO
SUPERINTENDENTE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2208/2017

Publicação Nº 1432623

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2208/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCR9219	55941601E	29/09/2017	50100	162 * I
MGR9382	P02OW00024	06/10/2017	50100	162 * I

AYD9948	P02OX0002A	10/10/2017	50100	162	* I
AYD9948	P02OX0002B	10/10/2017	50610	163	c/c 162 * I
LWV3901	P01A1000BA	11/10/2017	69120	232	
MLL5647	P014T00071	02/11/2017	73400	252	* IV
MET8917	P014T0007E	05/11/2017	65992	230	* V
MAX0750	55587301C	20/10/2017	65992	230	* V
MHO9863	55587309C	24/10/2017	65992	230	* V
AJZ6229	55587335C	03/11/2017	65992	230	* V
MCQ8471	55587336C	03/11/2017	65992	230	* V
MAB0676	55586341C	22/09/2017	65992	230	* V
MHO1626	55587373C	22/09/2017	65992	230	* V
LWV3901	P01A1000B9	11/10/2017	65992	230	* V
MGR9382	P02OW00025	06/10/2017	67261	230	* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2209/2017

Publicação Nº 1432622

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2209/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBG3664	54312910N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHP8159	54315727N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHT3899	55587327C	01/11/2017	76252	ART 181, XX
MCM0423	P016S00099	02/11/2017	54600	181 * IX
MGK7768	P014T00075	03/11/2017	55250	181 * XV
LXG3229	55587108C	31/10/2017	55500	181 * XVIII
MTF9629	55587109C	31/10/2017	55500	181 * XVIII
LWV6408	55587305C	23/10/2017	55680	181 * XIX
MCV8147	P016X000A4	05/11/2017	51851	167
MGX2987	P014T0006H	11/10/2017	51851	167

ARY5150	P014T0006K	11/10/2017	51851	167
MKE7384	P014T0006S	11/10/2017	51851	167
MHE9686	P016X00092	18/09/2017	54522	181 * VIII
MJE5204	55587106C	31/10/2017	54522	181 * VIII
IDA7905	55586108C	04/10/2017	54526	181 * VIII
QIB2436	P02P000024	02/10/2017	70561	244 * III
DZC3563	P014T0007F	06/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
DRH7561	P02P00002R	03/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO
SUPERINTENDENTE

NOVA TRENTO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8153 1186/2017

Publicação Nº 1432712

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8153 1186/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAB8734	P01KE000Q4	16/07/2017	53200	176 * V	1467.34
MEI5599	P01KE000TO	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
QHT0938	55589249F	14/04/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEF4604	55589415F	15/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEY2842	P01KE000QW	27/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MDP2331	P01KE000SW	28/08/2017	51852	167	195.23
MAB8734	P01KE000Q3	16/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1185/2017

Publicação Nº 1432713

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8153 1185/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJH1198	P02RO0001K	03/11/2017	50450	162 * V
MHF1818	P02RO00010	07/10/2017	51930	168
ILL5202	P02RO0001N	04/11/2017	51930	168
MLR7998	P02RO0001M	04/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

Nova VENEZA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8149 1048/2017**

Publicação Nº 1432718

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8149 1048/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIB0185	P02ZA00020	22/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1047/2017

Publicação Nº 1432719

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8149 1047/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EGY7257	P02ZA0003Z	09/10/2017	50100	162 * I
IGX8045	P02ZA00044	15/10/2017	50100	162 * I
HRR6292	P03PN00006	15/10/2017	50450	162 * V
ARB6260	P03PN00003	11/10/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

ORLEANS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1722/2017

Publicação Nº 1432795

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1722/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IIP2645	P01FZ000R2	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
MIG0056	P01FZ000R7	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
MAD1754	P01FZ000S7	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
LXG8514	P01FX0018B	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXN7359	P01FZ000UF	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXN7359	P01FZ000UG	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAD1754	P01FZ000S8	30/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IIP2645	P01FZ000R3	23/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXN7359	P01FZ000UI	06/09/2017	66020	230 * VI	293.47
DHE8633	P01FZ000UK	07/09/2017	73400	252 * IV	130.16
IIP2645	P01FZ000R4	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
LXN7359	P01FZ000UH	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEE7131	P01FX0019C	12/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1723/2017

Publicação Nº 1432794

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8084 1723/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJW2920	54282481N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLH6741	54291217N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MEE7131	P01FX0019B	12/09/2017	52070	169	88.38
MGF7327	P01FZ000RY	29/07/2017	54870	181 * XI	195.23
LXG8514	P01FX0018A	25/08/2017	57200	186 * I	195.23
MCZ0993	P01FZ000UL	07/09/2017	57200	186 * I	195.23
DAP9408	P01FZ000S1	30/07/2017	65300	228	195.23
MKF5303	P01FX00177	18/08/2017	51851	167	195.23
LWY4060	P01FX00181	24/08/2017	51851	167	195.23
CGH6859	P01FZ000RO	28/07/2017	51851	167	195.23
MCZ0993	P01FZ000UA	05/09/2017	51851	167	195.23
MGJ9313	P01FX0018X	07/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MFC8509	P01FZ000UW	21/09/2017	59670	203 * V	1467.34
IRM1665	P01FX0019E	13/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGS8705	P01FZ000RT	28/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1720/2017

Publicação Nº 1432797

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8084 1720/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJO6314	P01FZ000Y6	17/10/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1721/2017

Publicação Nº 1432796

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8084 1721/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MIU7759	54315967N	06/11/2017	50020	257	õ 8\$
MKB1773	P01FZ000Y4	16/10/2017	52070	169	
IMA8519	P01FX001B8	02/11/2017	52070	169	
MKH1920	P01FZ000ZP	06/11/2017	54870	181	* XI
MEC4816	P01FZ000XK	12/10/2017	59670	203	* V
MKO0140	P01FX001B9	03/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
AUTORIDADE DE TRANSITO

Ouro

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 793/2017

Publicação Nº 1432625

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 793/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHS6976	P00VD000YE	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHS6976	P00VD000YF	25/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MET9107	P00VD000Z9	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFT1912	P00VD00105	14/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.



JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 794/2017

Publicação Nº 1432624

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8268 794/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGQ4055	P00VD000ZR	10/09/2017	52070	169	88.38
MFT1912	P00VD00106	14/09/2017	52070	169	88.38
MET8929	54944326C	07/09/2017	59670	203 * V	1467.34
MLV5202	P00VD000W4	18/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ederson savaris
Diretor de transito

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 791/2017

Publicação Nº 1432627

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8268 791/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCV0327	P00VE0013T	11/10/2017	50100	162 * I
MCV0327	P00VE0013U	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

OURO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 792/2017

Publicação Nº 1432626

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 792/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCA7092	54016830F	25/10/2017	65640	230 * II
MGY0492	P00VD00126	09/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

OURO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ederson savaris
Diretor de transito

OURO VERDE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 264/2017

Publicação Nº 1432444

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8744 264/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DXS4673	P01FT00186	30/10/2017	51851	167
DXS4673	P01FT00187	30/10/2017	51852	167
AGE7247	P01FT0014T	09/10/2017	65992	230 * V
DXS4673	P01FT00185	30/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO VERDE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

PALHOÇA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2483/2017

Publicação Nº 1432817

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8064 2483/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFS3909	P016K000FG	24/07/2017	50100	162 * I	880.40
DAI8728	P016K000FQ	29/07/2017	50100	162 * I	880.40
MJD1311	P016G000JK	02/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGL9842	P02X700015	03/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIY6202	P03AM0005S	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFL7783	P02X70001T	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJW8104	P016I000FE	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
CKZ7967	P016G000K2	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDZ1105	P02WJ0003T	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXF4376	P03AM00070	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDC2189	55460329F	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFG7955	P016G000K7	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
ISI4429	P02XB00046	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
KKO6592	55460328F	26/08/2017	50450	162 * V	293.47
MAB7834	54320446E	24/07/2017	50450	162 * V	293.47
MHK7713	P02X80003E	27/07/2017	50450	162 * V	293.47
MEW5953	P03AM0003X	22/07/2017	50450	162 * V	293.47
IHA6602	55462372F	22/06/2017	50450	162 * V	293.47
MDZ1105	P02WJ0003S	08/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MDC2189	55460330F	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CKZ7967	P016G000K1	07/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ISI4429	P02XB00047	18/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFS3909	P016K000FH	24/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJD1311	P016G000JL	02/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGL9842	P02X700016	03/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAB7834	54320447E	24/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IML5149	54868175E	19/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
ISI4429	P02XB00048	18/09/2017	64080	221	130.16
MFU7933	P03AM00066	19/08/2017	64080	221	130.16
MEB2797	55461714F	23/08/2017	65480	229	130.16
MFW7348	P02X70000V	23/07/2017	65480	229	130.16
MGJ5549	55461704F	11/07/2017	65480	229	130.16
EYA0453	P03AM0006Z	09/09/2017	65480	229	130.16
MKT9394	P03AM0006P	31/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
IHA6602	55462373F	22/06/2017	69120	232	88.38
MEW5953	P03AM0003W	22/07/2017	69120	232	88.38
MEQ0236	P03AM0006D	27/08/2017	65561	230 * I	293.47
MGK0941	P02X70001Y	03/09/2017	65561	230 * I	293.47
CKZ7967	P016G000K3	07/09/2017	65992	230 * V	293.47
LYS5824	P016I000FN	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
AUB5073	P02XA00079	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
CZU4938	P02XH00020	20/08/2017	65992	230 * V	293.47
MIY6202	P03AM0005R	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFK9691	P02WJ0002J	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
DOB8132	P02WJ00021	29/07/2017	65992	230 * V	293.47
IHA6602	55462371F	22/06/2017	65992	230 * V	293.47
MCF6265	P02XB00013	20/07/2017	65992	230 * V	293.47
AQQ1948	P03AM0003T	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
MEW5953	P03AM0003V	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFS3909	P016K000FF	24/07/2017	65992	230 * V	293.47

BME8313	P02X70000Q	23/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MHK7713	P02X80003D	27/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MFS3909	P016K000FI	24/07/2017	66102	230	*	VII	195.23
LXF4376	P02XB00040	09/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
LXF4376	P02XB0003Z	09/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MHA1765	P02X70000T	23/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
DOB8132	P02WJ00022	29/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
MAB7834	54320448E	24/07/2017	66531	230	*	XI	195.23
DAI8728	P016K000FR	29/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXF4376	P02XB00041	09/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MCV3749	P02WJ0003W	13/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MJW8104	P016I000FI	06/09/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2484/2017

Publicação Nº 1432816

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2484/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHU3412	54281746N	28/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	1467.34
NOV9464	54294361N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MTE3937	54296120N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLZ5446	54296121N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
AUZ5605	54296123N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHJ9336	54296125N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHO7990	54297538N	12/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLG7797	54874335G	12/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKV1508	54874435G	19/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMM5896	54872172G	31/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHF6629	54872747G	21/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGY4876	54873319G	10/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIX1942	54873623G	22/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47

MAK9314	54873891G	24/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHS4832	54872991G	27/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AVW6300	54874531G	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCA5292	54874177G	25/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGB1410	54873536G	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKG4913	P016G000K9	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
FBQ7837	P02XB0003U	06/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKN1173	54873517G	11/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MKU3155	P02X80004H	10/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LXG5911	P02X80004L	10/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AMN4737	54873515G	11/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MHD5309	P02X80003S	10/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MBF4024	P02X800041	10/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MXH3690	P02X800042	10/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
AMN4737	54874321G	11/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MBC4463	54873224G	28/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MFO9225	54873502G	06/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
HQH3866	P02XA0002W	23/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MCA5811	P03AM0002J	14/07/2017	57200	186 * I	195.23
MGV9533	54872011G	23/06/2017	57380	186 * II	293.47
OKK2263	54874179G	25/08/2017	57380	186 * II	293.47
MGG2574	54873265G	09/08/2017	57380	186 * II	293.47
MFC8350	54873341G	15/08/2017	57380	186 * II	293.47
MLZ3455	54873511G	06/09/2017	57380	186 * II	293.47
OKF5999	54874201G	04/09/2017	57380	186 * II	293.47
MJW8104	P016I000FG	06/09/2017	57380	186 * II	293.47
ALV0288	54874255G	28/08/2017	57380	186 * II	293.47
MJW8104	P016I000FF	06/09/2017	58350	195	195.23
MDV4183	54874220G	12/09/2017	51851	167	195.23
MIS0257	54874150G	29/08/2017	51851	167	195.23
MKD1513	54874172G	25/08/2017	51851	167	195.23
MFE7330	54874260G	29/08/2017	51851	167	195.23
MII2543	54874533G	04/09/2017	51851	167	195.23
MLI2701	54874283G	29/08/2017	51851	167	195.23
MID6851	54874294G	29/08/2017	51851	167	195.23
MMJ2501	54874409G	29/08/2017	51851	167	195.23
IJL8025	54874421G	31/08/2017	51851	167	195.23
MGP4143	54874206G	06/09/2017	51851	167	195.23
MGV8679	54873909G	15/08/2017	51851	167	195.23
MGV9533	54871916G	29/06/2017	51851	167	195.23
MEE9327	55460674F	25/01/2017	51851	167	195.23
MHM8299	54871946G	07/08/2017	51851	167	195.23
MEN3605	54872163G	31/07/2017	51851	167	195.23
QHX6807	54872763G	19/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
AHR3649	54872476G	19/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
PWR6436	54872789G	24/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKD3583	P02WJ00038	04/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MGK2935	P02WJ0003G	04/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
QHG0778	P02WJ0003M	04/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
LXJ8783	P02WJ0002F	13/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
LWZ2023	54873827G	06/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MIA5899	54874218G	12/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MJL8137	55460349F	04/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
EEA4746	54874890G	22/09/2017	54523	181 * VIII	195.23
OKG5204	54873837G	13/09/2017	54526	181 * VIII	195.23
MFE4600	P016O000MP	12/09/2017	58191	193	880.40
LXY6347	55016009G	20/09/2017	58196	193	880.40
MEL8273	54874535G	04/09/2017	58196	193	880.40
MGA9226	54873973G	23/08/2017	58196	193	880.40
CYU9463	54873968G	23/08/2017	58196	193	880.40
MLX7306	54376659F	30/04/2017	58197	193	880.40
KMW6564	54873773G	24/08/2017	60412	207	195.23
QHL1818	54873767G	24/08/2017	60412	207	195.23

MDG9227	54874120G	24/08/2017	60412	207		195.23
IRL4956	54873693G	23/08/2017	60412	207		195.23
QIJ8355	54873754G	23/08/2017	60412	207		195.23
MBM0207	54873985G	25/08/2017	60412	207		195.23
MLO9187	54873540G	13/09/2017	60412	207		195.23
MKW9879	54873546G	13/09/2017	60412	207		195.23
MCG0014	P01JV0005E	18/08/2017	70561	244 * III		293.47
MLX7306	54376660F	30/04/2017	59080	202 * I		1467.34
MDD0668	54873530G	11/09/2017	59670	203 * V		1467.34
MDR0943	54873531G	11/09/2017	59670	203 * V		1467.34
MHB3285	54873739G	14/08/2017	75870	ART. 184 III		293.47
MJE0063	54873287G	11/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MBL3734	54872692G	10/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
OKE3706	54872318G	31/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
QHH5424	54873226G	29/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
ETO7843	54874036G	11/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MCB1117	54874430G	06/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MLN1256	P02X80003P	10/09/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MGR3906	54874345G	13/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
OBP4220	54874347G	13/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MGO9562	54874215G	11/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
LRD8106	54874035G	11/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MLO6072	54873133G	11/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MHR5571	54874647G	05/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MDX3994	54873959G	17/08/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
LZO0903	54874151G	24/08/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MHL6547	54370122F	24/07/2017	73662	252*VI		130.16
MJY1298	P02XB0003F	06/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2481/2017

Publicação Nº 1432819

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2481/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMC8849	P02XA0008I	04/10/2017	50100	162 * I
LZB1231	P03AM0008A	05/10/2017	50100	162 * I
QIG8756	P03AM000EY	03/11/2017	50100	162 * I
MBS8776	P02WJ0004M	02/10/2017	50450	162 * V
DSM7108	P01GE000GB	02/11/2017	50450	162 * V
LZB1231	P03AM0008B	05/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMC8849	P02XA0008J	04/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
DSM7108	P01GE000GC	02/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MIF0213	P02XB0005H	01/11/2017	53200	176 * V
OKH2005	P03AM000F3	03/11/2017	67000	230 * XVI
MHB5049	P02XA000CL	06/11/2017	67000	230 * XVI
LZT8891	P02XA0008L	05/10/2017	67000	230 * XVI
MFG0958	P03AM0007Y	04/10/2017	69120	232
MFG0958	P03AM0007Z	04/10/2017	69120	232
DSM7108	P01GE000GD	02/11/2017	69120	232
DSM7108	P03YD0000V	02/11/2017	65992	230 * V
AGI9009	P02X700033	02/11/2017	65992	230 * V
MLO5883	P02XA000C7	03/11/2017	65992	230 * V
MBT9462	P02WJ0006T	02/11/2017	65992	230 * V
OKH2005	P03AM000F2	03/11/2017	66102	230 * VII
DSM7108	P01GE000GE	02/11/2017	66372	230 * IX
MFG0958	P03AM00080	04/10/2017	66372	230 * IX
MFG0958	P03AM00081	04/10/2017	66372	230 * IX
DSM7108	P01GE000GF	02/11/2017	67261	230 * XVIII
LZB1231	P03AM00089	05/10/2017	67261	230 * XVIII
MCP1814	P02WJ0004Q	07/10/2017	52741	175
MCP1814	P02WJ0004R	07/10/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2482/2017

Publicação Nº 1432818

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2482/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QID7180	54307261N	10/10/2017	50020	257 ã 8\$
QID7180	54307264N	10/10/2017	50020	257 ã 8\$
MHJ6384	54315927N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJR4026	54315928N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
IOI6750	55017311G	01/11/2017	76252	ART 181, XX
IKG5997	P02XA0009C	12/10/2017	76252	ART 181, XX
MJX8483	55016575G	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMC1109	55016462G	06/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MDO7118	55016465G	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MHQ3949	55016609G	06/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MJX4035	55016183G	29/09/2017	76331	ART 252, UNICO
MIJ0159	54874933G	03/10/2017	76331	ART 252, UNICO
JIB3727	54874673G	03/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMI0922	55017439G	06/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIS7792	55017252G	06/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MHE2629	55017315G	07/11/2017	76331	ART 252, UNICO
NTT9654	55017211G	31/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMD1780	55017229G	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLF4089	55016527G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
IAP9763	55016607G	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
LNA3369	P01GJ000IB	05/11/2017	53470	178
MIF0213	P02XB0005G	01/11/2017	53470	178
AGI9009	P02X700032	02/11/2017	54790	181 * X
MKG2983	P02XA000BU	02/11/2017	55500	181 * XVIII
MFU8808	55016614G	06/10/2017	55500	181 * XVIII
MKO4481	55017507G	16/10/2017	55500	181 * XVIII
QJB1950	55016209G	03/10/2017	55500	181 * XVIII
MHA4083	55016195G	29/09/2017	55500	181 * XVIII
MLI6643	55016360G	03/10/2017	55680	181 * XIX
MLZ2422	55016211G	04/10/2017	55680	181 * XIX
LZO0811	55017403G	16/10/2017	55680	181 * XIX
FAA2958	55016977G	16/10/2017	55680	181 * XIX
MHV9327	P02XA0008X	09/10/2017	55680	181 * XIX
MJK0268	55016619G	10/10/2017	55680	181 * XIX
MIJ1653	P02XA000BO	02/11/2017	55680	181 * XIX
MLB4145	P02XA000BR	02/11/2017	55680	181 * XIX
INE2521	55017230G	06/11/2017	55680	181 * XIX
MIW3324	55017442G	07/11/2017	55680	181 * XIX
MIK6180	55016613G	06/10/2017	56650	182 * X
MFE4106	P03AM00083	04/10/2017	57200	186 * I
MIL1937	55016719G	06/10/2017	57200	186 * I
OKG4631	55016275G	29/09/2017	57200	186 * I
MFI3800	55016902G	29/09/2017	57200	186 * I
ANY1026	55016929G	05/10/2017	57380	186 * II
AGZ6272	P03AM0007A	04/10/2017	57380	186 * II
OPK9704	P03AM0007I	04/10/2017	57380	186 * II
MIZ1422	P03AM0007K	04/10/2017	57380	186 * II
QHM3545	P03AM0007O	04/10/2017	57380	186 * II
MIU9134	P03AM0007S	04/10/2017	57380	186 * II
MHI9475	55016945G	05/10/2017	57380	186 * II
MHY7657	55016653G	05/10/2017	57380	186 * II
MFU2126	55016428G	03/10/2017	57380	186 * II
MFO3648	55016560G	04/10/2017	57380	186 * II
MIH1498	P01GE000E4	28/09/2017	57380	186 * II

LLD9037	P02XB0004V	07/10/2017	57380	186	*	II
MGT8969	P0160000NR	10/10/2017	57380	186	*	II
MIR0355	P0160000O5	10/10/2017	57380	186	*	II
MIZ2396	P0160000O6	10/10/2017	57380	186	*	II
MKM6538	P0160000OC	10/10/2017	57380	186	*	II
MHH9121	P0160000OF	10/10/2017	57380	186	*	II
MLY5459	55017245G	07/11/2017	57380	186	*	II
QHT7392	P02X700035	05/11/2017	57380	186	*	II
MJN3213	P03AM000FH	03/11/2017	57380	186	*	II
KWF1686	55017235G	07/11/2017	57380	186	*	II
QHY2640	55018159G	06/11/2017	57380	186	*	II
MDU7075	P03AM000FN	07/11/2017	57380	186	*	II
MHN7925	P03AM000FO	07/11/2017	57380	186	*	II
MCK9805	P03AM000FS	07/11/2017	57380	186	*	II
MFM0531	P03AM000FC	03/11/2017	57380	186	*	II
GZK6132	P03AM000DJ	03/11/2017	57380	186	*	II
ALJ9813	P03AM000E2	03/11/2017	57380	186	*	II
MIV9516	P03AM000E8	03/11/2017	57380	186	*	II
CZU4938	P03AM000FE	03/11/2017	57380	186	*	II
MDP4705	P03AM000EN	03/11/2017	57380	186	*	II
QHM5943	P03AM000ER	03/11/2017	57380	186	*	II
ILG2971	P03AM000C8	30/10/2017	57380	186	*	II
ARF9191	55017148G	30/10/2017	57380	186	*	II
ATW6125	55018058G	26/10/2017	57380	186	*	II
IRV6388	P02XA000A2	15/10/2017	59750	204		
DIK7017	P02XA0008K	05/10/2017	59750	204		
LAH5900	55016381G	05/10/2017	61220	214	*	I
LZS1012	P0160000P0	01/11/2017	73740	253		
MBS7092	P03AM000EV	03/11/2017	51851	167		
AIE4763	P03AM000DP	03/11/2017	51851	167		
MKA8766	P03AM000E0	03/11/2017	51851	167		
CZU4938	P03AM000FF	03/11/2017	51851	167		
MCA4632	P03AM000DE	30/10/2017	51851	167		
MMH4683	P01GJ000GV	16/10/2017	51851	167		
MFF0399	P03AM000DG	30/10/2017	51851	167		
MFV4638	54874942G	06/10/2017	51851	167		
MIT1824	54874946G	06/10/2017	51851	167		
LYQ2874	54874950G	06/10/2017	51851	167		
MGC4896	55016588G	10/10/2017	51851	167		
MOC1069	54874936G	03/10/2017	51851	167		
MHO0140	55016437G	03/10/2017	51851	167		
IWG8118	55016516G	04/10/2017	51851	167		
OKG3945	54874918G	27/09/2017	51851	167		
MCY1863	54873591G	27/09/2017	51851	167		
ITJ5280	54875000G	28/09/2017	51851	167		
MMM2677	54873843G	05/10/2017	54521	181	*	VIII
ATS3521	P02XA000A3	15/10/2017	54521	181	*	VIII
MFW7447	P02X70002F	09/10/2017	54521	181	*	VIII
MKW0875	55016851G	01/11/2017	54521	181	*	VIII
MHR6984	P02XB00059	31/10/2017	54521	181	*	VIII
BAN6475	54874809G	20/09/2017	54523	181	*	VIII
MJS0497	54874893G	22/09/2017	54523	181	*	VIII
MKC4068	54875007G	15/09/2017	54525	181	*	VIII
MHE4744	55017469G	17/10/2017	54526	181	*	VIII
QHZ4723	55017456G	16/10/2017	54526	181	*	VIII
MKA5468	55016385G	10/10/2017	54526	181	*	VIII
MDM9332	55017957G	06/11/2017	54526	181	*	VIII
MJX8839	55017913G	06/11/2017	54526	181	*	VIII
MCU8879	55017228G	06/11/2017	54526	181	*	VIII
MKC6022	55017959G	06/11/2017	56221	182	*	VI
QHM5943	P03AM000ES	03/11/2017	58196	193		
EUQ3473	55016735G	10/10/2017	58196	193		
MJM3510	55016443G	03/10/2017	60412	207		

MFY4895	55016440G	03/10/2017	60412	207
MJP6495	55016454G	03/10/2017	60412	207
MFO3480	55017955G	06/11/2017	60412	207
MKS4132	P01GJ000I8	01/11/2017	60501	208
NTB1084	P02XA000BA	30/10/2017	59670	203 * V
QIG3188	55017231G	07/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHN3195	55016372G	04/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MMJ7344	55016393G	11/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
JJA7468	P03AM00082	04/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

PALMITOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1329/2017

Publicação Nº 1432535

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1329/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CSA4328	P01LN000CB	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
ICS4923	P01LN000B7	29/07/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1330/2017

Publicação Nº 1432534

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8432 1330/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICS4923	55490682E	29/07/2017	60760	210	293.47
ICS4923	P01LN000B8	29/07/2017	72340	250 * I * a	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

AIRTON COSTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1328/2017

Publicação Nº 1432536

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8432 1328/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

OKF2946 P01LN000DO 15/10/2017 70561 244 * III

OKF2946 P01LN000DP 15/10/2017 57970 191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PALMITOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

AIRTON COSTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

PAPANDUVA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1408/2017

Publicação Nº 1432755

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1408/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MDH1775 P02WK00012 05/08/2017 50100 162 * I 880.40
MDH1775 P02WK00013 05/08/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MDH1775 P02WK00015 05/08/2017 65992 230 * V 293.47
AGC2857 P01GD000BC 04/09/2017 65992 230 * V 293.47
ARD7459 P01GD000B6 26/08/2017 66102 230 * VII 195.23
MDH1775 P02WK00016 05/08/2017 66371 230 * IX 195.23
MDH1775 P02WK00018 05/08/2017 66531 230 * XI 195.23
ARD7459 P01GD000B7 26/08/2017 67261 230 * XVIII 195.23
MDH1775 P02WK00014 05/08/2017 52741 175 2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1409/2017

Publicação Nº 1432754

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8114 1409/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDH1775	P02WK00017	05/08/2017	58350	195	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1406/2017

Publicação Nº 1432757

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8114 1406/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBQ2668	P02WK0001P	08/10/2017	50100	162 * I
QHW7408	P02WK0001W	01/11/2017	50100	162 * I
QHW7408	P02WK0001Y	01/11/2017	65561	230 * I
MBQ2668	P02WK0001O	08/10/2017	65992	230 * V
QHW7408	P02WK0001X	01/11/2017	65992	230 * V
MBQ2668	P02WK0001Q	08/10/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1407/2017

Publicação Nº 1432756

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1407/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBQ2668	P02WK0001S	08/10/2017	58350	195
MBQ2668	P02WK0001R	08/10/2017	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

PASSO DE TORRES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8448 843/2017

Publicação Nº 1432524

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8448 843/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMJ4488	P01FJ001CT	28/07/2017	50291	162* II	880.40
JPJ6677	P01FJ001JM	30/08/2017	50291	162* II	880.40
AMT4240	P01FJ0019D	09/07/2017	50292	162* II	880.40
IKW0309	P01FJ001J2	26/08/2017	75790	165 A	2934.68
MUC5003	P01FJ001KI	08/09/2017	75790	165 A	2934.68
IEC9242	P01FJ001IY	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFI9405	P01FJ001K8	06/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFI9405	P01FJ001K9	06/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
JPJ6677	P01FJ001JO	30/08/2017	69120	232	88.38
JPJ6677	P01FJ001JN	30/08/2017	51261	164 c/c 162 * II	880.40
MHC1639	P01FJ001F0	10/08/2017	51851	167	195.23
IQP4808	P01FJ001CG	26/07/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 842/2017

Publicação Nº 1432525

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8448 842/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKU5237	P01FJ001M9	01/10/2017	75790	165 A
LBS4987	P01FJ001N3	14/10/2017	50100	162 * I
ARR0108	P01FJ001NH	16/10/2017	50100	162 * I
QHC8753	P01FJ001MW	13/10/2017	50450	162 * V
LBS4987	P01FJ001N4	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
QHC8753	P01FJ001MY	13/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
BNI2285	P01FJ001PY	02/11/2017	55250	181 * XV
IMT5200	P01FJ001R0	07/11/2017	56570	182 * IX
IRO5250	P01FJ001QA	04/11/2017	51261	164 c/c 162 * II
ILW5782	P01FJ001MI	06/10/2017	51851	167
QHY9364	P01FJ001QL	04/11/2017	54522	181 * VIII
MKU6208	P01FJ001QM	04/11/2017	65992	230 * V
LYH3698	P01FJ001QW	05/11/2017	65992	230 * V
LBS4987	P01FJ001N2	14/10/2017	65992	230 * V
IRP8361	P01FJ001MR	08/10/2017	66102	230 * VII
LBS4987	P01FJ001N5	14/10/2017	66371	230 * IX
IJL8356	P01FJ001Q9	04/11/2017	66372	230 * IX
ARR0108	P01FJ001NI	16/10/2017	66372	230 * IX
LYH3698	P01FJ001QX	05/11/2017	67261	230 * XVIII
LBS4987	P01FJ001N6	14/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

PASSOS MAIA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8554 392/2017**

Publicação Nº 1432484

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8554 392/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KLZ9831	P01FG0009Q	30/08/2017	57200	186 * I	195.23
MJX4637	P01F9000FE	26/07/2017	69120	232	88.38
MII3454	P01FG00066	29/07/2017	50371	162 * III	586.94
LYG1248	P01F9000FD	26/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 391/2017

Publicação Nº 1432485

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8554 391/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDT5153	P01FG000DG	16/10/2017	55250	181 * XV
IGW9869	P01FG000DI	16/10/2017	55250	181 * XV
LXX3565	P01FG000DF	16/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

PAULO LOPES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8392 693/2017

Publicação Nº 1432558

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8392 693/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDT7728	54048367F	24/07/2017	70561	244 * III	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 692/2017

Publicação Nº 1432559

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8392 692/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCE8478	54048421F	06/11/2017	50100	162 * I
MCE8478	54048423F	06/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ANE2690	54048394F	22/09/2017	55250	181 * XV
QHO9636	54048403F	28/09/2017	55250	181 * XV
IKL8144	54048405F	04/10/2017	51851	167
MHX0562	54048411F	10/10/2017	65992	230 * V
MGH6918	54048415F	31/10/2017	65992	230 * V
MCE8478	54048422F	06/11/2017	65992	230 * V
ANE2690	54048395F	22/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFE9064	54048280F	03/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

PENHA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2089/2017**

Publicação Nº 1432791

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8086 2089/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQZ9391	54178641F	15/01/2017	50450	162 * V	293.47
MHJ4880	54177459F	15/01/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROCÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2090/2017

Publicação Nº 1432790

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2090/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRM8197	P01F8000WF	10/09/2017	54100	181 * IV	130.16
MLL9675	P01FC001TN	31/08/2017	61220	214 * I	293.47
ASS0489	P01FC001UQ	07/09/2017	65300	228	195.23
MLB9968	P01F8000VO	07/09/2017	65300	228	195.23
MJC4063	P01F700066	19/07/2017	51851	167	195.23
MEN4223	P01F70006B	19/07/2017	51851	167	195.23
MCZ4561	P01FC001VG	12/09/2017	51851	167	195.23
MHB0796	P01FC001V1	08/09/2017	51851	167	195.23
CYQ5990	P01FC001UE	04/09/2017	51851	167	195.23
MBA0752	P01FC001UG	04/09/2017	51851	167	195.23
AVT2029	P01F8000VL	05/09/2017	51851	167	195.23
MLY9671	54178872F	29/07/2017	51851	167	195.23
LSJ3630	P01F8000S0	07/08/2017	51851	167	195.23

BHO9267	P01F8000UH	20/08/2017	51851	167	195.23
AOV0774	P01FC001SI	23/08/2017	51851	167	195.23
MGQ9279	P01FC001SJ	23/08/2017	51851	167	195.23
CME1865	54178866F	28/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
MMD3337	P01F70007E	08/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MFT6063	P01FC0013P	28/03/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2087/2017

Publicação Nº 1432793

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2087/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IRQ4048	P01FC0020L	02/11/2017	50100	162 * I
IRQ4048	P01FC0020M	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IRQ4048	P01FC0020N	02/11/2017	65992	230 * V
MBO7587	P01FC001XG	06/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROÇÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2088/2017

Publicação Nº 1432792

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8086 2088/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKQ6611	P01K40005Y	13/10/2017	55760	182 * I
MAN8646	P01F70007J	03/11/2017	65300	228
MCE6870	P01FC00214	04/11/2017	51851	167
AYT3527	P01FC0021B	06/11/2017	51851	167
ATF5509	P01F80011O	31/10/2017	51851	167
IPL7149	P01F8000YQ	30/09/2017	51851	167
AQL6648	P01FC001XQ	13/10/2017	51851	167
MAR3271	P01FC0020W	04/11/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO
DIRETOR DE TRANSITO

PETROLÂNDIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8143 613/2017

Publicação Nº 1432726

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8143 613/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXU6403 P02RZ00014 13/10/2017 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PETROLANDIA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

PINHALZINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8290 1100/2017

Publicação Nº 1432606

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8290 1100/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

DEV8121 54296165N 08/09/2017 50020 257 ÷ 8\$ 293.47
MFA8565 P036J000A8 10/09/2017 75790 165 A 2934.68
BHN2230 P02Z000016 30/07/2017 75790 165 A 2934.68
QHV4570 P036J00079 28/07/2017 50100 162 * I 880.40
MGQ0361 P02Z00001Z 06/09/2017 50450 162 * V 293.47

MKA1436	P036J00060	15/07/2017	57200	186	*	I	195.23
MHW6107	P036J00077	28/07/2017	58780	199			130.16
IMG1226	P036J00076	28/07/2017	73400	252	*	IV	130.16
AGO3435	P036J00061	15/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LYL4814	P02Z00001J	01/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MGA3222	P036J0007M	29/07/2017	66531	230	*	XI	195.23
INP2741	P02Z000015	30/07/2017	70561	244	*	III	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1099/2017

Publicação Nº 1432607

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1099/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
NWK1466	P02Z00002W	12/10/2017	50100	162 * I
NWK1466	P02Z00002X	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEE2590	P02Z000046	01/11/2017	51691	165
MF8336	P02Z00002U	08/10/2017	54523	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

PINHEIRO PRETO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8542 573/2017

Publicação Nº 1432487

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8542 573/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QID5149	P00X000074	07/09/2017	60681	209	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DALVANA SASSO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 572/2017

Publicação Nº 1432488

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 572/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QIO5733 P00X00007E 17/10/2017 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DALVANA SASSO
AUTORIDADE DE TRANSITO

PIRATUBA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8342 828/2017

Publicação Nº 1432588

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8342 828/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MBV1054 P02VZ00006 29/07/2017 50100 162 * I 880.40
MBV1054 P02VZ00008 29/07/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MBV1054 P02VZ00007 29/07/2017 51691 165 2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 827/2017

Publicação Nº 1432589

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8342 827/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEE8442 P02VN0000X 15/10/2017 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PIRATUBA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLADEMIR SERGIO DA SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

POMERODE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2169/2017

Publicação Nº 1432735

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8126 2169/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIL4813	P02B1000A1	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
ASZ1814	55669576F	18/08/2017	50450	162 * V	293.47
BDD0053	55669403F	13/07/2017	65800	230 * IV	293.47
MBS5618	P02B300006	20/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MHF4803	P02B200071	26/08/2017	50371	162 * III	586.94
AIL4813	P02B1000A0	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
GPU1790	55904259E	12/07/2017	65992	230 * V	293.47
IGB3634	P02B20004V	21/06/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2170/2017

Publicação Nº 1432734

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2170/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYZ2457	54282465N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
QIG6770	54282466N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	1467.34
MMC9823	54295757N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIW8500	54296997N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
CAA7778	55956980E	28/06/2015	56650	182 * X	85.12
MMH0440	55669528F	24/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MET8693	P02B1000AY	18/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MML4293	P02B1000AL	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFD3524	55669594F	24/08/2017	52070	169	88.38

MBW0731	55669586F	23/08/2017	51851	167		195.23
EMU7412	55669437F	11/08/2017	51851	167		195.23
LYF5081	55669194F	20/06/2017	51851	167		195.23
MEX0014	P02B10008W	28/07/2017	51851	167		195.23
MDY6734	P02B20007Q	06/09/2017	51851	167		195.23
MCA7472	P02B20007R	06/09/2017	51851	167		195.23
CBH7010	55669572F	17/08/2017	51851	167		195.23
CLH4561	55669404F	13/07/2017	57463	187	* I	130.16
MCY5164	P02B20008G	19/09/2017	59320	203	* II	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 742/2017

Publicação Nº 1432436

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 742/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMC3077	54282341N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGO2756	8762046436	18/09/2014	74550	218 * I	85.12
MJY5915	8762046773	02/10/2014	74550	218 * I	85.12
MHM6838	8762048534	08/11/2014	74550	218 * I	85.12
MCA8524	8762044322	09/08/2014	60503	208	191.53
MCJ2857	8762071632	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKP5014	8762071438	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIF3447	8762071553	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLE5942	8762071351	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFN8101	8762071353	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHX1495	8762071360	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLW5445	8762071363	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
AMF9514	8762071366	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
AJE8894	8762071379	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
LZL4958	8762071387	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJV3454	8762071448	04/09/2017	74550	218 * I	130.16

MEW7169	8762071470	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN8656	8762071472	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBO9766	8762071482	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV3742	8762071489	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO6440	8762071500	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN8656	8762071502	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC9933	8762070962	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC9933	8762071023	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQP7094	8762071106	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OSH9265	8762071108	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OWN4291	8762071036	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EXF9122	8762071205	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK6913	8762071229	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE4693	8762071239	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE4693	8762071240	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFIO569	8762071243	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ3562	8762071250	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGO3197	8762071264	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU7782	8762071269	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE2234	8762071284	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ5782	8762071297	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ4848	8762071300	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU7782	8762071321	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD4484	8762071324	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC4041	8762071332	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIT0309	8762071342	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO2188	8762071252	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ATQ5446	8762071241	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ASE3859	8762071139	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ3562	8762071513	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
NEZ7266	8762071400	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCG5222	8762071415	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGB8008	8762071576	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEZ8030	8762071445	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEZ8357	8762071663	11/09/2017	56732	183			130.16
MAQ8265	8762071191	24/08/2017	56732	183			130.16
MCS8631	8762071193	24/08/2017	56732	183			130.16
ARK8296	8762071200	24/08/2017	56732	183			130.16
ANQ7376	8762071219	25/08/2017	56732	183			130.16
QHC6413	8762071071	19/08/2017	56732	183			130.16
OKF1811	8762071025	16/08/2017	56732	183			130.16
MHI0085	8762070960	11/08/2017	56732	183			130.16
QHN7849	8762071267	28/08/2017	56732	183			130.16
MFS1485	8762071350	30/08/2017	56732	183			130.16
MEO5083	8762071298	27/08/2017	60503	208			293.47
LYK5975	8762071237	26/08/2017	60503	208			293.47
MDR3630	8762070997	13/08/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2167/2017

Publicação Nº 1432737

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8126 2167/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IUL9560	P02B00000P	20/09/2017	50292	162* II
LXL5029	P02B20009Q	30/10/2017	50100	162 * I
MAM5234	55669658F	19/09/2017	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2168/2017

Publicação Nº 1432736

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8126 2168/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJO3795	54307937N	13/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKI6133	55669773F	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MJR4100	P02B20008M	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MJH9648	P02B000011	28/09/2017	52070	169
MHH2854	55669660F	19/09/2017	73070	251 * II
EKT2303	55669677F	25/09/2017	51851	167
MHH8857	55669082F	19/09/2017	54523	181 * VIII
MFU1362	55669655F	11/09/2017	59670	203 * V
MAO1070	55669767F	10/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 741/2017

Publicação Nº 1432437

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 741/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKC4404	54308626N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJC4041	54312635N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
OSH9265	54314425N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAC0101	8762072758	20/10/2017	74550	218 * I
OJX0777	8762072484	10/10/2017	74550	218 * I
MIH5061	8762072726	19/10/2017	74550	218 * I
FSN0677	8762072136	25/09/2017	74550	218 * I
MDU4508	8762072144	27/09/2017	74550	218 * I
QIS0937	8762072319	03/10/2017	74550	218 * I
QHX1543	8762072402	07/10/2017	74550	218 * I
QHD4868	8762071845	16/09/2017	74550	218 * I
JHX0678	8762071846	16/09/2017	74550	218 * I

MKV3896	8762071856	16/09/2017	74550	218	*	I
MGW4044	8762071863	16/09/2017	74550	218	*	I
MHJ5986	8762071871	17/09/2017	74550	218	*	I
AJU4447	8762071872	17/09/2017	74550	218	*	I
BUK7176	8762071884	17/09/2017	74550	218	*	I
LYL4056	8762071886	17/09/2017	74550	218	*	I
IJO4185	8762071898	17/09/2017	74550	218	*	I
EVX0740	8762071912	19/09/2017	74550	218	*	I
ADU4791	8762071917	20/09/2017	74550	218	*	I
MKT0995	8762071918	20/09/2017	74550	218	*	I
OKE0151	8762071790	14/09/2017	74550	218	*	I
QIE9185	8762071807	15/09/2017	74550	218	*	I
MHJ1727	8762071816	15/09/2017	74550	218	*	I
MFY4445	8762071820	15/09/2017	74550	218	*	I
MHA4590	8762071942	20/09/2017	74550	218	*	I
MMJ7843	8762071951	21/09/2017	74550	218	*	I
MIG9844	8762071979	22/09/2017	74550	218	*	I
QHI1315	8762071993	22/09/2017	74550	218	*	I
MDQ1526	8762071995	22/09/2017	74550	218	*	I
MIN6784	8762071928	20/09/2017	74550	218	*	I
MIV5998	8762071929	20/09/2017	74550	218	*	I
MGF2426	8762072031	23/09/2017	74550	218	*	I
MGM1349	8762072055	24/09/2017	74550	218	*	I
MGJ7324	8762072064	24/09/2017	74550	218	*	I
MLL1263	8762072095	27/09/2017	74550	218	*	I
MLK2787	8762072099	27/09/2017	74550	218	*	I
MIT1714	8762072120	19/09/2017	74550	218	*	I
MHN5396	8762072123	19/09/2017	74550	218	*	I
QHK8261	8762072126	19/09/2017	74550	218	*	I
MIO1482	8762072134	25/09/2017	74630	218	*	II
FLO6786	8762071940	20/09/2017	74630	218	*	II
MGZ9809	8762071789	14/09/2017	74630	218	*	II
HIO4473	8762072029	23/09/2017	74630	218	*	II
MDZ2717	8762071981	22/09/2017	74630	218	*	II
MBT2686	8762071836	16/09/2017	74630	218	*	II
INO8681	8762071926	20/09/2017	56732	183		
QHI7510	8762071998	22/09/2017	56732	183		
LZF7880	8762072000	22/09/2017	56732	183		
ABX0977	8762072430	08/10/2017	56732	183		
OWK8750	8762072226	30/09/2017	56732	183		
MCY6364	8762072308	01/10/2017	56732	183		
AQP1345	8762072309	01/10/2017	60503	208		
MIN3965	8762072442	08/10/2017	60503	208		
MEQ7094	8762072397	07/10/2017	60503	208		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

PONTE SERRADA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8130 1061/2017**

Publicação Nº 1432729

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8130 1061/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH8637	P01F9000FA	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZW9681	P01FG0005T	23/07/2017	65480	229	130.16
LZC3544	P01FG0009B	24/08/2017	69120	232	88.38
KKQ6408	P01F9000FM	28/07/2017	51851	167	195.23
BZH8821	P01FG0005D	23/07/2017	51851	167	195.23
MJP4562	P01FG0005E	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
LZC3544	P01FG0009A	24/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 1060/2017

Publicação Nº 1432730

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8130 1060/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILE9619	P01FG000D8	12/10/2017	50100	162 * I
ILE9619	P01FG000D7	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIV1561	P01FG000EP	03/11/2017	51930	168
MES4456	P01FG000DA	14/10/2017	51851	167
MIV1561	P01FG000EQ	03/11/2017	51852	167
MJC3829	P01FG000D0	08/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

PORTO BELO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1520/2017

Publicação Nº 1432704

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1520/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHQ6881	P02R8000EN	24/08/2017	75790	165 A	2934.68
LZE7870	P02R9000AD	15/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDQ0527	P02R7000KJ	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDB7846	54628294G	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
EXM0645	P02R6000EG	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
LWX1648	P02R8000GC	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
LBU8333	54628387G	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
AJJ5643	P02R8000HC	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
AHU5915	P02R9000EM	13/09/2017	50100	162 * I	880.40



MGW0622	P02R6000GA	14/09/2017	50450	162	*	V	293.47
MDH2967	P02R90008V	09/08/2017	50450	162	*	V	293.47
EXM0645	P02R6000EH	03/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MDQ0527	P02R7000KK	01/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
AJJ5643	P02R8000HD	09/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
LBU8333	54628388G	03/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
LWX1648	P02R8000GD	05/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MDB7846	54628295G	28/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
AHU5915	P02R9000EN	13/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MDQ0527	P02R7000KL	01/09/2017	64080	221			130.16
MHZ9061	P02R800062	24/06/2017	64080	221			130.16
MHZ9061	P02R800063	24/06/2017	69120	232			88.38
MAK3744	P02R60009U	27/07/2017	65992	230	*	V	293.47
LZE7870	P02R9000AC	15/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MKI9104	P02R6000DC	28/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MIG1634	P02R7000KH	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDQ0527	P02R7000KI	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MHZ9061	P02R800060	24/06/2017	65992	230	*	V	293.47
MDA1795	P02R9000CR	03/09/2017	65992	230	*	V	293.47
OBL7256	P02R9000D7	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MIY0521	P02R9000DA	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LWX1648	P02R8000GB	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MKM6866	P02R7000LF	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
ASW5775	P02R7000MU	11/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MAN6519	P02R7000NG	13/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LWX8928	P02R6000G9	13/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AHU5915	P02R9000EO	13/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MGW0622	P02R6000GB	14/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MJN3055	P02R8000GM	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
OBL7256	P02R9000D8	04/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
LYU8856	P02R9000DN	06/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MED4216	P02R9000DO	06/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
QII4242	54628522G	10/09/2017	73232	252	*	II	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1521/2017

Publicação Nº 1432703

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1521/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLK8329	54271851N	29/06/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MFV6598	54298467N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MGY1635	54628397G	09/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
ERG2780	54628402G	29/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKG2782	54627778G	12/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LYU8612	54628215G	11/08/2017	52070	169	88.38
MJP7652	54628355G	28/08/2017	52070	169	88.38
QHD0241	54628560G	09/09/2017	52070	169	88.38
MBX8890	54628373G	31/08/2017	55250	181 * XV	130.16
NWT3528	54628343G	26/08/2017	55250	181 * XV	130.16
IBA7270	P02R9000D4	04/09/2017	55250	181 * XV	130.16
IBQ4147	54627972G	21/07/2017	55250	181 * XV	130.16
IFH5845	54628347G	26/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QHT7802	54628386G	03/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
PUC9670	54628513G	08/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
DNA3301	P02R8000G7	04/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MKI5116	54627945G	28/07/2017	56300	182 * VII	130.16
MFL3729	54628116G	01/08/2017	57200	186 * I	195.23
MIV6076	54628431G	08/09/2017	57200	186 * I	195.23
MGJ8424	54628376G	01/09/2017	57380	186 * II	293.47
QHD0241	54628559G	09/09/2017	58350	195	195.23
AHU5915	P02R9000EQ	13/09/2017	58350	195	195.23
OGM0719	54628248G	17/08/2017	65300	228	195.23
LYS5385	P02R6000DG	28/08/2017	51851	167	195.23
MGT0678	P02R60008O	19/07/2017	51852	167	195.23
AHU5915	P02R9000EP	13/09/2017	52152	170	293.47
QIL7534	54628213G	10/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
DIC6115	54628395G	07/09/2017	60411	207	195.23
QHJ1903	54628518G	08/09/2017	60501	208	293.47
AKI2854	54628530G	10/09/2017	60681	209	195.23
QHD0241	54628558G	09/09/2017	60681	209	195.23
ATG4237	54627942G	28/07/2017	60681	209	195.23
AQH5223	P02R6000EY	05/09/2017	57970	191	2934.68
MLR8477	54627937G	27/07/2017	59670	203 * V	1467.34
QIW5832	54628432G	08/09/2017	59670	203 * V	1467.34
DPN4072	54628122G	03/08/2017	73662	252*VI	130.16
DVK7744	54626537G	12/07/2017	73662	252*VI	130.16
QHZ8197	54627575G	26/06/2017	73662	252*VI	130.16
MKC2900	P02R9000E2	08/09/2017	73662	252*VI	130.16
MMI5587	54628476G	14/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1518/2017

Publicação Nº 1432706

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 1518/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCO3433	P018T000KN	12/10/2017	50100	162 * I
MDC1966	P02R8000PX	04/11/2017	50100	162 * I
MLA4153	54189786G	04/11/2017	50100	162 * I
HLH9128	P02R7000UP	03/11/2017	50450	162 * V
MCO3433	P018T000KO	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLA4153	54189787G	04/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDC1966	P02R8000Q1	04/11/2017	64080	221
MIQ5386	P02R9000IR	17/10/2017	50531	162 * VI
MGG3753	P02R8000PN	02/11/2017	65561	230 * I
MCO3433	P018T000KP	12/10/2017	65561	230 * I
MAQ7293	P02R9000HT	13/10/2017	65992	230 * V
MHN5048	P02R7000UQ	03/11/2017	65992	230 * V
MIY9618	P02R6000KU	03/11/2017	65992	230 * V
IFT5985	P02R9000L1	02/11/2017	65992	230 * V
MGG3753	P02R8000PM	02/11/2017	65992	230 * V
MDH2967	P02R6000KG	31/10/2017	65992	230 * V
MCO3433	P018T000KM	12/10/2017	65992	230 * V
MDC1966	P02R8000PW	04/11/2017	65992	230 * V
MAQ7293	P02R9000HU	13/10/2017	66102	230 * VII
CYW6441	P02R7000V4	06/11/2017	66102	230 * VII
MGG3753	P02R8000PO	02/11/2017	66372	230 * IX
MML8853	54629612G	01/11/2017	73232	252 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PORTO BELO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1519/2017

Publicação Nº 1432705

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8167 1519/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLR8477	54310006N	19/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJX0777	54316512N	07/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHI3821	54629332G	28/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MJL7740	54629348G	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
AVB6432	54629606G	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
DVC8783	54629623G	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MJT4949	54629613G	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MFU6516	54629408G	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
FFR2248	54629411G	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
LTB1341	54628727G	24/09/2017	76332	ART 252, UNICO
DMS6664	54629627G	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
AWE1772	54629393G	31/10/2017	55250	181 * XV
QHO4518	54629340G	28/10/2017	55250	181 * XV
IUV4929	54628785G	01/10/2017	55500	181 * XVIII
MHE4167	54629336G	28/10/2017	55680	181 * XIX
MLG5468	54629365G	26/10/2017	55680	181 * XIX
MDB9879	54629622G	01/11/2017	55680	181 * XIX
MBE8240	54629388G	31/10/2017	55680	181 * XIX
DIE3454	54629383G	29/10/2017	57380	186 * II
MFM5334	54629341G	28/10/2017	57380	186 * II
PXX9575	54629299G	31/10/2017	57380	186 * II
MLN6711	54628796G	01/10/2017	57380	186 * II
JZF2667	54629220G	15/10/2017	57380	186 * II
QJH1403	54278500F	03/10/2017	58350	195
MLZ1264	54629294G	20/10/2017	64910	227 * II
MBI9591	54628082G	31/10/2017	54523	181 * VIII
MBY9198	P02R7000QT	09/10/2017	57461	187 * I
MGR6286	54628898G	08/10/2017	60681	209
MHX1284	54627297G	15/09/2017	60681	209
QHB1841	54629353G	23/10/2017	60681	209
MKA7593	54629354G	23/10/2017	60681	209
AHK0106	P02R7000Q8	04/10/2017	57970	191
MIS2868	54629416G	26/10/2017	73662	252*VI
MJN0569	54629419G	26/10/2017	73662	252*VI
MIA8359	54629420G	26/10/2017	73662	252*VI
MFL2046	54629330G	28/10/2017	73662	252*VI
MIJ4949	54628415G	01/09/2017	73662	252*VI
QIN9915	54629616G	01/11/2017	73662	252*VI
QID6008	54629624G	01/11/2017	73662	252*VI
MGY4046	54629626G	01/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

PORTO UNIÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1875/2017

Publicação Nº 1432539

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1875/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGR3309	55568537F	28/06/2017	50291	162* II	880.40
AMC6248	55569110F	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
AKE5132	55567494F	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFR5200	55568596F	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAR5173	55569410F	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAR5173	55569411F	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AMC6248	55569111F	22/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AKE5132	55567495F	23/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGR3309	55568538F	28/06/2017	51261	164 c/c 162 * II	880.40
AKE5132	55567498F	23/07/2017	65561	230 * I	293.47
MAR5173	55569409F	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
AKE5132	55567496F	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
AMC6248	55569109F	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
AEQ7415	55568687F	03/07/2017	65992	230 * V	293.47
AMC6248	55569112F	22/07/2017	66532	230 * XI	195.23
AMC6248	55569108F	22/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AKE5132	55567497F	23/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
BMS3271	55566275F	08/07/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1876/2017

Publicação Nº 1432538

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8426 1876/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMI7387	54287280N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AZO0367	00010081A	04/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1873/2017

Publicação Nº 1432541

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 1873/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFS0627	55569281F	23/09/2017	75790	165 A
MFS0627	55569280F	23/09/2017	50100	162 * I
AID2540	55569246F	14/09/2017	50100	162 * I
LXJ9761	55569705F	08/10/2017	50100	162 * I
LXM1704	55569715F	13/10/2017	50100	162 * I
LXM1704	55569717F	13/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXJ9761	55569706F	08/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AID2540	55569248F	14/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
MYX7894	55569569F	16/09/2017	50371	162 * III
AOC5867	55569856F	05/10/2017	50531	162 * VI
MYX7894	55569570F	16/09/2017	51341	164 c/c 162 * III
AOC5867	55569855F	05/10/2017	65561	230 * I
LZU8739	55569384F	26/09/2017	65561	230 * I
MAW2644	55569551F	02/10/2017	65561	230 * I
MYX7894	55569567F	16/09/2017	65992	230 * V
LXM1704	55569716F	13/10/2017	65992	230 * V
ACM3434	55568335F	03/10/2017	66372	230 * IX
MYX7894	55569568F	16/09/2017	67261	230 * XVIII
MIE4147	55569526F	16/09/2017	67261	230 * XVIII
GYM1967	55569574F	19/09/2017	67261	230 * XVIII
ACX4976	55569584F	20/09/2017	67261	230 * XVIII
LWT8570	55569359F	24/08/2017	67261	230 * XVIII
AIH9701	55569082F	26/08/2017	67261	230 * XVIII
ACM3434	55568334F	03/10/2017	67261	230 * XVIII
AOC5867	55569854F	05/10/2017	67261	230 * XVIII
IEO9892	55569395F	07/10/2017	67261	230 * XVIII
LXJ9761	55569707F	08/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1874/2017

Publicação Nº 1432540

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 1874/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJE4392	55569283F	23/09/2017	53800	181 * I
ARE6361	P03A40003I	06/11/2017	61810	215 * II
AKW9714	55569423F	26/08/2017	65300	228
LXJ9761	55569708F	08/10/2017	68580	231 * VII
MKV9946	55569575F	15/09/2017	51851	167
ANX3530	P03A400010	21/10/2017	51851	167
AYY9073	55569805F	10/10/2017	57463	187 * I
BLI9309	P03A400030	02/11/2017	59670	203 * V
IRW5129	00010154A	25/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWB6704	00010156A	25/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IIT4674	00010165A	24/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
GTI2647	00010176A	24/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZC4347	00010180A	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
NNH5120	00010183A	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LBZ9187	00010185A	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ATO5852	00010186A	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BCH1288	00010187A	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CYW2796	00010146A	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLW8207	55569251F	21/09/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID
DIRETOR DE TRANSITO

POUSO REDONDO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8180
933/2017**

Publicação Nº 1432697

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8180 933/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIR4584	P02SB0003Q	11/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LWY8246	P02SB0003R	12/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDS3290	P02SB00021	27/07/2017	50450	162 * V	293.47
LWY8246	P02SB0003S	12/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDS3290	P02SB00020	27/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IEF1334	P02SB0003H	08/09/2017	69120	232	88.38
IEF1334	P02SB0003G	08/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

PRAIA GRANDE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8226 845/2017

Publicação Nº 1432653

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8226 845/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAG1948	P01BI000MA	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
MGU7449	P01BI000P3	02/09/2017	50450	162 * V	293.47

MAG1948	P01BI000M9	23/07/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MGU7449	P01BI000P4	02/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
AZZ8570	P01BI000MJ	29/07/2017	57380	186	*	II			293.47
IOD9281	P01BI000PY	05/09/2017	51851	167					195.23
MIN8521	P01BI000Q8	09/09/2017	52152	170					293.47
MDY3268	P01BI000M7	19/07/2017	60502	208					293.47
MHT8147	P01BI000M8	20/07/2017	65992	230	*	V			293.47
MGU7449	P01BI000P2	02/09/2017	65992	230	*	V			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8226 844/2017

Publicação Nº 1432654

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8226 844/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

JUM4547	P01BI000T2	27/10/2017	50292	162* II
JUM4547	P01BI000T4	27/10/2017	69120	232
MJJ6807	P01BI000S8	15/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8386 207/2017

Publicação Nº 1432562

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8386 207/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAW3708 54308769N 16/10/2017 50020 257 ÷ 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICA

RIO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2595/2017

Publicação Nº 1432843

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8043 2595/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----	-----	-----	-----	-----	-----
GKU1114	P00VC000SX	06/09/2017	75790	165 A	2934.68
LXS9048	P00VC000T9	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
LWY9315	P01HU000CH	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MHD6422	P01HU000CT	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKZ4052	P01HZ000A6	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJS8243	P017T0001J	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDA1598	P01HU000C1	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJG2866	P00VG000O6	11/07/2017	50100	162 * I	880.40
MDW8389	P00VC000PE	12/07/2017	50100	162 * I	880.40
CCP5648	P01HU000B7	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYE6078	55861277F	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBW7088	P01HZ0009V	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHJ9240	P00VG000OR	21/07/2017	50450	162 * V	293.47
MFS3176	P00VC000ST	05/09/2017	50450	162 * V	293.47
APC0907	P01HU000C3	07/09/2017	50450	162 * V	293.47
AHW9178	P01HU000CL	12/09/2017	50450	162 * V	293.47
MDA1598	P01HU000BZ	05/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LYE6078	55861278F	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CCP5648	P01HU000B8	19/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDW8389	P00VC000PF	12/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJS8243	P017T0001K	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKZ4052	P01HZ000A5	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJG2866	P00VG000O4	11/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHD6422	P01HU000CU	21/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFS3176	P00VC000SU	05/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MBU5452	P01HU000CN	12/09/2017	69120	232	88.38
AMB4510	P00VC000TK	10/09/2017	69120	232	88.38
MFW0725	P00VG000PI	25/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MLC7359	P00VG000OS	22/07/2017	50531	162 * VI	293.47
AMB4510	P00VC000TJ	10/09/2017	51691	165	2934.68
MKZ4052	P01HZ000A8	08/09/2017	65561	230 * I	293.47
MAF8440	P01HZ0008L	12/08/2017	65561	230 * I	293.47
LYE6078	55861276F	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAG9397	P00VC000R5	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
AGN7676	P01HZ0007Q	02/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHQ8642	P00VC000Q2	20/07/2017	65992	230 * V	293.47
MDV7841	P00VG000OP	21/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFS3176	P00VC000SS	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEC9844	P01HU000CE	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
LWY9315	P01HU000CG	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
AMB4510	P00VC000TI	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHW9178	P01HU000CK	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
BYM5944	P02BU0009K	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBC1567	P00VC000T0	06/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MKZ4052	P01HZ000A7	08/09/2017	66372	230 * IX	195.23
APC0907	P01HU000C4	07/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
GKU1114	P00VC000SY	06/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MBC1567	P00VC000SZ	06/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
-----	-----	-----	-----	-----	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
 EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
 DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2596/2017

Publicação Nº 1432842

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2596/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
 N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
 NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
 AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
 QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
 INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIZ1003	54296042N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHX6699	54296053N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MML3177	54282334N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHW8565	54298709N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
APX2872	54298711N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHW8565	54298712N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHO5637	54298716N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEX9361	P00VG000S2	01/09/2017	52070	169	88.38
MDV7686	P01HU000CD	09/09/2017	57380	186 * II	293.47
MFY9636	P01HU000CF	10/09/2017	58350	195	195.23
MDV7686	P01HU000CB	09/09/2017	58350	195	195.23
CCP5648	P01HU000B9	19/08/2017	58350	195	195.23
MBN7539	P00VG000S9	01/09/2017	51851	167	195.23
MLR2612	55855940F	30/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
MHC1449	55861321F	12/09/2017	60841	211	195.23
MJR5558	P00VG000PX	29/07/2017	70301	244 * I	293.47
FNH2087	54918903G	13/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEW8177	54918931G	14/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCD6680	54918896G	14/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJY8770	54904020G	15/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBS9904	54904035G	15/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JKN3749	54918976G	17/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDG3259	54918980G	17/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHA1470	54904953G	17/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHU7073	54904078G	18/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
NEP8077	54904099G	18/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JKN3749	54905099G	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIB5249	54904111G	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEX3778	54904120G	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MJG2801	54904139G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEF4504	54904181G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF0981	54904581G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLZ6296	54904583G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX1006	54905157G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY4976	54904614G	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY4976	54904622G	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLZ6296	54904641G	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF9660	54904258G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DEV3286	54904272G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHS3519	54904659G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY4976	54904665G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHR1052	54904682G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NMX7286	54904293G	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHR1052	54905221G	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CKQ0725	54905305G	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY0935	54905329G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LAH8855	54905340G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBL6314	54905341G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GYO6975	54905344G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CQV7344	54905261G	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFU9737	54905291G	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HWF7192	54904766G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LAH8855	54904434G	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBX4301	54905385G	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDK9432	54904881G	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYW2475	54634033G	12/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXH5791	54633565G	15/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM4228	54916131G	21/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDD2424	54917786G	21/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DEZ7948	54916158G	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJN7093	54917881G	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EEO2267	54917176G	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBA1866	54917185G	24/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DKV3811	54917918G	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY9547	54917376G	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL2789	54917407G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJB8372	54917420G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCG4538	54917421G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LAH8855	54917443G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54916280G	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGB7332	54917454G	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZG3651	54917485G	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLB9237	54916390G	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BCM9889	54916397G	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMD2500	54916301G	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANG9761	54916345G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJG1093	54918052G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLI4875	54918057G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCC6475	54918095G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MII9429	54916451G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZK9182	54916457G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL3567	54916489G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZG3651	54918002G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBS5827	54918022G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DDC2772	54918024G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDU4532	54918036G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBY5656	54918039G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54918048G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDF3903	54918050G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBX3717	54918114G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLI4875	54918123G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCC6475	54918126G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

AMC2276	54918182G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKG4946	54918194G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBV5755	54918507G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE9737	54918511G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54918524G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCA4533	54918530G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBU0053	54918542G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ATH9667	54918250G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LAH8855	54918437G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIE0199	54918591G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZT7172	54918724G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDU4532	54918726G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CCT9206	54918728G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMC2276	54918734G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EIU7888	54905858G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFS3327	54905900G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIV3556	54906436G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKO9507	54906438G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FTB2525	54906442G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKC3068	54906443G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ICL4220	54906445G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EIU7888	54905932G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EIU7888	54905973G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHH6537	54912014G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEC9803	54906323G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIG3506	54918796G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MII9429	54918663G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKF4646	54918674G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMU7151	54905415G	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IGO9327	54905473G	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYN6893	54905548G	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM1411	54905610G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JPS4336	54905639G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CCT9206	54905679G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54905722G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWR0662	54906013G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH9510	54906031G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP4099	54906170G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANT7857	54906181G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEG7324	54906238G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54905762G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54905797G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF8067	54906251G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZY8982	54906142G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BYM5944	54906147G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBX2149	54905989G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EIU7888	54905995G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54912038G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNB6075	54912059G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBV8760	54912065G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54912070G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MER5066	54912073G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHU6968	54912083G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKD4532	54912093G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBI4522	54912104G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA1706	54912114G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIN7225	54912117G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBO3244	54912119G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF6137	54912131G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9307	54912133G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH7099	54912138G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA1706	54912140G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIN7225	54912141G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

EJK2322	54912143G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54912149G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF6137	54906454G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54906456G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE3286	54906457G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASG1733	54906460G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIH3996	54906462G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAO0808	54906464G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDV2341	54906466G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBO3244	54906468G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXG8443	54906469G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEY6149	54906480G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFT3023	54906487G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEX3778	54906490G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PVF7576	54906499G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54912199G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFI1428	54912202G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFA1663	54912203G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PVF7576	54912204G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA1706	54912219G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9307	54912224G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFD9536	54912230G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHQ1094	54912235G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZP1600	54913087G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKC3068	54913089G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKK4468	54913095G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HMO9555	54913099G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54913102G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPA7158	54913104G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIM5889	54913123G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO0059	54913129G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CVY8183	54913130G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNA2448	54913136G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBW5481	54913138G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBR4882	54913143G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HNK5388	54913147G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR2294	54913150G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHP8477	54913003G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEJ3058	54913015G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBR4882	54913018G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54913025G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54913026G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54913028G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PVF7576	54913040G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DKV2363	54912154G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI6484	54912156G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCU6374	54912162G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFA1663	54912167G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNB6075	54912173G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW5016	54912179G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFB4063	54912184G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAV9886	54912187G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DEV3149	54912196G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASG1733	54912197G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PVF7576	54913229G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFM3552	54913232G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CYA0878	54913233G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI5969	54913234G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZQ2429	54913245G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54913166G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CML0681	54913173G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54913175G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CVY8183	54913190G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

OKE3286	54913193G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW7265	54913195G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54913197G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54913198G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHG7816	54913200G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWY9315	54913044G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYL2333	54913052G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARH7010	54913056G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZP1600	54913061G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBH3968	54912439G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGK1138	55855941F	09/09/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGE0501	55861234F	26/08/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGK8700	55861177F	09/09/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDU0226	54700616E	09/09/2017	73662	252*VI			130.16
MGX6528	54700612E	05/09/2017	73662	252*VI			130.16
IUM1212	54700610E	05/09/2017	73662	252*VI			130.16
MEX7338	54700603E	01/09/2017	73662	252*VI			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2593/2017

Publicação Nº 1432845

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2593/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHS1141	P00VG000WB	03/11/2017	50100	162 * I
LZZ5304	P01HZ000DR	02/11/2017	50100	162 * I
MEZ0701	P01HU000FB	04/11/2017	50100	162 * I
MBW7088	P01HZ000DV	05/11/2017	50100	162 * I
MHS8960	P00VG000WL	05/11/2017	50450	162 * V
MEZ0701	P01HU000FC	04/11/2017	51180	164 c/c 162 * I



LZZ5304	P01HT0001J	02/11/2017	51180	164	c/c	162	*	I
MHS1141	P00VG000WC	03/11/2017	51180	164	c/c	162	*	I
MHS8960	P00VG000WM	05/11/2017	51420	164	c/c	162	*	V
MEQ3099	P01HZ000CD	15/10/2017	51691	165				
MHS1141	P00VG000WA	03/11/2017	65992	230	*	V		
LZZ5304	P01HZ000DQ	02/11/2017	65992	230	*	V		
DJH8086	P01HU000F3	03/11/2017	65992	230	*	V		
APP2223	P01HZ000DU	05/11/2017	65992	230	*	V		
MCQ6825	P01HZ000DT	05/11/2017	65992	230	*	V		
MBW7088	P01HZ000DW	05/11/2017	65992	230	*	V		
MAQ5360	P01HU000F1	03/11/2017	66102	230	*	VII		
MFN2873	P00VG000TL	15/10/2017	66372	230	*	IX		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2594/2017

Publicação Nº 1432844

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2594/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMH6530	54315941N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHH2307	54315942N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHH6537	54312623N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIM1059	54308290N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
LZU6456	54693971E	01/10/2017	54521	181 * VIII
MHE8080	55856805F	18/10/2017	59670	203 * V
LZO2542	55856712F	18/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
IKR8628	54908758G	25/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJC1598	54908759G	25/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLI8846	54908768G	25/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKF1788	54908771G	25/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

ILA3610	54908778G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCJ7885	54908834G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PVW9727	54908835G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIG7281	54908839G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ2007	54908842G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEU6678	54908843G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ABK4160	54908848G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH6652	54907177G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PWT8002	54908627G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHM4581	54908640G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DZJ5407	54908642G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OHA4338	54906548G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXT9906	54908659G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHM4581	54908660G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ2963	54908682G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ILA3610	54908689G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CHH6902	54908697G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DLB9056	54906557G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEA5859	54906561G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIJ2927	54906564G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCY4897	54906565G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH6652	54906568G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEK6836	54906577G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO9943	54906578G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ADY6654	54906580G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AST3286	54906587G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ4331	54906588G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JFZ1522	54906600G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMV2501	54908799G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJW2228	54908800G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIJ2927	54908852G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIH1400	54908854G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF1788	54908857G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW3659	54908863G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AST3286	54908864G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAV7619	54908922G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP0966	54907354G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE3286	54907356G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ8435	54907357G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AXE9836	54907358G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APS9970	54907360G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEW5530	54907365G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYF4611	54907366G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDQ0336	54907377G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ICL4220	54907386G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DLB9056	54907387G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ3437	54907389G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HHB9223	54907392G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBO7115	54907393G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEU8528	54907398G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH8235	54907399G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NHT2763	54907302G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MML1050	54907303G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JKU0214	54907315G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI0654	54907316G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM8745	54907322G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHU3036	54907325G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHL6375	54907328G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF1788	54907330G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KFH7648	54907331G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AYF4766	54907337G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ1151	54907343G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FKB1620	54907344G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

QIK7721	54908804G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX0700	54908806G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CTZ7924	54908810G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDH0212	54908813G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX0700	54908814G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDZ4428	54908817G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYY5870	54908818G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZU5259	54908820G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDZ4428	54908823G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJH9555	54908827G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE8800	54913625G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDS1899	54912974G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHH4290	54913733G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FKV2525	54913938G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE8800	54913960G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIF1256	54913989G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LAH8855	54907079G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAQ6367	54913597G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCT9206	54913509G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CVL5425	54913510G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBG2669	54913517G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXG2672	54913523G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB4711	54913534G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HDK1093	54913657G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZI8791	54913661G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH5447	54913684G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCT9206	54913687G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKZ2721	54913694G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDG8867	54913697G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH0840	54913613G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFE5106	54908702G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BKB0678	54908704G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLQ8106	54908710G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEE2352	54908713G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIG5196	54908714G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI5969	54908717G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUE1562	54908724G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI8846	54908727G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEH7298	54908732G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HHB9223	54908735G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCS2245	54908737G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT1749	54908740G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHT3663	54908745G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIY4212	54908747G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LAQ7265	54913338G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HWF7192	54911643G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYW2475	54911680G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHS3358	54911688G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO0773	54911806G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJR7116	54911876G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJX0182	54912519G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMD7921	54912616G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFH9333	54912576G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN5509	54911952G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHA1224	54911971G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHB0108	54912729G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKB1156	54912733G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFA4005	54912749G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCT9206	54912812G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH1434	54912816G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCW6828	54912760G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLB8299	54912762G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCC5566	54912769G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

LYY6837	54912776G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCE1830	54912779G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JLX0807	54912795G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCT9206	54912797G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCG0872	54912798G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBY9999	54912869G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBR8924	54912882G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CVS3903	54912893G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH8242	54912895G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IEA6585	54912898G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EQH8104	54912915G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ9343	54912917G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAZ4852	54912931G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIS7766	54912934G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH8242	54912935G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWT2608	54912948G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGH7624	54912949G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AGL8787	54913552G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OGZ3309	54913554G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCT9206	54913557G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DJB3064	54913564G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZT7172	54913570G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHA1224	54913574G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJK4363	54913578G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWT1532	54913579G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZT7172	54913591G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIK1482	55851639F	04/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ0232	55861193F	23/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
CFA3007	55856806F	26/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MAR9507	55861355F	05/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO
AUTORIDADE DE TRANSITO

RIO DOS CEDROS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 853/2017

Publicação Nº 1432780

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 853/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASX2194	54591427E	07/07/2017	50292	162* II	880.40
LZJ5181	P02PJ00024	29/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZJ5181	P02PJ00025	29/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDE2705	54591426E	07/07/2017	52070	169	88.38
ASX2194	54591429E	07/07/2017	66020	230 * VI	293.47
ASX2194	54591428E	07/07/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
ADH6679	P02PJ0001A	14/07/2017	51851	167	195.23
LZH3641	54591422E	07/07/2017	51851	167	195.23
LYV5232	54591424E	07/07/2017	51851	167	195.23
MHZ5956	55591922E	14/07/2017	51851	167	195.23
MBG5203	55591921E	14/07/2017	51851	167	195.23
MCT2357	P02PJ0002D	29/07/2017	51851	167	195.23
MUE1913	P02PJ0003E	14/08/2017	51851	167	195.23
MCO1373	P02PJ0001S	25/07/2017	65561	230 * I	293.47
MLJ1832	55591971E	03/08/2017	65992	230 * V	293.47
IFF8031	P02PJ00027	29/07/2017	65992	230 * V	293.47
ADW2653	P02PJ0001Q	21/07/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 852/2017

Publicação Nº 1432781

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 852/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MIB8138	P02PJ0005Q	09/10/2017	50100	162 * I
IXA0161	P02PJ0005U	09/10/2017	51851	167
MLM0850	P02PJ00064	13/10/2017	51851	167
ARX2803	P02PJ00061	13/10/2017	51851	167
DF9883	P02PJ00065	16/10/2017	51851	167
LXD7197	P02PJ0005K	05/10/2017	51851	167
MDM2113	P02PJ0005Y	10/10/2017	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

Rio FORTUNA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8536 392/2017

Publicação Nº 1432491

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8536 392/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MEH3104	P02PS0000T	28/10/2017	52152	170
MEH3104	P02PS0000S	28/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO FORTUNA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

SALTO VELOSO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8326 332/2017

Publicação Nº 1432595

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8326 332/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEH6322	P020J0000N	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
MEH6322	P020J0000O	23/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEH6322	P020J0000M	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
MEH6322	P020J0000P	23/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

SANTA HELENA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8352 410/2017

Publicação Nº 1432577

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE TRANSITO N.8352 410/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MES7052	P01SO0001P	28/07/2017	52070	169	88.38
CDJ7117	P01SO0001W	03/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA HELENA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8352 409/2017

Publicação Nº 1432578

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8352 409/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFO9102	P01SO00044	31/10/2017	52070	169
MEZ8095	P01SO0003P	17/10/2017	58350	195
HXE2000	P01SO00046	03/11/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA HELENA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

SANTA ROSA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8244 731/2017

Publicação Nº 1432645

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8244 731/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHP6428	54282497N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHG5757	P01JW000SJ	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHN0815	P01JW000SV	12/09/2017	75790	165 A	2934.68
CHO0606	P01FS0023Y	28/07/2017	75790	165 A	2934.68
MIK9881	P01JW000MU	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
CAR0983	P01JW000SN	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIK7507	P01JW000MV	27/07/2017	50450	162 * V	293.47
CAR0983	P01JW000SO	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IJU6961	P01JW000QV	26/08/2017	51930	168	293.47
OKH9344	P01JW000ON	13/08/2017	55250	181 * XV	130.16
ENV5481	P01JW000SE	07/09/2017	69120	232	88.38
IEE3117	P01JW000RI	29/08/2017	51851	167	195.23
QIQ9002	P01JW000RZ	04/09/2017	51851	167	195.23
IIR1035	P01JW000MJ	21/07/2017	65992	230 * V	293.47
CAR0983	P01JW000SM	08/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 730/2017

Publicação Nº 1432646

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8244 730/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICX6820	P01JW000V9	13/10/2017	50292	162* II
MCE8458	P01JW000VB	13/10/2017	50100	162 * I
MKB7130	P01JW000V7	13/10/2017	50100	162 * I
MFB5073	P01JW000VE	15/10/2017	50100	162 * I
IAX6196	P01JW000U8	03/10/2017	50450	162 * V
MCE8458	P01JW000VC	13/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFB5073	P01JW000VG	15/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
IAX6196	P01JW000U9	03/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
AOW3611	P01JW000V5	13/10/2017	57380	186 * II
MFB5073	P01JW000VH	15/10/2017	58350	195
IAX6196	P01JW000U7	03/10/2017	69120	232
MFB5073	P01JW000VI	15/10/2017	52151	170
MCE8458	P01JW000VA	13/10/2017	65992	230 * V
IAX6196	P01JW000U6	03/10/2017	65992	230 * V
ICX6820	P01JW000V8	13/10/2017	65992	230 * V
MKB7130	P01JW000V6	13/10/2017	65992	230 * V
MFB5073	P01JW000VF	15/10/2017	65992	230 * V
MDU0105	P01JW000VM	17/10/2017	66102	230 * VII
MGL9467	P01JW000VL	16/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8780 428/2017**

Publicação Nº 1432426

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8780 428/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKQ9059	P03B60003O	22/08/2017	51851	167	195.23
MLN8373	P03B60004H	08/09/2017	51851	167	195.23
IFL5289	P03B60002I	25/07/2017	51852	167	195.23
CDU1133	P03B60002G	25/07/2017	66531	230 * XI	195.23
CME4132	P03B60002H	25/07/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 427/2017

Publicação Nº 1432427

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8780 427/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABH0005	P03B600079	04/11/2017	50292	162* II
ABH0005	P03B60007A	04/11/2017	51262	164 c/c 162 * II
MIF9841	P03B600068	15/10/2017	51851	167
EER7570	P03B600076	29/10/2017	51852	167
MFN1889	P03B600063	14/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2568/2017

Publicação Nº 1432739

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2568/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFZ0991	P032V0007U	19/07/2017	50100	162 * I	880.40
HOU3640	P01LB000P8	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZS2653	P02TX0003P	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDY1213	P01LG000ZL	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYS1657	P032V000DX	14/09/2017	50450	162 * V	293.47
MDY1213	P01LG000ZM	20/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZS2653	P02TX0003O	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
HOU3640	P01LB000P9	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AFZ0991	P032V0007V	19/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZO1102	P01LC000IV	09/09/2017	65480	229	130.16
MAQ7499	P01LB000P5	09/09/2017	69120	232	88.38
AHW7975	P032V000DR	13/09/2017	69120	232	88.38

MBQ9555	P032V000D9	06/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
HOU3640	P01LB000PB	09/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
AYD2004	P01F1000HU	03/07/2017	51691	165			2934.68
LZS2653	P02TX0003L	10/09/2017	65992	230	*	V	293.47
HOU3640	P01LB000PA	09/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AFZ0991	P032V0007W	19/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MJS3980	P01LG000V4	22/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MIC8896	P01LC000J8	12/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MBZ6680	P032V000DW	14/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
HMJ7264	P01LG000XD	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBD1575	P01LG000XF	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LZS2653	P02TX0003M	10/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ALL3637	P032V000DP	12/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2569/2017

Publicação Nº 1432738

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2569/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLY9354	54298533N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
AOP8871	54300150N	21/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDJ4364	55602336F	25/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QIL3735	55602214F	12/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MAQ7499	P01LB000P6	09/09/2017	53980	181 * II	88.38
MAQ7499	P01LB000P7	09/09/2017	58350	195	195.23
MAQ7499	P01LB000P4	09/09/2017	65300	228	195.23
MDY1213	P032V000EY	20/09/2017	68580	231 * VII	130.16
LYT3409	P01LG000XU	13/09/2017	51851	167	195.23
QHZ7465	P01LF000KI	14/09/2017	51851	167	195.23
IPM8934	P02TX00020	29/07/2017	51851	167	195.23
MER2705	55602604F	15/08/2017	51851	167	195.23

HMJ7264	P01LG000XC	06/09/2017	51851	167	195.23
AOW9880	P01LF000K8	06/09/2017	51852	167	195.23
MDY1213	P032V000EZ	20/09/2017	70301	244 * I	293.47
MDY1213	P032V000EX	20/09/2017	70721	244 * V	293.47
AWN4335	55602611F	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCX5278	55602398F	09/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2566/2017

Publicação Nº 1432741

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2566/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATS3833	P032V000H3	13/10/2017	50100	162 * I
LXC7984	P02TX00063	02/11/2017	50100	162 * I
MFS4551	P01LA000LC	05/11/2017	50450	162 * V
LXC7984	P02TX00064	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
QHR4654	P032V000H8	14/10/2017	64080	221
AFM0550	P032V000JN	31/10/2017	66290	230 * VIII
QHC3545	P01L9000UD	11/10/2017	67690	230 * XXII
MET9916	P01L9000UR	14/10/2017	67690	230 * XXII
BQJ9100	P032V000G8	04/10/2017	69120	232
LXV4965	P01LG0018J	03/11/2017	69120	232
MEG7114	P032V000K2	03/11/2017	73400	252 * IV
MFE8326	P01LG00111	27/09/2017	73400	252 * IV
MBH0713	P01L9000UI	11/10/2017	50531	162 * VI
MIS2627	P032V000GA	04/10/2017	65992	230 * V
LXC7984	P02TX00062	02/11/2017	65992	230 * V
ATS3833	P032V000H4	13/10/2017	65992	230 * V
MET9916	P01L9000UQ	14/10/2017	66532	230 * XI

QHC3545 P01L9000UE 11/10/2017 67261 230 * XVIII
 BQJ9100 P032V000G9 04/10/2017 67261 230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
 DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2567/2017

Publicação Nº 1432740

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2567/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JKQ9087	55602722F	03/10/2017	76331	ART 252, UNICO
LXV4965	P01LG0018H	03/11/2017	51930	168
MKY6861	P02TX0005S	31/10/2017	52070	169
MBC0584	55602789F	30/10/2017	55680	181 * XIX
CDJ1068	55910617E	09/10/2017	58350	195
MFJ5948	55910624E	26/10/2017	58350	195
MBH0713	P01L9000UH	11/10/2017	51851	167
MDN0900	55602796F	04/11/2017	51851	167
DPG7744	P02TX0005U	31/10/2017	51851	167
AFM0550	P032V000JM	31/10/2017	51851	167
LXV4965	P01LG0018I	03/11/2017	51852	167
MCS9477	P032V000H2	13/10/2017	51852	167
QIF4492	P01LA000JO	09/10/2017	54521	181 * VIII
MFE8326	P01L9000TN	18/09/2017	60412	207
EAH8715	55602730F	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKD0845	55602952F	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXS9571	55602877F	28/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LCK0796	55602879F	28/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYF7398	55602672F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYN7649	55603019F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLJ6207	55603020F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO CARLOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 940/2017

Publicação Nº 1432660

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 940/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDN0030	P01VY000DV	19/07/2017	50100	162 * I	880.40
ADP6547	P01VY000EX	28/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFJ5260	P01VY000HI	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
CNT2644	P01VY000F0	30/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 941/2017

Publicação Nº 1432659

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8220 941/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ITY7968	P01VY000DO	16/07/2017	51930	168	293.47
MAY6963	P01VY000EQ	26/07/2017	51852	167	195.23
IIE6139	P01VY000FX	18/08/2017	52311	172	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 939/2017

Publicação Nº 1432661

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8220 939/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFQ8946 P029A0005U 15/10/2017 75790 165 A
MAR4496 P01VY000JO 01/11/2017 50100 162 * I
AFQ8946 P029A0005T 15/10/2017 69120 232
AFQ8946 P029A0005S 15/10/2017 65992 230 * V
MDO3604 P029A0005R 14/10/2017 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8480 352/2017

Publicação Nº 1432506

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8480 352/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CBB6120	P01590002X	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
CBB6120	P01590002Y	04/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

São Domingos**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8336 758/2017**

Publicação Nº 1432593

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8336 758/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKH3806	P01FF0004K	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
AKH3806	P01FF0004L	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AKH3806	P01FF0004M	01/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI
DELEGADO DE POLICIA

São Francisco do Sul**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1651/2017**

Publicação Nº 1432799

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8082 1651/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BAJ1405	P010L000PG	12/09/2017	50292	162* II	880.40
AIJ9327	P02QS000BT	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJH8588	P010L000NY	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
APL5985	P02QS00094	13/08/2017	50450	162 * V	293.47
MLF4625	P00ZA000FE	27/07/2017	50450	162 * V	293.47
MGV2709	P02QT0008I	27/07/2017	50450	162 * V	293.47
MCI9623	P02QS0007Q	28/07/2017	50450	162 * V	293.47
AIJ9327	P02QS000BU	18/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MJH8588	P010L000NZ	17/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZV5771	P011A000IJ	27/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
NJM1878	P00ZA000F8	25/07/2017	69120	232	88.38
MFR0725	P00ZA000HE	10/09/2017	73400	252 * IV	130.16
AON1260	P02QU0003E	11/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MKB8942	P010L000LP	28/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MCT5394	P02QS0009S	25/08/2017	65561	230 * I	293.47
APX3738	P02QT000AZ	20/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKJ4875	P02QS000AW	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCI9623	P02QS0007P	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
MBQ8705	P010L000O8	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
AFH8434	P02QS0007L	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFO3935	P010L000N4	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
LXA0494	P00ZA000FI	13/08/2017	65992	230 * V	293.47
APL5985	P02QS00093	13/08/2017	65992	230 * V	293.47
AIJ9327	P02QS000BS	18/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKP3426	P02QT000CG	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGW1616	P02QT000CE	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGW1616	P02QT000CF	05/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MKJ4875	P02QS000AX	05/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1652/2017

Publicação Nº 1432798

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1652/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKK1241	54276837N	13/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	85.13
MIG8494	54276856N	13/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	88.38
MMH8200	P010L000P8	09/09/2017	52070	169	88.38
MBR6975	P00ZA000HA	09/09/2017	53800	181 * I	130.16
NNE1052	P010L000MO	01/08/2017	54100	181 * IV	130.16
MMC4923	P00W2000J7	05/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
AJO0663	P011A000JO	07/09/2017	51851	167	195.23
NBE8737	P011A000JQ	07/09/2017	51851	167	195.23
MCX0958	P011A000JX	07/09/2017	51851	167	195.23
LZU4501	P010L000LW	28/07/2017	51851	167	195.23
EGG9553	P010L000ME	29/07/2017	51851	167	195.23
MGI1055	P011A000JZ	07/09/2017	51852	167	195.23
MCE6776	P011A000K6	10/09/2017	51852	167	195.23
MHT9606	P02QT000B2	20/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCU2325	P00W2000JF	18/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1649/2017

Publicação Nº 1432801

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1649/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANE7427	P02QT000EC	16/10/2017	50100	162 * I

MER8422	P011A000MJ	27/10/2017	50100	162	*	I
LYR6959	P02QU00046	02/11/2017	50100	162	*	I
AQX9732	P011A000MN	02/11/2017	50100	162	*	I
MBI3074	P00W2000LE	03/11/2017	50100	162	*	I
MBI3074	P00W2000LF	03/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MER8422	P011A000MK	27/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
ANE7427	P02QT000ED	16/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
MFP5013	P02QT000FK	03/11/2017	64080	221		
MEG9545	P02QS000E8	01/11/2017	67690	230	*	XXII
MGG1735	P02QS000E9	01/11/2017	67690	230	*	XXII
MJC1128	P00UF000N7	01/11/2017	73400	252	*	IV
MBD8314	P02QU0003R	18/10/2017	65992	230	*	V
MFP5013	P02QT000FJ	03/11/2017	65992	230	*	V
MBI3074	P00W2000LD	03/11/2017	65992	230	*	V
MBD8314	P02QU0003T	18/10/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1650/2017

Publicação Nº 1432800

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1650/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIG6464	P02QS000CG	02/10/2017	76251	ART 181, XX
QIP8897	P00W2000LC	03/11/2017	76252	ART 181, XX
LYR6959	P02QU00047	02/11/2017	68580	231 * VII
MJC1128	P00UF000N6	01/11/2017	51851	167
AXW1694	P02QS000E6	01/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKK5633	P02QS000CU	16/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LYU8076	P02QT000FL	04/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AXW1694	P011A000ML	31/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

São João Batista

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1468/2017

Publicação Nº 1432715

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1468/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDX6758	P01KC001NX	20/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCM1479	P01KB001KJ	25/07/2017	50100	162 * I	880.40
MMA9901	P01KB001L0	28/07/2017	50100	162 * I	880.40
LXF1256	P01KC001PJ	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MJA5893	P01KC001Q0	31/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCX7233	P01KC001T6	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIG2796	P01KC001W7	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYV3723	P01KB001Q9	12/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZK7179	P01KB001QD	14/09/2017	50100	162 * I	880.40
BSC8388	P01KB001PQ	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MLI2327	P01KB001LJ	01/08/2017	50450	162 * V	293.47
MGM7631	P01KB001P3	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJA5893	P01KC001Q1	31/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IDX6758	P01KC001NY	20/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCM1479	P01KB001KN	25/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCX7233	P01KC001T7	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIG2796	P01KC001W8	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZK7179	P01KB001QE	14/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCM1479	P01KB001KM	25/07/2017	66020	230 * VI	293.47
CYK7327	P01KC001Q6	01/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
MGK9054	P01KC001U2	02/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MDN9838	P01KC001UK	04/09/2017	69120	232	88.38

MCX2048	P01KB001IZ	15/07/2017	73400	252	*	IV	130.16
MFP4535	P01KC001WD	10/09/2017	51691	165			2934.68
MFP5911	P01KC001V8	06/09/2017	64322	223			195.23
LZM2636	P01KC001VM	08/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AAL6673	P01KC001WH	12/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LZK7179	P01KB001QC	14/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MCM1479	P01KB001KL	25/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MMA9901	P01KB001KZ	28/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MGE1703	P01KB001LE	31/07/2017	65992	230	*	V	293.47
IQU0605	P01KC001TF	01/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
MFF7135	55759435F	26/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
MCX7233	P01KC001T8	30/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIG2796	P01KC001WA	10/09/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1469/2017

Publicação Nº 1432714

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1469/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIA1934	54296158N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
NSW1072	P01KC001LP	28/06/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
CPZ9442	55759436F	25/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIG2796	P01KC001W9	10/09/2017	57380	186 * II	293.47
MIG2796	P01KC001W4	10/09/2017	58350	195	195.23
MCM1479	P01KB001KO	25/07/2017	61220	214 * I	293.47
IRM5515	P01KC001UF	04/09/2017	65300	228	195.23
IRM5515	P01KC001VH	07/09/2017	65300	228	195.23
MLY1489	55796609C	30/08/2017	51851	167	195.23
IDX6758	55759439F	20/07/2017	51851	167	195.23
CZZ2532	P01KC001TC	31/08/2017	51851	167	195.23
MAQ0546	P01KB001PI	02/09/2017	51851	167	195.23

MLF3361	54174312G	27/07/2017	51851	167	195.23
EIS1849	54174314G	27/07/2017	51851	167	195.23
CPZ9442	54174316G	27/07/2017	51851	167	195.23
MHS5967	P01KC001PX	31/07/2017	51851	167	195.23
PUY1887	P01KC001QM	04/08/2017	51851	167	195.23
MHK7634	P01KB001NA	12/08/2017	51851	167	195.23
HLC6171	P01KB001OT	30/08/2017	51851	167	195.23
MIG2796	P01KC001WB	10/09/2017	57970	191	2934.68
QHZ0412	P01KC001UV	06/09/2017	73662	252*VI	130.16
HCI3066	P01KC001T9	30/08/2017	73662	252*VI	130.16
MLY1489	55796606C	30/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1466/2017

Publicação Nº 1432717

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1466/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHX8559	P01KC0027E	01/11/2017	50100	162 * I
QHX8559	P01KC0027G	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDU1174	54170073F	02/11/2017	73400	252 * IV
APD0537	P01KC00246	17/10/2017	64322	223
OCA1180	P01KB001TL	30/10/2017	65992	230 * V
MHP1986	P01KB001SL	14/10/2017	65992	230 * V
MGA1086	P01KC0022U	15/10/2017	65992	230 * V
MI19520	P01KC0027R	05/11/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1467/2017

Publicação Nº 1432716

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1467/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJC9957	P01KC0027J	02/11/2017	55250	181 * XV
QHX8559	P01KC0027H	01/11/2017	58350	195
MFO7323	P01KC0021A	05/10/2017	61220	214 * I
MCV2128	P01KC0021B	05/10/2017	61220	214 * I
MHB3884	P01KC001ZV	27/09/2017	68580	231 * VII
MGT1695	P01KC0020O	04/10/2017	51851	167
MSR9761	P01KC0020P	04/10/2017	51851	167
CET3961	P01KC0021O	08/10/2017	51851	167
PXP6707	P03LG00003	12/10/2017	51851	167
IMQ0731	P01KC0022Q	15/10/2017	51851	167
MFN9210	P01KC0027I	02/11/2017	51851	167
MAX5622	P01KC0022Y	16/10/2017	51851	167
LBJ1729	P01KC0023A	16/10/2017	51851	167
MCN4273	P01KC0023L	16/10/2017	51851	167
MJO6468	P01KC0023O	16/10/2017	51851	167
MIP0670	P01KC0026R	31/10/2017	51851	167
CLV7128	P01KC00273	01/11/2017	51851	167
MLH9828	P01KC0022W	16/10/2017	58192	193
QHX8559	P01KC0027F	01/11/2017	70481	244 * II
QHX8286	P01KC00276	01/11/2017	73662	252*VI
QHA6486	P01KC0020J	04/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

São João do Oeste

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8310 493/2017

Publicação Nº 1432600

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8310 493/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAX2791	55868143D	16/07/2017	65300	228	195.23
AMZ2438	55868053D	21/08/2017	59670	203 * V	1467.34
ASQ5982	55868092D	23/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

São João do Sul**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 744/2017**

Publicação Nº 1432565

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8374 744/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IRH1515	P01FH000TK	27/08/2017	75790	165 A	2934.68
LXW6798	P01FH000VN	10/09/2017	50450	162 * V	293.47
QHC5646	P01FH000PO	28/07/2017	53800	181 * I	130.16
ALT5895	P01FH000S5	15/08/2017	58350	195	195.23
MEG5410	P01FH000UR	04/09/2017	58350	195	195.23
IGE3344	P01FH000PG	27/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MBD2923	P01FH000Q3	30/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MMB9627	P01FH000Q5	30/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MEG5410	P01FH000US	04/09/2017	69120	232	88.38
AEM5686	P01FH000T0	24/08/2017	51851	167	195.23
IJG2565	P01FH000T3	24/08/2017	51851	167	195.23
MEH6709	P01FH000TB	25/08/2017	51851	167	195.23
IFZ1445	P01FH000PM	28/07/2017	51851	167	195.23
MJA1808	P01FH000PP	28/07/2017	51851	167	195.23
IVB3655	P01FH000PQ	28/07/2017	51851	167	195.23
CJA0038	P01FH000PF	27/07/2017	51851	167	195.23
ALT5895	P01FH000S2	15/08/2017	65992	230 * V	293.47
AIU6294	P01FH000UX	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCP7397	P01FH000VM	10/09/2017	66102	230 * VII	195.23
ALT5895	P01FH000S3	15/08/2017	52741	175	2934.68
MEG5410	P01FH000UQ	04/09/2017	52741	175	2934.68
ALT5895	P01FH000S4	15/08/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 743/2017

Publicação Nº 1432566

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8374 743/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGH2259	P01FH000ZW	03/11/2017	50450	162 * V
MBN0745	P01FH000Y8	17/10/2017	52070	169
IMB3119	P01FH000XB	06/10/2017	67690	230 * XXII
IMS7359	P01FH000Y2	14/10/2017	69120	232
CGH2259	P01FH000ZV	03/11/2017	69120	232
AMD6417	P01FH0010G	05/11/2017	65992	230 * V
INN3522	P01FH000ZM	31/10/2017	65992	230 * V
CGH2259	P01FH000ZU	03/11/2017	65992	230 * V
MGK7426	P01FH000XY	13/10/2017	66102	230 * VII
MBN0745	P01FH000Y9	17/10/2017	66531	230 * XI
MGZ9462	P01FH000Y1	14/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

São Joaquim

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1600/2017

Publicação Nº 1432613

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8284 1600/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKW1420	P03D50000D	29/07/2017	50100	162 * I	880.40
MKW1420	P03D50000C	29/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEI6794	P03D50002X	08/09/2017	65800	230 * IV	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1601/2017

Publicação Nº 1432612

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1601/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QJO1400	55034102F	16/07/2017	54521	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1598/2017

Publicação Nº 1432615

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8284 1598/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANQ4034	P03D50005Y	06/11/2017	50100	162 * I
MGG3031	P03D50005W	05/11/2017	65992	230 * V
ANQ4034	P03D50005X	06/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1599/2017

Publicação Nº 1432614

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8284 1599/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
INQ2604	P03D50005E	28/10/2017	65300	228
LWS5144	55033827F	30/10/2017	51851	167
MHM3802	P03D500064	06/11/2017	54521	181 * VIII
LWS5144	55033843F	30/10/2017	60412	207
MGN4068	54092445E	30/10/2017	60412	207
MEJ3736	P03D50004P	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

São José

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2537/2017

Publicação Nº 1432877

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2537/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIP3521	P01HE0024Q	25/08/2017	50292	162* II	880.40
MFE3917	P01HC0026F	29/08/2017	50292	162* II	880.40
AHX4825	P01HE0022R	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCG2550	P01610006S	05/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDV1245	P02NS0001L	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXW5507	P01HC001ZC	14/07/2017	50100	162 * I	880.40

MJL0196	P01HE001ZR	20/07/2017	50100	162	*	I	880.40
MEQ9467	55943096E	25/08/2017	50100	162	*	I	880.40
MKZ7322	P01HE00274	05/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MEB4436	P01HE0027L	06/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MBY2532	P01HE0027G	05/09/2017	50100	162	*	I	880.40
HZU2675	P01HC0028B	06/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MED9508	P01HC0028C	06/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MGA0942	P01HE00281	07/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MAG3708	P01HE0028P	11/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MJJ8564	P01HC0029B	11/09/2017	50100	162	*	I	880.40
LYR7842	P01HC002CW	22/09/2017	50100	162	*	I	880.40
IPQ5638	P01HE00272	05/09/2017	50450	162	*	V	293.47
MDQ0263	P02NX00020	06/07/2017	50450	162	*	V	293.47
MIT3725	P01HE0024F	24/08/2017	50450	162	*	V	293.47
MEQ9467	55943095E	25/08/2017	50610	163	c/c	162 * I	880.40
IJX5581	P01HC00258	24/08/2017	64080	221			130.16
QHA4246	P035U0007I	14/07/2017	64080	221			130.16
MJN5330	P02NS0002H	15/09/2017	64080	221			130.16
AWW8840	P02NR0003N	12/09/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MMB0931	P01HE001WX	10/07/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MKT2263	P02NX0001Y	06/07/2017	67000	230	*	XVI	195.23
IUW4122	P01HE0020Z	25/07/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MFN0407	P01HE00283	07/09/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MIG8586	P01HC0028D	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MGA0942	P01HE00280	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLH9563	P01HC00283	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
JPC3554	P01HE0027K	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
EQX7716	P01HE0027O	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
IHC4326	P01HC00288	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
HZU2675	P01HC0028A	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MHB4457	P02NR0003I	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MEQ9467	55943097E	25/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MKZ7322	P01HE00275	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MGJ0116	P01HE00214	26/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MCY6709	P035U0008I	18/07/2017	65992	230	*	V	293.47
HRC7525	P01HC00236	14/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MIP3521	P01HE0024R	25/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MEC0052	P0169000A8	20/06/2017	65992	230	*	V	293.47
MML2135	P015A000DA	28/06/2017	65992	230	*	V	293.47
MBS3603	P035U00073	12/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MDQ0263	P02NX00021	06/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MCE4176	P035U0009L	20/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MCX6584	P02NS00017	21/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MEU9534	P015A000F8	21/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MAG3708	P01HE0028Q	11/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDL2765	P01HC0028W	08/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MBN8851	P01HE0028J	08/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AWW8840	P02NR0003O	12/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MCH6101	P01HE0029O	14/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MBH6198	P02NR00039	23/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
HEW5145	P01HC0027Q	05/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MFT8665	P01HC0027S	05/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MFT8665	P01HC0027T	05/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
AQX5103	P01HE0027U	06/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MFN0407	P01HE00284	07/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MII1355	P02NR0002L	18/07/2017	66371	230	*	IX	195.23
MJJ8564	P01HC0029C	11/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
AIW6815	P01HC00290	08/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MIQ6664	P01HC0022K	27/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
MBB8244	P02NS00012	14/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
MGL2884	P01HE001WO	08/07/2017	66531	230	*	XI	195.23
MEC9189	P035U000DC	12/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
MEY0197	P01HC0029H	12/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

MGF8870	P01HE002CD	22/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AIW6815	P01HC00291	08/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
CYJ3657	P01HC001VX	30/06/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MTT8849	P01HE001XS	13/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MLY3993	P035U000A1	21/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MKN1775	P01HE001YB	14/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEB8209	P015A000DL	06/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGT0968	P01640004B	15/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDV1245	P02NS0001N	16/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFE3917	P01HC0026G	29/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHN7306	P01HC0027G	04/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MCB1108	P01HE00261	30/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDI4265	P02NX0004J	31/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
IPQ5638	P01HE00273	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
HEW5145	P01HC0027R	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MES6245	P01HE00279	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MKE3069	P01HC0028R	08/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHE1141	P01HE0028B	08/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
QHD8078	P01HC0028S	08/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFA7654	P01HC0028J	07/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AQX5103	P01HE0027V	06/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2538/2017

Publicação Nº 1432876

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2538/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLZ9558	54279891N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFQ2305	54293987N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
DFL3922	54293997N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKC4765	54296117N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40



MHO7990	54296942N	11/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MKB3304	P02UN000EN	12/09/2017	76251	ART	181, XX	293.47
MJM8588	P02NY000EL	05/07/2017	76251	ART	181, XX	293.47
MHZ7825	P02NY000W8	05/09/2017	76252	ART	181, XX	293.47
MGR6705	P02UN000D0	05/09/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MGD6005	P02UN000F8	13/09/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MJH8237	P02UN0007Z	14/07/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MKH9827	P02NY000IF	13/07/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
IME7293	P02NY000S3	01/08/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MJV1055	P02PC000YP	16/08/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MIV0279	P02UN000FL	14/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
OFU2579	P02UN000F6	13/09/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
MIT9454	P02UN000D7	06/09/2017	51930	168		293.47
MGT0968	P01640004C	15/08/2017	52070	169		88.38
MAR1101	P02NY000SP	09/08/2017	55090	181	* XIII	130.16
HPC6552	P016100076	01/09/2017	55250	181	* XV	130.16
MEM4356	P035U000E1	14/09/2017	55500	181	* XVIII	130.16
MCZ8394	P02NX0005A	20/09/2017	57200	186	* I	195.23
MKO2995	P0169000BC	11/08/2017	57200	186	* I	195.23
QHP5546	P02TQ0001U	18/08/2017	57620	188		130.16
QIT1616	P03AU00002	12/09/2017	57620	188		130.16
MGC9907	P02PC000WO	08/08/2017	58350	195		195.23
MFA7654	P01HC0028K	07/09/2017	60760	210		293.47
MKY2613	P02WO0000G	05/09/2017	61220	214	* I	293.47
LYA3689	P01610007F	07/09/2017	65300	228		195.23
MDD9307	P0166000G1	10/08/2017	65300	228		195.23
MCY5630	P0169000AZ	30/07/2017	65300	228		195.23
ISO5975	P01610005A	23/06/2017	73740	253		293.47
QHX5363	P02NY000HB	13/07/2017	51851	167		195.23
MIJ8850	P02NY000KX	15/07/2017	51851	167		195.23
MFE2453	P02NY000L2	15/07/2017	51851	167		195.23
MIN5863	P02NY000LO	15/07/2017	51851	167		195.23
MGI7602	P02UN0009H	21/07/2017	51851	167		195.23
MEA9439	P02UN0009L	21/07/2017	51851	167		195.23
MEG3396	P02NY000M5	18/07/2017	51851	167		195.23
MKW6998	P02NY000MN	19/07/2017	51851	167		195.23
ANX5295	P02NY000N0	19/07/2017	51851	167		195.23
LWW1707	P02NY000N1	19/07/2017	51851	167		195.23
FLA0515	P02NY000J2	14/07/2017	51851	167		195.23
MKZ2436	P02WR0002D	24/08/2017	51851	167		195.23
MJD2166	P0166000GF	22/08/2017	51851	167		195.23
MDE8389	P02NY000W9	05/09/2017	51851	167		195.23
MHV7765	P02NY000QL	27/07/2017	51852	167		195.23
MFF6685	P01640004H	19/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MET0226	P02PC000XF	12/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MLN9833	P02PC000XI	12/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MIC9097	P02PC000XN	12/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MCE8899	P016000044	13/07/2017	54521	181	* VIII	195.23
AQJ8442	P02PC0011A	11/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MHU3124	54890508G	21/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MAZ9262	P035U00087	16/07/2017	58191	193		880.40
BXU1520	P02UN000EU	13/09/2017	58433	196		195.23
MCJ1656	P02UN000EI	12/09/2017	60175	206	* III	293.47
MGC9907	P02PC000WM	08/08/2017	60175	206	* III	293.47
MFZ8525	P0169000BB	11/08/2017	60501	208		293.47
MJC5992	P015Y0003E	12/08/2017	60501	208		293.47
MGT0968	P01640004A	15/08/2017	60501	208		293.47
MKV8588	P035U000F1	18/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
FPX8229	P02NY000VT	23/08/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MEF2599	P02NY000WG	05/09/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MER0836	P02NY000X1	08/09/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MFY9144	P02NY000QC	26/07/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2037/2017

Publicação Nº 1432455

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2037/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHK4557	54110739G	14/07/2017	50450	162 * V	293.47
MEZ2710	54922168F	14/07/2017	67000	230 * XVI	195.23
LZX3509	55658041C	03/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2038/2017

Publicação Nº 1432454

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8714 2038/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFH5188	54293331N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
DFL3922	54293338N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIJ7703	54293339N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKT8903	54293340N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLH5590	54295866N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIX2932	54295867N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QID8013	54295868N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJN5981	54295869N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJP7609	54295871N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMH0874	54295872N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
ARN2508	54295876N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIP7421	54920693F	04/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFM6706	54110239G	29/06/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGY3546	54112978G	21/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MCY2453	54108673G	05/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGJ5836	54108690G	12/09/2017	54600	181 * IX	130.16
OHS2369	54114775G	13/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MIF9235	55654473C	31/08/2017	55250	181 * XV	130.16
HII4726	54112302G	03/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKE5103	54113682G	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
BNC3593	54113869G	01/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKR5191	54113697G	10/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEV7089	54114002G	08/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
OKG7702	55673791C	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKK7587	54107822G	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
JSQ6996	54114799G	18/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGD0967	54111733G	11/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ACS3337	54111242G	29/06/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MBO4538	54112209G	17/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AUC8321	54112176G	29/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AKM9932	54113405G	10/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MAP9947	55672723C	18/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKW6910	54112973G	16/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MJT2694	54917715F	16/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MHG4958	54109689G	18/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MKZ3578	54923566F	08/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MJA2367	54111423G	14/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MFG1170	54113773G	15/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MMD7300	54922591F	24/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
QHJ1243	54925648F	15/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
CAP2472	55654478C	31/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MML8911	54113472G	03/08/2017	57200	186 * I	195.23
AHF4407	54111083G	17/07/2017	57200	186 * I	195.23

MEI2582	54111977G	13/07/2017	57380	186	*	II	293.47
LYN8142	55126247C	22/08/2017	57380	186	*	II	293.47
LWW1707	54112518G	20/07/2017	51851	167			195.23
MFI4620	54111059G	21/06/2017	51851	167			195.23
IIF8119	54113251G	02/08/2017	51851	167			195.23
MJS4334	54113726G	09/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MMI0996	54113188G	04/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MIT4942	54113027G	31/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MJK2224	54112884G	27/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QHZ9081	54113239G	03/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFR2524	54112623G	24/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
BRD7815	54926104F	21/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
DWR1466	54110998G	22/06/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MLM5103	54110734G	11/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MGR6000	54112431G	18/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LXU3600	54110340G	31/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IQZ0178	54110350G	31/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LPH5247	55669346C	31/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHP3541	55126233C	21/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
PWG4332	55660439C	17/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IJQ4665	55122277C	24/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
HTD5307	54114285G	11/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IGO1585	54113986G	05/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIP5375	55673764C	01/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MEG8489	55654496C	04/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MJV1108	54114797G	18/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
DXY4777	55673786C	04/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIC9157	55669747C	30/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MMJ3259	54115109G	14/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFY2753	54115247G	20/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MAA3300	54115115G	18/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
ITW8355	54115081G	19/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHC2909	54115108G	14/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MKP3847	54112284G	29/07/2017	54522	181	*	VIII	195.23
MIN0906	54913797F	15/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIJ6782	54918295F	12/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIJ8151	54113788G	16/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
OKE6456	54112458G	23/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIJ8151	55126236C	21/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLI8685	55126230C	21/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMA1946	54115105G	14/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIA4951	54115674G	19/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDA8628	54114142G	11/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGS3426	54114895G	14/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGT2372	54109893G	04/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBD0775	54112626G	24/07/2017	55413	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIG1958	54924681F	25/07/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIB4543	54113284G	04/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AKM6524	54113195G	07/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFV7004	54112404G	18/07/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGN6295	55654498C	04/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHS5906	54113955G	05/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
GFB7979	54923414F	28/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
NKB2367	55654482C	01/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLC0855	54114453G	14/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
KZB6581	54115056G	18/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LZQ7635	54114768G	13/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLU3020	54115659G	19/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLX9940	55673793C	04/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIW7472	55673776C	04/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKD8841	55673777C	04/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGZ0821	54114253G	05/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
OQP3354	54113996G	05/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23

MKI2829	54113997G	05/09/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AXZ4359	54909272F	23/08/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ITX7501	54907936F	25/08/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKN4604	54110311G	30/08/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
GEO1116	54112651G	21/07/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIR3606	54111792G	10/07/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MLT7037	54111392G	05/07/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIX8744	54113715G	09/08/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIX8744	54917747F	17/08/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2535/2017

Publicação Nº 1432879

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2535/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIJ2459	P01HC002GD	07/10/2017	75790	165 A
MED5733	P01610007N	06/10/2017	50100	162 * I
MIY6809	P02NX0005P	05/10/2017	50100	162 * I
MIJ2459	P01HE002FV	07/10/2017	50100	162 * I
DAN5173	P01HC002LZ	30/10/2017	50100	162 * I
MMB1144	P01HC0027M	04/09/2017	50100	162 * I
MFH1242	P01HE0029R	15/09/2017	50100	162 * I
MFP9725	P01HE002E3	02/10/2017	50100	162 * I
MGC4649	P0169000D0	07/10/2017	50100	162 * I
MCT1941	P01HE002NW	03/11/2017	50100	162 * I
QIO0498	P01HC002NB	03/11/2017	50100	162 * I
LXV4137	P01HE002ES	03/10/2017	50450	162 * V
MJB7657	P01HC002HP	11/10/2017	50450	162 * V
MFL5384	P01HC002HB	10/10/2017	50450	162 * V

MHY9002	P01HE002O4	06/11/2017	64080	221	
BXU1520	P016400061	07/11/2017	64080	221	
NHB8105	P01HE002MK	31/10/2017	66020	230	* VI
BYA3094	P016100091	04/11/2017	67000	230	* XVI
EMS9698	P01HC002FD	04/10/2017	67000	230	* XVI
EMS9698	P01HC002FF	04/10/2017	69120	232	
MJT1332	P01HC002F5	04/10/2017	73400	252	* IV
MIY0839	P01HC002F2	03/10/2017	65992	230	* V
LXV4137	P01HE002ER	03/10/2017	65992	230	* V
MFH1242	P01HE0029S	15/09/2017	65992	230	* V
MGC4649	P0169000CZ	07/10/2017	65992	230	* V
MCN7914	P02PB0002I	09/10/2017	65992	230	* V
MIJ2459	P01HE002FU	07/10/2017	65992	230	* V
CPP2172	P02TQ0002F	05/10/2017	65992	230	* V
MJB7657	P01HC002HO	11/10/2017	65992	230	* V
DAN5173	P01HC002M0	30/10/2017	65992	230	* V
MJS5190	P015L0003W	17/10/2017	65992	230	* V
LXW3665	P01HC002N9	03/11/2017	65992	230	* V
MGH2425	P01HC002NU	07/11/2017	65992	230	* V
LXN5343	P01HE002OE	06/11/2017	65992	230	* V
IKJ2425	P01HC002LL	27/10/2017	65992	230	* V
PFM2252	P01HE002HV	12/10/2017	66102	230	* VII
MFS8306	P02TQ0002I	05/10/2017	66102	230	* VII
MED5733	P01610007M	06/10/2017	66102	230	* VII
EMS9698	P01HC002FE	04/10/2017	66371	230	* IX
MFT2405	P01HC002H2	10/10/2017	66371	230	* IX
MED5733	P01610007L	06/10/2017	66372	230	* IX
BXU1520	P016400060	07/11/2017	66372	230	* IX
MCT1941	P01HE002NX	03/11/2017	66372	230	* IX
MGL2884	P035U000FO	05/11/2017	66531	230	* XI
MCV5812	P01HC002NM	06/11/2017	67261	230	* XVIII
BXU1520	P01640005Z	07/11/2017	67261	230	* XVIII
MCT1941	P01HE002NY	03/11/2017	67261	230	* XVIII
INU2285	P01HE002NT	03/11/2017	67261	230	* XVIII
MID2049	P02TR00013	05/11/2017	67261	230	* XVIII
EMS9698	P01HC002FG	04/10/2017	67261	230	* XVIII
MIZ5828	P01HC002G0	05/10/2017	67261	230	* XVIII
MFH1564	P01HE0029K	14/09/2017	67261	230	* XVIII
MLG5221	P01HC002HM	11/10/2017	67261	230	* XVIII
MFY4313	P01HC002GQ	09/10/2017	67261	230	* XVIII
MKW4055	P01HE002IH	17/10/2017	67261	230	* XVIII
MJS5190	P015L0003X	17/10/2017	52741	175	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2536/2017

Publicação Nº 1432878

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE TRANSITO N.8023 2536/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHI1296	54315392N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIB6817	P02NY00118	09/10/2017	76251	ART 181, XX
MKQ5367	P02PC0014W	10/10/2017	76251	ART 181, XX
MMF1361	P02NY0011S	11/10/2017	76252	ART 181, XX
QHY3025	P02NY00119	10/10/2017	76252	ART 181, XX
IKS6006	P02PC0014U	10/10/2017	76252	ART 181, XX
MFV4113	P02PC0013Z	04/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MIV9063	P02NY0016D	06/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MLU8504	P02NY0016I	06/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MFT7767	P02NY0015Z	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
IFZ2163	P02UN000K9	07/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHT4101	P035U000EJ	15/09/2017	53800	181 * I
MBR6542	P03AU0000C	06/10/2017	55090	181 * XIII
QIL6123	P03AU0002N	06/11/2017	55250	181 * XV
APZ0098	P015L00044	04/11/2017	55250	181 * XV
MLU8459	P02PC0013V	04/10/2017	55500	181 * XVIII
LXV4511	P02NY0010I	05/10/2017	55500	181 * XVIII
MJL3267	P02NY0010J	05/10/2017	55500	181 * XVIII
QHX7132	P02NY0010O	05/10/2017	51851	167
MEC4605	P02PC001AI	03/11/2017	51851	167
IQJ5873	P02PC00159	12/10/2017	51851	167
JUY6009	P02PC0016M	16/10/2017	54521	181 * VIII
MHJ1690	P03OL0000B	26/09/2017	54521	181 * VIII
AXY4486	P02NY0011W	11/10/2017	54521	181 * VIII
MIU9910	P02UN000H2	17/10/2017	58434	196
MKO8325	P02PC00144	04/10/2017	60501	208
MJS5190	P015L0003T	17/10/2017	70301	244 * I
MJS5190	P015L0003V	17/10/2017	70481	244 * II
BXU1520	P01640005Y	07/11/2017	70561	244 * III
HHJ4721	P02TR00012	04/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLN7918	P02NX0005H	03/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHR7125	P02NX0005J	03/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBG7264	P02PC0014N	05/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
NQG5738	P02NY0012B	11/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QIF6451	P03AU00018	14/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MHD6008	P03AU0002O	06/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIT5697	P02PC001AX	03/11/2017	73662	252*VI
MHN9759	P02PC0019R	01/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2035/2017

Publicação Nº 1432457

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8714 2035/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHD4775	54115562G	04/11/2017	50292	162* II
MHD4775	54115561G	04/11/2017	75790	165 A
MJG0643	54112335G	07/10/2017	50100	162 * I
HTF8021	54115799G	03/11/2017	50100	162 * I
HTF8021	54115800G	03/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLE1788	54115451G	22/09/2017	67000	230 * XVI
MHD4775	54115563G	04/11/2017	51262	164 c/c 162 * II
NRH9147	54114472G	26/10/2017	65564	230 * I
HTF8021	54115798G	03/11/2017	65992	230 * V
MGC6046	54115558G	05/10/2017	65992	230 * V
MJG0643	54112334G	07/10/2017	65992	230 * V
QHG3812	54117792G	03/11/2017	65992	230 * V
MDK7210	54117793G	03/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2036/2017

Publicação Nº 1432456

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2036/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKB3477	54305277N	05/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHL3902	54306159N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QQR9083	54307995N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
OHS2369	54314811N	03/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIX8744	54315731N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIX8744	54315732N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIX8744	54315734N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLS0983	54315741N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
HJH0552	54315745N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIK2246	54116810G	05/10/2017	76251	ART 181, XX
LXW2225	54115614G	16/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKX0024	54116767G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
LSD0952	54116676G	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO
ASK7026	54116052G	04/10/2017	51930	168
QHV9178	54117463G	05/10/2017	52070	169
QIE2358	54922243F	02/10/2017	54600	181 * IX
LVA2067	54110450G	04/10/2017	54600	181 * IX
MLV8204	54115038G	01/11/2017	54600	181 * IX
MHC5742	54114478G	03/11/2017	54600	181 * IX
MEI7815	54118081G	27/10/2017	55500	181 * XVIII
QHJ7241	54118110G	01/11/2017	55500	181 * XVIII
MJK0223	54118255G	25/10/2017	55500	181 * XVIII
QHC7790	54118256G	25/10/2017	55500	181 * XVIII
MKL5735	54118260G	26/10/2017	55500	181 * XVIII
KZJ4401	54118267G	26/10/2017	55500	181 * XVIII
MLA9894	54114571G	29/09/2017	55500	181 * XVIII
CWU8339	54117365G	25/10/2017	55500	181 * XVIII
MHZ5196	54116223G	27/09/2017	55500	181 * XVIII
QIC4942	54116272G	26/09/2017	55500	181 * XVIII
MGM5068	54116861G	28/09/2017	55680	181 * XIX
MBM3625	54112331G	28/09/2017	55680	181 * XIX
MFL4360	54116720G	28/09/2017	55680	181 * XIX
MCP9387	54117439G	12/10/2017	55680	181 * XIX
HLX1472	54118290G	30/10/2017	55680	181 * XIX

MDW0408	54118284G	30/10/2017	55680	181	*	XIX	
MGR9481	54118265G	26/10/2017	55680	181	*	XIX	
BEN1505	54118271G	26/10/2017	55680	181	*	XIX	
EGV6158	54118288G	30/10/2017	55680	181	*	XIX	
PWT8484	54118055G	25/10/2017	55680	181	*	XIX	
MFG3576	54118294G	30/10/2017	55680	181	*	XIX	
QIC6898	54118295G	30/10/2017	55680	181	*	XIX	
MHR8768	54116454G	05/10/2017	55680	181	*	XIX	
MLF1386	54115017G	02/10/2017	57200	186	*	I	
QHX4109	54114869G	13/09/2017	57380	186	*	II	
MIS6313	54114461G	04/10/2017	57380	186	*	II	
MHV2244	54114305G	12/09/2017	59910	206	*	I	
MFA6036	54116696G	04/10/2017	51851	167			
MIT5615	54116523G	27/09/2017	51851	167			
MKH8341	54117404G	03/10/2017	51851	167			
MKB7624	54116591G	09/10/2017	51851	167			
MHG0622	54117457G	05/10/2017	51851	167			
DVK8800	54117787G	28/10/2017	51852	167			
ARA0308	54118329G	06/11/2017	54521	181	*	VIII	
MMJ2641	54118087G	30/10/2017	54521	181	*	VIII	
MIW7019	54118114G	01/11/2017	54521	181	*	VIII	
MEJ9293	54118103G	31/10/2017	54521	181	*	VIII	
HOR0145	54118072G	26/10/2017	54521	181	*	VIII	
MLN4405	54116319G	28/10/2017	54521	181	*	VIII	
LYR1324	54115794G	29/10/2017	54521	181	*	VIII	
MEM1415	54116738G	29/09/2017	54521	181	*	VIII	
LZT5661	54113428G	05/10/2017	54521	181	*	VIII	
KXX4426	54111147G	28/09/2017	54521	181	*	VIII	
OKG6191	54116856G	28/09/2017	54521	181	*	VIII	
MEM1415	54116208G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	
MCI5839	54116665G	29/09/2017	54521	181	*	VIII	
MEC1539	54116667G	29/09/2017	54521	181	*	VIII	
IXS0474	54116220G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	
MCL5569	54116733G	28/09/2017	54521	181	*	VIII	
LWX8876	54114576G	03/10/2017	54521	181	*	VIII	
MHT2883	54116250G	03/10/2017	54521	181	*	VIII	
CII2699	54116292G	28/09/2017	54521	181	*	VIII	
MIP5403	54116225G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	
FQY8170	54116213G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	
MLH4630	54116201G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	
MLH4630	54116156G	25/09/2017	54521	181	*	VIII	
MCN0398	54115833G	25/09/2017	54522	181	*	VIII	
MJW7910	54116427G	27/09/2017	56221	182	*	VI	
MCL8906	54115864G	06/11/2017	58191	193			
MLV6637	54116710G	27/09/2017	60501	208			
ASK4401	54114329G	02/10/2017	60681	209			
OKE2954	54114350G	30/10/2017	70301	244	*	I	
FOT4498	54114322G	26/09/2017	59320	203	*	II	
MJB8335	54109899G	30/09/2017	55411	181	*	XVII	c/ Leil3146
QHL8750	54116175G	26/09/2017	55411	181	*	XVII	c/ Leil3146
MIX8744	54116899G	04/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Leil3146
MIX8744	54116873G	02/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Leil3146
MKG5813	54118086G	30/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Leil3146
EER9083	54118094G	30/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
MJJ9898	54118058G	25/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
MJJ9898	54117387G	25/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
MIV9756	54118272G	26/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
QHN3687	54118291G	30/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
MDV8901	54116784G	06/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
APK7100	54116997G	24/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
MHZ1819	54117338G	17/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
MKZ7930	54117860G	27/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146
MIP2579	54118079G	27/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Leil3146

IXN0091	54118057G	25/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MLR3037	54111835G	04/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
QHD4391	54111836G	04/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MHP0228	54116858G	28/09/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MEK4626	54116678G	03/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
LYC7125	54116534G	27/09/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
HCS6345	54114980G	14/09/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MFW4346	54112977G	21/09/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MLL1531	54117374G	24/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
BEA0879	54117370G	23/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
KXP3578	54118264G	26/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MDN0524	54118258G	26/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
EBY0160	54118323G	06/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MIX8744	54118314G	01/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
DHS6225	54118307G	01/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MGH9556	54118303G	31/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MIX8744	54118304G	31/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
DVK8800	54117786G	28/10/2017	73662	252*VI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

São José do Cedro

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 971/2017

Publicação Nº 1432503

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 971/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JNN1039	P02MU0005D	13/08/2017	55250	181 * XV	130.16
ATR3706	P02MU0006Q	09/09/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 970/2017

Publicação Nº 1432504

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 970/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIZ5810	P02MU0009S	17/10/2017	51851	167
MMX9412	P02MU000B4	01/11/2017	51851	167
LZN6189	P02MU000B8	04/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

SÃO LOURENÇO DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1629/2017**

Publicação Nº 1432751

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8116 1629/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAL8811	P010U0004U	05/08/2016	51691	165	1915.38
LZJ7828	P010U000RE	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEI9731	P010U000PT	01/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEI9731	P010U000PS	01/08/2017	50371	162 * III	586.94

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1630/2017

Publicação Nº 1432750

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENÇO DO OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8116 1630/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGU0583	P02SY0000U	12/09/2017	52070	169	88.38
APB0533	P010V000LY	12/09/2017	54870	181 * XI	195.23
MBR1677	P010U000PC	22/07/2017	51851	167	195.23
MMA3696	P010U000RB	05/09/2017	51851	167	195.23
AJO8863	P010U000RG	05/09/2017	51851	167	195.23
MBB8684	P02SY0000M	08/09/2017	51851	167	195.23
AOT2086	P02SY0000O	09/09/2017	51851	167	195.23
MEI9731	P010V000KI	01/08/2017	60502	208	293.47
MHQ3571	P010U000P5	19/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLU5018	P010V000KF	31/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1627/2017

Publicação Nº 1432753

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1627/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EFS0321	P010V000ON	02/11/2017	75790	165 A
LZL1293	P010V000NW	17/10/2017	50100	162 * I
LZL1293	P010V000NX	17/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEF4428	P010V000OL	02/11/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1628/2017

Publicação Nº 1432752

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO OESTE - 283330

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8116 1628/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HRA1863	P02RP0002I	13/10/2017	54600	181 * IX
AHL6672	P02SY0001Q	14/10/2017	54870	181 * XI
INM3842	P010U000TB	12/10/2017	54870	181 * XI
IIU7484	P02SY0001K	07/10/2017	54870	181 * XI
ATE0503	P010U000T4	11/10/2017	54870	181 * XI
MJE0782	P02SY00028	03/11/2017	54870	181 * XI
EFS0321	P010V000OM	02/11/2017	51851	167
MEF4428	P010V000OJ	02/11/2017	51851	167
QHH2084	P02RP0002J	17/10/2017	54522	181 * VIII
ARM9909	P010V000OG	30/10/2017	54525	181 * VIII
MLP5950	P010U000T5	11/10/2017	60175	206 * III
MEF4428	P010V000OK	02/11/2017	60502	208
JWU8862	P010U000SY	11/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MBA8594	P02RP0002M	17/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI
DIRETOR DE TRANSITO

SÃO MIGUEL DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2327/2017**

Publicação Nº 1432865

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8029 2327/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ENT4532	P01RN000AI	08/04/2017	75790	165 A	2934.68
MFV3510	P01RL0005B	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHP8011	P01RN000F1	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
AQK5359	P01RL0005T	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
DRC1805	P03MI00006	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
AAB4537	P01RL0005I	26/08/2017	66102	230 * VII	195.23
DRC1805	P03MI00008	05/09/2017	66372	230 * IX	195.23
DRC1805	P03MI00007	05/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2328/2017

Publicação Nº 1432864

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8029 2328/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLY3808	P03MH00008	31/08/2017	61220	214 * I	293.47
IKA9337	P01RM000CX	07/09/2017	65300	228	195.23
AAB4537	P03MH00002	25/08/2017	65300	228	195.23
MIB6150	54602725F	14/07/2017	51851	167	195.23
MBW4629	P01RN000F2	10/09/2017	70301	244 * I	293.47
MDY6578	P01S8000C4	08/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8750 952/2017

Publicação Nº 1432440

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8750 952/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIM7831	54282494N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLL8390	54291546N	24/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MGW8817	8750256955	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
IGB6012	8750257032	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
MAO2301	8750257057	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
AJO2495	8750257086	25/08/2017	74550	218 * I	130.16
CWJ5557	8750257113	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
AKT4065	8750256781	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHX5845	8750256897	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJB9353	8750257127	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJB0974	8750257161	29/08/2017	74550	218 * I	130.16
MQN9112	8750257195	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
AJH3445	8750257201	01/09/2017	74550	218 * I	130.16

MAY1611	8750257213	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILC1184	8750256553	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP6952	8750257232	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ2619	8750257244	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CMF9881	8750257251	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWZ5754	8750257269	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR3847	8750257279	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DRK7370	8750257312	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DNK1798	8750257319	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JAL3661	8750257321	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM9532	8750257412	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APX2818	8750257226	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
CMF9881	8750257198	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
BSV1679	8750256532	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJX4189	8750257293	07/09/2017	74710	218	*	III	880.40
AMZ0825	8750257308	08/09/2017	56732	183			130.16
QHP8686	8750257253	04/09/2017	56732	183			130.16
MKV9363	8750256593	20/07/2017	56732	183			130.16
MJS8291	8750257091	25/08/2017	56732	183			130.16
AJX4255	8750257080	24/08/2017	56732	183			130.16
QID9345	8750256987	17/08/2017	60503	208			293.47
CMG6826	8750257125	28/08/2017	60503	208			293.47
MTI7644	8750256620	22/07/2017	60503	208			293.47
MES0434	8750256545	16/07/2017	60503	208			293.47
MLW1204	8750255135	20/04/2017	60503	208			293.47
MKI5404	8750256492	13/07/2017	60503	208			293.47
QIB6643	8750257273	06/09/2017	60503	208			293.47
LWZ5754	8750257151	27/08/2017	60503	208			293.47
QHL6045	8750257215	02/09/2017	60503	208			293.47
DQE2339	8750257323	09/09/2017	60503	208			293.47
MFL1357	8750257335	10/09/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2325/2017

Publicação Nº 1432867

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2325/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZE8353	P01RK000DX	01/11/2017	50292	162* II
AGM3002	P01S50008J	10/10/2017	75790	165 A
MAA8435	P03MI0000T	14/10/2017	50100	162 * I
MFS1496	P01S50008S	12/10/2017	50100	162 * I
MWE5755	P01RK000DZ	04/11/2017	50100	162 * I
MAA8435	P03MI0000V	14/10/2017	66020	230 * VI
MEJ8333	P01RK000DY	04/11/2017	50371	162 * III
MGD7347	P01RN000FR	03/11/2017	65992	230 * V
MAA8435	P03MI0000S	14/10/2017	65992	230 * V
ADU3950	P01S50008G	06/10/2017	66102	230 * VII
MAA8435	P03MI0000U	14/10/2017	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2326/2017

Publicação Nº 1432866

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2326/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKA3149	55857425D	11/10/2017	76251	ART 181, XX
AKR9527	P01S8000C8	12/10/2017	57200	186 * I
ELH6316	P03MH0001H	08/10/2017	65300	228
MAJ4816	P03MH0001O	14/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 951/2017

Publicação Nº 1432441

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8750 951/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MLG7713	54308490N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLP9288	54314870N	03/11/2017	50020	257 ã 8\$
MHR0060	8750257805	17/10/2017	74550	218 * I
MDQ7505	8750257824	18/10/2017	74550	218 * I
QBF0065	8750257832	18/10/2017	74550	218 * I
AQX8236	8750257839	19/10/2017	74550	218 * I
MFO8344	8750257764	15/10/2017	74550	218 * I
MMB4955	8750257689	09/10/2017	74550	218 * I
MJH5667	8750257649	06/10/2017	74550	218 * I
MEF9646	8750257678	08/10/2017	74550	218 * I
DAD3282	8750257927	27/10/2017	74550	218 * I
MAS0520	8750257931	27/10/2017	74550	218 * I
AKL5225	8750257943	28/10/2017	74550	218 * I
QHP9266	8750257950	29/10/2017	74550	218 * I
MCX3617	8750257951	29/10/2017	74550	218 * I
AQU2479	8750257800	17/10/2017	74630	218 * II
OLH9450	8750257680	08/10/2017	74630	218 * II
MFH7037	8750257650	06/10/2017	56732	183
MKA7941	8750257662	07/10/2017	56732	183
CDG5698	8750257785	16/10/2017	56732	183
KAN9337	8750257904	23/10/2017	56732	183
LXG3040	8750257807	17/10/2017	60503	208
JHL7458	8750257817	17/10/2017	60503	208

MHM9930 8750257919 25/10/2017 60503 208
 MMA8435 8750257640 06/10/2017 60503 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
 AUTORIDADE DE TRANSITO

SCHROEDER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 984/2017

Publicação Nº 1432688

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 984/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBV6540	P00Q0000MM	07/03/2017	76251	ART 181, XX	293.47
BOM7190	P00Q1001M3	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
BOM7190	P00Q1001M4	05/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKG4628	P00Q00016Q	02/09/2017	52070	169	88.38
AGZ9335	P00Q1001ER	27/07/2017	64080	221	130.16
MEP1203	P00Q1001M7	08/09/2017	64080	221	130.16
LXS3395	P00Q00017W	13/09/2017	64080	221	130.16
MFF4321	P00Q1001FM	28/07/2017	66020	230 * VI	293.47
LXS3395	P00Q00017Z	13/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MEP1203	P00Q1001M8	08/09/2017	69120	232	88.38
MDX9141	P00Q00016I	02/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MCD5250	P00Q00013B	11/08/2017	51851	167	195.23
MMI0527	P00Q000151	25/08/2017	51851	167	195.23
CBM2003	P00Q1001KU	26/08/2017	51851	167	195.23
LXK2369	P00Q1001MZ	10/09/2017	54523	181 * VIII	195.23
LXS3395	P00Q00017V	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHK6703	P00Q1001N1	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
ALF2116	P00Q1001M1	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
BOM7190	P00Q1001M2	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFF4321	P00Q1001FK	28/07/2017	65992	230 * V	293.47

MBX1816	P00Q1001LT	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
JPK0996	P00Q1001LW	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AMP0712	P00Q1001LX	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LXS3395	P00Q00017Y	13/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MLG8932	P00Q1001FJ	28/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
AHL7043	P00Q1001LQ	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AMP0712	P00Q1001LZ	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBX1816	P00Q1001LU	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFF4321	P00Q1001FL	28/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIP4338	P00Q1001FE	28/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXS3395	P00Q00017X	13/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
BOM7190	P00Q1001M5	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEP1203	P00Q1001M6	08/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 983/2017

Publicação Nº 1432689

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 983/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEF8676	54314838N	03/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
LYR2296	P00Q00019Q	03/10/2017	50100	162 * I
MLB9345	P00Q1001QM	04/10/2017	51930	168
KUT1361	P00Q1001RR	08/10/2017	55250	181 * XV
MIB0041	P00Q0001BU	05/11/2017	55250	181 * XV
QJG0011	P00Q0001CD	05/11/2017	55250	181 * XV
MAR6875	P00Q0001BP	30/10/2017	64080	221
MAO3862	P00Q00019O	02/10/2017	65300	228
MFN4302	P00Q0001C0	05/11/2017	73400	252 * IV
MGI5462	P00Q0001AB	07/10/2017	73740	253

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEF8676	54314838N	03/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
LYR2296	P00Q00019Q	03/10/2017	50100	162 * I
MLB9345	P00Q1001QM	04/10/2017	51930	168
KUT1361	P00Q1001RR	08/10/2017	55250	181 * XV
MIB0041	P00Q0001BU	05/11/2017	55250	181 * XV
QJG0011	P00Q0001CD	05/11/2017	55250	181 * XV
MAR6875	P00Q0001BP	30/10/2017	64080	221
MAO3862	P00Q00019O	02/10/2017	65300	228
MFN4302	P00Q0001C0	05/11/2017	73400	252 * IV
MGI5462	P00Q0001AB	07/10/2017	73740	253

QHB5911	P00Q1001U0	01/11/2017	51851	167	
QHB5911	P00Q1001U1	01/11/2017	51852	167	
LYR2296	P00Q00019P	03/10/2017	65992	230	* V
MFK7048	P00Q0001C8	05/11/2017	65992	230	* V
AHS7728	P00Q0001CF	05/11/2017	65992	230	* V
MFY0218	P00Q1001TP	01/11/2017	65992	230	* V
MFY0218	P00Q1001TQ	01/11/2017	66372	230	* IX
MLP4397	P00Q1001TG	01/11/2017	67261	230	* XVIII
LYT0866	P00Q0001AL	16/10/2017	67261	230	* XVIII
MGM4379	P00Q0001BQ	30/10/2017	59080	202	* I
MEM4613	P00Q1001R5	04/10/2017	59670	203	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

SEARA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1721/2017

Publicação Nº 1432517

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1721/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW8703	P034J0005P	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
HIK1236	P035600025	28/07/2017	69120	232	88.38
LXW8703	P034J00050	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
HIK1236	P035600024	28/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1722/2017

Publicação Nº 1432516

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8460 1722/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HNE3072	P034J0005G	09/09/2017	58433	196	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1719/2017

Publicação Nº 1432519

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8460 1719/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MMM9003	P03560004P	05/11/2017	75790	165 A
DAK1977	P03560004G	01/11/2017	50100	162 * I
DFU7445	P034J0007G	07/10/2017	51691	165
MMM9003	P03560004O	05/11/2017	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1720/2017

Publicação Nº 1432518

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1720/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGF3169	P034J00088	01/11/2017	58350	195
BKL2403	P034J0007U	28/10/2017	51851	167
AIH3512	P03560004R	06/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

SERRA ALTA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 359/2017

Publicação Nº 1432520

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8458 359/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAX5798 P03KX0000C 14/10/2017 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

SIDERÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8210 988/2017

Publicação Nº 1432666

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8210 988/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR8864	P0100000FL	22/09/2017	50450	162 * V	293.47
IEU0284	P0100000E2	23/07/2017	52070	169	88.38
AXO6500	P0100000EY	29/08/2017	69120	232	88.38
IEU0284	P0100000E1	23/07/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 987/2017

Publicação Nº 1432667

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8210 987/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCB3946	P0100000GU	01/11/2017	50100	162 * I
MCB3946	P0100000GV	01/11/2017	65800	230 * IV
MEZ6245	P0100000G9	15/10/2017	66450	230 * X
MFP3993	P0100000G0	03/10/2017	65992	230 * V
MCB3946	P0100000GW	01/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

SOMBRI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8057 1342/2017

Publicação Nº 1432824

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8057 1342/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFH1632	P01BG000S1	31/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHC9293	P01BF002JD	24/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LZN0191	P01BF002G4	28/07/2017	75790	165 A	2934.68
MIB7432	P01BG000X4	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
EJS5921	P01BF002GS	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCA9419	P01BF002FW	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCV5679	P01BF002FY	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
MJO8802	P01BF002BG	10/07/2017	50100	162 * I	880.40
QIF1755	P01BF002JV	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
JPP3860	P01BF002KJ	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFJ3375	P01BG000X2	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
ATQ1341	P01BH000GZ	06/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFJ3375	P01BG000X3	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QIF1755	P01BF002JW	29/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCA9419	P01BF002FX	27/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
EJS5921	P01BF002GT	30/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHA3154	P01BF002EU	20/07/2017	51930	168	293.47
MLW0471	P01BF002KM	05/09/2017	51930	168	293.47
MHA3154	P01BF002ET	20/07/2017	64080	221	130.16
IJF3020	P01BF0028C	30/06/2017	51691	165	2934.68
EJS5921	P01BF002GV	30/07/2017	51691	165	2934.68
MDI3972	P01BG000WN	06/09/2017	51851	167	195.23

BJM8689	55038378F	06/09/2017	65561	230	*	I	293.47
MFH1632	P01BG000T0	01/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MHC5856	P01BF002L7	10/09/2017	65992	230	*	V	293.47
QIF1755	P01BF002JX	29/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MJO8802	P01BF002BF	10/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MGO9814	P01BF002F0	21/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MDN1333	P01BF002D6	14/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MDM2209	P01BF002DD	15/07/2017	65992	230	*	V	293.47
DKX7142	P01BH000FD	19/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MHA3154	P01BF002ES	20/07/2017	65992	230	*	V	293.47
EJS5921	P01BF002GU	30/07/2017	66102	230	*	VII	195.23
CFL7660	55769919F	08/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
EJS5921	P01BF002GW	30/07/2017	52741	175			2934.68
MKY1627	P01BG000RR	31/07/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
IMG2958	P01BG000SV	01/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMB1404	P01BF002KG	05/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIN3761	P01BG000WU	08/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMA1029	P01BG000WZ	08/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLP4504	P01BF002L4	09/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1341/2017

Publicação Nº 1432825

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1341/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKE3898	P01BG000XZ	15/10/2017	75790	165	A
GXA0236	P01BF002OS	17/10/2017	50100	162	* I
DDI6522	P01BF002OG	12/10/2017	50100	162	* I
DCW4859	P01BF002QO	05/11/2017	50100	162	* I



IMK4487	P01BF002ON	15/10/2017	50450	162	*	V
MIP9166	P01BF002QN	03/11/2017	50450	162	*	V
GXA0236	P01BF002OT	17/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
DCW4859	P01BF002QP	05/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MFG8768	P01BF002O1	08/10/2017	54600	181	*	IX
MHA5237	P01BF002QX	06/11/2017	51851	167		
DCW4859	P01BF002QQ	05/11/2017	65992	230	*	V
GXA0236	P01BF002OU	17/10/2017	65992	230	*	V
INA8783	P01BF002QB	30/10/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

SUL BRASIL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 216/2017

Publicação Nº 1432505

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 216/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHG9096 P03L70000P 07/10/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

TANGARÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1057/2017

Publicação Nº 1432553

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8414 1057/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGI8725	P010N000NL	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGI8725	P010N000NM	11/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGI8725	P010N000NN	11/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1058/2017

Publicação Nº 1432552

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8414 1058/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLO8961	P010N000MZ	30/07/2017	65300	228	195.23
IPN0826	P010N000MX	29/07/2017	51851	167	195.23
MJB7444	P010N000NX	22/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8720 986/2017

Publicação Nº 1432451

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - ELETRONICO - 2

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8720 986/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHO6161	54296154N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJS7975	8720076316	02/11/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1056/2017

Publicação Nº 1432554

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8414 1056/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

OKE0970 P010N000PJ 12/10/2017 55250 181 * XV
MMF0575 P010N000PB 03/10/2017 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ
AUTORIDADE DE TRANSITO

TIGRINHOS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 200/2017

Publicação Nº 1432425

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8781 200/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFO3498	P03L40000I	05/10/2017	50100	162 * I
IMA0685	P03L40000L	15/10/2017	50100	162 * I
CIS2340	P03L40000O	16/10/2017	50100	162 * I
CIS2340	P03L40000N	16/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIGRINHOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO DE POLICIA

TIJUCAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1928/2017

Publicação Nº 1432873

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1928/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDX5901	54014745G	06/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCF2246	P02TJ00091	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBS6601	54016293G	30/08/2017	50450	162 * V	293.47
MCF2246	P02TJ00092	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGO8556	54016358G	06/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MGG4414	54016390G	14/09/2017	73400	252 * IV	130.16
QIT6592	54016225G	29/08/2017	73400	252 * IV	130.16

MHJ4625 54016254G 24/08/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1929/2017

Publicação Nº 1432872

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1929/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIE9350	54295944N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIE9350	54295947N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
ORB2935	54298355N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLH8213	54016366G	11/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGE8181	54016424G	06/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
IRZ9313	54016298G	31/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHR8239	54015643G	18/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLK5266	P025D000NK	26/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJJ1106	P02TJ0009R	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJT9450	54269584F	29/06/2017	53980	181 * II	88.38
CSJ8474	P025D000NZ	28/08/2017	54790	181 * X	130.16
LXT0870	P025D000LM	15/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDI4297	P025E0008R	11/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
JSB4089	P025D000MC	19/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MAR1030	54015471G	22/06/2017	57380	186 * II	293.47
QHS8245	54015531G	26/06/2017	57380	186 * II	293.47
AEW5196	P025D000PK	20/09/2017	57380	186 * II	293.47
MIO4118	54016403G	05/09/2017	65300	228	195.23
IQY2881	P025E00081	26/07/2017	65300	228	195.23
MDX6542	54015815G	21/07/2017	67770	231 * I	293.47
MFT0033	54015958G	31/07/2017	51851	167	195.23
MEI2327	54016068G	04/08/2017	51851	167	195.23
MLS6573	P02TJ0007B	17/08/2017	51851	167	195.23
QHT2524	P02TJ0007D	17/08/2017	51851	167	195.23

MIQ3838	P02TJ0007G	17/08/2017	51851	167	195.23
MIT5882	P025D000ME	21/08/2017	51851	167	195.23
MIR7946	54016160G	14/08/2017	51851	167	195.23
AMY7290	54016203G	22/08/2017	51851	167	195.23
OKE0951	54016032G	14/08/2017	51851	167	195.23
MBU9510	54016111G	15/08/2017	51851	167	195.23
OWP4784	54016265G	25/08/2017	51851	167	195.23
QHE9517	P025E0008M	11/08/2017	51851	167	195.23
MHF2571	54016356G	06/09/2017	51851	167	195.23
MKO0445	54016230G	29/08/2017	51851	167	195.23
MIO9651	P025D000NA	25/08/2017	51851	167	195.23
KON9517	54016412G	05/09/2017	51851	167	195.23
MKZ4578	54015846G	08/09/2017	51851	167	195.23
MJC4356	54016608G	21/09/2017	51851	167	195.23
MCQ5627	54016441G	13/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
OLV6145	P025D000NJ	26/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
QHL6393	P025D000MK	21/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
ASA9631	54015977G	03/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MJP8987	54015641G	10/08/2017	58191	193	880.40
QIB8703	P025D000NM	26/08/2017	60501	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1926/2017

Publicação Nº 1432875

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1926/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJR7172	P025D000R0	05/10/2017	50100	162 * I
MLG6148	54016633G	05/10/2017	50100	162 * I
LXH4748	P025D000VB	06/11/2017	50100	162 * I

LXH4748	P025D000VC	06/11/2017	51180	164	c/c 162 * I
CXY4859	54016521G	28/09/2017	67000	230	* XVI
MGB3086	54016829G	30/10/2017	67000	230	* XVI
QIU8007	P025D000UV	04/11/2017	69120	232	
MDI7823	54016847G	03/11/2017	73400	252	* IV
EUU6986	P025D000TV	31/10/2017	65992	230	* V
LXH4748	P025D000VA	06/11/2017	65992	230	* V
EUU6986	P025D000TW	31/10/2017	66371	230	* IX
MKK9944	54016921G	02/11/2017	73232	252	* II
QHP4074	P025D000UP	04/11/2017	52741	175	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1927/2017

Publicação Nº 1432874

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1927/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAO4813	54308112N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHQ7399	54308116N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAO4813	54308118N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHV8006	54315378N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFC0181	54315382N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AGZ0746	54016539G	02/10/2017	76331	ART 252, UNICO
QHG1490	54016911G	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MLE2333	54017102G	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MMJ9882	54016542G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIC0426	P025D000OY	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO
MIQ1779	54016862G	23/10/2017	55250	181 * XV
MDC0133	54016960G	02/11/2017	55250	181 * XV
PYC3546	54016893G	03/11/2017	55500	181 * XVIII

HCG7082	P025D000V7	05/11/2017	55680	181	*	XIX
MKK2057	54016679G	05/10/2017	57200	186	*	I
MLH0967	54016896G	03/11/2017	57380	186	*	II
LZU6661	54016768G	11/10/2017	57380	186	*	II
EIW5823	P025D000RC	08/10/2017	57380	186	*	II
DAO9261	P025D000RK	11/10/2017	67770	231	*	I
IOV5854	54016660G	02/10/2017	51851	167		
MHI3357	P02TJ000BD	30/09/2017	51851	167		
MGV2333	54016631G	04/10/2017	51851	167		
MLE6991	54016638G	16/10/2017	51851	167		
ELC2609	54016772G	16/10/2017	51851	167		
MHH5396	54016785G	16/10/2017	51851	167		
MFP6430	P02TJ000D5	31/10/2017	51851	167		
MJX0566	P025D000UY	04/11/2017	51851	167		
CMA2017	P025D000V0	04/11/2017	51851	167		
MAL9057	54016900G	06/11/2017	51851	167		
MKP6763	54016755G	11/10/2017	51851	167		
MHC0473	54017107G	06/11/2017	51851	167		
MKQ4991	54016746G	01/11/2017	51851	167		
MHH0301	54016886G	02/11/2017	51851	167		
LZA5908	54016838G	02/11/2017	51851	167		
MKR8975	54016840G	02/11/2017	51851	167		
MBR2841	54016843G	02/11/2017	51851	167		
MKE8560	54016844G	02/11/2017	51851	167		
MKH9579	54016917G	02/11/2017	51851	167		
MIT8526	54016916G	02/11/2017	51851	167		
MEE9959	54016908G	01/11/2017	51851	167		
MGU5946	54016919G	02/11/2017	51851	167		
MHU6602	54016924G	01/11/2017	54521	181	*	VIII
MIQ1779	54016863G	23/10/2017	54521	181	*	VIII
PVB5918	54016864G	23/10/2017	54521	181	*	VIII
MHN0765	P025D000P6	14/09/2017	54521	181	*	VIII
MCN9422	P025D000UC	03/11/2017	54523	181	*	VIII
MFG4287	54016963G	02/11/2017	57463	187	*	I
MIG9982	P025D000UB	03/11/2017	58192	193		
MHK7358	54016545G	06/10/2017	60501	208		
QIB7403	54016892G	03/11/2017	60501	208		
LYJ2993	54016595G	29/09/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
MGB7563	54016825G	26/10/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
QHT2524	P02TJ000BO	03/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
MLM2666	54016328G	02/10/2017	73662	252	*	VI
MIK7586	54016346G	27/10/2017	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER
DIRETOR DE TRANSITO

TIMBÉ DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 639/2017**

Publicação Nº 1432618

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8280 639/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGR8097	P02XL0005G	09/09/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBÉ DO SUL/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÓ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2355/2017**

Publicação Nº 1432775

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8098 2355/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKY5367	P00WM000FU	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAO1081	P00WM000E6	23/07/2017	50450	162 * V	293.47
MBE3605	54968107F	05/09/2017	66020	230 * VI	293.47
LZE5649	P036000051	13/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
LZE5649	P036000052	13/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MCR0086	54967678F	13/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MET9855	P03600004W	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGR7584	P00WM000G3	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBE3605	54968106F	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
AKY5367	P00WM000FT	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZE5649	P036000054	13/09/2017	66102	230 * VII	195.23
LZE5649	P036000053	13/09/2017	66371	230 * IX	195.23
CNV2542	54967837F	17/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
HKV7219	P03600003X	07/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MGR7584	P00WM000G2	05/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2356/2017

Publicação Nº 1432774

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2356/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHR3586	54295878N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHR3586	54295879N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
HYG6499	54967789F	12/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MDD0383	54967896F	27/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCN7717	P00YI000DI	03/08/2017	52070	169	88.38
LXR0051	P00WM000G4	07/09/2017	58350	195	195.23
BRM7368	54968117F	09/09/2017	51851	167	195.23
MHO9431	54967577F	04/08/2017	51851	167	195.23



MAN0029	54967581F	04/08/2017	51851	167	195.23
ADR7168	54967835F	14/07/2017	51851	167	195.23
MGU1962	54967845F	18/07/2017	51851	167	195.23
MJF3440	54967844F	18/07/2017	51852	167	195.23
MCP1671	54968122F	11/09/2017	60681	209	195.23
QHT6267	54968055F	05/09/2017	73662	252*VI	130.16
HSC7542	54967288F	11/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 856/2017

Publicação Nº 1432438

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 856/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKG1397	54296014N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKU2223	54296015N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIP4700	54296016N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKI9888	54298526N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKG1652	54300905N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLC7126	0000106828	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKD5003	0000106699	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKG1397	0000106730	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLU8461	0000106739	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
LXG5192	0000106780	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
LWZ0064	0000106496	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
MMK2401	0000106502	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
LZT2291	0000106542	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
AUU5974	0000106546	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKG1397	0000106554	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGY5254	0000106595	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
AXE2212	0000106606	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
CLH4561	0000104070	24/07/2017	74550	218 * I	130.16

QIC5064	0000104090	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AUE5780	0000106212	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF5910	0000106220	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHA6827	0000106288	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK8067	0000106396	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5043	0000106630	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS3423	0000106631	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF0351	0000103182	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ2678	0000103185	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ABW0298	0000103233	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB0403	0000103234	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH8675	0000103599	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH8877	0000103615	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA3703	0000103617	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG2717	0000103628	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC3201	0000103673	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL2822	0000103678	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM4291	0000103498	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KNP1450	0000103786	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH3012	0000104278	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG0531	0000104293	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BCR7020	0000104393	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL8735	0000104708	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG0316	0000104772	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDD5652	0000105033	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB0442	0000105061	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA5343	0000105108	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG0736	0000105191	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ2725	0000105391	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK8483	0000105456	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS7996	0000105476	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS7996	0000105478	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ0487	0000105546	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE0178	0000105621	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZY8687	0000105670	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EZS4970	0000105696	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK2073	0000105712	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MID2394	0000105743	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK3691	0000105841	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM3835	0000105874	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV3742	0000105884	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HOJ5733	0000105892	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT6588	0000105913	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB4600	0000106086	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHA6827	0000106090	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR9563	0000106093	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH6425	0000105720	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHI1315	0000103303	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MBS4272	0000106788	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEI8597	0000106640	09/09/2017	56732	183			130.16
MJV1082	0000106270	02/09/2017	60503	208			293.47
MCL7279	0000104247	27/07/2017	60503	208			293.47
LZZ6372	0000106628	09/09/2017	60503	208			293.47
MII0208	0000103338	10/07/2017	60503	208			293.47
MBL5088	0000103705	18/07/2017	60503	208			293.47
MFH6493	0000104817	05/08/2017	60503	208			293.47
MCC8567	0000104056	24/07/2017	60503	208			293.47
MGQ3412	0000103553	15/07/2017	60503	208			293.47
ILC2400	0000106176	31/08/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 109/2017

Publicação Nº 1432420

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÀ - DEMUTRAN - RADAR ESTÁTICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 109/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKP0507	54295741N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEY0753	54295742N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCO8684	54295743N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
NKC5178	8803083520	22/06/2017	74550	218 * I	130.16
FMW5080	8803083829	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKT0491	8803083921	13/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHN9469	8803084122	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCU0813	8803084171	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIQ8277	8803084207	02/08/2017	74630	218 * II	195.23
MAX1121	8803084106	27/07/2017	74630	218 * II	195.23
DDV5717	8803083843	10/07/2017	74630	218 * II	195.23
CSC2896	8803083815	10/07/2017	74630	218 * II	195.23
DAK9973	8803083826	10/07/2017	74630	218 * II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2353/2017

Publicação Nº 1432777

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8098 2353/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADD3347	P00WL000CL	06/11/2017	50450	162 * V
BYB2872	P00WM000GX	14/10/2017	66450	230 * X
ILA3009	54968146F	26/09/2017	67000	230 * XVI
MEG5504	P00WL000BR	07/10/2017	69120	232
MEG5504	54967968F	04/10/2017	69120	232
QII9684	P036O0005J	04/11/2017	73400	252 * IV
ADD3347	P00WL000CK	06/11/2017	65992	230 * V
LYH1471	P036Q0002B	09/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2354/2017

Publicação Nº 1432776

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8098 2354/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEG5504	P00WL000BQ	07/10/2017	52070	169
MDD6979	P03600005F	03/11/2017	70640	244 * IV
MDX5187	54968211F	06/10/2017	73740	253
MGP1073	54968145F	26/09/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 855/2017

Publicação Nº 1432439

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 855/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QIG3260	54306549N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLV8760	54308739N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
NLY0246	54308740N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDL2796	0000108352	13/10/2017	74550	218 * I
MBA0586	0000108493	16/10/2017	74550	218 * I
MDP5024	0000108630	18/10/2017	74550	218 * I
LZD5907	0000107157	20/09/2017	74550	218 * I
LYL5267	0000108172	10/10/2017	74550	218 * I
MKA4424	0000108232	11/10/2017	74550	218 * I
MFY1559	0000108302	12/10/2017	74550	218 * I
MEO7736	0000108317	12/10/2017	74550	218 * I
MIP2304	0000107679	01/10/2017	74550	218 * I

MMC2615	0000107705	02/10/2017	74550	218	*	I
QHA0103	0000107719	30/09/2017	74550	218	*	I
OPR7419	0000107790	01/10/2017	74550	218	*	I
MBW7539	0000107816	03/10/2017	74550	218	*	I
MEX6885	0000107845	03/10/2017	74550	218	*	I
MI16202	0000107962	05/10/2017	74550	218	*	I
ANC5900	0000107972	06/10/2017	74550	218	*	I
LXE0052	0000108063	07/10/2017	74550	218	*	I
GTG5036	0000108070	08/10/2017	74550	218	*	I
LZX8789	0000108101	08/10/2017	74550	218	*	I
MLG1371	0000108104	08/10/2017	74550	218	*	I
MEY6776	0000108114	08/10/2017	74550	218	*	I
MBO2076	0000108118	09/10/2017	74550	218	*	I
MJB0936	0000108119	09/10/2017	74550	218	*	I
LYK9515	0000107916	05/10/2017	74630	218	*	II
DVM1426	0000108286	12/10/2017	74630	218	*	II
MEY6776	0000108165	09/10/2017	74630	218	*	II
LXM1987	0000108213	10/10/2017	60503	208		
AVP6427	0000108295	12/10/2017	60503	208		
MCX7568	0000107842	03/10/2017	60503	208		
MCW5384	0000107743	01/10/2017	60503	208		
MGP2282	0000108148	09/10/2017	60503	208		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

TIMBÓ GRANDE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8240 492/2017

Publicação Nº 1432647

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8240 492/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AIX5230	P01KD000BM	12/09/2017	57200	186 * I	195.23
QHE6788	P01KD000BL	06/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 491/2017

Publicação Nº 1432648

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 491/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDQ6886	P02Q40001K	14/10/2017	70301	244 * I
---------	------------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

TRÊS BARRAS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8202 920/2017**

Publicação Nº 1432678

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8202 920/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHP7394	P03E600020	18/09/2017	50292	162* II	880.40
LZS2885	P03E60001D	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXT4933	P03E60001K	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHP7394	P03E600021	18/09/2017	50450	162 * V	293.47
AIA8753	54183882G	13/07/2017	50450	162 * V	293.47
LXT4933	P03E60001L	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AAX0007	P03E60001U	15/09/2017	65300	228	195.23
QHP7394	P03E60001Z	18/09/2017	69120	232	88.38
LXT4933	P03E60001M	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZS2885	P03E60001E	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
GLN0162	P03E60001F	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
AFT8443	54183986G	09/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 919/2017

Publicação Nº 1432679

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8202 919/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDL2786	P03E60002F	06/10/2017	50100	162 * I
ADR4112	55551189E	23/09/2017	57200	186 * I
MDF0321	54176020G	07/10/2017	65800	230 * IV
MDF0321	54176019G	07/10/2017	69120	232
ADR4112	55551190E	24/09/2017	51691	165
AI13482	P03E60002M	14/10/2017	51851	167
AI13482	P03E60002J	12/10/2017	57970	191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

TREZE TÍLIAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 808/2017

Publicação Nº 1432585

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 808/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

DCX2721	P013F000DT	01/09/2017	51851	167	195.23
MBM9181	P013F000E1	05/09/2017	51851	167	195.23
MBG7478	P013F000FX	20/09/2017	51851	167	195.23



MKZ9730 P013F000DM 31/08/2017 54522 181 * VIII 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8731 976/2017

Publicação Nº 1432447

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8731 976/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLS6389	54295823N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
OKF7188	54295829N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHY4399	54295830N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AFS4600	0000055263	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIH6595	0000055388	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
FER2540	0000055514	05/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJC3288	0000055624	17/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHR2489	0000055639	17/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDO7909	0000052849	09/06/2017	74550	218 * I	130.16
QIT4422	0000052973	15/06/2017	74550	218 * I	130.16
MCX7209	0000053308	27/06/2017	74550	218 * I	130.16
ATH3101	0000053622	08/07/2017	74550	218 * I	130.16
IMT5905	0000053799	12/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLG7437	0000053893	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
IOQ1992	0000054199	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJD6288	0000054253	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJD6288	0000054298	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKY8202	0000054395	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBE8777	0000054769	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIS8487	0000054858	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFN6637	0000054871	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHP9649	0000054916	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLU7358	0000054135	24/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBE3656	0000054144	24/07/2017	74550	218 * I	130.16

MKY8202	0000054153	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK4868	0000053943	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX7089	0000055014	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA3166	0000055133	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH3300	0000055139	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH4958	0000055189	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY4864	0000055030	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA5581	0000055230	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ6388	0000055246	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ6388	0000055257	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO5546	0000055124	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
JXE9600	0000055219	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OXD5706	0000055022	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHI5597	0000054100	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MER6169	0000054163	25/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEV2324	0000054943	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLX7089	0000054985	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFM1556	0000053917	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
JYT7887	0000053928	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCU4513	0000053532	06/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHX7854	0000052926	12/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ6128	0000055435	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ABW6136	0000055487	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
CRB7144	0000055386	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHR2489	0000055638	17/09/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 806/2017

Publicação Nº 1432587

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 806/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEV4833	P013F000KD	31/10/2017	50100	162 * I
MEV4833	P013F000KE	31/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MDG9393	P013F000KC	31/10/2017	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 807/2017

Publicação Nº 1432586

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 807/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIB0359	54307328N	10/10/2017	50020	257 ã 8\$
QHJ1177	54315996N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKW4805	P013F000IC	12/10/2017	53800	181 * I
IOW0006	P013F000I6	12/10/2017	53800	181 * I
MKW4805	P013F000IB	12/10/2017	55250	181 * XV
QHA0212	P013F000IG	15/10/2017	55250	181 * XV
ANE3552	P013F000IM	15/10/2017	55250	181 * XV
IKD4327	P013F000HJ	07/10/2017	51851	167
QIO5513	P013F000I8	12/10/2017	54522	181 * VIII
QIK0275	P013F000KK	02/11/2017	54522	181 * VIII
EJZ2424	P013F000KP	04/11/2017	57463	187 * I
KJE6760	P013F000H6	05/10/2017	57463	187 * I
ISH0759	P013F000HX	11/10/2017	57463	187 * I
MGG3059	P013F000I3	12/10/2017	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 975/2017

Publicação Nº 1432448

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 975/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

OBX0602	54307939N	13/10/2017	50020	257 ã 8\$
OBX0602	54307944N	13/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJA1773	0000056084	05/10/2017	74550	218 * I
QHV8131	0000056121	06/10/2017	74550	218 * I
MCR8098	0000056158	08/10/2017	74550	218 * I
LZJ8101	0000056176	09/10/2017	74550	218 * I
MES8478	0000056179	09/10/2017	74550	218 * I
MMA0212	0000055771	23/09/2017	74550	218 * I
MFN6637	0000055968	02/10/2017	74550	218 * I
MLW2564	0000055979	30/09/2017	74550	218 * I
MJC3022	0000055993	30/09/2017	74550	218 * I
LZE2075	0000056009	30/09/2017	74550	218 * I
MIB5178	0000056014	02/10/2017	74550	218 * I
MLY1936	0000056016	30/09/2017	74550	218 * I
IOX5168	0000056018	30/09/2017	74550	218 * I
AKS0111	0000056220	11/10/2017	74550	218 * I
MEB3470	0000056223	11/10/2017	74550	218 * I
AKS0111	0000056228	11/10/2017	74550	218 * I
MMK9400	0000056237	11/10/2017	74550	218 * I
APG4369	0000056261	12/10/2017	74550	218 * I
MHL3169	0000056283	13/10/2017	74550	218 * I
MEI6728	0000056354	14/10/2017	74550	218 * I
MEC4960	0000056372	15/10/2017	74550	218 * I
MFF5888	0000056479	17/10/2017	74550	218 * I
MLR2417	0000056839	30/10/2017	74550	218 * I
MEP9094	0000056854	30/10/2017	74550	218 * I
OKH4958	0000056856	30/10/2017	74550	218 * I

MKC9522	0000056866	30/10/2017	74550	218	*	I
LWU9223	0000056899	31/10/2017	74550	218	*	I
MKK2760	0000056902	01/11/2017	74550	218	*	I
MKD8579	0000056905	01/11/2017	74550	218	*	I
MKD8579	0000056915	01/11/2017	74550	218	*	I
MED0782	0000056926	02/11/2017	74550	218	*	I
MCJ3938	0000056956	03/11/2017	74550	218	*	I
MIS9722	0000056971	03/11/2017	74550	218	*	I
IUG3727	0000056988	03/11/2017	74550	218	*	I
QIK1540	0000057001	04/11/2017	74550	218	*	I
MKH4301	0000057010	05/11/2017	74550	218	*	I
OKE4816	0000057016	04/11/2017	74550	218	*	I
MFG8143	0000056059	04/10/2017	74630	218	*	II
CRB7144	0000057006	05/11/2017	74630	218	*	II
MKD8579	0000056916	01/11/2017	74630	218	*	II
MHE3736	0000056897	31/10/2017	74630	218	*	II
DSX0043	0000056399	15/10/2017	74630	218	*	II
ALD7079	0000056434	16/10/2017	74630	218	*	II
MMK5638	0000056321	14/10/2017	74630	218	*	II
QHT0729	0000056352	14/10/2017	74630	218	*	II
MAZ8922	0000056189	10/10/2017	74630	218	*	II
AER3145	0000056036	03/10/2017	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

TUNÁPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 488/2017

Publicação Nº 1432603

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 488/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MJO5231	P00UI0009J	13/09/2017	51851	167	195.23
DIM7923	P00UI0008P	17/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 487/2017

Publicação Nº 1432604

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 487/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYR7809	P00UI000A1	13/10/2017	50100	162 * I
LXN2323	P00UI0009W	06/10/2017	55500	181 * XVIII
DUA3978	P00UI0009X	09/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

TURVO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8184 1063/2017**

Publicação Nº 1432694

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8184 1063/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXY5236	P02QX0004T	22/07/2017	50292	162* II	880.40
LXY5236	P02U30003T	27/07/2017	50292	162* II	880.40
MAV4764	P02U30003X	29/07/2017	75790	165 A	2934.68
MDM9510	P02U300063	20/08/2017	75790	165 A	2934.68
ICL8599	P02U30003F	25/07/2017	50100	162 * I	880.40
MJW7816	P02U30003Q	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
MIT4467	P02QX00052	24/07/2017	50100	162 * I	880.40
QIB0849	P02QX0004Q	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
MIT4467	P02QX00053	24/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJW7816	P02U30003R	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXY5236	P02U30003U	27/07/2017	64080	221	130.16
MGW2120	P02U30008J	08/09/2017	66450	230 * X	195.23
MPX9601	P02QX00046	20/07/2017	69120	232	88.38
MDM9510	P02U300064	20/08/2017	72850	250 * III	130.16
DNA1703	P02U300030	21/07/2017	51851	167	195.23
MAL1801	P02U300032	21/07/2017	51851	167	195.23
AMW1416	P02QX0004P	22/07/2017	51851	167	195.23
MDQ4367	P02U30002X	20/07/2017	60681	209	195.23
MJW7816	P02U30003S	26/07/2017	65561	230 * I	293.47
MKR6200	P02U30008K	08/09/2017	65561	230 * I	293.47
MGI8424	P02U30008A	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGW2120	P02U30008I	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXG3298	P02U300060	20/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDM9510	P02U300062	20/08/2017	66102	230 * VII	195.23
AZS0012	P02U30007N	31/08/2017	66371	230 * IX	195.23
AZS0012	P02U30007M	31/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MHW9517	P02U30007A	28/08/2017	70481	244 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 1062/2017

Publicação Nº 1432695

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8184 1062/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY5236	P02QX0006L	14/10/2017	50100	162 * I
MCP6196	P02U3000AA	17/10/2017	50100	162 * I
MCP6196	P02U3000AB	17/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MJU1743	P02U3000A9	16/10/2017	52070	169
ASO6438	P02U3000AU	29/10/2017	52900	176 * II
MJU1743	P02U3000A8	16/10/2017	58350	195
LXY5236	P02QX0006M	14/10/2017	58350	195
MHM0838	P02U000020	14/10/2017	69120	232
MAJ5931	P02QX0006H	13/10/2017	51851	167
MLD7186	P02QX0006I	13/10/2017	51851	167
MIV7357	P02U3000B5	02/11/2017	54523	181 * VIII
JZB6519	P02U3000B7	02/11/2017	54523	181 * VIII
MGN1946	P02U3000BL	03/11/2017	65992	230 * V
MHM0838	P02U00001Z	14/10/2017	65992	230 * V
LYY5907	P02U3000A2	09/10/2017	65992	230 * V
ATS4647	P02U3000A5	09/10/2017	65992	230 * V
MHA0156	P02U30009U	07/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

UNIÃO DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 331/2017**

Publicação Nº 1432696

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8182 331/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFR3179 P02VU00014 10/10/2017 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

URUSSANGA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8282 1288/2017**

Publicação Nº 1432616

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8282 1288/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDR1271	54282022N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHC1868	54293622N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIK2430	54296141N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIK8282	P01FR000GJ	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
AUC5890	P01FD001JV	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJX0649	54519748F	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIK8282	P01FR000GK	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKI5848	P01FR000FT	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
QHX0850	P01FR000FU	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MKQ6482	P01FR000B2	25/08/2017	55250	181 * XV	130.16
LXU9467	P01FI0023F	15/07/2017	55250	181 * XV	130.16
CRQ9053	54898063G	12/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MFQ7530	54898041G	14/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MMF4029	P01FI002C5	14/09/2017	56570	182 * IX	130.16
MLJ0936	P01FR000H8	12/09/2017	57380	186 * II	293.47
MAT6195	54519734F	06/09/2017	73400	252 * IV	130.16
BEA0182	P01FR000G9	08/09/2017	73400	252 * IV	130.16
NDY1875	54519717F	04/09/2017	51851	167	195.23
QHG0484	P01FI0027G	31/07/2017	51851	167	195.23
MKZ7869	54520421F	31/08/2017	51851	167	195.23
MBW4690	54898070G	18/09/2017	51851	167	195.23
MIG8848	P01FI002CA	14/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
HUF6428	P01FR000H1	12/09/2017	57461	187 * I	130.16
MFJ8294	P01FR000GB	08/09/2017	57461	187 * I	130.16
MFJ3665	54519746F	07/09/2017	60501	208	293.47
MJX0649	54519749F	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXX8880	P01FR0008B	21/07/2017	65992	230 * V	293.47
BEA0182	P01FR000G8	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
MLU6804	P01FR000GA	08/09/2017	70481	244 * II	293.47
MIK8282	P01FR000GL	10/09/2017	52741	175	2934.68
LZD9967	P01FR000FG	06/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLI7897	P01FI002C3	14/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1287/2017

Publicação Nº 1432617

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8282 1287/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGA0104	54308267N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
LXO1167	P01FI002FU	16/10/2017	50450	162 * V
MEN7072	54898108G	26/09/2017	52070	169
AUE5122	54898093G	25/09/2017	55090	181 * XIII
LZO5567	54898169G	09/10/2017	55090	181 * XIII
MBK3872	54898131G	02/10/2017	55250	181 * XV
CDY8387	54898188G	10/10/2017	55500	181 * XVIII
MCX3748	P01FR000IY	02/10/2017	67000	230 * XVI
LZW7492	54898196G	11/10/2017	73400	252 * IV
MGH6858	54898162G	09/10/2017	73400	252 * IV
ELS0814	54898165G	09/10/2017	51851	167
MKD6010	P01FR000O7	03/11/2017	51851	167
LXS7714	P01FI002FX	16/10/2017	51851	167
QIA1156	54898136G	02/10/2017	51851	167
JLW4990	54898144G	03/10/2017	51852	167
MKJ4147	54898164G	09/10/2017	51852	167
MHX4929	54898158G	06/10/2017	51852	167
QIS3772	P01FR000ON	03/11/2017	60501	208
MEN7072	54898107G	26/09/2017	65561	230 * I
MDP4627	P01FI002FW	16/10/2017	65992	230 * V
MBQ2263	P01FI002JU	30/10/2017	65992	230 * V
MCQ2286	54898172G	10/10/2017	66102	230 * VII
MFV9501	P01FR000KC	05/10/2017	57970	191
MDN5553	P01FI002FG	14/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

VARGEÃO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8546 422/2017**

Publicação Nº 1432486

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8546 422/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKG2932	P01FO000L0	26/08/2017	50450	162 * V	293.47
MIX7803	P01FO000K4	20/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MKG2932	P01FO000L1	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYD4089	P01FO000KJ	21/08/2017	67851	231 * II * a	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEAO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

VARGEM BONITA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 319/2017**

Publicação Nº 1432474

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8645 319/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIN2136 P03C70001T 04/11/2017 51851 167
MAW9660 P03C70001U 04/11/2017 51851 167
ICW3767 P03C700012 16/10/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

VIDAL RAMOS

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8422
392/2017**

Publicação Nº 1432542

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8422 392/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MIB9416 P02S40000E 13/07/2017 50100 162 * I 880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 391/2017

Publicação Nº 1432543

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8422 391/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLX2749 P02S40000T 13/10/2017 56141 182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

VIDEIRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2389/2017

Publicação Nº 1432549

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8416 2389/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDW6350	P01JG0005H	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
LYS4508	P013A000XW	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
IHJ6809	P012X00102	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
AFP4556	P02OC0006V	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
LIX3264	P013A000YF	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
LIX3264	P013A000YG	11/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AFP4556	P02OC0006W	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IHJ6809	P012X00103	07/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYS4508	P013A000XX	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDW6350	P01JG0005I	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
EGZ5444	P02OC0004P	14/08/2017	64080	221	130.16
MFP6539	P02OF00063	19/09/2017	64080	221	130.16
MJK7499	P012X00108	09/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MEU5457	P012X000ZN	29/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
AFP4556	P02OC0006U	10/09/2017	51691	165	2934.68
MEU5457	P012X000ZM	29/08/2017	65564	230 * I	293.47
CIA3041	P02OF0003Y	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYS4508	P013A000XV	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
LGO0339	P012Y0008C	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
NGO5096	P012X00109	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEG9305	P02OC0006S	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
AFP4556	P02OC0006T	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAL9770	P02OD00074	07/09/2017	65992	230 * V	293.47
LIX3264	P013A000YE	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
ICK8325	P012Y0008J	27/08/2017	66102	230 * VII	195.23
QHY3436	P02OD00073	06/09/2017	66531	230 * XI	195.23
LYS1816	P013A000UJ	18/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LYS4508	P013A000Y0	03/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
EGZ5444	P02OC0004N	14/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LIX3264	P013A000YH	11/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2390/2017

Publicação Nº 1432548

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8416 2390/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----	-----	-----	-----	-----	-----
MKZ8481	54282044N	31/07/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MIP8051	54296134N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MMK9060	54296137N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MIZ0714	54298687N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MIZ0714	54298688N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
QH99880	P012X00004	24/04/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MJM6055	P00PD001G5	19/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHW5910	P013A000XM	23/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFB3453	P020F0004Z	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MMH2739	P020F00050	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QJE1400	P020G0006L	20/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
BAA4554	P020C0005L	27/08/2017	51930	168	293.47
MMJ5496	P012Y00084	18/08/2017	52070	169	88.38
EGZ5444	P020C0004O	14/08/2017	52070	169	88.38
MGI4428	P012X000Z3	26/08/2017	52070	169	88.38
LGO0339	P012Y0008B	19/08/2017	54790	181 * X	130.16
LYN1813	P020D0005E	02/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKO6857	P020G0005T	12/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
AFP4556	P020C0006Y	10/09/2017	57200	186 * I	195.23
MEG9305	P020C0006P	09/09/2017	58350	195	195.23
AFP4556	P020C0006X	10/09/2017	58350	195	195.23
LYS4508	P013A000XZ	03/09/2017	58350	195	195.23
MFJ1591	P020F0005C	11/09/2017	58350	195	195.23
KAR5301	P012X000ZX	03/09/2017	61220	214 * I	293.47
MHO5768	P013A000Y1	06/09/2017	65300	228	195.23
LTK0360	P012X000Z4	26/08/2017	65300	228	195.23
HGR8479	P012Y0008V	30/08/2017	65300	228	195.23
LYF5444	P020C00070	09/09/2017	65300	228	195.23
LXB2857	P012X0010G	10/09/2017	65300	228	195.23
AJF9353	P020D0005J	04/08/2017	65300	228	195.23
AFI2014	P012X000WS	30/07/2017	65300	228	195.23
MCV0783	P020C0005P	27/08/2017	68580	231 * VII	130.16
MCC8235	P013A000YC	11/09/2017	72930	251 * I	130.16
CTA3442	P020F0002W	28/07/2017	51851	167	195.23
AQN9192	P020D0005S	06/08/2017	51851	167	195.23
MER8667	P012Y00054	29/07/2017	51851	167	195.23
MJJ8549	P012Y00085	18/08/2017	51852	167	195.23
AFP4556	P020C0006Z	10/09/2017	52152	170	293.47
ABS6150	P012Y0006V	30/07/2017	56141	182 * V	195.23
MKN6867	P020C00038	17/07/2017	59670	203 * V	1467.34
MDT0409	P020D00077	08/09/2017	59670	203 * V	1467.34
ARN1595	P020C0005Q	29/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHP1374	P020C00055	24/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCC8235	P013A000Y9	11/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
-----	-----	-----	-----	-----	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2387/2017

Publicação Nº 1432551

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8416 2387/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCU0383	P020G0007G	15/10/2017	50100	162 * I
MGP5713	P020B0003S	31/10/2017	50100	162 * I
MGP5713	P020B0003T	31/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCG8122	P012Y000D9	05/11/2017	51770	166
MCG8122	P012Y000D8	05/11/2017	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2388/2017

Publicação Nº 1432550

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8416 2388/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MID0128	54308687N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKY9334	54315979N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
DDQ9542	P020F0008T	03/11/2017	76331	ART 252, UNICO
AME0136	P013A0011B	03/11/2017	52070	169
DDD7220	P012Y000BA	09/10/2017	55500	181 * XVIII
AFA4563	P012Y000BC	09/10/2017	55500	181 * XVIII
MEE7169	P020D0008I	02/10/2017	55680	181 * XIX
MBO3191	P020F0008N	01/11/2017	57380	186 * II
MEW9461	P020F0008P	01/11/2017	57380	186 * II
AME0136	P012Y000CM	02/11/2017	59910	206 * I
AME0136	P013A00118	03/11/2017	60760	210
IGT2140	P020G0008V	02/11/2017	65300	228
MEY7410	P020B0003K	27/10/2017	65300	228
IKG6976	P020D0008Y	04/11/2017	65300	228
AME0136	P013A0011A	03/11/2017	51851	167
QH0934	P012Y000CR	02/11/2017	51851	167
MBP6329	P012Y000CG	29/10/2017	60501	208
JED6245	P012X0012V	26/10/2017	60501	208
MCZ6285	P020G00092	04/11/2017	60501	208
AME0136	P013A00119	03/11/2017	57970	191
MLB3674	P020F00099	05/11/2017	59670	203 * V
MER0865	P020D0008U	01/11/2017	73662	252*VI
MHC3534	P012X00130	01/11/2017	73662	252*VI
MLZ6880	P020D0008R	31/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

VITOR MEIRELES**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8390 560/2017**

Publicação Nº 1432560

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8390 560/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDS6906	P02GD0002B	03/09/2017	65800	230 * IV	293.47
MBM5344	P02GD0002E	10/09/2017	71370	244 * 01\$ * c	130.16
MDS6906	P02GD0002A	03/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

XANXERÊ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2354/2017**

Publicação Nº 1432787

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8090 2354/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICP2771	P01L3000AK	11/08/2017	75790	165 A	2934.68
MET2680	P01L4000EI	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBN0489	P01KA000K2	03/07/2017	50100	162 * I	880.40
MIA4575	P02ZP0001O	21/07/2017	50100	162 * I	880.40
CCV4183	P02Z40002M	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDU9195	P02ZP0002W	30/07/2017	50450	162 * V	293.47
MET2680	P01L4000EJ	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBN0489	P01KA000K3	03/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CCV4183	P02Z40002N	20/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIA4575	P02ZP0001N	21/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJZ8310	P01L5000EX	28/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
FAX0105	P01KA000ME	08/09/2017	69120	232	88.38
MLF7692	P01L5000FA	24/08/2017	69120	232	88.38
CEA4107	P01L3000AB	30/07/2017	73400	252 * IV	130.16
IGQ5716	P02Z50000A	03/09/2017	51691	165	2934.68
MDU9195	P01L5000F5	10/08/2017	65992	230 * V	293.47
MJN1373	P01L4000CV	29/07/2017	65992	230 * V	293.47
MIP0164	P02ZP0001T	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
MBN0489	P01KA000K1	03/07/2017	65992	230 * V	293.47
MIA4575	P02ZP0001M	21/07/2017	65992	230 * V	293.47
MAZ3581	P01L4000ER	20/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MAZ3581	P01L4000ES	20/09/2017	66372	230 * IX	195.23
EPM7777	P01L3000AA	30/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2355/2017

Publicação Nº 1432786

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2355/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFC9250	54293633N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHH0790	54293636N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMA5379	54293638N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHU2706	54295575N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFB5232	54299661N	19/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMA1046	54300778N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
KFX2267	P01L4000CX	29/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MMD8982	P02Z30001S	08/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MFS0697	P02ZO0000G	13/08/2017	55250	181 * XV	130.16
ALD0710	P02Z40001W	09/08/2017	57200	186 * I	195.23
MCR5579	P02ZP0002A	26/07/2017	57200	186 * I	195.23
IKA5398	P02ZP0002G	26/07/2017	57200	186 * I	195.23
AVD7782	P01L4000EA	30/08/2017	57200	186 * I	195.23
MFL2757	P02Z40002I	11/09/2017	57200	186 * I	195.23
MIP0164	P02ZP0001S	23/07/2017	57380	186 * II	293.47
MBN0489	P01KA000K5	03/07/2017	58350	195	195.23
ARG2637	P02ZO0000P	21/08/2017	60760	210	293.47
ICP2771	P01L3000AJ	11/08/2017	65300	228	195.23
MFL7740	P01L20019O	28/07/2017	51851	167	195.23
AQJ2872	P01L2001DV	10/08/2017	51851	167	195.23
EDK7935	P01L2001IU	30/08/2017	51851	167	195.23
MKJ2854	P01L2001CH	07/08/2017	51851	167	195.23
COJ2205	P01L2001LD	04/09/2017	51851	167	195.23
EPM7777	P01L2001JB	31/08/2017	51851	167	195.23
IUW2016	P01L2001FF	15/08/2017	51851	167	195.23
MLO7670	P01L2001HH	24/08/2017	51851	167	195.23
DFM2711	P01L2000OL	12/05/2017	51851	167	195.23
APF5456	P01L20016O	20/07/2017	51851	167	195.23
MKS2355	P01L20018F	26/07/2017	51851	167	195.23
AUS9662	P01L2001NH	12/09/2017	51851	167	195.23
AUS9662	P01L2001NL	12/09/2017	51851	167	195.23
LZI1040	P01L2001MP	06/09/2017	51851	167	195.23
KQW2967	P02ZO00001E	20/09/2017	51851	167	195.23
JYI1993	P02ZO00001N	20/09/2017	51851	167	195.23
CCV4183	P02Z40002O	20/09/2017	51851	167	195.23
MGO4144	P01L2001M9	06/09/2017	51851	167	195.23
MGN4737	P01L2001MC	06/09/2017	51851	167	195.23
MAO6033	P01L2001NP	13/09/2017	51851	167	195.23
MBD6772	P01L2001NQ	13/09/2017	51852	167	195.23
MLK2640	P01L2001ML	06/09/2017	51852	167	195.23
AKH5026	P01L2001I9	29/08/2017	51852	167	195.23
MFP2714	P01L2001IM	29/08/2017	51852	167	195.23
MEH2310	P01L2001KY	02/09/2017	51852	167	195.23
MIV1120	P01L2001DK	09/08/2017	51852	167	195.23
MBN0489	P01KA000K4	03/07/2017	52152	170	293.47
MBN0489	P01KA000K6	03/07/2017	70561	244 * III	293.47
MHX4916	P01L40009L	29/04/2017	59670	203 * V	1467.34
MUX6253	54033897G	25/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AHM9509	54033930G	27/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHF9562	54033006G	28/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AOO6632	54033133G	05/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDA9972	54033149G	07/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MER2792	54033289G	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
KKG5463	54033296G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ABZ9326	54033127G	04/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYV5925	54031933G	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIJ6123	54031939G	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDN2428	54031942G	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEI6025	54031549G	28/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKR6987	54031550G	28/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DZC5144	54031491G	04/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MDF9879	54031499G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANK1848	54031558G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHJ8169	54031562G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDI3554	54031583G	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIZ7787	54031628G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	55018445F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS3463	55018448F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	55018451F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	54031592G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCL7539	54031599G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	54031600G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	54031644G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BOH9703	54031646G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS4324	54031647G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GUU7876	55018054F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDZ1154	55018055F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZP3362	55018065F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	55018088F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	55018096F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN5699	54031665G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKQ6278	54031687G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW4917	54031702G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BEY0338	54033807G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EMC2940	54033811G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HFB7773	54033824G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW0764	54033834G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFL3062	54033840G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JDY0791	54033850G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLA2666	54031757G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHP2142	54033336G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QJQ0408	54025477G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYO4915	54031851G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MED7255	54031855G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IQO6795	54031857G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY2535	54031862G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDU2124	54031869G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYG3152	54031876G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKC1267	54031884G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIC4568	54031891G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPG5080	54031896G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDQ3408	54031897G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BOT8677	54033305G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ACO0359	54033306G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEI8327	54033314G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MED7255	54033321G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO9382	P02Z30001R	03/08/2017	73662	252*VI			130.16
AOH3088	P01WM0001U	17/08/2017	73662	252*VI			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA
COORDENADORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2352/2017

Publicação Nº 1432789

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8090 2352/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILF6955	P02ZQ00011	03/11/2017	50100	162 * I
ILF6955	P02ZQ00012	03/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ILF6955	P02ZQ00010	03/11/2017	65992	230 * V
ILF6955	P02ZQ00013	03/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2353/2017

Publicação Nº 1432788

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8090 2353/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDT6416	P01L2001P7	16/10/2017	57380	186 * II
COJ2205	P01L2001QE	30/10/2017	51851	167
AOH3088	P01L2001QQ	02/11/2017	51852	167
MJB8149	54030621G	07/11/2017	59080	202 * I
ISR9357	P01L2001QW	04/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEN3016	54027246G	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MZK2666	54027249G	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IBQ7081	54027302G	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEN3016	54027303G	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CQW4246	54026119G	28/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ILL0090	54026154G	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CYC2666	54027147G	13/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54027011G	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCG3684	54027014G	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IQC4815	54027016G	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAK6432	54027024G	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIF9330	54027026G	16/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54027058G	15/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLR7549	54027071G	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54027072G	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MID4087	54027081G	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCH4496	54027088G	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
FKY7408	54027091G	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LWU3041	54026009G	19/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJE5498	54026017G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
JDA1111	54026024G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDG7798	54026030G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AQD6440	54026032G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BBE4300	54026037G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54026041G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CYC2666	54026050G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MML5843	54027154G	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHQ4176	54027163G	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AFT6037	54027170G	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APA8281	54027178G	22/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEN3712	54027186G	22/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
KIE8996	54027193G	22/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBJ9115	54027197G	23/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKE6011	54026057G	23/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIY8127	54026072G	25/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AUJ7693	54026073G	25/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYD4744	54026092G	26/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLI5150	54026098G	26/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKQ3054	54026099G	27/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IKA5398	54026102G	27/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCU0206	54026104G	27/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DKZ3560	54026108G	27/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA
COORDENADORA DE TRANSITO

XAXIM

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1744/2017

Publicação Nº 1432747

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8120 1744/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOV6621	P00Y20010N	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
AOV6621	P00Y20010O	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AOV6621	P00Y20010P	10/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1745/2017

Publicação Nº 1432746

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8120 1745/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IPB7070	54296145N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
IPB7070	54296146N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIN4379	54282495N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
ETM6532	P02WF00022	30/07/2017	51851	167	195.23
AQK7066	P00Y2000Z8	30/07/2017	51851	167	195.23
MCY0480	55707472E	07/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IHG2730	55707478E	10/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDS5376	55706103E	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCB7482	55706104E	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKT0664	55706113E	13/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
KPN8220	55707697E	25/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
GXI4194	55708315E	31/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIH2375	55708356E	04/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFI6362	55708376E	11/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AYE9604	55708427E	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AKI2020	55708432E	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBG7138	55708440E	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFE3638	55708441E	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCH0459	55707606E	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJQ1383	55707608E	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJE4221	55707622E	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AHX9842	55707628E	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIC5340	55707556E	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEV4343	55707564E	31/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGG1725	55707463E	07/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
COJ2598	55707428E	03/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IFS5379	55707433E	03/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1742/2017

Publicação Nº 1432749

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8120 1742/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCY7646	P02WF0004Z	16/10/2017	50100	162 * I
MCY7646	P02WF0004X	16/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
APK0639	P01L10005Z	05/11/2017	66020	230 * VI
MCY7646	P02WF0004Y	16/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1743/2017

Publicação Nº 1432748

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1743/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD3870	P01L10005N	04/11/2017	55250	181 * XV
MCA7195	P01L100061	05/11/2017	51851	167
JZS7024	55706653E	30/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
PVI1651	55706661E	05/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBS7238	55706672E	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

ZORTÉA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 409/2017

Publicação Nº 1432461

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8670 409/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFP8499	P01KJ00074	05/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 410/2017

Publicação Nº 1432460

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8670 410/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJK8755	P01KJ00075	07/09/2017	58000	192	195.23
MHI0842	P01KJ0006T	23/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAUL VILARINO LIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8670 407/2017

Publicação Nº 1432463

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8670 407/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDV6784	P01KJ0008I	05/11/2017	67690	230 * XXII

MDV6784 P01KJ0008H 05/11/2017 66532 230 * XI
MDV6784 P01KJ0008G 05/11/2017 67261 230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8670 408/2017

Publicação Nº 1432462

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8670 408/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ3615	P01KJ0008E	03/11/2017	51851	167
MDV6784	P01KJ0008F	05/11/2017	70562	244 * III c/c òl\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAUL VILARINO LIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO